



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2109

Terça-feira - 25 de Outubro de 2016

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	2	Frei Rogério	157	Papanduva.....	335
Anchieta	3	Garopaba.....	158	Paraíso	337
Antônio Carlos	5	Gaspar	175	Passo de Torres.....	342
Arabutã	6	Governador Celso Ramos	179	Penha.....	343
Arroio Trinta.....	8	Grão Pará	191	Peritiba.....	346
Ascurra.....	20	Guaramirim.....	197	Pinheiro Preto	347
Balneário Piçarras.....	22	Guarujá do Sul	219	Ponte Serrada	361
Balneário Rincão	23	Herval d'Oeste	221	Porto Belo.....	362
Barra Bonita.....	26	Ibiam	224	Porto União.....	363
Barra Velha	28	Imbituba	225	Presidente Nereu.....	364
Benedito Novo	29	Indaial.....	228	Rio do Sul.....	365
Biguaçu	30	Ipumirim.....	230	Romelândia.....	375
Blumenau	48	Irineópolis	234	Santa Rosa do Sul	376
Bom Jesus do Oeste	64	Itá	237	Santiago do Sul.....	378
Bom Retiro	65	Itapiranga.....	244	São Bento do Sul.....	382
Botuvera.....	69	Itapoá	246	São Joaquim	387
Braço do Trombudo	70	Jacinto Machado	267	São José.....	396
Brusque.....	71	Jaraguá do Sul	268	São José do Cedro.....	407
Caçador.....	73	Joaçaba	283	São Lourenço do Oeste.....	417
Camboriú.....	79	Lages	292	São Miguel da Boa Vista	419
Campo Alegre	86	Laguna	293	São Miguel do Oeste.....	420
Campo Erê.....	90	Lebon Regis.....	294	São Pedro de Alcântara.....	423
Campos Novos.....	91	Luzerna	298	Schroeder	428
Canelinha	117	Macieira.....	302	Seara	432
Canoinhas.....	118	Mafra	303	Sombrio.....	434
Capinzal	124	Massaranduba.....	304	Tigrinhos	436
Catanduvas.....	131	Meleiro	306	Timbó	437
Caxambu do Sul.....	133	Modelo	307	Treze Tilias	447
Chapadão do Lageado	134	Mondaiá.....	310	Trombudo Central.....	448
Concórdia	136	Navegantes.....	311	Tunápolis	449
Cordilheira Alta	138	Nova Trento	321	Turvo	453
Curitibanos	139	Orleans	324	Vargeão.....	521
Dionísio Cerqueira	142	Ouro Verde	326	Vargem Bonita	522
Ermo	144	Paial.....	327	Videira.....	523
Flor do Sertão.....	145	Palhoça	328	Vitor Meireles.....	549
Forquilha.....	149	Palma Sola.....	331	Xanxerê.....	551
Fraiburgo.....	153	Palmitos	332	Xaxim.....	553

Associações

AMOSC.....	554	AMUREL	561
------------	-----	--------------	-----

Consórcios

CIDEMA.....	562
CIMVI.....	570
CIS/AMARP.....	570
CIS/AMOSC.....	572
CISAM	578
CIAPS.....	580

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

Água Doce

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 009/2016

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 009/2016

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce – Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 101/2000 de 04/05/2000, combinada com a Lei Municipal nº 1.163/01 de 29/05/2001, faz saber a quem interessar possa, que será realizada a Audiência Pública da LOA – Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2.017.

Data da Audiência: 27/10/2016

Início: 14h00min

Local: Salão Nobre da Prefeitura Municipal de Água Doce

E, para que chegue ao conhecimento de todos, se expede o presente Edital.

Registre-se, Publique-se, Cumpre-se

Prefeitura Municipal de Água Doce, 20 de outubro de 2016.

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

Anchieta

PREFEITURA

PORTARIA Nº 322/2016

PORTARIA N. 322/2016
De, 18 de Outubro de 2016.

Ari Prestes de Oliveira, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE,
Conceder Licença Tratamento Saúde,

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde à Servidora Pública Municipal Ivone Maria Rizzotto Kraemer, ocupante do cargo de Professora de Séries Iniciais, lotada na Secretaria Municipal da Educação, no período de 18/10/2016 à 01/11/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
Em, 18 de Outubro de 2016.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ari Prestes de Oliveira
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Eduardo Scholtze – Secretário da Administração e Gestão.

PORTARIA Nº 323/2016

PORTARIA Nº. 323/2016
De, 18 de Outubro de 2016.

Ari Prestes de Oliveira, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de acordo com o Art. 2º da Lei Complementar nº 038/2012,

Considerando o Processo Seletivo nº 001/2015;

Considerando o afastamento para Tratamento de Saúde da Professora Titular Ivone Maria Rizzotto Kraemer;

RESOLVE:
Nomear Professora de Séries Iniciais em substituição a titular,

Art. 1º - Fica nomeada a senhora Selma Antônia Giongo, para exercer o cargo de Professora de Séries Iniciais - ACT – Admissão em Caráter Temporário, lotada na Secretaria Municipal da Educação, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, percebendo os vencimentos mensais previstos em Lei.

Art. 2º - A presente contratação se dá de acordo com o Art. 2º, inciso VIII, no período de 18/10/2016 a 01/11/2016.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desse ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC
Em, 18 de Outubro de 2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ari Prestes de Oliveira,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.
Eduardo Scholtze – Secretário da Administração e Gestão.

PORTARIA Nº 324/2016

PORTARIA Nº. 324/2016
De, 18 de Outubro de 2016.

Ari Prestes de Oliveira, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de acordo com o Art. 54 da Lei Complementar nº 033/2011,

RESOLVE:
Efetuar pagamento de aula excedente,

Art. 1º - Fica determinado o pagamento de 04 (quatro) aulas excedentes ao Servidor Público Municipal efetivo Josemir Forgiarini, ocupante do cargo de Professor de Geografia.

Art. 2º - O pagamento das aulas excedentes se dará no período de 03/10/2016 à 31/12/2016.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Anchieta, SC
Em, 18 de Outubro de 2016.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ari Prestes de Oliveira,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Eduardo Scholtze – Secretário de Administração e Gestão.

PORTARIA Nº 325/2016

PORTARIA Nº. 325/2016
De, 18 de Outubro de 2016.

Ari Prestes de Oliveira, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Resolve,
Conceder a diferença da Adequação do Piso Nacional do Magistério,

Art. 1º - Fica concedida a diferença da reposição da adequação do Piso Nacional do Magistério no percentual de 5,36% (cinco virgula trinta e seis por cento) que serão pagos em parcelas nos percentuais de: 1% (um por cento) a serem pagos no mês de Junho de 2016; 1% (um por cento) a serem pagos no mês de Julho de 2016; 1% (um por cento) a serem pagos no mês de Agosto de 2016; 1%

(um por cento) a serem pagos no mês de Setembro de 2016; 1% (um por cento) a serem pagos no mês de Outubro de 2016; 0,36% (zero virgula trinta e seis por centos) a serem pagos no mês de Novembro de 2016.

Art. 2º. – A diferença da reposição se dá com base no acordo com o SINDI- Sindicato dos servidores públicos, e os profissionais do Magistério Público acordado e constado em ata.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 18 de Outubro de 2016.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ari Prestes de Oliveira,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.
Eduardo Scholtze – Secretário de Administração e Gestão.

PORTARIA Nº 326/2016

PORTARIA Nº. 326/2016
De, 18 de Outubro de 2016.

Ari Prestes de Oliveira, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Resolve,
Conceder a diferença da Adequação do Piso Nacional do Magistério,

Art. 1º - Fica concedida a diferença da reposição da adequação do Piso Nacional do Magistério no percentual de 5,36% (cinco virgula trinta e seis por cento) nos níveis dos cargos, os quais serão pagos em parcelas nos percentuais de: 1% (um por cento) a serem pagos no mês de Junho de 2016; 1% (um por cento) a serem pagos no mês de Julho de 2016; 1% (um por cento) a serem pagos no mês de Agosto de 2016; 1% (um por cento) a serem pagos no mês de Setembro de 2016; 1% (um por cento) a serem pagos no mês de Outubro de 2016; 0,36% (zero virgula trinta e seis por centos) a serem pagos no mês de Novembro de 2016.

Art. 2º. – A diferença da reposição se dá com base no acordo com o SINDI- Sindicato dos servidores públicos, e os profissionais do Magistério Público acordado e constado em ata.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 18 de Outubro de 2016.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ari Prestes de Oliveira,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.
Eduardo Scholtze – Secretário de Administração e Gestão.

Antônio Carlos

PREFEITURA

DECRETO Nº 101/2016

DECRETO Nº 000101/16 de 24 de Outubro de 2016

Abre crédito adicional -suplementar -originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001494/15 de 15 de Dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 32.150,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01.10.301.0007.2.027-3.1.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 27.500,00

11.01.10.301.0007.2.030-3.3.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 4.650,00

Art 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Excesso de arrecadação 32.150,00

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 24 de Outubro de 2016.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO - CONTRATO Nº 149/2016

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 149/2016; Origem: Processo Licitatório n.º 095/2013 – Credenciamento nº 02/2013; Contratante: MUNICÍPIO DE ANTONIO CARLOS/SC; Contratada: INSTITUTO OTOVIDA – CLÍNICA DE AUDIÇÃO VOZ FALA E LINGUAGEM. Objeto: Contratação de empresas/clinicas da saúde para realização de serviços de exames médicos relacionados no Anexo I e consultas médicas especializadas conforme Anexo II deste Edital, para pacientes do Município de Antônio Carlos encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, mediante agendamento prévio, em seus consultórios, desde que localizados nos Municípios de Antônio Carlos, Biguaçu, São José, Palhoça ou Florianópolis. Valor: Pelo presente contrato, a CONTRATADA, credenciada através do Processo Administrativo nº 095/2013, Edital de Chamamento Público nº 02/2013, se compromete a realizar os serviços para os quais se credenciou, nas condições estabelecidas no edital e pelo preço fixado nos Anexos I e Anexo II. Prazo: 24/10/2016 – 24/10/2017.

Antônio Carlos, 24 de outubro de 2016.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 74/2016 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 02/2016

PROCESSO LICITATÓRIO 74/2016

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 02/2016

ELIANE NUNES DE OLIVEIRA FOLGANES, presidente da Comissão de Licitações, no uso de suas atribuições legais, justifica o presente termo de Dispensa de Licitação através da fundamentação legal e pelos fatos e considerações que seguem:

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social de Antônio Carlos, SC solicitou através do ofício nº 106/2016 a aquisição de insulina 70/30, para uso dos pacientes da Unidade Básica de Saúde do município, conforme exigências da Vigilância Sanitária Estadual.

CONSIDERANDO que referido ofício tem anexo documento assinado pela Secretária Municipal de Saúde, pela Farmacêutica da Unidade Básica de Saúde Municipal, pela médica Diretora Clínica da Unidade Básica de Saúde do Município e por Enfermeira da Unidade Básica de Saúde também do município, onde se aponta a necessidade da aquisição, argumentando que a "UBS de Antônio Carlos, possui, atualmente, 20 (vinte) pacientes que necessitam da insulina conjugada para o controle da glicemia, sendo que, para suprir a demanda é necessária a aquisição de 44 (quarenta e quatro) frascos ao mês (já acrescido 10% ao número total de frascos para contemplar o surgimento de novos usuários e/ou perdas acidentais)".

CONSIDERANDO que este mesmo documento também aponta como única fornecedora a indústria Eli Lilly do Brasil Ltda.

CONSIDERANDO que a aquisição do medicamento – Insulina Conjugada - se faz necessário para que sejam atendidos os pacientes que estão em tratamento na Unidade Básica de Saúde;

RESOLVE: Autorizar a contratação do objeto abaixo descrito.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei 8666/1993, Artigo 25, inciso I.

OBJETO: aquisição parcelada de 528 (quinhentos e vinte e oito) frascos de Insulina Conjugada – 44 (quarenta e quatro) frascos por mês - para o controle de glicemia de pacientes em tratamento médico na Unidade Básica de Saúde do Município.

CONTRATADO: Eli Lilly do Brasil Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 43.940.618/0001-44, sediada na Av. Morumbi, 8264, Bairro Brooklin Paulista, São Paulo, SP.

VALOR UNITÁRIO: R\$ 28,50 (vinte e oito reais e cinquenta centavos);

VALOR MESAL: R\$ 1.254,00 (um mil duzentos e cinquenta e quatro reais);

VALOR TOTAL: 15.048,00 (quinze mil e quarenta e oito reais).

FUNDAMENTO DA DESPESA: Dotação: (06) 11.01.2.026.3.3.90.00. Antônio Carlos, 24 de outubro de 2016.

ELIANE NUNES DE OLIVEIRA FOLGANES

Presidente da Comissão de Licitações

Arabutã

PREFEITURA

ATA 008 - PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 50/2016

ATA 008

Processo Licitatório nº. 50/2016 – Pregão nº 36/2016

Objeto: Aquisição de três tratores agrícolas traçados, novos, nos termos do Contrato de Repasse nº. 833019/2016/MAPA/CAIXA, Contrato de Repasse nº. 833022/2016/MAPA/CAIXA e Contrato de Repasse nº. 833754/2016/MAPA/CAIXA e descrição constante no Anexo I deste Edital.

A Pregoeira e a Equipe de Apoio se reuniram para analisar as razões de recursos interposta pela empresa IRMÃOS BENETTON TRATORES E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS LTDA e as contrarrazões interposta pela empresa AGRO DIVEI AGRO DIVEI INDÚSTRIA, COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA.

Em síntese, as razões de recursos, ofertadas pela empresa IRMÃOS BENETTON TRATORES E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS LTDA, informam que “a inabilitação da empresa, imposta pela Pregoeira e a Equipe de Apoio, é irrazoável e desproporcional”, e ao fim solicita a habilitação da empresa.

Por sua vez, a empresa AGRO DIVEI AGRO DIVEI INDÚSTRIA, COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA, em suas contrarrazões, confirmam a decisão da Pregoeira e da Equipe de Apoio e, em síntese, declaram que a inabilitação da empresa IRMÃOS BENETTON TRATORES E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS LTDA deve permanecer, pois a decisão proferida está em conformidade com o princípio da vinculação ao Edital e com a legislação licitatória.

Assim, ao analisar os documentos acima expostos, apresentados pelas concorrentes, concluímos que os termos constantes da Ata nº. 05, emitida em 10 de outubro de 2016 e publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM, em 11 de outubro de 2016 devem permanecer, sendo que na decisão proferida, os princípios de proporcionalidade e razoabilidade foram contemplados integralmente, pois a inabilitação da referida empresa ocorreu após análises da documentação e da legislação licitatória. Neste sentido, não há o que se falar em desproporcionalidade da decisão, pois a exigência do Edital - item 7, subitem 7.5, I – é clara e está de acordo com a redação do art. 30, da Lei nº 8.666/93, ou seja, exige-se Certidão de Pessoa Jurídica, e se aceitarmos atestados de pessoas físicas, estaríamos ferindo os princípios da legalidade, da isonomia, da impessoabilidade, vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo.

Ainda, há de se registrar que a empresa IRMÃOS BENETTON TRATORES E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS LTDA, juntou anexo às razões de recurso um atestado de capacidade técnica, expedido em 30 de setembro de 2016, ou seja, após a data do certame público, que foi realizado em 26 de setembro de 2016, sendo para tanto desconsiderado.

Considerando todas as deliberações realizadas no certame, a Pregoeira e a Equipe de Apoio mantêm a inabilitação da empresa IRMÃOS BENETTON TRATORES E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS LTDA, e, considerando a desclassificação das empresas TRATOR DIESEL LTDA e PORTALMAQ INDÚSTRIA, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, convocamos a empresa AGRO DIVEI AGRO DIVEI INDÚSTRIA, COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA para, com base no art. 4º, XVII, da Lei nº. 10.520/2002, realizar a negociação, com a finalidade de obter

melhor preço.

Assim, a empresa antes mencionada deverá encaminhar nova proposta para os e-mails: administracao@arabuta.sc.gov.br e/ou licitacoes@arabuta.sc.gov.br, até o dia 27 de outubro de 2016, às 13h.

Esta ata foi submetida à apreciação da autoridade superior, que igualmente, manteve a posição já firmada, restando, definitivamente, na esfera administrativa, improvidos os recursos interpostos.

Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que vai assinada pela Pregoeira e a Equipe de Apoio.

Arabutã, 24 de outubro de 2016.

Pregoeira - LEANDRA CHRISTINA COLDEBELLA

Equipe de Apoio: CARINE ALTMANN FEDRIZZI

DULCI DRIEMEIER

FELIPE PATZLAFF

DELSI DRIEMEIER

CONTRATO ACT 69/2016

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº. 069/2016

Por este instrumento particular, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Avenida Lauro Muller nº. 210, centro, Arabutã/SC, inscrito no CGC/MF sob o nº. 95.995.221/0001-53, neste ato denominado simplesmente CONTRATANTE e ELIZIANE SCHNEIDER, inscrita no CPF/MF sob o nº. 046.905.499-90, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente Contrato de Trabalho Temporário mediante as seguintes condições:

- 1) OBJETO: A presente contratação objetiva o preenchimento da vaga para o cargo de Professora, na vaga vinculada da professora Rubia Kiekow que está de licença tratamento de saúde, e para atender as necessidades temporárias conforme Edital de Processo Seletivo nº. 007/2015, em conformidade com a Lei Municipal nº. 218, de 23 de abril de 2002;
- 2) VIGÊNCIA: de 25 de outubro de 2016 até 14 de dezembro de 2016;
- 3) REGIME JURIDICO: Administrativo, previsto no inc. IX, do art. 37 da Constituição Federal e Lei Complementar nº. 159/2014, cujo conteúdo o contratado declara conhecer e anuir;
- 4) VENCIMENTO: R\$ 1.401,00 (um mil quatrocentos e um reais) conforme Lei Complementar nº. 155, de 29 de dezembro de 2014, anexo IV;
- 5) CARGO/FUNÇÃO: Professor Ensino Superior II;
- 6) UNIDADE ADMINISTRATIVA: Secretaria Municipal de Educação – G.E.P.F;
- 7) CARGA HORÁRIA SEMANAL: Será de 20h, pelo turno vespertino;
- 8) SEGURIDADE SOCIAL: Regime Geral da Previdência Social;
- 9) OBRIGAÇÕES: Durante a vigência do contrato, o contratado fica sujeito ao regime disciplinar previsto no Estatuto dos Servidores Municipais (LC 159/2014);

Arabutã/SC, 25 de outubro de 2016.

Eliziane Schneider

Jackson Luiz Patzlaff

Contratada

Prefeito

Testemunhas:

Carine Altmann Fedrizzi

Dulci Driemeier

CPF/MFnº. 058.501.229-66

CPF/MFnº. 009.112.609-60

CONTRATO ACT 70/2016

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº. 070/2016

Por este instrumento particular, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Avenida Lauro Muller nº. 210, centro, Arabutã/SC, inscrito no CGC/MF sob o nº. 95.995.221/0001-53, neste ato denominado simplesmente CONTRATANTE e EDERLI WEBER, inscrita no CPF/MF sob o nº. 033.968.459-35, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente Contrato de Trabalho Temporário mediante as seguintes condições:

- 1) OBJETO: A presente contratação objetiva o preenchimento da vaga para o cargo de Professora, na vaga vinculada da professora Rubia Kiekow que está de licença tratamento de saúde, e para atender as necessidades temporárias conforme Edital de Processo Seletivo nº. 007/2015, em conformidade com a Lei Municipal nº. 218, de 23 de abril de 2002;
- 2) VIGÊNCIA: de 25 de outubro de 2016 até 14 de outubro de 2016;
- 3) REGIME JURIDICO: Administrativo, previsto no inc. IX, do art. 37 da Constituição Federal e Lei Complementar nº. 159/2014, cujo conteúdo o contratado declara conhecer e anuir;
- 4) VENCIMENTO: R\$ 1.401,00 (um mil quatrocentos e um reais) conforme Lei Complementar nº. 155, de 29 de dezembro de 2014, anexo IV;
- 5) CARGO/FUNÇÃO: Professor Ensino Superior;
- 6) UNIDADE ADMINISTRATIVA: Secretaria Municipal de Educação – G.E.P.F.
- 7) CARGA HORÁRIA SEMANAL: Será de 20h, pelo turno matutino;
- 8) SEGURIDADE SOCIAL: Regime Geral da Previdência Social;
- 9) OBRIGAÇÕES: Durante a vigência do contrato, o contratado fica sujeito ao regime disciplinar previsto no Estatuto dos Servidores Municipais (LC 159/2014);

Arabutã/SC, 25 de outubro de 2016.

Ederli Weber

Jackson Luiz Patzlaff

Contratada

Prefeito

Testemunhas:

Carine Altmann Fedrizzi

Dulci Driemeier

CPF/MFnº. 058.501.229-66

CPF/MFnº. 009.112.609-60

Arroio Trinta

PREFEITURA

CONTRATO Nº 0051/2016 - FRITZ COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE SÊMEN BOVINO LTDA ME

CONTRATO Nº 0051/2016, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0051/2016, TOMADA DE PREÇOS Nº 0020/2016, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ENTREGA DE NITROGÊNIO, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA – SC E A FRITZ COM. E REP. SEMEN BOVINO LTDA – ME.

O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA - SC, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 82.826.462/0001-27, com sede à Rua XV de Novembro, 26 em Arroio Trinta – SC, doravante considerada CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Senhor ALCIDIR FELCHILCHER, portador do CPF sob nº 518.040.009-06 e Carteira de Identidade nº 1.518.8051, residente e domiciliado na Rua XV de Novembro s/n, Centro, Município de Arroio Trinta – Santa Catarina e a empresa FRITZ COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE SÊMEN BOVINO LTDA – ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 80.409.428/0001-21, com Inscrição Estadual nº 251.626.105, com sede a Rua Marechal Deodoro da Fonseca, 5699, no Município de Indaial – SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo senhor CIRO HEDLER, brasileiro, separado judicialmente, comerciante, portador do CPF nº 246.562.599-34, Carteira de Identidade nº 4.606.913-5 SSP/SC, residente e domiciliado à Rua Marechal Deodoro da Fonseca, 5699, Bairro Warnow, no Município de Indaial – SC, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente contrato, cuja celebração foi autorizada no Processo Licitatório nº 0051/2016, PREGÃO nº 00020/2016, Doravante denominado o processo, e que se regerá pela Lei nº 8.666/93 combinada com a Lei nº 8.883/94, atendidas a cláusulas e condições que se enunciam a seguir:

Cláusula Primeira – A contratada se obriga a fornecer as doses de Sêmen, conforme PREGÃO nº 00020/2016, que, com seus anexos, integra este termo, independentemente de transcrição, para todos os fins e efeitos legais, conforme segue:

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	24816 - Sêmen bovino Holandês preto e branco, convencional, com as seguintes características referentes à USDA válida para 2016: sendo PTA leite positivo, igual ou acima de 1800 libras, com no mínimo 95% de confiabilidade. PTA para tipo positiva. Composto de úbere positivo. Composto pernas e pés positivos igual ou acima de 0,05. Dificuldade de parto/touro menor ou igual a 7%. JIGSAW	Doses	700	16,70	11.690,00
2	24817 - Sêmen bovino de touro da raça Jersey, provado, com prova válida para 2016, que atenda às seguintes características mínimas conforme prova oficial na base americana ou com conversão pela interbull. Confiabilidade produtiva igual ou maior que 90%; PTA leite igual ou maior que 450 libras. IMPRESS	Doses	300	12,00	3.600,00
4	24819 - Sêmen bovino de corte, raça Red Angus, touro registrado. FORECAST	Doses	300	12,80	3.840,00
6	24821 - Bainha Francesa para inseminação artificial em bovinos, pacote com 50 unidades. IMV	PCT	30	14,15	424,50
7	24822 - Luva plástica de inseminação artificial com 5 dedos, caixa com 100 unidades. GLOVEMAX	CX	35	35,00	1.225,00
Total					20.779,50

Cláusula Segunda – O objeto deste contrato será fornecido na Secretaria Municipal da Agricultura, no prédio da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, na pessoa do Diretor de agricultura Senhor Marciano Biava, para conferência do sêmen que está sendo entregue, juntamente com o Controlador Interno.

Cláusula Terceira – Estima-se o valor Global deste Contrato em R\$20.779,50(VINTE MIL SETECENTOS E SETENTA E NOVE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS), com base nos preços apresentados na licitação. O pagamento e a entrega serão conforme entrega do produto requisitado pela Secretaria da Agricultura.

§ 1º - O reajuste de preço só será efetivado mediante prorrogação do presente instrumento, após 31 de Dezembro de 2016 e com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Em caso de extinção deste, será utilizado o que vier a substituí-lo.

Cláusula Quarta – A entrega deverá ser efetuada em duas etapas: 50% das quantidades de cada item em até 10(dez) dias após a emissão da autorização de fornecimento (pré-empenho) e 50% restantes na data aproximada de 07 de novembro de 2016.
O presente Contrato poderá ser alterado nos casos previstos no Artigo 57, II, da Lei Federal nº 8.666/93, ou prorrogado através de Termo Aditivo.

Cláusula Quinta – A Despesa deste Contrato correrá a conta dos elementos de despesa do orçamento relativo ao exercício de 2016.

§ 1º – O pagamento à Contratada será efetuado à vista de nota fiscal ou fatura, apresentada na Tesouraria da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta.

Cláusula Sexta – A Contratada declara aceitar, integralmente, todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela contratante.

Parágrafo único – A existência e a atuação da fiscalização do Contratante em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne aos serviços contratados, e as suas consequências e implicações próximas ou remotas, ou seja, o fornecimento das doses de sêmen de boa qualidade.

Cláusula Sétima - O descumprimento total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecidas sujeitará a Contratada as sanções previstas na Lei, garantida prévia e ampla defesa em processo administrativo.

Cláusula Oitava – A multa aplicada no caso do não cumprimento do Contrato será de 5% (cinco por cento) do valor global contratado.

Cláusula Nona – O Contratante poderá rescindir administrativamente o presente contrato nas hipóteses previstas na Lei de licitações, sem que caiba à Contratada direito de qualquer indenização, sem prejuízos das penalidades pertinentes.

Cláusula Décima – O presente Contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte.

Cláusula Décima Primeira – A Contratada assume com exclusividade seus, os riscos e as despesas decorrentes do fornecimento das doses de sêmen, aparelhos e equipamentos necessários à boa e perfeita entrega dos mesmos. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda quaisquer prejuízos que sejam causados a Contratante ou a terceiros.

§ 1º – Os danos e os prejuízos serão ressarcidos a Contratante no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da notificação administrativa à Contratada sob pena de multa.

§ 2º – A Contratante não responderá por quaisquer ônus, direitos e obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária e decorrentes da execução do presente Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberá, exclusivamente à Contratada.

§ 3º – A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

§ 4º – A Contratada manterá durante toda a execução do Contrato as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação.

Cláusula Décima Segunda – Constituirá encargo exclusivo da Contratada o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização deste Contrato e da execução de seu objeto.

Cláusula Décima Terceira – O Foro do presente Contrato será o da Comarca de Videira – SC, excluído qualquer outro.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente em 03(três) cópias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Arroio Trinta – SC, 10 de outubro de 2016.

MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

CNPJ 82.826.462/0001-27

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

Contratante

FRITZ COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES

DE SÊMEN BOVINO LTDA – ME

CNPJ 80.409.428/0001-21

CIRO HEDLER

Sócio Gerente

Contratada

Testemunhas:

MICHEL JÚNIOR SERIGHELLI

CPF: 000.077.349-21

RONIVAN BRANDALISE

CPF: 027.783.989-02

CONTRATO Nº 0051/2016, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0051/2016, PREGÃO Nº 0020/2016,

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ENTREGA DE SÊMEN E OUTROS

CONTRATADA: FRITZ COM. E REP. SÊMEN BOVINO LTDA

VALOR: R\$20.779,50

CONTRATO Nº 0052/2016 - FM PNEUS LTDA

CONTRATO Nº 0052/2016, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0052/2016, PREGÃO Nº 0021/2016, CONTRATAÇÃO DE RECAUCHUTAGEM E RECAPAGENS DE PNEUS PARA MÁQUINAS DO MUNICÍPIO, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA – SC E A EMPRESA FM PNEUS LTDA.

O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA - SC, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 82.826.462/0001-27, com sede à Rua XV de Novembro, 26 em Arroio Trinta – SC, doravante considerada CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Senhor ALCIDIR FELCHILCHER, portador do CPF sob nº 518.040.009-06 e Carteira de Identidade nº 1.518.8051, residente e domiciliado na Rua XV de Novembro s.n.º, Centro, Município de Arroio Trinta – Santa Catarina, e a empresa FM PNEUS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 81.374.845/0004-91, com sede na Rodovia SC 453, SN, Km 53,5 no Município de Videira – SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo senhor ELOIR CLEFSON ZAGO, brasileiro, solteiro, portador do CPF nº 949.667.379-15 e RG sob nº 2.977.649, residente e domiciliado na Rua 10 de Março, Bairro Carboni no Município de Videira – SC, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente contrato, cuja celebração foi autorizada no Processo Licitatório nº 0052/2016, Pregão nº. 0021/2016, doravante denominado o processo, e que se regerá pela Lei nº 8.666/93, atendidas as cláusulas e condições que se enunciam a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O objeto do presente contrato é prestação de serviços pela contratada de SERVIÇOS DE RECAUCHUTAGEM, RECAPAGEM E CONSERTOS DE PNEUS PARA MÁQUINAS, CAMINHÕES, ÔNIBUS E MICROS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, conforme Pregão n.º 0021/2016, nos itens vencidos pela empresa, que com seus anexos, integra este termo, independentemente de transcrição, para todos os fins e efeitos legais e conforme segue:

Item	Material/Serviço	Un. Med.	Qtd.	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	24882 - Recauchutagem de pneu 17.5-25 G-2, (Retroescavadeira JCB – traseiro) VIPAL	Un	2	1.425,00	2.850,00
2	24883 - Recauchutagem de pneu 12.5/80-18, (Retroescavadeira JCB – dianteiro) VIPAL	Un	2	1.000,00	2.000,00
3	24884 - Recauchutagem de pneu 12.5/80-18, (Retroescavadeira CAT – dianteiro) VIPAL	Un	2	1.000,00	2.000,00
4	24885 - Recauchutagem de pneu 14-00-24, (Carregadeira Michigan 75III e Carregadeira 45 C) VIPAL	Un	8	1.180,00	9.440,00
5	24886 - Recapagem de pneu 275/80-22.5, borrachudo, profundidade mínima 18mm (Caçamba Mercedes e Caçamba Toco) VIPAL	Un	8	678,00	5.424,00
6	24887 - Recapagem de pneu 1.000-20, borrachudo, comum, profundidade mínima 15mm (Caçambas Truque Cargo) VIPAL	Un	8	541,00	4.328,00
7	24888 - Conserto de pneu 17.5-25 G-2, (Retroescavadeira JCB – traseiro) VIPAL	Un	10	378,00	3.780,00
8	24889 - Conserto de pneu 12.5/80-18 (Retroescavadeira JCB – dianteiro) VIPAL	Un	10	165,00	1.650,00
9	24890 - Conserto de pneu 12.5/80-18, (Retroescavadeira CAT – dianteiro) VIPAL	Un	10	165,00	1.650,00
10	24891 - Conserto de pneu 14-00-24 (Carregadeira Michigan 75III e Carregadeira 45 C) VIPAL	Un	20	320,00	6.400,00
11	24892 - Conserto de pneu 275/80-22.5 (Caçamba Mercedes e Caçamba Toco) VIPAL	Un	20	150,00	3.000,00
12	24893 - Conserto de pneu 1.000-20 (Caçambas Truque Cargo) VIPAL	Un	20	150,00	3.000,00
13	24894 - Recapagem de pneu 215/75 R17.5, borrachudo, comum, profundidade mínima 15mm (2 Micros) VIPAL	Un	8	350,00	2.800,00
14	24895 - Recapagem de pneu 275/80-22.5, borrachudo, comum, profundidade mínima 18mm (3 Ônibus) VIPAL	Un	8	555,00	4.440,00
15	24896 - Recapagem de pneu 750/16, borrachudo, comum, com profundidade mínima de 15mm (1 micro) VIPAL	Un	4	315,00	1.260,00
16	24897 - Conserto de pneu 215/75 R17.5, liso (2 Micros) VIPAL	Un	10	78,00	780,00
17	24898 - Conserto de pneu 275/80-22.5 (3 Ônibus) VIPAL	Un	15	145,00	2.175,00
18	24899 - Conserto de pneu 750/16 (1 micro) VIPAL	Un	5	75,00	375,00
Total					57.352,00

CLÁUSULA SEGUNDA - As recapagens de que trata este Contrato, deverão ser realizadas conforme a necessidade da Contratante, por preço unitário, mediante ordem, emitida pela Secretaria de Infra Estrutura da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta – SC, conferência do Setor de Controle interno quando da retirada e por ocasião da entrega, conforme itens vencidos:

CLÁUSULA TERCEIRA - Estima-se o valor Global deste Contrato em R\$57.352,00(CINQUENTA E SETE MIL TREZENTOS E CINQUENTA E DOIS REAIS), com base nos preços apresentados na licitação, sendo que não sofrerá reajuste, durante o período de execução do Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - Cabe a CONTRATANTE:

- Efetuar o pagamento do objeto do presente Contrato, de acordo com o estabelecido na cláusula segunda;
- Encaminhar a publicação resumida do instrumento de Contrato e seus aditamentos, se ocorrerem, em mural e ou jornal de circulação regional;
- Arcar com as despesas concernentes a publicação do extrato do Contrato e seus aditivos se ocorrerem.
- Fazer o controle de entrega e recapados;

e) As demais responsabilidades determinadas no Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – Cabe a CONTRATADA:

a) Coletar e entregar os pneus objeto do presente Contrato, no Município de Arroio Trinta, de acordo com as propostas apresentadas no Processo Licitatório e demais Cláusulas enunciadas;

b) Outras obrigações mencionadas no Contrato.

CLÁUSULA SEXTA - O prazo de fornecimento ora contratado é de 13 de outubro de 2016 até 31 de dezembro de 2016 ou até que durar a quantidade dos serviços licitados, não podendo ultrapassar o exercício de 2016.

CLÁUSULA SÉTIMA - A Despesa deste Contrato correrá a conta do elemento de despesas da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, do orçamento relativo ao exercício de 2016.

Parágrafo único – O pagamento à Contratada será efetuado após a realização dos serviços de recapagens, à vista de nota fiscal ou fatura, apresentada na Tesouraria da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta.

CLÁUSULA OITAVA - A Contratada declara aceitar, integralmente, todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela contratante.

Parágrafo único – A existência e a atuação da fiscalização do Contratante em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne aos serviços contratados, e as suas consequências e implicações próximas ou remotas, ou seja, o fornecimento de recapagens de boa qualidade.

CLÁUSULA NONA - O descumprimento total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecidas sujeitará a Contratada as sanções previstas na Lei, garantida prévia e ampla defesa em processo administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA - A multa aplicada no caso do não cumprimento do Contrato será de 20% (vinte por cento) do valor global contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - O Contratante poderá rescindir administrativamente o presente contrato nas hipóteses previstas na Lei de licitações, sem que caiba à Contratada direito de qualquer indenização, sem prejuízos das penalidades pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - O presente Contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - A Contratada assume como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes do fornecimento dos serviços de recapagens dos pneus em referência, necessários à boa e perfeita entrega dos mesmos. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda quaisquer prejuízos que sejam causados a Contratante ou a terceiros.

§ 1º – Os danos e os prejuízos serão ressarcidos a Contratante no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da notificação administrativa à Contratada sob pena de multa.

§ 2º – A Contratante não responderá por quaisquer ônus, direitos e obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária e decorrentes da execução do presente Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberá, exclusivamente à Contratada.

§ 3º – A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

§ 4º – A Contratada manterá durante toda a execução do Contrato as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Constituirá encargo exclusivo da Contratada o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização deste Contrato e da execução de seu objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - O Foro do presente Contrato será o da Comarca de Videira – SC, excluído qualquer outro. E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente em 03(três) cópias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Arroio Trinta – SC, 13 de outubro de 2016.
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA
CNPJ 82.826.462/0001-27
ALCIDIR FELCHILCHER
Contratante

FM PNEUS LTDA
CNPJ: 81.374.845/0004-91
ELOIR CLEFSON ZAGO
Contratado

Testemunhas:

MICHEL JÚNIOR SERIGHELLI

CPF – 000.077.349-21

RONIVAN BRANDALISE

CPF: 027.783.989-02

CONTRATO Nº 0052/2016 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0052/2016

PREGÃO Nº 0021/2016

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAUCHUTAGEM DE PNEUS PARA MÁQUINAS E VEÍCULOS

CONTRATADA: EMPRESA FM PNEUS LTDA.

VALOR: R\$57.352,00

CONTRATO Nº 0053/2016 - POSTO SERIBA LTDA

CONTRATO Nº 0053/2016, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0056/2016, PREGÃO PRESENCIAL Nº 0024/2016, AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES, ADITIVOS E FILTROS, PARA MANUTENÇÃO EM CARÁTER PREVENTIVO E PERIÓDICO DE MÁQUINAS, VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS PERTENCENTES A FROTA DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA E DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARROIO TRINTA.

O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA- SC, pessoa jurídica de direito publico interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 82.826.462/0001-27, com sede a Rua XV de Novembro, 26 em Arroio Trinta - SC, doravante considerada CONTRATANTE, neste ato representado Prefeito Municipal CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Senhor. ALCIDIR FELCHILCHER, portador do CPF sob nº 518.040.009-06 e Carteira de Identidade nº 1.518.8051, residente e domiciliado na Rua XV de Novembro SN, Centro, Município de Arroio Trinta – Santa Catarina e O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARROIO TRINTA- SC, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 10.479.381/0001-97, com sede a Rua Francisco Nava, 157 em Arroio Trinta - SC, , neste ato representado pelo Gestor do Fundo o Senhor FERNANDO MANENTI, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Jacob Casaleti, Centro de Arroio Trinta – SC, doravante consideradas CONTRATANTES e a empresas POSTO SERIBA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 83.400.242/0001-08, com inscrição estadual nº 250.490.340, com sede á Rua XV de novembro, 349, em Arroio Trinta – SC, neste ato representada pelo procurador, Senhor SIDNEI SERIGUELI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 715.611.889-72, residente e domiciliado à Rua Pasqual Nava, nº 192 em Arroio Trinta – SC, doravante denominada CONTRATADA e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente contrato, cuja celebração foi autorizada no Processo Licitatório nº 0056/2016, PREGÃO PRESENCIAL 0024/2016, Doravante denominado o processo, e que se regerá pela Lei nº 8.666/93 combinada com a Lei nº 8.883/94 e lei 10.520/2002, atendidas a cláusulas e condições que se enunciam a seguir:

Cláusula Primeira – As contratadas se obrigam a fornecer OLÉOS LUBRIFICANTES E OUTROS, para veículos, máquinas e equipamentos da contratante, conforme PREGÃO PRESENCIAL nº 0024/2016, que, com seus anexos, integra este termo, independentemente de transcrição, para todos os fins e efeitos legais nas quantidades abaixo:

§ 1º - A Contratada POSTO SERIBA LTDA, se obriga a fornecer para veículos da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta e Fundo Municipal da Saúde, os seguintes produtos:

Lote	Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	1	24999 - Filtro de óleo lubrificante Aplicação: Fiat Strada Fire Flex 1.4 ,86 cv, 2009/2009 Código MANN: W6 multi 20 Código MAHLE: OC259 Mann	Un	3	15,42	46,26
1	2	25000 - Filtro de ar do motor Aplicação: Fiat Strada Fire Flex 1.4 ,86 cv, 2009/2009 Código MANN: C2585 Código MAHLE: LX908 Mann	Un	3	13,97	41,91
1	3	25001 - Filtro de Combustível Aplicação: Fiat Strada Fire Flex 1.4 ,86 cv, 2009/2009 Código Tecfil: GI04/7 Código MANN: WK 58 Código MAHLE: KL582 TEC FIL	Un	3	12,47	37,41
1	4	25002 - Óleo lubrificante Base 100% sintética, viscosidade 5w30, para 10000 km. Aplicação: Fiat Strada Fire Flex 1.4 ,86 cv, 2009/2009 Atende às especificações ILSAC GF-5 e API SN. Frasco de 1 l. IPIRANGA	L	12	15,06	180,72
3	9	25007 - Filtro de óleo lubrificante Aplicação: GM Corsa Hatch Joy 1.0 71 cv. 2005/2005 Código MANN: W 712/22 ou opcional W 7 MULTI 18 Código MAHLE: OC90 Mann	Un	1	13,32	13,32
3	10	25008 - Filtro de ar do motor Aplicação: GM Corsa Hatch Joy 1.0 71 cv. 2005/2005 Código MANN: C 30 125/1 Código MAHLE: LX999 Mann	Un	1	16,52	16,52

3	11	25009 - Filtro de Combustível Aplicação: GM Corsa Hatch Joy 1.0 71 cv. 2005/2005 Código MANN: WK 58 Código TEC-FIL: GI04/7 Código MAHLE: KL582 TEC FIL	Un	1	11,56	11,56
3	12	25010 - Óleo lubrificante 15w40 API SL semissintético. Frasco de 1l. Aplicação: GM Corsa Hatch Joy 1.0 71 cv. 2005/2005 IPIRANGA	L	4	17,15	68,60
4	13	25011 - Filtro de óleo lubrificante Aplicação: GM Chevrolet Classic LS 1.0 Flex 78 Cv, 2013/2014 Código MANN: W 712/22 ou W 7 MULTI 18 Código MAHLE: OC90 Mann	Un	3	14,97	44,91
4	14	25012 - Filtro de ar do motor Aplicação: GM Chevrolet Classic LS 1.0 Flex 78 Cv, 2013/2014 Código MANN: C 2256 Código MAHLE: LX523 Mann	Un	2	13,73	27,46
4	15	25013 - Filtro de Combustível Aplicação: GM Chevrolet Classic LS 1.0 Flex 78 Cv, 2013/2014 Código Tecfil: GI04/7 Código MANN: WK 58 Código MAHLE: KL582 TEC FIL	Un	3	12,99	38,97
4	16	25014 - Óleo lubrificante de base 100% sintética, viscosidade 5w30, para 10000 km. Aplicação: GM Chevrolet Classic LS 1.0 Flex 78 Cv, 2013/2014 Atende às especificações ILSAC GF-5 e API SN. Frasco de 1 l. IPIRANGA	L	12	24,22	290,64
6	21	25019 - Filtro de óleo lubrificante Aplicação: Fiat Strada Adventure 1.6 2001/2002 106 CV Código MANN: W 7 MULTI 20 Código MAHLE: OC66 Mann	Un	2	14,57	29,14
6	22	25020 - Filtro de ar do motor Aplicação: Fiat Strada Adventure 1.6 2001/2002 106 CV Código MANN: C 2585 Código MAHLE: LX908 Mann	Un	1	15,75	15,75
6	23	25021 - Filtro de Combustível Aplicação: Fiat Strada Adventure 1.6 2001/2002 106 CV Código MANN: WK 510 Código MAHLE: KL239 Código Tecfil: GI04/7 TEC FIL	Un	2	14,49	28,98
6	24	25022 - Óleo lubrificante 15w40 API SL semissintético. Frasco de 1l. Aplicação: Fiat Strada Adventure 1.6 2001/2002 106 CV IPIRANGA	Un	8	15,73	125,84
7	25	25027 - Filtro de óleo lubrificante Aplicação: Fiat Siena Essence 1.6 Flex 117 CV, 2014/2015 Código MANN: HU 816/2 x Código MAHLE: OX175D Mann	Un	4	23,03	92,12
7	26	25028 - Filtro de ar do motor Aplicação: Fiat Siena Essence 1.6 Flex 117 CV, 2014/2015 Código MANN: C 37 001/1 Código MAHLE: LX3355 Mann	Un	2	31,90	63,80
7	27	25029 - Filtro de Combustível Aplicação: Fiat Siena Essence 1.6 Flex 117 CV, 2014/2015 Código MANN: WK 58 Código MAHLE: KL582 Código Tecfil: GI04/7 TEC FIL	Un	4	14,44	57,76
7	28	25030 - Filtro de cabine (ar condicionado) Aplicação: Fiat Siena Essence 1.6 Flex 117 CV, 2014/2015 Código MANN: CUK 20 011 Código MAHLE: LA422 Código Tecfil: ACP 906 TEC FIL	Un	2	16,56	33,12
7	29	25031 - Óleo lubrificante de base 100% sintética, viscosidade 5w30, para 10000 km. Aplicação: Fiat Siena Essence 1.6 Flex 117 CV, 2014/2015 Atende às especificações ILSAC GF-5 e API SN. Frasco de 1 l. IPIRANGA	L	20	24,41	488,20
8	30	25032 - Filtro de óleo lubrificante Aplicação: GM Montana Conquest 1.8 114 CV 2005/2006 Código MANN: W 712/22 ou opcional W 7 MULTI 18 Mann	Un	2	14,07	28,14
8	31	25033 - Filtro de ar do motor Aplicação: GM Montana Conquest 1.8 114 CV 2005/2006 Código MANN: C 30 125/1 Código MAHLE: LX999 Mann	Un	1	21,50	21,50

8	32	25034 - Filtro de Combustível Aplicação: GM Montana Conquest 1.8 114 CV 2005/2006 Código MANN: WK 58 Código MAHLE:KL582 Código Tecfil:GI04/7 TEC FIL	Un	2	9,65	19,30
8	33	25035 - Óleo lubrificante 15w40 API SL semissintético. Frasco de 1l. Aplicação: GM Montana Conquest 1.8 114 CV 2005/2006 IPIRANGA	L	8	15,73	125,84
9	34	25036 - Filtro de óleo lubrificante Aplicação: Fiat Ducato M Jaedi AMB, Cargo Multi 2.3 127 cv, 2010/2011 Código MANN: W 9009 Código WEGA: WOE 331 Código Tecfil: PSL 655 TEC FIL	Un	5	66,50	332,50
9	35	25037 - Filtro de ar do motor Aplicação: Fiat Ducato M Jaedi AMB, Cargo Multi 2.3 127 cv, 2010/2011 Código MANN: C 17 278/1 Código WEGA: VW 317 Mann	Un	2	79,49	158,98
9	36	25038 - Filtro de Combustível Aplicação: Fiat Ducato M Jaedi AMB, Cargo Multi 2.3 127 cv, 2010/2011 Código MANN: PU 723 x Código WEGA: FCD 0771 Mann	Un	5	83,50	417,50
9	37	25039 - Filtro de Cabine (ar condicionado) Aplicação: Fiat Ducato M Jaedi AMB, Cargo Multi 2.3 127 cv, 2010/2011 Código MANN: CU 4442 Código Tecfil: ACP105 TEC FIL	Un	2	22,57	45,14
9	38	25040 - Óleo lubrificante 10w40 100 % sintético para motores diesel. Em galão de 20 l. Aplicação: Fiat Ducato M Jaedi AMB, Cargo Multi 2.3 127 cv, 2010/2011 PETROBRAS	GALÃO	2	395,25	790,50
10	39	25041 - Filtro de óleo lubrificante Aplicação: Fiat Ducato M Jaedi Combinado 2.3 127 cv, 2010/2011 Código MANN: W 9009 Código WEGA: WOE 331 Código Tecfil: PSL 655 TEC FIL	Un	5	66,50	332,50
10	40	25042 - Filtro de ar do motor Aplicação: Fiat Ducato M Jaedi Combinado 2.3 127 cv, 2010/2011 Código MANN: C 17 278/1 Código WEGA: VW 317 Mann	Un	2	79,49	158,98
10	41	25043 - Filtro de Combustível Aplicação: Fiat Ducato M Jaedi Combinado 2.3 127 cv, 2010/2011 Código MANN: PU 723 x Código WEGA: FCD 0771 Mann	Un	5	83,50	417,50
10	42	25044 - Filtro de Cabine (ar condicionado) Aplicação: Fiat Ducato M Jaedi Combinado 2.3 127 cv, 2010/2011 Código MANN: CU 4442 Código Tecfil: ACP105 TEC FIL	Un	2	22,57	45,14
10	43	25045 - Óleo lubrificante 10w40 100 % sintético para motores diesel. Em galão de 20 l. Aplicação: Fiat Ducato M Jaedi Combinado 2.3 127 cv, 2010/2011 PETROBRÁS	GALÃO	2	395,25	790,50
11	44	25046 - Filtro de óleo lubrificante Aplicação: Fiat Ducato Mult Jaedi 2.3, 127 cv, Teto Alto, 2012/2013 Código MANN: W 9009 Código WEGA: WOE 331 Código Tecfil: PSL 655 TEC FIL	Un	5	66,50	332,50
11	45	25047 - Filtro de ar do motor Aplicação: Fiat Ducato Mult Jaedi 2.3, 127 cv, Teto Alto, 2012/2013 Código MANN: C 17 278/1 Código WEGA: VW 317 Mann	Un	2	79,49	158,98
11	46	25048 - Filtro de Combustível Aplicação: Fiat Ducato Mult Jaedi 2.3, 127 cv, Teto Alto, 2012/2013 Código MANN: PU 723 x Código WEGA: FCD 0771 Mann	Un	5	83,50	417,50
11	47	25049 - Filtro de Cabine (ar condicionado) Aplicação: Fiat Ducato Mult Jaedi 2.3, 127 cv, Teto Alto, 2012/2013 Código MANN: CU 4442 Código Tecfil: ACP105 TEC FIL	Un	2	22,57	45,14
11	48	25050 - Óleo lubrificante 100% sintético para motores a diesel, viscosidade 5w30, para 10.000 km. Atende à especificação API SM e deve, obrigatoriamente, possuir certificação pela FIAT. Em galões de 3 litros. Produto de referência: SELENIA WR PURE ENERGY Aplicação: Fiat Ducato Mult Jaedi 2.3, 127 cv, Teto Alto, 2012/2013 PETROBRÁS	GALÃO	9	104,25	938,25

12	49	25051 - Filtro de óleo lubrificante Aplicação: GM Chevrolet Meriva MAXX 1.8 Flex, 109 cv, 2005/2005 Código MANN: W 712/22 ou opcional W 7 MULTI 18 Código MAHLE: OC 90 Mann	Un	4	14,07	56,28
12	50	25052 - Filtro de ar do motor Aplicação: GM Chevrolet Meriva MAXX 1.8 Flex, 109 cv, 2005/2005 Código MANN: C 30 125/1 Código MAHLE: LX999 Mann	Un	2	21,71	43,42
12	51	25053 - Filtro de Combustível Aplicação: GM Chevrolet Meriva MAXX 1.8 Flex, 109 cv, 2005/2005 Código MANN: WK 58 Código MAHLE: KL582 Código Tecfil: GI04/7 TEC FIL	Un	4	14,49	57,96
12	52	25054 - Filtro de Cabine (ar condicionado) Aplicação: GM Chevrolet Meriva MAXX 1.8 Flex, 109 cv, 2005/2005 Código MANN: CU 2143 Código MAHLE: LA189 Código Tecfil: ACP004 TEC FIL	Un	2	22,67	45,34
12	53	25055 - Óleo lubrificante de base 100% sintética, viscosidade 5w30, para 10000 km. Aplicação: GM Chevrolet Meriva MAXX 1.8 Flex, 109 cv, 2005/2005 Atende às especificações ILSAC GF-5 e API SN. Frasco de 1 l. IPIRANGA	L	20	24,49	489,80
13	54	25056 - Filtro de óleo lubrificante Aplicação: Fiat Doblô Essence 1.8 Flex, 132 cv, 2014/2014 Código MANN: HU 816/2 x Código MAHLE: OX175D Mann	Un	4	23,10	92,40
13	55	25057 - Filtro de ar do motor Aplicação: Fiat Doblô Essence 1.8 Flex, 132 cv, 2014/2014 Código MANN: C 37 001/1 Código MAHLE: LX3355 Mann	Un	2	34,17	68,34
13	56	25058 - Filtro de Combustível Aplicação: Fiat Doblô Essence 1.8 Flex, 132 cv, 2014/2014 Código MANN: WK 58 Código MAHLE: KL582 Código Tecfil: GI04/7 TEC FIL	Un	4	14,49	57,96
13	57	25059 - Filtro de Cabine (ar condicionado) Aplicação: Fiat Doblô Essence 1.8 Flex, 132 cv, 2014/2014 Código MANN: CU 2335 Código MAHLE: LA144 Código Tecfil: ACP131 TEC FIL	Un	2	22,35	44,70
13	58	25060 - Óleo lubrificante de base 100% sintética, viscosidade 5w30, para 10000 km. Aplicação: Fiat Doblô Essence 1.8 Flex, 132 cv, 2014/2014 Atende às especificações ILSAC GF-5 e API SN. Frasco de 1 l. IPIRANGA	L	20	24,49	489,80
14	59	25062 - Filtro de óleo lubrificante Aplicação: Chevrolet Classic LS 1.0 Flex, 78 cv, 2010/2011 Código MANN: W 712/22 ou opcionalmente W 7 MULTI 18 Código MAHLE: OC90 Mann	Un	4	14,07	56,28
14	60	25063 - Filtro de ar do motor Aplicação: Chevrolet Classic LS 1.0 Flex, 78 cv, 2010/2011 Código MANN: C 2256 Código MAHLE: LX523 Mann	Un	2	13,07	26,14
14	61	25064 - Filtro de Combustível Aplicação: Chevrolet Classic LS 1.0 Flex, 78 cv, 2010/2011 Código MANN: WK 58 Código MAHLE: KL582 Código Tecfil: GI04/7 TEC FIL	Un	4	14,49	57,96
14	62	25065 - Óleo lubrificante de base 100% sintética, viscosidade 5w30, para 10000 km. Aplicação: Chevrolet Classic LS 1.0 Flex, 78 cv, 2010/2011 Atende às especificações ILSAC GF-5 e API SN. Frasco de 1 l. IPIRANGA	L	16	24,49	391,84
16	67	25070 - Filtro de óleo lubrificante Aplicação: VW Gol 1.0 Total Flex 76 cv, 2012/2013 Código MANN: W 712/53 ou opcionalmente W7 MULTI 3/4-D Código MAHLE: OC250 Mann	Un	2	14,07	28,14
16	68	25071 - Filtro de ar do motor Aplicação: VW Gol 1.0 Total Flex 76 cv, 2012/2013 Código MANN: C 2969 Código MAHLE: LX1779 Mann	Un	1	17,40	17,40

16	69	25072 - Filtro de Combustível Aplicação: VW Gol 1.0 Total Flex 76 cv, 2012/2013 Código MANN: WK 58/3 Código MAHLE: KL583 Código Tecfil: GI50/7 TEC FIL	Un	2	14,49	28,98
16	70	25073 - Filtro de Cabine (ar condicionado) Aplicação: VW Gol 1.0 Total Flex 76 cv, 2012/2013 Código MANN: CU 2545 Código MAHLE: LA120 Código TECFIL: ACP303 TEC FIL	Un	1	21,48	21,48
16	71	25074 - Óleo lubrificante de base 100% sintética, viscosidade 5w30, para 10000 km. Atende às especificações ILSAC GF-5 e API SN. Frasco de 1 l. Aplicação: VW Gol 1.0 Total Flex 76 cv, 2012/2013 IPIRANGA	L	8	24,49	195,92
17	72	25075 - Filtro de óleo lubrificante Aplicação: Fiat Palio Fire 1.0 Economy Flex, 75 cv, 2014/2015 Código MANN: W 610 ou opcional W 6 MULTI 20 Código MAHLE: OC259 Mann	Un	3	15,86	47,58
17	73	25076 - Filtro de ar do motor Aplicação: Fiat Palio Fire 1.0 Economy Flex, 75 cv, 2014/2015 Código MANN: C 2585 Código MAHLE: LX908 Mann	Un	2	15,75	31,50
17	74	25077 - Filtro de Combustível Aplicação: Fiat Palio Fire 1.0 Economy Flex, 75 cv, 2014/2015 Código MANN: WK 58 Código MAHLE: KL582 TEC FIL	Un	3	14,49	43,47
17	75	25078 - Filtro de Cabine (ar condicionado) Aplicação: Fiat Palio Fire 1.0 Economy Flex, 75 cv, 2014/2015 Código MANN: CU 2629 Código MAHLE: LA422 TEC FIL	Un	1	18,26	18,26
17	76	25079 - Óleo lubrificante de base 100% sintética, viscosidade 5w30, para 10000 km. Aplicação: Fiat Palio Fire 1.0 Economy Flex, 75 cv, 2014/2015 Atende às especificações ILSAC GF-5 e API SN. Frasco de 1 l. IPIRANGA	L	16	24,49	391,84
18	77	25080 - Filtro cárter Aplicação: Micro-ônibus VW Mascarello Granmini O, 2005/2005 150 cv Código Original ou Compatível: RL377/Parker Mann	Un	2	88,43	176,86
18	78	25081 - Filtro de ar Aplicação: Micro-ônibus VW Mascarello Granmini O, 2005/2005 150 cv Código Original ou Compatível: C 17 308/Mann Mann	Un	2	83,20	166,40
18	79	25082 - Filtro Diesel Aplicação: Micro-ônibus VW Mascarello Granmini O, 2005/2005 150 cv Código Original ou Compatível: WK 950/21 - MANN Mann	Un	2	86,20	172,40
18	80	25083 - Elemento de Combustível/ Separador de Água. Aplicação: Micro-ônibus VW Mascarello Granmini O, 2005/2005 150 cv Código Original ou Compatível: 2R0127177C original ou R120L-10M-AQII Parker Parker	Un	2	108,50	217,00
18	81	25084 - Óleo 15w40, base mineral, para motores a diesel, em galões de 20 litros. Aplicação: Micro-ônibus VW Mascarello Granmini O, 2005/2005 150 cv Atende a especificação API CI-4, CH-4 / SL, SJ. Principais vantagens: Deve possuir elevada detergência e dispersância, e excelentes propriedades em baixas temperaturas (partida à frio). IPIRANGA	GALÃO	2	192,74	385,48
21	93	25096 - Filtro Diesel Aplicação: Micro-ônibus Agrale/Marcopolo V8 2008/2009 Código original ou compatível: PSC491/Tecfil, WK 1124 MANN TEC FIL	Un	2	52,33	104,66
21	94	25097 - Filtro Diesel (separador de água) Aplicação: Micro-ônibus Agrale/Marcopolo V8 2008/2009 Código original ou compatível: PSD530/1 Tecfil, WK 940/24 MANN Mann	Un	2	50,25	100,50
21	95	25098 - Filtro Motor Aplicação: Micro-ônibus Agrale/Marcopolo V8 2008/2009 Código original ou compatível: PSL962 Tecfil, W 962 MANN TEC FIL	Un	2	38,23	76,46

21	96	25099 - Filtro de ar interno Aplicação: Micro-ônibus Agrale/Marcopolo V8 2008/2009 Código original ou compatível: ASR203 TECFIL, CF 500/1 MANN TEC FIL	Un	1	59,67	59,67
21	97	25100 - Filtro de ar externo Aplicação: Micro-ônibus Agrale/Marcopolo V8 2008/2009 Código original ou compatível: C 20 500 MANN, ARS3003 Tecfil. TEC FIL	Un	1	74,85	74,85
21	98	25101 - Óleo 15w40, base mineral, para motores a diesel, em galões de 20 litros. Atende a especificação API CI-4, CH-4 / SL, SJ. Aplicação: Micro-ônibus Agrale/Marcopolo V8 2008/2009 Principais vantagens: Deve possuir elevada detergência e dispersância, e excelentes propriedades em baixas temperaturas (partida à frio). Mann	GALÃO	3	192,74	578,22
22	99	25102 - Filtro de diesel (combustível) Aplicação: Caminhão Prancha Ford Cargo 2630 1998/1999 Código Original ou Compatível: WK723/MANN Mann	Un	2	15,99	31,98
22	100	25103 - Filtro de óleo lubrificante (cárter) Aplicação: Caminhão Prancha Ford Cargo 2630 1998/1999 Código Original ou Compatível: PSL300/Tecfil TEC FIL	Un	2	72,07	144,14
22	101	25104 - Filtro carburante d'água Aplicação: Caminhão Prancha Ford Cargo 2630 1998/1999 Código Original ou Compatível: WA 923/1 MANNN	Un	2	55,68	111,36
22	102	25105 - Óleo 15w40, base mineral, para motores a diesel, em galões de 20 litros. Aplicação: Caminhão Prancha Ford Cargo 2630 1998/1999 Atende a especificação API CI-4, CH-4 / SL, SJ. Principais vantagens: Deve possuir elevada detergência e dispersância, e excelentes propriedades em baixas temperaturas (partida à frio). IPIRANGA	GALÃO	2	192,74	385,48
23	103	25106 - Filtro de diesel (combustível) Aplicação: Caminhão Caçamba Ford Cargo 2224, 2002/2002 Código Original ou Compatível: WK 950/22 MANN Mann	Un	2	115,50	231,00
23	104	25107 - Filtro de diesel (combustível) Aplicação: Caminhão Caçamba Ford Cargo 2224, 2002/2002 Código Original ou Compatível: WK 723 MANN Mann	Un	2	15,99	31,98
23	105	25108 - Filtro de óleo lubrificante (cárter) Aplicação: Caminhão Caçamba Ford Cargo 2224, 2002/2002 Código Original ou Compatível: PSL300 Tecfil TEC FIL	Un	2	108,11	216,22
23	106	25109 - Filtro carburante d'água Aplicação: Caminhão Caçamba Ford Cargo 2224, 2002/2002 Código Original ou Compatível: WA 923/1 MANN Mann	Un	2	55,68	111,36
23	107	25110 - Óleo 15w40, base mineral, para motores a diesel, em galões de 20 litros. Aplicação: Caminhão Caçamba Ford Cargo 2224, 2002/2002 Atende a especificação API CI-4, CH-4 / SL, SJ. Principais vantagens: Deve possuir elevada detergência e dispersância, e excelentes propriedades em baixas temperaturas (partida à frio). IPIRANGA	GALÃO	2	192,74	385,48
34	165	25168 - Óleo 15w40, base mineral, para motores a diesel, em galões de 20 litros. Atende a especificação API CI-4, CH-4 / SL, SJ. Principais vantagens: Deve possuir elevada detergência e dispersância, e excelentes propriedades em baixas temperaturas (partida à frio). IPIRANGA	GALÃO	30	176,99	5.309,70
35	166	25169 - Óleo hidráulico 433. Óleo para uso em sistemas de transmissão, hidráulico e freio úmido de tratores. Proporciona resistência à corrosão, ferrugem, oxidação e formação de espuma. Compatível com anéis, retentores e demais componentes Em galão de 20l. IPIRANGA	GALÃO	5	181,99	909,95
36	167	25170 - Óleo Hidráulico ATF ou equivalente. Para transmissões automáticas automotivas e sistemas hidráulicos industriais, em galões de 20 litros INGRAX	GALÃO	5	166,00	830,00

38	169	25172 - Óleo hidráulico 46 Óleo mineral parafínico contendo aditivos antidesgaste, antioxidante, antiferrugem, antiespumante, anticorrosivo e demulsificante. Aplicação em sistemas hidráulicos de grau 46. Galões de 20l. INGRAX	GALÃO	5	137,99	689,95
39	170	25173 - Óleo hidráulico 68 Óleo mineral parafínico contendo aditivos antidesgaste, antioxidante, antiferrugem, antiespumante, anticorrosivo e demulsificante. Aplicação em sistemas hidráulicos de grau 68. Galões de 20l. INGRAX	GALÃO	30	124,66	3.739,80
Total						25.373,07

Cláusula Segunda – O objeto deste contrato será fornecido da seguinte forma: Os itens referentes aos lotes 1 a 23, deverão ser entregues já instalados nos veículos, na sede da CONTRATADA localizadas no perímetro urbano do Município de Arroio Trinta. Para os lotes 24 e seguintes, a entrega deverá ser feita na garagem do Município de Arroio Trinta, localizada à Rua Francisco Nava, S/N, Centro do Município de Arroio Trinta, SC, mediante ordem de abastecimento, emitida pelas Secretarias.

Cláusula Terceira – Estima-se o valor Global deste Contrato em R\$25.373,07 (VINTE E CINCO MIL TREZENTOS E SETENTA E TRÊS REAIS E SETE CENTAVOS), com base nos preços apresentados na licitação, sendo que só sofrerá reajuste para maior ou para menor com base nos índices fornecidos pelo Governo Federal, na data de divulgação e incidirá somente na parte de combustíveis não retirados pela Contratante.

Cláusula Quarta – O prazo para a entrega do material objeto deste contrato, pela licitante CONTRATADA será de até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da requisição, feita através de documento de pré empenho ou autorização de fornecimento, enviada à CONTRATADA. O prazo de fornecimento ora contratado é de 20 de outubro de 2016 até 31 de dezembro de 2016 ou até que durar a quantidade de combustível licitada.

Cláusula Quinta – A Despesa deste Contrato correrá a conta dos elementos de despesa do orçamento relativo ao exercício de 2016:

111 - 2 . 3001 . 10 . 301 . 9 . 2.17 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
 97 - 1 . 2012 . 8 . 244 . 5 . 2.10 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
 98 - 1 . 2012 . 8 . 244 . 5 . 2.10 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
 37 - 1 . 2004 . 12 . 361 . 12 . 2.26 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
 88 - 1 . 2010 . 26 . 782 . 23 . 2.43 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
 25 - 1 . 2003 . 20 . 608 . 20 . 2.40 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
 28 - 1 . 2003 . 20 . 606 . 20 . 2.41 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
 77 - 1 . 2006 . 15 . 452 . 17 . 2.36 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
 45 - 1 . 2004 . 12 . 361 . 12 . 2.27 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
 126 - 2 . 3001 . 10 . 304 . 9 . 2.22 . 1 . 339000 Aplicações Diretas

Parágrafo único – O pagamento será feito por transferência bancária, em até 5 (cinco) dias após a entrega da mercadoria, acompanhados da respectiva Nota Fiscal/Fatura, apresentadas na Tesouraria da Prefeitura.

Cláusula Sexta – As Contratadas declaram aceitar, integralmente, todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela contratante.

Parágrafo único – A existência e a atuação da fiscalização do Contratante em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva das Contratadas, no que concerne aos serviços contratados, e as suas consequências e implicações próximas ou remotas, ou seja, o fornecimento de combustíveis de boa qualidade.

Cláusula Sétima - O descumprimento total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecidas sujeitará as Contratadas as sanções previstas na Lei, garantida prévia e ampla defesa em processo administrativo.

Cláusula Oitava – A multa aplicada no caso do não cumprimento do Contrato será de 5% (cinco por cento) do valor global contratado.

Cláusula Nona – O Contratante poderá rescindir administrativamente o presente contrato nas hipóteses previstas na Lei de licitações, sem que caiba às Contratadas direito de qualquer indenização, sem prejuízos das penalidades pertinentes.

Cláusula Décima – O presente Contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte.

Cláusula Décima Primeira – As Contratadas assume com exclusividade seus, os riscos e as despesas decorrentes do fornecimento dos lubrificantes e outros, aparelhos e equipamentos necessários à boa e perfeita entrega dos combustíveis solicitados. Responsabilizam-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda quaisquer prejuízos que sejam causados a Contratante ou a terceiros.

§ 1º – Os danos e os prejuízos serão ressarcidos a Contratante no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da notificação administrativa à Contratadas sob pena de multa.

§ 2º – A Contratante não responderá por quaisquer ônus, direitos e obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária e decorrentes da execução do presente Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberá, exclusivamente à Contratada.

§ 3º – A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

§ 4º – As Contratadas manterá durante toda a execução do Contrato as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação.

Cláusula Décima Segunda – Constituirá encargo exclusivo das Contratadas o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização deste Contrato e da execução de seu objeto.

Cláusula Décima Terceira – O Foro do presente Contrato será o da Comarca de Videira – SC, excluído qualquer outro.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente em 03(três) cópias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Arroio Trinta – SC, 18 de outubro de 2016.

MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

CNPJ 82.826.462/0001-27

ALCIDIR FELCHILCHER

Contratante

POSTO SERIBA LTDA

CNPJ 83.400.242/0001-08

SIDNEI SERIGUELI

Procurador - Contratada

Testemunhas:

RONIVAN BRANDALISE

CPF: 027.783.989-02

MICHEL JUNIOR SERIGHELLI

CPF – 000.077.349-21

CONTRATO Nº 0053/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0056/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0024/2016

OBJETO: FORNECIMENTO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES, ADITIVOS E FILTROS

CONTRATADAS: POSTO SERIBA LTDA

VALOR: R\$25.373,07

Ascurra

PREFEITURA

DECRETO Nº 2878, de 08/10/2016

DECRETO Nº 2878, de 08 de Outubro de 2016.

Dispõe sobre a abertura de Crédito Suplementar Por Anulação de Dotação.

MOACIR POLIDORO, Prefeito do Município de ASCURRA, Estado de Santa Catarina, em conformidade com a Lei Nº 1433, de 02 de dezembro de 2015.

Art. 1º - É aberto ao orçamento do exercício de 2016, em favor das Unidades Orçamentárias a seguir relacionadas, créditos adicionais suplementares no valor de R\$ 6.623,16, observadas as seguintes classificações funcionais programáticas.

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
07	SECRETARIA DE TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS
07.001	SECRETARIA DE TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS
07.001.0015	URBANISMO
07.001.0015.0451	INFRA-ESTRUTURA URBANA
07.001.0015.0451.0030	MANUTENÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO MUNICIPAL
07.001.0015.0451.0030.1008	REURBANIZAÇÃO URBANA
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
Valor: (6.623,16)	

Art. 2º - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, das seguintes dotações orçamentárias.

Dotações Anuladas	
Código	Descrição
07	SECRETARIA DE TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS
07.001	SECRETARIA DE TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS
07.001.0015	URBANISMO
07.001.0015.0451	INFRA-ESTRUTURA URBANA
07.001.0015.0451.0030	MANUTENÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO MUNICIPAL
07.001.0015.0451.0030.1008	REURBANIZAÇÃO URBANA
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
Valor: (6.623,16)	

Art. 3º - O presente Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Município de Ascurra em, 08 de outubro de 2016.

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

O presente decreto foi publicado na forma regulamentar.

Município de Ascurra em, 08 de outubro de 2016.

Claudia Dalfovo

Auxiliar Administrativo

DECRETO Nº 2879, de 10/10/2016

DECRETO Nº 2879, de 10 de Outubro de 2016.

Cria Comissão para tratar de Assuntos Pertinentes a Transição de Governo do Município de Ascurra, regulamenta suas atividades e dá outras definições.

MOACIR POLIDORO, Prefeito de Ascurra/SC, no uso da competência privativa que lhe confere o art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 18 de dezembro de 2002, e:

CONSIDERANDO que um dos pilares da democracia é a alternância harmoniosa dos Governos;

CONSIDERANDO que a transição de governo recomenda a transferência de dados fundamentais para facilitar a continuidade de programas em curso e o desenvolvimento dos programas, projetos e ações do candidato eleito para o cargo de Prefeito;

CONSIDERANDO a importância de um processo de transição governamental para preservação da continuidade dos serviços públicos, visando atender o com absoluta prioridade o interesse da população do Município de Ascurra/SC;

DECRETA:

Art.1º - Ao candidato eleito para o cargo de Prefeito de Ascurra/SC., conforme resultado oficial das eleições divulgado pela Justiça Eleitoral é facultado manifestar seu interesse na constituição de Equipe de Transição Governamental, observadas as disposições deste Decreto.

Art. 2º - A Equipe de Transição de Governo será integrada por representantes da atual Administração e do Prefeito Eleito, na forma que segue:

I - O Prefeito Eleito deverá indicar até quatro (04) membros da sua equipe, por meio de ofício a ser protocolizado junto ao Chefe de Gabinete do Prefeito, designando entre eles o Coordenador;

II - A equipe da atual Administração será composta pelos seguintes representantes, sendo o primeiro deles o Coordenador:

- a) Secretário Municipal de Administração
- b) Chefe de Gabinete
- c) Assessor Jurídico

Art. 3º - A Equipe de Transição de que trata o art. 2º deste Decreto terá por objetivo inteirar-se do funcionamento de projetos em andamento em todos os órgãos e entidades que compõem a Administração Pública Municipal.

Parágrafo único. À Equipe de Transição composta nos termos do inciso I do art. 2º caberá obter informações sobre:

I - a estrutura e o funcionamento dos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal;

II - as contas públicas;

III - os programas e projetos do Município de Ascurra/SC.

IV - as obrigações judiciais, conhecimento dos termos constantes de Termo de Ajustamento de Condutas firmado pela atual e pelas

anteriores Administrações, e que ainda não foram completamente implementados, bem como ofícios expedidos pelo Ministério Público;

Art. 4º - O prazo de resposta aos pedidos de informações formulados pela Equipe de Transição não será superior a quinze (15) dias, decorridos da data do recebimento do pedido.

Art. 5º - O Gabinete do Prefeito, quando solicitado e dentro das possibilidades do quadro administrativo do Município, colocará à disposição do Prefeito eleito, para utilização pela Equipe de Transição:

I - uma sala de reuniões localizada na sede da Prefeitura, bem como outros locais considerados próprios para as atividades da Equipe de Transição;

II - a infraestrutura e o apoio técnico-administrativo necessário ao pleno desempenho de suas atividades no período de transição governamental, desde que sem prejuízo aos trabalhos de encerramento do atual mandato e cuja apresentação aos órgãos competentes se obriga a Administração atual.

Art. 6º - As reuniões entre os integrantes da Equipe de Transição, estabelecidos nos incisos I e II do artigo 2º deste Decreto deverão ser objeto de agendamento prévio e registro sumário em atas que indiquem os participantes, os assuntos tratados e as informações solicitadas.

Art. 7º - Reconhecida a necessidade pela Equipe de Transição, o Prefeito Municipal poderá sugerir normas complementares ao disposto neste Decreto.

Art. 8º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra, em 10 de Outubro de 2016.
Moacir Polidoro
Prefeito de Ascurra/SC.

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.
Município de Ascurra/SC em 10 de Outubro de 2016.

Claudia Dalfovo
Auxiliar Administrativo

Balneário Piçarras

PREFEITURA

ADITIVO 02/2016 DO CONTRATO 012/2015 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
RESULTADO DE LICITAÇÃO E HABILITAÇÃO
Termo Aditivo 002/2016 FMS
CONTRATO Nº 012/2015/FMS de 24/06/2015
REF. PROCESSO LICITATÓRIO Nº021/2015 /FMS
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL nº016/2015

Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos com fornecimento de peças, para manutenção de equipamentos odontológicos, compressores odontológicos e clínicos, acessórios e periféricos das unidades de saúde da rede municipal de Balneário Piçarras, de acordo com as condições estabelecidas neste edital e seus anexos, atendendo solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, anexa ao presente processo. Fica aditivado o presente contrato em R\$ 4.206,18(quatro mil, duzentos e seis reais e dezoito centavos)
ODONTO BLU COMÉRCIO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA.

Balneário Piçarras(SC), 20 de outubro de 2016.
Dorval Vieira de oliveira – Gestor do Fundo Municipal de Saúde

TERMO DE CREDENCIAMENTO PAVIMENTAÇÃO COMUNITÁRIA 03/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS SERVIÇOS URBANOS E RURAIS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2016/PMBP
MODALIDADE CREDENCIAMENTO 002/2016 PMBP
HOMOLOGADO EM 18/02/2016

Objeto: O objeto deste caracteriza-se pelo credenciamento da licitante para execução de serviços e no fornecimento de materiais, destinados à pavimentação de vias públicas, nos termos e condições definidas pela Lei Municipal nº 392/2014. A empresa só poderá realizar as atividades dentro do Programa Comunitário de Pavimentação Urbana, nas ruas cujo pedido dos moradores tenha sido previamente inscrito e aprovado pela Municipalidade.

Empresas Participantes Habilitadas:

Sólidos Indústria e Comércio de Pré-fabricados em concreto Ltda - EPP - TERMO DE CRED Nº 003/2016/PMBP de 18/10/2016

Balneário Piçarras(SC), 18 de outubro de 2016.
Leonel José Martins – Prefeito Municipal

Balneário Rincão

PREFEITURA

EDITAL DE MATRÍCULA Nº 01/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO RINCÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

EDITAL DE MATRÍCULA Nº 01/2016

Educação Infantil e Ensino Fundamental
Ano Letivo de 2017

EJA - Educação de Jovens e Adultos
Ano Letivo de 2017

CEJA – Centro de Educação de Jovens e Adultos
Ano Letivo de 2017

Balneário Rincão, Outubro de 2016.

EDITAL DE MATRÍCULA nº 01/2016

Educação Infantil e Ensino Fundamental
Ano Letivo de 2017

1 – APRESENTAÇÃO

A Secretaria de Educação do Município de Balneário Rincão, apresenta o edital de matrícula nº01/2016 para o ano letivo de 2017, a ser aplicado nas escolas da Rede Municipal de Ensino que oferecem Educação Infantil e Ensino Fundamental.

Este edital contém diretrizes para a renovação de matrículas, matrículas novas e matrículas por transferências, de acordo com o disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº9394/96, na Lei nº 4.307/02 e conforme a Lei deste Município.

2 – OBJETIVOS

2.1 – Objetivo Geral:

Garantir a matrícula dos (as) educandos (as) da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, assegurando-lhes acesso, permanência e sucesso no percurso escolar, contribuindo para o progresso da qualidade social da educação, promovendo a qualidade do ensino aderindo à proposta curricular promovida e construída pela Secretaria de Educação em conjunto com os gestores escolares.

2.2 – Objetivos Específicos:

- Divulgar o presente edital na comunidade escolar, a fim de garantir a matrícula no cronograma estabelecido;
- Renovar a matrícula dos (as) educandos (as) que estudam atualmente na escola;
- Realizar a matrícula de educandos (as) novos(as), atendendo o disposto neste edital;
- Levantar na comunidade, o número de crianças em idade escolar, cujos pais não tenham solicitado matrícula em nenhuma escola, a fim de conscientizá-los do dever constitucional de matricular seus filhos.
- Elaborar levantando de alunos para participar da Escola de Férias, que é realizada no mês de Janeiro com objetivo principal de atender aos pais que trabalham, deixando seus filhos aos cuidados da escola, onde promovem atividades pedagógicas, lúdicas, brincadeiras e práticas desportivas, explorando os esportes de verão, passeios, entre outras.

3 – MATRÍCULAS

Deve-se assegurar ao educando (a) o “acesso à escola pública e gratuita, próxima a sua residência”. (Art. 53, V do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)). Portanto, no ato de matrícula

deve-se priorizar:

- 1) O educando (a) residente na região próxima da escola, respeitando o zoneamento e com endereço comprovado, por meio de fatura de água ou luz.
- 2) Independente do segmento de ensino, a organização do atendimento para efetivação das matrículas em todas as escolas da Rede Municipal obedecerá como critério à ordem de chegada. A escola, se necessário for, deve organizar-se com utilização de senhas.
- 3) No ato da matrícula ou rematrícula dos alunos, as direções das escolas públicas municipais e estaduais e respectivas APP's (Associação de Pais e Professores), deverão se abster de exigir o pagamento de qualquer quantia a título de contribuição espontânea. (Recomendação nº 001/2005 do Ministério Público do Estado de Santa Catarina.)

3.1 – Renovação de Matrícula:

Período: de 31 de Outubro a 04 de Novembro de 2016.

A escola garantirá, de acordo com a disponibilidade de sala de aula, a renovação de matrícula a todos (as) os (as) educandos (as) matriculados (as) em 2016, priorizando as crianças de 4 e 5 matriculados em CEI's comprovado com atestado de frequência.

A matrícula será efetuada no ano correspondente ao resultado final do processo de avaliação em vigor.

3.2 – Matrículas Novas:

Período: de 07 de Novembro a 11 de Novembro de 2016.

Para a matrícula nova a escola seguirá o estabelecido neste edital sendo que a mesma só será aceita se houver a vaga. Não havendo vaga a escola deverá encaminhar o educando para a unidade escolar mais próxima.

3.3 – Complementação de Matrícula:

Período: 08 de Fevereiro de 2017.

3.4 – Matrícula por transferência:

Será aceita matrícula por transferência em todo o decorrer do ano letivo, se houver vaga, devendo ser emitido atestado de vaga para a escola onde está matriculado.

Para a matrícula por transferência será necessária a apresentação do comprovante de escolaridade no respectivo ano e, quando em curso, apresentar, também, o comprovante de frequência e registros referentes ao aproveitamento escolar.

4 – NÍVEIS DE ATENDIMENTO

4.1 – Educação Infantil:

O atendimento na Rede Municipal de Ensino será parcial de 4 horas (matutino ou vespertino) ou integral de acordo com a necessidade dos pais e da disponibilidade da escola.

Em cumprimento à Lei nº 12.796/13, art. 4º, determina “educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade”, será dada prioridade para as matrículas de alunos (as) na faixa etária dos 4 e 5 anos de idade.

Em anexo, segue o Quadro de Atendimento que será disponibilizado nos CEI's e Escolas da Rede Municipal de Ensino de Balneário Rincão.

4.4.1 – Com relação à composição de turmas:

Grupo I – 3 anos a 3 anos e 11 meses: 15 a 25 crianças

Grupo II – 4 anos a 4 anos e 11 meses: 20 a 25 crianças

Grupo III – 5 anos a 5 anos e 11 meses: 20 a 25 crianças

Observações:

- Não formar turmas mistas de crianças com três faixas etárias.

- Preferencialmente formar turmas obedecendo à faixa de idade.
- Caso haja necessidade de atendimento a crianças de várias idades numa mesma turma, somente realizar a matrícula após consulta à Secretaria de Educação, que juntamente com a Equipe de Coordenação Pedagógica e Apoio Técnico Pedagógico, que realizará o estudo sobre essa possibilidade.
- Quanto ao atendimento às crianças com idade inferior a 4 anos de idade, a matrícula somente poderá ser efetivada após consulta à Secretaria de Educação, que através da Equipe Pedagógica, irão analisar os critérios específicos sobre a necessidade dos pais e da criança. (Para matrículas novas).
- Para novas matrículas de crianças na faixa etária de 4 e 5 anos será em período parcial, conforme a disponibilidade de vaga e mediante a comprovação em que os pais trabalham, através de declaração de trabalho ou vulnerabilidade social.
- Formar turmas integrais, preferencialmente somente com os alunos matriculados integrais.

4.4.2 – Com relação ao ingresso/idade:

Independente da faixa etária toda a matrícula deverá respeitar a data de referencia de 31 de março de 2017.

4.2 – Ensino Fundamental:

Para ingresso no 1º ano do Ensino Fundamental em nove anos, a criança deverá ter 6 anos completos ou a completar até a data de 31 de Março de 2017.

4.2.1 – Com relação à composição de turmas, o número de alunos será preferencialmente de:

- 1º e 2º ano – 18 a 25 alunos.
- 3º ao 5º - 20 a 30 alunos.

4.2.2 – Constatado o número de alunos inferior, ao estabelecimento neste edital, por turma, a Secretaria terá autonomia de reagrupar as turmas.

5 – DOCUMENTAÇÃO

Para educandos (as) de rematrícula a escola atualizará o registro da vida do educando, solicitando:

- Comprovante de residência atualizado (Fatura de água ou energia)
- Cópia do Cartão NIS/ Bolsa Família, caso receba o benefício. Este por sinal deve ser cobrado no ato da rematrícula e/ou matrícula nova, para informações da frequência escolar junto ao Ministério de Desenvolvimento Social – Programa Bolsa Família, (a falta desse pode ocasionar a perda do benefício) e aos demais sistemas que a Secretaria de Educação utiliza.
- Atualização dos dados de telefones, carteira de vacinação, declaração de trabalho atualizada, cartão SUS
- Demais documentos necessários para a utilização do cadastro, lembrando ainda que todos devem estar legíveis, e que é de extrema responsabilidade dos pais a entrega desta documentação. O aluno que não estiver com a documentação em dia perderá o direito pela vaga.

Para educandos (as) novos (as) solicitar, obrigatoriamente, no ato da matrícula a apresentação dos documentos relacionados abaixo, com cópias legíveis e atualizadas:

- 1 Foto 3X4
- Certidão de Nascimento
- Carteira de Identidade
- CPF
- Carteira de Vacinação
- Cartão SUS
- Comprovante de residência atualizado (fatura de água ou energia)
- Cartão Bolsa família
- Cartão NIS dos pais e do aluno, caso tenham.
- Telefones de contato (o máximo de contatos possíveis).

5.1 – Ao educando que no ato da matrícula deixar de apresentar algum documento ou comprovante necessário, terá o prazo de 30 (trinta) dias para a sua apresentação.

6 – DISPOSIÇÕES FINAIS

O Gestor é o responsável legal pelo processo de matrícula. Caso seja detectada e/ou comprovada alguma irregularidade no processo (documentação, número de alunos e outros) deverá responder aos órgãos competentes.

A efetivação da matrícula, só se concluirá com a assinatura dos pais e/ou responsáveis legais do educando, concordando com os Termos de Compromisso:

- Uso do transporte escolar (no caso o educando utilizar)
- Normas da escola, incluindo autorizações para passeios e uso de imagem.
-

EJA - Educação de Jovens e Adultos

Ano Letivo de 2017

O EJA (Educação de Jovens e Adultos), através desde edital abre matrícula para o primeiro semestre letivo de 2016 a ser aplicado nas escolas da Rede Municipal de Ensino e lugares com demanda para EJA (Educação de Jovens e Adultos) no Ensino Fundamental. De acordo com a Resolução do COMEC Nº 017/2012 a EJA na Rede Municipal de Ensino será organizada por semestres letivos.

1 – MATRÍCULAS

1.1 – Renovação de Matrícula:

Período: de 31 de Outubro a 04 de Novembro de 2016.

A escola garantirá, de acordo com a disponibilidade de sala de aula, a renovação de matrícula a todos (as) os (as) educandos (as) matriculados (as) em 2016.

A matrícula será efetuada no ano correspondente ao resultado final do processo de avaliação em vigor.

1.2 – Matrículas Novas:

Período: de 07 de Novembro a 30 de Novembro de 2015.

Serão aceitas matrículas novas no primeiro semestre de 2016 até 15 dias após o início do Semestre Letivo.

2 – IDADE

A idade mínima para ingresso na EJA (1ª à 7ª fase/ 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental) deverá ser de 16 anos (ato da matrícula).

3 – LOCAIS DE FUNCIONAMENTO:

Escola de Educação Básica Municipal Arroio Rincão

4 – ORGANIZAÇÃO EJA

1ª Etapa - 1º ao 5º ano

2ª Etapa - 6º ao 7º ano

3ª Etapa - 8º ao 9º ano

5 – DOCUMENTAÇÃO

Para educandos (as) de rematrícula a escola atualizará o registro da vida do educando, solicitando:

- Comprovante de residência atualizado (Fatura de água ou energia)
- Cópia do Cartão NIS/ Bolsa Família, caso receba o benefício. Este por sinal deve ser cobrado no ato da rematrícula e/ou matrícula nova, para informações da frequência escolar junto ao Ministério de Desenvolvimento Social – Programa Bolsa Família, (a falta desse pode ocasionar a perda do benefício - BVJ) e aos demais sistemas que a Secretaria de Educação utiliza.
- Atualização dos dados de telefones, carteira de vacinação, declaração de trabalho atualizada, cartão SUS
- Demais documentos necessários para a utilização do cadastro, lembrando ainda que todos devem estar legíveis, e que é de extrema responsabilidade dos pais a entrega desta documentação.

O aluno que não estiver com a documentação em dia perderá o direito pela vaga.

Para educandos (as) novos (as) solicitar, obrigatoriamente, no ato da matrícula a apresentação dos documentos relacionados abaixo, com cópias legíveis e atualizadas:

- 1 Foto 3X4
- Certidão de Nascimento
- Carteira de Identidade
- CPF
- Cartão SUS
- Comprovante de residência atualizado (fatura de água ou energia)
- Cartão Bolsa família
- Histórico escolar comprovando escolaridade
- Telefones de contato (o máximo de contatos possíveis)

OBS: Alunos menores de 18 anos deverá ser realizada com acompanhamento de um responsável que deverá assinar a matrícula.

6 – DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 – Ao educando que no ato da matrícula deixar de apresentar algum documento ou comprovante necessário, terá o prazo de 30 (trinta) dias para a sua apresentação.

6.2 – No caso do Histórico Escolar ou Atestado de Frequência de sua escola de origem não ser apresentado até o dia de início das aulas, o aluno será enturmado na fase inicial que houver no Núcleo.

6.3 – O (a) Coordenador (a) será responsável legal, caso seja detectada e/ou comprovada alguma irregularidade no processo de matrícula (documentação, enturmação, idade do aluno, número de alunos e outros).

CEJA – Centro de Educação de Jovens e Adultos
Ano Letivo de 2017

O CEJA (Centro de Educação de Jovens e Adultos), através desde edital abre matrícula para o primeiro semestre letivo de 2017. Ressalta-se que a administração do CEJA é de Competência Estadual, sendo que o município disponibiliza o espaço físico para realização das aulas e se abstém de qualquer responsabilidade jurídica, sendo assim a responsabilidade da GERED Criciúma, onde quaisquer informações, sugestões e reclamações, deve-se se dirigir a mesma.

1 – MATRÍCULAS

1.1 – Renovação de Matrícula:

Período: de 31 de Outubro a 04 de Novembro de 2016.

A escola garantirá, de acordo com a disponibilidade de sala de aula, a renovação de matrícula a todos (as) os (as) educandos (as) matriculados (as) em 2016.

A matrícula será efetuada no ano correspondente ao resultado final do processo de avaliação em vigor.

1.2 – Matrículas Novas:

Período: de 07 de Novembro a 11 de Novembro de 2015.

2 – IDADE

A idade mínima para ingresso na EJA (1ª à 7ª fase/ 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental) deverá ser de 18 anos (ato da matrícula).

3 – LOCAIS DE FUNCIONAMENTO (espaço cedido):

Escola de Educação Básica Municipal Arroio Rincão

4 – ORGANIZAÇÃO CEJA

Quanto à organização do Sistema de Ensino, organograma e professores, pertence exclusivamente a GERED de Criciúma.

5 – DOCUMENTAÇÃO

Para educandos (as) de rematrícula a escola atualizará o registro da vida do educando, solicitando:

- Comprovante de residência atualizado (Fatura de água ou energia)
- Cópia do Cartão NIS/ Bolsa Família, caso receba o benefício. Este por sinal deve ser cobrado no ato da rematrícula e/ou matrícula nova, para informações da frequência escolar junto ao Ministério de Desenvolvimento Social – Programa Bolsa Família, (a falta desse pode ocasionar a perda do benefício - BVJ) e aos demais sistemas que a Secretaria de Educação utiliza.
- Atualização dos dados de telefones, carteira de vacinação, declaração de trabalho atualizada, cartão SUS
- Demais documentos necessários para a utilização do cadastro, lembrando ainda que todos devem estar legíveis, e que é de extrema responsabilidade dos pais a entrega desta documentação. O aluno que não estiver com a documentação em dia perderá o direito pela vaga.

Para educandos (as) novos (as) solicitar, obrigatoriamente, no ato da matrícula a apresentação dos documentos relacionados abaixo, com cópias legíveis e atualizadas:

- Certidão de Nascimento
- Carteira de Identidade
- CPF
- Cartão SUS
- Comprovante de residência atualizado (fatura de água ou energia)
- Cartão Bolsa família
- Histórico escolar comprovando escolaridade
- Telefones de contato (o máximo de contatos possíveis)

6 – DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 – Ao educando que no ato da matrícula deixar de apresentar algum documento ou comprovante necessário, terá o prazo de 30 (trinta) dias para a sua apresentação.

Balneário Rincão, Outubro de 2016.

Liene Silveira

Secretária Municipal de Educação

Barra Bonita

PREFEITURA

EDITAL PREGÃO Nº26/2016 FMS

MUNICÍPIO DE BARRA BONITA-SC
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 026/2016
EDITAL DE PREGÃO Nº 026/2016

O Fundo Municipal de Saúde, Estado de Santa Catarina, torna público que se encontra aberto Edital de Pregão Presencial, objetivando a Capacitação e treinamento dos profissionais da Equipe ESF, SB, ACS e NASF para uso de software e-SUS AB atuação tanto no CDS (cadastro de dados simplificado), quanto no PEC (prontuário eletrônico do cidadão), com carga horária mínima de 48 horas, tendo programação básica: apresentação da estratégia e-SUS da atenção básica, referência jurídica e normativas acerca da estratégia e-SUS-AB; apresentação das fichas para a coleta de dados simplificada-CDS. Os envelopes contendo documentação e propostas serão aceitos até as 08:30 horas do dia 08 de novembro de 2016. Informações poderão ser obtidas nesta Prefeitura, no horário comercial, junto a Av.Buenos Aires, nº 600 ou pelo fone/fax (0xx) 49 3649-0004, no Departamento de Compras. Ou no site Oficial da Prefeitura.

Barra Bonita, em 24 de outubro de 2016.
ALINE FELIPI
Gestor FMS

EDITAL PREGÃO Nº55/2016

MUNICÍPIO DE BARRA BONITA-SC
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 55/2016
EDITAL DE PREGÃO Nº 55/2016

O Município de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, torna público que se encontra aberto Edital de Pregão, objetivando Contratação de empresa com fornecimento de material e mão de obra para conserto da retroescavadeira caterpillar 415E 2013 e da motoniveladora hubner 165, conforme relação de peças e serviços anexo. Os envelopes contendo documentação e propostas serão aceitos até as 08:30 horas do dia 10 de novembro de 2016. Informações poderão ser obtidas nesta Prefeitura, no horário comercial, junto a Av.Buenos Aires, nº 600 ou pelo fone/fax (0xx) 49 3649-0004, no Departamento de Compras. Ou no site Oficial da Prefeitura.

Barra Bonita, em 24 de outubro de 2016.
DARCI JOÃO FRIZON
Prefeito

EDITAL PREGÃO Nº56/2016

MUNICÍPIO DE BARRA BONITA-SC
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 56/2016
EDITAL DE PREGÃO Nº 56/2016

O Município de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, torna público que se encontra aberto Edital de Pregão, objetivando Contratação de pessoa jurídica especializada em instalação de iluminação com efeito natalino - "NATAL LUZ 2016", com fornecimento de material e mão de obra conforme relação anexa. Os envelopes contendo documentação e propostas serão aceitos até as 08:30 horas

do dia 11 de novembro de 2016. Informações poderão ser obtidas nesta Prefeitura, no horário comercial, junto a Av.Buenos Aires, nº 600 ou pelo fone/fax (0xx) 49 3649-0004, no Departamento de Compras. Ou no site Oficial da Prefeitura.

Barra Bonita, em 20 de outubro de 2016.
DARCI JOÃO FRIZON
Prefeito

PORTARIA Nº 307, DE 21 DE OUTUBRO DE 2016. "CONCEDE DIÁRIA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

PORTARIA Nº 307, de 21 de outubro de 2016.
"Concede diária e da outras providências"

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.

Resolve.

Art.1º- Conceder 2,5(duas e meia) diárias a servidora Aline Felipe, matrícula nº422001, ocupante do cargo de Secretário, no valor de R\$505,00 (quinhentos e cinco reais), para viagem a cidade de Florianópolis – SC, conforme memorandos nº68/2016 e roteiro de viagem nº31/2016 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 21 de outubro de 2016.
Darci João Frizon
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei nº065/97

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 308, DE 21 DE OUTUBRO DE 2016. "CONCEDE DIÁRIA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

PORTARIA Nº 308, de 21 de outubro de 2016.
"Concede diária e da outras providências"

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.

Resolve.

Art.1º- Conceder 2,5(duas e meia) diárias a servidora Nilva Bau Boss, matrícula nº142207, ocupante do cargo de Técnica em Enfermagem, no valor de R\$505,00 (quinhentos e cinco reais), para viagem a cidade de Florianópolis – SC, em acompanhamento a Secretária Municipal de Saúde, conforme memorando nº69/2016 e roteiro de viagem nº32/2016 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 21 de outubro de 2016.
Darci João Frizon
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei nº065/97

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 309, DE 25 DE OUTUBRO DE 2016.
"CONCEDE DIÁRIA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

PORTARIA Nº 309, de 25 de outubro de 2016.

"Concede diária e da outras providências"

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.

Resolve.

Art.1º- Conceder 1,5 (uma e meia) diária a servidora Sirley Castamann, matrícula nº12670-1, ocupante do cargo de Professor, no valor de R\$181,50 (cento e oitenta e um reais e cinquenta centavos), para viagem a cidade de São Carlos – SC, conforme memorando nº09/2016 e roteiro de viagem nº09/2016 da Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 25 de outubro de 2016.

Darci João Frizon
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei nº065/97

Servidor Responsável

Barra Velha

PREFEITURA

PP 006/2016 FUNREBOM

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Processo Administrativo nº 007/2016 - FUNREBOM
Pregão Presencial nº 006/2016 FUNREBOM

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço por LOTE para serviço de transformação de veículo MERCEDES BENZ SPRINTER 415 ANO 2015/ MOD.2015 PLACA QHS 0716 em ambulância tipo Auto Socorro de Urgência - ASU do Fundo Municipal de Reequipamento de Bombeiros Militares do Município de Barra Velha/SC, conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 09/11/2016 às 14:00 horas. Data da Sessão Pública: 09/11/2016 às 14:15 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Pregoeiro Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário: 8:00 às 12:00 horas e 13:30 às 17:30 horas, ou no site www.barravelha.sc.gov.br.

Barra Velha, 24 de setembro de 2016
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO – Prefeito.

PP 015/2016 FUMTEC

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Processo Administrativo nº 030/2016 - Pregão Presencial nº 015/2016

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço global por LOTE para contratação de empresa para serviço de instalação de 02 (duas) academias de ginástica ao ar livre, a serem executados nas Ruas Max Peixoto Bertemes no Bairro São Cristóvão e Francisco Domingos da Silva no Bairro Itajuba. PROPOSTA DE TRANSFERENCIA 0000017615 ENTRE O ESTADO DE SANTA CATARIA POR MEIO DA AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE JOINVILLI E A PREFEITURA DE BARRA VELHA. Conforme especificações detalhadas do Anexo I – Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 09/11/2016 às 08:30 horas. Data da Sessão Pública: 09/11/2016 às 08:45 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Pregoeiro Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário: 8:00 às 12:00 horas e 13:30 às 17:30 horas, ou no site www.barravelha.sc.gov.br.

Barra Velha, 24 de setembro de 2016.
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO – Prefeito.

PP 063/2016 PMBV

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Processo Administrativo nº 079/2016 - Pregão Presencial nº 063/2016

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço por LOTE para prestação de serviço gráfico confecção e impressão de carnês de IPTU exercício 2017, conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 09/11/2016 às 10:00 horas. Data da Sessão Pública: 09/11/2016 às 10:15 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário: 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30, ou no site www.barravelha.sc.gov.br.

Barra Velha, 24 de setembro de 2016.
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO – Prefeito

Benedito Novo

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO 101/2016

PUBLICAÇÕES LEGAIS

EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 101/2016

Referente: Processo Licitatório nº 66/2016

Contratada: SCOTTY BRINQUEDOS EIRELI ME

Objeto: AQUISIÇÃO DE CAMA PORTÁTIL INFANTIL EMPILHÁVEL PARA OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Valor Total Contratado: R\$ 17.400,00

Vigência: 19/10/2016 a 31/12/2016

Data Assinatura: 19/10/2016

DARIO TONOLLI - Prefeito em Exercício

Biguaçu

PREFEITURA

COMUNICADO TP133/2016-PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÃO

Biguaçu, 24 de outubro de 2016.

COMUNICADO REFERENTE À TP133/2016-PMB

A Diretoria de Licitação vem, por meio dessa, comunicar às empresas participante na TP133/2016-PMB o seguinte exposto:

Transcorrido o prazo recursal e nenhuma empresa manifestou intenção de recursos acerca de sua inabilitação, comunicamos que será aberta as propostas de preços das empresas habilitadas (ANDRADE & AMORIM ENGENHARIA EIRELI ME, VINICIUS GOEDERT ME, PROPAV PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA ME, RSI EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA EPP e JR CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGEM LTDA EPP), no dia 27 de outubro de 2016, às 13h30min horas, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Biguaçu.

Nada mais a expor.

NABEL ANA MARCELINO DE CAMPOS
Diretoria de Licitação

DECRETO Nº 187/2016

DECRETO Nº 187 /2016 DE 21 DE OUTUBRO DE 2016.

FAZ DOAÇÃO DE UM AUTOMÓVEL, MARCA JEEP/RENEGADE SPORT MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 98, Inciso VII, da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º. Fica doado ao Estado de Santa Catarina – FUNDO DE MELHORIA DA POLÍCIA CIVIL - FUNPC, nos termos do Convênio de Trânsito – SSP/DETRAN/PM/PC/2016TN001786, um automóvel marca: JEEP, modelo: RENEGADE SPORT MT, placa: QHY5105, Renavam: 1090690263, cor:: preta, ano fabricação: 2016, ano modelo: 2016, chassi: 988611151GK068445, adquirido pelo Município de Biguaçu.

Art. 2º. A Secretaria de Administração através da Gerência de Patrimônio e a Secretaria da Fazenda através da Gerência de Orçamento, Contabilidade e Finanças deverão promover a devida baixa patrimonial dos bens objeto desta doação.

Art. 3º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 21 de outubro de 2016.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

DECRETO Nº 188/2016

DECRETO Nº 188 /2016 DE 24 DE OUTUBRO DE 2016.
Libera recursos orçamentários bloqueados pelo Decreto nº 23/2016.

Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no artigo 1º, §1º c/c artigo 9º da Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF e artigo 15 da Lei Municipal nº 3589/2015 - LDO,

Considerando, que na avaliação do cumprimento das metas de arrecadação até o 3º bimestre de 2016, as fontes ordinárias registraram um déficit de R\$ 5.462.900,00;

Considerando, que o Decreto Municipal nº 23, editado em fevereiro de 2016, bloqueou R\$ 13.690.000,00 de dotações financiadas com recursos ordinários em obediência ao princípio da prudência;

Considerando, que esses números indicam um provável bloqueio de R\$ 2.764.200,00 acima do necessário,

DECRETA:

Art. 1º Fica liberada parcial ou totalmente as dotações financiadas com recursos ordinários abaixo indicados e bloqueadas pelo Decreto Municipal nº 23/2016:

1. UNIDADE GESTORA: PREFEITURA

0701.12.361.0003.2022	Manutenção do Transporte Escolar	100.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	100.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Biguaçu, 24 de outubro de 2016.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 008/2016

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 08/2016

CONTRIBUINTE:	MARÍLIA MAURA SAGÁS MARTINS		
ENDEREÇO:	RUA JOSÉ FRANCISCO SODRÉ, nº 660 – PRAIA JOÃO ROSA – BIGUAÇU/SC		
Inscrição no CMC:	704490	CPF/CNPJ:	031.490.409-30
Processo Fiscal:	1179/2011	IF/AI/NL/TIF:	NL nº 28/2016

Notifica-se o contribuinte acima identificado, com base nos artigos 216, III, 264, 265 e 271 da LC 003/2007, em consonância com o art. 56 da LC 03/2007 foi constatado pelo Termo de Arbitramento da Base de Cálculo do ISS nº 21/2016, que o sujeito passivo acima identificado, foi intimado a efetuar o pagamento por estimativa e não obtendo êxito, passa-se a arbitrar o valor da base de cálculo do ISS da Construção Civil, referente a uma residência unifamiliar em alvenaria, padrão normal, com alvará de construção expedido pelo processo nº 1179/2011, com área total construída de 106,02 m². O Termo de Arbitramento nº 21/2016 se encontra na Prefeitura Municipal para verificação.

Informações:

- a. Base legal do montante devido: LC 03/2007 c/c Decreto 131/2009
- b. Montante: Art. 55, I e III da LC 03/2007
- c. Atualização monetária: art. 350 da LC 03/2007
- d. Juros: Art. 352 da LC 03/2007
- e. Multa: Art. 347, I da LC 03/2007

Montante Devido:

Tributo: R\$ 1.132,05
Atualização Monetária: R\$ 311,65
Multa: R\$ 519,73
Juros: R\$ 649,67
Total: R\$ 2.613,10.

Prazo:

Conforme disposto no art. 279, da LC nº 03/2007, é de 30 (trinta) dias, contados da data de ciência, o pagamento integral do crédito tributário, ou para apresentação de Reclamação. Após, o prazo fixado, o montante devido será inscrito em Dívida Ativa do Município para posterior cobrança judicial.

Biguaçu, 24 de outubro de 2016.

Décio Pelegrini
FISCAL DE TRIBUTOS
Matrícula nº 8132

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 12/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/2016

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 12/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/2016

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Empresa: RICARL DISTRIBUIDORA EIRELLI ME, CNPJ nº 21.304.312/0001-69, Endereço: Rua Amsterdam, nº891, Itoupazavazinha – Blumenau/SC, CEP:89070-490, representada neste ato, por seu representante legal, Senhor Edevaldo Fortes Simões, portador do RG nº5392609, CPF nº931.219.110-15.

Itens:

3- APONTADOR DE PLÁSTICO C/ DEPOSITO REDONDO CORES SORTIDAS

20-CALCULADORA DE MESA COM 12 DÍGITOS. - CALCULADORA DE MESA COM 12 DÍGITOS.COM 4 OPERAÇÕES BÁSICAS:RAIZ QUADRADA,POCETAGEM,INVERSOR DE SINAIS,SELETOR DECIMAL E

DE ARREDONDAMENTO;ALIMENTAÇÃO Á BATERIA;AXLXP(8,8MM X 56 XMM X 87MM);PESO 25G

38- ESTILETE LARGO COM ESTRUTURA REFORÇADA, CORPO ROBUSTO

41- FITA ADESIVA FINA TRANSPARENTE,12MM X 30 M

40- FITA DUPLA FACE 12 X 30 MM

59-MARCADOR PARA QUADRO BRANCO - MARCADOR PARA QUADRO BRANCO COM PONTA DE ACRÍLICO MACIA 2,0MM POSSUI TINTA QUE NÃO MANCHA O QUADRO E APAGA MAIS FÁCIL. EM-BALAGEM COM 4 UNIDADES NAS CORES PRETA, AZUL, VERDE, VERMELHO.

71- TECIDO TNT 1,40 X 5M C/ 40G COR AMARELO

72- TECIDO TNT 1,40 X 5M C/ 40G COR AZUL

73- TECIDO TNT 1,40 X 5M C/ 40G COR VERDE

74- TECIDO TNT 1,40 X 5M C/ 40G COR VERMELHO

VALOR TOTAL: R\$ 313,40 (TREZENTOS E TREZE REAIS E QUARENTA CENTAVOS).

VIGÊNCIA DE 28/09/2016 À 28/09/2017.

Biguaçu, 28 de setembro de 2016.

Gabriel Arthur Loeff
Secretário de Saúde

PORTARIA Nº 183/2016

PORTARIA nº 183 de 03 de fevereiro de 2016

Nomeia servidor, para exercer a Função de Confiança de Diretor de Atenção Básica e Educação Permanente, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 47/2011 e suas alterações, contidas na Lei Complementar nº 90/2015, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o servidor Mariana Ester Borges Costa, detentor do cargo de provimento efetivo de Escriturário, inscrito na matrícula funcional nº 7592, para exercer a Função de Confiança de Diretor de Atenção Básica e Educação Permanente, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 47/2011 e suas alterações, contidas na Lei Complementar 90/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a partir de 04/01/2016.

Biguaçu, 03 de fevereiro de 2016.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 224/2016

PORTARIA nº 224 de 10 de fevereiro de 2016

Nomeia servidor, para exercer a Função de Confiança de Diretor de Manutenção, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 47/2011 e suas alterações, contidas na Lei Complementar nº 90/2015, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o servidor Carlos Alberto Pereira, detentor do cargo de provimento efetivo de Escriturário, inscrito na matrícula funcional nº 7592, para exercer a Função de Confiança de Diretor de Manutenção, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 47/2011 e suas alterações, contidas na Lei Complementar 90/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a partir de 04/01/2016.

Biguaçu, 10 de fevereiro de 2016.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2608/2016

PORTARIA nº 2608 de 18 de outubro de 2016

Suspende o pagamento, da gratificação pela participação em grupos de trabalho, órgãos de deliberação coletiva ou comissões legais, concedida nos termos do art. 141, da Lei Complementar 47/2011, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Fica suspenso o pagamento da gratificação pela participação em grupos de trabalho, órgãos de deliberação coletiva ou comissões legais, nos termos do art. 141, caput da Lei Complementar 47/2011, concedida pela Lei nº 3573 de 16 de setembro de 2016, a qual instituiu a Comissão Técnica de Análise do Eia/Rima para a Atividade de Parcelamento de Solo Urbano e Para a Atividade de Fabricação e/ou Montagem de Veículos Náuticos, Peças e Acessórios, aos seguintes servidores detentores de cargo de provimento efetivo, participantes da comissão:

Nome	Cargo
MARILU GONZAGA	Fiscal de Vigilância Sanitária e Ambiental; Presidente da Comissão (Decreto 001/2016)
LUIZ GONZAGA CORDEIRO	Bioquímico I; Membro da Comissão (Decreto 001/2016)
JOEL AROLDI PEREIRA	Técnico em Saneamento; Membro da Comissão (Decreto 001/2016)

Art. 2º A suspensão do pagamento da gratificação será no período de 10/10/2016 até 31/12/2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/10/2016.

Biguaçu, 18 de outubro de 2016.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2609/2016

PORTARIA nº 2609 de 18 de outubro de 2016

Suspende o pagamento, da gratificação pelo exercício de tesoureiro da PrevBiguaçu, concedida nos termos do art. 78 da Lei nº 1619/2001 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Fica suspenso o pagamento da gratificação pelo exercício de atividades de tesoureiro do Instituto de Previdência do Município de Biguaçu concedida nos termos do art. 78 da Lei Complementar nº 1619/2001, ao seguinte servidor detentor de cargo de provimento efetivo:

Nome	Ato de Concessão
CLAUDIA IRENE DOS SANTOS KALFELS	758/2011

Art. 2º A suspensão do pagamento das gratificações será no período de 10/10/2016 até 31/12/2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/10/2016.

Biguaçu, 18 de outubro de 2016.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2610/2016

PORTARIA nº 2610 de 18 de outubro de 2016

Torna sem efeito portaria de nomeação de servidor efetivo para exercer Função de Confiança, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 81/2012, do(a) servidor(a) Nabel Ana Marcelino de Campos, a qual o(a) nomeia para exercer a Função de Confiança de Diretor de Licitação e Contratos, na Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/10/2016.

Biguaçu, 18 de outubro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2611/2016

PORTARIA nº 2611 de 18 de outubro de 2016

Torna sem efeito portaria de nomeação de servidor efetivo para exercer Função de Confiança, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 109/2016, do(a) servidor(a) Claudia Vanderleia Soethe, a qual o(a) nomeia para exercer a Função de Confiança de Diretor de Recursos Humanos, na Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/10/2016.

Biguaçu, 18 de outubro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2612/2016

PORTARIA nº 2612 de 18 de outubro de 2016

Torna sem efeito portaria de nomeação de servidor efetivo para exercer Função de Confiança, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 248/2013, do(a) servidor(a) Maria Fernanda Caminha de Souza, a qual o(a) nomeia para exercer a Função de Confiança de Gerente de Saúde Ocupacional, na Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/10/2016.

Biguaçu, 18 de outubro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2613/2016

PORTARIA nº 2613 de 18 de outubro de 2016

Torna sem efeito portaria de nomeação de servidor efetivo para exercer Função de Confiança, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 250/2013, do(a) servidor(a) Marina Petri Corrêa, a qual o(a) nomeia para exercer a Função de Confiança de Gerente de Contratos, Documentos e Arquivo Funcional, na Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/10/2016.

Biguaçu, 18 de outubro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2614/2016

PORTARIA nº 2614 de 18 de outubro de 2016

Torna sem efeito portaria de nomeação de servidor efetivo para exercer Função de Confiança, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 251/2013, do(a) servidor(a) Oizes Vieira Mendes, a qual o(a) nomeia para exercer a Função de Confiança de Gerente de Compras, na Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/10/2016.

Biguaçu, 18 de outubro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2615/2016

PORTARIA nº 2615 de 18 de outubro de 2016

Torna sem efeito portaria de nomeação de servidor efetivo para exercer Função de Confiança, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 252/2013, do(a) servidor(a) Leandro de Souza Cunha, a qual o(a) nomeia para exercer a Função de Confiança de Gerente de Licitações e Contratos, na Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/10/2016.

Biguaçu, 18 de outubro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2616/2016

PORTARIA nº 2616 de 18 de outubro de 2016

Torna sem efeito portaria de nomeação de servidor efetivo para exercer Função de Confiança, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 253/2013, do(a) servidor(a) Eduardo Lopes Jonker, a qual o(a) nomeia para exercer a Função de Confiança de Gerente de CPD, na Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/10/2016.

Biguaçu, 18 de outubro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2617/2016

PORTARIA nº 2617 de 18 de outubro de 2016

Torna sem efeito portaria de nomeação de servidor efetivo para exercer Função de Confiança, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 254/2013, do(a) servidor(a) Nadir Souza, a qual o(a) nomeia para exercer a Função de Confiança de Gerente de Protocolo e Atendimento ao Cidadão, na Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/10/2016.

Biguaçu, 18 de outubro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2618/2016

PORTARIA nº 2618 de 18 de outubro de 2016

Torna sem efeito portaria de nomeação de servidor efetivo para exercer Função de Confiança, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 2704/2013, do(a) servidor(a) Sincler Bilck, a qual o(a) nomeia para exercer a Função de Confiança de Coordenador dos Serviços de Vigias, na Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/10/2016.

Biguaçu, 18 de outubro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2619/2016

PORTARIA nº 2619 de 18 de outubro de 2016

Torna sem efeito portaria de nomeação de servidor efetivo para exercer Função de Confiança, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 2394/2016, do(a) servidor(a) Milton João dos Santos, a qual o(a) nomeia para exercer a Função de Confiança de Coordenador de Almoxarifado, na Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/10/2016.

Biguaçu, 18 de outubro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2620/2016

PORTARIA nº 2620 de 18 de outubro de 2016

Torna sem efeito portaria de nomeação de servidor efetivo para exercer Função de Confiança, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 256/2013, do(a) servidor(a) Anderson Opuska Soares, a qual o(a) nomeia para exercer a Função de Confiança de Gerente do Núcleo de Informática Fazendária, na Secretaria Municipal da Fazenda.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/10/2016.

Biguaçu, 18 de outubro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2621/2016

PORTARIA nº 2621 de 18 de outubro de 2016

Torna sem efeito portaria de nomeação de servidor efetivo para exercer Função de Confiança, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 257/2013, do(a) servidor(a) Antônio Cesar Souza de Barros, a qual o(a) nomeia para exercer a Função de Confiança de Gerente de Tributos Imobiliários, na Secretaria Municipal da Fazenda.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/10/2016.

Biguaçu, 18 de outubro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2622/2016

PORTARIA nº 2622 de 18 de outubro de 2016

Torna sem efeito portaria de nomeação de servidor efetivo para exercer Função de Confiança, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 2499/2014, do(a) servidor(a) Manoel Custódio, a qual o(a) nomeia para exercer a Função de Confiança de Gerente de Tributos Mobiliários, na Secretaria Municipal da Fazenda.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/10/2016.

Biguaçu, 18 de outubro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2623/2016

PORTARIA nº 2623 de 18 de outubro de 2016

Torna sem efeito portaria de nomeação de servidor efetivo para exercer Função de Confiança, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 259/2013, do(a) servidor(a) Marina Moresco Gomes Mendes, a qual o(a) nomeia para exercer a Função de Confiança de Gerente de Arrecadação, na Secretaria Municipal da Fazenda.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/10/2016.

Biguaçu, 18 de outubro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2624/2016

PORTARIA nº 2624 de 18 de outubro de 2016

Torna sem efeito portaria de nomeação de servidor efetivo para exercer Função de Confiança, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 260/2013, do(a) servidor(a) Leandro Francisco Torquato, a qual o(a) nomeia para exercer a Função de Confiança de Gerente de Fiscalização, na Secretaria Municipal da Fazenda.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/10/2016.

Biguaçu, 18 de outubro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2625/2016

PORTARIA nº 2625 de 18 de outubro de 2016

Torna sem efeito portaria de nomeação de servidor efetivo para exercer Função de Confiança, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 2498/2014, do(a) servidor(a) Valéria Cristina da Silva, a qual o(a) nomeia para exercer a Função de Confiança de Gerente de Administração de Dívida Ativa, na Secretaria Municipal da Fazenda.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/10/2016.

Biguaçu, 18 de outubro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2626/2016

PORTARIA nº 2626 de 18 de outubro de 2016

Torna sem efeito portaria de nomeação de servidor efetivo para exercer Função de Confiança, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 262/2013, do(a) servidor(a) Priscila Raimundo Pinheiro, a qual o(a) nomeia para exercer a Função de Confiança de Gerente Contábil, na Secretaria Municipal da Fazenda.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/10/2016.

Biguaçu, 18 de outubro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2627/2016

PORTARIA nº 2627 de 18 de outubro de 2016

Torna sem efeito portaria de nomeação de servidor efetivo para exercer Função de Confiança, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 263/2013, do(a) servidor(a) Ariani Leitis Motter Griss Costa, a qual o(a) nomeia para exercer a Função de Confiança de Gerente Financeiro, na Secretaria Municipal da Fazenda.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/10/2016.

Biguaçu, 18 de outubro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2628/2016

PORTARIA nº 2628 de 18 de outubro de 2016

Torna sem efeito portaria de nomeação de servidor efetivo para exercer Função de Confiança, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 649/2013, do(a) servidor(a) Rubens Farias, a qual o(a) nomeia para exercer a Função de Confiança de Gerente Fde Controle da Execução de Contratos e Convênios, na Secretaria Municipal da Fazenda.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/10/2016.

Biguaçu, 18 de outubro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2629/2016

PORTARIA nº 2629 de 18 de outubro de 2016

Torna sem efeito portaria de nomeação de servidor efetivo para exercer Função de Confiança, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 183/2016, do(a) servidor(a) Mariana Ester Borges Costa, a qual o(a) nomeia para exercer a Função de Confiança de Diretor de Atenção Básica e Educação Permanente, na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/10/2016.

Biguaçu, 18 de outubro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2630/2016

PORTARIA nº 2630 de 18 de outubro de 2016

Torna sem efeito portaria de nomeação de servidor efetivo para exercer Função de Confiança, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 279/2013, do(a) servidor(a) Rodrigo Flores Pereira dos Santos, a qual o(a) nomeia para exercer a Função de Confiança de Coordenador dos Serviços de Exatonia, na Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Aquicultura.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/10/2016.

Biguaçu, 18 de outubro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2631/2016

PORTARIA nº 2631 de 18 de outubro de 2016

Torna sem efeito portaria de nomeação de servidor efetivo para exercer Função de Confiança, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 280/2013, do(a) servidor(a) Maria Lúcia Machado, a qual o(a) nomeia para exercer a Função de Confiança de Coordenador da Unidade Municipal de Cadastramento (INCRA), na Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Aquicultura.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/10/2016.

Biguaçu, 18 de outubro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2632/2016

PORTARIA nº 2632 de 18 de outubro de 2016

Torna sem efeito portaria de nomeação de servidor efetivo para exercer Função de Confiança, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 281/2013, do(a) servidor(a) Alice Maria Vieira Marçal Momm, a qual o(a) nomeia para exercer a Função de Confiança de Coordenador de Cadastramento do Produtor Rural, na Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Aquicultura.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/10/2016.

Biguaçu, 18 de outubro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2633/2016

PORTARIA nº 2633 de 18 de outubro de 2016

Torna sem efeito portaria de nomeação de servidor efetivo para exercer Função de Confiança, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 282/2013, do(a) servidor(a) Cesar Jovelino Corrêa, a qual o(a) nomeia para exercer a Função de Confiança de Diretor de Manutenção de Equipamentos Pesados, na Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/10/2016.

Biguaçu, 18 de outubro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2634/2016

PORTARIA nº 2634 de 18 de outubro de 2016

Torna sem efeito portaria de nomeação de servidor efetivo para exercer Função de Confiança, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 283/2013, do(a) servidor(a) Peterson de Souza, a qual o(a) nomeia para exercer a Função de Confiança de Coordenador de Manutenção de Frotas, na Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/10/2016.

Biguaçu, 18 de outubro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2635/2016

PORTARIA nº 2635 de 18 de outubro de 2016

Torna sem efeito portaria de nomeação de servidor efetivo para exercer Função de Confiança, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 284/2013, do(a) servidor(a) Jean Carlo Santana, a qual o(a) nomeia para exercer a Função de Confiança de Coordenador de Manutenção de Praças e Logradouros Públicos, na Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/10/2016.

Biguaçu, 18 de outubro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2636/2016

PORTARIA nº 2636 de 18 de outubro de 2016

Torna sem efeito portaria de nomeação de servidor efetivo para exercer Função de Confiança, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 1872/2016, do(a) servidor(a) Sidnei Osmar Garcia, a qual o(a) nomeia para exercer a Função de Confiança de Coordenador de Coordenador de Serviços de Pavimentação, na Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/10/2016.

Biguaçu, 18 de outubro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2637/2016

PORTARIA nº 2637 de 18 de outubro de 2016

Torna sem efeito portaria de nomeação de servidor efetivo para exercer Função de Confiança, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 629/2016, do(a) servidor(a) Joelcio Elio Schmitt, a qual o(a) nomeia para exercer a Função de Confiança de Coordenador de Serviços de Pavimentação do Interior, na Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/10/2016.

Biguaçu, 18 de outubro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2638/2016

PORTARIA nº 2638 de 18 de outubro de 2016

Torna sem efeito portaria de nomeação de servidor efetivo para exercer Função de Confiança, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 286/2013, do(a) servidor(a) Luiz Carlos Gonçalves, a qual o(a) nomeia para exercer a Função de Confiança de Gerente de Fiscalização de Obras Particulares e Posturas, na Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/10/2016.

Biguaçu, 18 de outubro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2639/2016

PORTARIA nº 2639 de 18 de outubro de 2016

Torna sem efeito portaria de nomeação de servidor efetivo para exercer Função de Confiança, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 287/2013, do(a) servidor(a) Luana Schmitt Monteiro, a qual o(a) nomeia para exercer a Função de Confiança de Gerente de Fiscalização de Parcelamento do Solo, na Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/10/2016.

Biguaçu, 18 de outubro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2640/2016

PORTARIA nº 2640 de 18 de outubro de 2016

Torna sem efeito portaria de nomeação de servidor efetivo para exercer Função de Confiança, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 1269/2014, do(a) servidor(a) Fulvio Henrique, a qual o(a) nomeia para exercer a Função de Confiança de Gerente de Obras Públicas, na Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/10/2016.

Biguaçu, 18 de outubro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2641/2016

PORTARIA nº 2641 de 18 de outubro de 2016

Torna sem efeito portaria de nomeação de servidor efetivo para exercer Função de Confiança, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 289/2013, do(a) servidor(a) Vanessa Reinehr, a qual o(a) nomeia para exercer a Função de Confiança de Coordenador de Orçamento e Projetos Especiais, na Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/10/2016.

Biguaçu, 18 de outubro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2642/2016

PORTARIA nº 2642 de 18 de outubro de 2016

Torna sem efeito portaria de nomeação de servidor efetivo para exercer Função de Confiança, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 290/2013, do(a) servidor(a) Alexsandro Otávio Martins, a qual o(a) nomeia para exercer a Função de Confiança de Coordenador Administrativo do Controle Interno, na Secretaria Municipal de Governo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/10/2016.

Biguaçu, 18 de outubro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2643/2016

PORTARIA nº 2643 de 18 de outubro de 2016

Torna sem efeito portaria de nomeação de servidor efetivo para exercer Função de Confiança, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 259/2015, do(a) servidor(a) Eduardo Nau Rodrigues, a qual o(a) nomeia para exercer a Função de Confiança de Coordenador de Trânsito, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Transporte.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/10/2016.

Biguaçu, 18 de outubro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2644/2016

PORTARIA nº 2644 de 18 de outubro de 2016

Torna sem efeito portaria de nomeação de servidor efetivo para exercer Função de Confiança, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 292/2013, do(a) servidor(a) Ana Paula Medeiros e Silva Vicente, a qual o(a) nomeia para exercer a Função de Confiança de Gerente de Proteção Básica, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/10/2016.

Biguaçu, 18 de outubro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2645/2016

PORTARIA nº 2645 de 18 de outubro de 2016

Torna sem efeito portaria de nomeação de servidor efetivo para exercer Função de Confiança, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 1961/2014, do(a) servidor(a) Claudete Maria Steil Pereira, a qual o(a) nomeia para exercer a Função de Confiança de Gerente de Proteção Especial, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/10/2016.

Biguaçu, 18 de outubro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2646/2016

PORTARIA nº 2646 de 18 de outubro de 2016

Torna sem efeito portaria de nomeação de servidor efetivo para exercer Função de Confiança, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 293/2013, do(a) servidor(a) Flávia Machado Gomes de Aquino, a qual o(a) nomeia para exercer a Função de Confiança de Coordenação da Divisão de Trabalho e Renda, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/10/2016.

Biguaçu, 18 de outubro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2647/2016

PORTARIA nº 2647 de 18 de outubro de 2016

Torna sem efeito portaria de nomeação de servidor efetivo para exercer Função de Confiança, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 2693/2014, do(a) servidor(a) Altamiro Miguel de Barros, a qual o(a) nomeia para exercer a Função de Confiança de Coordenação Executiva dos Conselhos, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/10/2016.

Biguaçu, 18 de outubro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2648/2016

PORTARIA nº 2648 de 18 de outubro de 2016

Torna sem efeito portaria de nomeação de servidor efetivo para exercer Função de Confiança, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 295/2013, do(a) servidor(a) Senaldir Oliveira Pedro, a qual o(a) nomeia para exercer a Função de Confiança de Compras, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/10/2016.

Biguaçu, 18 de outubro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2649/2016

PORTARIA nº 2649 de 18 de outubro de 2016

Torna sem efeito portaria de concessão de Gratificação pelo Exercício de Atividades de Fiscalização "Ad Hoc" a servidor efetivo, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 1072/2015, do(a) servidor(a) Annamaria Bach Trevisan, a qual o(a) concede Gratificação pelo Exercício de Atividades de Fiscalização "Ad Hoc", na Fundação Municipal do Meio Ambiente do Município de Biguaçu.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/10/2016.

Biguaçu, 18 de outubro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2650/2016

PORTARIA nº 2650 de 18 de outubro de 2016

Torna sem efeito portaria de concessão de Gratificação pelo Exercício de Atividades de Fiscalização "Ad Hoc" a servidor efetivo, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 1673/2014, do(a) servidor(a) Felipe Farias, a qual o(a) concede Gratificação pelo Exercício de Atividades de Fiscalização "Ad Hoc", na Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/10/2016.

Biguaçu, 18 de outubro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2651/2016

PORTARIA nº 2651 de 18 de outubro de 2016

Torna sem efeito portaria de concessão de Gratificação pelo Exercício de Atividades de Fiscalização "Ad Hoc" a servidor efetivo, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 1765/2013, do(a) servidor(a) Luiz Fernando da Rocha, a qual o(a) concede Gratificação pelo Exercício de Atividades de Fiscalização "Ad Hoc", na Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/10/2016.

Biguaçu, 18 de outubro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2652/2016

PORTARIA nº 2652 de 18 de outubro de 2016

Torna sem efeito portaria de concessão de Gratificação pelo Exercício de Atividades de Fiscalização "Ad Hoc" a servidor efetivo, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 1768/2013, do(a) servidor(a) Luiz Fernando Chaten de Oliveira Bello, a qual o(a) concede Gratificação pelo Exercício de Atividades de Fiscalização "Ad Hoc", na Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Aquicultura.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/10/2016.

Biguaçu, 18 de outubro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2653/2016

PORTARIA nº 2653 de 18 de outubro de 2016

Torna sem efeito portaria de concessão de Gratificação pelo Exercício de Atividades de Fiscalização "Ad Hoc" a servidor efetivo, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 1073/2015, do(a) servidor(a) Luiz Gonzaga Cordeiro, a qual o(a) concede Gratificação pelo Exercício de Atividades de Fiscalização "Ad Hoc", na Fundação Municipal do Meio Ambiente do Município de Biguaçu.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/10/2016.

Biguaçu, 18 de outubro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2654/2016

PORTARIA nº 2654 de 18 de outubro de 2016

Torna sem efeito portaria de concessão de Gratificação pelo Exercício de Atividades de Fiscalização "Ad Hoc" a servidor efetivo, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 1766/2013, do(a) servidor(a) Moises de Andrade Oliveira, a qual o(a) concede Gratificação pelo Exercício de Atividades de Fiscalização "Ad Hoc", na Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/10/2016.

Biguaçu, 18 de outubro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2655/2016

PORTARIA nº 2655 de 18 de outubro de 2016

Torna sem efeito portaria de concessão de Gratificação pelo Exercício de Atividades de Fiscalização "Ad Hoc" a servidor efetivo, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 1205/2016, do(a) servidor(a) Osni Gilberto Ferreira, a qual o(a) concede Gratificação pelo Exercício de Atividades de Fiscalização "Ad Hoc", na Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/10/2016.

Biguaçu, 18 de outubro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2656/2016

PORTARIA nº 2656 de 18 de outubro de 2016

Torna sem efeito portaria de concessão de Gratificação pelo Exercício de Atividades de Fiscalização "Ad Hoc" a servidor efetivo, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 1075/2012, do(a) servidor(a) Silvana Maria Schmitt Machado, a qual o(a) concede Gratificação pelo Exercício de Atividades de Fiscalização "Ad Hoc", na Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/10/2016.

Biguaçu, 18 de outubro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2657/2016

PORTARIA nº 2657 de 18 de outubro de 2016

Torna sem efeito portaria de concessão de Gratificação pelo Exercício da Atividade de Motorista de Autoridade Superior a servidor efetivo, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 2080/2016, do(a) servidor(a) Deonir da Cruz, a qual o(a) concede Gratificação pelo Exercício da Atividade de Motorista de Autoridade Superior, na Secretaria Municipal de Governo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/10/2016.

Biguaçu, 18 de outubro de 2016.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2658/2016

PORTARIA nº 2658 de 18 de outubro de 2016

Torna sem efeito portaria de concessão de Gratificação pelo Exercício da Atividade de Motorista de Autoridade Superior a servidor efetivo, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 474/2013, do(a) servidor(a) Francisco de França Neto, a qual o(a) concede Gratificação pelo Exercício da Atividade de Motorista de Autoridade Superior, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/10/2016.

Biguaçu, 18 de outubro de 2016.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2659/2016

PORTARIA nº 2659 de 18 de outubro de 2016

Torna sem efeito portaria de concessão de Gratificação pelo Exercício da Atividade de Motorista de Autoridade Superior a servidor efetivo, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 304/2013, do(a) servidor(a) Humberto Manoel de Miranda, a qual o(a) concede Gratificação pelo Exercício da Atividade de Motorista de Autoridade Superior, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/10/2016.

Biguaçu, 18 de outubro de 2016.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2660/2016

PORTARIA nº 2660 de 18 de outubro de 2016

Torna sem efeito portaria de concessão de Gratificação pelo Exercício da Atividade de Motorista de Autoridade Superior a servidor efetivo, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 1882/2014, do(a) servidor(a)

Raul Gustavo Leite, a qual o(a) concede Gratificação pelo Exercício da Atividade de Motorista de Autoridade Superior, na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/10/2016.

Biguaçu, 18 de outubro de 2016.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2661/2016

PORTARIA nº 2661 de 18 de outubro de 2016

Torna sem efeito portaria de concessão de Gratificação pelo Exercício da Atividade de Motorista de Autoridade Superior a servidor efetivo, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 779/2015, do(a) servidor(a) Rogers José de Mello, a qual o(a) concede Gratificação pelo Exercício da Atividade de Motorista de Autoridade Superior, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Transporte.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/10/2016.

Biguaçu, 18 de outubro de 2016.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2662/2016

PORTARIA nº 2662 de 18 de outubro de 2016

Torna sem efeito portaria de concessão de Gratificação pelo Exercício da Atividade de Motorista de Autoridade Superior a servidor efetivo, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 739/2016, do(a) servidor(a) Wilton Domingues, a qual o(a) concede Gratificação pelo Exercício da Atividade de Motorista de Autoridade Superior, na Fundação Municipal do Meio Ambiente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/10/2016.

Biguaçu, 18 de outubro de 2016.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2663/2016

PORTARIA nº 2663 de 18 de outubro de 2016

Torna sem efeito portaria de concessão de Gratificação pelo Exercício na Junta Militar a servidor efetivo, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 1745/2016, do(a) servidor(a) Cristiane Goes, a qual o(a) concede Gratificação pelo Exercício Na Junta Militar.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/10/2016.

Biguaçu, 18 de outubro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2664/2016

PORTARIA nº 2664 de 18 de outubro de 2016

Torna sem efeito portaria de concessão de Gratificação pelo Exercício na Junta Militar a servidor efetivo, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 306/2013, do(a) servidor(a) Rosimar Soares Siqueira, a qual o(a) concede Gratificação pelo Exercício na Junta Militar.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/10/2016.

Biguaçu, 18 de outubro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2665/2016

PORTARIA nº 2665 de 18 de outubro de 2016

Torna sem efeito portaria de concessão de Gratificação pelo Exercício na Junta Militar a servidor efetivo, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 1502/2015, do(a) servidor(a) Renata Costa, a qual o(a) concede Gratificação pelo Exercício na Junta Militar.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/10/2016.

Biguaçu, 18 de outubro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2666/2016

PORTARIA nº 2666 de 18 de outubro de 2016

Torna sem efeito portaria de nomeação de servidor efetivo para exercer Função de Confiança, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 265/2013, do(a) servidor(a)

Iraci Anita Rocha, a qual o(a) nomeia para exercer a Função de Confiança de Diretor Técnico de Sistema de Saúde Municipal, posteriormente alterada pela Portaria nº 150/2016 para Diretor Técnico, na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/10/2016.

Biguaçu, 18 de outubro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2667/2016

PORTARIA nº 2667 de 18 de outubro de 2016

Torna sem efeito portaria de nomeação de servidor efetivo para exercer Função de Confiança, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 1645/2012, do(a) servidor(a) Giordana Biancon Gandolfi Ouriques, a qual o(a) nomeia para exercer a Função de Confiança de Diretor de Licitações, Contratos e Compras, na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/10/2016.

Biguaçu, 18 de outubro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2668/2016

PORTARIA nº 2668 de 18 de outubro de 2016

Torna sem efeito portaria de nomeação de servidor efetivo para exercer Função de Confiança, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 2780/2015, do(a) servidor(a) Rosimeri Delsa Corrêa, a qual o(a) nomeia para exercer a Função de Confiança de Diretor de Limpeza e Higienezação, na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/10/2016.

Biguaçu, 18 de outubro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2669/2016

PORTARIA nº 2669 de 18 de outubro de 2016

Torna sem efeito portaria de nomeação de servidor efetivo para exercer Função de Confiança, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 183/2016, do(a) servidor(a) Mariana Ester Borges Costa, a qual o(a) nomeia para exercer a Função de Confiança de Diretor de Atenção Básica e Educação Permanente, na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/10/2016.

Biguaçu, 18 de outubro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2670/2016

PORTARIA nº 2670 de 18 de outubro de 2016

Torna sem efeito portaria de nomeação de servidor efetivo para exercer Função de Confiança, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 154/2016, do(a) servidor(a) Cleilson Augusto de Souza, a qual o(a) nomeia para exercer a Função de Confiança de Diretor de Serviços de Média e Alta Complexidade, na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/10/2016.

Biguaçu, 18 de outubro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2671/2016

PORTARIA nº 2671 de 18 de outubro de 2016

Torna sem efeito portaria de nomeação de servidor efetivo para exercer Função de Confiança, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 224/2016, do(a) servidor(a) Carlos Alberto Pereira, a qual o(a) nomeia para exercer a Função de Confiança de Diretor de Manutenção, na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/10/2016.

Biguaçu, 18 de outubro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2672/2016

PORTARIA nº 2672 de 18 de outubro de 2016

Torna sem efeito portaria de nomeação de servidor efetivo para exercer Função de Confiança, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 151/2016, do(a) servidor(a) Gabriel Anselmo Cardoso, a qual o(a) nomeia para exercer a Função de Confiança de Diretor de Engenharia, na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/10/2016.

Biguaçu, 18 de outubro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2673/2016

PORTARIA nº 2673 de 18 de outubro de 2016

Torna sem efeito portaria de nomeação de servidor efetivo para exercer Função de Confiança, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 2393/2016, do(a) servidor(a) Clelia Maria Sperandio, a qual o(a) nomeia para exercer a Função de Confiança de Diretor de Planejamento Intersetorial, Gestão e Tecnologias em Saúde, na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/10/2016.

Biguaçu, 18 de outubro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2674/2016

PORTARIA nº 2674 de 18 de outubro de 2016

Torna sem efeito portaria de nomeação de servidor efetivo para exercer Função de Confiança, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 155/2016, do(a) servidor(a) Jaqueline Santos de Ávila, a qual o(a) nomeia para exercer a Função de Confiança de Diretor Administrativo, na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/10/2016.

Biguaçu, 18 de outubro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2675/2016

PORTARIA nº 2675 de 18 de outubro de 2016

Torna sem efeito portaria de nomeação de servidor efetivo para exercer Função de Confiança, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 156/2016, do(a) servidor(a) Marcelo França, a qual o(a) nomeia para exercer a Função de Confiança de Diretor de Serviços Odontológicos, na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/10/2016.

Biguaçu, 18 de outubro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2676/2016

PORTARIA nº 2676 de 18 de outubro de 2016

Torna sem efeito portaria de nomeação de servidor efetivo para exercer Função de Confiança, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 1094/2016, do(a) servidor(a) Patrícia Moreira Hoffmann Martins, a qual o(a) nomeia para exercer a Função de Confiança de Gerente de Serviços Hospitalares, na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/10/2016.

Biguaçu, 18 de outubro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2677/2016

PORTARIA nº 2677 de 18 de outubro de 2016

Torna sem efeito portaria de nomeação de servidor efetivo para exercer Função de Confiança, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 158/2016, do(a) servidor(a) Daniela Sales de Carvalho Brito, a qual o(a) nomeia para exercer a Função de Confiança de Gerente de Saúde Bucal, na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/10/2016.

Biguaçu, 18 de outubro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2678/2016

PORTARIA nº 2678 de 18 de outubro de 2016

Torna sem efeito portaria de nomeação de servidor efetivo para exercer Função de Confiança, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 1095/2016, do(a) servidor(a) Roberta Jascke Guimarães, a qual o(a) nomeia para exercer a Função de Confiança de Gerente Ambulatorial, na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/10/2016.

Biguaçu, 18 de outubro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2679/2016

PORTARIA nº 2679 de 18 de outubro de 2016

Torna sem efeito portaria de nomeação de servidor efetivo para exercer Função de Confiança, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 162/2016, do(a) servidor(a) Maicon da Silva, a qual o(a) nomeia para exercer a Função de Confiança de Gerente de TI, na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/10/2016.

Biguaçu, 18 de outubro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2680/2016

PORTARIA nº 2680 de 18 de outubro de 2016

Torna sem efeito portaria de nomeação de servidor efetivo para exercer Função de Confiança, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 164/2016, do(a) servidor(a) Karolina Polucenio, a qual o(a) nomeia para exercer a Função de Confiança de Gerente de Enfermagem, na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/10/2016.

Biguaçu, 18 de outubro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2681/2016

PORTARIA nº 2681 de 18 de outubro de 2016

Torna sem efeito portaria de nomeação de servidor efetivo para exercer Função de Confiança, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 268/2013, do(a) servidor(a) Rosecleia Meurer Silveira, a qual o(a) nomeia para exercer a Função de Confiança de Gerente do Programa de HIV/DST/AIDS e Hepatites Virais, posteriormente alterada pela Portaria nº 150/2016 para Gerente de Central de Triagem e Aconselhamento - CTA, na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/10/2016.

Biguaçu, 18 de outubro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2682/2016

PORTARIA nº 2682 de 18 de outubro de 2016

Torna sem efeito portaria de nomeação de servidor efetivo para exercer Função de Confiança, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 165/2016, do(a) servidor(a) Lidiane Elias, a qual o(a) nomeia para exercer a Função de Confiança de Gerente de Controle e Avaliação, na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/10/2016.

Biguaçu, 18 de outubro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2683/2016

PORTARIA nº 2683 de 18 de outubro de 2016

Torna sem efeito portaria de nomeação de servidor efetivo para exercer Função de Confiança, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 968/2015, do(a) servidor(a) Ronaldo Cidrão Veríssimo, a qual o(a) nomeia para exercer a Função de Coordenador de Vigilância Ambiental, na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/10/2016.

Biguaçu, 18 de outubro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2684/2016

PORTARIA nº 2684 de 18 de outubro de 2016

Torna sem efeito portaria de nomeação de servidor efetivo para exercer Função de Confiança, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 270/2013, do(a) servidor(a) Sandro Alberto Antunes, a qual o(a) nomeia para exercer a Função de Confiança de Coordenador Técnico do Laboratório Municipal, posteriormente alterada pela Portaria nº 150/2016 para Coordenador Técnico Farmacêutico, na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/10/2016.

Biguaçu, 18 de outubro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2685/2016

PORTARIA nº 2685 de 18 de outubro de 2016

Torna sem efeito portaria de nomeação de servidor efetivo para exercer Função de Confiança, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 271/2013, do(a) servidor(a) Rita de Cássia da Luz Veríssimo, a qual o(a) nomeia para exercer a Função de Coordenador de Técnico da Farmácia, na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/10/2016.

Biguaçu, 18 de outubro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2686/2016

PORTARIA nº 2686 de 18 de outubro de 2016

Torna sem efeito portaria de nomeação de servidor efetivo para exercer Função de Confiança, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 1463/2013, do(a) servidor(a) Rosângela MERit Bernardo dos Santos, a qual o(a) nomeia para exercer a Função de Coordenador Técnico da Clínica de Fisioterapia, na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/10/2016.

Biguaçu, 18 de outubro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2687/2016

PORTARIA nº 2687 de 18 de outubro de 2016

Torna sem efeito portaria de nomeação de servidor efetivo para exercer Função de Confiança, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 2479/2014, do(a) servidor(a) Adriano Franzoni Wagner, a qual o(a) nomeia para exercer a Função de Coordenador do Núcleo de Apoio a Processos de Saúde, na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/10/2016.

Biguaçu, 18 de outubro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2688/2016

PORTARIA nº 2688 de 18 de outubro de 2016

Torna sem efeito portaria de nomeação de servidor efetivo para exercer Função de Confiança, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 2395/2016, do(a) servidor(a) Zeli Zilda Manes, a qual o(a) nomeia para exercer a Função de Coordenador da Vigilância Sanitária, na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/10/2016.

Biguaçu, 18 de outubro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2689/2016

PORTARIA nº 2689 de 18 de outubro de 2016

Torna sem efeito portaria de nomeação de servidor efetivo para exercer Função de Confiança, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 1123/2013, do(a) servidor(a) Aline Piacessi Arceno, a qual o(a) nomeia para exercer a Função de Coordenador da Vigilância Epidemiológica, na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/10/2016.

Biguaçu, 18 de outubro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2690/2016

PORTARIA nº 2690 de 18 de outubro de 2016

Torna sem efeito portaria de nomeação de servidor efetivo para exercer Função de Confiança, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 1096/2016, do(a) servidor(a) Manoela Luciano de Amorim, a qual o(a) nomeia para exercer a Função de Coordenador da Vigilância de Zoonoses, na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/10/2016.

Biguaçu, 18 de outubro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2691/2016

PORTARIA nº 2691 de 18 de outubro de 2016

Torna sem efeito portaria de nomeação de servidor efetivo para exercer Função de Confiança, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 167/2016, do(a) servidor(a) Gislaíne Carara da Costa, a qual o(a) nomeia para exercer a Função de Coordenador de Regulação, na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/10/2016.

Biguaçu, 18 de outubro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2692/2016

PORTARIA nº 2692 de 18 de outubro de 2016

Torna sem efeito portaria de nomeação de servidor efetivo para exercer Função de Confiança, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 1740/2016, do(a) servidor(a) Nila Aparecida Pereira dos Santos, a qual o(a) nomeia para exercer a Função de Coordenador de Almojarifado e Logística, na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/10/2016.

Biguaçu, 18 de outubro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2693/2016

PORTARIA nº 2693 de 18 de outubro de 2016

Torna sem efeito portaria de nomeação de servidor efetivo para exercer Função de Confiança, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 278/2013, do(a) servidor(a) Francielly Márcia Souza de Andrade, a qual o(a) nomeia para exercer a Função de Confiança de Coordenador de Programas de Saúde, posteriormente alterada pela Portaria nº 150/2016 para Coordenador de Promoção à Saúde, na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/10/2016.

Biguaçu, 18 de outubro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

(quatro reais e cinquenta centavos) por candidato inscrito de nível fundamental, respeitadas as proporções de inscritos.

Biguaçu, 24 de outubro de 2016.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

Por Delegação – Thaisa Nunes Johanson

Secretária de Administração

RETIFICAÇÃO DL137/2016-PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÃO

RETIFICAÇÃO TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 137/2016-PMB

Tendo em vista erros de digitação descrito no valor a ser pago pela contratada no Processo DL 137/2016-PMB, o mesmo fica retificado passando a ter a seguinte redação:

ONDE SE LÊ: VALOR: O valor a ser pago à contratada corresponderá ao montante a ser recebido em decorrência do recolhimento de todas as taxas de inscrição no processo seletivo a ser realizado. A empresa contratada se compromete a exigir pagamento e taxas de inscrição no valor de R\$ 60,00 (sessenta reais) O valor referente a taxa de inscrição será recolhido pelos candidatos interessados em prestar o processo seletivo a ser realizado, através de boleto bancário, diretamente em conta bancária apontada pela Contratada. A empresa Contratada se dispõe a repassar à Prefeitura de Biguaçu no que exceder em 1.500 candidatos a importância equivalente a R\$6,00 (seis) reais por candidato. Não caberá à Contratante efetuar pagamento de qualquer outra natureza à Contratada.

LEIA-SE: VALOR:

1) Para o Edital 013/SEMED/2016, os custos fixos e custos variáveis serão pagos diretamente a Contratada diretamente pelos candidatos, através de taxa de inscrição no valor de R\$ 60,00 (sessenta reais). O valor referente à taxa de inscrição será recolhido pelos candidatos interessados em prestar o processo seletivo a ser realizado, através de boleto bancário, diretamente em conta bancária apontada pela Contratada. A empresa Contratada se dispõe a repassar à Prefeitura de Biguaçu no que exceder em 1.500 candidatos a importância equivalente a R\$6,00 (seis) reais por candidato;
2) Para o Edital 001/SEMAD/2016, os custos fixos e custos variáveis serão pagos diretamente a Contratada diretamente pelos candidatos, através de taxa de inscrição no valor de 75 (setenta e cinco) reais para os cargos de nível superior, 60,00 (sessenta reais) para os cargos de nível médio e 45,00 (quarenta e cinco reais) para os cargos de nível fundamental e alfabetizado. A empresa Contratada se dispõe a repassar à Prefeitura de Biguaçu no que exceder em 3.500 candidatos a importância equivalente R\$ 7,50 (sete reais e cinquenta centavos) por candidato inscrito de nível superior, R\$ 6,00 (seis reais) por candidato inscrito em nível médio e R\$ 4,50

Blumenau

PREFEITURA

LEI Nº 8.337/2016

LEI N. 8.337, DE 21 DE OUTUBRO DE 2016.

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI N. 5.666, DE 18 DE JULHO DE 2001, QUE "AUTORIZA A OUTORGA DE CONCESSÃO REMUNERADA DE USO DE BENS PÚBLICOS MUNICIPAIS".

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º O caput e o parágrafo único do art. 1º da Lei n. 5.666, de 18 de julho de 2001, passam a vigorar com as seguintes redações:

"Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SEDEC, autorizado a outorgar concessão remunerada de uso, para exploração comercial, das edificações, tipo box, existentes na área da Feira Livre Municipal da Rua Humberto de Campos, nesta cidade.

Parágrafo único. 5 (cinco) das edificações existentes no mesmo complexo poderão ter seu uso concedido, gratuitamente, para associações de feirantes ou cooperativas de trabalhadores em atividades afins com a da feira, mediante condições estabelecidas em resolução do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural."

Art. 2º O art. 5º da Lei n. 5.666, de 18 de julho de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º A concessão será outorgada pelo prazo de até 5 (cinco) anos, vedada a destinação de mais de um box para a mesma pessoa."

Art. 3º O art. 7º da Lei n. 5.666, de 18 de julho de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7º A atividade comercial a ser explorada em cada box, bem como as demais condições para o uso e ocupação dos mesmos, serão estabelecidas pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SEDEC, em conjunto com o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, ficando ao encargo da primeira todos os atos relativos à administração e fiscalização das concessões outorgadas."

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 21 de outubro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES NETO
Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 1.075/2016

LEI COMPLEMENTAR Nº 1.075, DE 21 DE OUTUBRO DE 2016.

ALTERA A REDAÇÃO DO § 2º DO ARTIGO 79 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 1.033, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O § 2º do art. 79 da Lei Complementar nº 1.033, de 18

de dezembro de 2015, que "Dispõe sobre o serviço de utilidade pública de transporte individual de passageiros por táxi no município de Blumenau e dá outras providências", passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 79.

§ 2º A invalidez permanente deverá ser comprovada mediante documentos oficialmente válidos." (NR)

Art. 2º Esta Lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 21 de outubro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 1.076/2016

LEI COMPLEMENTAR N. 1.076, DE 21 DE OUTUBRO DE 2016.

INSTITUI O PLANO MUNICIPAL DE CULTURA DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica instituído, com duração de 10 (dez) anos, o Plano Municipal de Cultura (PMC) do Município de Blumenau, consistente numa política cultural dinâmica, plural, com todos e para todos, na forma dos anexos desta Lei Complementar.

Art. 2º A partir da vigência desta Lei Complementar, o Município de Blumenau, em conjunto com o Conselho Municipal de Política Cultural (CMPC), deverá elaborar planos decenais subsequentes, com base nas diretrizes e ações deliberadas pelas Conferências Municipais de Cultura, devendo cada Plano ser objeto de lei própria.

Art. 3º O PMC é o instrumento de planejamento estratégico que organiza, regula e norteia a execução da Política Municipal de Cultura, com previsão de ações de curto, médio e longo prazo.

Parágrafo único. Para fins de cumprimento dos prazos estabelecidos no Anexo II, considera-se como prazo curto até 2 anos, prazo médio até 5 anos e prazo longo até 10 anos.

Art. 4º O PMC foi elaborado tendo por base as demandas apresentadas nas Conferências Municipais de Cultura realizadas em Blumenau desde 2006, conforme exigido pelo § 1º do art. 21 da Lei Complementar n. 833, de 13 de dezembro de 2011, e adequado pela Comissão de Elaboração do PMC instituída pelo CMPC, em conjunto com o Município.

CAPÍTULO II

DOS PRINCÍPIOS DO PLANO

Art. 5º Os princípios que regem o PMC do Município de Blumenau, em consonância com o Plano Nacional de Cultura, são os seguintes:

- I – direito universal à arte e à cultura;
- II – liberdade de expressão, criação, fruição e difusão da cultura;
- III – respeito aos direitos humanos;
- IV – direito à memória e às tradições;
- V – direito à informação, à comunicação e à crítica cultural;
- VI – direito à participação e controle social na formulação e acompanhamento das políticas culturais;
- VII – diversidade das expressões culturais;
- VIII – universalização do acesso aos agentes, bens, incentivos e serviços culturais;
- IX – transversalidade e abrangência das políticas culturais;
- X – valorização da cultura como vetor do desenvolvimento sustentável;
- XI – desenvolvimento da economia criativa;
- XII – responsabilidade socioambiental;
- XIII – cooperação entre os agentes públicos e privados atuantes na área da cultura;
- XIV – complementaridade nos papéis dos agentes culturais;
- XV – integração e interação das políticas, programas, projetos e ações culturais;
- XVI – transparência e compartilhamento de informações;
- XVII – autonomia e cooperação das instituições culturais;
- XVIII – descentralização articulada e pactuada de gestão, dos recursos e das ações culturais;
- XIX – fomento à produção, preservação, difusão e circulação do conhecimento, das ações e dos bens culturais;
- XX – responsabilidade dos agentes públicos na implementação das políticas culturais;
- XXI – democratização das instâncias de formulação das políticas culturais.

CAPÍTULO III DAS ATRIBUIÇÕES DO MUNICÍPIO

Art. 6º Compete ao Poder Público Municipal, nos termos desta Lei Complementar:

- I – assegurar, em conjunto com o CMPC, a efetivação do PMC e garantir sua avaliação e mensuração periódica pelos órgãos e instâncias responsáveis;
- II – instituir programas e projetos que conduzam à efetivação dos objetivos gerais, objetivos secundários, ações e metas do PMC;
- III – proteger e promover a diversidade cultural, a criação artística e suas manifestações e as expressões culturais, individuais ou coletivas, de todos os grupos em suas derivações étnicas e sociais, reconhecendo a abrangência da noção de cultura e garantindo a multiplicidade de seus valores e formações;
- IV – estimular, em conjunto com o CMPC, a diversificação dos mecanismos de financiamento para a cultura, de forma a atender os objetivos desta Lei Complementar e elevar o montante de recursos destinados ao setor para garantir o seu cumprimento;
- V – fomentar a cultura de forma ampla, por meio da promoção e

difusão, da realização de editais e seleções públicas para o estímulo a projetos e processos culturais, da concessão de apoio financeiro e fiscal aos agentes culturais e da adoção de subsídios econômicos, entre outros incentivos, nos termos da lei;

VI – promover e estimular o acesso à produção e ao empreendimento cultural, a circulação e o intercâmbio de bens, serviços e conteúdos culturais, e o contato e a fruição do público com a arte e a cultura de forma universal;

VII – garantir a preservação do patrimônio cultural, resguardando os bens de natureza material e imaterial (documentos, acervos, coleções, paisagens urbanas e rurais, sítios arqueológicos e obras de arte) tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência simbólica aos valores, identidades, ações e memórias dos diferentes grupos formadores da sociedade blumenauense;

VIII – organizar as instâncias consultivas e de participação da sociedade, previstas no Sistema Municipal de Cultura (SMC), para contribuir na formulação e debater estratégias de execução das políticas públicas de cultura;

IX – estimular a adesão de organizações e instituições do setor privado e entidades da sociedade civil aos objetivos do PMC, por meio de ações próprias, parcerias, participação em programas e integração ao Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC);

X – coordenar, em conjunto com o CMPC, o processo de elaboração dos objetivos, metas e ações do PMC do Município de Blumenau e dos planos setoriais para os diferentes segmentos culturais, respeitando seus desdobramentos;

XI – desenvolver e reunir, com o apoio dos órgãos integrantes do SMC, indicadores e parâmetros quantitativos e qualitativos para a democratização dos bens e serviços culturais promovidos ou apoiados, direta ou indiretamente, com recursos do Município e conveniados, nos termos da Lei Complementar n. 833, de 13 de dezembro de 2011;

XII – garantir o pleno funcionamento do SMC e de todas as suas instâncias, bem como a adesão e a participação ativa do Município ao Sistema Estadual de Cultura e ao Sistema Nacional de Cultura;

XIII – articular as políticas públicas de cultura de forma integrada com as políticas públicas de educação, comunicação, meio ambiente, turismo, planejamento urbano, desenvolvimento econômico e social, dentre outras;

XIV – estimular a produção cultural profissionalizando os agentes culturais, formalizando o mercado e qualificando as relações de trabalho na cultura, consolidando e ampliando os níveis de emprego e renda, fortalecendo redes de colaboração e valorizando empreendimentos de economia solidária.

CAPÍTULO IV DO SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA (SMC)

Art. 7º O SMC, conforme art. 1º da Lei Complementar n. 833, de 13 de dezembro de 2011, se constitui no principal articulador, no âmbito municipal, das políticas de cultura, estabelecendo mecanismos de gestão compartilhada com os demais entes federados e a sociedade civil.

Art. 8º O PMC é elemento integrante do SMC, conforme Seção VI do Capítulo II da Lei Complementar n. 833, de 13 de dezembro de 2011.

Art. 9º Os planos plurianuais, as leis de diretrizes orçamentárias e as leis orçamentárias do Município serão elaborados de modo a darem suporte à execução das ações constantes do PMC e Anexo II deste Plano Municipal.

Art. 10. Fica criado o Sistema Municipal de Informações e

Indicadores Culturais (SMIIC) de Blumenau, com os seguintes objetivos:

I – coletar, sistematizar e interpretar dados, fornecer metodologias e estabelecer parâmetros à mensuração da atividade do campo cultural e das necessidades sociais por cultura, que permitam a formulação, monitoramento, gestão e avaliação das políticas culturais em geral, verificando e racionalizando a implementação do PMC e sua revisão nos prazos previstos;

II – disponibilizar estatísticas, indicadores e outras informações relevantes para a caracterização da demanda e oferta de bens culturais, para a construção de modelos de economia e sustentabilidade da cultura, para a adoção de mecanismos de indução e regulação da atividade econômica no campo cultural, dando apoio aos gestores culturais públicos e privados;

III – exercer e facilitar o monitoramento e avaliação das políticas culturais em geral, assegurando ao Poder Público e à sociedade civil o acompanhamento do desempenho do PMC.

Art. 11. O SMIIC terá as seguintes características:

I – obrigatoriedade da inserção e atualização permanente de dados pelo Município;

II – caráter declaratório;

III – processos informatizados de declaração, armazenamento e extração de dados;

IV – ampla publicidade e transparência para as informações declaradas e sistematizadas, preferencialmente em meios digitais e disponíveis na rede mundial de computadores.

§ 1º O declarante será responsável pela inserção de dados no programa de declaração e pela veracidade das informações inseridas na base de dados.

§ 2º As informações coletadas serão processadas de forma sistêmica e objetiva e deverão integrar o processo de monitoramento e avaliação do PMC.

§ 3º A Fundação Cultural de Blumenau (FCB) poderá promover parcerias e convênios para a constituição do SMIIC.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12. Compete ao CMPC em conjunto com o Município, coordenar o processo permanente de monitoramento para avaliação do PMC na Conferência Municipal de Cultura (CMC) organizada biennialmente, com base em indicadores nacionais, regionais e locais que quantifiquem:

I – a oferta e a demanda por bens, serviços e conteúdos;

II – os níveis de trabalho, renda e acesso da cultura;

III – a institucionalização e gestão cultural;

IV – o desenvolvimento econômico-cultural;

V – a implantação sustentável de equipamentos culturais.

§ 1º O CMPC criará a Comissão de Avaliação do Plano (CAP) a qual será composta por conselheiros do CMPC, de forma paritária entre governo e sociedade civil.

§ 2º A CAP será responsável por avaliar/aferrir a consecução das metas contidas neste Plano, elaborando anualmente relatório de mensuração.

§ 3º Para fins de mensuração das metas quantitativas de complexa medição a CAP poderá utilizar, dentre outros meios, a seguinte escala:

I – 0: não alcançado;

II - 25%: em fase de iniciação, planejamento, estudos preliminares, análises de viabilidade;

III - 50%: em fase de execução;

IV - 75%: em fase de execução final;

V - 100%: alcançado.

Art. 13. O PMC será revisto periodicamente, tendo como objetivo a atualização e o aperfeiçoamento de suas diretrizes e metas.

Parágrafo único. A primeira revisão do Plano será realizada 2 (dois) anos após a promulgação desta Lei Complementar, assegurada a participação do CMPC e de ampla representação do Poder Público e da sociedade civil.

Art. 14. O Município de Blumenau deverá dar ampla publicidade e transparência ao conteúdo do PMC, bem como a realização de seus objetivos e metas, estimulando o controle social em sua implementação.

Art. 15. Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 21 de outubro de 2016.

NAPOLÉÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 20.160/2016

PORTARIA Nº 20.160, DE 20 DE OUTUBRO DE 2016.

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR O
CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS
– COMEN, PARA O BIÊNIO 2016/2018.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, “g”, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o art. 18, da Lei Complementar nº 856, de 26 de abril de 2012, atendendo à solicitação contida no Memorando GAB nº 166/2016, de 14/10/2016, resolve:

NOMEAR, sem ônus para o Município e com as atribuições previstas na Lei Complementar nº 856, de 26 de abril de 2012, os cidadãos abaixo relacionados, para comporem o Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas – COMEN, no biênio 2016/2018, a contar de 01 de novembro de 2016:

I – REPRESENTANTES DE ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS MUNICIPAIS:

CAROLINE MARIA MERINI e ROMULO RENE STUPP, titular e suplente, respectivamente, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SEMUDES;

OSCAR GUILHERME GROTMANN FILHO E DENILSON CARLOS CREUZ, titular e suplente, respectivamente, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SEMUDES;

JAÉTE CATARINA EISMANN PANOCH e MARCO AURÉLIO GEORG, titular e suplente, respectivamente, da Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS;

JORGE FERNANDO BORGES DE MORAES e VANESSA TAMARA VIANA QUADROS, titular e suplente, respectivamente, da Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS;

FRED HORST MANKE JUNIOR e MARIANA DIAS, titular e suplente, respectivamente, do Gabinete do Prefeito - GAPREF;

ADELAIDE SAUTNER e IONE DE CARVALHO ALMEIDA, titular e suplente, respectivamente, da Secretaria Municipal de Educação - SEMED;

FABIANO ANDRÉ RAULINO e ZAIR ANÍBAL DE SOUZA, titular e suplente, respectivamente, da Fundação Cultural de Blumenau - FCB;

ALINE WINTER e CAIO MARCEL DE SOUZA, titular e suplente, respectivamente, da Fundação do Bem Estar da Família Blumenauense - PRÓ-FAMÍLIA;

MARCOS ROBERTO GOMES e ELSON CAMPOS FERREIRA, titular e suplente, respectivamente, da Fundação Municipal de Desportos - FMD;

II – REPRESENTANTES DE ENTIDADES NÃO-GOVERNAMENTAIS:

ROLF HARTMANN e PAULO KUROSKI, titular e suplente, respectivamente, da Associação Comercial e Industrial de Blumenau – ACIB;

CÁSSIO SLONCZEWSKI e CLEITON DE SOUZA, titular e suplente, respectivamente, da Cruz Azul do Brasil;

EGON SCHLÜTER e MARILU DA ROCHA RIBAS, titular e suplente, respectivamente, da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/SC – Subseção de Blumenau;

CLÓVIS BAADE e ELCIDO SCHLÜTER, titular e suplente, respectivamente, do Centro de Recuperação Nova Esperança - CERENE;

ANDREY SAGAZ FORTE e MIRIAM SOARES VEIGA, titular e suplente, respectivamente, do Centro Terapêutico Vida - CTV;
HERBERT WEIDLICH e PRADELINO MOREIRA DA SILVA, titular e suplente, respectivamente, das Associações de Moradores - União Blumenauense das Associações de Moradores - UNIBLAM;
ANTÔNIO JOSÉ CORREA e OSNI LUIZ BAHR, titular e suplente, respectivamente, dos Conselhos de Segurança – CONSEGS – Conselho de Segurança Centro/Escola Agrícola e Região;
THIAGO REITER e SILVANA ZEREDO DA SILVA, titular e suplente, respectivamente, de Instituições Religiosas e entidades de grupo de apoio e/ou mútua ajuda e/ou associação de usuários – Primeira Igreja Batista de Blumenau;

III – REPRESENTANTES DE ENTIDADES NÃO-GOVERNAMENTAIS, VINCULADOS A ESFERA ESTADUAL:

FELIPE ARAGÃO ANDRADE DE ARAUJO e ROBSON DIAS SAVITRAZ, titular e suplente, respectivamente, da Polícia Militar;

ANTÔNIO FERNANDO DAS NEVES FILHO e RUI GODINHO DA MOTA, titular e suplente, respectivamente, da Polícia Civil;

AVANILTON ANTONIO ROCHA e SÉRGIO AVELINO FERREIRA, titular e suplente, respectivamente, da Gerencia Regional de Educação;

GISELE SCHIMITT e AUREA TONN, titular e suplente,

respectivamente, da Gerencia Regional de Saúde.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 20 de outubro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 20.161/2016

PORTARIA Nº 20.161, DE 20 DE OUTUBRO DE 2016.

CONCEDE EXONERAÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE INDICA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990 e de acordo com o art. 45, caput, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, resolve:

CONCEDER EXONERAÇÃO aos seguintes servidores públicos municipais:

ANDRESSA JACQUELINE CUNHA, do cargo de provimento efetivo de Farmacêutico, lotada na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, a contar de 10 de outubro de 2016, conforme Processo Administrativo nº 9198/10/2016;

STELA MALKO, do cargo de provimento efetivo de Terapeuta Ocupacional, lotada na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, a contar de 13 de outubro de 2016, conforme Processo Administrativo nº 9225/10/2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 20 de outubro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 20.163/2016

PORTARIA Nº 20.163, DE 21 DE OUTUBRO DE 2016.

EXONERA JULIANA GRUCHINSKI DO CARGO EM COMISSÃO DE GERENTE DE ASSESSORIA ADMINISTRATIVA, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS - SESUR.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o art. 46, "II" da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, combinado com o art. 42 da Lei Complementar nº 870, de 1º de janeiro de 2013 e alterações posteriores e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015, resolve:

EXONERAR

JULIANA GRUCHINSKI, do cargo em comissão de Gerente de Assessoria Administrativa, símbolo CC-3, na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos - SESUR, nomeada pela Portaria nº 17.898, de 16 de junho de 2014, no dia 21 de outubro de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 21 de outubro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 20.164/2016

PORTARIA Nº 20.164, DE 21 DE OUTUBRO DE 2016.

NOMEIA LEANDRO DA SILVA PARA O EXERCÍCIO DO CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR GERAL NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no art. 42, da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013 e alterações posteriores, e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015, resolve:

NOMEAR

LEANDRO DA SILVA, para o exercício do cargo em comissão de Diretor Geral, símbolo CC-2, na Secretaria Municipal de Administração, no dia 21 de outubro de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 21 de outubro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 003/2016

EXTRATO – 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 003/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU
E A EMPRESA BORTOLUZZI E MARTINS ENGENHARIA LTDA ME.

OBJETO: INSTALAÇÃO QUADRO ELÉTRICO PARA OS CONDIÇÃO-
NADORES DE AR, NAS SALAS DE AULA DA ESCOLA EBM PEDRO II.

FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 022/2015.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 45 (quarenta e cinco) dias, ou seja, de 17 de setembro até 31 de outubro de 2016.

DATA: 15 de setembro de 2016.

EXTRATO 11 TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 028/2011

EXTRATO – 11º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 028/11

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU
E A EMPRESA ORCALI SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE VIGI-
LÂNCIA ELETRÔNICA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGURANÇA
DESARMADA.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial 077/2010.

PREÇO: Reajusta o valor contratual para R\$ 195.551,28 (cento e noventa e cinco mil quinhentos e cinquenta e um reais e vinte e oito centavos).

DATA: 13 de outubro de 2016.

EXTRATO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 071/2014

EXTRATO – 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 071/2014

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU
E A SRA. ANNELIES BATSCHAUER.

OBJETO: LOCAÇÃO DO ANDAR TÉRREO DO PRÉDIO DE ALVENA-
RIA DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DA UNIDADE DE ESTRATÉ-
GIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA ARTHUR H. RIEDEL.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa nº. 08-227/2013.

PREÇO: Renova o valor da locação que se mantém em R\$ 1.138,79 (mil, cento e trinta e oito reais e setenta e nove centavos) mensais, totalizando o valor do contrato em R\$ 13.665,48 (treze mil seiscen-
tos e sessenta e cinco reais e quarenta e oito centavos).

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 13 de setembro de 2016 até 12 de setembro de 2017.

DATA: 10 de outubro de 2016.

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 129/2016

EXTRATO – 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 129/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU
E A SIDNEY MICHAEL DIETRICH

OBJETO: CONTRATO DE APOIO FINANCEIRO.

FUNDAMENTO LEGAL: PROJETO CULTURAL Nº 038/15.

DATA: 17 DE OUTUBRO DE 2016.

OBS: ALTERA-SE ALGUMAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATA-
DA.

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 148/2016

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 148/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU
E A EMPRESA CONHECER TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO
LTDA ME.

OBJETO: ELABORAÇÃO DO LAUDO TÉCNICO DAS CONDIÇÕES
AMBIENTAIS DO TRABALHO - LTCAT-IN INSS/PRES Nº45 DE
06/08/2010 - DOU DE 11/08/2010 E DO PROGRAMA DE PREVEN-
ÇÃO DE RISCOS AMBIENTAIS - PPRA - NORMA REGULAMENTA-
DORA DE Nº. 29 - PORTARIA MTE Nº 3.214 DE 08/06/1978, COM
A DEVIDA RESPONSABILIDADE TÉCNICA DE PROFISSIONAL HA-
BILITADO.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência 03-037/2014.

PREÇO: Reajusta o valor pago à contratada para R\$ 654.746,58 (seiscentos e cinquenta e quatro mil setecentos e quarenta e seis reais e cinquenta e oito centavos).

DATA: 13 de outubro de 2016.

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 169/2016

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 169/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU
E A EMPRESA LAJETUBOS ARTEFATOS E SERVIÇOS EIRELI LTDA.

OBJETO: EXECUÇÃO DE TERRAPLENAGEM, DRENAGEM, PAVIMENTAÇÃO ARTICULADA COM LAJOTAS SEXTAVADAS E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA RUA: APRISIO SEBASTIÃO DE SOUZA, LOCALIZADA NO BAIRRO: ITOUPAVAZINHA.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência 041/15.

PREÇO: Acrescenta a quantia de R\$ 10.192,51 (dez mil, cento e noventa e dois reais e cinquenta e um centavos), totalizando o valor do contrato em R\$ 71.305,33 (setenta e um mil trezentos e cinco reais e trinta e três centavos).

DATA: 06 de outubro de 2016.

EXTRATO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 178/2016

EXTRATO – 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 178/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU
E A EMPRESA ONDREPSB – SERVIÇO DE GUARDA E VIGILÂNCIA LTDA.

OBJETO: SERVIÇO DE VIGILÂNCIA DESARMADA NAS DEPENDÊNCIAS DOS TERMINAIS URBANOS DE PASSAGEIROS DE BLUMENAU - "ATERRO", "FONTE", "GARCIA", "FORTALEZA", "PROEB" E "VELHA".

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de Licitação nº 08-83/2016.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 30 (trinta) dias, ou seja, de 08 de outubro até 07 de novembro de 2016,

PREÇO: Renova o valor pago à contratada que se mantém em R\$ 63.500,00 (sessenta e três mil e quinhentos reais).

DATA: 03 de outubro de 2016.

EXTRATO CONTRATO Nº 229/2016

EXTRATO – CONTRATO Nº 229/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU
E A EMPRESA FRANCIELI TONIELLO - ME.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para locação de sanitários químicos para eventos do Município: caminhada das nascentes, caminhada na vila, desfile de 02 de setembro, desfile de 07 de setembro, piquenique no parque Ramiro Ruediger e Reveillon 2017, conforme especificações constantes no edital (Itens 01, 04, 05 e 06) - PROEB.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 049/2016.

PREÇO: R\$ 8.844,50 (oito mil oitocentos e quarenta e quatro reais e cinquenta centavos).

PRAZO: O prazo de vigência deste contrato será de sua assinatura até o dia 31 de janeiro de 2017.

DATA: 26 de agosto de 2016.

EXTRATO CONTRATO Nº 248/2016

EXTRATO – CONTRATO Nº 248/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU
E A EMPRESA UNIÃO DE TRANSPORTE LTDA.

OBJETO: Permissão de uso de área de 29,77m², situada no piso térreo do TRPPHD – Terminal Rodoviário de Passageiros Prefeito Hercílio Deeke, para instalação de agência emissora de passagens e despacho de mercadorias/cargas rodoviárias - SETERB.

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade nº 09-93/93.

PREÇO: R\$ 1.637,35 (um mil, seiscentos e trinta e sete reais e trinta e cinco centavos) pelo uso do espaço, totalizando R\$ 19.648,20 (dezenove mil seiscentos e quarenta e oito reais e vinte centavos).

PRAZO: 12 (doze) meses, a contar da assinatura do contrato.

DATA: 29 de setembro de 2016.

EXTRATO 11 TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 259/2010

EXTRATO – 11º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 259/10

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU
E A EMPRESA RISOTOLÂNDIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA.

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PREPARO E DISTRIBUIÇÃO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº. 03-020/10.

PREÇO: Acrescenta a quantia de R\$ 4.138.646,18 (quatro milhões, cento e trinta e oito mil, seiscentos e quarenta e seis reais e dezoito centavos), totalizando o valor do contrato em R\$ 20.879.681,96 (vinte milhões, oitocentos e setenta e nove mil, seiscentos e oitenta e um reais e noventa e seis centavos).

DATA: 06 de outubro de 2016.

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 266/2015

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 266/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU
E A EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRÁFOS

OBJETO: SERVIÇO DE REMESSA E CORRESPONDENCIA.

FUNDAMENTO LEGAL: INEXIGIBILIDADE Nº 87/2015.

PRAZO: PRORROGA POR 12 MESES, DE 10/09/2016 ATÉ 10/09/16.

PREÇO: R\$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS).

DATA: 09 DE SETEMBRO DE 2016.

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 272/2015

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 272/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU
E A EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRÁFOS

OBJETO: SERVIÇO DE REMESSA E CORRESPONDENCIA.

FUNDAMENTO LEGAL: INEXIGIBILIDADE Nº 87/2015.

PRAZO: PRORROGA POR 12 MESES, DE 20/08/2016 ATÉ 20/08/16.

PREÇO: R\$ 20.160,00 (VINTE MIL CENTO E SESSENTA REAIS).

DATA: 03 DE JUNHO DE 2016.

HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 143/2016

Homologação Pregão Presencial nº 143/2016 - Data da homologação: 18/10/2016.

OBJETO: Aquisição de equipamentos para pasteurização de leite, materiais e equipamentos odontológicos, conforme especificações constantes neste Edital - FMS/SEMUS. (Verba Prosaúde - PRO-PET). Empresas vencedoras: EME Equipamentos Médico e Especiais Comércio e Montagem LDA ME - Item 01 - valor unitário R\$ 35.978,450. Dentária e Distribuidora Hospitalar Porto Alegre LTDA - Item 02 - valor unitário R\$ 588,00, Item 03 - valor unitário R\$ 499,00, Item 04 - valor unitário R\$ 594,00, Item 05 - valor unitário R\$ 29,80, Item 06 - valor unitário R\$ 28,00. VALOR TOTAL GLOBAL PREGÃO PRESENCIAL 143/2016: R\$ 41.194,85. BASE LEGAL: Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2.002, que regulamenta a modalidade Pregão, Decretos Municipais nº 7.106/02 e 7.732/04, Lei Complementar 123/06 e alterações e subsidiariamente a Lei nº 8.666/93 e alterações.

PORTARIA SEMOB Nº 016/2016

PORTARIA SEMOB Nº. 016/2016

DESIGNA ANDERSON VICENTINI, ENGENHEIRO CIVIL, PARA FISCALIZAR E ACOMPANHAR A OBRA REFERENTE AO OBJETO DOS CONTRATOS Nº. 206/2016 e 207/2016.

PAULO FRANÇA, Secretário Municipal de Obras, no uso das atribuições que lhe confere o art. 23 da Lei Complementar n. 870, de 01/01/2013, resolve:

DESIGNAR

ANDERSON VICENTINI, Engenheiro Civil, matrícula nº. 215988, CREA/SC nº. 078598-9, para fiscalizar e acompanhar a execução do objeto referente aos seguintes contratos:

· Contrato nº. 206/2016, celebrado entre o Município de Blumenau e Empresa Ramos Terraplanagem Ltda., cujo objeto é "Execução de ciclovia na Alameda Rio Branco (entre a Rua XV de Novembro e Rua Hermann Huscher) com extensão de 1.052,38m, compreendendo drenagem, pavimentação, sinalização horizontal e vertical, Bairro Centro, Município de Blumenau/SC (LOTE 01) - Contrato

0410520-66/13, Pró-Transporte PAC II - Mobilidades Médias Cidades/ CEF - SEMOB."

· Contrato nº. 207/2016, celebrado entre o Município de Blumenau e Empresa Ramos Terraplanagem Ltda., cujo objeto é "Execução de ciclofaixa na Rua Nereu Ramos (entre a Rua XV de Novembro e Rua Pastor Stutzer), com extensão de 1.072,83m., compreendendo drenagem, pavimentação, sinalização horizontal e vertical, Bairro Centro, Município de Blumenau/SC (LOTE 02) - Contrato 0410520-66/13, Pró-Transporte PAC II - Mobilidades Médias Cidades/ CEF - SEMOB."

Blumenau, 26 de setembro de 2016.

PAULO FRANÇA

Secretário Municipal de Obras

PORTARIA SEMOB Nº 017/2016

PORTARIA SEMOB Nº. 017/2016

DESIGNA CARLOS CÉSAR LEITE, ENGENHEIRO CIVIL, PARA FISCALIZAR E ACOMPANHAR AS OBRAS REFERENTES AO OBJETO DO CONTRATO Nº. 218/2016.

PAULO FRANÇA, Secretário Municipal de Obras, no uso das atribuições que lhe confere o art. 23 da Lei Complementar n. 870, de 01/01/2013, resolve:

DESIGNAR

CARLOS CÉSAR LEITE, Engenheiro Civil, matrícula nº. 18874-3, CREA/SC nº. 034544-6, para fiscalizar e acompanhar a execução do objeto referente ao seguinte contrato:

· Contrato nº. 218/2016, celebrado entre o Município de Blumenau e a Empresa Oramaster Construtora e Incorporadora Ltda., cujo objeto é "Execução de galeria de escoamento em concreto armado do córrego da Rua Nelson Schramm, Bairro Valparaíso, Município de Blumenau/SC, conforme especificações constantes no edital. Recurso: Ministério da Integração/PAC GARCIA, Termo de Compromisso inserido no Processo nº 59100.000342/2009-91, Contrapartida PMB - SEMOB."

Blumenau, 26 de setembro de 2016.

PAULO FRANÇA

Secretário Municipal de Obras

PORTARIA Nº 5948/2016 - SAMAE

PORTARIA Nº 5948/16

CONCEDE PROMOÇÃO HORIZONTAL AOS SERVIDORES PÚBLICOS AUTÁRQUICOS MUNICIPAIS

VALDAIR JOSÉ MATIAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 16.492, de 01 de janeiro de 2013, RESOLVE:

CONCEDER

Promoção Horizontal com base nos Artigos 24º e 25º, inciso I, da Lei Complementar nº. 661 de 28 de novembro de 2007, a partir de 01 de outubro de 2016, de acordo com o Processo Administrativo Nº. 340/1609, aos servidores:

Cadastro	Servidor	Cargo	Novo Padrão de Vencimento	GO
1952-6	Andreia dos Santos	Agente de Logística	B	GF
1951-8	Mariana Floriano	Agente de Logística	B	GF
1728-0	Sidnei Giese	Técnico em Seg. do Trabalho	D	GT

Samae, 03 de outubro de 2016.

VALDAIR JOSÉ MATIAS

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 5949/2016 - SAMAE

PORTARIA Nº 5949/16

RETIFICA AS PORTARIAS Nº 5565/14, DE 16 DE SETEMBRO DE 2014 E Nº 5612/14, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014.

VALDAIR JOSÉ MATIAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 16.492, de 01 de janeiro de 2013, RESOLVE:

RETIFICAR

As Portarias Nº 5602/14, de 30 de outubro de 2014 e Nº 5612/14, de 03 de novembro de 2014, que nomeiam candidatos aprovados no Concurso Público Nº 001/2014 para ocuparem cargos de provimento efetivo, publicadas nos DOM-e's 1585, de 03 de outubro de 2014, e 1618, de 19 de novembro de 2014, onde se lê: "EMANOEL DE OLIVEIRA QUADROS", leia-se: "EMANOEL OLIVEIRA DE QUADROS", e onde se lê: "LEANDRO HENRIQUE FERNANDES DE SOUZA, leia-se: "LEANDRO HENRIQUE FERNANDES DE SOUSA".

Blumenau, 10 de outubro de 2016.

VALDAIR JOSÉ MATIAS

Diretor Presidente

EXTRATO Nº 371/2016 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 371/2016

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e a empresa

Araquari Impressões Ltda. ME

OBJETO: Registro de Preços para aquisições futuras de adesivos em vinil, banners, empenas e faixas em lona e placas de identificação em PS e PVC para diversos setores da Universidade.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial (SRP) nº. 209/2016 e Ata nº. 171/2016 firmado em 17 de Outubro de 2016.

PREÇO: O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Preço Unitário (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
3	28243	25	Peça	Faixa em lona 300 x 70 cm, com as seguintes especificações: - Gramatura mínima 350 g/m² (trezentos e cinquenta gramas por metro quadrado); - Formato 300 cm x 70 cm (largura x altura); - Tecnologia de impressão digital em 6 (seis) cores (C, M, Y, K, LC e LM); - Tinta a base de solvente para uso externo; - Durabilidade mínima da tinta de 2 (dois) anos em uso externo; - Acabamento com varão de madeira, ponteiros de PVC e corda trançada, bainha de reforço e ilhoses nas quatro extremidades; - Aplicação de 2 (dois) ilhoses (um superior e outro inferior) no centro da faixa, para melhor fixação. Informações adicionais: - Artes diferentes por pedido. - Pedido mínimo de 1 (uma) peça.	79,00	1.975,00
Preço Total do Item 3 (em reais, por extenso)				Hum mil novecentos e setenta e cinco reais.		

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Preço Unitário (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
4	28244	10	Peça	Faixa em lona 500 x 100 cm, com as seguintes características: - Gramatura mínima 350 g/m ² (trezentos e cinquenta gramas por metro quadrado); - Formato 500 cm x 100 cm (largura x altura); - Tecnologia de impressão digital em 6 (seis) cores (C, M, Y, K, LC e LM); - Tinta a base de solvente para uso externo; - Durabilidade mínima da tinta de 2 (dois) anos em uso externo; - Acabamento com varão de madeira, ponteiros de PVC e corda trançada, bainha de reforço e ilhós; - Aplicação de 2 (dois) ilhoses (um superior e outro inferior) no centro da faixa, para melhor fixação. Informações adicionais: - Artes diferentes por pedido. - Pedido mínimo de 1 (uma) peça.	124,00	1.240,00
Preço Total do Item 4 (em reais, por extenso)				Um mil, duzentos e quarenta reais.		

PAGAMENTO: O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias consecutivos após a efetiva entrega (com descarga e, se for o caso, instalação) dos materiais, desde que estes sejam aprovados pela Gestão Contratual e acompanhados da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósito bancário (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boleto bancário (caso no qual tal documento deverá acompanhar a NF-e).

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

DATA: 17/10/2016.

CÂMARA MUNICIPAL

MD 2610

RESOLUÇÃO MD Nº 2.610

EXONERA SERVIDORA PÚBLICA OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É exonerada, em 2 de outubro de 2016, a servidora pública Mara Rúbia Maurício Metzner, do cargo de Chefe de Gabinete de Vereador, de provimento em comissão, lotado no Gabinete do Vereador Roberto Tribess – do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 30 DE SETEMBRO DE 2016.

MÁRIO HILDEBRANDT
Presidente

MARCOS DA ROSA
Vice-Presidente

CÉLIO DIAS
1º Secretário

MARCO ANTONIO WANROWSKY
2º Secretário

MD 2611

RESOLUÇÃO MD Nº 2.611

EXONERA SERVIDORA PÚBLICA OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É exonerada, em 3 de outubro de 2016, a servidora pública Gisele Aparecida de Lemos, do cargo de Assessor Político, de provimento em comissão, lotado no Gabinete do Vereador Ivan Naatz – do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 3 DE OUTUBRO DE 2016.

MÁRIO HILDEBRANDT
Presidente

MARCOS DA ROSA
Vice-Presidente

CÉLIO DIAS
1º Secretário

MARCO ANTONIO WANROWSKY
2º Secretário

MD 2612

RESOLUÇÃO MD Nº 2.612

EXONERA SERVIDORA PÚBLICA OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É exonerada, em 3 de outubro de 2016, a servidora pública Vera Luzia Soares Anacleto, do cargo de Assessor Executivo, de provimento em comissão, lotado na Diretoria Geral – do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 3 DE OUTUBRO DE 2016.

MÁRIO HILDEBRANDT
PresidenteMARCOS DA ROSA
Vice-PresidenteCÉLIO DIAS
1º SecretárioMARCO ANTONIO WANROWSKY
2º Secretário**MD 2613**

RESOLUÇÃO MD Nº 2.613

EXONERA SERVIDORES PÚBLICOS OCUPANTES DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º São exonerados, em 3 de outubro de 2016, os servidores públicos Gertrudes Fernandes Reinert, do cargo de Chefe de Gabinete de Vereador, Cesar Paulo Topázio, do cargo de Assessor Político, ambos de provimento em comissão, lotados no Gabinete do Vereador Fábio Fiedler – do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 3 DE OUTUBRO DE 2016.

MÁRIO HILDEBRANDT
PresidenteMARCOS DA ROSA
Vice-PresidenteCÉLIO DIAS
1º SecretárioMARCO ANTONIO WANROWSKY
2º Secretário**MD 2614**

RESOLUÇÃO MD Nº 2.614

NOMEIA GRAZIELE DE SOUZA METZNER EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É nomeada, em 3 de outubro de 2016, Grazielle de Souza Metzner, no cargo de Chefe de Gabinete de Vereador, de provimento em comissão, lotado no Gabinete do Vereador Roberto Tribess – do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau, nos termos da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013 e suas alterações.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 3 DE OUTUBRO DE 2016.

MÁRIO HILDEBRANDT
PresidenteMARCOS DA ROSA
Vice-PresidenteCÉLIO DIAS
1º SecretárioMARCO ANTONIO WANROWSKY
2º Secretário**MD 2615**

RESOLUÇÃO MD Nº 2.615

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É exonerado, em 4 de outubro de 2016, o servidor público Felipe Detz, do cargo de Assessor Político, de provimento em comissão, lotado no Gabinete do Vereador Robinsom Soares – do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 4 DE OUTUBRO DE 2016.

MÁRIO HILDEBRANDT
PresidenteMARCOS DA ROSA
Vice-PresidenteCÉLIO DIAS
1º SecretárioMARCO ANTONIO WANROWSKY
2º Secretário

MD 2616

RESOLUÇÃO MD Nº 2.616

EXONERA SERVIDORA PÚBLICA OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É exonerada, em 4 de outubro de 2016, a servidora pública Greiciane Gebien, do cargo de Assessor Político, de provimento em comissão, lotado no Gabinete do Vereador Robinsom Soares – do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 4 DE OUTUBRO DE 2016.

MÁRIO HILDEBRANDT
PresidenteMARCOS DA ROSA
Vice-PresidenteCÉLIO DIAS
1º SecretárioMARCO ANTONIO WANROWSKY
2º Secretário**MD 2617**

RESOLUÇÃO MD Nº 2.617

NOMEIA EVALDO ANACLETO EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É nomeado, em 4 de outubro de 2016, Evaldo Anacleto, no cargo de Assessor Executivo, de provimento em comissão, lotado na Diretoria Geral – do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau, nos termos da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013 e suas alterações.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 4 DE OUTUBRO DE 2016.

MÁRIO HILDEBRANDT
PresidenteMARCOS DA ROSA
Vice-PresidenteCÉLIO DIAS
1º SecretárioMARCO ANTONIO WANROWSKY
2º Secretário**MD 2618**

RESOLUÇÃO MD Nº 2.618

NOMEIA CLEBER JOSÉ DOS SANTOS EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É nomeado, em 4 de outubro de 2016, Cleber José dos Santos, no cargo de Assessor Político, de provimento em comissão, lotado no Gabinete do Vereador Robinsom Soares – do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau, nos termos da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013 e suas alterações.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 4 DE OUTUBRO DE 2016.

MÁRIO HILDEBRANDT
PresidenteMARCOS DA ROSA
Vice-PresidenteCÉLIO DIAS
1º SecretárioMARCO ANTONIO WANROWSKY
2º Secretário**MD 2619**

RESOLUÇÃO MD Nº 2.619

NOMEIA ALAN RICARDO DA LUZ EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É nomeado, em 4 de outubro de 2016, Alan Ricardo da Luz, no cargo de Assessor Político, de provimento em comissão, lotado no Gabinete do Vereador Ivan Naatz – do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau, nos termos da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013 e suas alterações.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 4 DE OUTUBRO DE 2016.

MÁRIO HILDEBRANDT
PresidenteMARCOS DA ROSA
Vice-PresidenteCÉLIO DIAS
1º SecretárioMARCO ANTONIO WANROWSKY
2º Secretário

MD 2620

RESOLUÇÃO MD Nº 2.620

NOMEIA JOSÉ AUGUSTO REINERT EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É nomeado, em 4 de outubro de 2016, José Augusto Reinert, no cargo de Chefe de Gabinete de Vereador, de provimento em comissão, lotado no Gabinete do Vereador Fábio Fiedler – do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau, nos termos da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013 e suas alterações.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 4 DE OUTUBRO DE 2016.

MÁRIO HILDEBRANDT

Presidente

MARCOS DA ROSA

Vice-Presidente

CÉLIO DIAS

1º Secretário

MARCO ANTONIO WANROWSKY

2º Secretário

MD 2621

RESOLUÇÃO MD Nº 2.621

NOMEIA JONAS REICHERT EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É nomeado, em 4 de outubro de 2016, Jonas Reichert, no cargo de Assessor Político, de provimento em comissão, lotado no Gabinete do Vereador Fábio Fiedler – do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau, nos termos da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013 e suas alterações.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 4 DE OUTUBRO DE 2016.

MÁRIO HILDEBRANDT

Presidente

MARCOS DA ROSA

Vice-Presidente

CÉLIO DIAS

1º Secretário

MARCO ANTONIO WANROWSKY

2º Secretário

MD 2622

RESOLUÇÃO MD Nº 2.622

EXONERA SERVIDORA PÚBLICA OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É exonerada, em 5 de outubro de 2016, a servidora pública Beatriz Floriano, do cargo de Coordenador Político, de provimento em comissão, lotado no Gabinete do Vereador Jefferson Forest – do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 5 DE OUTUBRO DE 2016.

MÁRIO HILDEBRANDT

Presidente

MARCOS DA ROSA

Vice-Presidente

CÉLIO DIAS

1º Secretário

MARCO ANTONIO WANROWSKY

2º Secretário

MD 2623

RESOLUÇÃO MD Nº 2.623

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É exonerado, em 5 de outubro de 2016, o servidor público Marcelo Rafael Machado, do cargo de Chefe de Gabinete de Vereador, de provimento em comissão, lotado no Gabinete do Vereador Jefferson Forest – do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 5 DE OUTUBRO DE 2016.

MÁRIO HILDEBRANDT

Presidente

MARCOS DA ROSA

Vice-Presidente

CÉLIO DIAS

1º Secretário

MARCO ANTONIO WANROWSKY

2º Secretário

MD 2624

RESOLUÇÃO MD Nº 2.624

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É exonerado, em 5 de outubro de 2016, o servidor público William Augusto Zwang, do cargo de Assessor Político, de provimento em comissão, lotado no Gabinete do Vereador Jefferson Forest – do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 5 DE OUTUBRO DE 2016.

MÁRIO HILDEBRANDT
PresidenteMARCOS DA ROSA
Vice-PresidenteCÉLIO DIAS
1º SecretárioMARCO ANTONIO WANROWSKY
2º Secretário**MD 2625**

RESOLUÇÃO MD Nº 2.625

NOMEIA THOMAS MADRIGANO EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É nomeado, em 6 de outubro de 2016, Thomas Madrigano, no cargo de Assessor Político, de provimento em comissão, lotado no Gabinete do Vereador Robinsom Soares – do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau, nos termos da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013 e suas alterações.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 6 DE OUTUBRO DE 2016.

MÁRIO HILDEBRANDT
PresidenteMARCOS DA ROSA
Vice-PresidenteCÉLIO DIAS
1º SecretárioMARCO ANTONIO WANROWSKY
2º Secretário**MD 2626**

RESOLUÇÃO MD Nº 2.626

NOMEIA PAULO AUGUSTO MACHADO EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É nomeado, em 6 de outubro de 2016, Paulo Augusto Machado, no cargo de Chefe de Gabinete de Vereador, de provimento em comissão, lotado no Gabinete do Vereador Jefferson Forest – do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau, nos termos da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013 e suas alterações.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 6 DE OUTUBRO DE 2016.

MÁRIO HILDEBRANDT
PresidenteMARCOS DA ROSA
Vice-PresidenteCÉLIO DIAS
1º SecretárioMARCO ANTONIO WANROWSKY
2º Secretário**MD 2627**

RESOLUÇÃO MD Nº 2.627

NOMEIA CRISTIANO MONTAGNA EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É nomeado, em 6 de outubro de 2016, Cristiano Montagna, no cargo de Coordenador Político, de provimento em comissão, lotado no Gabinete do Vereador Jefferson Forest – do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau, nos termos da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013 e suas alterações.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 6 DE OUTUBRO DE 2016.

MÁRIO HILDEBRANDT
PresidenteMARCOS DA ROSA
Vice-PresidenteCÉLIO DIAS
1º SecretárioMARCO ANTONIO WANROWSKY
2º Secretário

MD 2628

RESOLUÇÃO MD Nº 2.628

NOMEIA IVO ZWANG JÚNIOR EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É nomeado, em 6 de outubro de 2016, Ivo Zwang Júnior, no cargo de Assessor Político, de provimento em comissão, lotado no Gabinete do Vereador Jefferson Forest – do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau, nos termos da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013 e suas alterações.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 6 DE OUTUBRO DE 2016.

MÁRIO HILDEBRANDT

Presidente

MARCOS DA ROSA

Vice-Presidente

CÉLIO DIAS

1º Secretário

MARCO ANTONIO WANROWSKY

2º Secretário

MD 2629

RESOLUÇÃO MD Nº 2.629

EXONERA SERVIDORA PÚBLICA OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É exonerada, em 11 de outubro de 2016, a servidora pública Janir Rosana Schoenfelder, do cargo de Assessor Político, de provimento em comissão, lotado no Gabinete do Vereador Almir Vieira – do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 11 DE OUTUBRO DE 2016.

MÁRIO HILDEBRANDT

Presidente

MARCOS DA ROSA

Vice-Presidente

CÉLIO DIAS

1º Secretário

MARCO ANTONIO WANROWSKY

2º Secretário

MD 2630

RESOLUÇÃO MD Nº 2.630

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É exonerado, em 11 de outubro de 2016, o servidor público José Augusto Reinert, do cargo de Chefe de Gabinete de Vereador, de provimento em comissão, lotado no Gabinete do Vereador Almir Vieira – do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 11 DE OUTUBRO DE 2016.

MÁRIO HILDEBRANDT

Presidente

MARCOS DA ROSA

Vice-Presidente

CÉLIO DIAS

1º Secretário

MARCO ANTONIO WANROWSKY

2º Secretário

MD 2631

RESOLUÇÃO MD Nº 2.631

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É exonerado, em 11 de outubro de 2016, o servidor público Jonas Reichert, do cargo de Assessor Político, de provimento em comissão, lotado no Gabinete do Vereador Almir Vieira – do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 11 DE OUTUBRO DE 2016.

MÁRIO HILDEBRANDT

Presidente

MARCOS DA ROSA

Vice-Presidente

CÉLIO DIAS

1º Secretário

MARCO ANTONIO WANROWSKY

2º Secretário

MD 2632

RESOLUÇÃO MD Nº 2.632

NOMEIA FÁBIO SÉRGIO TIRONI EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É nomeado, em 13 de outubro de 2016, Fábio Sérgio Tironi, no cargo de Chefe de Gabinete de Vereador, de provimento em comissão, lotado no Gabinete do Vereador Almir Vieira – do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau, nos termos da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013 e suas alterações.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 13 DE OUTUBRO DE 2016.

MÁRIO HILDEBRANDT

Presidente

MARCOS DA ROSA

Vice-Presidente

CÉLIO DIAS

1º Secretário

MARCO ANTONIO WANROWSKY

2º Secretário

MD 2633

RESOLUÇÃO MD Nº 2.633

NOMEIA MÁRCIA CORREIA DOS SANTOS PINHEIRO EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É nomeada, em 13 de outubro de 2016, Márcia Correia dos Santos Pinheiro, no cargo de Assessor Político, de provimento em comissão, lotado no Gabinete do Vereador Almir Vieira – do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau, nos termos da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013 e suas alterações.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 13 DE OUTUBRO DE 2016.

MÁRIO HILDEBRANDT

Presidente

MARCOS DA ROSA

Vice-Presidente

CÉLIO DIAS

1º Secretário

MARCO ANTONIO WANROWSKY

2º Secretário

MD 2634

RESOLUÇÃO MD Nº 2.634

NOMEIA CLEITON ALEXANDRE GIESELER EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

MARCOS DA ROSA, Presidente em exercício da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É nomeado, em 13 de outubro de 2016, Cleiton Alexandre Gieseler, no cargo de Assessor Político, de provimento em comissão, lotado no Gabinete do Vereador Almir Vieira – do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau, nos termos da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013 e suas alterações.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 13 DE OUTUBRO DE 2016.

MARCOS DA ROSA

Presidente em exercício

CÉLIO

1º Secretário

MD 2635

RESOLUÇÃO MD Nº 2.635

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

MARCOS DA ROSA, Presidente em exercício da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É exonerado, em 13 de outubro de 2016, o servidor público Jonas França, do cargo de Coordenador Político, de provimento em comissão, lotado no Gabinete do Vereador Vanderlei Paulo de Oliveira – do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 13 DE OUTUBRO DE 2016.

MARCOS DA ROSA

Presidente em exercício

CÉLIO DIAS

1º Secretário

MD 2636

RESOLUÇÃO MD Nº 2.636

NOMEIA MARLON THIAGO DUMKE EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

MARCOS DA ROSA, Presidente em exercício da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É nomeado, em 14 de outubro de 2016, Marlon Thiago Dumke, no cargo de Coordenador Político, de provimento em comissão, lotado no Gabinete do Vereador Vanderlei Paulo de Oliveira – do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau, nos termos da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013 e suas alterações.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 14 DE OUTUBRO DE 2016.

MARCOS DA ROSA

Presidente em exercício

CÉLIO DIAS

1º Secretário

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

CONTRATO Nº. 112/2016

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 112/2016

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: MARTEPLAN TERRAPLENAGENS & SERVIÇOS LTDA.

Licitação: Tomada de Preço nº. 976/15.

Objeto: 2º. Termo de Supressão ao contrato nº. 100/2015 de 14 de Maio de 2015, referente a aditivo de tempo e supressão do valor de contrato.

Valor: R\$ \$ 7.658,11 (sete mil seiscentos e cinquenta e oito reais e onze centavos).

Vigência: 21 de Outubro de 2016 a 31 de Dezembro de 2016.

Assinatura: 21 de Outubro de 2016.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

Bom Retiro

PREFEITURA

75.16 - DECRETO REGULAMENTA TRANSIÇÃO

DECRETO Nº 75/16 de 18.10.2016

Dispõe sobre a transição de governo local, a instituição de equipe de transição pelo candidato eleito para o cargo de Prefeito Municipal e dá outras providências.

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 254, da Lei Orgânica Municipal, DECRETA:

Art.1º. A transição de governo é o processo institucionalizado que importa na passagem do comando político de um mandatário para outro com objetivo de assegurar a este o recebimento de informações e dados necessários ao exercício da função ao tomar posse.

Parágrafo único. Fica instituída equipe de transição, que tem por objetivo inteirar-se do funcionamento da administração municipal, preparando os atos de iniciativa do novo Prefeito, a serem editados após o primeiro dia útil de janeiro de 2017.

Art. 2º. A equipe de transição será composta de até 10 (dez) membros, sendo até 05 (cinco) indicados pelo candidato eleito e 05 (cinco) de assessoramento, indicados pelo Chefe do Executivo Municipal, de livre escolha de cada um.

Parágrafo único. A equipe de transição terá um coordenador, a ser escolhido entre os membros indicados pelo Prefeito eleito, sendo-lhe facultado requisitar quaisquer informações aos órgãos da administração pública municipal.

Art. 3º. Os titulares das secretarias e demais órgãos da administração pública municipal ficam obrigados a fornecer os dados e as informações que forem solicitados pelo coordenador da equipe de transição, prestando-lhe apoio técnico e administrativo necessários.

Art. 4º. Os trabalhos a serem desenvolvidos por força desta Portaria, serão considerados serviços públicos relevantes.

Art. 5º. A nomeação da equipe de transição será feita pelo chefe do Executivo Municipal, observados os ditames deste Decreto.

Art. 6º. O Coordenador da equipe de transição poderá baixar Resolução, delegando poderes aos membros da equipe, com os fins previstos no art. 3º deste Decreto.

Art. 7º. As despesas deste Decreto correrão à conta do orçamento em vigor.

Art. 8º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 18 de outubro de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Na Data Supra

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ

Sec. Mun. de Administração e Fazenda

76.16 - DEC. PARALISA FUNCIONAMENTO ESCOLA CAMPO GABIROBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Decreto N.º 76/16 de 20.10.2016

Paralisa o Funcionamento de Escola Municipal, por Redução de Matrícula.

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art.º 1º - Paralisar o funcionamento da Escola do Campo Gabiroba, situada na localidade de Gabiroba área rural do Município de Bom Retiro em virtude da redução de matrículas.

Art.º 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
20 de outubro de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Na data supra.

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

915.10.16 - P. CONSELHO CMDRBR

Portaria n. 915/16 de 18.10.2016.

Nomeia Membros para Compor o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Bom Retiro, CMDR/BR.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro-SC no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei n.º 2069/11 de 02 de março de 2011;

D e c r e t a:

Art. 1. Ficam nomeados os membros para compor o Municipal de Desenvolvimento Rural de Bom Retiro, CMDR/BR, de acordo com a indicação abaixo descrita:

Prefeito Municipal ou seu representante;

Albino Gonçalves Padilha

Secretário Municipal de Agricultura e do Meio Ambiente;

João Batista da Silva

Um representante das cooperativas;

Titular: Fabiano de Oliveira Figueiredo e

Suplente: Rafael Broering;

Um representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais;

Titular: Verginio Moretti e

Suplente: Edna Aparecida Deucher;

Um representante do Sindicato Rural;

Titular: Milton Graciano Peron e

Suplente: Luiz Fernando Kumm;

Um representante da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esporte;

Titular: Elizabete Werlich Mateus
Suplente: Andreia Cristina de Oliveira Deucher
Um representante da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda;
Titular: Ana Paula Chini
Suplente: Saulo Steimbach
Um representante da Secretaria Municipal de Saúde:
Titular: Hiede Maria Carbonera
Suplente: Ana Paula Cabral
Um representante da Secretaria do Bem Estar Social;
Titular: Suzany Bonin Cabral
Suplente: Dulceara Faustino
Um representante da Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos;
Titular: Argeu Jurandir Gonçalves Padilha
Suplente: Pedro Paulo de Jesus
Um representante da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo;
Titular: José Luiz Leite Junior
Suplente: Arnaldo Gean do Nascimento
Todos os técnicos das entidades públicas ligadas a agropecuária (Cidasc, Epagri, Prefeitura, etc.);
Titular: James Oscar Vieira e
Suplente José kauling Sobrinho

Um representante de cada agente financeiro;
Titular: João Gilberto Bruder e
Suplente: José Roberto Furlanetto

Um representante de cada Associação de Microbacias;
Representantes da Associação da Microbacia Nascente do Rio Barro Branco.
Titular: Jeferson Ferreira
Suplente: Francisco dos Santos
Representantes da Associação da Microbacia Nascente do Rio Bom Retiro
Titular: Fabricio Leorcino da Silva
Suplente: Sirli Maria Floriano Prestes
Representantes da Associação da Microbacia Nascente do Rio do Meio:
Titular: Adriano Goedert
Suplente: Adenilson Sangaletti
Representantes da Associação da Microbacia Médio Rio João Paulo:
Titular: Agenor Scarabelot
Suplente: Lauro Pereira da Rosa.

Art. 2. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
18 de outubro de 2016.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Na Data Supra

Sandra Mara Vieira Prá
Secret. Mun. Administ. e Fazenda

916.10.16 - P. LIC. TRAT. SAÚDE GERVASIO M. KULL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 916/16 de 19.10.16
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 05 (cinco) dias de licença para realizar tratamento de saúde a contar do dia 17 de outubro com término no dia 21 de outubro de 2016, ao funcionário Gervasio Marcelino Kull ocupante do cargo de Professor I – 3, Padrão 1 – Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
19 de outubro de 2016.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

917.10.16 - P. LIC. LUTO MARINES CABRAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 917/16 de 19.10.16
Concede Licença Motivo Luto

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 94 Inciso III da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o requerimento protocolado sob Nº 81/16 de 19 de outubro de 2016 – 08 (oito) dias de Licença de Luto por falecimento sua mãe Norma Rogéria Pereira Cabral, a contar do dia 16 de outubro de 2016 com término no dia 23 de outubro de 2016 a funcionária Marines Cabral, Ocupante do cargo de Servente – Nível 01, do Quadro de Pessoal Efetivo do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
19 de outubro de 2016.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

918.10.16 - P.LIC. MOT. P. FAM. LUCRECIA B. H. ROSA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 918/16 de 19.10.16

Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para acompanhar familiar em tratamento de saúde, no dia 19 de outubro de 2016, a funcionária Lucrecia Barbara Heinz da Rosa, ocupante do cargo de Professor I - 3 – Padrão I – Nível 22, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
19 de outubro de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

919.10.16 - PORTARIA TRANSIÇÃO

PORTARIA Nº 919/16 de 19.10.16

Designa membros da Equipe de Transição Democrática de Governo, do Poder Executivo Municipal, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições, que lhe confere o artigo 254, da Lei Orgânica, tendo em vista a necessidade de definir procedimentos a serem adotados no final de sua gestão, visando à transmissão dos dados técnico-administrativos da municipalidade, de forma segura, transparente e obedecendo aos ditames legais,

Considerando o Ofício nº 01/2016 datado de 19/10/2016 expedido pelo Prefeito eleito senhor Vilmar José Neckel,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os membros para constituir a Equipe de Transição Democrática de governo do Município:

I - Representantes do Prefeito em Exercício:

Ericleia Faustino da Mota (Coordenadora)

Membros: Neiva Regina Deinani Moretti, Sandra Mara Vieira Prá, Verlan Possenti, e Olávio Rovaris.

II - Representantes do Prefeito Eleito:

Maria Madalena Silveira (Coordenadora)

Membro: José Carlos Pereira.

Art. 2º. A Comissão de Transição tem por finalidade propiciar ao Chefe do Poder Executivo em término de mandato, informar ao Prefeito eleito sobre as ações, projetos e programas em andamento, visando dar continuidade à Gestão Pública e, ao Prefeito eleito, antes da sua posse, conhecer, avaliar e receber do atual Chefe do Poder Executivo todos os dados e informações necessários à elaboração e implementação do Programa do novo Governo.

Art. 3º. Atribuir a Presidência da Equipe à Ericleia Faustino da

Mota, a quem compete a sua coordenação e expedição de atos necessários ao fiel cumprimento dos seus objetivos.

Art. 4º. Toda a informação que a equipe do prefeito eleito quiser ter acesso deverá requisitar à coordenadora Ericleia Faustino da Mota, bem como todos os pedidos de acesso às informações pela equipe do futuro gestor, qualquer que seja sua natureza, deverão ser formulados por escrito à coordenadora, a quem competirá requisitar dos órgãos da administração municipal os dados e informações solicitados e encaminhá-los, com a necessária precisão. Nenhum servidor público poderá prestar informações relativas à transição, exceto quando autorizado pela coordenadora.

Art. 5º. Disponibilizar à Equipe de Transição do Governo, Poder Executivo, a sala da Secretaria Municipal de Administração, situada no Prédio da Prefeitura Municipal, Av. Major Generoso, 19, do dia 03 de novembro a 31 de dezembro do corrente ano, de segunda à sexta-feira, das 09 às 12 horas e das 13:30 às 17 horas.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 19 de outubro de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Munic. Adm. e Fazenda

920.10.16 - P. LIC. TRAT. SAÚDE TANIA T. G. NECKEL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 920/16 de 20.10.16

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 18 de outubro de 2016, a funcionária Tânia Terezinha Goedert Neckel, Ocupante do cargo de Servente - Padrão I – Nível 1, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte – Ginásio de Esportes.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
20 de outubro de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

921.10.16 - P. LIC. TRAT. SAÚDE MARIA V. BRUDER
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 921/16 de 20.10.16
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 03 (três) dias de licença para realizar tratamento de saúde nos dias 19, 20 e 21 de outubro de 2016, a funcionária Maria Verônica Bruder, Ocupante do cargo de Servente - Padrão I – Nível 1, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Pré Escolar Capistrano.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
20 de outubro de 2016.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

922.10.16 - P. DES. SERV. FRANCIELE BRUDER
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 922/16 de 20.10.16

Designa Servente Contratada em Caráter Temporário
O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso X da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Designar Franciele Bruder, para atuar como Servente 40 horas semanais na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Escola do Campo Costão do Frade, no período de 20 de outubro de 2016 com término no dia 20 de dezembro de 2016, em virtude de sua classificação em 2º lugar na Processo Seletivo 05/2015 para Contratação de Servente, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Servente – Padrão I, Nível 1 do Quadro de Pessoal do Município. Motivo: Até o término da construção da Escola do Campo Barbaquá, onde os alunos serão transferidos ao término da mesma.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
20 de outubro de 2016.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

EXTRATO TA CONTRATO 69/2016 FMAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO/SC
AVISO DE PUBLICAÇÃO

Extrato Primeiro Termo Aditivo do Contrato 69/2016 FMAS
Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro (FMAS)
Contratada: Alfredo Comércio Varejista Ltda. ME.
Objeto: Fornecimento mensal de 15 (quinze) cestas básicas de alimentos, de forma parcelada, fornecidas pela Secretaria Municipal de Assistência Social no exercício de 2016.
Fica alterada a Cláusula Terceira (do Preço) aditivando 25% do contrato original, passando o valor do contrato original de R\$ 19.500,00 (dezenove mil e quinhentos reais) para R\$ 24.375,00 (vinte e quatro mil trezentos e setenta e cinco reais), com adequação de valores no total de R\$ 4.875,00 (quatro mil oitocentos e setenta e cinco reais). Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº69/2016, desde que não contrariem o que ficou convenicionado no presente Termo Aditivo.

Bom Retiro, 24 de outubro de 2016.
Albino Gonçalves Padilha
Prefeito Municipal

Botuvera**PREFEITURA****DECRETO Nº 1.955/2016**

DECRETO Nº 1.955/2016

"AUTORIZA A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO NO ORÇAMENTO DE 2016".

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, usando da competência que lhe confere o Art.6º, inciso VII, da Lei nº 1.320/2015, de 17 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar até no valor total de R\$ 5.799,48 (Cinco mil setecentos e noventa e nove reais e quarenta e oito centavos) conforme abaixo especificado:

05.00	Secretaria de Assistência Social e Habitação
05.01	Fundo Municipal de Assistência Social
08-244-100--2.27	Manutenção e Operação das Ações, Programas e Projetos do Serviço Social
3.3.9.0.00.00.00	-Aplicações Diretas
0.1.35(7)	-IGDBF R\$ 699,48
06.00	Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
06.01	Divisão de Serviços Urbanos
06-181-150-2.57	Manutenção Convênio SSP/Transito Policia Militar
4.4.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.3.10(291)	Superávit Convênio de Transito Militar .. R\$ 2.100,00
11.00	Fundo Municipal de Saúde
11.01	Fundo Municipal de Saúde
10-301-0090-2.30	Manutenção e Funcionamento das Unidades de Saúde da Família
4.4.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.2.38(247)	PMAQ R\$ 3.000,00

Art. 2º - Os recursos para atender o crédito especificado no Art. 1º deste decreto, decorrerão da anulação parcial da seguinte dotação do orçamento vigente.

05.00	Secretaria de Assistência Social e Habitação
05.01	Fundo Municipal de Assistência Social
08-244-100--2.27	Manutenção e Operação das Ações, Programas e Projetos do Serviço Social
3.1.9.0.00.00.00	-Aplicações Diretas
0.1.35(4)	-Piso Básico Variável SCFV R\$ 699,48
06.00	Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
06.01	Divisão de Serviços Urbanos
06-181-150-2.57	Manutenção Convênio SSP/Transito Policia Militar
3.3.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.3.10(271)	Superávit Convênio de Transito Militar ... R\$ 2.100,00
11.00	Fundo Municipal de Saúde
11.01	-Fundo Municipal de Saúde
10-301-0090-2.30	-Manutenção e Funcionamento das Unidades de Saúde da Família
3.3.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.2.38(53)	PMAQ R\$ 3.000,00

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeito retroativo desde 24/10/2016.

Botuverá, 24 de outubro de 2016.

NILO BARNI

Prefeito em Exercício

EXTRATO DO ADITIVO Nº 001/2016 CONTRATO Nº 15/2016 - FRALDAS GERIÁTRICAS

Extrato de Aditivo de Contrato Nº 15/2016

Contratante: Fundo Município da Saúde de Botuverá, CNPJ: 11.960.753/0001-65

Contratada: VENEZA DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS HOSPITALARES,

Inscrita no CNPJ Nº 13.229.567/0001-86,

Com sede na Av. José Oscar Salazar, Nº 1943, Bairro Três Vendas, cidade de Erechim/RS,
venezaltda@live.com

Valor: R\$ 4161,20 (Quatro Mil, Cento e Sessenta e Um Reais e Vinte Centavos).

Objeto: FRALDA GERIÁTRICA.

Fundamento Legal: Processo Licitatório Nº 07/2016, PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2016.

Braço do Trombudo

PREFEITURA

EDITAL DE LIC. TOMADA DE PREÇOS 1/2016

PROCESSO ADMINISTRATIVO 44/2016

EDITAL DE LIC. TOMADA DE PREÇOS 1/2016

O Município de Braço do Trombudo SC torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 10.11.2016, às 08h30min, Processo Licitatório na Modalidade Tomada de Preços, visando a Contratação de empresa especializada (com fornecimento de mão de obra e materiais), para extensão de rede de energia elétrica e instalação de Iluminação Pública na Rua Amadeu Hercílio da Silva do Município de Braço do Trombudo, conforme detalhado no Edital e seus anexos. Informações pelo fone 47 3547-0179 e pelo e-mail: licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br ou pelo site www.bracodotrombudo.sc.gov.br.

Braço do Trombudo, em 24 de outubro de 2016.

Romildo Teske

Prefeito Municipal

Brusque

PREFEITURA

EDITAL Nº 003/2016/SEME HOMOLOGAÇÃO

HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL PROCESSO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA – EDITAL Nº 003/2016/SEME

REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA

SERVIDOR	SEGMENTO DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA / UNIDADE ESCOLAR DE LOTAÇÃO	NOVA CARGA HORÁRIA / UNIDADE ESCOLAR DE LOTAÇÃO
Alício Schiestel	Ensino Fundamental – Língua Portuguesa	20h – EEF Pe. Theodoro Becker	10h – EEF Pe. Theodoro Becker
Andir Eunice Tavares	Ensino Fundamental - Anos Iniciais	40h – EEF Profª Augusta Knorring	20h – EEF Profª Augusta Knorring
Bibiana Krieger Fernandes	Ensino Fundamental - Anos Iniciais	40h – EEFLCC Oscar Maluche	20h – EEFLCC Oscar Maluche
Cirlene Martins de Lima	Ensino Fundamental - Anos Iniciais	40h – EEF RCC Ayres Gevaerd	20h – EEF RCC Ayres Gevaerd
Cláudia Regina Vargas Bertolini	Ensino Fundamental - Anos Iniciais	40h – EEF Nova Brasília	20h – EEF Nova Brasília
Joaquim Carlos Zaragoza	Ensino Fundamental - Matemática	40h – EEF Pe. Theodoro Becker	20h – EEF Pe. Theodoro Becker
Kelle Cristina Leite Henschel	Ensino Fundamental – Ciências	40h 30h – EEF Profª Georgina de Carvalho Ramos da Luz 10h – EEF Alberto Pretti	20h – EEF Profª Georgina de Carvalho Ramos da Luz
Maria da Glória Moreira dos Santos Maçaneiro	Ensino Fundamental – Anos Iniciais	40h – EEF Pe. Luiz Gonzaga Steiner	20h – EEF Pe. Luiz Gonzaga Steiner
Sidirene dos Santos	Ensino Fundamental – Anos Iniciais	40h – EEF Angelo Dognini	20h – EEF Angelo Dognini

AUMENTO DE CARGA HORÁRIA

SERVIDOR	SEGMENTO / DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA / UNIDADE ESCOLAR DE LOTAÇÃO	NOVA CARGA HORÁRIA / UNIDADE ESCOLAR DE LOTAÇÃO
Carla Regina Zorer	Educação Infantil e Ensino Fundamental – Educação Física	20h – EEF Pe. Vendelino Wiemes	40h 20h – EEF Pe. Vendelino Wiemes 20h – EEF Profª Isaura Gouvêa Gevaerd
Charlene Orlandi Clemer	Educação Infantil – Educação Física	20h – CEI Raio de Sol	30h – CEI Raio de Sol
Cristina Knihz Zierke	Ensino Fundamental - Ciências	20h – EEF Profª Augusta Dutra de Souza	30h 20h – EEF Profª Augusta Dutra de Souza 10h – EEF Alberto Pretti
Rafaela Cristina Caviquiolli Marquetti	Educação Infantil e Ensino Fundamental – Educação Física	20h – EEF Ponta Russa	40h 20h – EEF Ponta Russa 20h – EEF Nova Brasília

Brusque, 24 de outubro de 2016.

GLEUSA LUCI FISCHER

Secretária Municipal de Educação

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2016

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE/SC

PROCESSO LICITATÓRIO nº 004/2016

TOMADA DE PREÇO nº 002/2016

OBJETO: EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DA ÁREA RESTRITA AOS FUNCIONÁRIOS DO PARQUE ZOOBOTÂNICO MUNICIPAL DE BRUSQUE

RESULTADO DA PROPOSTA COMERCIAL: Após análise das propostas apresentadas pelas Empresas licitantes, conforme exigência editalícia, apresentou menor preço global, a empresa WDF SERVIÇOS LTDA, com valor global de R\$ 746.804,76 (setecentos e quarenta e seis mil, oitocentos e quatro reais e setenta e seis centavos), que tendo atendido a todas as exigências do edital, foi declarada vencedora do certame licitatório, nos termos da Ata de Licitação e proposta comercial.

Do exposto, aguarde-se o decurso do prazo recursal previsto no artigo 109, inciso I, alínea "b", da Lei 8.666/93 e/ou a renúncia expressa, para dar prosseguimento aos trabalhos.

21/10/2016

RAFAEL LUIZ PINTO

Presidente da Comissão de Licitação

PORTARIA Nº 2487/2016

PORTARIA Nº 2487/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, - 1º da Lei Orgânica de Brusque, Decreto nº 7.056/2013 e o disposto na Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo a servidora Sra. KETLYN DE OLIVEIRA GONÇALVES, matrícula nº 662402-00, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a contar de 21/10/2016.

Paragrafo único - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV -Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, - 2º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 21 de outubro de 2016.

Rogério Adilson Lana

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

Caçador

PREFEITURA

DECRETO Nº 6.927

DECRETO Nº 6.927, de 20 de outubro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

CONSIDERANDO que a Lei 54/83 (Código Tributário Municipal) em seu art. 34-A a 34-M, acrescidos pela Lei Complementar 162, de 17 de dezembro de 2009 dispõe sobre o ISSQN incidente sobre a construção civil;

CONSIDERANDO que o art. 195 do Código Tributário Municipal prevê a sua regulamentação pelo Poder Executivo Municipal, no que couber, bem como o art. 34-J do diploma legal acima referido prever que os casos omissos serão dirimidos em decorrência dos respectivos pareceres dos órgãos competentes do Município, firmada jurisprudência administrativa pelo Chefe do Poder Executivo;

CONSIDERANDO que o art. 34-A do Código Tributário Municipal dispõe que o ISSQN incidente sobre a construção civil corresponderá a 20% (vinte por cento) do valor do CUB – SC – Custo Unitário Básico, utilizado na construção civil, fornecido mensalmente pelo Sindicato da Indústria da Construção Civil;

CONSIDERANDO que o art. 34-C do Código Tributário Municipal prever que na aplicação da fórmula para o cálculo do ISSQN, aplicar-se-á um fator de redução do CUB, em razão do padrão de cada obra, tal como disposto na tabela anexa ao dispositivo legal em referência;

CONSIDERANDO que a tabela acima referida é omissa na classificação de edifício de um pavimento, especialmente quando se trata de edificação de um único pavimento, para uso comercial, industrial ou de prestação de serviços, o que leva ao equivocado enquadramento de tais edificações como "barracões", usufruindo de uma redução maior no CUB, com reflexos negativos para o erário;

CONSIDERANDO que uma tal omissão gera a interposição de inúmeras impugnações administrativas por parte de contribuintes e profissionais responsáveis técnicos pelas obras de construção civil, gerando, conseqüentemente, acúmulo de pedidos desta natureza junto à Secretaria da Fazenda, bem como indesejável atraso em obras de construção civil, prejudicando, em última análise, o próprio contribuinte;

CONSIDERANDO que o art. 34-D do Código Tributário Municipal prevê que o ISSQN incidente sobre a construção civil deverá ser recolhido no ato da concessão do alvará de licença para construção, reforma ou demolição de obras civis, sem o qual a obra não poderá iniciar; e

CONSIDERANDO que o suprimento de tal omissão não ofende o princípio da legalidade tributária, implícito no art. 150, I, da Constituição Federal, tampouco o da anterioridade da lei tributária, abrigado no art. 150, III, "b", da Constituição Federal, uma vez não se trata de exigir ou aumentar tributo, o qual já se encontra previsto no Código Tributário Municipal, consoante acima referido.

RESOLVE:

Art. 1º Para fins de cálculo e lançamento do ISSQN incidente sobre a construção civil, quando se tratar de edificação de um único

pavimento, para uso comercial, industrial ou de prestação de serviços, será a obra enquadrada na Categoria "Edifício" da tabela prevista no mencionado art. 34-C, do Código Tributário Municipal, aplicando-se-lhe o fator de redução do CUB correspondente a 0,75 (zero vírgula setenta e cinco).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 20 de outubro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto –Prefeito Municipal.

Gilberto Nicolao Haudsch – Secretário da Fazenda.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS PARA EDIÇÃO DE DECRETO SUPRINDO OMISSÃO LEGISLATIVA NO TOCANTE AO ISSQN INCIDENTE SOBRE A CONSTRUÇÃO CIVIL.

Caçador, 19 de outubro de 2015.

Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Caçador:

Temos a grata satisfação de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência proposta para edição de decreto municipal com o objetivo de suprir omissão do legislador no tocante ao ISSQN incidente sobre a construção civil.

O ISSQN incidente sobre a construção civil tem sua previsão no caput do art. 34-A do Código Tributário Municipal, abaixo transcrito:

Art. 34-A. A prestação de serviços, a crédito ou não, sob qualquer modalidade na construção e/ou reforma e demolição de obras civis, hidráulicas e outras semelhantes, previstas no item 7.02 da Lista de Serviços anexa à Lei Complementar nº 054/83, de 15 de dezembro de 1983, correspondente, para efeitos de cálculo de ISSQN incidente, a 20% (vinte por cento) do valor do CUB-SC (Custo Unitário Básico de Santa Catarina), calculado pelo Sindicato da Indústria da Construção Civil.

A fórmula de cálculo do ISSQN incidente sobre a construção civil, por sua vez, está fundamentado no artigo 34-B do Código Tributário Municipal, a seguir transcrito, o qual assim prevê:

"Art. 34-B. O valor do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, será apurado mediante aplicação de seguinte fórmula:
ISSQN = CUB x R x BC x A x S

Onde:

ISSQN – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza;

CUB – Custo unitário básico de m² de edificação;

R – Fator de redução do CUB;

BC – Base de Cálculo = 20%

A – Alíquota do ISSQN incidente;

S – Área da obra."

Os fatores de redução do CUB estão, por sua vez dispostos em uma tabela constante do art. 34-C do Código Tributário Municipal, a seguir reproduzida:

TABELA DE CÁLCULO DO ISSQN PARA CONSTRUÇÃO OU REFORMA DE EDIFICAÇÕES QUE DEPENDAM DE ALVARÁ DE LICENÇA

TIPOS DE EDIFICAÇÕES	CARACTERÍSTICAS DA OBRA	PADRÃO
FATOR DE REDUÇÃO	DO CUB	
=====	=====	=====

```

=====|=====|=====|
|CASA |MADEIRA | | 0,36|
| |-----|-----|-----|
| |MISTA | | 0,45|
| |-----|-----|-----|
| |ALVENARIA |POPULAR/BAIXO | 0,60|
| | |NORMAL/MÉDIO | 0,80|
| | |ALTO | 1,02|

|-----|-----|-----|-----|
|EDIFÍCIO |DE 02 A 04 PAVIMENTOS | | 0,75|
| |DE 04 A 08 PAVIMENTOS | | 0,70|
| |ACIMA 09 PAVIMENTOS | | 0,65|
|-----|-----|-----|-----|
|BARRAÇÃO INDUSTRIAL |MADEIRA | | 0,20|
|E COMERCIAL |MISTA | | 0,25|
| |ALVENARIA | | 0,30|
| |TELHEIRO | | 0,10|
|-----|-----|-----|-----|
|EQUIPAMENTO COMUNI- | | | 0,35|
|TÁRIO/ ASSISTENCIAL | | |
|-----|-----|-----|-----|
|PASSEIOS SEM REVES - | | | 1,00|
|TIMENTO | | |
|-----|-----|-----|-----|
|PASSEIOS COM REVES - | | | 1,33|
|TIMENTO | | |
|-----|-----|-----|-----|
|MUIROS ALVENARIA | | | 2.10|
|-----|-----|-----|-----|
|CONCRETO | | | 2.79|
|-----|-----|-----|-----|
|CERCAS | | | 2.79|
|-----|-----|-----|-----|
|ALINHAMENTO | | | 6.2|
|-----|-----|-----|-----|
|NIVELAMENTO | | | 6.2|
|-----|-----|-----|-----|
|RESER. ELEV. | | | 8.6|

```

Da análise da referida tabela, verifica-se que ela não faz, no seu segundo quadro, menção a edifício com um único pavimento, o que tem levado ao enquadramento de obras desta natureza como sendo "barracão" comercial ou industrial, refletindo no valor do ISSQN, que será menor, de forma que a Fazenda Municipal recebe menos do que lhe seria devido, a título de ISSQN.

Para melhor compreensão do tema por parte de Vossa Excelência, ilustramos nossa explanação com o cálculo do ISSQN incidente sobre hipotética edificação comercial em alvenaria, com área de 2.500 m² (dois mil e quinhentos metros quadrados), considerando o CUB-SC, divulgado pelo SINDUSCON para o mês corrente, qual seja, R\$ 1.636,64 (mil seiscentos e trinta e seis reais e sessenta e quatro centavos).

Neste caso, o valor do ISSQN, utilizando o enquadramento como barracão, com o fator de redução de 0,30 (zero vírgula trinta) ficará da seguinte forma:

$$\text{ISSQN} = \text{CUB} \times \text{R} \times \text{BC} \times \text{A} \times \text{S}$$

$$\text{ISSQN} = \text{R\$ } 1.636,64 \times 0,30 \times 20\% \times 2\% \times 2.500\text{M}^2$$

$$\text{ISSQN} = \text{R\$ } 4.909,02$$

Temos, portanto, que o ISSQN a ser recolhido pelo proprietário de hipotética obra em alvenaria com área de 2.500 m² (dois mil e quinhentos metros quadrados), será de R\$ 4.909,02 (quatro mil novecentos e nove reais e dois centavos), se enquadrada como barracão.

Contudo, se utilizarmos o enquadramento ora proposto, isto é, edifício com um único pavimento, o ISSQN a recolher ficará da seguinte forma:

$$\text{ISSQN} = \text{CUB} \times \text{R} \times \text{BC} \times \text{A} \times \text{S}$$

$$\text{ISSQN} = \text{R\$ } 1.636,64 \times 0,75 \times 20\% \times 2\% \times 2.500\text{M}^2$$

ISSQN = R\$ 12.274,80

Portanto, que o ISSQN a ser recolhido pelo proprietário da obra será de R\$ 12.274,80 (doze mil duzentos e setenta e quatro reais e oitenta centavos), se enquadrada como edifício, de acordo com a proposta ora apresentada.

A edição do decreto ora proposto visa sanear esta omissão e se reveste de caráter urgente, uma vez que é bastante frequente a entrada de projetos de construção de edificação comercial, seja de obra nova, seja por conta de regularização das já existentes.

A cada entrada de projeto de construção civil contabiliza-se um requerimento de impugnação contestando o valor do imposto lançado, gerando atrasos no andamento do projeto, já que a expedição do alvará da obra está condicionado ao recolhimento do ISSQN, resultando prejuízos indesejáveis para os contribuintes, que dependem do julgamento da impugnação, atrasando o início das obras e também para a Fazenda Municipal, que não recebe o tributo que lhe é devido e tem o ônus de julgar o recurso interposto.

Salientamos a Vossa Excelência que a edição do decreto ora proposto, consoante mencionamos nos seus considerando, não implicará em ofensa ao princípio da legalidade tributária, implícito no art. 150, I, da Constituição Federal, nem tampouco ao da anterioridade da lei tributária, este abrigado no art. 150, III, "b", da Constituição Federal, uma vez não se trata de exigir ou aumentar tributo, o qual já se encontra previsto no Código Tributário Municipal, consoante acima referido.

Trata-se apenas de suprir a omissão constante na tabela prevista no art. 34-C do Código Tributário Municipal, o qual, conforme acima dissemos, não prevê edifício de apenas um único pavimento, dispondo apenas sobre edifícios de dois ou mais pavimentos, deixando a descoberto as edificações de um único pavimento.

Caso entenda Vossa Excelência por acolher a presente proposta, solicitamos encaminhá-la à Coordenadoria de Expediente para numeração do decreto e publicação no Diário Oficial dos Municípios. Estas são Senhor Prefeito, as razões que levam a submissão da presente proposta à elevada consideração de Vossa Excelência.

Atenciosamente,

GILBERTO NICOLAO HAUDSCH

Secretário da Fazenda

LEANDRO CHIARELLO DE SOUZA

Sec.Adj.Ass.Fazenda

EDITAL DE INTIMAÇÃO - NOTIFICAÇÃO Nº 2366/2016

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO FISCAL nº 11/2016

NOTIFICAÇÃO nº 2633/2016

SUJEITO PASSIVO: IRACI DOS SANTOS SILVA - ME

CONSIDERANDO que o Sujeito Passivo encerrou suas atividades, sendo que não foi encontrado em seu endereço;

CONSIDERANDO que o Termo de Início de Fiscalização, encaminhado por correspondência com Aviso de Recebimento ao endereço constante dos autos, retornou sem ter sido entregue por "Não Existe o Número";

O Secretário da Fazenda do Município de Caçador, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em observância ao que dispõe a legislação municipal (art. 90 da Lei Orgânica do Município de Caçador; art. 87, - 2º, e 88 da Lei Municipal nº 54/83 - CTM), FAZ SABER que o SUJEITO PASSIVO acima identificado, que teve a Notificação postal frustrada, fica INTIMADO a RECOLHER, no PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS, contados a partir da publicação do presente edital, a importância de R\$ 2.922,26 (Dois mil, novecentos e vinte e dois reais e vinte e seis centavos), cujo montante será recalculado na data do efetivo pagamento, referente a apuração de valores

a recolher do ISSQN no período de 01/2011 a 12/2013, originados da Notificação nº 2633/2016, OU querendo, no mesmo prazo, mediante protocolo, apresentar IMPUGNAÇÃO DO LANÇAMENTO A PRIMEIRA INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA dirigida ao titular da Fazenda Municipal. Findo o prazo sem que o presente seja atendido o montante será cobrado judicialmente. E para que chegue ao

conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, expedimos o presente edital, o qual será afixado junto ao mural da Prefeitura Municipal e publicado no Diário Oficial dos Municípios.

Caçador, 17 de outubro de 2016.
GILBERTO NICOLAO HAUDSCH
Secretário da Fazenda

LEANDRO CHIARELLO DE SOUZA
Sec.Adj.Ass.Fazenda

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO - AUTO DE INFRAÇÃO Nº 1657/2016

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO FISCAL nº 11/2016
AUTO DE INFRAÇÃO nº 1657/2016
SUJEITO PASSIVO: IRACI DOS SANTOS SILVA - ME

CONSIDERANDO que o Sujeito Passivo encerrou suas atividades, sendo que não foi encontrado em seu endereço;
CONSIDERANDO que o Termo de Início de Fiscalização, encaminhado por correspondência com Aviso de Recebimento ao endereço constante dos autos, retornou sem ter sido entregue por "Não Existe o Número";

O Secretário da Fazenda do Município de Caçador, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em observância ao que dispõe a legislação municipal (art. 90 da Lei Orgânica do Município de Caçador; art. 87, - 2º; 158, VI; e 161 da Lei Municipal nº 54/83 - CTM), FAZ SABER que o SUJEITO PASSIVO acima identificado fica INTIMADO a RECOLHER, no PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS, contados a partir da publicação do presente edital, a importância de R\$ 1.381,96 (Um mil, trezentos e oitenta e um reais e noventa e seis centavos), com REDUÇÃO de 50% do valor, referente a MULTA por deixar de recolher o ISSQN devido referente aos meses de 01/2011 a 12/2013 e 02/2014, originados do Auto de Infração nº 1657/2016, OU querendo, no mesmo prazo, mediante protocolo, apresentar DEFESA em PRIMEIRA INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA dirigida ao titular da Fazenda Municipal. Findo o prazo sem que o presente seja atendido o montante será cobrado judicialmente.

E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, expedimos o presente edital, o qual será afixado junto ao mural da Prefeitura Municipal e publicado no Diário Oficial dos Municípios.

Caçador, 17 de outubro de 2016.
GILBERTO NICOLAO HAUDSCH
Secretário da Fazenda

LEANDRO CHIARELLO DE SOUZA
Sec.Adj.Ass.Fazenda

PORTARIA Nº 27.356

PORTARIA Nº 27.356, de 19 de outubro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 122, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER O RETORNO da Licença Sem Vencimentos, concedida ao Servidor Público Municipal JEFERSON WITTE, matrícula 3364, ocupante do cargo de Professor do Ensino Fundamental II, lotado na Secretaria Municipal da Educação, na EMEB Alto Bonito, 20 (vinte) horas semanais, através da Portaria nº 26.597, de 29 de fevereiro de 2016, com efeitos a contar de 03 de outubro de 2016.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 19 de outubro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.357

PORTARIA Nº 27.357, de 19 de outubro de 2016.

Dispõe sobre nomeação de Servidora Pública Municipal aprovada em Concurso Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 17, inciso II e do art. 79, VIII, ambos da Lei Orgânica do Município de Caçador, e ainda, o que prevê o art. 5º e art. 15, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal, e dá outras providências, e suas alterações,

RESOLVE:

NOMEAR, em virtude de classificação em Concurso Público, conforme Edital nº 002/2015 e Decreto nº 6.535, de 03 de setembro de 2015, que homologou o resultado final do concurso, a cidadã ANA PAULA DE LIMA, para ocupar o cargo de Auxiliar de Farmácia, do Grupo Ocupacional – Administrativo do Poder Executivo Municipal, na Secretaria Municipal da Saúde, Referência 10, carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, com data de nomeação, de posse e início do exercício a partir de 20 de outubro de 2016.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 19 de outubro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.360

PORTARIA Nº 27.360, de 19 de outubro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 284, de 19/11/2014, que dispõe sobre o Modelo de Gestão e a Estrutura Organizacional da Administração Pública Municipal,

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido, o Servidor Público Municipal ANDRÉ LUIZ ANTUNES ALVES, matrícula 14124, ocupante do cargo em comissão de Secretário Executivo de Assessoria, do Grupo de Cargos em Comissão, vinculado à Secretaria do Gabinete do Prefeito, referência CC-5, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, nomeado pela Portaria nº 26.520, de 15 de fevereiro de 2016, com efeitos a contar desta data.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 19 de outubro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.363

PORTARIA nº 27.363, de 21 de outubro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 68 e art. 69, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

EFETUAR o desconto em folha de pagamento dos servidores abaixo relacionados, lotados junto a Secretaria Municipal da Educação, em razão de faltas justificadas e injustificadas, no período de 12/09/2016 a 11/10/2016, especificando, código, nome do servidor, escola lotação e/ou exercício e quantidade de faltas:

I – FALTAS JUSTIFICADAS:

Código	Servidor (a)	Escola	Faltas
14531	Adeline Aparecida Ferrasso	CMEI Sonho Encantado	01 dia
14535	Adriana Oliveira de Souza	CMEI João Maria Fernandes	01 dia
14177	Adrielli Lara de Amorim	CMEI João Maria Fernandes	01 dia
667	Agenir Ariatti	EMEB Vereda dos Trevos	01 dia
14427	Aline Aparecida Fraga	CMEI Sonho Encantado	06 dias
10826	Aline de Matos Roessler	EMEB Walsin Nunes Garcia	½ dia
14435	Aline de Oliveira Xavier	EMEB Pierina Santin Perret	02 dias
14144	Aline Grasielle Gruchowski	EMEB Morada do Sol	01 dia
10932	Amanda Roberta Pereira de Camargo Bilibio	EMEB Morada do Sol	01 dia e ½
14336	Amarilda Aparecida Lipka	EMEB Hilda Granemann de Souza	01 dia
14135	Ana Carla Klaus	EMEB Alto Bonito EMEB Hilda Granemann de Souza	02 dias
14690	Ana Caroline Coelho da Silva	CMEI Gladis Vargas Roesch	01 dia
3296	Ana Mara Soletti Rotta	EMEB Tabajara	01 dia
14268	Ana Paula Antunes da Costa Feix	EMEB Morada do Sol	½ dia
14264	Ana Paula Pereima	EMEB Morada do Sol EMEB Alto Bonito	06 dias
790	Andiara Zeni Pacheco	EMEB Hilda Granemann de Souza	02 dias e 01 hora
4275	Andréa Carla Comel	EMEB Esperança	02 dias
14183	Andreia Teles Tesser	CMEI Gladis Vargas Roesch	01 dia e ½
1062	Angélica Moschetta Schneider	EMEB Alcides Tombini	01 dia
14236	Arlete de Fátima Bariviera	EMEB Alcides Tombini	10 dias
7779	Atílio Silveira de Oliveira	EMEB Henrique Júlio Berger	01 dia e ½
14474	Beatriz Macedo Olsen	CMEI Pierina Adami	01 dia
11062	Berenice Aparecida dos Santos Bonfim	EMEB Ulysses Guimarães	02 dias
828	Bernadete Maria Ribeiro dos Santos	EMEB Hilda Granemann de Souza	05 dias
10430	Bruna Stello Padilha	CMEI Pierina Adami	04 dias
14185	Carla Capellari Nunes	CMEI João Maria Fernandes	½ dia
14272	Carla Tatiane Martins	EMEB Hilda Granemann de Souza	02 dias
88	Catarina Schikorski Barteal	EMEB Hilda Granemann de Souza	02 horas
14417	Cristiane Aparecida Trindade da Silva	EMEB Hilda Granemann de Souza	01 dia
14610	Cristiane Batista da Silva	EMEB Henrique Júlio Berger	01 dia
14632	Cristiane dos Santos Marchesan Dobner	EMEB Alcides Tombini	01 dia
4281	Cristiane Iracema de Lima	EMEB Hilda Granemann de Souza	01 dia
14265	Cristiane Moreira Camargo Dobner	EMEB Hilda Granemann de Souza	½ dia
7776	Cristiano Hugo Ruch	EMEB Morada do Sol	01 dia e ½
9074	Cristina Lazarotti	EMEB Morada do Sol	01 dia
8636	Daniele Jociane Fortunato	EMEB Morada do Sol	02 dias
14165		CMEI Sonho Encantado	
14466	Deise Terezinha Pacevicz Spazzini	CMEI João Maria Fernandes	01 dia
1475	Denise Lourdes da Luz	EMEB Hilda Granemann de Souza	01 hora
14493	Denise Regina Lopes Moreira	EMEB Alto Bonito EMEB Morada do Sol	03 dias
10448	Edite da Silva Bigas	EMEB Padre José Chamot	08 dias
14155	Eduardo Langner Neri	EMEB Alcides Tombini	01 dia
14480	Elaine Heller	CMEI Pierina Adami	½ dia
10989	Eliane Alves Pereira	CMEI Sonho Encantado	04 dias
800	Eliane Bortolini	EMEB Alto Bonito	01 dia
265	Eliane Cavillon Lapolli	EMEB Henrique Júlio Berger	05 dias
14267	Eliane de Souza Luz dos Santos	EMEB Esperança	03 dias

2573	Elis Melani Hilgert de Almeida	EMEB Hilda Granemann de Souza	02 dias
14326	Elis Micheli Gonçalves Padilha Wagner	EMEB Hilda Granemann de Souza	02 dias
14465	Elisabete de Fátima Tabora Somensi	CMEI Pierina Adami	01 dia
3558	Elizangela Bartel Witte	CMEI Pierina Adami	03 dias e ½
9874	Emanuelle Martins de Souza	CMEI Pierina Adami	01 dia
3389 14237	Eronildes Olienick Pinto	EMEB Ulysses Guimarães	01 dia
10531	Ester Wolff Ferreira	CMEI Pierina Adami	½ dia
14219	Eveline Semke Moraes	EMEB Esperança	01 dia
14521	Evelyn Priscila Schulze Procopio	EMEB Morada do Sol	½ dia
14201	Fabiana Rodrigues Moschetta	CMEI Pierina Adami	01 dia
10532	Francieli Escher	CMEI Pierina Adami	03 dias
4263	Francielle Marin Menzel	EMEB Henrique Júlio Berger	02 dias
14437	Geslaine Guedes dos Santos	EMEB Walsin Nunes Garcia EMEB Alcides Tombini	02 dias
14460	Gisele de Almeida	CMEI Sonho Encantado	01 dia e ½
1088	Gisele Rossi Canalli Behr	EMEB Vereda dos Trevos	½ dia
8952	Helton Calisto	EMEB Alto Bonito EMEB Hilda Granemann de Souza	01 dia
1007	Ilza Witte Rossa	EMEB Alcides Tombini	½ dia
216	Iraci dos Santos	EMEB Vereda dos Trevos	01 dia
14633	Itamira Gonçalves	CMEI Gladis Vargas Roesch	01 dia
14287	Ivania Aparecida Pereira	EMEB Henrique Júlio Berger	01 dia
1190	Ivanir Aparecida Gonçalves	CMEI Pierina Adami	01 dia
1467	Ivone Pagotto	EMEB Esperança	02 dias
815	Jane Maristela dos Santos	EMEB Morada do Sol	½ dia
681	Jânio de Azambuja Viana	EMEB Tabajara	01 dia
4270 2408	Jaqueline Scapinelli de Campos	EMEB Alto Bonito	½ dia
829	Jeane Aparecida Coldebella Cordeiro	EMEB Henrique Júlio Berger	01 dia
14564	Joice Porth	CMEI Sonho Encantado	01 dia
3429	Josefa Ferreira de Agostinho	EMEB Henrique Júlio Berger	02 dias e ½
499	Josete Maria de Lemos Estrowispy	EMEB Henrique Júlio Berger	01 dia e ½
14463	Jucelaine Terezinha Pereira	EMEB Tabajara	01 dia
10291	Jucelaine Tosatti	CMEI Gladis Vargas Roesch	½ dia
14230	Jucilei Aparecida Scapinelli	EMEB Padre José Chamot	08 dias
14152	Karin de Oliveira	EMEB Irmão Venâncio José	01 dia
10533	Laisa Tatiane Martins	CMEI Sonho Encantado	02 dias
14212	Liliane de Andrade	EMEB Vereda dos Trevos	02 dias
14206	Lisete Granemann	EMEB Henrique Júlio Berger	01 dia
14347	Lourdes de Matias Alves	EMEB Padre José Chamot	02 dias
14461	Luci Lúcio	CMEI Pierina Adami	01 dia
7771	Lúcia de Fátima Padilha	EMEB Henrique Júlio Berger	03 dias
493	Luciane Aparecida Silva dos Santos	EMEB Tabajara	01 dia
9871	Luciane de Almeida	CMEI Pierina Adami	½ dia
8948	Luciane Maria Fernandes Strauss	EMEB Hilda Granemann de Souza	02 dias
14430	Manoel de Pádua Paiva Moraes	EMEB Professora Maria Luiza Martins Barbosa	01 dia
14240	Mara Celis Iesbek Andrade Pagnussatt	EMEB Hilda Granemann de Souza	07 dias
1066	Marcos Adelmo dos Reis	EMEB Morada do Sol	01 dia
14291	Margara Cassol de Almeida Aimi	EMEB Henrique Júlio Berger	02 dias
14450	Maria Alice Alves Cardoso	CMEI Sonho Encantado	½ dia
3615	Maria Aparecida Souza Borba	EMEB Pierina Santin Perret	01 dia
10447	Maria Cecília Berezanski	EMEB Padre José Chamot	04 dias
3299 9209	Maria Clarice Sarturi	EMEB Nossa Senhora da Salette	01 dia
3311	Maria de Fátima Jatobá Crestani	CMEI Pierina Adami	½ dia
14292	Maria de Lourdes Cassol	EMEB Nossa Senhora da Salette EMEB Vereda dos Trevos	03 dias
10185	Maria Elena Pereira Alves	CMEI Sonho Encantado	02 dias e ½
4800	Maria Izolina da Silva	CMEI Santa Clara	01 dia
4283	Maria Selo Salomoni Gazzi	EMEB Tabajara	01 dia
14148	Marianne Navroski	EMEB Professora Maria Luiza Martins Barbosa	01 dia
14187	Mariceli Adriane Krokosz	EMEB Hilda Granemann de Souza	½ dia
14630	Mariele Zago	EMEB Morada do Sol	03 dias e ½

9868	Marilda Aparecida de Oliveira	EMEB Vereda dos Trevos	01 dia
6967	Marilene Padilha Meireles da Silva	EMEB Castelhana	½ dia
10517 14310	Marilia Neis Godinho	EMEB Ulysses Guimarães	03 dias
14172	Marinez do Amaral	CMEI Gladis Vargas Roesch	½ dia
6963	Marisa Lapolli	EMEB Tabajara	01 dia
14202	Mayara Maria Ariotti	CMEI Gladis Vargas Roesch	01 dia
14419	Mellina Pereira Scalabrin	EMEB Ulysses Guimarães	02 dias
14398	Michele Musskopp Santos	EMEB Pierina Santin Perret	½ dia
8512	Neiva Teresinha Boscari Maffessoni	CMEI Pierina Adami	05 dias e ½
1495	Nilce Fanta Fornari	EMEB Esperança	½ dia
1129	Noeli Sandra Dallacosta	EMEB Alto Bonito	01 dia
14355	Olívia dos Santos Moreira	EMEB Esperança	02 dias
724	Orli Ribeiro Thibes	EMEB Walsin Nunes Garcia	03 dias
14133	Patrícia Caroline Duarte	EMEB Alto Bonito	02 dias
14445	Patrícia Gonçalves	EMEB Alto Bonito	01 dia
14523	Paula Cristina Santore	CMEI Sonho Encantado	½ dia
14423	Pricila Justino de Souza	CMEI João Maria Fernandes	01 dia e ½
14305	Raquel Tavares da Silva	EMEB Hilda Granemann de Souza	01 dia
14298	Reni de Jesus da Cruz Ribas	EMEB Hilda Granemann de Souza	01 dia
10434	Rita Terezinha Galvan Morgenstern	CMEI Sonho Encantado	03 horas
3307	Rosana Aparecida Maceno Barzotto	EMEB Alto Bonito	03 dias
14681	Rosana de Oliveira Mattos Vieira	CMEI Gladis Vargas Roesch	½ dia
558	Rosane Fonseca	EMEB Henrique Júlio Berger	½ dia
8428	Roseli Bora	EMEB Hilda Granemann de Souza	02 dias
3318	Rosimar Borges	CMEI Pierina Adami	½ dia
14317	Rubia Marluza Gomes	EMEB Henrique Julio Berger	01 dia
6955	Scheila Balbinotto Anciutti	EMEB Hilda Granemann de Souza	04 dias
1079	Sebastiana Maceno Domingues	EMEB Castelhana	01 dia
14635	Sibele Baldicera	CMEI Santa Clara	01 dia
595	Silésia de Menezes Veiga	EMEB Henrique Júlio Berger	01 dia
14639	Silmara Aparecida Alves do Prado Porfírio	EMEB Hilda Granemann de Souza	02 horas
14349	Silvane Lascoski	EMEB Padre José Chamot	02 dias
14269	Sílvia Cristina Eichele	EMEB Castelhana	½ dia
917	Simone Figueiredo dos Reis	EMEB Morada do Sol	½ dia
14233	Solange Cristina Godoy Pontes	EMEB Irmão Venâncio José	02 dias
14406	Sônia Mara Farias	EMEB Vereda dos Trevos EMEB Alcides Tombini	03 dias
14382	Vera Aparecida de Biasi Lenhani	EMEB Morada do Sol	02 dias
6960	Vera Lúcia Muchinski	EMEB Henrique Júlio Berger	½ dia
14154	Vera Regina Kreling	EMEB Tabajara EMEB Irmão Venâncio José	02 dias
3631	Vilma de Oliveira	EMEB Ulysses Guimarães	03 dias

II – FALTAS INJUSTIFICADAS:

Código	Servidor(a)	Escola	Faltas
2573	Elis Melani Hilgert de Almeida	EMEB Hilda Granemann de Souza	01 dia
14539	Jailson de Oliveira	EMEB Vereda dos Trevos	10 horas
1302	José Osni Garipuna	EMEB Morada do Sol	04 dias e ½
3429	Josefa Ferreira de Agostinho	EMEB Henrique Júlio Berger	01 dia
14171	Roseli Correia	EMEB Pierina Santin Perret	½ dia

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 21 de outubro de 2016.
Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

Camboriú

PREFEITURA

DECRETO N.º 3.149/2016

DECRETO N.º 3.149/2016

Estabelece Pontos Facultativos nas Repartições Públicas do Poder Executivo do Município de Camboriú.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pelo art. 79, incisos VI e VII da Lei Orgânica do Município e;
CONSIDERANDO que o artigo 236 da Lei Federal n.º 8.112/1990 dispõe que o dia do Servidor Público será comemorado em 28 de outubro;
CONSIDERANDO o Feriado Nacional da Proclamação da República, que ocorrerá na terça-feira, dia 15 de novembro, interrompendo assim as atividades iniciadas na segunda-feira;

DECRETA:

Art. 1º Ficam estabelecidos os seguintes pontos facultativos municipais para todos os órgãos e entidades da Administração Pública Direita e Indireta do Poder Executivo Municipal:

I - 28 de outubro, Dia do Servidor Público;

II - 14 de novembro, segunda-feira que antecede o feriado nacional da Proclamação da República.

Parágrafo único. Nas datas previstas no caput deste artigo poderá haver convocação especial de alguns servidores em caso de necessidade.

Art. 2º Não serão suspensas, nos dias descritos no artigo 1º deste Decreto, as atividades consideradas de natureza essencial e as prestadas pela Concessionária Águas de Camboriú referente aos serviços de plantão de água e pelas Secretarias Municipais de Saúde que deverá manter em funcionamento os serviços junto ao Pronto Socorro da Fundação Hospitalar de Camboriú, bem como o plantão de ambulância; de Obras referente aos serviços de plantão, coleta de lixo e limpeza pública.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico não suspenderá o funcionamento do Portal Turístico, que funcionará nos dias 14 e 15 de novembro, das 09h (nove horas) às 15h (quinze horas).

Art. 3º A jornada de trabalho que, por força deste decreto, foi suspensa, deverá ser compensada ulteriormente, ficando cada Secretaria com a atribuição de fazê-la de acordo com sua necessidade e conveniência.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 24 de outubro de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado no Livro de Publicações

Márcio da Rosa
Secretário M. de Administração

DL 06/16 - FMAS

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

DISPENSA LICITATÓRIA Nº. 006/2016 – FMAS

Data: 24/10/2016

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO A FIM DE CUMPRIR DETERMINAÇÃO JUDICIAL, REFERENTE A CUSTEIO DE UMA VAGA EXTRA PARA ACOLHIMENTO DE UMA CRIANÇA NA ASSOCIAÇÃO LAR MATERNAL BOM PASTOR.

Valor total: R\$: 2.500,00 (Dois Mil e Quinhentos Reais).

Contratada: ASSOCIAÇÃO LAR MATERNAL BOM PASTOR

Embasamento legal: artigo 24, inciso "IV", da lei Federal 8666/1993.

Camboriú SC, 24 de Outubro de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

PREFEITA MUNICIPAL

PORTARIA N.º 1376/2016 - CLAUDIO ALTAIR PEREIRA

PORTARIA N.º 1.376/2016

Instaura Processo Administrativo Disciplinar para fins que menciona, nomeia Comissão de Processo Administrativo Disciplinar e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que foram conferidas pelo art. 79, VII da Lei Orgânica do Município e posteriores alterações:

CONSIDERANDO o encaminhamento do Memorando PMC/CI n.º 090/2016 oriundo da Controladoria Geral do Município, que chegou ao meu conhecimento, dando-me conta do Ofício TCE/DAP n.º 7420/2016 expedido pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, o qual solicita a apuração quanto à possíveis acumulações irregulares de cargos, empregos, funções ou proventos por agentes públicos.

CONSIDERANDO que a Controladoria Geral do Município de Camboriú realizou um levantamento dos servidores e constatou que o Sr. CLAUDIO ALTAIR PEREIRA, servidor público efetivo, nomeado pela Portaria n.º 353/2009, com data de 01/03/2009, no cargo de Professor de Educação Física neste Município, supostamente realiza, também, suas atividades na Prefeitura Municipal de Itapema; CONSIDERANDO a vedação de acumulação remunerada de cargos públicos prevista nos incisos XVI e XVII do artigo 37 da Constituição Federal de 1988;

CONSIDERANDO que é proibido ao servidor exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício do cargo ou função e com o horário de trabalho;

CONSIDERANDO que a proibição de acumular se estende a cargos, empregos e funções em autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Territórios e de outros Municípios.

RESOLVE:

Art. 1º Determinar, com fulcro no artigo 232 da Lei Complementar n.º 39/2012, a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, que terá por finalidade apurar o ocorrido e a responsabilidade do servidor processado, bem como, confirmada as irregularidades apontadas, deverá ser aplicado o artigo 196, II, 197, X, 198, 201, 215, XII da mesma lei.

Art. 2º Constituir Comissão de Processo Administrativo Disciplinar composta pelos servidores: VIVIANE ZIMMERMANN, Auxiliar

de Cadastro, inscrita sob a Matrícula n.º 4981, CARINA GOULART WAGNER, auxiliar administrativo, do quadro de pessoal do Município de Camboriú/SC, matrícula funcional nº 6275 e EMERSON HAENDCHEN VIDAL, Advogado, inscrito sob a Matrícula n.º 14657 para, sob a presidência deste último, comporem a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, sendo esta Comissão secretariada pela Servidora RAFAELA DE SOUZA.

Art. 3º Estabelecer o prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data do Termo de Instalação da Comissão, para a apresentação do Relatório, com possibilidade de prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias assim o exigirem.

Art. 4º Deliberar que os membros da comissão poderão reportar-se diretamente aos demais órgãos da Administração Pública, em diligências necessárias à prática dos atos processuais.

Art. 5º O indiciado terá o direito ao contraditório e a ampla defesa, com a utilização dos meios e recursos admitidos em direito.

Art. 6º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
Em 19 de setembro de 2016.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicado no Mural Público Municipal e
Registrado no Livro de Publicações
Na data supra

Igor de Oliveira Pinho
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA N.º 1377/2016 - ALESSANDRO LUIZ PEREIRA

PORTARIA N.º 1.377/2016

Instaura Processo Administrativo Disciplinar para fins que menciona, nomeia Comissão de Processo Administrativo Disciplinar e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que foram conferidas pelo art. 79, VII da Lei Orgânica do Município e posteriores alterações:

CONSIDERANDO encaminhamento do Memorando PMC/CI n.º 090/2016 oriundo da Controladoria Geral do Município, que chegou ao meu conhecimento, dando-me conta do Ofício TCE/DAP n.º 7420/2016 expedido pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, o qual solicita a apuração quanto à possíveis acumulações irregulares de cargos, empregos, funções ou proventos por agentes públicos;

CONSIDERANDO que a Controladoria Geral do Município de Camboriú realizou um levantamento dos servidores e constatou que o Sr. ALESSANDRO LUIZ PEREIRA, servidor público efetivo, nomeado pela Portaria n.º 1.225/2014, com data de 15/10/2014, no cargo de Supervisor Escolar neste Município, supostamente realiza, também, suas atividades na Secretaria de Estado da Educação;

CONSIDERANDO a vedação de acumulação remunerada de cargos públicos prevista nos incisos XVI e XVII do artigo 37 da Constituição Federal de 1988;

CONSIDERANDO que é proibido ao servidor exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício do cargo ou função e com o horário de trabalho;

CONSIDERANDO que a proibição de acumular se estende a cargos, empregos e funções em autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Territórios e de outros Municípios.

RESOLVE:

Art. 1º Determinar, com fulcro no artigo 232 da Lei Complementar n.º 39/2012, a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, que terá por finalidade apurar o ocorrido e a responsabilidade do

servidor processado, bem como, confirmada as irregularidades apontadas, deverá ser aplicado o artigo 196, II, 197, X, 198, 201, 215, XII da mesma lei.

Art. 2º Constituir Comissão de Processo Administrativo Disciplinar composta pelos servidores: VIVIANE ZIMMERMANN, Auxiliar de Cadastro, inscrita sob a Matrícula n.º 4981, CARINA GOULART WAGNER, auxiliar administrativo, do quadro de pessoal do Município de Camboriú/SC, matrícula funcional nº 6275 e EMERSON HAENDCHEN VIDAL, Advogado, inscrito sob a Matrícula n.º 14657 para, sob a presidência deste último, comporem a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, sendo esta Comissão secretariada pela Servidora RAFAELA DE SOUZA.

Art. 3º Estabelecer o prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data do Termo de Instalação da Comissão, para a apresentação do Relatório, com possibilidade de prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias assim o exigirem.

Art. 4º Deliberar que os membros da comissão poderão reportar-se diretamente aos demais órgãos da Administração Pública, em diligências necessárias à prática dos atos processuais.

Art. 5º O indiciado terá o direito ao contraditório e a ampla defesa, com a utilização dos meios e recursos admitidos em direito.

Art. 6º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
Em 19 de setembro de 2016.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicado no Mural Público Municipal e
Registrado no Livro de Publicações
Na data supra

Igor de Oliveira Pinho
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA N.º 1378/2016 - AIRTON ROBERTO DOS SANTOS

PORTARIA N.º 1.378/2016

Instaura Processo Administrativo Disciplinar para fins que menciona, nomeia Comissão de Processo Administrativo Disciplinar e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que foram conferidas pelo art. 79, VII da Lei Orgânica do Município e posteriores alterações:

CONSIDERANDO o encaminhamento do Memorando PMC/CI n.º 090/2016 oriundo da Controladoria Geral do Município, que chegou ao meu conhecimento, dando-me conta do Ofício TCE/DAP n.º 7420/2016 expedido pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, o qual solicita a apuração quanto à possíveis acumulações irregulares de cargos, empregos, funções ou proventos por agentes públicos;

CONSIDERANDO que a Controladoria Geral do Município de Camboriú realizou um levantamento dos servidores e constatou que o Sr. AIRTON ROBERTO DOS SANTOS, servidor público efetivo, nomeado pela Portaria n.º 121/2012, com data de 01/01/2012, no cargo de Professor de Educação Física neste Município, supostamente realiza, também, suas atividades na Prefeitura Municipal de Porto Belo;

CONSIDERANDO a vedação de acumulação remunerada de cargos públicos prevista nos incisos XVI e XVII do artigo 37 da Constituição Federal de 1988;

CONSIDERANDO que é proibido ao servidor exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício do cargo ou função e com o horário de trabalho;

CONSIDERANDO que a proibição de acumular se estende a cargos, empregos e funções em autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista da União, do Distrito

Federal, dos Estados, dos Territórios e de outros Municípios.

RESOLVE:

Art. 1º Determinar, com fulcro no artigo 232 da Lei Complementar n.º 39/2012, a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, que terá por finalidade apurar o ocorrido e a responsabilidade do servidor processado, bem como, confirmada as irregularidades apontadas, deverá ser aplicado o artigo 196, II, 197, X, 198, 201, 215, XII da mesma lei.

Art. 2º Constituir Comissão de Processo Administrativo Disciplinar composta pelos servidores: VIVIANE ZIMMERMANN, Auxiliar de Cadastro, inscrita sob a Matrícula n.º 4981, CARINA GOULART WAGNER, auxiliar administrativo, do quadro de pessoal do Município de Camboriú/SC, matrícula funcional nº 6275 e EMERSON HAENDCHEN VIDAL, Advogado, inscrito sob a Matrícula n.º 14657 para, sob a presidência deste último, comporem a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, sendo esta Comissão secretariada pela Servidora RAFAELA DE SOUZA.

Art. 3º Estabelecer o prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data do Termo de Instalação da Comissão, para a apresentação do Relatório, com possibilidade de prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias assim o exigirem.

Art. 4º Deliberar que os membros da comissão poderão reportar-se diretamente aos demais órgãos da Administração Pública, em diligências necessárias à prática dos atos processuais.

Art. 5º O indiciado terá o direito ao contraditório e a ampla defesa, com a utilização dos meios e recursos admitidos em direito.

Art. 6º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,

Em 19 de setembro de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicado no Mural Público Municipal e

Registrado no Livro de Publicações

Na data supra

Igor de Oliveira Pinho

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA N.º 1379/2016 - ALAN MANOEL GUIMARÃES

PORTARIA N.º 1.379/2016

Instaura Processo Administrativo Disciplinar para fins que menciona, nomeia Comissão de Processo Administrativo Disciplinar e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que foram conferidas pelo art. 79, VII da Lei Orgânica do Município e posteriores alterações:

CONSIDERANDO o encaminhamento do Memorando PMC/CI n.º 090/2016 oriundo da Controladoria Geral do Município, que chegou ao meu conhecimento, dando-me conta do Ofício TCE/DAP n.º 7420/2016 expedido pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, o qual solicita a apuração quanto às possíveis acumulações irregulares de cargos, empregos, funções ou proventos por agentes públicos;

CONSIDERANDO que a Controladoria Geral do Município de Camboriú realizou um levantamento dos servidores e constatou que o Sr. ALAN MANOEL GUIMARÃES, servidor público, nomeado pela Portaria n.º 341/2014, com data de 05/03/2014, no cargo de Motorista Socorrista do SAMU neste Município, supostamente realiza, também, suas atividades na Prefeitura Municipal de Navegantes.

CONSIDERANDO a vedação de acumulação remunerada de cargos públicos prevista nos incisos XVI e XVII do artigo 37 da Constituição Federal de 1988;

CONSIDERANDO que é proibido ao servidor exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício do cargo ou

função e com o horário de trabalho;

CONSIDERANDO que a proibição de acumular se estende a cargos, empregos e funções em autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Territórios e de outros Municípios.

RESOLVE:

Art. 1º Determinar, com fulcro no artigo 232 da Lei Complementar n.º 39/2012, a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, que terá por finalidade apurar o ocorrido e a responsabilidade do servidor processado, bem como, confirmada as irregularidades apontadas, deverá ser aplicado o artigo 196, II, 197, X, 198, 201, 215, XII da mesma lei.

Art. 2º Constituir Comissão de Processo Administrativo Disciplinar composta pelos servidores: VIVIANE ZIMMERMANN, Auxiliar de Cadastro, inscrita sob a Matrícula n.º 4981, CARINA GOULART WAGNER, auxiliar administrativo, do quadro de pessoal do Município de Camboriú/SC, matrícula funcional nº 6275 e EMERSON HAENDCHEN VIDAL, Advogado, inscrito sob a Matrícula n.º 14657 para, sob a presidência deste último, comporem a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, sendo esta Comissão secretariada pela Servidora RAFAELA DE SOUZA.

Art. 3º Estabelecer o prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data do Termo de Instalação da Comissão, para a apresentação do Relatório, com possibilidade de prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias assim o exigirem.

Art. 4º Deliberar que os membros da comissão poderão reportar-se diretamente aos demais órgãos da Administração Pública, em diligências necessárias à prática dos atos processuais.

Art. 5º O indiciado terá o direito ao contraditório e a ampla defesa, com a utilização dos meios e recursos admitidos em direito.

Art. 6º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,

Em 19 de setembro de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicado no Mural Público Municipal e

Registrado no Livro de Publicações

Na data supra

Igor de Oliveira Pinho

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA N.º 1380/2016 - RICARDO ALEXANDRE SANCHES

PORTARIA N.º 1.380/2016

Instaura Processo Administrativo Disciplinar para fins que menciona, nomeia Comissão de Processo Administrativo Disciplinar e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que foram conferidas pelo art. 79, VII da Lei Orgânica do Município e posteriores alterações:

CONSIDERANDO o encaminhamento do Memorando PMC/CI n.º 090/2016 oriundo da Controladoria Geral do Município, que chegou ao meu conhecimento, dando-me conta do Ofício TCE/DAP n.º 7420/2016 expedido pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, o qual solicita a apuração quanto às possíveis acumulações irregulares de cargos, empregos, funções ou proventos por agentes públicos;

CONSIDERANDO que a Controladoria Geral do Município de Camboriú realizou um levantamento dos servidores e constatou que o Sr. RICARDO ALEXANDRE SANCHES, servidor público, nomeado pela Portaria n.º 449/2014, com data de 17/03/2014, no cargo de Técnico de Enfermagem - SAMU neste Município, supostamente realiza, também, suas atividades na Prefeitura Municipal de Itapema;

CONSIDERANDO a vedação de acumulação remunerada de cargos públicos prevista nos incisos XVI e XVII do artigo 37 da Constituição Federal de 1988;

CONSIDERANDO que é proibido ao servidor exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício do cargo ou função e com o horário de trabalho;

CONSIDERANDO que a proibição de acumular se estende a cargos, empregos e funções em autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Territórios e de outros Municípios.

RESOLVE:

Art. 1º Determinar, com fulcro no artigo 232 da Lei Complementar n.º 39/2012, a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, que terá por finalidade apurar o ocorrido e a responsabilidade do servidor processado, bem como, confirmada as irregularidades apontadas, deverá ser aplicado o artigo 196, II, 197, X, 198, 201, 215, XII da mesma lei.

Art. 2º Constituir Comissão de Processo Administrativo Disciplinar composta pelos servidores: VIVIANE ZIMMERMANN, Auxiliar de Cadastro, inscrita sob a Matrícula n.º 4981, CARINA GOULART WAGNER, auxiliar administrativo, do quadro de pessoal do Município de Camboriú/SC, matrícula funcional nº 6275 e EMERSON HAENDCHEN VIDAL, Advogado, inscrito sob a Matrícula n.º 14657 para, sob a presidência deste último, comporem a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, sendo esta Comissão secretariada pela Servidora RAFAELA DE SOUZA.

Art. 3º Estabelecer o prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data do Termo de Instalação da Comissão, para a apresentação do Relatório, com possibilidade de prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias assim o exigirem.

Art. 4º Deliberar que os membros da comissão poderão reportar-se diretamente aos demais órgãos da Administração Pública, em diligências necessárias à prática dos atos processuais.

Art. 5º O indiciado terá o direito ao contraditório e a ampla defesa, com a utilização dos meios e recursos admitidos em direito.

Art. 6º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,

Em 19 de setembro de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicado no Mural Público Municipal e

Registrado no Livro de Publicações

Na data supra

Igor de Oliveira Pinho

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA N.º 1381/2016 - JEFERSON SOARES RODRIGUES

PORTARIA N.º 1.381/2016

Instaura Processo Administrativo Disciplinar para fins que menciona, nomeia Comissão de Processo Administrativo Disciplinar e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que foram conferidas pelo art. 79, VII da Lei Orgânica do Município e posteriores alterações:

CONSIDERANDO o encaminhamento do Memorando PMC/CI n.º 090/2016 oriundo da Controladoria Geral do Município, que chegou ao meu conhecimento, dando-me conta do Ofício TCE/DAP n.º 7420/2016 expedido pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, o qual solicita a apuração quanto às possíveis acumulações irregulares de cargos, empregos, funções ou proventos por agentes públicos;

CONSIDERANDO que a Controladoria Geral do Município de

Camboriú realizou um levantamento dos servidores e constatou que o Sr. JEFERSON SOARES RODRIGUES, servidor público, nomeado pela Portaria n.º 341/2014, com data de 05/03/2014, no cargo de Técnico de Enfermagem Socorrista neste Município, supostamente realiza, também, suas atividades na Prefeitura Municipal de Navegantes;

CONSIDERANDO a vedação de acumulação remunerada de cargos públicos prevista nos incisos XVI e XVII do artigo 37 da Constituição Federal de 1988;

CONSIDERANDO que é proibido ao servidor exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício do cargo ou função e com o horário de trabalho;

CONSIDERANDO que a proibição de acumular se estende a cargos, empregos e funções em autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Territórios e de outros Municípios.

RESOLVE:

Art. 1º Determinar, com fulcro no artigo 232 da Lei Complementar n.º 39/2012, a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, que terá por finalidade apurar o ocorrido e a responsabilidade do servidor processado, bem como, confirmada as irregularidades apontadas, deverá ser aplicado o artigo 196, II, 197, X, 198, 201, 215, XII da mesma lei.

Art. 2º Constituir Comissão de Processo Administrativo Disciplinar composta pelos servidores: VIVIANE ZIMMERMANN, Auxiliar de Cadastro, inscrita sob a Matrícula n.º 4981, CARINA GOULART WAGNER, auxiliar administrativo, do quadro de pessoal do Município de Camboriú/SC, matrícula funcional nº 6275 e EMERSON HAENDCHEN VIDAL, Advogado, inscrito sob a Matrícula n.º 14657 para, sob a presidência deste último, comporem a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, sendo esta Comissão secretariada pela Servidora RAFAELA DE SOUZA.

Art. 3º Estabelecer o prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data do Termo de Instalação da Comissão, para a apresentação do Relatório, com possibilidade de prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias assim o exigirem.

Art. 4º Deliberar que os membros da comissão poderão reportar-se diretamente aos demais órgãos da Administração Pública, em diligências necessárias à prática dos atos processuais.

Art. 5º O indiciado terá o direito ao contraditório e a ampla defesa, com a utilização dos meios e recursos admitidos em direito.

Art. 6º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,

Em 19 de setembro de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicado no Mural Público Municipal e

Registrado no Livro de Publicações

Na data supra

Igor de Oliveira Pinho

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA N.º 1382/2016 - LUCÉLIA DA COSTA LOPES

PORTARIA N.º 1.382/2016

Instaura Processo Administrativo Disciplinar para fins que menciona, nomeia Comissão de Processo Administrativo Disciplinar e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que foram conferidas pelo art. 79, VII da Lei Orgânica do Município e posteriores alterações:

CONSIDERANDO o encaminhamento do Memorando PMC/CI n.º 090/2016 oriundo da Controladoria Geral do Município, que chegou ao meu conhecimento, dando-me conta do Ofício TCE/DAP n.º

7420/2016 expedido pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, o qual solicita a apuração quanto à possíveis acumulações irregulares de cargos, empregos, funções ou proventos por agentes públicos;

CONSIDERANDO que a Controladoria Geral do Município de Camboriú realizou um levantamento dos servidores e constatou que a Sra. LUCÉLIA DA COSTA LOPES, servidora pública efetiva, nomeada pela Portaria n.º 123/2012, com data de 01/02/2012, no cargo de Professora de História neste Município, supostamente realiza, também, suas atividades na Secretaria de Estado da Educação.

CONSIDERANDO a vedação de acumulação remunerada de cargos públicos prevista nos incisos XVI e XVII do artigo 37 da Constituição Federal de 1988;

CONSIDERANDO que é proibido ao servidor exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício do cargo ou função e com o horário de trabalho;

CONSIDERANDO que a proibição de acumular se estende a cargos, empregos e funções em autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Territórios e de outros Municípios.

RESOLVE:

Art. 1º Determinar, com fulcro no artigo 232 da Lei Complementar n.º 39/2012, a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, que terá por finalidade apurar o ocorrido e a responsabilidade do servidor processado, bem como, confirmada as irregularidades apontadas, deverá ser aplicado o artigo 196, II, 197, X, 198, 201, 215, XII da mesma lei.

Art. 2º Constituir Comissão de Processo Administrativo Disciplinar composta pelos servidores: VIVIANE ZIMMERMANN, Auxiliar de Cadastro, inscrita sob a Matrícula n.º 4981, CARINA GOULART WAGNER, auxiliar administrativo, do quadro de pessoal do Município de Camboriú/SC, matrícula funcional nº 6275 e EMERSON HAENDCHEN VIDAL, Advogado, inscrito sob a Matrícula n.º 14657 para, sob a presidência deste último, comporem a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, sendo esta Comissão secretariada pela Servidora RAFAELA DE SOUZA.

Art. 3º Estabelecer o prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data do Termo de Instalação da Comissão, para a apresentação do Relatório, com possibilidade de prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias assim o exigirem.

Art. 4º Deliberar que os membros da comissão poderão reportar-se diretamente aos demais órgãos da Administração Pública, em diligências necessárias à prática dos atos processuais.

Art. 5º A indiciada terá o direito ao contraditório e a ampla defesa, com a utilização dos meios e recursos admitidos em direito.

Art. 6º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,

Em 19 de setembro de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicado no Mural Público Municipal e

Registrado no Livro de Publicações

Na data supra

Igor de Oliveira Pinho

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA N.º 1383/2016 - VERA LUCIA AMARAL REIS

PORTARIA N.º 1.383/2016

Instaura Processo Administrativo Disciplinar para fins que menciona, nomeia Comissão de Processo Administrativo Disciplinar e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que foram conferidas pelo art. 79, VII da Lei Orgânica do Município e posteriores alterações:

CONSIDERANDO o encaminhamento do Memorando PMC/CI n.º 090/2016 oriundo da Controladoria Geral do Município, que chegou ao meu conhecimento, dando-me conta do Ofício TCE/DAP n.º 7420/2016 expedido pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, o qual solicita a apuração quanto à possíveis acumulações irregulares de cargos, empregos, funções ou proventos por agentes públicos;

CONSIDERANDO que a Controladoria Geral do Município de Camboriú realizou um levantamento dos servidores e constatou que a Sra. VERA LUCIA AMARAL REIS, servidora pública, nomeada pela Portaria n.º 231/2016, com data de 11/02/2016, no cargo de Professora de Geografia neste Município, supostamente realiza, também, suas atividades na Prefeitura Municipal Itapema.

CONSIDERANDO a vedação de acumulação remunerada de cargos públicos prevista nos incisos XVI e XVII do artigo 37 da Constituição Federal de 1988;

CONSIDERANDO que é proibido ao servidor exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício do cargo ou função e com o horário de trabalho;

CONSIDERANDO que a proibição de acumular se estende a cargos, empregos e funções em autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Territórios e de outros Municípios.

RESOLVE:

Art. 1º Determinar, com fulcro no artigo 232 da Lei Complementar n.º 39/2012, a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, que terá por finalidade apurar o ocorrido e a responsabilidade do servidor processado, bem como, confirmada as irregularidades apontadas, deverá ser aplicado o artigo 196, II, 197, X, 198, 201, 215, XII da mesma lei.

Art. 2º Constituir Comissão de Processo Administrativo Disciplinar composta pelos servidores: VIVIANE ZIMMERMANN, Auxiliar de Cadastro, inscrita sob a Matrícula n.º 4981, CARINA GOULART WAGNER, auxiliar administrativo, do quadro de pessoal do Município de Camboriú/SC, matrícula funcional nº 6275 e EMERSON HAENDCHEN VIDAL, Advogado, inscrito sob a Matrícula n.º 14657 para, sob a presidência deste último, comporem a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, sendo esta Comissão secretariada pela Servidora RAFAELA DE SOUZA.

Art. 3º Estabelecer o prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data do Termo de Instalação da Comissão, para a apresentação do Relatório, com possibilidade de prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias assim o exigirem.

Art. 4º Deliberar que os membros da comissão poderão reportar-se diretamente aos demais órgãos da Administração Pública, em diligências necessárias à prática dos atos processuais.

Art. 5º A indiciada terá o direito ao contraditório e a ampla defesa, com a utilização dos meios e recursos admitidos em direito.

Art. 6º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,

Em 19 de setembro de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicado no Mural Público Municipal e Registrado no Livro de Publicações

Na data supra

Igor de Oliveira Pinho
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA N.º 1384/2016 - LEONARD LUIZ COELHO HOSTIN

PORTARIA N.º 1.384/2016

Instaura Processo Administrativo Disciplinar para fins que menciona, nomeia Comissão de Processo Administrativo Disciplinar e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que foram conferidas pelo art. 79, VII da Lei Orgânica do Município e posteriores alterações:

CONSIDERANDO o encaminhamento do Memorando PMC/CI n.º 090/2016 oriundo da Controladoria Geral do Município, que chegou ao meu conhecimento, dando-me conta do Ofício TCE/DAP n.º 7420/2016 expedido pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, o qual solicita a apuração quanto à possíveis acumulações irregulares de cargos, empregos, funções ou proventos por agentes públicos;

CONSIDERANDO que a Controladoria Geral do Município de Camboriú realizou um levantamento dos servidores e constatou que o Sr. RICARDO ALEXANDRE SANCHES, servidor público, nomeado pela Portaria n.º 449/2014, com data de 17/03/2014, no cargo de Técnico de Enfermagem - SAMU neste Município, supostamente realiza, também, suas atividades na Prefeitura Municipal de Itapema. CONSIDERANDO a vedação de acumulação remunerada de cargos públicos prevista nos incisos XVI e XVII do artigo 37 da Constituição Federal de 1988;

CONSIDERANDO que é proibido ao servidor exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício do cargo ou função e com o horário de trabalho;

CONSIDERANDO que a proibição de acumular se estende a cargos, empregos e funções em autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Territórios e de outros Municípios.

RESOLVE:

Art. 1º Determinar, com fulcro no artigo 232 da Lei Complementar n.º 39/2012, a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, que terá por finalidade apurar o ocorrido e a responsabilidade do servidor processado, bem como, confirmada as irregularidades apontadas, deverá ser aplicado o artigo 196, II, 197, X, 198, 201, 215, XII da mesma lei.

Art. 2º Constituir Comissão de Processo Administrativo Disciplinar composta pelos servidores: VIVIANE ZIMMERMANN, Auxiliar de Cadastro, inscrita sob a Matrícula n.º 4981, CARINA GOULART WAGNER, auxiliar administrativo, do quadro de pessoal do Município de Camboriú/SC, matrícula funcional nº 6275 e EMERSON HAENDCHEN VIDAL, Advogado, inscrito sob a Matrícula n.º 14657 para, sob a presidência deste último, comporem a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, sendo esta Comissão secretariada pela Servidora RAFAELA DE SOUZA.

Art. 3º Estabelecer o prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data do Termo de Instalação da Comissão, para a apresentação do Relatório, com possibilidade de prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias assim o exigirem.

Art. 4º Deliberar que os membros da comissão poderão reportar-se diretamente aos demais órgãos da Administração Pública, em diligências necessárias à prática dos atos processuais.

Art. 5º O indiciado terá o direito ao contraditório e a ampla defesa, com a utilização dos meios e recursos admitidos em direito.

Art. 6º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
Em 19 de setembro de 2016.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicado no Mural Público Municipal e
Registrado no Livro de Publicações
Na data supra

Igor de Oliveira Pinho
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA N.º 1385/2016 - RODRIGO RODRIGUES

PORTARIA N.º 1.385/2016

Instaura Processo Administrativo Disciplinar para fins que menciona, nomeia Comissão de Processo Administrativo Disciplinar e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que foram conferidas pelo art. 79, inciso VII da Lei Orgânica do Município e posteriores alterações:

CONSIDERANDO o encaminhamento do Memorando n.º 242/2016 oriundo da Secretaria Municipal de Educação, que chegou ao meu conhecimento, dando-me conta que o professor Sr. RODRIGO RODRIGUES, servidor efetivo, nomeado pela portaria n.º 117/2012, no cargo de professor de geografia, admitido em 01/02/2012, inscrito no CPF sob o n.º 045.811.609-28, domiciliado na Rua São Marino, n.º 418, Bairro Santa Regina VI, Camboriú/SC, foi flagrado por profissionais que atuam na Escola Básica Municipal Lucinira Melo Rebelo, envolvendo - se com aluna de 13 anos de idade, Francisca Larissa Souza Pereira, do 8º ano do período vespertino;

CONSIDERANDO que o professor Sr. RODRIGO RODRIGUES, aparentemente, não manteve sua ética e conduta compatível com a moralidade administrativa;

CONSIDERANDO que o referido servidor supostamente não cumpriu com seus deveres, deixando de preservar a imagem, o decoro, a eficiência e a credibilidade junto à Administração Pública Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, que terá por finalidade apurar o ocorrido e a responsabilidade do servidor processado, em especial a possível infração aos incisos VIII e XI do art. 196, bem como aos incisos V e VII, ambos do art. 215 da Lei Complementar Municipal n.º 39/2012.

Art. 2º Constituir Comissão de Processo Administrativo Disciplinar composta pelos servidores: VIVIANE ZIMMERMANN, Auxiliar de Cadastro, inscrita sob a Matrícula n.º 4981, CARINA GOULART WAGNER, auxiliar administrativo, do quadro de pessoal do Município de Camboriú/SC, matrícula funcional nº 6275 e EMERSON HAENDCHEN VIDAL, Advogado, inscrito sob a Matrícula n.º 14657 para, sob a presidência deste último, comporem a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, sendo esta Comissão secretariada pela Servidora RAFAELA DE SOUZA.

Art. 3º Estabelecer o prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data do Termo de Instalação da Comissão, para a apresentação do Relatório, com possibilidade de prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias assim o exigirem.

Art. 4º Deliberar que os membros da comissão poderão se reportar diretamente aos demais órgãos da Administração Pública, em diligências necessárias à prática dos atos processuais.

Art. 5º O indiciado terá o direito ao contraditório e a ampla defesa, com a utilização dos meios e recursos admitidos em direito.

Art. 6º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
Em, 19 de setembro de 2016.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicado no Mural Público Municipal e
Registrado no Livro de Publicações
Na data supra

Igor de Oliveira Pinho
Secretário de Administração

PR 28/16 - FME

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 028/2016-FME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO DESTINADO AO PROVIMENTO DE CARGOS EM CARÁTER TEMPORÁRIO, VISANDO EXITO NA REALIZAÇÃO DOS TRABALHOS INERENTES A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PARA SUPRIR A NECESSIDADE DE PESSOAL, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações e Lei Complementar 123/06 alterada pela lei 147/14.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 12:30 horas do dia 09 (Nove) de Novembro de 2016, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú 24 de Outubro de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Campo Alegre

PREFEITURA

DECRETO Nº 10.049 DE 24 DE OUTUBRO DE 2016

DECRETO Nº 10.049 DE 24 DE OUTUBRO DE 2016

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE ELEMENTO DE DESPESA DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.435 de 16 de dezembro de 2015; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) no seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento Vigente.

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.		
08.02 -	Serviço de Transporte e Frota		
26.782.0047.2.112 -	Manutenção da Frota Municipal.		
300000.00.896 -	Despesas Correntes		
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.896 -	Aplicações Diretas		
339030.00.896 -	Material de Consumo	R\$ 1.500,00	

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Anulação Parcial de Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento Vigente.

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.		
08.02 -	Serviço de Transporte e Frota		
300000.00.896 -	Despesas Correntes		
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.896 -	Aplicações Diretas		
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 1.500,00	

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre/SC., 24 de outubro de 2016.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS

Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 25/10/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 10.050 DE 24 DE OUTUBRO DE 2016

DECRETO Nº 10.050 DE 24 DE OUTUBRO DE 2016

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÕES PARCIAIS DE ELEMENTOS DE DESPESA DA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.435 de 16 de dezembro de 2015; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito suplementar no valor de R\$ 30.033,25 (trinta mil, trinta e três reais, vinte e cinco centavos) no seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento Vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação.		
05.03 -	Serviço de Educação Infantil		
12.365.0011.2.047 -	Pessoal da Educação Infantil		
300000.00.139 -	Despesas Correntes		
310000.00.139 -	Pessoal e Encargos Sociais		
319000.00.139 -	Aplicações Diretas		

319113.00.139 -	Obrigações Patronais – Op. Intra-Orçamentárias.	R\$ 30.033,25
-----------------	-------------------------------------------------	---------------

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Anulações Parciais dos Elementos de Despesa da Dotação do Orçamento vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação.	
05.03 -	Serviço de Educação Infantil	
12.365.0011.2.047 -	Pessoal da Educação Infantil	
300000.00.141 -	Despesas Correntes	
310000.00.141 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.141 -	Aplicações Diretas	
319004.00.141 -	Contratação Por Tempo Determinado	R\$ 11.737,25
319013.00.139 -	Obrigações Patronais	R\$ 1.000,00
319013.00.141 -	Obrigações Patronais	R\$ 1.000,00
319094.00.139 -	Indenizações Restituições Trabalhistas	R\$ 15.000,00
319113.00.141 -	Obrigações Patronais – Op. Intra-Orçamentárias.	R\$1.296,00
	TOTAL	R\$ 30.033,25

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre/SC., 24 de outubro de 2016.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS
Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 25/10/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PREGÃO ELETRÔNICO 91/2016

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE - SC
AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 91/2016
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

A licitação tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição de materiais pedagógicos e acessórios para rede municipal de educação infantil de Campo Alegre - SC, conforme relação abaixo:

ITEM	QUANT.	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT. ESTIMADO (R\$)	VALOR TOTAL ESTIMADO (R\$)
01	50	Unidade	Colchão para Berço confeccionado com tecido plastificado em um dos lados com tratamento anti-ácaro e antialérgico. Medidas (cm): Altura x Largura x Profundidade: 10x60x130. Com espuma selada. Motivos infantis. Com 12 meses de garantia	110,00	5.500,00
02	200	Unidade	Travesseiro para bebê em percal com enchimento siliconado – 100% algodão, cor branco. Medidas: 35 x 10 x 27cm	30,00	6.000,00
03	150	Unidade	Travesseiro com enchimento 100% visco elástica, com malha canelada e capa fixa na cor branca ou palha, termo sensível, anti pressão, auto moldável. Medidas (cm): Altura x Largura x Profundidade: 50x7x70. Com garantia de 2 anos.	40,00	6.000,00
04	150	Unidade	Edredom de berço em malha 100% algodão, fio 30/1 penteado – manta 100% poliéster 120 gramas siliconada, anti-piling – medidas: 1,50m x 1,15m	100,00	15.000,00
05	30	Unidade	Engradado Organizador Dobrável em plástico super-resistente medindo 47x35x-23cm (aberto) com certificado do INMETRO	60,00	1.800,00
06	05	Unidade	Balanço avião. Projetado para dar total segurança. Cordas em plástico super-resistente, com 2 ganchos para fixação além de cinto de segurança. Com volante e chave para simular cockpit. Suporta 23Kg de peso. Medidas: Comprimento: 69cm, Largura: 33cm, Altura: 29cm. Idade sugerida: 6 meses a 3 anos, na cor Azul. Com certificação do INMETRO	210,00	1.050,00
07	10	Unidade	Anda Cavalinho fabricado em plástico rígido, funciona como gangorra. A criança se balança sentado no cavalinho. Comprimento: 0,81m – Largura: 0,28m - Altura: 0,48m. Idade sugerida: até 3 anos	200,00	2.000,00
08	30	Unidade	Triciclo (motoca) em material plástico, idade a partir de 2 anos, peso suportado pelo produto 20Kg, peso do produto: 1,8Kg. Largura: 43cm, Altura: 88cm, Profundidade: 90cm, com certificação do INMETRO.	105,00	3.150,00

09	20	Conjunto	Caixa Tátil conjunto confeccionado em borracha sintética EVA, medindo 25x25x1cm cada placa, contendo 6 placas que formam o cubo. Peso do produto: 400 gramas.	65,00	1.300,00
10	20	Conjunto	Pinos coloridos pedagógicos, também conhecidos como pinos de encaixe que desenvolvem a coordenação motora, viso - motora, cores e tamanhos. Faixa etária recomendada: À partir de 3 anos. Dimensões do produto: 17x17x6 cm. Peso aproximado do produto: 400g. Itens inclusos 21 peças. Composição / Material: Madeira. Com certificação do INMETRO	27,00	540,00
11	20	Conjunto	Figuras geométricas encaixável. Peças apresentadas em dois tamanhos e 4 cores. Faixa etária recomendada: À partir de 3 anos. Dimensões do produto: 44x32x1 cm. Peso aproximado do produto: 1500g. Itens inclusos 8 figuras geométricas. Composição/Material: Madeira. Com certificação do INMETRO.	55,00	1.100,00
12	10	Conjunto	Quebra-cabeça animais e seus filhotes com pinos, placa em madeira (MDF) com ilustrações coloridas. Os encaixes com pinos para facilitar o manuseio. Placa de cada quebra cabeça medindo 23x31cm. Conjunto com 10 peças. Faixa etária: a partir de 3 anos. Com certificação do INMETRO	205,00	2.050,00
13	10	Conjunto	Quebra-cabeça liso, placa de quebra cabeça em madeira (MDF) com ilustrações coloridas. Cada placa medindo 23x31cm. Conjunto com 10 peças. Faixa etária: a partir de 3 anos. Com certificação do INMETRO	155,00	1.550,00
14	10	Conjunto	Painel Casinha Calendário e estojo em madeira, Faixa etária recomendada: A partir de 5 anos. Dimensões do produto: 66x40x1cm. Peso aproximado do produto: 2500g. Com certificação do INMETRO	105,00	1.050,00
15	06	Unidade	Centopeia (túnel) 4 metros, em tecido/aramado medindo 0,50 de diâmetro x 4 metros de comprimento. Faixa etária: 03 anos. Com certificação do INMETRO.	350,00	2.100,00
16	30	Conjunto	Balde praia com pás e formas em plástico. Faixa etária recomendada: A partir de 1 ano. Dimensões do produto: 18x18x17 cm. Peso aproximado do produto: 300g. Itens inclusos: 1 balde, 1 pá, 1 rastelo e 3 moldes. Composição/Material: Plástico. Com certificação do INMETRO	30,00	900,00
17	40	Conjunto	Carrinho com rosinho de cachorro com peças geométricas coloridas. Tamanho 32x18x20	27,00	1.080,00
18	40	Unidade	Caminhão caçamba em plástico rígido. Medindo 24 cm de comprimento, 12 cm de Altura, 8 cm de Largura. Com certificação do INMETRO.	20,00	800,00
19	40	Unidade	Caminhão rosto de cachorro com telefone. Material em plástico/atóxico. Idade: 3 anos. Dimensões aproximadas (AxLxC) 18x19x29 cm. Peso aproximado: 0,503kg. Com certificação do INMETRO	35,00	1.400,00
20	40	Unidade	Boneca Bebê Negra Características: Boneca: Negra, Material Cabeça, Pernas E Braços: Vinil, Corpo Com Enchimento: Fibra, Olhos: Fixos, Atóxica, Idade Recomendada: Acima De 3 Anos. Dimensões Aproximadas Do Produto: 54 X 20,5 X 10 Cm. Peso Aproximado Do Produto: 1 Kg. Com certificação do INMETRO	25,00	1.000,00
21	40	Unidade	Boneca Bebê Branca Características: Boneca: Branca, Material Cabeça, Pernas E Braços: Vinil, Corpo Com Enchimento: Fibra, Olhos: Fixos, Atóxica, Idade Recomendada: Acima De 3 Anos. Dimensões Aproximadas Do Produto: 54 X 20,5 X 10 Cm. Peso Aproximado Do Produto: 1 Kg. Com certificação do INMETRO	25,00	1.000,00
22	20	Conjunto	Carriola em material polipropileno, idade: a partir de 1 ano, tamanho (LxAxP) 32x28x73 cm, contendo: 01 carriola grande, 01 pá e 01 rastelo, com aprovação do INMETRO	60,00	1.200,00
23	20	Conjunto	Brinqu e monte, peças em encaixe confeccionado em plástico, mínimo de 64 peças, com peças de 2 pinos medindo aproximadamente 2,7x2,9x2,9 cm, 4 pinos com 2,7x2,9x2,9cm, 6 pinos 2,7x2,9x4,4cm, 8 pinos 2,7x2,9x4,4cm. Idade: 4 anos. Com certificação do INMETRO	8,00	160,00
24	20	Pacote	Kit de encaixe em plástico, de 44 a 64 peças. Faixa etária recomendada: A partir de 3 anos. Dimensões do produto: 32x21x19 cm. Peso aproximado do produto: 760g. Composição/Material: Plástico. Embalagem: PVC.	220,00	4.400,00
25	10	Pacote	Alfabeto e Numeral móvel com 468 peças, em E.V.A com: 234 Consoantes, 90 Vogais, 144 números e sinais, medindo 5x5x0,8cm	45,00	450,00
26	250	Peça	Tatame em E.V.A com encaixe medindo 1metro x 1metro x 1cm	28,00	7.000,00
VALOR TOTAL ESTIMADO				R\$ 69.580,00	

Critério julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 0h do dia 25/10/2016 às 09h45min do dia 08/11/2016;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 10h do dia 08/11/2016 no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília – DF.

As despesas oriundas de eventuais contratações correrão por conta de dotações orçamentárias da Secretaria Municipal de Educação na seguinte classificação:

3.3.90.30.00.00

Material de Consumo

Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município (www.campoalegre.sc.gov.br), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelo endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br. Outras informações referentes ao edital, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre - SC, através do telefone (47) 3632-2266, Setor de Licitações, site: <http://www.campoalegre.sc.gov.br> e acessando o endereço: <http://www.portaldecompraspublicas.com.br> para dirimir as dúvidas referentes ao sistema operacional.

Campo Alegre – SC, 25 de outubro de 2016.

Lucilaine Mokfa Schwarz

Secretária Municipal de Administração

Campo Erê

PREFEITURA

PORTARIA 401/2016

PORTARIA N. 401, DE 20 DE JULHO DE 2016

Dispõe sobre a vacância do cargo público por aposentadoria e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 75, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e o Art. 34, inciso IV da Lei Complementar n. 11/2002 e ainda o Decreto n. 960, de 23 de maio de 2016;

RESOLVE

Art.1º. DECLARAR VAGO, POR APOSENTADORIA, o Cargo de Técnico em Controle Interno, ocupado por MILTON CARLOS DO NASCIMENTO, matrícula n. 00783-8, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com lotação no Gabinete de Planejamento e Gestão, a partir desta data, em função da concessão da aposentadoria ao servidor, pelo INSS, através do Processo Administrativo n. 168599699-7.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê/SC, 20 de julho de 2016.

Registre-se e Publique-se

RUDIMAR BORCIONI
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DÁRIO FERLIN
Supervisor de Equipe I – Atos Oficiais

PRORROGA PRAZO ABERTURA EDITAL N. 37/2016

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ERÊ

PRORROGA PRAZO DE ABERTURA DO:

PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 1856/2016

PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 37/2016

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ, Estado de Santa Catarina, representado pela sua Gestora Sra. DALCI M. B. APPIO, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que PRORROGADO O PRAZO PARA ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO do PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2016-FMS para o dia 31 de Outubro de 2016 às 08:00 horas. Justificativa: ausência de interessados. Os proponentes interessados deverão protocolar seus envelopes de Proposta de Preços e Habilitação junto ao PREGOEIRO OFICIAL DO MUNICÍPIO no Departamento de Licitações localizado no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua 1º de Maio, 736, em Campo Erê, Estado de Santa Catarina até a data e horário acima especificado. As demais condições do presente edital continuam inalteradas. Informações pelo site. www.campoere.sc.gov.br, ou e-mail: licitacao@campoere.sc.gov.br ou pelo fone: (49) 3655 3035. Campo Erê-SC, 24/10/2016. DALCI M. B. APPIO - Gestora do FMS.

Campos Novos

PREFEITURA

AVISO DE PP Nº 05/2016.

AVISO DE LICITAÇÃO
FUNDAÇÃO CULTURAL DE CAMPOS NOVOS.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2016.
PROCESSO LICITATÓRIO Nº04/2016.

O Município de Campos Novos através do Fundação Cultural de Campos Novos, torna público que fará realizar no dia 09 de Novembro de 2016 às 15:00 HORAS, na sala de reuniões da Prefeitura, PREGÃO PRESENCIAL tendo como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ORGANIZAÇÃO E REALIZAÇÃO DO 4º FLICAM- FESTIVAL LITARÁRIO E CULTURAL CAMPONOVENSE. CONFORME PROPOSTA PADRONIZADA. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua expedicionário João Batista de Almeida nº 323, no horário das 13h30min às 18h30 horas, diariamente.

Campos Novos, 25 de Outubro de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal.

AVISO DL 02/2016 - FHJA

Prefeitura Municipal de Campos Novos
Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio

Aviso de Dispensa de Licitação Nº 02/2016

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE SOLUÇÕES PARA SOROTERAPIA, PARA USO NA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO.

Valor: R\$ 9.069,60 (nove mil sessenta e nove reais e sessenta centavos).

Campos Novos 25 de outubro de 2016.
Leonardo Farias Santos
Diretor Administrativo

RG 02_16 AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE FUMREBOM**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 1/18

FUMREBOM DE CAMPOS NOVOS**Processo Nº.: 6/2016****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 4/2016****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 2/2016**

No dia 24 do mês de Outubro do ano de 2016, compareceram, de um lado a(o) FUMREBOM DE CAMPOS NOVOS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 20.202.916/0001-31, com sede administrativa localizada na RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323, bairro CENTRO, CEP nº. 89620-000, nesta cidade de Campos Novos/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). NELSON CRUZ, inscrito no CPF sob o nº. 445.587.329-53, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 4/2016, Processo Licitatório nº. 6/2016, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE PARA ALIMENTAÇÃO DAS GUARNIÇÕES DE SERVIÇO DO CORPO DE BOMBEIROS E LIMPEZA DO QUARTEL. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
6462	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD	8, 44, 58, 96
6463	CAPINZAL CENTER LTDA - ME	1, 2, 3, 6, 11, 12, 13, 14, 21, 22, 23, 24, 31, 32, 33, 35, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 52, 54, 55, 59, 62, 67, 68, 69, 70, 76, 79, 80, 82, 83, 86, 89, 91, 92, 93, 100
6522	FIGUEIREDO E KLAUS LTDA - EPP	17, 18, 20, 30, 56, 61, 66, 81, 84, 98
6368	L.A CN INFORMATICA LTDA ME	
6521	MERCADO MUNARI LTDA - ME	5, 9, 10, 16, 19, 28, 29, 53, 60, 63, 64, 65, 71, 72, 78, 97
6429	MERCADO SANANDUVA LTDA ME	15, 25, 26, 27, 51, 75, 95
6461	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	36, 57, 77
6481	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME	4, 7, 34, 73, 87, 88, 90, 94
6480	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA	74, 85, 99
6523	TEPEL COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA - ME	

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD	05.919.156/0001-94	LUIZ CARLOS DOS SANTOS	220.716.109-97
CAPINZAL CENTER LTDA - ME	07.383.088/0001-17	ENIO DELAZERI	453.533.100-63
FIGUEIREDO E KLAUS LTDA - EPP	76.279.223/0001-00	NORMA REGINA ANDONINI	999.489.409-97
L.A CN INFORMATICA LTDA ME	11.924.851/0001-47	ANGELO MATOS DA CAS	015.867.539-83
MERCADO MUNARI LTDA - ME	10.878.273/0001-97	ANTONIO CARLOS DA SILVA STEFANE	590.834.339-00
MERCADO SANANDUVA LTDA ME	03.005.106/0001-76	GILBERTO RIBEIRO	424.352.180-87
NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	07.814.016/0001-87	JONATHAN DE LIMA PINTO	081.227.589-67
OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME	11.499.653/0001-83	KLEBER LUIZ LIBANO	848.629.399-53
ROBERTO TESSARO & CIA LTDA	85.248.680/0001-10	FABIO ANDRE LORASCHICI	749.263.819-15
TEPEL COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA - ME	07.930.192/0001-84	IVALDINO ZANON	304.864.329-04

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE PARA ALIMENTAÇÃO DAS GUARNIÇÕES DE SERVIÇO DO CORPO DE BOMBEIROS E LIMPEZA DO QUARTEL.
Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUMREBOM DE CAMPOS NOVOS

Página: 2/18
 Processo Nº.: 6/2016
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 4/2016

Fornecedor: 6429 - MERCADO SANANDUVA LTDA ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
15	BANANA CATURRA DE PRIMEIRA QUALIDADE, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUE PERMITA SUPORTA MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO. COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO 12/78 DA CNIPA.	KG	SANANDUVA	600,000	2,9900	1.794,00
25	CARNE BOVINA MOÍDA MAGRA DE 1ª CONGELADA. ASPECTO PRÓPRIO, NÃO AMOLECIDA E NEM PEGAJOSA, COR PRÓPRIA SEM MANCHAS ESVERDEADAS, CHEIRO E SABOR PRÓPRIO, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS. DEVENDO CONTER NO MÁXIMO 10% DE GORDURA DEVE SER ISENTA DE CARTILAGENS E DE OSSOS E CONTER NO MÁXIMO DE 3% DE APONEVROSES, COM REGISTRO NO SIF OU SISP - EMBALAGEM 1KG.	KG	FRIBAZ	300,000	10,9900	3.297,00
26	CARNE BOVINA, DE COXÃO MOLE, CORTADO EM BIFES, RESFRIADA, DE PRIMEIRA QUALIDADE, SEM OSSO C/ 4% GORDURA E CARIMBO SIE, EM EMBALAGENS COM, NO MÁXIMO, 1 KG. EMBALADA EM PVC, TRANSPARENTE OU SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE E SEGUNDA EMBALAGEM DE PAPEL OU PAPELÃO, CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, MARCAS E CARIMBOS OFICIAIS, DE ACORDO COM AS PORTARIAS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, DIPOA, N.304, DE 22/04/96 E N.145 DE 22/04/98, DA RESOLUÇÃO DA ANVISA N. 105, DE 19/05/99.	KG	FILIPIN	700,000	20,4000	14.280,00
27	CARNE SUÍNA, CORTE TIPO CARRÊ, RESFRIADA, DE PRIMEIRA QUALIDADE, CORTADA UNITARIAMENTE E EMBALADA EM PVC TRANSPARENTE OU SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE, EM EMBALAGENS COM, NO MÁXIMO, 1 KG. CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, MARCAS E CARIMBOS OFICIAIS, DE ACORDO COM AS PORTARIAS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, DIPOA, N.304, DE 22/04/96 E N.145 DE 22/04/98, DA RESOLUÇÃO DA ANVISA N. 105, DE 19/05/99.	KG	FRIBAZ	400,000	9,9000	3.960,00
51	FILÉ AMERICANO, CERTIFICADO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA, 1ª QUALIDADE.	KG	FILIPIN	300,000	18,4500	5.535,00
75	PÃO DE FORMA FATIADO PRODUZIDO DE ACORDO COM AS BOAS PRÁTICAS DE MANIPULAÇÃO DE ALIMENTOS. SEM USO DE CONSERVANTES OU OUTROS ADITIVOS DE USO INDUSTRIAL. EMBALADOS EM PLÁSTICO ATÓXICO TRANSPARENTE E INCOLOR, ISENTO DE MOFO OU BOLORES, ODORES ESTRANHOS E SUBSTÂNCIAS NOCIVAS. A EMBALAGEM DEVERÁ DECLARAR O NOME DO FABRICANTE, ENDEREÇO E DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE, INGREDIENTE E/OU AS INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, CONTENDO DE 600 A 700G.	UN	MILA	400,000	4,9000	1.960,00
95	SOBRECOXA DE FRANGO DE PRIMEIRA QUALIDADE, EMBALADA EM PVC TRANSPARENTE OU SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE, EM EMBALAGENS COM, NO MÁXIMO, 1 KG, CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, MARCAS E CARIMBOS OFICIAIS, DE ACORDO COM AS PORTARIAS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, DIPOA, N.304, DE 22/04/96 E N.145 DE 22/04/98, DA RESOLUÇÃO DA ANVISA N. 105, DE 19/05/99.	KG	SEVA	300,000	7,9500	2.385,00

Fornecedor: 6461 - NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
36	DESINFETANTE: EMBALAGEM 05 LITROS: COMPOSIÇÃO: TENSOATIVO ANIÔNICO, UMECTANTE, PERFUME, ESPESSANTE E VEÍCULO. PRINCÍPIO ATIVO: CLORETO DIALQUIL DIMETIL AMÔNIO. EMBALAGEM TRANSLUCIDA, COM DATA DE FABRICAÇÃO IMPRESSA NA EMBALAGEM, ROTULO DE ALUMINIO, A MESMA CONTENDO INDICAÇÕES, RECOMENDAÇÕES, PRECAUÇÕES E CUIDADOS EM CASO DE ACIDENTES E MODO DE USAR, EMBALADAS EM CAIXAS DE PAPELÃO COM OS DADOS DO FABRICANTE. VALIDADE DO PRODUTO DEVERÁ SER SUPERIOR A 18 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA, FRAGRÂNCIAS A ESCOLHER. (APRESENTAR AFE- AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DA EMPRESA E REGISTROS/ANVISA. CFE DECRETO N. 79.094/77 E RDC 184/2001).	UN	CLASSLIMP	350,000	7,3000	2.555,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUMREBOM DE CAMPOS NOVOS

Página: 3/18
 Processo Nº.: 6/2016
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 4/2016

Fornecedor: 6461 - NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
57	LEITE LÍQUIDO INTEGRAL, HOMOGENEIZADO, SUBMETIDO AO PROCESSO DE ULTRA PASTEURIZAÇÃO, ESTERILIZADO (UHT), LONGA VIDA, CONTENDO MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LÍQUIDO, TER REGISTRO NO MA E/OU MS. EMBALAGENS: EMBALAGEM CARTONADA "LONGA VIDA" (TETRA PAK) DE 1 LITRO. PRIMARIA: U.H.T. (DO INGLÊS ULTRA HIGH TEMPERATURE), HERMETICAMENTE FECHADAS. SECUNDÁRIA: EMBALAGEM DE MERCADO QUE PRESERVE A INTEGRIDADE E QUALIDADE DO PRODUTO. A ROTULAGEM DEVE ATENDER A LEGISLAÇÃO VIGENTE. LEGISLAÇÃO: PORTARIA NO 368 DE 04/09/97 - MAA; PORTARIA NO 370 DE 04/09/97 - MAA; RESOLUÇÃO RDC NO 12 DE 02/01/98 - ANVISA/MS; RESOLUÇÃO RDC NO 360 DE 21/03/01 - ANVISA/MS; INSTRUÇÃO NORMATIVA NO 22 DE 24/11/05 - MAPA.	LTS	ITALAC	1.200,000	2,4000	2.880,00
77	PAPEL TOALHA INTERFOLHADO, DUAS DOBRAS, BRANCO, 100% CELULOSE, 23CMX20CM CADA. PACOTE COM 1.000 UNIDADES	FD	QUALILUX	20,000	6,4900	129,80
	PAPEL TOALHA INTERFOLHAS, FOLHA INTERCALADA 100% CELULOSE VIRGEM, EXTRA LUXO, VIRGEM, COR BRANCA ALTA ALVURA 100% DE FIBRAS NATURAIS SEM PIGMENTAÇÃO ORIUNDA DA UTILIZAÇÃO DE APARES DE MATERIAL IMPRESSO, COM ALTO PODER DE ABSORÇÃO, COM DISTRIBUIÇÃO HOMOGENEA DAS FIBRAS AO LONGO DO PAPEL, MACIO, MEDINDO 21 X 23 CM, COM GRAMATURA DE 28 A 30, EMBALAGEM DE PAPEL COM 1.000 FOLHAS ACONDICIONADAS COM 05 MACOS, SENDO NECESSARIO A VERIFICAÇÃO E TESTADOS NOS PADRÕES DA ANVISA.					

Fornecedor: 6462 - AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
8	ÁLCOOL LÍQUIDO, ETÍLICO HIDRATADO A 92,8 GRAU INPM, DE USO INSTITUCIONAL: EMBALAGEM PLÁSTICA DE 1 LITRO, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DA FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE. O PRODUTO DEVERÁ TER REGISTRO NO INMETRO CONFORME NBR 5991/1997.	UN	2610 FLOP'S	200,000	4,5000	900,00
44	ESPONJA ABRASIVA DUPLA FACE: UM DOS LADOS EM FIBRA SINTÉTICA ABRASIVA NA COR VERDE, OUTRO LADO EM ESPUMA DE POLIURETANO NA COR AMARELA, ANTI BACTÉRIAS, EM EMBALAGENS INDIVIDUAL TAMANHO MÍNIMO DE 110 X 74 X 23 MM.	UN	4009 BETANIN	210,000	0,4200	88,20
58	LIMPADOR/DESENGORDURANTE MULTIUSO, C/ PERFUME, EMBALAGEM COM APLICADOR SPRAY MODELO SCUISE, C/ 500ML. COM REGISTRO NA ANVISA.	UN	3730 PRATIK	80,000	2,8100	224,80
96	SUCO EM PÓ, SABORES (LARANJA, LIMÃO, ABACAXI, UVA, MORANGO E MARACUJÁ), JÁ ADOÇADO, RENDIMENTO DE 1 LITRO, PREPARADO SÓLIDO ARTIFICIAL PARA REFRESCO DE DIVERSOS SABORES. DEVEM ESTAR ISENTOS DE MATÉRIA TERROSA, PARASITAS, FUNGOS INSETOS, BEM COMO LIVRES DE UMIDADE. EMBALAGEM: EMBALAGEM DE POLIETILENO ATÓXICO, RESISTENTES, COM PESO LÍQUIDO DE 30 OU 35 GRAMAS, COM RENDIMENTO DE 1 LITRO. LEGISLAÇÃO: RESOLUÇÃO - RDC NO 39, DE 21 DE MARÇO DE 2001.	UN	ITAGUARY	700,000	0,4100	287,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUMREBOM DE CAMPOS NOVOS

Página: 4/18
 Processo Nº.: 6/2016
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 4/2016

Fornecedor: 6463 - CAPINZAL CENTER LTDA - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	ACHOCOLATADO EM PÓ OBTIDO PELA MISTURA DE: CACAU EM PÓ SOLÚVEL, AÇÚCAR REFINADO, EXTRATO DE MALTE E/OU MALTODEXTRINA, PODENDO CONTER SAL, LEITE EM PÓ E/OU SORO DE LEITE, VITAMINAS E MINERAIS, ALÉM DE OUTRAS SUBSTÂNCIAS ALIMENTÍCIAS APROVADAS QUE CARACTERIZEM O PRODUTO, AS QUAIS DEVEM SER MENCIONADAS. O PRODUTO DEVERÁ ESTAR ISENTO DE SOJA E DERIVADOS, EXCETO LECITINA DE SOJA, E DE FARINHAS E/OU ESPESANTES NA SUA FORMULAÇÃO. NÃO DEVERÁ CONTER CORANTES E CONSERVADORES. EMBALAGENS: PRIMÁRIA - RÍGIDA (LATA DE ALUMÍNIO), DE 400G. A EMBALAGEM PRIMÁRIA DO PRODUTO DEVERÁ SER LATA DE FOLHA DE FLANDRES MEMBRANIZADAS E GASEIFICADAS, VEDADAS HERMETICAMENTE OU POTES EM PLÁSTICO ATÓXICO, RESISTENTE, VEDADOS HERMETICAMENTE, COM CAPACIDADE PARA 400 (QUATROCENTOS) GRAMAS. ALÉM DA VEDAÇÃO HERMÉTICA, A EMBALAGEM PRIMÁRIA DEVERÁ POSSUIR SOBRE-TAMPA DE ENCAIXE NA BORDA DA LATA/POTE, DE POLIETILENO LINEAR DE MÉDIA DENSIDADE, NATURAL, ATÓXICO, INODORO, PRÓPRIO PARA ENTRAR EM CONTATO DIRETO COM O ALIMENTO. A SOBRETAMPA NÃO DEVERÁ APRESENTAR REBARBAS, SUJIDADES, MANCHAS OU FALHAS DE INJEÇÃO, E NÃO PODERÁ ESTAR DEFORMADA POR AÇÃO MECÂNICA DE FORMA QUE COMPROMETA A VEDAÇÃO ADEQUADA DA LATA/POTE. A EMBALAGEM SECUNDÁRIA DO PRODUTO DEVERÁ SER CAIXA DE PAPELÃO REFORÇADO, QUE RESISTA ÀS CONDIÇÕES ROTINEIRAS DE MANIPULAÇÃO, TRANSPORTE E ARMAZENAMENTO, COM AS ABAS SUPERIORES E INFERIORES LACRADAS COM FITA ADESIVA PLASTIFICADA, IDENTIFICADA COM O NOME DA EMPRESA, COM CAPACIDADE PARA 12 (DOZE) QUILOS. PARA O PESO LÍQUIDO DO PRODUTO, SERÃO OBSERVADOS OS CRITÉRIOS DE TOLERÂNCIA CONSTANTES NA PORTARIA DO INMETRO NO 74, DE 25/05/95. SERÁ CONSIDERADA IMPRÓPRIA E SERÁ RECUSADA, A EMBALAGEM DEFEITUOSA OU INADEQUADA, QUE EXPONHA O PRODUTO À CONTAMINAÇÃO E/OU DETERIORAÇÃO, OU QUE NÃO PERMITA O PERFEITO ARMAZENAMENTO DO MESMO. O PRODUTO DEVERÁ SER ROTULADO DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE (RESOLUÇÃO RDC N.º 259/02, ANVISA/MS, RESOLUÇÃO RDC N.º 360, DE 23/12/03, ANVISA/MS, PORTARIA N.º 31 DE 13/01/98, SVS/MS E LEI FEDERAL NO 8.078, DE 11/09/90 - CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR), LEGISLAÇÃO: DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE, EM ESPECIAL, A RESOLUÇÃO RDC NO 12, DE 02/01/01, ANVISA/MS, RESOLUÇÃO - RDC NO 175 DE 08/07/03, ANVISA/MS, RESOLUÇÃO NO 387 DE 05/08/99, ANVISA/MS, RESOLUÇÃO RDC NO 259/02, ANVISA/MS, RESOLUÇÃO RDC NO 360, DE 23/12/03, ANVISA/MS E RESOLUÇÃO 12/78 DA CNIPA.	UN	leo	200,000	2,9900	598,00
2	AÇÚCAR BRANCO REFINADO, DE PRIMEIRA, BRANCO, ESPECIAL PENEIRADO, ISENTO DE FERMENTAÇÕES, MATÉRIA TERROSAS, PARASITAS E DETRITOS ANIMAIS E VEGETAIS. EMBALAGENS: PRIMÁRIA - POLIETILENO OU POLIETILENO DE BAIXA DENSIDADE, ATÓXICA, ORIGINAL DO FABRICANTE, DE 1 KG; SECUNDÁRIA, CAIXA DE PAPELÃO OU TIPO FARDO. LEGISLAÇÃO: RESOLUÇÃO - RDC NO 271, DE 22 DE SETEMBRO DE 2005. OBS.: NÃO VALE PRAZO DE VALIDADE DA SAFRA E, SIM, O DO PRODUTO, A CONTAR DA DATA DE SUA FABRICAÇÃO.	KG	doceucar	400,000	2,9500	1.180,00
3	ADOÇANTE: LÍQUIDO SEM GLÚTEM, 80ML.	UN	marata	20,000	1,5500	31,00
6	ÁGUA MINERAL S/ GAS, APRESENTANDO PH A 25º ACIMA DE 7,0 EMBALAGEM DE 500 ML	UN	randon	360,000	0,7700	277,20
11	AMIDO DE MILHO: O PRODUTO DEVE ESTAR CONDICIONADO EM EMBALAGENS DE 1KG, COM DUAS CAMADAS DE PROTEÇÃO (CAIXA E PACOTE) INTACTAS, NÃO PODERÁ ESTAR ÚMIDO, FERMENTADO OU RANÇOSO. NÃO DEVERÁ CONTER GLÚTEM. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES APÓS A DATA DE ENTRGA DO PRODUTO.	UN	amafil	20,000	3,4900	69,80
12	ARROZ PARBONIZADO: CLASSE: LONGO FINO-TIPO 1. O PRODUTO NÃO DEVE APRESENTAR GRÃOS DISFORMES. EMBALAGEM INTACTA. ACONDICIONADA EM PACOTES DE 5KG. VALIDADE MÍNIMA 6 MESES APÓS A DATA DE ENTREGA DO PRODUTO.	UN	minutinho	80,000	12,9900	1.039,20
13	BACON DE PRIMEIRA QUALIDADE, COM FINA CAPA DE GORDURA, EM EMBALAGEM MÁXIMA DE 300G, DE PVC TRANSPARENTE OU SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE, CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, MARCAS E CARIMBOS OFICIAIS, DE ACORDO COM AS PORTARIAS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, DIPOA, N.304, DE 22/04/96 E N.145 DE 22/04/98, DA RESOLUÇÃO DA ANVISA N. 105, DE 19/05/99.	KG	pamplona	50,000	17,8000	890,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUMREBOM DE CAMPOS NOVOSPágina: 5/18
Processo Nº.: 6/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 4/2016**Fornecedor: 6463 - CAPINZAL CENTER LTDA - ME**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
14	BALDE PLÁSTICO PARA USO GERAL, DURÁVEL, REFORÇADO EM POLIPROPILENO, FUNDO E BORDA REFORÇADOS, COM ALÇA DE METAL OU PLÁSTICA, MATERIAL NÃO RECICLADO NA COR BRANCO CAPACIDADE MÍNIMA 13 LITROS.	UN	arqplast	36,000	4,7000	169,20
21	BISCOITO DOCE - TIPO SORTIDO. INGREDIENTES: FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, AÇÚCAR INVERTIDO, AÇÚCAR, AMIDO DE MILHO, GORDURA VEGETAL HIDROGENADA, BICARBONATO DE AMÔNIO, LECITINA DE SOJA, BICARBONATO DE SÓDIO, SAL, AROMA DE BAUNILHA. EMBALAGEM DE ATÉ 800 GR. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO 8 MESES. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO 30 DIAS.	UN	diana	400,000	4,8400	1.936,00
22	BISCOITO SALGADO, TIPO ÁGUA E SAL OU CREAM CRAKER, CROCANTE, AROMA E COLORAÇÃO CARACTERÍSTICOS. COMPOSIÇÃO OPCIONAL: FARINHA DE TRIGO, SAL REFINADO, GORDURA VEGETAL (LIVRE DE GORDURAS TRANS), AMIDO DE MILHO. COMPOSIÇÃO OPCIONAL: ADITIVOS PERMITIDOS, PELA LEGISLAÇÃO, EXCETO OS CORANTES ARTIFICIAIS, E OUTROS INGREDIENTES, DESDE QUE DECLARADOS NO RÓTULO. DEVERÁ SER ISENTA DE SOJA (EXTRATO, FARINHA DESENGORDURADA, PROTEÍNA CONCENTRADA, PROTEÍNA ISOLADA OU PROTEÍNA TEXTURIZADA DE SOJA). EMBALAGENS: EMBALAGEM PRIMÁRIA DE POLIETILENO, PODENDO SER METALIZADO, DE 340G; SECUNDÁRIA, EMBALAGEM DE MERCADO QUE PRESERVE A INTEGRIDADE E QUALIDADE DO PRODUTO. DEVERÁ CONTER IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE E PESO LÍQUIDO. A ROTULAGEM DEVE ATENDER A LEGISLAÇÃO VIGENTE. LEGISLAÇÃO: RESOLUÇÃO Nº 383 DE 05/08/99 - ANVISA/MS; RESOLUÇÃO Nº 23 DE 15/03/00 - ANVISA/MS; RESOLUÇÃO RDC Nº 12 DE 02/01/01 - ANVISA/MS; RESOLUÇÃO RDC Nº 259 DE 10/09/02 - ANVISA/MS; RESOLUÇÃO RDC Nº 344 DE 13/12/02 - ANVISA/MS; RESOLUÇÃO RDC Nº 175 DE 08/07/03 - ANVISA/MS; RESOLUÇÃO RDC Nº 360 DE 23/12/03 - ANVISA/MS; E RESOLUÇÃO RDC Nº 263 DE 22/09/05 - ANVISA/MS.	UN	diana	400,000	2,5200	1.008,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUMREBOM DE CAMPOS NOVOS

Página: 6/18
 Processo Nº.: 6/2016
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 4/2016

Fornecedor: 6463 - CAPINZAL CENTER LTDA - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
23	CAFÉ TORRADO E MOÍDO, TIPO TRADICIONAL OU DE MELHOR QUALIDADE, PROCEDENTE DE GRÃOS SÃOS, LIMPOS E ISENTOS DE IMPUREZAS, DE QUALIDADE TRADICIONAL (NOTA MÍNIMA 4,9), CONSTITUÍDO DE CAFÉ RÁBICA OU COMBINADO COM ROBUSTA/CONILLON, QUE ATENDA OS REQUISITOS DE QUALIDADE GLOBAL DA BEBIDA. APRESENTAR, POR OCASIÃO DO PREGÃO, LAUDOS TÉCNICOS COM VALIDADE DE NO MÁXIMO 60 DIAS, EM ORIGINAL OU FOTOCÓPIA AUTENTICADA, EMITIDO POR LABORATÓRIO QUE DEVERÁ ESTAR HABILITADO PELA ANVISA OU COM CREDENCIAMENTO JUNTO AO MAPA, COMPROVANDO OS PARÂMETROS CONSTANTES NA RDC NO 175 DE 08/07/2003, ANVISA, PORTARIA NO 157 DE 24/11/2002, INMETRO, RESOLUÇÃO - RDC NO 277, DE 22 DE SETEMBRO DE 2005, ANVISA, RDC NO 12 DE 02/01/2001, ANVISA, COMPROVAR AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: SENSORIAIS - ASPECTO, COR, ODO, SABOR; FÍSICO - QUÍMICAS - CAFEÍNA, UMIDADE E SUBSTÂNCIAS VOLÁTEIS A 150OC; MICROSCOPIA - IDENTIFICAÇÃO DA COMPOSIÇÃO DE ELEMENTOS HISTOLÓGICOS, MATERIA MACROSCÓPICA E MATERIA MICROSCÓPICA; MICROBIOLOGIA - COLIFORMES A 45OC. APRESENTAR, AINDA, LAUDO DE QUALIDADE GLOBAL DA BEBIDA, COM NOTA MÍNIMA DE 4,9. REGISTRADO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE E ATENDER A PORTARIA NO 451, DE 19 DE SETEMBRO DE 1997, DO MINISTÉRIO DA SAÚDE E A PORTARIA ANVISA NO 377, DE 26 DE ABRIL DE 1999. DESSA FORMA, DEVE OBEDECER À LEGISLAÇÃO VIGENTE SOBRE EMBALAGENS E ROTULAGEM (PORTARIA NO 42, DE 13 DE JANEIRO DE 1998, REGULAMENTO TÉCNICO PARA ROTULAGEM DE ALIMENTOS EMBALADOS E RESOLUÇÃO - RDC NO 360, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2003), PORTARIA MS NO 1.428, DE 26/11/93, ESTABELECE O REGULAMENTO TÉCNICO PARA INSPEÇÃO SANITÁRIA DE ALIMENTOS E O REGULAMENTO TÉCNICO PARA O ESTABELECIMENTO DE PADRÕES DE IDENTIDADE E QUALIDADE PARA PRODUTOS NA ÁREA DE ALIMENTOS, PORTARIA SVS/MS NO 451, DE 19 DE SETEMBRO DE 997, INSTITUI PRINCÍPIOS GERAIS PARA O ESTABELECIMENTO DE CRITÉRIOS E PADRÕES MICROBIOLÓGICOS PARA ALIMENTOS. EMBALAGENS: ALÉM DA EMBALAGEM A VÁCUO DE ALTO DESEMPENHO, METALIZADA, TIPO "TIJOLO" (PET/AL ***/ PE OU PET IMPRESSÃO / PET METALIZADO - ALTA BARREIRA / PE), DE 500G, FECHAMENTO HERMÉTICO E ACONDICIONADO OU NÃO EM CAIXA INDIVIDUAL DE PAPELÃO BEM VEDADA (CARTÃO), QUE POR SUA VEZ DEVERÁ ESTAR ACONDICIONADA EM CAIXA DE PAPELÃO, COM PRAZO DE VALIDADE IMPRESSO NAS EMBALAGENS (NA CAIXA DE PAPELÃO E NO PACOTE INDIVIDUAL). A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO, BEM COMO DEMAIS INFORMAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO EM VIGOR. LEGISLAÇÃO: ALÉM DAS SUPRACITADAS, A RESOLUÇÃO SAA - 28 DE 01 DE JUNHO DE 2007, RESOLUÇÃO SAA - 30 DE 22 DE JUNHO DE 2007, RESOLUÇÃO SAA - 31 DE 22 DE JUNHO DE 2007 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO, RESOLUÇÃO SAA - 19, DE 5 DE ABRIL DE 2010, INSTRUÇÃO NORMATIVA NO 16, DE 24 DE MAIO DE 2010.	UN	solus	400,000	7,9900	3.196,00
24	CALDO DE GALINHA, CONTENDO NO MÍNIMO 114 GRAMAS COM 12 CUBOS, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	CX	apti	60,000	1,7500	105,00
31	COPOS PLÁSTICOS DESCARTÁVEIS TRANSPARENTE DE 200 ML: PRIMEIRA LINHA, RESISTENTE A COMPRESSÃO LATERAL, TRANSPARENTE, EMBALADAS EM TIRAS COM 100 UNIDADES, CAIXA COM 25 TIRAS, PESANDO NO MÍNIMO, 200 G, ACONDICIONADAS EM CAIXA DE PAPELÃO, CONFORME NORMA NBR 14865/2012, PRODUZIDO EM POLIESTIRENO, ATÓXICO, HOMOGÊNEO, ISENTO DE MATERIAIS ESTRANHOS, BOLHAS, RACHADURAS, FUIROS, DEFORMAÇÕES E SUJEIRAS (INTERNAMENTE) BORDAS LISAS SEM REBARBAS, TEMPERATURA MÁXIMA PARA USO 100 C. O PRODUTO DEVERÁ TER REGISTRO NO INMETRO. COPOS PLÁSTICOS DESCARTÁVEIS TRANSPARENTE DE 300 ML: PRIMEIRA LINHA, RESISTENTE A COMPRESSÃO LATERAL, TRANSPARENTE, EMBALADAS EM TIRAS COM 100 UNIDADES, CAIXA COM 20 TIRAS, PESANDO NO MÍNIMO, 240 G, ACONDICIONADAS EM CAIXA DE PAPELÃO, CONFORME NORMA NBR 14865/2012, PRODUZIDO EM POLIESTIRENO, ATÓXICO, HOMOGÊNEO, ISENTO DE MATERIAIS ESTRANHOS, BOLHAS, RACHADURAS, FUIROS, DEFORMAÇÕES E SUJEIRAS (INTERNAMENTE) BORDAS LISAS SEM REBARBAS, TEMPERATURA MÁXIMA PARA USO 100 C. O PRODUTO DEVERÁ TER REGISTRO NO INMETRO.	CX	nosso copo	12,000	51,9000	622,80

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUMREBOM DE CAMPOS NOVOS

Página: 7/18
 Processo Nº.: 6/2016
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 4/2016

Fornecedor: 6463 - CAPINZAL CENTER LTDA - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
32	COPOS PLÁSTICOS DESCARTÁVEIS TRANSPARENTE DE 300 ML: PRIMEIRA LINHA, RESISTENTE A COMPRESSÃO LATERAL, TRANSPARENTE, EMBALADAS EM TIRAS COM 100 UNIDADES, CAIXA COM 20 TIRAS, PESANDO NO MÍNIMO, 240 G, ACONDICIONADAS EM CAIXA DE PAPELÃO, CONFORME NORMA NBR 14865/2012, PRODUZIDO EM POLIESTIRENO, ATÓXICO, HOMOGÊNEO, ISENTO DE MATERIAIS ESTRANHOS, BOLHAS, RACHADURAS, FUROS, DEFORMAÇÕES E SUJEIRAS (INTERNAMENTE) BORDAS LISAS SEM REBARBAS, TEMPERATURA MÁXIMA PARA USO 100 C. O PRODUTO DEVERÁ TER REGISTRO NO INMETRO.	CX	nosso copo	12,000	63,8000	765,60
33	CREME DE LEITE ESTERILIZADO, ACONDICIONADO EM LATA ROTULADA COM PAPEL IMPRESSO, CONTENDO 300GR., O PRODUTO DEVERÁ TER VALIDADE NÃO INFERIOR A 1 ANO, 1º QUALIDADE.	UN	italac	100,000	2,9900	299,00
35	DESINFETANTE EM PEDRA, COM SUPORTE PARA FIXAR NO VASO SANITÁRIO, COMPOSIÇÃO: PESO: 35G GRAMAS. AROMA: LAVANDA/PINHO/EUCALIPITO.	UN	sany	60,000	0,7600	45,60
37	DETERGENTE GLICERINADO NEUTRO, FRASCO COM 500 ML COM TAMPA PUSH POL, ASPECTO VISCOSO, COMPOSIÇÃO: TENSOATIVOS ANIÔNICOS, GLICERINA, COADJUVANTE, PRESERVANTE, SEQUESTRANTE, EPESANTES, CORANTES E VEÍCULOS. COMPONENTE ATIVO: LINEAR ALQUIBENZENO SULFANATO DE SÓDIO, CONTÉM TENSOATIVO BIODEGRADÁVEL. (AMOSTRA)	UN	naturatte	400,000	1,1900	476,00
38	DETERGENTE LIMPA-VIDROS DE 500 ML.COM AÇÃO ANTIESTÁTICA, A BASE DE ALCOOL COM APARELHO BORRIFADOR E SISTEMA DE ON E OFF, EMBALAGEM TRANSLÚCIDA, DE FÁCIL MANUZEIO.	UN	da ilha	60,000	4,8500	291,00
39	DOCE DE FRUTAS (DIVERSOS SABORES). EMBALAGEM EM POTES CONTENDO 900 G DO PRODUTO ACONDICIONADAS EM CAIXAS DE PAPELÃO. DEVENDO CONSTAR NA EMBALAGEM: DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL E INGREDIENTES. DATA DE FABRICAÇÃO: O PRODUTO DEVE TER SIDO FABRICADO NO MÁXIMO DE 30 DIAS ANTES DA DATA DE ENTREGA.	UN	difruti	80,000	5,3900	431,20
40	DOCE DE LEITE EM PASTA. INGREDIENTES: LEITE PASTEURIZADO E AÇÚCAR. O DOCE DE LEITE DEVERÁ SER FABRICADO COM MATÉRIAS-PRIMAS SÁS E LIMPAS, ISENTAS DE MATÉRIA TERROSA, PARASITOS, E EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO. NÃO SERÁ PERMITIDA A ADIÇÃO DE AMIDO. NÃO DEVE CONTER GLÚTEN. DEVE APRESENTAR SELO DO SIF. PODE CONTER OS ADITIVOS PERMITIDOS PELA LEGISLAÇÃO. NÃO PODE CONTER CORANTES ARTIFICIAIS. CARACTERÍSTICAS SENSORIAIS (ORGANOLÉPTICAS): CONSISTÊNCIA CREMOSA OU PASTOSA, SEM CRISTAIS PERCEPTÍVEIS SENSORIALMENTE; COR CASTANHO CARAMELADO PROVENIENTE DA REAÇÃO DE MAILLARD; SABOR E ODOR DOCE CARACTERÍSTICO, SEM SABORES E ODORES ESTRANHOS. EMBALAGEM: POTES DE POLIETILENO RESISTENTE COM TAMPA HERMETICAMENTE FECHADA COM LACRE DE PROTEÇÃO. EMBALAGEM CONTENDO 900 G DO PRODUTO. DATA DE FABRICAÇÃO: O PRODUTO DEVE TER SIDO FABRICADO NO MÁXIMO DE 30 DIAS ANTES DA DATA DE ENTREGA. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 08 MESES A PARTIR DA DATA DA ENTREGA.	UN	docito	100,000	6,9900	699,00
41	EMBALAGEM PLÁSTICAS PARA ALIMENTOS 05 KG PCTE C/100	UN	gioca	60,000	3,4900	209,40
42	ESCOVA PARA LAVAR ROUPA, BASE DE POLIPROPILENO, CERDAS MACIAS DE NYLON.	UN	dalcin	12,000	1,5700	18,84
43	ESCOVA PARA VASO SANITÁRIO COM CABO E SUPORTE DE PLÁSTICO E CERDAS SINTÉTICAS	UN	atacadão	10,000	3,1500	31,50
45	ESPONJA DE LÃ DE AÇO CARBONO:ABRASIVO, PARA LIMPEZA EM GERAL, EMBALAGEM EM PACOTE COM 08 UNIDADES, PESO LÍQUIDO NÃO INFERIOR A 60 GRAMAS, CONTENDO MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	PCT	reluz	50,000	0,8100	40,50
46	EXTRATO DE TOMATE, DE 1ª QUALIDADE, CONCENTRADO PURO (A BASE DE TOMATE, SAL E ADITIVOS PERMITIDOS PELA LEGISLAÇÃO VIGENTE), COR VERMELHO, CHEIRO E SABOR CARACTERÍSTICO, ISENTO DE PELES E SEMENTES. EMBALAGENS: EMBALAGEM CARTONADA "LONGA VIDA" (TETRA PAK), LATA OU SACHET DE 340G. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTE EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, NÚMERO DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO. LEGISLAÇÃO: RESOLUÇÃO - RDC NO 272, DE 22 DE SETEMBRO DE 2005.	UN	bonare	400,000	1,5100	604,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUMREBOM DE CAMPOS NOVOS

Página: 8/18
 Processo Nº.: 6/2016
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 4/2016

Fornecedor: 6463 - CAPINZAL CENTER LTDA - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
47	FARINHA DE MILHO AMARELA, PRODUTO OBTIDO PELA LIGEIRA TORRAÇÃO DO GRÃO DE MILHO, DESGERMINADO OU NÃO, PREVIAMENTE MACERADO SOCADO E PENEIRADO, DEVERÃO SER FABRICADAS A PARTIR DE MATÉRIAS PRIMAS Sãs E LIMPAS ISENTAS DE MATÉRIAS TERROSAS E PARASITOS. NÃO PODERÃO ESTAR UMIDAS OU RANÇOSAS, COM UMIDADE MÁXIMA DE 14%P/P, COM ACIDEZ MÁXIMA DE 2%P/P, COM NO MÍNIMO DE 6%P/P DE PROTEÍNA - EMB. 1KG.	KG	daju	200,000	1,8700	374,00
48	FARINHA DE TRIGO: SEM FERMENTO, EMBALADA EM SACOS LIMPOS, NÃO VIOLADOS, RESISTENTES. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, NÚMERO DE LOTE, QUANTIDADE DO PRODUTO. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE MÍNIMA DE 70 (SETENTA) DIAS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO 12/78 DA CNIPA. EMBALAGEM DE 1 KG	KG	gardenia	150,000	1,9200	288,00
49	FEIJÃO PRETO: TIPO 1 - DA ÚLTIMA SAFRA, OS GRÃOS DEVEM SER LIMPOS, ISENTOS DE MATÉRIAS TERROSAS, PARASITOS E DETRITOS ANIMAIS E VEGETAIS, EMBALAGEM 1KG, PACOTES PLÁSTICOS TRANSPARENTES. DEVERÁ CONSTAR NO RÓTULO REGISTRO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. VALIDADE MÍNIMA DE 3 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA	UN	boniella	120,000	5,8000	696,00
50	FERMENTO BIOLÓGICO, SECO, INSTANTÂNEO, PACOTE CONTENDO NO 100G, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E PRAZO DE VALIDADE, COM VENCIMENTO DE NO MÍNIMO 6 MESES NA DATA DE ENTREGA.	UN	saf	60,000	3,4900	209,40
52	FOLHA PAPEL ALUMÍNIO 0,45CM X 7,5 MTS	UN	gioca	36,000	3,0500	109,80
54	GELATINA EM PÓ: GELATINA EM PÓ, AÇÚCAR E AROMATIZANTES, NOS SABORES ABAÇAXI, MORANGO, LIMÃO, UVA, FRAMBOESA, CEREJA, TUTTI FRUTTI, PÊSSEGO E MARACUJÁ. OPCIONAL - ADITIVOS PERMITIDOS PELA LEGISLAÇÃO, ASSIM COMO CORANTES NOS SABORES ESPECÍFICOS, E OUTROS INGREDIENTES QUE NÃO DESCARACTERIZEM O PRODUTO, QUE DEVERÃO SER DECLARADOS NO RÓTULO. DEVE SER EVITADA A UTILIZAÇÃO DO CORANTE ARTIFICIAL AMARELO TARTRAZINA (INS 102), VERMELHO BORDEAU. O PRODUTO DEVERÁ TER REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTÉRIO DA SAÚDE. EMBALAGEM: PRIMÁRIA: PACOTES DE POLIETILENO, ÍNTEGRO, RESISTENTE, VEDADO HERMETICAMENTE E LIMPO, DE 35G. SECUNDÁRIA: EMBALAGEM DE MERCADO QUE PRESERVE A INTEGRIDADE E QUALIDADE DO PRODUTO. A ROTULAGEM DEVE ATENDER A LEGISLAÇÃO VIGENTE. LEGISLAÇÃO: RESOLUÇÃO RDC Nº 388 DE 05/08/99 - ANVISA/MS; RESOLUÇÃO RDC Nº 23 DE 15/03/00 - ANVISA/MS; RESOLUÇÃO RDC Nº 12 DE 02/01/01 - ANVISA/MS; RESOLUÇÃO RDC Nº 175 DE 08/07/03 ANVISA/MS; RESOLUÇÃO RDC Nº 360 DE 23/12/03 ANVISA/MS.	UN	brinq	60,000	0,6900	41,40
55	GUARDANAPO DE PAPEL EXTRA BRANCO MACIO - 33CMX33CM, PACOTE COM 50 UNIDADES	PCT	topy	150,000	1,0000	150,00
59	LINGUIÇA MISTA TIPO TOSCANA - EMBALAGEM 5KG COM REGISTRO NO SIF OU SISP. COM ASPECTO CARACTERÍSTICO, COR PRÓPRIA SEM MANCHAS PARDACENTAS OU ESVERDEADAS, ODOR E SABOR PRÓPRIO, COM ADIÇÃO DE ÁGUA OU GELO NO MÁXIMO 3%.	KG	friprando	200,000	8,2500	1.650,00
62	MACARRÃO TIPO ESPAGUETE OU TALHARIM COM OVOS, DE 1ª QUALIDADE, ÍNTEGRO E HERMETICAMENTE VEDADO, NA PORÇÃO DE 80G APROXIMADAMENTE, DE 62G DE CARBOIDRATOS, 8,8G DE PROTEÍNAS E 0,8G DE LÍPIDIOS. INGREDIENTES: FARINHA DE TRIGO COMUM ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, SÊMOLA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, OVOS E CORANTES NATURAIS CÚRCUMA E URUCUM. CONTÉM GLUTEN. AS MASSAS AO SEREM POSTAS NA ÁGUA NÃO DEVEM TURVAR ANTES DA COZIDAÇÃO, NÃO PODEM ESTAR FERMENTADAS OU RANÇOSAS. DEVEM ESTAR ISENTA SUJIDADES, PARASITAS, ADMITINDO UMIDADE MÁXIMA 13%. EMBALAGENS: EMBALAGEM DE POLIETILENO TRANSPARENTE, ATOXICA DE 500G, DEVENDO CONTER A DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. LEGISLAÇÃO: RESOLUÇÃO - RDC NO 263, DE 22 DE SETEMBRO DE 2005 E RESOLUÇÃO RDC 12/01.	PCT	flor dee lis	400,000	1,3700	548,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUMREBOM DE CAMPOS NOVOS

Página: 9/18
 Processo Nº.: 6/2016
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 4/2016

Fornecedor: 6463 - CAPINZAL CENTER LTDA - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
67	MARGARINA CREMOSA COM SAL, DE PRIMEIRA QUALIDADE, COM NO MÍNIMO 80% DE LÍPIDIOS, ISENTA DE GORDURAS TRANS. A APRESENTAÇÃO, ASPECTO, CHEIRO, SABOR E COR PECULIARES AOS MESMOS E DEVERÃO ESTAR ISENTOS DE RANÇO E OUTRAS CARACTERÍSTICAS INDESEJÁVEIS. EMBALAGENS: POTES DE POLIPROPILENO ATÓXICO RESISTENTE, ORIGINAL DO FABRICANTE, APRESENTANDO VEDAÇÃO ADEQUADA, COM 500G. DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, NÚMERO DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. LEGISLAÇÃO: RESOLUÇÃO - RDC NO 270, DE 22 DE SETEMBRO DE 2005, RESOLUÇÃO - RDC NO 360, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2003.	UN	coamo fam	100,000	2,9500	295,00
68	MILHO VERDE/ERVILHA COZIDOS EM CONSERVA DE SALMORA (ÁGUA E SAL). A EMBALAGEM DO PRODUTO DEVE CONTER REGISTRO DA DATA DE FABRICAÇÃO, PESO E VALIDADE ESTAMPADA NO RÓTULO DA EMBALAGEM. EMBALAGENS DE 200G.	UN	goias	300,000	1,6900	507,00
69	ÓLEO DE SOJA REFINADO, DE PRIMEIRA QUALIDADE, 100% NATURAL; COMESTÍVEL; EXTRATO REFINADO, ACIDEZ MÁXIMA DE 0,6 MG KOH/G, ISENTO DE GORDURAS TRANS. EMBALAGENS: EMBALAGEM EM POLIETILENO TEREFALATO (PET), ORIGINAL DO FABRICANTE, DE 900ML. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, QUANTIDADE DO PRODUTO. LEGISLAÇÃO: RESOLUÇÃO - RDC NO 270, DE 22 DE SETEMBRO DE 2005.	UN	coamo	360,000	3,1900	1.148,40
70	OREGANO - DEVERÁ SER CONSTITUÍDO POR FOLHAS DE ESPÉCIMES VEGETAIS GENUÍNOS, SÃS, LIMPAS E SECAS, ASPECTO FOLHA OVALADA SECA, COR VERDE PARDACENTA, CHEIRO E SABOR PRÓPRIO. - EMBALAGEM 10G.	UN	incas	60,000	0,8000	48,00
76	PAPEL HIGIÊNICO: FOLHA DUPLA 30 METROS X 10 CM, SEM CHEIRO, MACIO E DE ALTA ALVURA, EXTRA BRANCO COMPOSIÇÃO: 100% FIBRAS CELULÓSICAS VIRGENS, GRAMATURA (VARIAÇÃO +- 5%) - TIPO DE FOLHA DE 14 G/M2 - ALVURA MÍNIMO 800 GE, (EXTRA BRANCO)PICOTADO E GOFRADO, PACOTE COM 4 UNIDADES, FARDO COM 64 ROLOS, EMBALADOS EM POLIETILENO IMPRESSO. (AMOSTRA)	FD	fofinho	18,000	47,4900	854,82
79	PILHA ALCALINA AA CARTELA COM 4	UN	relinx	36,000	3,5000	126,00
80	PILHAS AAA (PALITO), EMBALAGEM COM 04 UNIDADES.	EMBA	relinx	50,000	2,4200	121,00
82	PRESUNTO SUÍNO COZIDO FATIADO, RESFRIADO, DE PRIMEIRA QUALIDADE. EMBALAGEM DE 200 A 300G, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LÍQUIDO, DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO 12/78 DA CNIPA, COM REGISTRO NO MA OU MS.	KG	pamplona	300,000	4,2000	1.260,00
83	QUEIJO TIPO PRATO FATIADO, DE PRIMEIRA QUALIDADE, RESFRIADO, INTERFOLHADO, EMBALAGEM DE 200G A 300G, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LÍQUIDO, DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO 12/78 DA CNIPA, COM REGISTRO NO MA OU MS.	KG	sta barbar	300,000	4,2500	1.275,00
86	SABÃO EM PÓ: MULTIPLAÇÃO OU TRIPLAÇÃO, BIODEGRADÁVEL, CONTENDO TENSO ATIVOS, COADJUVANTES, SINERGISTAS, TAMPONANTES, BRANQUEADORES ÓPTICOS, CORANTES, ENZIMAS, ADENJADORES DE ESPUMA, ALQUILBENZENO SULFATO DE SÓDIO, ALVEJANTE, PERFUME E ÁGUA. EMBALADA EM CAIXA DE PAPEL, CONTENDO 01 KG, DEVERÁ CONTER AS PRECAUÇÕES, RECOMENDAÇÕES E INSTRUÇÕES DE USO, NOME DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE. (APRESENTAR AFE- AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DA EMPRESA E NOTIFICAÇÃO MS/ANVISA. CFE DECRETO N. 79.094/77 E RDC 184/2001).	KG	class	150,000	3,9900	598,50
89	SACO DE LIXO DE 100 LITROS: COR AZUL, REFORÇADO, PICOTADO DENTRO DAS NORMAS DA ABNT, MEDINDO 75 X 105 CM, COMPOSIÇÃO 98% POLIETILENO E 2% MASTERBACK, CADA ROLO COM 25 UNIDADES	PCT	star	150,000	5,2000	780,00
91	SAL FINO TEMPERADO EMBALAGEM DE 1 KG	KG	zizo	100,000	2,2000	220,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUMREBOM DE CAMPOS NOVOS

Página: 10/18
 Processo Nº.: 6/2016
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 4/2016

Fornecedor: 6463 - CAPINZAL CENTER LTDA - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
92	SAL REFINADO, IODADO OU IODETADO, PARA CONSUMO DOMÉSTICO, COM GRANULAÇÃO UNIFORME E COM CRISTAIS BRANCOS, ISENTO DE IMPUREZAS E UMIDADE, COM NO MÍNIMO 98,5% DE CLORETO DE SÓDIO E COM DOSAGEM DE SAIS IODO DE NO MÍNIMO 10 MG E NO MÁXIMO 15 MG DE IODO POR QUILO DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO FEDERAL ESPECIFICADA, ACONDICIONADO EM SACO PLÁSTICO, ÍNTEGRO, ATÓXICO, RESISTENTE, VEDADO HERMETICAMENTE E LIMPO. COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA OU MINISTÉRIO DA SAÚDE. EMBALAGENS: PLÁSTICO DE POLIETILENO, TRANSPARENTE ORIGINAL DO FABRICANTE, DE 1 KG. A EMBALAGEM DEVERA CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, NÚMERO DO LOTE DATA DE FABRICAÇÃO, QUANTIDADE DO PRODUTO, NÚMERO DE REGISTRO. LEGISLAÇÃO: RESOLUÇÃO - RDC NO 130, DE 26 DE MAIO DE 2003, DECRETO NO 75.697, DE 6 DE MAIO DE 1975, RESOLUÇÃO - RDC NO 28, DE 28 DE MARÇO DE 2000 E LEI NO 6.150, DE 3 DE DEZEMBRO DE 1974.	KG	zizo	100,000	0,9700	97,00
93	SALSICHA DE CARNE BOVINA / SUÍNA TIPO HOT-DOG COM NO MÁXIMO DE 2% DE AMIDO. COM ASPECTO CARACTERÍSTICO, COR PRÓPRIA SEM MANCHAS PARDACENTAS OU ESVERDEADAS, ODOR E SABOR PRÓPRIO, COM ADIÇÃO DE ÁGUA OU GELO NO MÁXIMO DE 10% . COM REGISTRO NO SIF OU SISP- EMBALAGEM DE 500G.	KG	nat	200,000	6,0000	1.200,00
100	VINAGRE DE ALCOOL, LÍQUIDO LÍMPIDO, COR, CHEIRO E SABOR PRÓPRIO, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS. EMBALAGEM: EMBALAGEM EM PVC (POLICLORETO DE VINILA) OU POLIETILENO TEREFTALADO (PET), ATÓXICO, COM 900ML.	UN	henin	100,000	1,2900	129,00

Fornecedor: 6480 - ROBERTO TESSARO & CIA LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
74	PANO MULTI USO SIMILAR OU IGUAL AO PERFLEX PCT C/5.	UN	NOBRE	150,000	1,7000	255,00
85	RODO EM ALUMÍNIO DE 45 CM BASE EM METAL E EVA, MATERIAL SEM REBARBAS, POLIDO DE ALTA RESISTÊNCIA, CABO EM ALUMÍNIO POLIDO NOS COMPRIMENTOS DE NO MÍNIMO 1,3CM, SUPORTE PARA FIXAÇÃO DO CABO COM PARAFUSO, LUVE E EFICIENTE NA SECAGEM DE FÁCIL SUBSTITUIÇÃO DO REFIL.	UN	BRALIMPIA	36,000	25,0000	900,00
99	VASSOURA DE NÁILON 350 MM COM CABO DE MADEIRA REVESTIDO EM PLÁSTICO MEDINDO APROXIMADAMENTE 1,20 METROS . COM CERDAS EM PET PLUMADAS COM APROXIMADAMENTE 115 MM DE COMPRIMENTO FIXADAS EM BASE DE POLIPROPILENO/POLIETILENO, COM APROXIMADAMENTE 80 TUÇOS PLUMADOS, COM APROXIMADAMENTE 20 CERDAS POR TUFO, FIXADAS COM GRAMPO DE AÇO NA BASE, COM ROSCA PLÁSTICA , MEDIDAS APROXIMADAS DA BASE INCLUINDO AS CERDAS: 350MMX60MMX115MM	UN	INCAVAS	50,000	5,0000	250,00

Fornecedor: 6481 - OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
4	AGUA MINERAL C/ GAS, APRESENTANDO PH A 25º ACIMA DE 7,0 EMBALAGEM DE 500 ML	UN	AQUA 10	360,000	0,9100	327,60
7	AGUA SANITÁRIA: EMBALAGEM 01 LITROS: COMPOSIÇÃO: HIPOCLORITO DE SÓDIO 10%, ESTABILIZANTE E VEÍCULO. PRINCÍPIO ATIVO: HIPOCLORITO DE SÓDIO. TEOR DE CLORO ATIVO 2 A 2,5%. EMBALAGEM EM MATERIAL QUE IMPEÇA A AÇÃO DE LUZ SOLAR, COM DATA DE FABRICAÇÃO IMPRESSA NA EMBALAGEM, A MESMA CONTENDO INDICAÇÕES, RECOMENDAÇÕES, PRECAUÇÕES E CUIDADOS EM CASO DE ACIDENTES E MODO DE USAR, EMBALADAS EM CAIXAS DE PAPELÃO COM OS DADOS DO FABRICANTE. VALIDADE DO PRODUTO NÃO DEVERA SER SUPERIOR A 5 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. CAIXA CONTENDO 12 (DOZE) UNIDADES. (APRESENTAR AFE- AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DA EMPRESA E REGISTRO MS/ANVISA. CFE DECRETO N. 79.094/77 E RDC 184/2001).	CX	ATIVO	14,000	18,5000	259,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUMREBOM DE CAMPOS NOVOS

Página: 11/18
 Processo Nº.: 6/2016
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 4/2016

Fornecedor: 6481 - OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
34	DESENGRAXANTE LIMPEZA PESADA: EMBALAGEM 05 LITROS: COMPOSIÇÃO: TENSOATIVO ANIÔNICO, NEUTRALIZANTE, ESPESSANTE, COADJUVANTES, CONSERVANTE, ESSÊNCIA, CORANTE E VEÍCULO, PRINCÍPIO ATIVO: ALQUIL BENZENO SULFONATO DE SÓDIO, EMBALAGEM TRANSLUCIDA, COM DATA DE FABRICAÇÃO IMPRESSA NA EMBALAGEM, ROTULO DE ALUMÍNIO, A MESMA CONTENDO INDICAÇÕES, RECOMENDAÇÕES, PRECAUÇÕES E CUIDADOS EM CASO DE ACIDENTES E MODO DE USAR, EMBALADAS EM CAIXAS DE PAPELÃO COM OS DADOS DO FABRICANTE. VALIDADE DO PRODUTO DEVERA SER SUPERIOR A 18 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. . (APRESENTAR AFE- AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DA EMPRESA E NOTIFICAÇÃO MS/ANVISA. CFE DECRETO N. 79.094/77 E RDC 184/2001).	UN	ATIVO	50,000	10,0000	500,00
73	PALITO DENTAL DE BAMBU CAIXA COM 100 UNIDADES	CX	BOMPACK	100,000	0,4500	45,00
87	SABONETE LIQUIDO PEROLADO ANTI-BACTERIANO: EMBALAGEM 05 LITROS, BASE PEROLIZADA; COMPOSIÇÃO: ACQUA, LAURETH-2, COCOAMIDOPROPYL BETAINE, SODIUM LAURETH SULFATE, CITRIC ACID, METHYLISOTHIAZOLINONE / METHYLCHLOROISO THIAZOLINONE, DISODIUM EDTA, COCAMIDE DEA, SODIUM CHLORIDE, GLYCERIN, PERFUM. EMBALAGEM TRANSLUCIDA, COM DATA DE FABRICAÇÃO IMPRESSA NA EMBALAGEM, ROTULO DE ALUMÍNIO, EMBALADAS EM CAIXAS DE PAPELÃO COM OS DADOS DO FABRICANTE. VALIDADE DO PRODUTO DEVERA SER SUPERIOR A 18 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA, FRAGRÂNCIAS A ESCOLHER. (APRESENTAR AFE- AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DA EMPRESA E NOTIFICAÇÃO MS/ANVISA. CFE DECRETO N. 79.094/77 E RDC 184/2001).	UN	PREMISSE	20,000	10,9000	218,00
88	SACO DE LIXO 30 LITROS: COR AZUL, REFORÇADO, PICOTADO DENTRO DAS NORMAS DA ABNT, MEDINDO 59 X 62 CM, COMPOSIÇÃO: 98% POLIETILENO E 2% MASTERBACH, CADA ROLO COM 50 UNIDADES.	PCT	BRUKLIN	150,000	4,9500	742,50
90	SACO PARA LIMPEZA SACO DE TECIDO : MEDIDAS EXTERNAS MINIMAS DE 60 DE LARGURA X 80 CM DE ALTURA. COMPOSIÇÃO: 100 % ALGODÃO, PARA LIMPEZA, LAVADO E ALVEJADO, COM DO PESO SUPERIOR A 220 GRAMAS, O MESMO DEVERA CONTER ETIQUETA DA FABRICA INFORMANDO A COMPOSIÇÃO DO TECIDO E METRAGEM.	UN	MARTINS	120,000	2,9000	348,00
94	SAPONÁCEO LÍQUIDO CREMOSO: CONTENDO 300 ML, COM TAMPA ABRE-FECHA, INDÚSTRIA BRASILEIRA, COMPOSIÇÃO: TENSOATIVO ANIÔNICO, ALCALINIZANTE, AGENTE ABRASIVO, AGENTE DE BRANQUEAMENTO E ESSÊNCIA. PRINCÍPIO ATIVO: ÁCIDO TRICLOROISOCIANÚRICO. A MESMA CONTENDO INDICAÇÕES, RECOMENDAÇÕES, PRECAUÇÕES E CUIDADOS EM CASO DE ACIDENTES E MODO DE USAR, QUE NÃO RISCA NO USO. EMBALADAS EM CAIXAS DE PAPELÃO COM OS DADOS DO FABRICANTE. VALIDADE DO PRODUTO DEVERA SER SUPERIOR A 18 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. . (APRESENTAR DO PRODUTO A AFE- AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DA EMPRESA E NOTIFICAÇÃO MS/ANVISA. CFE DECRETO N. 79.094/77 E RDC 184/2001).	UN	SANY	80,000	2,2000	176,00

Fornecedor: 6521 - MERCADO MUNARI LTDA - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
5	ÁGUA MINERAL NATURAL, ACONDICIONADA EM GALÃO DE 20 LITROS SEM GÁS, COM CERTIFICADOS DE AUTORIZAÇÕES DOS ÓRGÃOS COMPETENTES E COM VALIDADE PARA 12 (DOZE) MESES.	UN	BOREAL	360,000	9,9500	3.582,00
9	ALFACE, EM MAÇOS, APRESENTANDO GRAU DE MATURACÃO TAL QUE PERMITA SUPORTA MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO. COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO 12/78 DA CNNPA.	MÇ	CM	370,000	1,3900	514,30
10	ALHO DE PRIMEIRA QUALIDADE, BRANCO, EMBALAGEM DE 100 A 150 GRAMAS. APRESENTANDO GRAU DE MATURACÃO TAL QUE PERMITA SUPORTA MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO. COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO 12/78 DA CNNPA.	KG	CM	80,000	29,0000	2.320,00
16	BANHIA REFINADA DEVE SATISFAZER AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES: COR BRANCA, ODOR LEVEMENTE A TORRESMO, TEXTURA - PASTA HOMOGÊNEA OU LIGEIRAMENTE GRANULADA. UMIDADE E RESÍDUOS - 1% (UM POR CENTO) NO MÁXIMO, ACIDEZ NO ESTABELECIMENTO PRODUTOR - 3 ML (TRÊS MILILITROS) EM SOLUTO ALCALINO NORMAL (POR CENTO), NO MÁXIMO, RANÇO (KREIS) AUSÊNCIA.	KG	PAMPLONA	20,000	4,8400	96,80

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUMREBOM DE CAMPOS NOVOS

Página: 12/18
 Processo Nº.: 6/2016
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 4/2016

Fornecedor: 6521 - MERCADO MUNARI LTDA - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
19	BATATA PALHA-PACOTE DE 500GRAMAS-FINA, SEQUINHA E CROCANTE. PRODUTO OBTIDO A PARTIR DO PROCESSAMENTO DA BATATA DESCASCADA, RALADO TIPO PALHA, ÍNTEGRA E FRITA EM ÓLEO VEGETAL ISENTO DE ÁCIDOS GRAXOS TRANS, A BATATA DEVE SER OBTIDA, PROCESSADA, EMBALADA, ARMAZENADA E CONSERVADA EM CONDIÇÕES QUE NÃO PRODUZAM E/OU AGREGUEM SUBSTÂNCIAS FÍSICAS, QUÍMICAS OU BIOLÓGICAS QUE COLOQUEM EM RISCO A SAÚDE DO CONSUMIDOR. AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS. EMBALAGEM PRIMÁRIA: FILME COMPOSTO DE POLIETILENO, POLIÉSTER E ALUMÍNIO OU SIMILAR, HERMETICAMENTE FECHADO COM CAPACIDADE PARA 500 GRAMAS. EMBALAGEM SECUNDÁRIA: CAIXA DE PAPELÃO REFORÇADA, RESISTENTE ÀS CONDIÇÕES ROTINEIRAS DE MANIPULAÇÃO, TRANSPORTE E ARMAZENAMENTO, DEVIDAMENTE LACRADAS. O PRODUTO DEVE SER ISENTO DE CORANTES.	UN	AMAVITA	150,000	11.9800	1.797,00
28	CEBOLA DE PRIMEIRA, BRANCA, TAMANHO MÉDIO COM CASCA, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUE PERMITA SUPORTA MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO 12/78 DA CNMPA.	KG	CM	250,000	2,8000	700,00
29	CEBOLINHA VERDE PARA TEMPERO, EM MAÇO, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUE PERMITA SUPORTA MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO 12/78 DA CNMPA.	MÇ	CM	360,000	1,6900	608,40
53	FÓSFORO PALITO GRANDE CAIXA CONTENDO 240 UNIDADES	CX	GABOARDI	100,000	1,5400	154,00
60	LINGUIÇA SUINA TIPO CALABRESA. EMBALAGEM MÁXIMA DE 500G EM PVC, TRANSPARENTE OU SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE, CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, MARCAS E CARIMBOS OFICIAIS, DE ACORDO COM AS PORTARIAS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, DIPOA, N.304, DE 22/04/96 E N.145 DE 22/04/98, DA RESOLUÇÃO DA ANVISA N. 105, DE 19/05/99.	KG	FRIGOLASTE	80,000	16,0000	1.280,00
63	MAIONESE - INGREDIENTES: ÁGUA, ÓLEO VEGETAL, OVOS PASTEURIZADOS, AMIDO MODIFICADO, VINAGRE, AÇÚCAR, SAL, SUCO DE LIMÃO, ACIDULANTE ÁCIDO LÁCTICO, ESTABILIZANTE GOMA XANTANA, CONSERVADOR ÁCIDO SÓRBICO, SEQUESTRANTE EDTA CÁLCIO DISSÓDICO, CORANTE PÁPRICA, AROMATIZANTE E ANTIOXIDANTES ÁCIDO CÍTRICO, BHT E BHA. CONTEM ÔMEGA 3 E NÃO TEM GORDURAS TRANS E GLÚTEN. A EMBALAGEM DO PRODUTO DEVE CONTER REGISTRO DA DATA DE FABRICAÇÃO, PESO E VALIDADE ESTAMPADA NO RÓTULO DA EMBALAGEM.	UN	QUERO	150,000	1,8000	270,00
64	MAMÃO, TIPO FORMOSA, 1ª QUALIDADE, LIVRE DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS; TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES; DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDO E MADURO: COM POLPA FIRME E ÍNTEGRA; SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE. CONSUMO IMEDIATO E EM ESCALA, NO DECORRER DA SEMANA NO MÁXIMO 5 (CINCO) DIAS ANTES DO VENCIMENTO, DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO 12/78 DA CNMPA.	UN	CM	400,000	4,3500	1.740,00
65	MANDIOCA DESCASCADA COM COLORAÇÃO BRANCA SEM REQUÍOS DE RESÍDUOS DE MATÉRIA TERROSAS, PARASITAS E DETRITOS ANIMAIS E VEGETAIS. E EMBALADAS EM PACOTES TRANSPARENTES CONGELADAS EM PACOTES DE 1KG	PCT	CM	200,000	3,9700	794,00
71	OVOS DE GALINHA PRODUTOS SÃOS, LIMPOS E DE BOA QUALIDADE; NÃO SERÃO PERMITIDOS MANCHAS, RACHADURAS OU DEFEITOS NA CASCA. VALIDADE: MÍNIMA DE 30 DIAS NA DATA DE ENTREGA, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E INSPECIONADO PELO S.I.F., CNPJ E NOME DO PRODUTOR. EMBALAGEM: CARTELAS DO TIPO POLPA COM TAMPA, CONTENDO 12 UNIDADES.	DZ	ZANINI	220,000	5,4000	1.188,00
72	PÃES DE TRIGO E/OU DOCE, 50 G. LEGISLAÇÃO: RESOLUÇÃO - RDC NO 263, DE 22 DE SETEMBRO DE 2005.	KG	VETORI	400,000	9,4900	3.796,00
78	PEPINO: TIPO COMUM, CLASSIFICAÇÃO EXTRA A, TAMANHO E COLORAÇÃO: UNIFORMES, CONSUMO IMEDIATO E EM ESCALA, NO DECORRER DA SEMANA NO MÁXIMO 5 (CINCO) ANTES DO VENCIMENTO, CARACTERÍSTICAS: PRODUTO SELECIONADO CONSISTENTE AO TOQUE E ISENTO DE PARTES AMASSADAS, DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO 12/78 DA CNMPA.	KG	CM	150,000	2,6400	396,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUMREBOM DE CAMPOS NOVOS

Página: 13/18
 Processo Nº.: 6/2016
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 4/2016

Fornecedor: 6521 - MERCADO MUNARI LTDA - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
97	TEMPERO COMPLETO - INGREDIENTES: SAL, CEBOLA, ALHO, CEBOLINHA, SALSA, MANJERICÃO, REALÇADOR DE SABOR GLUTAMATO MONOSSÓDICO, AROMATIZANTE E CONSERVADOR METABISSULFITO DE SÓDIO. NÃO CONTÉM GLUTÊN. A EMBALAGEM DO PRODUTO DEVE CONTER REGISTRO DA DATA DE FABRICAÇÃO, PESO E VALIDADE ESTAMPADA NO RÓTULO DA EMBALAGEM. EMBALAGEM 300G.	UN	CHEIRO VERI	100,000	2,8900	289,00

Fornecedor: 6522 - FIGUEIREDO E KLAUS LTDA - EPP

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
17	BATATA DOCE LAVADA DO COLORAÇÃO ROXA EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO. COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO 12/78 DA CNNPA.	KG		120,000	3,3000	396,00
18	BATATA LAVADA DE PRIMEIRA, TIPO INGLESA, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUE PERMITA SUPORTA MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO. COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO 12/78 DA CNNPA.	KG		500,000	2,8000	1.400,00
20	BETERRABA, TIPO SEM FOLHAS, CLASSIFICAÇÃO EXTRA, TAMANHO E COLORAÇÃO: UNIFORMES, CONSUMO IMEDIATO E EM ESCALA, NO DECORRER DA SEMANA NO MÁXIMO 5 (CINCO) ANTES DO VENCIMENTO. CARACTERÍSTICAS: PRODUTO SELECIONADO CONSISTENTE AO TOQUE E ISENTO DE PARTES AMASSADAS OU BATIDAS, DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO 12/78 DA CNNPA.	KG		100,000	3,6000	360,00
30	CENOURA: SEM RACHADURAS, RAIZES NÃO APODRECIDAS, SEM EMISSÃO DE BROTO LATERAIS, NÃO DANIFICADAS NA COLHEITA, FRESCAS, TAMANHO MÉDIO, LIVRE DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS; TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES; DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDO E MADURO; COM POLPA FIRME E INTACTA; SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE. CONSUMO IMEDIATO E EM ESCALA, NO DECORRER DA SEMANA NO MÁXIMO 5 (CINCO) DIAS ANTES DO VENCIMENTO, DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO 12/78 DA CNNPA.	KG		200,000	2,9900	598,00
56	LARANJA PÉRA DE 1ª QUALIDADE, LIVRE DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS; TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES; DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDO E MADURO; COM POLPA FIRME E INTACTA; SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE. CONSUMO IMEDIATO E EM ESCALA, NO DECORRER DA SEMANA NO MÁXIMO 5 (CINCO) DIAS ANTES DO VENCIMENTO, DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO 12/78 DA CNNPA.	KG		400,000	2,1500	860,00
61	MAÇÃ NACIONAL GALA OU FUGI DE PRIMEIRA QUALIDADE, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUE PERMITA SUPORTA MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO. COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO 12/78 DA CNNPA.	KG		600,000	4,8000	2.880,00
66	MANGA DE 1ª QUALIDADE, LIVRE DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS; TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES; DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDO E MADURO; COM POLPA FIRME E INTACTA; SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE. CONSUMO IMEDIATO E EM ESCALA, NO DECORRER DA SEMANA NO MÁXIMO 5 (CINCO) DIAS ANTES DO VENCIMENTO, DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO 12/78 DA CNNPA.	KG		400,000	3,8500	1.540,00
81	PIMENTÃO VERDE LIVRE DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS; TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES; DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDO E MADURO; COM POLPA FIRME E INTACTA; SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE. CONSUMO IMEDIATO E EM ESCALA, NO DECORRER DA SEMANA NO MÁXIMO 5 (CINCO) DIAS ANTES DO VENCIMENTO, DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO 12/78 DA CNNPA.	KG		100,000	5,8000	580,00
84	REPOLHO FRESCO: QUE APRESENTA FOLHAS INTERNAS E EXTERNAS COMPACTAS, PESO MÍNIMO POR CABEÇA 2KG, LIVRE DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS; TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES; SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE. CONSUMO IMEDIATO E EM ESCALA, NO DECORRER DA SEMANA NO MÁXIMO 5 (CINCO) DIAS ANTES DO VENCIMENTO, DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO 12/78 DA CNNPA.	UN		500,000	2,2500	1.125,00
98	TOMATE EXTRA, TIPO SALADA LONGA VIDA DE PRIMEIRA, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUE PERMITA SUPORTA MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO. COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO 12/78 DA CNNPA.	KG		400,000	4,5000	1.800,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUMREBOM DE CAMPOS NOVOS**

Página: 14/18
Processo Nº.: 6/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 4/2016

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUMREBOM DE CAMPOS NOVOS

Página: 15/18
Processo Nº.: 6/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 4/2016

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUMREBOM DE CAMPOS NOVOS**

Página: 16/18
Processo Nº.: 6/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 4/2016

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais impréstáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUMREBOM DE CAMPOS NOVOS

Página: 17/18
Processo Nº.: 6/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 4/2016

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUMREBOM DE CAMPOS NOVOSPágina: 18/18
Processo Nº.: 6/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 4/2016

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3. será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Campos Novos, 24 de Outubro de 2016.

NELSON CRUZ
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD	CNPJ: 05.919.156/0001-94	_____
CAPINZAL CENTER LTDA - ME	CNPJ: 07.383.088/0001-17	_____
FIGUEIREDO E KLAUS LTDA - EPP	CNPJ: 76.279.223/0001-00	_____
LA CN INFORMATICA LTDA ME	CNPJ: 11.924.851/0001-47	_____
MERCADO MUNARI LTDA - ME	CNPJ: 10.878.273/0001-97	_____
MERCADO SANANDUVA LTDA ME	CNPJ: 03.005.106/0001-76	_____
NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	CNPJ: 07.814.016/0001-87	_____
OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME	CNPJ: 11.499.653/0001-83	_____
ROBERTO TESSARO & CIA LTDA	CNPJ: 85.248.680/0001-10	_____
TEPEL COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA - ME	CNPJ: 07.930.192/0001-84	_____

RG 23_16 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PRA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEVANTAMENTO E ATUALIZAÇÃO PATRIMONIAL**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 1/6

Processo Nº.: 94/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 43/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 23/2016

No dia 24 do mês de Outubro do ano de 2016, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.939.232/0001-74, com sede administrativa localizada na RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323, bairro CENTRO, CEP nº. 89620-000, nesta cidade de Campos Novos/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). NELSON CRUZ, inscrito no CPF sob o nº. 445.587.329-53, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 43/2016, Processo Licitatório nº. 94/2016, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEVANTAMENTO E ATUALIZAÇÃO PATRIMONIAL DOS BENS MÓVEIS E IMÓVEIS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
11554	A.S. INSTITUTO DE PLANEJAMENTO & SERVICOS LTDA - M	
11553	DIGITAL TECNOLOGIA E SERVICOS EIRELI - ME	1, 2, 3, 4
10996	NET JOB TECNOLOGIA LTDA-ME	
11555	OSAIDACON - CONSULTORIA CONTABIL E EMPRESARIAL - S	

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
A.S. INSTITUTO DE PLANEJAMENTO & SERVICOS LTDA - M	17.266.035/0001-70	JOCEMAR DE MOURA	057.062.789-38
DIGITAL TECNOLOGIA E SERVICOS EIRELI - ME	08.640.413/0001-42	WILKER BOEIRA DA ROSA	009.279.640-07
NET JOB TECNOLOGIA LTDA-ME	10.598.849/0001-62		- - -
OSAIDACON - CONSULTORIA CONTABIL E EMPRESARIAL - S	04.529.503/0001-00	DIANA SCHEUER DA SILVA	056.834.369-74

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEVANTAMENTO E ATUALIZAÇÃO PATRIMONIAL DOS BENS MÓVEIS E IMÓVEIS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL.
Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO GLOBAL, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 11553 - DIGITAL TECNOLOGIA E SERVICOS EIRELI - ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	LEVANTAMENTO PATRIMONIAL DOS BENS MÓVEIS E IMÓVEIS DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS - INCLUINDO TODAS AS SECRETARIAS CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA.	UN		1,000	42.253,0600	42.253,06
2	LEVANTAMENTO PATRIMONIAL DOS BENS MÓVEIS E IMÓVEIS DO SAMAE CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA.	UN		1,000	3.661,1842	3.661,18
3	LEVANTAMENTO PATRIMONIAL DOS BENS MÓVEIS E IMÓVEIS DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANASIO - CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA.	UN		1,000	6.911,4192	6.911,42
4	LEVANTAMENTO PATRIMONIAL DOS BENS MÓVEIS E IMÓVEIS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA.	UN		1,000	26.674,3421	26.674,34

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOSPágina: 2/6
Processo Nº.: 94/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 43/2016

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 3/6
Processo Nº.: 94/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 43/2016

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 4/6
Processo Nº.: 94/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 43/2016

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 5/6
Processo Nº.: 94/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 43/2016

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

- 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.
- 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
- 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.
- 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
- 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.
- 8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

- 9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

- 11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:
- 11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:
- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
 - b) cancelamento do preço registrado;
 - c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.
- 11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.
- 11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:
- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
 - b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.
- 11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:
- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
 - b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
 - c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
 - d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 6/6
Processo Nº.: 94/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 43/2016

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3, poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não manter a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Campos Novos, 24 de Outubro de 2016.

NELSON CRUZ
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

A.S. INSTITUTO DE PLANEJAMENTO & SERVICOS LTDA - M	CNPJ: 17.266.035/0001-70	_____
DIGITAL TECNOLOGIA E SERVICOS EIRELI - ME	CNPJ: 08.640.413/0001-42	_____
NET JOB TECNOLOGIA LTDA-ME	CNPJ: 10.598.849/0001-62	_____
OSAIDACON - CONSULTORIA CONTABIL E EMPRESARIAL - S	CNPJ: 04.529.503/0001-00	_____

CÂMARA MUNICIPAL**DECRETO Nº 08/2016**

DECRETO Nº 8/2016

DECRETA PONTO FACULTATIVO NA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPOS NOVOS/SC.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, no uso de suas atribuições legais e com fundamentos no art. 65, I, do Regimento Interno, e art. 58 da LOM

DECRETA:

Art. 1º. Fica decretado "Ponto Facultativo" o dia 28/10/2016 (sexta-feira), dedicado ao "Dia do Servidor Público", na sede da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos/SC.

Art. 2º. Esse Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Campos Novos - SC, em 24 de outubro de 2016.

José Tadeu Guzatti

Presidente da Mesa

Canelinha

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATOS Nº 223/2016, Nº 225/2016 A Nº 229/2016 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANELINHA

CONTRATO Nº 223/2016. TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO Nº 215/2016. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA. CONTRATADO: MANOEL SPERANDIO – ME. OBJETO: O objeto previsto na cláusula 2ª do Contrato Administrativo de Fornecimento de Materiais de Construção nº 215/2016 fica acrescido quantitativamente em 25% (vinte e cinco por cento). VALOR: R\$-5.447,10 (cinco mil quatrocentos e quarenta e sete reais e dez centavos). Canelinha (SC), 17 de outubro de 2016. SUELI GRIMM - SECRETÁRIA DE SAÚDE.

CONTRATO Nº 225/2016. TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS Nº 182/2016. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA. CONTRATADO: DOB COMUNICAÇÕES VISUAL LTDA. - ME. OBJETO: O objeto previsto na cláusula 2ª do Contrato Administrativo de Prestação de Serviços Gráficos nº 182/2016 fica acrescido quantitativamente em 25% (vinte e cinco por cento). VALOR: R\$3.601,00 (três mil seiscentos e um reais). Canelinha (SC), 18 de outubro de 2016. SUELI GRIMM - SECRETÁRIA DE SAÚDE.

CONTRATO Nº 226/2016. TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE fornecimento de medicamentos Nº 176/2016. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA. CONTRATADO: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA. OBJETO: O objeto previsto na cláusula 2ª do Contrato Administrativo de Fornecimento de Medicamentos nº 176/2016, especificamente o item nº 50 transcrito na ata da reunião de julgamento de proposta, que se refere ao medicamento isossorbida 20 mg, fica acrescido quantitativamente em 25% (vinte e cinco por cento). VALOR: de R\$23,34 (vinte e três reais e trinta e quatro centavos). Canelinha (SC), 20 de outubro de 2016. SUELI GRIMM - SECRETÁRIA DE SAÚDE.

CONTRATO Nº 227/2016. TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE fornecimento de medicamentos Nº 177/2016. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA. CONTRATADO: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. OBJETO: O objeto previsto na cláusula 2ª do Contrato Administrativo de Fornecimento de Medicamentos nº 177/2016, especificamente os itens nºs 17 e 26 transcritos na ata da reunião de julgamento de proposta, que se referem aos medicamentos clopidogrel 75 mg e cefalexina 500 mg, ficam acrescidos quantitativamente em 25% (vinte e cinco por cento). VALOR: R\$ 1.448,75 (um mil quatrocentos e quarenta e oito reais e setenta e cinco centavos). Canelinha (SC), 20 de outubro de 2016. SUELI GRIMM - SECRETÁRIA DE SAÚDE.

CONTRATO Nº 228/2016. TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE fornecimento de medicamentos Nº 178/2016. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA. CONTRATADO: DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. OBJETO: O objeto previsto na cláusula 2ª do Contrato Administrativo de Fornecimento de Medicamentos nº 178/2016, especificamente os itens nºs 4, 38, 52, 54 e 73 transcritos na ata da reunião de julgamento de proposta, que se referem aos medicamentos albendazol 40 mg/ml/10ml, enaptil 10 mg, levotiroxina

100 mg, levotiroxina 50 mg, levotiroxina 50 mg e sinvastatina 20 mg, ficam acrescidos quantitativamente em 25% (vinte e cinco por cento). VALOR: R\$ 448,00 (quatrocentos e quarenta e oito reais). Canelinha (SC), 20 de outubro de 2016. SUELI GRIMM - SECRETÁRIA DE SAÚDE.

CONTRATO Nº 229/2016. TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE fornecimento de medicamentos Nº 179/2016. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA. CONTRATADO: MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA. OBJETO: O objeto previsto na cláusula 2ª do Contrato Administrativo de Fornecimento de Medicamentos nº 179/2016, especificamente o item nº 13 transcrito na ata da reunião de julgamento de proposta, que se refere ao medicamento anlodipino bezilato 5 mg, fica acrescido quantitativamente em 25% (vinte e cinco por cento). VALOR: R\$15,84 (quinze reais e oito e quatro centavos). Canelinha (SC), 20 de outubro de 2016. SUELI GRIMM - SECRETÁRIA DE SAÚDE.

EXTRATO CONTRATOS Nº 224/2016 E 2º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO 002/2014 - PMC

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA.

CONTRATO Nº 224/2016. Termo aditivo nº 002 ao contrato Administrativo de Fornecimento de Gêneros Alimentícios Nº 27/2016. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA. CONTRATADO: COMERCIAL STONNI LTDA. ME. OBJETO: O objeto previsto na cláusula 2ª do Contrato de Fornecimento Administrativo de Gêneros Alimentícios nº 027/2016 fica acrescido quantitativamente em 25% (vinte e cinco por cento). VALOR: R\$ 37.502,67 (trinta e sete mil quinhentos e dois reais e sessenta e sete centavos). Canelinha (SC), 17 de outubro de 2016. ANTONIO DA SILVA - PREFEITO DO MUNICÍPIO.

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 002/2014, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CANELINHA E A APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS, TENDO COMO OBJETIVO PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DO REFERIDO CONVÊNIO. OBJETO: O presente termo aditivo tem por objetivo prorrogar o prazo de execução e vigência do Convênio 002/2014, previsto nas cláusulas décima segunda e décima terceira, por mais um período de 12 (doze) meses, a contar a partir de 01 de novembro de 2016. Canelinha (SC), 19 de outubro de 2016. ANTONIO DA SILVA - PREFEITO DO MUNICÍPIO.

EXTRATO ERRATA EDITAL 23/2016 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANELINHA

ERRATA

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 23/2016

PREGÃO PRESENCIAL 23/2016

Onde se lê: DATA DE ABERTURA: 08 de outubro de 2016, às 08:00 horas, leia-se: DATA DE ABERTURA: 08 de novembro de 2016, às 08:00 horas. As demais informações permanecem inalteradas. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cantório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site www.canelinha.sc.gov.br. Canelinha/SC, 24 de outubro de 2016. ANTÔNIO DA SILVA - Prefeito do Município.

Canoinhas

PREFEITURA

DECRETO Nº. 264/2016

DECRETO Nº. 264/2016

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO SUPERÁVIT FINANCEIRO"

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito de Canoinhas, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e de acordo com o Artigo 15 da Lei 5.749 de 17/12/2015 – LOA:

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento Geral da Prefeitura, para o exercício de 2016, no valor de R\$ 225,00 (duzentos e vinte e cinco reais), com a seguinte classificação institucional:

I) Órgão 03: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Unidade 03.01: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Função 28: Encargos Especiais

Subfunção 846: Outros Encargos Especiais

Programa 3: Modernização Administrativa

Proj/Ativ. 0.003 – Precatórios e Sentenças Judiciais

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 225,00

Recursos 30000 – Recursos ordinários – Superávit

Art. 2º. Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º deste Decreto, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o valor R\$ 225,00 (duzentos e vinte e cinco reais), por conta do superávit financeiro apurado por fonte de recurso, no exercício 2015, conforme anexo e tabela a seguir:

Tabela 1 – Quadro demonstrativo por fonte de recurso

30000	Recursos ordinários – Superávit	225,00
TOTAL		225,00

Fonte: SMAFO/2016

Art. 3º – As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º – Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 03 de outubro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 03/10/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 917/2016

PORTARIA Nº. 917/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 20 (vinte) dias de Férias à servidora DAMARIS APARECIDA DE CASSIA KRUL PIRES, efetiva no cargo de Farmacêutico, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2015/2016, a desfrutar no período de 13/10/2016 a 01/11/2016, conforme Requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 11 de outubro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

ANGELA CRISTINA DAMASO DA SILVEIRA

Secretária Municipal de Saúde

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 11/10/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 918/2016

PORTARIA Nº. 918/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município; resolve:

EXONERAR

Art. 1º - Fica exonerado FELIPE ALVES MACHADO, contratado na função de Professor de Matemática, MAG I, 10 horas semanais, 15% de regência, na EBM Dr. Aroldo Carneiro de Carvalho, junto à Secretaria Municipal de Educação, a partir de 13/10/2016, por motivo do retorno do titular, conforme Comunicação Interna nº 268/SME/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 13 de outubro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

HAMILTON WENDT

Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 13/10/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 919/2016

PORTARIA Nº. 919/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Complementar nº 038/2011, de acordo com a Lei nº 4.851/2011 de acordo com a Lei Municipal nº 5.528/2015; CONSIDERANDO; o Edital de Processo Seletivo nº 007/2015/SME; CONSIDERANDO; a existência de servidor em Licença Para Tratamento de Saúde;

CONSIDERANDO: que a educação é serviço público essencial, resolve:

CONTRATAR

Art. 1º - Fica contratada a profissional MARIA DE FÁTIMA CAMARGO PEREIRA, na função de Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, sem regência, para atuar na EBM Dr. Aroldo Carneiro de Carvalho e no GEM Frei Fabiano Gadzinski, no período de 17/10/2016 a 22/12/2016. Em conformidade com a Lei nº 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, parágrafo 1º, inciso II, na vaga vinculada da servidora Maylys Regina Simões Mendes, a qual está em Licença para Tratamento de Saúde, conforme Comunicação Interna nº 270/SME/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 13 de outubro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT

Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 13/10/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 920/2016

PORTARIA Nº. 920/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, art. 89 da Lei 2.305 de 03/07/1990, Lei Municipal 3.135 de 31/03/2000 e Lei Federal 8.213/1991, resolve:

DETERMINAR RETORNO ÀS ATIVIDADES FUNCIONAIS

Art. 1º - Fica determinado o Retorno às Atividades Funcionais da profissional GISLAINE LEITE SIEMS, efetiva no cargo de Servente, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 08/10/2016, conforme Comunicação Interna nº 495/DP/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 13 de outubro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 13/10/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 921/2016

PORTARIA Nº. 921/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, art. 87 da Lei 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde à servidora GISLAINE LEITE SIEMS, efetiva no cargo de Servente, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, no período de 08/10/2016 à 06/11/2016, conforme Comunicação Interna nº 496/DP/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 13 de outubro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 13/10/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 922/2016

PORTARIA Nº. 922/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município; resolve:

EXONERAR A PEDIDO

Art. 1º - Fica exonerado a pedido JOÃO MARIA MARTINS, efetivo no cargo de Balseiro, junto à Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, a partir de 13/10/2016, conforme Requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 13 de outubro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 13/10/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 923/2016

PORTARIA Nº. 923/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 106 da Lei nº. 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO

Art. 1º - Ficam concedidos 15 (quinze) dias de Licença Prêmio à servidora MARINES FERREIRA HOLLER, efetiva no cargo de Técnico em Enfermagem, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2010/2015, a desfrutar no período de 31/10/2016 a 14/11/2016, conforme Requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 13 de outubro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

ANGELA CRISTINA DAMASO DA SILVEIRA
Secretária Municipal de Saúde

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 13/10/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 924/2016

PORTARIA Nº 924/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e artigo 92 da Lei 2.305 de 03/07/90 e Lei nº. 4.398 de 24/03/2009; resolve:

PRORROGAR LICENÇA

Art. 1º - Fica concedida Prorrogação de Licença Gestação à CECILIA APARECIDA DA SILVA LUDKA (8117), efetiva no cargo de Professor, junto à Secretaria Municipal de Educação, cuja licença será gozada no período de 13/10/2016 a 11/12/2016, conforme Requerimento.

Art. 2º - Fica concedida Prorrogação de Licença Gestação à CECILIA APARECIDA DA SILVA LUDKA (13806), contratada na função de Professor de Matemática - ACT no período de 13/10/2016 a 11/12/2016, conforme Requerimento.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 13 de outubro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 13/10/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 925/2016

PORTARIA Nº. 925/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município; resolve:

RETIFICAR PORTARIA

Art. 1º - Fica retificado o artigo 2º da Portaria nº. 862/2016, passando a vigorar da seguinte forma:

"Art. 2º - Fica contratada a profissional ELIANE CARLA ENGEL, na função de Monitor de Educação Especial, Ensino Médio, 40 horas semanais, para atuar na EBM Severo de Andrade, no período de 19/09/2016 a 14/10/2016. Em conformidade com a Lei nº 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, parágrafo 1º, inciso II, na vaga vinculada da servidora Ana Rita Vieira de Lima Antocheski, a qual está em Licença Para Tratamento de Saúde, conforme Comunicação Interna nº 258/SME/2016."

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 14 de outubro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 14/10/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 926/2016

PORTARIA Nº. 926/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, bem como, da Lei nº 2.305 de 03/07/1990:

CONSIDERANDO, que a autoridade que tiver ciência de irregularidades no serviço público é obrigada a promover a sua imediata apuração, mediante a instauração de sindicância ou processo disciplinar, consoante disposição do artigo 163 da Lei Municipal 2.305/90; resolve:

INSTAURAR COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

Art. 1º - Nos termos dos artigos 163 e seguintes da lei 2.305 de 03/07/1990, fica instaurada COMISSÃO DE SINDICÂNCIA, composta pelos servidores públicos municipais designados pela Portaria nº 574/2016, de acordo com a Lei nº 5.556/2015 e 5.574/2015, sendo eles:

1. FABRICIO JOSNEI PEREIRA
2. IARA LÚCIA ARTNER LEANDRO LEITE
3. VANESSA LANGER

Art. 2º - A referida comissão deverá apurar os fatos descritos na

Comunicação Interna Nº527/SMAFO/2016.

Art. 3º - A Comissão nomeada pela presente Portaria, nos termos do art. 135, incisos I, II e III do supra mencionado dispositivo legal, deverá emitir parecer conclusivo no prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por igual período se as circunstâncias o exigirem.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 14 de outubro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 14/10/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 927/2016

PORTARIA Nº. 927/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 10 (dez) dias de Férias à servidora MARILEI KURCESZKI KUMINECK, efetiva no cargo de Técnico em Administração, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2014/2015, a desfrutar no período de 18/10/2016 a 27/10/2016, conforme Requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 17 de outubro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

ANGELA CRISTINA DAMASO DA SILVEIRA
Secretária Municipal de Saúde

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 17/10/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 928/2016

PORTARIA Nº. 928/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme Art. 13, inciso I da Lei Municipal nº. 2.305/1990, da Lei Municipal nº 2.307/1990, da Lei Municipal nº 4.245/2007, da Lei Municipal nº 4575/2010 e Lei Complementar nº. 034/2016, resolve:

NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 1º - Fica nomeada para exercer o cargo de Psicólogo, 40 horas semanais, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, a profissional KAREN ALINE DUBIEL DA SILVA BLASKIEVICZ, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no edital

001/2013, inscrita sob nº. 847, e convocada conforme Edital nº 034 de 19 de agosto de 2016, iniciando as suas atividades a partir de 18/10/2016, conforme Comunicação Interna nº 185/SEMAS/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 17 de outubro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 17/10/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 929/2016

PORTARIA Nº. 929/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município; resolve:

EXONERAR

Art. 1º - Fica exonerada LUCIANE SOARES WALTER, contratada no cargo de Pedagogo, junto à Secretaria Municipal de Educação, a partir de 17/10/2016, conforme Comunicação Interna nº 272/SME/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 17 de outubro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 17/10/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 930/2016

PORTARIA Nº. 930/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município; resolve:

EXONERAR A PEDIDO

Art. 1º - Fica exonerada a pedido DIRCÉLIA LEANDRO DOS SANTOS LIMA, comissionada no cargo de Diretor de Projetos Educacionais, junto à Secretaria Municipal de Educação, a partir de 17/10/2016, conforme Requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 17 de outubro de 2016.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 17/10/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 931/2016

PORTARIA Nº. 931/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, art. 89 da Lei 2.305 de 03/07/1990, resolve:

DETERMINAR RETORNO ÀS ATIVIDADES FUNCIONAIS

Art. 1º - Fica determinado o Retorno às Atividades Funcionais do profissional ALCIONE FERREIRA, efetivo no cargo de Servente, junto à Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, a partir de 10/10/2016, conforme Comunicação Interna nº 502/DP/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 17 de outubro de 2016.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 17/10/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 955/2016

PORTARIA Nº. 955/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

NOMEAR PARA EXERCER CARGO COMISSIONADO

Art. 1º - Fica nomeado EDUARDO CARVALHO DO PRADO para exercer o cargo de provimento em comissão de Diretor Escolar na EBM Alberto Wardenski, com gratificação de 40%, junto à Secretaria Municipal de Educação, a partir de 24/10/2016, conforme Comunicação Interna nº 273/SME/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 24 de outubro de 2016.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 24/10/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PUBLICAÇÃO DA ATA ABERTURA E JUGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS CONCORRÊNCIA PMC 18/2016

ATA DA REUNIÃO RELATIVA AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº PMC 169/2016, MODALIDADE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº PMC 18/2016, QUE TEM POR OBJETO REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO, COLOCAÇÃO E PINTURA DE UMA QUANTIDADE ESTIMADA DE 1.500 METROS LINEARES DE MURO PALITO, DESTINADOS AS DIVERSAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL. Aos 24 (vinte e quatro) dias, do mês de outubro do ano de 2016, às 09h15min, no edifício da Prefeitura do Município de Canoinhas, SC, situada na Rua Felipe Schmidt, nº 10, Centro, Canoinhas, reuniu-se a Comissão de Licitação, formada pelo Sr. Claudio Henrique Mathias, Sr. Cleison Tarcisio Fuck e Sra. Ieda Maria Dobroshinskei Alberti, nomeados pela Portaria nº 754/2016, sob a Presidência do primeiro, a fim de receber os invólucros de documentação e das propostas relativas ao certame conforme previsto no Edital correspondente. Abertos os trabalhos verificou-se a participação das empresas MARIA ECILDA GALLOTTI DE BORBA COELHO – ME, representada pelo Sr. Valdecir Gallotti Coelho, MENON ENGENHARIA LTDA - ME, representada pelo Sr. Elio Da Luz Vieira e SL CONSTRUTORA LTDA – EPP, PRK ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES sem representantes presentes. Primeiramente foram verificados todos os protocolos a fim de ser verificado o cumprimento do horário limite. Em seguida foram rubricadas as aberturas dos envelopes de propostas de preços de todas as participantes, os quais foram acondicionados em envelope maior, que foi lacrado e rubricado pela Comissão de Licitação e representantes presentes. Dando continuidade aos trabalhos foram abertos os envelopes contendo a documentação das empresas participantes a qual foi analisada e rubricada pela Comissão de Licitação e representantes presentes. Os CNPJ de todas as empresas participantes foram consultados no Portal da Transparência, onde foi constatado que nenhuma das empresas participantes consta como inidônea no referido Portal. As empresas MARIA ECILDA GALLOTTI DE BORBA COELHO – ME, PRK ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, MENON ENGENHARIA LTDA - ME e SL CONSTRUTORA LTDA – EPP participam da licitação na condição de ME/EPP. Dada a palavra aos participantes, todos declinaram de usa-la. A empresa MENON ENGENHARIA LTDA - ME apresentou a Certidão de Débitos Municipais vencida. O representante da empresa MENON ENGENHARIA LTDA - ME Sr. Elio Da Luz Vieira pediu o prazo legal de 05 dias úteis, conforme previsto na Lei 123/2005, para regularização das certidões vencidas, conforme disposto no - 1º do artigo 43 da Lei 123 (Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014)). Tendo em vista que as certidões vencidas fazem parte da regularidade fiscal a Comissão de Licitação concedeu a empresa MENON ENGENHARIA LTDA - ME o prazo de 05 dias úteis para apresentação das certidões negativas no Departamento de Licitações. A Comissão de licitação informou a licitante vencedora que a não-regularização da documentação, no prazo previsto no - 1º do artigo 43 da Lei 123, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação,

para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação. Em razão da documentação apresentada atender as exigências do Edital, a Comissão de Licitação declarou as empresas MARIA ECILDA GALLOTTI DE BORBA COELHO – ME, PRK ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, MENON ENGENHARIA LTDA - ME e SL CONSTRUTORA LTDA – EPP habilitadas no certame e nenhuma empresa participante foi inabilitada. As empresas assinaram o termo de renúncia referente fase de habilitação. A Comissão de Licitação decidiu proceder a abertura das propostas das empresas habilitadas no certame, quais sejam, MARIA ECILDA GALLOTTI DE BORBA COELHO – ME, PRK ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, MENON ENGENHARIA LTDA - ME e SL CONSTRUTORA LTDA – EPP. Primeiramente foi verificada a inviolabilidade das propostas, as quais estavam devidamente lacradas. Abertos os envelopes de propostas das empresas HABILITADAS, os valores ficaram assim distribuídos: em 1º a empresa SL CONSTRUTORA LTDA – EPP com o valor do metro linear de R\$ 300,17, em 2º a empresa MARIA ECILDA GALLOTTI DE BORBA COELHO – ME com o valor do metro linear de R\$ 329,91, em 3º a empresa PRK ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, com o valor do metro linear de R\$ 344,24 e em 4º a empresa MENON ENGENHARIA LTDA – ME, com o valor do metro linear de R\$ 345,19. A Comissão declarou vencedora da licitação a empresa SL CONSTRUTORA LTDA – EPP com o valor do metro linear de R\$ 300,17. A comissão de licitação abre o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da publicação desta, para interposição de possíveis recursos quanto ao julgamento das propostas. E, nada mais havendo a constar, foi lavrada a presente Ata, a qual depois de lida e achada conforme, vai assinada pela Comissão de Licitação e testemunhas abaixo.

Claudio Henrique Mathias
Presidente

Cleison Tarcisio Fuck
Secretário

Ieda Maria Dobroshinskei Alberti
Membro

MARIA ECILDA GALLOTTI DE BORBA COELHO – ME
Valdecir Gallotti Coelho

MENON ENGENHARIA LTDA – ME
Elio Da Luz Vieira

Capinzal

PREFEITURA

DECRETO Nº 131/2016

DECRETO No 131, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016.

Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 104.455,34 (cento e quatro mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais e trinta e sete centavos).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pelo art. 15 da Lei Municipal no 3.196, de 7 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Capinzal, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ R\$ 104.455,34 (cento e quatro mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais e trinta e sete centavos), para reforço das dotações orçamentárias, a seguir especificadas:

0501.12.361.0065.2032	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-056	Aplicações Diretas	1058	00	R\$	70.000,00
33900000-234	Aplicações Diretas	1022	00	R\$	323,15
0501.12.365.0060.2029	MANUTENÇÃO DAS CRECHES E PRÉESCOLAS	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-225	Aplicações Diretas	1022	54	R\$	14.132,22
0503.15.451.0115.2060	REVITALIZAÇÃO E MANUT ÁREA DE LAZ DR.A.F	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-123	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	20.000,00
	Total			R\$	104.455,37

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito aberto no artigo 1º deste Decreto é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso III, do - 1º, do art. 43, da Lei Federal no 4.320, de 17 de março de 1964, a anulação parcial do saldo das dotações orçamentárias vinculadas ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Capinzal, no valor de R\$ R\$ 104.455,34 (cento e quatro mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais e trinta e sete centavos), na forma do quadro a seguir.

0501.12.361.0065.2032	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	FTE	DR	R\$	0,00
31900000-052	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	70323,15
0501.12.365.0060.2029	MANUTENÇÃO DAS CRECHES E PRÉESCOLAS	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-079	Aplicações Diretas	1001	00	R\$	14.132,22
0503.15.451.0115.2060	REVITALIZAÇÃO E MANUT ÁREA DE LAZ DR.A.F	FTE	DR	R\$	0,00
44900000-124	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	20.000,00
	Total			R\$	104.455,37

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 10 de outubro de 2016

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO

Secretário Interino da Administração e Finanças

DECRETO Nº 133/2016

DECRETO No 133, DE 19 DE OUTUBRO DE 2016.

Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pelo art. 15 da Lei Municipal no 3.196, de 7 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Capinzal, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ R\$ 5.000,00 (cinco mil, reais), para reforço da dotação orçamentária, a seguir especificada:

0401.20.601.0045.2013	MANUTENÇÃO DE PATRULHAS MECANIZADAS	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-238	Aplicações Diretas	0300	00	R\$	5.000,00
	Total			R\$	5.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito aberto no art. 1º deste Decreto é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso I,

do - 1o, do art. 43, da Lei Federal no 4.320, de 17 de março de 1964, o Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Exercício de 2015, da Prefeitura Municipal de Capinzal, na fonte 0300 "Recursos Ordinários", no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), conforme quadro a seguir e demonstrativo em anexo.

Demonstrativo do Superávit Financeiro

IDENTIFICAÇÃO DAS FONTES	FTE	DR	R\$	0,00
Superávit Financeiro – Recursos Ordinários	0300	00	R\$	5.000,00
Total	0300	00	R\$	5.000,00

Art. 3o Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 19 de outubro de 2016
WILSON LUIZ FARIAS
Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO
Secretário Interino da Administração e Finanças

DECRETO Nº 134/2016

DECRETO No 134, DE 24 DE OUTUBRO DE 2016.

Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 78.858,38 (Setenta e oito mil, oitocentos e cinquenta e oito reais e trinta e oito centavos).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pelo art. 15 da Lei Municipal no 3.196, de 7 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1o Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Capinzal, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 78.858,38 (Setenta e oito mil, oitocentos e cinquenta e oito reais e trinta e oito centavos), para reforço da dotação orçamentária, a seguir especificada:

0701.17.512.0165.1141	ADEQUAÇÃO DO LABOR. REG. DO CISAM - M.O.	FTE	DR	R\$	0,00
44900000-175	Aplicações Diretas	00	00	R\$	78.858,38
	Total				78.858,38

Art. 2o Para dar cobertura ao crédito aberto no artigo 1o deste Decreto é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso III, do - 1o, do art. 43, da Lei Federal no 4.320, de 17 de março de 1964, a anulação parcial do saldo da dotação orçamentária vinculada ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Capinzal, no valor de R\$ 78.858,38 (Setenta e oito mil, oitocentos e cinquenta e oito reais e trinta e oito centavos), na forma do quadro a seguir.

0701.17.512.0165.1141	ADEQUAÇÃO DO LABOR. REG. DO CISAM - M.O.	FTE	DR	R\$	0,00
44900000-176	Aplicações Diretas	1024	54	R\$	78.858,38
	Total				78.858,38

Art. 3o Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 24 de Outubro de 2016
WILSON LUIZ FARIAS
Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO
Secretário da Administração e Finanças Interino

RESOLUÇÃO Nº 005.2016 - CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 005, de 11 de outubro de 2016.

Dispõe sobre o registro de entidades não governamentais, a inscrição de programas e serviços de atendimento à criança e ao adolescente de entidades governamentais e não governamentais junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Capinzal, e dá outras providências.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Capinzal – CMDCA, no uso de suas atribuições previstas pela Lei Federal 8069/1990, pela Lei Municipal 2427/2002 e suas alterações, pelo Regimento Interno aprovado através da Resolução CMDCA 004/2016 e do Decreto 091/2016, e em conformidade com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária, realizada em 11 de outubro de 2016;

CONSIDERANDO a necessidade de definir os procedimentos e os critérios para concessão do registro de entidades não governamentais e inscrição de serviços, programas e projetos de entidades governamentais e não governamentais de atendimento à criança e ao adolescente do município de Capinzal, em cumprimento aos artigos 90 e 91 do Estatuto da Criança e do Adolescente;

RESOLVE:

Art. 1º - Estabelecer, por meio da presente Resolução, os critérios e procedimentos para o registro e renovação de organizações não governamentais, bem como a inscrição e atualização de serviços e programas das organizações governamentais e não governamentais, obrigatoriamente, que atuam no município de Capinzal. O CMDCA de Capinzal entende como regimes de atendimento, o disposto no artigo 90 do Estatuto da Criança e do Adolescente e mais:

I- Orientação e Apoio Sociofamiliar;

II- Apoio socioeducativo em meio aberto;

III- Colocação familiar;

IV- Acolhimento institucional;

V- Prestação de serviço à comunidade;

VI- Liberdade assistida;

VII- Semiliberdade;

VIII- Internação;

IX- Programa de aprendizagem em formação técnico profissional (adolescente aprendiz);

X- Acolhimento para fins culturais, esportivos e profissionais;

XI- Demais programas ou ações que atendem diretamente criança e ou adolescente;

XII- Organizações, serviços e programas em conformidade com o art. 2º desta resolução;

- 1º Os Regimes de atendimento que trata os incisos IV, V, VI, VII, VIII e X que obterem registro e inscrição, serão acompanhados por meio de visitas institucionais realizadas por conselheiros do CMDCA e Conselho Tutelar.

- 2º As organizações que se enquadrarem nos incisos I a XI do caput tem obrigatoriedade de realizar registro e inscrição neste Conselho.

Art. 2º - É facultativo o registro de Organizações Não Governamentais e a inscrição de serviços e programas que desempenhem as seguintes atividades:

I- Estudos e pesquisas direcionadas à criança e adolescente;

II- Programas de assessoria e capacitação, assim como de garantia dos direitos da criança e do adolescente;

III- Recreativas, culturais e esportivas.

Art. 3º - As organizações governamentais, sejam elas secretarias, autarquias ou Fundações, não terão registro no CMDCA, devendo apenas efetuar inscrições de seus serviços e programas. Cada Organização poderá inscrever um ou mais serviços e/ou programas.

Art. 4º - O registro das Organizações Não Governamentais e inscrição dos serviços e programas das organizações governamentais e não governamentais, devem ser requeridos no CMDCA, mediante

entrega do requerimento e documentação específica, considerando os artigos 90 e 91, do ECA.

Art. 5º - As organizações de atendimento e defesa dos direitos da criança e do adolescente deverão atender ao que segue no disposto do artigo 91 do ECA.

Art. 6º - As organizações que executem ações descritas no art. 90 do ECA no município de Capinzal e que tiverem sede em outro município, poderão inscrever o programa ou serviço no CMDCA de Capinzal, desde que apresentem registro no município de origem.

Art. 7º - A Organização que solicitar seu registro, deverá obrigatoriamente solicitar a inscrição de pelo menos um serviço ou programa executado, sendo facultativa a inscrição de outros serviços ou programas. Dessa forma, terá o registro a organização, e inscrição o serviço e/ou programa que executa.

Art. 8º - A análise dos pedidos será feita pela Comissão de Normas do CMDCA, cujo parecer será lido e aprovado em sessão plenária, com o auxílio da Secretária Executiva, mediante a entrega de toda a documentação solicitada ao requerente. Após aprovação pela plenária, será emitido Certificado de Registro / Inscrição para a Organização.

- 1º O parecer aludido no caput somente será despachado à plenária caso toda a documentação requerida esteja correta. Salvo nos casos em que, na interpretação social do Estatuto da Criança e do Adolescente, em defesa do interesse maior da criança, sejam requeridas adequações as quais serão constatadas in loco, quando o regime de atendimento refira-se aos incisos IV, V, VI, VII e VIII do art. 1º desta resolução. As demais organizações poderão, ou não, receber visitas, a depender do interesse do Conselho, a qualquer tempo.

- 2º Poderá no caso descrito no - 1º, ser concedido Registro Provisório, de até um ano, desde que o parecer da Comissão de Normas seja favorável, bem como parecer positivo da Plenária.

CAPÍTULO I**DO REGISTRO DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS****Seção I**

Dos Documentos para Registro das Organizações Não Governamentais

Art. 9º - Para obtenção do registro deverão ser apresentadas os seguintes documentos:

I – Requerimento (anexo I), datado e assinado pelo representante legal, informando qual regime de atendimento executa conforme descritos no art. 1º desta resolução;

II- Cópia do Estatuto Social da Organização Não Governamental, com registro atualizado no cartório competente, que estabeleça, entre seus objetivos institucionais, o atendimento à criança e ao adolescente;

III – Cópia da ata de eleição e posse da atual diretoria;

IV – Cópia do cartão do CNPJ, em situação ativa e atualizada;

V - Alvará Sanitário ou o seu protocolo de solicitação de renovação, dentro do prazo de validade ou documento oficial que justifique a não apresentação deste;

VI – Projeto Político Pedagógico da Organização (obrigatório para as organizações descritas nos incisos IV, V, VI, VII, VIII e IX do artigo 1º da resolução – anexo IV);

- 1º O registro das organizações não governamentais poderá ser solicitado a qualquer tempo.

- 2º Tendo em vista que para ao solicitar o registro de organizações, deve-se obrigatoriamente inscrever um programa ou serviço conforme art. 7º desta Resolução, fica a organização com a

obrigatoriedade de apresentar anualmente relatório das ações, para fins de monitoramento e avaliação.

Seção II

Da Renovação de Registro

Art. 10 - O registro das Organizações não governamentais terá a validade máxima de 4 (quatro) anos, observando o disposto no - 2º do art. 91 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 11 - A renovação do registro deve ser solicitada no mínimo 90 (noventa) dias anterior a data do vencimento do registro atual, evitando assim que a organização fique sem registro junto ao CMDCA.

- 1º Entende-se por renovação o ato de apresentação de documentos para obtenção de nova validade para o registro, devendo ser feito no máximo quadrienalmente conforme deliberação do CMDCA, salvo exceções previstas no - 2º do art. 8º.

Art. 12 - A Comissão de Normas terá o prazo de 90 (noventa) dias para realizar a análise do pedido, após a entrega de toda documentação, devendo emitir novo certificado.

Art. 13 - A Organização que não solicitar a renovação de registro no prazo estabelecido ou que comunicar oficialmente que não está funcionando e executando suas ações, terá seu registro suspenso por seis meses, até que sejam cumpridas as exigências legais. Caso ultrapasse este período será encaminhado para cancelamento em reunião ordinária do CMDCA.

CAPÍTULO II

DA INSCRIÇÃO DE PROGRAMAS E SERVIÇOS

Seção I

Dos Documentos para Inscrição de Programas e Serviços

Art. 14 - Para obtenção de inscrição de serviços e programas deverão ser apresentados as seguintes documentações:

I – Requerimento, datado e assinado pelo representante legal, informando qual regime de atendimento executa descritos no art. 1º desta resolução (anexo I);

II – Alvará Sanitário ou o seu protocolo de solicitação de renovação, dentro do prazo de validade ou documento oficial que justifique a não apresentação deste, caso o local onde se realiza o serviço/ programa não seja na sede da organização;

III – Plano de ação dos próximos 12 meses (anexo II);

IV – Relatório das atividades realizadas nos últimos dois anos (Anexo III);

- 1º Em caso de inscrição de serviços e programas governamentais, deve ser apresentado os documentos que trata este caput, mais os que seguem:

I – Cópia do instrumento legal que comprove a criação do órgão público e, quando houver, do equipamento, ao qual o serviço ou programa é executado;

II – Decreto ou documento oficial de nomeação do representante legal do órgão público e do serviço ou programa executado.

- 2º A inscrição de serviços e programas poderá ser solicitado a qualquer tempo.

Art. 15 - As organizações governamentais e não governamentais, deverão obter certificação de inscrição para cada um dos regimes de atendimento que executa. O número do certificado da inscrição, estará vinculado ao número do registro, ficando estipulada a seguinte fórmula: xx/xx/xx – [(número do registro)/ (regime de atendimento)/ (unidade de atendimento e/ou serviço e/ou programa)].

Seção II

Da Atualização dos Serviços e Programas

Art. 16 - A cada 2 (dois) anos contados a partir de sua inscrição

deverá ser realizada a atualização dos serviços e programas pelo CMDCA, conforme orientação do - 3º do art. 90 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Parágrafo Único – para fins desta resolução entende-se por atualização o ato de apresentar os documentos e comprovação dos programas e serviços considerando o parágrafo do artigo citado no caput.

Art. 17 - Para atualização, os serviços e programas deverão apresentar ao CMDCA, em até 90 (noventa) dias anterior a data de vencimento do certificado anterior, os seguintes documentos:

I – Requerimento de atualização, declarando e informando se houveram e quais foram as alterações estatutárias, de diretoria, recursos humanos, endereço e demais informações pertinentes (Anexo I);

II – Plano de ação dos próximos doze meses;

III – Relatório das atividades dos últimos 2 (dois) anos;

IV – Atestado de Qualidade e Eficiência ou protocolo de solicitação, de acordo com o art. 90, - 3º, II, do ECA.

Parágrafo Único: a comissão terá 90 (noventa) dias para realizar a análise do pedido, após a entrega de toda documentação, devendo emitir novo certificado.

CAPÍTULO III

DA CASSAÇÃO

Art. 18 - A cassação do registro/ inscrição poderá ocorrer nas seguintes hipóteses:

I – Não observância dos critérios estabelecidos nesta resolução;

II – Mediante denúncia fundamentada de acordo com o art. 91, parágrafo único, do ECA;

III – Deixar de apresentar atestado de eficiência e qualidade que alude o artigo 90, - 3º, II do ECA, ou tiver parecer negativo neste.

Art. 19 – A cassação será efetivada, mediante o cumprimento dos seguintes procedimentos:

I – avaliação do fato ou denuncia pela Comissão de Normas;

II – recomendação de adequação;

III – advertência por escrito;

IV – avaliação a fim de averiguar se a recomendação foi atendida;

V – emissão de parecer pela cassação ou cancelamento, a ser submetido à plenária do CMDCA;

- 1º Os procedimentos relativos à cassação, assim como o estabelecimento dos respectivos prazos será deliberado pela plenária do CMDCA.

- 2º A cassação será comunicada ao Conselho Tutelar, à autoridade judiciária e ao Ministério Público, competentes.

CAPÍTULO IV

DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Art. 20 Para fins de monitorar e avaliar a concessão/renovação do Certificado de Registro e/ou Inscrição de Organizações Governamentais e Não Governamentais, bem como de seus serviços e/ou programas, ficam obrigadas as organizações a apresentar anualmente, a contar da data da certificação, relatório das atividades e aplicação dos recursos do FIA, quando estes forem repassados.

Art. 21 As Organizações Governamentais e Não Governamentais ficam sujeitas a fiscalização de suas atividades, conforme art. 95 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 22 – A Organização, Serviço ou Programa deverá encaminhar a qualquer tempo, alteração significativa em sua estrutura, natureza jurídica, finalidade de suas ações ou quaisquer alterações que vierem a ocorrer. Também deverá fazer pedido de atualização e ou

alteração no Plano de ação apresentado, com a devida justificativa. Cabe esta ressalva às organizações citadas no art. 2º desta Resolução, quando registradas no CMDCA.

Art. 23 – A Organização que solicitar registro e/ou inscrição de serviços e programas, deverá utilizar o setor de Protocolo da Prefeitura Municipal para entrega da documentação.

Art. 24 – O CMDCA poderá solicitar às organizações outros documentos para além daqueles descritos nesta Resolução, entendendo assim ser necessário.

Art. 25 - As organizações deverão, a qualquer tempo, e obrigatoriamente, comunicar por escrito os casos de extinção.

Art. 26 – Os recursos do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente (FIA) somente poderão ser destinados a organizações regularmente credenciadas, por registro e inscrição de seus programas e serviços junto ao CMDCA, nos moldes previstos nesta resolução.

Art. 27 – Os casos omissos, no tocante a esta resolução, serão analisadas pela Comissão de Normas e deliberada pela Plenária do CMDCA.

Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Capinzal, 11 de outubro de 2016.

Jorge Soldi

Presidente CMDCA

Anexo I

Requerimento

(Em papel timbrado da entidade)

Ilmo Senhor (a)

.....

Presidente Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Capinzal –SC

A Organização abaixo qualificada, em consonância com os artigos 90 e 91 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8069/1990), vem requerer:

() Registro de Organização Não Governamental () Renovação de Registro – 4 anos

() Inscrição de Serviços e/ou Programas () Atualização de inscrição – 2 anos

1. Identificação da Organização:

Nome da Entidade: _____

Endereço da Sede: _____

_____ CEP _____

Bairro: _____

_____ Cidade: _____

CNPJ _____ Data da inscrição do CNPJ: _____

E-mail da instituição: _____

_____ Telefone: _____

Entidade com Sede em outros municípios: () Sim () Não

Qual município? _____

2. Outros endereços onde são desenvolvidos programas/ serviços (se houver)

Nome do Programa/ Serviço: _____

Endereço: _____

_____ CEP: _____

Bairro: _____

Cidade: _____

E-mail/ Telefone: _____

3. Regime de atendimento executado:

() Orientação e apoio Sociofamiliar () Apoio socioeducativo em meio aberto

() Colocação em Família substituta () Acolhimento Institucional

() Prestação de Serviço a Comunidade () Liberdade Assistida

() Semiliberdade () Internação

() Programa de Aprendizagem em formação técnico-profissional (Adolescente Aprendiz)

() Acolhimento para fins culturais, esportivos e profissionais

() Atenção Especializada em Saúde da Criança e do Adolescente

() Demais Programas ou ações que atendem diretamente criança e adolescente

() Organizações, Serviços e Programas em conformidade com o artigo 2º desta resolução

4. Dados do Representante Legal

Nome: _____

_____ Data de nascimento: _____

RG: _____ CPF: _____

Endereço _____

_____ CEP _____

Bairro _____

_____ Cidade _____

Telefone _____ Celular _____

E-mail _____

Formação: _____

Período de mandato ____/____/____ a ____/____/____.

Observações _____

Termos em que, pede deferimento.

Capinzal – SC, ____/____/____.

Assinatura e Carimbo do Representante Legal da Organização/ Entidade

Anexo II

Modelo Plano de Ação (papel timbrado da entidade)

1. Identificação da Organização

Nome/ Razão Social:

Regime de Atendimento:

CNPJ:

Data da Criação:

Endereço Completo:

Cidade/UF:

Telefone:
E-mail:
Rede Social:

2. Identificação dos Responsáveis

Representante Legal

Nome:
Cargo desempenhado:
Data início mandato Data fim do mandato
RG: CPF:
Endereço completo:
Telefone:
E-mail:

Responsável Técnico

Nome:
Cargo desempenhado:
RG: CPF:
Endereço completo:
Telefone:
E-mail:

3. Apresentação

Descrever o conteúdo do plano, ou seja, do que se trata o trabalho realizado pelo serviço ou programa, sua relevância à sociedade; os parceiros para o desenvolvimento das atividades e da elaboração do mesmo. Também são apresentados os princípios que norteiam as ações, de forma que expressem os valores morais, culturais, políticos, etc.; as diretrizes das ações, as leis que fundamentam toda ação e o modelo de gestão adotado pela organização

4. Objetivos

- a. Objetivo geral: de maior amplitude, só será alcançado pela somatória das várias ações e atividades. Deve ser claro e consistente, expressando o impacto mais geral do projeto.
- b. Objetivos Específicos: são desdobramentos do objetivo geral, expressando o que se pretende alcançar com o serviço ou programa, através dele determinam-se recursos, as atividades e os resultados esperados.

5. Público alvo

A quem se destina o atendimento realizado.

6. Recursos humanos, materiais e financeiros:

Explicar todos os recursos que a entidade possui para desenvolver as ações. O quadro de profissionais que compõem a atividade, suas especialidades e funções; quem são os responsáveis diretos por cada ação; os materiais que compõem a organização para os eu funcionamento; e os recursos financeiros da organização (se são próprios ou não; qual é a fonte. Sugere-se utilizar tabelas).

7. Metodologia

Descrição das ações como acontece, frequência e dias/meses/datas de acontecimento, responsáveis, locais de acontecimento. Cronograma de execução anual, tabela de atividades com horários e responsáveis pela ação.

8. Monitoramento e avaliação

Descrever como se dará o acompanhamento contínuo do desenvolvimento das atividades e apresentar tipologia e a periodicidade da avaliação adotada pela organização, para identificar os avanços e dificuldades visando um possível aprimoramento.

ALTERAÇÕES: caso haja alterações no Plano de Ação, este deverá ser re-encaminhado ao Conselho, com as devidas alterações.

OBS: Deve vir assinado pelo responsável técnico (quem elaborou o Plano) bem como Representante legal da entidade (presidente/diretor).

Anexo III

Modelo Relatório de Atividades (papel timbrado da entidade)

1. Identificação da Organização

Nome/ Razão Social:
Regime de Atendimento:
CNPJ:
Data da Criação:

Endereço Completo:
Cidade/UF:
Telefone:
E-mail:
Rede Social:

2. Identificação dos Responsáveis

Representante Legal

Nome:
Cargo desempenhado:
Data início mandato Data fim do mandato
RG: CPF:
Endereço completo:
Telefone:
E-mail:

Responsável Técnico

Nome:
Cargo desempenhado:
RG: CPF:
Endereço completo:
Telefone:
E-mail:

O Relatório de atividade do ano anterior deverá ser apresentado pela Entidade, de forma descritiva, contendo os seguintes itens:

- Introdução/ justificativa: um pequeno texto que fale sobre o serviço/programa, data e início, importância na realidade social que atua. Breve relato da organização.
 - Objetivos: qual a realidade social onde atua e o que se pretende alcançar com o serviço/programa.
 - Quantificar e qualificar os atendimentos realizados: descrever as atividades que foram desenvolvidas no ano anterior, com descrição do quantitativo por oficina/ grupo e por faixa etária, bem como os resultados alcançados. Ex: 100 crianças e 15 adolescentes participaram da oficina de xxxx, sendo que houveram xxxx encontros. Ao final foram obtidos os seguintes resultados xxxx.
 - Recursos: quais recursos foram utilizados – financeiros, humanos e materiais – bem como parcerias.
 - Conclusão: qual o parecer da instituição e da equipe de trabalho referente a execução do serviço/ programa durante o período. Quais as dificuldades e avanços percebidos.
- O Relatório deve ser assinado pelo Responsável Técnico e Responsável Legal.

Anexo IV

Projeto Político Pedagógico (papel timbrado da entidade)

1. Identificação

Nome/ Razão Social:
Regime de Atendimento:
CNPJ:
Data da Criação:

Endereço Completo:
Cidade/UF:
Telefone:
E-mail:
Rede Social:

2. Identificação dos Responsáveis**Representante Legal**

Nome:

Cargo desempenhado:

Data início mandato Data fim do mandato

RG: CPF:

Endereço completo:

Telefone:

E-mail:

Responsável Técnico

Nome:

Cargo desempenhado:

RG: CPF:

Endereço completo:

Telefone:

E-mail:

3. Elementos para elaboração do Projeto Político Pedagógico:

a. Título: necessita dar ideia tanto da relevância quanto da abrangência do projeto.

b. Identificação – são os dados sobre o Serviço/Programa (nome oficial, CNPJ, endereço, telefone/fax, e-mail, identificação do representante legal e histórico contendo a missão institucional).

c. Apresentação: breve descritivo da história da instituição, missão, objetivo, experiência, quem é o público-alvo, o que se pretende fazer. Enfim, os resultados práticos. A missão é a mesma expressa no Estatuto da instituição. É interessante também, identificar o problema, como são executadas as ações e de que forma. E, através de um diagnóstico socioterritorial descrever o contexto socioeconômico da região e/ou do município onde está inserido o programa. Estas informações precisam ser descritas de forma breve e clara.

d. Justificativa: capriche na redação; ela deve dar uma panorâmica geral, é o resumo do projeto. Para facilitar a dinâmica da redação, segue abaixo uma sequência para a orientação do que deve constar no texto da justificativa:

i. Antecedentes – contextualizar os problemas sociais da área de atuação (cidade, bairro, comunidade), do local onde as ações planejadas justificam existir a instituição e onde o Projeto em questão será realizado.

ii. Situação atual – identificar o problema contextualizando um pouco seus efeitos, as necessidades do público-alvo e dizendo exatamente o quê e como será atacado.

iii. Situação final – resultado a ser alcançado – apresentar o cenário após a conclusão do projeto. O que vai conseguir com ele?

iv. Beneficiários – quem são os beneficiários diretos – o público-alvo:

com quem executo e como eles são atingidos pelos problemas descritos.

v. Parcerias – quem serão os parceiros do projeto e descreva o que cada um vai fazer.

vi. Duração – o tempo que o projeto vai levar – qual o tempo de duração das ações com início, meio e fim. A duração necessita ser descrita por período, são as etapas. Porém o projeto pode ter etapas que vão além das ações da instituição.

e) Objetivos: é a alma do Projeto. Esta parte necessita ser pensada de forma gerencial e definir quem vai executar as atividades do Projeto.

- Objetivos Gerais: tudo aquilo que com que o projeto vai contribuir. Ele pode contribuir para várias coisas, mas isto não quer dizer que ele é responsável por conseguir todas elas. O objetivo tem relação com a missão da instituição, aquela missão que está prevista no estatuto e que foi relatada no item da Apresentação. Ex.: "Contribuir para melhorar as relações intrafamiliares do adolescente em conflito com a lei".

- Objetivo Específico: o que o projeto se comprometeu a fazer para resolver ou melhorar a situação problema. A linguagem precisa passar uma ideia possível de ser quantificada. Ex.: "Acompanhar 30 adolescentes em cumprimento da medida socioeducativa de LA".

- Meta: É a quantificação e/ou a qualificação do objetivo específico, o que se quer alcançar, estabelece quando e quanto. Ex.: "Assegurar que 100% dos adolescentes concluem a medida socioeducativa de LA ou PSC".

f) Metodologia: é a descrição técnica de como o projeto será desenvolvido. Neste item, o como, pode e deve aparecer.

g) Cronograma de Atividades: são todas as atividades que serão desenvolvidas durante o desenvolvimento do projeto, não apenas em cima do objetivo específico.

h) Recursos Humanos: deve ser exposto através de uma tabela contendo Nome, Cargo e/ou Função, Escolaridade, Carga Horária, Vínculo Empregatício e Atribuições.

i) Recursos Físicos: detalhar a estrutura física, especificando sua finalidade de uso.

j) Cronograma Físico-Financeiro e Orçamentário

l) Monitoramento: acompanhamento periódico da gestão do programa; dotação orçamentária; recursos humanos; qualificação profissional; atividades individuais e em grupo, e das metas estabelecidas no Projeto Político-Pedagógico.

m) Avaliação: avaliação dos resultados e impacto social do Programa diante das metas estabelecidas. O responsável pelo projeto político-pedagógico é o diretor do programa/coordenador do serviço por unidade executora.

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE CAPINZAL

PORTARIA N º 61/2016/SIMAE-CAO

PORTARIA N º 061/2016/SIMAE-CAO, de 21 de outubro de 2016.

Concede licença-prêmio à Servidor que que especifica .

O DIRETOR GERAL DO SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, de Capinzal e Ouro/SC, no uso de suas atribuições de Lei,

RESOLVE:

Conceder licença-prêmio ao servidor Josimar Antônio Murer, ocupante do Cargo de Auxiliar de Operações, padrão 02.08, nível 01, ref. E, referente período aquisitivo de 02.06.2008 a 01.06.2013, com gozo nos meses de dezembro de 2016 e janeiro de 2017, com conversão de um terço do período em espécie no mês de novembro de 2016.

Esta portaria entra em vigor a partir desta data.

Registre-se e Publique-se.

SIDNEI PENZO

Diretor Geral

Catanduvas

PREFEITURA

DECRETO Nº 2.196 DE 18 DE OUTUBRO DE 2016

DECRETO nº 2.196 de 18 de outubro de 2016.

“INSTAURA SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA, DESIGNA COMISSÃO DE APURAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALBERTO BROLL, Prefeito em Exercício do Município de Catanduvas-SC, no uso das atribuições legais que lhe confere os incisos II e VIII do art. 103 da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, que o Ministério Público do Estado de Santa Catarina instaurou Inquérito Civil n. 06.2016.00007038-1 para apurar possíveis irregularidades na acumulação de cargos pelo Servidor Público Celso Julian;

CONSIDERANDO, que o servidor trabalha no município de Água Doce 20 (vinte) horas semanais e no município de Catanduvas 40 (quarenta) horas semanais;

CONSIDERANDO, que a necessidade de instauração de sindicância e pelo interesse da Administração Municipal em apurar os fatos, a sua veracidade e aplicar as penalidades cabíveis, adotando assim as medidas administrativas cabíveis.

DECRETA:

Art. 1º Fica instaurada SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA, para apurar os fatos, bem como os responsáveis pelos atos acima descritos.

Art. 2º Fica designada a Comissão Permanente de Inquérito e Processo Administrativo Disciplinar (CPIPAD), devidamente nomeada pelo Decreto Municipal nº 1.904, publicado em 4 de julho de 2013, com as alterações operadas pelo Decreto nº 1.983, publicado em 12 de maio de 2014, ainda com novas alterações operadas pelo Decreto nº 2.150, de 07 de abril de 2016, para conduzir os trabalhos.

Art. 3º Para a realização dos trabalhos, deverá a Comissão acima nomeada utilizar-se de documentos existentes e o mais que entenderem necessárias.

Art. 4º A Comissão terá um prazo de dez (10) dias da publicação do presente Decreto, para iniciar os trabalhos, e o prazo de sessenta (60) dias para a sua conclusão, devendo apresentar relatório do apurado.

Art. 5º Pela participação na Comissão, os membros não serão remunerados, mas considerado serviço de relevância para o Município.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas-SC, 18 de outubro de 2016.

ALBERTO BROLL Alessandra Wanessa Colla
Prefeito em Exercício Secretária de Educação

Registrado e Publicado nesta data.

LEI COMPLEMENTAR Nº 134/2016, DE 20 DE OUTUBRO DE 2016

LEI COMPLEMENTAR Nº 134, DE 20 DE OUTUBRO DE 2016.

“ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 130, DE 23 DE AGOSTO DE 2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALBERTO BROLL, Prefeito em exercício do Município de Catanduvas/SC, no uso das atribuições legais que lhe confere, faz saber a todos os habitantes do município, que o Legislativo Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica alterado o artigo 1º da LC nº 130/2016, onde trata do cargo de nutricionista 40 horas semanais, que passa a vigorar com a seguinte redação:

IDENTIFICAÇÃO DO CARGO	ATRIBUIÇÕES	PADRÃO/ NÍVEL/	REFERÊNCIA	VENCIMENTO	VAGAS
NUTRICIONISTA 40 horas semanais	Sua função é garantir a alimentação equilibrada e o aporte de nutrientes necessários ao bom estado nutricional. A nutrição tem papel fundamental na evolução clínica e a recuperação do paciente, podendo reduzir complicações e o tempo de internação. Além disso, a nutricionista responsável pela produção das refeições cuida do cardápio das dietas especiais visando uma qualidade de vida melhor para os pacientes.	CE – 71 a 75	A-F	R\$ 1.732,37	01

Art. 2º Fica alterado o artigo 4º da LC nº 130/2016, que dispõe sobre o Anexo III da LC nº 66/2010, que trata da tabela de vencimentos dos cargos, a qual passa a vigorar com a seguinte redação, preservadas as demais já existentes:

Anexo III da Lei Complementar nº 66 de junho de 2010:

NÍVEL	REFERÊNCIAS						CARGO
	A	B	C	D	E	F	
71	1.732,37	-	-	-	-	-	• Nutricionista
72	-	-	-	-	-	-	
73	-	-	-	-	-	-	
74	-	-	-	-	-	-	
75	-	-	-	-	-	-	

Art. 3º As alterações determinadas por esta lei devem ser consolidadas no texto ANEXO III da Lei Complementar nº 66 de junho de 2010 com a referência legislativa e indicação: (alterada pela Lei Complementar nº 133 de outubro de 2016).

Art. 4º As demais disposições da Lei Complementar nº 130/2016, de 23 de agosto de 2016, permanecem inalteradas.

Art. 5º As despesas decorrentes do cumprimento da presente Lei correrão à conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Art. 6º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas/SC, 20 de outubro de 2016.

Alberto Broll

Prefeito em exercício

Davi Pecinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada por esta Secretaria, nesta data.

Caxambu do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 177 2016

DECRETO Nº. 177/2016

"Dispõe sobre ponto facultativo e dá outras providências".

Acir Lourenço Rossetto, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o artigo 71, IV da Lei Orgânica do Município;

Considerando que no dia 28 de outubro de 2016, sexta-feira, comemora-se o dia do servidor público;

Considerando o feriado nacional em comemoração a Proclamação da República no dia 15 de novembro de 2016, terça-feira.

Considerando que se revela conveniente para a Administração Municipal em função do disposto no Decreto Municipal 153/2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituído PONTO FACULTATIVO, nas Repartições Públicas Municipais, nos dias 28 de outubro de 2016 e 14 de novembro de 2016.

Art. 2º - O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Caxambu do Sul/SC, 25 de outubro de 2016.

ACIR LOURENÇO ROSSETTO

Prefeito Municipal

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 76/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 76/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 56/2016
AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL

O Município de Chapadão do Lageado, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei 8.666/93 e suas alterações, vem por meio deste expediente, TORNAR PÚBLICO, a todas as empresas interessadas em participar do referido certame, a retificação do Edital de Pregão Presencial n. 56/2016, decorrente de solicitações de esclarecimentos, passando a vigorar com a seguinte redação:

A exigência do subitem 14.2.5.9. passa a ser prevista no subitem 5.3 Os produtos entregues deverão possuir validade mínima de 24 (vinte e quatro) meses a partir da data de fabricação; sendo que no ato da entrega o produto deverá possuir 15 (quinze) meses de validade.

E em relação ao Termo de Referência passa a vigorar a seguinte redação:

DESCRIÇÃO DO PRODUTOS

Larvicida biológico com componente ativo de *Bacillus thuringiensis israelensis*, Formulação do tipo Suspensão aquosa concentrada contendo 1,2% UTI/MG (Unidades Tóxicas Internacionais por miligrama) de *bacillus Thuringiensis* var. *israelensis*, CEPA SA3A – sorotipo H-14 e CEPA AM 65-52. Apresenta formação de espuma durante o seu carregamento auxiliando na aplicação.
Embalagem: galões de 10 litros.
OBS: O produto deve ter validade de 24 meses após sua fabricação.

Ante, a alteração acima realizada, o Município de Chapadão do Lageado informa que o presente certame dar-se-á através do Credenciamento a partir das 08h00min, sendo que às 08h30min do dia 09 de novembro de 2016, será aberta a sessão pública, que se realizará na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, localizada no Paço Municipal, sito à Rua Allan Régis Inácio, nº 15, Centro, Chapadão do Lageado/SC.

Permanecem inalteradas as demais condições previstas no edital completo.

Chapadão do Lageado-SC, 25 de outubro de 2016.
JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 77/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 77/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 57/2016

O Município de Chapadão do Lageado, torna público aos interessados, que estará reunida no dia 07 de novembro de 2016, às 08:30, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Processo Licitatório, cujo objeto é a formação de registro de preços para a aquisição

de Materiais de Construção Diversos para atender à demanda do Fundo de Saúde do Município de Chapadão do Lageado/SC e dos demais órgãos do Município de Chapadão do Lageado, conforme especificações contidas no Termo de Referência - Anexo II. As informações, o edital na íntegra e seus anexos, deverão ser solicitados das 07h30min às 13h30min pelo telefone: (47) 3537 0072 ou pelo e-mail: compras@chapadaodolageado.sc.gov.br, endereçado ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, ou ainda pessoalmente, na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, desta Prefeitura Municipal, situada à Rua Allan Régis Inácio, 15, Centro, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para a reunião destinada ao recebimento dos envelopes.

Chapadão do Lageado/SC, 25 de outubro de 2016.
JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 78/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 78/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 58/2016

O Município de Chapadão do Lageado, torna público aos interessados, que estará reunida no dia 08 de novembro de 2016, às 08:30, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Processo Licitatório, cujo objeto é a formação de registro de preços para a aquisição de Materiais de Expediente para atender à demanda do Fundo de Saúde do Município de Chapadão do Lageado/SC e dos demais órgãos do Município de Chapadão do Lageado, conforme especificações contidas no Termo de Referência - Anexo II. As informações, o edital na íntegra e seus anexos, deverão ser solicitados das 07h30min às 13h30min pelo telefone: (47) 3537 0072 ou pelo e-mail: compras@chapadaodolageado.sc.gov.br, endereçado ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, ou ainda pessoalmente, na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, desta Prefeitura Municipal, situada à Rua Allan Régis Inácio, 15, Centro, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para a reunião destinada ao recebimento dos envelopes.

Chapadão do Lageado/SC, 25 de outubro de 2016.
JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Portaria 383/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
PORTARIA Nº 383/2016

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c o art.78, caput, da Lei Complementar nº. 008/99,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias regulamentares relativas ao período aquisitivo de 01.07.2013 à 30.06.2014, a DORLY GABRIEL KIRST, matriculado sob o nº 2565/02, ocupante do cargo de provimento efetivo

de Farmacêutico, na Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º Autorizar o servidor a gozar férias de 30 (trinta) dias no período de 24.10.2016 à 22.11.2016, acrescidas de 1/3 do abono constitucional, conforme arts. 46 e 78, da LC nº. 008 de 23/12/99.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 24 de outubro de 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA N.022-2016 DE 24-10-2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA DE VEREADORES DE CHAPADÃO DO LAGEADO - SC

PORTARIA Nº022/2016 de 24/10/2016.

ANDRÉ SEBOLD, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições regimentais com base no que se apresenta o Decreto N.º085, de 18.10.2016 do Poder Executivo,

- Considerando o transcurso do dia do servidor público;
- Considerando as disposições do Art. 143 da lei Complementar n.º008 de 23.12.99 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais).

RESOLVE:

Art. 1.º Será facultativo o "ponto" no dia 28 de outubro de 2016 sexta feira.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores de Chapadão do Lageado, 24 de outubro de 2016.

ANDRÉ SEBOLD
Presidente

Concórdia

PREFEITURA

EXTRATO DO RESULTADO DA SESSÃO DE HABILITAÇÃO E CONVOCAÇÃO PARA A PRÓXIMA SESSÃO TOMADA DE PREÇOS C&S Nº 4/2016 – PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

TOMADA DE PREÇOS C&S Nº 4/2016 – PMC

Objeto: contratação de empresa para prestação de serviços técnicos de elaboração de Diagnóstico Socioambiental de parte da bacia hidrográfica do Rio dos Queimados, no perímetro urbano deste Município, de acordo com o Termo de Referência constante no Anexo "A" do Edital.

EXTRATO DO RESULTADO DA SESSÃO DE HABILITAÇÃO E CONVOCAÇÃO PARA A PRÓXIMA SESSÃO

Em cumprimento ao disposto no - 1º, artigo 109, da Lei Federal nº 8.666/1993, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da fase de habilitação da licitação em epígrafe, nos seguintes termos: Apresentaram-se para participar do certame as empresas: DRZ ENGENHARIA GEOTECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA, ECOSFERA CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA, FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CRICIÚMA e RHA ENGENHARIA E CONSULTORIA SS LTDA. Aberta a sessão pública pela Presidente da Comissão, os Envelopes apresentados pelas licitantes foram conferidos e rubricados pelos membros da Comissão e representantes legais presentes, verificando-se que os mesmos foram protocolizados dentro dos prazos fixados no Edital. Em seguida, procedeu-se à abertura dos Envelopes nº 01 – Documentação de Habilitação, sendo os documentos nele contidos conferidos e rubricados pelos membros da Comissão e representantes legais presentes, constatando-se que: as licitantes ECOSFERA CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA, FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CRICIÚMA e RHA ENGENHARIA E CONSULTORIA SS LTDA apresentaram suas documentações de habilitação de acordo com o exigido no Edital e sendo assim foram julgadas HABILITADAS. Já a empresa DRZ ENGENHARIA GEOTECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA apresentou em sua declaração, exigida no item 5.1 "i.5", o profissional técnico em agrimensura, como substituto do profissional engenheiro agrimensor. Verifica-se que o edital permitia a inclusão de mais profissionais além da equipe mínima, e NÃO a sua substituição, razão pela qual a empresa restou INABILITADA. As empresas DRZ ENGENHARIA GEOTECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA, e ECOSFERA CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA comprovaram através da Certidão Simplificada da Junta Comercial do respectivo Estado, documento este exigido no subitem 5.1.2 do Edital, que são Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP. Ressalva-se que os documentos de Acervo Técnico das licitantes foram analisados e aprovados pela Engenheira Civil, JENIFFER CAROLINA TASCA ANZANELLO MAGARINOS, CREA nº 071.529-0/SC e a arquiteta SANDRA MIWA WRONKA VAZ, CAU nº A27437-2, ambas do quadro de servidores do Município. Ficou ressalvado, ainda, que será verificada a autenticidade dos documentos de habilitação emitidos através da Internet e que têm sua aceitação condicionada à verificação na web site dos respectivos órgãos emissores. A Presidente oficializou que competente prazo recursal será contado da data de veiculação deste aviso, em atendimento ao disposto no - 1º do artigo 109 da Lei Federal nº 8.666/1993. Designando, em caso de não haver recursos da fase de habilitação, desde logo a data de 03 de novembro às 08h30min para a abertura dos Envelopes 2 – Propostas Técnicas.

Concórdia, SC, 24 de outubro de 2016.
CAMILA CRISTINA M. V. NOGUEIRA
Presidente da C.P.L

COMUNICAÇÃO DE INTERPOSIÇÃO RECURSAL CONCORRÊNCIA Nº 8/2016 – PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

CONCORRÊNCIA Nº 8/2016 – PMC

Objeto: a seleção de empresa para outorga, em caráter de exclusividade, de concessão onerosa do direito à exploração do serviço público de estacionamento rotativo de veículos automotores, nas áreas localizadas em vias e logradouros públicos do município de Concórdia e que compõem a chamada "Área Azul", incluindo a prestação dos serviços técnicos de implantação, operação, manutenção e gerenciamento do sistema eletrônico informatizado e automatizado para controle de uso das vagas, pelo prazo de 60 (sessenta) meses, improrrogáveis, na forma das legislações pertinentes, demais normas estabelecidas no Edital e Anexos que o compõe.

COMUNICAÇÃO DE INTERPOSIÇÃO RECURSAL

Para fins do disposto no - 3º do art. 109 da Lei nº 8.666/93 e, posteriores alterações, comunicamos às licitantes: DBA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, MERLOS JR EMPREENDIMENTOS LTDA, RAPB ENGENHARIA LTDA – ME, ROTISUL COMERCIO E SERVIÇOS LTDA ME, SERBET SISTEMAS DE ESTACIONAMENTO VEICULAR DO BRASIL LTDA, VALENZ BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA EPP e VILMO LAZZAROTTI-ME que as licitantes: SIGA MOBILIDADE URBANA LTDA ME nas datas de 19 e 24 de outubro de 2016, ELISEU KOPP E CIA LTDA na data de 21 de outubro de 2016 e UNIAO PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA na data de 24 de outubro de 2016, interpuseram recurso administrativo pugnando pela revisão do julgamento da fase de classificação do certame. Desejando, V. Sª poderá impugná-lo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da publicação deste aviso, estando os autos abertos à consulta desde já.

Concórdia, SC, 25 de outubro de 2016.
CAMILA CRISTINA M. V. NOGUEIRA
Presidente CPL

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 80/2016-PMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 80/2016

A Secretária Municipal de Educação, torna público que ratificou o ato da Senhora Leonice Parisotto Camargo, Diretora Administrativa, que declarou Dispensável a Licitação, nos termos do inciso II, do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações, homologada em 21 de outubro de 2016, para a contratação de empresa, do ramo de transporte coletivos de passageiros, para prestação de serviços em regime de fretamento, de transporte de alunos, com recursos oriundos do FUNDEB, contrato emergencial, por rescisão do contrato 85/2016 para a linha 85, em garantia ao ano letivo de 2016, a favor da empresa, EVANDRO SIEGA - ME, no valor total de R\$ 4.760,00 (quatro mil setecentos e sessenta reais).

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 10/2016-FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 10/2016 - FMS

O Gestor do Fundo Municipal de Saúde torna público o ato da Diretora de Saúde e Medicina do Trabalho, que declarou inexigível a licitação, nos termos do artigo 25, caput da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 24 de outubro de 2016 para Credenciamento de prestadores de serviços de saúde, segundo o disposto na Portaria Ministerial nº 2801 de 14 de maio de 1998, Portaria Ministerial nº 35 de 04 de fevereiro de 1999 e Lei complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, a favor da empresa LABORATÓRIO DE PATOLOGIA CONCÓRDIA LTDA EPP, no valor estimativo de R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

ALESSANDRO VERNIZE

Gestor do FMS

Cordilheira Alta

PREFEITURA

DECRETO N. 571/2016

DECRETO Nº 571 DE 21 DE OUTUBRO DE 2016

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao dispositivo no art. 70 – IV da Lei Orgânica Municipal, art. 42 da Lei 4.320/64 e Lei municipal nº 1180/2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais), o qual será utilizado para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade: 10.302.2505.2.024 – Manutenção das Ações de Vigilância Sanitária e Vigilância em Saúde.

Modalidade de Aplicação: 339000 – 67

Fonte de Recursos: 18.66 – Vinculadas – R\$ 10.000,00

Art. 2º. Para abertura do Crédito Adicional de que trata o art. 1º, será anulada parte da seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade: 10.302.2505.2.024 – Manutenção das Ações de Vigilância Sanitária e Vigilância em Saúde.

Modalidade de Aplicação: 339000 – 46

Fonte de Recursos: 16.66 – Vinculadas – R\$ 10.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 21 de outubro de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

DECRETO N. 574/2016

DECRETO Nº 574/2016

“CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º Conceder 05 (cinco) dias, de licença para tratamento de saúde a servidora Municipal, a Sra. LOURDES MARIA GABRIEL MARGGIONI, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o atestado médico anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 24 de outubro de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal da Administração, Fazenda e Planejamento

DECRETO N. 575/2016

DECRETO Nº 575/2016, DE 24 DE OUTUBRO DE 2016

“CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE À SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 7º - CF/88:

DECRETA

Art. 1º Concede Licença Maternidade a Servidora Sra. ANA PAULA BIESSEK, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais – 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º A licença de que trata o Art. 1º, será pelo período de 120 dias a partir do dia 24/10/2016.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 24 de outubro de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

Curitibanos

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 203/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 203/2016

Aldo Dolberth
Prefeito Municipal e.e.

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Global, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA CONCERTO E MANUTENÇÃO DE VIATURAS DE USO DA POLICIA MILITAR DE CURITIBANOS. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 11/11/2016, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitibanos, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizada qualquer outra forma de protocolo.

A partir das 14:00 horas do dia 11/11/2016, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos.

Os inteiros teores deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos, no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 24 de Outubro de 2016.

Aldo Dolberth
Prefeito Municipal e.e.

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 202/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 202/2016

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Lote, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA MANUTENÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, POLÍCIA CIVIL, POLÍCIA MILITAR, 2º BATALHÃO DE BOMBEIROS MILITAR E DEMAIS SECRETARIA RELACIONADAS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 18:00 horas do dia 11/11/2016, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 14:00 horas do dia 16/11/2016, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 20 de Outubro de 2016.

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 204/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 204/2016

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para CONTRATAÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA ELÉTRICA, HIDRÁULICA E LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DAS SECRETARIAS DA ADMINISTRAÇÃO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL, PELO PERÍODO DE 01 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 17/11/2016, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 14:00 horas do dia 17/11/2016, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 24 de Outubro de 2016.

Aldo Dolberth
Prefeito Municipal e.e.

CÂMARA MUNICIPAL**CONTRATO 15_2016**

TERMO DE CONTRATO Nº 15/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA DE VEREADORES DE CURITIBANOS E A EMPRESA BRASIL SUL SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA.

Pelo presente instrumento particular de contrato de prestação de serviços que fazem a Câmara de Vereadores do Município de Curitiba, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 78.493.632/0001-21, com sede na Rua Archias Gans, 288, centro, em Curitiba/SC, neste ato representado por seu presidente Vereador Márcio Damiani Poletto de Souza, doravante denominado simplesmente de CÂMARA; e, de outro lado, a empresa Brasil Sul Serviços de Segurança Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 01.657.361/0001-78, com sede na Rua Max Colin, nº 1980, centro, em Joinville/SC, CEP: 89.201-215, neste ato representada por seu sócio administrador Sr. José Carlos Cardoso, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF sob o nº 629.389.839-72, residente e domiciliado à Rua Angelo Vanelli, nº 719, Bairro Progresso, Blumenau/SC, doravante denominada simplesmente CONTRATADA; em conformidade com a Lei 8.666/93, têm, entre si justo e contratado, o que se contém nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente Contrato tem por objeto PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA MONITORADA para a sede Câmara de Vereadores do Município de Curitiba/SC, localizada à Rua Archias Gans, 288, centro, em Curitiba/SC.

CLÁUSULA SEGUNDA – PRAZO DE VIGÊNCIA E DE ENTREGA DO OBJETO

A CONTRATADA realizará os serviços objeto do presente contrato, a contar da data de 1º de novembro de 2016, com término previsto para 31 de dezembro de 2017.

CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO e FORMA DE PAGAMENTO

A Câmara pagará à Contratada pela execução dos serviços ora pactuados o valor de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais) mensais, totalizando R\$ 4.900,00 (quatro mil e novecentos reais) no período de 14 (quatorze) meses contratados.

O pagamento dar-se-á até o décimo dia do mês subsequente à prestação dos serviços, mediante depósito no Banco do Brasil – 001, Agência 3155-0, Conta Corrente nº: 59771-6, de titularidade da Contratada. Para tanto, caberá a esta apresentar a Nota Fiscal/Fatura para as conferências e o atesto pelo Contratante.

Caso a Nota Fiscal/Fatura apresente alguma incorreção, o documento será devolvido à Contratada e o prazo de pagamento será prorrogado pelo mesmo tempo em que durar a correção, sem quaisquer ônus adicionais a Contratante.

Os recursos para pagamento do objeto do presente contrato estão garantidos através de dotações próprias do orçamento vigente de acordo com as seguintes qualificações orçamentárias:

Entidade 10 – Câmara Municipal de Curitiba

Órgão 01.00 – Poder Legislativo

Unidade 01.01 - Câmara Municipal de Vereadores

Projeto/Atividade 2.001 – Manutenção das Atividades da Câmara Municipal

3.3.90.3.9.77.00.00.00 – Vigilância Ostensiva / Monitorada

CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DA CÂMARA

Além das obrigações constantes no presente instrumento ou estabelecidas em lei, particularmente na Lei nº 8.666, de 21/06/93, e legislação complementar, constituem, ainda, obrigações da

CÂMARA:

- I. comunicar a CONTRATADA sobre quaisquer instruções ou procedimentos sobre assuntos relacionados ao presente contrato;
- II. fiscalizar a execução do objeto do contrato;
- III. notificar a CONTRATADA por escrito da aplicação de eventual penalidade, nos termos deste contrato;

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além das obrigações constantes no presente instrumento ou estabelecidas em lei, particularmente na Lei nº 8.666, de 21/06/93, e legislação complementar, constituem, ainda, obrigações da CONTRATADA:

- I. Responsabilizar-se por todos os custos referente à implantação do sistema de monitoramento.
- II. Obedecer, rigorosamente, os critérios estabelecidos pela CÂMARA;
- III. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas, acessórios, mão de obra, e instalações necessários à total e perfeita para a execução dos serviços;
- IV. Repassar à Câmara todos os dados técnicos solicitados, inerentes aos equipamentos e serviços prestados;
- V. Manter, durante a vigência deste contrato, todas as condições exigidas na ocasião da contratação, comprovando, sempre que solicitado, a regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (CRS), junto à Previdência Social (CND) do INSS, Certidão Negativa Trabalhista, Certidão Negativa Municipal, Estadual, Federal e Quanto a Dívida Ativa da União;
- VI. Observar todas as especificações técnicas exigidas e descritas na Proposta apresentada e do setor de segurança privada do país.
- VII. Fazer vigilância monitorada na sede da CÂMARA até findar o prazo do presente instrumento, quando a contratada se obriga a retirar os equipamentos instalados no prazo máximo de 10 (dez) dias, entregando o local físico em perfeitas condições, da forma que o encontrou.
- VIII. No caso de “disparar” o equipamento e a contratada não comparecer no local, na data e horário do disparo, poderá ser rescindido o contrato unilateralmente pela Casa Legislativa, por falha de prestação no serviço.
- IX. Para execução do serviço de monitoramento serão instalados 22 (vinte e dois) sensores internos, distribuídos conforme recomendação da CONTRATADA. Caso seja solicitado pela CÂMARA a inclusão de novos pontos, será acrescido ao valor da prestação mensal o equivalente ao percentual financeiro relativo a cada ponto.

CLÁUSULA SEXTA - ÔNUS FISCAIS

Constitui, também, obrigação da CONTRATADA o pagamento de todos os tributos, contribuições fiscais e para fiscais que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre este contrato ou seu objeto, podendo a CÂMARA, a qualquer momento, exigir da CONTRATADA a comprovação de sua regularidade.

Fica, desde logo, convencionado que a CÂMARA poderá descontar, de qualquer crédito da CONTRATADA a importância correspondente a eventuais pagamentos desta natureza, que venha a efetuar por imposição legal.

CLÁUSULA SÉTIMA - CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE CONTRATO

Este contrato obrigará e disciplinará os contratantes, seus sucessores e eventuais cessionários, porém, nenhum deles poderá ceder ou transferir este contrato ou quaisquer direitos dele decorrentes.

É vedada a cessão de qualquer crédito decorrente do presente contrato e de todo e qualquer título de crédito emitido em razão do mesmo, eximindo-se a CÂMARA, de todo e qualquer pagamento ou obrigação a terceiros, por títulos colocados em cobrança, desconto, caução ou outra modalidade de circulação ou garantia,

inclusive quanto aos direitos emergentes do presente contrato e, em hipótese alguma, a CÂMARA aceitará tais títulos, os quais serão devolvidos, incontinenti, à pessoa jurídica ou física que os houver apresentado.

CLÁUSULA OITAVA - RESPONSABILIDADE TRABALHISTA

Fica estabelecido que a CONTRATADA é considerada, para todos os fins e efeitos jurídicos, como única e exclusiva empregadora, afastado a CÂMARA, em qualquer hipótese, da responsabilidade trabalhista e previdenciária.

A CONTRATADA se obriga a reembolsar a CÂMARA de todas as despesas que este tiver, decorrente de:

I - reconhecimento judicial de indenização administrativa;

II – reconhecimento judicial ou administrativo de solidariedade ou subsidiariamente, no cumprimento das obrigações trabalhistas e/ou previdenciárias da CONTRATADA;

III - indenização, inclusive a terceiros, em consequência de eventuais danos, materiais ou institucionais, causados pela CONTRATADA ou seus prepostos na execução dos serviços objeto deste contrato.

CLÁUSULA NONA – PENALIDADES

Em caso de descumprimento das exigências expressamente formuladas pela CÂMARA ou inobservância de quaisquer das demais obrigações contratuais ou legais, sem motivo justificado, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades:

I - Advertência;

II - multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor global deste contrato, em qualquer hipótese de descumprimento das obrigações estipuladas neste Instrumento;

III - suspensão do direito de licitar e de contratar com a administração municipal, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

Parágrafo Primeiro: As penalidades previstas nos incisos I e III poderão ser aplicadas juntamente com o inciso II.

Parágrafo Segundo: Quando da aplicação da penalidade prevista no item II, fica a CÂMARA, desde logo autorizada a reter e compensar, dos créditos da CONTRATADA, o valor da multa devida.

CLÁUSULA DÉCIMA – RESCISÃO

O presente CONTRATO poderá ser rescindido:

I. por ato unilateral da CÂMARA, por escrito, nas hipóteses previstas nos incisos I a XII, XVI e XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/93, com a devida motivação, assegurado o contraditório, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na cláusula anterior;

II. por acordo entre as partes, mediante autorização da autoridade competente, reduzido a termo, e desde que haja conveniência para o município;

III. por via judicial, nos termos da legislação.

Parágrafo Único: Rescindido o presente contrato nos termos dos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/93, além de responder por perdas e danos decorrentes do contrato, a CONTRATADA obriga-se ao pagamento de multa compensatória correspondente a até 10% (dez por cento) do valor total global atualizado deste contrato, considerada dívida líquida e certa, autorizando o município a aplicar o disposto no artigo 80, incisos I a IV, da Lei 8.666/93, no que couber.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DISPOSIÇÕES FINAIS

Este contrato representa todo o acordo entre as partes com relação ao objeto nele previsto. Qualquer ajuste complementar que crie ou altere direitos e obrigações há de ser efetuado por escrito, mediante termo aditivo.

A omissão ou tolerância quanto à exigência do cumprimento das obrigações contratuais não constituirá renúncia ou novação nem impedirá a parte de exercer seu direito a qualquer tempo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – FORO

Fica eleito o foro da comarca de Curitiba/SC, para solucionar eventuais litígios decorrentes deste CONTRATO, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Curitiba/SC, 19 de outubro de 2016

Márcio Damiani Poletto de Souza

Presidente da Câmara

Brasil Sul Serviços de Segurança Ltda

Contratada

PROCURADORIA JURÍDICA

O presente contrato cumpre com as exigências legais, estando em acordo com a Lei Federal No. 8.666/93, e demais dispositivos legais pertinentes à espécie. O dou como aprovado.

Curitiba/SC, 19 de outubro de 2016

Rafael Gobbi

Procurador Jurídico

Dionísio Cerqueira

PREFEITURA

CONTRATOS 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
QUINTO ADITIVO DO CONTRATO Nº 009/2013.
Contratante: Hospital Municipal Dionísio Cerqueira.
Contratado: Betha Sistemas Ltda.

Objeto: Por esse instrumento Fica acrescido no objeto do contrato, o sistema de Recursos Humanos para o Hospital Municipal com 01 usuário, considerando que aplicativo que simplifica e facilita o registro e o controle das ações envolvidas no gerenciamento do setor de recursos humanos, promovendo uma melhoria no desempenho do Governo... Origem: Processo Licitatório 042/2013 - Pregão: 042/2013. PMDC. - Valor R\$ 600,00. Vigência: 24/10/2016 à 31/03/2017 - Dionísio Cerqueira - 24/10/2016.

Altair Rittes – Prefeito Municipal

DECRETO Nº 5610 2016 HOMOLOGA RESULTADO DE AVALIAÇÃO DE BENS INSERVÍVEIS

DECRETO Nº 5610/2016.

HOMOLOGA RESULTADO PROFERIDO PELA COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO DOS BENS MÓVEIS CONSIDERADOS INSERVÍVEIS A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

ALTAIR CARDOSO RITTES Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal; Art. 17, da Lei Federal nº. 8.666/93; e, demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

DECRETA:

Art. 1º Fica HOMOLOGADO e DESTRIBUIDO EM LOTES em consonância com a Anexo Único, o resultado proferido pela Comissão Especial, nomeada pelo Decreto nº 5609/2016, relativamente à avaliação dos bens móveis considerados inservíveis a administração municipal, com a finalidade de proceder a alienação dos mesmos através de processo regular de licitação na modalidade de LEILÃO PÚBLICO TIPO MAIOR LANCE.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução do presente ato correrão por conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ESTADO DE SANTA CATARINA, MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, 21 DE OUTUBRO DE 2016.

ALTAIR CARDOSO RITTES
Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

JAIR BARBOSA
Secretário Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA, MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, 21 DE OUTUBRO DE 2016.

ALTAIR CARDOSO RITTES
Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi Registrado e publicado no Diário

Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

JAIR BARBOSA
Secretário Municipal

DECRETO Nº 5611 2016 CRIA COMISSÃO COORDENADORA DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DO PME

DECRETO Nº 5611/2016.

CRIA COMISSÃO COORDENADORA DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA – SC.

ALTAIR CARDOSO RITTES Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal; Art. 17, da Lei Federal nº. 8.666/93; e, demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a Comissão Coordenadora do Processo de Avaliação e Monitoramento do Plano Municipal de Educação do Município de Dionísio Cerqueira – SC para o ano de 2016. Conforme a Lei nº 4.439/2015 Art. 5º:

I – Secretaria Municipal de Educação:

Titular: Vera Lucia Hermann Thies;
Suplente: Idevani de Almeida Haefliger;

II – Conselho Municipal de Educação – CME

Titular: Marinês de Mello Borges;
Suplente: Fabiane Cristina Marques da Silva;

III – Fórum Municipal de Educação

Titular: Marilene de Mello Chitolina;
Suplente: Valmir Galvão de Lima.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução do presente ato correrão por conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ESTADO DE SANTA CATARINA, MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, 21 DE OUTUBRO DE 2016.

ALTAIR CARDOSO RITTES
Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

JAIR BARBOSA
Secretário Municipal

LICITAÇÕES 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO.

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira comunica os interessados que está aberta a Licitação Tipo: Concorrência nº 121/2016, Processo 121/2016, Objeto: A presente licitação tem por objeto a seleção da proposta mais vantajosa, visando a doação com encargos e cláusula de reversão, de áreas de terras, localizada no Município de Dionísio Cerqueira. Entrega da documentação e propostas até as 08:30 horas do dia 25/11/2016 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações no Depto. de Compras e Licitações do Município, Rua Santos Dumont, N.41.

Dionísio. Cerqueira, 24/10/2016.

Altair Rittes – Prefeito Municipal

LICITAÇÕES 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Fundo Municipal de Saúde de Dionísio Cerqueira torna público para o conhecimento dos interessados que encontra-se aberto o Processo nº 063/2016. Pregão nº 063/2016. Objeto: Aquisição de Medicamentos e fraldas descartáveis para o Fundo Municipal de Saúde do Município. Entrega da documentação e propostas a partir das 08:00 horas do dia 03/11/2016. no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413. Dionísio Cerqueira, 19/10/2016.

João Stahl – Gestor do FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO.

O Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira comunica os interessados que está aberta a Licitação Tipo Pregão nº 039/2016, Processo 039/2016, Objeto: Aquisição de Gêneros alimentícios e materiais de consumo para o Hospital Municipal. Entrega da documentação e propostas até as 08:00 horas do dia 04/11/2016 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações no Depto. de Compras e Licitações do Município, Rua Santos Dumont, N.41.

Dionísio. Cerqueira, 20/10/2016.

Maria C. W. Schirmbech – Gestora HMDC

RESULTADO LICITAÇÕES 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA

O Fundo Municipal de Saúde de Dionísio Cerqueira. SC comunica aos interessados o resultado do processo licitatório 061/2016 - Pregão: 061/2016 PMDC - Objeto: Aquisição de medicamentos para hipertensão e diabetes, e de controle especial e aquisição de fraldas geriátricas para as Unidades Básicas de Saúde do Município. Vencedores: Agil Distrib. De Medicam. Ltda. - ME. Valor R\$ 728,00 – Altermed.Mat. Med. Hospitalar toda – Valor R\$ 3.544,40 Cetermed Com. de Prod. Hospit. Ltda. – Valor R\$ 200,00 – Damed Dambros Com. de Med. Ltda. – Valor R\$2.046,00 – Dimaster Com e Serv. Hospitalares Ltda. Valor R\$ 6.530,00.

Dionísio Cerqueira - 19/10/2016.

João C. Stahl – Gestor do FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA.

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira. SC, comunica aos interessados que o resultado do Processo Licitatório 120/2016 - Pregão: 120/2016 PMDC - Objeto: Aquisição de pneus 265/65 R 17 112 S HT 684II, para viatura Pajero da Polícia Civil de Dionísio Cerqueira Vencedor: Auto Mecânica Bransales Ltda. -EPP. Valor R\$ 1.706,64 - Dionísio Cerqueira - 20/10/2016.

Altair Rittes – Prefeito Municipal.

RETIFICAÇÃO EDITAL 011/2016 FIA

ESTADO DE SANTA CATARINA.

FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCENCIA - FIA

AVISO DE REPROGRAMAÇÃO DE ABERTURA LICITAÇÃO

O Fundo Municipal da Infância e Adolescência de Dionísio Cerqueira torna público para o conhecimento dos interessados que o Processo nº 011/2016. Pregão nº 011/2016. Objeto: Aquisição de parquinho de recreação para a casa abrigo beija flor, conforme projeto de pedido de subvenção de valores oriundos de recursos de multas pecuniárias.

Entrega da documentação e propostas que estava previsto a partir das 08:00 horas do dia 01/11/2016. Devido ao Decreto Municipal Nº 5612/2016. O qual transcreve que o feriado do dia 28/10/2016 do Funcionalismo Público será transferido para o dia 31/10/2016 e 01/11/2016 recesso e dia 02/11/2016 Findados. Fica Reprogramado sua abertura para o dia 03/11/2016 às 10:00 horas no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413.

Dionísio Cerqueira, 24/10/2016.

Altair Rittes

Ermo

PREFEITURA

DECRETO N.º 055, DE 14 DE OUTUBRO DE 2016.

DECRETO N.º 055, de 14 de outubro de 2016.

Revoga o Decreto nº. 088, de 06 de novembro de 2014.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 62 inciso VIII da Lei Orgânica de 29 de dezembro de 1997 e Art. 8º da Lei Nº 001, de 03 de janeiro de 1997;

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Decreto Nº 088, de 06 de novembro de 2014 que Institui o Auxílio Feira Popular (ticket-feira) e dá outras providências.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo, em 14 de outubro de 2016.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO N.º 056, DE 24 DE OUTUBRO DE 2016.

DECRETO N.º 056, de 24 de Outubro de 2016.

Suplementa dotação orçamentária e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 4, inciso I, da Lei nº 391/15, de 17/11/2015 (Lei Orçamentária Anual);

DECRETA:

Art. 1º. Fica suplementada a dotação orçamentária do Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal de Ermo no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a saber:

03.01 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

04.122.0020.2.003 – Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças

3.3.90.00.00.00.00.0080 (8) – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Art. 2º. A suplementação de que trata o Art.1º, correrá por conta do excesso de arrecadação de recursos da fonte (0080) - recursos próprios.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 24 de Outubro de 2016.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 178, DE 25 DE OUTUBRO DE 2016.

PORTARIA Nº 178, de 25 de outubro de 2016.

Exonera Servidor Admitido em Caráter Temporário – ACT, que especifica.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 6º, inciso II da Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, a servidora RITA DE CÁSSIA FERREIRA BEZERRA, da função de Recepcionista do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal, Admitida em Caráter Temporário (ACT) conforme Portaria nº 088, de 01 de abril de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 25 de outubro de 2016.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 177, DE 25 DE OUTUBRO DE 2016.

PORTARIA Nº. 177, de 25 de outubro de 2016.

Dispõe sobre a exoneração de Servidor ocupante de Cargo em Comissão, que especifica.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 1º, - 1º, da Lei Nº. 003, de 03 de janeiro de 1997;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a servidora JANINE DA SILVA CUSTÓDIO, do cargo de CHEFE DE DIVISÃO DE AGRICULTURA, Nível DASU-1, dos Cargos de Provimento em Comissão do Poder Executivo Municipal, nomeada pela Portaria nº. 083, de 01 de abril de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 25 de outubro de 2016.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

Flor do Sertão

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO Nº. 1498/2016

AVISO DE LICITAÇÃO – Pregão Presencial – Registro de Preços

PROCESSO LICITATÓRIO nº. 1498/2016

MODALIDADE: Pregão Presencial – Registro de Preços nº. 26/2016

CRITÉRIOS DE JULGAMENTO: Menor preço – Unitário por Item

OBJETO. A presente licitação tem por objeto a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA ORNAMENTAÇÃO ALUSIVA AO NATAL NA PRAÇA PÚBLICA E PRÉDIOS ADMINISTRATIVOS.

A íntegra do edital estará à disposição dos interessados a partir do dia 26 de outubro de 2016, em horário comercial, junto ao departamento de compras no Centro Administrativo Municipal sito a Avenida Flor do Sertão nº. 696, centro, Flor do Sertão – SC.

DATA: Os interessados poderão entregar a declaração de que cumprem com os requisitos de habilitação e os envelopes com os documentos e as propostas de preços na sala de licitações junto ao prédio da Prefeitura Municipal no endereço acima mencionado, até às 14:00 horas do dia 04 de novembro de 2016. A abertura da sessão para a realização do certame será às 14:01 horas do mesmo dia. Não havendo expediente na data marcada para realização da sessão será a mesma adiada para o primeiro dia útil subsequente, mantidos o mesmo local e horário.

LEGISLAÇÃO: A presente licitação está legalmente vinculada à Lei Federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.

Flor do Sertão – SC, aos 20 dias do mês de outubro de 2016.

ROGERIO PERIN		DIOGO DE BEM
CPF: 024.900.719-39		CPF: 010.389.549-32
PREFEITO MUNICIPAL		PREGOEIRO OFICIAL

LEI Nº 660/2016

LEI Nº 660/2016

DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DE AÇÃO DE GOVERNO NO PLANO PLURIANUAL (2014 / 2017) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROGERIO PERIN, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a Seguinte Lei:

Art. 1º. Fica alterado o PPA - Plano Plurianual, lei municipal nº 594/2013, de 22 de outubro de 2013, em conformidade com o disposto neste ato, pela inclusão das Ações de Governo, assim discriminadas:

Programa	Nº. Ação	Descrição	Valor
008 – Educação Infantil de Qualidade	1.025	Implantação da Creche Municipal	100.000,00

Art. 2º. Os anexos PPA 2014/2017 – Demonstrativo de Programas e Ações, são parte integrante da presente Lei.

Art. 3º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Flor do Sertão, aos 24 dias do mês de Outubro de 2016.

ROGERIO PERIN

Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS

Secretário da Administração

LEI Nº 661/2016

LEI Nº 661/2016

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROGERIO PERIN, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a Seguinte Lei:

**CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º - Nos termos da Constituição Federal, art. 165, - 2º, Lei nº 4320/64 e Lei Orgânica do Município, esta Lei fixa as diretrizes orçamentárias do Município para o exercício de 2017, orienta a elaboração da respectiva Lei Orçamentária Anual, dispõe sobre as alterações na legislação tributária e atende às determinações impostas pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 e Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional.

Parágrafo Único - As normas contidas nesta Lei alcançam todos os órgãos da administração direta e indireta.

Art. 2º - A elaboração da proposta orçamentária abrangerá os Poderes Legislativo, Executivo, entidades da Administração Direta e Indireta, nos termos da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, observando-se os seguintes objetivos estratégicos:

- I - Combater a pobreza e promover a cidadania e a inclusão social;
- II - Promover o desenvolvimento do Município e o crescimento econômico;
- III - Reestruturação e reorganização dos serviços administrativos, buscando maior eficiência de trabalho e arrecadação;
- IV - Assistência à criança e ao adolescente
- V - Melhoria da infra-estrutura urbana.

**CAPÍTULO II
METAS E PRIORIDADES**

Art. 3º - As metas-fim da Administração Pública Municipal de Flor do Sertão-SC para o exercício de 2017, constantes do anexo VI, que integram esta Lei, também estão estabelecidas por programas constantes do Plano Plurianual - PPA relativo ao período 2014/2017.

**CAPÍTULO III
DAS METAS FISCAIS, PASSIVOS CONTINGENTES E OUTROS RISCOS**

Art. 4º - As metas de resultados fiscais do Município de Flor do Sertão(SC) para o exercício de 2017, são aquelas apresentadas no demonstrativo de Metas Fiscais, integrantes desta Lei, desdobradas em:

- Demonstrativo I - Metas Anuais
- Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
- Demonstrativo III - Metas Fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores;
- Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido;
- Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos obtidos com a Alienação de Ativos;

- Único - Os demonstrativos I e III são expressos em valores correntes e constantes, caso ocorra mudanças no cenário macro-econômico do país, seus valores poderão ser alterados, conforme decreto do executivo.

Art. 5º - Integra esta Lei o anexo denominado Anexo de Riscos Fiscais, onde são avaliados os passivos contingentes e outros riscos

capazes de afetar as contas públicas, com indicação das providências a serem tomadas pelo Poder Executivo caso venha a se concretizar.

- 1º - Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2016.

**CAPÍTULO IV
DAS ORIENTAÇÕES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2017**

Art. 6º - Atendidas as metas priorizadas para o exercício de 2017, a Lei Orçamentária poderá contemplar o atendimento de outras metas, desde que façam parte do plano Plurianual correspondente ao período de 2014/2017 e Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2017.

Art. 7º - As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito (Art. 45 da LRF).

Parágrafo Único - Entende-se por adequadamente atendidos os projetos cuja realização física esteja conforme o cronograma físico-financeiro pactuados em vigência.

Art. 8º - Para fins do disposto no art. 16, - 3º da Lei Complementar nº 101, consideram-se irrelevantes as despesas realizadas anualmente até o valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), no caso de aquisição de bens ou prestação de serviços, e de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), no caso de realização de obras públicas ou serviços de engenharia.

Art. 9º - Quando da execução de programas de competência do Município, poderá este adotar a estratégia de transferir recursos a instituições privadas sem fins lucrativos, desde que especificamente autorizadas em lei municipal, onde fiquem definidos os deveres e obrigações de cada parte, forma e prazos para prestação de contas.

Art. 10º - Os Orçamentos para o exercício de 2017 obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada fonte, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, suas Autarquias e seus Fundos (Arts. 1º, - 1º, 4º, I, "a" e 48 da LRF);

Art. 11 - Os Fundos Municipais terão suas Receitas especificadas no Orçamento da Receita das Unidades Gestoras em que estiverem vinculados, e essas, por sua vez, vinculadas a Despesas relacionadas a seus objetivos, identificadas em Planos de Aplicação, representados nas Planilhas de Despesas.

- 1º - Os Fundos Municipais serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, podendo por manifestação formal do Chefe do Poder Executivo, serem delegados a servidor municipal.
- 2º - A movimentação orçamentária e financeira das contas dos Fundos Municipais deverá ser demonstrada também em balancetes apartados da Unidade Gestora Central quando a gestão for delegada pelo Prefeito a servidor Municipal.

Art. 12 - Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual (Art. 5º, - 5º da LRF).

Art. 13 - O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma

de execução mensal para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa. (Art. 8º, 9º e 13 da LRF).

Art. 14 – Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2017 com dotações vinculadas a fontes de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros extraordinários, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido (Art. 8º, - único e 50, I da LRF).

Art. 15 – Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária (Art. 62 da LRF).

Art. 16 – A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2017 a preços correntes.

Art. 17 – A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001.

Parágrafo Único – A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal. (Art. 167, VI da Constituição Federal)

Art. 18 – Os programas priorizados por esta lei e contemplados na Lei Orçamentária de 2017 serão objeto de avaliação permanente pelos responsáveis, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios e avaliar seus custos e cumprimento das metas físicas estabelecidas (Art. 4º, I, "e" da LRF).

Art. 19 – O Projeto de Lei Orçamentária será elaborado de forma consolidada, em conformidade com as diretrizes fixadas nesta lei, com o art. 165, - - 5º, 6º, 7º e 8º, da Constituição Federal, com a Lei Federal nº 4320, de 17 de março de 1964, assim como a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001, da Secretaria do Tesouro Nacional e atualizações posteriores.

- 1º - A Lei Orçamentária Anual compreenderá:

- I – O orçamento fiscal, e
- II – O orçamento da seguridade social.

- 2º - Os orçamentos fiscal e da seguridade social discriminarão a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria econômica, grupos de despesa e modalidade de aplicação, nos termos da Portaria Interministerial nº 163 da Secretaria do Tesouro Nacional.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS A DESPESAS COM PESSOAL

Art. 20 – O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2017, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da LRF (Artigo 169, parágrafo 1º, II da Constituição Federal).

Parágrafo único – No caso do Poder Legislativo, deverão ser obedecidos adicionalmente, os limites fixados nos artigos 29 e 29-A da

Constituição Federal.

Art. 21 – Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III da LRF (Art. 22, - único, V da LRF).

Art. 22 – O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na LRF (Art. 19 e 20 da LRF):

- I – eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- II – eliminação das despesas com horas extras.
- III – exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV – demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 23 – O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subseqüentes (Art. 14 da LRF).

Art. 24 – Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Art. 14, - 3º, da LRF).

Art. 25 – O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período de despesas de valor equivalente. (Art. 14, - 2º, da LRF).

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 26 – O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15/12/2016.

- 1º – A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "caput" deste artigo.

- 2º - Se a Lei Orçamentária anual não for encaminhada à sanção até o início do exercício financeiro de 2017, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

Art. 27 – Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria.

Art. 28 – O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência ou não do Município.

Art. 29— Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Flor do Sertão,
aos 24 dias do mês de Outubro de 2016.
ROGERIO PERIN
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS
Secretário da Administração

LEI Nº 662/2016

LEI Nº 662/2016

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE FLOR DO SERTÃO RECEBER EM DOAÇÃO IMÓVEL DE PROPRIEDADE DA MITRA DIOCESANA DE CHAPECÓ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROGERIO PERIN, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a Seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado para em nome de o município receber em DOAÇÃO da Mitra Diocesana de Chapecó, os seguintes imóveis:

- Parte da Chácara Urbana nº (37), situada na Cidade e Município de Flor do Sertão, SC, Comarca de Maravilha, com área de (14.857,33 m²), destinada a instalação de área esportiva e centro de eventos do município, de propriedade da Mitra Diocesana de Chapecó, matriculado sob o nº 18.708, confrontando (conforme memorial descritivo em anexo): ao norte, por duas linhas, uma com parte da chácara urbana nº 37, de Cooperativa Habitacional Entre Rios – M. 19.709, e outra com parte da mesma chácara urbana nº 37, de Mitra Diocesana de Chapecó – M. 18.708; ao Noroeste, com parte da chácara urbana nº 36, de Euclides Antônio de Barba – M. 18.359; ao Sul, Com o Lajeado Sarandi, por linha sinuosa; ao Leste, por duas linhas, com parte da chácara urbana nº 37, de Cooperativa Habitacional Entre Rios – M.19.709; ao Oeste, com parte da chácara urbana nº 36, de Euclides Antonio de Barba – M.18.359.

- Parte da Chácara Urbana nº 37, situada na Cidade e Município de Flor do Sertão, SC, Comarca de Maravilha, com área de (6.323,35 m²), destinada a instalação do Cemitério Municipal, de propriedade da Mitra Diocesana de Chapecó, matriculado sob o nº 18.708, CONFRONTANDO (conforme memorial descritivo em anexo): ao Norte, com parte da chácara urbana nº 42, de Décio Bomm Haimburg, Leonardo Sobieski e Oscar Coletti – M. 7.281; ao Sudoeste, por duas linhas, com parte da mesma chácara urbana nº 37, de propriedade da Mitra Diocesana de Chapecó – M. 18.708; ao Sudeste, com parte da mesma chácara urbana nº 37, de propriedade da Mitra Diocesana de Chapecó – M. 18.708; ao Leste, com parte da mesma chácara urbana nº 38, de Alípio Einsweiler – M. 439; ao Oeste, por duas linhas, com parte da mesma chácara urbana nº 37, de Cooperativa Habitacional Entre Rios – M. 19.709;

Art. 2º Ficam os setores competentes da municipalidade, autorizados a procederem todos os registros necessários ao fiel cumprimento da presente lei.

Art. 3º Os imóveis recebidos integrarão ao Patrimônio Público Municipal.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta do orçamento Municipal.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Flor do Sertão,
aos 24 dias do mês de Outubro de 2016.
ROGERIO PERIN
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS
Secretário da Administração

PORTARIA Nº 212/2016

PORTARIA Nº 212/2016

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROGÉRIO PERIN, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO LICENÇA PRÊMIO ao servidor municipal VALMIR DE JESUS PINTO, ocupante do cargo de Assistente de Administração, lotado na Secretaria Municipal de Administração, pelo período de 25/10/2016 a 28/10/2016, conforme dispõe a Lei Municipal nº. 497/2011 em seu artigo 112.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 25 dias do mês de Outubro de 2016,
ROGÉRIO PERIN
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS
Responsável Dpto Pessoal

Forquilha

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 61/PMF/2016 – REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 143/PMF/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 61/PMF/2016
(Referente Pregão Presencial nº. 143/PMF/2016)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, com sede na Avenida 25 de julho, 3400 - Paço Municipal 26 DE ABRIL – FORQUILHINHA/SC, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes/MF sob o No. 81.531.162/0001-58, neste ato representado pelo Sr. VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade nº 2.570.672-1 e inscrito no CPF sob o nº 705.686.189-04, ora denominado ÓRGÃO GERENCIADOR e as empresas:

1. ORLEANS INFORMATICA EIRELI EPP CNPJ/MF n.º 02.315.593/0001-00 estabelecida na Rua Barão do rio Branco, 312, em Orleans/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Charles Madeira Mello, brasileiro, CI 6/R 2.807.588, CPF 844.078.839-87;

2. HERCÍLIO DE MATTIA – ME CNPJ/MF n.º 19.325.837/0001-39 estabelecida na Rua Silvano Romagna, 126, em Nova Veneza/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sra. Raquel Ricken de Mattia, brasileira, CI 3.537.634, CPF 016.324.199-63;

3. MM SÃO JOSÉ LTDA – ME CNPJ/MF n.º 12.677.946/0001-76 estabelecida na Rua Francisco José Felisberto, 210, em Araranguá/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Lauri Rocha, brasileiro, CI 1.534.073, CPF 506.848.099-15;

4. DIDÁTICA LIVRARIA E BRINQUEDOS LTDA – ME CNPJ/MF n.º 08.985.825/0001-14 estabelecida na Rua Santa Terezinha, 307, em Jaborá/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Vivaldino Pasqualotto, brasileiro, CI 2.136.277, CPF 655.988.909-25

5. GOLD COMPUTADORES LTDA CNPJ/MF n.º 02.537.692/0001-37 estabelecida na Rua Rômulo Pescador, 913, em Turvo/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Willian Canever, brasileiro, CI 5.339.518, CPF 096.722.769-07;

6. PAULINÉIA LOTTERMAN REIS - ME CNPJ/MF n.º 10.936.352/0001-07 estabelecida na Rua Guilherme Ludwig, 242, em São José do Inhacorá/RS, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Leandro Alberto Kerber, brasileiro, CI 3.039.655.141, CPF 770.863.410-53;

7. GILMAR SANI – ME CNPJ/MF n.º 14.588.459/0001-62 estabelecida na Rua Anitápolis, 135, em Alfredo Wagner/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Guilherme Alexandre, CI 5.827.969, CPF 084.739.809-99;

8. LANCI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS PLÁSTICOS LTDA -EPP CNPJ/MF n.º 11.549.124/0001-47 estabelecida na Rua Canelinha, 20, em Balneário Camboriú/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Daniel Cenci, brasileiro, CI 6.073.930.106, CPF 003.655.970-90;

9. DIGIPLUS TECNOLOGIA LTDA. EPP. CNPJ/MF n.º 00.478.911/0001-29 estabelecida na Rua Frei Gregório Dal Mont, 1489, em Turvo/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Leandro Bardini Idalino, brasileiro, CI 4.261.159, CPF 089.459.999-22.

Doravante denominada DETENTORA(s) DA ATA nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, Decreto Municipal 53/2013 e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº. 143/PMF/2016, para REGISTRO DE PREÇOS, segundo as cláusulas e condições a seguir:

Cláusula Primeira – Do Objeto

1. A presente ATA tem por objetivo estabelecer cláusulas e condições gerais para REGISTRAR PREÇO para a aquisição de móveis e equipamentos, para atender às necessidades de diversas secretarias, Polícia Militar e Fundos do Município de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

Cláusula Segunda – Dos preços Registrados

1. Os valores unitários dos bens registrados nesta ata são OS CONSTANTES NA PLANILHA EM ANEXO e estão disponíveis no site www.forquilha.sc.gov.br

Cláusula Terceira – Do Prazo, Condições e Local de Entrega

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:

1.1. Fornecer e entregar o objeto desta ATA, parceladamente, de acordo com as necessidades do Município de Forquilha, dentro das especificações e quantitativos solicitados, sempre através de requisições previamente emitidas.

1.2. O objeto será solicitado de acordo com a necessidade do Município de Forquilha.

1.3. O prazo e o local de entrega constarão expressamente nas requisições que deverá ser rigorosamente cumprido, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste contrato.

1.4. O prazo de entrega a ser exigido nas requisições será de no máximo 15 (quinze) dias a partir da data de recebimento das mesmas.

1.5. Os proponentes deverão apresentar prazo de garantia de 01 (um) ano sob os produtos ofertados, contado a partir do recebimento dos produtos.

2. O objeto será transportado por conta e risco da CONTRATADA, dentro das normas técnicas de transporte e segurança exigidas na forma da Lei vigente, e entregues em perfeitas condições de uso, nos locais pré-determinados nas requisições em todo o território do Município de Forquilha.

3. O setor competente do município terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para processar a conferência dos produtos entregues, ou serviços executados, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a CONTRATADA para substituição do produto entregue em desacordo com as especificações exigidas.

3.1. Na hipótese de não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pela CONTRATADA no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas contados da notificação da não aceitação, para reposição num prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas.

4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto

do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios defeitos ou incorreções.

5. Nos casos da CONTRATADA não entregar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos produtos ou serviços não aceitos, a pessoa responsável pelo recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

6. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado pelo órgão competente do Município de Forquilha, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta da CONTRATADA, que independentemente de transcrição fazem parte integrante desta ata de registro de preços.

7. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos e serviços registrados.

Cláusula Quarta – Da Vigência e Revisão de Preços

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e Decreto Municipal 53/2013.

2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos da lei vigente, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para o Município.

Cláusula Quinta – Da Forma e Condições de Pagamento

1. O pagamento pelos materiais efetivamente fornecidos e aceitos será feito em até 30 (trinta) dias após a data do CERTIFICO na Nota Fiscal/Fatura, através de Ordem Bancária ou na tesouraria da Secretaria de Administração e Finanças do CONTRATANTE.

1.1. A aprovação da Nota Fiscal/Fatura eletrônica se dará mediante o "CERTIFICO" pelo responsável do Município de Forquilha, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

1.2. Na Nota Fiscal/Fatura eletrônica deverá constar necessariamente o número do processo licitatório e o número da Autorização de Fornecimento.

1.3. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Forquilha/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil.

3. O CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

4. O CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

5. A quantidade dos produtos determinados no cláusula segunda deste contrato, para efeito de pagamento, deverá ser considerada apenas como prevista, não importando em obrigação do Município de Forquilha, de autorizar seu fornecimento integral, respeitados os limites de acréscimo e/ou supressão previstos no art. 65, parágrafo 1º, da Lei Nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e alterações subsequentes.

Cláusula Sexta – Da Autorização para Aquisição

1. A aquisição do objeto da presente Ata de registro de Preços, será autorizado, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador, sendo obrigatório informar ao setor de compras os quantitativos das aquisições.

1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento equivalente, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

Cláusula Sétima – Das Obrigações

1. Do Município:

1.1. Atestar as notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;

1.2. Aplicar à DETENTORA DA ATA penalidade, quando for o caso;

1.3. Prestar à DETENTORA DA ATA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;

1.4. efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;

1.5. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.

2. Da Detentora da Ata:

2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;

2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos.

2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;

2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta, edital e anexos;

2.5. Fornecer os produtos/executar os serviços dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

Cláusula Oitava – Das penalidades e Sanções

1. A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

2. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega equipamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido neste instrumento.

b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a

correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

d) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso do produto não serem entregues a partir da data aprazada.

4. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

5. No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

6. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

7. Da penalidade aplicada caberá recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109, da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

Cláusula Nona – Do Cancelamento da Ata de Registro de Preços

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;

1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;

1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

1.4. Tiver presentes razões de interesse público devidamente demonstrados e justificados pela administração;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.

3. A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Circulação Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

Cláusula Décima – Da Dotação Orçamentária

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias dos exercícios correspondentes.

Cláusula Décima Primeira – Das Disposições Finais

1. Integra esta Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão

Presencial nº. 143/PMF/2016, seus anexos e a proposta da Detentora desta ata.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal nº. 53/2013, no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

Cláusula Décima Segunda

Do Foro

1. Elegem as partes contratadas o Foro da Comarca de Forquilha, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

2. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes por seus representantes legais assinam o presente feito em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

Forquilha/SC, 21 de Outubro de 2016.

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

ORLEANS INFORMÁTICA EIRELI EPP

Empresa Detentora da Ata

Representante Legal: Charles Madeira Melo

CPF: 844.078.839-87 HERCÍLIO DE MATTI

Empresa Detentora da Ata

Representante Legal: Raquel Ricken de Mattia

CPF: 016.324.199-63

MM SÃO JOSÉ LTDA -ME

Empresa Detentora da Ata

Representante Legal: Lauri Rocha

CPF: 506.848.099-15

DIDÁTICA LIVRARIA E BRINQUEDOS LTDA - ME

Empresa Detentora da Ata

Representante Legal: Vivaldino Pasqualotto

CPF: 655.988.909-25

GOLD COMPUTADORES LTDA

Empresa Detentora da Ata

Representante Legal: Willian Canever

CPF: 096.722.769-07

PAULINÉIA LOTTERMANN REIS- ME

Empresa Detentora da Ata

Representante Legal: Leandro Alberto Kerber

CPF: 770.863.410-53

GILMAR SANI - ME

Empresa Detentora da Ata

Representante Legal: Guilherme Alexandre

CPF: 084.739.809-99

LANCI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS PLÁSTICOS LTDA - EPP

Empresa Detentora da Ata

Representante Legal: Daniel Cenci

CPF: 003.655.970-90

DIGIPLUS TECNOLOGIA LTDA EPP

Empresa Detentora da Ata

Representante Legal: Leandro Bardini Idalino

CPF: 089.459.999-22

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 155/PMF/2016;AVISO DE LICITAÇÃO
REGISTRO DE PREÇO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 155/PMF/2016;

OBJETIVO: A presente licitação tem por objetivo a aquisição de 01 caminhão novo 4X2 toco, para atendimento as necessidades do Município de Forquilha/SC.

DATA DE ABERTURA: Dia 08 de novembro de 2016 às 09:00 horas.
EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou por e-mail: editais@forquilha.sc.gov.br ou <http://www.forquilha.sc.gov.br/>

Forquilha, 24 de outubro de 2016.

ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK

Pregoeira

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 20/FMS/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE FORQUILHA

AVISO DE LICITAÇÃO
REGISTRAR PREÇO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 20/FMS/2016.

OBJETIVO: A presente licitação tem como objetivo REGISTRAR PREÇO para a aquisição de mobiliário e equipamentos de saúde por meio do Fundo Municipal de Saúde do Município de Forquilha.

DATA DE ABERTURA: Dia 09 de novembro de 2016 às 09:00 horas.
EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou por e-mail: editais@forquilha.sc.gov.br ou <http://www.forquilha.sc.gov.br/>

Forquilha, 24 de outubro de 2016.

ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK

Pregoeira

DECRETO Nº. 194, DE 19 DE OUTUBRO DE 2016.

DECRETO Nº. 194, DE 19 DE OUTUBRO DE 2016.

NOMEIA OS MEMBROS PARA COMPORER O CONSELHO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com o disposto na Lei Municipal nº. 1.398, de 30 de outubro de 2008,

DECRETA:

Art. 1º O Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social é órgão de caráter deliberativo e será composto por 10 (dez) membros de forma paritária por representantes do setor público e da sociedade civil organizada, que será composto pelos seguintes membros:

I – Representantes do setor público:

- a) Lilian Arns – Secretária de Assistência Social;
 - b) Roberta Casagrande Gonçalves Pasini – Secretária de Assistência Social;
 - c) Celina Honório Ronchi – Secretária de Assistência Social;
 - d) Maria Sônia Pacheco Tiscoski – Secretária de Desenvolvimento Econômico;
 - e) Valmir Hobold – Secretária de Planejamento;
- II – Representante da sociedade civil organizada:
- a) Ademir Dealmaso de Dias – Associação de Moradores do Bairro Santa Cruz;
 - b) Jaison da Silva Rosa – Associação de Moradores do Bairro Cidade Alta;
 - c) Silvana Mota de Figueredo Martinelli – Associação de Moradores do Bairro Saturno;
 - d) José Silva dos Santos – Pastor na Igreja Conservadora Betel;
 - e) Roseley Bordignon da Rosa – Associação de Amigos da Pastoral da Criança.
- 1º A Presidência do Conselho Gestor do FMHIS será exercida pela Secretária de Assistência Social.
 - 2º O Presidente do Conselho Gestor do FMHIS exercerá o voto de qualidade.
 - 3º Compete ao Presidente do Conselho Gestor proporcionar ao Conselho Gestor os meios necessários ao exercício de suas competências.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário, os Decretos 20/2011, 87/2012 e 107/2013.

Forquilha/SC, 19 de outubro de 2016.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 19 de outubro de 2016.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

EXTRATO DE TERMO ADITIVO PMF 75/2016

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 75/2016

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 183/2015

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHA

CONTRADADO – FBB ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA

DO OBJETO – Contratação de empresa especializada para realizar/adaptar as instalações elétricas nos centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino do Município de Forquilha/SC.

DO PRAZO – Fica acrescido 60 (sessenta) dias no prazo de execução do contrato 183/PMF/2015 de 02/09/2016 para 01/11/2016 bem como a prorrogação da vigência do contrato para 30/01/2017.

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 02 de setembro de 2016.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA

AVISO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 0028-2016 DOM

Aviso de Licitação – Tomada de Preços nº 0028/2016 – PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC
TOMADA DE PREÇOS Nº 0028/2016

Processo Administrativo Licitatório nº 0277/2016 – PMF

Objeto: Contratação de empresa do ramo para execução dos muros de contenção e Passeios da Escola São Miguel, localizada na Rua Guido Brandt, no bairro São Miguel, nesta cidade de Fraiburgo, com fornecimento do material e mão de obra, conforme Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo (ANEXOS ao PAL). Modalidade: Tomada de Preços; Regime de Execução: Empreitada por Preço Global; Julgamento: Menor Preço UNITÁRIO; RECURSOS: Próprios. Entrega e Protocolo dos Envelopes: Até às 14:00 horas do dia 18.11.2016, junto a Secretaria-Executiva – Protocolo Central, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento: Junto ao Setor de Compras, até as 14:15 horas do mesmo dia. Abertura: As 14:15 horas do mesmo dia. O Edital poderá ser retirado na Prefeitura Municipal de Fraiburgo na Av. Rio das Antas, nº 185 ao custo de R\$ 50,00 (cinquenta reais), mediante comprovante de pagamento através do DAM (Documento de Arrecadação Municipal) ou pelo site: www.fraiburgo.sc.gov.br sem ônus.

Fraiburgo(SC), 24 de outubro de 2016.
Ivo Biazolo – Prefeito.

AVISO DE RETIFICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0141A_2016- RP- 0091

Aviso de Retificação do Pregão Presencial nº 0141A/2016 – PMF
Registro de Preço Nº 0091/2016-PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS visando aquisições futuras de tintas para demarcação viária, tachões e cola para tachões, que será usado na sinalização viária, para uso do Órgão Executivo de Trânsito do Município (ORTFRAI), durante os meses de outubro de 2016 a março de 2017. Retificação: Fica excluído o item 2.2.3 do Edital - "O LAUDO DE ACEITABILIDADE DAS AMOSTRAS deverá obrigatoriamente ser apresentado no ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA DE PREÇOS" e o item 5.2 letra "i" - i) Constar laudo das tintas, conforme item 2.2.2 letras "a" e "b". Desta forma, como tal alteração implicará na formulação das propostas, a data de abertura do presente Certame passa a ser: Entrega/Protocolo dos Envelopes: até as 13:45 horas do dia 10.11.2016, deverão ser feitos junto a Secretaria-Executiva – Protocolo Central, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento e Abertura: às 14:00 horas do mesmo dia, junto ao Setor de Compras e Licitação. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 24 de outubro de 2016.
Ivo Biazolo – Prefeito

DECRETO Nº 256/2016

DECRETO Nº 256, DE 24 DE OUTUBRO DE 2016.

REVOGA TURNO ÚNICO DE SEIS HORAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA URBANA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com os artigos 32, - 3º e 35, ambos da Lei Complementar Municipal n. 109/2010 e suas alterações;

CONSIDERANDO, a situação de emergência declarada através do Decreto Municipal n. 252, de 18 de outubro de 2016, em razão do granizo que atingiu as áreas urbanas e rurais do município;

DECRETA:

Art. 1º. Fica revogado turno único de 6(seis) horas diárias, fixando o horário de funcionamento de expediente da Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana, retornando a partir de 25 de outubro de 2016 (terça-feira), 08 horas diárias, de segunda a sexta-feira, nos períodos matutino e vespertino, das 7:30 às 11:30 horas e das 13:30 às 17:30h.

Art. 2º. Permanece inalterados os horários de funcionamento das demais secretarias.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

FRAIBURGO, SC, 24 DE OUTUBRO 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

DECRETO Nº 257/2016

DECRETO Nº 257, DE 24 DE OUTUBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o Art. 16 da Lei 2324 de 09 de Dezembro de 2015;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo crédito adicional suplementar para o exercício de 2016 no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), nas seguintes dotações:

10.00 – Secretaria de Infraestrutura		
10.02 – Segurança Pública		
06.182.0019.2.057 – Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0220 (303)	R\$	60.000,00
TOTAL		
	R\$	60.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta do provável excesso de arrecadação a ser apurado até o final do exercício, nas rubricas

abaixo relacionadas.

41990990900 – Outras Receitas – Trib. Justiça – Def. Civil	R\$	60.000,00
TOTAL	R\$	60.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 24 DE OUTUBRO DE 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

DECRETO Nº 258/2016

DECRETO Nº 258, DE 24 DE OUTUBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o Art. 16 da Lei 2324 de 09 de Dezembro de 2015;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo crédito adicional suplementar para o exercício de 2016 no valor de R\$

DECRETO Nº 259/2016

DECRETO Nº 259, DE 24 DE OUTUBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei 2346 de 21 de Outubro de 2016;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo, crédito adicional especial e suplementar para o exercício de 2016, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), criando a modalidade de despesa, nas unidades orçamentárias a seguir discriminadas:

10.00 – Secretaria de Infraestrutura		
10.02 – Segurança Pública		
06.181.0019.2.043 – Manutenção da Segurança Pública		
4.4.30.00.00 – Transferência a Estados e ao Distrito Federal 0.1.0201 (301)	R\$	15.000,00
Total	R\$	15.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

10.00 – Secretaria de Infraestrutura		
10.02 – Segurança Pública		
06.181.0019.2.043 – Manutenção da Segurança Pública		
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.1.0201 (129)	R\$	15.000,00
Total	R\$	15.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 24 DE OUTUBRO DE 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

60.000,00 (sessenta mil reais), nas seguintes dotações:

13.00 – Fundação Municipal de Esportes e Lazer – FME		
13.01 – Fundação Municipal de Esportes e Lazer – FME		
27.812.0026.2.054 – Manutenção da Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0800 (3)	R\$	60.000,00
TOTAL	R\$	60.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta do provável excesso de arrecadação a ser apurado até o final do exercício, nas rubricas abaixo relacionadas.

41721010200 – Cota Parte do F.P.M	R\$	60.000,00
TOTAL	R\$	60.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 24 DE OUTUBRO DE 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1834/2016

PORTARIA Nº 1834, DE 24 DE OUTUBRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0001 de 08 de janeiro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 264/2016 da Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de VILMAR DE LIMA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 482.054.789-53, contratado em caráter temporário na função de OPERADOR DE TRATOR DE PNEU, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de novembro de 2016 até 30 de novembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de outubro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1835/2016

PORTARIA Nº 1835, DE 24 DE OUTUBRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0008 de 01 de fevereiro de 2016 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 264/2016 da Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ITAMAR RODRIGUES AZEVEDO, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 005.727.929-21, contratado em caráter temporário na função de OPERADOR DE MÁQUINA – ESCAVADEIRA, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de novembro de 2016 até 30 de novembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de outubro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1836/2016

PORTARIA Nº 1836, DE 24 DE OUTUBRO DE 2016.

Designa Fiscais de serviços decorrente de Contrato Administrativo.

IVO BIAZZOLO, Prefeito de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º Designar JAN MARCEL GOMES MARTINS, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 062.957.309-30, contratado em caráter temporário na função de ENGENHEIRO CIVIL, matrícula nº 11908, e ADEMIR VICENTE FRANCO DE SOUZA JUNIOR, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 327.795.578-85, contratado em caráter temporário na função de ENGENHEIRO CIVIL, matrícula nº 11406, para acompanhamento e fiscalização dos serviços decorrente do contrato administrativo nº CT16PMF131, Processo Administrativo Licitatório nº 0237/2016 - PMF, Dispensa de Licitação nº 0024/2016, cujo objeto é a contratação de empresa do ramo para substituição e recuperação de parte das coberturas com telhas de amianto, em diversos prédios públicos do município, devido ao granizo ocorrido na data de 18.10.2016 e vendaval do dia 19.10.2016, conforme Decreto nº 252, de 18 de outubro de 2016 (ANEXOS ao PAL).

Art. 2º. Incumbe aos fiscais acima designados acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços acima referidos, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo (SC), 24 de outubro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 0026_2016-PMF DOM INAB

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 0026/2016 – PMF

O Prefeito torna público que na licitação em epígrafe cujo objeto é a contratação de empresa do ramo para execução dos serviços de construção de muro em alvenaria de bloco de concreto, estruturado em concreto armado, adequação da rampa de acesso ao estacionamento, pintura em epoxi nos pisos polidos, e guarda corpo sobre o muro de contenção existente, com fornecimento do material e mão de obra, na Unidade de Pronto Atendimento (UPA), de acordo com o projeto e memoriais descritivo e quantitativo (ANEXOS AO PAL), houve a participação das empresas: CONSTRUTIBBES OBRAS E SERVIÇOS LTDA – EPP; TERRAPLANAGEM E PRESTADORA DE SERVIÇOS EXCEL LTDA – ME e STRAHL CONSTRUÇÕES EIRELI ME. Quando da abertura dos envelopes de habilitação, foram INABILITADAS pela Comissão as empresas: CONSTRUTIBBES OBRAS E SERVIÇOS LTDA – EPP, por não apresentar a Certidão de Falência e Concordata, conforme solicitado no item 4.2.4.1 do Edital, e a TERRAPLANAGEM E PRESTADORA DE SERVIÇOS EXCEL LTDA – ME, por não apresentar o CRC (Certificado de Registro Cadastral), conforme solicitado no item 4.2.7 do Edital Restando então HABILITADA a seguinte proponente STRAHL CONSTRUÇÕES EIRELI ME, enquadrada como Microempresa. Desta forma, transcorrido “in albis” o prazo recursal previsto no art. 109 Inciso I, alínea “a”, da

Lei 8.666/93, será designada data para abertura e julgamento das PROPOSTAS DE PREÇOS da empresa habilitada. Havendo interposição de recursos as empresas serão intimadas posteriormente. Fraiburgo (SC), 24 de outubro de 2016.

Ivo Biazolo – Prefeito.

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº 08/2016

RESOLUÇÃO Nº 08/2016

DISPÕE SOBRE O RELATÓRIO FINAL APRESENTADO E APROVADO POR MAIORIA DOS MEMBROS JUNTO A COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PA/CPI/CMF Nº 01/2015.

ORACIR FERREIRA DE DEUS, Presidente da Câmara Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em especial a que lhe confere o Art. 34, IV, do Regimento Interno, tendo sido aprovada pelo Plenário desta Casa Legislativa, em Sessão Ordinária realizada em 24 de outubro de 2016, promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica aprovado o Relatório Final da PA/CPI/CMF Nº 01/2015 apresentado pelo Vereador Relator, acatado por maioria de votos dos membros da CPI, pelo ARQUIVAMENTO, em face da perda superveniente do objeto.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS SESSÕES, 25 de outubro de 2016.

ORACIR FERREIRA DE DEUS

Presidente

ELISANDRA TIEPO

Téc. Legislativo

Frei Rogério

PREFEITURA

DECRETO Nº. 843/2016 DECRETA PONTO FACULTATIVO NO DIA 28 DE OUTUBRO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº. 843/2016 DE 24 DE OUTUBRO DE 2016.

DECRETA PONTO FACULTATIVO NO DIA 28 DE OUTUBRO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HIDEKI IWASAKI, Prefeito do Município de Frei Rogério em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 87, inciso IV da Lei Orgânica do município.

DECRETA:

Art. 1º- Fica estabelecido ponto facultativo junto às repartições públicas do município de Frei Rogério no dia 28 de outubro de 2016 em razão da comemoração do dia do funcionalismo público.

- 1º. – Não se aplica este Decreto aos Centros Municipais de Educação e Centros de Educação Infantil, os quais já gozaram de recesso escolar nos dias 13 e 14/10/2016.

- 2º. - Havendo a necessidade de atendimento à situações emergenciais ou outras que demandam de pronto atendimento, far-se-á por meio de plantão previamente estabelecido por cada secretaria e fixado nas mesmas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Frei Rogério, 24 de outubro de 2016.

HIDEKI IWASAKI

Prefeito Municipal em Exercício

Garopaba

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PR030/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 030/2016

O Município de Garopaba torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, objetivando a Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de infraestrutura tecnológica para implantação de rede IP e de dados para uso da Prefeitura e Fundo Municipal de Saúde de Garopaba. Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº. 1 – “PROPOSTA” e nº. 2 – “DOCUMENTAÇÃO” deverão ser protocolados no protocolo geral da Prefeitura Municipal de Garopaba, sito a Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, até as 13h55min do dia 08/11/2016.

A sessão se dará a partir das 14h00min do dia 08/11/2016, no endereço acima especificado.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no site www.garopaba.sc.gov.br

Garopaba, 24 de outubro de 2016.

Paulo Sergio de Araujo

Prefeito Municipal em exercício

AVISO DE LICITAÇÃO LEILÃO -LL001/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

LEILÃO Nº. 001/2016

O Município de Garopaba, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 82.836.057/0001-90, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Paulo Sérgio de Araujo, torna público para conhecimento dos interessados, que às 14h00min do dia 09/11/2016, na Sala de Reuniões do Setor de Compras e Licitações, sito a Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, realizará licitação, na modalidade LEILÃO, do tipo MAIOR LANCE OU OFERTA POR LOTE, objetivando a alienação de bens móveis inservíveis para a Administração Municipal.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no site www.garopaba.sc.gov.br e no endereço acima especificado, no horário das 13h00min às 18h00min.

Garopaba, 21 de outubro de 2016.

Paulo Sérgio de Araujo

Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 083/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 083/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).

IAN DA SILVA ARGOU

Candidato(a): 257721

Cargo: AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO

Classificação: 9º LUGAR

Garopaba, 24 de outubro de 2016.

Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A)

para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 9º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo

Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 084/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 084/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).

MARCIO EDENI RODRIGUES POITEVIN

Candidato(a): 238321

Cargo: AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO

Classificação: 10º LUGAR

Garopaba, 24 de outubro de 2016.

Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 10º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo

Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 085/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 085/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).

FABIANO MANOEL DE SOUZA

Candidato(a): 257863

Cargo: AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO

Classificação: 11º LUGAR

Garopaba, 24 de outubro de 2016.

Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 11º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo

Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 086/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 086/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).

VITOR HUGO NARDI DA COSTA

Candidato(a): 266519

Cargo: AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO

Classificação: 12º LUGAR

Garopaba, 24 de outubro de 2016.

Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 12º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo

Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 087/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 087/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).

ELI JOSE DOS SANTOS FILHO

Candidato(a): 262251

Cargo: AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO

Classificação: 13º LUGAR

Garopaba, 24 de outubro de 2016.

Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 13º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo

Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 088/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 088/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).

WILLIAM JULIANO PEREIRA PINOS

Candidato(a): 250490

Cargo: AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO

Classificação: 14º LUGAR

Garopaba, 24 de outubro de 2016.

Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 14º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo

Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 089/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 089/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).

MARCOS ANTONIO DE LIMA

Candidato(a): 247095

Cargo: AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO

Classificação: 15º LUGAR

Garopaba, 24 de outubro de 2016.

Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 15º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo

Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 090/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 090/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).

LEANDRO PEREIRA FURTADO

Candidato(a): 237240

Cargo: AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO

Classificação: 16º LUGAR

Garopaba, 24 de outubro de 2016.

Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 16º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo

Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 091/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 091/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).

JOEL LINHARES

Candidato(a): 242656

Cargo: AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO

Classificação: 17º LUGAR

Garopaba, 24 de outubro de 2016.

Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 17º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo

Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 092/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 092/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).

JORGE EDUARDO GONZALEZ LUZARDO

Candidato(a): 238157

Cargo: AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO

Classificação: 18º LUGAR

Garopaba, 24 de outubro de 2016.

Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 18º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo

Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 093/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 093/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).

EDMILSON CUNHA OLIVEIRA

Candidato(a): 266076

Cargo: AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO

Classificação: 19º LUGAR

Garopaba, 24 de outubro de 2016.

Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 19º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo

Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 094/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 094/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).

LISIANE DUARTE

Candidato(a): 236523

Cargo: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Classificação: 1º LUGAR

Garopaba, 24 de outubro de 2016.

Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 1º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo

Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 095/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 095/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).

MILSON CARLOS DE MELLO

Candidato(a): 243381

Cargo: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Classificação: 2º LUGAR

Garopaba, 24 de outubro de 2016.

Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 2º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo

Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 096/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 096/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).

VITOR HUGO AUGUSTO GARCEZ FILHO

Candidato(a): 247948

Cargo: COVEIRO

Classificação: 1º LUGAR

Garopaba, 24 de outubro de 2016.

Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de COVEIRO, para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 1º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo

Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 097/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 097/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).

EDGAR NOSCHANG KUNZ

Candidato(a): 254724

Cargo: ELETRICISTA

Classificação: 1º LUGAR

Garopaba, 24 de outubro de 2016.

Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de ELETRICISTA, para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 1º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo

Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 098/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 098/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
ELIANE SEBASTIAO
Candidato(a): 248851
Cargo: ENFERMEIRO
Classificação: 5º LUGAR

Garopaba, 24 de outubro de 2016.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de ENFERMEIRO, para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 5º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 099/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 099/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
RENAN ELIZEU HILÁRIO
Candidato(a): 264156
Cargo: ENFERMEIRO
Classificação: 6º LUGAR

Garopaba, 24 de outubro de 2016.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de ENFERMEIRO, para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 6º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 100/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 100/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
KARINA MENDES
Candidato(a): 265376
Cargo: MERENDEIRA
Classificação: 11º LUGAR

Garopaba, 24 de outubro de 2016.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de MERENDEIRA para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 11º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 101/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 101/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
NILZA TEIXEIRA DOS REIS
Candidato(a): 266732
Cargo: MERENDEIRA
Classificação: 12º LUGAR

Garopaba, 24 de outubro de 2016.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de MERENDEIRA para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 12º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 102/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 102/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
SIMONE SILVA DA COSTA
Candidato(a): 244856
Cargo: MERENDEIRA
Classificação: 13º LUGAR

Garopaba, 24 de outubro de 2016.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de MERENDEIRA para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 13º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 103/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 103/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
MARNI TEREZINHA DOS SANTOS LIMA
Candidato(a): 264925
Cargo: MERENDEIRA
Classificação: 14º LUGAR

Garopaba, 24 de outubro de 2016.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de MERENDEIRA para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 14º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 104/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 104/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
FERNANDO MENDES SOARES
Candidato(a): 237495
Cargo: MOTORISTA DE CAMINHÃO/AUTOMÓVEL/ÔNIBUS
Classificação: 4º LUGAR

Garopaba, 24 de outubro de 2016.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de MOTORISTA DE CAMINHÃO/AUTOMÓVEL/ÔNIBUS, para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 4º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 105/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 105/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
JOÃO ALEXANDRE JUNCKES DE SOUZA
Candidato(a): 237375
Cargo: MOTORISTA DE CAMINHÃO/AUTOMÓVEL/ÔNIBUS
Classificação: 5º LUGAR

Garopaba, 24 de outubro de 2016.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de MOTORISTA DE CAMINHÃO/AUTOMÓVEL/ÔNIBUS, para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 5º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 106/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 106/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
LEANDRO CESAR COELHO DALA NORA
Candidato(a): 262040
Cargo: MOTORISTA DE CAMINHÃO/AUTOMÓVEL/ÔNIBUS
Classificação: 6º LUGAR

Garopaba, 24 de outubro de 2016.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de MOTORISTA DE CAMINHÃO/AUTOMÓVEL/ÔNIBUS, para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 6º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 107/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 107/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
ERIVELTO FERREIRA DE SOUZA
Candidato(a): 266009
Cargo: MOTORISTA DE CAMINHÃO/AUTOMÓVEL/ÔNIBUS
Classificação: 7º LUGAR

Garopaba, 24 de outubro de 2016.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de MOTORISTA DE CAMINHÃO/AUTOMÓVEL/ÔNIBUS, para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 7º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 108/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 108/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
THIAGO DE MELO
Candidato(a): 265847
Cargo: OPERADOR DE EQUIPAMENTOS
Classificação: 2º LUGAR

Garopaba, 24 de outubro de 2016.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de OPERADOR DE EQUIPAMENTOS, para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 2º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 109/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 109/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
CARLOS ALBERTO CARNEIRO ASP
Candidato(a): 259666
Cargo: PROFESSOR ARTES (20H)
Classificação: 5º LUGAR

Garopaba, 24 de outubro de 2016.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de PROFESSOR ARTES (20H), para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 5º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 110/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 110/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
ELAINE NUNES PORTO
Candidato(a): 260655
Cargo: PROFESSOR ARTES (20H)
Classificação: 6º LUGAR

Garopaba, 24 de outubro de 2016.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de PROFESSOR ARTES (20H), para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 6º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 111/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 111/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
DENISE VERGARA DE SOUZA BORK
Candidato(a): 261487
Cargo: PROFESSOR ARTES (20H)
Classificação: 7º LUGAR

Garopaba, 24 de outubro de 2016.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de PROFESSOR ARTES (20H), para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 7º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 112/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 112/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
RICARDO NUNES DE OLIVEIRA
Candidato(a): 244021
Cargo: PROFESSOR ARTES (20H)
Classificação: 8º LUGAR

Garopaba, 24 de outubro de 2016.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de PROFESSOR ARTES (20H), para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 8º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 113/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 113/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
MARIANE MARTINS RAPOSO
Candidato(a): 265909
Cargo: PROFESSOR ARTES (40H)
Classificação: 1º LUGAR

Garopaba, 24 de outubro de 2016.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de PROFESSOR ARTES (40H), para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 1º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 114/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 114/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
PATRICIA SILVEIRA TEIXEIRA
Candidato(a): 237414
Cargo: PROFESSOR ARTES (40H)
Classificação: 2º LUGAR

Garopaba, 24 de outubro de 2016.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de PROFESSOR ARTES (40H), para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 2º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 115/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 115/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
GISELE VOLPATO DE MORAES
Candidato(a): 238248
Cargo: PROFESSOR ARTES (40H)
Classificação: 3º LUGAR

Garopaba, 24 de outubro de 2016.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de PROFESSOR ARTES (40H), para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 3º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 116/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 116/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
AFONSO CORREA DE SOUZA JUNIOR
Candidato(a): 249180
Cargo: PROFESSOR ARTES (40H)
Classificação: 4º LUGAR

Garopaba, 24 de outubro de 2016.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de PROFESSOR ARTES (40H), para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 4º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 117/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 117/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
IVETE TERESINHA LUCIANO DE ANTONI
Candidato(a): 256796
Cargo: PROFESSOR COM LICENCIATURA 40H
Classificação: 6º LUGAR

Garopaba, 24 de outubro de 2016.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de PROFESSOR COM LICENCIATURA 40H para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 6º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 118/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 118/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
CLAUDIA MESTRE DIAS DE ABREU
Candidato(a): 249567
Cargo: PROFESSOR COM LICENCIATURA 40H
Classificação: 7º LUGAR

Garopaba, 24 de outubro de 2016.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de PROFESSOR COM LICENCIATURA 40H para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 7º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 119/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 119/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
ALINE ZARTH MILAN
Candidato(a): 249054
Cargo: PROFESSOR COM LICENCIATURA 40H
Classificação: 8º LUGAR

Garopaba, 24 de outubro de 2016.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de PROFESSOR COM LICENCIATURA 40H para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 8º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 120/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 120/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
MARLETE JUSTIN JACOBY
Candidato(a): 236676
Cargo: PROFESSOR COM LICENCIATURA 40H
Classificação: 9º LUGAR

Garopaba, 24 de outubro de 2016.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de PROFESSOR COM LICENCIATURA 40H para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 9º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 121/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 121/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
ROSANGELA LEMOS DELAMUTA
Candidato(a): 254148
Cargo: PROFESSOR COM LICENCIATURA 40H
Classificação: 10º LUGAR

Garopaba, 24 de outubro de 2016.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de PROFESSOR COM LICENCIATURA 40H para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 10º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 122/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 122/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
BENISIA GROSSER FERREIRA
Candidato(a): 262285
Cargo: PROFESSOR COM LICENCIATURA 40H
Classificação: 11º LUGAR

Garopaba, 24 de outubro de 2016.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de PROFESSOR COM LICENCIATURA 40H para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 11º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 123/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 123/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
SOFIA ADELA LARA BRUN
Candidato(a): 241305
Cargo: PROFESSOR COM LICENCIATURA 40H
Classificação: 12º LUGAR

Garopaba, 24 de outubro de 2016.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de PROFESSOR COM LICENCIATURA 40H para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 12º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 124/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 124/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
CAROLINA ARAUJO DA ROSA
Candidato(a): 257434
Cargo: PROFESSOR COM LICENCIATURA 40H
Classificação: 13º LUGAR

Garopaba, 24 de outubro de 2016.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de PROFESSOR COM LICENCIATURA 40H para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 13º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 125/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 125/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
GISELE CRISTINE FERNANDES THOMAZ VOSS
Candidato(a): 238845
Cargo: PROFESSOR COM LICENCIATURA 40H
Classificação: 14º LUGAR

Garopaba, 24 de outubro de 2016.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de PROFESSOR COM LICENCIATURA 40H para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 14º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 126/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 126/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
NAIRA SALETE BERNARDO FERNANDES THOMAZ
Candidato(a): 256816
Cargo: PROFESSOR COM LICENCIATURA 40H
Classificação: 15º LUGAR

Garopaba, 24 de outubro de 2016.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de PROFESSOR COM LICENCIATURA 40H para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 15º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 127/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 127/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
JOICE BITELO DA SILVA SPRENGER
Candidato(a): 247895
Cargo: PROFESSOR COM LICENCIATURA 40H
Classificação: 16º LUGAR

Garopaba, 24 de outubro de 2016.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de PROFESSOR COM LICENCIATURA 40H para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 16º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 128/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 128/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
SUSANA MARIA LADEIRA BORGES
Candidato(a): 261842
Cargo: PROFESSOR COM LICENCIATURA 40H
Classificação: 17º LUGAR

Garopaba, 24 de outubro de 2016.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de PROFESSOR COM LICENCIATURA 40H para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 17º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 129/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 129/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
SIMONE ROGALSKY
Candidato(a): 256725
Cargo: PROFESSOR COM LICENCIATURA 40H
Classificação: 18º LUGAR

Garopaba, 24 de outubro de 2016.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de PROFESSOR COM LICENCIATURA 40H para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 18º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 130/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 130/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
QUERLEN BEATRIZ CANDIDO DE OLIVEIRA
Candidato(a): 258765
Cargo: PROFESSOR COM LICENCIATURA 40H
Classificação: 19º LUGAR

Garopaba, 24 de outubro de 2016.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de PROFESSOR COM LICENCIATURA 40H para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 19º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 131/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 131/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
LUANA DE LIMA ARAUJO
Candidato(a): 239713
Cargo: PROFESSOR COM LICENCIATURA 40H
Classificação: 20º LUGAR

Garopaba, 24 de outubro de 2016.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de PROFESSOR COM LICENCIATURA 40H para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 20º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 132/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 132/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
LUCIANA CHULTES CIRONE
Candidato(a): 237488
Cargo: PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA 20H
Classificação: 2º LUGAR

Garopaba, 24 de outubro de 2016.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA 20H para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 2º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 133/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 133/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
ANTONIO ROBERTO MACHADO DA SILVA
Candidato(a): 248375
Cargo: PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA 20H
Classificação: 3º LUGAR

Garopaba, 24 de outubro de 2016.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA 20H para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 3º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 134/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 134/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).

ALVARO FRANCISCO CARVALHO ALVARES

Candidato(a): 239619

Cargo: PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA 20H

Classificação: 4º LUGAR

Garopaba, 24 de outubro de 2016.

Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA 20H para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 4º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo

Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 137/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 137/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).

MILENA ENGELS DE CAMARGO

Candidato(a): 250715

Cargo: PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA 40H

Classificação: 1º LUGAR

Garopaba, 24 de outubro de 2016.

Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA 40H para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 1º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo

Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 135/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 135/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).

MARCIO AURELIO CAMPAGNA

Candidato(a): 262313

Cargo: PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA 20H

Classificação: 5º LUGAR

Garopaba, 24 de outubro de 2016.

Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA 20H para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 5º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo

Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 138/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 138/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).

EVANELY AGENOR DE CARVALHO JUNIOR

Candidato(a): 262561

Cargo: PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA 40H

Classificação: 2º LUGAR

Garopaba, 24 de outubro de 2016.

Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA 40H para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 2º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo

Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 136/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 136/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).

DANIEL DANTE COGNATO

Candidato(a): 263269

Cargo: PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA 20H

Classificação: 6º LUGAR

Garopaba, 24 de outubro de 2016.

Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA 20H para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 6º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo

Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 139/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 139/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).

CAUE CRISTIANO VIEIRA

Candidato(a): 245973

Cargo: PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA 40H

Classificação: 3º LUGAR

Garopaba, 24 de outubro de 2016.

Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA 40H para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 3º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo

Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 140/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 140/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
LUCIANO JOSE DE SOUZA JUNIOR
Candidato(a): 264324
Cargo: PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA 40H
Classificação: 4º LUGAR

Garopaba, 24 de outubro de 2016.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA 40H para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 4º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 141/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 141/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
DENIS AUGUSTO DE CAMARGO
Candidato(a): 250703
Cargo: PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA 40H
Classificação: 5º LUGAR

Garopaba, 24 de outubro de 2016.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA 40H para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 5º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 142/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 142/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
MARCELO MEIRELLES SANTOS
Candidato(a): 264736
Cargo: PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA 40H
Classificação: 6º LUGAR

Garopaba, 24 de outubro de 2016.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA 40H para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 6º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 143/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 143/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
MORGANA MORAES
Candidato(a): 265963
Cargo: PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA 40H
Classificação: 7º LUGAR

Garopaba, 24 de outubro de 2016.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA 40H para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 7º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 144/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 144/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
FABIANE SANTIAGO FERREIRA
Candidato(a): 251747
Cargo: PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA 40H
Classificação: 8º LUGAR

Garopaba, 24 de outubro de 2016.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA 40H para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 8º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 145/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 145/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
LUCIANO RUFFIER SCARINCI
Candidato(a): 249910
Cargo: PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA 40H
Classificação: 9º LUGAR

Garopaba, 24 de outubro de 2016.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA 40H para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 9º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 146/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 146/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
MAURO SAMPAIO BORTOLOTTI
Candidato(a): 257793
Cargo: PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA 40H
Classificação: 10º LUGAR

Garopaba, 24 de outubro de 2016.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA 40H para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 10º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 147/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 147/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
SUELEN PIENIS
Candidato(a): 247603
Cargo: PROFESSOR INGLÊS 20H
Classificação: 4º LUGAR

Garopaba, 24 de outubro de 2016.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de PROFESSOR INGLÊS 20 H para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 4º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 148/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 148/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
TATIANE CALZA
Candidato(a): 248978
Cargo: PROFESSOR INGLÊS 20H
Classificação: 5º LUGAR

Garopaba, 24 de outubro de 2016.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de PROFESSOR INGLÊS 20 H para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 5º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 149/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 149/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
VERA LUCIA CASTILHOS DINIZ
Candidato(a): 253404
Cargo: PROFESSOR INGLÊS 20H
Classificação: 6º LUGAR

Garopaba, 24 de outubro de 2016.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de PROFESSOR INGLÊS 20 H para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 6º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 150/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 150/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
ANA PAULA DA SILVA MARTINS
Candidato(a): 259213
Cargo: PROFESSOR INGLÊS 20H
Classificação: 7º LUGAR

Garopaba, 24 de outubro de 2016.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de PROFESSOR INGLÊS 20 H para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 7º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 151/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 151/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
HELEN MARCIA OLIVEIRA BORTOLAN
Candidato(a): 267076
Cargo: PROFESSOR INGLÊS 20H
Classificação: 8º LUGAR

Garopaba, 24 de outubro de 2016.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de PROFESSOR INGLÊS 20 H para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 8º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 152/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 152/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
GRAZIELLY BENVEGNU MENEZES
Candidato(a): 254818
Cargo: PROFESSOR INGLÊS 40H
Classificação: 1º LUGAR

Garopaba, 24 de outubro de 2016.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de PROFESSOR INGLÊS 40 H para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 1º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 153/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 153/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
ANDRE HENRIQUE NUNES DO CARMO
Candidato(a): 255606
Cargo: PROFESSOR INGLÊS 40H
Classificação: 2º LUGAR

Garopaba, 24 de outubro de 2016.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de PROFESSOR INGLÊS 40 H para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 2º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 154/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 154/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
MATEUS HILGERT JARA
Candidato(a): 256338
Cargo: SERVENTE
Classificação: 11º LUGAR

Garopaba, 24 de outubro de 2016.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de SERVENTE para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 11º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 155/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 155/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
VANIR ELENA HOCH TAVARES
Candidato(a): 249327
Cargo: SERVENTE
Classificação: 12º LUGAR

Garopaba, 24 de outubro de 2016.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de SERVENTE para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 12º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 156/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 156/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
PRISCILLA XAVIER MATOS
Candidato(a): 237137
Cargo: SERVENTE
Classificação: 13º LUGAR

Garopaba, 24 de outubro de 2016.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de SERVENTE para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 13º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 157/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 157/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
WILLIAN MARCOS DA SILVA
Candidato(a): 262091
Cargo: SERVENTE
Classificação: 14º LUGAR

Garopaba, 24 de outubro de 2016.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de SERVENTE para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 14º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 158/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 158/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
PATRICIA GONÇALVES
Candidato(a): 261723
Cargo: SERVENTE
Classificação: 15º LUGAR

Garopaba, 24 de outubro de 2016.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de SERVENTE para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 15º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 159/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 159/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
JERUSA SOARES DE LIMA
Candidato(a): 266403
Cargo: SERVENTE
Classificação: 16º LUGAR

Garopaba, 24 de outubro de 2016.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de SERVENTE para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 16º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 160/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 160/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
ROSANA GONÇALVES FLORENCIO
Candidato(a): 243014
Cargo: SERVENTE
Classificação: 17º LUGAR

Garopaba, 24 de outubro de 2016.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de SERVENTE para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 17º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 161/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 161/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
ROSELEI DE PAULO
Candidato(a): 237993
Cargo: SERVENTE
Classificação: 18º LUGAR

Garopaba, 24 de outubro de 2016.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de SERVENTE para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 18º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 162/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 162/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
DIONATAN DOS SANTOS
Candidato(a): 259196
Cargo: SERVENTE
Classificação: 19º LUGAR

Garopaba, 24 de outubro de 2016.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de SERVENTE para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 19º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 163/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 163/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
ZILMA DOS SANTOS DE ABREU
Candidato(a): 246592
Cargo: SERVENTE
Classificação: 20º LUGAR

Garopaba, 24 de outubro de 2016.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de SERVENTE para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 20º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 164/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 164/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
JULIANA ZILLI
Candidato(a): 257393
Cargo: SERVENTE
Classificação: 21º LUGAR

Garopaba, 24 de outubro de 2016.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de SERVENTE para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 21º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 165/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 165/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
CARLA ESTER SILVA DOZZA
Candidato(a): 266717
Cargo: MERENDEIRA
Classificação: 15º LUGAR

Garopaba, 24 de outubro de 2016.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de MERENDEIRA para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 15º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 166/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 166/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
JULIANA PEDROSO PEREIRA MACHADO
Candidato(a): 246438
Cargo: MERENDEIRA
Classificação: 16º LUGAR

Garopaba, 24 de outubro de 2016.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de MERENDEIRA para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 16º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 167/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 167/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
DEIVID MENDES DA SILVA
Candidato(a): 258282
Cargo: MOTORISTA DE CAMINHÃO/AUTOMÓVEL/ÔNIBUS
Classificação: 8º LUGAR

Garopaba, 24 de outubro de 2016.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de MOTORISTA DE CAMINHÃO/AUTOMÓVEL/ÔNIBUS, para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 8º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 168/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 168/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
JEANE SONIA MARCOS
Candidato(a): 237236
Cargo: NUTRICIONISTA
Classificação: 1º LUGAR

Garopaba, 24 de outubro de 2016.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de NUTRICIONISTA, para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 1º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 169/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 169/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
LIOMAR REGINA AROUCA
Candidato(a): 261105
Cargo: PROFESSOR ARTES 20H
Classificação: 1º LUGAR – RECLASSIFICAÇÃO A PEDIDO

Garopaba, 24 de outubro de 2016.

Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de PROFESSOR ARTES 20H para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 1º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 170/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 170/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
MARJORIE AZEVEDO VASQUES
Candidato(a): 241355
Cargo: PROFESSOR ARTES 20H
Classificação: 2º LUGAR – RECLASSIFICAÇÃO A PEDIDO
Garopaba, 24 de agosto de 2016.

Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de PROFESSOR ARTES 20H para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 2º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 171/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 171/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
GABRIELA DOS SANTOS DE LUCCA
Candidato(a): 236895
Cargo: PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA 40H
Classificação: 11º LUGAR

Garopaba, 24 de outubro de 2016.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA 40H para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 11º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 172/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 172/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
RAUL OLIVEIRA JUNG
Candidato(a): 253740
Cargo: PSICÓLOGO
Classificação: 1º LUGAR

Garopaba, 24 de outubro de 2016.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de PSICÓLOGO, para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 1º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 173/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 173/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
ROMULO BONASSINA WARKEN
Candidato(a): 266586
Cargo: MÉDICO PEDIATRA
Classificação: 3º LUGAR

Garopaba, 24 de outubro de 2016.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de MÉDICO PEDIATRA para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 3º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 174/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 174/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
CAROLINA HOSS
Candidato(a): 266715
Cargo: TÉCNICO DE ENFERMAGEM
Classificação: 7º LUGAR

Garopaba, 24 de outubro de 2016.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de TÉCNICO DE ENFERMAGEM para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 7º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 175/2016

DECRETO N.º 175, DE 24 DE OUTUBRO DE 2016.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 61.300,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.937 de 02/12/2015 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 61.300,00 (sessenta e um mil e trezentos reais), no Orçamento vigente:

07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	35.000,00
12361282.021 - Func. E Manutenção do Ensino Fundamental	10.000,00
3.3.90.0.1.15.000049 - Aplicações Diretas	10.000,00
12361282.022 - Manutenção do Transporte Escolar	20.000,00
3.3.90.0.1.15.000049 - Aplicações Diretas	20.000,00
12365282.024 - Manutenção da Educação Infantil	5.000,00
3.3.90.0.1.15.000049 - Aplicações Diretas	5.000,00

09.01 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	26.300,00
26782352.051 - Func. E Manutenção da Secretaria de Infra-estrutura	26.300,00
3.3.90.0.1.16.000000 - Aplicações Diretas	26.300,00

Art. 2º - Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 61.300,00 (sessenta e um mil e trezentos reais), correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 24 de outubro de 2016.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 25/10/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO
Secretário de Administração

DECRETO Nº 176/2016

DECRETO N.º 176, DE 24 DE OUTUBRO DE 2016.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 15.400,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei nº. 1.937 de 02/12/2015 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 15.400,00 (quinze mil e quatrocentos reais), no Orçamento vigente:

04.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	10.000,00
0412292.006 - Func. E Manutenção da Secretaria de Administração	10.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	10.000,00
08.02 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	5.300,00
FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	5.300,00
08244562.031 - Func. E Manutenção do Fundo Mun de Assistência Social	5.300,00
3.1.90.0.3.29.001055 - Aplicações Diretas	5.300,00
17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	100,00
10301252.078 - Manutenção da Vigilância em Saúde	100,00
4.4.90.0.2.14.000069 - Aplicações Diretas	100,00

Art. 2º - Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 15.400,00 (quinze mil e quatrocentos reais), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

04.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	10.000,00
0412292.006 - Func. E Manutenção da Secretaria de Administração	10.000,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	10.000,00
08.02 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	5.300,00
FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	5.300,00
08244562.031 - Func. E Manutenção do Fundo Mun de Assistência Social	5.300,00
3.3.90.0.3.29.001055 - Aplicações Diretas	5.300,00

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	100,00
10301252.078 - Manutenção da Vigilância em Saúde	100,00
3.3.90.0.2.14.000069 - Aplicações Diretas	100,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor, na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 24 de outubro de 2016.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 25/10/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO
Secretário de Administração

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 62/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE GAROPABA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 62/2016
PMG

Ata nº. 62/2016; Processo nº 132/2016; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA. Contratada: DILNEI FRANCISCO DE LIMA EPP. Objeto: Registro de preço para aquisição de areia de aterro, para uso da Secretaria de Infra Estrutura e Serviços Urbanos. Data da Assinatura: 24/10/2016.

Gaspar

PREFEITURA

DECRETO Nº 7.206, DE 19 DE OUTUBRO DE 2016

DECRETO Nº 7.206, DE 19 DE OUTUBRO DE 2016.

ANULA E SUPLEMENTA SALDOS DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE NA ADMINISTRAÇÃO DIRETA.

DECRETA:

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, conforme autorizado pelo artigo 6º, incisos II, V e VI, da Lei Municipal nº 3.681, de 18 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Ficam anulados, nos valores indicados, os seguintes saldos de dotações do orçamento vigente na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

Órgão: 04 Secretaria Municipal de Educação	
Unidade: 06 Educação Infantil	
Função: 12 Educação	
Subfunção: 365 Educação Infantil	
Programa: 0009 Gestão da Educação Infantil	
Atividade: 2038 Manutenção da Educação Infantil	
Despesa: 59 3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 352.400,00
Despesa: 70 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 400.267,29

Art. 2º Por conta da anulação do art. 1º ficam suplementados, nos valores indicados, os seguintes saldos de dotações do orçamento vigente na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

Órgão: 04 Secretaria Municipal de Educação	
Unidade: 06 Educação Infantil	
Função: 12 Educação	

DECRETO Nº 7.210, DE 19 DE OUTUBRO DE 2016

DECRETO Nº 7.210, DE 19 DE OUTUBRO DE 2016.

NOMEIA SERVIDORA QUE ESPECIFICA

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, e considerando o disposto artigo 10, inciso I e o artigo 11 da Lei Municipal nº 1.305, de 09 de outubro de 1991,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada em caráter efetivo, a candidata habilitada em Concurso Público regido pelo Edital nº 01/2014, no cargo discriminado abaixo, com carga horária, classificação e lotação conforme segue:

NOME	CARGO	C/H	COLOCAÇÃO	LOTAÇÃO
CARLA APARECIDA VARELA DOMINGUES	ENFERMEIRA	40	15º	SECRETARIA DE SAÚDE

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 19 de outubro de 2016.

Pedro Celso Zuchi
Prefeito Municipal

Subfunção: 365 Educação Infantil	
Programa: 0009 Gestão da Educação Infantil	
Atividade: 2038 Manutenção da Educação Infantil	
Despesa: 64 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 32.400,00
Despesa: 60 3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 320.000,00
Despesa: 58 3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 400.267,29

Art. 3º Fica suplementado, por Superávit Financeiro, no valor indicado, o saldo da seguinte dotação do orçamento vigente na SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO:

Órgão: 03 Secretaria Municipal de Administração e Gestão	
Unidade: 04 Secretaria Municipal de Administração e Gestão	
Função: 04 Administração	
Subfunção: 123 Administração Financeira	
Programa: 0006 Gestão da Secretaria de Administração e Finanças	
Projeto: 1017 Aquisição de Equipamentos e Material Permanente	
Dotação: 345 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 71.946,78

Art. 4º Fica suplementado, por Excesso de Arrecadação, no valor indicado, o saldo da seguinte dotação do orçamento vigente na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

Órgão: 04 Secretaria Municipal de Educação	
Unidade: 06 Educação Infantil	
Função: 12 Educação	
Subfunção: 365 Educação Infantil	
Programa: 0009 Gestão da Educação Infantil	
Projeto: 2038 Manutenção da Educação Infantil	
Despesa: 344 3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 57.344,74

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 18 de outubro de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

PORTARIA Nº 5.051, DE 20 DE OUTUBRO DE 2016

PORTARIA Nº 5.051, DE 20 DE OUTUBRO DE 2016.

DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DO SERVIDOR F.J.R.D.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72, inciso XXVI, da Lei Orgânica do Município, em respeito ao disposto no artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal e aos artigos 173 e seguintes da Lei Municipal n. 1.305 de 09 de outubro de 1991, Considerando os autos da Sindicância nº 03/2016, instaurada pela Portaria nº 4.011, de 18 de maio de 2016, que fazem parte integrante desta Portaria,

RESOLVE

Art. 1º Fica instaurado Processo Administrativo Disciplinar para apurar a responsabilidade do servidor F.J.R.D., ocupante do cargo de Enfermeiro, inscrito sob a matrícula n. 11980, pelo fato, em tese, de ter fornecido notificações de receitas médicas assinadas e carimbadas, para medicamentos controlados, com os demais dados em branco, conforme documentos dos autos da Sindicância nº 03/2016.

Art. 2º O Processo Administrativo Disciplinar será conduzido pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, composta pelas servidoras Dulcinéia Santos, Mari Janete Voigt Paim da Silva e Maraisa Zimmermann, sob a presidência da primeira.

Art. 3º Caso comprovadas as ocorrências dos fatos denunciados, estará o servidor sujeito à penalização, com fundamento no artigo 146, incisos III e IX, artigo 147, incisos II e IX, e artigo 162, incisos I e IV, todos da Lei Municipal n. 1.305 de 09 de outubro de 1991.

Art. 4º O prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão será de 60 (sessenta) dias, a partir da data de publicação desta Portaria, podendo ser prorrogado por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.

Art. 5º As servidoras designadas para participar da Comissão ficam dispensados de suas atividades normais nos dias de coleta de provas em geral, bem como para composição do relatório final.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 20 de outubro de 2016.

Pedro Celso Zuchi
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 5.053, DE 21 DE OUTUBRO DE 2016

PORTARIA Nº 5.053, DE 21 DE OUTUBRO DE 2016.

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO ESPECIAL DESIGNADA PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DE EMPRESA E SEU RESPONSÁVEL TÉCNICO POR INEXECUÇÃO DO CONTRATO Nº SAF – 27/2011.

MARLENE ALMEIDA, Secretária de Educação do Município de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 73, da Lei Orgânica do Município de Gaspar, considerando o disposto no artigo 6º da Portaria nº 4.040, de 23 de junho de 2016, e atendendo ao pedido formulado pela Comissão Especial,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 25 de outubro de 2016, o prazo da Comissão Especial designada através da Portaria nº 4.040, de 23 de junho de 2016, para conclusão do processo administrativo que apura a responsabilidade de empresa e seu responsável técnico por inexecução do contrato nº SAF

– 27/2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 21 de outubro de 2016.

MARLENE ALMEIDA
Secretária Municipal de Educação

RESOLUÇÃO Nº 011/2016 - CMDCA

Resolução nº 011/2016 – CMDCA

Aprova o Registro de Inscrição de Serviço Governamental de Atendimento à Criança e ao Adolescente no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, com fundamento nos art. 03 e art.11, Inciso XI, XXI da Lei Complementar Municipal nº. 1432/1993 e de conformidade com a deliberação em plenária realizada no dia 11 de outubro de 2016, e no uso de suas competências:

Considerando que conforme disposição legal é assegurada com absoluta prioridade à Criança e ao Adolescente, a realização de seus direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, como dever concorrente da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público Municipal articulado aos Poderes Público Federal e Estadual;

Considerando a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, alterada pela Lei Federal nº 12.010, de 03 de agosto de 2009, e levando em conta o teor dos artigos 90 e 91, que determinam, respectivamente, que as entidades governamentais e não governamentais inscrevam seus programas de proteção e socioeducativos destinados às crianças e aos adolescentes junto aos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, e que as entidades não governamentais devam, como condição para o seu funcionamento, ser registradas nos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente;

Considerando a Resolução do CONANDA nº 71, de 10 de Junho de 2001, que dispõe sobre o Registro de Entidades Não Governamentais e da Inscrição de Programas de Proteção e Socioeducativo das Governamentais e Não governamentais no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Atendimento e dá outras providências;

Considerando a Resolução do CONANDA nº 74, de 13 de setembro de 2001, que dispõe sobre o registro e fiscalização das entidades sem fins lucrativos que tenham por objetivo a assistência ao adolescente e à educação profissional, e dá outras providências;

Considerando a Resolução do CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005, que dispõe sobre os Parâmetros para Criação e Funcionamento dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências;

Considerando a Resolução CMDCA nº017/2015, que regulamenta o registro de Entidades e Serviços no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, estabelece termos e critérios de análise e dá outras providências.

Resolve:

Art. 1º - Aprovar a Inscrição de Serviço Governamental de Atendimento a Criança e Adolescente, solicitada ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Gaspar/SC, conforme abaixo relacionado:

SERVIÇOS GOVERNAMENTAIS:

1. Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família - PAIF - Gaspar/SC, executado pelo Centro de Referência de Assistência Social – CRAS Dra. Zilda Arns Neumann, situado na rua Argemiro Kraus – Loteamento Novo Horizonte nº 113 – Bairro Gaspar Mirim – Gaspar/SC.

Art. 2º - A Inscrição de Serviço Governamental constante desta Resolução, terá validade de dois anos, conforme competência estabelecida no art. 90 e 91 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, por meio do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Gaspar.

Art. 3º - Esta Resolução passa a vigorar a partir de sua publicação.

Gaspar, 18 de outubro de 2016.

THAISE DE QUADROS

Presidente do CMDCA

Gaspar – SC

RESOLUÇÃO Nº 012/2016 - CMDCA

Resolução nº 012/2016 – CMDCA

Dispõe sobre a composição da Comissão Permanente de Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo de Gaspar

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 1432 de 24 de maio de 1993, e suas alterações, e com base no Regimento Interno, aprovado através de Decreto Municipal nº 212/98 e, no uso de suas atribuições.

CONSIDERANDO:

Lei nº 12.594/2012 – Sistema Nacional Socioeducativo – SINASE. Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo de Gaspar, aprovado em novembro de 2014

Resolve:

Art. 1º - Instituir e nomear a Comissão Permanente de Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo de Gaspar, vinculada ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Gaspar, ficando assim constituída:

Representatividade	Nome
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA	Jéssica Vitorino
	Rosangela Beloto
Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS	Sandra Rosali de Menezes
	Santiago Martin Navia
Conselho Municipal de Saúde	Ana Claudia Maba
	Zenito Gilberto Nunes
Conselho Municipal de Educação – SEMED	Sanira Cristina Dias
	Gracia Margarida Russi Prade
Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – COMDEG	Valdiria Stanke Pamplona
	Rosemere de Souza
Secretaria Municipal de Assistência Social	Maria Aparecida Affonso Simões
	Sandra Gerusa dos Santos Silva
	Terezinha Alvez Rengel
Secretaria Municipal de Educação	Waldemar Lima de Carvalho
	Rosemeri Melato
Secretaria Municipal de Saúde	Ana Claudia Maba
	Alba Aguiar
Fundação Municipal de Esportes, Turismo, Cultura e Lazer	Rodrigo de Oliveira Leonel
	Roge Bandeira Paiva

Art. 2º - Esta Resolução passa a vigorar a partir de sua publicação.

Gaspar, 18 de outubro de 2016.

THAISE DE QUADROS

Presidente do CMDCA

Gaspar – SC

SAMAE - GASPAR**AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 48/2016 - SAMAE****AVISO DE LICITAÇÃO**

Pregão Presencial nº. 48/2016

OBJETO: Serviços de asfaltamento com equipamentos, operadores e ajudantes para o Pátio do SAMAE.

A ENTREGA DOS ENVELOPES contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços da licitante deverá ocorrer até as 08:45 horas do dia 08/11/2016

A ABERTURA DOS ENVELOPES ocorrerá no dia 08/11/2016 às 09:00 horas; cuja sessão estará aberta à participação de todos os interessados.

As licitantes interessadas em participar do certame, poderão obter a íntegra do Edital, diariamente, durante o horário de expediente, junto ao Departamento de Compras do SAMAE - Gaspar; ou no site: www.samaegaspar.com.br

Gaspar (SC), em 24 de outubro de 2016.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ORIUNDA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 45/2016 - SAMAE

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 10/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 45/2016

Aos vinte e quatro dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezesseis, no Departamento de Compras, localizado na sede do SAMAE, o SAMAE de Gaspar, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 45/2016, na Ata de julgamento de preços, homologada em 24/10/2016, RESOLVE registrar os preços da(s) empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s), atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços, visando a contratação de empresa para serviços de conserto de bombas, motores e inversores de frequência da autarquia, com fornecimento de peças, conforme as quantidades e características descritas na folha modelo "Proposta de Preços - ANEXO VI" e "Projeto Básico - ANEXO I" do Edital Pregão Presencial nº 45/2016.

1.2 Os serviços constarão de:

- a) execução de consertos, conservação e manutenção de equipamentos;
- b) fornecimento, de peças e acessório a serem utilizados na execução de serviços de consertos, conservação e manutenção referidos na alínea anterior, observando as disposições constantes neste Edital e no Anexo I - Projeto Básico.

1.3 As licitantes registradas para os materiais cotados são as seguintes

FORNECEDORES/LOTE/VALOR TOTAL DO LOTE:

LUIZ CESAR CARDOSO ME, (05.620.939/0001-72) – LOTE: 01

Valor total registrado do licitante: R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais).

PV MANUTENCAO E REPARACAO DE EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS E PENUMATICOS LTDA EPP, (21.378.929/0001-29) – LOTE:

02

Valor total registrado do licitante: R\$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais).

JFK ELETRO ELETRONICA LTDA EPP, (02.449.398/0001-73) – LOTE: 03

Valor total registrado do licitante: R\$ 49.802,50 (quarenta e nove mil oitocentos e dois reais e cinquenta centavos).

Valor total registrado da licitação: R\$ 75.602,50 (setenta e cinco mil seiscentos e dois reais).

Este instrumento não obriga o SAMAE a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do Artigo 15, Parágrafo 4º. da Lei nº. 8.666/93.

VIGÊNCIA : A presente Ata vigorará a partir de sua assinatura pelo período de 12 (doze) meses

ENTREGA: Os equipamentos deverão ser retirados para conserto no almoxarifado do SAMAE, sito: Rua João Viera, nº. 189, Santa Terezinha, Gaspar e entregues no mesmo local, sem qualquer ônus para o SAMAE com as despesas de transporte do equipamento.

Os serviços deverão ser prestados na detentora do Registro de Preços, exceto no caso de impossibilidade de transporte, onde os serviços serão executados no local em que estiverem com o acompanhamento do responsável da Autarquia.

A detentora do Registro de Preços retirará o equipamento a ser consertado em até 48 (quarenta e oito horas) horas no local indicado pelo Responsável.

Em caso de emergência a CONTRATADA retirará o equipamento em até 02 (duas) horas no local indicado pelo Responsável.

A cada serviço, a CONTRATANTE solicitará à CONTRATADA um orçamento que deverá ser, por esta, preparado conforme previsto no item 4 e 5 do Anexo I - Projeto Básico;

Após a aprovação do orçamento prévio a CONTRATADA deverá executar os serviços no prazo máximo de 30 (trinta) dias, caso não seja possível poderá requerer prorrogação dos prazos fixados, antes de findos os mesmos, mediante requerimento devidamente de justificado.

Ocorrendo a hipótese prevista do sub-item anterior, a Administração examinará as razões expostas e decidirá pela prorrogação dos prazos ou não.

Não haverá prorrogação do prazo sem que haja requerimento devidamente justificado por parte da detentora do registro de preços. Em caso de atraso na execução dos serviços serão aplicadas as multas e penalidades constantes no Projeto Básico, no Edital, na Ata de Registro de Preços e na Lei.

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado pelo SAMAE de Gaspar, por meio de ordem bancária, e creditado na agência bancária indicada na proposta da Contratada, o qual ocorrerá em até 10 dias, após aceitação e atesto da Nota Fiscal/Fatura.

O inteiro teor desta Ata encontra-se disponível no endereço eletrônico: www.samaegaspar.com.br

Gaspar (SC), em 24 de outubro de 2016.

COMISSÃO:

IVONETE MAIS DOS SANTOS– Pregoeira

MARLENE CAMPOS DA SILVA – Equipe de Apoio

RICARDO MELATO - Equipe de Apoio

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 49/2015

Extrato do Sexto Termo Aditivo referente ao contrato nº 049/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 049/2015.

Tomada de Preço nº 003/2015

Processo nº 034/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

CONTRATADO: NOVOTETO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CCX EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA

OBJETO: O objeto do presente termo aditivo é prorrogar o contrato original por mais 30(trinta) dias a partir de 29/09/2016. O contrato original tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA MUNICIPAL ABEL CAPELA LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

Governador Celso Ramos, 26 de Setembro de 2016.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 49/2015

Extrato do Sétimo Termo Aditivo referente ao contrato nº 049/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

EXTRATO DO SÉTIMO TERMO ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 049/2015.

Tomada de Preço nº 003/2015

Processo nº 034/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

CONTRATADO: NOVOTETO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CCX EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.

OBJETO: O objeto do presente termo aditivo é readequar o contrato modificando as quantidades inicialmente licitadas, conforme Planilha de Readequação solicitada pela Administração deste Município e autorizada pelo Setor de Planejamento do mesmo. O contrato original tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA MUNICIPAL ABEL CAPELA LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC. O valor total a ser suprimido no presente termo é de R\$ 136.033,53 (Cento e trinta e seis mil trinta e três reais e cinquenta e três centavos), e o valor total a ser acrescido no presente termo é de R\$ 129.869,66 (Cento e vinte e nove mil oitocentos e sessenta e nove reais e sessenta e seis centavos) perfazendo assim, uma diminuição de R\$ 6.163,90 (seis mil cento e sessenta e três reais e noventa centavos). Portanto, o valor do contrato original de R\$ 906.577,75 (novecentos e seis mil quinhentos e setenta e sete reais e setenta e cinco centavos) resta alterado para o valor de R\$ 900.413,85 (novecentos mil quatrocentos e treze reais e oitenta e cinco centavos), restando na supressão de aproximadamente 0,68% estando em conformidade com o que preconiza o art. 65, § 1º da Lei 8.666/93, e se sujeita as mesmas condições de pagamento do referido contrato.

Governador Celso Ramos, 03 de Outubro de 2016.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 100/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 100/2016

REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS PARA A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

Aos 26 dias do mês de setembro do ano de 2016, no Município de Governador Celso Ramos, no Estado de Santa Catarina, através da Secretaria Municipal de Saúde, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 08.857.731/0001-60, representado por seu Prefeito, Sr. Juliano Duarte Campos, são registrados os preços da empresa TRADE MEDICAL COM.DE MATERIAS HOSPITALARES LTDA estabelecida à Rua Pedro Thiesen Junior ,nº 478, Airiú, PALHOÇA/SC, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o nº 06.555.143/0001-46, neste ato representado pelo Diego Gili, Brasileiro, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 921.201.217-53, portador do RG nº 061.302.294-9, AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS PARA A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial nº 37/2016, objeto do Processo 10/2016. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Item (s) constantes da Ata:

Item	Especificação	Unid.	Quant.	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	ABRITEC ADULTO, EM BORRACHA	PAR	20	R\$ 3,00	R\$ 60,00
2	ABRITEC INFANTIL, EM BORRACHA	PAR	20	R\$ 3,00	R\$ 60,00
3	ACIDO FOSFÓRICO 37 % GEL CONDICIONADOR DE DENTINA E ESMALTE, COM PROPRIEDADES TIXOTRÓPICAS, VISCOSIDADE ADEQUADA COM PONTAS ESCARTAVEIS, SEM BISEL, SERINGAS COM APROXIMADAMENTE 2;5 ML	CART	100	R\$ 1,06	R\$ 106,00
4	ADESIVO DENTAL FOTOPOLIMERIZAVEL, FRASCO ÚNICO COM 6 GRAMAS, TENDO ÁGUA E ÁLCOOL COMO SOLVENTE, A BASE DE COPOLIMERO DO ACIDO POLIALCENOICO.	FRA	100	R\$ 98,00	R\$ 9.800,00
5	AGULHA DESCARTAVEL GENGIVAL 27 G, PARA USO ODONTOLOGICO, LONGA, SILICONIZADA, TAMANHO 27 G,BISEL TRIFACETADO, ESTERIL, PROTEÇÃO INDIVIDUAL COM LACRE DE SEGURANÇA, FABRICADA DE ACORDO COM A NORMA ISSO 7885, COM ROSCA INTERNA UNIVERSAL DE SEGURANÇA PARA USO EM TODAS AS MARCAS DE SERINGA CARPULE, DANDO UMA FIXAÇÃO SEGURA QUE NÃO PROVOQUE VAZAMENTOS	CXA	500	R\$ 23,85	R\$ 11.925,00
9	ASPIRADOR DE SALIVA DESCARTAVEL, PACOTES COM 40 UNIDADES, EM PLASTICO TRANSPARENTE, TOTALMENTE ATOXICO, COM PONTAS SILICONIZADAS FLEXIVEIS E SOLDADAS AO TUBO, COM PONTAS COLORIDAS, MOLDANDO-SE Á POSIÇÃO DESEJADA SEM MEMÓRIA ELASTICA, COMPRIMENTO EM TORNO DE 11.5 CM	UND	50	R\$ 6,26	R\$ 313,00
10	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO ESFERICA CARBIDE Nº 4, EM CARBONATO DE TUNGSTENIO, COM GARANTIA TOTAL DE ESTERILIZAÇÃO.	UND	40	R\$ 8,10	R\$ 324,00
11	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO EM AÇO CARBIDE Nº4 COM HASTE LONGA, RESISTENTE A VARIOS CICLOS DE ESTERILIZAÇÃO.	UND	50	R\$ 6,26	R\$ 313,00
13	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO ESFERICA CARBIDE N º6, EM CARBONETO DE TUNGSTENIO, COM GARANTIA TOTAL DE ESTERILIZAÇÃO.	UND	50	R\$ 1,44	R\$ 72,00
14	BROCA CIRURGICA ZEKRYA, TRONCO CONICO, HASTE LONGA, COM PONTA ATIVA.	UND	50	R\$ 1,44	R\$ 72,00
15	BROCA AR DIAM. P/ REST. RESINA 3195 FF, PONTA DE ALTA ROTAÇÃO DIAMANTADA P /ACABAMENTO DE RESTAURAÇÃO, COM GRANULAÇÃO SUPER FINA, COM GARANTIA TOTAL DE ESTERILIZAÇÃO.	UND	50	R\$ 1,44	R\$ 72,00
16	BROCA AR DIAM. P/ REST. RESINA 3118 FF, PONTA DE ALTA ROTAÇÃO DIAMANTADA P / ACABAMENTO DE RESTAURAÇÃO, COM GRANULAÇÃO SUPER FINA, COM GARANTIA TOTAL DE ESTERILIZAÇÃO	UND	25	R\$ 1,44	R\$ 36,00
17	BROCA AR DIAM. P/ REST. RESINA 3168 FF, PONTA DE ALTA ROTAÇÃO DIAMANTADA P / ACABAMENTO DE RESTAURAÇÃO, COM GRANULAÇÃO SUPER FINA, COM GARANTIA TOTAL DE ESTERILIZAÇÃO.	UND	50	R\$ 1,44	R\$ 72,00
18	BROCA AR DIAMANTADA CONE INVERTIDA N º 1032, COM GARANTIA DE ESTERILIZAÇÃO	CXA	30	R\$ 1,44	R\$ 43,20

19	BROCA AR DIAMANTADA TRONCO CONICA N ° 1034, COM GARANTIA TOTAL DE ESTERILIZAÇÃO.	CXA	20	R\$ 1,44	R\$ 28,80
20	BROCA TRONCO CONICA Nº4138, PARA ALTA ROTAÇÃO.	UND	60	R\$ 1,44	R\$ 86,40
21	BROCA DIAMANTADA ALTA ROTAÇÃO ESFERICA Nº1013, COM GARANTIA TOTAL DE ESTERILIZAÇÃO	VDR	30	R\$ 1,44	R\$ 43,20
22	BROCA DIAMANTADA ALTA ROTAÇÃO ESFERICA Nº1014, COM GARANTIA TOTAL DE ESTERILIZAÇÃO	UND	30	R\$ 1,44	R\$ 43,20
24	BROCA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 1016, ESFERICA, RESISTENTE A VARIOS CICLOS DE ESTERILIZAÇÃO EM AUTO CLAVE A 135º C	CXA	50	R\$ 8,10	R\$ 405,00
26	CIMENTO HIDROXIDO DE CALCIO RADIOPACO, COMPOSTO DE PASTA BASE COM 13 G E PASTA CATALIZADORA COM 11 G E UM BLOCO PARA MISTURA	UND	50	R\$ 11,33	R\$ 566,50
27	FIO DE SUTURA, EM SEDA PRETA TRANÇADA Nº 3-0 COM 45CM DE COMPRIMENTO PARA USO ODONTOLÓGICO, COM AGULA ATRAUMÁTICA. SILICONIZADA COM 1.50 CM DE CIRCULAR E COM 2 CM DE COMPRIMENTO ESTERIL EMBALADAS INDIVIDUALMENTE, CAIXA COM 24 UNIDADES.	UND	100	R\$ 27,20	R\$ 2.720,00
29	HIDROXIDO CALCIO PO (HIDROXIL), PURO PRÓ ANÁLISE,FRASCO COM APROXIMADAMENTE 10G	VDR	50	R\$ 3,00	R\$ 150,00
33	LAMINA BISTURI 12 D, DESCARTAVEL EM AÇO INOX, AFIADA CIRURGICAMENTE, ESTERIL, EMBALAGEM SEGURA E INDIVIDUALIZADA. ABERTURA ASSEPTICA, CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE E LOTE, CONFORME ABNT	CXA	100	R\$ 20,66	R\$ 2.066,00
34	PARAMONOCLOROFENOL CANFORADO, FRASCO COM APROXIMADAMENTE 20 ML.	FRA	600	R\$ 3,91	R\$ 2.346,00
44	RESINA FOTOPOLIMERIZAVEL COR B2 ESMALTE. MICROHIBRIDA PARA DENTES ANTERIORES E POSTERIORES, COMPOSTA DE MATRIZ CONTENDO BIS (GMA), BIS (EMA), TEGDMA, NANOPARTICULAS OPALESCENCIA, FLUORESCENCIA BALANCEADA A ESTRUTURA DENTAL, RADIOPACIDADE, RESISTENCIA MECANICA E AO DESGASTE, FACIL POLIMENTO. SERINGA COM APROXIMADAMENTE 04 GRAMAS.	UND	500	R\$ 9,90	R\$ 4.950,00
45	RESINA FOTOPOLIMERIZAVEL COR B3 ESMALTE. MICROHIBRIDA PARA DENTES ANTERIORES E POSTERIORES, COMPOSTA DE MATRIZ CONTENDO BIS (GMA), BIS (EMA), TEGDMA, NANOPARTICULAS, OPALESCENCIA, FLUORESCENCIA BALANCEADA A ESTRUTURA DENTAL, RADIOPACIDADE, RESISTENCIA MECANICA E AO DESGASTE, FACIL POLIMENTO. SERINGA COM APROXIMADAMENTE 04 GRAMAS.	UND	500	R\$ 9,90	R\$ 4.950,00
46	RESINA FOTOPOLIMERIZAVEL COR C2 ESMALTE. MICROHIBRIDA PARA DENTES ANTERIORES E POSTERIORES, COMPOSTA DE MATRIZ CONTENDO BIS (GMA), BIS (EMA), TEGDMA, NANOPARTICULAS, OPALESCENCIA, FLUORESCENCIA BALANCEADA A ESTRUTURA DENTAL, RADIOPACIDADE, RESISTENCIA MECANICA E AO DESGASTE, FACIL POLIMENTO. SERINGA COM APROXIMADAMENTE 04 GRAMAS.	UND	500	R\$ 9,90	R\$ 4.950,00

47	RESINA FOTOPOLIMERIZAVEL COR C3 ESMALTE. MICROHIBRIDA PARA DENTES ANTERIORES E POSTERIORES, COMPOSTA DE MATRIZ), BIS (EMA), TEGDMA, NANOPARTICULAS, OPALESCENCIA, FLUORESCENCIA BALANCEADA A ESTRUTURA DENTAL, RADIOPACIDADE, RESISTENCIA MECANICA E AO DESGASTE, FACIL POLIMENTO. SERINGA COM APROXIMADAMENTE 04 GRAMAS.	UND	500	R\$ 9,90	R\$ 4.950,00
48	ROLETE DE ALGODÃO, PARA USO ODONTOLÓGICO, COM FIBRAS DE 100 % EM ALGODÃO NATURAL, MACIO, ABSORVENTE, EM FORMATO CILINDRICO, COMPACTO, ESTERELIZAVEL EMAUTOCLAVE, PACOTE COM 100 UNIDADES.	PCT	300	R\$ 1,33	R\$ 399,00
49	COMPÔMERO SELANTE FOTOPOLIMERIZÁVEL SERINGA COM 1,2ML	UND	50	R\$ 13,20	R\$ 660,00
53	ESPÁTULA DE NYLON FLEXÍVEL PARA ESPATULAÇÃO DE IONÔMERO DE VIDRO N. 142	UND	50	R\$ 5,45	R\$ 272,50
54	ESPÁTULA PARA INSERÇÃO DE RESINA EM DENTES ANTERIORES FOTOPOLIMERIZAVEL, DELICADA, COM PARTE ATIVA COM ESPESSURA DE NO MAXIMO 2 MM. FABRICADA EM AÇO TEMPERAVEL AISI 420, ANTIADERENTE.	UND	100	R\$ 31,13	R\$ 3.113,00
55	ESPÁTULA PARA INSERÇÃO DE RESINA EM DENTES POSTERIORES FOTOPOLIMERIZAVEL, DELICADA, COM PARTE ATIVA COM ESPESSURA DE NO MAXIMO 2 MM. FABRICADA EM AÇO TEMPERAVEL AISI 420, ANTIADERENTE	UND	100	R\$ 31,13	R\$ 3.113,00
56	ESPELHO BUCAL, PLANO, ALTAMENTE RESISTENTE A VARIOS CICLOS DE ESTERILIZAÇÃO EM CALOR SECO DE 180° C E CALOR UMIDO 350° C, COM LONGA VIDA UTIL.	UND	150	R\$ 1,49	R\$ 223,50
57	FÓRCEPS ADULTO Nº 203, EM AÇO TEMPERAVEL AISI 431	UND	50	R\$ 40,26	R\$ 2.013,00
60	SONDA EXPLORADORA Nº5, DUPLA, EM AÇO TEMPERAVEL AISI 420 (43-04-0170)	UND	20	R\$ 4,18	R\$ 83,60
62	APLICADOR DE DICAL ANGULAR	UND	20	R\$ 4,18	R\$ 83,60
67	TAMANHO PP LUVA	CXA	100	R\$ 15,50	R\$ 1.550,00
68	TAMANHO P LUVA	CXA	100	R\$ 15,50	R\$ 1.550,00
69	TAMANHO M LUVA	CXA	100	R\$ 15,50	R\$ 1.550,00
71	FÓRCEPS Nº 99	UND	100	R\$ 40,26	R\$ 4.026,00
72	FÓRCEPS Nº 151	UND	100	R\$ 40,26	R\$ 4.026,00
73	FÓRCEPS Nº 17	UND	100	R\$ 40,26	R\$ 4.026,00
74	FÓRCEPS Nº 18R	UND	100	R\$ 40,26	R\$ 4.026,00
75	FÓRCEPS Nº 18L	UND	100	R\$ 40,26	R\$ 4.026,00
76	FÓRCEPS Nº 150	UND	100	R\$ 40,26	R\$ 4.026,00
77	FÓRCEPS Nº 69	UND	100	R\$ 40,26	R\$ 4.026,00
78	FÓRCEPS Nº 18R INF	UND	100	R\$ 40,26	R\$ 4.026,00

79	FÓRCEPS Nº 151 INF	UND	100	R\$ 40,26	R\$ 4.026,00
80	FÓRCEPS Nº 17 INF	UND	100	R\$ 40,26	R\$ 4.026,00
81	FÓRCEPS Nº 18R INF	UND	100	R\$ 40,26	R\$ 4.026,00
82	FÓRCEPS Nº 150 INF	UND	100	R\$ 40,26	R\$ 4.026,00
83	FÓRCEPS Nº 69 INF	UND	100	R\$ 40,26	R\$ 4.026,00
84	SINDESMOTOMO	UND	10	R\$ 5,60	R\$ 56,00
85	CABO DE BISTURI	UND	50	R\$ 5,76	R\$ 288,00
90	BROCA DE AÇO BAIXA ROTAÇÃO ESFERICA CARBIDE Nº 2, COM GARANTIA TOTAL DE ESTERILIZAÇÃO	UND	50	R\$ 8,10	R\$ 405,00
91	BROCA DE AÇO BAIXA ROTAÇÃO ESFERICA CARBIDE Nº 4, COM GARANTIA TOTAL DE ESTERILIZAÇÃO	UND	50	R\$ 8,10	R\$ 405,00
92	BROCA DE AÇO BAIXA ROTAÇÃO ESFERICA Nº 6, COM GARANTIA TOTAL DE ESTERILIZAÇÃO	UND	50	R\$ 8,10	R\$ 405,00
94	CIMENTO IRM PO, CIMENTO PROVISÓRIO, FRASCO COM APROXIMADAMENTE 40 G, COMPOSTO ÓXIDO DE ZINCO E POLI (METACRILATO DE METILA).	FRA	40	R\$ 16,00	R\$ 640,00
98	FLÚOR GEL ACIDO, PARA APLICAÇÃO TOPICA EM 1 MINUTO, FRASCO COM 200 ML	FRA	100	R\$ 2,66	R\$ 266,00
99	FORMOCRESOL, FRASCO COM APROXIMADAMENTE 10ML, PARA USO ODONTOLÓGICO	VDR	50	R\$ 3,72	R\$ 186,00
103	SERIADO DE BORRACHA, PARA ACABAMENTO DE RESTAURAÇÕES DE RESINA, JOGO COM 03 PONTAS E 03TAÇAS EM CORES VARIADAS.	CJT	100	R\$ 21,00	R\$ 2.100,00
105	SOLUÇÃO HEMOSTATICA, SEM EPINEFRINA, PARA O CONTROLE DE PEQUENAS HEMOGRAMAS COM SEGURANÇA, FRASCO COM 10 ML APROXIMADAMENTE	FRA	50	R\$ 12,74	R\$ 637,00
107	TRICRESOL FORMALINA, COMPOSTO DE FORMALDEÍDO E CRESOL EM PARTE IGUAIS. FRASCO COM 10 ML	VDR	50	R\$ 3,86	R\$ 193,00
111	CURETA GRACEY 5/6 HY, FABRICADA EM AÇO INOX OU CARBONO TEMPERAVEL AISI 420, ESPESSURA 0,9 MM	UND	50	R\$ 24,32	R\$ 1.216,00
112	CURETA GRACEY 7/8 HY, FABRICADA EM AÇO INOX OU CARBONO TEMPERAVEL AISI 420, ESPESSURA DE 0,9 MM	UND	50	R\$ 24,32	R\$ 1.216,00
113	CURETA GRACEY 11/12 HY, FABRICADA EM AÇO INOX OU CARBONO TEMPERAVEL AISI 420, ESPESSURA 0,9 MM.	UND	50	R\$ 24,32	R\$ 1.216,00
114	CURETA GRACEY 13/14 HY, FABRICADA EM AÇO INOX OU CARBONO TEMPERAVEL AISI 420, ESPESSURA 0,9 MM	UND	50	R\$ 24,32	R\$ 1.216,00
115	ESCOVADOR DENTINARIO Nº5, EM AÇO TEMPERAVEL AISI 420.	UND	50	R\$ 4,18	R\$ 209,00
118	PINÇAS CLINICAS Nº 17, EM AÇO TEMPERAVEL AISI 420. POTE DAPPEN, PLÁSTICO COM CAPACIDADE APROXIMADA DE 10 ML (43-04-0165	UND	30	R\$ 4,48	R\$ 134,40
119	TESOURA CIRÚRGICA RETA IRIS, 11 CM, EM AÇO TEMPERÁVEL AISI 420 (43-04-0172)	UND	20	R\$ 12,80	R\$ 256,00

Governador Celso Ramos, 26 de Setembro de 2016.

TRADE MEDICAL COM.DE MATERIAS HOSPITALARES LTDA Contratada

JULIANO DUARTE CAMPOS
Prefeito Municipal**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 96/2016**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 96/2016

REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS PARA A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

Aos 26 dias do mês de setembro do ano de 2016, no Município de Governador Celso Ramos, no Estado de Santa Catarina, através da Secretaria Municipal de Saúde, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 08.857.731/0001-60, representado por seu Prefeito, Sr. Juliano Duarte Campos, são registrados os preços da empresa ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA estabelecida à Rua Estrada Boa Esperança ,nº 2320, Fundo Canoas, Rio do Sul/SC, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o n.º 00.802.002/0001-02, neste ato representado pelo Cleiton André Wagner, Brasileiro, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 029.131.619-01, portador do RG n.º 3.693.746, AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS PARA A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial n.º 37/2016, objeto do Processo 10/2016. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Item (s) constantes da Ata:

Item	Especificação	Unid.	Quant.	Preço Unit.	Preço Total
124	DIGLUCONATO DE CLOREXIDINA A 0,12%, EMBALAGEM COM 200ML	FRA	20	R\$5,52	R\$110,44

Governador Celso Ramos/SC, 26 de setembro de 2016.

ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
ContratadaJULIANO DUARTE CAMPOS
Prefeito Municipal**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 97/2016**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 97/2016

REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS PARA A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

Aos 26 dias do mês de setembro do ano de 2016, no Município de Governador Celso Ramos, no Estado de Santa Catarina, através da Secretaria Municipal de Saúde, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 08.857.731/0001-60, representado por seu Prefeito, Sr. Juliano Duarte Campos, são registrados os preços da empresa DENTAL PRIME PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSPITALARES EIRELI ME estabelecida à Rua Anne Frank ,nº 5241, Boqueirão, CURITIBA/PR, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o n.º 21.504.525/0001-34, neste ato representado pelo Sergio Miguel Skrzypiec, Brasileiro, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 254.872.219-87, portador do RG n.º 1.037.996-2, AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS PARA A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial n.º 37/2016, objeto do Processo

10/2016. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Item (s) constantes da Ata:

LOTE ÚNICO					
Item	Especificação	Unid.	Quant.	Preço Unit. Máximo	Preço Total
35	PASTA PROFILATICA, BISNAGA COM 90 GRAMAS	TBO	50	R\$ 4,90	R\$ 245,00
50	SPRAY MENOS 50° C, PARA TESTE DE VITALIDADE DENTAL, FRASCO COM APROXIMADAMENTE 200 ML.	UND	30	R\$ 19,69	R\$ 590,70
52	TAÇA DE BORRACHA PARA USO EM PONTA DE BAIXA ROTAÇÃO E EM PROFILAXIA	UND	50	R\$ 0,92	R\$ 46,00
63	PORTA ALGODÃO DE INOX	UND	20	R\$ 29,20	R\$ 584,00
87	ANESTESICO INJETAVEL HIDROCLORIDRATO DE MEPIVACAINA 2% COM VASOCONSTRICTOR ADRENALINA 1:100.00. PARA PROCEDIMENTOS DE LONGAS DURAÇÃO, ISENTO DE METILPARABENO, TUBETES DE CRISTAL, EMBOLOS SILICONIZADOS, EM BLISTERS COM 10 TUBETES DE 1.8 ML CADA	CXA	200	R\$ 84,30	R\$ 16.860,00
88	ANESTESICO INJETAVEL A BASE DE HIDROCLORIDRATO DE MEPIVACAINA 3% SEM VASOCONSTRICTOR, TUBETES DE CRISTAL, EM BLISTERS, CAIXAS COM 50 TUBETES COM 1.8 ML.	CXA	200	R\$ 80,00	R\$ 16.000,00
89	ANESTESICO CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA 2% COM HEMITARTARATO DE NOREPINEFRINA 1:50.000. CAIXA COM 50 TUBETES CONTEND 1,8ML CADA	CXA	200	R\$ 40,50	R\$ 8.100,00
96	ESCOVA PARA CONTRA ÂNGULO (ROBSON), PARA USO EM BAIXA ROTAÇÃO PARA FAZER PROFILAXIA DENTAL	UND	50	R\$ 1,08	R\$ 54,00
100	MATRIZ DE AÇO 4 MM PARA USO EM PORTA MATRIZ IVORY.	CXA	100	R\$ 5,10	R\$ 510,00
101	MATRIZ DE AÇO 6 MM PARA USO EM PORTA MATRIZ IVORY	CXA	100	R\$ 5,10	R\$ 510,00
104	SOLUÇÃO AQUOSA DE DICLUCONATO DE CLORHEXIDINA A 2% PARA LIMPEZA DE PREPARO CAVITARIO E INSTRUMENTAÇÃO. FRASCO COM 100 ML.	FRA	100	R\$ 8,80	R\$ 880,00
109	CANETA DE ALTA ROTAÇÃO EXTRA TORQUE, COM ENCAIXE BORDEN (UNIVERSAL), SPRAY TRIPLO, COM APROXIMADAMENTE 380.000 RPM DE VELOCIDADE, ALTO TORQUE (FORÇA). PRESSÃO DO AR DE 32 LIBRAS -2,2 BAR, COM NO MAXIMO 64 DECIBEIS DE RUÍDO, ISENTO DE VIBRAÇÃO, RESISTENCIA A 1000 CICLOS DE ESTERILIZAÇÃO EM AUTOCLAVE Á 135° C, FABRICADA DE ACORDO COM NBR 7785, EM ALUMINIO E CORPO EM ALPACA	UND	5	R\$ 400,90	R\$ 2.004,50

Governador Celso Ramos/SC, 26 de setembro de 2016.

DENTAL PRIME PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSPITALARES EIRELI
ME
Contratada

JULIANO DUARTE CAMPOS
Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 98/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 98/2016

REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS PARA A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

Aos 26 dias do mês de setembro do ano de 2016, no Município de Governador Celso Ramos, no Estado de Santa Catarina, através da Secretaria Municipal de Saúde, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 08.857.731/0001-60, representado por seu Prefeito, Sr. Juliano Duarte Campos, são registrados os preços da empresa MF DE ALMEIDA E CIA LTDA estabelecida à Rua Sebastião Furtado, nº 101, Centro, LAGES/SC, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o n.º 05.021.932/0001-34, neste ato representado pelo Rafael de Giacometti, Brasileiro, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 045.078.959-44, portador do RG n.º 4.192.741, AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS PARA A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial n.º 37/2016, objeto do Processo 10/2016. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Item (s) constantes da Ata:

LOTE ÚNICO					
Item	Especificação	Unid.	Quant.	Preço Unit. Máximo	Preço Total
51	SPRAY MENOS 50° C, PARA TESTE DE VITALIDADE DENTAL, FRASCO COM APROXIMADAMENTE 200 ML.	PCT	500	R\$ 1,05	R\$ 525,00
61	BABADOR PLÁSTICO PARA PACIENTE	PCT	3000	R\$ 5,70	R\$ 17.100,00
64	PAPEL PARA ARTICULAÇÃO	BLC	200	R\$ 1,25	R\$ 250,00
65	GORRO/ TOUCA DESCARTÁVEL	PCT	3000	R\$ 5,89	R\$ 17.670,00
106	TIRA DE POLIESTER, PARA USO COMO MATRIZ DE RESTAURAÇÃO DE RESINA COMPOSTA, ULTRA FINA. PACOTE COM 50 UNIDADES	PCT	50	R\$ 1,28	R\$ 64,00

MF DE ALMEIDA E CIA LTDA
Contratada

JULIANO DUARTE CAMPOS
Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 99/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 99/2016

REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS PARA A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

Aos 26 dias do mês de setembro do ano de 2016, no Município de Governador Celso Ramos, no Estado de Santa Catarina, através da Secretaria Municipal de Saúde, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 08.857.731/0001-60, representado por seu Prefeito, Sr. Juliano Duarte Campos, são

registrados os preços da empresa SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA estabelecida à Rua Avenida Oscar Barcelos ,nº 380, Centro, RIO DO SUL/SC, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o nº 04.989.294/0001-87, neste ato representado pela Julia Wagner Jumes, Brasileira, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 821.619.099-91, portador do RG n.º 2.915.507-0, AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS PARA A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial n.º 37/2016, objeto do Processo 10/2016. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Item (s) constantes da Ata:

LOTE ÚNICO					
Item	Especificação	Unid.	Quant.	Preço Unit. Máximo	Preço Total
6	AGULHA DESCARTAVEL GENIVAL 30 G, PARA USO ODONTOLOGICO, CURTA, SILICONIZADA, TAMANHO 30G, BISEL TRIFACETADO COM PARTE ATIVA DE APROXIMADAMENTE 21 MM, ESTERIL, PROTEÇÃO INDIVIDUAL COM LACRE DE SEGURANÇA, FABRICADA DE ACORDO COM A NORMA ISO 7885, COM ROSCA INTERNA UNIVERSAL DE SEGURANÇA PARA USO EM TODAS AS MARCAS DE SERINGA CARPULE, DANDO UMA FIXAÇÃO SEGURA QUE NÃO PROVOQUE VAZAMENTOS, EMBALADA EM CAIXAS COM 100 UNIDADES.	CXA	100	R\$ 26,80	R\$ 2.680,00
7	ANESTESICO TOPICO POMADA, COM SABOR DE LARANJA, CONSISTENCIA COMPATIVEL A EMBRICAMENTO SEM ESCORRER, SER ATOXICO, EM BISNAGA 25 G A BASE DE 5% DE XILOCAINA.	BIS	100	R\$ 5,68	R\$ 568,00
8	ASPIRADOR DE SALIVA DESCARTAVEL, PACOTES COM 40 UNIDADES, EM PLASTICO TRANSPARENTE, TOTALMENTE ATOXICO, COM PONTAS SILICONIZADAS FLEXIVEIS E SOLDADAS AO TUBO, COM PONTAS COLORIDAS, MOLDANDO-SE Á POSIÇÃO DESEJADA SEM MEMÓRIA ELASTICA, COMPRIMENTO EM TORNO DE 11.5 CM	UND	100	R\$ 3,80	R\$ 380,00
12	BROCA CIRURGICA ZEKRYA, TRONCO CONICO, HASTE LONGA, COM PONTA ATIVA.	UND	100	R\$ 21,90	R\$ 2.190,00
25	BROCA DE AÇO BAIXA ROTAÇÃO ESFERICA CARBIDE Nº 4, HL PARA ENDODONTIA RESISTENTE A VARIOS CICLOS DE ESTERILIZAÇÃO	UND	50	R\$ 9,06	R\$ 453,00
28	FIO DENTAL COM 25 METROS, ENCERADOS, COM FLUOR	UND	50	R\$ 0,93	R\$ 46,50
30	ONÔMERO DE VIDRO RESTAURADOR, PÓ E LIQUIDO. COR A2, COM VIDRO DE ALUMINIO FLUORSILICATO, ACIDO POLICARBOXILICO, FLUORETO DE CALCIO E ÁGUA. DE PRESA RAPIDA, BIOCOMPATIVEL, ADESÃO A ESTRUTURA DENTARIA, LIBERAÇÃO DE FLUOR. KIT CONTENDO UM FRASCO DE CIMENTO EM PÓ COM 10 G + UM FRASCO DE LIQUIDO COM 10 ML APROX., UM MEDIDOR.	KIT	100	R\$ 14,10	R\$ 1.410,00
31	LAMINA BISTURI Nº 11, ESTERIL, EMBALADA INDIVIDUALMENTE COM PRAZO DE VALIDADE IMPRESSO CAIXA COM 100 UNIDADES.	CXA	300	R\$ 20,66	R\$ 6.180,00
32	LAMINA BISTURI Nº 15, ESTERIL, EMBALADA INDIVIDUALMENTE COM PRAZO DE VALIDADE IMPRESSO CAIXA COM 100 UNIDADES	CXA	100	R\$ 20,66	R\$ 2.060,00
36	PINCEL MICROBRUSH. APLICADOR DESCARTAVEL DE MATERIAIS LIQUIDOS OU DE BAIXA VISCOSIDADE, DE MICRO FIBRAS, FINO COM 15 MM DE DIAMETRO. HASTE DOBRAVEL. ESTOJO COM 100 UNIDADES.	CXA	200	R\$ 6,90	R\$ 1.380,00

37	RESINA FOTOPOLIMERIZAVEL COR A1 ESMALTE. MICROHIBRIDA PARA DENTES ANTERIORES E POSTERIORES, COMPOSTA DE MATRIZ CONTENDO BIS (GMA), BIS (EMA), TEGDMA, NANOPARTICULAS, OPALESCENCIA, FLUORESCENCIA BALANCEADA A ESTRUTURA DENTAL, RADIOPACIDADE, RESISTENCIA MECANICA E AO DESGASTE, FACIL POLIMENTO. SERINGA COM APROXIMADAMENTE 04 GRAMAS	UND	500	R\$ 9,97	R\$ 4.985,00
38	RESINA FOTOPOLIMERIZAVEL COR A2 DENTINA. MICROHIBRIDA PARA DENTES ANTERIORES E POSTERIORES, COMPOSTA DE MATRIZ CONTENDO BIS (GMA), BIS (EMA), TEGDMA, NANOPARTICULAS, OPALESCENCIA, FLUORESCENCIA BALANCEADA A ESTRUTURA DENTAL, RADIOPACIDADE, RESISTENCIA MECANICA E AO DESGASTE, FACIL POLIMENTO. SERINGA COM APROXIMADAMENTE 04 GRAMAS	UND	500	R\$ 9,97	R\$ 4.985,00
39	RESINA FOTOPOLIMERIZAVEL COR A2 ESMALTE. MICROHIBRIDA PARA DENTES ANTERIORES E POSTERIORES, COMPOSTA DE MATRIZ CONTENDO BIS (GMA), BIS (EMA), TEGDMA, NANOPARTICULAS, OPALESCENCIA, FLUORESCENCIA BALANCEADA A ESTRUTURA DENTAL, RADIOPACIDADE, RESISTENCIA MECANICA E AO DESGASTE, FACIL POLIMENTO. SERINGA COM APROXIMADAMENTE 04 GRAMAS.	CXA	500	R\$ 9,97	R\$ 4.985,00
40	RESINA FOTOPOLIMERIZAVEL COR A3 DENTINA. MICROHIBRIDA PARA DENTES ANTERIORES E POSTERIORES, COMPOSTA DE MATRIZ CONTENDO BIS (GMA), BIS (EMA), TEGDMA, NANOPARTICULAS, OPALESCENCIA, FLUORESCENCIA BALANCEADA A ESTRUTURA DENTAL, RADIOPACIDADE, RESISTENCIA MECANICA E AO DESGASTE, FACIL POLIMENTO. SERINGA COM APROXIMADAMENTE 04 GRAMAS.	UND	500	R\$ 9,97	R\$ 4.985,00
41	RESINA FOTOPOLIMERIZAVEL COR A3 ESMALTE. MICROHIBRIDA PARA DENTES ANTERIORES E POSTERIORES, COMPOSTA DE MATRIZ CONTENDO BIS (GMA), BIS (EMA), TEGDMA, NANOPARTICULAS, OPALESCENCIA, FLUORESCENCIA BALANCEADA A ESTRUTURA DENTAL, RADIOPACIDADE, RESISTENCIA MECANICA E AO DESGASTE, FACIL POLIMENTO. SERINGA COM APROXIMADAMENTE 04 GRAMAS.	UND	500	R\$ 9,97	R\$ 4.985,00
42	RESINA FOTOPOLIMERIZAVEL COR A3,5 ESMALTE. MICROHIBRIDA PARA DENTES ANTERIORES E POSTERIORES, COMPOSTA DE MATRIZ CONTENDO BIS (GMA), BIS (EMA), TEGDMA, NANOPARTICULAS, OPALESCENCIA, FLUORESCENCIA BALANCEADA A ESTRUTURA DENTAL, RADIOPACIDADE, RESISTENCIA MECANICA E AO DESGASTE, FACIL POLIMENTO. SERINGA COM APROXIMADAMENTE 04 GRAMAS	UND	500	R\$ 9,97	R\$ 4.985,00
43	RESINA FOTOPOLIMERIZAVEL COR B1 ESMALTE. MICROHIBRIDA PARA DENTES ANTERIORES E POSTERIORES, COMPOSTA DE MATRIZ CONTENDO BIS (GMA), BIS (EMA), TEGDMA, NANOPARTICULAS, OPALESCENCIA, FLUORESCENCIA BALANCEADA A ESTRUTURA DENTAL, RADIOPACIDADE, RESISTENCIA MECANICA E AO DESGASTE, FACIL POLIMENTO. SERINGA COM APROXIMADAMENTE 04 GRAMAS	UND	500	R\$ 9,97	R\$ 4.985,00
58	PLACA DE VIDRO FINA, COM TAMANHO APROXIMADAMENTE DE 15 X 6 X, 06	UND	50	R\$ 7,00	R\$ 350,00
66	MASCÁRA PROTEÇÃO COM ELÁSTICO	CXA	3000	R\$ 6,47	R\$ 19.410,00

70	COMPOSTO PARA RESTAURAÇÃO PROVISÓRIA	UND	100	R\$ 7,87	R\$ 787,00
86	ÁGUA OXIGENADA 10 VOLUMES. FRASCO COM TAMPÃO EM ROSCA COM 1 LITRO	FRA	100	R\$ 3,22	R\$ 322,00
93	CARIOSTATICO, FRASCO COM APROXIMADAMENTE 10 ML, COMPOSIÇÃO: SOLUÇÃO DE DIAMINO FLUORETO DE PRATA À 12% E HIDROXIDO DE SÓDIO 1% ÁCIDO FLUORIDRICO/ HIDROXIDO DE AMÔNIA, COM PH DE 9.0 A 10.0.	VDR	40	R\$ 11,80	R\$ 472,00
95	DISCO DE LIXA EM ÓXIDO DE ALUMÍNIO PARA POLIMENTO PARA USO EM BAIXA ROTAÇÃO, CAIXA COM 100 UNIDADES COM VÁRIAS GRANULAÇÕES.	CXA	100	R\$ 50,81	R\$ 5.081,00
102	PASTA PARA TRATAMENTO DE ALVELITE COMPOSTA DE ÓXIDO DE ZINCO, IODOFORMIO, PARAMONOCLOROFENOL, RESINA BRANCA, FRASCO COM 20 GRAMAS.	TBO	100	R\$ 18,50	R\$ 1.850,00
108	VERINZ COM FLUOR, SOLUÇÃO A BASE DE RESINAS NATURAIS COM IONS DE FLUOR NA CONCENTRAÇÃO DE APROXIMADAMENTE 2,26%, COM ALTA VISCOSIDADE E BAIXA SOLUBILIDADE. COM AÇÃO EFETIVA POR LONGOS PERÍODOS	KIT	50	R\$ 12,61	R\$ 630,50
110	CONTRA ÂNGULO PARA BAIXA ROTAÇÃO, CABEÇA FIXA COM SPRAY EXTERNO, SISTEMA INTRAMATIC, TROCA DE BROCAS ATRAVÉS DE FECHO E RESISTENTE À ESTERILIZAÇÃO EM AUTOCLAVE À 135° C, QUE SE ADAPTE (ACLOPE) NO MICRO MOTOR L 181 D INTRAMATIC.	UND	5	R\$ 341,60	R\$ 1.708,00
116	MICRO MOTOR INTRAMATIC PARA BAIXA ROTAÇÃO, PARA ACIONAMENTO DE PEÇAS DE MÃO, ROTAÇÃO MÁXIMA DE ACIONAMENTO DE 20.000 RPM COM CONTROLE DE ROTAÇÃO, ACOPLAMENTO BORDEN 2 FUSOS COM REGULAGEM DO SPRAY NA MANGUEIRA, RESISTENTE À ESTERILIZAÇÃO EM AUTOCLAVE A 135° C	UND	5	R\$ 409,92	R\$ 2.049,60
120	OTOSPORIN (MEDICAMENTO) SOLUÇÃO OTOLÓGICA FRASCO COM 10ML	UND	20	R\$ 12,20	R\$ 244,00
121	ESCOVA PARA LIMPAR BROCA	UND	20	R\$ 3,78	R\$ 75,60
122	DETERGENTE ENZIMÁTICO	UND	30	R\$ 18,33	R\$ 549,90
123	ÁLCOOL 70% 1.000 ML	UND	50	R\$ 4,26	R\$ 213,00

Governador Celso Ramos, 26 de Setembro de 2016.

SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA Contratada

JULIANO DUARTE CAMPOS
Prefeito Municipal

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 35/2016

Extrato do Primeiro Termo Aditivo referente ao contrato nº 35/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 35/2016.

TOMADA DE PREÇOS Nº 04/2016

PROCESSO Nº 35/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

CONTRATADO: EMPREITEIRA PAVICON LTDA

OBJETO: O presente termo tem por objeto prorrogar o contrato por mais 150 (cento e cinquenta) serviços inicialmente licitados, para a execução dos serviços e consequentemente do objeto contratual, já autorizada pelo Setor de Planejamento a partir da data de 31/10/2016. Ficando a vigência do contrato atual até 30/03/2017. O contrato tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO, DESMONTE DE ROCHA EM ZONA URBANA, CONSTRUÇÃO DE MURO DE ARRIMO, DRENAGEM PLUVIAL E OUTROS SERVIÇOS COMPLEMENTARES DA SERVIDÃO DO POÇO FRIO, BAIRRO GANCHOS DO MEIO, PERTENCENTE AO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

Governador Celso Ramos/SC, 07 de Outubro de 2016.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

Grão Pará

PREFEITURA

CONTRATO N 65-2016 CISAN SUL -GRÃO PARÁ

CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 65/2016
(Município de Grão Pará – SC)

CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 13/2016
SAMAE de Grão Pará – SC

CONTRATO ADMINISTRATIVO CISAM-Sul nº 03/2016
(Contrato de Programa para o Exercício de Atividade Regulatória)

Pelo presente CONTRATO ADMINISTRATIVO (Contrato de Programa), diante do disposto no art. 31, I do Decreto Federal nº 7.217/10, no art. 2º, caput, IX do Decreto Federal nº 6.017/07, no art. 2º, §1º, III e no art. 13, caput, ambos da Lei Federal nº 11.107/05, no art. 30 do Decreto Federal nº 6.017/07 e no Capítulo IX do Contrato de Consórcio Público (Protocolo de Intenções) do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental (CISAM-Sul), devidamente inserido no ordenamento jurídico do Município de GRÃO PARÁ - SC, através da Lei Municipal nº 1435 de 28 de novembro de 2006, e em observância a Lei Municipal nº 2.022 de 01 de Dezembro de 2015, e considerando a necessidade de formalização de Contrato de Programa para que sejam estabelecidas obrigações recíprocas para a gestão associada de serviços públicos, nos termos do artigo 13, caput, da Lei Federal nº 11.107/05, e considerando ainda que, nos termos do artigo 2º, caput, inciso IX do Decreto Federal nº 6.017/07, as atividades de regulação estão inseridas no conceito de gestão associada de serviços públicos, as partes descritas na "CLÁUSULA PRIMEIRA" têm justo e contratado, com inteira sujeição à Lei Federal nº 8.666/93, à Lei Federal nº 11.107/05, à Lei Federal nº 11.445/07 e ao Protocolo de Intenções e Estatuto de Consórcio Público do CISAM-Sul, o presente contrato.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS PARTES

Contratante: O MUNICÍPIO DE GRÃO PARÁ - SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ do MF sob nº 82.558.149/0001-55, com sede na Rua Barão do Rio Branco, nº 187, Centro, neste ato representado pelo prefeito municipal, Sr. Amilton Ascari, CPF nº 342.927.059/68 ao final assinado;

Consórcio Contratado: O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL (CISAM-Sul), Consórcio Público de Direito Público, inscrito no CNPJ do MF sob nº 08.486.180/0001-75, com personalidade de direito público, com sede na Rua Edgar Cunha, 322, Bairro Conde D'Eu, no Município de Orleans, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Marco Antonio Bertoncini Cascaes, CPF nº 288.322.309-25, ao final assinado;

Anuente: O SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE de GRÃO PARÁ - SC, com sede na Rua Álvaro de Oliveira Souza, nº 227, Centro, no Município de Grão-Pará - SC, inscrito no CNPJ sob nº 80.489.222/0001-59, neste ato representado por seu Diretor, Sr. Enio João Zanelatto Bagio, CPF nº 534.246.629-68, ao final assinado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

Este Contrato de Programa tem por objetivo o estabelecimento de obrigações entre o Contratante, o Anuente e o Consórcio Contratado para que este exerça, em proveito e em nome do Contratante, e conforme a colaboração e diretrizes definidas por este, as

atividades de regulação dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, no âmbito da área do Município de Grão Pará - SC

Parágrafo Único. A vigência deste Contrato de Programa ficará adstrita à permanência do Contratante no Consórcio CISAM-Sul e enquanto os serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário forem prestados pela Autarquia denominada Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE De Grão Pará – SC (anuente).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO

O presente contrato fica vinculado ao processo administrativo do Consórcio Contratado e processo administrativo 13/2016, do Anuente, à Lei Municipal nº 2.022, de 01 de dezembro de 2015 (Município de Grão Pará – SC), bem como às condições estabelecidas em Assembleia Geral Ordinária e à Resolução nº 03/2014 do Consórcio Contratado e suas alterações.

CLÁUSULA QUARTA – DA SUBORDINAÇÃO

O presente contrato subordina-se às normas constantes da Lei Federal nº 8.666 (21/06/93) e suas alterações, aplicável a execução dos Contratos, Lei Federal nº 11.445 (05/01/07), Decreto Federal nº 7.217 (10/06/10), e em especial a Lei Federal nº 11.107 (06/04/05), que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DIRETRIZES PARA A REGULAÇÃO

Ficam pactuadas e estabelecidas para o exercício das atividades de regulação, as diretrizes, competências, obrigações e direitos estabelecidos na Resolução nº 03/2014, aprovada em Assembleia Geral do Consórcio Contratado e suas eventuais alterações, a qual faz parte integrante do presente Contrato de Programa.

CLÁUSULA SEXTA – DA FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços referentes à regulação serão prestados conforme as diretrizes estabelecidas no "CAPÍTULO V" da Resolução nº 03/2014 e suas respectivas alterações.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PREÇO DE REGULAÇÃO

O preço de regulação (PR), tem a finalidade de promover o adequado custeio e sustentabilidade das atividades regulatórias a serem desenvolvidas pelo Consórcio Contratado e fica fixado em R\$ 0,20 (vinte centavos) por economia (unidade consumidora) a título de PR, em relação aos serviços de abastecimento de água e R\$ 0,16 (dezesseis centavos) por economia (unidade consumidora), a título de PR em relação aos serviços de esgotamento sanitário.

§ 1º. Os valores auferidos por meio do PR serão revistos sempre que houver necessidade, observando-se a adequada sustentabilidade das atividades regulatórias e a modicidade, podendo haver revisões para valores maiores ou menores além ou aquém dos percentuais acumulados da inflação, dependendo das ações regulatórias planejadas e desenvolvidas e da execução financeira.

§ 2º. Os valores do presente contrato são os estabelecidos nas Resoluções aprovadas em Assembleia Geral do Consórcio Contratado, devendo estas fazerem parte integrante deste Contrato.

§ 3º. Os valores serão recolhidos até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao da arrecadação pelo Anuente em proveito do Consórcio

Contratado, sendo possível, com a concordância do CISAM-Sul-REG, o repasse trimestral ou anual.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

O pagamento do valor contratual previsto será feito mensalmente, sendo as faturas vencíveis sempre no décimo dia do mês subsequente, operacionalizando-se por meio de depósito, ou boleto bancário emitido pelo Consórcio Contratado.

§ 1º. O Preço de Regulação (PR) dos serviços de abastecimento de água e de esgoto sanitário será pago pelo Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto (SAMA E).

§ 2º. Havendo atraso no repasse por parte do Anuente, o valor será reajustado pelo INPC/IBGE do período ou o índice que vier a substituí-lo.

§ 3º. O Consórcio Contratado deverá manter em dia, durante a vigência do Contrato, a certidão previdenciária e do CRF/FGTS, conforme dispõe o art. 55, inciso XIII da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta do Anuente previstas no Orçamento de 2016 e subsequentes dede que haja previsão orçamentária, cuja fonte de recursos tem a seguinte classificação:

Função: .17

Sub-Função: 512

Programa: 40

Projeto Atividade: 2.034

Modalidade de Aplicação: 3.3.99.99

Fonte de Recursos Próprios.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS PROCEDIMENTOS DE TRANSPARÊNCIA

Além dos canais de comunicação diretos da população com o órgão de Regulação, fica garantida a transparência da gestão econômica, financeira e administrativa dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Município de Grão Pará - SC da seguinte forma:

I – acesso às informações econômicas, financeiras e administrativas do Contratante, por meio de documentos disponibilizados mediante requerimento ou por meio de sítios na internet, bem como por todos os outros meios de divulgação possíveis;

II – participação da população em audiências públicas relacionadas ao saneamento.

Parágrafo único. Deverá ser assegurada publicidade aos relatórios, estudos, decisões e instrumentos equivalentes que se refiram à regulação ou à fiscalização dos serviços, salvo os declarados como sigilosos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESPONSABILIZAÇÃO

O Presidente do Consórcio Contratado e seu Diretor Administrativo não respondem, pessoalmente, pelo descumprimento das obrigações decorrentes deste Contrato de Programa.

Parágrafo único. O disposto nesta cláusula não se aplica aos atos praticados em desconformidade com a Lei, com o Contrato de Consórcio Público e o Estatuto do Consórcio Contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO ADITAMENTO

Este Contrato de Programa poderá ser alterado por decisão das partes, por meio de assinatura de termo aditivo, sendo vedada, em qualquer hipótese, a modificação de seu objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

O presente Contrato de Programa poderá ser rescindido por:

I – descumprimento de qualquer das metas para consecução do objeto ou desatendimento, por qualquer das partes, ao disposto na Resolução nº 03/2014 e suas alterações;

II – superveniência de norma legal ou fato administrativo que o torne, formal ou materialmente, inexequível;

III – ato unilateral com comprovada motivação jurídica ou legal, mediante aviso prévio da parte que dele se desinteressar, com antecedência mínima de 90 dias, respeitando as metas em curso.

§ 1º. Havendo inexecução total ou parcial do contrato, ensejará a sua rescisão, conforme disposto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

§ 2º. Conforme disposto no art. 55, inc. IX da Lei nº 8666/93, o Consórcio Contratado reconhece os direitos do Contratante em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da mesma lei.

IV - O CONTRATANTE, mediante aviso prévio de 30 (trinta) dias, poderá rescindir o contrato, sem qualquer ônus.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá vigência por 5 (cinco) anos, contados a partir da presente data.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICIDADE

Fica definido que este Contrato de Programa será devidamente publicado no órgão de publicação oficial, bem como ficará disponível, para consulta, no sítio da internet mantido pelo Consórcio Contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO E DO MODO AMIGÁVEL DE SOLUÇÃO DAS CONTROVÉRSIAS CONTRATUAIS

Fica eleito, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas deste contrato, o Foro da Comarca de Braço do Norte, Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. Preferencialmente à intervenção do Poder Judiciário para dirimir controvérsias contratuais, buscar-se-á a composição amigável, operacionalizada por meio de propostas e contrapropostas encaminhadas pelas partes à Assembleia Geral do Consórcio Contratado.

E por estarem de pleno acordo, firmam o presente contrato de programa em três vias de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo qualificadas.

Grão Pará/SC, 1º de agosto de 2016.

Pelo Contratante:

Município de Grão Pará - SC

Amilton Ascari – Prefeito

Pelo Consórcio Contratado:

Consórcio Interm. de Saneamento Ambiental

Marco Antonio Bertoncini Cascaes – Presidente

Pelo Anuente:

Serviço Autonomo Municipal de Água e Esgoto de Grão Pará
Enio João Zanelatto Bagio – Diretor do SAMA E

Testemunhas:

Pâmela Mattei Brighente

CPF: 083.559.049-66

JISELI KONS

CPF: 034.661.629-80

CONTRATO N 66-2016 GILMAR COSTA KOCH

CONTRATO Nº 66/2016

(de 12 de setembro de 2016)

AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS SEM LICITAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ sob nº 82.558.149/0001-55, representada, neste ato, pelo Prefeito Municipal em Exercício, Senhor ÉLIO MÜLLER BRATTI, doravante denominado CONTRATANTE, e, por outro lado, Sr. GILMAR COSTA KOCH, portador do CPF nº 018.321.109-07, residente e domiciliado na Estrada Geral Capivaras do Meio, no Município de Grão-Pará/SC, doravante denominado CONTRATADO, fundamentados nas disposições da Lei nº 11.947/2009 e na Chamada Pública nº 02/2016, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA

É objeto desta contratação a AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos de educação básica pública matriculados nas Escolas Municipais de Ensino, a serem pagos com verba do FNDE/PNAE, a partir da assinatura deste Contrato até 31/12/2016, de acordo com a Chamada Pública nº 02/2016, a qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE, conforme descrito no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar parte integrante deste Instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA

O limite individual de venda de gêneros alimentícios do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, neste ato, denominados CONTRATADOS, será de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

CLÁUSULA QUARTA

Os CONTRATADOS FORNECEDORES deverão informar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA os valores individuais de venda dos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios, consoante Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar em, no máximo, 30 dias, após a assinatura do contrato, por meio de ferramenta disponibilizada pelo MDA.

CLÁUSULA QUINTA

A entrega do produto inicia-se, imediatamente, após assinatura deste Contrato, sendo o prazo final do fornecimento até o término da quantidade adquirida ou até 31 de dezembro de 2016.

- a. A entrega dos produtos deverá ser feita nos locais, dias e quantidades conforme solicitação de compra, da Chamada Pública nº 02/2016.
- b. O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e das Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega.
- c. A entrega deverá ser nas segunda-feira.
- d. as quantidades a serem entregues deverão ser em pacotes de 2kg e 5kg, conforme solicitação de compras.

CLÁUSULA SEXTA

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor total de R\$ 19.994,00 (dezenove mil, novecentos e noventa e quatro reais), conforme listagem anexa a seguir:

1. Nome do Agricultor Familiar	2. CPF	3. DAP	4. Produto	5. Unidade	6.Quantidade/ Unidade	7. Preço Proposto	8. Valor Total
GILMAR COS-TA KOCH	018.321.109-07	SDW001832110 9072308160242	ABOBRINHA PAULISTA	KG	150	R\$ 2,00	R\$ 300,00
			ACELGA	UND	150	R\$ 3,00	R\$ 450,00
			AIPIM DESCASCADO	KG	230	R\$ 3,50	R\$ 805,00
			ALFACE	UND	300	R\$ 1,60	R\$ 480,00
			BANANA BRANCA	KG	2.000	R\$ 2,80	R\$ 5.600,00
			BATATA INGLESA	KG	1200	R\$ 4,50	R\$ 5.400,00
			BETERRABA	KG	347	R\$ 3,00	R\$ 1.041,00
			BRÓCOLIS	UNID	120	R\$ 2,40	R\$ 288,00
			CEBOLA DE CABEÇA	KG	120	R\$ 4,00	R\$ 480,00
			CENOURA	KG	250	R\$ 3,00	R\$ 750,00
			COUVE FLOR	UND	70	R\$ 2,40	R\$ 168,00
			COUVE FOLHA	MAÇO	70	R\$ 1,40	R\$ 98,00
			OVOS	DZ	175	R\$ 5,20	R\$ 910,00
			PEPINO	KG	120	R\$ 3,20	R\$ 384,00
			REPOLHO	UND	150	R\$ 2,00	R\$ 300,00
			TEMPERO VERDE	MAÇO	200	R\$ 1,70	R\$ 340,00
			TOMATE	KG	500	R\$ 4,40	R\$ 2.200,00
VALOR TOTAL							R\$ 19.994,00

CLÁUSULA SÉTIMA

No valor mencionado na cláusula sexta, estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

06.01.2.023.3.3.90.30.07.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas (Código Reduzido:213);

06.01.2.013.3.3.90.30.07.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas (Código Reduzido: 59).

CLÁUSULA NONA

A CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na cláusula Quinta, alínea “b”, e após a tramitação do Processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior. Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA

A CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento ao CONTRATADO FORNECEDOR deverá pagar multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida. Ressalvados os casos quando não efetivados os repasses mensais de recursos do FNDE em tempo hábil.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

Os casos de inadimplência da CONTRATANTE proceder-se-á conforme o § 1º, do art. 20, da Lei nº 11.947/2009, e demais legislações relacionadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

O CONTRATADO FORNECEDOR deverá guardar, pelo prazo de 05 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congêneres, dos produtos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

A CONTRATANTE se compromete em guardar, pelo prazo de 05 (cinco) anos, as Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO FORNECEDOR o ressarcimento de danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

A CONTRATANTE em razão de interesse público sobre os interesses particulares poderá:

- a. modificar, unilateralmente, o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
- b. rescindir, unilateralmente, o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;
- c. fiscalizar a execução do contrato;
- d. aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

Sempre que a CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO, deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação, através da Nutricionista alocada na Secretaria referida, e do Conselho de Alimentação Escolar – CAE e outras Entidades designadas pelo FNDE.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

O presente contrato rege-se, ainda, pela Chamada Pública nº 02/2016, pela Resolução CD/FNDE nº 38/2009 e pela Lei nº 11.947/2009 e o dispositivo que a regulamente, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omissivo.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA

Este Contrato poderá ser aditado, a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

CLÁUSULA VIGÉSIMA

As comunicações com origem neste Contrato deverão ser formais e expressas, por meio de ofício ou carta, que somente terá validade se enviado/a mediante registro de recebimento, por fax, transmitido pelas partes.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA

Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, por ofício ou carta, consoante Cláusula Vigésima, poderá ser

rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- a. por acordo entre as partes;
- b. pela inobservância de qualquer de suas condições;
- c. quaisquer dos motivos previstos em lei.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA

O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou até 31 de dezembro de 2016.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA

É competente o Foro da Comarca de Braço do Norte/ SC para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste Contrato. E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Grão-Pará/SC, 12 de setembro de 2016.

ÉLIO MÜLLER BRATTI
Prefeito Municipal em Exercício

GILMAR COSTA KOCH
Agricultor Contratado

TESTEMUNHAS

DECRETO DF 050/2016 - ORÇAMENTO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GRÃO PARA ESTADO DE SANTA CATARINA

Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 000050/16 de 24 de Outubro de 2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município de GRÃO PARÁ e autorização contida na Lei Municipal nº 002026/15 de 17 de Dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

14 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - FMS
14.02 - DEPARTAMENTO DA ATENÇÃO BÁSICA

(030)3.3.90.00.00.00.00.2.037-0157 - Aplicacoes Diretas 1.500,00

Total Suplementação: 1.500,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

14 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - FMS
14.02 - DEPARTAMENTO DA ATENÇÃO BÁSICA

(027)3.1.90.00.00.00.00.2.037-0157 - Aplicacoes Diretas 1.500,00

Total Anulação: 1.500,00

Art. 3º -

Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 24 de Outubro de 2016.

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria aos 24 de Outubro de 2016.

DIONE HEINZEN
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Página: 1/1

DECRETO N. 20/2016, DE 21 DE OUTUBRO DE 2016 PONTO FACULTATIVO

DECRETO N. 20/2016, DE 21 DE OUTUBRO DE 2016.

“DECRETA PONTO FACULTATIVO”

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso das atribuições,

DECRETA

Art. 1º. Fica decretado Ponto Facultativo, nas repartições público-municipais, na data de 28 de outubro de 2016, Dia do Servidor Público.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Grão-Pará,
21 de outubro de 2016.

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em 21 de outubro de 2016.

DIONE HEINZEN
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

Guaramirim

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 43/2016 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão Presencial 43/2016 FMS

Processo Licitatório: 43/2016 FMS

Tipo: Menor Preço - Por Item

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA A FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS (BLOCOS, ATESTADOS, FICHAS E OUTROS) PARA A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM(SC).

Entrega dos Envelopes: 09/11/2016 às 09h00min

Abertura dos Envelopes: 09/11/2016 às 09h00min

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 14:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 24 de outubro de 2016.

LAURO FROHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE REABERTURA LICITAÇÃO PROCESSO 154/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

AVISO DE LICITAÇÃO

REABERTURA

Edital: Pregão Presencial 154/2016

Processo Licitatório: 154/2016

Tipo: Menor Preço - Por Item

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS PUBLICAÇÕES DE ATOS LEGAIS EM JORNAL DE CIRCULAÇÃO ESTADUAL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC).

Entrega dos Envelopes: 10/11/2016 às 09h00min

Abertura dos Envelopes: 10/11/2016 às 09h00min

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 14:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 24 de outubro de 2016.

LAURO FROHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº. 701/2016

DECRETO Nº. 701/2016

Abre crédito suplementar no valor de R\$ 1.510.000,00 (um milhão quinhentos e dez mil reais).

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 1.510.000,00 (um milhão quinhentos e dez mil reais) constante do orçamento Municipal, aprovado pela lei nº. 4340/2016, a saber:

Dotações Suplementadas		
Código	Descrição	
12	Fundo Municipal de Saúde de Guaramirim	
12.001	Fundo Municipal de Saúde de Guaramirim	
12.001.0010.0301.0006.2035	Manutencao do Atendimento nas Unidades Basicas e Ambulatorial	
3319000000000000	Aplicações Diretas	
01020000	Receitas de Impostos - Saúde	
Total Ação	10.000,00	
Código	Descrição	
12	Fundo Municipal de Saúde de Guaramirim	
12.001	Fundo Municipal de Saúde de Guaramirim	
12.001.0010.0301.0006.2040	Piso da AtencaoBasicaVariavel - Saude da Familia	
3319000000000000	Aplicações Diretas	
01020000	Receitas de Impostos - Saúde	
Total Ação	114.999,00	
Código	Descrição	
12	Fundo Municipal de Saúde de Guaramirim	
12.001	Fundo Municipal de Saúde de Guaramirim	
12.001.0010.0301.0006.2132	NASF SC - Cofinanciamento da Atenção Básica	
3319000000000000	Aplicações Diretas	
01020000	Receitas de Impostos - Saúde	
Total Ação	125.000,00	
Dotações Suplementadas		
Código	Descrição	
06	Secretaria Municipal de Educação	
06.001	Ensino Fundamental	
06.001.0012.0361.0005.2018	Reforma e Manut. de Unidades Escolares do Ensino Fundamental	
3319000000000000	Aplicações Diretas	
01010000	Receitas de Impostos - Educação	
Total Ação	30.000,00	
Código	Descrição	
06	Secretaria Municipal de Educação	
06.001	Ensino Fundamental	
06.001.0012.0361.0005.2024	Transporte Escolar - Ensino Fundamental	
3339000000000000	Aplicações Diretas	
01360000	Tsalário Educação	
Total Ação	136.000,00	
Código	Descrição	
06	Secretaria Municipal de Educação	
06.001	Ensino Fundamental	
06.001.0012	Educação	
3339000000000000	Aplicações Diretas	
03360000	Tsalário Educação	
Total Ação	72.000,00	

Código	Descrição
06	Secretaria Municipal de Educação
06.006	Educação Infantil - Creches
06.006.0012.0365.0005.2023	Manutencao e Desenv das Atividades do Ensino Infantil (creches)
3319000000000000	Aplicações Diretas
01010000	Receitas de Impostos - Educação
Total Ação	150.000,00
Código	Descrição
08	Secretaria de Infra-estrutura
08.001	Secretaria de Infra-estrutura
08.001.0026.0782.0011.2091	Manutencao e Abertura de Estradas, Canais, Corregos e Valas
3319000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	160.000,00
Código	Descrição
09	Secretaria de Desenvolvimento Econômico
09.001	Secretaria de Desenvolvimento Econômico
09.001.0023.0695.0012.2052	Manut. deAcoes de Apoio à Iniciativas Produtivas e Turismo
3319000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	20.000,00
Código	Descrição
18	Secretaria de Esporte e Lazer
18.001	Secretaria de Esporte e Lazer
18.001.0027.0812.0015.2081	Apoio ao Esporte Amador
3319000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	5.000,00
Código	Descrição
18	Secretaria de Esporte e Lazer
18.001	Secretaria de Esporte e Lazer
18.001.0027.0812.0015.2083	Escolinhas de Esportes
3319000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	30.000,00
Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
13	Fundo Mun. de Assistência Social de Guaramirim
13.001	Fundo Mun. de Assistência Social de Guaramirim
13.001.0008.0244.0009.2065	Manutencao da Secretaria de Desenvolvimento Social
3319000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	30.000,00
Dotações Suplementadas	

Código	Descrição	
12	Fundo Municipal de Saúde de Guaramirim	
12.001	Fundo Municipal de Saúde de Guaramirim	
12.001.0010.0301.0006.2040	Piso da AtencaoBasicaVariavel - Saude da Familia	
3319000000000000	Aplicações Diretas	
01020000	Receitas de Impostos - Saúde	
Total Ação	185.001,00	
Código	Descrição	
12	Fundo Municipal de Saúde de Guaramirim	
12.001	Fundo Municipal de Saúde de Guaramirim	
12.001.0010.0305.0006.2159	Vigilância em Saúde - Piso Fixo de Vigilância em Saúde (PFVS)	
3319000000000000	Aplicações Diretas	
01020000	Receitas de Impostos - Saúde	
Total Ação	150.000,00	
Dotações Suplementadas		
Código	Descrição	
26	Encargos Gerais do Município	
26.001	Encargos Gerais do Município	
26.001.0028.0846.0000.0003	Precatórios e Sentenças Judiciais	
3339000000000000	Aplicações Diretas	
01000000	Recursos Ordinários	
Total Ação	120.000,00	
Dotações Suplementadas		
Código	Descrição	
08	Secretaria de Infra-estrutura	
08.001	Secretaria de Infra-estrutura	
08.001.0015.0452.0011.2050	Manut. dasAcoes de Limpeza e Conservacao de EspacosPublicos	
3339000000000000	Aplicações Diretas	
01000000	Recursos Ordinários	
Total Ação	72.000,00	
Dotações Suplementadas		
Código	Descrição	
08	Secretaria de Infra-estrutura	
08.001	Secretaria de Infra-estrutura	
08.001.0026.0782.0011.2091	Manutencao e Abertura de Estradas, Canais, Corregos e Valas	
3339000000000000	Aplicações Diretas	
01000000	Recursos Ordinários	
Total Ação	100.000,00	
Total Geral	1.510.000,00	

Art. 2º. Os recursos para abertura do presente crédito suplementar provém da anulação das dotações abaixo relacionadas:

Dotações Anuladas		
Código	Descrição	
12	Fundo Municipal de Saúde de Guaramirim	
12.001	Fundo Municipal de Saúde de Guaramirim	

12.001.0010.0301.0006.2032	Manutencao das Atividades da Secretaria Municipal de Saude	
3319000000000000	Aplicações Diretas	
01020000	Receitas de Impostos - Saúde	
Total Ação	180.000,00	
Código	Descrição	
12	Fundo Municipal de Saúde de Guaramirim	
12.001	Fundo Municipal de Saúde de Guaramirim	
12.001.0010.0301.0006.2045	Manutencao das Unidades de Saude	
3319000000000000	Aplicações Diretas	
01020000	Receitas de Impostos - Saúde	
Total Ação	69.999,00	
Dotações Anuladas		
Código	Descrição	
06	Secretaria Municipal de Educação	
06.001	Ensino Fundamental	
06.001.0012.0361.0005.2018	Reforma e Manut. de Unidades Escolares do Ensino Fundamental	
3339000000000000	Aplicações Diretas	
03360000	Tsalário Educação	
Total Ação	17.000,00	
Código	Descrição	
06	Secretaria Municipal de Educação	
06.001	Ensino Fundamental	
06.001.0012.0361.0005.2021	Manutenção e Desenv. das Atividades do Ensino Fundamental	
3339000000000000	Aplicações Diretas	
01360000	Tsalário Educação	
Total Ação	65.000,00	
Código	Descrição	
06	Secretaria Municipal de Educação	
06.001	Ensino Fundamental	
06.001.0012.0361.0005.2021	Manutenção e Desenv. das Atividades do Ensino Fundamental	
3449000000000000	Aplicações Diretas	
01360000	Tsalário Educação	
Total Ação	21.000,00	
Código	Descrição	
06	Secretaria Municipal de Educação	
06.002	Educação Infantil	
06.002.0012.0365.0005.2017	Manutenção das Atividades da Secretaria do Ensino Infantil	
3339000000000000	Aplicações Diretas	
01360000	Tsalário Educação	
Total Ação	40.000,00	
Código	Descrição	
06	Secretaria Municipal de Educação	
06.005	Educação Infantil - Pré-escolar	
06.005.0012.0365.0005.2019	Reforma e Manutda Unidades Escolares do Ensino Infantil	

3339000000000000	Aplicações Diretas
01360000	Tsalário Educação
Total Ação	10.000,00
Código	Descrição
06	Secretaria Municipal de Educação
06.006	Educação Infantil - Creches
06.006.0012.0365.0005.2020	Reforma e Manutenção do Ensino Infantil (creches)
3339000000000000	Aplicações Diretas
03360000	Tsalário Educação
Total Ação	55.000,00
Código	Descrição
03	Procuradoria
03.001	Procuradoria
03.001.0004.0062.0002.2007	Manutenção das Atribuições da Procuradoria Municipal
3319000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	10.000,00
Código	Descrição
03	Procuradoria
03.001	Procuradoria
03.001.0004.0062.0002.2007	Manutenção das Atribuições da Procuradoria Municipal
3339000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	15.000,00
Código	Descrição
07	Secretaria Desenvolvimento Social
07.003	Fundo Municipal de Habitação
07.003.0016	Habitação
3319000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	1.999,00
Código	Descrição
07	Secretaria Desenvolvimento Social
07.003	Fundo Municipal de Habitação
07.003.0016.0482.0009.1004	Construcao de Unidades Habitacionais
3339000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	45.599,00
Código	Descrição
07	Secretaria Desenvolvimento Social
07.003	Fundo Municipal de Habitação
07.003.0016.0482.0009.1004	Construcao de Unidades Habitacionais
3449000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários

Total Ação	999,00
Código	Descrição
03	Procuradoria
03.002	Fundo de Defesa do Consumidor de Guaramirim
03.002.0014.0422.0003.2098	Manutenção das Ações do Procon
3319000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	80.000,00
Código	Descrição
07	Secretaria Desenvolvimento Social
07.003	Fundo Municipal de Habitação
07.003.0016.0482.0009.1004	Construcao de Unidades Habitacionais
3459000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	999,00
Código	Descrição
03	Procuradoria
03.002	Fundo de Defesa do Consumidor de Guaramirim
03.002.0014.0422.0003.2098	Manutenção das Ações do Procon
3339000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	20.000,00
Código	Descrição
04	Secretaria de Administração e Finanças
04.001	Secretaria de Administração e Finanças
04.001.0004.0129.0004.2008	Manutenção das Ações de Arrecadação e Fiscalização
3319000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	15.000,00
Código	Descrição
04	Secretaria de Administração e Finanças
04.001	Secretaria de Administração e Finanças
04.001.0004.0129.0004.2008	Manutenção das Ações de Arrecadação e Fiscalização
3339000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	20.000,00
Código	Descrição
10	Secretaria Municipal de Agricultura
10.001	Secretaria Municipal de Agricultura
10.001.0020.0606.0008.2061	Manut. das Ações de Apoio a Iniciativas Produtivas (agrícola, Pecuária, etc.)
3319000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	50.000,00

Código	Descrição
10	Secretaria Municipal de Agricultura
10.001	Secretaria Municipal de Agricultura
10.001.0020.0606.0008.2061	Manut. das Ações de Apoio a Iniciativas Produtivas (agrícola, Pecuária, etc.)
3335000000000000	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	45.405,00
Código	Descrição
04	Secretaria de Administração e Finanças
04.001	Secretaria de Administração e Finanças
04.001.0004.0129.0004.2008	Manutenção das Ações de Arrecadação e Fiscalização
3449000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	4.999,00
Código	Descrição
04	Secretaria de Administração e Finanças
04.001	Secretaria de Administração e Finanças
04.001.0004.0122.0004.2010	Manutenção das Ações de Apoio Logístico, Compras Almoxarifado e
3339000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	50.000,00
Código	Descrição
05	Secretaria de Planejamento e Desenvolv. Urbano
05.001	Secretaria de Planejamento e Desenvolv. Urbano
05.001.0004.0125.0004.2014	Manutenção das Atribuições de Fiscalização Urbana
3319000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	31.000,00
Código	Descrição
05	Secretaria de Planejamento e Desenvolv. Urbano
05.001	Secretaria de Planejamento e Desenvolv. Urbano
05.001.0004.0125.0004.2014	Manutenção das Atribuições de Fiscalização Urbana
3449000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	4.000,00
Dotações Anuladas	
Código	Descrição
10	Secretaria Municipal de Agricultura
10.001	Secretaria Municipal de Agricultura
10.001.0020.0606.0008.2061	Manut. das Ações de Apoio a Iniciativas Produtivas (agrícola, Pecuária, etc.)
3335000000000000	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	14.594,00
Código	Descrição

10	Secretaria Municipal de Agricultura
10.001	Secretaria Municipal de Agricultura
10.001.0020.0606.0008.2061	Manut. das Ações de Apoio a Iniciativas Produtivas (agrícola, Pecuária, etc.)
3339000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	100.000,00
Código	Descrição
10	Secretaria Municipal de Agricultura
10.001	Secretaria Municipal de Agricultura
10.001.0020.0606.0008.2061	Manut. das Ações de Apoio a Iniciativas Produtivas (agrícola, Pecuária, etc.)
3449000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	4.999,00
Código	Descrição
10	Secretaria Municipal de Agricultura
10.001	Secretaria Municipal de Agricultura
10.001.0020.0606.0008.2062	Manut. dasAcoes de Qualificacao e OrientacaoTecnica
3319000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	15.000,00
Código	Descrição
10	Secretaria Municipal de Agricultura
10.001	Secretaria Municipal de Agricultura
10.001.0020.0606.0008.2062	Manut. dasAcoes de Qualificacao e OrientacaoTecnica
3339000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	90.000,00
Código	Descrição
10	Secretaria Municipal de Agricultura
10.001	Secretaria Municipal de Agricultura
10.001.0020.0606.0008.2062	Manut. dasAcoes de Qualificacao e OrientacaoTecnica
3449000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	4.999,00
Código	Descrição
11	Controladoria Geral do Município
11.001	Controladoria Geral do Município
11.001.0004.0124.0002.2005	Manutenção das Atividades do Controle Interno
3339000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	10.000,00
Código	Descrição
26	Encargos Gerais do Município
26.001	Encargos Gerais do Município

26.001.0028.0846.0000.0002	Amortização da Dívida e Encargos
3469000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	125.409,00
Dotações Anuladas	
Código	Descrição
26	Encargos Gerais do Município
26.001	Encargos Gerais do Município
26.001.0028.0846.0000.0002	Amortização da Dívida e Encargos
3329000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	120.000,00
Dotações Anuladas	
Código	Descrição
08	Secretaria de Infra-estrutura
08.001	Secretaria de Infra-estrutura
08.001.0015.0542.0007.2049	Manutencao dos Servicos da Coleta de Lixo
3339000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	72.000,00
Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
01	Camãra Municipal de Vereadores
01.001	Camãra Municipal de Vereadores
01.001.0001.0031.0001.2001	Manutenção das Atividades da Câmara Municipal
3339000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	60.000,00
Código	Descrição
01	Camãra Municipal de Vereadores
01.001	Camãra Municipal de Vereadores
01.001.0001.0031.0001.2001	Manutenção das Atividades da Câmara Municipal
3449000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	40.000,00
Total Geral	1.510.000,00

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 21 de outubro de 2016.
Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

EXTRATO ATA DE 78/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 78/2016 – PMG

PREGÃO PRESENCIAL Nº 142/2016 – PMG

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE BATERIAS NOVAS A BASE DE TROCA E CARGA DE GÁS DE AR CONDICIONADO PARA UTILIZAÇÃO NA FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 142/2016.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042.

Fornecedor: MAIOCHI INSTALAÇÕES E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP, com sede na Rodovia BR 280, Km 58, nº 13.354, Bairro Centro, em Guaramirim - SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.328.414/0001-32.

Vigência: Início: 11/10/2016 Término: 10/10/2017.

Fornecedor: 66532 - MAIOCHI INST. MONT. MAQ. E EQUIP. LTDA					
Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
3	20	PC	BATERIA 150 AMP (BASE DE TROCA)	444,50	8.890,00
Total				R\$8.890,00	

Guaramirim (SC), 24 de outubro de 2016.

LAURO FRÖHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 79/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 79/2016 – PMG

PREGÃO PRESENCIAL Nº 142/2016 – PMG

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE BATERIAS NOVAS A BASE DE TROCA E CARGA DE GÁS DE AR CONDICIONADO PARA UTILIZAÇÃO NA FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 142/2016.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042.

Fornecedor: DANNA COMERCIAL EIRELI - EPP, com sede na Rua Luiz Bollmann, nº 83, Sala 01, Bairro Centro, em Guaramirim - SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.550.358/0001-30.

Vigência: Início: 11/10/2016 Término: 10/10/2017.

Fornecedor: 406236 - DANNA COMERCIAL EIRELI - ME					
Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
1	50	PC	BATERIA 60 AMP VEICULOS LEVES MULTIMARCAS	175,00	8.750,00
2	41	PC	BATERIA 100 AMP (BASE DE TROCA)	314,00	12.874,00
Total				R\$21.624,00	

Guaramirim (SC), 24 de outubro de 2016.

LAURO FRÖHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO CONTRATO 51/2016 PMG

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DO CONTRATO 51/2016- PMG

Processo Licitatório nº: 134/2016 - PMG

Modalidade: Pregão Presencial

Objeto da Licitação: AQUISIÇÃO DE MATERIAL HIDRÁULICO PARA A INSTALAÇÃO DE NOVA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042, bairro Centro, Cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

Contratado: VIA D'ÁGUA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE MEDIÇÃO HIDRÁULICA E SANEAMENTO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 16.637.264/0001-90, com sede na Rua Marques de Olinda, nº 955, bairro Santo Antônio, Cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina.

Valor: R\$ 16.183,00 (dezesesseis mil cento e oitenta e três reais).

Data da Assinatura: 11/10/2016 Vigência: 31/12/2016

GUARAMIRIM (SC), 24/10/2016

LAURO FRÖHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº. 4339/2016

LEI Nº. 4339/2016

Altera a Lei nº. 4272/2015, que autoriza o Município de Guaramirim a celebrar convênio com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, para aquisição de um micro ônibus.

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. A Lei nº. 4272/2015 passa a vigorar com a seguinte alteração:

.....

“Art. 3º. O Conselho Municipal de Assistência Social de Guaramirim fica responsável pela fiscalização, monitoramento, avaliação do projeto e prestação de contas.” (NR)

“Art. 4º. Após a avaliação do Conselho, a prestação de contas deverá ser apresentada à Controladoria Geral do Município de Guaramirim até 30 (trinta) dias após o repasse.” (NR)

.....

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 21 de outubro de 2016.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

LEI Nº. 4340/2016

LEI Nº. 4340/2016

Abre crédito suplementar no valor de até R\$ 1.510.000,00 (um milhão quinhentos e dez mil reais).

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica aberto um crédito suplementar no valor de até R\$ 1.510.000,00 (um milhão quinhentos e dez mil reais) constante do orçamento Municipal, a saber:

Dotações Suplementadas		
Código	Descrição	
12	Fundo Municipal de Saúde de Guaramirim	
12.001	Fundo Municipal de Saúde de Guaramirim	
12.001.0010.0301.0006.2035	Manutencao do Atendimento nas Unidades Basicas e Ambulatorial	
3319000000000000	Aplicações Diretas	
01020000	Receitas de Impostos - Saúde	
Total Ação	10.000,00	
Código	Descrição	
12	Fundo Municipal de Saúde de Guaramirim	
12.001	Fundo Municipal de Saúde de Guaramirim	
12.001.0010.0301.0006.2040	Piso da AtencaoBasicaVariavel - Saude da Familia	
3319000000000000	Aplicações Diretas	
01020000	Receitas de Impostos - Saúde	
Total Ação	114.999,00	
Código	Descrição	
12	Fundo Municipal de Saúde de Guaramirim	
12.001	Fundo Municipal de Saúde de Guaramirim	
12.001.0010.0301.0006.2132	NASF SC - Cofinanciamento da Atenção Básica	
3319000000000000	Aplicações Diretas	
01020000	Receitas de Impostos - Saúde	
Total Ação	125.000,00	
Dotações Suplementadas		
Código	Descrição	
06	Secretaria Municipal de Educação	
06.001	Ensino Fundamental	
06.001.0012.0361.0005.2018	Reforma e Manut. de Unidades Escolares do Ensino Fundamental	
3319000000000000	Aplicações Diretas	
01010000	Receitas de Impostos - Educação	
Total Ação	30.000,00	
Código	Descrição	
06	Secretaria Municipal de Educação	
06.001	Ensino Fundamental	
06.001.0012.0361.0005.2024	Transporte Escolar - Ensino Fundamental	
3339000000000000	Aplicações Diretas	
01360000	Tsalário Educação	
Total Ação	136.000,00	
Código	Descrição	
06	Secretaria Municipal de Educação	
06.001	Ensino Fundamental	
06.001.0012	Educação	
3339000000000000	Aplicações Diretas	
03360000	Tsalário Educação	
Total Ação	72.000,00	

Código	Descrição
06	Secretaria Municipal de Educação
06.006	Educação Infantil - Creches
06.006.0012.0365.0005.2023	Manutencao e Desenv das Atividades do Ensino Infantil (creches)
3319000000000000	Aplicações Diretas
01010000	Receitas de Impostos - Educação
Total Ação	150.000,00
Código	Descrição
08	Secretaria de Infra-estrutura
08.001	Secretaria de Infra-estrutura
08.001.0026.0782.0011.2091	Manutencao e Abertura de Estradas, Canais, Corregos e Valas
3319000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	160.000,00
Código	Descrição
09	Secretaria de Desenvolvimento Econômico
09.001	Secretaria de Desenvolvimento Econômico
09.001.0023.0695.0012.2052	Manut. deAcoes de Apoio à Iniciativas Produtivas e Turismo
3319000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	20.000,00
Código	Descrição
18	Secretaria de Esporte e Lazer
18.001	Secretaria de Esporte e Lazer
18.001.0027.0812.0015.2081	Apoio ao Esporte Amador
3319000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	5.000,00
Código	Descrição
18	Secretaria de Esporte e Lazer
18.001	Secretaria de Esporte e Lazer
18.001.0027.0812.0015.2083	Escolinhas de Esportes
3319000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	30.000,00
Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
13	Fundo Mun. de Assistência Social de Guaramirim
13.001	Fundo Mun. de Assistência Social de Guaramirim
13.001.0008.0244.0009.2065	Manutencao da Secretaria de Desenvolvimento Social
3319000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	30.000,00
Dotações Suplementadas	

Código	Descrição	
12	Fundo Municipal de Saúde de Guaramirim	
12.001	Fundo Municipal de Saúde de Guaramirim	
12.001.0010.0301.0006.2040	Piso da AtencaoBasicaVariavel - Saude da Familia	
3319000000000000	Aplicações Diretas	
01020000	Receitas de Impostos - Saúde	
Total Ação	185.001,00	
Código	Descrição	
12	Fundo Municipal de Saúde de Guaramirim	
12.001	Fundo Municipal de Saúde de Guaramirim	
12.001.0010.0305.0006.2159	Vigilância em Saúde - Piso Fixo de Vigilância em Saúde (PFVS)	
3319000000000000	Aplicações Diretas	
01020000	Receitas de Impostos - Saúde	
Total Ação	150.000,00	
Dotações Suplementadas		
Código	Descrição	
26	Encargos Gerais do Município	
26.001	Encargos Gerais do Município	
26.001.0028.0846.0000.0003	Precatórios e Sentenças Judiciais	
3339000000000000	Aplicações Diretas	
01000000	Recursos Ordinários	
Total Ação	120.000,00	
Dotações Suplementadas		
Código	Descrição	
08	Secretaria de Infra-estrutura	
08.001	Secretaria de Infra-estrutura	
08.001.0015.0452.0011.2050	Manut. dasAcoes de Limpeza e Conservacao de EspacosPublicos	
3339000000000000	Aplicações Diretas	
01000000	Recursos Ordinários	
Total Ação	72.000,00	
Dotações Suplementadas		
Código	Descrição	
08	Secretaria de Infra-estrutura	
08.001	Secretaria de Infra-estrutura	
08.001.0026.0782.0011.2091	Manutencao e Abertura de Estradas, Canais, Corregos e Valas	
3339000000000000	Aplicações Diretas	
01000000	Recursos Ordinários	
Total Ação	100.000,00	
Total Geral	1.510.000,00	

Art. 2º. Os recursos para abertura do presente crédito suplementar provém da anulação das dotações abaixo relacionadas:

Dotações Anuladas		
Código	Descrição	
12	Fundo Municipal de Saúde de Guaramirim	
12.001	Fundo Municipal de Saúde de Guaramirim	

12.001.0010.0301.0006.2032	Manutencao das Atividades da Secretaria Municipal de Saude	
3319000000000000	Aplicações Diretas	
01020000	Receitas de Impostos - Saúde	
Total Ação	180.000,00	
Código	Descrição	
12	Fundo Municipal de Saúde de Guaramirim	
12.001	Fundo Municipal de Saúde de Guaramirim	
12.001.0010.0301.0006.2045	Manutencao das Unidades de Saude	
3319000000000000	Aplicações Diretas	
01020000	Receitas de Impostos - Saúde	
Total Ação	69.999,00	
Dotações Anuladas		
Código	Descrição	
06	Secretaria Municipal de Educação	
06.001	Ensino Fundamental	
06.001.0012.0361.0005.2018	Reforma e Manut. de Unidades Escolares do Ensino Fundamental	
3339000000000000	Aplicações Diretas	
03360000	Tsalário Educação	
Total Ação	17.000,00	
Código	Descrição	
06	Secretaria Municipal de Educação	
06.001	Ensino Fundamental	
06.001.0012.0361.0005.2021	Manutenção e Desenv. das Atividades do Ensino Fundamental	
3339000000000000	Aplicações Diretas	
01360000	Tsalário Educação	
Total Ação	65.000,00	
Código	Descrição	
06	Secretaria Municipal de Educação	
06.001	Ensino Fundamental	
06.001.0012.0361.0005.2021	Manutenção e Desenv. das Atividades do Ensino Fundamental	
3449000000000000	Aplicações Diretas	
01360000	Tsalário Educação	
Total Ação	21.000,00	
Código	Descrição	
06	Secretaria Municipal de Educação	
06.002	Educação Infantil	
06.002.0012.0365.0005.2017	Manutenção das Atividades da Secretaria do Ensino Infantil	
3339000000000000	Aplicações Diretas	
01360000	Tsalário Educação	
Total Ação	40.000,00	
Código	Descrição	
06	Secretaria Municipal de Educação	
06.005	Educação Infantil - Pré-escolar	
06.005.0012.0365.0005.2019	Reforma e Manutda Unidades Escolares do Ensino Infantil	

3339000000000000	Aplicações Diretas
01360000	Tsalário Educação
Total Ação	10.000,00
Código	Descrição
06	Secretaria Municipal de Educação
06.006	Educação Infantil - Creches
06.006.0012.0365.0005.2020	Reforma e Manutenção do Ensino Infantil (creches)
3339000000000000	Aplicações Diretas
03360000	Tsalário Educação
Total Ação	55.000,00
Código	Descrição
03	Procuradoria
03.001	Procuradoria
03.001.0004.0062.0002.2007	Manutenção das Atribuições da Procuradoria Municipal
3319000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	10.000,00
Código	Descrição
03	Procuradoria
03.001	Procuradoria
03.001.0004.0062.0002.2007	Manutenção das Atribuições da Procuradoria Municipal
3339000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	15.000,00
Código	Descrição
07	Secretaria Desenvolvimento Social
07.003	Fundo Municipal de Habitação
07.003.0016	Habitação
3319000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	1.999,00
Código	Descrição
07	Secretaria Desenvolvimento Social
07.003	Fundo Municipal de Habitação
07.003.0016.0482.0009.1004	Construcao de Unidades Habitacionais
3339000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	45.599,00
Código	Descrição
07	Secretaria Desenvolvimento Social
07.003	Fundo Municipal de Habitação
07.003.0016.0482.0009.1004	Construcao de Unidades Habitacionais
3449000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários

Total Ação	999,00
Código	Descrição
03	Procuradoria
03.002	Fundo de Defesa do Consumidor de Guaramirim
03.002.0014.0422.0003.2098	Manutenção das Ações do Procon
3319000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	80.000,00
Código	Descrição
07	Secretaria Desenvolvimento Social
07.003	Fundo Municipal de Habitação
07.003.0016.0482.0009.1004	Construcao de Unidades Habitacionais
3459000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	999,00
Código	Descrição
03	Procuradoria
03.002	Fundo de Defesa do Consumidor de Guaramirim
03.002.0014.0422.0003.2098	Manutenção das Ações do Procon
3339000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	20.000,00
Código	Descrição
04	Secretaria de Administração e Finanças
04.001	Secretaria de Administração e Finanças
04.001.0004.0129.0004.2008	Manutenção das Ações de Arrecadação e Fiscalização
3319000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	15.000,00
Código	Descrição
04	Secretaria de Administração e Finanças
04.001	Secretaria de Administração e Finanças
04.001.0004.0129.0004.2008	Manutenção das Ações de Arrecadação e Fiscalização
3339000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	20.000,00
Código	Descrição
10	Secretaria Municipal de Agricultura
10.001	Secretaria Municipal de Agricultura
10.001.0020.0606.0008.2061	Manut. das Ações de Apoio a Iniciativas Produtivas (agrícola, Pecuária, etc.)
3319000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	50.000,00

Código	Descrição
10	Secretaria Municipal de Agricultura
10.001	Secretaria Municipal de Agricultura
10.001.0020.0606.0008.2061	Manut. das Ações de Apoio a Iniciativas Produtivas (agrícola, Pecuária, etc.)
3335000000000000	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	45.405,00
Código	Descrição
04	Secretaria de Administração e Finanças
04.001	Secretaria de Administração e Finanças
04.001.0004.0129.0004.2008	Manutenção das Ações de Arrecadação e Fiscalização
3449000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	4.999,00
Código	Descrição
04	Secretaria de Administração e Finanças
04.001	Secretaria de Administração e Finanças
04.001.0004.0122.0004.2010	Manutenção das Ações de Apoio Logístico, Compras Almoxarifado e
3339000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	50.000,00
Código	Descrição
05	Secretaria de Planejamento e Desenvolv. Urbano
05.001	Secretaria de Planejamento e Desenvolv. Urbano
05.001.0004.0125.0004.2014	Manutenção das Atribuições de Fiscalização Urbana
3319000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	31.000,00
Código	Descrição
05	Secretaria de Planejamento e Desenvolv. Urbano
05.001	Secretaria de Planejamento e Desenvolv. Urbano
05.001.0004.0125.0004.2014	Manutenção das Atribuições de Fiscalização Urbana
3449000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	4.000,00
Dotações Anuladas	
Código	Descrição
10	Secretaria Municipal de Agricultura
10.001	Secretaria Municipal de Agricultura
10.001.0020.0606.0008.2061	Manut. das Ações de Apoio a Iniciativas Produtivas (agrícola, Pecuária, etc.)
3335000000000000	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	14.594,00
Código	Descrição

10	Secretaria Municipal de Agricultura
10.001	Secretaria Municipal de Agricultura
10.001.0020.0606.0008.2061	Manut. das Ações de Apoio a Iniciativas Produtivas (agrícola, Pecuária, etc.)
3339000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	100.000,00
Código	Descrição
10	Secretaria Municipal de Agricultura
10.001	Secretaria Municipal de Agricultura
10.001.0020.0606.0008.2061	Manut. das Ações de Apoio a Iniciativas Produtivas (agrícola, Pecuária, etc.)
3449000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	4.999,00
Código	Descrição
10	Secretaria Municipal de Agricultura
10.001	Secretaria Municipal de Agricultura
10.001.0020.0606.0008.2062	Manut. dasAcoes de Qualificacao e OrientacaoTecnica
3319000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	15.000,00
Código	Descrição
10	Secretaria Municipal de Agricultura
10.001	Secretaria Municipal de Agricultura
10.001.0020.0606.0008.2062	Manut. dasAcoes de Qualificacao e OrientacaoTecnica
3339000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	90.000,00
Código	Descrição
10	Secretaria Municipal de Agricultura
10.001	Secretaria Municipal de Agricultura
10.001.0020.0606.0008.2062	Manut. dasAcoes de Qualificacao e OrientacaoTecnica
3449000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	4.999,00
Código	Descrição
11	Controladoria Geral do Município
11.001	Controladoria Geral do Município
11.001.0004.0124.0002.2005	Manutenção das Atividades do Controle Interno
3339000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	10.000,00
Código	Descrição
26	Encargos Gerais do Município
26.001	Encargos Gerais do Município

26.001.0028.0846.0000.0002	Amortização da Dívida e Encargos
3469000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	125.409,00
Dotações Anuladas	
Código	Descrição
26	Encargos Gerais do Município
26.001	Encargos Gerais do Município
26.001.0028.0846.0000.0002	Amortização da Dívida e Encargos
3329000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	120.000,00
Dotações Anuladas	
Código	Descrição
08	Secretaria de Infra-estrutura
08.001	Secretaria de Infra-estrutura
08.001.0015.0542.0007.2049	Manutencao dos Servicos da Coleta de Lixo
3339000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	72.000,00
Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
01	Camãra Municipal de Vereadores
01.001	Camãra Municipal de Vereadores
01.001.0001.0031.0001.2001	Manutenção das Atividades da Câmara Municipal
3339000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	60.000,00
Código	Descrição
01	Camãra Municipal de Vereadores
01.001	Camãra Municipal de Vereadores
01.001.0001.0031.0001.2001	Manutenção das Atividades da Câmara Municipal
3449000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	40.000,00
Total Geral	1.510.000,00

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 21 de outubro de 2016.
Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 581/2016

PORTARIA Nº. 581/2016

Nomeia membros para comporem a Comissão Permanente de Licitação.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam nomeados para atuarem como membros da Comissão Permanente de Licitações, no âmbito da Prefeitura Municipal de Guaramirim, os servidores:

Carlos Felipe Fischer – presidente
Fernanda de Resende Rien Machado – membro
Adriana Anastácio Nunes – membro
Paola Vieira Carriço Finatti – suplente
Emily Sasse Jordan – suplente

Art. 2º. Fica revogada a Portaria nº. 68/2016.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 21 outubro de 2016.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 582/2016

PORTARIA Nº. 582/2016

Nomeia membros para comporem a Comissão Permanente de Licitação.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam nomeados para atuarem como membros da Comissão Permanente de Licitações, no âmbito da Prefeitura Municipal de Guaramirim, os servidores:

Paola Vieira Carriço Finatti – presidente
Fernanda de Resende Rien Machado - membro
Viviane Moller Kohlrausch - membro
Carlos Felipe Fischer - suplente
Emily Sasse Jordan - suplente

Art. 2º. Fica revogada a Portaria nº. 472/2016.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 21 outubro de 2016.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

Guarujá do Sul

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO - PREF 58 A 61/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº. 58/2016
PROCESSO LICITATORIO Nº . 44/2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 30/2016
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL
CONTRATADO: NELI TERESINHA DA SILVA – MAQUINAS ME
OBJETO: Aquisição de Equipamentos Agrícolas para ser utilizada pela Secretaria Municipal de Agricultura, em execução ao Contrato de Repasse nº. 830783/2016 / MDA / CAIXA (Processo nº. 2623.1031581-41/2016) – Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Caixa Econômica Federal e o município de Guarujá do Sul.
VALOR: R\$ 17.640,00
VIGENCIA: 31/12/2016
Guarujá do Sul, SC, 24 de outubro de 2016.
Jose Carlos Foiatto,
Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº. 59/2016
PROCESSO LICITATORIO Nº . 44/2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 30/2016
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL
CONTRATADO: RENATO ZANELLA ME
OBJETO: Aquisição de Equipamentos Agrícolas para ser utilizada pela Secretaria Municipal de Agricultura, em execução ao Contrato de Repasse nº. 830783/2016 / MDA / CAIXA (Processo nº. 2623.1031581-41/2016) – Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Caixa Econômica Federal e o município de Guarujá do Sul.
VALOR: R\$ 19.125,00
VIGENCIA: 31/12/2016
Guarujá do Sul, SC, 24 de outubro de 2016.
Jose Carlos Foiatto,
Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº. 60/2016
PROCESSO LICITATORIO Nº . 44/2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 30/2016
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL
CONTRATADO: JEAN PYER VIVIAN EIRELI EPP
OBJETO: Aquisição de Equipamentos Agrícolas para ser utilizada pela Secretaria Municipal de Agricultura, em execução ao Contrato de Repasse nº. 830783/2016 / MDA / CAIXA (Processo nº. 2623.1031581-41/2016) – Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Caixa Econômica Federal e o município de Guarujá do Sul.
VALOR: R\$ 20.600,00
VIGENCIA: 31/12/2016
Guarujá do Sul, SC, 24 de outubro de 2016.
Jose Carlos Foiatto,
Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº. 61/2016
PROCESSO LICITATORIO Nº . 44/2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 30/2016
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL
CONTRATADO: TOMAZELI COM DE IMPL AGROCOLAS EIRELI ME
OBJETO: Aquisição de Equipamentos Agrícolas para ser utilizada pela Secretaria Municipal de Agricultura, em execução ao Contrato de Repasse nº. 830783/2016 / MDA / CAIXA (Processo nº. 2623.1031581-41/2016) – Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Caixa Econômica Federal e o município de Guarujá do Sul.
VALOR: R\$ 37.390,00
VIGENCIA: 31/12/2016
Guarujá do Sul, SC, 24 de outubro de 2016.
Jose Carlos Foiatto,
Prefeito Municipal.

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº 08/2016

RESOLUÇÃO nº 08/2016.

Cria a Medalha de Honra ao Mérito Dr. TIMÓTEO DAVILA PEREIRA do Poder Legislativo Municipal de Guarujá do Sul-SC, e dá outras providências.

O PRESIDENTE da Câmara Municipal de Vereadores de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que o Plenário apreciou, votou e aprovou e eu sanciono a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica criada a "Medalha da Ordem ao Mérito Dr. Timóteo Davila Pereira" do Legislativo Municipal de Guarujá do Sul - SC.

§ 1º A Medalha será cunhada em metal, contendo as seguintes características: circunferência de 50 mm, com fundo liso onde será gravado o brasão do Poder Legislativo Municipal, contendo os dizeres: "DR. TIMÓTEO DAVILA PEREIRA. HONRA AO MÉRITO. PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL".

§ 2º O anexo único, parte integrante desta resolução, apresenta o slogan da medalha a ser seguido.

§ 3º A Medalha terá como suporte uma fita de gorgorão de seda contendo três faixas, uma em vermelho, outra em amarelo e outra em verde.

Art. 2º A honraria referida no caput do art. 1º será conferida a pessoas vivas e residentes neste Município que, reconhecidamente, tenham prestado relevantes serviços à comunidade humana nas seguintes áreas de atuação:

I - na defesa da saúde e do bem estar bio-psico-social;

II – na defesa da criança e do adolescente;

III – na defesa do idoso;

IV – na defesa dos direitos da mulher;

V – na defesa do meio ambiente;

VI – na defesa dos portadores de necessidades intelectuais e múltiplas;

VII – na prestação de serviços voluntários;

VIII – na prestação de serviços evangelizadores;

IX – na defesa da Educação e da Cultura;

Art. 3º A concessão da “Medalha da Ordem do Mérito Legislativo Municipal” será de iniciativa de qualquer Vereador com assento na Casa Legislativa de Guarujá do Sul e efetuada através de Decreto Legislativo, desde que aprovada pelo quorum qualificado de 2/3 (dois terços) dos vereadores em exercício.

Parágrafo Único. As propostas com a indicação pelos Vereadores dos nomes das pessoas a ser homenageadas deverão ser apresentadas e apreciadas pela Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, juntamente com currículo e feitos do homenageado, até o último dia do mês de maio de cada ano.

Art. 4º A presente honraria será entregue, anualmente, em sessão solene realizada na Câmara Municipal na semana das festividades pelo aniversário da cidade de Guarujá do Sul ou em outra data em caráter excepcional.

Art. 5º A Secretaria da Câmara Municipal manterá livro próprio denominado “Livro de Registro de Concessão de Honrarias”, para nele serem lançados em ordem cronológica os nomes dos agraciados, o número do Decreto Legislativo e a data da entrega da Medalha, cuja abertura e encerramento serão efetuados pelo Presidente da Câmara Municipal.

Parágrafo Único. No referido livro serão ainda registrados os nomes, os atos normativos, datas e outras informações dos homenageados com o “Título de Cidadão Benemérito Guarujaense”.

Art. 6º Os casos omissos desta resolução serão resolvidos pela Mesa Diretora da Câmara.

Art. 7º As despesas decorrente desta resolução correrão à conta de dotação orçamentárias próprias do Poder Legislativo Municipal.

Art. 8º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Da Secretaria da Câmara Municipal de Vereadores de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, em 25 de Outubro de 2016.

Em sua 13ª Legislatura, 4ª Sessão Legislativa, 2º período, 53º ano de sua Instalação Legislativa.

Rodrigo Bremm
Presidente

Iria Rohenkohl Taube
1ª Secretária

ANEXO ÚNICO
(se refere o artigo 1º, § 2º desta Resolução)

Da Secretaria da Câmara Municipal de Vereadores de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, em 25 de Outubro de 2016.

Em sua 13ª Legislatura, 4ª Sessão Legislativa, 2º período, 53º ano de sua Instalação Legislativa.

Rodrigo Bremm
Presidente

Iria Rohenkohl Taube
1ª Secretária

Herval d'Oeste

PREFEITURA

CONTRATO Nº 026/2016

Estado de Santa Catarina
Município de Herval d'Oeste

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 55/2016
Pregão presencial Nº 032/2016.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 26/2016 DE 10 de outubro DE 2016
CONTRATANTE:
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE

CONTRATADO:
MARCELO WEISS - ME

OBJETO: Contratação de empresa Especializada para prestação de serviços Transporte Escolar Especial entre os municípios de Ibiã e APAE de Tangará

VALOR: R\$ 2, 80 por quilômetro Rodado

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes na execução do Contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2016, conformidade com a Lei Orçamentária Anual – LOA nº 3126/2015 de 07/12/2015.

Herval d'Oeste, em 10 de outubro de 2016.
Marcelo Weiss - ME Marcelo Weiss
Prefeito em exercício Titular

PORTARIA Nº 1176/2016

PORTARIA Nº 1176/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 60 (sessenta) dias de Licença Prêmio, à servidora FRANCISCA DA SILVA WEBER (Matr. 1212), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível – 3, Referência "D", Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, nos termos do artigo 103, da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 19 de novembro de 2011 a 18 de agosto de 2016, para serem gozadas a contar de 24 de outubro de 2016 a 22 de dezembro de 2016.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 24 de Outubro de 2016.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1177/2016

PORTARIA Nº 1177/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 36 (trinta e seis) dias de Licença Prêmio, à servidora ARIELA SCHENEIDER MARCA KRUG (Matr. 2800), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Fisioterapeuta, Nível – 12/1, Referência "C", Anexo V da LC Nº. 280/2011, 30 horas semanais, nos termos do artigo 103, da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 19 de agosto de 2012 a 18 de agosto de 2015, para serem gozadas a contar de 24 de outubro de 2016 a 28 de novembro de 2016.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 24 de Outubro de 2016.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1178/2016

PORTARIA Nº 1178/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a partir do dia 24 de outubro de 2016, do servidor CARLOS ANDRÉ LEMOS (Matr. 2988), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Psicólogo, Nível – 12/1, Referência "C", 40 horas semanais, anexo V da LC Nº 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 24 de Outubro de 2016.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1179/2016

PORTARIA Nº 1179/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a partir do dia 24 de outubro de 2016, da servidora LEIDIONETE ZARPELON DANIELLI (Matr. 3727), ocupante do Cargo de Provisamento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível – 3, Referência "A", 40 horas semanais, anexo V da LC Nº 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 24 de Outubro de 2016.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1180/2016

PORTARIA Nº 1180/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora GELCI DE GIACOMETTI (Matr. 337), ocupante do Cargo de Provisamento Efetivo de Telefonista, Nível – 6/2, Referência "F", 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01 de novembro de 2014 e 31 de outubro de 2015, para serem gozadas a partir de 24 de outubro de 2016 a 22 de novembro de 2016, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 24 de Outubro de 2016.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1181/2016

PORTARIA Nº 1181/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora BIANCA PICCINI (Matr. 4026), ocupante do Cargo de Provisamento Efetivo de

Enfermeiro, Nível – 12/1, Referência "A", 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 13 de outubro de 2015 e 12 de outubro de 2016, para serem gozadas a partir de 24 de outubro de 2016 a 22 de novembro de 2016, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 24 de Outubro de 2016.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1182/2016

PORTARIA Nº 1182/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora MICHELE ALINE DENBINSKI (Matr. 4043), ocupante do Cargo de Provisamento Efetivo de Médico, Nível – 14, Referência "A", 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 10 de dezembro de 2014 e 11 de dezembro de 2015, para serem gozadas a partir de 24 de outubro de 2016 a 22 de novembro de 2016, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 24 de Outubro de 2016.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1183/2016

PORTARIA Nº 1183/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 12 (doze) dias de Licença Prêmio, à servidora JANAINA DAVID PALOSCHI (Matr. 1042), ocupante do Cargo de Provisamento Efetivo de Professor, Nível – 7, Referência "E", anexo XI da LC Nº 316/2013, 40 horas semanais, nos termos do artigo 103, da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 19 de agosto de 2013 a 18 de agosto de 2014, para serem gozadas a contar de 24 de Outubro de 2016 a 06 de Novembro de 2016.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 24 de Outubro de 2016.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1184/2016

PORTARIA Nº 1184/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, a Senhora LUCIELE HENGERS (Matr. 4377), para exercer a função de Professor, Nível – 2 - Referência "A", Anexo XI da LC Nº 316/2013, 20 horas semanais, Educação Infantil, turno vespertino, em substituição à Servidora Gigliola Raquel Bazinela Meneguini, que se encontra afastada em

Tratamento de Saúde, junto ao EBM Estação Luzerna, a partir de 24 de outubro de 2016, enquanto perdurar o afastamento desta servidora, aprovada e classificada em 78º lugar pelo Processo Seletivo 002/2015 – SMECE de 07 de dezembro de 2015, homologado em 01 de junho de 2016, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 24 de Outubro de 2016.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO Nº CM 074/2016

Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste

DECRETO LEGISLATIVO Nº CM 074/2016

"REVOGA O DECRETO LEGISLATIVO Nº CM 073/2016, QUE REJEITA AS CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE (SC), REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 2013."

A MESA DIRETORA da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Herval d'Oeste - SC

Faz saber que os Vereadores aprovaram e promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO

Art. 1º - Fica revogado o Decreto Legislativo nº CM 073/2016, que rejeita contas referentes ao exercício de 2013 do PREFEITO MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE (SC), constante do Processo nº PCP-14/00102119 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º - O presente Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Vereadores, em 24 de outubro de 2016.
ADELAR JOSÉ PROVENCÍ
Presidente

VANDERLEI ANTUNES DA SILVA
1º Secretário

OSNI SILVEIRA DE AVILA
2º Secretário

Ibiam

PREFEITURA

PORTARIA Nº 216/2016 - RETIFICADA

PORTARIA Nº 216, DE 20 DE OUTUBRO DE 2016

“RECONDUZ AO CARGO SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CLOVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal;

Considerando a decisão proferida nos autos nº 0900033-78.2015.8.240071, que determinou a revogação da medida cautelar de afastamento de cargo;

RESOLVE:

Art. 1º. Reconduzir as funções do cargo de Agente Administrativo, o servidor GELSON LUIZ TREVISOL.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 20 DE OUTUBRO DE 2016.

CLOVIS JOSÉ BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

Imbituba

PREFEITURA

DECRETO PMI Nº 164, DE 24 DE OUTUBRO DE 2016.

DECRETO PMI Nº 164, de 24 de outubro de 2016.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei da Lei nº 4.638, de 26 de novembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), para reforço da dotação orçamentária, como segue:

GABINETE DO PREFEITO – GAB			
Manutenção do Gabinete do Prefeito			
04.122.0002-2.174			
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 (0002)		Aplicações Diretas	300.000,00
Total			300.000,00

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do Excesso de Arrecadação de Recursos Próprios, apurados no exercício 2016.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 24 de outubro de 2016.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Enelise Silveira

Chefe de Departamento de Atos Normativos

EXTRATO: PMI SEAPI 2015/32 A02

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEAPI 2015/32 A02

Contratada: ITAPIRUBA COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

LTDA

CNPJ 08.397.388/0001-18

Objeto ACRESCIMO DE 25(VINTE E CINCO POR CENTO), SOBRE O VALOR DO CONTRATO ORIGINAL.

Valor R\$ 59.000,00

Fundamento: Processo nº15/2015 Dispensa 10/2015

Imbituba, 18 de Outubro de 2016

Juliana da Silva Ignácio

Secretária Municipal de Agricultura, Pesca e Infraestrutura -SEAPI

Contratante

Itapiruba Comércio de

Materiais de Construção Ltda

Representante legal

Contratada

PORTARIA PMI/GGP Nº 587/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 587, de 24 de outubro de 2016.

Dispõe sobre a admissão de Agente Comunitário de Saúde – Área 01, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA INTERINA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei Complementar n.º 3.330, de 30 de abril de 2008, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art. 1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Concurso Público Edital - 01/2014, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Carolini Frassetto Geremias da Silva	Agente Comunitário de Saúde – Área 01	094.101.529-76	24/10/2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 24 de outubro de 2016.

Gladis Farias Cândido
Secretária Municipal de Administração e Gestão Pública
(Interina)

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 040/2016

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 040, DE 24 DE OUTUBRO DE 2016.

Dispõe sobre a autorização temporária de uso de área pública e da outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA INTERINA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 22 e o art. 26 § 5º, da Lei Orgânica do Município e,
Considerando a PORTARIA PMI/GGP Nº 501, de 31 de agosto de 2016, a competência estabelecida pelo Art. 2º, II, do Decreto PMI nº 137 de 29 de julho de 2016;
Considerando as informações no Processo nº 17.446/2016,

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizada a utilização temporária de bem público municipal, referente à área pública, situada na Rua Novo Horizonte, em frente ao cemitério, Nova Brasília, Imbituba/SC, a Sra. CLEIDE DOS SANTOS, inscrita no CPF sob o nº 839.000.128-49, residente na Rua Manoel Inácio, nº 217, Vila Nova, Imbituba/SC, para serviços ambulante de venda de velas e flores e de outros produtos, no período de 24/10/2016 à 03/11/2016, das 08:00h as 18:00h.

§ 1º Fica vedada a cessão a terceiros, a qualquer título, da área pública ora autorizada.

§ 2º É vedada a destinação da área pública para finalidade diversa da estabelecida nesta Portaria.

§ 3º Não poderá a autorizatária usar o bem de que trata Portaria para propaganda, notadamente de cunho político ou religioso.

§ 4º A autorizatária deverá obter todas as licenças necessárias ao pleno desenvolvimento da atividade econômica, conforme exigir a legislação em vigor.

Art. 2º A presente autorização é outorgada para o período compreendido no art. 1º desta mesma portaria, a título precário e de caráter gratuito e intransferível.

Parágrafo único: A responsabilidade por danos a terceiros e ao patrimônio público é exclusiva da Autorizatária.

Art. 3º O Autorizador poderá revogar a autorização objeto desta Portaria, independentemente de qualquer ato ou notificação judicial ou extrajudicial, por desvio de finalidade ou descumprimento das condições ora estabelecidas ou, ainda, quando o interesse público o exigir.

§1º No caso de revogação da autorização, a Autorizatária devera restituir o bem público imediatamente após a edição do respectivo ato revogatório, obrigando-se, enquanto o mesmo estiver sob sua guarda, a zelar pelo seu bom estado de conservação.

§2º A revogação desta autorização não importa em direito da Autorizatária a indenização de qualquer natureza, inclusive por benfeitorias introduzidas no bem.

Art. 4º A autorização de que trata esta portaria fica vinculada a assinatura do Termo de Autorização de Uso de Bem Público pelo autorizatário e autoridades competentes.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 24 de Outubro de 2016.

GLADIS FARIAS CÂNDIDO
Secretária Municipal de Administração e Gestão Pública
(Interina)

Registra-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

ELIETE MATIAS MEDEIROS

Diretoria do Departamento de Documentação e Patrimônio

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA CMI Nº 088/2016

PORTARIA CMI nº 088/2016

“Designa Comissão Permanente de Patrimônio Público da Câmara Municipal de Imbituba”

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a necessidade de padronizar os procedimentos contábeis a nível municipal, com o objetivo de dar apoio a gestão patrimonial na forma estabelecida na Lei Complementar nº 101 de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal;

CONSIDERANDO a necessidade de elaborar demonstrações contábeis consolidadas e padronizadas com base no novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público;

CONSIDERANDO ainda o envio de informações eletrônicas ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, de acordo com as regras de contabilização do novo Plano de Contas;

RESOLVE:

Art. 1º Constituir Comissão Permanente de Patrimônio Público da Câmara Municipal de Imbituba para realizar o levantamento patrimonial dos bens deste ente, com fins de inventário, localização, avaliação e baixa de bens, devendo ainda proceder a elaboração de Relatórios com a finalidade do trâmite do processo administrativo.

Art. 2º A Comissão será composta pelos servidores:

- a) Dayhany Corrêa Tavares- Presidente da Comissão,
- b) Andreza Richartz de Almeida- Membro da Comissão,
- c) Gisele Stofeli- Membro da Comissão,
- d) Rafaela da Rosa Oliveira- Membro da Comissão.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir da publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 24 de outubro de 2016.

Guilherme Santos Souza

Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 24/10/2016.

PORTARIA CMI Nº 089/2016

PORTARIA CMI Nº 089/2016

“Concede Férias ao Servidor Otoniel Nascimento Cardoso”

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Art. 1º Conceder, ao Senhor Otoniel Nascimento Cardoso, Motorista nomeado pela Portaria CMI nº 040/2006, férias regulamentares de 30 (trinta) dias, referentes ao período aquisitivo de 02/10/2015 a 01/10/2016, a serem usufruídas da seguinte forma:

I- 20 (vinte) dias no período entre 03/11/2016 e 22/11/2016, com retorno ao trabalho no dia 23/11/2016.

II- 10 (dez) dias a serem convertidos em abono pecuniário, conforme o Art. 143 da Consolidação das Leis do Trabalho, Decreto-Lei nº 5.452, de 1º maio de 1943.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 24 de outubro de 2016.

Guilherme Santos Souza

Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 24/10/2016.

PORTARIA CMI Nº 090/2016

PORTARIA CMI Nº 090/2016

“Concede Férias à Servidora Maria Júlia Martins do Nascimento”

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Art. 1º Conceder, à Senhora Maria Júlia Martins dos Nascimento, Técnica em Contabilidade, férias regulamentares de 20 (vinte) dias, referentes ao período aquisitivo de 01/04/2015 a 31/03/2016, a serem usufruídas da seguinte forma:

I- 10 (dez) dias no período entre 03/11/2016 e 12/11/2016, com retorno ao trabalho no dia 14/11/2016.

II- 10 (dez) dias a serem convertidos em abono pecuniário, conforme o Art. 143 da Consolidação das Leis do Trabalho, Decreto-Lei nº 5.452, de 1º maio de 1943.

Parágrafo único. Os outros 10 (dez) dias a que tem direito serão usufruídas em período a ser definido.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 24 de outubro de 2016.

Guilherme Santos Souza

Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 24/10/2016.

Indaial

PREFEITURA

CONVÊNIO Nº 018/2016

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONVÊNIO Nº 018/2016

CONVENIADA: APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE INDAIAL.

OBJETO DO CONTRATO: O objeto do presente Convênio é a cessão da servidora do Município de Indaial, Sra. Marisete Bona Reblin, ocupante do cargo de provimento efetivo de professora, para desempenhar funções de educação especial junto a APAE de Indaial.

PRAZO: 01 de novembro de 2016 a 01 de novembro de 2017.

DATA DA ASSINATURA: 21/10/2016.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 2173/16

. DECRETO Nº 2173/16

. De 24 de outubro de 2016

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2016 no FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE INDAIAL, provenientes de Superávit Financeiro.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei nº 5.261, de 21 de dezembro de 2015,

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 9.872,83 (nove mil, oitocentos e setenta e dois reais e oitenta e três centavos) destinado a atender as despesas abaixo discriminadas:

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
31	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
31.001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
31.001.0008	ASSISTÊNCIA SOCIAL
31.001.0008.0244	ASSISTENCIA COMUNITÁRIA
31.001.0008.0244.0031	ATENDI FAMIL. SIT VULN E/OU RISCO SOCIAL
31.001.0008.0244.0031.2520	MANUTENÇÃO DO ACESSUAS TRABALHO
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
03350026	União Aces-suas - E.A.
	Valor: (9.872,83)

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Superávit Financeiro apurado no Exercício Financeiro de 2015.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 24 de outubro de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na forma da Lei.

DECRETO Nº 2174/16

. DECRETO Nº 2174/16

. De 24 de outubro de 2016

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2016 no MUNICIPIO DE INDAIAL, provenientes de Excesso de Arrecadação.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei nº 5.261, de 21 de dezembro de 2015,

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do MUNICIPIO DE INDAIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 33.272,61 (trinta e três mil e duzentos e setenta e dois reais e sessenta e um centavos) destinado a atender as despesas abaixo discriminadas:

Dotação	Vínculo	Valor
05.001.0012.0365.0005.2102.3319100000000	01370005	5.426,61
05.001.0012.0365.0005.2102.3319000000000	01370005	27.846,00

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Excesso de Arrecadação apurado no Exercício Financeiro de 2016.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 24 de outubro de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 2175/16

. DECRETO Nº 2175/16

. De 24 de outubro de 2016

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2016 no FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE INDAIAL, provenientes de Superávit Financeiro.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei nº 5.261, de 21 de dezembro de 2015,

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do FUNDO MUNICIPAL

DE SAUDE DE INDAIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 12.059,45 (doze mil e cinquenta e nove reais e quarenta e cinco centavos) destinado a atender as despesas abaixo discriminadas:

Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.2466	MANUT. ATIVIDADES DO CAPS.
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
03385700	CAPS - E.A.
	Valor: (12.059,45)

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Superávit Financeiro apurado no Exercício Financeiro de 2014.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 24 de outubro de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

Ipumirim

PREFEITURA

DECRETO N. 2.244 DE 20 DE OUTUBRO DE 2016

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO NO VALOR DE R\$ 8.900,00.

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos dos incisos II e III do artigo 34 da Lei 1.765 de 19 de outubro de 2015 que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2016 – LDO e dá outras providências e combinado com o inciso II do § 1º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 e incisos I e III do § 4º do artigo da Lei Municipal nº 1.772 de 22 de dezembro de 2015, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Ipumirim para o exercício de 2016 – LOA,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito suplementar:

I - Código reduzido 35, Projeto/Atividade 12.306.0012.2.039 - Gestão do Programa Nacional de Alimentação Escolar, elemento 33900000000000 - Aplicações Diretas, fonte de recursos 0.1.0011 - Recursos FNDE PNAE, Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, Unidade 1 - Departamento Municipal de Ensino, no valor de R\$ 8.900,00.

TOTAL GERAL
R\$ 8.900,00

Art. 2º O crédito suplementar constante do artigo anterior será aberto por conta da seguinte fonte de recursos:

I - Pelo Excesso de Arrecadação verificado até o presente mês ou sua tendência verificada para o exercício, nos termos do Art. 43, § 1º, II da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.1.0011 - Recursos FNDE PNAE, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 8.900,00.

TOTAL GERAL
R\$ 8.900,00

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor em 20 de outubro de 2016.

Ipumirim-SC, 20 de outubro de 2016
Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

DECRETO N. 2.245 DE 20 DE OUTUBRO DE 2016

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DA TRANSPOSIÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO NO VALOR DE R\$ 3.320,00.

O Prefeito de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos inciso I do artigo 34 da Lei 1.765 de 19 de outubro de 2015 que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2016 – LDO e dá outras providências e combinado com o inciso III do § 1º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 e § 5º do artigo 4º da Lei Municipal nº 1.772 de 22 de dezembro de 2015, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Ipumirim para o exercício de 2016 – LOA,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito suplementar:

I - Código reduzido 10, Projeto/Atividade 04.122.0003.2.003 - Gestão das Ações do Departamento de Administração, elemento 33900000000000 - Aplicações Diretas, fonte de recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários, Órgão 3 - SECRETARIA MUN. ADMINISTRAÇÃO, PLAN. E FINANÇAS, Unidade 1 - Departamento Municipal de Administração, no valor de R\$ 3.320,00.

TOTAL GERAL
R\$ 3.320,00

Art. 2º O crédito suplementar constante no artigo anterior será aberto por conta da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

I - Código reduzido 11, Projeto/Atividade 04.122.0003.2.003 - Gestão das Ações do Departamento de Administração, elemento 33930000000000 - Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos, fonte de recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários, Órgão 3 - SECRETARIA MUN. ADMINISTRAÇÃO, PLAN. E FINANÇAS, Unidade 1 - Departamento Municipal de Administração, no valor de R\$ 3.320,00.

TOTAL GERAL
R\$ 3.320,00

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor em 20 de outubro de 2016.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Ipumirim-SC, 20 de outubro de 2016
Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

DECRETO N. 2.246 DE 21 DE OUTUBRO DE 2016

DISPÕE SOBRE A SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DOS SERVIÇOS PREVISTOS NA LEI MUNICIPAL 1.762, DA COBRANÇA ANTECIPADA DAS HORAS MÁQUINAS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos dos incisos III e IX do artigo 6º da Lei 1.762 de 14 de setembro de 2015 e CONSIDERANDO,

Que o quadro econômico brasileiro não tem apresentado recuperação, resultando em um crescimento da arrecadação abaixo da inflação registrada;

Que a inflação reflete na recomposição de despesas contratuais e de pessoal, resultando no aumento em percentual superior à receita;

Que os atrasos de repasses pelo estado e união, bem como na supressão de programas por estes, como a dispensação de medicamentos de alto custo que tem acarretado o ingresso de inúmeras ações judiciais contra o município, fatores que tem provocado o comprometimento das finanças do município, tendo em vista de que há a necessidade de remanejamento de recursos ordinários para custeio dessas despesas.

Que as dotações orçamentárias para aquisição de combustíveis e para manutenção dos equipamentos foram esgotadas.

DECRETA

Art. 1º Fica suspensa temporariamente a gratuidade dos seguintes serviços previstos na lei 1.762 de 14 de setembro de 2015.

I – Nivelamento de terraplanagens, previsto no inciso I do art. 11;
II – Transporte de calcário, previsto no inciso II do art. 11;
III – Recolhimento de cama de aviário, previsto no inciso III do art. 11;

IV – Abertura de valas para silagem, previsto no inciso VI do art. 11;

V – Os serviços voltados à utilização de recursos hídricos, previstos nos incisos I, II, III, IV e VI do art. 17.

Art. 2º Fica suspensa temporariamente a concessão do incentivo de que trata o art. 29 da lei 1.762.

Parágrafo Único – Os requerimentos poderão ser protocolados normalmente, contudo sua tramitação ficará suspensa durante a vigência do presente decreto.

Art. 3º Os serviços de melhorias de acessos terão sua gratuidade mantida, contudo a execução dar-se-á apenas nas hipóteses previstas nos incisos I e II do art. 10 da Lei 1.762.

Art. 4º Os serviços cuja cobrança já era prevista na lei e aquele cuja gratuidade fora suspensa pelo presente decreto serão prestados aos produtores rurais mediante o pagamento antecipado das horas através do DAM – Documento de arrecadação expedido pelo setor de tributação do município.

§ 1º O montante a ser pago será definido pela aplicação do valor da hora máquina constante da tabela fixada pelo município multiplicado pela quantia de horas solicitadas pelo produtor rural.

§ 2º O serviço será prestado de acordo com a programação do Departamento de Transportes e Obras e da Secretaria de Agricultura após a comprovação do pagamento na rede bancária, sendo os comprovantes de agendamento de pagamento aceitos somente após a validação do pagamento junto ao setor tributário do município.

§ 3º As secretarias darão ciência aos produtores rurais da necessidade de pagamento antecipado dos serviços quando da solicitação dos mesmos.

Art. 5º Confirmado o pagamento das horas, as secretarias emitirão a ordem de execução que constará no mínimo:

I – Identificação do produtor rural;
II – Identificação do equipamento e/ou do serviço a ser executado;
III – identificação das horas a serem executadas;
IV – Campo para identificação da data da execução;
V – Campo para identificação das horas inicial e final do hodômetro da máquina;
VI – Declaração de que recebeu as horas constantes na presente ordem e assinatura do produtor rural identificada.

§ 1º Serão executadas somente as horas contratadas, admitindo-se, para a conclusão dos serviços, uma tolerância de até 10 (dez)

minutos para cada hora contratada, até o limite de 1 (uma) hora.

§ 2º As secretarias poderão avaliar no ato da solicitação, a quantia de horas necessárias para a execução do serviço requerido, podendo exigir a complementação da aquisição das horas, caso o produtor rural a tenha feito em quantia inferior.

§ 3º A execução dos serviços dar-se-á na forma prevista na lei 1.762.

Art. 6º Os recursos oriundos da cobrança pela prestação de serviços serão destinados exclusivamente para a manutenção dos equipamentos e para a aquisição de combustíveis e lubrificantes.

Art. 7º Os contribuintes em débito com o município somente poderão contratar horas máquinas após a quitação dos débitos anteriores.

Art. 8º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

Ipumirim-SC, 21 de outubro de 2016

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

DECRETO N. 2247 DE 24 DE OUTUBRO DE 2016

REAJUSTA TABELA PRÓPRIA PARA A REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS REALIZADOS COM EQUIPAMENTOS DO MUNICÍPIO DE IPUMIRIM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe são conferidas por lei e de conformidade com o que preceitua o art. 3º, da Lei Municipal 1744 de 18 de setembro de 2014.

DECRETA

Art. 1º. Ficam reajustados os valores da tabela própria para remuneração de serviços realizados com máquinas e equipamentos do Município de Ipumirim, constantes no anexo I da presente decreto;

Art. 2º. O índice utilizado para o reajuste foi INPC acumulado nos últimos 12 meses, correspondente a 9,1548%, conforme discriminado no anexo II;

Art. 3º. Os valores serão arredondados com o objetivo de facilitar o cálculo;

Art. 4º. O presente decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ipumirim-SC, 24 de outubro de 2016

VALDIR ZANELLA

Prefeito Municipal

ANEXO I

EQUIPAMENTO	UNIDADE DE MEDIDA	VALOR UNITÁRIO	VALOR ARREDONDADO
RetroEscavadeira	Hora Máquina (HM)	R\$ 60,03	R\$ 60,00
Trator de Esteira	Hora Máquina (HM)	R\$ 96,05	R\$ 96,00
Pá Carregadeira	Hora Máquina (HM)	R\$ 78,04	R\$ 78,00
Moto Niveladora	Hora Máquina (HM)	R\$ 96,05	R\$ 96,00
Caminhão	Quilômetro (Km)	R\$ 1,58	R\$ 1,58
Trator de Pneus	Hora Máquina (HM)	R\$ 36,02	R\$ 36,00
Silagem	Hora Máquina (HM)	R\$ 60,03	R\$ 60,00
Rolo Compactador manual	Hora Máquina (HM)	R\$ 36,02	R\$ 36,00
Rolo Compactador motorizado	Hora Máquina (HM)	R\$ 48,02	R\$ 48,00
Escavadeira Hidráulica	Hora Máquina (HM)	R\$ 96,05	R\$ 96,00
Mini Carregadeira	Hora Máquina (HM)	R\$ 48,02	R\$ 48,00

ANEXO II

Mês/ano	Índice do mês (em %)	Índice acumulado no ano (em %)	Índice acumulado nos últimos 12 meses (em %)	Número índice acumulado a partir de Jan/93
Set/2016	0,08	6,1760	9,1548	1.274,4179
Ago/2016	0,31	6,0911	9,6238	1.273,3991
Jul/2016	0,64	5,7633	9,5582	1.269,4638
Jun/2016	0,47	5,0907	9,4929	1.261,3909
Mai/2016	0,98	4,5991	9,8199	1.255,4901
Abr/2016	0,64	3,5840	9,8307	1.243,3057
Mar/2016	0,44	2,9252	9,9071	1.235,3991
Fev/2016	0,95	2,4743	11,0780	1.229,9872
Jan/2016	1,51	1,5100	11,3091	1.218,4122
Dez/2015	0,90	11,2762	11,2762	1.200,2879
Nov/2015	1,11	10,2836	10,9674	1.189,5817
Out/2015	0,77	9,0729	10,3308	1.176

DECRETO Nº 2.243 DE 18 DE OUTUBRO DE 2.016

ABRE CRÉDITOS SUPLEMENTARES POR CONTA POR CONTA DA UTILIZAÇÃO PARCIAL DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA NO VALOR DE R\$ 9.400,00

O Prefeito de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da alínea "a", do Item I, do Grupo II do Anexo V e do § 1º do artigo 26, ambos da Lei 1.765 de 19 de outubro de 2.015 que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2.016 – LDO e dá outras providências e combinado com o inciso III do § 1º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 e do artigo 5º da Lei Municipal nº 1.772 de 22 de dezembro de 2.015, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Ipumirim para o exercício de 2.016 – LOA e considerando o fornecimento medicamento de alto custo objeto dos autos 0900037-53.2016.8.24.0242,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito suplementar:

I - Código reduzido 24, Projeto 2.029 - Gestão das Ações de Média e Alta Complexidade Hospitalar e Ambulatorial, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.1.0002, Órgão 9 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Unidade 1 - Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 9.400,00.

TOTAL GERALR\$ 9.400,00

Art. 2º O crédito suplementar constante no artigo anterior será aberto por conta da utilização parcial da reserva de contingência:

I. Código reduzido 22, Projeto 9.999 - Reserva de Contingência, elemento 99990000000000, fonte de recursos 0.1.0000, Órgão 3 - SECRETARIA MUN.ADMINISTRAÇÃO, PLAN. E FINANÇAS, Unidade 2 - Departamento Municipal de Planejamento e Finanças, no valor de R\$ 9.400,00.

TOTAL GERALR\$ 9.400,00

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor em 18 de outubro de 2.016.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Ipumirim-SC, 18 de outubro de 2.016

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 330/2016 DE 24 DE OUTUBRO DE 2016.

CONSTITUI E NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim – SC, no uso de suas atribuições legais e conforme a Lei Complementar 003/2002.

Art. 1º - Fica constituída a Comissão de Processo Seletivo, integrada pelos Srs. Cássio Canton, Paulo Roberto de Bortoli e Adriana Giombelli Bordinhon, para, sob a Presidência do primeiro, supervisionar a execução do Processo Seletivo destinado ao preenchimento de vagas dos cargos existentes no quadro de pessoal do Magistério Público Municipal.

Art.2º - Esta portaria produzira efeitos a partir de 24 de Outubro de 2016.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Ipumirim em 24 de Outubro de 2016.

VALDIR ZANELLA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 329/2016 DE 24 DE OUTUBRO DE 2016.

EXONERA SERVIDORA POR TERMINO DE CONTRATO DE TRABALHO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

MONALISE MIELY ROOS, Matrícula 2573-9, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 5893142 e do CPF 100.886.139-17, com nomeação para o cargo de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Não-Titulado 10 Horas, com carga horária de 10 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 289/2016, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 24 de outubro de 2016.

Ipumirim - SC, 24 de outubro de 2016.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

Irineópolis

PREFEITURA

DECRETO Nº 3084/2016

DECRETO Nº 3.084/2016

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferido e autorizado pela Lei nº 1.887 de 16 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado suplementar no Orçamento Geral do Fundo Municipal de Saúde, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada.

Art. 2º - Fica suplementada no montante de R\$ 500,00 (Quinhentos Reais) a dotação:

01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.039 – Manutenção do Programa de Vigilância Sanitária		
3.3.90.00.00.00.00.00.0218 (59)	Aplicações Diretas	R\$ 500,00

Art. 3º - Devido à suplementação do artigo anterior, fica anulada a dotação:

01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.039 – Manutenção do Programa de Vigilância Sanitária		
4.4.90.00.00.00.00.00.0218 (61)	Aplicações Diretas	R\$ 500,00

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 11 de Outubro de 2016.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 3085/2016

DECRETO Nº 3.085/2016

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferido e autorizado pela Lei nº 1.887 de 16 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Irineópolis, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada.

Art. 2º - Fica suplementada o montante de R\$ 29.600,00 (Vinte e Nove Mil e Seiscentos Reais) a dotação:

09 – SECRETARIA DA INFRA ESTRUTURA		
1.006 – Pavimentação de ruas, ciclovias e rodovias.		
4.4.90.00.00.00.00.00.0100 (90)	Aplicações Diretas	R\$ 29.600,00

Art. 3º - Devido suplementação do artigo anterior, fica anulada a dotação:

09 – SECRETARIA DA INFRA ESTRUTURA		
2.018 – Manutenção do transporte rodoviário.		
4.4.90.00.00.00.00.00.0100 (109)	Aplicações Diretas	R\$ 21.100,00

09 – SECRETARIA DA INFRA ESTRUTURA		
2.016 – Manutenção de ações de serviços urbanos		
4.4.90.00.00.00.00.00.0100 (97)	Aplicações Diretas	R\$ 8.500,00

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 11 de Outubro de 2016.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 3088/2016

DECRETO Nº 3.088/2016.

"ESTABELECE RECESSO EM ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito Municipal de Irineópolis, no uso de suas atribuições conferidas pelo inciso VII do artigo 65 da Lei Orgânica do Município, combinado com o disposto no art. 105, inciso I da LC 007/2001;

CONSIDERANDO a constante necessidade de contenção de gastos públicos;

CONSIDERANDO a importância da otimização da prestação dos serviços públicos municipais; e

CONSIDERANDO o feriado de Proclamação da República no dia 15/11/2016,

DECRETA:

Art 1st - Fica estabelecido recesso nas atividades dos servidores municipais no âmbito da Administração Direta no dia 14/11/2016 em período integral.

Parágrafo único. Deverão ser mantidos durante o recesso previsto neste Decreto, todos os serviços essenciais de atendimento a saúde e atividades exercidas em regime de plantão, bem como os serviços de coleta de lixo.

Art 2nd - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Irineópolis (SC), 20 de Outubro de 2016.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

PORTARIA N º 230/2016

PORTARIA Nº 230/2016.

"CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de Irineópolis JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art 1st - CONCEDER Licença Maternidade a servidora efetiva SEZINANDA APARECIDA DOS SANTOS, no período de 17/10/2016 A 13/02/2017.

Art 2nd - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir desta data.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 17 de Outubro de 2016.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal

PORTARIA N º 235/2016 - REPUBLICAÇÃO

PORTARIA N º 235/2016.

"CONCEDE LICENÇA A TÍTULO DE PRÊMIO POR ASSIDUIDADE A SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII e IX do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º. 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art 1st - Conceder Licença à Título de Prêmio por Assiduidade, no período de 07/10/2016 à 04/01/2017, a servidora efetiva ROSE CASTRO.

Art 2nd - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 07/10/2016.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 19 de Outubro de 2016.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

PORTARIA N º 238/2016

PORTARIA Nº 238/2016.

EXONERA À PEDIDO, SERVIDORA EM EXERCÍCIO DE CARGO COMISSIONADO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art. 1.º- EXONERAR a pedido, em data de 31/10/2016 a servidora JÉSSICA DE JESUS VIEIRA do exercício do Cargo de Diretora do Departamento da Família, do Quadro de Cargos Comissionados da Prefeitura Municipal de Irineópolis, para o qual foi nomeada através da Portaria nº 353/2015 de 03/11/2015.

Art. 2.º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 31/10/2016.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 24 de Outubro de 2016.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

PORTARIA N º 239/2016

PORTARIA N º. 239/2016.

"DESIGNA SERVIDOR PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO ESPECÍFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65, da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º. 007/2001 de 15/10/2001, consoante o anexo VI, quadro III – Quadro de Gratificação de Funções Específicas, da Lei Complementar n º 057/2012, de 27/03/2012, com redação dada pela Lei Complementar nº 075/2013, de 20/11/2013,

RESOLVE:

Art 1st - DESIGNAR OSMANI REICHARDT, ocupante do cargo de Motorista (44h/sem), do Quadro de Pessoal Efetivo da Prefeitura Municipal, para exercer a Função Específica de Motorista de Caminhão, percebendo gratificação mensal de acordo com os percentuais previstos em Lei.

Parágrafo único. A gratificação ora concedida será paga em estrita observância aos critérios e disposições contidas na Lei Complementar nº 075/2013, de 20/11/2013.

Art 2nd - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 03/10/2016.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 24 de Outubro de 2016.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

PORTARIA N º 240/2016

PORTARIA Nº 240/2016.

"CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de Irineópolis JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art 1st - CONCEDER Licença Maternidade a servidora efetiva JACI BAGGENSTOSS BINDER, no período de 19/10/2016 a 15/02/2017.

Art 2nd - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 19/10/2016.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 24 de Outubro de 2016.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

HOSPITAL BOM JESUS

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 02/2016

PROCESSO LICITATÓRIO 10/2016

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 02/2016

Comissão Permanente de Licitações

DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O Hospital Municipal Bom Jesus, através do Presidente da Comissão Permanente de Licitações, declara que a Exma. Wianey de Cassia de O. G. T dos Santos, Presidente do Hospital, nos termos do artigo 25, caput da Lei n 8.666/93, conforme consta do Processo de Credenciamento n° 01/2016, e do Processo de Inexigibilidade de Licitação n° 02/2016 DECLAROU a Inexigibilidade de licitação, para a contratação de VINICIUS MARQUES KINGERSKI, conforme consta nos autos dos processos acima citados, com o objetivo de credenciar pessoas físicas para prestação de serviços na área médica, para a realização de assistência e acompanhamento nas internações de pacientes do SUS, com valor de vencimento a ser pago até o 10º dia útil do mês subsequente a prestação de serviços, tudo conforme preestabelecido no Edital de Credenciamento acima mencionado.

O sistema de Credenciamento, cuja convocação é aberta a todos os profissionais interessados na prestação do serviço, implica na posterior contratação de todos aqueles que tiverem interesse e que satisfaçam as condições exigidas no edital de credenciamento, através de processo de inexigibilidade de licitação, com fulcro no art. 25, caput da Lei n° 8.666/93. Nesse sentido é a orientação do TCE/SC, conforme os Prejulgados n° 680/99 e 1994/09.

Ainda é valido mencionar que novos interessados poderão se credenciar, haja vista que o item 1.4 do Edital de Credenciamento n° 01/2016, permite o credenciamento a qualquer tempo, durante todo o período de validade do edital – 01 (um) ano, no caso. Assim, para cada novo credenciado, novo processo de inexigibilidade deverá ser instaurado.

A presente declaração encontra-se plenamente fundamentada, consoante se denota da justificativa elaborada pela Comissão Permanente de Licitações, bem como em razão dos documentos que instruíram o processo.

Nos termos do artigo 109, da Lei n° 8.666/93, fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a apresentação de recurso, representação ou impugnação.

Irineópolis, 24 de Outubro de 2016.

CRISTIANE KRUGER

PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES.

Itá

PREFEITURA

ATA DE RECEBIMENTO DECISÃO PREFEITA DECLARAÇÃO SERGIO CASASOLA

ATA DE RECEBIMENTO DECISÃO DA AUTORIDADE SUPERIOR REFERENTE AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 054/2016 EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 011/2016, DO MUNICÍPIO DE ITÁ. Às 16h30min do dia vinte e quatro do mês de outubro do ano de dois mil e dezesseis, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações, designada pelo Decreto nº 004 de 21 de janeiro de 2016, sob a Presidência do Senhor Delso Minski estando presentes os membros Senhoras Silviane Carla Mertins e Franciele Dall Bello para o ato de recebimento de decisão da autoridade superior sobre a formação do BDI da empresa SERGIO CONRADO CASASOLA & CIA LTDA; Lida e analisada; A autoridade superior entendeu que foram atendidos os dispositivos do edital mantendo a classificação da empresa SERGIO CONRADO CASASOLA & CIA LTDA; Intima-se as empresas da decisão. Em nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou a sessão, lavrando-se esta ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da Comissão. A presente Ata será publicada no Mural Público da Prefeitura Municipal de Itá Santa Catarina e na página do Município, na internet www.ita.sc.gov.br.

Delso Minski
Presidente

Silviane Carla Mertins
Membro

Franciele Dall Bello
Membro

AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 064/2016, DISPENSA Nº 005/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 064/2016

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2016

CHAMADA PUBLICA Nº 002/2016

A Prefeitura Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, torna público a todos os interessados que estará recebendo propostas para a permissão de uso de espaço público, Bar da Prainha, com área aproximada de 3,8 x 3,8 metros, por prazo determinado. As propostas serão recebidas até as 08h30min do dia 07 de novembro de 2016 e abertas as 08h30min do dia 07 de novembro de 2016. O edital encontra-se disponível no site "www.ita.sc.gov.br" as demais informações poderão ser obtidas diariamente na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e pelo telefone (49) 3458-9508. Itá SC., 24 de outubro de 2016.

Leide Mara Bender
Prefeita Municipal

DECISÃO PREFEITA DECLARAÇÃO EMPRESA SERGIO CASASOLA

Itá- SC, 20 de Outubro de 2016.

DECISÃO

LEIDE MARA BENDER, Prefeita Municipal de ITÁ-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas, no que diz respeito ao recebimento de resposta da empresa SERGIO CONRADO CASASSOLA &

CIA LTDA ao recurso interposto pela empresa J. Dos Santos EPP, concernente ao Processo Licitatório nº 054/2016, Edital de Tomada de Preços nº 011/2016, DECIDE:

A Comissão de Licitações entendeu por bem manter a classificação da empresa SERGIO CONRADO CASASSOLA & CIA LTDA uma vez que atendidos os dispositivos do edital.

Desta forma, adoto como forma de decidir o disposto na Ata da Comissão de Licitações, mantendo a classificação da empresa SERGIO CONRADO CASASSOLA & CIA LTDA.

Intime-se
Publique-se!

LEIDE MARA BENDER
Prefeita Municipal

Analisado e Aprovado:

Ana Carla Porn Lopes da Silva
OAB/SC 33.366

DECRETO N. 086/2016

DECRETO Nº 086/2016, de 03 de outubro de 2016.

"Dispõe Sobre a Abertura de Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências".

PREFEITA MUNICIPAL DE ITÁ, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o art. 3º, Inciso I e II do art. 4º da Lei Municipal nº 2.437, de 14 de dezembro de 2015 e Inciso I e II do §1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município de Itá, no valor de R\$ 4.273,66 (quatro mil duzentos e setenta e três reais e sessenta e seis centavos) utilizando como recursos o Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2015, nos termos do inciso I, artigo 4º da Lei Municipal 2.437, e inciso I, §1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64, conforme programação a seguir:

07.00 – Secretaria de Assistência Social
07.03 – Fundo Mun. de Assistência Social
2.052 – Proteção Social Básica
3.3.90.00.00.00.3752 Aplicações Diretas 3.000,00
4.4.90.00.00.00.3752 Aplicações Diretas 1.273,66

Art. 2º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município de Itá, no valor de R\$ 38.000,00 (trinta e oito mil reais) utilizando como recursos o remanejamento de dotações orçamentárias dentro do mesmo projeto e atividade, nos termos do art. 3º da Lei Municipal 2.437, conforme programação a seguir:

02.00 – Gabinete da Prefeita e Vice Prefeito Municipal

02.01 – Gabinete da Prefeita e Vice Prefeito Municipal

2.002 – Manutenção Atividades Gabinete da Prefeita e Vice Suplementação

Anulação

03.00 – Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

03.01 – Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

2.003 – Manut. Atividades da Sec. Administração e Fazenda Suplementação

Anulação

05.00 – Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

05.01 – Departamento Municipal de Agricultura

2.010 – Manutenção Departamento de Agricultura Suplementação

Anulação

06.00 – Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer

06.01 – Departamento de Educação

2.012 – Manutenção da Secretaria de Educação Suplementação

Anulação

2.017 – Manutenção e Apoio Frequência Ensino Médio e Profiss.

Suplementação

Anulação

07.00 – Secretaria de Assistência Social

07.03 – Fundo Mun. de Assistência Social

2.051 – Manutenção do Fundo Mun. de Assistência Social Suplementação

Anulação

Art. 3º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município de Itá, no valor de R\$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais), utilizando como fonte de recursos o excesso de arrecadação por fonte de recurso nos termos do inciso II, art. 4º da Lei Municipal 2.357 e do inciso II do §1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64, conforme programação a seguir:

06.00 – Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer

06.01 – Departamento de Educação

2.018 – Apoio ao Ensino Superior e Especialização

3.3.90.00.00.00.1045 Aplicações Diretas	26.000,00
-----------------------------------------	-----------

Fonte de recursos: 1045 Recursos Compensação Financeira

Art. 4º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Fundo Municipal de Saúde de Itá, no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais) utilizando como recursos o remanejamento de dotações orçamentárias dentro do mesmo projeto e atividade, nos termos do art. 3º da Lei Municipal 2.437, conforme programação a seguir:

11.00 – Fundo Municipal de Saúde

11.01 – Fundo Municipal de Saúde

2.038 – Manter Vigilância em Saúde Suplementação

3.3.90.00.00.00.00.00.1066 Aplicações Diretas	3.000,00
-----------------------------------------------	----------

Anulação

4.4.90.00.00.00.00.00.1066 Aplicações Diretas	3.000,00
-----------------------------------------------	----------

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Itá - SC, 03 de outubro de 2016.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria Administrativa na data supra.

ELTON JOSÉ THOMAS

Responsável Secretária Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO N. 088/2016

DECRETO N.º 088, de 17 de Outubro de 2016.

“PRORROGA O EDITAL DE CREDENCIAMENTO N. 002/2013 E REAJUSTA A TABELA DE PREÇOS DOS SERVIÇOS CREDENCIADOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

LEIDE MARA BENDER, Prefeita Municipal de Itá - SC, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 69, inciso VII, da Lei Orgânica do Município e em conformidade com o previsto no Edital de Credenciamento 002/2013;

Considerando o disposto no item 8.2. da Cláusula 8 do Edital de Credenciamento n. 002/2013, de 23 de outubro de 2013;

Considerando o disposto no Anexo “C” do Edital de Credenciamento n. 002/2013, de 23 de outubro de 2013;

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado o prazo de validade do Edital de Credenciamento n. 003/2013 até 31 de dezembro de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Itá – SC, 17 de Outubro de 2016.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

Certifico que este decreto foi registrado e publicado nesta secretaria na data supra.

ADELIANE JACIRA BETTO

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO N. 091/2016

DECRETO Nº 091, de 21 de outubro de 2016.

“Dispõe Sobre a Instauração de Procedimento Administrativo visando análise de requerimento protocolado por Rhoden Indústria de Acumuladores, dá outras providências.”

LEIDE MARA BENDER, Prefeita Municipal de Itá - SC, no uso das atribuições de seu cargo e, de acordo com o disposto no inciso VII do Art. 69 da Lei Orgânica Municipal e, demais legislações aplicadas ao assunto;

Considerando protocolo de requerimento por parte de Rhoden Indústria de Acumuladores, demonstrando interesse em adquirir bem a ela cedidos através de Concorrência Pública;

Considerando a necessidade de uma análise in loco dos fundamentos apresentados pela empresa solicitante;

Considerando ainda, a necessidade de profunda análise dos termos da solicitação e do interesse público envolvido;

Considerando ainda o disposto nos arts. 8º e seguintes da Lei Municipal nº 2454 de 19 de maio de 2016;

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para compor a Comissão Especial que irá efetuar levantamento, análise e, posterior emissão de relatório concernente ao requerimento de compra de bem público cedidos a empresa Rhoden Indústria de Acumuladores, os seguintes membros:

I – Presidente: Jair Francisco Moschetta;
II – Secretário: Julcimar Antônio Zotti;
III – Membro: Marta Bender Sartoretto;
IV – Membro: Felipe Uba Chupe;

Art. 3º. Os trabalhos deverão ser concluídos no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da publicação do presente decreto, podendo ser prorrogados por igual período caso haja necessidade.

Art. 4º. - Para a realização dos trabalhos a comissão poderá requerer assessoria técnica e jurídica.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Itá - SC, 21 de Outubro de 2016.

LEIDE MARA BENDER
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria Administrativa na Data Supra.

ADELIANE JACIRA BETTO
Secretária de Administração e Fazenda

LEI N. 2483

LEI Nº 2483, DE 17 DE OUTUBRO DE 2016.

INSTITUI PLANO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE ITÁ, REVOGA LEGISLAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEIDE MARA BENDER, Prefeita Municipal de Itá - SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; Faz saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal de Vereadores discutiu, votou, aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica instituído o Fundo de Assistência à Saúde dos Servidores Municipais ativos, inativos, pensionistas e detentores de mandato eletivo para atendimento médico e hospitalar, bem como ao diagnóstico e ao tratamento.

§ 1º O Fundo de Assistência à Saúde dos Servidores poderá ter a adesão dos detentores de mandato eletivo municipal.

§ 2º Os serviços previstos nesta Lei terão caráter complementar aos serviços prestados pelo Sistema Único de Saúde – SUS e dos demais programas de saúde do Município.

§ 3º O Fundo de Assistência à Saúde dos Servidores terá a adesão dos servidores efetivos do Poder Legislativo Municipal de Itá-SC.

CAPÍTULO II

DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES

Art. 2º O Fundo de Assistência à Saúde dos Servidores será administrado pelo Conselho Municipal de Assistência à Saúde dos Servidores que o gerenciará, juntamente com o Fundo Municipal de Assistência à Saúde dos Servidores.

Art. 3º O Fundo de Assistência à Saúde dos Servidores será destinado às ações de medicina preventiva e curativa e será desenvolvido mediante a aplicação do programa de assistência ambulatorial e hospitalar, por meio de entidades, profissionais ou hospitais credenciados.

§ 1º A adesão ao Fundo Municipal de Assistência à Saúde dos Servidores de que trata esta Lei será facultativa, mediante assinatura de termo de adesão e autorização para o desconto em folha de pagamento.

§ 2º Os servidores filiados no Programa de Assistência à Saúde dos Servidores farão jus aos benefícios nele previstos:

I – após 12 (doze) meses de contribuição para cirurgias em geral e partos;

II – após 06 (seis) meses para os demais procedimentos.

§ 3º Os dependentes farão jus aos benefícios previstos, após a inclusão, podendo auferir dos benefícios:

I – após 12 (doze) meses de contribuição para cirurgias em geral e partos;

II – após 06 (seis) meses para os demais procedimentos.

§ 4º Os prazos estabelecidos no § 3º não se aplicam aos dependentes até 06 (seis) meses de idade, desde que a inclusão ocorra neste período.

Art. 4º O Fundo de Assistência à Saúde dos Servidores será custeado pelas seguintes fontes de receitas:

I – contribuição mensal dos participantes no percentual de 3,5% (três vírgula cinco por cento) sobre o total de sua remuneração, proventos, pensão previdenciária, ou ainda de subsídios a serem descontados em folha de pagamento, estabelecendo-se como valor mínimo de contribuição R\$ 88,67 (oitenta e oito reais e sessenta e sete centavos) e máximo de R\$ 215,35 (duzentos e quinze reais e trinta e cinco centavos) para os contribuintes cujo percentual de 3,5% (três vírgula cinco por cento) não atingir este valor mínimo ou ultrapassar o valor máximo aqui descritos;

II – contribuição mensal devida pelo Município, correspondente a 3,5% (três vírgula cinco por cento) do somatório da remuneração dos seus participantes;

III – contribuição mensal dos detentores de mandato eletivo municipal, que correspondente a cobrança de 3,5% (três vírgula cinco por cento) sobre o valor da remuneração;

IV – recursos provenientes da renda de aplicações financeiras no mercado financeiro, na forma da legislação vigente;

V – recursos provenientes da participação nas despesas, descontados em folha de pagamento ou cobrados através de boletos, dos beneficiários na forma da lei e deste regulamento;

VI – contribuição mensal dos participantes inativos, pensionistas e aposentados no percentual de 3,5% (três vírgula cinco por cento) sobre o total de sua remuneração, proventos, pensão previdenciária, ou ainda de subsídios, estabelecendo-se como valor mínimo de contribuição R\$ 88,67 (oitenta e oito reais e sessenta e sete centavos) e máximo de R\$ 215,35 (duzentos e quinze reais e trinta e cinco centavos), para os contribuintes cujo percentual de 3,5% (três vírgula cinco por cento) não atingir este valor mínimo ou ultrapassar o valor máximo aqui descritos, devendo efetuar ainda a contribuição de mais 3,5% (três vírgula cinco por cento) sobre o total de sua remuneração, proventos, pensão previdenciária, ou ainda de subsídios a serem descontados em folha de pagamento tendo em vista que o Município não realiza contribuição mensal para esta classe de participantes do Fundo.

§ 1º A transferência do valor das contribuições de que trata este artigo ao Fundo Municipal de Assistência à Saúde dos Servidores deverá ocorrer até o décimo dia útil do mês subsequente ao da competência.

§ 2º Além da contribuição referida neste artigo os beneficiários do Fundo Municipal de Assistência à Saúde dos Servidores participarão nas despesas, na forma estabelecida em Regulamento do Conselho Municipal de Assistência à Saúde dos Servidores, homologado por Decreto do Poder Executivo Municipal.

§ 3º Não integram a base de cálculo da contribuição de que trata este artigo as vantagens pecuniárias de caráter indenizatório e quaisquer outras não incorporáveis aos proventos de aposentadoria.

§ 4º Fica estabelecido que os limites estabelecidos nos incisos I, III e VI serão reajustados anualmente conforme índice de reajuste dos vencimentos dos servidores municipais, na mesma data base.

§ 5º O pagamento do valor das contribuições ao Fundo Municipal de Assistência à Saúde dos Servidores, por parte dos beneficiários titulares, quando não for possível proceder ao desconto em folha de pagamento, deverá ser cobrado através de documento próprio emitido contra o beneficiário titular.

Art. 5º São beneficiários do Fundo Municipal de Assistência à Saúde dos Servidores de que trata esta Lei, na condição de dependente do segurado, os cônjuges, os companheiros, e os filhos não emancipados de qualquer condição e menores de 18 (dezoito) anos ou incapazes independentemente de idade.

§ 1º O enteado e o menor tutelado equiparam-se a filho mediante declaração do segurado e desde que comprovada a dependência econômica.

§ 2º A dependência econômica das pessoas indicadas no caput é presumida e das demais deve ser comprovada na forma estabelecida no regulamento.

§ 3º Poderão ser aceitos como dependentes do segurado os filhos e filhas solteiros com até 24 anos de idade que estejam frequentando cursos superiores mediante adesão a ser realizada no Departamento de Recursos Humanos, com ressarcimento de 100% (cem por cento) dos valores dos procedimentos realizados.

§ 4º Perderão a condição de dependentes do segurado:

- a) Automaticamente, pela perda da qualidade de beneficiário titular de quem depender;
- b) O cônjuge, pela anulação do casamento ou pelo divórcio, e, o companheiro ou companheira pela dissolução da união estável;
- c) Para os dependentes menores, por completar 18 anos, ressalvada a hipótese de inválido;
- d) Qualquer beneficiário pelo casamento e pelo falecimento;
- e) O cônjuge ou pensionista viúvo pelo casamento ou união estável;
- f) Os inválidos em geral pela cessação da invalidez.

Art. 6º O elenco dos serviços do programa de assistência ambulatorial e hospitalar será tão amplo quanto permitirem os recursos para este fim, cujas coberturas serão definidas no Regulamento, devidamente homologado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 7º É vedada a transferência dos recursos do Fundo Municipal de Assistência à Saúde dos Servidores para outra finalidade.

Art. 8º O Regulamento elaborado pelo Conselho Municipal de Assistência à Saúde dos Servidores e homologado pelo Poder Executivo Municipal disciplinará as formas de assistência ambulatorial e hospitalar, a forma de contratação de terceiros para a prestação de serviços, a forma de adesão e a respectiva exclusão do Fundo, bem como regulamentará os procedimentos necessários à fiel execução desta Lei.

Art. 9º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a contribuir financeiramente com o Plano de Assistência à Saúde dos Servidores, com o percentual de 3,5% (três vírgula cinco por cento) do valor total da folha de pagamento dos servidores ativos, inativos, dos pensionistas e dos agentes políticos participantes do Plano de Assistência à Saúde dos Servidores, nos termos do inciso II do art. 4º desta Lei.

DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES

Art. 10. O Conselho Municipal de Assistência à Saúde dos Servidores será composto por 07 (sete) membros, escolhidos em assembleia ordinária dentre seus participantes, e, preferencialmente cada um representará uma Secretaria Municipal, sendo um dos membros representante dos aposentados.

Art. 11. Os membros do Conselho Municipal de Assistência à Saúde dos Servidores terão mandato de 02 (dois) anos, permitida a recondução e não serão remunerados pelo desempenho de suas funções, sendo nomeados por ato do Poder Executivo Municipal.

Art. 12. Os membros do Conselho Municipal de Assistência à Saúde dos Servidores escolherão seu Presidente, o qual será o ordenador primário das despesas.

§ 1º O Regulamento Interno do Conselho Municipal de Assistência à Saúde dos Servidores determinará outras funções do Presidente e quem o substituirá em sua vacância ou impedimento.

§ 2º O Regulamento Interno do Conselho Municipal de Assistência à Saúde dos Servidores poderá determinar as funções dos demais membros, a periodicidade das reuniões e outras regras que objetivem sua eficiência no gerenciamento do Plano de Assistência à Saúde dos Servidores e do Fundo Municipal de Assistência à Saúde dos Servidores.

Art. 13. O Conselho Municipal de Assistência à Saúde dos Servidores reunir-se-á ordinariamente 01 (uma) vez por ano, sempre no mês de setembro, e, extraordinariamente mediante convocação de seu Presidente ou por solicitação de pelo menos 02 (dois) de seus membros, mediante publicação de edital no átrio municipal com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

CAPÍTULO IV

DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES

Art. 14. O Fundo Municipal de Assistência à Saúde dos Servidores terá os registros contábeis na forma estabelecida pela Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, sujeitando-se ainda às normas emanadas pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Parágrafo Único. Os Recursos orçamentários do Fundo Municipal de Assistência à Saúde dos Servidores integrarão o Orçamento e Contabilidade Geral do Município como Unidade Orçamentária, vinculada a Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Art. 15. A contabilidade do Fundo Municipal de Assistência à Saúde dos Servidores ficará a cargo da Contadoria do Município, cujo responsável técnico assinará juntamente com o Presidente do Conselho Municipal de Assistência à Saúde dos Servidores, os balanços, balancetes e demonstrações contábeis, na forma da Lei.

Parágrafo Único. O Conselho Municipal de Assistência à Saúde dos Servidores encaminhará ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina as prestações de contas e demais documentos exigidos na forma e prazos legais.

Art. 16. A movimentação financeira do Fundo Municipal de Assistência à Saúde dos Servidores será efetuada pelo Presidente do Conselho Municipal de Assistência à Saúde dos Servidores, juntamente com o servidor que responde pela Tesouraria do Município.

Art. 17. Os recursos do Fundo Municipal de Assistência à Saúde dos Servidores serão depositados em estabelecimentos bancários e poderão ser aplicados em conta de poupança e no mercado financeiro.

CAPÍTULO V DA PARTICIPAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS NAS DESPESAS

Art. 18 Além da contribuição referida no art. 4º deste regulamento, os beneficiários do Plano de Assistência à Saúde dos Servidores participarão nas despesas realizadas.

§ 1º O valor da participação do beneficiário nas consultas, serviços auxiliares de diagnose e terapia, internações hospitalares se dará pela aplicação do percentual de 30% (trinta por cento) sobre o custo dos serviços executados.

§ 2º O beneficiário titular deverá reconhecer através de extrato de serviços prestados, destinados a identificar a utilização, a respectiva participação na forma prevista neste artigo, como prova de seu débito, e que os valores lançados constituem dívida líquida, certa e exigível, inclusive para fins do art. 585, II, do Código de Processo Civil.

§ 3º Havendo qualquer dúvida com relação ao extrato, o beneficiário poderá solicitar que lhe sejam prestadas as informações necessárias e tomadas as devidas providências, conforme o caso.

Art. 19 O pagamento dos valores correspondentes à participação nas despesas por parte dos beneficiários será feito pelo desconto em folha de pagamento em favor do Fundo Municipal de Assistência à Saúde dos Servidores, em até 10 (dez) parcelas, ou, por meio de boleto, no caso dos servidores inativos.

§ 1º Quando o valor da despesa for elevado, o parcelamento poderá ser maior número de parcelas, cujo valor será corrigido monetariamente e, acrescido de juros de 1% (um por cento) ao mês, observando-se o não comprometimento de mais do que 30% da renda mensal do beneficiário.

§ 2º A participação dos beneficiários que estiverem afastados sem remuneração que possibilite o desconto em folha de pagamento, poderá ser cobrada pelo Fundo Municipal de Assistência à Saúde dos Servidores na forma do § 3º do art. 4º desta Lei.

§ 3º As dívidas relativas a valores da participação de beneficiários que percam definitivamente a condição de participante do Plano de Assistência à Saúde dos Servidores deverão ser quitadas de imediato por ocasião do desligamento do serviço público ou então através de assinatura de termo de compromisso de pagamento para cobrança através do Município.

§ 4º A exclusão por solicitação do beneficiário titular e o cancelamento de suas obrigações junto ao Fundo Municipal de Assistência à Saúde dos Servidores somente se dará a partir da quitação de todos os valores relativos à sua participação nas despesas, na forma prevista neste regulamento.

§ 5º Em caso de falecimento do beneficiário titular haverá a exclusão do mesmo, sendo facultado ao seu cônjuge/companheiro a permanência no plano, na condição de titular, desde que o mesmo já esteja inscrito como dependente do falecido.

§ 6º Os demais dependentes do falecido, somente poderão permanecer no plano, caso comprovem a dependência com o novo titular, nos termos desta Lei.

§ 7º Ainda, no caso de falecimento do beneficiário titular, a quitação de todos os valores relativos à sua participação no plano será efetuada pelo desconto das verbas relativas ao saldo de vencimentos, proventos ou pensões, e no que restar pela transferência das obrigações aos herdeiros e sucessores.

§ 8º Serão suspensos os atendimentos aos beneficiários quando não houver regularidade no pagamento do parcelamento relativo à participação nas despesas, além da cobrança de correção monetária, juros de 1% ao mês e multa de 2%.

§ 9º Serão também suspensos os atendimentos aos beneficiários quando ocorrer o inadimplemento de 02 (duas) contribuições mensais dos participantes, com o retorno imediato mediante o pagamento das contribuições atrasadas corrigidas monetariamente, com aplicação de juros legais de 1% ao mês e multa de 2%.

§ 10 As suspensões de que tratam os §§ 9º e 10 serão precedidas de comunicado ao beneficiário titular, possibilitando prazo de 30 (trinta) dias para o adimplemento, e, expirado o prazo, será formalizada a suspensão.

Art. 20 O percentual da participação dos beneficiários nas despesas realizadas poderá ser alterado pela Assembleia, podendo ser majorado ou diminuído, levando-se em consideração a situação financeira do Fundo, mediante alteração do Regulamento e homologação através de Decreto expedido pelo Chefe do Poder Executivo.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 21 As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta das respectivas dotações orçamentárias de cada Exercício vigente.

Art. 22 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 23 Ficam revogadas as disposições em contrário em especial a lei municipal nº 1.376, de 27 de setembro de 1999 e lei municipal nº 2.273, de 17 de julho de 2013.

Gabinete da Prefeita Municipal de Itá (SC), 17 de Outubro de 2016.

LEIDE MARA BENDER
Prefeita Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra

ADELIANE JACIRA BETTO
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

Itapiranga

PREFEITURA

DECRETO Nº 180, DE 21 DE OUTUBRO DE 2016

DECRETO Nº 180, DE 21 DE OUTUBRO DE 2016.

Revoga os decretos 147/2009 e 254/2009 que designam Comissão para análise de Projetos de Loteamentos do Município.

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Decreta:

Art. 1º Ficam revogados os decretos nº 147 de 14 de agosto de 2009 e 254 de 14 de dezembro de 2009.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga - SC, 21 de outubro de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon

Secretario Municipal de Administração.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 209/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

ATAS REGISTRO DE PREÇOS – PREFEITURA

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 209/2016

PARTES: Município de Itapiranga e Porto Novo Transportes E Turismo Ltda

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 155/2016

OBJETO: Contratação de empresas para realização de transporte de atletas e outros, conforme autoriza a lei municipal nº 2.497/2008.

VALOR: R\$ 22.500,00

VIGÊNCIA: 23 de outubro de 2017.

Itapiranga – SC., 24 de outubro de 2016.

Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO 029/2016 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

CONTRATOS – FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 029/2016 – FMS

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 031/2014

PARTES: Município de Itapiranga e Itau Seguros De Auto E Residência S.A.

ORIGEM: Pregão Presencial nº 152/2014

OBJETO: Contratação de seguros de veículos, de propriedade do município de Itapiranga.

VALOR: R\$ 1.499,59

VIGÊNCIA: 27 de outubro de 2017.

Itapiranga – SC, 21 de outubro de 2016.

Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 157/2016/RH

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 157/2016/RH

PARTES: Município de Itapiranga e THANARA PETRY.

ORIGEM: Processo Seletivo nº 04/2015.

OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 40 horas semanais, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil.

Nível salarial: Piso Nacional do Magistério

Classe - Referencia:

VIGÊNCIA: 24/10/2016 a 01/11/2016

Itapiranga – SC, 24 de outubro de 2016.

Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DO DISTRATO Nº 158/2016/RH

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

EXTRATO DO DISTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO DISTRATO Nº 158/2016/RH

PARTES: Município de Itapiranga e TANIA MARI MISSIO KOWALSKI.

OBJETO: Distrato do Contrato Temporário nº 76/2016/RH de 04/03/2016, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil em 40 horas semanais.

Itapiranga – SC. 24 de outubro de 2016.

Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DOS CONTRATOS 135 E 136

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

CONTRATOS – PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 135/2016

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 049/2016

PARTES: Município de Itapiranga e Construtora Deca Ltda - Epp

ORIGEM: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 051/2016

OBJETO: Prorrogação do prazo de execução da Tomada de Preços para execução da obra de construção da ponte de concreto armado sobre o rio Macaco Branco, na comunidade de La. Beleza, interior deste município.

VIGÊNCIA: 21 de novembro de 2016.

Itapiranga – SC. 21 de outubro de 2016.

Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 136/2016

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 144/2014

PARTES: Município de Itapiranga e Itau Seguros De Auto E Residência S.A.

ORIGEM: Pregão Presencial nº 152/2014

OBJETO: Contratação de seguros de veículos, de propriedade do município de Itapiranga.

VALOR: R\$ 1.528,07

VIGÊNCIA: 27 de outubro de 2017.
Itapiranga – SC. 21 de outubro de 2016.
Milton Simon – Prefeito Municipal

PORTARIA 163/2016

PORTARIA Nº 163/2016 – CONTRATOS

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora Janete S. Brixner, matrícula nº 14379/02, para exercer a função de fiscal da Ata de Registro de Preços nº 209/2016, firmada pelo Município de Itapiranga, em virtude do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 155/2016, para contratação de empresas para realização de transporte de atletas e outros, conforme autoriza a lei municipal nº 2.497/2008.

Art. 2º - Aos Servidores supracitados compete a fiscalização e acompanhamento, devendo registrar todas as ocorrências relacionadas a execução da respectiva ata/contrato e todos os seus aditivos, informando toda e qualquer falta ou defeito observado, conforme consta nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93.

Art. 3º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 24 de outubro de 2016.

MILTON SIMON
Prefeito Municipal

Janete S. Brixner
Fiscalizadora

TERMO DE REVOGAÇÃO PREGAO PRESENCIAL 151/2016

TERMO DE REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 151/2016

O Município de Itapiranga, CNPJ nº 82.821.208/0001-36, com sede na Praça das Bandeiras, nº 200, nesta cidade de Itapiranga – SC, através do Prefeito Municipal Sr. Milton Simon, e da Pregoeira, Sra. Janete Frantz Baumann, matrícula nº 11824/02, no uso de suas atribuições legais e considerando razões de interesse público, resolvem REVOGAR o processo de licitação nº 151/2016, que tem por objeto a "Aquisição de cadeiras de modelos diversos e arquivos de aço, destinados para as diversas secretarias desta municipalidade".

A revogação ocorre em observância do interesse público, com fundamento no art. 49 da Lei 8.666/93, na Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal e no item 18.1 do edital, tendo em vista que o Município tomou conhecimento de que o Laudo Técnico de Atendimento a NR 17, exigido no edital, não pode ser elaborado sem que aja uma Análise Ergonômica do Ambiente de Trabalho, o que inviabiliza a prosseguimento do processo licitatório, havendo necessidade de elaboração novo edital para aquisição do equipamentos que atendam às necessidades e os interesses da Administração.

Havendo fato superveniente que leve a Administração a constatar

que o interesse público pode ser satisfeito de uma melhor forma, poderá, no uso de seu poder discricionário, revogar o ato anterior, conforme leciona Marçal Justen Filho:

A revogação do ato administrativo funda-se em juízo que apura a conveniência do ato relativamente ao interesse público. No exercício de competência discricionária, a Administração desfaz seu ato anterior para reputá-lo incompatível com o interesse público. (...). Após praticar o ato, a Administração verifica que o interesse público poderia ser melhor satisfeito por outra via. Promoverá, então, o desfazimento do ato anterior.

Desta forma, por conveniência da Administração e respeitando o interesse Público, revogo o Processo de Licitação nº 151/2016.

Itapiranga 21 de outubro de 2016

Milton Simon
Prefeito Municipal

Janete Frantz Baumann
Pregoeira
Visto pela Procuradoria Jurídica:

Cristiano Bielohoubeck
Procurador do Município
OAB/SC nº 46.502-A

Itapoá

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL Nº 2902/2016 – DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA FUNCIONAL PROGRAMÁTICA.

DECRETO MUNICIPAL nº 2902/2016

Data: 20 de outubro de 2016.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA FUNCIONAL PROGRAMÁTICA.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, em conformidade, e considerando CI/DO/89/2016,

DECRETA

Art. 1º Abre-se no Orçamento Municipal crédito adicional suplementar por crédito adicional suplementar por anulação de dotação dentro da mesma funcional programática, no valor de R\$ 4.100,00 (quatro mil e cem reais) em conformidade com o art. 6º, inciso I da Lei Municipal 635/2015 – LOA 2016, conforme abaixo:

Suplementação

10.00 SECRETARIA DE TURISMO, MEIO AMBIENTE E CULTURA

10.02 Departamento de Meio Ambiente

01805410007.2056 Manutenção do Departamento de Meio Ambiente

33390 Aplicações Diretas (184) FR 10000 R\$ 4.100,00

Anulação

10.00 SECRETARIA DE TURISMO, MEIO AMBIENTE E CULTURA

10.02 Departamento de Meio Ambiente

01805410007.2056 Manutenção do Departamento de Meio Ambiente

34490 Aplicações Diretas (228) FR 10000 R\$ 4.100,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 20 de outubro de 2016.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 2903/2016 – DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

DECRETO MUNICIPAL nº 2903/2016

Data: 20 de outubro de 2016.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, em conformidade, e considerando CI/DO/87/2016,

DECRETA

Art. 1º Abre-se no Orçamento Municipal crédito adicional suplementar por superávit financeiro, no valor de R\$ 54.465,00 (cinquenta e quatro mil quatrocentos e sessenta e cinco reais) em conformidade com o art. 6º, inciso III da Lei Municipal 635/2015 – LOA 2016, conforme abaixo:

Suplementações

03.00 GABINETE DO PREFEITO

03.01 Gabinete do Prefeito

00401220002.2007 Ciga – Consórcio de Informática na Gestão Pública

33393 Aplic Diretas dec op. entre órgão e cons públi o ente part. (388) FR 30000 R\$ 465,00

17.00 FUNREBOM – FUNDO MUNICIPAL DO CORPO DE BOMBEIROS

17.01 Departamento do FUNREBOM

00601820015.2139 Manutenção do FUNREBOM

33390 Aplicações Diretas (511) FR 30025 R\$ 35.000,00

34490 Aplicações Diretas (512) FR 30025 R\$ 19.000,00

Total das Suplementações R\$ 54.465,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 20 de outubro de 2016.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 35/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 35/2016

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: OSAKA SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS EIRELLI-ME, com sede á Rua AV. das Cerejeiras, nº1045/1049, Bairro: Jardim Japão, na cidade de São Paulo/SP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 20.351.069/000177 e Inscrição Estadual nº 143.571.358.119, representada neste ato pela proprietária Sra. NATALIA CRISTINA MAIA SILVA, portadora do CNPF/MF nº 314.052.148-05 e do CI.RG nº42.463.349-8 SSP/SP.

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº51/2016 – PROCESSO Nº69/2016

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONFECÇÃO DOS CARNÊS DE IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO (IPTU) DO EXERCÍCIO ANO 2017, (PATROCINADOS PELA CAIXA ECONOMICA FEDERAL ATRAVÉS DE REEMBOLSO AO MUNICÍPIO), E DA TAXA DE LICENCIAMENTO E LOCALIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO (TLLF) RECURSO PRÓPRIO, DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

VALOR R\$: 24.999,00

DATA DA ASSINATURA: 24/10/2016.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 31/12/2016

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 24 de setembro de 2016.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1611/2016 - RH

PORTARIA Nº 1611/2016.

De: 03 de outubro de 2016.

EXONERA O (A) SERVIDOR (A), A PEDIDO.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica exonerado (a) a pedido, o (a) servidor (a) DAIA-NE DE MELO GAVA, matrícula 11674270, ocupante do cargo de PROFESSOR I, lotado (a) na Secretaria de Educação, conforme Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 03 de outubro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito em Exercício

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1612/2016 - RH

PORTARIA Nº 1612/2016.

De: 03 de outubro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições das Leis Municipais nº 44/2014, 152/03 e 155/03; e considerando o resultado final do Concurso Público Edital nº 050/2015;

NOMEIA para ocupar o cargo abaixo descrito:

ARTIGO 1ª: Fica nomeado (a) para o cargo MOTORISTA, o (a) servidor (a) ROGES PACHECO DE CASTRO, sendo seu vencimento inicial no valor de R\$ 1.336,48.

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 03 de outubro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1613/2016 - RH

PORTARIA Nº 1613/2016.

De: 03 de outubro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições das Leis Municipais nº 44/2014, 152/03 e 155/03; e considerando o resultado final do Concurso Público Edital nº 050/2015;

NOMEIA para ocupar o cargo abaixo descrito:

ARTIGO 1ª: Fica nomeado (a) para o cargo MONITOR DE LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA, o (a) servidor (a) LUIS ELOI RIVELLIS MARTINELLI FILHO, sendo seu vencimento inicial no valor de R\$ 1.420,06.

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 03 de outubro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1614/2016 - RH

PORTARIA Nº 1614/2016.

De: 03 de outubro de 2016.

Dispõe sobre concessão de Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor(a), conforme Lei Municipal nº 044/2014, Art. 106, § 1º ao 2º, Inciso I, II e III, Art. 107,108, § 1º ao 3º, e Art. 109 ao 112.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedida licença prêmio por assiduidade, a partir de 03 de outubro de 2016 à 01 de novembro de 2016 (30 dias de gozo), ao(a) servidor(a) ANDERSON WEBER, matrícula 7072, investido(a) no cargo de MOTORISTA, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 03 de outubro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1615/2016 - RH

PORTARIA Nº 1615/2016

De: 03 de outubro de 2016.

Dispõe sobre concessão de licença ao servidor (a), por motivo de doença em pessoa da família, conforme Lei Municipal 44/2014, Art. 130 e 131.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida licença por motivo de doença em pessoa da família, a partir de 03 de outubro de 2016 à 06 de outubro de 2016 (04 dias), ao (a) servidor (a) LUCELIA RANATA BORGES, matrícula 616192, investido (a) no cargo de PROFESSOR II, da Secretaria de Educação, integrante do plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 03 de outubro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1616/2016 - RH

PORTARIA Nº 1616/2016

De: 03 de outubro de 2016.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 03 de outubro de 2016 a 22 de outubro de 2016, ao (a) servidor (a) MARCELA DEUNISIO OLKOSKI, matrícula 740225, investido (a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO I, na Secretaria de Assistência Social, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 03 de outubro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1617/2016 - RH

PORTARIA Nº 1617/2016

De: 03 de outubro de 2016.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 03 de outubro de 2016 a 22 de outubro de 2016, ao (a) servidor (a) VALDIR MARTINS GONÇALVES, matrícula 2380, investido (a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 03 de outubro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1618/2016 - RH

PORTARIA Nº 1618/2016

De: 03 de outubro de 2016.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 03 de outubro de 2016 a 22 de outubro de 2016, ao (a) servidor (a) CENITA SCHIZZI DANI, matrícula 604305, investido (a) no cargo de ADIMINISTRADOR ESCOLAR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano

de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 03 de outubro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1619/2016 - RH

PORTARIA Nº 1619/2016.

De: 03 de outubro de 2016.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)

ELAINE NUNES NEVES BURBELLO, matrícula 616427, ocupante do cargo de PROFESSOR II, para a referência Nível II - D, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 03 de outubro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1620/2016 - RH

PORTARIA Nº 1620/2016.

De: 03 de outubro de 2016.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)

ROSETTE ALVES RODRIGUES KORNETOFF, matrícula 4545, ocupante do cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO I, para a referência Nível IV - C, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo à 20 de abril de 2013.

Itapoá - SC, 03 de outubro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1621/2016 - RH

PORTARIA Nº 1621/2016.

De: 03 de outubro de 2016.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)

ROSETTE ALVES RODRIGUES KORNETOFF, matrícula 4545, ocupante do cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO I, para a referência Nível IV - D, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo à 20 de abril de 2015.

Itapoá - SC, 03 de outubro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1622/2016 - RH

PORTARIA Nº 1622/2016.

De: 03 de outubro de 2016.

RESCINDE O CONTRATO, A PEDIDO.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato a pedido, do (a) servidor (a) MARISTELA SOARES DA COSTA, matrícula 1285181, investido (a) na função de ENFERMEIRO I, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 03 de outubro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1623/2016 - RH

PORTARIA Nº 1623/2016.

De: 03 de outubro de 2016.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) SANDRA MARÁ BERTÉ, matrícula 624349, investido (a) na função de SUPERVISOR ESCOLAR ACT, conforme Lei

Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo à 13 de maio de 2016.

Itapoá - SC, 03 de outubro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1624/2016 - RH

PORTARIA Nº 1624/2016.

De: 04 de outubro de 2016.

EXONERA O (A) SERVIDOR (A), A PEDIDO.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica exonerado (a) a pedido, o (a) servidor (a) RICARDO ARAUJO ALVES, matrícula 11622873, ocupante do cargo de MÉDICO 20HS, lotado (a) na Secretaria de Saúde, conforme Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de outubro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito em Exercício

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1625/2016 - RH

PORTARIA Nº 1625/2016.

De: 04 de outubro de 2016.

RESCINDE O CONTRATO, A PEDIDO.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato a pedido, do (a) servidor (a) DANIELA VARGAS DA ROSA, matrícula 11659513, investido (a) na função de PSICÓLOGO I, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de outubro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1626/2016 - RH

PORTARIA Nº 1626/2016

De: 05 de outubro de 2016.

CONTRATA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007 e considerando o Edital de Convocação 012/2016 da Secretaria Municipal de Assistência Social,

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Contrata temporariamente o (a) Sr. (a). ABATHA INGRID PIVA, matrícula 710989-2, na função de EDUCADORA SOCIAL, na Secretaria Municipal de Assistência Social.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 05 de outubro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1627/2016 - RH

PORTARIA Nº 1627/2016.

De: 05 de outubro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições das Leis Municipais nº 44/2014, 152/03 e 155/03; e considerando o resultado final do Concurso Público Edital nº 050/2015;

NOMEIA para ocupar o cargo abaixo descrito:

ARTIGO 1ª: Fica nomeado (a) para o cargo PSICÓLOGO I, o (a) servidor (a) DANIELA VARGAS DA ROSA, sendo seu vencimento inicial no valor de R\$ 2.608,34.

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá – SC, 05 de outubro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1628/2016 - RH

PORTARIA Nº 1628/2016.

De: 05 de outubro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições das Leis Municipais nº 44/2014, 152/03 e 155/03; e considerando o resultado final do Concurso Público Edital nº 050/2015;

NOMEIA para ocupar o cargo abaixo descrito:

ARTIGO 1ª: Fica nomeado (a) para o cargo MÉDICO 20HS, o (a) servidor (a) FERNANDO AVELAR, sendo seu vencimento inicial no valor de R\$ 4.556,69.

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá – SC, 05 de outubro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1629/2016 - RH

PORTARIA Nº 1629/2016.

De: 05 de outubro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições das Leis Municipais nº 44/2014, 152/03 e 155/03; e considerando o resultado final do Concurso Público Edital nº 050/2015;

NOMEIA para ocupar o cargo abaixo descrito:

ARTIGO 1ª: Fica nomeado (a) para o cargo OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS, o (a) servidor (a) MARCIO RICARDO PEZZI, sendo seu vencimento inicial no valor de R\$ 1.336,48.

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá – SC, 05 de outubro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1630/2016 - RH

PORTARIA Nº 1630/2016.

De: 06 de outubro de 2016.

ALTERA CARGA HORÁRIA DO(A) SERVIDOR(A)

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e conforme Lei Municipal 75/2001 Art. 38.

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica alterada a carga horária de 20 para 40 horas semanais da jornada de trabalho, com remuneração de R\$ 2.637,50, do (a) servidor(a) THAIS ANDRESSA TOME BRUNINHO, matrícula 11676574, investido (a) no cargo de PROFESSOR I, integrante no plano de carreira dos Servidores Municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá – SC, 06 de outubro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1631/2016 - RH

PORTARIA Nº 1631/2016.

De: 06 de outubro de 2016.

Dispõe sobre concessão de Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor(a), conforme Lei Municipal nº 044/2014, Art. 106, § 1º ao 2º, Inciso I, II e III, Art. 107,108, § 1º ao 3º, e Art. 109 ao 112.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedida licença prêmio por assiduidade, a partir de 06 de outubro de 2016 à 04 de novembro de 2016 (30 dias de gozo), ao(a) servidor(a) JOÃO GARCIA DE SOUZA, matrícula 1341, investido(a) no cargo de TÉCNICO DE CONTABILIDADE II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 06 de outubro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1632/2016 - RH

PORTARIA Nº 1632/2016.

De: 06 de outubro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, que determina a formação de Comissão individual para a avaliação do servidor em Estágio Probatório,

NOMEIA os membros para a Comissão individual:

ARTIGO 1ª: Ficam nomeados para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório do(a) servidor(a) FRANCESCA CONCEIÇÃO, matrícula nº 11656336, no cargo de PROFESSOR I, os seguintes Membros:

1º membro: Juliana Roeder

2º membro: Solange Maria Rosa

3º membro: Ivette Longo Fonseca de Siqueira

4º membro: Sonia Aparecida Alves

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 1438/2016 de 01.08.16.

Itapoá - SC, 06 de outubro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1633/2016 - RH

PORTARIA Nº 1633/2016.

De: 06 de outubro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, que determina a formação de Comissão individual para a avaliação do servidor em Estágio Probatório,

NOMEIA os membros para a Comissão individual:

ARTIGO 1ª: Ficam nomeados para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório do(a) servidor(a) ANA PAULA APARECIDA LOPES, matrícula nº 11670355, no cargo de PROFESSOR I, os seguintes Membros:

1º membro: Juliana Roeder

2º membro: Solange Maria Rosa

3º membro: Ivette Longo Fonseca de Siqueira

4º membro: Janete Lukasewicz de Souza

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 1432/2016 de 01.08.16.

Itapoá - SC, 06 de outubro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1634/2016 - RH

PORTARIA Nº 1634/2016.

De: 06 de outubro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, que determina a formação de Comissão individual para a avaliação do servidor em Estágio Probatório,

NOMEIA os membros para a Comissão individual:

ARTIGO 1ª: Ficam nomeados para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório do(a) servidor(a) ANDREIA BALTAZAR RODRIGUES, matrícula nº 604801, no cargo de ORIENTADOR ESCOLAR I, os seguintes Membros:

1º membro: Juliana Roeder

2º membro: Solange Maria Rosa

3º membro: Ivette Longo Fonseca de Siqueira

4º membro: Fabíola Kasue Tanaka

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 1321/2015 de 28.05.15.

Itapoá - SC, 06 de outubro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1635/2016 - RH

PORTARIA Nº 1635/2016.

De: 06 de outubro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, que determina a formação de Comissão individual para a avaliação do servidor em Estágio Probatório,

NOMEIA os membros para a Comissão individual:

ARTIGO 1º: Ficam nomeados para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório do(a) servidor(a) PATRICIA CRISTINA TOALDO, matrícula nº 11670673, no cargo de PROFESSOR I, os seguintes Membros:

1º membro: Juliana Roeder
2º membro: Solange Maria Rosa
3º membro: Ivette Longo Fonseca de Siqueira
4º membro: Erdner Lucio Costa de Oliveira

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 1433/2016 de 01.08.16.

Itapoá - SC, 06 de outubro de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

PORTARIA Nº 1636/2016 - RH

PORTARIA Nº 1636/2016.

De: 06 de outubro de 2016.

Dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal, conforme Ofício nº 224/2016 da Secretaria de Educação,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) MARIANA MARIA WESTPHAL MAFRA, matrícula 11676205, investido (a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO I, na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 06 de outubro de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

PORTARIA Nº 1637/2016 - RH

PORTARIA Nº 1637/2016

De: 06 de outubro de 2016.

Dispõe sobre concessão de licença ao servidor (a), por motivo de doença em pessoa da família, conforme Lei Municipal 44/2014, Art. 130 e 131.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida licença por motivo de doença em pessoa da família, a partir de 20 de agosto de 2016 à 10 de setembro de 2016 (22 dias), ao (a) servidor (a) ROSILDA DA SILVA GRABOWSKI, matrícula 616192, investido (a) no cargo de PROFESSOR II, da Secretaria de Educação, integrante do plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua

publicação, com efeito retroativo à 20 de agosto de 2016.

Itapoá - SC, 06 de outubro de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

PORTARIA Nº 1638/2016 - RH

PORTARIA Nº 1639/2016

De: 07 de outubro de 2016.

Dispõe sobre concessão de licença ao servidor (a), por motivo de doença em pessoa da família, conforme Lei Municipal 44/2014, Art. 130 e 131.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida licença por motivo de doença em pessoa da família, a partir de 07 de outubro de 2016 à 05 de dezembro de 2016 (60 dias), ao (a) servidor (a) LUCELIA RANATA BORGES, matrícula 616192, investido (a) no cargo de PROFESSOR II, da Secretaria de Educação, integrante do plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 07 de outubro de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

PORTARIA Nº 1639/2016 - RH

PORTARIA Nº 1639/2016

De: 07 de outubro de 2016.

Dispõe sobre concessão de licença ao servidor (a), por motivo de doença em pessoa da família, conforme Lei Municipal 44/2014, Art. 130 e 131.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida licença por motivo de doença em pessoa da família, a partir de 07 de outubro de 2016 à 05 de dezembro de 2016 (60 dias), ao (a) servidor (a) LUCELIA RANATA BORGES, matrícula 616192, investido (a) no cargo de PROFESSOR II, da Secretaria de Educação, integrante do plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 07 de outubro de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

PORTARIA Nº 1640/2016 - RH

PORTARIA Nº 1640/2016.

De: 07 de outubro de 2016.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a) JHONATA GALANTE CABRAL, matrícula 781134, ocupante do cargo TÉCNICO DE INFORMÁTICA I, para a referência Nível V – B, por término de estágio probatório, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 07 de outubro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1641/2016 - RH

PORTARIA Nº 1641/2016.

De: 07 de outubro de 2016.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a) ALEXANDRE FÁVARO DE SOUZA, matrícula 609030, ocupante do cargo TÉCNICO DE INFORMÁTICA I, para a referência Nível V – B, por término de estágio probatório, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 07 de outubro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1642/2016 - RH

PORTARIA Nº 1642/2016.

De: 17 de outubro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, que determina a formação de Comissão individual para a avaliação do servidor em Estágio Probatório,

NOMEIA os membros para a Comissão individual:

ARTIGO 1ª: Ficam nomeados para compor a Comissão Individual

de Avaliação em Estágio Probatório do(a) servidor(a) IVO NATAIR GREIN RAMOS, matrícula nº 11642181, no cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM I, os seguintes Membros:

1º membro: Cristian Angelo Grassi

2º membro: Debora da Silva Estevão Coelho

3º membro: Roberta Marin Gomes

4º membro: Roberto Bady Saad

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 17 de outubro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1643/2016 - RH

PORTARIA Nº 1643/2016.

De: 07 de outubro de 2016.

EXONERA O (A) SERVIDOR (A), A PEDIDO.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica exonerado (a) a pedido, o (a) servidor (a) MAYCON DOUGLAS GUIMARÃES, matrícula 11655364, ocupante do cargo de MOTORISTA, lotado (a) na Secretaria de Saúde, conforme Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 07 de outubro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito em Exercício

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1644/2016 - RH

PORTARIA Nº 1644/2016

De: 10 de outubro de 2016.

CONTRATA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007 e considerando o Edital de Convocação 013/2016 da Secretaria Municipal de Saúde,

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Contrata temporariamente o (a) Sr. (a). MARINA NICOLI FRANÇA, matrícula 11681217, na função de AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE, na Secretaria Municipal de Saúde.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 10 de outubro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1645/2016 - RH

PORTARIA Nº 1645/2016

De: 10 de outubro de 2016.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 10 de outubro de 2016 a 29 de outubro de 2016, ao (a) servidor (a) FATIMA CRISTINA DE ARAUJO PEREIRA, matrícula 615528, investido (a) no cargo de DIRETORA DE DEPARTAMENTO, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 10 de outubro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1646/2016 - RH

PORTARIA Nº 1646/2016

De: 06 de outubro de 2016.

Dispõe sobre concessão de licença ao servidor (a), por motivo de doença em pessoa da família, conforme Lei Municipal 44/2014, Art. 130 e 131.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida licença por motivo de doença em pessoa da família, a partir de 10 de outubro de 2016 à 08 de novembro de 2016 (30 dias), ao (a) servidor (a) ROSILDA DA SILVA GRABOWSKI, matrícula 616192, investido (a) no cargo de PROFESSOR II, da Secretaria de Educação, integrante do plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 06 de outubro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1647/2016 - RH

PORTARIA Nº 1647/2016.

De: 10 de outubro de 2016.

Dispõe sobre concessão de Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor(a), conforme Lei Municipal nº 044/2014, Art. 106, § 1º ao 2º, Inciso I, II e III, Art. 107,108, § 1º ao 3º, e Art. 109 ao 112.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas

atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedida licença prêmio por assiduidade, a partir de 10 de outubro de 2016 à 08 de novembro de 2016 (30 dias de gozo), ao(a) servidor(a) CRISTIANE REGINA BITTENCOURT COSTA, matrícula 605417, investido(a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 10 de outubro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1648/2016 - RH

PORTARIA Nº 1649/2016.

De: 10 de outubro de 2016.

Concede Progressão Vertical por Nova Titulação ao Servidor(a), conforme Lei nº 153/03 Art. 33 Inciso II § 2º e Resolução do Conselho Municipal de Educação nº 13/2005.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida progressão vertical por nova titulação, ao(a) servidor(a) FELIPE JEFFERSON GELAMO CUSTODIO, matrícula 620122, ocupante do cargo de ORIENTADOR ESCOLAR II, para a referência Nível II – A, conforme Lei Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 10 de outubro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1649/2016 - RH

PORTARIA Nº 1649/2016.

De: 10 de outubro de 2016.

Concede Progressão Vertical por Nova Titulação ao Servidor(a), conforme Lei nº 153/03 Art. 33 Inciso II § 2º e Resolução do Conselho Municipal de Educação nº 13/2005.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida progressão vertical por nova titulação, ao(a) servidor(a) FELIPE JEFFERSON GELAMO CUSTODIO, matrícula 620122, ocupante do cargo de ORIENTADOR ESCOLAR II, para a referência Nível II – A, conforme Lei Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 10 de outubro de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1650/2016 - RH

PORTARIA Nº 1650/2016.
De: 11 de outubro de 2016.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) ROSIMERY GIRARDELLO, matrícula 1285637, investido (a) na função de TÉCNICO EM ENFERMAGEM I, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 11 de outubro de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1651/2016 - RH

PORTARIA Nº 1651/2016
De: 13 de outubro de 2016.
Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 13 de outubro de 2016 a 11 de novembro de 2016, ao (a) servidor (a) PRISCILA CRISTINA AMORIM, matrícula 1291700, investido (a) na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, na Secretaria de Saúde integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 13 de outubro de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1652/2016 - RH

PORTARIA Nº 1652/2016
De: 13 de outubro de 2016.
Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas

atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 13 de outubro de 2016 a 01 de novembro de 2016, ao (a) servidor (a) DALVANIR CATARINA DE ALMEIDA, matrícula 713830, investido (a) na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, na Secretaria de Saúde integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 13 de outubro de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1653/2016 - RH

PORTARIA Nº 1653/2016
De: 13 de outubro de 2016.
Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 13 de outubro de 2016 a 11 de novembro de 2016, ao (a) servidor (a) DOMINIQUE APARECIDA DE MIRANDA, matrícula 1200437, investido (a) na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, na Secretaria de Saúde integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 13 de outubro de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1654/2016 - RH

PORTARIA Nº 1654/2016.
De: 14 de outubro de 2016.
Concede Progressão Vertical por Nova Titulação ao Servidor(a), conforme Lei nº 153/03 Art. 33 Inciso II § 2º e Resolução do Conselho Municipal de Educação nº 13/2005.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida progressão vertical por nova titulação, ao(a) servidor(a) JACIRA MARIA OLIVEIRA, matrícula 681784, ocupante do cargo de PROFESSOR II 20HS, para a referência Nível II – A 20HS, conforme Lei Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 14 de outubro de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1655/2016 - RH

PORTARIA Nº 1655/2016.

De: 14 de outubro de 2016.

Concede Progressão Vertical por Nova Titulação ao Servidor(a), conforme Lei nº 153/03 Art. 33 Inciso II § 2º e Resolução do Conselho Municipal de Educação nº 13/2005.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida progressão vertical por nova titulação, ao(a) servidor(a) ROSANGELA DO ROCIO HOROKOSKI, matrícula 624373, ocupante do cargo de PROFESSOR II, para a referência Nível II – A, conforme Lei Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 14 de outubro de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1656/2016 - RH

PORTARIA Nº 1656/2016.

De: 14 de outubro de 2016.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a) ADILSON RODRIGUES DE MARAFIGO, matrícula 607711, ocupante do cargo PROFESSOR I, para a referência Nível I – B, por término de estágio probatório, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 14 de outubro de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1657/2016 - RH

PORTARIA Nº 1657/2016.

De: 17 de outubro de 2016.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)

GILDO OLEGÁRIO ESTEVÃO, matrícula 603880, ocupante do cargo de MOTORISTA, para a referência Nível III - J, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 17 de outubro de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1658/2016 - RH

PORTARIA Nº 1658/2016

De: 17 de outubro de 2016.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 17 de outubro de 2016 a 05 de novembro de 2016, ao (a) servidor (a) CLAUDIOMIRO RODRIGUES BATISTA, matrícula 1278118, investido (a) na função de TÉCNICO DE RADIOLOGIA, na Secretaria de Saúde integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 17 de outubro de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1659/2016 - RH

PORTARIA Nº 1659/2016.

De: 17 de outubro de 2016.

Dispõe sobre concessão de Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor(a), conforme Lei Municipal nº 044/2014, Art. 106, § 1º ao 2º, Inciso I, II e III, Art. 107,108, § 1º ao 3º, e Art. 109 ao 112.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedida licença prêmio por assiduidade, a

partir de 17 de outubro de 2016 à 15 de novembro de 2016 (30 dias de gozo), ao(a) servidor(a) SONIA MARIA DE MIRA FARIAS, matrícula 1198, investido(a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá – SC, 17 de outubro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1660/2016 - RH

PORTARIA Nº 1660/2016

De: 17 de outubro de 2016.

CONTRATA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007 e considerando o Edital de Convocação 046/2015 da Secretaria Municipal de Educação,

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Contrata temporariamente o (a) Sr. (a). VALMIRIA OLIVIA BORBA, matrícula 1240307, na função de PROF. N. SUP. ACT 40HS, na Secretaria Municipal de Educação.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 17 de outubro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1661/2016 - RH

PORTARIA Nº 1661/2016.

De: 17 de outubro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições das Leis Municipais nº 44/2014, 152/03 e 155/03; e considerando o resultado final do Concurso Público Edital nº 050/2015;

NOMEIA para ocupar o cargo abaixo descrito:

ARTIGO 1ª: Fica nomeado (a) para o cargo ENFERMEIRO I, o (a) servidor (a) MARISTELA SOARES DA COSTA, sendo seu vencimento inicial no valor de R\$ 2.608,34.

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá – SC, 17 de outubro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1662/2016 - RH

PORTARIA Nº 1662/2016.

De: 17 de outubro de 2016.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)

MARILUCE DO NASCIMENTO DO ROSÁRIO, matrícula 621102, ocupante do cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, para a referência Nível IV - C, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo à 20 de abril de 2013.

Itapoá - SC, 17 de outubro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1663/2016 - RH

PORTARIA Nº 1663/2016.

De: 17 de outubro de 2016.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)

MARILUCE DO NASCIMENTO DO ROSÁRIO, matrícula 621102, ocupante do cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, para a referência Nível IV - D, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo à 20 de abril de 2015.

Itapoá - SC, 17 de outubro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1664/2016 - RH

PORTARIA Nº 1664/2016.

De: 17 de outubro de 2016.

RESCINDE O CONTRATO, A PEDIDO.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato a pedido, do (a) servidor (a) GABRIELA DE PAULA NASCIMENTO, matrícula 616958, investido

(a) na função de PROF. N. SUP. ACT 40HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 17 de outubro de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1665/2016 - RH

PORTARIA Nº 1665/2016.

De: 17 de outubro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, que determina a formação de Comissão individual para a avaliação do servidor em Estágio Probatório,

NOMEIA os membros para a Comissão individual:

ARTIGO 1ª: Ficam nomeados para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório do(a) servidor(a) MARIA ANGELA FERREIRA, matrícula nº 624381, no cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM I, os seguintes Membros:

1º membro: Cristian Angelo Grassi
2º membro: Debora da Silva Estevão Coelho
3º membro: Margarete Galante
4º membro: Roberto Bady Saad

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 17 de outubro de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1666/2016 - RH

PORTARIA Nº 1666/2016.

De: 17 de outubro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, que determina a formação de Comissão individual para a avaliação do servidor em Estágio Probatório,

NOMEIA os membros para a Comissão individual:

ARTIGO 1ª: Ficam nomeados para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório do(a) servidor(a) ODRACIR DE CAMARGO, matrícula nº 11677236, no cargo de MOTORISTA, os seguintes Membros:

1º membro: Paulo José Hening
2º membro: Edmilson Carlos Prestes Gomes
3º membro: Roberta Marin Gomes
4º membro: Roberto Bady Saad

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 17 de outubro de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1667/2016 - RH

PORTARIA Nº 1667/2016.

De: 17 de outubro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, que determina a formação de Comissão individual para a avaliação do servidor em Estágio Probatório,

NOMEIA os membros para a Comissão individual:

ARTIGO 1ª: Ficam nomeados para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório do(a) servidor(a) TANICIA MORAIS DO NASCIMENTO FERREIRA, matrícula nº 11677292, no cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM I, os seguintes Membros:

1º membro: Milton Dias
2º membro: Mariani Ziembras
3º membro: Tereza Izolina de Moraes
4º membro: Roberto Bady Saad

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 17 de outubro de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1668/2016 - RH

PORTARIA Nº 1668/2016.

De: 17 de outubro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, que determina a formação de Comissão individual para a avaliação do servidor em Estágio Probatório,

NOMEIA os membros para a Comissão individual:

ARTIGO 1ª: Ficam nomeados para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório do(a) servidor(a) ISRAEL CARLOS BINGA, matrícula nº 1285734, no cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM I, os seguintes Membros:

1º membro: Raquel de Melo Silva
2º membro: Sandra Teresinha Speck Pacheco
3º membro: Eunice Alexandrino Schripietcz
4º membro: Roberto Bady Saad

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 17 de outubro de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1669/2016 - RH

PORTARIA Nº 1669/2016.

De: 17 de outubro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, que determina a formação de Comissão individual para a avaliação do servidor em Estágio Probatório,

NOMEIA os membros para a Comissão individual:

ARTIGO 1ª: Ficam nomeados para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório do(a) servidor(a) DORALICE APARECIDA DA ROCHA REALE, matrícula nº 11677147, no cargo de RECEPCIONISTA, os seguintes Membros:

- 1º membro: Milton Dias
- 2º membro: Mariani Ziembras
- 3º membro: Tereza Izolina Moraes
- 4º membro: Roberto Bady Saad

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 17 de outubro de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1670/2016 - RH

PORTARIA Nº 1670/2016.

De: 17 de outubro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, que determina a formação de Comissão individual para a avaliação do servidor em Estágio Probatório,

NOMEIA os membros para a Comissão individual:

ARTIGO 1ª: Ficam nomeados para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório do(a) servidor(a) DIEFFERSON DOUGLAS ROHLER, matrícula nº 11677090, no cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM I, os seguintes Membros:

- 1º membro: Roberto Bady Saad
- 2º membro: Eder Eloy Kwiatkowski
- 3º membro: Valdiriene Peres Crisanto
- 4º membro: Paulo José Henning

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 17 de outubro de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1671/2016 - RH

PORTARIA Nº 1671/2016.

De: 17 de outubro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, que determina a formação de Comissão individual para a avaliação do servidor em Estágio Probatório,

NOMEIA os membros para a Comissão individual:

ARTIGO 1ª: Ficam nomeados para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório do(a) servidor(a) DENISE ROSA SALES, matrícula nº 1285530, no cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM I, os seguintes Membros:

- 1º membro: Raquel de Melo Silva
- 2º membro: Sandra Teresinha Speck Pacheco
- 3º membro: Eunice Alexandrino Schripietcz
- 4º membro: Roberto Bady Saad

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 17 de outubro de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1672/2016 - RH

PORTARIA Nº 1672/2016.

De: 17 de outubro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, que determina a formação de Comissão individual para a avaliação do servidor em Estágio Probatório,

NOMEIA os membros para a Comissão individual:

ARTIGO 1ª: Ficam nomeados para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório do(a) servidor(a) FRANCINE WOCHÉ, matrícula nº 11676930, no cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM I, os seguintes Membros:

- 1º membro: Milton Dias
- 2º membro: Mariani Ziembras
- 3º membro: Tereza Izolina Moraes
- 4º membro: Roberto Bady Saad

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 17 de outubro de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1673/2016 - RH

PORTARIA Nº 1673/2016.

De: 17 de outubro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, que determina a formação de Comissão individual para a avaliação do servidor em Estágio Probatório,

NOMEIA os membros para a Comissão individual:

ARTIGO 1º: Ficam nomeados para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório do(a) servidor(a) LILIANE DA SILVA SANTOS, matrícula nº 11677201, no cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM I, os seguintes Membros:

- 1º membro: Juliane Lavoratti Karam
- 2º membro: Ana Paula Machado
- 3º membro: Sonia Heloisa Ramos Rodrigues
- 4º membro: Roberto Bady Saad

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 17 de outubro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1674/2016 - RH

PORTARIA Nº 1674/2016.

De: 18 de outubro de 2016.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a) CAROLINE MILBRATZ OPAZO SOUZA, matrícula 617369, ocupante do cargo ORIENTADOR EDUCACIONAL I, para a referência Nível I – B, por término de estágio probatório, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 18 de outubro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1675/2016 - RH

PORTARIA Nº 1675/2016.

De: 18 de outubro de 2016.

Concede Progressão Vertical por Nova Titulação ao Servidor(a), conforme Lei nº 153/03 Art. 33 Inciso II § 2º e Resolução do Conselho Municipal de Educação nº 13/2005.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida progressão vertical por nova titulação, ao(a) servidor(a) CAROLINE MILBRATZ OPAZO SOUZA, matrícula 617369, ocupante do cargo de ORIENTADOR EDCUACIONAL II, para a referência Nível II – A, conforme Lei Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 18 de outubro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1676/2016 - RH

PORTARIA Nº 1676/2016.

De: 18 de outubro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, que determina a formação de Comissão individual para a avaliação do servidor em Estágio Probatório,

NOMEIA os membros para a Comissão individual:

ARTIGO 1º: Ficam nomeados para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório do(a) servidor(a) KARYN PIAZZETTA DOS SANTOS CHAVES, matrícula nº 624250, no cargo de TÉCNICA DE ENFERMAGEM I, os seguintes Membros:

- 1º membro: Paulo José Hening
- 2º membro: Valdiriene Peres Crisanto
- 3º membro: Jurema do Rocio Sartor
- 4º membro: Roberto Bady Saad

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 18 de outubro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PREGÃO PRESENCIAL Nº 59/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 59/2016

PROCESSO Nº 77/2016

O Município de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO que realizará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo Menor Preço Global, que será redigida pela Lei Federal Nº 10.520, de 17 de julho de 2002, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal Nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar nº 123/06, Lei Complementar nº 147/2014 e Leis Municipais, consoante condições e especificações estabelecidas no presente Edital, e para conhecimento dos interessados, que até às 09h:00min receberá o protocolo dos envelopes no órgão tributário, e que às 09h:30min do dia 09 de novembro de 2016, na sala do Departamento de Licitações, a Pregoeira Oficial

do Município Sra. Fernanda Cristina Rosa, realizará a abertura dos envelopes devidamente protocolados, juntamente com o credenciamento, indispensável à participação no certame para a Aquisição de móveis planejados para equipar a Unidade Básica de Saúde do Samambaial, conforme memorial descritivo, projeto detalhado, planilha orçamentária e demais especificações do Edital e seus Anexos. O Edital e seus anexos poderão ser retirados no site www.itapoa.sc.gov.br, o extrato consultado no site www.diariomunicipal.sc.gov.br, ou ainda na sede da Prefeitura na Secretaria de Administração e Finanças/ Licitações e Contratos (mediante pagamento de uma taxa de R\$ 13,24 (treze reais e vinte e quatro centavos). O horário disponível para retirada é das 08h:00min às 14h:00min.

Itapoa, 21 de outubro de 2016.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR
Município de Itapoa/SC
Prefeito Municipal

SECRETARIA DE SAÚDE: EDITAL Nº 036/2016 - VAGAS EXCEDENTES

PROCESSO DE TRANSFERÊNCIA – EDITAL Nº 036/2016
VAGAS EXCEDENTES SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Antônio Paulo Tercziany, Secretário Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto na seção IX em seu artigo 26, § 1º da Lei Municipal nº 044 de 12 de setembro de 2014, torna público, pelo presente Edital as normas e procedimentos que nortearão o Processo de Transferência de Servidor Público Municipal de sua Lotação para outra de Vagas Excedentes da Secretaria Municipal de Saúde de Itapoa/SC.

1. DAS INSCRIÇÕES

As inscrições para remoção deverão ser realizadas no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Itapoa, no dia 03 de Novembro de 2016 no horário das 08:00 às 13:00 horas, conforme quadro de vagas em anexo I.

2. DOS DOCUMENTOS PARA INSCRIÇÃO

No ato da inscrição os candidatos deverão entregar os documentos abaixo relacionados, em um envelope lacrado, com identificação do candidato. Ex: Nome, CPF, Cargo e Telefone para Contato.

- Requerimento, conforme anexo II, devidamente preenchido e assinado;
- Cópia da Portaria de Lotação em vigor, para os que já possuem;
- Cópia dos Certificados de Habilitação na área, se possuir (ex: curso técnico, Graduação, Pós Graduação, Mestrado, Doutorado)
- Comprovante de tempo de serviço público municipal em dias, através de declarações de prefeituras, se possuir.

3. DO QUADRO DE VAGAS

3.1 O Servidor Público Municipal que não se manifestar no período determinado para a escolha da vaga do processo de remoção perderá o direito sobre a escolha;

3.2 A escolha da vaga deverá ser pessoal e não poderá ser realizada através de procuração particular ou pública.

4. DA CLASSIFICAÇÃO

Os requerimentos dos profissionais efetivos da saúde, interessados na remoção serão analisados e atendidos de acordo com os

critérios da Lei 044/2014, como segue abaixo:

- I – maior habilitação na área de atuação;
- II – maior tempo de Serviço Público Municipal em dias;
- III – sorteio com a presença dos candidatos inscritos na vaga.

5. DA DIVULGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO

5.1 A listagem classificatória será publicada no site da Prefeitura no endereço eletrônico www.itapoa.sc.gov.br no dia 08 de Novembro de 2016.

5.2 A interposição de recursos poderá ser feita no Protocolo da Prefeitura Municipal de Itapoa, no dia 09 de Novembro de 2016 das 08:00 às 13:00 horas. Somente serão analisados os recursos protocolados no dia estabelecido para tanto.

5.3 Após a Classificação Final, o profissional da saúde requerente será lotado (a) no local requerido, através do ato do Chefe do Poder Executivo, a ser publicado em Edital no Setor de Recursos Humanos e passará a atuar a partir da sua lotação.

5.4 O Setor de Recursos Humanos deverá enviar ao profissional uma via original da Portaria de Lotação até o mês subsequente.

5.5 No caso do não recebimento da Portaria de Lotação, o servidor poderá procurar o Setor de Recursos Humanos para retirada da mesma.

6. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

6.1 O (a) Requerente deverá revisar o requerimento de remoção e lotação e verificar a exatidão das informações nele contidas, tornando-se após a assinatura, responsável pela mesma.

6.2 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Processos de Transferências.

6.3 Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoa, 24 de Outubro de 2016.

Antônio Paulo Tercziany Marciane Rech
Secretário de Saúde Enfermeira Coordenadora ESF

Maria Nely dos Santos Silva Noeli Schwetler Saidel
Agente Administrativo II Auxiliar de Serviços Gerais

ANEXO I

QUADRO DE VAGAS PARA REMOÇÃO E LOTAÇÃO

ÁREA	VA-GAS	C.H.	LOCAL
Agente Administrativo	1	40 horas	Centro de Reabilitação

ANEXO II

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAPOÁ / SC
EDITAL 036/2016

Eu, _____
Matrícula _____, lotado (a) e em exercício no
(a) _____, no cargo de:
_____ com carga horária de _____
horas semanais, venho por meio deste,

REQUERER,

A Transferência de Lotação para a vaga de _____, no _____ (a) _____, com carga horária de 40 horas semanais, conforme Edital de Processo de Transferência de Servidor Público Municipal nº 036/2016 de 24 de Outubro de 2016.

Nestes termos, pede deferimento.

Assinatura

Itapoá, _____ de _____ de 2016.

SECRETARIA DE SAÚDE: PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 035/2016 - ACS SAMAMBAIAL

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL Nº 035/2016
VAGA TEMPORÁRIA PARA AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ACS) DA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA UNIDADE DE SAÚDE SAMAMBAIAL - VINCULADA A LICENÇA MATERNIDADE

Antônio Paulo Tercziany, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições, torna pública a abertura das inscrições e estabelece normas relativas à realização de Processo Seletivo Simplificado 035/2016, destinado a selecionar candidato(s) para contratação temporária de Agente Comunitário de Saúde, da área de abrangência da Unidade Básica de Saúde Samambaial, em conformidade com a Lei Municipal Nº 018/2007, Lei Complementar Nº 34/2012 e em consonância com as normas aplicáveis para o procedimento e pelo que dispõe o presente Edital.

1 - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 - O presente Processo Seletivo Simplificado destina-se a selecionar 01 (um) candidato, mais cadastro reserva para ser contratado em caráter temporário para o cargo de Agente Comunitário de Saúde vinculado ao afastamento da Licença Maternidade da Agente Comunitária de Saúde.

1.2 - As atribuições da função são: I - Trabalhar com adscrição de famílias em base geográfica definida, a microárea; II - Cadastrar todas as pessoas de sua microárea e manter os cadastros atualizados; III - Orientar as famílias quanto à utilização dos serviços de saúde disponíveis; IV - Realizar atividades programadas e de atenção à demanda espontânea; V - Acompanhar, por meio de visitas domiciliares, todas as famílias e indivíduos sob sua responsabilidade. As visitas deverão ser programadas em conjunto com a equipe, considerando os critérios de risco e vulnerabilidade de modo que famílias com maior necessidade sejam visitadas mais vezes, mantendo como referência a média de 1 (uma) visita/família/mês; VI - desenvolver ações que busquem a integração entre a equipe de saúde e a população adscrita à UBS, considerando as características e as finalidades do trabalho de acompanhamento de indivíduos e grupos sociais ou coletividade; VII – Desenvolver atividades de promoção da saúde, de prevenção das doenças e agravos e de vigilância à saúde, por meio de visitas domiciliares e de ações educativas, individuais e coletivas nos domicílios e na comunidade, como por exemplo, combate a Dengue, malária, leishmaniose, entre outras, mantendo a equipe informada, principalmente a respeito das situações de risco; e VIII - Estar em contato permanente com as famílias, desenvolvendo ações educativas, visando à promoção da saúde, à prevenção das doenças, e ao acompanhamento das pessoas com problemas de saúde, bem como ao acompanhamento das condicionalidades do Programa Bolsa Família ou de qualquer outro programa similar de transferência de renda e enfrentamento de vulnerabilidades implantado pelo Governo Federal, Estadual e Municipal de acordo

com o planejamento da equipe. É permitido ao ACS desenvolver outras atividades nas unidades básicas de saúde, desde que vinculadas às atribuições acima.

1.3 - As exigências para o desempenho das atribuições são: a) ter aptidão física e mental, comprovada em avaliação realizada pelo médico do trabalho indicado pela Prefeitura; b) disponibilidade para trabalhar nos horários e locais informados pela Prefeitura.

1.4 - O contratado terá direito a remuneração inicial bruta mensal: R\$ 1.257,34 (Hum mil duzentos e cinquenta e sete reais e trinta e quatro centavos), e cumprirá jornada de trabalho de 40 horas semanais. O contratado fará jus ao pagamento de férias e ao 13º salário proporcional.

1.5 - O prazo do contrato com o profissional selecionado será até o término da licença maternidade da Agente Comunitária de Saúde em afastamento.

1.6 - A relação contratual decorrente deste Edital tem natureza administrativa, aplicando-se ao contrato quanto aos vencimentos e concessões de direito de petição, adiantamentos, proibições, responsabilidades e penalidades contidas na Lei Municipal 018/2007 e Lei Complementar Nº 34/2012, vinculando-se o mesmo ao regime geral de previdência social.

2 - DOS REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO

2.1 - O candidato deverá atender, cumulativamente, no ato da contratação, aos seguintes requisitos: a) estar quite com as obrigações eleitorais; b) estar quite com as obrigações do Serviço Militar, para os candidatos do sexo masculino; c) estar em pleno gozo de seus direitos políticos; d) não estar incompatibilizado com o disposto no art. 6º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, que proíbe a contratação de servidores da Administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como de empregados ou servidores de suas subsidiárias e controladas. São aplicadas também as restrições à contratação de aposentados previstas no artigo 37, § 10 da CRFB/88; e) ter idade mínima de 18 (dezoito) anos; f) ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições da função; g) ser aprovado no Processo Seletivo Simplificado; h) Ter concluído o 1º grau (Ensino Fundamental) i) residir na área da comunidade em que irá atuar, desde a data da publicação do edital do processo seletivo.

3 - DAS INSCRIÇÕES

3.1 - As inscrições serão efetuadas, nos dias 08 e 09 de Novembro de 2016, exclusivamente na forma descrita deste Edital.

3.2 - As inscrições deverão ser realizadas no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Itapoá, no horário das 08:00 às 13:00 horas, mediante o pagamento da taxa de protocolo.

3.3 - O recurso do indeferimento das inscrições poderá ser feito no dia seguinte ao resultado das inscrições deferidas/indeferidas no setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Itapoá, no horário das 08:00 às 13:00 horas.

3.4 - No ato da inscrição os candidatos deverão entregar cópia dos documentos abaixo relacionados, em um envelope lacrado, devendo constar a identificação do candidato, na seguinte forma:

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL Nº 035/2016

NOME:

CPF:

TELEFONE: a) Carteira de identidade;

b) CPF;

c) Certificado de conclusão do 1º Grau (Ensino Fundamental);

d) Título de eleitor;

- e) Certidão de Quitação Eleitoral emitida no site do TRE-SC www.tre-sc.gov.br/;
- f) Quitação com as obrigações militares (masculino);
- g) Comprovante NOMINAL de residência de que o candidato reside na área de abrangência da Unidade Básica de Saúde Samambaial, desde a data da publicação do edital do processo seletivo, podendo ser: conta de água, luz, telefone, boleto bancário ou contrato de aluguel.
- h) Não possuindo comprovante nominal, deverá o candidato apresentar uma Declaração firmada em cartório, de que reside na área de abrangência da Unidade de Saúde Samambaial, desde a data da publicação do edital do processo seletivo, conforme modelo em anexo.

3.5 - A entrega da cópia dos documentos para a inscrição é de inteira responsabilidade do candidato. O candidato que não entregar a documentação solicitada terá sua inscrição indeferida.

3.6 - A falha, omissão ou incorreção nas informações constantes no Requerimento de Inscrição, será considerada falta grave e tornará nula a inscrição em qualquer fase do processo seletivo.

4 - DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

4.1 - O Processo Seletivo Simplificado - Edital nº 035/2016 - Secretaria de Saúde, consistirá na realização de prova objetiva.

4.2 - A prova objetiva será de caráter eliminatório e classificatório, sendo que o candidato será classificado no presente processo seletivo simplificado se obtiver nota mínima de 60 (sessenta) pontos na prova objetiva.

4.3 - Caso ocorra empate na pontuação, serão utilizados os seguintes critérios para desempate:

PRIMEIRO	Maior nota na prova de Ações de Saúde Pública e Conhecimentos Específicos
SEGUNDO	Maior idade.

5 - DA PROVA OBJETIVA

5.1 - A prova será composta de questões de múltipla escolha.

5.2 - Serão 30 (trinta) questões. Sendo 20 (vinte) questões em Ações de Saúde Pública e Conhecimentos Específicos, com valor de cada questão 4,0 (quatro pontos), 10 (dez) questões em Língua Portuguesa com valor de cada questão de 2,0 (dois pontos).

5.2.1 - Cada questão apresentará quatro alternativas (A, B, C e D) e uma única resposta correta.

5.3 - O conteúdo programático para a prova objetiva será:

5.3.1 - AÇÕES DE SAÚDE PÚBLICA E CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – a) Sistema Único de Saúde: 1. Definição. 2. Princípios. 3. Participação e Controle social. 5. Responsabilidades. 6. Direção e articulação do SUS. b) Política Nacional de Atenção Básica: 1. Fundamentos. 2. Das responsabilidades. 3. Do processo de trabalho das equipes de atenção básica. 4. Das especificidades da Estratégia da Saúde da Família. 5. Do processo de trabalho das Equipes da Saúde da Família. c) A sexualidade e as doenças sexualmente transmissíveis; d) Educação Sexual; e) Educação Alimentar: os alimentos e a saúde, aleitamento materno; f) Doenças transmissíveis e infecciosas mais comuns, higiene e profilaxia de doenças e promoção da saúde, orientações e combate a doenças contemporâneas; g) Vigilância Epidemiológica.

5.3.2 - LÍNGUA PORTUGUESA: a) Compreensão e interpretação de texto; b) significação das palavras; c) Pontuação; d) Ortografia oficial. Acentuação gráfica; e) Classes das palavras; f) Concordância

nominal e verbal; g) Regência nominal e verbal.

6 - DA REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA

6.1 - A prova objetiva será realizada na data inicialmente prevista de 27 de Novembro de 2016.

6.2 - O local e horário da prova objetiva serão comunicados até o dia 18 de novembro de 2016, através de Edital que será afixado no Paço Municipal da Prefeitura de Itapoá e divulgado no site da prefeitura: www.itapoa.sc.gov.br.

6.3 - Ao candidato só será permitida a participação na prova objetiva, na data, horário e local a serem divulgados de acordo com as informações constantes no item 6.2.

6.4 - Não será permitida, em hipótese alguma, realização da prova em outro dia, horário ou fora do local designado.

6.5 - Não será permitido ingresso de candidato no local de realização da prova após o horário previsto para o início da mesma.

6.6 - O candidato deverá comparecer ao local designado para a prova com antecedência mínima de 20 (vinte) minutos do horário previsto para o início da prova, munido de caneta esferográfica de tinta azul ou preta e original de um dos documentos de identidade a seguir: Cédula Oficial de Identidade; Carteira de Identidade expedida pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar, pelo Ministério das Relações Exteriores; Carteira de Trabalho e Previdência Social com fotografia; Certificado de Reservista; Passaporte Brasileiro (ainda válido); Cédulas de Identidade fornecidas por Órgãos ou Conselhos de Classe, que por Lei, valem como documento de identidade ou Carteira Nacional de Habilitação com fotografia (na forma da Lei nº 9.503/97).

6.6.1 - Os documentos apresentados deverão estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação do candidato com clareza.

6.6.2 - Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia da realização da prova, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, 30 (trinta) dias, ocasião em que será submetido à identificação especial, compreendendo coleta de assinaturas em formulário próprio.

6.6.3 - Não serão aceitas cópias de documentos de identidade, ainda que autenticadas.

6.7 - Não haverá, sob pretexto algum, segunda chamada da prova. O não comparecimento acarretará a eliminação automática do candidato, seja qual for o motivo alegado.

6.8 - São vedados: o porte e/ou uso de armas, de aparelhos sonoros, fonográficos, de comunicação ou de registro, eletrônicos ou não, tais como: agendas, telefones celulares, "pagers", microcomputadores portáteis ou similares.

6.9 - Será excluído do Processo Seletivo Simplificado o candidato que: a) chegar ao local de prova após o horário estipulado para início das mesmas; b) durante a realização da prova, for surpreendido em comunicação com outro candidato ou pessoa não autorizada; c) for surpreendido na sala de prova portando armas ou aparelhos eletrônicos; d) não realizar a prova.

7 - DOS RECURSOS

7.1 - A interposição de recursos em relação as questões da prova objetiva poderá ser feita no Protocolo da Prefeitura Municipal de Itapoá, no dia 29 de Novembro de 2016 das 08:00 às 13:00 horas. Somente serão analisados os recursos protocolados no dia

estabelecido para tanto.

7.2 - A classificação se fará em lista única, divulgada através de Edital que será afixado no Paço Municipal da Prefeitura de Itapoá, relacionando os candidatos não eliminados, segundo a ordem decrescente da nota obtida.

7.3 - A divulgação da classificação será dia 01 de Dezembro de 2016, a partir das 12:00 horas através de Edital que será afixado no Paço Municipal da Prefeitura de Itapoá.

7.4 - A interposição de recursos da Classificação poderá ser feita no Protocolo da Prefeitura Municipal de Itapoá, no dia 02 de Dezembro de 2016 das 08:00 às 13:00 horas. Somente serão analisados os recursos protocolados no dia estabelecido para tanto.

7.5 - A divulgação da classificação final será dia 07 de Dezembro de 2016, a partir das 12:00 horas através de Edital que será afixado no Paço Municipal da Prefeitura de Itapoá.

8 - DA CLASSIFICAÇÃO NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

8.1 - Somente será considerado classificado na prova objetiva o candidato que obtiver nota mínima de 60 (sessenta) pontos.

8.2 - Os candidatos serão listados segundo a ordem decrescente da nota final da Prova Objetiva.

8.3 - Em caso de igualdade na nota final de classificação, o desempate beneficiará, sucessivamente, o candidato que: a) Obtiver maior pontuação em Ações de Saúde Pública e Conhecimentos Específicos; b) Tiver maior idade.

8.4 - A classificação dos candidatos no presente Edital de Processo Seletivo Simplificado não gera o direito a firmarem contrato, ficando a critério da Secretaria de Saúde, de acordo com a necessidade do serviço à convocação dos classificados para contratação.

8.5 - O candidato após convocação deverá comparecer para contratação na data e local informado, munido da documentação solicitada no ato da convocação. As demais convocações se houver necessidade, serão realizadas através de Convocação que será afixado no Paço Municipal da Prefeitura de Itapoá.

8.6 - O candidato que for convocado para contratação e não comparecer no local e data divulgada no edital, ou não apresentar qualquer um dos documentos citados no ato da convocação, não terá o direito de assumir o cargo de Agente Comunitário de Saúde,

sendo convocado o candidato seguinte da lista de classificação.

8.7 - A aprovação e classificação final no Processo Seletivo Simplificado não asseguram ao candidato o direito de contratação, mas apenas a expectativa de realização de tal ato, segundo a rigorosa ordem classificatória, ficando a concretização deste ato condicionada à oportunidade e conveniência da Secretaria de Saúde.

09 - DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1 - A inscrição do candidato importará no conhecimento do presente Edital e valerá como aceitação tácita das normas do Processo Seletivo Simplificado.

9.2 - O candidato que, no ato da inscrição, prestar declaração falsa ou inexata ou apresentar documentos adulterados, terá sua inscrição cancelada, anulando todos os atos dela decorrentes.

9.3 - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Processo Seletivo da Secretaria Municipal de Saúde, observada a legislação vigente.

9.4 - Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação, com validade de 12 meses.

Itapoá, 24 de Outubro de 2016.

Antônio Paulo Tercziany Marciane Rech Secretário de Saúde Enfª.
Coordenadora da ESF

Joseane Maria Soares de Lima Susinei Ribeiro Schultz
Agente Administrativo II Agente Administrativo II

ANEXO I

DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu _____, brasileiro (a),
Identidade nº _____ e CPF nº _____
, declaro para os devidos fins que resido na área de abrangência da Unidade de Saúde de Samambaia, no endereço sito a Rua _____, nº _____, desde a data de abertura do Edital 035/2016 de 24 de Outubro de 2016.
Sem mais para o momento por ser verdade, firmo o presente.

Itapoá/SC, 24 de Outubro de 2016.

Assinatura reconhecida em cartório

CÂMARA MUNICIPAL

EDITAL 01/2016

Edital nº 01/2016/CAT

Itapoá, 21 de outubro de 2016.

EDITAL Nº 01/2016

ADICIONAL NA REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES DO PODER LEGISLATIVO

O Presidente da Câmara Municipal de Itapoá, no uso de suas atribuições legais, torna público pelo presente Edital que, fixa data e estabelece procedimentos que nortearão concessão de adicional na remuneração dos servidores municipais efetivos do Poder Legislativo, conforme Resolução nº 07/2014.

1. Dos Procedimentos

1.1 - A concessão de adicional correspondente a 2%, estabelecido no § 3º, art. 22 da Resolução nº 07/2014, aplicado sobre o salário básico do padrão 7, definido no inciso II, do art. 1º da Lei Complementar nº 26 de 04 de maio de 2010, deverá ser requerido mediante formulário próprio (anexo I), sendo necessário anexar ao mesmo, cópias autenticadas dos certificados (autenticação em cartório ou por servidor público efetivo) que não tenham sido apresentados anteriormente, conforme especificações contidas no art. 22 de Resolução nº 07/2014.

1.2 - A concessão de adicional, pela formação acadêmica em cursos oficiais reconhecidos pelo Ministério da Educação, sobre o salário básico do padrão 7, definido no inciso II do art. 1º da Lei Complementar nº 26 de 04 de maio de 2010, deverá ser requerido mediante 1 (um) formulário próprio (anexo II) para cada classe,

sendo necessário anexar ao mesmo, cópias autenticadas dos certificados ou diplomas (autenticação em cartório ou por servidor público efetivo), em atendimento às especificações contidas no art. 22 da Resolução nº 07/2014.

1.3 - A fundamentação legal para a concessão de adicional na remuneração dos servidores é o artigo 22 da Resolução nº 07/2014.

1.4 - Para efeito deste Edital, entende-se como curso qualquer evento que proporcione capacitação para os servidores, como: treinamentos, seminários, congressos, palestras, painéis e outros.

1.5 - O Certificado que não possuir carga horária será considerado carga horária de 8hs.

1.6 - O adicional por capacitação, aperfeiçoamento ou treinamento, conforme definido no § 3º, do art. 22 da Resolução nº 07/2014, será concedido somente ao máximo de 2% ao ano a cada servidor que apresentar no mínimo 80hs, e as horas excedentes não serão computadas.

1.7 - O adicional por formação acadêmica definida no § 4º, do art. 22 da Resolução nº 07/2014 poderá ser requerido em um único exercício, quantas classes (A à F) o servidor já tiver concluído. Para tanto, deverá apresentar o certificado de conclusão ou o diploma ou o histórico escolar;

1.8 - O servidor que concluir a formação acadêmica definida no § 4º, do art. 22 da Resolução nº 07/2014 durante a vigência do ano de 2016, deverá anexar ao requerimento (anexo II) uma declaração da instituição educacional para comprovar a frequência do curso. A concessão do adicional em seus vencimentos a partir do mês de janeiro/2017 ficará condicionada à apresentação do certificado de conclusão ou do diploma ou do histórico escolar;

1.9 - Os modelos de requerimento (Anexos I e II) serão entregues no Setor de Recursos Humanos, sendo que o preenchimento é de responsabilidade do requerente.

1.10 - As inscrições deverão ser realizadas de 24 de outubro à 03 de novembro de 2016 no protocolo da Câmara Municipal de Itapoá, das 07:45 às 13:45 com destinação ao Setor de Recursos Humanos, através da entrega dos envelopes contendo os documentos dos itens 1.1 e/ou 1.2 deste edital.

1.11 - Os envelopes deverão estar fechados e colados e conter em sua parte externa e frontal, os seguintes dizeres:

Envelope no 01 – Adicional de participação de cursos de aperfeiçoamento, conforme definido no § 3º, do art. 22 da Resolução nº 07/2014.

Servidor:

Matrícula:

Cargo Efetivo:

Envelope no 02 – Adicional por formação acadêmica oficial, conforme definido no § 4º, do art. 22 da Resolução nº 07/2014.

Servidor:

Matrícula:

Cargo Efetivo:

2 – Da Concessão

2.1 - Toda documentação de comprovação de titulação contida nos envelopes, será analisada pela Comissão de Avaliação de Titulação instituída pelo Decreto Legislativo nº130/2016, que deverá publicar os resultados no dia 07 de novembro de 2016. Abrindo prazo para recurso nos dias 08 e 09 de novembro de 2016. A homologação deverá acontecer até o dia 10 de novembro de 2016, com o encaminhamento dos processos ao Setor de Recursos Humanos.

2.2 - Qualquer irregularidade apontada na documentação analisada, a Comissão oficializará o servidor para que no prazo de dois dias úteis do recebimento, possa solucionar o mesmo.

2.3 - Será publicada em Edital no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina e também no site da Câmara, no dia 10 de novembro de 2016, a relação dos servidores contemplados com a concessão dos adicionais aqui mencionados e deferidos pela Comissão de Avaliação de Titulação.

2.4 - Além da publicação a Comissão de Avaliação de Titulação, deverá efetuar o encaminhamento de uma cópia ao Setor Contábil-financeiro para que os adicionais de remuneração sejam impactados no sistema contábil e pagos a partir do mês de janeiro 2017.

3 – Das Disposições Finais

3.1 – A Comissão de Avaliação de Titulação poderá, caso julgue necessário, solicitar parecer jurídico, junto ao Procurador deste Poder Legislativo o qual deverá manifestar-se no prazo de três dias úteis.

3.2. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Avaliação de Titulação.

Itapoá, 21 de outubro de 2016.

Ana Paula K. Stephani

Chefe do setor de Recursos Humanos

Daniel Silvano Weber

Presidente da Câmara

ANEXO I

REQUERIMENTO DE ADICIONAL DE REMUNERAÇÃO

Prazados senhores:

Eu,
....., ocupante do cargo de ...
....., matrícula, em exercício no setor
..... deste Poder Legislativo, venho através deste,

REQUERER,

a concessão de adicional de 2% referente a cursos de capacitação, aperfeiçoamento ou treinamento com fundamento legal no § 3º, do art. 22 da Resolução nº 07/2014, mediante comprovação da documentação em anexo.

Nome do Curso	Carga Horária	Deferimento Preenchimento exclusivo Comissão
Total Carga Horária		

NESTES TERMOS
PEDE DEFERIMENTO

Assinatura

Itapoá, ____ de _____ de 2016.

ANEXO I I

REQUERIMENTO DE ADICIONAL DE REMUNERAÇÃO

Przados senhores:

Eu,
....., ocupante do cargo de ...
....., matrícula, em exercício no setor
..... deste Poder Legislativo, venho através deste,

REQUERER,

concessão de adicional de remuneração por formação acadêmica oficial reconhecida pelo Ministério da Educação, com fundamento legal no § 4º, do art. 22 da Resolução nº 07/2014, mediante comprovação da documentação em anexo.

NESTES TERMOS
PEDE DEFERIMENTO

Assinatura

Itapoá, ____ de _____ de 2016.

PORTARIA 83

PORTARIA Nº83, DE 24 DE OUTUBRO DE 2016
Concede Férias À Servidora Marcia Eliane Diogo Tavares

Daniel Silvano Weber, Presidente da Câmara Municipal de Itapoá/SC, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Art. 1º Concede férias, no período de 27 de outubro de 2016 a 25 de novembro de 2016, à servidora MARCIA ELIANE DIOGO TAVARES, matrícula 51080-00, investida no cargo de Assessora Parlamentar, conforme disposto na Lei Complementar nº44/2014 nos artigos nº60 e seguintes.

Art. 2º Tais férias referem-se ao período aquisitivo de 22/10/2015 à 21/10/2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de Itapoá, 24 de outubro de 2016.

Daniel Silvano Weber

Presidente

PORTARIA 84

PORTARIA Nº84, DE 24 DE OUTUBRO DE 2016
Concede Férias À Servidora Fernanda Luzia Gutoski Duarte Figueiredo.

Daniel Silvano Weber, Presidente da Câmara Municipal de Itapoá/SC, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Art. 1º Concede férias, no período de 26 de outubro de 2016 a 24 de novembro de 2016, à servidora FERNANDA LUZIA GUTOSKI DUARTE FIGUEREDO, matrícula 50911-01, investida no cargo de Agente Administrativo I, conforme disposto na Lei Complementar nº44/2014 nos artigos nº60 e seguintes.

Art. 2º Tais férias referem-se ao período aquisitivo de 10/11/2014 à 10/11/2015.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de Itapoá, 24 de outubro de 2016.

Daniel Silvano Weber

Presidente

IPESI

ADITIVO 03/2016 TP 01/2014

TOMADA DE PREÇO 01/2014

TERMO ADITIVO 03/2016 AO CONTRATO Nº 01/2014

PRORROGAÇÃO DE PRAZO

O INSTITUTO DO PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICIPIO DE ITAPOÁ-IPESI, situada em sua sede provisória na Av. Brasil, nr 2.340, Centro, Itapoá, Estdo de Santa Catarina, neste ao representado pela sua Diretora Executiva, Sra. Iara Cristine de Oliveira Hoepfner, brasileira solteira, portadora do CPF 731.785.009-87 e RG nº 2.606.805-SSP/SC, residente e domiciliada a rua 1.750, nº 316, Bairro Centro, Itapoá, Estado de Santa Catarina, denominada simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado, ADELIR INES BELLE RAMON-ME, devidamente cadastrada no CNPJ sob número 11.246.846/0001-22, situada na Rua Jose Nicolau Abagge nº 746, Loja 3, Centro Guaratuba-Pr, neste ato representada pela Adelir Ines Belle Ramon, proprietária, portadora da cédula de identidade nº 1.178.885-8 SSP/PR e do CPF Nº 392.278.399-68 denominada simplesmente CONTRATADA, tem justo e contratado o presente contrato de Prestação de Serviços, mediante as cláusulas e condições que seguem:

CLASULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar a vigência do Contrato por 12 (doze) meses a partir de 03 de novembro de 2016, até 02 de novembro 2017.

CLAUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas todas as demais Cláusulas e condições do CONTRATO original, não conflitantes com o presente instrumento.

E por estarem de pleno acordo, lavrou-se o presente termo em 3 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, as quais, depois de lidas e achadas conforme, serão assinadas pelos representantes das partes.

Itapoá 24 de outubro de 2016

ADELIR INES BELLE RAMON-ME
CONTRATADA

IARA CRISTINE DE OLIVEIRA HOEPFNER
DIRETORA EXECUTIVA

Jacinto Machado

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº 005/2016/PMJM

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇO Nº 005/2016/PMJM

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, a Comissão Permanente de Licitações, com devida autorização expedida pelo Prefeito Municipal, o Senhor Antonio João de Fáveri, torna público a realização de licitação no dia 11/11/2016 às 09h00min, com entrega dos envelopes até às 08h45min da mesma data, no Setor de Licitações da Prefeitura, na modalidade: TOMADA DE PREÇO, forma de julgamento: MENOR PREÇO GLOBAL, objetivando a "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA IMPLANTAÇÃO DE CALÇADÃO EM VIA URBANA NA RUA IRMÃOS TREVISOL E REFORMA DE CALÇADAS NA RUA POOL JORGE ZACCA NO CENTRO DO MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO/SC. Conforme Projetos, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico-Financeiro e demais quantitativos em anexo ao Edital.". O Edital com seus anexos deverão ser obtidos diretamente no Setor de Licitações da Prefeitura, sito à RUA POOL JORGE ZACCA, Nº 75, Bairro CENTRO, Município de JACINTO MACHADO, Estado de SANTA CATARINA, no horário das 07h00min às 13h00min, de segunda à sexta-feira. Informações pelo Fone: (48) 3535-1133. Jacinto Machado - SC, 24 de Outubro de 2016.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

Prefeito Municipal

Jaraguá do Sul

PREFEITURA

CA/ISSEM - RESOLUÇÃO Nº 022/2016/CA/ISSEM

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL
INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 022/2016/CA/Issem

Dispõe sobre composição das Comissões Permanentes do Conselho de Administração do Issem/JS.

O Conselho de Administração do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais - ISSEM, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar Municipal Nº 33/2003, e

CONSIDERANDO a nova composição do Conselho de Administração do Issem, conforme Portarias nº 837 /2016 e 850 /2016;

CONSIDERANDO a Seção I - Das Comissões - art. 1º do Regimento Interno das Comissões, a saber "O Conselho de Administração do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais - Issem/JS, terá comissões permanentes que são: I – Comissão de Legislação e Justiça; II – Comissão de Assistência e Saúde; III – Comissão de Finanças e Orçamento; IV- Comissão de Previdência".

RESOLVE:

Art. 1º - Compor:

I – Comissão de Legislação e Justiça integrada pelos seguintes conselheiros: Sílvia Regina Toassi Kita, Karen Cristina da Costa, Joseane Regina Gerent Garcia, Mariane Sueli Correa Schalinski e Fabiana Dallagnolo;

II – Comissão de Assistência e Saúde integrada pelos seguintes conselheiros: Silvia Inês Maffezzolli Piazero, Mara Regina Bittencourt Paulista, Fabiana Dallagnolo e Clarice Inês Dalcanali;

III – Comissão de Finanças e Orçamento integrada pelos seguintes conselheiros: Ângela Marli Bening, Charles Sérgio Pereira, Sílvia Inês Maffezzolli Piazero e Cleonís Rosália Tomaselli;

IV – Comissão de Previdência integrada pelos seguintes conselheiros: Mara Regina Bittencourt Paulista, Sílvia Regina Toassi Kita e Espedito Pauli.

Art. 2º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 24 de outubro de 2016.

Wagner Ricardo Alves

Presidente do Conselho de Administração do Issem

DECRETO Nº 11.075/2016

D E C R E T O Nº 11.075/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o disposto no inciso XVI, do artigo 6º, da Lei Federal Nº 8.666/93, e alterações subsequentes,

DECRETA :

Art.1º Ficam designados os servidores públicos municipais HUMBERTO JOSÉ TRAVI, Engenheiro, matrícula 80049-0; MIRIAM MARIA RUDOLF PEREIRA, Professora de Ensino Fundamental, matrícula 2724-3; e MARIA ALICE DA SILVA REITZ, Professora de Ensino Fundamental, matrícula 3246-8, para comporem a Comissão que, sob a presidência do primeiro, procederá a abertura e julgamento das propostas chegadas à esta Prefeitura Municipal, em razão da TOMADA DE PREÇOS Nº 096/2016, tipo MENOR PREÇO GLOBAL, para contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia para reforma elétrica na E.M.E.F. Waldemar Schmitz, localizada à Rua Angelo Benetta, 240, no bairro Ilha da Figueira; na E.M.E.F. Anna Towe Nagel, localizada à Rua Marcos E. Verbinen, 320, no bairro Água Verde; no C.M.E.I. Alexander Enke, localizado à Rua Artur Enke, 545, no bairro Amizade; e no C.M.E.I. Apolônia Stalin Junkes, localizado à Rua Alberto Maiocchi, s/n, no bairro Chico de Paulo, em Jaraguá do Sul/SC, com fornecimento de materiais e mão de obra, em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo, Planilhas Orçamentárias/Quantitativas e Minuta de Contrato que são partes integrantes do Edital.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 21 de outubro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

DECRETO Nº 11.076/2016

D E C R E T O Nº 11.076/2016

Designa Fiscal e Gestor de Contrato de
Execução de Obras Públicas.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO o disposto no artigo 67, e seus parágrafos primeiro e segundo, todos da Lei Federal Nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993;

CONSIDERANDO os termos do Processo Licitatório Tomada de Preços Nº 096/2016, que tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia para reforma elétrica na E.M.E.F. Waldemar Schmitz, localizada à Rua Angelo Benetta, 240, no bairro Ilha da Figueira; na E.M.E.F. Anna Towe Nagel, localizada à Rua Marcos E. Verbinen, 320, no bairro Água Verde; no C.M.E.I. Alexander Enke, localizado à Rua Artur Enke, 545, no bairro Amizade; e no C.M.E.I. Apolônia Stalin Junkes, localizado à Rua Alberto Maiochi, s/n, no bairro Chico de Paulo, em Jaraguá do Sul/SC, com fornecimento de materiais e mão de obra;

DECRETA :

Art.1º Fica designado o servidor público municipal MARCELO ELIAS DA SILVEIRA, matrícula 10852, Engenheiro, para fiscalização, acompanhamento, verificação da regularidade e conformidade da execução do Contrato firmado em decorrência da Tomada de Preços Nº 096/2016 com os termos do ato convocatório, do instrumento do contrato, do projeto básico e executivo e demais especificações técnicas integrantes do Processo Administrativo de Licitação.

Art.2º Compete ao fiscal e gestor do contrato designado no artigo 1º a liquidação da despesa que consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, conforme artigos 2º, da Lei Federal Nº 8.666/93, e 63, da Lei Federal Nº 4.320/64.

§1º Essa verificação tem por fim apurar:

I - a origem e o objeto do que se deve pagar;

II - a importância exata a pagar;

III - a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação.

§2º A liquidação da despesa por fornecimentos feitos ou serviços prestados terá por base:

I - o contrato, ajuste ou acordo respectivo;

II - a nota de empenho;

III - os comprovantes da entrega de material ou da prestação efetiva do serviço.

§3º O pagamento somente poderá ser efetuado quando acompanhado de termo de vistoria e de medição respectivo, observadas as formalidades dos artigos 67 e 73, inc. I, b, da Lei Federal Nº 8.666/93.

Art.3º Caberá, ainda, ao gestor e fiscal do contrato, verificar a necessidade de alteração do contrato e opinar sobre a conveniência ou não da aceitação ou imposição e envidar esforços junto à Administração Municipal para que as eventuais alterações de objeto, de prazo e de preço sejam formalizadas no devido tempo, sob pena de responsabilidade.

§1º Cabe ao fiscal e gestor do contrato o acompanhamento detalhado da execução do contrato e, quando constatar a irregularidade, promover anotações em registro próprio e determinar o necessário à sua regularização.

§2º Qualquer alteração de cronograma físico-financeiro do contrato somente poderá ser elaborado pela contratada conforme modelo adotado pela contratante, com descrição fiel do histórico de parcelas faturadas e parcelas a readequar, e aprovado expressamente pelo fiscal e gestor do contrato.

§3º À medida que a irregularidade implique alteração contratual, rescisão do contrato ou aplicação de sanção, o fiscal e gestor do contrato deverá comunicar o Secretário Municipal da Administração e o Prefeito Municipal para promoção dos atos necessários.

Art.4º Cabe, ainda, ao fiscal e gestor do contrato:

a) Solicitar à contratada e seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento da obra pública;

b) Assegurar-se de que o número de empregados alocados na obra pública, por parte da contratada, é suficiente para a sua execução no prazo avençado;

c) Emitir pareceres em todos os atos da Administração relativos à execução do contrato, em especial aplicação de sanções, alterações e repactuações do contrato;

d) Acompanhar e fiscalizar a sua execução, procedendo ao registro das ocorrências e adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento, tendo por parâmetro os resultados previstos no contrato;

e) Exigir que a contratada apresente a fatura mensal de cobrança das prestações contratuais acompanhada da comprovação de que está em dia com o pagamento das contribuições à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, relativas à avença celebrada;

- f) Notificar a contratada da rejeição, no todo ou em parte, da obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o edital e/ou contrato, determinando as medidas necessárias à correção ou adequação do objeto ao contrato;
- g) Comunicar à Secretaria Municipal da Administração e à Controladoria-Geral da rejeição, no todo ou em parte, da obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o edital e/ou contrato, informando as medidas administrativas tomadas pelo gestor, tais como, paralisação da obra, serviço ou fornecimento do bem;
- h) Rejeitar, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o edital e/ou contrato;
- i) Exigir por conta da contratada, os ensaios, testes e demais provas exigidos por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato;
- j) Comunicar à Procuradoria-Geral do Município a existência de possíveis condutas ilícitas previstas nos artigos 89 a 98, da Lei Federal Nº 8.666/93, por parte da contratada;
- k) Notificar a contratada para reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;
- l) Receber a obra ou serviço, provisoriamente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;
- m) Receber a obra ou serviço, definitivamente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 90 (noventa) dias da comunicação escrita do contratado, respeitados os prazos contratuais de observação ou vistoria;
- n) Receber, mediante recibo, obras e serviços de valor até o previsto no artigo 23, inciso II, alínea "a", da Lei Federal Nº 8.666/93, desde que não se componham de aparelhos, equipamentos e instalações sujeitos à verificação de funcionamento e produtividade.

Art.5º É vedado à Administração e ao fiscal/gestor do contrato exercer poder de mando sobre os empregados da contratada, reportando-se somente aos prepostos e responsáveis por ela indicados.

Art.6º Caberão ao Controlador-Geral do Município e aos Secretários Municipais interessados na aquisição do bem ou prestação do serviço, a notificação do gestor e fiscal do contrato para prestar as informações que julgar necessárias ao acompanhamento dos contratos.

Art.7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 21 de outubro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

DECRETO Nº 11.077/2016

D E C R E T O Nº 11.077/2016

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.161/2015, de 07/12/2015, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no artigo 5º, da Lei Municipal Nº 7.161/2015, de 07 de dezembro de 2015,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais), para reforço do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde (FMS), a saber:

15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.01.10.305.07522.668 - Manutenção do programa de vigilância em saúde

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

15.01.139 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

Art.2º A despesa decorrente da execução do presente Decreto corre por conta do "Superavit Financeiro" apurado no Balanço Patrimonial pela diferença positiva entre o Ativo e o Passivo do exercício de 2015, do Fundo Municipal de Saúde (FMS), proveniente dos recursos vinculados a Vigilância Saúde - Epidemiologia, no valor de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 21 de outubro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

ADEMAR POSSAMAI

Secretário Municipal da Fazenda

EDITAL Nº 06/2016 PROCON/JARAGUÁ DO SUL/SC

EDITAL Nº 06/2016

PROCON/JARAGUÁ DO SUL/SC

O Programa de Proteção ao Consumidor – Procon de Jaraguá do Sul/SC, atendendo ao disposto no artigo 42, § 2º, do Decreto 2.181 de 20/3/1997 e artigo 91 da Lei Municipal nº 4535/2006, notifica os responsáveis pela empresa TECHNOCENTER TREINAMENTO E IDIOMAS LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado registrada sob o CNPJ nº 11.684.712/0001-93, em endereço incerto e não sabido, para que apresentem IMPUGNAÇÃO ao arbitramento do faturamento da empresa no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), mediante comprovação documental idônea de sua receita média bruta dos meses de Abril, Maio e Junho de 2013, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados processualmente da publicação do presente edital, na sede do PROCON, na Rua Ângelo Schiochet, 100, Sala 01, Centro, Jaraguá do Sul, Santa Catarina, CEP 89251-520, ou pelo e-mail procon@jaraguadosul.sc.gov.br, referente ao PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0113-002.150-4, instaurado por este órgão, para os fins especificados no art. 10, § 1º da Lei Municipal nº 4.535/06.

Atenciosamente.

Jaraguá do Sul, 11 de Outubro de 2016.

ROSILÉA KRAWULSKI

Subgerente de Fiscalização

EDITAL Nº 07/2016 PROCON/JARAGUÁ DO SUL/SC

EDITAL Nº 07/2016

PROCON/JARAGUÁ DO SUL/SC

O Programa de Proteção ao Consumidor – Procon de Jaraguá do Sul/SC, atendendo ao disposto no artigo 42, § 2º, do Decreto 2.181 de 20/3/1997 e artigo 91 da Lei Municipal nº 4535/2006, notifica os responsáveis pela empresa TECHNOCENTER TREINAMENTO E IDIOMAS LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado registrada sob o CNPJ nº 11.684.712/0001-93, em endereço incerto e não sabido, para que apresentem IMPUGNAÇÃO ao arbitramento do faturamento da empresa no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), mediante comprovação documental idônea de sua receita média bruta dos meses de Dezembro de 2012, Janeiro e Fevereiro de 2013, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados processualmente da publicação do presente edital, na sede do PROCON, na Rua Ângelo Schiochet, 100, Sala 01, Centro, Jaraguá do Sul, Santa Catarina, CEP 89251-520, ou pelo e-mail procon@jaraguadosul.sc.gov.br, referente ao PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0113-000.289-9, instaurado por este órgão, para os fins especificados no art. 10, § 1º da Lei Municipal nº 4.535/06.

Atenciosamente.

Jaraguá do Sul, 11 de Outubro de 2016.

ROSILÉA KRAWULSKI

Subgerente de Fiscalização

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 39/2016-FMS

EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL

PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 39/2016-FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXCLUSIVO PARA ME/EPP

TIPO: Menor Preço Por Item

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de REFEIÇÕES SISTEMA SELF SERVICE (com comodato do balcão térmico) e MARMITAS ao longo de 12(doze) meses, destinados aos pacientes em tratamento intensivo e semi-intensivo nos Centros de Atenção Psicossocial (Caps AD, Caps II e Caps Infante Juvenil), e Eventos da Diretoria de Atenção Básica, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I, Minuta da Ata de Registro de Preços no Anexo III e Termo de Referência no Anexo IX deste edital.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 6.737/2009 de 09 de julho de 2009 Lei Federal 8.666/93 e Lei Complementar 147/2014.

DA CONDIÇÃO PARA A PARTICIPAÇÃO: Somente poderão participar deste PREGÃO empresas que atenderem a todas as exigências deste edital e estiverem, nos termos do artigo 3º, incisos I e II, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, enquadradas como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte.

DATA, HORA e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES: Até às 08:15 hs do dia 11 de novembro de 2016, no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, sita na Rua Walter Marquardt nº 1.111, bairro: Barra do Rio Molha.

O CREDENCIAMENTO, disputa de preços e abertura dos envelopes serão as 08:30 do mesmo dia, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos.

VALOR ESTIMADO PARA AQUISIÇÃO: R\$ 76.512,00 (setenta e seis mil quinhentos e doze reais).

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital poderá ser obtida no endereço acima ou via Internet no endereço www.jaraguadosul.sc.gov.br

Jaraguá do Sul (SC), 30 de setembro de 2016.

ADEMAR POSSAMAI
Secretário de Administração

DALTON FERNANDO FISCHER
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 43/2016-FMS

EDITAL
PREGÃO PRESENCIAL
PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 43/2016-FMS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXCLUSIVO PARA ME/EPP
TIPO: Menor Preço Por Item

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAL MÉDICO E AMBULATORIAL ao longo de 12 (doze) meses, destinados para as Unidades Básicas de Saúde da rede municipal e Policlínica de Especialidades Médicas, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 6.737/2009 de 09 de julho de 2009, Decreto Municipal nº 4.698/2002, de 03 de outubro de 2002, alterado pelo Decreto Municipal nº 10.791/2016 de 1º de abril de 2016 e Lei Complementar 147/2014.

DA CONDIÇÃO PARA A PARTICIPAÇÃO: Somente poderão participar deste PREGÃO empresas que atenderem a todas as exigências deste edital e estiverem, nos termos do artigo 3º, incisos I e II, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, enquadradas como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte.

DATA, HORA e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES (Habilitação e Proposta): Até às 10:30 hs do dia 07 de novembro de 2016, no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, sito na Rua Walter Marquardt nº 1.111, bairro: Barra do Rio Molha.

ABERTURA DOS ENVELOPES 01-PROPOSTA - às 11:30 hs do mesmo dia, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos. Após, a sessão será suspensa para análise das PROPOSTAS e documentos exigidos, pela equipe Técnica da Secretaria de Saúde (obs: Para esta fase não há necessidade da presença dos representantes).

O CREDENCIAMENTO, disputa de preços e abertura dos envelopes 02-HABILITAÇÃO serão as 08:30 hs do dia 18 de novembro de 2016, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos.

VALOR ESTIMADO PARA AQUISIÇÃO: R\$ 109.215,02 (cento e nove mil duzentos e quinze reais e dois centavos).

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital poderá ser obtida no endereço acima ou via Internet no endereço www.jaraguadosul.sc.gov.br

Jaraguá do Sul (SC), 10 de outubro de 2016.

ADEMAR POSSAMAI
Secretário de Administração

DALTON FERNANDO FISCHER
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 95/2016

EDITAL
PREGÃO PRESENCIAL Nº 95/2016
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
TIPO: menor preço POR ITEM

OBJETO: O presente Edital consiste na aquisição de concreto usinado bombeável, classe de resistência C30, com brita 0 e 1, slump= 100 = +/- 20mm, incluindo serviço de bombeamento (NBR8953), destinado para pavimentação em concreto da Rua 1190 – Francisco Jacomini – Bairro Boa Vista - com extensão total de 600,00 (seiscentos metros), em conformidade com as especificações e quantidades descritas no Anexo I deste Edital.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 4.698/2002, de 03 de outubro de 2002, alterado pelo Decreto Municipal nº 10.791/2016 de 1º de abril de 2016 e Lei Complementar 147/2014.

DA CONDIÇÃO PARA A PARTICIPAÇÃO: Em consonância com a LC 147/2014, este edital contempla itens para participação exclusiva ME/EPP, conforme indicados no Anexo I.

DATA, HORA e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES: Até às 10:30 horas do dia 11 de novembro de 2016, no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, sita na Rua Walter Marquardt nº 1.111, bairro: Barra do Rio Molha.

O CREDENCIAMENTO, disputa de preços e abertura dos envelopes serão às 11:00 horas do mesmo dia, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos.

Orçamento estimado da aquisição: R\$ 182.700,00 (cento e oitenta e dois mil e setecentos reais).

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital poderá ser obtida no endereço acima ou via Internet no endereço www.jaraguadosul.sc.gov.br

Jaraguá do Sul (SC), 30 de setembro de 2016.

ADEMAR POSSAMAI
Secretário de Administração

FME - ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DO CONVITE Nº 024/2016

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DO CONVITE Nº 024/2016

Aos vinte e dois dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezesseis, com início às nove horas, na sala de reuniões da Fundação Municipal de Esportes e Turismo, sita na Rua Gustavo Hagedorn 636, bairro Nova Brasília – Jaraguá do Sul – SC, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria Nº 006/2016, formada pelos membros Nirton Hanemann, Marli Ott e Fábio Roberto Ribeiro da Silva, para, sob a presidência do primeiro, procederem à abertura dos envelopes referentes ao Convite nº 024/2016, que tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de locação e instalação de objetos de decoração e iluminação natalina. Sendo assim, as cópias do Convite foram regularmente expedidas e recepcionadas pelos licitantes. Os licitantes foram convidados em número de 03 (três) e afixado em local apropriado e publicado no site da Prefeitura, cópia do instrumento convocatório e estendido aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas, segundo a dicção do § 3º do art. 22 da Lei de Licitações. Não compareceu a sessão nenhuma empresa. Em atendimento a LC 147/2014, sendo este Convite exclusivo para participação de empresas que estiverem nos termos do artigo 3º, incisos I e II, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, enquadradas como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, e pelo fato de não atingir o número mínimo de 3 (três) empresas enquadradas nesta situação, não comparecendo para esta sessão 03 (três) empresas, este Convite restou FRUSTRADO, devendo ser republicado nas condições para disputa ampla dos itens. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião e lavrou-se a presente Ata, a qual vai assinada pelos membros da Comissão. Jaraguá do Sul, SC, 21 de outubro de 2016.

Nirton Hanemann	
Marli Ott	
Fábio Roberto Ribeiro da Silva	

ISSEM - INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 04/2016, DE 29.09.2016.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 04/2016, DE 29.09.2016.

Normatiza o cômputo e a averbação do tempo de contribuição para a concessão dos benefícios de abono de permanência e aposentadoria.

A DIRETORA-PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (ISSEM), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12 da Lei Complementar Municipal n. 33, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre o Sistema de Seguridade dos Servidores Municipais do Município de Jaraguá do Sul (SC);

RESOLVE:

Art. 1º Normatizar os procedimentos para o cômputo e a averbação do tempo de contribuição para fins de concessão dos benefícios de abono de permanência e de aposentadoria.

Art. 2º Averbação do tempo de contribuição é o ato administrativo pelo qual a Administração Pública reconhece período de contribuição do servidor realizado em atividade laboral diversa do cargo em que se dará o registro do tempo.

Art. 3º O abono de permanência é uma forma de estimular o servidor a continuar ativo, consistindo em uma indenização pecuniária equivalente ao valor da contribuição previdenciária descontada da remuneração do servidor titular de cargo público efetivo, filiado a regime próprio de previdência social, que opte em permanecer em atividade.

Art. 4º O abono de permanência está previsto na Constituição Federal, no art. 40, § 19, com redação dada pela Emenda Constitucional n. 41/2003, e, no âmbito deste Município, está disciplinado no Decreto Municipal n. 6.198/2007.

Art. 5º O abono de permanência é devido ao servidor titular de cargo efetivo vinculado ao regime estatutário da Administração Municipal Direta, das Autarquias e Fundações Públicas instituídas e mantidas pelo Município, e da Câmara de Vereadores, nas hipóteses elencadas no art. 40, § 1º, inc. III, 'a', da Constituição Federal, bem como no art. 2º, § 5º, e no art. 3º, § 1º, ambos da Emenda Constitucional n. 41/2003.

Art. 6º Para a concessão do abono de permanência será computado o tempo de contribuição necessário a garantir o cumprimento dos requisitos para as aposentadorias previstas no art. 40, § 1º, inc. III, 'a', da Constituição Federal e nos artigos 2º e 3º da Emenda Constitucional n. 41/2003, independentemente do regime previdenciário, salvo requerimento diverso efetuado pelo servidor.

Art. 7º O tempo de atividade laborativa junto a esta Municipalidade gera efeitos jurídicos e financeiros positivos ao servidor, devendo ser

integralmente averbado por ocasião da concessão do abono de permanência e da aposentadoria.

Art. 8º A comprovação do tempo de contribuição, a ser formalizada pelo servidor no momento do requerimento do abono de permanência, se dará mediante cópia autenticada da Certidão de Tempo de Contribuição (CTC) emitida pelo órgão previdenciário ao qual esteve vinculado.

Art. 9º O servidor, ao solicitar o benefício de abono de permanência, deverá instruir o pedido com os documentos necessários e informar os tempos de contribuição a serem utilizados para a concessão do benefício.

Art. 10. Na ocasião da apresentação dos cálculos do abono de permanência ao servidor, este será cientificado do tempo de contribuição computado e de que o mesmo tempo será utilizado, integralmente, para posterior concessão de aposentadoria.

Art. 11. O servidor, ao solicitar o benefício de aposentadoria, deverá instruir o pedido com os documentos necessários e informar os tempos de contribuição a serem averbados para a concessão do benefício, ciente de que os períodos computados para a concessão de eventual abono de permanência anterior serão averbados na integralidade.

Art. 12. Para os cálculos de concessão do benefício de aposentadoria será averbado todo o tempo de contribuição computado como parâmetro de cálculo de eventual benefício de abono de permanência anterior, mesmo que supere o tempo total de contribuição exigido para a aposentação.

Art. 13. Na ocasião da apresentação dos cálculos da aposentadoria ao servidor, este será cientificado do tempo de contribuição averbado e da impossibilidade de desavervação posterior do mesmo.

Art. 14. O tempo de contribuição havido perante outros órgãos previdenciários e averbado perante este Instituto para fins de concessão da aposentadoria será devidamente comunicado ao órgão previdenciário que expediu a Certidão de Tempo de Contribuição (CTC).

Art. 15. Esta instrução normativa entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 19.09.2016.

Jaraguá do Sul (SC), 29 de setembro de 2016.

Rosana Maria de Souza Rosa

Diretora-Presidente do Issem

Portaria nº 701/2014

ISSEM - PORTARIA Nº 637/2016

PORTARIA Nº 637/2016 – ISSEM

De 18.10.2016.

Concede Auxílio Doença

A DIRETORA PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e suas alterações e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA ao Servidor Público Municipal, Sr. MARCIO MARIO DA SILVA MACHADO, lotado na Secretaria Municipal da Saúde da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 12.10.2016 a 25.11.2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 12.10.2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 18 de outubro de 2016.

Rosana Maria de Souza Rosa

Diretora Presidente do ISSEM

Portaria nº 701/2014

ISSEM - PORTARIA Nº 638/2016

PORTARIA Nº 638/2016-ISSEM

De 18.10.2016

Concede Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição

A DIRETORA-PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (Issem), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12 da Lei Complementar Municipal nº 33/2003, de 23.12.2003, e suas alterações, combinado com o disposto no art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e tendo em vista o contido no processo de aposentadoria nº 639.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER O BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO a Sra. NARANA ENGLER, inscrita no CPF sob nº 352.316.029-49, servidora da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, ocupante do cargo efetivo de Secretário de Centro de Educação Infantil, matriculada sob o nº 7256-7, com proventos integrais sobre a última remuneração do cargo efetivo, com referência salarial: Classe 05, Letra "H", triênios equivalentes a 42% (quarenta e dois por cento) e carga horária de 40 horas semanais/200 horas mês.

Art. 2º As despesas correrão por conta do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, através do Fundo Municipal de Previdência Social (FMPS), nos termos do art. 45, I, "c", da Lei Complementar Municipal nº 33/2003, e suas alterações.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 01.11.2016.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 18 de outubro de 2016.
Rosana Maria de Souza Rosa
Diretora-Presidente do Issem
Portaria nº 701/2014

ISSEM - PORTARIA Nº 639/2016

PORTARIA Nº 639/2016 – ISSEM
De 18.10.2016.
Concede Licença Maternidade

A DIRETORA PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o Art. 140 da Lei Complementar nº 154/2014 de 03.11.2014,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA MATERNIDADE à Servidora Pública Municipal, Sra. SUZANA BEATRIZ KREHNKE MEIER, lotada na Secretaria Municipal da Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 13.10.2016 a 09.02.2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 13.10.2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 18 de outubro de 2016.
Rosana Maria de Souza Rosa
Diretora Presidente do ISSEM
Portaria nº 701/2014

ISSEM - PORTARIA Nº 640/2016

PORTARIA Nº 640/2016 – ISSEM
De 18.10.2016.
Concede Auxílio Doença

A DIRETORA PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. EVA FATIMA PELIZZARI SILVEIRA, lotada na Secretaria Municipal da Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 14.10.2016 a 27.11.2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 14.10.2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 18 de outubro de 2016.
Rosana Maria de Souza Rosa
Diretora Presidente do ISSEM
Portaria nº 701/2014

ISSEM - PORTARIA Nº 641/2016

PORTARIA Nº 641/2016 – ISSEM
De 18.10.2016.
Concede Auxílio Doença

A DIRETORA PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. ELSINA DUNKE FISCHER, lotada na Secretaria Municipal da Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 15.10.2016 a 13.11.2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 15.10.2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 18 de outubro de 2016.
Rosana Maria de Souza Rosa
Diretora Presidente do ISSEM
Portaria nº 701/2014

ISSEM - PORTARIA Nº 642/2016

PORTARIA Nº 642/2016 – ISSEM

De 18.10.2016.

Concede Auxílio Doença

A DIRETORA PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. GENOVEVA INEZ MAIOCHI BUBLITZ, lotada na Secretaria Municipal da Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 16.10.2016 a 15.12.2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 16.10.2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 18 de outubro de 2016.
Rosana Maria de Souza Rosa
Diretora Presidente do ISSEM
Portaria nº 701/2014

ISSEM - PORTARIA Nº 643/2016

PORTARIA Nº 643/2016-ISSEM

De 20.10.2016

Concede Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição

A DIRETORA-PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (Issem), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12 da Lei Complementar Municipal nº 33/2003, de 23.12.2003, e suas alterações, combinado com o disposto no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005 e tendo em vista o contido no processo administrativo de aposentadoria nº 778,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER O BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO ao Sr. SEBASTIÃO NUNES PAZ, inscrito no CPF sob nº 382.389.509-53, servidor da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, ocupante do cargo efetivo de Carpinteiro, matriculado sob o nº 7576-1, com proventos integrais sobre a última remuneração do cargo efetivo, com referência salarial: Classe 03, Letra "G", triênios equivalentes a 54% (cinquenta e quatro por cento) e carga horária de 40 horas semanais/200 horas mês.

Art. 2º As despesas correrão por conta do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, através do Fundo Municipal de Previdência Social (FMPS), nos termos do art. 45, I, "c", da Lei Complementar Municipal nº 33/2003, e suas alterações.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 01.11.2016.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 20 de outubro de 2016.
Rosana Maria de Souza Rosa
Diretora-Presidente do Issem
Portaria nº 701/2014

ISSEM - PORTARIA Nº 644/2016

PORTARIA Nº 644/2016 – ISSEM

De 20.10.2016.

Concede Auxílio Doença

A DIRETORA PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e suas alterações e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. MARA TEREZINHA MAAS, lotada na Secretaria Municipal da Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 18.10.2016 a 16.12.2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 18.10.2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 20 de outubro de 2016.

Rosana Maria de Souza Rosa

Diretora Presidente do ISSEM

Portaria nº 701/2014

ISSEM - PORTARIA Nº 645/2016

PORTARIA Nº 645/2016 – ISSEM

De 20.10.2016.

Concede Auxílio Doença

A DIRETORA PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e suas alterações e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. MARLIZE MAEINCHEIN, lotada na Fundação Cultural de Jaraguá do Sul, no período de 18.10.2016 a 31.12.2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 18.10.2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 20 de outubro de 2016.

Rosana Maria de Souza Rosa

Diretora Presidente do ISSEM

Portaria nº 701/2014

ISSEM - PORTARIA Nº 646/2016

PORTARIA Nº 646/2016 – ISSEM

De 20.10.2016.

Concede Auxílio Doença

A DIRETORA PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e suas alterações e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA ao Servidor Público Municipal, Sr. ANGELIN SECCO PRIMO, lotado na Secretaria Municipal de Obras da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 19.10.2016 a 17.11.2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 19.10.2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 20 de outubro de 2016.

Rosana Maria de Souza Rosa

Diretora Presidente do ISSEM

Portaria nº 701/2014

ISSEM - PORTARIA Nº 647/2016

PORTARIA Nº 647/2016 – ISSEM

De 20.10.2016.

Concede Auxílio Doença

A DIRETORA PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e suas alterações e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. ANA LUCIA DE LARA COSTA, lotada na Secretaria Municipal da Saúde da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 20.10.2016 a 19.11.2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 20.10.2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 20 de outubro de 2016.

Rosana Maria de Souza Rosa

Diretora Presidente do ISSEM

Portaria nº 701/2014

ISSEM - PORTARIA Nº 648/2016

PORTARIA Nº 648/2016 – ISSEM

De 20.10.2016.

Concede Auxílio Doença

A DIRETORA PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e suas alterações e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. JOVILDE FERREIRA BELO, lotada na Secretaria Municipal da Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 20.10.2016 a 03.12.2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 20.10.2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 20 de outubro de 2016.

Rosana Maria de Souza Rosa

Diretora Presidente do ISSEM

Portaria nº 701/2014

ISSEM - PORTARIA Nº 649/2016

PORTARIA Nº 649/2016 – ISSEM

De 20.10.2016.

Concede Auxílio Doença

A DIRETORA PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e suas alterações e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. CHRISTA ELIZABETH EMMENDORFER, lotada na Secretaria Municipal da Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 20.10.2016 a 02.01.2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 20.10.2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 20 de outubro de 2016.

Rosana Maria de Souza Rosa

Diretora Presidente do ISSEM

Portaria nº 701/2014

ORDEM DE PARALISAÇÃO – Nº 07/2016

ORDEM DE PARALISAÇÃO – nº 07/2016

Determinamos por meio desta, a empresa INFRASUL INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA., a paralisação dos serviços referentes a prestação de serviços de engenharia para pavimentação em concreto armado e drenagem da Estrada Municipal JGS 453 (acesso a Chiesetta Alpina no morro da Boa Vista), com extensão total de 957,17m (novecentos e cinquenta e sete vírgula dezessete metros), com fornecimento de materiais e mão de obra, objeto do Edital de Tomada de Preço nº 114/2015, e formalizada pelo Contrato nº 017/2016, a partir da data do recebimento desta Ordem, pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias, devido ao atraso no repasse do recurso federal, impossibilitando a quitação de medição aprovada e, por consequência, a execução dos serviços aprovados em Termo Aditivo Contratual (Insuficiência financeira – exceção do parágrafo único do artigo 8º da lei 8.666/93). Jaraguá do Sul, 11 de outubro de 2016.

FELIPE EMMENDÖRFER SCHEUER

Engenheiro Civil – Fiscal Designado

Recebi em, ____/____/____

INFRASUL – INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA

CNPJ/MF 03.094.645/0001-29

OBS:- Será lavrada em 5 (cinco) vias: a) Fiscalização; b) Empreiteira ou Contratado; c) Contabilidade; d) Arquivo no Setor responsável pelas obras; e) Prestação de Contas ou Órgão Repassador dos Recursos; REINÍCIO DOS SERVIÇOS deverá ser também autorizado, expressamente pelo contratante. RATIFICAÇÃO DA AUTORIDADE SUPERIOR

Conforme o art. 26 da Lei 8.666/93, face a presente Ordem de Paralisação, fica ratificada pela autoridade superior, nos termos propostos. Jaraguá do Sul, 13 de outubro de 2016.

IVAN ANDREIAS WOLTER / DIETER JANSSEN

Secretário Municipal de Obras / Prefeito

PORTARIA Nº 869/2016

PORTARIA Nº 869/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela LOM, e nos termos do artigo 10, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015, e da Lei Complementar Municipal Nº 122/2012, de 28/03/2012, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 129/2012, de 05/07/2012, 137/2013, de 15/10/2013, 139/2013, de 18/11/2013, 142/2013, de 28/11/2013, 143/2013, de 29/11/2013, 149/2014, de 17/06/2014, 150/2014, de 1º/07/2014, 155/2014, de 10/11/2014, 161/2015, de 04/05/2015, 165/2015, de 10/09/2015, e 174/2016, de 31/08/2016; e

CONSIDERANDO a homologação do Concurso Público Nº 001/2013;

CONSIDERANDO o teor do Memorando Nº 446/2016/DGP, de 20/10/2016, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

RESOLVE :

Art.1º NOMEAR, para exercer, em caráter efetivo, o cargo de Farmacêutica, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, junto à Secretaria Municipal da Saúde, habilitada em concurso público de provas, ANA LUIZA GRABOWSKI.

Art.2º A nomeada terá o prazo de até 30 (trinta) dias, conforme disposto no artigo 16, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, para tomar posse no respectivo cargo, contados da publicação da presente Portaria, sob pena de ser considerada desistente, devendo, na oportunidade, como condição indispensável ao ato, apresentar os seguintes documentos:

I - Comprovação de nacionalidade brasileira;

II - Comprovação da idade mínima de dezoito anos;

III - Quitação com as obrigações eleitorais;

IV - Comprovação do nível de escolaridade exigida para o cargo, prevista em Lei e/ou Edital, se for o caso;

V - Comprovação de inscrição no órgão de classe;

VI - Declaração de bens;

VII - Declaração de inexistência ou acumulação lícita de cargo ou emprego público;

VIII - Laudo médico de saúde física e mental de capacidade laboral compatível com o cargo, na forma da legislação municipal e do edital;

IX - Comprovante de inscrição no cadastro de pessoas físicas - CPF;

X - Carteira de identidade;

XI - Título de eleitor;

XII - Certidão negativa de antecedentes criminais da Justiça Estadual, Federal, Eleitoral e do Conselho Nacional de Justiça dos últimos cinco anos onde tenha residido.

Parágrafo único. A ausência da apresentação de qualquer um dos documentos elencados nos incisos anteriores ou o não atendimento das condições exigidas pelo edital implica em inabilitação para a posse e o exercício do cargo, tornando sem efeito o ato de nomeação.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 20 de outubro de 2016.
DIETER JANSSEN
Prefeito

PORTARIA Nº 870/2016

PORTARIANº 870/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela LOM, e nos termos do artigo 10, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015, e da Lei Complementar Municipal Nº 122/2012, de 28/03/2012, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 129/2012, de 05/07/2012, 137/2013, de 15/10/2013, 139/2013, de 18/11/2013, 142/2013, de 28/11/2013, 143/2013, de 29/11/2013, 149/2014, de 17/06/2014, 150/2014, de 1º/07/2014, 155/2014, de 10/11/2014, 161/2015, de 04/05/2015, 165/2015, de 10/09/2015, e 174/2016, de 31/08/2016; e CONSIDERANDO a homologação do Concurso Público Nº 001/2013; CONSIDERANDO o teor do Memorando Nº 447/2016/DGP, de 20/10/2016, da Diretoria de Gestão de Pessoas; RESOLVE :

Art.1º NOMEAR, para exercer, em caráter efetivo, o cargo de Fisioterapeuta, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, junto à Secretaria Municipal da Saúde, habilitada em concurso público de provas, FABIANE MARIA KLITZKE DOS SANTOS.

Art.2º A nomeada terá o prazo de até 30 (trinta) dias, conforme disposto no artigo 16, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, para tomar posse no respectivo cargo, contados da publicação da presente Portaria, sob pena de ser considerada desistente, devendo, na oportunidade, como condição indispensável ao ato, apresentar os seguintes documentos:

I - Comprovação de nacionalidade brasileira;

II - Comprovação da idade mínima de dezoito anos;

III - Quitação com as obrigações eleitorais;

IV - Comprovação do nível de escolaridade exigida para o cargo, prevista em Lei e/ou Edital, se for o caso;

V - Comprovação de inscrição no órgão de classe;

VI - Declaração de bens;

VII - Declaração de inexistência ou acumulação lícita de cargo ou emprego público;

VIII - Laudo médico de saúde física e mental de capacidade laboral compatível com o cargo, na forma da legislação municipal e do edital;

IX - Comprovante de inscrição no cadastro de pessoas físicas - CPF;

X - Carteira de identidade;

XI - Título de eleitor;

XII - Certidão negativa de antecedentes criminais da Justiça Estadual, Federal, Eleitoral e do Conselho Nacional de Justiça dos últimos cinco anos onde tenha residido.

Parágrafo único. A ausência da apresentação de qualquer um dos documentos elencados nos incisos anteriores ou o não atendimento das condições exigidas pelo edital implica em inabilitação para a posse e o exercício do cargo, tornando sem efeito o ato de nomeação.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 20 de outubro de 2016.
DIETER JANSSEN
Prefeito

PORTARIA Nº 871/2016

PORTARIANº 871/2016

Homologa Avaliação de Desempenho de Estágio Probatório.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal Nº 119/2012, de 23/03/2012, regulamentada pelo Decreto Municipal Nº 8.509/2012, de 23/03/2012, alterado pelo Decreto Municipal Nº 8.908/2012, de 20/09/2012; e

CONSIDERANDO os documentos constantes do Processo de Avaliação de Estágio Probatório, avaliados pela COMISSÃO designada através do Decreto Municipal Nº 8.571/2012, e alterações, Atestado de Saúde Ocupacional e à vista do parecer final da autoridade competente, que

considerou o(a) servidor(a) "APTO(A) - Atende as expectativas", para o exercício do cargo público;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 048/2016/CAEDep, de 20/10/2016, da Comissão de Avaliação Especial de Desempenho do Servidor em Estágio Probatório;

RESOLVE :

Art.1º HOMOLOGAR as Avaliações de Desempenho de Estágio Probatório, considerando APTO(A) para exercer as atribuições do cargo público os servidores a seguir relacionados:

NOME	MAT.	CARGO	LOTAÇÃO	DATA INICIAL	DATA FINAL
Ana Paula Queiroz	10441	Agente de Limpeza e Conservação	Secretaria Municipal da Educação	15/05/13	15/05/16
Andrea Claudia Bonatelli Alves	10344	Administradora	Secretaria Municipal da Fazenda	06/11/12	06/05/16
Aneli Bernardete Heinzen	10424	Professora de Educação Infantil - Ensino Superior	Secretaria Municipal da Educação	14/05/13	14/05/16
Bruno Roque Deretti	10436	Agente Administrativo	Secretaria Municipal da Assistência Social, Criança e Adolescente	09/05/13	09/05/16
Claudineia de Souza Silva	10059	Agente de Alimentação e Nutrição	Secretaria Municipal da Educação	08/03/12	08/09/15
Daniela Mezon	10407	Professora de Educação Infantil - Ensino Superior	Secretaria Municipal da Educação	18/04/13	19/05/16
Daniele Marques da Silva	10218	Fiscal Tributaria	Secretaria Municipal da Fazenda	16/05/12	11/02/16
Elenita Ramos Graf	10451	Professora de Ensino Fundamental - Licenciatura Plena	Secretaria Municipal da Educação	16/05/13	16/05/16
Everton de Oliveira Curty	10447	Operador de Máquinas Pesadas	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos	02/05/13	02/05/16
Ferminia Francisca de Oliveira Klein	10431	Professora de Educação Infantil - Ensino Superior	Secretaria Municipal da Educação	13/05/13	13/05/16
Fernanda Gehlen Tessaro	10449	Psicóloga	Secretaria Municipal da Assistência Social, Criança e Adolescente	13/05/13	13/05/16
Franciele Rodrigues da Rosa Soares	10454	Professora de Ensino Fundamental - Licenciatura Plena	Secretaria Municipal da Educação	06/05/13	6/05/16
Gisele Cristiane de Oliveira	9259	Professora de Educação Infantil - Ensino Superior	Secretaria Municipal da Educação	02/05/13	02/05/16
Jackson Feller	10456	Psicólogo	Secretaria Municipal da Educação	20/05/13	20/05/16
Janete Hansen	10448	Psicóloga	Secretaria Municipal da Assistência Social, Criança e Adolescente	14/05/13	14/05/16
Lucinei da Silva	10360	Operador de Máquinas Leves	Secretaria Municipal do Desenvolvimento Rural e Agricultura	18/03/13	08/05/16
Lurdes Cristina Marcarini de Maça-neiro	10425	Professora de Educação Infantil - Ensino Superior	Secretaria Municipal da Educação	07/05/13	07/05/16
Marcelo Luiz Peters	10445	Operador de Máquinas Leves	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos	06/05/13	06/05/16
Maria Celia Fideles	10444	Agente de Alimentação e Nutrição	Secretaria Municipal da Educação	09/05/13	09/05/16
Nicolle Ramos Andreatta	9895	Médica Especialista	Secretaria Municipal da Saúde	13/03/12	13/05/16
Pamela Selhorst	10432	Professora de Educação Infantil - Ensino Superior	Secretaria Municipal da Educação	02/05/13	02/05/16
Roseneia Oestereich	10406	Professora de Educação Infantil - Ensino Superior	Secretaria Municipal da Educação	18/04/13	18/05/16
Sandra Lopes Stefan	10455	Agente Comunitária de Saúde	Secretaria Municipal da Saúde	20/05/13	20/05/16
Silvane Salete Maia Perdon	10428	Professora de Educação Infantil - Ensino Superior	Secretaria Municipal da Educação	02/05/13	02/05/16
Sirlene Walz Ramos	10458	Pedagoga	Secretaria Municipal da Assistência Social, Criança e Adolescente	20/05/13	20/05/16
Sulani Eccel Burger	10427	Professora de Educação Infantil - Ensino Superior	Secretaria Municipal da Educação	02/05/13	02/05/16
Suzana Leite da Silva Ribeiro	7899	Coordenadora Pedagógica	Secretaria Municipal da Educação	09/04/13	09/04/16

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 21 de outubro de 2016.

DIETER JANSSEN
Prefeito

SAMAE - LICITAÇÃO Nº: 167/2016

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE

JARAGUÁ DO SUL – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO Nº: 167/2016

TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

MODALIDADE: PREGÃO

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS, DESCARTÁVEIS E MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA.

RETIRADA DO EDITAL: A partir do dia 25/10/2016, das 8:00 h às 12:00 h e das 13:00 às 16:00 h

DATA DA ABERTURA: 08/11/2016 às 14 horas

O Edital encontra-se à disposição dos interessados no escritório do SAMAE, na Rua Erwino Menegotti, nº 478 – Jaraguá do Sul – SC- Site: www.samaejs.com.br

Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone 047– 2106-9100

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

SEMED - PORTARIA Nº 848 /2016

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

PORTARIA Nº 848 /2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 002/93, de 20 de dezembro de 1993,

RESOLVE:

Art. 1º RETIFICAR o nome constante na Portaria abaixo:

PORTARIA Nº 0828/2016 de 20/10/2016 da Agente de Alimentação e Nutrição, CLARILDA NUNES DE SOUZA SANTOS, considerando correto CLARILDA NUNES DE SOUZA.

Jaraguá do Sul, 24 de outubro de 2016.

ELSON QUIL CARDOZO

Secretário Municipal da Educação

Joaçaba

PREFEITURA

258/2015 PMJ TA 02

CONTRATO Nº 258/2015/PMJ – TA 02

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.939.380/0001-99, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, doravante denominado CONTRATANTE, e a Empresa INDEX AMBIENTAL LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.632.169/0001-67, estabelecida na Rua Euclides Bandeira, nº 1635, Bairro Centro Cívico, no Município de Curitiba - PR, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo Sr. Rodrigo de Almeida, portador da C. I. nº 7.981.463-6 e CPF nº 026.586.359-74, residente e domiciliado na cidade de Curitiba - PR, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 258/2015/PMJ, firmado em 14/09/2015, proveniente do Processo de Licitação nº 73/2015/PMJ – Convite nº 6/2015/PMJ, cujo objeto é a execução pela CONTRATADA, dos serviços de monitoramento da área do entorno das águas subterrâneas do Cemitério Frei Edgar, no Município de Joaçaba, SC, onde se ADITA a CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO

O valor mensal do contrato fica reajustado em 9,15%, correspondente à variação do INPC/IBGE no período de 14/09/2015 a 13/09/2015, passando, o valor anual, de R\$ 22.000,00 para R\$ 24.013,00 (vinte e quatro mil e treze reais), a partir de 24 de outubro de 2016. Em face da alteração, os valores unitários dos seguintes itens ficam alterados para:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN	QTDE (trimestres)	UNITÁRIO R\$	TOTAL R\$
1	ANÁLISES LABORATORIAIS	SV	04	3.072,57	12.290,29
2	RELATÓRIO TÉCNICO FOTOGRÁFICO.	SV	04	2.930,67	11.722,71

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 21 de outubro de 2016.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

CONTRATANTE

RAFAE LASKE - Prefeito

INDEX AMBIENTAL LTDA

CONTRATADA

RODRIGO DE ALMEIDA- Administrador

Testemunhas:

1 _____

2 _____

DECRETO Nº 5.011 DE 21 DE OUTUBRO DE 2016.

DECRETO Nº 5.011 DE 21 DE OUTUBRO DE 2016.

NOMEIA COMISSÃO DE TRANSIÇÃO DE GOVERNO, QUE ESPECIFICA.

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º NOMEIA os cidadãos abaixo relacionados para compor a Comissão Interna de Transição de Governo, a desenvolver os trabalhos junto à Administração Municipal, a partir de 21 de outubro de 2016:

AUGUSTO ZAGONEL

CELSO FELIPE BORDIN

DELCIR DOTTI

DIOCLESIO RAGNINI

FERNANDA BRAGA
GEOVANA DENARDI
HIPOLITO KREMER
JOÃO CARLOS TOLEDO SAMPAIO
JORGE LUIZ DRESCH
JUCELINO JORGE FERRAZ
JULIANA DARTORA
MAIKEL PATRZYKOT
PAULA KLEBER
PEDRO DORLI BELOTO
RAFAEL LASKE
ROBERTO MINATTI
TIAGO DUPONT
VÂNIA BRANDALIZE
VILSON SARTORI

Art. 2º As atividades a serem desempenhadas pelos membros ora nomeados são caracterizadas por “múnus público”.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba(SC), em 21 de outubro de 2016.

RAFAEL LASKE

Prefeito

DECRETO Nº 5.012 DE 24 DE OUTUBRO DE 2016

DECRETO Nº 5.012 DE 24 DE OUTUBRO DE 2016

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 5.036,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal de Joaçaba, autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 109.000,00 (cento e nove mil reais), destinados a suplementar as dotações abaixo descritas, no Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde:

Órgão: 18 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Proj./Atividade: 2.123 – BLVGS: BLOCO DE VIGILANCIA EM SAUDE.

(31) Modalidade Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000

Valor: R\$ 30.000,00

Órgão: 18 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Proj./Atividade: 2.123 – BLVGS: BLOCO DE VIGILANCIA EM SAUDE.

(32) Modalidade Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0002

Valor: R\$ 79.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação da dotação apontada no artigo 1º, são provenientes das anulações das seguintes dotações:

Órgão: 18 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Proj./Atividade: 2.124 BLMAC: BLOCO ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

(21) Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000

Valor: R\$ 30.000,00

Órgão: 18 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Proj./Atividade: 1.065 – BLINV – REFORMA /AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ESF - FMS

(7) Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0002

Valor: R\$ 20.000,00

Órgão: 18 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Proj./Atividade: 2.125 BLAFB: BLOCO ASSISTENCIA FARMACEUTICA – COMPONENTE BASICO

(26) Modalidade Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0002

Valor: R\$ 59.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, SC, em 24 de outubro de 2016.
RAFAEL LASKE
Prefeito

DECRETO Nº 5.013 DE 24 DE OUTUBRO DE 2016.

DECRETO Nº 5.013 DE 24 DE OUTUBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 5.037,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo do Município de Joaçaba, autorizado a abrir crédito adicional até a importância de R\$ 149.399,00 (cento e quarenta e nove mil, trezentos e noventa e nove reais), destinados a suplementar as dotações abaixo descritas, pertencentes ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Joaçaba:

ÓRGÃO 02: ASSESSORIA DO GABINETE DO PREFEITO

Unidade: 01 – Assessoria de Eventos

Proj./Atividade 1.074 Implantação e Manutenção do Programa Cidade Digital

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000-14

Valor: R\$ 5.921,57

ÓRGÃO 05: SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA

Unidade: 01 – Secretaria Municipal de Gestão Financeira

Proj./Atividade 2.030 Encargos Gerais do Município

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0000 – 215

Valor: R\$ 4.419,82

Modalidade Aplicação: 3.3.91.00.00.00.00.00.01.0000 – 63

Valor: R\$ 8.028,43

ÓRGÃO 07: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 – Secretaria Municipal de Educação

Proj./Atividade 2.047: Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001 – 101

Valor: R\$ 1.770,20

Modalidade Aplicação: 3.3.91.00.00.00.00.00.01.0001 – 103

Valor: R\$ 5.000,00

Proj./Atividade 2.083 Manutenção da Alimentação Escolar Ensino Fundamental

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – 85

Valor: R\$ 15.000,00

Proj./Atividade 2.098 Manutenção da Alimentação Escolar Educação Infantil

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – 87

Valor: R\$ 10.000,00

Proj./Atividade 2.098 Manutenção da Alimentação Escolar Educação Pré Escolar

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – 89

Valor: R\$ 9.728,25

Proj./Atividade 2.118 Manutenção da Frota da Secretaria de Educação

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0036 – 107

Valor: R\$ 22.163,91

Órgão: 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

Unidade orçamentária: 01 Secretaria Municipal de Infraestrutura

Proj./Atividade: 2.035 Manutenção da Secretaria de Infraestrutura

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000-162	
---------------------------------------------------------	--

Valor: R\$ 8.000,00

Modalidade Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000-161	
---------------------------------------------------------	--

Valor: R\$ 18.316,82

Proj./Atividade: 1.025 Pavimentação e conservação de Vias Públicas

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000-141	
---------------------------------------------------------	--

Valor: R\$ 40.000,00

ÓRGÃO 21 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social

Proj./Atividade 1.024 Construção e Reforma de Unidades Habitacionais Populares

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 – 204

Valor: R\$ 1.050,00

Art. 2º - O crédito autorizado no artigo anterior será coberto com o recurso proveniente da anulação das dotações abaixo descritas:

ÓRGÃO 02: ASSESSORIA DO GABINETE DO PREFEITO

Unidade: 01 – Assessoria de Eventos

Proj./Atividade 2.023 Manutenção da Gerência de Eventos

Modalidade Aplicação: 3.3.50.00.00.00.00.00.01.0000-25

Valor: R\$ 24.728,25

Unidade: 08 Administração Terminal Rodoviário e Cemitério Municipal

Proj./Atividade 2.025 Manutenção do Terminal Rodoviário

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000-37

Valor: R\$ 10.000,00

ÓRGÃO 05: SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Unidade: 01 – Secretaria Municipal de Gestão Administrativa

Proj./Atividade 2.028 Manutenção da Secretaria de gestão Administrativa

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – 58

Valor: R\$ 10.000,00

ÓRGÃO 07: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 – Secretaria Municipal de Educação

Proj./Atividade 1.035 Construção e ampliação de Unidades e Parques de Educação Infantil

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0036 – 113

Valor: R\$ 22.083,11

Proj./Atividade 1.038 Aquisição de Equipamento e Material Permanente Ensino Fundamental

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0001 – 96

Valor: R\$ 770,20

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0036 – 97

Valor: R\$ 80,80

Proj./Atividade 1.038 Aquisição de Equipamento e Material Permanente Educação Infantil

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0001 – 114

Valor: R\$ 1.000,00

Órgão: 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

Unidade orçamentária: 01 Secretaria Municipal de Infraestrutura

Proj./Atividade: 1.026 Construção de Praças e Jardins

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000-146	
---------------------------------------------------------	--

Valor: R\$ 7.837,26

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000-147	
---------------------------------------------------------	--

Valor: R\$ 11.453,47

Proj./Atividade: 1.027 Construção e Recuperação de Calçadas/Passeios

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000-148	
---------------------------------------------------------	--

Valor: R\$ 4.000,00

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000-149	
---------------------------------------------------------	--

Valor: R\$ 1.000,00

Proj./Atividade: 1.046 Implantação e Recuperação da Rede Pluvial

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000-150	
---------------------------------------------------------	--

Valor: R\$ 2.577,00

Proj./Atividade: 1.050 Pavimentação da Via de Acesso ao Aeroporto

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000-152	
---------------------------------------------------------	--

Valor: R\$ 1.000,00

Proj./Atividade: 1.059 Esgoto Sanitário Urbano

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000-168	
---------------------------------------------------------	--

Valor: R\$ 1.000,00

Proj./Atividade: 1.070 Obras de Drenagem, Contenção e Canalização

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000-154	
---------------------------------------------------------	--

Valor: R\$ 20.000,00

Proj./Atividade: 1.071 Construção e Recuperação de Pontes, Pontilhões e Passarelas

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000-156	
---------------------------------------------------------	--

Valor: R\$ 2.674,43

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000-157	
---------------------------------------------------------	--

Valor: R\$ 3.130,64

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0000-243	
---------------------------------------------------------	--

Valor: R\$ 3.130,93

Proj./Atividade:1.079 Construção e Recuperação de Abrigo de Passageiros

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000-169	
---------------------------------------------------------	--

Valor: R\$ 7.750,00

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000-170	
---------------------------------------------------------	--

Valor: R\$ 1.000,00

Proj./Atividade:2.036 Manutenção do Trânsito- Prefeitura

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000-132	
---------------------------------------------------------	--

Valor: R\$ 1.844,02

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0000-271	
---------------------------------------------------------	--

Valor: R\$ 1.288,89

ÓRGÃO 10: CONSELHO TUTELAR

Unidade: 01 – Conselho Tutelar

Proj./Atividade 2.091 Manutenção das Atividades do Conselho Tutelar

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – 175

Valor: R\$ 10.000,00

ÓRGÃO 21 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social

Proj./Atividade 3.096 Manutenção do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social

Modalidade Aplicação: 3.3.50.00.00.00.00.00.01.0000 – 206

Valor: R\$ 50,00

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 – 208

Valor: R\$ 1.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, SC, em 24 de outubro de 2016.

RAFAEL LASKE

Prefeito

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 01/2016 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 6.511/2016

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 01/2016

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

01/2016

Cientificamos pelo presente edital a Empresa Miranda e Miranda Comércio de Peças e Serviços em Máquinas Pesadas Ltda do depoimento do Sr. NÉVIO CARRER, no dia 27/10/2016 às 09:00 horas na Sala do PLASS, situada na AV XV de Novembro, 378, Subsolo, Centro referente ao Processo Administrativo conforme portaria n.º 6.511 de 05 de setembro de 2016 do Exmo. Sr Prefeito Municipal Rafael Laske, a fim que se apure a realização ou não de serviços mencionados pela Empresa Miranda e Miranda Comércio de Peças e Serviços em Máquinas Pesadas Ltda diante do pedido protocolado sob o n.º 1578/2016, bem como parecer jurídico.

Joaçaba-SC, 24 de outubro de 2016.

Tiago Dupont Giumbelli

Presidente da Comissão

LEI Nº 5.036 DE 24 DE OUTUBRO DE 2016.

LEI Nº 5.036 DE 24 DE OUTUBRO DE 2016.

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal de Joaçaba, autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 109.000,00 (cento e nove mil reais), destinados a suplementar as dotações abaixo descritas, no Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde:

Órgão: 18 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Proj./Atividade: 2.123 – BLVGS: BLOCO DE VIGILANCIA EM SAUDE.

(31) Modalidade Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000

Valor: R\$ 30.000,00

Órgão: 18 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Proj./Atividade: 2.123 – BLVGS: BLOCO DE VIGILANCIA EM SAUDE.

(32) Modalidade Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0002

Valor: R\$ 79.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação da dotação apontada no artigo 1º, são provenientes das anulações das seguintes dotações:

Órgão: 18 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Proj./Atividade: 2.124 BLMAC: BLOCO ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

(21) Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000

Valor: R\$ 30.000,00

Órgão: 18 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Proj./Atividade: 1.065 – BLINV – REFORMA /AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ESF - FMS

(7) Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0002

Valor: R\$ 20.000,00

Órgão: 18 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Proj./Atividade: 2.125 BLAFB: BLOCO ASSISTENCIA FARMACEUTICA – COMPONENTE BASICO

(26) Modalidade Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0002

Valor: R\$ 59.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, SC, em 24 de outubro de 2016.

RAFAEL LASKE

Prefeito

LEI Nº 5.037 DE 24 DE OUTUBRO DE 2016.

LEI Nº 5.037 DE 24 DE OUTUBRO DE 2016.

"DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Joaçaba, (SC).

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo do Município de Joaçaba, autorizado a abrir crédito adicional até a importância de R\$ 149.399,00 (cento e quarenta e nove mil, trezentos e noventa e nove reais), destinados a suplementar as dotações abaixo descritas, pertencentes ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Joaçaba:

ÓRGÃO 02: ASSESSORIA DO GABINETE DO PREFEITO

Unidade: 01 – Assessoria de Eventos

Proj./Atividade 1.074 Implantação e Manutenção do Programa Cidade Digital

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000-14

Valor: R\$ 5.921,57

ÓRGÃO 05: SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA

Unidade: 01 – Secretaria Municipal de Gestão Financeira

Proj./Atividade 2.030 Encargos Gerais do Município

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0000 – 215

Valor: R\$ 4.419,82

Modalidade Aplicação: 3.3.91.00.00.00.00.00.01.0000 – 63

Valor: R\$ 8.028,43

ÓRGÃO 07: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 – Secretaria Municipal de Educação

Proj./Atividade 2.047: Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001 – 101

Valor: R\$ 1.770,20

Modalidade Aplicação: 3.3.91.00.00.00.00.00.01.0001 – 103

Valor: R\$ 5.000,00

Proj./Atividade 2.083 Manutenção da Alimentação Escolar Ensino Fundamental

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – 85

Valor: R\$ 15.000,00

Proj./Atividade 2.098 Manutenção da Alimentação Escolar Educação Infantil

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – 87

Valor: R\$ 10.000,00

Proj./Atividade 2.098 Manutenção da Alimentação Escolar Educação Pré Escolar

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – 89

Valor: R\$ 9.728,25

Proj./Atividade 2.118 Manutenção da Frota da Secretaria de Educação

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0036 – 107

Valor: R\$ 22.163,91

Órgão: 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

Unidade orçamentária: 01 Secretaria Municipal de Infraestrutura

Proj./Atividade: 2.035 Manutenção da Secretaria de Infraestrutura

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000-162	
---------------------------------------------------------	--

Valor: R\$ 8.000,00

Modalidade Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000-161	
---------------------------------------------------------	--

Valor: R\$ 18.316,82

Proj./Atividade: 1.025 Pavimentação e conservação de Vias Públicas

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000-141	
---------------------------------------------------------	--

Valor: R\$ 40.000,00

ÓRGÃO 21 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social

Proj./Atividade 1.024 Construção e Reforma de Unidades Habitacionais Populares

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 – 204

Valor: R\$ 1.050,00

Art. 2º - O crédito autorizado no artigo anterior será coberto com o recurso proveniente da anulação das dotações abaixo descritas:

ÓRGÃO 02: ASSESSORIA DO GABINETE DO PREFEITO

Unidade: 01 – Assessoria de Eventos

Proj./Atividade 2.023 Manutenção da Gerência de Eventos

Modalidade Aplicação: 3.3.50.00.00.00.00.00.01.0000-25

Valor: R\$ 24.728,25

Unidade: 08 Administração Terminal Rodoviário e Cemitério Municipal

Proj./Atividade 2.025 Manutenção do Terminal Rodoviário

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000-37

Valor: R\$ 10.000,00

ÓRGÃO 05: SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Unidade: 01 – Secretaria Municipal de Gestão Administrativa

Proj./Atividade 2.028 Manutenção da Secretaria de gestão Administrativa

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – 58

Valor: R\$ 10.000,00

ÓRGÃO 07: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 – Secretaria Municipal de Educação

Proj./Atividade 1.035 Construção e ampliação de Unidades e Parques de Educação Infantil

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0036 – 113

Valor: R\$ 22.083,11

Proj./Atividade 1.038 Aquisição de Equipamento e Material Permanente Ensino Fundamental

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0001 – 96

Valor: R\$ 770,20

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0036 – 97

Valor: R\$ 80,80

Proj./Atividade 1.038 Aquisição de Equipamento e Material Permanente Educação Infantil

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0001 – 114

Valor: R\$ 1.000,00

Órgão: 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

Unidade orçamentária: 01 Secretaria Municipal de Infraestrutura

Proj./Atividade: 1.026 Construção de Praças e Jardins

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000-146	
---------------------------------------------------------	--

Valor: R\$ 7.837,26

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000-147	
---------------------------------------------------------	--

Valor: R\$ 11.453,47

Proj./Atividade: 1.027 Construção e Recuperação de Calçadas/Passeios

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000-148	
---------------------------------------------------------	--

Valor: R\$ 4.000,00

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000-149	
---------------------------------------------------------	--

Valor: R\$ 1.000,00

Proj./Atividade: 1.046 Implantação e Recuperação da Rede Pluvial

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000-150	
---------------------------------------------------------	--

Valor: R\$ 2.577,00

Proj./Atividade: 1.050 Pavimentação da Via de Acesso ao Aeroporto

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000-152	
---------------------------------------------------------	--

Valor: R\$ 1.000,00

Proj./Atividade: 1.059 Esgoto Sanitário Urbano

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000-168	
---------------------------------------------------------	--

Valor: R\$ 1.000,00

Proj./Atividade: 1.070 Obras de Drenagem, Contenção e Canalização

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000-154	
---------------------------------------------------------	--

Valor: R\$ 20.000,00

Proj./Atividade: 1.071 Construção e Recuperação de Pontes, Pontilhões e Passarelas

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000-156	
---------------------------------------------------------	--

Valor: R\$ 2.674,43

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000-157	
---------------------------------------------------------	--

Valor: R\$ 3.130,64

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0000-243	
---------------------------------------------------------	--

Valor: R\$ 3.130,93

Proj./Atividade: 1.079 Construção e Recuperação de Abrigo de Passageiros

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000-169	
---------------------------------------------------------	--

Valor: R\$ 7.750,00

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000-170	
---------------------------------------------------------	--

Valor: R\$ 1.000,00

Proj./Atividade: 2.036 Manutenção do Trânsito- Prefeitura

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000-132	
---------------------------------------------------------	--

Valor: R\$ 1.844,02

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0000-271	
---------------------------------------------------------	--

Valor: R\$ 1.288,89

ÓRGÃO 10: CONSELHO TUTELAR

Unidade: 01 – Conselho Tutelar
Proj./Atividade 2.091 Manutenção das Atividades do Conselho Tutelar
Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – 175
Valor: R\$ 10.000,00

ÓRGÃO 21 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
Unidade: 01 – Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social
Proj./Atividade 3.096 Manutenção do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social
Modalidade Aplicação: 3.3.50.00.00.00.00.00.01.0000 – 206
Valor: R\$ 50,00
Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 – 208
Valor: R\$ 1.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, SC, em 24 de outubro de 2016.
RAFAEL LASKE
Prefeito

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA

RESUMO DO CONTRATO JHL0078/2016

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA-HERVAL D' OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0078/2016
TERMO DE PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO JHL0043/2016
PROCESSO JHL 0017/2016
PROTOCOLO Nº 0745/2016
Data assinatura: 21/10/2016

Objeto Com fundamento no artigo 65, § 1º, inciso II da Lei 8666/93, , as partes resolvem realizar acréscimos a razão de R\$ 35.470,40 (Trinta e cinco mil, quatrocentos e setenta reais e quarenta centavos), passando o valor total a ser pago à Contratada de R\$ 1.490.376,73 (Hum milhão, quatrocentos e noventa mil, trezentos e setenta e seis reais e setenta e três centavos).

Contratado: ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA

Valor Contratado: R\$ R\$ R\$ 35.470,40 (Trinta e cinco mil, quatrocentos e setenta reais e quarenta centavos)

PROGRAMA: PERMANECE O MESMO DO CONTRATO ORIGINAL

ELEMENTO: PERMANECE O MESMO DO CONTRATO ORIGINAL

Prazo de vigência: 24/10/2016.

Aluir Flemming – Diretor Presidente do SIMAE

Lages

PREFEITURA

EXTRATO 1º ADT ARP 03-D/2016 PML

O MUNICIPIO DE LAGES TORNA PUBLICO:

1º TERMO ADITIVO A ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 03-E/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 147/2015

PROCESSO Nº 298/2015

lavra o presente termo aditivo a Ata de Registro de Preços (ARP), referente ao Pregão 147/2015 – PML, que objetiva Aquisição de Gêneros Alimentícios para consumo nas Unidades Escolares Municipais, no exercício de 2016, conforme as seguintes alterações:

Conforme negociação de reajuste, efetuada entre a Empresa e a Secretaria da Educação, com previsão legal nos termos dos arts. 18 e 19 do Decreto Federal nº 7.892/2013, repetido no Art. 9, §§ 3º, 4º e 5º do Decreto Municipal nº 8.928/2007. Fica reajusto, com base na pesquisa mercadológica efetuada pela Secretaria da Fazenda Junto ao Of. nº 266/2016 e com parecer jurídico PROGEM nº 942/2016 favorável, o valor do item 23 Feijão Anão Preto passando de R\$ 4,15 (quatro reais e quinze centavos) para R\$ 5,99 (cinco reais e noventa e nove centavos). Retroagindo a data do requerimento Administrativo, dia 26/09/2016.

As demais cláusulas e condições permanecem inalteradas.

CEREALISTA GRÃO EM GRÃO LTDA – EPP CNPJ 10.935.127/0001-56 RUA MAJOR SOARES DO NASCIMENTO, 833 SÃO FRANCISCO – SANTO AMARA DA IMPERATRIZ/SC

Lages, 24 de outubro de 2016.

Antonio Arcanjo Duarte (em exercício)

Prefeito Municipal

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 14/2016 SEMASA

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO, N.º 14/2016 SEMASA

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO – SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADA FNL CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA EPP inscrita no CNPJ sob n.º 05.150.405/0001-20, com Rua Santa Cruz, nº 1555 salas 04 e 05 Centro Lages/SC CEP 88.501-030.

resolvem celebrar este 1º Termo Aditivo ao Contrato 14/2016, Conforme parecer jurídico nº 934/2016, Processo Licitatório nº 21/2016, correlato Tomada de Preços nº 03/2016, a homologado em 27/06/2016, consoante as seguintes alterações:

Conforme solicitação de Acréscimo, efetuada pela SEMASA Of. nº 415/2016, com anuência da Secretaria da Fazenda Of. nº 264/2016 e com Parecer Jurídico PROGEM nº 934/2016, favorável, ADITA-SE ao valor inicialmente contratado, a quantia de R\$ 6.626,80 (seis mil seiscentos e vinte e seis reais e oitenta centavos), que representa 5.55% do valor do contrato.

As demais cláusulas e condições permanecem inalteradas.

Lages, 24 de outubro de 2016.

Benjamin Schultz

Prefeito Municipal

EXTRATO 2º ADT ARP 12/2015 SMS

O MUNICIPIO DE LAGES TORNA PÚBLICO:

2º TERMO ADITIVO A ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 45/2015

PROCESSO Nº 74/2015

Conforme solicitação de reajuste, efetuada pela Empresa Requerimento Adm. nº 9265/2016, com anuência da secretaria da fazenda nº 263/2016 e com parecer Jurídico PROGEM nº 933/2016 fica

reajusta da seguinte forma:

CLÁUSULA IV – DOS PREÇOS

Item 18 – CINARZINA 25mg, passando de R\$ 0,0729 a unidade para R\$ 0,0910 a unidade;

Retroagindo a data do requerimento dia 14/09/2016.

As demais cláusulas e Condições permanecem inalteradas.

COMERCIAL CIRURGICA RIO CLARENSE LTDA, INSCRITA NO CNPJ SOB Nº 67.729.178/0004-91, ESTABELECIDADA NA RUA SAUDADE, 45 A CAMPO DA MOGIANA POÇOS DE CALDAS/MG.

Lages, 24 de outubro de 2016.

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal (em Exercício)

EXTRATO RETIFICAÇÃO 1º ADT CONTRATO 02/2016 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO, N.º 02/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: DECC CONSTRUÇÕES LTDA inscrita no CNPJ sob nº 05.004.688/0001-00, estabelecida na Rua Isidoro Maito, 71 sala 01, Bairro Centro, em Concórdia/SC – CEP. 89.700-000

RETIFICAÇÃO AO 1º Termo Aditivo do Contrato 02/2016, conforme parecer jurídico nº 939/2016, Processo Licitatório nº 256/2015, correlato à Concorrência nº 12/2015, do tipo Menor Preço Global, em regime de empreitada por preço unitário, aberta em 16/11/2015 e homologada em 18/01/2016.

Conforme solicitação de RETIFICAÇÃO ao 1º termo aditivo do contrato 02/2016, efetuada pela Secretaria da Educação, Ofício 961/2016, com análise e anuência da Secretaria da Fazenda Ofício nº 267/2016, e com parecer jurídico PROGEM nº 939/2016 favorável, fica retificado o termo com o seguinte valor:

Acréscimo de valor de R\$ 315.554,86 (trezentos e quinze mil quinhentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e seis centavos), que representa aumento de 8,82%;

Supressão de R\$ 78.885,88 (setenta e oito mil oitocentos e oitenta e cinco mil e oitenta e oito centavos), que representa uma diminuição de 2,20%

As demais cláusulas e condições permanecem inalteradas.

Lages, 24 de outubro de 2016.

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal (em Exercício)

Laguna

PREFEITURA

DECRETO 4.735

DECRETO Nº 4.735, DE 20 DE OUTUBRO DE 2016.

“DECLARA DE INTERESSE SOCIAL O LOTEAMENTO NOVA LAGUNA SPE LTDA”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Everaldo dos Santos, no uso das suas atribuições legais, e de conformidade com o inciso XXV do artigo 68 da Lei Orgânica do Município; e;

Considerando o que consta nos processos administrativos nº 4912/2015 e 6121/2015;

Considerando que o empreendimento está inserido na Zona Residencial do tipo 2 (ZR2);

Considerando a alteração do art. 47, § 1º, da Lei Municipal nº 1.653, de 11 de dezembro de 2013, com a redação dada pela pelo art. 1º, da Lei 1.832, de 17 de agosto de 2015;

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarado de interesse social o Loteamento Nova Laguna SPE LTDA.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Lebon Régis

PREFEITURA

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:11/2016

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:11/2016

Pregão Nº PR14/2016_RP11 Processo44/2016

OBJETO: A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇO para possível aquisição de gêneros alimentícios e produtos de higiene e limpeza, conforme especificações contidas no Edital e seus anexos. Administrador: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS. Fornecedores: AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (05.919.156/0001-94). Valor total R\$ 21.870,20. SUPERMERCADOS CEREAL LTDA (83.054.924/0001-06) Valor R\$50.635,50. JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI-ME CNPJ 13.965.228/0001-68 Valor R\$150.650,90. Vigência:20/10/2016. Término:20/10/2017. Lebon Régis,20/10/2016.

Ludovino Labas-Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATUAL 1º TERMO ADITIVO CONTRATO 70/2015

EXTRATO CONTRATUAL 1º TERMO ADITIVO

Contrato Nº: 70/2015 licitação: PE02/2015.

Objeto: Fica alterada a cláusula sexta do Contrato em epígrafe para renova-lo por 12 (doze) meses, alterando o seu vencimento para 28/10/2017, com base legal no artigo 57, inciso II, da Lei 8.666/93 e por haver interesse de ambas as partes. Contratante: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

Contratado: PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS - 61.198.164/0001-60. Valor: R\$ 2.953,00 (dois mil novecentos e cinquenta e três reais).

Vigência: 29/10/2016. Término: 28/10/2017

Lebon Régis, 24/10/2016.

Ludovino Labas-Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATUAL 1º TERMO ADITIVO CONTRATO 71/2015

EXTRATO CONTRATUAL 1º TERMO ADITIVO

Contrato Nº: 71/2015 licitação: PE02/2015.

Objeto: Fica alterada a cláusula sexta do Contrato em epígrafe para renova-lo por 12 (doze) meses, alterando o seu vencimento para 28/10/2017, e os valores reajustados pelo IGP-M acumulado no período, com base legal no artigo 57, inciso II, da Lei 8.666/93 e por haver interesse de ambas as partes. Contratante: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS. Contratado: GENTE SEGURADORA S/A – CNPJ90.180.605/0001-02. Valor: R\$ 4.316,13 (quatro mil trezentos e dezesseis reais com treze centavos).

Vigência: 29/10/2016. Término: 28/10/2017

Lebon Régis, 24/10/2016.

Ludovino Labas-Prefeito Municipal

HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO PR14/2016

HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

Pregão Nº PR14/2016_RP1144/2016

OBJETO: Firmar ATA DE REGISTRO DE PREÇOS para aquisição futura e parcelada de gêneros alimentícios e materiais de limpeza, para manutenção das atividades da Secretaria de Educação, Secretaria de Assistência Social e Secretaria de Saúde do Município de Lebon Régis, conforme descrição e características constantes no Edital. Data de Homologação: 20/10/2016. Licitantes Homologados: JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI – ME valor total R\$150.650,90 (cento e cinquenta mil seiscentos e cinquenta reais com noventa centavos);

AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA valor total R\$21.870,20 (vinte e um mil oitocentos e setenta reais com vinte centavos); SUPERMERCADOS CEREAL LTDA valor total R\$50.635,50 (cinquenta mil seiscentos e trinta e cinco reais com cinquenta centavos). Lebon Régis, 20/10/2016.

Ludovino Labas - Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 311/2016

PORTARIA Nº 311 DE 04 DE OUTUBRO DE 2016

EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR A PEDIDO, GEOVANI LUIZ RIZZO, do cargo de Auxiliar de Assistente Social, com lotação na Secretaria de Assistência Social, a partir de 04/10/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 04 de outubro de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 04 de outubro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 312/2016

PORTARIA Nº 312 DE 04 DE OUTUBRO DE 2016

CONCEDE AUXILIO MATERNIDADE

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a funcionária ELIANE GARCIA, Professor, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, LICENÇA MATERNIDADE, a partir de 03/10/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 04 de outubro de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 04 de outubro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 313/2016

PORTARIA Nº 313 DE 06 DE OUTUBRO DE 2016

EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR A PEDIDO, JONATHAN MINSKI, do cargo de Operador de Maquinas Pesadas, com lotação na Secretaria de Serviços Municipais, a partir de 06/10/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 06 de outubro de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 06 de outubro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 314/2016

PORTARIA Nº 314 DE 10 DE OUTUBRO DE 2016

CONCEDE LICENÇA PREMIO A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER ao funcionário EDSON MEDEIROS DA SILVA, Operador de Trator Agrícola, com lotação na Secretaria de Serviços Municipais, LICENÇA PREMIO (18 DIAS), cf. Art. 96 do Estatuto dos Servidores, a partir de 10/10/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 10 de outubro de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 10 de outubro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 315/2016

PORTARIA Nº 315 DE 10 DE OUTUBRO DE 2016

EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR A PEDIDO, JESSICA INES BORGES DOS SANTOS, do cargo de Agente de Serviços Gerais, com lotação no Fundo Municipal de Saúde, a partir de 10/10/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 10 de outubro de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 10 de outubro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 316/2016

PORTARIA Nº 316 DE 17 DE OUTUBRO DE 2016

CONCEDE LICENÇA PREMIO A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER ao funcionário MAURO TIBES VEIGA, Agente de Serviços Gerais, com lotação na Secretaria de Serviços Municipais, LICENÇA PREMIO (18 DIAS), cf. Art. 96 do Estatuto dos Servidores, a partir de 17/10/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 17 de outubro de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 17 de outubro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 317/2016

PORTARIA Nº 317 DE 17 DE OUTUBRO DE 2016

CONCEDE LICENÇA PREMIO A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a funcionária DEBORA AUERSWALD DE MORAIS, Psicólogo, com lotação na Secretaria de Assistência Social, LICENÇA PREMIO (18 DIAS), cf. Art. 96 do Estatuto dos Servidores, a partir de 17/10/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 17 de outubro de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 17 de outubro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 318/2016

PORTARIA Nº 318 DE 18 DE OUTUBRO DE 2016

EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1º. EXONERAR A PEDIDO, JESSE PESENTI, do cargo de Agente de Saúde, com lotação no Fundo Municipal de Saúde, a partir de 18/10/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 18 de outubro de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 18 de outubro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 319/2016

PORTARIA Nº 319 DE 18 DE OUTUBRO DE 2016

EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1º. EXONERAR POR FALECIMENTO, MARIA DOS PRAZERES DE OLIVEIRA MATOS, do cargo de Aposentados e Pensionistas, com lotação na Secretaria de Administração, a partir de 01/10/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 18 de outubro de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 18 de outubro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 320/2016

PORTARIA Nº 320 DE 18 DE OUTUBRO DE 2016

CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a funcionária LUCIANA DA SILVA LUCENA, Ocupante do cargo de Odontólogo, com lotação no Fundo Municipal de Saúde, FÉRIAS, a partir de 01/09/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 18 de outubro de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 18 de outubro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 321/2016

PORTARIA Nº 321 DE 18 DE AGOSTO DE 2016

REVOGA A PORTARIA 298/16

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. Tornar sem efeito o ato constante da Portaria de nº 298/16, de 27 de setembro de 2016, em razão de equívoco cometido quando de sua expedição.

Art. 2º. Fica expressamente revogada a Portaria 298/16 de 27 de setembro de 2016, que determina Abertura de Processo Administrativo Sindicante para apuração de atos e fatos atribuídos ao Servidor Público TITO HURBEM DE MELO.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 18 de outubro de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 18 de outubro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 322/2016

PORTARIA Nº 322 DE 21 DE OUTUBRO DE 2016

DETERMINA ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO SINDICANTE E NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL.

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. Instaurar Processo Administrativo Sindicante para apuração de atos e fatos atribuídos ao servidor público TITO HURBEM DE MELO, fixando o prazo de 30 (trinta) dias para a conclusão, podendo ser prorrogado.

Art. 2º. Nomear, nos termos da Lei Complementar nº 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), para integrarem a Comissão Especial Sindicante, os seguintes servidores públicos municipais:

I – FERNANDO RIBEIRO DA SILVA - Presidente

II – MAIRON LEONAM RIBEIRO – Secretário

III – JUNIOR CESAR DE SOUZA MATOS– Membro

Parágrafo Único – Os servidores ora designados ficam dispensados de suas atividades funcionais durante os trabalhos de coleta em geral, bem como para a elaboração do relatório final.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 21 de outubro de 2016.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 21 de outubro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 640/2016 - HMMSA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO
PORTARIA Nº. 0640/2016 de 24 de Outubro de 2016.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º , Alínea f do Regimento Interno desta Instituição, de 14 de Maio de 1979. e Lei 076 de 12/01/2012 em seu artigo 68.

RESOLVE:

ART. 1º - CONCEDER FÉRIAS NORMAIS, a Servidora, ELAINE GRANEMANN SOUZA ocupante do cargo de ENFERMEIRA, do quadro de pessoal do Hospital, relativo ao período aquisitivo de 03/03/2015 a 02/03/2016 e período de gozo de 24/10/2016 a 22/11/2016.

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 24 de outubro de 2016.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO
Presidente

PORTARIA Nº 641/2016 - HMMSA

PORTARIA Nº. 0641/2016 DE 24 DE OUTUBRO DE 2016.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º., Alínea “f” do Regimento Interno desta instituição do Hospital, de 14 de Maio de 1979. e Lei 8.666/93.

RESOLVE:

ART. 1º/ RETIFICAR o artigo 2º. Da Portaria nº. 0566/2016 de 18/01/2016, que passa a ter a seguinte redação:

..... A investidura da referida comissão terá validade até 31/12/2016.

ART. 2º./ A própria Comissão de Licitações criada pela Portaria 0566 de 18/01/2016 é a responsável pelo recebimento dos materiais e/ou prestação de serviços decorrente dos processos licitatórios.

ART. 3º.- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se
Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 24 Outubro de 2016.
MOACIR GALENO VARELA FURTADO
Presidente

Luzerna

PREFEITURA

AVISO DE DISPENSA - PL 095/2016 - DL 016/2016 - PML

MUNICÍPIO DE LUZERNA

Processo Licitatório 095/2016

Dispensa nº 016/2016

O Município de Luzerna torna pública a Dispensa de Licitação destinada a contratação com a empresa EMP SOFTWARE CONSULTORIA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA – ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 25.032.124.0001-80, com sede na Rua Professor José Mauricio Higgins, nº 804, Bairro Boqueirão, Curitiba/PR, neste ato representada por seu sócio administrador, o Sr. WILLIAN ESTEVAM DE LIMA, brasileiro, casado, empresário, portador de documento de identidade do tipo RG nº, 10.107.666-0/SESP/PR, inscrito no CPF sob o nº 279.989.148-90, residente e domiciliado na Rua Professor José Mauricio Higgins, nº 804, Bairro Boqueirão, Curitiba/PR, para a contratação de sistema de gestão de cemitérios desenvolvido para atender a demanda de serviços e administração de cemitérios, padronizando, organizando e agilizando o atendimento aos municípios.

Valor homologado: R\$ 3.000,00

Fundamento legal: artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93.

Luzerna (SC), 24 de outubro de 2016.

Moisés Diersmann

Prefeito de Luzerna

CONTRATO PML Nº 102.16

CONTRATO PML Nº 102/2016

PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 094/2016

DISPENSA PML Nº 015/2016

Pelo presente instrumento de Contrato de Rateio, a teor das disposições constantes do Contrato de Consórcio Público do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, decorrente da ratificação por lei pelos entes consorciados, do Protocolo de Intenções e do Contrato de Programa, de um lado, o MUNICÍPIO DE LUZERNA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 01.613.428/0001-72, com sede na Avenida 16 de Fevereiro, 151, na cidade de Luzerna - SC, representado por seu Prefeito Municipal, SR. MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, agente político, residente e domiciliado na cidade de Luzerna - SC, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE – CIMCATARINA, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 12.075.748/0001-32, com sede na Rua Nereu Ramos, 761, 1º andar, sala 1, Centro, no Município de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente, SR. GILBERTO AMARO COMAZZETTO, Prefeito Municipal de Caçador, ao final assinado, doravante denominado CONTRATADO, têm entre si justo e contratado, de acordo com as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, da Lei Federal nº 11.107/2005, do Decreto Federal n. 6.017/07, do Protocolo de Intenções, das Leis de Ratificações, do Contrato de Consórcio Público do CIMCATARINA, as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1. Aplicam-se ao Contrato de Prestação de Serviços as disposições da legislação federal de licitações, Lei nº 8.666/93, e de

consórcios públicos, Lei nº 11.107/05, do Decreto nº 6.017/07, bem como a legislação municipal de ratificação do Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, Lei n. 1459/2016.

1.2. O presente contrato é celebrado por dispensa de licitação, por se tratar de município consorciado ao CIMCATARINA, nos termos do artigo 24, XXVI, da Lei Federal n. 8666/93 c/c artigo 2º, § 1º, inciso III e artigo 17, ambos da Lei Federal n. 11.107/05 e artigo 18, do Decreto Federal n. 6017/07.

CLÁUSULA SEGUNDA

DO OBJETO

2.1. O contrato presente tem por objeto a O referido estudo vai apresentar os principais elementos da área de interesse, de modo a subsidiar as ações para o desenvolvimento urbano e regional, em consonância com as Leis Municipais; nos termos da Lei Estadual nº 14.675, de 13 de abril de 2009; Lei Federal nº 11.977, de 7 de julho de 2009; da Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012 e sob as orientações do Parecer Técnico do Ministério Público de Santa Catarina no 34/2014/GAM/CIP.

CLÁUSULA TERCEIRA

DOS VALORES

3.1. O CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO o valor de R\$ 24.700,00 (vinte quatro mil e setecentos reais).

3.2. O valor está em conformidade com a "Tabela de valores para realização dos serviços de Diagnóstico Socioambiental em áreas urbanas consolidadas dos municípios não participantes do Programa Integrado de Ações de Proteção e Gestão do Meio Ambiente – PROAMA" aprovada em assembleia geral ordinária em 04 de maio de 2016.

CLÁUSULA QUARTA

DO PAGAMENTO

4.1. O CONTRATADO emitirá os respectivos Recibos, através de Boleto Bancário ou depósito em conta. O pagamento deverá ser realizado em 2 (duas) parcelas, sendo a 1ª (primeira) parcela no valor de R\$ 12.350,00 (doze mil trezentos e cinquenta reais) em até 10 dias após a assinatura do contrato e a 2ª (segunda) parcela no valor de R\$ 12.350,00 (doze mil trezentos e cinquenta reais) em até 10 dias após a entrega do diagnóstico socioambiental.

CLÁUSULA QUINTA

DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. O Diagnóstico Socioambiental será elaborado por profissionais devidamente qualificados, composto pela equipe técnica do CIMCATARINA aliada a equipe técnica do próprio Município.

5.2. A equipe técnica envolvida na elaboração do Diagnóstico Socioambiental terá caráter multidisciplinar.

CLÁUSULA SEXTA

DA TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

6.1. A fim de garantir a transparência da gestão econômica e financeira do objeto deste contrato, serão estritamente observadas as

disposições legais, além das constantes no Protocolo de Intenções e Contrato de Consórcio Público.

6.2. A fiscalização do presente contrato ficará a cargo do Conselho Fiscal do CONTRATADO, de representante do CONTRATANTE, da Casa Legislativa do Município Contratante e do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

6.3. O CONTRATADO não poderá opor qualquer resistência, afastar ou dificultar a fiscalização exercida pelos órgãos internos e externos de controle ou pela sociedade civil.

CLÁUSULA SÉTIMA DOS DIREITOS E DEVERES DO CONTRATANTE

7.1. São direitos do CONTRATANTE:

- Acompanhar e receber informações sobre a elaboração do Diagnóstico Socioambiental;
- Participar e ser informado sobre os resultados das reuniões de trabalho;
- Propor inclusão de itens e materiais considerados importantes para melhoria dos estudos;
- Exigir alterações no material elaborado conforme novas informações relevantes;
- Ter acesso a todo o material produzido, inclusive os mapas, em arquivos desbloqueados, conforme o formato solicitado.

7.2. São deveres do CONTRATANTE:

- Participar da elaboração do Diagnóstico Socioambiental com equipe técnica do próprio Município;
- Participar da elaboração do Diagnóstico Socioambiental com servidores do próprio Município, de áreas ambientais e correlatas que detenham informações e ou conhecimentos sobre os itens abordados nos estudos;
- Fornecer informações necessárias para a elaboração do Diagnóstico Socioambiental;
- Designar um servidor que será responsável pelo acompanhamento e fiscalização da elaboração do Diagnóstico Socioambiental;
- Emitir aprovação do Diagnóstico Socioambiental após conclusão dos trabalhos da equipe multidisciplinar;
- Transferir os recursos financeiros decorrentes dos serviços contratados;
- Acatar as determinações da Assembleia Geral, cumprindo com as deliberações e obrigações estabelecidas.

CLÁUSULA OITAVA DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrentes do presente contrato terá a seguinte classificação orçamentária:

Projetos e/ou Atividades:

02.001.04.122.004.2005 – Manutenção da Assessoria de Planejamento

Modalidade de Aplicação:

3.3.90.00.00 – Outras despesas correntes – Aplicações direta decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos orçamentos fiscal e da Seguridade social com Consórcio Público do qual o Ente Participe.

Fonte:

1.00 – Detalhamento: 000 – Recursos Ordinários

CLÁUSULA NONA DA VIGÊNCIA

9.1. O presente contrato entra em vigor na data de sua assinatura e vigorará até a conclusão e entrega da elaboração do Diagnóstico Socioambiental, que ocorrerá em até 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado nos termos da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA DA INADIMPLÊNCIA

10.1. O CONTRATANTE inadimplente com o CONTRATADO será notificado formalmente sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação, sendo suspensos os serviços do CIMCATARINA ao respectivo Município contratante até a regularização da dívida.

10.2. Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de seis meses, o Município contratante poderá ser excluído do CIMCATARINA, mediante deliberação da Assembleia Geral, observadas as disposições legais e regulamentares.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DA RESCISÃO

11.1. O presente contrato poderá ser rescindido por:

- descumprimento de qualquer das obrigações para execução do objeto;
- superveniência de norma legal ou fato administrativo que o torne, formal ou materialmente inexecutável;
- ato unilateral com comprovada motivação jurídica e/ou legal, mediante aviso prévio da parte que dele se desinteressar, com antecedência mínima de 30(trinta) dias, obrigando-se pelos serviços já prestados.
- ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93;
- os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo que ensejou a contratação, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- Em caso de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, o presente contrato poderá ser rescindido ou suspenso.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DO FORO

13.1. Fica eleito o foro da Comarca de Fraiburgo, do Estado de Santa Catarina para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato de Prestação de Serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, que foi devidamente aprovado pela Assembleia Geral do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA.

Luzerna/SC, 24 de outubro de 2016.

MOISÉS DIERSMANN Prefeito de Luzerna Município de Luzerna CONTRATANTE	GILBERTO AMARO COMAZZETTO Presidente do CIMCATARINA Consórcio Intermunicipal Catarinense- CIMCATARINA CONTRATADO
--------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Testemunhas:

1ª –
2ª –

CONTRATO PML Nº 106.16

CONTRATO PML Nº 106.2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 095/2016 - PML

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 016/2016 - PML

O MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Avenida 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna/SC, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, casado, professor, inscrito no CPF/MF nº 024.651.199-07 e portador da cédula de identidade nº 11/C-3.427.769, residente e domiciliado residente à Rua Beno Dresch, s/n, Bairro Vila Alemanha, neste Município de Luzerna/SC, CEP 89609000, de ora em diante denominado CONTRATANTE e a empresa EMP SOFTWARE CONSULTORIA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA – ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 25.032.124.0001-80, com sede na Rua Professor José Mauricio Higgins, nº 804, Bairro Boqueirão, Curitiba/PR, neste ato representada por seu sócio administrador, o Sr. WILLIAN ESTEVAM DE LIMA, brasileiro, casado, empresário, portador de documento de identidade do tipo RG nº, 10.107.666-0/SESP/PR, inscrito no CPF sob o nº 279.989.148-90, residente e domiciliado na Rua Professor José Mauricio Higgins, nº 804, Bairro Boqueirão, Curitiba/PR, doravante denominado CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o presente Contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO**

0.1. O objeto deste Contrato, de acordo com o Processo Licitatório 095/2016, Dispensa de Licitação nº 016/2016, é a contratação de sistema de gestão de cemitérios desenvolvido para atender a demanda de serviços e administração de cemitérios, padronizando, organizando e agilizando o atendimento aos munícipes de Luzerna/SC.

**CLÁUSULA SEGUNDA
DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO**

1.1. Pela execução do Contrato, a CONTRATADA, receberá R\$ 3.000,00 (três mil reais), pagos em até 15 (quinze) dia do mês subsequente ao da implantação do sistema, atestando que os serviços foram devidamente executados conjuntamente com a apresentação de Nota Fiscal atestada por servidor designado, conforme disposto nos artigos 67 e 73 da Lei 8.666/93.

1.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido para a MUNICÍPIO DE LUZERNA, Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro, Luzerna - SC, CNPJ/MF 01.613.428/0001-72, e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação, contendo ainda número da Autorização de Fornecimento e do Processo Licitatório.

1.2.1. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para a CONTRATADA.

**CLÁUSULA TERCEIRA
DA DOTAÇÃO**

2.1. As despesas provenientes da execução deste Contrato correrão à conta da:

Atividade 11.001.15.452.0061.2055 – Manutenção da Capela Mortuária e do Cemitério Público Municipal.

Modalidade de Aplicação: 3.3.90. – Outras despesas correntes – aplicações diretas

Fonte: 1.00 – Detalhamento:000 – Recursos Ordinários.

**CLÁUSULA QUARTA
DAS OBRIGAÇÕES**

3.1. Das obrigações da CONTRATADA:

3.1.1. Executar o objeto do presente contrato de acordo com o estipulado na Cláusula Primeira deste contrato;

3.1.2. Iniciar os serviços em até 05 (cinco) dias contados da data de emissão da Autorização de Fornecimento;

3.1.3. Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

3.1.4. Prestar os serviços destinados a locação do software, infraestrutura data-center, treinamento, manutenção suporte e backup diário;

3.1.5. Responsabilizar-se pelo atendimento presencial quando necessário, qualquer que seja a sua natureza ou origem, ficando a sua cargo todas as despesas de transportes, alimentação, hospedagem e outras despesas decorrentes do descolamento da Contratada;

3.1.6. Prestar o suporte técnico ao Contratante, todos os dias da semana, para assistência técnica por telefone e internet, auxiliando na utilização e resolução de eventuais problemas técnicos, dentro do prazo da vigência do Contrato;

3.1.7. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

3.1.8. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato;

3.1.9. Entregar o serviço, completamente executada, em até 15 (quinze) dias contados da data de emissão da Autorização de Fornecimento;

3.1.10. Facilitar todas as atividades de fiscalização da Comissão pelos servidores dos Município;

3.1.11. Exigir do Município a emissão da Autorização de Fornecimento, para proceder ao início da execução do objeto.

**CLÁUSULA QUINTA
DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

5.1. Sem prejuízo das sanções previstas nos arts. 86 e 87 da Lei 8.666/93, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, assegurada a prévia defesa:

4.0.1. Pelo atraso injustificado na execução do Contrato:

a) Multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento), sobre o valor da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento);

4.0.2. Pela inexecução total ou parcial do Contrato:

a) Multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor do Contrato ou da parte não cumprida;

b) Multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.

4.1. O valor a servir de base para o cálculo das multas referidas nos subitens 5.1.1 e 5.1.2 será o valor inicial do Contrato.

5.3. As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, consequentemente, o pagamento delas não exime a empresa contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Prefeitura Municipal de Luzerna.

**CLÁUSULA SEXTA
DA VIGÊNCIA**

5.1. O prazo de vigência do presente Contrato será de 12 (doze) meses, contados da data de emissão do Contrato, podendo ser prorrogado, por interesse das partes, na forma da Lei.

**CLÁUSULA SÉTIMA
DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO**

7.1. O contrato poderá ser rescindo nos seguintes casos:

a) Por ato unilateral escrito do contratante, nos casos enumerados nos incisos I a XVII, do art. 78, da Lei 8.666/93;

b) Amigavelmente, por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio de, no mínimo, 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;

c) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

6.2. O descumprimento, por parte da contratada, de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegura ao contratante o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial;

6.3. Fica reservado ao contratante o direito de rescindir total ou parcialmente o presente contrato, desde que seja administrativamente conveniente ou que importe no interesse público, conforme preceituam os artigos 78, 79 e 80 da Lei 8.666/93 e alterações, sem que assista a CONTRATADA, direito algum de reclamações ou indenização.

CLÁUSULA OITAVA DAS ALTERAÇÕES

8.1. O presente Contrato somente poderá ser alterado na forma disposta na Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, art.65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõem os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

CLÁUSULA NONA DA FISCALIZAÇÃO

8.1. A fiscalização e o acompanhamento da execução dos trabalhos da CONTRATADA serão exercidos pela CONTRATANTE, através da Assessoria de Planejamento, a qual poderá, junto ao representante da CONTRATADA, solicitar a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas, as quais, se não forem sanadas no prazo de 02 (dois) dias, serão objeto de comunicação oficial à CONTRATADA, para aplicação das penalidades previstas no Edital.

8.2. As solicitações, reclamações, exigências, observações e ocorrências relacionadas com a execução do objeto deste Contrato, serão registradas pela CONTRATANTE, constituindo tais registros, documentos legais.

8.3. Fica nomeada como fiscal do presente Contrato o Sr. ANGELO BRANDALISE JUNIOR.

CLÁUSULA DÉCIMA DO FORO

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas.

Fica eleito o foro de Comarca de Joaçaba/SC, para dirimir dúvidas e qualquer litígio oriundo deste Contrato.

Luzerna/SC, 24 de outubro de 2016.

MOISÉS DIERSMANN
PREFEITO DE LUZERNA
CONTRATANTE

WILLIAN ESTEVAM DE LIMA
EMPSOFTWARE CONSULTORIA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA – ME
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____	2. _____
----------	----------

Macieira

PREFEITURA

decreto 1597

DECRETO Nº1597, 13 de outubro de 2016.

Abre Crédito Suplementar alterando a Lei nº. 810 de 11 de Dezembro de 2015 que Estima a Receita e Fixa Despesa para o exercício de 2016.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e pela Lei 845, de 06/09/2016;

DECRETA

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no Orçamento vigente, conforme abaixo:

03.00 Gabinete do Prefeito

03.04 Secretaria de Mun. de Administração e Fazenda

20.21 Manutenção das Atividades da Administração

33.72 Execução Orçamentárias Del. A Consórcio

R\$ 5.000,00

Art. 2º - Para atender as suplementações descritas no art. 1º, fica anulada parcialmente a seguinte dotação orçamentária do Orçamento vigente:

03.00 Gabinete do Prefeito

03.04 Sec.Mun. de Adm. E Fazenda

00.00 Amortização da Dívida e Encargos Municipais

33.90 Aplicações Diretas

R\$ 5.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 13 de outubro de 2016

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

portaria 3558

PORTARIA N.º 3558/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACIEIRA, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Complementar nº 068/2014 (Estatuto dos Servidores Públicos).

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, aos Servidores Públicos abaixo relacionados,

NOME	CARGO	PERÍODO DE GOZO
Eduardo M Zilio	Analista de Sistemas	17/10/16 a 26/10/16
Alvair Arconti	Diretor	03/10/16 a 12/10/16
Mirian W de Oliveria Alissandra Arconti	Aux Adm Um Cadast. Vigia	17/10/16 a 26/10/16 11/10/16 a 25/10/16

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, em 07 de outubro de 2016.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

portaria 3559

PORTARIA N.º 3559/2016

"Designa servidores que especifica para fiscalizar e acompanhar os serviços, referente ao Processo nº0043/2016 e Pregão Presencial nº 0021/2016, e dá outras providências."

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso V da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o disposto no art. 67 da Lei 8.666/93,

RESOLVE:

DESIGNAR, o Servidor Sergio Luiz Groth, Mecânico, para ser responsável pelo recebimento das peças e serviços, referente ao Processo nº 0043/2016, Pregão Presencial nº 0021/2016.

Registre-se e publique-se

Prefeitura Municipal de Macieira, SC, 14 de outubro de 2016.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

portaria 3560

PORTARIA N.º 3560/2016

"Concede Licença Premiação ao Servidor que Especifica".

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, e da Lei Complementar nº 68, de 04/11/2014, art 121; (Estatuto dos Servidores Públicos);

RESOLVE:

CONCEDER, o Servidor Público Municipal Edson Luiz Maurina, ocupante do cargo efetivo de Motorista II, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura e desenvolvimento urbano, 30(trinta) dias de Licença Premiação, no período de 03/10/2016 a 01/11/2016.

Registre-se e publique-se

Prefeitura Municipal de Macieira, SC, 14 de outubro de 2016.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

Mafra

PREFEITURA

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber;

CNPJ: 09.404.910/0001-04

AUTO POSTO SAMPAIO COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA - EPP

Nota Fiscal nº. 7557 R\$ 43.200,32

Valor Total: R\$ 43.200,32

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do Pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo. A empresa em epígrafe está realizando o interrompimento do serviço prestado em virtude da falta de pagamento, todavia o mesmo é um serviço de caráter indispensável, uma vez que a empresa é a responsável pelo fornecimento de combustíveis para os veículos e máquinas das Secretarias Municipais. Desta maneira, comprova-se o relevante interesse público.

Mafra (SC), 25 de outubro de 2016.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

ENALTO DE OLIVEIRA GONDRIGE

Secretário da Fazenda e Planejamento

RODNEY LUIZ MEDEIROS

Secretário Municipal de Administração

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO Nº 12/2016

DECRETO LEGISLATIVO Nº 12/2016

24 de Outubro de 2016

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO PÚBLICO MUNICIPAL DE 2016.

VEREADOR EDENILSON SCHELBAUER, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES PRIVATIVAS CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, DECRETA:

Art. 1º Fica a Câmara Municipal de Mafra autorizada a abrir crédito especial no orçamento público municipal de 2016, no valor de R\$ 9.697,40 (nove mil, seiscentos e noventa e sete reais e quarenta centavos), destinados a suprir a seguinte dotação orçamentária:

Câmara Municipal

010310001.2.1000 - Manutenção das Atividades do Legislativo

3.3.91.00 - Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos

R\$ 9.697,40

Fonte: 100

Art. 2º As despesas decorrentes do artigo anterior ocorrerão através de anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Câmara Municipal

010310001.2.1000 - Manutenção das Atividades do Legislativo

3.1.91.00 - Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos

R\$ 9.697,40

Fonte: 100

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de outubro de 2016.

VER. EDENILSON SCHELBAUER

Presidente

Massaranduba

PREFEITURA

ATA 57.2016 - CHAMAMENTO DO SEGUNDO COLOCADO - LIC 79.2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇO

CHAMAMENTO DO SEGUNDO COLOCADO

PREGÃO PRESENCIAL REGITRO DE PREÇO 57/2015

Processo licitatório n.º 79/2015

2º COLOCADO

No dia 21 de outubro de 2016, na Prefeitura de Massaranduba, registra-se o preço das empresas abaixo discriminadas, como segunda colocação, para a aquisição do item 36, destinados a atender o Município de Massaranduba, até o término e nos termos da Primeira Ata de Registro de Preços, resultante do Processo Licitatório 79/2015 - Sistema de Registro de Preços.

Empresa: FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELLI EPP – CNPJ 22.621.552/0001-50

ITEM	Descrição Produto	Unid	Marca	R\$ Unit. cotado
93	Caldo de Peixe (tilápia) sem espinhas, congelado, acondicionado em pacote plástico transparente, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido. O produto deverá ter registro no ministério da agricultura e/ou ministério da saúde.	KG	RANCHO BOM	R\$ 16,45

Massaranduba, 21 de outubro de 2016.

PREFEITURA DE MASSARANDUBA

VANDERLEI SASSE

Prefeito Interino Municipal

FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELLI EPP

Contratada

DESCCLASSIFICAÇÃO E CONVOCAÇÃO DO SEGUNDO COLOCADO - PROCESSO LICITATÓRIO N.º 79.2015 - PREGÃO Nº 57.2015

DESCCLASSIFICAÇÃO E CONVOCAÇÃO DO SEGUNDO COLOCADO

PREGÃO Nº 57/2015

PROCESSO LICITATÓRIO n.º 79/2015

ITEM:

36 – Caldo de Peixe (tilápia) sem espinhas, congelado, acondicionado em pacote plástico transparente, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido. O produto deverá ter registro no ministério da agricultura e/ou ministério da saúde - MARCA COTADA - SALUTE.

Considerando que o estabelecimento Mercado Spezia Ltda EPP, inscrito no CNPJ n.º 03.916.528/0001-01, vencedor do referido item acima, conforme Ata de Registro de Preços n.º 01/2016, do Processo Licitatório n.º 79/2015, Pregão n.º 57/2015, está entregando os itens sem registro, portanto, descumprindo regras editalícias.

Considerando que tal situação foi flagrada pela vigilância sanitária municipal na Escola Municipal de Ensino Fundamental Nicolau Jensen, na data de 20.10.2016, conforme formulário de notificação, e auto de intimação e apreensão anexo.

Considerando que a vigilância sanitária necessitou inutilizar os pacotes de caldo congelados encontrando na referida escola, pois a marca cotada não dispõe de registro e selos de inspeção necessários e, portanto, é considerada ilegal, afrontando as disposições legais da Lei Estadual 8.534/1992, que dispõe acerca da prévia fiscalização dos produtos animais, bem como o art. 2.º, 9.º IV do Decreto 3.748/1993, sujeitando as consequências dos artigos 28 e 30 § 2º da Lei Estadual 6.320/83.

Considerando de que os produtos são itens essenciais ao bom andamento da prestação do serviço de alimentação escolar do município.

Considerando os atributos inerentes aos atos administrativos, que autorizam a prática do presente ato.

Por conseguinte, visando o cumprimento dos referidos itens e com base nos fatos e documentos apresentados, o Pregoeiro DESCLASSIFICA a proposta apresentada pelo estabelecimento MERCADO SPEZIA em relação ao item 36 do Pregão em apreço, sem prejuízo de eventuais sanções cabíveis.

Na oportunidade, este Pregoeiro, no uso de suas atribuições, CONVOCA a empresa FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELLI EPP, classificada

com o segundo menor preço no relatório de lances do Pregão Presencial, para atender as especificações requeridas no Edital para o item 36 e executar o contrato.

Proceda-se o aditivo com a alteração da empresa fornecedora da Ata de registro de preços e encaminhe-se ao contratado. Cancelem-se eventuais OC em aberto.

Massaranduba, 21 de outubro de 2016.

CIRIO MARITNI
PREGOEIRO

Ratificado por

VANDERLEI SASSE
PREFEITO MUNICIPAL INTERINO

PROCESSO LICITATÓRIO 39.2016 PP 27.2016 (FMS E FASS) - REGISTRO DE PREÇOS: BEBEDOUROS E BOMBONAS DE ÁGUA

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 39/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2016

A Prefeitura de Massaranduba (SC) torna público que de acordo com Decreto Municipal 2.051/2010, Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL objetivando REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE BEBEDOUROS E BOMBONAS DE ÁGUA DESTINADOS AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E AO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MASSARANDUBA (SC).

CREDENCIAMENTO E ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h00min do dia 07/11/2016.

ABERTURA DA SESSÃO: 08h30min do dia 07/11/2016.

INFORMAÇÕES: a íntegra do edital e outras informações poderão ser obtidas na Prefeitura de Massaranduba (SC), situada na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min ou através do site: www.massaranduba.sc.gov.br.

Massaranduba, 25 de outubro de 2016.

VANDERLEI SASSE – Prefeito Interino

SUZANE ELISA FROELICH REINKE – Gestora do Fundo Municipal de Saúde

ANNA KARINE REINKE FRANZ – Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social

Meleiro

PREFEITURA

DECRETO Nº066-2016 - PONTO FACULTATIVO

DECRETO nº 066/2016

DECRETA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE MELEIRO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 51, inciso I da lei Orgânica Municipal, resolve:

DECRETAR

Art. 1.º Ponto Facultativo nas Repartições Públicas do Município de Meleiro, exceto escolas municipais, no dia 28 de Outubro de 2016, no qual se comemora o Dia do Servidor Público.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Meleiro, 24 de Outubro de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Modelo

PREFEITURA

PORTARIA Nº 0168/2016

PORTARIA Nº 0168/2016 DE 24 DE OUTUBRO DE 2016.
DISPÕE SOBRE A LOTAÇÃO, ATRIBUIÇÃO DE EXERCÍCIO E DESIGNAÇÃO DE ATRIBUIÇÕES À SERVIDORA CLAIR ROSANA KOTTWITZ, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais conforme Leis Municipais nºs: 971/90, Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal 1.513/2002 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica atribuído à Servidora CLAIR ROSANA KOTTWITZ, nomeada através do Decreto nº 0204/2016, ocupante do cargo em comissão de Chefe de Setor, a atuação, juntamente com os demais membros da equipe de referência, no desenvolvimento de Programas, Projetos, Serviços e Benefícios Socioassistenciais, juntamente com as demais atribuições do cargo, fixada a sua lotação no Departamento Municipal de Assistência Social, com atribuição de exercício no CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) do Município de Modelo/SC.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir desta data.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
aos 24 de outubro de 2016.
RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Assessora de Departamento

PORTARIA Nº 0169/2016

PORTARIA Nº 0169/2016 DE 24 DE OUTUBRO DE 2016.
DISPÕE SOBRE O HORÁRIO DE EXPEDIENTE DO CRAS, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal do Município de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, em especial as de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais nº 971/90, 1.960/2010 e em especial as disposições dos art. 53, 54 e 56 da Lei Municipal 1.513/2002,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica estabelecido o horário de expediente do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS do Município de Modelo - SC, a partir desta data, conforme abaixo especificado:

Turno Matutino: 07:30 às 12:00 horas
Turno Vespertino: 13:00 às 17:30 horas.

Art. 2º - Os Servidores com desempenho de suas atribuições no CRAS cumprirão a jornada de trabalho conforme carga horária e escala programada, em atendimento ao horário de expediente acima mencionado.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 24 de outubro de 2016.
RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Data Supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Assessora de Departamento

PORTARIA Nº 0170/2016

PORTARIA Nº 0170/2016 DE 24 DE OUTUBRO DE 2016.
DISPÕE SOBRE A JORNADA DE TRABALHO NO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MODELO/SC, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal do Município de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, em especial as de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais nº 971/90, 1.960/2010 e em especial as disposições dos art. 53, 54 e 56 da Lei Municipal 1.513/2002,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica estabelecida a jornada de trabalho, no Departamento da Educação do Município de Modelo - SC, sendo de segunda à sexta-feira, observada a carga horária semanal de conformidade com a nomeação respectiva do servidor, nos horários, conforme abaixo especificado:

1. Ensino Fundamental

1.1 Escola Reunida Municipal Professora Griseldi Maria Muller

1.1.1 Cargos comissionados e administrativos

Turno matutino: 07:30 às 11:30

Turno vespertino: 13:15 às 17:15

1.1.2 Coordenação - Educação de Jovens e Adultos - EJA

Turno Noturno: 18:30 às 22:30

1.1.3 Serviços gerais

- Jornada 01:

Turno Matutino: 06:45 às 10:45

Turno Vespertino: 13:00 às 17:00

- Jornada 02:

Turno Matutino: 09:00 às 13:00

Turno Vespertino: 14:30 às 18:30

- Jornada 03:

Turno Matutino: 08:30 às 12:30

Turno Vespertino: 14:30 às 18:30

1.1.4 Motoristas - Transporte Escolar

- Jornada 01:

Turno Matutino: 07:00 às 10:00 e 11:00 às 13:30

Turno Vespertino: 16:00 às 18:30

- Jornada 02:

Turno Matutino: 10:30 às 13:30

Turno Vespertino: 14:30 às 19:30

- Jornada 03:

Turno Matutino: 07:00 às 10:00 e 11:00 às 13:30

Turno Vespertino: 16:00 às 18:30

1.1.5 Professor Educação Física**- Jornada 01: (20 horas semanais)**

Turno Matutino:

Terça, Quinta e Sexta-feira: 07:30 às 11:30

Turno Vespertino:

Terça-feira: 14:20 às 17:15

Quinta –feira: 14:45 às 17:15

Sexta – feira: 13:15 às 16:30

- Jornada 02:

Turno matutino:

Segunda, Quarta, quinta e sexta-feira: 07:30 às 11:30

Terça-feira: 10:00 às 11:30

Turno vespertino:

Segunda e Quarta - feira : 13:15 às 17:15

Terça e Sexta – feira :13:15 às 15:30

1.1.6 Professor de Artes (20 horas semanais)**- Jornada 01: (20 horas semanais)**

Turno Matutino:

Quarta, quinta e sexta-feira: 07:30 às 11:30

Turno Vespertino:

Quinta, e sexta-feira: 13:15 às 17:15

- Jornada 02: (20 horas semanais)

Turno matutino

Terça e quinta –feira: 07:30 às 11:30

Quarta –feira: 07:30 às 11:30

Turno vespertino

Terça e quarta -feira: 13:15 às 17:15

1.1.7 Professor de Inglês

Turno Matutino:

Segunda, terça e quinta-feira: 07:30 às 11:30

Turno Vespertino:

Terça e sexta-feira: 13:15 às 17:15

1.1.8 Nutricionista

Turno Matutino:

Segunda e Quarta-Feira: 07:30 às 11:30

Turno Vespertino:

Segunda, Quarta e Quinta-Feira: 13:15 às 17:15

2. Educação Infantil**2.1 Centro de Educação Infantil Pequeno Lar****2.1.1 Cargos comissionados e administrativos**

Turno matutino: 07:45 às 11:45

Turno vespertino: 14:00 às 18:00

2.1.2 Serviços Gerais**- Jornada 01:**

Turno Matutino: 06:30 às 10:30

Turno Vespertino: 12:30 às 16:30

- Jornada 02:

Turno Matutino: 09:00 às 13:00

Turno Vespertino: 14:30 às 18:30

2.1.3 Professoras**- Jornada 01:**

Turno Matutino: 07:30 às 11:30

Turno Vespertino: 13:30 às 17:30

2.1.4 Estagiários**- Jornada 01:**

Turno matutino: 06:45 às 12:45

Turno vespertino: 12:20 às 18:20

2.2 Jardim de Infância Cantinho Alegre**2.2.1 Professores****- Jornada 01:**

Turno matutino: 07:30 às 11:30

Turno vespertino: 13:15 às 17:15

2.2.2 Serviços Gerais**- Jornada 01:**

Matutino: 07:00 às 10:30

Vespertino: 13:00 às 17:30

- Jornada 02:

Matutino: 07:30 às 10:30

Vespertino: 12:30 às 17:30

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 24 de outubro de 2016.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

VISTO, CONFERIDO E DE ACORDO:

Jussane M. T. Frandoloso
Diretora Municipal de Educação
Registrada e publicada na data supra:

Francieli Pavalicini
Assessora de Departamento

PORTARIA Nº 0171/2016

PORTARIA Nº 0171/2016 DE 24 DE OUTUBRO DE 2016.
DISPÕE SOBRE A LOTAÇÃO E ATRIBUIÇÃO DE EXERCÍCIO AO
SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PAULO SALVATORI, CONFORME
ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado
de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, de conformida-
de com as Leis Municipais nº: 971/90, 1.513/2002, 1.960/2010,
2.253/2016 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica atribuído ao Servidor Público Municipal PAULO SAL-
VATORI, matr. nº , 1820-1, nomeado pelo Decreto nº 002/2011, o
exercício das funções do cargo efetivo de Motorista, com lotação e
atribuição de exercício no Departamento Municipal de Educação, a
partir de 25 de outubro de 2016.

Parágrafo Único: Fica atribuído ao Servidor, a Jornada 02 dos Mo-
toristas do Transporte Escolar, constante na Portaria nº 0170/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,
com efeitos a partir de 25.10.2016.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 24 de outubro de 2016.
RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Assessora de Departamento

PORTARIA Nº 0172/2016

PORTARIA Nº 0172/2016 DE 24 DE OUTUBRO DE 2016.
DISPÕE SOBRE A JORNADA DE TRABALHO E ROTEIRO DOS SERVIDORES OCUPANTES DO CARGO DE MOTORISTA NO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MODELO/SC, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal do Município de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, em especial as de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais nº 971/90, 1.960/2010 e em especial as disposições dos art. 53, 54 e 56 da Lei Municipal 1.513/2002,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica estabelecida a jornada de trabalho e roteiro, a partir de 25.10.2016, para os servidores públicos municipais ocupantes do cargo de motorista, lotados no Departamento da Educação do Município de Modelo – SC, conforme abaixo especificado:

Motoristas – Transporte Escolar

Motorista: Cleiton Onghero

- Jornada 01:

Turno Matutino: 07:00 às 10:00 e 11:00 às 13:30

Turno Vespertino: 16:00 às 18:30

ROTEIRO: Mat.: Bairro Palmeiras e Alvorada

Vesp.: Lª Pitinga, Lª Lageado Pedro, Santa Rosa

MOTORISTA: Paulo Salvatori

- Jornada 02:

Turno Matutino: 10:30 às 13:30

Turno Vespertino: 14:30 as 19:30

ROTEIRO: Linha Janguta, Linha Santa Lúcia

MOTORISTA: Ademir Souza Leite Turmina

- Jornada 03:

Turno Matutino: 07:00 às 10:00 e 11:00 às 13:30

Turno Vespertino: 16:00 às 18:30

ROTEIRO: Mat.: Bairro Primavera e Lª Ragazzon

Vesp.: Lª Pedra Furada, Lageado Couro, Ouro Verde

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 25 de outubro de 2016.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 24 de outubro de 2016.
RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

JUSSANE M. T. FRANDOLOSO

Diretora Municipal de Educação Registrada e publicada na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Assessora de Departamento

Mondaí

PREFEITURA

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 28/2015 FMS

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 028/2015

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONDAÍ

CONTRATADA: DIRCEU ANTONIO PERONDI - ME

OBJETO: ampliação em 25% (vinte e cinco por cento) a quantidade inicialmente contratada conforme previsto no § 1º do inciso II, do art. 65, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

ORIGEM: Tomada de Preços nº 005/2015.

VALOR: R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais).

VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato é a partir de 06 de outubro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Mondaí – SC, 06 de outubro de 2016.

Valmor Cemin

Vice Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 9912267760

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 9912267760

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ

CONTRATADA: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS

OBJETO: prorrogação da vigência do mesmo até o dia 08 de novembro de 2017.

VALOR: R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais).

VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato é a partir de 09 de novembro de 2016 a 08 de novembro de 2017.

Mondaí – SC, 24 de outubro de 2016.

VALMOR CEMIN

Vice Prefeito Municipal em exercício

Navegantes

PREFEITURA

ATA CONCORRÊNCIA 33/2016 PMN HABILITAÇÃO

ATA CONCORRENCIA 33/2016 - HABILITAÇÃO

Aos 24 dias do mês de outubro reuniram-se os membros da comissão de licitação para análise dos apontamentos da Concorrência 33/2016. Os atestados de capacidade técnica foram analisados pela Secretaria solicitante, através do funcionário Leonardo Vianna, onde se constatou que a empresa REDGAS não atendeu aos requisitos exigidos no edital. Os atestados fornecidos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e pelo FIESC-SENAI não apresentaram instalação de redes de ar comprimido medicinal e vácuo clínico. Apresentou atestado do Hospital de Clínicas de reforma e não de instalação. O atestado da Clínica Sotelo não apresenta a CAT do profissional responsável pela execução do serviço. Os atestados não apresentam registro no CREA, o único atestado que apresenta registro foi do Hospital de Clínicas, porém este atestado não é compatível. Quanto aos índices do balanço exigidos no item 5.3.7 e 5.3.8 a empresa não apresentou. No item 5.5.1 onde exige declaração do pessoal técnico, os profissionais mencionados não possuem vínculo empregatício com a empresa nem acervos técnicos em seu nome conforme solicitado no item 5.4.4./ A empresa WHITE MARTINS não atendeu as exigências do edital quanto ao item 5.4.4 não apresentando a certidão de acervo técnico (CAT) do profissional responsável pelos serviços, a empresa apresentou apenas uma relação de acervos técnicos para pesquisa. O capital do contrato social esta divergente da certidão de pessoa jurídica./A empresa AIR LIQUIDE apresentou profissionais nos atestados de capacidade técnica sem vínculo na Certidão de Pessoa Jurídica, conforme exigido no item 5.4.4. O capital do contrato social esta divergente da certidão de pessoa jurídica. Consideram-se inabilitadas as empresas REDGAS, WHITE MARTINS e AIR LIQUIDE. Fica habilitada para próxima fase do certame a empresa INTERSUL. Abre-se prazo para recurso. Comissão de licitação.

Presidente: Ellinton Pedro de Souza

Membros: Fernanda H. Constancio, Leila Mengarda, Pedro Paulo da Costa

ATA CONCORRÊNCIA 63/2016 PMN PROPOSTAS

ATA CONCORRENCIA 63/2016 - PROPOSTA

Aberto o certame no dia 24 de Outubro de 2016, às 09h, conforme agendado anteriormente, para abertura do envelope de proposta da licitante habilitada: Acquaservice Tecnologia da Informação Ltda. Após abertura constatou-se o seguinte valor: R\$284.500,00 (Duzentos e oitenta e quatro mil e quinhentos reais) considerando a empresa Acquaservice vencedora do certame. Momento em que se encerra a sessão. Comissão de Licitação.

Presidente: Ellinton Pedro de Souza

Membros: Fernanda H. Constancio, Leila Mengarda, Pedro Paulo da Costa

AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA 116/2016 PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Setor de Compras e Licitações

CONCORRÊNCIA Nº 116/2016 PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para o OBJETO: CONCORRÊNCIA PÚBLICA VISANDO A CONCESSÃO PARA EXPLORAÇÃO DE ESPAÇO DO BEM PÚBLICO PARA OBTENÇÃO DE PATROCÍNIO PARA O PROJETO VERÃO 2016/2017 QUE SE REALIZARÁ NAS PRAIAS

DE NAVEGANTES, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, CULTURA E ESPORTE DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 24/11/2016 até às 07h50. Abertura envelopes: 24/11/2016 às 8h. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. ROBERTO CARLOS DE SOUZA - Prefeito.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 37/2016 FMS - RETIFICADO/REPUBLICADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Setor de Compras e Licitações

PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2016 FMS – RETIFICADO/REPUBLICADO

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para o seguinte objeto: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS PARA COMPOR O CENTRO EPIDEMIOLÓGICO DE TESTAGEM E ACONSELHAMENTO - CETA, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 10/11/2016 até às 7h50. Abertura envelopes: 10/11/2016 às 8h. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. ROBERTO CARLOS DE SOUZA (Prefeito).

DECRETO 178/2016 ESTABELECE HORÁRIO DE VERÃO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS

DECRETO Nº 178 DE 24 DE OUTUBRO DE 2016

ESTABELECE HORÁRIO DE VERÃO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal em seu art. 60, item III, DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido HORÁRIO DE VERÃO relativo ao expediente nas repartições públicas municipais de Navegantes a partir de 01/11/2016 até o dia 31/12/2016, cujo cumprimento será das 07:00h às 13:00 h ininterruptamente.

§ 1º A Secretaria Municipal de Obras terá seu horário de trabalho das 06:00 h às 12:00H a partir de 24/10/2016 até 19/02/2017.

Art. 2º Ficam excluídos do horário estabelecido no artigo 1º deste decreto, os quais manterão o horário normal:

I - Unidades Escolares;

II – Unidades de Saúde.

Art. 3 Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 24 DE OUTUBRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 24 de outubro de 2016.

Nádia Braz Bins
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

DISTRATO DO CONTRATO Nº 893/2016

DISTRATO DO CONTRATO Nº 893 /2016

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, Estado de Santa Catarina, com sede a Rua João Emílio nº 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Roberto Carlos de Souza, e também Secretária Municipal de Administração e logística, Sra. Nádia Braz Bins, Secretária CPF: 676.296.799-04 que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, e, de outro lado JESSICA GRACHTEN FRAGA – CPF:009.997.880-60 Rua Jatai , 905 Apartamento 1204 – Cristal – Porto Alegre/RS - CEP 90820-190, doravante denominado de CONTRATADO, com fundamento na LEI nº 2384 de 13 de Dezembro de 2010, têm entre si como justo e acordado o presente DISTRATO conforme segue:

CLÁUSULA ÚNICA - DO DISTRATO

Constitui objeto do presente DISTRATO a pedido do CONTRATADO, conforme inciso I art. 10º da Lei 2384/2010 da Secretaria de Administração e Logística, a oficialização do rompimento contratual espelhado no Contrato nº 435/2016, os quais as partes concordam amigavelmente entre si, sem ônus para quaisquer das partes, a partir da data de 19/10/2016.

E por estarem as partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no na presença de duas testemunhas em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Navegantes, 18 de Outubro de 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito do Município de Navegantes NÁDIA BRAZ BINS
Secretaria de Administração e Logística

JESSICA GRACHTEN FRAGA
Contratado

Testemunhas:

DIANDRA PEREIRA JULIANE WAGNER PACHECO

EXTRATO CONTRATUAL Nº 210/2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

EXTRATO CONTRATUAL Nº 210/2016.

Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

Objeto: AQUISIÇÃO DE PASSES DE ÔNIBUS ESCOLAR (VALE TRANSPORTE), PARA ATENDIMENTO AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, CONFORME INEXIGIBILIDADE Nº 114/2016.

PROCESSO: INEXIGIBILIDADE PMN 114/2016.

CONTRATADA: VIAÇÃO NOSSA SENHORA DOS NAVEGANTES

CNPJ: 00.070.408/0001-30.

Valor: R\$ 247.500,00

Recursos: 2.052 / 2.053 / 2.026 3.3.90.00.00.00.

Vigência: 06/10/2016 – 31/12/2016.

Fundamento: Art. 25, Lei 8.666/93.

Navegantes, 06 de outubro de 2016.

EXTRATO DISPENSA Nº 100/2016 PMN / INEXIGIBILIDADE Nº 09/2016 FMV.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

EXTRATO - DISPENSA DE LICITAÇÃO PMN Nº 100/2016.

PROCESSO Nº 100/2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

OBJETO: DISPENSA DE LICITAÇÃO VISANDO A AQUISIÇÃO DE ÓCULOS DE GRAU, A FIM DE ATENDER UMA DAS CRIANÇAS ACOlhIDAS NA INSTITUIÇÃO DE ACOlhIMENTO MUNICIPAL "ANILDO DE SOUZA", ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. (DE ACORDO COM AS ORIENTAÇÕES MÉDICAS O CASO É DE URGÊNCIA, DEVIDO A NECESSIDADE DO ACOlhIDO COM SÉRIOS PROBLEMAS DE VISÃO E APENAS 03 (TRÊS) ANOS DE IDADE. ÓCULOS QUE NÃO É FORNECIDO PELA SAÚDE PÚBLICA).

Empresa/Fornecedor: Jormim Ótica Ltda.

CNPJ | 83.822.494/0001-17.

VALOR TOTAL: R\$ 685,00.

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II, Lei de Licitações: Lei nº 8.666/93. Navegantes, 21 de outubro de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

EXTRATO - INEXIGIBILIDADE 09/2016 FMV.

PROCESSO Nº. 09/2016 FMV.

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE VIGILÂNCIA

OBJETO: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E AFERIÇÃO DO EQUIPAMENTO (ETILÔMETRO - MODELO ALCO SENSOR IV - MARCA INTOXIMETERS) UTILIZADO PELO 25º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR DE NAVEGANTES/SC. Empresa/Fornecedor: RIBCO DO BRASIL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.

CNPJ |

VALOR TOTAL: R\$ 1.639,37.

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II, Lei de Licitações: Lei nº 8.666/93. Navegantes, 21 de outubro de 2016.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 891/2016 AO CONTRATO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO Nº 438/2016

891/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO 438/2016.

Mediante autorização governamental, firmam o presente instrumento para PRORROGAÇÃO de prestação de trabalho por tempo determinado, celebrado na forma da Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010, INCISO IX, PARAGRAFO § 3º, ALÍNEA e, que DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER À NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, NOS TERMOS DO INCISO IX DO ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, neste ato, representado pela Prefeitura Municipal de Navegantes na pessoa do Prefeito Sr. Roberto Carlos de Souza, CPF: 573.409.359-91 a Secretaria de Administração de Logística na pessoa da Sra. Nádia Braz Bins, CPF: 676.296.799-04 e Do outro lado MATHEUS LUIZ BAMBINETTI- CPF:097.753.419-73– Rua Maria de Lourdes Couto Cabral 927 – Gravatá - Navegantes/SC - CEP 88375-000, doravante designados CONTRATANTE e CONTRATADO, respectivamente, mediante as seguintes cláusulas e condições:

E Assim sendo, firmam o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 438/2016, nos termos que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente Termo Aditivo tem por objeto, promover a prorrogação do prazo de vigência contratual pactuada no contrato original, firmado em 18/04/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA

2.1 O presente Termo Aditivo terá vigência de 19/10/2016 até 31/12/2016, em conformidade com a Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS ORÇAMENTARIOS

3.1 Recursos para pagamento – Dotação Orçamentária abaixo descrita:
ORDINÁRIO

CLÁUSULA QUARTA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1 Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato não modificadas pelo presente Termo Aditivo.

CLAUSULA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO

4.1 O presente termo aditivo do contrato será na forma de extrato, nos termos da Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010.

E por estarem às partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Navegantes, 19 de Outubro de 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito do Município de Navegantes

MATHEUS LUIZ BAMBINETTI

Leiturista

NÁDIA BRAS BINS

Secretária de Administração e Logística

TESTEMUNHAS

Juliane Wagner Pacheco	Diandra Pereira
Analista Administrativo	Diretora de Recursos Humanos

EDITAL 001-2016 EXECUTIVO FISCAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E RECEITA

EDITAL 001/2016
DEPARTAMENTO DE TRIBUTOS IMOBILIÁRIOS E DÍVIDA ATIVA

A Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Receita do Município de Navegantes - SC, comunica todos os contribuintes, devedores da Fazenda Pública Municipal, inscritos em dívida ativa, referente a receitas de IPTU/ CM/ ISSQN/ TLL/ MULTA/ RD/ NTAV/ TXFO/TXSUR, que o não pagamento destas dívidas com o fisco, no prazo de 30(trinta) dias implicará em cobrança judicial. O contribuinte que desejar quitar ou parcelar seus débitos, antes da propositura da ação judicial, deverá procurar a Prefeitura de Navegantes, no atendimento do Setor de IPTU.

GILSON FERNANDES IPTU 29018,28776,29016	2012,2013,2014,2015
ABRAO CELSO DOS SANTOS IPTU 28888	2012,2013,2014,2015
ADAO SILVA CAMPOS IPTU 28137	2012,2013,2014,2015
ADEMAR LUBKE IPTU 21756	2012,2013,2014,2015
ADEMIR CARDOSO IPTU 35085,24163	2012,2013,2014,2015
ADEMIR MANOEL DE SOUZA IPTU 33539	2012,2013,2014,2015
ADRIANO ARNO CLAUDINO E SONIA AP DA SILVA CLAUDINO IPTU 39649	2012,2013,2014
AIRTON ANJO IPTU 27315,27447,27346,41655 IPTU 34430,69785	2012,2013,2014,2015 2012,2013,2014,2015
ALCIDES MALAQUIAS IPTU 19596,16492	2012,2014,2015
ALESSANDRO RIBEIRO GONCALVES IPTU 15608,34344,41122	2012,2013,2014,2015
ALTAIR LEANDRO FISCHER IPTU 8929	2012,2014,2015
ALTAMIR FRANCISCO DE SOUZA IPTU 19377	2012,2013,2014,2015
ANDERSON JOSE DOS SANTOS IPTU 18007	2012,2013,2014,2015
ANDRE EDER DE OLIVEIRA IPTU 27176	2012,2013
ANDREA DE OLIVEIRA VEDES IPTU 14489	2012,2013,2014,2015
ANDREIA STEFAN IPTU 16796	2012,2013,2014,2015
ANTONIO LUZIMAR DE ALMEIDA IPTU 18265,18298	2012,2013,2014,2015
ARI FERREIRA PRESTES IPTU 35588	2012,2013,2015
ARNALDO DOS SANTOS CAMARA TEIXEIRA IPTU 9786	2012,2013,2014,2015
ARNO ALBERTO PUFF ME IPTU 50419,50484,22895	2012,2014,2015
ARNOLDO LUIZ BENTO E OUTRO IPTU 20699	2012,2013,2014,2015
AROLD GONCALVES DOS SANTOS IPTU 17019	2012,2013,2014,2015
ARTUR SEIDEL IPTU 10421	2012,2013,2014,2015
ASSOC VOLUNTARIOS DE SAO ROQUE IPTU 9865	2012,2013,2014,2015
ASTRIDT KRIESER RODRIGUES IPTU 50255,4708,50256,50257,50258,50259	2012,2014,2015
AUDETE DA SILVA IPTU 27237	2012,2013,2014,2015
BRUNO DOS SANTOS IPTU 15754	2012,2013,2014
CAMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES IPTU 8655	2012,2013,2014,2015
CARLINHOS MORAES DE OLIVEIRA IPTU 37466,37454	2012,2013,2014,2015

CARLOS GERMANO LANGHAMMER		
IPTU	25014	2012,2013,2014,2015
CARMEM SCHEFFER REIS		
IPTU	35234	2012,2014,2015
CASEMIRO MICHALACH		
IPTU	9733	2012,2013,2014,2015
CELESTINO ROMAO		
IPTU	22012,73711,73712	2012,2013,2014,2015
CINEIA COSTA DOS SANTOS		
IPTU	12669	2012,2014,2015
CLARI TEREZINHA DE QUADROS		
IPTU	15683	2012,2013,2014,2015
CLEUSA APARECIDA DE SOUZA ANTUNES		
IPTU	18183,18793	2012,2013,2014,2015
CLEUSA MARIA DA SILVA		
IPTU	35254	2012,2013,2014,2015
CRISTIANE DA CONCEICAO		
IPTU	31476,26754	2012,2013,2014,2015
CRISTINA FERREIRA DOS SANTOS DE SOUZA		
IPTU	19330	2012,2014,2015
DEBORA APARECIDA DE SIQUEIRA		
IPTU	39392	2012,2013,2014,2015
DIONEI RAMOS		
IPTU	26592	2012,2013,2014,2015
DIRCE ALVES DA SILVA		
IPTU	15494,15563	2012,2013,2014,2015
DNER		
IPTU	22054	2012,2013,2014,2015
DORACI SILVEIRA DE SOUZA		
IPTU	15106	2012,2013,2014,2015
EDELMIRA MOREIRA DOS SANTOS		
IPTU	22630	2012,2013,2014,2015
EDERSON ADEMIR DOS SANTOS		
IPTU	27502	2012,2013,2014,2015
EDESIO RODRIGUES ME = FILIAL =		
TLL	8205	2012,2013,2014,2015
EDEVALDO MAESTRI		
IPTU	17027,69122	2012,2013,2014,2015
EDITH SCHUBERT		
IPTU	14622	2012,2013,2014,2015
EDIVALDO DA SILVA		
IPTU	13981	2012,2013,2014,2015
EDVALDO DOS SANTOS DA SILVA		
IPTU	28205	2012,2013,2014,2015
EFIGENIA MARGARIDA DA SILVA		
IPTU	19980	2012,2013,2014,2015
ELI SARAMENTO DA COSTA		
IPTU	2604	2012,2015
ELIANE FATIMA AUACHE PEREIRA		
IPTU	50364	2012,2013,2014,2015
ELIANE LUIZA RECH		
IPTU	32879	2012,2013,2014,2015
ELIANE PEREIRA DOS SANTOS		
IPTU	39669	2012,2013,2014,2015
ELIAS DIAS DE OLIVEIRA		
RECDI	47101	2012
ELISABETE DE ALMEIDA		
IPTU	7329	2012,2013,2014,2015
ELIZA RODRIGUES		
IPTU	31994	2012,2013,2014,2015
ELIZABETE PIRES CZEKAY		
IPTU	33723	2012,2013,2014,2015
ELVINO JACINTO ROQUE		
IPTU	15553	2012,2013,2014,2015
ELZILENE NEUSA DE SOUZA		
IPTU	10501	2012,2013,2015
EMPREENDIMENTOS IMOB STA PAULA SOL LTDA		
IPTU	18799,6584,40239,8922,8923	2012,2013,2014,2015
ERICH BUTTEI		
IPTU	9575	2012,2013,2014,2015
ERICH ZICH		
IPTU	9781	2012,2013,2014,2015
ERICO PEIXER		
IPTU	59855,59856,9518	2012,2013,2014,2015

ERONDINA DA SILVA IPTU 35595	2012,2013,2014,2015
ERVINO BUTZKE IPTU 29643,43730	2012,2013,2014,2015
ESTEVAO FRANZ IPTU 19316	2012,2013,2014,2015
EUGENIO CARLOS LENZ IPTU 9611	2012,2013,2014,2015
EUNILDO BRASSANINI IPTU 7406	2012,2013,2014,2015
EVAIR SCHREIBER IPTU 17430	2012,2013,2014,2015
IVALDO GRIMM IPTU 24665	2012,2013,2014,2015
EVANDRO ANTONIO CORREA IPTU 21482	2012,2013,2014,2015
EVANIR GENERO IPTU 14092,39905,39906,2428,47581	2012,2015
EVELINA VIEIRA DOEGE IPTU 13730,13718,29615	2012,2014,2015
EVERALDO FIRMINO DE BRUM IPTU 27185,71752,38426,47939,5583	2012,2013,2014
EZONI DE JESUS ALMEIDA IPTU 27023,27024,42130	2012
FABIANA REGINA SOUZA SANTOS IPTU 34966	2012,2013,2015
FABRICA DE COM. DE LAJOTAS ARTEF. CIM M. MULTA 1267,1502,2809,4343,4450,4585,4703,4840,5173 TLL 1353	2012,2014,2015 2012,2013,2014,2015
FEPESCA IND. E COM. DA PESCA LTDA IPTU 16436,16437	2012,2014,2015
FERMINO VALDOMIRO DE ANDRADE IPTU 38194	2012,2013,2014,2015
FERNANDA SPENGLER IPTU 38468	2012,2014,2015
FERNANDO BEZERRA VERAS IPTU 28568	2012,2013,2015
FIDELINO JULIO DE OLIVEIRA - ESPOLIO IPTU 22586	2012,2013,2014
FINANCA LTDA - EMPREENDIMENTOS, PARTICIPACOES E NEGOCIOS IPTU 5101,2407,2449,2451,2292,2300,2347,2395,2403,2404,5097,2354,2406,2421,2431,12035,2379,2450,2411,47275,45751,2257,2259,2284,2285,2290,2291,2322,2329,2339,2360,2369,2370,2377,2378,2385,2386,2388,2396,2397,2422,2430,2452,2453,5096,5099,5100,5103,5104,5105,5114,12038,12039,46150,46766,2253,2254,2255,2256,2258,2260,2261,2262,2263,2264,2265,2266,2267,2268,2276,2282,2283,2286,2293,2294,2295,2296,2297,2298,2299,2301,2302,2303,2304,2313,2317,2318,2319,2320,2321,2323,2331,2343,2346,2387,2400,2418,2465,2466,2467,2468,2469,2470,2471,2472,2473,2474,3459,3460,3461,3462,3463,3464,3465,3466,3467,3468,5079,5080	2012,2013,2014
FLAVIA DA SILVA MORAES IPTU 19299,7127	2012,2013,2014,2015
FRANCISCO DE ASSIS MARQUES E MARIA LUCIA IPTU 28821	2012,2013,2015
FRANCISCO DELUCA IPTU 22776,44555	2012,2013,2014,2015
FRANCISCO ELPIDIO PINTO FILHO IPTU 5625	2012,2014,2015
FRANCISCO GESSER IPTU 19735,9557,24634,19738,44301	2012,2013,2014,2015
FRANCISCO LUCIVALDO DE ALMEIDA IPTU 9826,2547	2012,2014,2015
GENESIO D ECCEL IPTU 9303,59928	2012,2013,2014,2015
GENTIL DA ROSA IPTU 25171	2012,2013,2014,2015
GERVALINO FIDELESK IPTU 18379,20103	2012,2013,2014,2015
GILBERTO MAFRA IPTU 33286,5867	2012,2013,2014,2015
GILSON SOARES FILHO IPTU 37290,69999	2012,2013,2014,2015
GILVAN DA SILVA IPTU 15607	2012,2013,2014,2015
GUSTAVO DE MOURA VICENTE IPTU 6792	2012,2014,2015

GUTERRES & GUTERRES LTDA ME		
TLL	10362	2012,2013,2014,2015
HELIO J DE SOUZA		
IPTU	17659,42220,17658	2012,2013,2014,2015
HELIO MACHADO		
IPTU	36553,27348	2012,2013,2014,2015
HENRIQUE LEICHT		
IPTU	15833	2012,2013,2014,2015
HEROCI LIDIO DOS SANTOS E OUTROS		
IPTU	35121,46849,6482	2012,2013,2014,2015
IONI MARLI HEIL		
IPTU	3578,9864	2012,2013,2014,2015
ISAIAS DE BORBA RAMOS		
IPTU	22182,37563	2012,2013,2014,2015
IVONETE DE LIMA		
IPTU	37883	2012,2014,2015
JAIME CARLOS MADUREIRA		
IPTU	37733	2012,2013,2014,2015
JAIME DE ANDRADE		
IPTU	11501	2012,2013,2014,2015
JAIR ROSA		
IPTU	11353	2012,2013,2014,2015
JANAINA MANISCOLCO		
IPTU	32178	2012,2013,2014,2015
JAQUELINE NUNES		
IPTU	50712	2012,2013,2014,2015
JEAN PIERRE PACKER E ROSINEIDE		
IPTU	18917	2012,2013,2014,2015
JOAO BATISTA DOS SANTOS E OUTROS		
IPTU	5924	2012,2013,2014,2015
JOAO CARLOS CABRAL NETO		
IPTU	37463	2012,2013,2014,2015
JOAO CARLOS DA SILVA		
IPTU	18345	2012,2013,2014,2015
JOAO CARLOS F DA ROSA		
IPTU	1253	2012,2013,2014,2015
JOAO CARLOS PAES		
IPTU	27305	2012,2013,2014,2015
JOAO ELIAS CORREA E MARA REGINA LEUTZ		
IPTU	19639	2012,2013,2014,2015
JOAO GREGORIO SARAMENTO		
IPTU	1245	2012,2013,2014,2015
JOAO MANOEL ROMÃO		
IPTU	20959,48947,20960	2012,2013,2014,2015
JOAO MARIA AGOSTINHO SANTOS		
IPTU	27514	2012,2013,2014,2015
JOAO SAGAZ FILHO		
IPTU	16532,19567,47840	2012,2013,2014,2015
JOAO VICENTE DA SILVA		
IPTU	17379	2012,2014,2015
JOEL DO NASCIMENTO		
IPTU	20136,68792	2012,2013,2014,2015
JORGE LUIS ALVES		
IPTU	29882	2012,2013,2014,2015
JOSE CIPRIANO		
IPTU	22574,22576	2012,2013,2014,2015
JOSE CLAUDIR DE SIQUEIRA		
IPTU	15690	2012,2013,2014,2015
JOSE DOMINGOS TEODORO		
IPTU	32843,42007,20696	2012,2013,2014,2015
JOSE EDUARDO NAGEL		
IPTU	14564,14565,42792,27981	2012,2013,2014,2015
JOSE IZAQUE FRANCISCO DOS SANTOS		
IPTU	9816	2012,2013,2014,2015
JOSE JOAQUIM FERREIRA		
IPTU	17999	2012,2013,2014,2015
JOSE LACERDA DINIZ		
IPTU	22663	2012,2013,2014,2015
JOSE ORLANDO DOS SANTOS		
IPTU	28406,14813	2012,2013,2014,2015
JOSE PEDRO DIAS		
IPTU	19870	2012,2013,2014,2015
JOSE RENATO DA SILVA		
IPTU	18032	2012,2013,2014,2015

JOSE ROBERTO PAZIANI NTAV 15547,15548,15984	2012,2013
JOSE VALTER BENTO IPTU 9723,59619,59620	2012,2013,2014,2015
JOSIANE DE SOUZA IPTU 17306	2012,2013,2014
JOSIANE MARIA DE SOUZA IPTU 27707	2012,2013,2014,2015
JOSIANE RODRIGUES DOS SANTOS IPTU 38179	2012,2013,2014,2015
JUAREZ DE PINHO IPTU 20143	2012,2014,2015
JUCILDO GUILHERME SANTOS IPTU 19794,22263	2012,2014,2015
JUCILENE DOS SANTOS IPTU 21550	2012,2013,2014,2015
JULIO CESAR DA SILVA IPTU 9679	2012,2013,2014,2015
JURACI DEIA PATRICIO IPTU 16547	2012,2013,2014,2015
JUSSARA RODRIGUES DOS SANTOS EVARISTO IPTU 37305	2012,2013,2014,2015
KARLA BETANIA ERNESTO IPTU 28883	2012,2013,2014,2015
KARLA DAL RI IPTU 19812	2012,2013,2014,2015
LAERCIO HIGINO FRANCISCO IPTU 20262,23051,44572,16600	2012,2013,2014,2015
LAERTE CUNHA IPTU 36370,20604	2012,2013,2014,2015
LAURECIR LUIZ DOS SANTOS IPTU 15,1920,29158,45953	2012,2014,2015
LILIANE CILI MULLER IPTU 371,43189,19853	2012,2013
LUDOVICO CYPRIANO DO NASCIMENTO FILHO IPTU 18028,18030	2012,2014,2015
LUDOVICO RESCAROLLI NETO IPTU 25323	2012,2013,2015
LUIZ ALVES DE CANDIDO IPTU 34297	2012,2013,2015
LUIZ ANTONIO TELLES IPTU 27150,25680,25764,26771,27584,26852	2012,2013,2014,2015
LUIZ CARLOS BERTUZZI IPTU 6671	2012,2013,2014,2015
LUIZ CARLOS RAIMUNDO IPTU 29013	2012,2013,2014,2015
LUIZ EDUARDO SANTAREM IPTU 37323	2012,2013,2014,2015
LUIZ RUFINO MARQUES IPTU 33159	2012,2013,2014,2015
MADEREIRA NAVEGANTES LTDA TLL 10242	2012,2013,2015,2014
MANOEL MELENTINO FERREIRA IPTU 24640	2012,2013,2014,2015
MARCELO CHAVES IPTU 40207	2012,2013,2014,2015
MARCOS ANTONIO MARTINS IPTU 34302	2012,2013,2014,2015
MARIA APARECIDA INACIO IPTU 26913	2012,2013,2014,2015
MARIA ESTELA DA SILVA CUNHA IPTU 24308	2012,2013,2014,2015
MARIA RUTH COSTA IPTU 7301,42180	2012,2013,2014,2015
MARILENE SANTIAGO DAMASCENO IPTU 35457	2012,2013,2014,2015
MAURICIO SCHAEFER IPTU 35089	2012,2014,2015
MENDES SIBARA INCORPORADORA E CONSTRUTORA LTDA IPTU 29936,28729,30111,5198,14391,8656,49991,14392,75221,75231,75237,75241,75255,75275,75277,75278,75283,75286,75289,75290,75291,75293,75294,75304,75305,75306,75307,75308,75309,75311,75314,75330,49977,49979,49994,50009,75219,75225,75233,75245,75246,75249,75250,75251,75252,75253,75254,75257,75258,75262,75264,75265,75266,75267,75295,75324,75331,39509,76866,28579,28581,28731	2012,2015

MIRIAN REBLIN		
IPTU	5857	2012,2013,2014,2015
NADIR DE FREITAS		
IPTU	20110,48821,14262	2012,2013,2014,2015
NATHANIEL DIAS		
IPTU	5761	2012,2015
NEIDE MARIA FISCHER		
IPTU	4785	2012,2013
NESTOR DA COSTA		
IPTU	19608	2012,2013,2014,2015
NORMA ESPINDOLA		
IPTU	39869	2012,2013,2014,2015
ODETE MARIA PEREIRA		
MSURB	1461,4645	2012,2015
ONOFRE RODRIGUES DA ROSA		
IPTU	38803	2012,2013,2014,2015
ORLANDO DE BORBA		
IPTU	35243	2012,2013,2014,2015
ORLANDO MORAES		
IPTU	4192,58846	2012,2013,2014
ORLANDO SANTOS CERQUEIRA FILHO		
IPTU	33399	2012,2014,2015
OSMARINA TEREZINHA BECKER		
IPTU	33240	2012,2013,2014,2015
OSVALDINA DA CRUZ CORREIA		
IPTU	470,18195	2012,2013,2014,2015
OSVALDO RUDOLFO BRÜSCH		
IPTU	699	2012,2013,2014,2015
PALADAR CULINARIA INDUSTRIAL LTDA		
IPTU	17812	2012,2014,2015
PATRICIA SOUZA CAMARGO PETRI & CIA LTDA		
IPTU	37943	2012,2013,2014
PAULO ROBERTO DA CUNHA		
IPTU	6976,51181	2012,2013,2015
PEDRO CORREA FRANCO		
IPTU	22659	2012,2013,2014,2015
RENATO MARTINS		
IPTU	9424,9429,9428,38355,48805	2012,2014,2015
REONILDES TEODORO DE LIMA		
IPTU	10432	2012,2013,2014,2015
RICARDO ALEXANDRE ROGALIA		
IPTU	27192	2012,2013,2014,2015
RICARDO MACHADO		
IPTU	50110,75778,75779	2012,2013,2015
ROSANA APARECIDA DE OLIVEIRA		
IPTU	29022	2012,2013,2014,2015
ROSANGELA FERREIRA D AVILLA MACHADO		
TLL	8329	2012,2013,2014,2015
ROSEMAR DE ALMEIDA TAVARES		
IPTU	27581	2012,2013,2014,2015
ROSICLEIA ROSELI DE SOUZA		
IPTU	23094,20169	2012,2013,2015
ROVILSON DONIZETE DOS SANTOS		
IPTU	24221	2012,2014,2015
RUTH BAUMANN		
IPTU	2723	2012,2013,2014,2015
SANDRA APARECIDA PADRO DA SILVA		
IPTU	15598	2012,2013,2014,2015
SANDRA REGINA CIPRIANO		
IPTU	18473,19306,22542,40253,40254,18418	2012,2013,2014,2015
SEVERO HONORATO DA ROCHA		
IPTU	24352,42772	2012,2013,2014
SILEZIO MONTIBELLER		
IPTU	9760,59576,41935	2012,2013,2014,2015
SILVANA FATIMA FAUSTINO DOS SANTOS LARGURA		
IPTU	38443	2012,2013,2014,2015
SILVANA FRANCESCONI METZLER		
IPTU	27837	2012,2014,2015
SILVIA ORIENTALINA DOS ANJOS		
IPTU	5600,14543	2012,2013,2014,2015
SILVIO CESAR EMILIO		
IPTU	14856	2012,2013,2014,2015

TEREZINHA DE FATIMA DE A. DOS SANTOS		
IPTU	24950	2012,2013,2014,2015
VALDECIR CORREA		
IPTU	10201	2012,2013,2015
VALDEMIRO DE SOUZA		
IPTU	9532	2012,2013,2014,2015
VALDIR LUIZ ZANELLA		
IPTU	23161,23079,23070,23100,23104,23111,23112,23115,23116,23126,23133,23135,23136,23137,23142,23143,23173,23226,33925,34143,23134,23102,23114,23132,23159,51016,23128,23068,23117,23121,23147,23160,23162,23163,23164,23165,23166,23167,23168,23174,23175,23176,23177,23178,23179,23180,23181,23182,23183,23184,23185,23186,23187,23188,23189,23190,23191,23192,23193,23194,23195,23196,23197,23198,23199,23200,23201,23202,23203,23204,23205,23206,23207,23208,23209,23210,23211,23212,23213,23214,23215,23216,23217,23218,23219,23220,23221,23222,23223,23224,23225,23229,23230,23231,23232,23233,23234,23235,23236,23237,23238,23239,23240,23242,23244,23245,23246,23247,23248,23249,23250,23251,23252,23253,23254,23255,23256,23257,23258,23259,23260,23261,23262,23263,23264,23265,23266,23267,23268,23269,23270,23271,23272,23273,23274,23275,23276,23277,23278,23279,23280,23281,23282,23283,23284,23285,23286,23287,23288,23289,23290,23291,23292,23293,23294,23295,23296,23297,23298,23299,23300,23301,23302,23303,23304,23305,23306,23307,23308,23309,23310,23311,23312,23313,23314,23315,23316,23317,23318,23319,23320,23321,23322,23323,23324,23325,23326,23327,23328,23329,23330,23331,23332,23333,23334,23335,23336,23337,23338,23339,23340,33899,23169,23170,23171,23172,23148,23069,23075,23080,23081,23084,23090,23093,23094,23098,23099,23101,23110,23118,23119,23124,23129,23151,23154,23155,23156,23157,23158,23227,23228,23243,23109,23150,23067,23071,23073,23083,23096,23097,23113,23125,23131,23139,23144,23152,23153,49174,23072,23085,23087,23103,23127,43795,43281,23077,23108,42995,42594,23088,23122,23123,23138,23082,23130,23145,23146,23149	2012,2013,2014,2015
VALDOVINO GONCALVES DOS SANTOS		
IPTU	17759,38291	2012,2013,2014
VENDECASA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA		
IPTU	28548,28717,28427,28434,28437,28446,28465,28467,28490,28497,28532,28560,28591,28592,28597,28598,28601,28602,28647,28699,28718,28719,28722,28726,28727,28757,28791,28794,28804,28834,28864,28879,28917,29072,29126,36089,28428,27366,28461,28952,26399,28800,28582,28447,28580,28615,28736,28751,28772,28784,28828,28838,28842,28850,28881,28993,29015,29030,73159,28781,28806,26394,28415,28540,28969,26373,28407,28438,28440,28443,28460,28595,28632,28637,28638,28639,28714,28752,28796,28799,28811,28825,28840,28987,28992,28994,28995,27605,28586,27356,27361,27362,27363,27364,28788,26365,26379,28403,28655,28980,28535,28812,28830,28831,28854,28558,28769,28770,28771,26350,28416,28417,28441,28445,28489,28533,28543,28544,28545,28546,28549,28550,28551,28557,28573,28576,28577,28584,28585,28604,28606,28609,28612,28619,28620,28627,28629,28630,28631,28646,28665,28666,28667,28668,28669,28670,28671,28672,28673,28674,28675,28676,28681,28682,28693,28702,28708,28709,28732,28747,28750,28753,28762,28764,28766,28777,28780,28785,28789,28807,28810,28813,28814,28815,28820,28821,28823,28824,28826,28827,28829,28839,28848,28855,28856,28894,28900,28902,28905,28907,28931,28932,28933,28934,28935,28936,28937,28938,28949,28950,28951,28979,28981,28982,28983,28984,28985,28986,28998,28999,29020,28640,28904,28537,28918,26387,44718,26337,26345,26381,26403,26419,28410,28439,28448,28449,28450,28481,28502,28504,28507,28538,28547,28556,28561,28562,28570,28599,28603,28607,28608,28614,28617,28618,28625,28642,28643,28644,28662,28686,28690,28692,28695,28696,28705,28712,28713,28725,28730,28738,28739,28741,28743,28744,28748,28754,28760,28761,28773,28778,28779,28790,28795,28816,28819,28837,28843,28853,28857,28861,28870,28887,28892,28898,28911,28972,29023,29037,29039,29062,29063,41307,28571,28691,28697,28733,28767,28818,28851,41306,26420,28404,28424,28430,28442,28483,28509,28526,28588,28590,28593,28594,28600,28605,28623,28634,28648,28650,28683,28687,28689,28700,28710,28715,28716,28720,28728,28734,28737,28742,28745,28746,28749,28758,28759,28763,28765,28768,28786,28793,28797,28801,28802,28808,28822,28832,28836,28844,28845,28846,28847,28849,28903,29009,29051,42364,28685,28852,29041,28474	2012,2013,2014,2015
VILMAR CANDIDO		
IPTU	34056,77319,77357,21687	2012,2013,2014
VIVIANE ELIAS DA SILVA		
IPTU	37427	2012,2013,2014

Nova Trento

PREFEITURA

PORTARIA Nº 648/2016

PORTARIA Nº 648/ 2016

Prorroga Portaria

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o art. 102, da Lei Municipal nº 1.207/92, de 30/08/1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 628/2016, que Concedeu Licença Prêmio ao Servidor Público Municipal ALCIRES LUIZ DALRI, matrícula nº 548, concursado no cargo de Motorista de Transporte Escolar, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, deste Órgão Público Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 01 (um) mês, relativo ao período aquisitivo de 06/09/2000 a 05/09/2005, a contar de 14 de outubro de 2016 a 12 de novembro de 2016.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 17 de outubro de 2016.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Adérico Edílio Dalri
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 649/2016

PORTARIA Nº 649/ 2016

Prorroga Portaria

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 340/2016, de 11 de abril de 2016, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 548/2016, que Prorrogou a Admissão em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado nº 004/2015, de 22/09/2015, convocada conforme Decreto nº 006/2016, LUCIANA MARIA CADORIN PIAZZA, matrícula nº 7011, para exercer o cargo de Professor Nível III, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais (Ensino Fundamental – Anos Iniciais), na Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle – Trinta Réis, Município de Nova Trento, a contar de 20 de outubro de 2016 a 10 de dezembro de 2016, em substituição a titular Ana Miria Cipriani Marchi, afastada por motivo de férias.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 20 de outubro de 2016.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios

DOM/SC

Adérico Edílio Dalri
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2016

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominada MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora LUCIANA MARIA CADORIN PIAZZA, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Francisco Cadorin, nº 133, Bairro Centro, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 023.834.819-98, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Professor Nível III, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais (Ensino Fundamental – Anos Iniciais), na Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle – Trinta Réis, Município de Nova Trento, em substituição a titular Ana Miria Cipriani Marchi, afastada por motivo de férias.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.284,20 (um mil duzentos e oitenta e quatro reais e vinte centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 20 de outubro de 2016 a 10 de dezembro de 2016, data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado conforme a necessidade.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;
- II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;
- III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30

(trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 04 (quatro) horas diárias, totalizando 20 (vinte) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 20 de outubro de 2016.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Luciana M. Cadorin Piazza
Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 20 de outubro de 2016.

Adérico Edílio Dalri
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Izabela Darós
Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 650/2016

PORTARIA Nº 650/ 2016

Prorroga Portaria

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 340/2016, de 11 de abril de 2016, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 547/2016, que Prorrogou a Admissão em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado nº 004/2015, de 22/09/2015, convocada conforme Decreto nº 006/2016, JANETE MACHADO, matrícula nº 6999, para exercer o cargo de Professor Nível III, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais (Educação Infantil – Pré Escolar), na Escola Municipal de Educação Básica João Bayer Sobrinho - Claraíba, Município de Nova Trento, a contar de 20 de outubro de 2016 a 10 de dezembro de 2016, em substituição a titular Ana Miria Cipriani Marchi, afastada por motivo de férias.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 20 de outubro de 2016.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

Adérico Edílio Dalri
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2016

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora JANETE MACHADO, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Augusto Inacio Mafezzoli, nº 1655, Bairro Carmelo, Município de São João Batista, portadora do CPF nº 732.345.169-87, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Professor Nível III, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais (Educação Infantil – Pré Escolar), na Escola Municipal de Educação Básica João Bayer Sobrinho - Claraíba, Município de Nova Trento, em substituição a titular Ana Miria Cipriani Marchi, afastada por motivo de férias.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.284,20 (um mil duzentos e oitenta e quatro reais e vinte centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 20 de outubro de 2016 a 10 de dezembro de 2016, data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado conforme a necessidade.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;

II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;

III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30

(trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;
VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 04 (quatro) horas diárias, totalizando 20 (vinte) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 20 de outubro de 2016.

Luiz Carlos Orsi	Janete Machado
Secretário Municipal de Educação	Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 20 de outubro de 2016.

Adérico Edílio Dalri
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Izabela Darós
Departamento de Recursos Humanos

Orleans

PREFEITURA

4007

DECRETO N.º 4007, DE 17 DE OUTUBRO DE 2016.

"Dispõe sobre adoção de medidas administrativas para contenção de gastos, no âmbito do Poder Executivo Municipal, e dá outras providências"

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito do Município de Orleans, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo,

CONSIDERANDO a obrigação contínua de planejar, acompanhar e avaliar as ações do Poder Executivo no tocante à gestão orçamentária, financeira e administrativa, em atenção especial aos dispositivos da Lei Complementar Federal 101, de 4 de maio de 2000; CONSIDERANDO a necessidade de adequar as despesas à programação financeira de entrada de receitas para o corrente ano; CONSIDERANDO ser imperativo estabelecer medidas visando à redução do custo administrativo, assegurando, todavia, o funcionamento contínuo dos serviços essenciais do Município;

CONSIDERANDO a necessidade de preservação da regularidade dos pagamentos a fornecedores e aos servidores públicos municipais;

CONSIDERANDO a necessidade de se manterem os investimentos públicos;

CONSIDERANDO os atrasos e a queda significativa nos repasses de recursos efetuados pelo Governo Federal e Estadual;

CONSIDERANDO a queda nas principais receitas decorrentes do desaquecimento da economia nacional;

CONSIDERANDO a necessidade de contenção de despesas, otimização dos recursos existentes e qualificação do gasto público, primando pela eficiência na gestão governamental;

CONSIDERANDO os reflexos da atual crise econômica nacional que acomete este momento;

CONSIDERANDO a necessidade de se implantar, com rigor, medidas que venham a favorecer o controle de aplicação dos recursos financeiros do Município, adequando-se aos preceitos da Lei Complementar nº 101/2000;

CONSIDERANDO o comprometimento da receita líquida corrente com gastos de pessoal, e, sobretudo as disposições constitucionais e infraconstitucionais, aliadas às orientações do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

CONSIDERANDO, ainda, os recorrentes sinistros ocorridos no Município, que demandam a execução de despesas não previstas no orçamento; e,

CONSIDERANDO, finalmente, que tais medidas serão de fundamental importância para adequação à nova realidade financeira e orçamentária do Município e para atingir os objetivos previstos no presente ato e na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

DECRETA:

Art. 1º. Fica implantado o programa de contenção de despesas, no sentido de equilibrar as contas públicas, na execução orçamentária de 2016, evitando o déficit financeiro, durante os meses de outubro a dezembro de 2016.

Art. 2º. Para a redução das despesas, ficam determinadas as seguintes ações, ressalvados os casos emergenciais, de extrema necessidade, mediante justificativa e aqueles expressamente autorizados pelo Chefe do Poder Executivo:

I - suspensão da concessão de funções gratificadas e outras gratificações legais e do pagamento de horas extras;

II - suspensão das autorizações para participação dos servidores públicos municipais em treinamentos, seminários e cursos de

qualificação, bem como encontros regionais, estaduais e nacionais de quaisquer áreas;

III - suspensão da concessão de novos auxílios, ajuda de custo ou qualquer outro tipo de subvenção social;

IV - reavaliação das locações de imóveis dos espaços físicos utilizados para as atividades de cada Secretaria, rescindindo todos os que forem possíveis;

V - suspensão de auxílio de qualquer natureza à entidades ou instituições para realização de eventos;

VI - suspensão de despesas com viagens, exceto aquelas decorrentes de serviços públicos essenciais;

VII - limitação ao valor de R\$ 20,00 (vinte reais) por funcionário, para refeições, nos casos de necessidade viagens;

VIII - vedação da contratação de novos estagiários, bem como a reavaliação dos contratos de estágio vigentes, e rescisão de contratos que não importem na solução de continuidade dos

serviços públicos essenciais, a serem avaliados e deliberados pelos Secretários das respectivas pastas;

IX - contenção do consumo de energia elétrica em todas as unidades administrativas, utilizando somente a energia estritamente necessária para a realização das atividades de rotina;

X - reavaliação, de todo e qualquer evento que importe em realização de qualquer tipo de despesa para o erário municipal;

XI - controle e racionalização da aquisição e utilização de materiais de expediente e de informática;

XII - redução dos contratos de prestação de serviços, àqueles em que há possibilidade de supressão do objeto até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) e, acordo com os contratados para redução temporária dos valores contratados;

XIII - reavaliação das licitações em curso e que ainda não tenham sido homologadas ou adjudicadas, bem como daquelas ainda a serem instauradas;

XIV - suspensão das despesas com celebração de novos contratos de locação de imóveis;

XV - suspensão da realização de recepções, homenagens e solenidades que impliquem acréscimo de despesa não prevista no orçamento;

XVI - suspensão de novas assinaturas ou renovação de assinaturas de jornais, revistas e periódicos;

XVII - vedação da contratação de novos servidores temporários, bem como a reavaliação dos contratos de estágio vigentes, e rescisão de contratos que não importem na solução de continuidade dos serviços públicos essenciais, a serem avaliados e deliberados pelos Secretários das respectivas pastas;

XVIII - vedação da nomeação de novos servidores comissionados, bem como a reavaliação das nomeações vigentes, e exoneração dos servidores comissionados que não importem na solução de continuidade dos serviços públicos essenciais, a serem avaliados e deliberados pelos Secretários das respectivas pastas.

Art. 3º. Fica expressamente determinado aos Secretários Municipais a estrita observação e cumprimento das disposições contidas no presente Decreto, ficando a seu cargo a adoção de medidas necessárias à sua implementação.

Parágrafo único - as situações excepcionais, prevista ou não no artigo 2.º deste Decreto, devem ser discutidas e analisadas pontualmente pelo respectivo Secretário da Pasta e pelo Prefeito Municipal.

Art. 4º. A realização de qualquer despesas, de qualquer natureza, somente poderá ser feita mediante autorização por escrito pelo Secretário da respectiva pasta.

Parágrafo único – As despesas realizadas em desacordo com o estabelecido no caput deste artigo, não serão pagas pelo Município, ficando sob responsabilidade exclusiva do servidor que a contrair e com risco exclusivo do fornecedor que fazer a venda do produto ou serviço.

Art. 5º. As Secretarias Municipais de Administração e de Finanças ficarão responsáveis pelo acompanhamento e verificação quanto à observância e cumprimento das medidas estabelecidas neste Decreto.

Art. 6º. As medidas de que trata o presente Decreto terão vigência até 31 de dezembro de 2016.

Art. 7º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação. Orleans, 17 de outubro de 2016; 131º anos da Fundação e 103º anos da Emancipação Política.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito Municipal

PUBLICADO O PRESENTE DECRETO NESTA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, AOS DEZESSETE DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSEIS

EDUARDO BERTONCINI
Secretário de Administração

4008

DECRETO Nº 4008, DE 17 DE OUTUBRO DE 2016.

"DISPÕE SOBRE O FUNCIONAMENTO DE COMÉRCIO AMBULANTE NAS IMEDIAÇÕES DO CEMITÉRIO MUNICIPAL SÃO JOSÉ DE ORLEANS, NOS DIAS 01 E 02 DE NOVEMBRO."

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito de Orleans, usando das suas atribuições conferidas pelo Art. 68 Item VII, da Lei Orgânica do Município de Orleans,
DECRETA:

Art. 1º O Comerciante ambulante que desejar se instalar nas imediações do Cemitério Municipal São José de Orleans, nos dias 01 e 02 de novembro do corrente ano, deverá requerer junto ao Departamento de Fiscalização da Prefeitura Municipal de Orleans até o dia 31/10/2016, um ou mais espaços que lhe interessar para instalar seu ponto de venda, ficando reservado o respectivo "espaço", com o pagamento das taxas cabíveis.

Parágrafo Único - A concessão dos espaços nas proximidades do Cemitério Municipal, serão determinados pela Prefeitura Municipal de Orleans.

Art. 2º As taxas a serem aplicadas aos comerciantes ambulantes são dispostas no Código Tributário do Município de Orleans. Portanto, será vedada e impedida pela fiscalização a prática de comércio ambulante sem o pagamento da respectiva taxa, devendo a fiscalização adotar as medidas cabíveis, inclusive com a apreensão das mercadorias.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Orleans, 17 de outubro de 2016; 131º anos da Fundação e 103º anos da Emancipação Política.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto nesta Secretaria Municipal de Administração, aos dezessete dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezesseis

EDUARDO BERTONCINI
Secretário de Administração

Ouro Verde

PREFEITURA

DECRETO Nº2813

DECRETO N.º 2813/2016

“DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Exonerada a pedido a servidora pública municipal Sra. DAIANE FABRIS, ocupante do cargo em Comissão de Dirigente de Saúde, a partir de 31 de outubro de 2016.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde – SC, em 18 de outubro de 2016.

ROSANE MINETTO SELIG

Prefeita Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

Secretário de Adm. e Gestão

DECRETO Nº2814

DECRETO N.º 2814/2016

“DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Exonerado a pedido o servidor público municipal Sr. ADEMIR QUICHINI, ocupante do cargo efetivo de Motorista, a partir de 21 de outubro de 2016.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde – SC, em 21 de outubro de 2016.

ROSANE MINETTO SELIG

Prefeita Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

Secretário de Adm. e Gestão

Paial

PREFEITURA

PP 011/2016 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 012/2016 PROCESSO 011/2016

Objeto: A presente licitação tem por objeto a aquisição materiais permanentes para o setor de vigilância sanitária, conforme relação de itens constantes no Anexo "E" deste Edital.

Tipo: Menor Preço por Item

Recebimento das propostas: até as 13hs30min do dia 10/11/2016

Abertura das propostas: 10/11/2016 as 13hs45min

Informações complementares estarão disponíveis na página do município www.paial.sc.gov.br e poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município, sito a Rua Goiás nº 400, Centro, Município de Paial de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3451-0045, pelo e-mail compras@paial.sc.gov.br

Município de Paial – SC em 24 de outubro de 2016.

Elizete E. Vortmann

Gestora do Fundo Municipal de Saúde

Palhoça

PREFEITURA

DECRETO Nº 2.063, DE 19 DE OUTUBRO DE 2016.

DECRETO Nº 2.063, DE 19 DE OUTUBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A CONTENÇÃO DE DESPESAS NOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
No uso de suas atribuições,

Considerando a contínua necessidade de racionalização e otimização dos recursos públicos disponíveis, para maior eficiência na execução de políticas públicas, programas e ações de governo, com a qualificação do gasto público;

Considerando que as despesas com pessoal e encargos tem peso significativo no orçamento do Município, merecendo acompanhamento e ações especiais sucessivas, com vistas ao seu controle;

Considerando que o Poder Executivo Municipal vem acompanhando o cenário econômico nacional e pretende realizar contenção de despesas para adequar as contas públicas;

Considerando que crise econômica tem grande influência nos órgãos públicos, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Suspende até 31 de dezembro de 2016:

I – as autorizações de despesas referentes à participação em congressos, seminários, simpósios ou eventos similares;

II – a autorização/pagamento de diárias e viagens;

III – a concessão/pagamento de horas extras e hora plantão;

Parágrafo Único. Situações excepcionais, devidamente motivadas pelo titular do órgão ou entidade, poderão ser submetidas à consideração do Comitê Gestor.

Art. 2º Como medida excepcional para contenção de despesas, serão realizados os seguintes ajustes até 31 de dezembro de 2016:

I – a revisão da periculosidade, insalubridade e auxílio combustível, mediante relatório da Diretoria Geral de Gestão de Pessoas, no prazo de 10 (dez) dias, a partir da publicação deste Decreto;

II – a revisão de comissões remuneradas inativas/não obrigatórias, mediante relatório da Diretoria Geral de Gestão de Pessoas, no prazo de 10 (dez) dias, a partir da publicação deste Decreto, com deliberação do Comitê Gestor;

III – a fixação de apenas 02 (duas) senhas por Secretaria, Autarquia e Fundação Municipal que poderão realizar ligações para aparelhos celulares e de longa distância, para servidores cadastrados e aprovados pelo Comitê Gestor de Governo;

Parágrafo Único. Situações excepcionais, devidamente motivadas pelo titular do órgão ou entidade, poderão ser submetidas à consideração do Comitê Gestor.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Palhoça, 19 de outubro de 2016.

NILSON JOÃO ESPÍNDOLA

Prefeito Municipal em Exercício

DECRETO Nº 2.067, DE 24 DE OUTUBRO DE 2016.

DECRETO Nº 2.067, DE 24 DE OUTUBRO DE 2016.

DEFINE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL COMO FORMA DE CONTENÇÃO DE DESPESAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
No uso de suas atribuições,

Considerando a contínua necessidade de racionalização e otimização dos recursos públicos disponíveis, para maior eficiência na execução de políticas públicas, programas e ações de governo, com a qualificação dos gastos públicos;

Considerando a crise econômica que assola o Brasil e vem afetando diretamente todos os Estados e Municípios, inclusive Palhoça;

Considerando o início do horário brasileiro de verão no dia 16 de outubro de 2016 com duração até o dia 19 de fevereiro de 2017, cujo objetivo é a racionalização de energia elétrica, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Fica estabelecido turno único, das 13:00 hs às 19:00 hs, no período de 26 de outubro de 2016 até o dia 28 de fevereiro de 2017, na sede administrativa e demais órgãos públicos da Administração Direta e Indireta do Município de Palhoça.

Parágrafo Único. Ficam excetuadas da regra prevista no caput deste artigo os serviços externos, as atividades essenciais e demais atividades deliberadas pelo Comitê Gestor de Governo.

Art. 2º Fica revogado o Decreto nº 2.061, de 18 de outubro de 2016 e demais disposições contrárias.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Palhoça, 24 de outubro de 2016.

NILSON JOÃO ESPÍNDOLA

Prefeito Municipal em Exercício

ERRATA Nº 001 EDITAL Nº 02/2016 – PONTO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO NÁUTICO (PN) TEMPORADA DE VERÃO 2016/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ERRATA Nº 001

Edital nº 02/2016 – Ponto de Locação de Equipamento Náutico (PN)
Temporada de Verão 2016/2017

O Município de Palhoça torna público que fica estabelecido os seguintes pontos na Praia da Pinheira – Praia de Cima (Praça): 02 pontos sem motor; 01 ponto com motor (exclusivo para passeio de barco); 01 ponto com motor (exclusivo Banana Boat) do Edital 02/2016 – Ponto de locação de Equipamento Náutico (PN) Temporada de Verão 2016/2017.

O Edital encontra-se à disposição dos interessados na Secretaria de Receita, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, das 13:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: www.palhoça.atende.net

Palhoça, 24 de outubro de 2016.

Tharsyane Zenilda da Silva
Secretária da Receita

RESULTADO PREGÃO Nº 128/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
RESULTADO
PROCESSO LICITATÓRIO
PREGÃO PRESENCIAL nº 128/2016

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 128/2016, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a aquisição de materiais e serviços para sinalização vertical e horizontal, para aplicação e manutenção de diversas ruas neste Município,, conformes especificações do Anexo I, que é parte integrante do edital.

CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:

SINASC SINALIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS LTDA ficou classificada em 1º lugar nos lotes 01, 02, 03, 04, 05 e 06, totalizando R\$6.877.398,51 (seis milhões oitocentos e setenta e sete mil duzentos e noventa e oito reais e cinquenta e um centavos);
Palhoça, 24 de outubro de 2016

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE PALHOÇA - IPPA

PORTARIA Nº 060/2016

PORTARIA Nº 060/2016.

Concede aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005 e declara a vacância do cargo público do servidor João Ari da Silva.

Camilo Nazareno Pagani Martins, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições,

Resolve,

Art. 1º Aposentar, por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, o servidor João Ari da Silva, detentor da matrícula funcional nº 800286-02, inscrito no CPF sob o 289.359.009-82 e no PIS/PASEP sob o nº 106.219.708-21, lotado na Secretaria da Educação, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Técnico Pedagógico, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, que será pago mensalmente pelo IPPA.

Parágrafo único A revisão dos proventos obedecerá ao contido na Emenda Constitucional nº 47/2005, havendo paridade com os servidores ativos.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso V do art. 109 da Lei Complementar nº 097/2010 – Estatuto dos Servidores Público Municipal.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 31/10/2016, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça, em 11 de outubro de 2016.

Camilo Nazareno Pagani Martins Milton Luiz Espindola
Prefeito Municipal Presidente da Autarquia

Soraya Regina Becker
Técnico Previdenciário
Matrícula 900050

PORTARIA Nº 061/2016

PORTARIA Nº 061/2016.

Concede pensão por morte, em caráter integral a Amanda da Silveira Carneiro, dependente presumida da servidora ativa falecida, Sra. Jussara da Silveira, detentora do cargo de provimento efetivo de Psicólogo, nos termos do art. 40, §7º, inciso II da Constituição Federal observada a redação da Emenda Constitucional nº 41/03, do art. 2º, inciso II da Lei Federal nº 10.887/04 e do art. 34, inciso I da Lei Municipal nº 1.320/01.

Camilo Nazareno Pagani Martins, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art.1º Conceder, pensão por morte, conforme dispõe o art. 40, §7º, inciso II da Constituição Federal observada a redação da Emenda Constitucional nº 41/03, do art. 2º, inciso II da Lei Federal nº 10.887/04 e do art. 34, inciso I da Lei Municipal nº 1.320/01, a Amanda da Silveira Carneiro, inscrita no CPF nº 101.818.969-66 e portadora do RG nº 6.839.077, dependente presumida da servidora ativa, Sra. Jussara da Silveira, falecida em 16/09/2016.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de pensão por morte, em caráter integral, nos termos do parágrafo único do art. 41 da Lei Municipal nº 1.320/2001, correspondente a 100% (cem por cento) do valor do provento percebido na data do óbito, que serão pagos mensalmente pelo IPPA.

§ Único - A revisão dos proventos de pensão por morte obedecerá ao contido na Emenda Constitucional nº 41/2003, não havendo paridade com os servidores ativos, eis que o falecimento ocorreu após publicação desta Emenda (31/12/2003).

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso VI do art. 85, da Lei Complementar nº 096/2010 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a contar de 16/09/2016, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça SC, em 11 de outubro de 2016.

Camilo Nazareno Pagani Martins Milton Luiz Espindola
Prefeito Municipal Presidente da Autarquia

Andréa Mara Harger Luckmann Pléticos
Assistente Administrativo
Matrícula 300010-01

PORTARIA Nº 062/2016

PORTARIA Nº 062/2016

Concede pensão por morte, em caráter integral a Celina Candido Carvalho, dependente presumida do servidor inativo falecido, Edeno Laurindo Carvalho, nos termos do art. 40, §7º, inciso I da Constituição Federal e dá outras providências.

Camilo Nazareno Pagani Martins, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições,

Resolve:

Art.1º Conceder, pensão por morte, conforme dispõe o art. 40, §7º, inciso I da Constituição Federal a senhora Celina Candido Carvalho, inscrita no CPF nº 040.381.589-42 e portadora do RG nº 4.822.175-9, dependente presumida do servidor inativo segurado do IPPA Edeno Laurindo Carvalho, falecido em 22/09/2016.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de pensão por morte, em caráter integral, nos termos do parágrafo único do art. 41 da Lei Municipal nº 1.320/2001, correspondente a 100% (cem por cento) do valor do provento percebido na data do óbito, que serão pagos mensalmente pelo IPPA.

Parágrafo único A revisão dos proventos de pensão por morte obedecerá ao contido na Emenda Constitucional nº 41/2003, não havendo paridade com os servidores ativos, eis que o falecimento ocorreu após publicação desta Emenda (31/12/2003).

Art. 3º Declarar extinta a Aposentadoria por Idade em caráter Proporcional, concedida ao servidor falecido, nos termos da Portaria nº 003/2005.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a 22/09/2016, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça SC, em 17 de outubro de 2016.

Camilo Nazareno Pagani Martins Milton Luiz Espíndola
Prefeito Municipal Presidente do IPPA

Maria Terezinha Broering Fernandes
Assistente Administrativo
Matrícula 300054-01

Palma Sola

PREFEITURA

LEILÃO Nº. 04/2016

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO Nº 004/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMA SOLA

O município de PALMA SOLA, SC, com sede na Rua Francisco Zanotto, nº 600, Centro, cidade de Palma Sola, CEP 89.613/000, inscrito no CNPJ sob nº 83.028.639/0001-02, Telefone (49) 3652 3200, torna público aos interessados que fará realizar LEILÃO PÚBLICO PRESENCIAL E ON LINE às 10 horas do dia 11 de NOVEMBRO de 2016, tendo como local o AUDITÓRIO DO LEILOEIRO, sito a Rua Acadêmico Nilo Marchi, nº 447, Centro, Rio do Sul, SC. O leilão será conduzido pelos Leiloeiros PÚBLICOS Oficiais SR. JÚLIO RAMOS LUZ, matrícula AARC/162 e SR. PAULO ROBERTO WORM, matrícula AARC/333, JUCESC, para venda à vista de bens móveis inservíveis. Edital completo com as descrições poderá ser obtido na Prefeitura ou através dos sites WWW.JULIORAMOS.COM.BR ou WWW.PALMASOLA.SC.GOV.BR, ou ainda pelos telefones (49) 3652 3200 na Prefeitura ou (47) 3521 7730 com o Leiloeiro. Aplica-se à presente licitação, as disposições da Lei no 8.666/93, incluindo as alterações posteriores. Leia atentamente o edital.

Palma Sola (SC), em 24 de outubro de 2016.

DOMINGOS LIRIO LOCATELLI

PREFEITO MUNICIPAL DE PALMA SOLA

Palmitos

PREFEITURA

DECRETO 095/2016

DECRETO Nº. 095/2016. De 10 de outubro de 2016.	AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTARIA ANUAL, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE PALMITOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Norberto Paulo Gonzatti, Prefeito de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e que lhe são conferidas pela autorização contida na Lei Municipal nº. 3.933/2016, de 10 de outubro de 2016.
----------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

DECRETA

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais), destinados a reforçar as dotações orçamentárias constante no Orçamento Vigente do Município de Palmitos, conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Unidade: 06.01 – Departamento de Agricultura e Meio Ambiente
Projeto: 2.022 – Manutenção do Programa de Inseminação Artificial
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0(97)
R\$ 70.000,00
TOTAL R\$ 70.000,00

ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Unidade: 06.01 – Departamento de Agricultura e Meio Ambiente
Projeto: 2.021 – Manutenção das Atividades da Agricultura e Meio Ambiente
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0(94)
R\$ 55.000,00
TOTAL R\$ 55.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao valor de até R\$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais), de que trata o art. 1º desta Lei, ficam reduzidas as dotações orçamentárias conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Unidade: 06.01 – Departamento de Agricultura e Meio Ambiente
Projeto: 1.009 – Aquisição de Veículos, Máquinas e Implementos Agrícolas
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0(88)
R\$ 75.000,00
TOTAL R\$ 75.000,00

DECRETO Nº. 095/2016.
De 10 de outubro de 2016.

ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Unidade: 06.01 – Departamento de Agricultura e Meio Ambiente
Projeto: 2.020 – Manutenção do Programa de Melhorias em Propriedades Rurais
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0(89)
R\$ 50.000,00
TOTAL R\$ 50.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Palmito/SC, em 10 de outubro de 2016.
NORBERTO PAULO GONZATTI
Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em local de costume

Paulino Parisotto
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

DECRETO 096/2016

DECRETO Nº. 096/2016. De 10 de outubro de 2016.	AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTARIA ANUAL, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE PALMITOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Norberto Paulo Gonzatti, Prefeito de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e que lhe são conferidas pela autorização contida na Lei Municipal nº. 3.934/2016, de 10 de outubro de 2016.
----------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

DECRETA

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 243.750,00 (Duzentos e quarenta e três mil, setecentos e cinquenta reais), destinados a reforçar as dotações orçamentárias constante no Orçamento Vigente do Município de Palmitos, conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 08 – SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
Unidade: 08.01 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos
Projeto: 1.012 – Obras de Pavimentação e Construção de Passeios em Vias Públicas
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0012.0(xx) R\$ 243.750,00
TOTAL R\$ 243.750,00

Art. 2 Para dar cobertura ao valor de até R\$ 243.750,00 (Duzentos e quarenta e três mil, setecentos e cinquenta reais), de que trata o art. 1º desta Lei, fica autorizada a utilização do provável excesso de arrecadação na fonte de recursos 0012 – recursos vinculados ao Governo Federal, nos termos do art. 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Palmito/SC, em 10 de outubro de 2016.
NORBERTO PAULO GONZATTI
Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em local de costume

Paulino Parisotto
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

DECRETO 097/2016

DECRETO Nº. 097/2016. De 10 de outubro de 2016.	AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTARIA ANUAL, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE PALMITOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Norberto Paulo Gonzatti, Prefeito de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e que lhe são conferidas pela autorização contida na Lei Municipal nº. 3.924/2016, de 31 de agosto de 2016.
----------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

DECRETA

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 45.000,00 (Quarenta e cinco mil reais), destinados a reforçar as dotações orçamentárias constante no Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde de Palmitos, conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 05 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALMITOS

Unidade: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto: 2035 – Manutenção dos Programas ESF/ACS/Saúde Bucal

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.01.0002 (20) R\$ 45.000,00

TOTAL R\$ 45.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao valor de até R\$ 45.000,00 (Quarenta e cinco mil reais), de que trata o art. 1º desta Lei, ficam reduzidas as dotações orçamentárias conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 10.01 – Fundo Municipal de Assistência Social

Projeto: 2.045 – Manutenção do SCFV – 6 – 15 anos

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.01.0000(10) R\$ 20.000,00

TOTAL GERAL R\$ 20.000,00

Unidade: 10.01 – Fundo Municipal de Assistência Social

Projeto: 2.048 – Manutenção do Programa de Abrigo Domiciliar

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.01.0000 (26) R\$ 10.000,00

TOTAL GERAL R\$ 10.000,00

ÓRGÃO: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 10.02 – Fundo Municipal da Criança e Adolescente

Projeto: 2.050 – Manutenção do Fundo Municipal da Criança e Adolescente

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.01.0000(37) R\$ 15.000,00

TOTAL GERAL R\$ 15.000,00

DECRETO Nº. 097/2016.

De 10 de outubro de 2016.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Palmito/SC, em 10 de outubro de 2016.

NORBERTO PAULO GONZATTI

Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em local de costume

Paulino Parisotto

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

LEI 3.933/2016

LEI Nº. 3.933/2016. De 10 de outubro de 2016.	AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTARIA ANUAL, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE PALMITOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. NORBERTO PAULO GONZATTI, Prefeito Municipal de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município de Palmitos – SC, que a Câmara de vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a presente Lei.
--------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 150.000,00 (cem e cinquenta mil reais), destinados a reforçar as dotações orçamentárias constante no Orçamento Vigente do Município de Palmitos, conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade: 06.01 – Departamento de Agricultura e Meio Ambiente

Projeto: 2.022 – Manutenção do Programa de Inseminação Artificial

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000.0(97) R\$ 70.000,00

TOTAL R\$ 70.000,00

ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade: 06.01 – Departamento de Agricultura e Meio Ambiente

Projeto: 2.021 – Manutenção das Atividades da Agricultura e Meio Ambiente

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000.0(94) R\$ 80.000,00

TOTAL R\$ 80.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao valor de até R\$ 150.000,00 (cem e cinquenta mil reais), de que trata o art. 1º desta Lei, ficam reduzidas as dotações orçamentárias conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade: 06.01 – Departamento de Agricultura e Meio Ambiente

Projeto: 1.009 – Aquisição de Veículos, Máquinas e Implementos Agrícolas

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000.0(88) R\$ 100.000,00

TOTAL R\$ 100.000,00

LEI Nº. 3.933/2016.

De 10 de outubro de 2016.

ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade: 06.01 – Departamento de Agricultura e Meio Ambiente
Projeto: 2.020 – Manutenção do Programa de Melhorias em Propriedades Rurais
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000.0(89)
R\$ 50.000,00
TOTAL R\$ 50.000,00

Registrado e Publicado em Local de costume

Paulino Parisotto
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Palmitos/SC, em 10 de outubro de 2016.
NORBERTO PAULO GONZATTI
Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em Local de costume

Paulino Parisotto
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.

LEI 3.934/2016

LEI Nº. 3.934/2016. De 10 de outubro de 2016.	AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE PALMITOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. NORBERTO PAULO GONZATTI, Prefeito Municipal de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município de Palmitos – SC, que a Câmara de vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a presente Lei.
--------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 243.750,00 (Duzentos e quarenta e três mil, setecentos e cinquenta reais), destinados a reforçar as dotações orçamentárias constante no Orçamento Vigente do Município de Palmitos, conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 08 – SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade: 08.01 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos
Projeto: 1.012 – Obras de Pavimentação e Construção de Passeios em Vias Públicas
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0012.0(xx) R\$ 243.750,00
TOTAL R\$ 243,750,00

Art. 2 Para dar cobertura ao valor de até R\$ 243.750,00 (Duzentos e quarenta e três mil, setecentos e cinquenta reais), de que trata o art. 1º desta Lei, fica autorizada a utilização do provável excesso de arrecadação na fonte de recursos 0012 – recursos vinculados ao Governo Federal, nos termos do art. 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Palmitos/SC, em 10 de outubro de 2016.
NORBERTO PAULO GONZATTI
Prefeito de Palmitos

Papanduva

PREFEITURA

CONTRATO Nº 053/2016

CONTRATO053/2016

Que entre si fazem o Município de Papanduva -SC, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 83 102 533/0001-01, com sede na Rua Sérgio Glevinski 134, em Papanduva - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Dario Schicovski, brasileiro, casado, no exercício de cargo de Prefeito, residente e domiciliado na Rua Leoberto Leal, 386 - centro - Papanduva - SC, inscrito no CPF 248.839.219-72, de ora em diante denominada de contratante e de outro lado a empresa STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA - ME, pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º01.854.994/0001-76, com sedena Rua Dona Francisca, 3.349 – Bairro Santo Antonio – Joinville/SC, neste ato representado pelo Sr. Claudemir Zanghelini Vieira, residente e domiciliado em Joinville/SC, inscrito no CPF sob N.º623.759.629-15, de ora em diante denominada de Contratada, tem entre si as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1 – Este contrato tem por objeto a locação de impressoras a laser, com fornecimento de suprimentos, exceto papel, para as Secretarias Municipais e Fundo Municipal de Saúde, a saber:

01 – Locação de 01 (uma) impressora do “Tipo 01” – Secretaria Municipal de Educação, com estimativa de 5.000 (cinco mil) cópias/mês e 20.000 (vinte mil) cópias/04 meses.

02 – locação de impressoras “Tipo 02”, sendo:

03 (três) impressoras para a Secretaria da Administração;

02 (duas) impressoras para a Secretaria de Educação; e

04 (quatro) impressoras para o fundo Municipal de Saúde.

Estimativa de cópias/mês para todas as impressoras “Tipo 02”: 36.000 (trinta e seis mil);

Estimativa de cópias/ 04 meses para todas as impressoras “Tipo 02”: 144.000 (cento e quarenta e quatro mil).

CLÁUSULA SEGUNDA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

2.1 – Todo último dia de cada mês ou todo dia 30 (trinta) de cada mês, a contratada fará a leitura das cópias impressas no equipamento e apurará o número de páginas a serem pagas;

2.2 – O valor relativo a locação será pago conforme o número de cópias efetivamente impressas;

2.3 – O número de páginas apuradas será multiplicado pelo valor unitário proposto pela contratada e este valor será utilizado para a emissão da nota fiscal de cobrança;

2.4 – O pagamento devido à contratada será efetuado até o 25º (vigésimo quinto) dia do mês subsequente ao do mês locado;

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS FINANCEIROS

3 – Os recursos financeiros serão oriundos do orçamento vigente.

CLÁUSULA QUARTA: DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1 – O valor global do presente instrumento contratual é de R\$5.412,00 (cinco mil, quatrocentos e doze reais), sendo R\$ 0,033 para cada cópia a ser realizada.

4.2 – O pagamento será efetuado até 25º (vigésimo quinto) dia do mês subsequente ao do mês locado.

CLÁUSULA QUINTA: DO REAJUSTE

5 – Não haverá reajuste, nem atualização de valores.

CLÁUSULA SEXTA: VIGÊNCIA

6 – O presente contrato terá início no dia 03 de outubro de 2016 e termino no dia 31 de janeiro de 2017.

CLÁUSULA SÉTIMA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 – A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela locação dos objetos, bem como pelo fornecimento dos suprimentos solicitados pela administração;

8.2 – A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, sob pena de rescisão do Contrato.

CLÁUSULA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

8.1 – Comunicar a contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da locação;

8.2 – Rejeitar, no todo ou em parte o(s) suprimento(s) que a contratada fornecer fora das especificações técnicas referentes aos objetos;

CLÁUSULA NONA: DOS DIREITOS DO MUNICÍPIO

9 – Nos termos da Legislação, o Município pode exigir, a qualquer tempo, a sub-rogação do contrato, no seu todo ou em parte a si próprio ou a quem determinar caso a execução não seja a solicitada pela administração, indenizando o contratado pela locação e fornecimento dos materiais até então entregues.

CLÁUSULA DÉCIMA: DAS PENALIDADES

10.1 – Caso a Contratada não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente:

10.1.1 – Advertência;

10.1.2 – Multa de 10% sobre o valor do Contrato;

10.1.3 – Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;

10.1.4 – Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes;

10.1.5 – Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza à Contratada.

Parágrafo Primeiro: A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.

Parágrafo Segundo: Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

11 – Da penalidade aplicada caberá recursos, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

12 – A execução deste Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante indicado pela Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

13.1 – O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas

e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da contratada, assegurará ao Município o direito de rescindir o mesmo, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo do disposto na Cláusula Décima.

13.2 – O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades:

13.2.1 – Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

a – o atraso injustificado, a juízo da Administração, no fornecimento dos objetos licitados;

b – a subcontratação total ou parcial do objeto deste Instrumento, a associação da contratada com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

c – o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

d – o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Contrato;

e – a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

f – a dissolução da empresa;

g – a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

h – razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado a contratada e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

i – a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

13.2.2 – Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

13.2.3 – Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

13.3 – A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

14.1 – Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário e que constituirá prova de sua efetiva entrega;

14.2 – A contratada não poderá subcontratar ou transferir para terceiros o fornecimento do objeto deste contrato, salvo expressa autorização da Administração Municipal;

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15 – Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Papanduva, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor, e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

Papanduva, 03 de outubro de 2016.

Dario Schicovski
Pela Contratante

Claudemir Zanghelini Vieira
Pela Contratada

Testemunhas:

Márcio Wisnievski
Matrícula: 50

Ricardo Zenfe
Matrículas: 2675

Paraíso

PREFEITURA

DECRETO 1846/2016

DECRETO Nº 1846/2016.

“Estabelece Ponto Facultativo e dá outras providências”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal promulgada em 06 de novembro de 1993, no artigo 64, inciso XL, e demais disposições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido PONTO FACULTATIVO em todo território do Município de Paraíso, Estado de Santa Catarina, nos dias e horário abaixo estabelecido em função do dia do Funcionário Público bem como do feriado do dia de finados.

DIA 28/10/2016 – Sexta Feira, horário de acordo com o estabelecido no Decreto 1836/2016, exceto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo.

DIA 01/11/2016 – Terça Feira, horário de acordo com o estabelecido no decreto 1836/2016.

Art. 2º Os serviços emergenciais de saúde ao público, serão em regime de Plantão.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Paraíso, 21 de Outubro de 2016.

Erni Giacomini

Prefeito Municipal

Garrido de Togni

Secretário Municipal da Administração

Fazenda e Planejamento

Este Decreto foi registrado e

Publicado na forma da Lei.

Paraíso(SC), 21 de outubro de 2016.

Servidor Responsável

LEI 1438/2016

LEI Nº 1438/2016.

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ERNI GIACOMINI, Prefeito Municipal de Paraíso, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no Art. 165, § 2º, da Constituição Federal e na Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000, as diretrizes para elaboração e execução da Lei orçamentária do Município de Paraíso para o exercício financeiro de 2017 compreendendo:

I – as prioridades e metas da administração municipal extraída do Plano Plurianual para 2014/2017;

II – a estrutura e organização dos orçamentos;

III – as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

IV – as disposições sobre dívida pública municipal;

V – as disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;

VI – as disposições sobre alterações na legislação tributária do Município; e

VII – as disposições gerais.

I – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 2º As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2017 são aquelas definidas e demonstradas nas Planilhas e Anexos desta Lei, às quais deverão ser direcionados os recursos estimados na respectiva Lei Orçamentária, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

Art. 3º Na elaboração da proposta orçamentária para 2017, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas e financeiras estabelecidas nesta lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita prevista, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas e garantir a aplicação de no mínimo 15% e 25%, da receita de impostos próprios e transferidos, respectivamente, em saúde e ensino básico e 60% da receita de transferência do FUNDEB no pagamento do pessoal do magistério, em conformidade com a legislação em vigor. .

II – DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 4º Para efeito desta Lei, entende-se por:

I – programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II – ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;

III – atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;

IV – projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V – operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI – unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII – receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

VIII – execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

IX – execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

X – execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento na forma

estabelecida em ato próprio da Secretaria do Tesouro Nacional.

§ 2º A categoria de programação de trata o artigo 167, inciso VI da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 5º O orçamento para o exercício financeiro de 2017 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo suas Autarquias e Fundos e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional da Prefeitura, conforme demonstrativo anexo da presente lei.

Parágrafo único - Para efeito desta lei, entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura, e por Unidade Gestora, as demais Entidades com Orçamento e Contabilidade própria.

Art. 6º A Lei Orçamentária para 2017 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, especificando aquelas vinculadas a seus Fundos e aos Orçamentos Fiscais (F) e da Seguridade Social (S) desdobrada as despesas por função, subfunção, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, identificador de uso e grupo de destinação de recursos, tudo em conformidade com a legislação e normas vigentes, atinentes à matéria, na forma dos seguintes Anexos:

I – Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas; (Anexo II, da Lei nº 4.320/64 e Adendo II da Portaria SOF nº 8/85)

II – Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas; (Anexo 2, da Lei nº 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85)

III – Resumo Geral da Despesa, segundo as Categorias Econômicas; (Anexo 2, da Lei nº 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85)

IV – Função e Subfunções de Governo; (Anexo 5 da Lei nº 4.320/64 e Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85)

V – Programa de Trabalho de Governo – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais; (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64 e Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85)

VI – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais; (Anexo 7, da Lei nº 4.320/64 e Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85)

VII – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos; (Anexo 8, da Lei nº 4.320/64 e Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85)

VIII – Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções; (Anexo 9, da Lei nº 4.320/64 e Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

XIV – Demonstrativo da Evolução da Receita no mínimo por Categoria Econômica (artigo 22 da Lei nº 4.320/64);

X – Demonstrativo da Evolução da Despesa no mínimo por Categoria Econômica (artigo 22 da Lei nº 4.320/64).

XI – Demonstrativo da estimativa e Compensação da Renúncia de Receita, na forma estabelecida no Art. 4º, § 2º, Inciso V da LRF e Portaria 637/2012;

XII – Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com as Metas Fiscais e Físicas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias; (Art. 4º, § 3º da LRF e Portaria 637/2012);

XIII – Demonstrativo dos Riscos Fiscais e Previdência considerados para 2017; (Art. 5º, inciso III, LRF);

XIV – Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Derivados da Alienação de Bens e Direitos que integram o Patrimônio Público; (Art. 44 da LRF);

XV – Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para 2017. (Art. 8º e 50, inciso I da LRF);

XVI – Demonstrativo I – Metas Anuais (art 4º, § 1º da LRF);

XVII - Demonstrativo II – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior (art. 4º, § 2º, inciso I);

XVIII – Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para Receita – Total da Receita;

XIV - Anexo II - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para Despesas – Total da Despesas;

XX- Anexo III – Metodologia e Memória de Cálculo da Metas para

o Resultado Primário;

XXI - Anexo IV – Metodologia e Memória de Cálculo da Metas para o Resultado Nominal;

XXII – Anexo V – Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida;

XXIII- Anexo VI – Demonstrativo da Receita Corrente Líquida;

Art. 7º A mensagem de encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o Art. 22, Parágrafo único, inciso I da Lei nº 4.320/64, para 2017, conterá:

I – Quadro Demonstrativo da Participação Relativa de cada Fonte na Composição da Receita Total; (Princípio da Transparência - Art. 48 da LRF)

II – Quadro Demonstrativo dos Tributos Lançados e não Arrecadados até 2015, identificando o estoque da Dívida Ativa; (Princípio da Transparência - Art. 48 da LRF)

III – Quadro Demonstrativo da Evolução da Despesa à Nível de Função e Grupo de Natureza da Despesa, dos exercícios de 2013 a 2015 e fixada para 2016 e 2017; (Princípio da Transparência - Art. 48 da LRF)

IV – Quadro Demonstrativo da Despesa por Unidade Orçamentária e sua Participação Relativa; (Princípio da Transparência - Art. 48 da LRF)

V – Quadro Demonstrativo da Evolução das Receitas Correntes Líquidas, Despesas com Pessoal e seu Percentual de Comprometimento, de 2014 a 30/09/2016; (Art. 20 e 48 da LRF)

VI – Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para Manutenção e Desenvolvimento do Ensino; (Art. 212 da CF e 60 dos ADCT)

VII – Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos Destinados a Ações Públicas de Saúde; (Art. 77 dos ADCT)

VIII – Demonstrativo da Composição do Ativo e Passivo Financeiro, posição em 30/09/2014;

IX – Quadro Demonstrativo do Saldo da Dívida Fundada por Contrato, com identificação dos credores, em 30/09/2016.

III – DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 8º O Orçamento para o exercício de 2017 e a sua execução, obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, suas Autarquias e seus Fundos. (Art. 1º, § 1º, 4º, inciso I, alínea "a", Art. 50, I e Art. 48 da LRF)

Art. 9º Os Fundos Municipais terão suas Receitas especificada no Orçamento da Receita da Unidade Gestora Central, e estas, por sua vez, vinculadas a Despesas relacionadas a seus objetivos, identificadas em Planos de Aplicação, representados nas Planilhas de Despesas referidas no Art. 6º, inciso X desta lei.

§ 1º Os Fundos Municipais serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, podendo por manifestação formal do Chefe do Poder Executivo, ser delegado ao Secretário ou servidor municipal da Secretaria a que for vinculada, obedecida a legislação específica de cada Fundo.

§ 2º A movimentação orçamentária e financeira das contas dos Fundos Municipais deverão ser demonstradas também em balancetes apartado da Unidade Gestora Central quando a gestão for delegada pelo Prefeito à servidor Municipal.

Art. 10 O Fundo Municipal de Saúde – FMS se constitui em Unidade Gestora, com contabilidade própria, conforme estabelecido no parágrafo único, do Art. 5º desta lei.

Art. 11 Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2017 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios. (Art. 12 da LRF)

Parágrafo único - Até 30 dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição os estudos e as estimativas de receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as

respectivas memórias de cálculo. (Art. 12, § 3º da LRF)

Art. 12 Na execução do orçamento de 2017, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal e para recondução do montante da dívida consolidada aos limites estabelecidos, o Poder Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira no montante necessário, para as seguintes despesas: (Art. 9º e 31, § 1º, inciso II da LRF)

I – Redução dos investimentos programados, que não prejudiquem ou comprometam as etapas já executadas;

II – redução de até 30% dos gastos com a manutenção e funcionamento da máquina administrativa, servindo de base à média das despesas do exercício corrente, havidas até o mês anterior ao da limitação;

III – outras, exceto aquelas definidas no Artigo 9º, § 2º da LRF.

Parágrafo único - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art. 13 Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do anexo específico desta Lei. (Art. 4º, § 3º da LRF).

Art. 14 O orçamento para o exercício de 2017 destinará recursos para a Reserva de Contingência, não superior 1% (um por cento) das Receitas Correntes Líquidas previstas para o mesmo exercício. (Art. 5º, inciso III da LRF)

Parágrafo único - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados por ato do Chefe do Poder Executivo ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, conforme disposto na legislação e normas específicas e demonstrativo de riscos fiscais anexo à presente lei. (Art. 5º, inciso III, alínea "b" da LRF)

Art. 15 Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual. (Art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 16 O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual de 2017:

I - o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação;

II - a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa. (Art. 8º, 9º e 13 da LRF)

Art. 17 Os projetos e atividades prioritizados na Lei Orçamentária para 2017, com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido. (Art. 8º, § único e 50, inciso I da LRF)

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei nº 4.320/64 será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, inciso I da Lei de Responsabilidade Fiscal. (LC nº 101/2000)

§ 2º Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo. (Art. 8º, § único e Art. 50, inciso I da LRF)

Art. 18 A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2017, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita. (Art. 4º, § 2º, inciso V e Art. 14, inciso I da LRF)

Art. 19 A transferência de recursos do Tesouro Municipal à

entidades privadas, obedecida a legislação e normas específicas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal, defesa do meio ambiente e incremento do turismo e dependerá de autorização em lei específica. (Art. 4º, inciso I, alínea "f" e Art. 26 da LRF)

Parágrafo único - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade, obedecidas as normas legais em vigor. (Art. 70, parágrafo único da CF)

Art. 20 Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o artigo 16, inciso I e II da Lei Complementar nº 101/2000 deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo único - Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2017, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação fixado no inciso I do Art. 24 da Lei nº 8.666/93, devidamente atualizado. (Art. 16, § 3º da LRF)

Art. 21 As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito. (Art. 45 da LRF)

Parágrafo único - As obras em andamento e os custos programados para conservação do patrimônio público extraídas do Relatório sobre Projetos em Execução e a Executar, conforme anexos, de que trata o artigo 3º da IN TCE nº 02/2001, estão demonstrados de acordo com o anexo desta lei. (Art. 45, parágrafo único da LRF)

Art. 22 Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal em situações que envolvam claramente o atendimento de interesses locais, e firmados convênios, acordos ou ajustes que explicitem tais obrigações e previstos recursos na lei orçamentária ou em crédito adicionais. (Art. 62 da LRF)

Art. 23 A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2017 a preços correntes.

Art. 24 A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos e sub-elementos definidos em Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional.

Parágrafo único - A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser efetuada por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal. (Art. 167, inciso VI da CF)

Art. 25 Durante a execução orçamentária de 2017, o Executivo Municipal, com prévia autorização legislativa, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, efetuando-se também as necessárias alterações no Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 26 O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata o artigo 50, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão desenvolvidos de forma a apurar os gastos dos serviços, tais como: dos programas, das ações, do m² das construções, do m² das pavimentações, do aluno/ano do ensino fundamental, do aluno/ano do transporte escolar, do aluno/ano do ensino infantil, do aluno/ano com merenda escolar, da destinação final da tonelada de lixo, do atendimento nas unidades de saúde, entre outros. (Art. 4º, inciso I, alínea "e" da LRF)

Parágrafo único - Os gastos serão apurados através das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nas

planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício. (Art. 4º, inciso I, alínea "e" da LRF)

Art. 27 Os programas priorizados por esta lei, extraídos do Plano Plurianual conforme Demonstrativo da Compatibilização das Metas de Despesas e contemplados na Lei Orçamentária para 2017, serão desdobrados em metas quadrimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas. (Art. 4º, inciso I, alínea "e" e Art. 9º, § 4º da LRF)

Art. 28 Para fins do disposto no artigo 165, § 8º da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar a criação de Grupo de Natureza de Despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.

IV – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 29 A Lei Orçamentária de 2017 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento de Despesas de Capital, em até 25% das receitas correntes líquidas apuradas até o segundo mês imediatamente anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LC nº 101/2000, observado o limite de endividamento e normas fixadas pelo órgãos competentes. (Artigos 30, 31 e 32 da LRF)

§ Único – A Lei Orçamentária garantirá recursos para pagamento da dívida pública decorrente de financiamentos e/ou refinanciamentos, inclusive com a previdência social.

Art. 30 Ultrapassado o limite de endividamento definido no Artigo 31 da LRF, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no Artigo 12 desta lei. (Art. 31, § 1º, inciso II da LRF)

V - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 31 O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2017, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei.

§ 1º - Serão observados, no âmbito de cada Poder, os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal, artigos 18, 19 e 20 e o disposto no artigo 169, § 1º, inciso II da CF.

§ 2º - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei orçamentária para 2017 ou em créditos adicionais.

Art. 32 Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, inciso III da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 22, § único, inciso V da LRF)

Art. 33 O Executivo Municipal adotará as medidas previstas nos §§ 3º e 4º, do Artigo 169, da Constituição Federal, para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 19 e 20 da LRF) e preservará servidores das áreas de saúde, educação e assistência social.

Art. 34 Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Paraíso, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização

de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiro.

VI – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 35 A estimativa da receita que constará do Projeto de Lei orçamentária para o exercício de 2017 contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, com vistas à expansão de base de tributação e conseqüente aumento das receitas próprias.

Art. 36 A estimativa da receita citada no artigo anterior levará em consideração, adicionalmente, o impacto de alteração na legislação tributária, observada a capacidade econômica do contribuinte e a justa distribuição de renda, com destaque para:

I – atualização da planta genérica de valores do município;

II – revisão, atualização ou adequação da legislação sobre o Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamento, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade deste imposto;

III – revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;

IV – revisão da legislação referente ao Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza;

V – revisão da legislação aplicável ao Imposto Sobre Transmissão Inter Vivos e de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis;

VI – instituição e/ou revisão de taxas ou tarifas pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou posto a sua disposição;

VII – revisão da legislação sobre as taxas pelo exercício do poder de polícia; e

VIII – revisão das isenções dos tributos municipais para manter o interesse público e a justiça fiscal.

Art.37 O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subseqüentes. (Art. 14 da LRF)

Art. 38 Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 14, § 3º da LRF).

Art. 39 O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente. (Art. 14, § 2º da LRF)

VII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 40 O Projeto de Lei do orçamento municipal, para o exercício de 2017, será remetido à Câmara Municipal de Vereadores, dentro do prazo previsto na Lei Orgânica do Município, obedecidas às normas e peculiaridades da Lei Complementar nº 101/2000 e dispositivos desta Lei.

Parágrafo único - Se o Projeto de Lei orçamentária não for devolvido para sanção até o final do corrente exercício, fica autorizada a execução da proposta orçamentária original, até a sua aprovação e remessa pelo Poder Legislativo, na base 1/12 (um doze avos), em cada mês.

Art. 41 Os créditos especiais e extraordinários, se a lei autorizativa for promulgada num dos últimos quatro meses do exercício de 2016, poderão ser reabertos no exercício de 2017, por ato do

Chefe do Poder Executivo Municipal, pelos saldos verificados em 31/12/2016. (Art. 167, §2º da CF)

Art. 42 O Executivo Municipal, durante o exercício de 2017, fica autorizado a assinar convênios, contratos de repasse ou termos similares, com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta, que objetivem a realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, os quais serão posteriormente remetidos à Câmara Municipal de Vereadores para ratificação e/ou adequação orçamentária para sua execução.

Art. 43 Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 44 Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Paraíso - SC, 24 de Outubro de 2016.

Erni Giacomini

Prefeito Municipal

Garrido de Togni

Sec.Mun.Adm.Faz.Plan.

Esta Lei foi registrada e

Publicada na data supra.

Paraíso-SC, 24 de Outubro de 2016.

Servidor Responsável

Passo de Torres

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 11/2016

Portaria nº 0011/2016

"CONCEDE PROMOÇÃO POR MERECIMENTO A SERVIDORA DA CÂMARA DE VEREADORES"

Câmara de Vereadores de Passo de Torres, 19 de outubro de 2016

Art.1º Fica concedido o percentual de 3% (três) por cento nos vencimentos da servidora Viviani Ramos da Silva de Freitas, em virtude de a mesma ter cumprido o disposto no artigo 8º §2º alínea "a" da lei 760 de 01 de setembro de 2011.

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Vereador Ademilson Batista da Silva (PSDB)

Vereador Jonas Gomes de Souza (PMDB)

Rua José Hespanhol, 844 CEP:88980-000, Centro, Passo de Torres - SC Fone: (48) 3548-0077 (48) 3548-0004 - E-mail: camarapassodetorres@gmail.com

Página 1 Protocolo: 0105 / 2016

Penha

PREFEITURA

2982

DECRETO Nº 2982/2016

NOMEIA PROCURADOR ADJUNTO

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º -	Fica nomeado o Sr. DOUGLAS DO PRADO, para ocupar o cargo em comissão de Procurador Adjunto, nos termos dos artigos 3º e 4º da Lei Complementar nº04/09, a contar desta data.
Art. 2º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha, 17 de outubro de 2016.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto nesta Secretaria, aos dezessete dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

393

PORTARIA Nº 393/2016

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições, de acordo com o Art. 89 da Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a Lei nº 1.268/93,

RESOLVE:

Art. 1º - Renomear os membros abaixo para compor o CONSELHO TUTELAR DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, no período de 17/10/2016 a 09/01/2019, em conformidade com a homologação do resultado final do Edital nº 03/2015 COMCAD e demais normas aplicáveis:

Eduardo Mauro Vicente,
Antonio Carlos Siqueira da Silva
Ricardo Silva Batista
Mari Neuza da Silva Steinhoff
Matheus Marcondes Romeiro Sobrinho.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir de 17/10/2016, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 05/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha, 17 de outubro de 2016.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos dezessete dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

394**PORTARIA Nº 394/2016**

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, VI, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO: a Portaria nº 04/2016 na qual **CONCEDIA AFASTAMENTO** a funcionária **RITA ANTÔNIA DE CÁSSIA LAUDÁRIO**, no período de 10/01/2016 a 09/01/2019, para ocupar o cargo eletivo no Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente - COMCAD.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Penha, 17 de outubro de 2016.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos dezessete dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

ERRATA DE EDITAL 1 PP43/2016 - MULTIENTIDADE**ERRATA DE EDITAL 01****REGISTRO DE PREÇO**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2016 - MULTIENTIDADE

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 66/2016 - MULTIENTIDADE

REGISTRO DE PREÇO REFERENTE A AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL PARA AS SECRETARIAS DE: SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL EDUCAÇÃO, GABINETE DO PREFEITO, PESCA E AGRICULTURA, PLANEJAMENTO, PROCURADORIA JURÍDICA E SERVIÇOS URBANOS

ONDE SE LÊ:**1 - DO OBJETO**

Constitui objeto deste REGISTRO DE PREÇO REFERENTE A AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL PARA AS SECRETARIAS DE: SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL EDUCAÇÃO, GABINETE DO PREFEITO, PESCA E AGRICULTURA, PLANEJAMENTO, PROCURADORIA JURÍDICA E SERVIÇOS URBANOS conforme Pregão Presencial nº 43/2016 - MULTIENTIDADE, a que corresponde este pacto, assim especificados:

LOTE 3

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN	QUAN	PREVISÃO DE CUSTO R\$	
				UNIT.	GLOBAL
06	OLEO DIESEL – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Litros	12.000	R\$ 2,94	R\$ 35.280,00
07	gasolina comum – secretaria de educação	Litros	3.000	R\$ 3,38	R\$ 10.140,00
08	gasolina comum – gabinete do prefeito	Litros	9.000	R\$ 3,38	R\$ 30.420,00
09	óleo diesel – pesca e agricultura	Litros	2.500	R\$ 2,94	R\$ 7.350,00
10	gasolina comum – pesca e agricultura	Litros	1.100	R\$ 3,38	R\$ 3.718,00
11	gasolina comum – planejamento	Litros	1.750	R\$ 3,38	R\$ 5.915,00
12	gasolina comum – procuradoria	Litros	1.250	R\$ 3,38	R\$ 4.225,00
13	gasolina comum – serviços urbanos	Litros	2.500	R\$ 3,38	R\$ 8.450,00

14	óleo diesel s10 – serviços urbanos	Litros	32.500	R\$ 2,98	R\$ 96.850,00
	TOTAL				R\$ 202.348,00

LEIA-SE:
ONDE SE LÊ:
1 - DO OBJETO

Constitui objeto deste REGISTRO DE PREÇO REFERENTE A AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL PARA AS SECRETARIAS DE: SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL EDUCAÇÃO, GABINETE DO PREFEITO, PESCA E AGRICULTURA, PLANEJAMENTO, PROCURADORIA JURÍDICA E SERVIÇOS URBANOS conforme Pregão Presencial nº 43/2016 - MULTIENTIDADE, a que corresponde este pacto, assim especificados:

LOTE 3

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN	QUAN	PREVISÃO DE CUSTO R\$	
				UNIT.	GLOBAL
06	OLEO DIESEL – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Litros	12.000	R\$ 2,94	R\$ 35.280,00
07	gasolina comum – secretaria de educação	Litros	3.000	R\$ 3,38	R\$ 10.140,00
08	gasolina comum – gabinete do prefeito	Litros	9.000	R\$ 3,38	R\$ 30.420,00
09	óleo diesel – pesca e agricultura	Litros	2.500	R\$ 2,94	R\$ 7.350,00
10	gasolina comum – pesca e agricultura	Litros	1.100	R\$ 3,38	R\$ 3.718,00
11	gasolina comum – planejamento	Litros	1.750	R\$ 3,38	R\$ 5.915,00
12	gasolina comum – procuradoria	Litros	1.250	R\$ 3,38	R\$ 4.225,00
13	gasolina comum – serviços urbanos	Litros	2.500	R\$ 3,38	R\$ 8.450,00
14	óleo diesel s10 – serviços urbanos	Litros	32.500	R\$ 2,94	R\$ 95.500,00
	TOTAL				R\$ 200.998,00

Obs: Houve um erro de digitação no item 14. A data da licitação permanece a mesma bem como as demais cláusulas do edital.

Penha, 24 de outubro de 2016.

Daniele S. de S. Lunge
Secretária de Administração

Peritiba

PREFEITURA

RESUMO EDITAL DE CONVOCAÇÃO 001/2016 - PROGRAMA FAMÍLIA ACOLHEDORA

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 001/2016 - PROGRAMA FAMÍLIA ACOLHEDORA.

O Município de Peritiba TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que, de acordo com o Estatuto da Criança e Adolescente (Lei Federal nº 8069 de 13 de junho de 1990) e a Lei Municipal nº 1911 de 18/04/2012, está abrindo inscrições para os candidatos ao PROGRAMA FAMÍLIA ACOLHEDORA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA.

AS INSCRIÇÕES dos candidatos deverão ser realizadas nas dependências do CRAS – Centro de Referência de Assistência Social, Rua Miguel Balduino Boll 187 – Centro – Município de Peritiba, até o dia 30/11/2016, das 07:30hs às 11:30hs e das 13:30hs às 17:30hs, de segunda à sexta-feira;

A Família Acolhedora receberá subsídio financeiro no valor de dois salários mínimos nacionais por mês e por criança/adolescente acolhida; Informações complementares:

O edital na íntegra está disponível no site <http://www.peritiba.sc.gov.br> e demais informações, poderão ser solicitadas junto CRAS, fone (49) 3453-1319 ou presencial na Rua Miguel Balduino Boll 187 – Centro – Município de Peritiba.

ELIANI MORTARI

Secretária Municipal de Saúde e Bem Estar Social

Pinheiro Preto

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 061/2016 MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

AVISO DE LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 061/2016
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 08/11/2016, licitação modalidade Pregão Presencial n. 061/2016 tendo como objeto, a aquisição parcelada de mudas de plantas e flores destinados a ornamentação e paisagismo na praça, jardins e canteiros da cidade.

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇO: 08/11/2016, até às 10:00 hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 10:15 hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone (49) 3562-2000, ou através do site www.pinheiropreto.sc.gov.br.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 24 DE OUTUBRO DE 2016.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS Nº 296/2016

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS Nº 296/2016
LICITAÇÃO Nº 053/2016

Termo de Contrato de "FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS" firmado entre o Município de Pinheiro Preto a empresa PPS PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA, autorizado através do Processo n. 0181/2016 Licitação n. 053/2016 Modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69
Endereço: (sede) Avenida Mal. Costa e Silva, 111
Centro, Pinheiro Preto - SC.
Representada por: EUZEBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: PPS PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA
CNPJ-MF nº. 21.262.327/0001-01
Endereço: Rodovia dos Minérios, 403, Bairro Jardim Monterrey
CEP: 83507-00 – Almirante Tamandaré - Paraná
Representada por: ALAIRTO JOSE PELOZZO

INTRODUÇÃO

O presente contrato rege-se pela Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 2.785, de 24 de janeiro de 2007, bem como pela Lei nº 8.666/93, e ainda as condições da Licitação nº 053/2016, modalidade Pregão Presencial, bem como Proposta de aquisição de equipamento/material permanente nº 82827.148000/1140-01, emenda Esperidião Amin Helou Filho.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto o FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS PARA A UNIDADE DE SAÚDE, com as seguintes características:

Item	Qtidade	Equipamento	Descrição	Marca	Valor Total
01	02	Negatoscópio	Material de Confecção: aço ou ferro pintado, tipo Mesa – 1 corpo, tamanho 45 x 50 cm.	MS	R\$ 394,00
05	02	Foco Refletor Ambulatorial	Com iluminação halogênio e haste flexível, cromada, regulagem de altura de 1,10 a 1,40 – base com 5 rodízios, pintura em epóxi de alta resistência, bivolt 110/220 peso 3 kg.	MEDICATE	R\$ 545,00

09	02	Equipo Cart Odontológico	Com seringa tríplex autoclavável, terminal para alta e baixa rotação, terminal para micromotor e com pedestal com rodízios. Unidade rodante com 4 rodízios, montado em pedestal tubular totalmente em aço, super estável. Tratados com banho antioxidante e antiferruginoso, pintado em poxi a 250° celsius, acabamento em poliestireno de alto impacto, acompanha bandeja de inox. Seringa tríplex com botões de acionamento para água, ar e simultaneamente spray. Terminais triplos para acoplamentos das pontas tipo borden universal, com acionamento pneumático, para 01 alta e 02 baixa rotação sem refrigeração. Reservatório de água pressurizada, com bocal de nylon para evitar oxidação e deterioração ao longo do tempo. Suporte de pontas com abertura e fechamento pneumático automático. Sistemas de válvulas pneumáticas individuais para cada ponta. Pedal único de acionamento em qualquer posição.	PALLAS	R\$ 3.900,00
12	02	Esfigmômetro Adulto	Verificado e aprovado pelo INMETRO. Material de confecção nylon e tipo do feixe metal, Manguito em pera em PVC. Braçadeira em nylon ou algodão, com fecho de velcro ou metal, cor azul marinho, estojo para viagem.	PREMIUM	R\$ 125,00
15	01	Laringoscópio infantil	Com no mínimo 3 lâminas cromadas, lâmpada de alta luminosidade, leve de fino acabamento, cabo rosqueado com rosca em passo grande pino de aço substituível para pilhas pequenas e médias.	JG MORIYA	R\$ 320,00
16	01	Laringoscópio Adulto	Com no mínimo 4 lâminas aço inox e lâmpada de alta luminosidade, leve de fino acabamento, cabo rosqueado com rosca em passo grande pino de aço substituível para pilhas pequenas e médias.	JG MORIYA	R\$ 380,00
18	02	Cilindros de Gases Médicos	De alumínio, com capacidade de 07 litros, com válvula, manômetro e fluxômetro.	JG MORIYA	R\$ 1.800,00
Total Geral					R\$ 7.464,00

Parágrafo Primeiro: Garantia de 01 ano/produto.

Parágrafo Segundo: Entrega do material em 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato e ordem de entrega, sendo que o custo da entrega será por conta do proponente.

Parágrafo Terceiro: As propostas cotadas acima do preço de referência serão desclassificadas.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1 - A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado (s) e quantificado (s) na cláusula primeira, pelo preço global de R\$ 7.464,00 (sete mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais) devendo a despesa correr à conta da seguinte dotação orçamentária, exercício 2016:

Unidade Gestora: 3 - Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto
 Órgão Orçamentário: 3000 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE
 Unidade Orçamentária: 3001 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE
 Função: 10 - Saúde
 Subfunção: 301 - Atenção Básica
 Programa: 9 - Saúde Com Qualidade
 Ação: 2.50 – Manutenção das Atividades da Saúde.

2.2 - O pagamento será efetuado em uma única parcela, no prazo de cinco dias após a emissão do documento de recebimento dos equipamentos, mediante apresentação da Nota Fiscal ou documento equivalente, observado o cumprimento integral das disposições contidas no edital convocatório e neste contrato.

2.3. Fica vedado reajuste de preços.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

Para fins de execução, o CONTRATO VIGORARÁ:

- a) início: 14/10/2016
b) término: com o término da garantia. 01/12/2017.

Parágrafo Único: Os equipamentos terão garantia, por defeitos de fabricação, de 01 ano.

CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO.

4.1. DAS PENALIDADES

4.1.1 - Decorridos 05 (cinco) dias de atraso na entrega do objeto especificado na cláusula primeira deste instrumento, poderá o Município rescindi-lo, sujeitando-se a CONTRATADA ao pagamento da multa de 10 % sobre o valor do contrato, sem ônus da ação cabível para ressarcimento de prejuízo decorrente da inadimplência.

4.1.2 - Ressalvados os casos de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovados, serão aplicadas as seguintes penalidades à CONTRATADA, no caso de inadimplência contratual:

4.1.2.1 - Multa na ordem de 0,3% (três décimos por cento), por dia de atraso calculado sobre o valor total do contrato, até o limite de 10 % (dez por cento);

4.1.3 - Em caso de tolerância, após os primeiros 10 (dez) dias de atraso, e não rescindindo o Contrato, se este atraso for repetido, O MUNICÍPIO aplicará multa em dobro.

4.1.3.1 - Advertência;

4.1.3.2 - Suspensão do direito de licitar, junto à Administração Pública.

4.1.3.3 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, enquanto perdurarem os motivos da punição;

4.1.4 - As multas pecuniárias aqui estabelecidas serão recolhidas na Tesouraria Município, sito na Av. Mal. Costa e Silva, 111, Pinheiro Preto - SC.

4.2. DA RESCISÃO DO CONTRATO

4.2.1 O Contrato de Fornecimento poderá ser rescindido a critério da Contratante, sem que à Contratada caiba qualquer indenização ou reclamação, nos seguintes casos:

4.2.2 Inobservância das especificações acordadas e/ou rejeição dos equipamentos na inspeção e recebimento.

4.2.3 Inadimplência de qualquer cláusula contratual e/ou da proposta ofertada.

4.2.4 Falência, liquidação judicial ou extrajudicial, concordata preventiva da fornecedora, requeridas, homologadas ou decretadas.

4.2.5 A Contratada, reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, de que trata o Art. 77 da Lei 8.666/93 e alterações da Lei 8.883.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1. A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não exime de ver exigida, a qualquer tempo, seu cumprimento integral.

5.2. A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato, sob pena da aplicação do disposto na Cláusula Quarta.

5.3. O presente contrato fica vinculado a licitação nº 053/2016, modalidade pregão presencial; Lei nº 10.250/2002; Decreto Municipal nº 2.785/07; e pela Lei nº 8.666/93. Nos casos omissos será aplicado o disposto na Lei 8.666/93.

5.5. A contratada obriga-se a efetuar a entrega dos equipamentos na Unidade de Saúde do Município, sem qualquer ônus ou custo adicional.

5.6. A contratada obriga-se a garantir, pelo prazo de até cinco anos após o término da garantia, o fornecimento de peças de reposição.

5.7. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventuais litígios oriundos do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto - SC, 14 de outubro de 2016.

CONTRATANTE

EUZEBIO CALISTO VIECELI

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA
PPS PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA

TESTEMUNHAS:

1)

Nome:

CPF:

2)

Nome:

CPF:

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS Nº 297/2016

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS Nº 297/2016

LICITAÇÃO Nº 053/2016

Termo de Contrato de "FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS" firmado entre o Município de Pinheiro Preto a empresa MAXI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, autorizado através do Processo n. 0181/2016 Licitação n. 053/2016 Modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: (sede) Avenida Mal. Costa e Silva, 111

Centro, Pinheiro Preto - SC.

Representada por: EUZEBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: MAXI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

CNPJ-MF nº.08.117.149/0001-67

Endereço: Avenida Adão Welker, 104 - centro

CEP: 99740-000 – Barão de Cotegipe - RS

Representada por: RENATO SFREDO

INTRODUÇÃO

O presente contrato rege-se pela Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 2.785, de 24 de janeiro de 2007, bem como pela Lei nº 8.666/93, e ainda as condições da Licitação nº 053/2016, modalidade Pregão Presencial, bem como Proposta de aquisição de equipamento/material permanente nº 82827.148000/1140-01, emenda Esperidião Amin Helou Filho.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto o FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS PARA A UNIDADE DE SAÚDE, com as seguintes características:

Item	Qtidade	Equipamento	Descrição	Marca	Valor Total
06	01	Seladora	Tipo automática ou contínua, aplicação convencional, e com controle de temperatura digital ou superior.	Registron/900S	R\$ 2.600,00
08	02	Estetoscópio Infantil	Com auscultador de aço inoxidável e tipo duplo.	Bic/Inox Duplo	R\$ 134,00
10	02	Amalgamador Odontológico	Modo de operação digital, tipo capsular.	Ecel/EC Mix	R\$ 1.012,00
14	02	Ultrassom Odontológico	Modo de operação digital, com jato de bicarbonato integrado e caneta / transdutor do ultrassom autoclavável.	Ortus/Bioscaler	R\$ 3.433,60
17	01	Oxímetro de Pulso	De mesa, com curva plestimográfica e com 01 sensor de SpO2.	Choice/MD300	R\$ 1.485,00
Total					8.664,60

Parágrafo Primeiro: Garantia de 01 ano/produto.

Parágrafo Segundo: Entrega do material em 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato e ordem de entrega, sendo que o custo da entrega será por conta do proponente.

Parágrafo Terceiro: As propostas cotadas acima do preço de referência serão desclassificadas.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1 - A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado (s) e quantificado (s) na cláusula primeira, pelo preço global de R\$ 8.664,60 (oito mil, seiscentos e sessenta e quatro reais e sessenta centavos) devendo a despesa correr à conta da seguinte dotação orçamentária, exercício 2016:

Unidade Gestora: 3 - Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto
Órgão Orçamentário: 3000 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE
Unidade Orçamentária: 3001 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 301 - Atenção Básica
Programa: 9 - Saúde Com Qualidade
Ação: 2.50 - Manutenção das Atividades da Saúde.

2.2 - O pagamento será efetuado em uma única parcela, no prazo de cinco dias após a emissão do documento de recebimento dos equipamentos, mediante apresentação da Nota Fiscal ou documento equivalente, observado o cumprimento integral das disposições contidas no edital convocatório e neste contrato.

2.3. Fica vedado reajuste de preços.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

Para fins de execução, o CONTRATO VIGORARÁ:

a) início: 14/10/2016

b) término: com o término da garantia. 01/12/2017.

Parágrafo Único: Os equipamentos terão garantia, por defeitos de fabricação, de 01 ano.

CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO.

4.1. DAS PENALIDADES

4.1.1 - Decorridos 05 (cinco) dias de atraso na entrega do objeto especificado na cláusula primeira deste instrumento, poderá o Município rescindi-lo, sujeitando-se a CONTRATADA ao pagamento da multa de 10 % sobre o valor do contrato, sem ônus da ação cabível para ressarcimento de prejuízo decorrente da inadimplência.

4.1.2 - Ressalvados os casos de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovados, serão aplicadas as seguintes penalidades à CONTRATADA, no caso de inadimplência contratual:

4.1.2.1 - Multa na ordem de 0,3% (três décimos por cento), por dia de atraso calculado sobre o valor total do contrato, até o limite de 10 % (dez por cento);

4.1.3 - Em caso de tolerância, após os primeiros 10 (dez) dias de atraso, e não rescindindo o Contrato, se este atraso for repetido, O MUNICÍPIO aplicará multa em dobro.

4.1.3.1 - Advertência;

4.1.3.2 - Suspensão do direito de licitar, junto à Administração Pública.

4.1.3.3 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, enquanto perdurarem os motivos da punição;

4.1.4 - As multas pecuniárias aqui estabelecidas serão recolhidas na Tesouraria Município, sito na Av. Mal. Costa e Silva, 111, Pinheiro Preto - SC.

4.2. DA RESCISÃO DO CONTRATO

4.2.1 O Contrato de Fornecimento poderá ser rescindido a critério da Contratante, sem que à Contratada caiba qualquer indenização ou reclamação, nos seguintes casos:

4.2.2 Inobservância das especificações acordadas e/ou rejeição dos equipamentos na inspeção e recebimento.

4.2.3 Inadimplência de qualquer cláusula contratual e/ou da proposta ofertada.

4.2.4 Falência, liquidação judicial ou extrajudicial, concordata preventiva da fornecedora, requeridas, homologadas ou decretadas.

4.2.5 A Contratada, reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, de que trata o Art. 77 da Lei 8.666/93 e alterações da Lei 8.883.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1. A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não exime de ver exigida, a qualquer tempo, seu cumprimento integral.

5.2. A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato, sob pena da aplicação do disposto na Cláusula Quarta.

5.3. O presente contrato fica vinculado a licitação nº 053/2016, modalidade pregão presencial; Lei nº 10.250/2002; Decreto Municipal nº 2.785/07; e pela Lei nº 8.666/93. Nos casos omissos será aplicado o disposto na Lei 8.666/93.

5.5. A contratada obriga-se a efetuar a entrega dos equipamentos na Unidade de Saúde do Município, sem qualquer ônus ou custo adicional.

5.6. A contratada obriga-se a garantir, pelo prazo de até cinco anos após o término da garantia, o fornecimento de peças de reposição.

5.7. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventuais litígios oriundos do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto - SC, 14 de outubro de 2016.

CONTRATANTE

EUZEBIO CALISTO VIECELI

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA

MAXI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

TESTEMUNHAS:

1)

Nome:

CPF:

2)

Nome:

CPF:

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS Nº 300/2016

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS Nº 300/2016

LICITAÇÃO Nº 053/2016

Termo de Contrato de "FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS" firmado entre o Município de Pinheiro Preto a empresa DENTAL OESTE EIRELLI EPP, autorizado através do Processo n. 0181/2016 Licitação n. 053/2016 Modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: (sede) Avenida Mal. Costa e Silva, 111

Centro, Pinheiro Preto - SC.

Representada por: EUZEBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: DENTAL OESTE EIRELLI EPP

CNPJ-MF n.º.05.412.147/0001-02

Endereço: Rua das Flores, 549 - centro

CEP: 89899-000 – Iporã do Oeste - SC

Representada por: ELCI TRICHES BERTI

INTRODUÇÃO

O presente contrato rege-se pela Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 2.785, de 24 de janeiro de 2007, bem como pela Lei nº 8.666/93, e ainda as condições da Licitação nº 053/2016, modalidade Pregão Presencial, bem como Proposta de aquisição de equipamento/material permanente nº 82827.148000/1140-01, emenda Esperidião Amin Helou Filho.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto o FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS PARA A UNIDADE DE SAÚDE, com as seguintes características:

Item	Qtidade	Equipamento	Descrição	Marca	Valor Total
02	02	Jato de Bicarbonato	Com base Metálica para estabilidade, caneta autoclavável, desumidificador e filtro de ar com drenagem automática.	Shuster	R\$ 705,00
04	02	Estetoscópio Adulto	Com auscultador de aço inoxidável e tipo duplo.	Diasyst	R\$ 106,00

07	02	Fotopolimerizador de Resinas	Tipo Halogêno, revolver com radiômetro.	Shuster	R\$ 1.109,52
11	02	Destilador de água	Com capacidade mínima de 3 a 5 litros por hora.	Cristófoli	R\$ 1.344,00
13	01	Aparelho de Raio X - Odonológico	Instalação coluna móvel, modo de operação digital, com unidade de comando programável e com 1 faixa de tensão (kvp)	Procion	R\$ 4.200,00
TOTAL					R\$ 7.464,52

Parágrafo Primeiro: Garantia de 01 ano/produto.

Parágrafo Segundo: Entrega do material em 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato e ordem de entrega, sendo que o custo da entrega será por conta do proponente.

Parágrafo Terceiro: As propostas cotadas acima do preço de referência serão desclassificadas.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1 - A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado (s) e quantificado (s) na cláusula primeira, pelo preço global de R\$ 7.464,52 (sete mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos) devendo a despesa correr à conta da seguinte dotação orçamentária, exercício 2016:

Unidade Gestora: 3 - Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário: 3000 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE

Unidade Orçamentária: 3001 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 301 - Atenção Básica

Programa: 9 - Saúde Com Qualidade

Ação: 2.50 - Manutenção das Atividades da Saúde.

2.2 - O pagamento será efetuado em uma única parcela, no prazo de cinco dias após a emissão do documento de recebimento dos equipamentos, mediante apresentação da Nota Fiscal ou documento equivalente, observado o cumprimento integral das disposições contidas no edital convocatório e neste contrato.

2.3. Fica vedado reajuste de preços.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

Para fins de execução, o CONTRATO VIGORARÁ:

a) início: 14/10/2016

b) término: com o término da garantia. 01/12/2017.

Parágrafo Único: Os equipamentos terão garantia, por defeitos de fabricação, de 01 ano.

CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO.

4.1. DAS PENALIDADES

4.1.1 - Decorridos 05 (cinco) dias de atraso na entrega do objeto especificado na cláusula primeira deste instrumento, poderá o Município rescindi-lo, sujeitando-se a CONTRATADA ao pagamento da multa de 10 % sobre o valor do contrato, sem ônus da ação cabível para ressarcimento de prejuízo decorrente da inadimplência.

4.1.2 - Ressalvados os casos de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovados, serão aplicadas as seguintes penalidades à CONTRATADA, no caso de inadimplência contratual:

4.1.2.1 - Multa na ordem de 0,3% (três décimos por cento), por dia de atraso calculado sobre o valor total do contrato, até o limite de 10 % (dez por cento);

4.1.3 - Em caso de tolerância, após os primeiros 10 (dez) dias de atraso, e não rescindindo o Contrato, se este atraso for repetido, O MUNICÍPIO aplicará multa em dobro.

4.1.3.1 - Advertência;

4.1.3.2 - Suspensão do direito de licitar, junto à Administração Pública.

4.1.3.3 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, enquanto perdurarem os motivos da punição;

4.1.4 - As multas pecuniárias aqui estabelecidas serão recolhidas na Tesouraria Município, sito na Av. Mal. Costa e Silva, 111, Pinheiro Preto - SC.

4.2. DA RESCISÃO DO CONTRATO

4.2.1 O Contrato de Fornecimento poderá ser rescindido a critério da Contratante, sem que à Contratada caiba qualquer indenização ou reclamação, nos seguintes casos:

4.2.2 Inobservância das especificações acordadas e/ou rejeição dos equipamentos na inspeção e recebimento.

4.2.3 Inadimplência de qualquer cláusula contratual e/ou da proposta ofertada.

4.2.4 Falência, liquidação judicial ou extrajudicial, concordata preventiva da fornecedora, requeridas, homologadas ou decretadas.

4.2.5 A Contratada, reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, de que trata o Art. 77 da Lei 8.666/93 e alterações da Lei 8.883.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1. A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não exime de ver exigida, a qualquer tempo, seu cumprimento integral.

5.2. A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato, sob pena da aplicação do disposto na Cláusula Quarta.

5.3. O presente contrato fica vinculado a licitação nº 053/2016, modalidade pregão presencial; Lei nº 10.250/2002; Decreto Municipal nº 2.785/07; e pela Lei nº 8.666/93. Nos casos omissos será aplicado o disposto na Lei 8.666/93.

5.5. A contratada obriga-se a efetuar a entrega dos equipamentos na Unidade de Saúde do Município, sem qualquer ônus ou custo adicional.

5.6. A contratada obriga-se a garantir, pelo prazo de até cinco anos após o término da garantia, o fornecimento de peças de reposição.

5.7. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventuais litígios oriundos do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto - SC, 14 de outubro de 2016.

CONTRATANTE

EUZEBIO CALISTO VIECELI

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA

DENTAL OESTE EIRELLI EPP

TESTEMUNHAS:

1)

Nome:

CPF:

2)

Nome:

CPF:

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS Nº 301/2016

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS Nº 301/2016

LICITAÇÃO Nº 053/2016

Termo de Contrato de "FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS" firmado entre o Município de Pinheiro Preto a empresa METROMED COM. DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, autorizado através do Processo n. 0181/2016 Licitação n. 053/2016 Modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: (sede) Avenida Mal. Costa e Silva, 111

Centro, Pinheiro Preto - SC.

Representada por: EUZEBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: METROMED COM. DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA CNPJ-MF n.º.83.157.032/0001-22

Endereço: Estrada Boa Esperança, 1918 – Bairro Fundo Canoas

CEP: 89163-920 – Rio do Sul - SC

Representada por: Helena Maria Woitexen

INTRODUÇÃO

O presente contrato rege-se pela Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 2.785, de 24 de janeiro de 2007, bem como pela Lei nº 8.666/93, e ainda as condições da Licitação nº 053/2016, modalidade Pregão Presencial, bem como Proposta de aquisição de equipamento/material permanente nº 82827.148000/1140-01, emenda Esperidião Amin Helou Filho.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto o FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS PARA A UNIDADE DE SAÚDE, com as seguintes características:

Item	Qtidade	Equipamento	Descrição	Marca	Valor Total
03	01	Mocho	Material de Confecção de aço/ ferro pintado, com assento e encosto estofado.	Marcos Móveis	R\$ 229,00
TOTAL					R\$ 229,00

Parágrafo Primeiro: Garantia de 01 ano/produto.

Parágrafo Segundo: Entrega do material em 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato e ordem de entrega, sendo que o custo da entrega será por conta do proponente.

Parágrafo Terceiro: As propostas cotadas acima do preço de referência serão desclassificadas.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1 - A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado (s) e quantificado (s) na cláusula primeira, pelo preço global de R\$ 229,00 (duzentos e vinte e nove reais) devendo a despesa correr à conta da seguinte dotação orçamentária, exercício 2016:

Unidade Gestora: 3 - Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário: 3000 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

Unidade Orçamentária: 3001 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 301 - Atenção Básica

Programa: 9 - Saúde Com Qualidade

Ação: 2.50 – Manutenção das Atividades da Saúde.

2.2 - O pagamento será efetuado em uma única parcela, no prazo de cinco dias após a emissão do documento de recebimento dos equipamentos, mediante apresentação da Nota Fiscal ou documento equivalente, observado o cumprimento integral das disposições contidas no edital convocatório e neste contrato.

2.3. Fica vedado reajuste de preços.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

Para fins de execução, o CONTRATO VIGORARÁ:

a) início: 14/10/2016

b) término: com o término da garantia. 01/12/2017.

Parágrafo Único: Os equipamentos terão garantia, por defeitos de fabricação, de 01 ano.

CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO.

4.1. DAS PENALIDADES

4.1.1 - Decorridos 05 (cinco) dias de atraso na entrega do objeto especificado na cláusula primeira deste instrumento, poderá o Município rescindi-lo, sujeitando-se a CONTRATADA ao pagamento da multa de 10 % sobre o valor do contrato, sem ônus da ação cabível para ressarcimento de prejuízo decorrente da inadimplência.

4.1.2 - Ressalvados os casos de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovados, serão aplicadas as seguintes penalidades à CONTRATADA, no caso de inadimplência contratual:

4.1.2.1 - Multa na ordem de 0,3% (três décimos por cento), por dia de atraso calculado sobre o valor total do contrato, até o limite de 10

% (dez por cento);

4.1.3 - Em caso de tolerância, após os primeiros 10 (dez) dias de atraso, e não rescindindo o Contrato, se este atraso for repetido, O MUNICÍPIO aplicará multa em dobro.

4.1.3.1 - Advertência;

4.1.3.2 - Suspensão do direito de licitar, junto à Administração Pública.

4.1.3.3 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, enquanto perdurarem os motivos da punição;

4.1.4 - As multas pecuniárias aqui estabelecidas serão recolhidas na Tesouraria Município, sito na Av. Mal. Costa e Silva, 111, Pinheiro Preto - SC.

4.2. DA RESCISÃO DO CONTRATO

4.2.1 O Contrato de Fornecimento poderá ser rescindido a critério da Contratante, sem que à Contratada caiba qualquer indenização ou reclamação, nos seguintes casos:

4.2.2 Inobservância das especificações acordadas e/ou rejeição dos equipamentos na inspeção e recebimento.

4.2.3 Inadimplência de qualquer cláusula contratual e/ou da proposta ofertada.

4.2.4 Falência, liquidação judicial ou extrajudicial, concordata preventiva da fornecedora, requeridas, homologadas ou decretadas.

4.2.5 A Contratada, reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, de que trata o Art. 77 da Lei 8.666/93 e alterações da Lei 8.883.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1. A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não exime de ver exigida, a qualquer tempo, seu cumprimento integral.

5.2. A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato, sob pena da aplicação do disposto na Cláusula Quarta.

5.3. O presente contrato fica vinculado a licitação nº 053/2016, modalidade pregão presencial; Lei nº 10.250/2002; Decreto Municipal nº 2.785/07; e pela Lei nº 8.666/93. Nos casos omissos será aplicado o disposto na Lei 8.666/93.

5.5. A contratada obriga-se a efetuar a entrega dos equipamentos na Unidade de Saúde do Município, sem qualquer ônus ou custo adicional.

5.6. A contratada obriga-se a garantir, pelo prazo de até cinco anos após o término da garantia, o fornecimento de peças de reposição.

5.7. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventuais litígios oriundos do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto - SC, 14 de outubro de 2016.

CONTRATANTE

EUZEBIO CALISTO VIECELI

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA

METROMED COM. DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

TESTEMUNHAS:

1)

Nome:

CPF:

2)

Nome:

CPF:

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 302/2016

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 302/2016.

Termo de Contrato, REFERENTE AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA CONserto NO ONIBUS PLACA IFE-0302, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa MECANICA E AUTO PECAS TRENTIN, autorizado através do Processo nº 220/2016, Dispensa de Licitação nº. 0136/2016.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: Avenida Mal. Costa e Silva, 111

Representada por: EUZEBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: MECANICA E AUTO PECAS TRENTIN

CNPJ-MF n.º. 82.756.164/0001-88

Endereço: ROD. SC 135, KM 04 – CEP: 89560-000 – VIDEIRA - SC

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO

Constitui objeto do REFERENTE AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA CONserto NO ONIBUS PLACA IFE-0302, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, MODALIDADE DISPENSA, que passa a fazer parte integrante deste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1. A CONTRATADA obriga-se a fornecer o material no valor TOTAL de R\$ 1.546,80 (um mil, quinhentos e quarenta e seis reais e oitenta centavos).

2.2. O MUNICÍPIO se compromete a efetuar o pagamento quando da entrega do documento fiscal, comprovada a entrega do material.

2.3. O pagamento dar-se-á exclusivamente por ordem de crédito, correndo pela Dotação Orçamentária:

Unidade Gestora: 2 - Município de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 2003 - SECRET. DE EDUCACAO E CULTURA

Função: 12 - Educação

Subfunção: 361 - Ensino Fundamental

Programa: 12 - Desenvolvimento Educacional

Ação: 2.32 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL

2.4. O pagamento será efetuado, consoante o disposto nos itens anteriores, através de depósito bancário, em instituição financeira pública e diretamente na conta da contratada, no prazo de 5 (cinco) dias, após certificado o cumprimento das cláusulas contratuais, mediante entrega da via da respectiva Nota Fiscal, certificada pela Tesouraria do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E PRAZO DE ENTREGA

Para fins de execução, o CONTRATO VIGORARÁ ATÉ A DATA DA ENTREGA TOTAL DOS SERVIÇOS.

CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO

4.1 - O proponente vencedor deverá no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da data do recebimento da notificação, assinar o contrato.

4.2. O contrato terá início na data da assinatura e término com a entrega total do objeto licitado.

4.3. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada:

4.4. Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa e especialmente:

a) a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

b) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

c) o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada;

d) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

e) a dissolução da empresa;

f) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

g) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

h) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

4.5. Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

4.6. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

4.7. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

4.8. PENALIDADES

4.8.1 - A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Comissão Permanente de Licitações:

- Advertência;

- Multa de 10% sobre o valor total do contrato;

- Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;

- Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.

- Rescisão contratual sem que decorra do ato de qualquer natureza ao Contratada. Além das penas acima citadas, a Contratada que não cumprir com as obrigações contratuais sofrerá penalidades.

Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

4.8.2 - Ainda nos termos do artigo 7º da Lei n.10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1. A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não veda, a qualquer tempo, a exigência do cumprimento integral.

5.2. A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato.

5.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual litígio oriundo do presente Contrato.

Pinheiro Preto - SC, 14 de outubro de 2016.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
EUZÉBIO CALISTO VIECELI
PREFEITO

CONTRATADA
MECANICA E AUTO PEÇAS TRENTIN

TESTEMUNHAS:

1)
Nome:
CPF:

2)
Nome:
CPF:

DECRETO Nº 4.459, DE 19 DE OUTUBRO DE 2016.

DECRETO Nº 4.459, DE 19 DE OUTUBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.863 de 17 de novembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder suplementação na dotação do Fundo Municipal de Assistência Social de Pinheiro Preto no valor de R\$ 3.900,00 (Três mil e novecentos reais) no orçamento corrente, com a seguinte programação:

Unidade Gestora: 4 - Fundo Municipal de Assistência Social de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário: 4000 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária: 4001 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Função: 8 - Assistência Social

Subfunção: 244 - Assistência Comunitária

Programa: 5 - Assistência Social Geral

Ação: 2.63 - Manutenção CRAS Recurso PAIF - Serv. de Prot. Social Básica a Fam. (Piso Fixo/Variável)

3.1.90.00.00 Aplicações Diretas

Fonte de recurso: 335 - Transf. SUAS/UNIÃO - Ex. anterior - 0.3.35

VALOR: R\$ 2.700,00

Unidade Gestora: 4 - Fundo Municipal de Assistência Social de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário: 4000 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária: 4001 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Função: 8 - Assistência Social

Subfunção: 244 - Assistência Comunitária

Programa: 5 - Assistência Social Geral

Ação: 2.63 - Manutenção CRAS Recurso PAIF - Serv. de Prot. Social Básica a Fam. (Piso Fixo/Variável)

3.1.91.00.00 Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos,

Fonte de recurso: 335 - Transf. SUAS/UNIÃO - Ex. anterior

VALOR: R\$ 1.200,00

Art. 2º Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º deste decreto, decorrem da anulação das seguintes dotações orçamentárias do Fundo Municipal de Assistência Social de Pinheiro Preto, no valor de R\$ 3.900,00 (Três mil e novecentos reais):

Unidade Gestora: 4 - Fundo Municipal de Assistência Social de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário: 4000 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária: 4001 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Função: 8 - Assistência Social

Subfunção: 244 - Assistência Comunitária

Programa: 5 - Assistência Social Geral

Ação: 2.63 - Manutenção CRAS Recurso PAIF - Serv. de Prot. Social Básica a Fam. (Piso Fixo/Variável)

3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Fonte de recurso: 335 - Transf. SUAS/UNIÃO - Ex. anterior - 0.3.35

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 19 DE OUTUBRO DE 2016.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.460, DE 19 DE OUTUBRO DE 2016.

DECRETO Nº 4.460, DE 19 DE OUTUBRO DE 2016.

DECRETA PONTO FACULTATIVO NO DIA 28 DE OUTUBRO DE 2016 DIA DO SERVIDOR PÚBLICO.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO que referida data decretada como ponto facultativo será na sexta-feira;

CONSIDERANDO que somente os serviços essenciais funcionarão, o que importará em economia aos cofres públicos,

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado ponto facultativo no Município no dia 28 de outubro de 2016, em virtude do dia do servidor público.

§ 1º. O serviço de coleta de lixo domiciliar funcionará normalmente na data designada como ponto facultativo.

§ 2º A Unidade de Saúde local deverá efetuar escala de plantão para atender os casos de emergência, com afixação em local visível ao público externo e respectivo número de telefone.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, devendo ser encaminhada cópia às empresas municipais e a todos os Órgãos e Entidades Públicas Municipais.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, 19 de outubro de 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 502, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016.

PORTARIA Nº 502, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016.

HOMOLOGA LICITAÇÃO Nº 053/2016 E ADJUDICA O OBJETO ÀS EMPRESAS VENCEDORAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a decisão da comissão de licitação, bem como parecer da Assessoria Jurídica, RESOLVE:

Art. 1º Homologa a licitação nº 053/2016, modalidade pregão presencial, e adjudica o objeto licitado às seguintes empresas:

I – PPS PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 21.262.327/001-01, nos respectivos itens e preços totais: Item 01: valor R\$ 394,00, item 05, R\$ 545,00, item 09: R\$ 3.900,00, item 12: R\$ 125,00, item 15: R\$ 320,00, item 16: R\$ 380,00 e item 18: R\$ 1.800,00, Total: R\$ 7.464,00 (sete mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais);

II – MAXI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 08.117.149/0001-67, nos respectivos itens e preços totais: Item 06: R\$ 2.600,00, item 08: R\$ 134,00, item 10: R\$ 1.012,00, item 14: R\$ 3.433,60 e item 17: R\$ 1.485,00, Total: R\$ 8.664,60 (oito mil, seiscentos e sessenta e quatro reais e sessenta centavos);

III – DENTAL OESTE EIRELLI EPP, inscrita no CNPJ sob o n.º 05.412.147/0001-02, nos respectivos itens e preços totais: Item 02: R\$ 705,00, item 04: R\$ 106,00, item 07: R\$ 1.109,52, item 11: R\$ 1.344,00 e item 13: R\$ 4.200,00, Total: R\$ 7.464,52 (sete mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos);

IV – METROMED COM. DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 83.157.032/0001-22, no respectivo item e preço total: Item 03: 229,00 (duzentos e vinte e nove reais).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 10 DE OUTUBRO DE 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECEL

Prefeito Municipal

Ponte Serrada

PREFEITURA

EXTRATO LEILÃO 01/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 57/2016
LEILÃO N.º 01/2016

O Município de

Ponte Serrada, torna público que fará realizar licitação na modalidade LEILÃO, sob a forma LANCES PRESENCIAL/ONLINE, LEILÃO PÚBLICO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS INSERVÍVEIS AO MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA - SC
INICIO DO LEILÃO: às 10h00min horas do dia 29/11/2016.

Informações Complementares: Edital em inteiro teor e demais informações poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Setor de Licitações, na Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre Maria Theodora, n.º 264, Bairro Centro, no horário das 07h00min às 13:00, pelo site www.ponteserrada.sc.gov.br, pelo telefone (0XX49) 34350122 e pelo e-mail: comprasps01@gmail.com.

Ponte Serrada, 24 de outubro de 2016.

EDUARDO COPPINI
PREFEITO MUNICIPAL

RETIFICA 55/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA
RETIFICA 001 AO PROCESSO LICITATÓRIO N.º 55/2016
PREGÃO PRESENCIAL N.º 36/2016

O Município de

Ponte Serrada torna público, aos interessados a seguinte alteração da licitação em epígrafe:

Onde se lê: REGISTRO DE PREÇOS PELO PERÍODO DE 12 MESES, PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COMPOR A MERENDA ESCOLAR.

Leia-se: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COMPOR A MERENDA ESCOLAR.

As demais cláusulas permanecem inalteradas

Ponte Serrada, 25 de outubro de 2016.

EDUARDO COPPINI PREFEITO MUNICIPAL

Porto Belo

PREFEITURA

CONVITE - AUDIÊNCIA PÚBLICA - CMDCA

CONVITE

O CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, tem a honra de convidá-lo(a) para participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA do PLANO DECENAL DOS DIREITOS HUMANOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES do Município de Porto Belo – SC.

Data: 26/10/2016 (Quarta-Feira)

Local: Teatro do Centro Cultural Palco das Artes – Vila Nova – Porto Belo

Horário: 19h

Atenciosamente,

Representantes,
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e
Comissão Intersetorial do Plano Decenal / Porto Belo – SC

Porto União

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO 235/2016

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 235/2016

Partes: Município de Porto União e Luiz Francisco Antunes de Lima & Cia Ltda.

Objeto: Contratação de empresa para executar construção e instalação de células no Aterro Sanitário Municipal de Porto União.

Valor Total: R\$ 472.780,00 (quatrocentos e setenta e dois mil setecentos e oitenta reais).

Vigência: 36 (trinta e seis) meses.

Base legal: Tomada de Preços 025/2016, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 06 de outubro de 2016.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal

Luiz Francisco Antunes de Lima & Cia Ltda.

Contratada.

RETIFICAÇÃO DE EDITAL - PROCESSO 010/2016 - TOMADA DE PREÇOS 002/2016 - AMASPU - RETIFICAÇÃO

Processo Licitatório 010/2016 - AMASPU

Extrato de Retificação do Edital de Tomada de Preços 002/2016 - AMASPU

A AMASPU torna pública a retificação do Edital citado:

ONDE LÊ-SE: "Recebimento das propostas na sede da Prefeitura Municipal, sita na rua Padre Anchieta, 126, município de Porto União/SC, até o dia 08 de novembro de 2016, às 13:15 horas, com início da sessão às 13:30 horas do mesmo dia."

LEIA-SE: "Recebimento das propostas na sede da Prefeitura Municipal, sita na rua Padre Anchieta, 126, município de Porto União/SC, até o dia 08 de novembro de 2016, às 13:30 horas, com início da sessão às 13:30 horas do mesmo dia."

Porto União, SC, 24 de outubro de 2016

Margareth Flissak

Presidente AMASPU

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE TOMADA DE PREÇOS 025/2016

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 174/2016

Tomada de Preços 025/2016

Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa

Luiz Francisco Antunes de Lima & Cia Ltda.

Porto União SC, 06 de outubro de 2016.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal.

Presidente Nereu

PREFEITURA

DECRETO 99/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC

CNPJ 83.102.699/0001-28

Praça Leão Dehon, 50 - Centro - CEP 89184-000 - PRESIDENTE NEREU - SC

Fone: 0** 47 3362-1108 - Fax: 0** 47 3362-1108

- e-mail: prefeitura@presidentenereu.sc.gov.br

Numero Lei: 1482

Ano lei : 2015

Data Lei: 14/12/2015

DECRETO Nº 99, de 14 de outubro de 2016

Dispõe sobre a abertura de Crédito Suplementar

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU , SANTA CATARINA

no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica, e de acordo com a Legislação Municipal.

DECRETA:

Art. 1º É aberto, ao orçamento do exercício de 2016, em favor das Unidades Orçamentárias a seguir relacionadas, créditos adicionais Suplementar no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), observadas as seguintes classificações funcionais programáticas.

Unidade Orçamentária Dotação Valor

DEPTO MUNICIPAL DE TRANSP, OBRAS E 08.001.0026.0782.1801.2016.33900000000000.01000000 50.000,00

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, das seguintes dotações orçamentárias. Anulação de Dotação :

R\$50.000,00 (cinquenta mil reais)

Unidade Orçamentária Dotação Valor

DEPTO MUNICIPAL DE TRANSP, OBRAS E 08.001.0026.0782.1801.2016.31900000000000.01000000 50.000,00

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA, 14 de outubro de 2016

ANTONIO F. COMANDOLI

Prefeito Municipal

ALINE L. TILLMANN

Contadora

Rio do Sul

PREFEITURA

DECRETO 5593, DE 24 DE OUTUBRO DE 2016

DECRETO Nº 5593, de 24 de outubro de 2016.

"NOMEIA FERNANDO CESAR SOUZA"

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 e 208, de 28/10/2010,

DECRETA:

Art.1º - Nomear FERNANDO CESAR SOUZA, para a partir de 01/11/2016, exercer o cargo em comissão de Diretor do Departamento de Orçamento e Gestão, do quadro de servidores do Gabinete do Prefeito, nos termos do Art. 2, item V e § 6º do Art. 54º, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 e do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010, supracitadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

24 de outubro de 2016.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

DECRETO Nº 5587, DE 21 DE OUTUBRO DE 2016.

DECRETO Nº 5587, de 21 de outubro de 2016

"NOMEIA JANETE LUZIA MACHADO FOSTER"

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 e 208, de 28/10/2010,

DECRETA:

Art.1º - Nomear JANETE LUZIA MACHADO FOSTER, para a partir de 24/10/2016, exercer o cargo em comissão de Chefe Divisão Administrativa do quadro de servidores da Secretaria Municipal de Agricultura, nos termos do Art. 2, item V e § 6º do Art. 54º, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 e do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010, supracitadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

21 de outubro de 2016

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

DECRETO Nº 5588, DE 21 DE OUTUBRO DE 2016.

DECRETO Nº 5588, de 21 de outubro de 2016.

"NOMEIA JOÃO BATISTA MULLER"

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 e 208, de 28/10/2010,

DECRETA:

Art.1º - Nomear JOÃO BATISTA MULLER, para a partir de 19/10/2016, exercer o cargo em comissão de Chefe Divisão Oficina, Lubrificação e Lavação do quadro de servidores da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, nos termos do Art. 2, item V e § 6º do Art. 54º, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 e do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010, supracitadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

21 de outubro de 2016

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

DECRETO Nº 5589, DE 21 DE OUTUBRO DE 2016.

DECRETO Nº 5589, de 21 de outubro de 2016.

"NOMEIA VILSON PEDRO DOLZAN"

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 e 208, de 28/10/2010,

DECRETA:

Art.1º - Nomear VILSON PEDRO DOLZAN, para a partir de 19/10/2016, exercer o cargo em comissão de Diretor Departamento Obras e Melhorias Viárias do quadro de servidores da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, nos termos do Art. 2, item V e § 6º do Art. 54º, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 e do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010, supracitadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

21 de outubro de 2016.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

DECRETO Nº 5590, DE 24 DE OUTUBRO DE 2016.

DECRETO Nº 5590, de 24 de outubro de 2016.

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE RIO DO SUL. "

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso II, da Lei Orçamentária nº 5.694 de 15/12/2015

DECRETA

Art. 1º – Ficam suplementadas até o limite de R\$ 71.468,86 (setenta e um mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e oitenta e seis centavos), as seguintes dotações do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul:

40.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
40.03	MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL HOSPITALAR		
2.089	Blmac - Samu		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01020000	Recursos Saúde	R\$	56.468,86
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01381000	SAMU	R\$	15.000,00
	TOTAL	R\$	71.468,86

Art. 2º - Em contrapartida as suplementações constantes do artigo primeiro, ficam anuladas na mesma importância parcial de R\$ 71.468,86 (setenta e um mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e oitenta e seis centavos), as seguintes dotações do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul:

40.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
40.03	MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL HOSPITALAR		
2.089	Blmac - Samu		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01020000	Recursos Saúde	R\$	46.468,86
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
01020000	Recursos Saúde	R\$	10.000,00
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01381000	SAMU	R\$	15.000,00
	TOTAL	R\$	71.468,86

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

24 de outubro de 2016.de 2016

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 5591, DE 24 DE OUTUBRO DE 2016.

DECRETO Nº 5591, de 24 de outubro de 2016.

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE RIO DO SUL. "

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso II, da Lei Orçamentária nº 5.694 de 15/12/2015

DECRETA

Art. 1º - Fica suplementada até o limite de R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul:

40.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
40.04	VIGILÂNCIA EM SAÚDE		
2.085	Blvgs – Vigilância Epidemiológica		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01381700	Vigilância Epidemiológica	R\$	48.000,00
	TOTAL	R\$	48.000,00

Art. 2º - Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, fica anulada na mesma importância parcial de R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul:

40.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
40.04	VIGILÂNCIA EM SAÚDE		
2.085	Blvgs – Vigilância Epidemiológica		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01381700	Vigilância Epidemiológica	R\$	48.000,00
	TOTAL	R\$	48.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

24 de outubro de 2016.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 5592, DE 24 DE OUTUBRO DE 2016

DECRETO Nº 5592, de 24 de outubro de 2016.

“CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO – ESPECIAL DE MAGISTÉRIO A SRA. BEATRIZ FRONZA”

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, usando das prerrogativas previstas no inciso VI, do Art. 37 da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o disposto no artigo 253 da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, com o artigo 4º e seguintes da Lei Complementar nº 308 de 30/11/2015, artigo 19 e seguintes do Decreto nº 119 de 21/03/2002 e art. 6º, incisos I a IV da Emenda Constitucional 41/2003 c/c § 5º do artigo 40 da Constituição Federal.

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida aposentadoria por Tempo de Contribuição – Especial de magistério a Sra. Beatriz Fronza, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade nº 2.491.576, CPF nº 777.563.559-20, domiciliada e residente na Rua dos Vereadores, 3478, Bairro Itoupava, em Rio do Sul – SC, no cargo de Professor, nível 3, classe D, com proventos integrais e paridade, a partir 25 de outubro de 2016.

Art. 2º - A presente concessão é efetivada em caráter precário, haja vista a necessidade de registro e homologação no Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE.

Art. 3º - A aposentadoria foi concedida de conformidade com o disposto no artigo 253 da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, com o artigo 4º e seguintes da Lei Complementar nº 308 de 30/11/2015, artigo 19 e seguintes do Decreto nº 119 de 21/03/2002 e art. 6º, incisos I a IV da Emenda Constitucional 41/2003 c/c § 5º do artigo 40 da Constituição Federal.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

24 de outubro de 2016.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

DECRETO Nº 5594, DE 24 DE OUTUBRO DE 2016.

DECRETO Nº 5594, de 24 de outubro de 2016.

"EXONERA E NOMEIA MARCUS BAUERMANN COSTA".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 208, de 28/10/2010,

DECRETA:

Art.1º - Fica exonerado, a partir de 31/10/2016, o servidor MARCUS BAUERMANN COSTA, do cargo de Agente Político de Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo. E nomeado, para a partir de 01/11/2016, exercer as atribuições do cargo em comissão de Diretor do Departamento de Desenvolvimento Econômico Nacional e Internacional da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo, nos termos do Art. 2º, item V e § 6º e do Art. 54º, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

24 de outubro de 2016.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

DECRETO Nº 5595, DE 24 DE OUTUBRO DE 2016.

DECRETO Nº 5595, de 24 de outubro de 2016.

"NOMEIA MARCO AURÉLIO ROSAR".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e Lei Complementar nº 208 de 28/10/2010.

DECRETA:

Art. 1º-	Nomear MARCO AURÉLIO ROSAR, para a partir de 01/11/2016, exercer o cargo de Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo.
Art. 2º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º-	Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

24 de outubro de 2016.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

DECRETO Nº 5596, DE 24 DE OUTUBRO DE 2016.

DECRETO Nº 5596, de 24 de outubro de 2016.

"CONCEDE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ AO Sr. LUIZ GONZAGA MAÇANEIRO"

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, usando das prerrogativas previstas no inciso VI, do Art. 37 da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o disposto no artigo 251 da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, com o artigo 4º da Lei Complementar nº 308 de 30/11/2015, Artigo 19 e seguintes do Decreto nº 119 de 21/03/2002 e inciso I, § 1º do artigo 40 da Constituição Federal com redação determinada pela Emenda Constitucional 41/2003, de 19 de dezembro de 2003.

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida aposentadoria por invalidez ao servidor Sr. Luiz Gonzaga Maçaneiro, brasileiro, casado, motorista de caminhão, portador da Cédula de Identidade nº 297.945 e CPF nº 292.663.869-87, domiciliado e residente na rua Jacó Finardi, 96, Bairro Canta Galo, em Rio do Sul – SC, no cargo de Motorista de caminhão, nível 1-E, com proventos integrais e sem paridade a partir de 01 de novembro de 2016.

Art. 2º - A presente concessão é efetivada em caráter precário, haja vista a necessidade de registro e homologação no Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
24 de outubro de 2016.
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA
Secretaria Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1179/RH

PORTARIA Nº. 1179/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a prorrogação pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir de 29/08/2016 à Comissão de Processo Administrativo Disciplinar n. 008/2016, designada pela Portaria n. 0841/RH de 12 de julho de 2016 (publicada em 15/07/2016), para conclusão da Instrução do Processo Administrativo Disciplinar n. 008/2016.

Art. 2º. A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no Art. 7º, da Lei Complementar n. 315, de 14 de dezembro de 2015, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão através do Ofício SMA n. 001/P.A. 008/2016, de 16 de setembro de 2016, em face da complexidade dos trabalhos de levantamento de dados e esclarecimento de perícias e oitivas.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 13 de outubro de 2016.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Asfj

PORTARIA Nº 1180/RH

PORTARIA Nº. 1180/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a prorrogação pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir de 29/08/2016 à Comissão de Processo Administrativo Disciplinar n. 009/2016, designada pela Portaria n. 0842/RH de 12 de julho de 2016 (publicada em 13/07/2016), para conclusão da Instrução do Processo Administrativo Disciplinar n. 009/2016.

Art. 2º. A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no Art. 7º, da Lei Complementar n. 315, de 14 de dezembro de 2015, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão através do Ofício SMA n. 001/P.A. 009/2016, de 16 de setembro de 2016, em face da complexidade dos trabalhos de levantamento de dados e esclarecimento de perícias e oitivas.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 14 de outubro de 2016.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Asfj

PORTARIA Nº 1182/RH

PORTARIA Nº. 1182/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a prorrogação pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir de 30/09/2016 à Comissão de Processo Administrativo Disciplinar n. 010/2016, designada pela Portaria n. 0947/RH de 09 de agosto de 2016 (publicada em 16/08/2016), para conclusão da Instrução do Processo Administrativo Disciplinar n. 010/2016.

Art. 2º. A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no Art. 7º, da Lei Complementar n. 315, de 14 de dezembro de 2015, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão através do Ofício SMA n. 002.2016 - P.A.D. 010/2016, de 29 de setembro de 2016, em face da complexidade dos trabalhos de levantamento de dados e esclarecimentos.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 14 de outubro de 2016.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

PORTARIA Nº 1183/RH

PORTARIA Nº. 1183/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a prorrogação pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir de 30/09/2016 à Comissão de Processo Administrativo Disciplinar n. 011/2016, designada pela Portaria n. 0950/RH de 10 de agosto de 2016 (publicada em 16/08/2016), para conclusão da Instrução do Processo Administrativo Disciplinar n. 011/2016.

Art. 2º. A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no Art. 7º, da Lei Complementar n. 315, de 14 de dezembro de 2015, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão através do Ofício SMA n. 002.2016 - P.A.D. 011/2016, de 29 de setembro de 2016, em face da complexidade dos trabalhos de levantamento de dados e esclarecimentos.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 14 de outubro de 2016.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

PORTARIA Nº 1184/RH

PORTARIA Nº. 1184/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a prorrogação pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir de 13/10/2016 à Comissão de Processo Administrativo Disciplinar n. 014/2016, designada pela Portaria n. 1017/RH de 26 de agosto de 2016 (publicada em 29/08/2016), para conclusão da Instrução do Processo Administrativo Disciplinar n. 014/2016.

Art. 2º. A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no Art. 7º, da Lei Complementar n. 315, de 14 de dezembro de 2015, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão através do Ofício SMA n. 011/P.A. 014/2016, de 11 de outubro de 2016, em face da complexidade dos trabalhos de levantamento de dados, esclarecimentos e oitivas.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 14 de outubro de 2016.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

PORTARIA Nº 1185/RH

PORTARIA Nº 1185/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art..1º Homologar o Estágio Probatório dos servidores municipais abaixo relacionados, por terem completado 03 (três) anos de efetivo exercício no cargo:

NOME	MATRÍCULA	CARGO	PERÍODO
ERVIN SPERANDIO	236454-1	AGENTE ADMINISTRATIVO	10/07/2013 A 09/09/2016
EVANOR ROSENDO SABINO	191922-2	ANALISTA DE SISTEMAS	04/04/2013 A 03/07/2016
GABRIELA FAGUNDES PADILHA	165077-7	EDUCADOR SOCIAL	03/09/2013 A 02/09/2016
JURACY MARIA SACHETTI DOS SANTOS	215643-3	ASSISTENTE SOCIAL	02/09/2013 A 06/09/2016
MARIA DE LOURDES DE CASTRO TEIXEIRA	191426-1	PSICOLOGO	12/08/2013 A 15/08/2016
ROSANGELA JOHANN	104701-3	COZINHEIRO	04/03/2013 A 05/09/2016

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de outubro de 2016.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Asfj

PORTARIA Nº 1187/RH

PORTARIA N. 1187/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Com fundamento ao Art. 48, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder a servidora GABRIELA FAGUNDES PADILHA, matrícula n. 165077-7, ocupante do cargo de provimento efetivo Educador Social, o primeiro Adicional por Formação Profissional por ter apresentado o Certificado de conclusão do Curso Superior em Letras, no processo n. 161391/2016, e ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de outubro de 2016, de acordo com o Art. 49 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de outubro de 2016.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Asfj

PORTARIA Nº 1188/RH

PORTARIA N. 1188/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Com fundamento aos Arts. 39 ao 41, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder aos servidores abaixo relacionados o primeiro Adicional por Capacitação Profissional por terem comprovado a realização de cursos de capacitação/treinamento com carga horária prevista para seu grupo ocupacional e relacionados com a área de atuação e cargo que ocupam, bem como terem obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira, conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

NOME	MATRÍCULA	CARGO	PROTOCOLO
DAIANE DE BRITO NEVES	102229-1	AGENTE ADMINISTRATIVO	158359/2016

GABRIELA FAGUNDES PADILHA	165077-7	EDUCADOR SOCIAL	161390/2016
GRACIELE GUSTMANN	164747-3	EDUCADOR SOCIAL	161413/2016

Art. 2º. O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de outubro de 2016, de acordo com o Art. 46 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de outubro de 2016.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Asfj

PORTARIA Nº 1189/RH

PORTARIA N. 1189/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Com fundamento aos Arts. 39 ao 41, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder aos servidores abaixo relacionados o terceiro Adicional por Capacitação Profissional por terem comprovado a realização de cursos de capacitação/treinamento com carga horária prevista para seu grupo ocupacional e relacionados com a área de atuação e cargo que ocupam, bem como terem obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira, conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

NOME	MATRÍCULA	CARGO	PROTOCOLO
GRACIELA SAN MARTIN RODRIGUES BAGATOLI	103004-1	ENFERMEIRO	160529/2016
MARCIO DE SOUZA	74535-2	MOTORISTA DE CAMINHAO	161357/2016

Art. 2º. O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de outubro de 2016, de acordo com o Art. 46 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de outubro de 2016.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Asfj

PORTARIA Nº 1200/RH

PORTARIA Nº. 1200/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, RUBIA PIMENTEL DA SILVA, para exercer o cargo de provimento efetivo de ASSISTENTE SOCIAL, 40h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público n. 002/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de outubro de 2016.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Csvf

PORTARIA Nº 1201/RH

PORTARIA N. 1201/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Designar, para a partir de 13/10/2016, a servidora CAROLINE FRAINER, ocupante do cargo de provimento efetivo Pedagogo(40h), para atuar como Diretora de Unidade Educacional de "Médio Porte" da Rede Pública Municipal – Centro Educacional Guilherme Butzke. E pelo exercício da função, faz jus além da remuneração de seu cargo efetivo, a uma gratificação mensal no percentual de 45% do seu vencimento base, em cumprimento ao Art. 4º da Lei Complementar Nº 194/2009.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de outubro de 2016.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Csvf

RESUMO DO ADITIVO 100/2016

1º TERMO ADITIVO Nº 100/2016 – DO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS E SERVIÇOS NR. 163/2015, REFERENTE A EXECUÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, SINALIZAÇÃO E PASSEIOS NA RUA SELESTA FRONZA, BAIRRO TABOÃO EM RIO DO SUL, ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL E A EMPRESA SETEP CONSTRUÇÕES S.A.

Aos seis (06) dias do mês de julho (07) do ano de dois mil e dezesseis (2016), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representada pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa Setep Construções S.A., estabelecida na Rua Francisco Martinhago, 258, Bairro Mina do Mato, no município de Criciúma/SC, CEP 88.810-500, inscrita no CNPJ sob o nº 83.665.141/0001-50, ora denominada CONTRATADA, representado pelo seu Diretor Comercial, Sr. José Carlos de Souza, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pela Edital de Concorrência nº 088/2015, o Contrato original de Fornecimento de Materiais e Serviços nº 163, datado de 25 de setembro de 2015, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se do § 1º do Artigo 57 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS

Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 240 (duzentos e quarenta) dias, com o seu término em 04 de março de 2017, memorando nº 061/2016.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS

CLÁUSULA QUARTA – DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo. E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

Contratante

SETEP CONSTRUÇÕES S.A

Sr. José Carlos de Souza

Contratada

Testemunhas:

Nome: _____

CPF: _____

Nome: _____

CPF: _____

TERMO DE CONVOCAÇÃO - CONCURSO PÚBLICO 002/2015 - IVONETE BORGES DOS SANTOS

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) IVONETE BORGES DOS SANTOS, é com satisfação que procedemos a convocação de V. Sª., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 002/2015, homologado através do Decreto nº 5148 de 15/02/2016 e suas retificações posteriores. (Cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO).

Salientamos que V. Sª foi nomeado (a) através da Portaria n. 1154/RH de 05/10/2016, publicada em 18/10/2016. Conforme § 1º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. Sª deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo	Exames necessários
Todos os cargos	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. ECG (acima 40 anos); 6. CREATININA; 7. LAUDO DO PSQUIATRA; 8. RX DE BACIA 9. CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE E AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO.

Rio do Sul, 24 de outubro de 2016.

Departamento de Recursos Humanos
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº 880, DE 24 DE OUTUBRO DE 2016

RESOLUÇÃO Nº 880, DE 24 DE OUTUBRO DE 2016

Autoriza pagamento de 4 e ½ (quatro e meia) diárias, inscrição e indenização de transporte a servidores

MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL. Faço saber que no uso de suas atribuições regimentais, a Câmara Municipal decreta e promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica autorizado o pagamento de 4 e ½ (quatro e meia) diárias aos servidores Giovani Nascimento, ocupante do cargo de Procurador Legislativo Especial e Roberto Andrade Bastos, ocupante do cargo de Procurador Jurídico Legislativo, no valor de R\$ 1.770,52 (um mil setecentos e setenta reais e cinquenta e dois centavos) cada, para participarem do "XXX Congresso Brasileiro de Direito Administrativo" a ser realizado entre os dias 28 a 30 de novembro do corrente ano, tendo como local o auditório do Serhs Natal Grande hotel, na cidade de Natal – RN

Art. 2º Fica ainda autorizado o pagamento da taxa de inscrição no valor de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais) a cada participante.

Art. 3º A indenização de transporte, em veículo próprio, no trecho compreendido entre o município de Rio do Sul e a cidade de Florianópolis, será ressarcida de acordo com o que regulamenta a Resolução nº 588, de 5 de outubro de 2010.

Art. 4º As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta de dotação própria do orçamento vigente, inclusive as passagens aéreas.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 24 de outubro de 2016.

MÁRIO MIGUEL

Presidente da Mesa

CARISO SÁVIO GIACOMINI

Vice-Presidente

JANARA APARECIDA MAFRA

1ª Secretária

DIONÍSIO MAÇANEIRO

2º Secretário

Romelândia

PREFEITURA

PORTARIA 8172/2016

PORTARIA Nº 8172/2016

EXONERA SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Exonerar o Servidor Público Municipal DARIO DA SILVA, do cargo em comissão de DIRETOR CC-09, a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 24 de outubro de 2016.

Valdoci Saul

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lúcia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

PORTARIA 069/2016 RETIFICADA.

PORTARIA N.º 069, DE 01 DE SETEMBRO DE 2016.

DETERMINA ABERTURA DE PROCESSO
ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL, Sr. Nelson Cardoso de Oliveira, usando da competência que lhe compete o artigo 52, da Lei Orgânica do Município de Santa Rosa do Sul e alterações posteriores,

Considerando a Portaria nº 148, de 01/11/2013;

RESOLVE:

Art. 1º - Determinar a abertura de Processo Administrativo Disciplinar, para que se apurem as responsabilidades contidas na Portaria já mencionado acima,

Art. 2º - Convoque-se a comissão processante nomeada pela Portaria nº 064, de 01/09/2016, para a instalação de procedimento e comissão dos trabalhos, autue-se os documentos.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 01 de setembro de 2016.

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria Municipal da Administração e Finanças, e afixada no Mural Público desta Prefeitura Municipal, ao primeiro dia do mês de setembro de 2016.

WILFRIED HEMMER

Secretário Municipal da Administração e Finanças

OBS:

Segue acima Portaria retificada para ser substituída pela publicação feita no dia 20/10/2016 quinta feira, da Portaria 069/2016, onde fala:

Considerando a Portaria nº 148, de 01/11/2013;

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA PL Nº 16/2016**

Portaria PL nº 0016, de 28 de setembro de 2016.

DESIGNA SERVIDOR

O Presidente da Câmara Municipal de Santa Sul, senhor Lenoir Vieira Souza, portador do CPF-806.536.349-00, RI-23866675), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor Ademir Teixeira Tristão, ocupante do cargo permanente de Técnico em Contabilidade, portador do CPF nº 625.612.789-72, e Identidade nº 1916399, com poderes para promover a movimentação bancária de todas as contas da Câmara de Vereadores, emitir cheques, abrir contas de depósito, autorizar cobrança, receber, passar recibo e dar quitação, solicitar saldos e extratos, requisitar talonários de cheques, retirar cheques devolvidos, endossar cheques, sustar/contrordenar cheques, cancelar cheques, baixar cheques, efetuar resgates/aplicações financeiras, cadastrar, alterar e desbloquear senhas, efetuar saques - conta corrente, efetuar saques - poupança, efetuar pagamentos por meio eletrônico, efetuar transferências por meio eletrônico, liberar arquivos de pagos no GEFIN/AASP, emitir comprovantes, encerrar contas de depósito, consultar obrigações do débito direto autorizado - DDA, sempre em conjunto com o Presidente.

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 14 de 30 de agosto de 2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Rosa do Sul, em 28 de setembro de 2016.

VER. LENOIR VIEIRA SOUZA

Presidente

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado nesta Secretaria e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina <http://www.diariomunicipal.sc.gov.br> na data supra.

VER. MATIAS NAOR DA CUNHA CARDOSO

1º Secretário

Santiago do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº288/2016 - DE 21 DE OUTUBRO DE 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº288/2016 - DE 21 DE OUTUBRO DE 2016.

Exonera a Servidora Municipal ESTELA FÁTIMA LUNKES, aprovada em Processo Seletivo Simplificado, e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e Art. 32, da Lei Complementar nº009/2001, de 07 de novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a partir desta data, a Servidora ESTELA FÁTIMA LUNKES, nomeada através do Decreto nº 183/2016, de 16 de maio de 2016, ocupante do Cargo de FARMACÊUTICA, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, carga horária de 40 horas semanais, percebendo vencimento constante em Lei Municipal vigente.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente. Projeto Atividade 2.028 - Manutenção Atividades da Unidade Sanitária, Fonte 0.1.38.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 21 de outubro de 2016.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Anderson Tissiani Vedana
Assessor Jurídico / Sec. de Administração e Finanças

DECRETO Nº290/2016 - DE 24 DE OUTUBRO DE 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº290/2016 - DE 24 DE OUTUBRO DE 2016.

Exonera o Servidor Municipal RUDINEI PEREIRA ANTUNES, e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e Art. 32, da Lei Complementar nº009/2001, de 07 de novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, na data de 31 de outubro de 2016, o Servidor Municipal RUDINEI PEREIRA ANTUNES, nomeado através do Decreto nº 324/2015, de 02 de dezembro de 2015, ocupante do Cargo em Comissão de CHEFE DE SETOR, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, carga horária com dedicação integral, conforme Lei Municipal Nº782/2015, de 09 de Junho de 2015 e alterações posteriores.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação, com efeitos a partir de 31 de outubro de 2016.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 24 de outubro de 2016.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Anderson Tissiani Vedana
Assessor Jurídico / Sec. de Administração e Finanças

DECRETO Nº 289/2016 - DE 24 DE OUTUBRO DE 2016

Dispõe sobre a responsabilidade pelas movimentações financeiras do Município, Fundo Municipal de Saúde – FMS e Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul,

DECRETA:

Art. 1º Fica revogada a delegação de responsabilidade constante no art. 1º do Decreto 199/2016, sendo que a responsabilidade pelas movimentações financeiras do Fundo Municipal de Saúde de Santiago do Sul - FMS, inscrito no CNPJ sob nº 13.019.421/0001-06, ficará a cargo de TADEU PAULO TOAZZA, Secretário Municipal de Saúde, inscrito no CPF sob o nº 030.005.789-00; e ANA LUCI SAGAS NUNES, Coordenadora de Departamento, inscrita no CPF sob o nº 089.154.759-25.

Art. 2º Fica revogada a delegação de responsabilidade constante no art. 2º do Decreto 199/2016, sendo que a responsabilidade pelas movimentações financeiras do Fundo Municipal de Assistência Social de Santiago do Sul - FMAS, inscrito no CNPJ sob nº 13.568.997/0001-22, ficará a cargo de TADEU PAULO TOAZZA, Secretário Municipal de Saúde, inscrito no CPF sob o nº 030.005.789-00; e ANA LUCI SAGAS NUNES, Coordenadora de Departamento, inscrita no CPF sob o nº 089.154.759-25.

Art. 3º As pessoas arrolados nos arts. 1º, 2º do presente decreto são responsáveis e estão autorizadas a praticar os seguintes atos:

- Emitir cheques;
- Abrir contas de depósito;
- Solicitar saldos, extratos e comprovantes;
- Requisitar talonários de cheques;
- Retirar cheques devolvidos;
- Sustar / contra-ordenar cheques;
- Cancelar cheques;
- Baixar cheques;
- Efetuar transferências por meio eletrônico;
- Efetuar resgates / Aplicações financeiras;
- Cadastrar, alterar e desbloquear senhas;
- Efetuar pagamentos por meio eletrônico;
- Liberar arquivos de pagamento no gerenciador financeiro;
- Solicitar saldos / extratos de investimentos;
- Solicitar saldos / extratos de operações de crédito;
- Efetuar transferência para mesma titularidade; e
- Encerrar contas de depósitos.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 26 de outubro de 2016.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 24 de outubro de 2016.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Anderson Tissiani Vedana
Assessor Jurídico / Sec. de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 124/2016 - DE 20 DE OUTUBRO DE 2016

DECRETO Nº 124/2016 - DE 29 DE MARÇO DE 2016.

Regulamenta a Lei Municipal nº 709/2014, de 18 de fevereiro de 2014, que cria a Coordenadoria Municipal de Defesa Civil – COOMDEC de Santiago do Sul e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, usando de competência privativa que lhe confere o Inciso VIII, do Art. 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul,

DECRETA:

Art. 1º A Coordenadoria Municipal de Defesa Civil - COOMDEC é o órgão permanente da administração pública municipal responsável pela coordenação das ações de defesa civil, no município.

Art. 2º São atividades da COOMDEC:

- I - Coordenar e executar as ações de Defesa Civil;
- II - Manter atualizadas e disponíveis as informações relacionadas à Defesa Civil;
- III - Elaborar e implementar planos, programas e projetos de Defesa Civil;

IV - Elaborar Plano de Ação Anual visando o atendimento das ações em tempo de normalidade, bem como, das ações emergenciais, com a garantia dos recursos no Orçamento Municipal;

V - Prever recursos orçamentários próprios necessários às ações assistenciais de recuperação ou preventivas, como contrapartida às transferências de recursos da União, na forma da legislação vigente;

VI - Capacitar recursos humanos para as ações de Defesa Civil;

VII - Manter o órgão central do SINDEC informado sobre as ocorrências de desastres e atividades de Defesa Civil;

VIII - Propor à autoridade competente a declaração de Situação de Emergência ou de Estado de Calamidade Pública, observando os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Defesa Civil - CONDEC;

IX - Auxiliar a coordenar e executar a distribuição e o controle de suprimentos necessários em situações de desastres;

IX - Implantar o banco de dados e elaborar os mapas temáticos sobre ameaças, vulnerabilidades e riscos de desastres;

X - Implementar ações de medidas não-estruturais e medidas estruturais;

XI - Promover campanhas públicas e educativas para estimular o envolvimento da população, motivando ações relacionadas com a defesa civil, através da mídia local;

XII - Estar atenta às informações de alerta dos órgãos de previsão e acompanhamento para executar planos operacionais em tempo oportuno;

XIII - Comunicar aos órgãos competentes quando a produção, o manuseio ou o transporte de produtos perigosos puser em perigo a população;

XIV - Implantar programas de treinamento para voluntariado;

XV - Implantar e manter atualizados o cadastro de recursos humanos, materiais e equipamentos a serem convocados e utilizados em situações de anormalidades;

XVI - Estabelecer intercâmbio de ajuda com outros Municípios (comunidades irmanadas);

XVII - Promover mobilização comunitária visando a implantação de Núcleos Comunitários de Defesa Civil - NUDEC, nos bairros e distritos;

Art. 3º A COOMDEC tem a seguinte estrutura:

- I – Coordenador;
- II - Conselho Municipal;
- III – Secretaria;
- IV - Setor Técnico;
- V - Setor Operativo.

§ 1º O Coordenador será designado pelo Prefeito Municipal mediante Decreto ou Portaria.

§ 2º Os membros do Conselho Municipal são os que estão elencados no § 2º do Art. 2º da Lei Municipal nº709/2014, de 18 de

fevereiro de 2014.

§ 3º Os membros da Secretaria, do Setor Técnico e Setor Operativo, serão preferencialmente servidores municipais concursados cedidos por outras secretarias municipais.

§ 4º Os cargos pertencentes ao Setor Técnico será de: 01 (uma) vaga para Engenheiro e 01 (uma) vaga para Técnico em Agropecuária.

Art. 4º Ao Coordenador da COOMDEC compete:

I - Convocar as reuniões da Coordenadoria;

II - Dirigir a entidade representando-a perante os órgãos governamentais e não-governamentais;

III - Propor ao Conselho Municipal o plano de trabalho da COOMDEC;

IV - Participar das votações e declarar aprovadas as resoluções;

V - Resolver os casos omissos e praticar todos os atos necessários ao regular ao funcionamento da COOMDEC;

VI - Propor aos demais membros, em reunião previamente marcada, os planos orçamentários, obras e serviços, bem como outras despesas, dentro da finalidade a que se propõe a COOMDEC.

VII - Atentar às informações de alerta dos órgãos de previsão e acompanhamento para executar planos operacionais em tempo oportuno;

VIII - Manter o seu cadastro telefônico sempre atualizado junto a Secretaria Nacional de Defesa Civil, junto a Secretaria Estadual de Defesa Civil. Junto a Coordenadoria Regional de Defesa Civil e junto ao CEMADEM (Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais);

Parágrafo único. O Coordenador da COOMDEC poderá delegar atribuições aos membros do Conselho, sempre que achar necessário ao bom cumprimento das finalidades da entidade, observado os termos legais.

Art. 5º À Secretaria compete:

I - Implantar e manter atualizados o cadastro de recursos humanos, materiais e equipamentos a serem convocados e utilizados em situações de anormalidades;

II - Secretariar e apoiar as reuniões do Conselho Municipal de Defesa Civil;

III - Estar sempre capacitado a preencher os documentos que dizem respeito a COOMDEC necessários a serem enviados aos órgãos Federais, Estaduais e Municipais.

Art. 6º Ao Setor Técnico compete:

I - Implantar o banco de dados e elaborar os mapas temáticos sobre ameaças, vulnerabilidades e riscos de desastres;

II - Implantar programas de treinamento para voluntariado da COOMDEC;

III - Promover campanhas públicas e educativas para estimular o envolvimento da população, motivando ações relacionadas com a defesa civil, através da mídia local;

IV - Estar atenta às informações de alerta dos órgãos de previsão e acompanhamento para executar planos operacionais em tempo oportuno;

V - Dar o aval para construções de edificações ou abertura de loteamentos dentro da área do município;

Parágrafo único. Na falta de pessoal capacitado junto a COOMDEC, buscar auxílio junto ao setor técnico de outras Secretarias Municipais, da Secretaria de Desenvolvimento Regional e/ou Associação de Municípios.

Art. 7º Ao Setor Operativo compete:

I - Programar ações de medidas não-estruturais e medidas estruturais;

II - Auxiliar no recebimento, na execução na distribuição e no controle de suprimentos necessários em situações de desastres/emergências em conjunto com a Secretaria de Assistência Social, ou demais órgãos que necessitem do equipamento necessário para o socorro às vítimas e ao patrimônio;

III - Manter sempre pronto para em condições de utilização, os possíveis locais de abrigo;

Art. 8º No exercício de suas atividades, poderá a COOMDEC solicitar das pessoas físicas ou jurídicas colaboração no sentido de prevenir e limitar os riscos, as perdas e os danos a que esta sujeita a população, em circunstâncias de desastres;

Art. 9º Os recursos do Fundo Especial para a Defesa Civil Municipal poderão ser utilizados para as seguintes despesas:

- a) diárias e transporte;
- b) aquisição de material de consumo;
- c) serviços de terceiros;
- d) aquisição de bens de capital (equipamentos, instalações e material permanente); e
- e) obras e reconstrução.

Art. 10. A comprovação das despesas realizadas à conta do Fundo Especial será feita mediante os seguintes documentos:

- a) Fatura, Nota Fiscal e ou recibo com CNPJ/CPF do fornecedor;
- b) Balancete evidenciando receita e despesa;
- c) Nota de pagamento; e
- d) Bilhetes de passagens de avião/ônibus.

Art. 11. O Município de Santiago do Sul poderá fazer constar dos currículos escolares da rede de ensino municipal, noções gerais sobre os procedimentos de Defesa Civil.

Art. 12. O Grupo Integrado de Atividades Técnicas Coordenadas – GRAC, quando necessário, será instalado junto à sede da Prefeitura Municipal de Santiago do Sul, situada a Rua Angelo Toazza, 600 – CEP: 89854-000 – Fone (049) 3345 3000 e será presidido pelo Prefeito Municipal e quando na sua falta, pelo seu substituto legal.

Art. 13. O Coordenador Municipal de Defesa Civil irá convocar e instalar o GRAC após aquiescência do Chefe do Executivo Santiaquense;

§ 1º Os membros do GRAC estão listados no § 2º e incisos do Art. 2º da Lei Municipal nº709/2014, de 18 de fevereiro de 2014, e não serão remunerados para participar das ações do Grupo;

§ 2º Toda informação repassada à população e ou órgãos da imprensa, só poderá ser repassada pelo Prefeito Municipal, seu

substituto legal ou COOMDEC após devidamente instruído pelo Coordenador(a) de Comunicação Social do Município.

Registrado e publicado na data supra.

Art. 14. O acesso a sala que será desenvolvida as ações do GRAC, somente será franqueada aos membros já previstos no § 2º e incisos do Art. 2º da Lei Municipal nº709/2014, de 18 de fevereiro de 2014, ou mediante autorização expressa do Prefeito Municipal ou seu representante legal.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Dir. de Departamento / Sec. Administração e Finanças

Art. 15. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 29 de março de 2016.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado na data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Dir. de Departamento / Sec. Administração e Finanças

PORTARIA Nº123/2016 - DE 20 DE OUTUBRO DE 2016

DECRETO Nº 123/2016 - DE 29 DE MARÇO DE 2016.

Nomeia Comissão Especial para coordenação do 22º Aniversário do Município de Santiago do Sul – SC, e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a Comissão Especial responsável pela coordenação das Festividades alusivas ao 22º Aniversário de Emancipação Política do Município de Santiago do Sul - SC.

Art. 2º A Comissão compor-se-á:

- I – Carine Piva - Coordenadora;
- II – Kauly Emerson Batisti Guedes - Secretário;
- III – Claudécir Trevisol - Membro;
- IV – Jaime Campanholo - Membro;
- V – Maikon Tiago Lunedo - Membro;
- VI – Silvia Nievinski Tibola - Membro;
- VII – Tatiane Cristina Gluzezak Saretto - Membro; e
- VIII – Regina Moretto Bernardi - Membro.

Art. 3º A Comissão ora nomeada será responsável pela coordenação das Festividades alusivas ao 22º Aniversário de Emancipação Política de Santiago do Sul – SC, sendo que o Secretário Kauly Emerson Batisti Guedes ficará responsável também pelo recebimento e conferência das mercadorias e produtos adquiridos para as festividades.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 29 de março de 2016.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal.

São Bento do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 87/2016 FMS

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 87/2016 - FMS

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Presidente do Fundo Municipal de Saúde, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 08:30 horas do dia 07 de novembro de 2016, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL AMBULATORIAL PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME ANEXO.

Os interessados poderão obter maiores informações através do telefone (47) 3631 6044 ou retirar o Edital completo através do site: www.saobentodosul.sc.gov.br/licitacao.

São Bento do Sul, 18 de outubro de 2016.

DEODATO RAUL HRUSCHKA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

JOCEMARI TELMA TEIXEIRA

Pregoeira Municipal

DECISÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO - PROCESSO Nº 4938/2015

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 4938/2015

RECORRENTE – D. J. A.

Decisão em Recurso Administrativo

R.H.

Trata-se de Recurso Administrativo interposto em face de decisão de (fls.86) e Relatório Final (fls. 69/84), que, nos autos do Processo Administrativo Disciplinar, determinou a aplicação da penalidade de advertência.

ACOLHO o Parecer nº 264/2016, da Procuradoria do Município de São Bento do Sul, por seus próprios e jurídicos fundamentos, os quais adoto como razões de decidir este recurso, cujos termos passam a integrar a fundamentação desta decisão independentemente de transcrição. Ademais, não foi trazido nenhum fato novo, circunstâncias relevantes ou qualquer prova que refute o contido no Relatório da Comissão Processante e na Decisão anteriormente proferida, estando devidamente comprovada a autoria da servidora em ter praticado as infrações disciplinares a ela imputadas através da decisão vergastada.

Diante do exposto, DECIDO:

I. Mantenho a aplicação à servidora D. J. A. a penalidade de ADVERTÊNCIA por escrito, por ter deixado de atingir a meta de 90% das visitas domiciliares nos meses de fevereiro, março, abril, maio, junho, julho, agosto, setembro, outubro e novembro de 2015, além de ter agido com insubordinação à sua chefia imediata, por não utilizar o uniforme no ambiente de trabalho conforme solicitado, atos que se enquadram nas condutas descritas no artigo 482, alínea "h", do Decreto Lei nº 5452/1943 – CLT, "ato de indisciplina ou de insubordinação", e no artigo 10, inciso IV da Lei nº 11350/2006 - "insuficiência de desempenho".

II. Expeça-se o ato de advertência por escrito.

É A DECISÃO.

São Bento do Sul (SC), 21 de outubro de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

DECISÃO EM RECURSO ADMINISTRATIVO - PROCESSO Nº 2875/2016

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 2875/2016

RECORRENTE – J.S.V.

Decisão em Recurso Administrativo

R.H.

Trata-se de Recurso Administrativo interposto em face de decisão de (fls.339) e Relatório Final (fls. 287/324), que, nos autos do Processo Administrativo Disciplinar, determinou a aplicação da penalidade de demissão.

ACOLHO o Parecer nº 266/2016, da Procuradoria do Município de São Bento do Sul, por seus próprios e jurídicos fundamentos, os quais adoto como razões de decidir este recurso, cujos termos passam a integrar a fundamentação desta decisão independentemente de transcrição. Ademais, não foi trazido nenhum fato novo, circunstâncias relevantes ou qualquer prova que refute o contido no Relatório da Comissão Processante e na Decisão anteriormente proferida, estando devidamente comprovada a autoria da servidora em ter praticado as infrações

disciplinares a ela imputadas através da decisão vergastada.

Diante do exposto, DECIDO:

I. Mantenho a aplicação à servidora J.S.V. a pena de DEMISSÃO, por agredir verbalmente e fisicamente alunos do CEIM Tico e Teco e CEIM Nosso Mundo, face aos relatos das testemunhas oculares, relatórios e demais documentos juntados aos autos que comprovam as condutas irregulares praticadas pela servidora acusada, caracterizando infração ao dever funcional previsto no Art. 131, inciso XIII – “manter, nas relações de trabalho ou não, comportamento condizente com a sua qualidade de servidor público e cidadão” e no Art. 143, inciso VII - “ofensa física ou moral, em serviço, a servidor ou a particular, salvo em legítima defesa própria ou de outrem”, ambos artigos da Lei Municipal nº 228/2001, cuja penalidade aplicável seria a demissão.

II. A observância da aplicação do disposto no art. 151 da Lei Municipal nº 228/2001.

III. Expeça-se o ato de demissão;

É A DECISÃO.

São Bento do Sul (SC), 21 de outubro de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

DECISÃO EM RECURSO ADMINISTRATIVO - PROCESSOS Nº 2319/16, 2881/16 E 5038/16

PROCESSOS: 2319/2016, 2881/2016 e 5038/2016

RECORRENTE – I. R.

Decisão em Recurso Administrativo

R.H.

Trata-se de Recurso Administrativo interposto em face de decisão, que nos autos do Processo Administrativo nr. 2319/2016, determinou a aplicação da exoneração do servidor, em razão da Avaliação do Estágio Probatório de fls. 01-10.

ACOLHO o Parecer nº 263/2016, da Procuradoria do Município de São Bento do Sul, por seus próprios e jurídicos fundamentos, os quais adoto como razões de decidir este recurso, cujos termos passam a integrar a fundamentação desta decisão independentemente de transcrição. Ademais, não foi trazido nenhum fato novo, circunstâncias relevantes ou qualquer prova que refute o contido na ATA DE REUNIÃO E DECISÃO da Comissão de Revisão da Avaliação de Estágio Probatório, fls. 22-23, proc. 2319/2016.

Diante do exposto, DECIDO:

I - Mantenho a decisão da exoneração do servidor I.R. do cargo de professor de anos finais, nos termos dos arts. 29, 30 e 31 da Lei Municipal nº 228/2001 (Estatuto dos Servidores) e Decreto Municipal nº 2250/2006, retornando a seu antigo cargo de atendente educativo;

II - Notifique-se o servidor acerca da presente decisão;

III - Expeçam-se os respectivos atos.

É A DECISÃO.

São Bento do Sul (SC), 21 de outubro de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 88/2016 FMS

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 88/2016 - FMS

Objeto: Aquisição de medicamento "Zytiga e Votrient" de Ordem Judicial para paciente, conforme Mandado de Citação - Antecipação de Tutela Autos nº0300722-79.2016.8.24.0058 e Autos 0300715-87.2016.8.24.0058 para o Fundo Municipal de Saúde.

Contratado: Janaina da C. M. de Abreu Comércio de Produtos Farmacêuticos - ME.

Valor Total: R\$ 18.980,00

São Bento do Sul, 19 de outubro de 2016.

Deodato Raul Hruschka – Presidente do Fundo Municipal de Saúde

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 045/2016 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 045/2016

DA ESPÉCIE: Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Oxigênio e Locação de Cilindros de nº 105/2013, firmado entre o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a Empresa WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA, em 15 de julho de 2013, conforme Edital de Pregão Presencial nº 38/2013.

Considerando o objeto de Contrato nº 105/2013, que consiste na locação de cilindros e compra de oxigênio para Unidades Sanitárias de Saúde e locação de equipamentos para apoio respiratório domiciliar;

Considerando que por tratar-se de serviços contínuos e a Contratada se compromete a manter os valores conforme proposta em anexo a este Termo Aditivo, se faz necessário prorrogar a vigência conforme Cláusula Quarta – Da Vigência do referido Contrato, com base no Art. 57, inciso II da lei nº 8.666/93 nos seguintes termos:

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 12 (doze) meses, a contar de 01 de agosto de 2016 e com término em 31 de julho de 2017. Permanece o valor total do Contrato em R\$ 80.140,00 (oitenta mil cento e quarenta reais) conforme itens abaixo, referente ao período prorrogado para pagamento de acordo com o Contrato original.

ITEM	QUANT	UNID	ESPECIFICAÇÕES	Valor Unitário	Valor Total
01	500	M³	Oxigênio medicinal 6 á 8m³	R\$ 7,55	R\$ 3.775,00
02	50	M³	Oxigênio Medicinal 3 á 4 m³	R\$ 11,40	R\$ 570,00
03	30	M³	Oxigênio Medicinal (1 m³)	R\$ 31,50	R\$ 945,00
04	100	Unid.	Locação de cilindros de oxigênio tipos 6 á 8 m³	R\$ 28,50	R\$ 2.850,00
05	400	Unid.	Locação de equipamentos para apoio respiratório domiciliar sendo: concentrador de oxigênio de ate 5L/min. C/Cilindro Backup de 6m³, incluindo Regulador e Carrinho p/ Cilindro	R\$ 180,00	R\$ 72.000,00

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo firmado em 15 de julho de 2013, Termo Aditivo nº 040/2014 de 16 de junho de 2014, Termo Aditivo nº 047/2014 de 28 de julho de 2014 e Termo Aditivo nº 046/2015 de 30 de julho de 2015, permanecem inalteradas. São Bento do Sul, 29 de julho de 2016.

Ass: DEODATO RAUL HRUSCHKA, pelo Fundo.

WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA, como Contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 223/2016

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 223/2016

DA ESPÉCIE: Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Empreitada de nº 147/2015, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, em 18 de maio de 2015, conforme Edital de Concorrência Pública nº 35/2015.

Considerando o objeto do Contrato nº 147/2015, que consiste no fornecimento de material, mão de obra e demais obrigações para execução de pavimentação asfáltica da Rua Cedro, localizada no bairro 25 de julho conforme memorial descritivo, projeto e Convênio nº 8091272014 Caixa Econômica Federal;

Considerando a solicitação da Contratada, protocolada sob Processo nº 7119/2016, em anexo a este termo aditivo, onde a mesma solicita prorrogação dos prazos de execução e de vigência do Contrato, devido ao período de reparos realizados pelo SAMAE e empresa da rede de fibra óptica, e também o atraso na liberação dos recursos pelo órgão financiador Caixa Econômica Federal;

Diante do exposto, faz-se necessário prorrogar os prazos de execução e de vigência do referido Contrato com base no Art. 57, parágrafo 1º inciso II da Lei nº 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica prorrogado o prazo de execução do Contrato por 03 (três) meses, a contar de 28 de setembro de 2016 e com término em 27 de dezembro de 2016.

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato por 03 (três) meses, a contar de 18 de novembro de 2016 e com término em 17 de fevereiro de 2017.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 18 de maio de 2015, Termo Aditivo nº 288/2015 de 15 de outubro de 2015, Termo Aditivo nº 005/2016 de 20 de janeiro de 2016, Termo Aditivo nº 088/2016 de 27 de abril de 2016 e Termo Aditivo nº 157/2016 de 26 de julho de 2016, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 27 de setembro de 2016.

Ass: CÁSSIO LUIZ ZSCHOERPER, pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo do Município.

RAPHAEL BEDIN BUENO, como Engenheiro Civil.

PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, como Contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 225/2016

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 225/2016

DA ESPÉCIE: Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Pavimentação Asfáltica de nº 154/2015, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, em 25 de maio de 2015, conforme Edital de Concorrência Pública nº 59/2015.

Considerando o objeto do Contrato nº 154/2015, que consiste no fornecimento de material, mão de obra e demais obrigações necessárias para execução de serviços de terraplenagem, drenagem pluvial, sinalização viária e pavimentação asfáltica da Rua Wenceslau Hubl, Bairro Dona Francisca, conforme memorial descritivo, projetos e Contrato de Repasse nº 803355/2014/Ministério das Cidades/Caixa, Processo nº SR.2626.1.016.496-46/2014, anexos ao Edital de Concorrência Pública nº 59/2015;

Considerando o vencimento do prazo de execução da obra em 01/10/2016 e que a obra encontra-se em processo de finalização, tendo sido

aberto o Processo Administrativo nº 1746/2016;

Considerando alterações nas especificações dos materiais utilizados na sub-base, passando de rachão para pedra detonada, e na imprimação da base, passando de CM-30 para Emulsão Asfáltica para Imprimação, com aval do projetista;

Considerando pequenas adaptações na rede de drenagem pluvial e nos materiais utilizados nas caixas coletoras, conforme projeto as built, gerando tanto supressões quanto aditivos;

Considerando equívocos no cálculo de quantitativos do projeto original, que geraram aditamentos na quantidade de escavação de vala, reaterro de vala e sub-base;

Considerando que a justificativa apresentada pela Contratada para os atrasos na execução da obra não se enquadram nos artigos da Lei nº 8.666/93, porém levando em consideração o princípio da economicidade ao Município, sendo que a rescisão do contrato e abertura de novo processo licitatório causariam maiores prejuízos à Administração, sendo necessários esclarecimentos complementares ao processo administrativo, faz-se necessário aditar, suprimir e prorrogar o prazo de execução do objeto contratado, com base no Art. 65 parágrafo 1º da Lei nº 8.666/93 nos seguintes termos:

Fica incluso o valor total de R\$ 83.630,51 (oitenta e três mil seiscentos e trinta reais e cinquenta e um centavos) referentes ao item abaixo:

Aditivo Rua Wenceslau Hubl					
Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Preço unitário	Total
3.0	PAVIMENTAÇÃO				
3.8	Sub-base em pedra detonada, e=20cm, inclusive ensaios tecnológicos	m³	858,49	R\$ 58,35	50.092,89
3.9	Imprimação de base com EAI, inclusive ensaios tecnológicos	m²	3.863,21	R\$ 4,00	15.452,84
4.0	DRENAGEM				
4.1	Escavação mecânica de valas em qualquer tipo de solo, 0,00 a 4,00m	m³	269,34	R\$ 7,50	2.020,05
4.6	Reaterro de vala com material granular reaproveitado adensado e vibrado	m³	220,37	R\$ 12,50	2.754,63
4.13	Caixa coletora em bloco de concreto e grelha em vergalhão	un	30,00	R\$ 443,67	13.310,10
TOTAL					83.630,51

Fica suprimido o valor total de R\$ 107.009,14 (cento e sete mil nove reais e catorze centavos) referentes ao item abaixo:

Supressão Rua Wenceslau Hubl					
Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Preço unitário	Total
3.0	PAVIMENTAÇÃO				
3.2	Embasamento de material granular - rachão, e=20cm, inclusive ensaios tecnológicos	m³	643,87	R\$ 100,00	64.387,00
3.4	Imprimação de base para pavimentação com emulsão CM-30, inclusive ensaios tecnológicos	m²	3.863,21	R\$ 4,00	15.452,84
4.0	DRENAGEM				
4.2	Lastro de brita	m³	17,32	R\$ 90,00	1.558,80
4.3	Fornecimento e assentamento de tubo de concreto armado classe PA 2 PB de diâmetro 40cm	m	17,97	R\$ 65,00	1.168,05
4.4	Fornecimento e assentamento de tubo de concreto armado classe PA 2 PB de diâmetro 60cm	m	3,05	R\$ 75,00	228,75
4.5	Fornecimento e assentamento de tubo de concreto armado classe PA 2 PB de diâmetro 80cm	m	3,10	R\$ 140,00	434,00
4.7	Caixa coletora tipo 1 (BSL 01)	un	30,00	R\$ 445,99	13.379,70
4.9	Caixa de ligação e passagem diâmetro 60cm (CLP 02)	un	6,00	R\$ 800,00	4.800,00
4.10	Caixa de ligação e passagem diâmetro 80cm (CLP 03)	un	1,00	R\$ 1.100,00	1.100,00
4.11	Poço de visita diâmetro 40cm (PVI 01)	un	2,00	R\$ 1.100,00	2.200,00
4.12	Poço de visita diâmetro 80cm (PVI 03)	un	2,00	R\$ 1.150,00	2.300,00
TOTAL					107.009,14

Fica prorrogado o prazo de execução do Contrato por 02 (dois) meses, a contar de 02 de outubro de 2016 e com término em 01 de dezembro de 2016.

Mantém-se o prazo de vigência do Contrato com término em 31 de dezembro de 2016.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 25 de maio de 2015, Termo Aditivo nº 015/2016 de 26 de janeiro de 2016, Termo Aditivo nº 067/2016 de 31 de março de 2016, Termo Aditivo nº 120/2016 de 01 de junho de 2016 e Termo Aditivo

nº 163/2016 de 27 de julho de 2016, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 29 de setembro de 2016.

Ass: CÁSSIO LUIZ ZSCHOERPER, pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo do Município.

SCHÉLIGA MONIA FOITT POLTRONIERI, como Engenheira Civil.

PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, como Contratada.

JUSTIFICATIVA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 88/2016 FMS

JUSTIFICATIVA

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com dispensa de licitação.

I – Objeto: Aquisição de medicamento "Zytiga e Votrient" de Ordem Judicial para paciente, conforme Mandado de Citação - Antecipação de Tutela Autos nº 0300722-79.2016.8.24.0058 e Autos nº 0300715-87.2016.8.24.0058 para o Fundo Municipal de Saúde.

II – Contratado: Janaina da C. M. de Abreu Comércio de Produtos Farmacêuticos Ltda.

III - Caracterização da Situação que Justifica a Dispensa: A dispensa de licitação para o fornecimento dos medicamentos se funda no art. 24, IV, da Lei 8.666/93, e se justifica no caráter de urgência para aquisição dos medicamentos, por se tratar de medicamento essencial para a manutenção da saúde do paciente, sob pena de agravamento de doença ou morte. Cabe ao ente público assegurar a todos, conforme está expressamente descrito no art. 196 da Constituição Federal: "A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação." (...) Os pacientes demonstraram nos Autos nº 0300722-79.2016.8.24.0058 e Autos nº 0300715-87.2016.8.24.0058 a necessidade e urgência na aquisição desses medicamentos. Não restando alternativa, a não ser procurar a via judicial para ter garantido a aquisição dos medicamentos. Em virtude da urgência e a manutenção da saúde dos pacientes, justificados pelos motivos supra ditos, se faz necessário a dispensa fundada no art. 24, IV, da Lei 8.666/93: "nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos". Necessário também evidenciar que a quantidade adquirida é somente a determinada pelas ordens judiciais.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: A empresa contratada é a que apresentou menor proposta de preços (R\$ 18.980,00) dos medicamentos a serem adquiridos dentre as empresas solicitadas para realização de cotação de preços.

V - Justificativa do Preço: Os preços contratados são os praticados no mercado, para os referidos medicamentos.

Assim, ratifico a presente justificativa e determino a publicação na imprensa oficial para os fins do art. 26 da Lei 8.666/93.

DEODATO RAUL HRUSCHKA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

SAMAE - SÃO BENTO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 64/2016

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo nº 21/2015

Contrato Nº: 64/2016 – 2º Termo Aditivo

Contratante: SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE

Contratada: Continental Empreiteira de Mão de Obra LTDA

Vigência: Início: 21/10/2016 - Término: 21/12/2016

Recursos: Dotação:

(37) – 3.3.90.37.04.00.00 – Setor de Abastecimento de Água - EXERCÍCIO VIGENTE

(63) – 3.3.90.37.04.00.00 – Setor de Coleta e Tratamento de Esgoto - EXERCÍCIO VIGENTE

Objeto: Prestação de serviços de locação de mão de obra de 3 auxiliares de operações para implantação de redes de abastecimento de água.

São Bento do Sul, 24 de outubro de 2016.

OSVALCIR PETERS

Diretor Presidente

São Joaquim

PREFEITURA

DECRETO Nº 269/2016

DECRET O Nº 269/2016

“QUE EXONERA A FUNCIONÁRIA
IZETE APARECIDA LIMA WOLFF”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - Fica EXONERADA a senhora IZETE APARECIDA LIMA WOLFF, ocupante do Cargo Efetivo de Professora Municipal, para a qual havia sido nomeada através do Decreto Nº 043/2014, a referida exoneração dá-se por aposentadoria por Idade.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 13 de Outubro de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 270/2016

DECRET O Nº 270/2016

“QUE EXONERA CARGO COMISSIONADO”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica EXONERADA a senhora: - ELIANE ANDRADE DE SOUZA, ocupante do Cargo Comissionado de Assessora do Gabinete do Prefeito – CC-3, para o qual havia sido Nomeada através do Decreto Nº 273/2015, de 29/09/2015.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 14 de Outubro de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 272/2016

DECRETO Nº 272/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterado o Decreto Nº 034/2016, de 05/02/2016, na parte onde se refere a Aprovação em Processo de Avaliação especial de Estágio Probatório de KARINE RODRIGUES DA SILVA, torna-se sem efeito, pois a mesma pediu exoneração antes da publicação deste Decreto.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 17 de Outubro de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 273/2016

DECRETO Nº 273/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - De acordo com a Lei Complementar Nº 4.183/2013, de 20/12/2013, Art. 55 á 58, ficam concedidas PROGRESSÕES POR TEMPO DE SERVIÇOS aos profissionais da Educação e de Apoio Educacional, conforme anexo que fica fazendo parte integrante deste Decreto.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 30 de Setembro de 2016, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 17 de Outubro de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 276/2016

DECRETO Nº 276/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - De acordo com a Lei Complementar Nº 4.324/2015, de 15/05/2015, Art. 19, ficam concedidos INCETIVOS SALARIAIS DE NÍVEL SUPERIOR aos seguintes funcionários, conforme anexo que fica fazendo parte integrante deste Decreto.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 30 de Setembro de 2016, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 17 de Outubro de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 268/2016

DECRET O Nº 268/2016

"QUE EXONERA A FUNCIONÁRIA
MARIA BERNARDETE BARBOSA PEREIRA"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - Fica EXONERADA a senhora MARIA BERNARDETE BARBOSA PEREIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Agente Administrativo, para a qual havia sido admitida através do Decreto Federal Nº 99.684/1990, a referida exoneração dá-se por aposentadoria por Tempo de Contribuição.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 13 de Outubro de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 271/2016

DECRETO Nº 271/2016

"QUE AUTORIZA DESMEMBRAMENTO URBANO"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - De acordo com o Requerimento Protocolado sob o nº 319, datado de 08/09/2016; Fica autorizado o DESMEMBRAMENTO URBANO DE TERRAS nos termos em que foi requerido por JOAQUIM ANACLETO RODRIGUES NETO, de um imóvel urbano de terras medindo 366.879,86m², situado nas Ruas Estrada Municipal SJM-20, Avenida Ledo Couto, Lizandro Luiz Vieira, Felicissimo Rodrigues Sobrinho, Adolfo Martins, Bairro Jardim Bandeira, nesta cidade, conforme especificações que segue:

Memorial Descritivo AREA 1

Propriedade: LOTE URBANO
Proprietário: RIOITSU FUKUSHIMA
Imóvel: GLEBA DE TERRAS

Área: 12.596, 78m²
Perímetro: 552,66 m

Confrontações

A poligonal tem início no marco P1, situado na taipa dividindo-o com terrenos de ROMULO MATTOS, segue com o rumo de 49°20'41"SE e percorre 55.25 m por taipa dividindo-o com terrenos de ROMULO MATTOS, até o marco P2, segue com o rumo de 84°19'29"NE e percorre 3.51 m por taipa dividindo-o com terrenos de ROMULO MATTOS, até o marco P3, segue com o rumo de 50°10'23"SE e percorre 46.46 m por taipa dividindo-o com terrenos de ROMULO MATTOS, até o marco P4, segue com o rumo de 40°18'20"SE e percorre 9.85 m por taipa dividindo-o com terrenos de ROMULO MATTOS, até o marco P5, segue com o rumo de 41°51'30"SE e percorre 19.21 m por taipa dividindo-o com terrenos de ROMULO MATTOS, até o marco P6, segue com o rumo de 24°51'08"SE e percorre 20.08 m por taipa dividindo-o com terrenos de ROMULO MATTOS, até o marco P7, segue com o rumo de 17°35'48"SE e percorre

14.64 m por cerca dividindo-o com terrenos de ROMULO MATTOS, até o marco P8, segue com o rumo de 32°41'38"SE e percorre 10.38 m por cerca dividindo-o com terrenos de ROMULO MATTOS, até o marco P9, segue com o rumo de 46°00'15"SE e percorre 6.82 m por cerca dividindo-o com terrenos de ROMULO MATTOS, até o marco P10, segue com o rumo de 55°44'12"SE e percorre 19.94 m por cerca dividindo-o com terrenos de ROMULO MATTOS, até o marco P11, segue com o rumo de 61°20'51"SE e percorre 20.35 m por cerca dividindo-o com terrenos de ROMULO MATTOS, até o marco P12, segue com o rumo de 72°15'02"SE e percorre 2.15 m por cerca dividindo-o com terrenos de ROMULO MATTOS, até o marco P13, segue com o rumo de 85°58'50"NO e percorre 33.96 m por cerca dividindo-o com a ESTRADA MUNICIPAL SJM-020, até o marco P14, segue com o rumo de 80°31'56"NO e percorre 12.69 m por cerca dividindo-o com a ESTRADA MUNICIPAL SJM-020, até o marco P15, segue com o rumo de 54°34'55"NO e percorre 6.80 m por cerca dividindo-o com a ESTRADA MUNICIPAL SJM-020, até o marco P16, segue com o rumo de 78°31'23"SO e percorre 68.41 m por taipa com cerca dividindo-o com a ESTRADA MUNICIPAL SJM-020, até o marco P17, segue com o rumo de 85°52'49"SO e percorre 39.59 m por taipa com cerca dividindo-o com a ESTRADA MUNICIPAL SJM-020, até o marco P18, segue com o rumo de 0°33'15"NO e percorre 162.57 m por divisa projetada dividindo-o com terrenos de MARIA EMILIA RODRIGUES PALMA, ARI VIEIRA RODRIGUES SOBRINHO & JAIME VIEIRA RODRIGUES FILHO, até o marco P1, onde teve início esta descrição.

O lote acima descrito está a 1.085,00 metros da esquina da Rua Lourenço Nacisfco- e Rua Prudente Candido da Silva (lado impar).

Memorial Descritivo AREA 2

Propriedade: TERRENO URBANO
Proprietários: MARIA EMILIA RODRIGUES PALMA, ARI VIEIRA RODRIGUES SOBRINHO & JAIME VIEIRA RODRIGUES FILHO
Imóvel: GLEBA DE TERRAS

MARIA EMILIA RODRIGUES PALMA: 81.936,16m²
ARI VIEIRA RODRIGUES SOBRINHO: 25.869,30m²
JAIME VIEIRA RODRIGUES FILHO: 40.968,10m²
ÁREA TOTAL: 148.773.56 m²
PERÍMETRO: 1.839,70 m

Confrontações

A poligonal tem início no marco P1, situado na taipa dividindo-o com terrenos de DOMINGOS MARTORANO FILHO, JAIRES MATOS NUNES & SANTA BRANCA LTDA., segue com o rumo de 48°59'15"SE e percorre 17.22 m por taipa dividindo-o com terrenos de DOMINGOS MARTORANO FILHO, JAIRES MATOS NUNES & SANTA BRANCA LTDA., até o marco P2, segue com o rumo de 62°01'28"SE e percorre 23.61 m por taipa dividindo-o com terrenos de ROMULO MATTOS, até o marco P3, segue com o rumo de 66°28'07"SE e percorre 8.37 m por taipa dividindo-o com terrenos de ROMULO MATTOS, até o marco P4, segue com o rumo de 84°23'37"SE e percorre 16.29 m por taipa dividindo-o com terrenos de ROMULO MATTOS, até o marco P5, segue com o rumo de 40°17'22"SE e percorre 15.23 m por taipa dividindo-o com terrenos de ROMULO MATTOS, até o marco P6, segue com o rumo de 26°28'08"SE e percorre 9.22 m por taipa dividindo-o com terrenos de ROMULO MATTOS, até o marco P7, segue com o rumo de 45°02'04"SE e percorre 15.57 m por taipa dividindo-o com terrenos de ROMULO MATTOS, até o marco P8, segue com o rumo de 41°24'07"SE e percorre 16.95 m por taipa com cerca dividindo-o com terrenos de ROMULO MATTOS, até o marco P9, segue com o rumo de 43°03'43"SE e percorre 38.99 m por taipa com cerca dividindo-o com terrenos de ROMULO MATTOS, até o marco P10, segue com o rumo de 51°12'04"SE e percorre 29.29 m por taipa com cerca dividindo-o com terrenos de ROMULO MATTOS, até o

marco P11, segue com o rumo de 58°16'18"SE e percorre 41.75 m por taipa com cerca dividindo-o com terrenos de ROMULO MATTOS , até o marco P12, segue com o rumo de 59°52'43"SE e percorre 31.57 m por taipa com cerca dividindo-o com terrenos de ROMULO MATTOS , até o marco P13, segue com o rumo de 58°59'39"SE e percorre 21.45 m por taipa com cerca dividindo-o com terrenos de ROMULO MATTOS , até o marco P14, segue com o rumo de 64°49'32"SE e percorre 68.92 m por taipa com cerca dividindo-o com terrenos de ROMULO MATTOS , até o marco P15, segue com o rumo de 43°11'15"SE e percorre 6.46 m por divisa projetada dividindo-o com terrenos de ROMULO MATTOS , até o marco P16, segue com o rumo de 45°48'00"SE e percorre 6.56 m por divisa projetada dividindo-o com terrenos de ROMULO MATTOS , até o marco P17, segue com o rumo de 75°12'37"SE e percorre 59.82 m por divisa projetada dividindo-o com terrenos de ROMULO MATTOS , até o marco P18, segue com o rumo de 55°46'38"SE e percorre 81.32 m por divisa projetada dividindo-o com terrenos de ROMULO MATTOS , até o marco P19, segue com o rumo de 53°26'45"SE e percorre 9.09 m por taipa dividindo-o com terrenos de ROMULO MATTOS , até o marco P20, segue com o rumo de 49°20'41"SE e percorre 19.35 m por taipa dividindo-o com terrenos de ROMULO MATTOS , até o marco P21, segue com o rumo de 0°33'15"SE e percorre 162.57 m por divisa projetada dividindo-o com terrenos de RIOITSU FUKUSHIMA, até o marco P22, segue com o rumo de 88°55'53"SO e percorre 15.87 m por taipa dividindo-o com a ESTRADA MUNICIPAL SJM-020, até o marco P23, segue com o rumo de 85°22'48"NO e percorre 26.06 m por taipa dividindo-o com a ESTRADA MUNICIPAL SJM-020, até o marco P24, segue com o rumo de 85°35'23"NO e percorre 67.21 m por taipa dividindo-o com a ESTRADA MUNICIPAL SJM-020, até o marco P25, segue com o rumo de 88°11'50"SO e percorre 60.27 m por taipa dividindo-o com a ESTRADA MUNICIPAL SJM-020, até o marco P26, segue com o rumo de 83°30'52"SO e percorre 84.46 m por taipa dividindo-o com a ESTRADA MUNICIPAL SJM-020, até o marco P27, segue com o rumo de 29°17'38"NO e percorre 205.89 m por divisa projetada dividindo-o com terrenos de JOAQUIM GODINHO DOS SANTOS, até o marco P28, segue com o rumo de 75°08'21"NO e percorre 23.30 m por divisa projetada dividindo-o com terrenos de JOAQUIM GODINHO DOS SANTOS, até o marco P29, segue com o rumo de 64°54'58"SO e percorre 94.70 m por divisa projetada dividindo-o com terrenos de JOAQUIM GODINHO DOS SANTOS, até o marco P30, segue com o rumo de 65°07'53"SO e percorre 73.82 m por divisa projetada dividindo-o com terrenos de ISMAIL ZOUHAIR HAIDAR, ARI VIEIRA RODRIGUES SOBRINHO & SIMIÃO DA SILVA VARELA, até o marco P31, segue com o rumo de 63°49'19"SO e percorre 13.69 m por divisa projetada dividindo-o com terrenos de ISMAIL ZOUHAIR HAIDAR, ARI VIEIRA RODRIGUES SOBRINHO & SIMIÃO DA SILVA VARELA, até o marco P32, segue com o rumo de 23°10'26"NO e percorre 249.31 m por divisa projetada dividindo-o com terrenos de JOAQUIM ANACLETO RODRIGUES NETO, até o marco P33, segue com o rumo de 59°42'48"NE e percorre 225.52 m por divisa projetada dividindo-o com terrenos de SETIRLEI MARIA WENTZ, FRANCISCO DE ASSIS PEREIRA FILHO, MARCUS VINICIUS VIEIRA PEREIRA, PRISCILA PEREIRA MOLINA, DIEGO PEREIRA MOLINA & ARLINDO MENEZES MOLINA, até o marco P1, onde teve inicio esta descrição.

O lote acima descrito está a 826,12 metros da esquina da Rua Lourenço Nacisfico- e Rua Prudente Candido da Silva (lado impar).

Memorial Descritivo AREA 3

Propriedade: TERRENO URBANO
Proprietário: JOAQUIM GODINHO DOS SANTOS
Imóvel: GLEBA DE TERRAS

Área: 25.193,57 m²
Perímetro: 658,09 m

Confrontações

A poligonal tem início no marco P1, situado na taipa dividindo-o com a ESTRADA MUNICIPAL SJM-020 , segue com o rumo de 73°46'49"SO e percorre 40.62 m por taipa dividindo-o com a ESTRADA MUNICIPAL SJM-020, até o marco P2, segue com o rumo de 69°26'21"SO e percorre 15.49 m por taipa dividindo-o com a ESTRADA MUNICIPAL SJM-020, até o marco P3, segue com o rumo de 63°45'05"SO e percorre 27.08 m por taipa dividindo-o com a ESTRADA MUNICIPAL SJM-020, até o marco P4, segue com o rumo de 68°36'58"SO e percorre 6.03 m por taipa dividindo-o com a ESTRADA MUNICIPAL SJM-020, até o marco P5, segue com o rumo de 74°10'05"SO e percorre 38.12 m por taipa dividindo-o com a ESTRADA MUNICIPAL SJM-020, até o marco P6, segue com o rumo de 25°28'09"NO e percorre 206.86 m por divisa projetada dividindo-o com terrenos de ISMAIL ZOUHAIR HAIDAR, SIMIÃO DA SILVA VARELA & ARI VIEIRA RODRIGUES SOBRINHO, até o marco P7, segue com o rumo de 64°54'58"NE e percorre 94.70 m por divisa projetada dividindo-o com terrenos de MARIA EMILIA RODRIGUES PALMA, ARI VIEIRA RODRIGUES SOBRINHO & JAIME VIEIRA RODRIGUES FILHO, até o marco P8, segue com o rumo de 75°08'21"SE e percorre 23.30 m por divisa projetada dividindo-o com terrenos de MARIA EMILIA RODRIGUES PALMA, ARI VIEIRA RODRIGUES SOBRINHO & JAIME VIEIRA RODRIGUES FILHO, até o marco P9, segue com o rumo de 29°17'38"SE e percorre 205.89 m por divisa projetada dividindo-o com terrenos de MARIA EMILIA RODRIGUES PALMA, ARI VIEIRA RODRIGUES SOBRINHO & JAIME VIEIRA RODRIGUES FILHO, até o marco P1, onde teve inicio esta descrição.

O lote acima descrito está a 703,77 metros da esquina da Rua Lourenço Nascifico- e Rua Prudente Cândido da Silva (lado impar).

Memorial Descritivo AREA 4

Propriedade: TERRENO URBANO
Proprietários: ISMAIL ZOUHAIR HAIDAR, ARI VIEIRA RODRIGUES SOBRINHO & SIMIÃO DA SILVA VERELA
Imóvel: GLEBA DE TERRAS

ISMAIL ZOUHAIR HAIDAR: 28.371,28m²
ARI VIEIRA RODRIGUES SOBRINHO: 15.098,80m²
SIMIÃO DA SILVA VERELA 15.774,50m²
ÁREA: 59.244.58 m²
PERÍMETRO: 1.020,60m

Confrontações

A poligonal tem início no marco P1, situado na taipa dividindo-o com a ESTRADA MUNICIPAL SJM-020 , segue com o rumo de 78°29'54"SO e percorre 57.50 m por taipa dividindo-o com a ESTRADA MUNICIPAL SJM-020, até o marco P2, segue com o rumo de 79°58'18"SO e percorre 18.38 m por taipa dividindo-o com a ESTRADA MUNICIPAL SJM-020, até o marco P3, segue com o rumo de 82°02'48"SO e percorre 13.60 m por taipa dividindo-o com a ESTRADA MUNICIPAL SJM-020, até o marco P4, segue com o rumo de 73°50'21"SO e percorre 24.29 m por taipa dividindo-o com a ESTRADA MUNICIPAL SJM-020, até o marco P5, segue com o rumo de 76°22'25"SO e percorre 25.41 m por taipa dividindo-o com a ESTRADA MUNICIPAL SJM-020, até o marco P6, segue com o rumo de 70°59'52"SO e percorre 43.05 m por taipa dividindo-o com terrenos da ASSOCIAÇÃO MARITA CAMPOS, até o marco P7, segue com o rumo de 74°38'06"SO e percorre 16.35 m por taipa dividindo-o com terrenos da ASSOCIAÇÃO MARITA CAMPOS, até o marco P8, segue com o rumo de 81°24'20"SO e percorre 107.93 m por divisa projetada dividindo-o com terrenos da ASSOCIAÇÃO MARITA CAMPOS, até o marco P9, segue com o rumo de 85°28'47"NO e percorre 10.91 m por divisa projetada dividindo-o com terrenos da ASSOCIAÇÃO MARITA CAMPOS, até o marco P10, segue com

o rumo de 87°48'46"NO e percorre 13.68 m por divisa projetada dividindo-o com terrenos de ASSOCIAÇÃO MARITA CAMPOS, até o marco P11, segue com o rumo de 89°55'51"SO e percorre 7.78 m por divisa projetada dividindo-o com terrenos da ASSOCIAÇÃO MARITA CAMPOS, até o marco P12, segue com o rumo de 89°55'51"SO e percorre 20.99 m por divisa projetada dividindo-o com terrenos da ASSOCIAÇÃO MARITA CAMPOS, até o marco P13, segue com o rumo de 7°04'29"NO e percorre 49.10 m por divisa projetada dividindo-o com terrenos de ISMAIL ZOUHAIR HAIDAR, até o marco P14, segue com o rumo de 7°04'29"NO e percorre 12.27 m por divisa projetada dividindo-o com a RUA JOAQUIM BORGES, até o marco P15, segue com o rumo de 7°04'29"NO e percorre 30.69 m por divisa projetada dividindo-o com terrenos de ISMAIL ZOUHAIR HAIDAR, até o marco P16, segue com o rumo de 7°04'29"NO e percorre 30.69 m por divisa projetada dividindo-o com terrenos de ANTONIO CARLOS MARCOS WOLFF, até o marco P17, segue com o rumo de 7°04'29"NO e percorre 12.27 m por divisa projetada dividindo-o com a RUA RUBENS FURTADO, até o marco P18, segue com o rumo de 7°04'29"NO e percorre 8.27 m por divisa projetada dividindo-o com terrenos de JAUSINO GODINHO, até o marco P19, segue com o rumo de 6°12'39"NO e percorre 8.75 m por divisa projetada dividindo-o com terrenos de JAUSINO GODINHO, até o marco P20, segue com o rumo de 6°12'39"NO e percorre 3.00 m por divisa projetada dividindo-o com terrenos de JAUSINO GODINHO, até o marco P21, segue com o rumo de 74°00'39"NE e percorre 211.31 m por divisa projetada dividindo-o com terrenos de JOAQUIM ANACLETO RODRIGUES NETO, até o marco P22, segue com o rumo de 63°49'19"NE e percorre 13.69 m por divisa projetada dividindo-o com terrenos de MARIA EMILIA RODRIGUES PALMA, ARI VIEIRA RODRIGUES SOBRINHO & JAIME VIERA RODRIGUES FILHO, até o marco P23, segue com o rumo de 65°07'53"NE e percorre 73.83 m por divisa projetada dividindo-o com terrenos de MARIA EMILIA RODRIGUES PALMA, ARI VIEIRA RODRIGUES SOBRINHO & JAIME VIERA RODRIGUES FILHO, até o marco P24, segue com o rumo de 25°28'09"SE e percorre 206.86 m por divisa projetada dividindo-o com terrenos de JOAQUIM GODINHO DOS SANTOS, até o marco P1, onde teve início esta descrição.

O lote acima descrito está a 590,00 metros da esquina da Rua Lourenço Nascifco- e Rua Prudente Cândido da Silva (lado ímpar).

Memorial Descritivo AREA 5

Propriedade: TERRENO URBANO
Proprietário: JOAQUIM ANACLETO RODRIGUES NETO
Imóvel: GLEBA DE TERRAS

Área: 36.135,20 m²
Perímetro: 958,62 m

Confrontações

A poligonal tem início no marco P1, situado na divisa projetada dividindo-o com terrenos de JAUSINO GODINHO, segue com o rumo de 6°12'39"NO e percorre 5.05 m por divisa projetada dividindo-o com terrenos de JAUSINO GODINHO, até o marco P2, segue com o rumo de 12°48'48"NO e percorre 5.39 m por divisa projetada dividindo-o com terrenos de JAUSINO GODINHO, até o marco P3, segue com o rumo de 12°48'48"NO e percorre 6.94 m por divisa projetada dividindo-o com terrenos de LUIZ GONZAGA DE OLIVEIRA, até o marco P4, segue com o rumo de 7°46'20"NO e percorre 23.75 m por divisa projetada dividindo-o com terrenos de LUIZ GONZAGA DE OLIVEIRA, até o marco P5, segue com o rumo de 7°46'20"NO e percorre 5.17 m por divisa projetada dividindo-o com a RUA ALFREDO LUENEGER, até o marco P6, segue com o rumo de 5°49'40"NO e percorre 9.97 m por divisa projetada dividindo-o com a RUA ALFREDO LUENEGER, até o marco P7, segue com o rumo de 6°04'39"NO e percorre 30.82 m por cerca dividindo-o com terrenos de ENIO ROGERIO PEREIRA, até o marco P8, segue com

o rumo de 5°52'44"NO e percorre 27.01 m por cerca dividindo-o com terrenos de MARIA BENTA GUIMARÃES MATOS, até o marco P9, segue com o rumo de 73°55'05"NE e percorre 73.55 m por divisa projetada dividindo-o com terrenos de JOAQUIM ANACLETO RODRIGUES NETO, até o marco P10, segue com o rumo de 16°39'22"NO e percorre 42.72 m por divisa projetada dividindo-o com terrenos de JOAQUIM ANACLETO RODRIGUES NETO, até o marco P11, segue com o rumo de 73°50'27"SO e percorre 25.56 m por divisa projetada dividindo-o com terrenos de JOAQUIM ANACLETO RODRIGUES NETO, até o marco P12, segue com o rumo de 18°35'54"NO e percorre 38.02 m por cerca dividindo-o com terrenos do CONSELHO COMUNITÁRIO DO BAIRRO JARDIM BANDEIRA, até o marco P13, segue com o rumo de 5°58'15"NO e percorre 18.22 m por cerca dividindo-o com a AVENIDA LEDO COUTO, até o marco P14, segue com o rumo de 71°19'19"SO e percorre 33.72 m por cerca dividindo-o com a AVENIDA LEDO COUTO, até o marco P15, segue com o rumo de 59°42'48"NE e percorre 152.11 m por divisa projetada dividindo-o com terrenos de SETIRLEI MARIA WENTZ, FRANCISCO DE ASSIS PEREIRA FILHO, MARCUS VINICIUS VIEIRA PEREIRA, PRISCILA PEREIRA MOLINA, DIEGO PEREIRA MOLINA & ARLINDO MENEZES MOLINA, até o marco P16, segue com o rumo de 23°10'26"SE e percorre 249.31 m por divisa projetada dividindo-o com terrenos de MARIA EMILIA RODRIGUES PALMA, ARI VIEIRA RODRIGUES SOBRINHO & JAIME VIEIRA RODRIGUES FILHO, até o marco P17, segue com o rumo de 74°00'39"SO e percorre 211.31 m por divisa projetada dividindo-o com terrenos de ISMAIL ZOUHAIR HAIDAR, ARI VIEIRA RODRIGUES SOBRINHO & SIMIÃO DA SILVA VARELA, até o marco P1, onde teve início esta descrição.

O lote acima descrito está a 110,00 metros da esquina da Avenida Ledo Couto- e Rua 31 de Março (lado par).

Memorial Descritivo AREA 6

Propriedade: TERRENO URBANO
Proprietário: JOAQUIM ANACLETO RODRIGUES NETO
Imóvel: GLEBA DE TERRAS

Área: 3.000,00 m²
Perímetro: 226,09 m

Confrontações

A poligonal tem início no marco P1, situado na cerca dividindo-o com terrenos de MARIA BENTA GUIMARÃES MATOS, segue com o rumo de 5°52'44"NO e percorre 5.46 m por cerca dividindo-o com terrenos de MARIA BENTA GUIMARÃES MATOS, até o marco P2, segue com o rumo de 10°16'39"NO e percorre 12.99 m por divisa projetada dividindo-o com a RUA LIZANDRO LUIZ VIEIRA, até o marco P3, segue com o rumo de 6°24'58"NO e percorre 24.68 m por divisa projetada dividindo-o com terrenos de EGIDIO MARTORANO NETO, até o marco P4, segue com o rumo de 73°50'27"NE e percorre 41.13 m por cerca dividindo-o com terrenos do CONSELHO COMUNITÁRIO DO BAIRRO JARDIM BANDEIRA, até o marco P5, segue com o rumo de 73°50'27"NE e percorre 25.56 m por divisa projetada dividindo-o com terrenos de JOAQUIM ANACLETO RODRIGUES NETO, até o marco P6, segue com o rumo de 16°39'22"SE e percorre 42.72 m por divisa projetada dividindo-o com terrenos de JOAQUIM ANACLETO RODRIGUES NETO, até o marco P7, segue com o rumo de 73°55'05"SO e percorre 73.55 m por divisa projetada dividindo-o com terrenos de JOAQUIM ANACLETO RODRIGUES NETO, até o marco P1, onde teve início esta descrição.

O lote acima descrito está a 64,00 metros da esquina da Rua Lisandro Luiz Vieira- e Rua 31 de Março (lado ímpar).

Memorial Descritivo AREA 7

Propriedade: TERRENO URBANO

Proprietários: SETIRLEI MARIA WENTZ, FRANCISCO DE ASSIS PEREIRA FILHO, MARCUS VINICIUS VIEIRA PEREIRA, PRISCILA PEREIRA MOLINA, DIEGO PEREIRA MOLINA & ARLINDO MENEZES MOLINA

Imóvel: GLEBA DE TERRAS

SETIRLEI MARIA WENTZ: 10.242,02m²

FRANCISCO DE ASSIS PEREIRA FILHO: 10.242,02m²

MARCUS VINICIUS VIEIRA PEREIRA: 10.242,02m²

PRISCILA PEREIRA MOLINA: 3.840,75m²

DIEGO PEREIRA MOLINA: 3.840,75m²

ARLINDO MENEZES MOLINA: 2.560,51m²

ÁREA TOTAL: 40.968,07m²

PERÍMETRO: 919,32 m

Confrontações

A poligonal tem início no marco P1, situado na cerca dividindo-o com terrenos de JULIANO LIMA GARCIA, segue com o rumo de 8°10'52"NO e percorre 30.31 m por cerca dividindo-o com terrenos de JULIANO LIMA GARCIA, até o marco P2, segue com o rumo de 6°46'24"NO e percorre 30.46 m por cerca dividindo-o com terrenos de JOÃO MARTINS, até o marco P3, segue com o rumo de 7°38'27"NO e percorre 14.93 m por divisa projetada dividindo-o com a RUA FELICISSIMO RODRIGUES SOBRINHO, até o marco P4, segue com o rumo de 6°29'32"NO e percorre 30.71 m por cerca dividindo-o com terrenos de SANDRA MACIEL, até o marco P5, segue com o rumo de 7°13'38"NO e percorre 32.54 m por cerca dividindo-o com terrenos de JOÃO NILSON PEREIRA RIBEIRO, até o marco P6, segue com o rumo de 7°07'14"NO e percorre 11.63 m por divisa projetada dividindo-o com terrenos de RUA SEBASTIÃO TOMAZ DE SOUZA, até o marco P7, segue com o rumo de 64°14'25"NE e percorre 256.85 m por divisa projetada dividindo-o com terrenos de PAULO ROBERTO NUNES, até o marco P8, segue com o rumo de 59°29'13"SE e percorre 46.82 m por taipa dividindo-o com terrenos de DOMINGOS MARTORANO FILHO, JAIRES MATOS NUNES & SANTA BRANCA LTDA., até o marco P9, segue com o rumo de 65°37'26"SE e percorre 21.95 m por taipa dividindo-o com terrenos de DOMINGOS MARTORANO FILHO, JAIRES MATOS NUNES & SANTA BRANCA LTDA., até o marco P10, segue com o rumo de 55°23'11"SE e percorre 52.86 m por taipa dividindo-o com terrenos de DOMINGOS MARTORANO FILHO, JAIRES MATOS NUNES & SANTA BRANCA LTDA., até o marco P11, segue com o rumo de 53°43'14"SE e percorre 6.40 m por taipa dividindo-o com terrenos de DOMINGOS MARTORANO FILHO, JAIRES MATOS NUNES & SANTA BRANCA LTDA., até o marco P12, segue com o rumo de 48°59'15"SE e percorre 6.23 m por taipa dividindo-o com terrenos de DOMINGOS MARTORANO FILHO, JAIRES MATOS NUNES & SANTA BRANCA LTDA., até o marco P13, segue com o rumo de 59°42'48"SO e percorre 225.52 m por divisa projetada dividindo-o com terrenos de MARIA EMILIA RODRIGUES PALMA, ARI VIEIRA RODRIGUES SOBRINHO & JAIME VIERA RODRIGUES FILHO, até o marco P14, segue com o rumo de 59°46'25"SO e percorre 152.11 m por divisa projetada dividindo-o com terrenos de JOAQUIM ANACLETO RODRIGUES NETO, até o marco P1, onde teve início esta descrição.

O lote acima descrito está a 100,00 metros da esquina da Rua Felicíssimo Rodrigues Sobrinho- e Rua 31 de Março (lado par).

Memorial Descritivo AREA 8

Propriedade: TERRENO URBANO

Proprietário: PAULO ROBERTO NUNES

Imóvel: GLEBA DE TERRAS

Área: 40.968.10m²

Perímetro: 829,15 m

Confrontações

A poligonal tem início no marco P1, situado na cerca dividindo-o com terrenos de TEREZA DOS PRAZERES RIBEIRO, segue com o rumo de 7°19'24"NO e percorre 30.86 m por cerca dividindo-o com terrenos de TEREZA DOS PRAZERES RIBEIRO, até o marco P2, segue com o rumo de 7°49'58"NO e percorre 30.37 m por cerca dividindo-o com terrenos de EVANDIR LUCIANO DE SOUZA, até o marco P3, segue com o rumo de 6°11'05"NO e percorre 15.40 m por divisa projetada dividindo-o com a RUA ADOLFO MARTINS, até o marco P4, segue com o rumo de 7°08'56"NO e percorre 30.29 m por cerca dividindo-o com terrenos de EGIDIO MARTORANO NETO, até o marco P5, segue com o rumo de 7°03'00"NO e percorre 31.67 m por cerca dividindo-o com terrenos de ADOLFO WALTRICK MATOS, até o marco P6, segue com o rumo de 6°54'38"NO e percorre 12.61 m por divisa projetada dividindo-o com a RUA TIAGO MATOS, até o marco P7, segue com o rumo de 6°26'13"NO e percorre 57.97 m por cerca dividindo-o com terrenos de NELSON DO AMARAL ISIDORO, até o marco P8, segue com o rumo de 50°16'57"NE e percorre 99.67 m por cerca dividindo-o com terrenos da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM, até o marco P9, segue com o rumo de 86°14'17"SE e percorre 68.61 m por cerca dividindo-o com terrenos de ODETE MARTORANO MARTINS, PAULO ROBERTO NUNES & RUY VIEIRA MARTORANO, até o marco P10, segue com o rumo de 35°09'13"SE e percorre 22.63 m por taipa dividindo-o com terrenos de DOMINGOS MARTORANO FILHO, até o marco P11, segue com o rumo de 27°45'39"SE e percorre 43.26 m por taipa dividindo-o com terrenos de DOMINGOS MARTORANO FILHO, JAIRES MATOS NUNES & SANTA BRANCA LTDA. até o marco P12, segue com o rumo de 28°12'55"SE e percorre 38.32 m por taipa dividindo-o com terrenos de DOMINGOS MARTORANO FILHO, JAIRES MATOS NUNES & SANTA BRANCA LTDA., até o marco P13, segue com o rumo de 27°03'18"SE e percorre 28.31 m por taipa dividindo-o com terrenos de DOMINGOS MARTORANO FILHO, JAIRES MATOS NUNES & SANTA BRANCA LTDA., até o marco P14, segue com o rumo de 41°33'41"SE e percorre 27.83 m por taipa dividindo-o com terrenos de DOMINGOS MARTORANO FILHO, JAIRES MATOS NUNES & SANTA BRANCA LTDA., até o marco P15, segue com o rumo de 48°18'26"SE e percorre 6.73 m por taipa dividindo-o com terrenos de DOMINGOS MARTORANO FILHO, JAIRES MATOS NUNES & SANTA BRANCA LTDA., até o marco P16, segue com o rumo de 59°29'13"SE e percorre 27.77 m por taipa dividindo-o com terrenos de DOMINGOS MARTORANO FILHO, JAIRES MATOS NUNES & SANTA BRANCA LTDA., até o marco P17, segue com o rumo de 64°14'25"SO e percorre 256.85 m por divisa projetada dividindo-o com terrenos de SETIRLEI MARIA WENTZ, FRANCISCO DE ASSIS PEREIRA FILHO, MARCUS VINICIUS VIEIRA PEREIRA, PRISCILA PEREIRA MOLINA, DIEGO PEREIRA MOLINA & ARLINDO MENEZES MOLINA, até o marco P1, onde teve início esta descrição.

O lote acima descrito está a 130,00 metros da esquina da Rua Adolfo Martins- e Rua 31 e Março (lado ímpar).

Art. 2º - Expeça-se cópia dos documentos apresentados especialmente do Memorial Descritivo, quanto às confrontações para as providências que se fizerem necessárias junto ao Cartório do Registro Geral de Imóveis desta Comarca.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 17 de Outubro de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 274/2016

DECRETO Nº 274/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - De acordo com a Lei Complementar Nº 4.183/2013, de 20/12/2013, Art. 53, ficam concedidas PROGRESSÕES POR NOVA TITULAÇÃO SUPERIOR ESPECÍFICA aos seguintes funcionários, conforme anexo que fica fazendo parte integrante deste Decreto.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 30 de Setembro de 2016, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 17 de Outubro de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 275/2016

DECRETO Nº 275/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - De acordo com a Lei Complementar Nº 4.324/2015, de 15/05/2015, Art. 20 e 21, ficam concedidas PROGRESSÕES POR TEMPO DE SERVIÇO aos seguintes funcionários, conforme anexo que fica fazendo parte integrante deste Decreto.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 30 de Setembro de 2016, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 17 de Outubro de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 277/2016

DECRETO Nº 277/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - De acordo com a Lei Complementar Nº 4.324/2015, de 15/05/2015, Art. 20 e 21, ficam concedidas PROGRESSÕES POR TEMPO DE SERVIÇO aos seguintes funcionários, conforme anexo que fica fazendo parte integrante deste Decreto.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 01 de Setembro de 2016, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 17 de Outubro de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 278/2016

DECRETO Nº 278/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - De acordo com a Lei Complementar Nº 4.183/2013, de 20/12/2013, Art. 55 á 58, ficam concedidas PROGRESSÕES POR TEMPO DE SERVIÇOS aos profissionais da Educação e de Apoio Educacional, conforme anexo que fica fazendo parte integrante deste Decreto.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 01 de Outubro de 2016, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 17 de Outubro de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 279/2016

DECRETO Nº 279/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - De acordo com a Lei Complementar Nº 4.183/2013, de 20/12/2013, Art. 53, ficam concedidas PROGRESSÕES POR NOVA TITULAÇÃO SUPERIOR ESPECÍFICA aos seguintes funcionários, conforme anexo que fica fazendo parte integrante deste Decreto.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 01 de Outubro de 2016, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 17 de Outubro de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 280/2016

DECRETO Nº 280/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterado o Decreto Nº 267/2016, de 13/10/2016, na parte onde se refere a Licença Prêmio de Valdecir da Silva Furta-do onde se lê a referida licença é a contar do dia 05/10/2016 á 02/04/2016, leia-se 05/10/2016 á 02/04/2017.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 13 de Outubro de 2016, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 17 de Outubro de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 281/2016

DECRET O Nº 281/2016

“QUE ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇADA COM RECURSOS PRÓPRIOS NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2016, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 4.383/2015, 23/12/2015”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a seguinte dotação orçamentária:

03 – PODER EXECUTIVO

03.06 – SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS GERAIS

(33)3.3.90.00.00.00.00.2.010-0160 – Aplicações Diretas 37.885,83

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO
..... 37.885,83

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial da seguinte dotação:

03 – PODER EXECUTIVO

03.09 – SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS GERAIS

(34)4.4.90.00.00.00.00.2.010-0160 – Aplicações Diretas 37.885,83

TOTAL DA ANULAÇÃO
..... 37.885,83

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 21 de Outubro de 2016.

HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 428/2016

PORTARIANº 428/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida Licença para Gestação, conforme apresentação de atestado médico à funcionária – PATRICIA DA SILVA, ocupante do Cargo de Professora, por 180 (cento e oitenta) dias, a contar do dia 18/10/2016 até 14/02/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 18 de Outubro de 2016, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 19 de Outubro de 2016.

HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 422/2016

PORTARIANº 422/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas Licenças para tratamentos de Saúde, conforme apresentações de Atestados Médicos aos seguintes funcionários: – GLECI TEREZINHA DOS SANTOS , ocupante do Cargo de Professora, por 01 (um) dia, no dia 10/10/2016. – EDNA GODINHO PADILHA CARDOSO, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, por 02 (dois) dias, a contar do dia 11/10/2016, para acompanhamento de seu filho. – OSMARINA DE FATIMA DIAS, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 07 (sete) dias, a contar do dia 11/10/2016. – MARTA APARECIDA PEREIRA OLIVEIRA, ocupante do Cargo de Professora, por 01 (um) dia, no dia 11/10/2016. – IVONE APARECIDA RODRIGUES, ocupante do Cargo de Professora, por 05 (cinco) dias, a contar do dia 11/10/2016. – JURACI DE FATIMA BRANCO DA SILVA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 11 (quinze) dias, a contar do dia 11/10/2016. – FABIANA DE SOUZA VIEIRA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 05 (cinco) dias, a contar do dia 13/10/2016. – MAIKON JHONATAN OLIVEIRA VALERIO, ocupante do Cargo de Calçeteiro, por 60 (sessenta) dias, a conta do dia 13/10/2016, e o retorno de acordo com o INSS – MARIA IZABEL BORGES, ocupante da Função de Professora, por 01 (um) dia, no dia 13/10/2016. – MARTA SILVEIRA PEREIRA, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, por 01 (um) dia, no dia 13/10/2016. – CRISTIANI RIBEIRO DE SOUZA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 01 (um) dia, no dia 10/10/2016. – DONATO PADILHA NETO, ocupante do Cargo de Fiscal de Obras, por 01 (um) dia, no dia 14/10/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produziu seus efeitos legais nas datas mencionadas no artigo 1º desta Portaria, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 18 de Outubro de 2016.

HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 423/2016

PORTARIANº 423/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim , no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas Licenças para tratamentos de Saúde, conforme apresentações de Atestados Médicos aos seguintes funcionários: – EDNA SOLOI DA ROSA AZI, ocupante do Cargo de Professora,, por 01 (um) dia, no dia 14/10/2016. – GABRIEL ALMEIDA DA SILVA, ocupante da Função de Professor, por 01 (um) dia, no dia 14/10/2016. – MARILZA EHING DE BRIDA, ocupante do Cargo de Professora, por 01 (um) dia, no dia 14/10/2016. – VERA LUCIA MATOS, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais (servente/faxineira), por meio dia, no dia 17/10/2016. – REGINA CORREIA GONÇALVES, ocupante do Cargo de Professora, por 01 (um) dia, no dia 17/10/2016. – MARIA ROZIANIA DA SILVA, ocupante do Cargo de Professora, por 03 (três) dias, a contar do dia 18/10/2016. – MAGALI FERNANDES MACHADO, ocupante do Cargo de Agente de Saúde, por 01 (um) dia, a contar do dia 18/10/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produziu seus efeitos legais nas datas mencionadas no artigo 1º desta Portaria, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 18 de Outubro de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 424/2016

PORTARIANº 424/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas FÉRIAS aos seguintes funcionários:
- AMARILDO NUNES DA SILVEIRA, ocupante do Cargo de Fiscal de Obras, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 17/10/2016 à 15/11/2016. – FABRICIO HASCKEL, ocupante do Cargo de Motorista, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 17/10/2016 à 15/11/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 17 de Outubro de 2016, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 18 de Outubro de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 425/2016

PORTARIANº 425/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica SEM EFEITO a Portaria Nº 413/2016, de 10/10/2016, na parte onde se refere a Licença para tratamento de Saúde da funcionária GRASIELA MENDONÇA GOULART.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 18 de Outubro de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 426/2016

PORTARIANº 426/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida Licença Gestação de filho Natimorto conforme apresentação de Certidão de Natimorto à funcionária – GRASIELA MENDONÇA GOULART, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, por 120 (cento e vinte) dias, a contar do dia 20/09/2016 até 17/01/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 20 de Setembro de 2016, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 19 de Outubro de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 427/2016

PORTARIANº 427/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida Licença de 03 (três) dias, por Falecimento de seu Irmão, conforme apresentação de Certidão de óbito à funcionária MARTA GODOY DA ROSA, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, a contar do dia 17/10/2016 até o dia 19/10/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 17 de Outubro de 2016, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 19 de Outubro de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 429/2016

PORTARIANº 429/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - Fica TRANSFERIDA a funcionária ORANDINA DE FATIMA MATOS, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, para a partir desta data desempenhar suas funções na Secretaria Municipal de Agricultura e do Abastecimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 24 de Outubro de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 430/2016

PORTARIANº 430/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica Alterada a Portaria Nº 422/2016, de 18/10/2016, na parte onde se lê CRISTIANI RIBEIRO DE SOUZA, leia-se FABIANA DE SOUZA VIEIRA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 05 (cinco) dias, a contar do dia 13/10/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 18 de Outubro de 2016, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 24 de Outubro de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

São José

PREFEITURA

PORTARIA Nº 1.345 DE 24 DE OUTUBRO DE 2016

PORTARIA Nº 1.345 de 24 de outubro de 2016

INSTAURA COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA APURAÇÃO DE ATO DISCIPLINAR – SERVIDOR ADMITIDO EM CARATER TEMPORÁRIO.

A Secretária Municipal da Educação, no uso das atribuições, conforme estabelece a legislação vigente, e considerando:

-A necessidade de análise de processo administrativo;
-O disposto na Lei Ordinária nº 2.761 de 25 de abril de 1995, que dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público do Município de São José e estabelece outras providências;
-E o disposto no Artigo 4º, da Lei 4.908/2009, que altera o inciso IX do art. 10 da Lei Ordinária nº 4.670/2008, que estabelece normas para admissão em caráter temporário no âmbito do Magistério Público Municipal de São José:

RESOLVE:

I – INSTAURAR Processo administrativo nº 024885/2016, relativo a ato disciplinar da servidora G.G., e para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, e demais medidas que se fizerem necessário.

II - DESIGNAR a Comissão formada pelas servidoras Eliane Fátima Rover, Patrícia Ana Marques e Eleana Costa Soares para realizar, a partir da publicação desta Portaria, a apuração relativa aos fatos aqui apontados, sendo a Comissão presidida pela primeira.

III – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

São José, 24 de outubro de 2016

Daniela da Silva Fraga
Secretária Municipal da Educação Interina

PORTARIA - SA - N.º 1044/2016

portaria nº 1044 de 10 DE OUTUBRO DE 2016.

Designa os integrantes da Comissão de Avaliação de Desempenho Anual dos Servidores Públicos Efetivos e Estáveis no âmbito da Secretaria Municipal de Administração e outras, conforme previsto no Decreto nº 3125, de 05 de setembro de 2014.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 66, parágrafo único, inciso II e IV da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a necessidade de designar os integrantes da Comissão de Avaliação de Desempenho Anual dos Servidores Públicos Efetivos e Estáveis no âmbito da Secretaria Municipal de Administração e outras, conforme previsto no Decreto nº 3125, de 05 de setembro de 2014,

RESOLVE :

Art. 1º Ficam designados os servidores a seguir relacionados para compor a Comissão de Avaliação de Desempenho Anual dos Servidores Públicos Efetivos e Estáveis no âmbito da Secretaria de Administração, conforme previsto no § 3º, do Art. 5º, do Decreto

nº 3125, de 05 de setembro de 2014:

- a) Fernanda Gomes Miranda Amorim
- b) Isabel Zanelato
- c) Juliana Terezinha da Silva Souza

Art. 2º Os membros Comissão de Avaliação de Desempenho Anual dos Servidores Públicos Efetivos e Estáveis, relacionados nesta Portaria, deverão observar estritamente o Decreto nº 3125, de 05 de setembro de 2014, com relação aos procedimentos a serem adotados para o exercício de suas atribuições, observados os prazos lá previstos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Paço Municipal em São José, 10 de Outubro de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1045/2016

portaria nº 1045 de 10 DE OUTUBRO DE 2016.

Designa os integrantes da Comissão de Avaliação de Desempenho Anual dos Servidores Públicos Efetivos e Estáveis no âmbito da Secretaria Municipal de Administração e outras, conforme previsto no Decreto nº 3125, de 05 de setembro de 2014.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 66, parágrafo único, inciso II e IV da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a necessidade de designar os integrantes da Comissão de Avaliação de Desempenho Anual dos Servidores Públicos Efetivos e Estáveis no âmbito da Secretaria Municipal de Administração e outras, conforme previsto no Decreto nº 3125, de 05 de setembro de 2014,

RESOLVE :

Art. 1º Ficam designados os servidores a seguir relacionados para compor a Comissão de Avaliação de Desempenho Anual dos Servidores Públicos Efetivos e Estáveis no âmbito da Secretaria de Saúde, conforme previsto no § 3º, do Art. 5º, do Decreto nº 3125, de 05 de setembro de 2014:

- a) Ana da Cunha
- b) Fabrícia Martins Silva
- c) Lia Marcia Bruno

Art. 2º Os membros Comissão de Avaliação de Desempenho Anual dos Servidores Públicos Efetivos e Estáveis, relacionados nesta Portaria, deverão observar estritamente o Decreto nº 3125, de 05 de setembro de 2014, com relação aos procedimentos a serem adotados para o exercício de suas atribuições, observados os prazos lá previstos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Paço Municipal em São José, 10 de Outubro de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1046/2016

portaria nº 1046 de 10 DE OUTUBRO DE 2016.

Designa os integrantes da Comissão de Avaliação de Desempenho Anual dos Servidores Públicos Efetivos e Estáveis no âmbito da Secretaria Municipal de Administração e outras, conforme previsto no Decreto nº 3125, de 05 de setembro de 2014.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 66, parágrafo único, inciso II e IV da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a necessidade de designar os integrantes da Comissão de Avaliação de Desempenho Anual dos Servidores Públicos Efetivos e Estáveis no âmbito da Secretaria Municipal de Administração e outras, conforme previsto no Decreto nº 3125, de 05 de setembro de 2014,

RESOLVE :

Art. 1º Ficam designados os servidores a seguir relacionados para compor a Comissão de Avaliação de Desempenho Anual dos Servidores Públicos Efetivos e Estáveis no âmbito da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, Secretaria Executiva de Projetos Especiais e Secretaria de Comunicação Social, conforme previsto no § 3º, do Art. 5º, do Decreto nº 3125, de 05 de setembro de 2014:

- a) Joni Ramos
- b) Jeferson Régis
- c) Rodrigo da Costa

Art. 2º Os membros Comissão de Avaliação de Desempenho Anual dos Servidores Públicos Efetivos e Estáveis, relacionados nesta Portaria, deverão observar estritamente o Decreto nº 3125, de 05 de setembro de 2014, com relação aos procedimentos a serem adotados para o exercício de suas atribuições, observados os prazos lá previstos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Paço Municipal em São José, 10 de Outubro de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1047/2016

portaria nº 1047 de 10 DE OUTUBRO DE 2016.

Designa os integrantes da Comissão de Avaliação de Desempenho Anual dos Servidores Públicos Efetivos e Estáveis no âmbito da Secretaria Municipal de Administração e outras, conforme previsto no Decreto nº 3125, de 05 de setembro de 2014.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 66, parágrafo único, inciso II e IV da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a necessidade de designar os integrantes da Comissão de Avaliação de Desempenho Anual dos Servidores Públicos Efetivos e Estáveis no âmbito da Secretaria Municipal de Administração e outras, conforme previsto no Decreto nº 3125, de 05 de setembro de 2014,

RESOLVE :

Art. 1º Ficam designados os servidores a seguir relacionados para compor a Comissão de Avaliação de Desempenho Anual dos Servidores Públicos Efetivos e Estáveis no âmbito da Fundação Municipal Educacional de São José, Gabinete da Prefeita, e Procuradoria Geral do Município, conforme previsto no § 3º, do Art. 5º, do Decreto nº 3125, de 05 de setembro de 2014:

- a) Juliano Alexandre dos Santos
- b) Graziela Besen Petry Mariot
- c) Edegar Agostinho Kremer

Art. 2º Os membros Comissão de Avaliação de Desempenho Anual dos Servidores Públicos Efetivos e Estáveis, relacionados nesta Portaria, deverão observar estritamente o Decreto nº 3125, de 05 de setembro de 2014, com relação aos procedimentos a serem adotados para o exercício de suas atribuições, observados os prazos lá previstos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Paço Municipal em São José, 10 de Outubro de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1048/2016

portaria nº 1048 de 10 DE OUTUBRO DE 2016.

Designa os integrantes da Comissão de Avaliação de Desempenho Anual dos Servidores Públicos Efetivos e Estáveis no âmbito da Secretaria Municipal de Administração e outras, conforme previsto no Decreto nº 3125, de 05 de setembro de 2014.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 66, parágrafo único, inciso II e IV da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a necessidade de designar os integrantes da Comissão de Avaliação de Desempenho Anual dos Servidores Públicos Efetivos e Estáveis no âmbito da Secretaria Municipal de Administração e outras, conforme previsto no Decreto nº 3125, de 05 de setembro de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam designados os servidores a seguir relacionados para compor a Comissão de Avaliação de Desempenho Anual dos Servidores Públicos Efetivos e Estáveis no âmbito da Fundação Municipal de Cultura e Turismo e Fundação Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, conforme previsto no § 3º, do Art. 5º, do Decreto nº 3125, de 05 de setembro de 2014:

- a) Rafael Barcelos Martins
- b) Geraldo José Hermenegildo da Rosa

Art. 2º Os membros Comissão de Avaliação de Desempenho Anual dos Servidores Públicos Efetivos e Estáveis, relacionados nesta Portaria, deverão observar estritamente o Decreto nº 3125, de 05

de setembro de 2014, com relação aos procedimentos a serem adotados para o exercício de suas atribuições, observados os prazos lá previstos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Paço Municipal em São José, 10 de Outubro de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1086/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 1086/2016

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 37 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr. (a) ESMERALDINO CARDOSO DA SILVA, matrícula n.º 343-3, lotado (a) na Secretaria de Serviços Públicos, no cargo de Topógrafo, readaptação funcional por 60 (sessenta) dias, de 03.10.2016 a 01.12.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 03 de Outubro de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 11 de Outubro de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1108/2016

PORTARIA- SA – N.º 1108/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença prêmio por 30 (trinta) dias ao (a) servidor (a) Sr. (a) GUNTHER MAX MULLER EMMENDORFER, matrícula nº 15737-6, lotado (a) na Secretaria de Segurança, Defesa Social e Trânsito, no cargo de Guarda Municipal, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2009/2014.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 16 de Outubro de 2016.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 11 de Outubro de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1109/2016

PORTARIA- SA – N.º 1109/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença prêmio por 30 (trinta) dias ao (a) servidor (a) Sr. (a) RODRIGO THIESGES, matrícula nº 19028-4, lotado (a) na Secretaria de Segurança, Defesa Social e Trânsito, no cargo de Guarda Municipal, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2006/2011.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 16 de Outubro de 2016.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 11 de Outubro de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1110/2016

PORTARIA- SA – N.º 1110/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença prêmio por 90 (noventa) dias ao (a) servidor (a) Sr. (a) PAULO ROBERTO DE MELLO, matrícula nº 15124-6, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Motorista, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2009/2014.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 05 de Outubro de 2016.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 11 de Outubro de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1111/2016

PORTARIA- SA – N.º 1111/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença prêmio por 30 (trinta) dias ao (a) servidor (a) Sr. (a) RENATO SOARES, matrícula nº 1702-7, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Técnico em Equipamentos Odontológicos, referente ao período aquisitivo compreendido entre

2000/2005.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 03 de Outubro de 2016.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 11 de Outubro de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1112/2016

PORTARIA– SA – Nº 1112/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença prêmio por 30 (trinta) dias ao (a) servidor (a) Sr. (a) ELAINE CRISTINA PESSOA, matrícula nº 10228-8, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Técnico em Enfermagem, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2006/2011.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 03 de Outubro de 2016.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 11 de Outubro de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1113/2016

PORTARIA– SA – Nº 1113/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença prêmio por 30 (trinta) dias ao (a) servidor (a) Sr. (a) SILENE LAURA MARCELINO, matrícula nº 2686-7, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Técnico em Enfermagem, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2010/2015.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 03 de Outubro de 2016.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 11 de Outubro de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1114/2016

PORTARIA– SA – Nº 1114/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença prêmio por 90 (noventa) dias ao (a) servidor (a) Sr. (a) CLECI CERIS PIRES, matrícula nº 1101-0, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Agente Administrativo, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2011/2016.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 06 de Outubro de 2016.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 11 de Outubro de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1115/2016

PORTARIA– SA – Nº 1115/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença prêmio por 90 (noventa) dias ao (a) servidor (a) Sr. (a) JAMILLE DA SILVA, matrícula nº 17598-6, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Enfermeiro, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2005/2010.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 03 de Outubro de 2016.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 11 de Outubro de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1116/2016

PORTARIA– SA – Nº 1116/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença prêmio por 60 (sessenta) dias ao (a) servidor (a) Sr. (a) ELIETE MARIA RAMOS, matrícula nº 982-2, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Telefonista, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2005/2010.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 03 de Outubro de 2016.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 11 de Outubro de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1117/2016

PORTARIA– SA – Nº 1117/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença prêmio por 90 (noventa) dias ao (a) servidor (a) Sr. (a) DANIEL DA SILVA, matrícula nº 2657-3, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Agente Operacional, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2010/2015.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 03 de Outubro de 2016.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 11 de Outubro de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1118/2016

PORTARIA– SA – Nº 1118/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença prêmio por 30 (trinta) dias ao (a) servidor (a) Sr. (a) MARIANNE LOPES FERNANDES, matrícula nº 3469-0, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Cirurgião Dentista, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2006/2011.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 04 de Outubro de 2016.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 11 de Outubro de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1119/2016

PORTARIA– SA – Nº 1119/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença prêmio por 30 (trinta) dias ao (a) servidor (a) Sr. (a) TANIA SOUZA MACHADO DA SILVA, matrícula nº 14989-6, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Médico, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2004/2009.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 03 de Outubro de 2016.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 11 de Outubro de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1120/2016

PORTARIA– SA – Nº 1120/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença prêmio por 30 (trinta) dias ao (a) servidor (a) Sr. (a) ANEZIA ANITA DE SOUZA, matrícula nº 17499-8, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Auxiliar de Enfermagem, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2005/2010.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 05 de Outubro de 2016.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 11 de Outubro de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1121/2016

PORTARIA– SA – Nº 1121/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença prêmio por 90 (noventa) dias ao (a) servidor (a) Sr. (a) ANDRE JOAO MARIANO, matrícula nº 23106-1, lotado (a) na Secretaria de Infraestrutura, no cargo de Agente Operacional, referente ao período aquisitivo compreendido entre

2008/2013.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 05 de Outubro de 2016.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 11 de Outubro de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1122/2016

PORTARIA– SA – Nº 1122/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença prêmio por 90 (noventa) dias ao (a) servidor (a) Sr. (a) EVANILDO MARIANO, matrícula nº 2658-0, lotado (a) na Secretaria de Infraestrutura, no cargo de Agente Operacional, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2000/2005.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 05 de Outubro de 2016.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 11 de Outubro de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1123/2016

PORTARIA– SA – Nº 1123/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença prêmio por 30 (trinta) dias ao (a) servidor (a) Sr. (a) PEDRO PAULO GOULART, matrícula nº 23148-7, lotado (a) na Secretaria de Administração, no cargo de Agente Operacional, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2008/2013.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 14 de Setembro de 2016.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 11 de Outubro de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1124/2016

PORTARIA– SA – Nº 1124/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença prêmio por 30 (trinta) dias ao (a) servidor (a) Sr. (a) PEDRO PAULO GOULART, matrícula nº 23148-7, lotado (a) na Secretaria de Administração, no cargo de Agente Operacional, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2008/2013.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 14 de Outubro de 2016.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 11 de Outubro de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1125/2016

PORTARIA– SA – Nº 1125/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença prêmio por 30 (trinta) dias ao (a) servidor (a) Sr. (a) SANDRA MARIA DOS SANTOS, matrícula nº 23142-8, lotado (a) na Secretaria de Administração, no cargo de Agente Operacional, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2008/2013.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 03 de Outubro de 2016.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 11 de Outubro de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1126/2016

PORTARIA– SA – Nº 1126/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença prêmio por 30 (trinta) dias ao (a) servidor (a) Sr. (a) KARINA MULLER COSTA, matrícula nº 1673-0, lotado (a) na Secretaria Executiva de Projetos Especiais, no cargo

de Agente Administrativo, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2001/2006.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 15 de Setembro de 2016.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 11 de Outubro de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1127/2016

PORTARIA– SA – Nº 1127/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença prêmio por 90 (noventa) dias ao (a) servidor (a) Sr. (a) ESMERALDINO CARDOSO DA SILVA, matrícula nº 343-3, lotado (a) na Secretaria de Serviços Públicos, no cargo de Topógrafo, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2005/2010.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 04 de Outubro de 2016.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 11 de Outubro de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1128/2016

PORTARIA– SA – Nº 1128/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença prêmio por 30 (trinta) dias ao (a) servidor (a) Sr. (a) JOSE RENATO RAMOS JUNIOR, matrícula nº 1763-9, lotado (a) na Secretaria de Serviços Públicos, no cargo de Professor, referente ao período aquisitivo compreendido entre 1995/2000.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 03 de Outubro de 2016.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 11 de Outubro de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1129/2016

PORTARIA– SA – Nº 1129/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença prêmio por 30 (trinta) dias ao (a) servidor (a) Sr. (a) KARINA MULLER COSTA, matrícula nº 1673-0, lotado (a) na Secretaria Executiva de Projetos Especiais, no cargo de Agente Administrativo, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2001/2006.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 17 de Outubro de 2016.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 13 de Outubro de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1130/2016

PORTARIA– SA – Nº 1130/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença prêmio por 90 (noventa) dias ao (a) servidor (a) Sr. (a) SERGIO DA SILVA, matrícula nº 1783-3, lotado (a) na Secretaria de Infraestrutura, no cargo de Agente Operacional, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2001/2006.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 17 de Outubro de 2016.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 18 de Outubro de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1132/2016

portaria nº 1132 de 10 DE OUTUBRO DE 2016.

Designa os integrantes da Comissão de Avaliação de Desempenho Anual dos Servidores Públicos Efetivos e Estáveis no âmbito da Secretaria Municipal de Administração e outras, conforme previsto no Decreto nº 3125, de 05 de setembro de 2014.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 66, parágrafo único, inciso II e IV da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a necessidade de designar os integrantes da Comissão de Avaliação de Desempenho Anual dos Servidores Públicos Efetivos e Estáveis no âmbito da Secretaria Municipal de Administração e outras, conforme previsto no Decreto nº 3125, de 05 de setembro de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam designados os servidores a seguir relacionados para compor a Comissão de Avaliação de Desempenho Anual dos Servidores Públicos Efetivos e Estáveis no âmbito da Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Infraestrutura e Secretaria de Receita, conforme previsto no § 3º, do Art. 5º, do Decreto nº 3125, de 05 de setembro de 2014:

- a) Flávia Martins Barreto
- b) Roberto Ramos Bonassis
- c) Kátia Regina Prim

Art. 2º Os membros Comissão de Avaliação de Desempenho Anual dos Servidores Públicos Efetivos e Estáveis, relacionados nesta Portaria, deverão observar estritamente o Decreto nº 3125, de 05 de setembro de 2014, com relação aos procedimentos a serem adotados para o exercício de suas atribuições, observados os prazos lá previstos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Paço Municipal em São José, 24 de Outubro de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1133/2016

portaria nº 1133 de 24 DE OUTUBRO DE 2016.

Designa os integrantes da Comissão de Avaliação de Desempenho Anual dos Servidores Públicos Efetivos e Estáveis no âmbito da Secretaria Municipal de Administração e outras, conforme previsto no Decreto nº 3125, de 05 de setembro de 2014.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 66, parágrafo único, inciso II e IV da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a necessidade de designar os integrantes da Comissão de Avaliação de Desempenho Anual dos Servidores Públicos Efetivos e Estáveis no âmbito da Secretaria Municipal de Administração e outras, conforme previsto no Decreto nº 3125, de 05 de setembro de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam designados os servidores a seguir relacionados para compor a Comissão de Avaliação de Desempenho Anual dos Servidores Públicos Efetivos e Estáveis no âmbito da Secretaria de Finanças e Secretaria de Segurança, Defesa Social e Trânsito, conforme previsto no § 3º, do Art. 5º, do Decreto nº 3125, de 05 de setembro de 2014:

- a) Adelson Rodrigues Alves
- b) Deiko Lima e Silva

Art. 2º Os membros Comissão de Avaliação de Desempenho Anual dos Servidores Públicos Efetivos e Estáveis, relacionados nesta Portaria, deverão observar estritamente o Decreto nº 3125, de 05

de setembro de 2014, com relação aos procedimentos a serem adotados para o exercício de suas atribuições, observados os prazos lá previstos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Paço Municipal em São José, 24 de Outubro de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1134/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 1134/2016

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso IV da Lei Orgânica Municipal do Município de São José – SC.

RESOLVE:

I – Ficam compostas as Comissões que coordenarão a avaliação de Desempenho Funcional em Estágio Probatório, respeitando a Instrução normativa nº 001/2009 e demais legislações pertinentes.

II – Comissão Central de Avaliação de Desempenho em Estágio:
Mário Antônio Vieira
Neusa Garcia Soares
Adriana Silva Pacheco Pedro
Bianca Esther Silveira Nienkoetter Tavares

III – Subcomissão de Apoio de Apuração de Avaliação de Desempenho Funcional em Estágio Probatório:
a) Secretaria de Administração
Elizabeth Hilesheim dos Santos
Kety Teresinha da Silva Trierveiler

b) Secretaria de Educação
Jenair Maria Patrício
Carla Lúcia Nascimento

c) Secretaria de Receita
Rosana Maria Kuster
Roseli da Silva

d) Fundação Educacional
Juliano Alexandre dos Santos
Zuraide Maria da Silveira

e) Secretaria de Finanças
Maguidar Dutra
Salete Wessler Hinckel

f) Controle Interno e Auditoria
Gustavo Duarte do Valle Pereira

g) Secretaria de Infraestrutura
Lucirene Lemos de Souza
Valdenir Vitor de Souza

h) Secretaria de Segurança, Defesa Social e Trânsito
Deiko Lima e Silva
Cintia Luciene de Quadros Fagundes

i) Fundação do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Valdenir Pauli
Geraldo Hermenegildo da Rosa

j) Fundação Municipal d Cultura e Turismo
Eulália Lourdes da Silva Macário
Erica Veiga de Oliveira
l) Secretaria de Assistência Social
Alessandra Zappellini
Letícia Zimmermann

m) Procuradoria Geral
Sandro José da Silva
Ilson Elias

n) Secretaria de Serviços Públicos
Caio Rogério Nichnig
Tatiane Cunha Pacheco de Souza

o) Secretaria de Saúde
Lia Márcia Bruna
Fabricia Martins Silva

IV - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrario, em especial a Portaria –SA – Nº 1217/15.

V - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 24 de Outubro de 2016.

VERA SUELY DA SILVA
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 223/2016

PORTARIA– SA – Nº 223/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença-prêmio por 90 (noventa) dias ao (a) servidor (a) Sr. (a) REINALDO DONIZETE PEREIRA, matrícula nº 1549-0, lotado (a) na Fundação do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no cargo de Técnico Agrícola, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2001/2006.

II – Conceder o gozo de 90 (noventa) dias de licença prêmio a partir de 02.08.2016, referente ao período aquisitivo 2006/2011

III – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 04 de Maio de 2016.

IV – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 04 de Maio de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

RESOLUÇÃO Nº 27/2016

RESOLUÇÃO Nº 27/2016.

APROVA A DOAÇÃO DE REVISTAS DENOMINADAS FIA VOLUME 1, EDIÇÃO 1, 2013 PARA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ PARA UTILIZAÇÃO DE RECORTA E COLA NAS ESCOLAS.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José, órgão formulador, deliberativo e controlador das políticas e das ações de atendimento aos direitos da criança e do adolescente Município de São José, criado por força da Lei Federal 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), regido pela Lei Municipal nº 5.482 de 12 de maio 2015 (Política Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente), conforme previamente deliberado na Reunião Plenária do dia 19 de outubro de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º- fica aprovada a doação de revistas denominadas FIA volume 1, edição 1, 2013 para Secretaria de Educação do Município de São José para utilização de atividade de recorta e cola nas escolas. § 1º- Em razão da grande quantidade do número de revistas, senda estas 3.750, distribuídas em 15 caixas com 250 revistas cada, com informações desatualizadas, estas serão doadas para Secretaria de Educação do Município de São José para utilização de atividade de recorta e cola nas escolas.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Art. 3º - Publique-se na forma da Lei.

São José, 19 de outubro de 2016.

ELIANE MAGALHÃES ROSA
Conselheira Presidente do CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 31/2016

RESOLUÇÃO Nº 31/2016.

APROVA A COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES TEMÁTICAS DO CMDCA.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José, órgão formulador, deliberativo e controlador das políticas e das ações de atendimento aos direitos da criança e do adolescente Município de São José, criado por força da Lei Federal 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), regido pela Lei Municipal nº 5.482 de 12 de maio 2015 (Política Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente), conforme previamente deliberado na Reunião Plenária do dia 19 de outubro de 2016;

- Considerando a previsão de Comissões Temáticas no Regimento Interno do CMDCA, aprovado pela Resolução nº 033/2015 e homologado pelo Decreto Municipal nº 5.768/2016; e

- Considerando a necessidade de adequação na composição das Comissões Temáticas do CMDCA, em especial a de Avaliação, Acompanhamento e Fiscalização de Programas.

RESOLVE:

Art. 1º- fica aprovada a composição das Comissões Temáticas do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José, pelos seguintes Conselheiros:

I – Comissão de Políticas da Infância e Adolescência:

a) Walter Corrêa de Fáveri;

b) Mariane Vicente de Azevedo;

c) Ana Maria Mafra Dal-Bó;

d) Greyce Elaine da Silva Coronetti;

e) Angela Gonçalves; e

f) Maria Clotildes Daniel Joaquim.

II – Comissão de Avaliação, Acompanhamento e Fiscalização de Programas:

- a) Maria Olinda Daniel Silva;
- b) Daiana Vera Souza;
- c) Anizilda Marques Filippi;
- d) Danuzio Brandelero;
- e) Fabiani Erli Witt;
- f) Maria Clotildes Daniel Joaquim; e
- g) Newty Jacqueline Rodrigues.

III – Comissão de Finanças e Comunicação:

- a) Tatiana Bonzini Oliveira;
- b) Cesar Maximiliano Simões;
- c) Manoel Abreu; e
- d) Anizilda Marques Filippi.

IV – Comissão de Inscrição, Registro e Normas:

- a) Tamara Liana Dutra;
- b) Eliane Magalhães Rosa; e
- c) Izaiane Latrônico Motta.

V – Comissão de Acompanhamento dos Trabalhos do Conselho Tutelar:**- Membros Titulares:**

- a) Angelise Bedin;
- b) Danielle Machado Moreira;
- c) Tatiana Gabriela Bonzini Oliveira;
- d) Karine Rocha Silva;
- e) Ingrid Agassi; e
- f) Ana Maria Mafra Dal-Bó.

- Membros Suplentes:

- a) Acyr Osmar de Oliveira;
- b) Juliano Alexandre dos Santos;
- c) Manoel Abreu;
- d) Antônio Martins dos Santos;
- e) Mariane Vicente de Azevedo; e
- f) Maria Clotildes Daniel Joaquim.

§ 1º - Compete às Comissões Temáticas cumprir estritamente as atribuições definidas na Seção IV do Regimento Interno do CMDCA.

§ 2º - A definição do Coordenador de cada Comissão Temática, será definido em Resolução posterior, após deliberação da Plenária.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Art. 3º - Publique-se na forma da Lei.

São José, 19 de outubro de 2016.

ELIANE MAGALHÃES ROSA

Conselheira Presidente do CMDCA

RESOLUÇÃO Nº26/2016.

RESOLUÇÃO Nº26/2016.

APROVA A O CANCELAMENTO DO REGISTRO DE Nº 30, REFERENTE AO CENTRO DE APOIO À FORMAÇÃO INTEGRAL DO SER – CEAFFIS.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José, órgão formulador, deliberativo e controlador das políticas e das ações de atendimento aos direitos da criança e do adolescente Município de São José, criado por força da Lei Federal 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), regido pela Lei Municipal nº 5.482 de 12 de maio 2015 (Política Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente), conforme previamente deliberado na Reunião Plenária do dia 19 de outubro de 2016;

- Considerando o Parecer de 04/05/2016, da Comissão de Inscrição, Registro e Normas deste Colegiado, favorável ao cancelamento do Registro.

RESOLVE:

Art. 1º- fica aprovada o cancelamento do registro de nº 30, referente ao CENTRO DE APOIO À FORMAÇÃO INTEGRAL DO SER – CEAFFIS em São José.

Parágrafo único: para o devido contraditório e ampla defesa no

prazo de dez dias, contados do recebimento.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se na forma da Lei.

São José, 19 de outubro de 2016.

ELIANE MAGALHÃES ROSA

Conselheira Presidente do CMDCA

RESOLUÇÃO Nº28/2016

RESOLUÇÃO Nº28/2016.

APROVA OS BALANCETES DO FUNDO MUNICIPAL PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA DE SÃO JOSÉ (FIA), REFERENTE AO PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO DO ANO DE 2013.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José, órgão formulador, deliberativo e controlador das políticas e das ações de atendimento aos direitos da criança e do adolescente Município de São José, criado por força da Lei Federal 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), regido pela Lei Municipal nº 5.482 de 12 de maio 2015 (Política Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente), conforme previamente deliberado na Reunião Plenária do dia 19 de outubro de 2016;

- Considerando o Parecer da Comissão de Finanças e Comunicação do CMDCA de São José de 05/10/2016.

RESOLVE:

Art. 1º- fica aprovado os balancetes do Fundo Municipal Para a Infância e Adolescência de São José (FIA), referente ao período de janeiro a dezembro do ano de 2013.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se na forma da Lei.

São José, 19 de outubro de 2016.

ELIANE MAGALHÃES ROSA

Conselheira Presidente do CMDCA

RESOLUÇÃO Nº29/2016

RESOLUÇÃO Nº29/2016.

APROVA OS BALANCETES DO FUNDO MUNICIPAL PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA DE SÃO JOSÉ (FIA), REFERENTE AO PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO DO ANO DE 2014.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José, órgão formulador, deliberativo e controlador das políticas e das ações de atendimento aos direitos da criança e do adolescente Município de São José, criado por força da Lei Federal 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), regido pela Lei Municipal nº 5.482 de 12 de maio 2015 (Política Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente), conforme previamente deliberado na Reunião Plenária do dia 19 de outubro de 2016;

- Considerando o Parecer da Comissão de Finanças e Comunicação do CMDCA de São José de 05/10/2016.

RESOLVE:

Art. 1º- fica aprovado os balancetes do Fundo Municipal Para a Infância e Adolescência de São José (FIA), referente ao período de janeiro a dezembro do ano de 2014.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se na forma da Lei.

São José, 19 de outubro de 2016.

ELIANE MAGALHÃES ROSA

Conselheira Presidente do CMDCA

RESOLUÇÃO Nº30/2016

RESOLUÇÃO Nº30/2016.

APROVA OS BALANCETES DO FUNDO MUNICIPAL PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA DE SÃO JOSÉ (FIA), REFERENTE AO PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO DO ANO DE 2015.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José, órgão formulador, deliberativo e controlador das políticas e das ações de atendimento aos direitos da criança e do adolescente Município de São José, criado por força da Lei Federal 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), regido pela Lei Municipal nº 5.482 de 12 de maio 2015 (Política Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente), conforme previamente deliberado na Reunião Plenária do dia 19 de outubro de 2016;

- Considerando o Parecer da Comissão de Finanças e Comunicação do CMDCA de São José de 05/10/2016.

RESOLVE:

Art. 1º- fica aprovado os balancetes do Fundo Municipal Para a Infância e Adolescência de São José (FIA), referente ao período de janeiro a dezembro do ano de 2015.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se na forma da Lei.

São José, 19 de outubro de 2016.

ELIANE MAGALHÃES ROSA

Conselheira Presidente do CMDCA

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 075/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 075/2016 - Processo nº 295/2016 – Proc. Adm. 9786/2016. Fornecedores: LABVIX COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA e MEDLEVENSOHN COM. E REP. DE PRODUTOS GOSP. LTDA. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA (S) PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE TIRAS DE GLICEMIA E LANCETAS PARA SEREM UTILIZADAS PELO SAMU, UNIDADES BÁSICAS E POLICLÍNICAS E DISTRIBUÍDAS AOS DIABÉTICOS INSULINO DEPENDENTES DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Valor Total: R\$ 866.829,60 – oitocentos e sessenta e seis mil, oitocentos e vinte e nove reais e sessenta centavos. Cláudia Schweitzer - Diretora de Compras.

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 088/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 088/2016 - Processo nº 326/2016 – Proc. Adm. 21391/2016. Fornecedores: CIRURGIA JAW COM. MAT. MED. HOSP. LTDA; HELIANTO FARMACÊUTICA LTDA e BACE COMÉRCIO INTERNACIONAL LTDA. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA (S) PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE CURATIVOS ESPECIAIS PARA ATENDER AO PROGRAMA DE MATERIAIS ESPECIAIS, VINCULADO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ/SC. Valor Total: R\$ 102.320,00 – cento e dois mil, trezentos e vinte reais. Cláudia Schweitzer - Diretora de Compras.

CÂMARA MUNICIPAL

AVISO DE ABERTURA DA PROPOSTA DE PREÇOS-CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2015 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 065/2015

AVISO DE ABERTURA DA PROPOSTA DE PREÇOS

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2015

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 065/2015

Objeto: contratação de empresa para a construção em estrutura pré-moldada com cobertura de cimento, com base para recebimento de placas fotovoltaicas, com área construída total de 3.898,00m², para a nova sede da Câmara Municipal de São José, na Avenida Beira Mar, bairro Praia Comprida, São José/SC.

A Comissão de Licitação da Câmara Municipal de São José/SC comunica aos interessados que a sessão de abertura dos envelopes, das empresas habilitadas, contendo a Proposta de Preços - envelope nº 2 - será realizada no dia 27 de outubro de 2016 às 14h00min. A mencionada sessão ocorrerá na Sede da Câmara Municipal do município, localizada na Praça Arnaldo de Souza, nº 38, Centro Histórico, São José/SC. Maiores informações: Diretoria de Administração e Comissão Permanente de Licitações e Contratos, das 13h00min às 19h00min, telefones: 48-3029-1355 e 48-3029-1327.

São José/SC, 24 de outubro de 2016.

Bruno Gabriel Mello Machado

Presidente da CPL

São José do Cedro

PREFEITURA

DECRETO Nº 210/2016/SF

DECRETO Nº. 210/2016 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.440/2016/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 8.500,00 (oito mil e quinhentos reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

11 SECRETARIA DOS ESPORTES

01 DEPTO. DOS ESPORTES

2.046 MANUTENÇÃO DOS JOGOS OFICIAIS

"295"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R\$8.500,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 8.500,00 (oito mil e quinhentos reais) de Recursos Ordinários, Fonte 1.0000, das verbas a seguir discriminadas:

11 SECRETARIA DOS ESPORTES

01 DEPTO. DOS ESPORTES

2.046 MANUTENÇÃO DOS JOGOS OFICIAIS

"292"3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo R\$8.500,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 07 de outubro de 2016.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 211/2016/SF

DECRETO Nº. 211/2016 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 7º e inciso II, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.440/2016/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

02 DEPTO DE SAÚDE PÚBLICA

2.056 PROGRAMA DE SAÚDE PÚBLICA

"37"3.3.90.14.00.00.1.0002 Diárias – Civil R\$10.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), Recursos Receitas e Transferências de Impostos da Saúde, Fonte 1.0002, das verbas a seguir discriminadas:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

02 DEPTO DE SAÚDE PÚBLICA

2.056 PROGRAMA DE SAÚDE PÚBLICA

"38"3.3.90.30.00.00.1.0002 Material de Consumo R\$10.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 11 de outubro de 2016.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 212/2016/SF

DECRETO Nº. 212/2016 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.440/2015/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 1.562,25 (um mil quinhentos e sessenta e dois reais e vinte e cinco centavos), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

10 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS

04 SERVIÇO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO - SEMAE

2.115 MANUTENÇÃO DO SEMAE

"503"3.3.90.39.00.00.3.0000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica....R\$1.562,25

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 1.562,25 (um mil quinhentos e sessenta e dois reais e vinte e cinco centavos), Recursos Ordinários, Fonte 3.0000, das verbas a seguir discriminadas:

10 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS

04 SERVIÇO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO - SEMAE

2.115 MANUTENÇÃO DO SEMAE

"504"3.3.90.30.00.00.3.0000 Material de Consumo R\$1.562,25

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 14 de outubro de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 213/2016/SF

DECRETO Nº. 213/2016 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso I, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.440/2015/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 37.000,00 (trinta e sete mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

06 DEPTO.DE CULTURA

2.028 FESTIVIDADES MUNICIPAIS OFICIAIS DE SJCEDRO

"507"3.3.90.30.00.00.1.0017 Material de Consumo
..... R\$31.050,00

"508"3.3.90.39.00.00.1.0017 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R\$5.950,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao excesso de arrecadação, Recursos COSIP – Contribuição Custeio Iluminação Pública, Fonte 1.0017, no valor de R\$ 37.000,00 (trinta e sete mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 14 de outubro de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 214/2016/SF

DECRETO Nº. 214/2016 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.440/2016/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da

Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$5.000,00 (cinco mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

15 FUNDO DE REEQUIP. CORPO DE BOMBEIROS - FUNREBOM

01 DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA PÚBLICA

2.064 MANUTENÇÃO DO FUNREBOM

"310" 3.3.90.30.00.00.1.0704 Material de Consumo
..... R\$5.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$5.000,00 (cinco mil reais) Recursos Transferências de Convênios – São José do Cedro, Princesa e Guarujá do Sul – Conta Subvenção, Fonte 1.0704, das verbas a seguir discriminadas:

15 FUNDO DE REEQUIP. CORPO DE BOMBEIROS - FUNREBOM

01 DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA PÚBLICA

2.064 MANUTENÇÃO DO FUNREBOM

"312"3.3.90.39.00.00.1.0704 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R\$5.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 17 de outubro de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 215/2016/SF

DECRETO Nº. 215/2016 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal 4.545 de 18 de outubro de 2016;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral do Fundo Municipal de Saúde de São José do Cedro, no valor de R\$33.000,00 (trinta e três mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

02 DEPARTAMENTO DE SAÚDE PÚBLICA

2.056 PROGRAMA DE SAÚDE PÚBLICA

"41"3.3.90.39.00.00.1.0002 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica...R\$33.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$33.000,00 (trinta e três mil reais), Recursos de Transferências de Impostos - Saúde, Fonte 1.0002, das verbas a seguir discriminadas:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

02 DEPARTAMENTO DE SAÚDE PÚBLICA

1.051 AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA TRANSPORTE DE PACIENTES

"32"4.4.90.52.00.00.1.0002 Equipamentos e Material Permanente R\$33.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 18 de outubro de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 216/2016/SF

DECRETO Nº. 216/2016 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal 4.546 de 18 de outubro de 2016;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$229.125,81 (duzentos e vinte e nove mil cento e vinte e cinco reais e oitenta e um centavos), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

10 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS

04 SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SEMAE - SJCEDRO
2.115 MANUTENÇÃO DO SEMAE SJCEDRO

"270"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica...R\$90.000,00

"503"3.3.90.39.00.00.3.0000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.R\$139.125,81

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$229.125,81 (duzentos e vinte e nove mil cento e vinte e cinco reais e oitenta e um reais), das verbas a seguir discriminadas:

10 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS

02 DEPTO DE URBANISMO E SERVIÇOS GERAIS

2.040 DEPARTAMENTO DE URBANISMO E SERVIÇOS GERAIS

"217"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica...R\$90.000,00

"423"3.3.90.39.00.00.3.0000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.R\$139.125,81

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 18 de outubro de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 217/2016/SF

DECRETO Nº. 217/2016 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal 4.547 de 18 de outubro de 2016;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de

R\$39.369,25 (trinta e nove mil trezentos e sessenta e nove reais e vinte e cinco centavos), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

02 DEPTO DE ENSINO INFANTIL

2.022 MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL

"150"3.1.90.11.00.00.1.0001 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil...R\$39.369,25

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$39.369,25 (trinta e nove mil trezentos e sessenta e nove reais e vinte e cinco centavos), Recursos de Transferências de Impostos - Educação, Fonte 1.0001, das verbas a seguir discriminadas:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

01 DEPTO DE ENSINO FUNDAMENTAL

1.008 EQUIPAR, INFORMATIZAR E MOBILIAR UN ENSINO FUNDAMENTAL

"118"4.4.90.52.00.00.1.0001 Equipamentos e Material Permanente R\$7.833,50

1.009 AMPLIAR ACERVO BIBLIOGRÁFICO DO ENSINO FUNDAMENTAL

"128"3.3.90.30.00.00.1.0001 Material de Consumo R\$5.711,75

02 DEPTO DE ENSINO INFANTIL

1.012 EQUIPAR, INFORMATIZAR E MOBILIAR UN DO ENSINO INFANTIL

"146"4.4.90.52.00.00.1.0001 Equipamentos e Material Permanente R\$12.359,00

1.013 AMPLIAR ACERVO BIBLIOGRÁFICO DO ENSINO INFANTIL

"147"3.3.90.30.00.00.1.0001 Material de Consumo R\$3.465,00

1.014 CONSTRUIR OU AMPLIAR UM DE ENSINO INFANTIL

"148"4.4.90.51.00.00.1.0001 Obras e Instalações R\$10.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 18 de outubro de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 218/2016/SF

DECRETO Nº. 218/2016 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal 4.548 de 18 de outubro de 2016;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$213.916,18 (duzentos e treze mil novecentos e dezesseis reais e dezoito centavos), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

01 DEPTO DE ENSINO FUNDAMENTAL**2.019 TRANSPORTE ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL**

"112"3.3.90.39.00.00.1.0001 Outros Serviços de Terceiros – Pessoal Jurídica R\$149.916,18

02 DEPTO DE ENSINO INFANTIL**2.022 MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL**

"150"3.1.90.11.00.00.1.0001 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil...R\$53.000,00

"152"3.1.90.13.00.00.1.0001 Obrigações Patronais R\$11.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$213.916,18 (duzentos e treze mil novecentos e dezesseis reais e dezoito centavos), Recursos Ordinários, Fonte 1.0000, das verbas a seguir discriminadas:

10 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS

03 DEPTO DE TRANSPORTES E DO INTERIOR**1.034 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS**

"259"4.4.90.52.00.00.1.0000 Equipamentos e Material Permanente R\$120.000,00

1.040 SINALIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS URBANAS

"232"3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo R\$20.229,20

"233"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica..R\$20.000,00

"234"4.4.90.51.00.00.1.0000 Obras e Instalações R\$9.559,00

17 SECRETARIA DO PLANEJ E DESENV ECONÔMICO**01 DEPTO DE COMÉRCIO, INDÚSTRIA E SERVIÇOS****1.029 CONSTRUÇÃO DE GALPÃO INDUSTRIAL**

"328"4.4.90.51.00.00.1.0000 Obras e Instalações R\$21.927,98

1.030 OBRAS DE INFRAESTRUTURAS NOS PARQUES INDUSTRIAIS

"316"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica..R\$10.000,00

2.113 MANUTENÇÃO DA EXPOCEDRO

"318"3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo R\$200,00

"319"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R\$2.000,00

03 DEPTO DE PATRIMÔNIO, PROJETOS E EDIFICAÇÕES**2.039 DEPTO DE PATRIMÔNIO, PROJETOS E EDIFICAÇÕES**

"337"3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo R\$10.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 18 de outubro de 2016.

ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 219/2016/SF

DECRETO Nº. 219/2016 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal 4.549 de 18 de outubro de 2016;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral do Fundo Municipal de Saúde de São José do Cedro, no valor de R\$323.000,00 (trezentos e vinte e três mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS**01 DEPARTAMENTO DE SAÚDE FAMILIAR****2.054 PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA - PSF**

"1"3.1.90.11.00.00.1.0002 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil..R\$200.000,00

02 DEPTO DE SAÚDE PÚBLICA**2.056 PROGRAMA DE SAÚDE PÚBLICA**

"41"3.3.90.39.00.00.1.0002 Outros serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica..R\$123.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$323.000,00 (trezentos e vinte e três mil reais), Recursos Ordinários, Fontes 1.0000, das verbas a seguir discriminadas:

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO**03 DEPTO DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS****0.001 MANUTENÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA - DFI**

"76"3.2.90.21.00.00.1.0000 juros sobre a Dívida por Contrato R\$20.000,00

2.008 DEPTO DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS

"39"3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo R\$60.000,00

"40"3.3.90.36.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física R\$30.000,00

"41"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica...R\$57.000,00

05 SECRETARIA DA FAZENDA**01 DEPTO FINANCEIRO E CONTÁBIL****1.006 AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO EM GERAL**

"87"4.4.90.52.00.00.1.0000 Equipamentos e Material Permanente R\$8.000,00

2.015 DEPTO FINANCEIRO E CONTÁBIL

"93"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica....R\$8.000,00

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA**04 DEPTO DE ENSINO SUPERIOR****2.110 PROGRAMA DE APOIO AO ENSINO SUPERIOR**

"164"3.3.50.43.00.00.1.0000 Subvenções Sociais R\$5.000,00

08 SECRETARIA DA AGRICULTURA**01 DEPTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE****1.015 AQUISIÇÃO DE MAQ MOBILIÁRIO E EQUIP CASA FAMILIAR**

"182"4.4.90.52.00.00.1.0000 Equipamentos e Material Permanente R\$5.000,00

1.018 AQUISIÇÃO DE MAQ MOVEIS E EQUIP SEC DA AGRICULTURA

"184"4.4.90.52.00.00.1.0000 Equipamentos e Material Permanente R\$4.000,00

1.019 CONSTRUIR OU AMPLIAR SISTEMA DE AGUA POTÁVEL
 "185"3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo R\$5.000,00
 R\$5.000,00
 "186"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R\$5.000,00
 "187"4.4.90.51.00.00.1.0000 Obras e Instalações R\$10.000,00
 R\$10.000,00

1.022 CONSTRUIR E AMPLIAR SISTEMA DE TELEFONIA RURAL
 "188"4.4.90.52.00.00.1.0000 Equipamentos e Material Permanente R\$5.000,00
 R\$5.000,00

1.023 INCENTIVO NA CONSTRUÇÃO DE FONTES CAXAMBU
 "189"3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo R\$2.000,00
 R\$2.000,00
 "190"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R\$2.000,00
 "191"4.4.90.51.00.00.1.0000 Obras e Instalações R\$2.000,00
 R\$2.000,00

1.090 AREA DE LAZER E PESCA – AÇUDE MUNICIPAL
 "181"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica...R\$10.000,00

10 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS
 02 DEPTO DE URBANISMO E SERVIÇOS GERAIS
 2.040 DEPTO DE URBANISMO E SERVIÇOS GERAIS
 "217"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica...R\$20.000,00

03 DEPTO DE TRANSPORTES E DO INTERIOR
 1.037 CONSTRUÇÃO DE PONTES, PONTILHÕES E BUEIROS
 "244"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R\$5.000,00
 "245"4.4.90.51.00.00.1.0000 Obras e Instalações R\$5.000,00
 R\$5.000,00

1.039 PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS URBANAS E RURAIS
 "237"4.4.90.51.00.00.1.0000 Obras e Instalações R\$20.000,00
 R\$20.000,00

17 SECRETARIA DO PLANEJ E DESENV ECONÔMICO
 01 DEPTO DE COMÉRCIO, INDÚSTRIA E SERVIÇOS
 1.030 OBRAS DE INFRAESTRUTURA NOS PARQUES INDUSTRIAIS
 "317"4.4.90.51.00.00.1.0000 Obras e Instalações R\$30.000,00
 R\$30.000,00

2.113 MANUTENÇÃO DA EXPOCEDRO
 "320"4.4.90.51.00.00.1.0000 Obras e Instalações R\$5.000,00
 R\$5.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
 Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.
 GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
 ESTADO DE SANTA CATARINA, 18 de outubro de 2016.
 ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
 Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
 Agente Administrativo.

DECRETO Nº 220/2016/SF

DECRETO Nº. 220/2016 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso I, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.440/2015/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 24.500,00 (vinte e quatro mil e quinhentos reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

01 DEPTO DE ENSINO FUNDAMENTAL

2.020 ENSINO FUNDAMENTAL – SALÁRIO - EDUCAÇÃO

"138"3.3.90.39.00.00.1.0058 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R\$24.500,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Excesso de Arrecadação, Recursos Salário Educação, Fonte nº10058, no valor de R\$ 24.500,00 (vinte e quatro mil e quinhentos reais).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
 ESTADO DE SANTA CATARINA, 19 de outubro de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
 Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
 Agente Administrativo.

DECRETO Nº 221/2016/SF

DECRETO Nº. 221/2016 - SF

O Prefeito em exercício de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, nos termos do Art.7º e do inciso II, do Art. 8º da Lei Municipal 4.440/2015 - LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

08 SECRETARIA DA AGRICULTURA

01 DEPTO. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

2.030 MANUTENÇÃO DA CASA FAMILIAR RURAL

"205"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R\$1.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), Recursos Ordinários, Fonte 1.0000, das verbas a seguir discriminadas:

08 SECRETARIA DA AGRICULTURA

01 DEPTO. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

2.029 SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

"204"3.3.90.36.00.00.1.0000 Outros serviços de Terceiros – Pessoa Física R\$1.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 19 de outubro de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 222/2016/SF

DECRETO Nº. 222/2016 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso I, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.440/2015/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 148.000,00 (cento e quarenta e oito mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

02 DEPTO DE ENSINO INFANTIL

2.022 MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL

“151”3.1.90.11.00.00.1.0018 Vencimentos e Vantagens Fixas –
Pessoal Civil.R\$148.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Excesso de Arrecadação, Recursos Fundeb 60%, Fonte nº10018, no valor de R\$ 148.000,00 (cento e quarenta e oito mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 20 de outubro de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 5900/2016

DECRETO Nº 5.900, DE 13 DE OUTUBRO DE 2016

“NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na Seção II, Artigo 69 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990 e as Leis Municipais nº. 1750/1991, de 10 de julho de 1991 e nº

3.788/2010, de 07 de dezembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º. O Conselho Municipal de Saúde do Município de São José do Cedro – SC passa a ficar constituído pelos seguintes membros:

I – Representante da Secretaria Municipal de Saúde

Titular: Fernando Júlio Will

Suplente: Idene Pauli

II – Representante da Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Titular: Miria Spironello

Suplente: Célia Osmari Toigo

III – Representante da Secretaria Municipal de Esportes

Titular: Odair Mazziero

Suplente: Maico Conte

IV – Representante da Associação Beneficente Hospitalar de Cedro

Titular: Romeo Helio Holderbaum

Suplente: Francieli Fávero Bonato

V – Representante dos Laboratórios

Titular: Michele Conte

Suplente: Cristiane Dassow

VI – Representante da APAE

Titular: Anderson Antonio Rodrigues

Suplente: Katia Caron

VII – Representante da ESF

Titular: Joceli Delazeri

Suplente: Adeli Maria Nonnemacher

VIII – Representante do Serviço Social

Titular: Eliana Strub Oldra

Suplente: Gabriela Toigo

IX – Representante do CEMAS

Titular: Francely Casagrande

Suplente: Letícia Piori

X – Representante da Sociedade Educacional Social Cultural Betânia

Titular: Elizete Kertischka Batista de Lima

Suplente: Andréia Maciel

XI – Representante da Pastoral da Criança

Titular: Maria Backes

Suplente: Clari Ana Sartori

XII – Representante do Lions Clube

Titular: Ivandra Simone Dellavechia Cazzoli

Suplente: Ivanete Basei Schoffen

XIII – Representante da Terceira Idade

Titular: Dileta Ubert dos Santos

Suplente: Nilza Becker

XIV – Representante do CDL e ACISC

Titular: Marilei Kuhn Niedermaier

Suplente: Suzana Maria Boldrin

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Fica revogado o Decreto nº 5.788, de 19 de abril de 2016 e demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 13 de outubro de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

LEI Nº 4545/2016

LEI Nº 4.545, DE 18 DE OUTUBRO DE 2016.

“ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ DO CEDRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,

FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral do Fundo Municipal de Saúde de São José do Cedro, no valor de R\$33.000,00 (trinta e três mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
02 DEPARTAMENTO DE SAÚDE PÚBLICA
2.056 PROGRAMA DE SAÚDE PÚBLICA
“41”3.3.90.39.00.00.1.0002 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica...R\$33.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$33.000,00 (trinta e três mil reais), Recursos de Transferências de Impostos - Saúde, Fonte 1.0002, das verbas a seguir discriminadas:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
02 DEPARTAMENTO DE SAÚDE PÚBLICA
1.051 AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA TRANSPORTE DE PACIENTES
“32”4.4.90.52.00.00.1.0002 Equipamentos e Material Permanente
..... R\$33.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 18 de outubro de 2016.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

FERNANDO JÚLIO WILL,
Secretário Municipal de Saúde.

JOANA ANZOLIN,
Secretária Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

CÉLIA OSMARI TOIGO,
Secretária Municipal da Educação e Cultura.

ELANDIR JOÃO ZANARDI,
Secretário Municipal da Fazenda.

DOUGLAS CESAR PATEL,
Secretário Municipal da Agricultura.

ANDERSON LUIZ TREMEA,
Secretário Municipal de Esportes.

ELIANA STRUB OLDRA,
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

ALINE WARTHA,
Secretária Municipal de Administração.

FÁBIO MACHADO,
Secretário Municipal de Transportes e Obras

Publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

LEI Nº 4546/2016

LEI Nº 4.546, DE 18 DE OUTUBRO DE 2016.

“ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,

FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$229.125,81 (duzentos e vinte e nove mil cento e vinte e cinco reais e oitenta e um centavos), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

10 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS
04 SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SEMAE - SJCEDRO
2.115 MANUTENÇÃO DO SEMAE SJCEDRO
“270”3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R\$90.000,00
“503”3.3.90.39.00.00.3.0000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica....R\$139.125,81

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$229.125,81 (duzentos e vinte e nove mil cento e vinte e cinco reais e oitenta e um reais), das verbas a seguir discriminadas:

10 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS
02 DEPTO DE URBANISMO E SERVIÇOS GERAIS
2.040 DEPARTAMENTO DE URBANISMO E SERVIÇOS GERAIS
“217”3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R\$90.000,00
“423”3.3.90.39.00.00.3.0000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R\$139.125,81

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 18 de outubro de 2016.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

FERNANDO JÚLIO WILL,
Secretário Municipal de Saúde.

JOANA ANZOLIN,
Secretária Municipal do Planejamento e Desenvolvimento

Econômico.

CÉLIA OSMARI TOIGO,
Secretária Municipal da Educação e Cultura.

ELANDIR JOÃO ZANARDI,
Secretário Municipal da Fazenda.

DOUGLAS CESAR PATEL,
Secretário Municipal da Agricultura.

ANDERSON LUIZ TREMEA,
Secretário Municipal de Esportes.

ELIANA STRUB OLDRA,
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

ALINE WARTHA,
Secretária Municipal de Administração.

FÁBIO MACHADO,
Secretário Municipal de Transportes e Obras

Publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

LEI Nº 4547/2016

LEI Nº 4.547, DE 18 DE OUTUBRO DE 2016.

“ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,

FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$39.369,25 (trinta e nove mil trezentos e sessenta e nove reais e vinte e cinco centavos), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

02 DEPTO DE ENSINO INFANTIL

2.022 MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL

“150”3.1.90.11.00.00.1.0001 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil R\$39.369,25

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$39.369,25 (trinta e nove mil trezentos e sessenta e nove reais e vinte e cinco centavos), Recursos de Transferências de Impostos - Educação, Fonte 1.0001, das verbas a seguir discriminadas:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

01 DEPTO DE ENSINO FUNDAMENTAL

1.008 EQUIPAR, INFORMATIZAR E MOBILIAR UN ENSINO FUNDAMENTAL

“118”4.4.90.52.00.00.1.0001 Equipamentos e Material Permanente R\$7.833,50

1.009 AMPLIAR ACERVO BIBLIOGRÁFICO DO ENSINO FUNDAMENTAL

“128”3.3.90.30.00.00.1.0001 Material de Consumo R\$5.711,75

02 DEPTO DE ENSINO INFANTIL

1.012 EQUIPAR, INFORMATIZAR E MOBILIAR UN DO ENSINO INFANTIL

“146”4.4.90.52.00.00.1.0001 Equipamentos e Material Permanente R\$12.359,00

1.013 AMPLIAR ACERVO BIBLIOGRÁFICO DO ENSINO INFANTIL

“147”3.3.90.30.00.00.1.0001 Material de Consumo R\$3.465,00

1.014 CONSTRUIR OU AMPLIAR UM DE ENSINO INFANTIL

“148”4.4.90.51.00.00.1.0001 Obras e Instalações R\$10.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 18 de outubro de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

FERNANDO JÚLIO WILL,
Secretário Municipal de Saúde.

JOANA ANZOLIN,
Secretária Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

CÉLIA OSMARI TOIGO,
Secretária Municipal da Educação e Cultura.

ELANDIR JOÃO ZANARDI,
Secretário Municipal da Fazenda.

DOUGLAS CESAR PATEL,
Secretário Municipal da Agricultura.

ANDERSON LUIZ TREMEA,
Secretário Municipal de Esportes.

ELIANA STRUB OLDRA,
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

ALINE WARTHA,
Secretária Municipal de Administração.

FÁBIO MACHADO,
Secretário Municipal de Transportes e Obras

Publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

LEI Nº 4548/2016

LEI Nº 4.548, DE 18 DE OUTUBRO DE 2016.

“ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,

FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$213.916,18 (duzentos e treze mil novecentos e dezesseis reais e dezoito centavos), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

01 DEPTO DE ENSINO FUNDAMENTAL

2.019 TRANSPORTE ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL

"112"3.3.90.39.00.00.1.0001 Outros Serviços de Terceiros – Pessoal Jurídica.....R\$149.916,18

02 DEPTO DE ENSINO INFANTIL

2.022 MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL

"150"3.1.90.11.00.00.1.0001 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil R\$53.000,00

"152"3.1.90.13.00.00.1.0001 Obrigações Patronais R\$11.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$213.916,18 (duzentos e treze mil novecentos e dezesseis reais e dezoito centavos), Recursos Ordinários, Fonte 1.0000, das verbas a seguir discriminadas:

10 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS

03 DEPTO DE TRANSPORTES E DO INTERIOR

1.034 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS

"259"4.4.90.52.00.00.1.0000 Equipamentos e Material Permanente R\$120.000,00

1.040 SINALIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS URBANAS

"232"3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo R\$20.229,20

"233"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R\$20.000,00

"234"4.4.90.51.00.00.1.0000 Obras e Instalações R\$9.559,00

17 SECRETARIA DO PLANEJ E DESENV ECONÔMICO

01 DEPTO DE COMÉRCIO, INDÚSTRIA E SERVIÇOS

1.029 CONSTRUÇÃO DE GALPÃO INDUSTRIAL

"328"4.4.90.51.00.00.1.0000 Obras e Instalações R\$21.927,98

1.030 OBRAS DE INFRAESTRUTURAS NOS PARQUES INDUSTRIAIS

"316"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R\$10.000,00

2.113 MANUTENÇÃO DA EXPOCEDRO

"318"3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo R\$200,00

"319"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R\$2.000,00

03 DEPTO DE PATRIMÔNIO, PROJETOS E EDIFICAÇÕES

2.039 DEPTO DE PATRIMÔNIO, PROJETOS E EDIFICAÇÕES

"337"3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo R\$10.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 18 de outubro de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

FERNANDO JÚLIO WILL,
Secretário Municipal de Saúde.

JOANA ANZOLIN,

Secretária Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

CÉLIA OSMARI TOIGO,
Secretária Municipal da Educação e Cultura.

ELANDIR JOÃO ZANARDI,
Secretário Municipal da Fazenda.

DOUGLAS CESAR PATEL,
Secretário Municipal da Agricultura.

ANDERSON LUIZ TREMEA,
Secretário Municipal de Esportes.

ELIANA STRUB OLDRA,
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

ALINE WARTHA,
Secretária Municipal de Administração.

FÁBIO MACHADO,
Secretário Municipal de Transportes e Obras

Publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

LEI Nº 4549/2016

LEI Nº 4.549, DE 18 DE OUTUBRO DE 2016.

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ DO CEDRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,

FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral do Fundo Municipal de Saúde de São José do Cedro, no valor de R\$323.000,00 (trezentos e vinte e três mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

01 DEPARTAMENTO DE SAÚDE FAMILIAR

2.054 PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA - PSF

"1"3.1.90.11.00.00.1.0002 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil....R\$200.000,00

02 DEPTO DE SAÚDE PÚBLICA

2.056 PROGRAMA DE SAÚDE PÚBLICA

"41"3.3.90.39.00.00.1.0002 Outros serviços de Terceiros == Pessoa Jurídica..R\$123.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$323.000,00 (trezentos e vinte e três mil reais), Recursos Ordinários, Fontes 1.0000, das verbas a seguir discriminadas:

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

03 DEPTO DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS

0.001 MANUTENÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA - DFI

"76"3.2.90.21.00.00.1.0000 juros sobre a Dívida por Contrato R\$20.000,00

2.008 DEPTO DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS
 "39"3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo
 R\$60.000,00
 "40"3.3.90.36.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física R\$30.000,00
 "41"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R\$57.000,00
 05 SECRETARIA DA FAZENDA
 01 DEPTO FINANCEIRO E CONTÁBIL
 1.006 AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO EM GERAL
 "87"4.4.90.52.00.00.1.0000 Equipamentos e Material Permanente R\$8.000,00

2.015 DEPTO FINANCEIRO E CONTÁBIL
 "93"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica....R\$8.000,00

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA
 04 DEPTO DE ENSINO SUPERIOR
 2.110 PROGRAMA DE APOIO AO ENSINO SUPERIOR
 "164"3.3.50.43.00.00.1.0000 Subvenções Sociais R\$5.000,00

08 SECRETARIA DA AGRICULTURA
 01 DEPTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
 1.015 AQUISIÇÃO DE MAQ MOBILIÁRIO E EQUIP CASA FAMILIAR
 "182"4.4.90.52.00.00.1.0000 Equipamentos e Material Permanente R\$5.000,00

1.018 AQUISIÇÃO DE MAQ MOVEIS E EQUIP SEC DA AGRICULTURA
 "184"4.4.90.52.00.00.1.0000 Equipamentos e Material Permanente R\$4.000,00

1.019 CONSTRUIR OU AMPLIAR SISTEMA DE AGUA POTÁVEL
 "185"3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo R\$5.000,00
 "186"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R\$5.000,00
 "187"4.4.90.51.00.00.1.0000 Obras e Instalações R\$10.000,00

1.022 CONSTRUIR E AMPLIAR SISTEMA DE TELEFONIA RURAL
 "188"4.4.90.52.00.00.1.0000 Equipamentos e Material Permanente R\$5.000,00

1.023 INCENTIVO NA COSNTRUÇÃO DE FONTES CAXAMBU
 "189"3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo R\$2.000,00
 "190"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R\$2.000,00
 "191"4.4.90.51.00.00.1.0000 Obras e Instalações R\$2.000,00

1.090 AREA DE LAZER E PESCA – AÇUDE MUNICIPAL
 "181"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R\$10.000,00

10 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS
 02 DEPTO DE URBANISMO E SERVIÇOS GERAIS
 2.040 DEPTO DE URBANISMO E SERVIÇOS GERAIS
 "217"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R\$20.000,00

03 DEPTO DE TRANSPORTES E DO INTERIOR
 1.037 CONSTRUÇÃO DE PONTES, PONTILHÕES E BUEIROS
 "244"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R\$5.000,00
 "245"4.4.90.51.00.00.1.0000 Obras e Instalações

..... R\$5.000,00

1.039 PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS URBANAS E RURAIS
 "237"4.4.90.51.00.00.1.0000 Obras e Instalações R\$20.000,00

17 SECRETARIA DO PLANEJ E DESENV ECONÔMICO
 01 DEPTO DE COMÉRCIO, INDÚSTRIA E SERVIÇOS
 1.030 OBRAS DE INFRAESTRUTURA NOS PARQUES INDUSTRIAIS
 "317"4.4.90.51.00.00.1.0000 Obras e Instalações R\$30.000,00

2.113 MANUTENÇÃO DA EXPOCEDRO
 "320"4.4.90.51.00.00.1.0000 Obras e Instalações R\$5.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
 Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.
 GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
 ESTADO DE SANTA CATARINA, 18 de outubro de 2016.
 ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
 Prefeito Municipal.

FERNANDO JÚLIO WILL,
 Secretário Municipal de Saúde.

JOANA ANZOLIN,
 Secretária Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

CÉLIA OSMARI TOIGO,
 Secretária Municipal da Educação e Cultura.

ELANDIR JOÃO ZANARDI,
 Secretário Municipal da Fazenda.

DOUGLAS CESAR PATEL,
 Secretário Municipal da Agricultura.

ANDERSON LUIZ TREMEA,
 Secretário Municipal de Esportes.

ELIANA STRUB OLDRA,
 Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

ALINE WARTHA,
 Secretária Municipal de Administração.

FÁBIO MACHADO,
 Secretário Municipal de Transportes e Obras

Publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
 Agente Administrativo.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 5.499, DE 14 DE OUTUBRO DE 2016.

DECRETO Nº 5.499, DE 14 DE OUTUBRO DE 2016.

Dispõe sobre as regras de transição de governo no Município de São Lourenço do Oeste, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 55, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO a necessidade de instituir processo de transição governamental para preservar a continuidade dos serviços públicos, visando os interesses da população lourenciana;

CONSIDERANDO que a nova gestão administrativa necessita conhecer dados fundamentais, sem os quais dificultar-se-ia a implantação de seus projetos, programas de governo e compromissos, a partir do início do novo mandato, ou seja, a partir de 1º de janeiro de 2017;

CONSIDERANDO, por fim, que os agentes e autoridades administrativas, têm o dever constitucional de pautarem-se pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficácia, razoabilidade, precaução e transparência;

DECRETA:

Art. 1º Para efeitos deste decreto, transição governamental é o processo que objetiva propiciar condições para que o Prefeito eleito possa receber de seu antecessor todos os dados e informações necessárias à implementação do programa do novo governo, desde a data de início do processo de transição governamental.

Art. 2º O processo de transição governamental terá início em data de 26 de outubro de 2016 e findar-se-á em 31 de dezembro de 2016.

Art. 3º O Prefeito Eleito, querendo, poderá designar comissão para acompanhar a transição governamental.

§ 1º A composição da comissão, de que trata o caput, deverá ser informada, mediante ofício, endereçado ao Prefeito atual, com protocolo no Gabinete do Prefeito.

§ 2º Somente poderá acompanhar a transição, o membro nomeado na forma prevista neste artigo.

Art. 4º Os requerimentos de acesso às informações, qualquer que seja a sua natureza, deverão ser formulados por escrito e endereçados ao Prefeito atual, mediante protocolo no Gabinete do Prefeito, a quem competirá requisitar dos órgãos e entidades públicas os dados solicitados pela equipe de transição e formular as respectivas respostas.

Art. 5º É vedado aos servidores públicos municipais, o fornecimento de informações relativas ao andamento das ações do governo municipal, sejam de quaisquer natureza, salvo se expressamente autorizadas pelo Prefeito atual.

Parágrafo único. O descumprimento do previsto no caput deste artigo, implicará em sanção administrativa disciplinar, punível através das sanções previstas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 14 de outubro de 2016.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

ERRATA AO DECRETO Nº 5.496, DE 17 DE OUTUBRO DE 2016

ERRATA:

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, através do Sr. Prefeito Municipal, TORNA PÚBLICA a retificação da data de edição do Decreto nº 5.496, de 17 de outubro de 2016, publicado em 19 de outubro de 2016, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, página 477, edição nº 2105, nos seguintes termos:

Fica retificado a data de edição do Decreto nº 5.496, de 17 de outubro de 2016, publicado em 19 de outubro deste ano, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, página 477, edição nº 2105, passando a constar com a seguinte redação:

“DECRETO Nº 5.496, DE 14 DE OUTUBRO DE 2016.

.....

.....

São Lourenço do Oeste - SC, 14 de outubro de 2016.”

São Lourenço do Oeste - SC, 24 de outubro de 2016.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 114/2016

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 114/2016

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 114/2016 – Leilão Nº 001/2016.

OBJETO: ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS DE PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, CONFORME ESPECIFICADO NO ANEXO I-A, QUE FAZ PARTE INTEGRANTE DESTE EDITAL, PARA TODOS OS EFEITOS.

Lote nº 01, arrematado pelo Sr. Agenor de Souza, pelo valor final de R\$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais);

Lote nº 02, arrematado pelo Sr. Maicon Rogério Muller Me, pelo valor final de R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais);

Lote nº 03, arrematado pelo Sr. Patrick Igor Dalmarco, pelo valor final de R\$ 15.500,00 (quinze mil e quinhentos reais);

Lote nº 04, arrematado pelo Sr. Ivair Pieta, pelo valor final de R\$ 24.250,00 (vinte e quatro mil, duzentos e cinquenta reais);

Lote nº 05, arrematado pelo Sr. Adir Francisco Kucmanski, pelo valor final de R\$ 1.850,00 (um mil, oitocentos e cinquenta reais);

Lote nº 06, arrematado pelo Sr. Adir Francisco Kucmanski, pelo valor final de R\$ 1.600,00 (um mil e seiscentos reais);

Lote nº 07, arrematado pelo Sr. Moises Dalla Costa, pelo valor final de R\$ 1.000,00 (um mil reais);

Lote nº 08, arrematado pelo Sr. Sidnei Luiz Bender, pelo valor final de R\$ 170,00 (cento e setenta reais);

Lote nº 09, arrematado pelo Sr. Wilson Roque Piazza, pelo valor final de R\$ 300,00 (trezentos reais);

Lote nº 10, arrematado pelo Sr. Wilson Roque Piazza, pelo valor final de R\$ 1.000,00 (um mil reais);
Lote nº 11, arrematado pelo Sr. Moises Dalla Costa, pelo valor final de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais);
Lote nº 13, arrematado pelo Sr. Charles da Silva, pelo valor final de R\$ 155,00 (cento e cinquenta e cinco reais);
Lote nº 14, arrematado pelo Sr. João Celso Tremea, pelo valor final de R\$ 105,00 (cento e cinco reais);
Lote nº 17, arrematado pelo Sr. Patrick Igor Dalmarco, pelo valor final de R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais);
Os demais lotes (12, 15, 16, 19, 20, 21, 22, 23 e 24) não foram arrematados.
TOTAL: R\$ 79.480,00 (setenta e nove mil, quatrocentos e oitenta reais).
DATA DE ASSINATURA: 07/10/2016.
VIGÊNCIA: 07/10/2016 à 31/12/2016.
INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 117/2016

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 117/2016
ORIGEM: Processo Licitatório Nº 117/2016 – Pregão Presencial Nº 087/2016.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE PERSIANAS COM INSTALAÇÃO PARA A NOVA SEDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC.
FORNECEDOR: FLACH AMBIENTES COMERCIO DE ACABAMENTOS E REVESTIMENTOS - CNPJ: 12.112.325/0001-45.
VALOR: R\$ 10.990,00 (dez mil, novecentos e noventa reais).
TOTAL: R\$ 10.990,00 (dez mil, novecentos e noventa reais).
DATA DE ASSINATURA: 24/10/2016.
VIGÊNCIA: 24/10/2016 à 31/12/2016.
INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

São Miguel da Boa Vista

PREFEITURA

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITATÓRIO 51/2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC.

PROCESSO Nº. 51/2016.

MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO.

GILNEI ANTONIO GUTH, Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista (SC), torna publico, Dispensa de Licitação, com fundamento no art. 24 inciso II da Lei Federal nº 8.666/93, relativo à aquisição de lanternas para uso dos Bombeiros que atendem ao Município de São Miguel da Boa Vista/SC, da empresa SOS Sul Resgate Com. E Serv. De Segurança e Sinalização Ltda, com um custo total de R\$ 2.452,20 para aquisição do objeto. A presente dispensa de licitação será regida pela Lei n.º 8.666/93, e alterações posteriores. São Miguel da Boa Vista (SC), 25 de outubro de 2016.

GILNEI ANTONIO GUTH – Prefeito Municipal.

PROCESSO LICITATÓRIO 50/2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 50/2016.

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

GILNEI ANTONIO GUTH, Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista (SC), torna publico, Licitação do tipo "MENOR PREÇO", por item, na modalidade Pregão Presencial, para aquisição de implementos agrícolas, e estará recebendo envelopes da documentação e proposta até às 8:00 horas do dia 08/11/2016. Maiores informações, bem como cópia do edital poderá ser obtida com o setor de compras e Licitações, de Segunda a Sexta-Feira, horário de expediente, das 7:00 às 13:00 horas. A presente licitação será regida pela Lei n.º 10.520/02 com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores. São Miguel da Boa Vista (SC), 25 de outubro de 2016.

GILNEI ANTONIO GUTH – Prefeito Municipal.

PROCESSO LICITATÓRIO 52/2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC.

PROCESSO LICITATORIO Nº 52/2016.

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇO.

GILNEI ANTONIO GUTH, Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista (SC), torna publico, Licitação do tipo "MENOR PREÇO GLOBAL", para Execução da Obra de Drenagem Pluvial, Sinalização e Pavimentação Asfáltica, conforme cronograma, memorial descritivo, orçamento e projeto de engenharia em anexo, e estará recebendo envelopes da documentação e proposta até às 08:45 horas do dia 09/11/2016. Maiores informações, bem como cópia do edital poderão ser obtida com o setor de Licitações, e setor de compras, de Segunda a Sexta-Feira, horário de expediente, das 07:00 às 13:00 horas. A presente licitação será regida pela Lei n.º 8.666/93, e alterações posteriores. São Miguel da Boa Vista (SC), 25 de outubro de 2016.

GILNEI ANTONIO GUTH – Prefeito Municipal.

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 8.754/2016 - FICA APROVADO O REMEMBRAMENTO DO LOTE URBANO Nº 01, COM ÁREA DE 280,575M², INSCRITO NA MATRÍCULA Nº 37.282 E LOTE URBANO Nº 02, COM ÁREA DE 274,05M², MATRÍCULA Nº 37.283, DE PROPRIEDADE DE OSVALDINHO GAIO.

DECRETO Nº 8.754/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VI, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, Art. 82, § 2º, da Lei Complementar n. 006/2011 (lei do Parcelamento do Solo Urbano).

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o REMEMBRAMENTO do lote urbano nº 01, com área de 280,575m², inscrito na matrícula nº 37.282 e lote urbano nº 02, com área de 274,05m², matrícula nº 37.283, ambos Localizados na Rua Pedro Lagni esquina com a Rua Theodoro Skazinski, Bairro São Sebastião, São Miguel do Oeste - SC, de propriedade de Osvaldinho Gaio, lembrado os referidos imóveis entre si, formam um único imóvel com área total 554,625m², passando de ora em diante a ter as seguintes confrontações em conjunto:

REMEMBRAMENTO:

O lote urbano nº 01, com área de 280,575m² e o lote urbano nº 02, com área de 274,05m², perfazendo um total de 554,625m², confrontando, em conjunto: ao norte, com o lote urbano nº 03, por linha seca medindo 22,50 metros; ao leste, com a rua Pedro Lagni, medindo 25,84 metros; ao sul, com a rua Theodoro Skazinski, medindo 22,57 metros e ao oeste, com parte do lote nº 05, por linha seca medindo 23,46 metros.

Art. 2º Ficam a cargo dos proprietários a execução de eventuais obras e registro no Ofício de Registro de Imóveis, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, para o fiel cumprimento do presente ato.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE- SC.

Em, 20 de outubro de 2016.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado no
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnica Administrativa

DECRETO Nº 8.755/2016-FICA APROVADO O DESDOBRAMENTO E REMEMBRAMENTO DO LOTE URBANO Nº 88, COM ÁREA 650,00M² E LOTE URBANO Nº 87, COM ÁREA DE 650,00M² DE PROPRIEDADE DE VALDIR LAZAROTTO E INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CALÇADOS E CONFECÇÕES NAGIA LTDA. – ME.

DECRETO Nº 8.755/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VI, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, Art. 82, § 2º, da Lei Complementar n. 006/2011 (lei do Parcelamento do Solo Urbano).

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o DESDOBRAMENTO e REMEMBRAMENTO do lote urbano nº 88, com área 650,00m², da matrícula nº 44.468, sito no Loteamento Eduardo João Agostini, Rua Oiapoc, Bairro Agostini, Município de São Miguel do Oeste – SC, de propriedade de Valdir Lazarotto, e lote urbano nº 87, com área de 650,00m², matrícula nº 31.072, sito no Loteamento Eduardo João Agostini, Rua Oiapoc, Bairro Agostini, Município de São Miguel do Oeste – SC, de propriedade de Indústria e Comércio de Calçados e Confecções Nagia Ltda. – ME, passando de ora em diante a ter as seguintes confrontações em conjunto:

DESDOBRAMENTO:

Parte do lote urbano nº 88, com área de 273,00m², confrontando: ao Norte, com o lote urbano nº 86, por linha seca medindo 13,00metros; ao Leste, com a parte do lote urbano nº 92 e com o lote urbano nº 91, por linha seca medindo 21,00metros; ao Sul, com parte do mesmo lote urbano nº 88, por linha seca de 13,00metros; ao Oeste, com parte do lote urbano nº 87, por linha seca medindo 21,00metros.

Parte do lote urbano nº 88, com área de 377,00m², confrontando: ao Norte, com parte do mesmo lote urbano nº 88, por linha seca medindo 13,00metros; ao Leste, com os lotes urbanos nº 90 e 89, por linha seca medindo 29,00metros; ao Sul, com a Rua Oiapoc, medindo 13,00metros; ao Oeste, com parte do lote urbano nº 87, por linha seca medindo 29,00metros.

Remembramento:

Lote urbano nº 87, com área de 650,00m² e parte do lote urbano nº 88, com área de 273,00m², perfazendo um total de 923,00m², confrontando em conjunto: ao Norte, com os lotes urbanos nº 85 e 86, por linha seca medindo 26,00metros; ao Leste, com a parte do lote urbano nº 92 e com o lote urbano nº 91, por linha seca medindo 21,00metros; ao Sul, com parte do mesmo lote urbano nº 88, por linha seca de 13,00metros; novamente ao Leste, com parte do mesmo lote urbano nº 88, por linha seca medindo 29,00metros; novamente ao Sul, com a Rua Oiapoc, medindo 13,00metros; ao Oeste, com os lotes urbanos nº 84, 83, 82, e parte do lote urbano nº 81, por linha seca medindo 50,00metros.

Art. 2º Ficam a cargo dos proprietários a execução de eventuais obras e registro no Ofício de Registro de Imóveis, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, para o fiel cumprimento do presente ato.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE- SC.

Em, 21 de outubro de 2016.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado no

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnica Administrativa

DECRETO Nº 8.756/2016-APROVA DESDOBRAMENTO DO IMÓVEL OBJETO DA MATRÍCULA IMOBILIÁRIA N. 39.445, DE PROPRIEDADE DE ALEXANDRA VANESSA KLEIN PÉRICO E APROVA REMEMBRAMENTO AO IMÓVEL OBJETO DA MATRÍCULA IMOBILIÁRIA N. 39.448, DE PROPRIEDADE DE VILSON JOSÉ PÉRICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 8.756/2016

APROVA DESDOBRAMENTO DO IMÓVEL OBJETO DA MATRÍCULA IMOBILIÁRIA N. 39.445, DE PROPRIEDADE DE ALEXANDRA VANESSA KLEIN PÉRICO E APROVA REMEMBRAMENTO AO IMÓVEL OBJETO DA MATRÍCULA IMOBILIÁRIA N. 39.448, DE PROPRIEDADE DE VILSON JOSÉ PÉRICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VI, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

DECRETA

Art. 1º Fica aprovado o desdobramento De Parte da Chácara n. 08, com área de 2.207,80m² objeto da Matrícula Imobiliária n. 39.445, de propriedade de Alexandra Vanessa Klein Périco, que passam a ter as seguintes confrontações:

I - Parte da chácara nº 08, com área de 775,86m², (sendo 210,13m², edificável e 565,73m², não edificável), confrontando: ao Norte, com o lote urbano nº 08-1, por linha seca medindo 17,50metros; ao Leste, com parte da chácara nº 08, por linha seca medindo 45,51metros; ao Sul, com parte da chácara nº 01, por linha seca medindo 17,66metros; ao Oeste, com parte da mesma chácara nº 08, por linha seca medindo 43,16metros;

II - Parte da chácara nº 08, com área de 1.431,94m², (sendo 1.286,64m², edificável e 145,30m², não edificável), confrontando: ao Norte, com a Rua Almirante Tamandaré, medindo 16,50metros; ao Leste, com o lote urbano nº 08-1 e com parte da mesma chácara nº 08, por linha seca medindo 74,76metros; ao Sul, com parte da chácara nº 01, por linha seca medindo 22,64metros; ao Oeste, com o lote urbano nº 9A-1, do desmembramento de parte da chácara nº 09, de Luiz Perego, por linha seca medindo 72,00metros

Art. 2º Fica aprovado o remembramento do imóvel criando no inciso I, do art. 1º (parte da chácara n. 08), com área de 775,86m², com o Lote Urbano n. 08-1, com área de 553,00m², objeto da Matrícula Imobiliária n. 39.448, de propriedade de Vilson José Périco, que passam a ter as seguintes confrontações:

I - Lote urbano nº 08-1, com área de 553,00m² e parte da chácara nº 08, com área de 775,86m², (sendo 210,13m², edificável e 565,73m², não edificável) perfazendo um total de 1.328,86m², confrontando: ao Norte, com a Rua Almirante Tamandaré, medindo 17,50metros; ao Leste, com parte da chácara nº 08, por linha seca medindo 77,11metros; ao Sul, com parte da chácara nº 01, por linha seca medindo 17,66metros; ao Oeste, com parte da chácara

nº 08, por linha seca medindo 74,76metros. nº 512, por linha seca medindo 15,036metros;

Art. 3º Ficam a cargo dos proprietários a execução de eventuais obras e registro no Ofício de Registro de Imóveis, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, para o fiel cumprimento do presente ato.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC,

Em 24 de outubro de 2016.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal em Exercício

JULIO ANTONIO BAGETTI

Advogado OABSC 11.820-B

Este Decreto foi publicado no

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnica Administrativa

DECRETO Nº 8.757/2016-FICA APROVADO O DESDOBRAMENTO, DA PARTE LOTE URBANO Nº 17-A E P/ LOTE URBANO Nº 17, COM ÁREA DE 360,00M² E 100,00M², RESPECTIVAMENTE, PERFAZENDO UM TOTAL DE 460,00M², DE PROPRIEDADE DA SRA. MABILE TEREZA DALA COSTA .

DECRETO Nº 8.757/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VI, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, art. 82, § 2º, da Lei Complementar n. 006/2011 (lei do Parcelamento do Solo Urbano):

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o DESDOBRAMENTO, da parte Lote Urbano nº 17-A e p/ Lote Urbano nº 17, com área de 360,00m² e 100,00m², respectivamente, perfazendo um total de 460,00m², conforme matrícula nº 17.556, situada na Rua Goiás, Bairro Andreata, deste município de São Miguel do Oeste – SC, de propriedade da Sra. Mabile Tereza Dala Costa, passando de ora em diante a terem as seguintes confrontações:

DesDObramento:

Parte do lote urbano nº 17-A com área de 230,00m², confrontando: ao norte, com o Lote urbano nº 16, por linha seca de 20,00 metros; ao leste, com parte do lote urbano nº 18, medindo 11,50 metros; ao sul, com p/ do lote urbano nº 17-A, medindo 20,00 metros; ao oeste, com a Rua Goiás, medindo 11,50 metros.

Parte do lote urbano nº 17-A e p/ lote urbano nº 17 com área de 230,00m², confrontando: ao norte, com o p/ lote urbano nº 17-A, por linha seca de 20,00 metros; ao leste, com parte do lote urbano nº 18, medindo 11,50 metros; ao sul, com p/ do lote urbano nº 17, medindo 20,00 metros; ao oeste, com a Rua Goiás, medindo 11,50 metros.

Art. 2º Ficam a cargo do proprietário a execução de eventuais obras e registro no Ofício de Registro de Imóveis, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, para o fiel cumprimento do presente ato.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE- SC.
Em, 24 de outubro de 2016
JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado no
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA
Técnica Administrativa

EXT. 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 15.2015 - ESPORTE

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES - FUMDESMO
2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 15/2015
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/2015
TOMADA DE PREÇO Nº 02/2015
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA IMPLANTAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE INFRAESTRUTURA ESPORTIVA NO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC, CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº 806684/2014/MINISTERIO DO ESPORTE/CAIXA/PROCESSO Nº 2623.1014699-34/2014, DE ACORDO COM MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTOS QUANTITATIVOS, CRONOGRAMA FISICO-FINANCEIRO E PROJETOS, PARTES INTEGRANTES DESTE PROCESSO LICITATÓRIO.
CONTRATADO: WULAJE ARTEFATOS E CONSTRUÇÕES LTDA - EPP
VIGÊNCIA: PRORROGADO PRAZO ATÉ 28/09/2016
ASSINA pela CONTRATANTE: VALDIR BERTHOLDO FERNADES
ASSINA pela CONTRATADA: ALCEU WUNSCH
São Miguel do Oeste, SC., 28 de junho de 2016.

EXT. 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 15.2015 - ESPORTE

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES - FUMDESMO
3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 15/2015
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/2015
TOMADA DE PREÇO Nº 02/2015
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA IMPLANTAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE INFRAESTRUTURA ESPORTIVA NO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC, CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº 806684/2014/MINISTERIO DO ESPORTE/CAIXA/PROCESSO Nº 2623.1014699-34/2014, DE ACORDO COM MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTOS QUANTITATIVOS, CRONOGRAMA FISICO-FINANCEIRO E PROJETOS, PARTES INTEGRANTES DESTE PROCESSO LICITATÓRIO.
CONTRATADO: WULAJE ARTEFATOS E CONSTRUÇÕES LTDA - EPP
VIGÊNCIA: PRORROGADO PRAZO ATÉ 29/01/2017
ASSINA pela CONTRATANTE: VALDIR BERTHOLDO FERNADES
ASSINA pela CONTRATADA: ALCEU WUNSCH
São Miguel do Oeste, SC., 20 de setembro de 2016.

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

DECRETO N.º 166/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO n.º 166/2016

DECRETA PONTO FACULTATIVO EM REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no artigo 45, inciso IV, da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º - Fica decretado PONTO FACULTATIVO, no dia 28 (vinte e oito) de outubro de dois mil e dezesseis, em todas as Repartições Públicas do Município de São Pedro de Alcântara, em virtude da comemoração do dia do Servidor Público.

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 24 de outubro de 2016.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2016.

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 12/2016

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 12/2016

O Secretário Municipal de Educação, Cultura e Desporto DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, apresenta o presente Edital:

Art. 1º - Fica regulamentado no município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, a chamada pública para seleção de professor II – hora atividade – Maternal II, para educação infantil.

§ 1º - Tal edital se fez necessário devido a solicitação de exoneração da Srª Rosângela Nunes Pereira.

Art. 2º - Os/as professores (as) II interessados em participar, deverão comparecer a Câmara Municipal de Vereadores do Município de São Pedro de Alcântara, no dia 31 de outubro de 2016, às 09h, portando a seguinte documentação:

I - Xerox Identidade;

II - Xerox CPF;

III - Xerox PIS PASEP e Carteira Trabalho;

IV - Xerox Título de Eleitor e Quitação Eleitoral;

V - Xerox Certificado de Reservista;

VI - Xerox Títulos Escolares (autenticado);

VII - Xerox Certidão de Casamento;

VIII - Xerox Certidão Filhos menores de 14 anos;

IX - Atestado de Saúde (Médico do Trabalho);

X - 01 Foto 3 x 4 atual;

XI - Comprovante de Residência;

XII - Folha Corrida Judicial.

§ 1º - Dúvidas e/ou esclarecimentos sobre a documentação a ser apresentada, poderá ser retirada no Setor de Recursos Humanos, localizado no 2º andar, do Prédio Administrativo da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, no horário de funcionamento 7h as 13h ou através do telefone (48) 32770122 r:221.

§ 2º - A apresentação da documentação no ato da escolha, é de caráter eliminatório.

Art. 3º - As vagas ofertadas, tem como pré-requisito o título de graduação em pedagogia com habilitação em educação infantil para Professor II, não havendo interessados abre-se a vaga para quem estiver cursando a 5ª fase no curso de graduação em pedagogia.

Art. 4º - A escolha de turmas será realizada em forma de assembléia, sendo expostas todas as vagas, havendo a manifestação de interesse no momento em que for anunciada a vaga.

§ 1º - Havendo mais de um professor (a) interessado pela mesma turma, será adotado os seguintes critérios de desempate:

I – Título em graduação com habilitação em educação infantil; havendo empate;

II – Título de pós-graduação, na área de atuação; havendo empate;

III – Título de magistério; havendo empate;

IV - Tempo de magistério; havendo empate;

V - Havendo empate em todos os critérios acima, será utilizado para desempate a maior idade do candidato.

§ 2º - Para o critério de desempate em tempo de magistério, o candidato deverá possuir um comprovante, que deverá ser a certidão original de tempo de magistério. A não apresentação de tal documentação, no ato da escolha é de caráter eliminatório.

Art. 5º - Segue abaixo a vaga disponível para Professor II:

Professor II MATERNAL II					
	Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-Feira	Sexta-feira
Matutino (7h as 13h)		CEI Frei Ático		CEI Profª Leonida Vieira Francener	
Vespertino (13h as 19h)	CEI Frei Ático		CEI Profª Leonida Vieira Francener		Hora-atividade CEI Frei Ático

Vaga 01: BERÇÁRIO					
	Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-Feira	Sexta-feira
Matutino (7h as 13h)	CEI Profª Leonida Vieira Francener		CEI Frei Ático		Hora-atividade*
Vespertino (13h as 19h)		CEI Profª Leonida Vieira Francener		CEI Frei Ático	
Obs: Hora atividade na sexta-feira, turno e local a definir em conjunto com a Secretaria Municipal de Educação					

Art. 7º - De acordo com o Art. 2º da Resolução nº 08/2014, do Conselho Art. 7º - Municipal de Educação (CME): "O professor escolhendo a sua vaga deverá assinar a sua escolha, demonstrando ciência". De acordo com o Anexo I.

Art. 8º - De acordo com o Art. 3º da Resolução nº 08/2014, do CME: "Após a escolha não será permitida a permuta entre professores".

São Pedro de Alcântara, 24 de outubro de 2016.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e

ANEXO I

DECLARAÇÃO

Eu, _____, portador (a) do CPF nº _____ e RG nº _____, aprovado (a) na Chamada Pública n.º 05/2016, da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, relativo ao cargo de _____, declaro que escolhi a turma _____, _____ horas, turno matutino e vespertino, para o ano letivo de 2016, no Centro de Educação Infantil Professora Leonida Veira Francener e Frei Ático, devido a Hora Atividade. Declaro ciência, de que não haverá permuta entre professores.

São Pedro de Alcântara, de de 2016.

Nome:

PORTARIA N.º 325/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000

Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 325/2016

Concede licença para tratamento de saúde ao servidor SAMIR JOSÉ VEBER, ocupante do cargo de Motorista II, lotado na Secretaria de Educação e Cultura.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com

o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde ao servidor SAMIR JOSÉ VEBER, pelo período de 30 (trinta) dias, a contar da data de 30/09/2016, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 30/09/2016.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 20 de outubro de 2016.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2016.

PORTARIA N.º 326/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 326/2016

Exonera EDUARDO PATRICK BELTRAN MONASTERIO do cargo de Médico Clínico Geral.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar EDUARDO PATRICK BELTRAN MONASTERIO do cargo de Médico Clínico Geral, contrato de trabalho nº. 023/2016.

Art. 2.º- Revoga-se a Portaria nº 061/2016.

Art. 3.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 20 de outubro de 2016.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2016.

PORTARIA N.º 327/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 327/2016

Concede férias a servidora VIVIANE JUNKES LOPES.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora VIVIANE JUNKES LOPES, ocupante do cargo de Agente Administrativa, férias por 18 dias que gozará a partir de 25/10/2016 a 11/11/2016, referente ao período aquisitivo de 2014/2015.

Parágrafo Único: O saldo de 12 (doze) dias será descontado, haja vista, o recesso de final de ano, conforme determina o decreto nº. 149/2015.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 24 de outubro de 2016.
EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO
Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2016.

PORTARIA N.º 328/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 328/2016

Concede férias à servidora JANETE APARECIDA DA SILVA DO AMARAL.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora JANETE APARECIDA DA SILVA DO AMARAL, ocupante do cargo de Agente de Saúde - ESF, férias por 30 dias que gozará a partir de 16/11/2016 a 15/12/2016, referente ao período aquisitivo de 2015/2016.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 24 de outubro de 2016.
EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO
Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2016.

PORTARIA N.º 329/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 329/2016

Concede férias à servidora JANETE MARTINS DA GAMA VEBER.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora JANETE MARTINS DA GAMA VEBER, ocupante do cargo de Agente de Vigilância Epidemiológica, férias por 30 dias que gozará a partir de 16/11/2016 a 15/12/2016, referente ao período aquisitivo de 2014/2015.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 24 de outubro de 2016.
EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO
Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2016.

PORTARIA N.º 330/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 330/2016

Exonera ROSANGELA NUNES PEREIRA do cargo de Professora II.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar ROSANGELA NUNES PEREIRA do cargo de Professora II, contrato de trabalho nº. 049/2016.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor a partir de 28/10/2016.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 24 de outubro de 2016.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2016.

PORTARIA N.º 331/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222.

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 331/2016

CONSTITUI COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no art. 45, IV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Constituir Comissão de Avaliação do Estágio Probatório, integrada pelas seguintes servidoras:

§ FABIANA DE ANDRADE;

§ ANA LÚCIA HAMES PETRY;

§ ELIANE MARIA RIBEIRO HOFFMANN;

§ VIVIANE JUNKES LOPES.

Art. 2º - Fica estabelecido o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para a realização do trabalho, que deverá ser concluído com a apresentação de relatório conclusivo pela Comissão à Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento.

Art. 3.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando todas as disposições em contrário.

Art. 4.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 24 de outubro de 2016.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2016.

Schroeder

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA E REPETIÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 07/2016-FAS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, CEP: 89275-000 – SCHROEDER/SC

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

e - mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br – site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA E REPETIÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 07/2016-FAS

PROCESSO Nº. 17/2016-FAS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados através da Comissão de Licitações, informa que a Sessão Pública para recebimento e abertura dos envelopes e abertura da licitação, realizada em 24 de outubro de 2016, na Prefeitura Municipal de Schroeder (SC), Setor de Licitações, localizado no piso térreo da Sede da Prefeitura Municipal, localizado na Rua Marechal Castelo Branco nº. 3201, Centro, Schroeder/SC, credenciamento e entrega dos envelopes até: às 08h45min e Abertura do processo: às 09h, visando a contratação de empresa especializada de pacote day use para encerramento do Serviço de Convivência do CRAS, do Projeto Espaço Livre da Secretaria de Assistência Social do Município de Schroeder /SC.

O Prefeito Municipal comunica aos interessados que a nova Sessão de Abertura do Pregão Presencial nº. 07/2016-FAS, realizar-se-á em 09 de novembro de 2016, na Prefeitura Municipal de Schroeder (SC), Setor de Licitações, localizado no piso térreo da Sede da Prefeitura Municipal, localizado na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Centro, Schroeder/SC, credenciamento e entrega dos envelopes até: às 14h e Abertura do processo: às 14h15min.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h. Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br.

Schroeder, 24 de outubro de 2016.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 110/2016-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:<http://www.schroeder.sc.gov.br>

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 110/2016-PMS

PROCESSO Nº. 192/2016-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em fornecimento de serviço de jardinagem e roçada

para atender as necessidades da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Saúde, Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII – Termo de Referência, deste instrumento convocatório.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 29 de novembro de 2016 às 14h.

Abertura do Processo: 29 de novembro de 2016 às 14h15min.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 25 de outubro 2016.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

DECISÃO - PROCESSO DE SINDICÂNCIA Nº 003/2016 GABINETE DO PREFEITO

Processo de Sindicância nº 003/2016

Objeto: Decisão em Processo de Sindicância iniciado por meio da Portaria nº 6.659/2016, para analisar o comportamento laboral da servidora mencionada no Ofício nº 077/2016 - SMS.

DECISÃO

Considerando o teor do Relatório Final (fls.87-88) pela Comissão de Sindicância instaurada pela Portaria nº 6.659/2016 e demais documentos que instruíram o devido processo, DECIDO, utilizando-me como razões de decidir aquelas apresentadas no Parecer Jurídico nº 133/2016 – PROJUR, no sentido de DETERMINAR a aplicação de ADVERTÊNCIA à servidora KARINE VIERGUTZ MARQUES, com fundamento no art. 127, I, c/c com o art.145, II, da Lei 8.112/90, bem como com o encaminhamento de cópia do parecer jurídico retro mencionado para a Secretária de Saúde para ciência e orientação, e para o setor de Recursos Humanos para as anotações de praxe.

Publique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 24 de outubro de 2016.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 3.921/2016 DE 19 DE OUTUBRO DE 2016

DECRETO Nº 3.921/2016 de 19 de outubro de 2016
ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.148/2015 de 2 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
04.02 - DIRETORIA ADMINISTRATIVA
04.02.08.244.3016.2.357 - Gestão SUAS
3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.03.0052 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 500,00

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 19 de outubro de 2016.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS
Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

DECRETO Nº 3.922/2016 DE 20 DE OUTUBRO DE 2016

DECRETO Nº 3.922/2016 de 20 de outubro de 2016
ABRE CRÉDITO ADICIONAL - ESPECIAL - ABERTOS NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.244/2016 de 18 de outubro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER
05.01 - UNID. DE ESPORTE E LAZER
05.01.27.812.3010.2.330 - Manutenção das Atividades Desportivas
3.3.91.39.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 500,00

05.02 - UNIDADE DE EDUCAÇÃO
05.02.12.365.3009.2.367 - Manutenção dos Jardins de Infância.
3.3.91.39.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 2.500,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER
05.01 - UNID. DE ESPORTE E LAZER
05.01.27.812.3010.2.330 - Manutenção das Atividades Desportivas
3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 500,00

05.02 - UNIDADE DE EDUCAÇÃO
05.02.12.365.3009.2.367 - Manutenção dos Jardins de Infância.
3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 2.500,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 20 de outubro de 2016.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS
Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

DECRETO Nº 3.923/2016 DE 21 DE OUTUBRO DE 2016

DECRETO Nº 3.923/2016, DE 21 DE OUTUBRO DE 2016
DECRETA PONTO FACULTATIVO.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

DECRETA :

Art. 1º Fica decretado Ponto Facultativo o dia 28 de outubro de 2016 (sexta-feira), nas repartições públicas municipais, em comemoração ao Dia do Servidor Público, ressalvadas as necessidades de serviços de cada Secretaria e do pessoal ligado à Defesa Civil.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 21 de outubro de 2016.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicado por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 54/2016 - FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br

Extrato do Contrato nº. 54/2016 - FMS

Processo de licitação nº. 77/2016–FMS - Dispensa de Licitação nº. 41/2016–FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: GENESIO A. MENDES & CIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.873.068/0001-40, estabelecida na Rua São Luiz, nº. 127, Galpão K, Bairro Aeroporto, na cidade de Tubarão, Estado de Santa Catarina, CEP: 88705-190.

Objeto: Constitui o objeto do presente contrato Medicamento fornecido para paciente através da Ação Civil Pública nº0900333-44.2016.8.24.0026, da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNI-TÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	INVOKANA 300MG CAIXA COM 30 CPR	5	CAIXAS	151,07	755,35
TOTAL R\$					755,35

Valor do contrato: R\$ 755,35 (setecentos e cinquenta e cinco reais e trinta e cinco centavos)

Data da Assinatura: 24/10/2016 – Vigência: 31/12/2016

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 6.715/2016, DE 24 DE OUTUBRO DE 2016.

PORTARIA Nº 6.715/2016, DE 24 DE OUTUBRO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o afastamento por Licença Maternidade da servidora, Sra. Claudiane de Oliveira Ramos em 10 de outubro de 2016;

Considerando a realização do Processo Seletivo nº. 002/2015-SECEL/PMS;

Considerando o Decreto nº. 3.506/2015, de 02 de dezembro de 2015, que homologa a lista dos classificados no referido Processo Seletivo;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Laila Jaisza Monteiro, para exercer o cargo de Professora A, subárea Educação Infantil, percebendo o nível salarial A-Inicial, conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010 e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Processo Seletivo nº. 002/2015/SECEL/PMS, por necessidade de atendimento aos serviços essenciais deste Município conforme o disposto no Art. 2º, III, da Lei Municipal nº 1.690/2008, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 24 de outubro de 2016.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

ATA PREGÃO PRESENCIAL 07/2016-FAS (SEQUÊNCIA 01)

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 7/2016 - PR	
	Processo Administrativo:	
	Processo de Licitação:	17/2016
	Data do Processo:	27/09/2016
		Folha: 1/1

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 8/2016 (Sequência: 1)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

contratação de empresa especializada de pacote day use para encerramento do Serviço de Convivência do CRAS, do Projeto Espaço Livre da Secretaria de Assistência Social do Município de Schroeder /SC, conforme ANEXO IX - Termo de Referência deste instrumento

A pregoeira e equipe de apoio reuniram para abertura da licitação conforme determinado no edital. E para fornecer conhecimento do presente edital, o mesmo é publicado em resumo no mural público municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina e disponibilizado na íntegra no site: www.schroeder.sc.gov.br do Município de Schroeder/SC. Diante da ausência de participantes, caracterizada pela não apresentação envelopes de habilitação e propostas, bem como o credenciamento, devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. O processo foi declarado deserto. Diante do acima exposto encerra-se a sessão.

Schroeder, 24 de Outubro de 2016

COMISSÃO:

Daniela Samulescki	- - Pregoeiro(a)
Ivandra de Souza	- - Equipe de Apoio
Andreia Nass Friedemann	- - Equipe de Apoio
Valderi Rocha de Camardo	- - Equipe de Apoio
Eloir José Wendt	- - Equipe de Apoio

Seara

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 045/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 091/2016 - EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 060/2016 – REGISTRO DE PREÇO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº. 045/2016
Pregão Presencial nº. 060/2016
Gestor: PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Pelo presente instrumento, nesta cidade de Seara, Estado de Santa Catarina, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado o Município de Seara, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.024.505/0001-13, com sede e foro à avenida Anita Garibaldi, nº 371, centro, Seara, SC, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Sra. Laci Grigolo, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Albino Sordi, nº 69, centro, Seara, SC, RG nº 1.870.996, CPF nº 982.428.739/68, Seara, SC, e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa Alfa Inseminação Artificial, CNPJ nº 07.385.007/0001-18, estabelecida na Rua Máximo Pinheiro Lima, N 59 Casa 1B, Vista Alegre, Curitiba - PR neste ato representada pelo Sr. Alberto Frischmann, brasileiro, casado, empresário, RG nº. 4.582858 CPF nº. 006297018-65, residente e domiciliado na rua Máximo Pinheiro Lima, 59, casa 2, Bairro Vista Alegre, Curitiba PR, para assinarem a presente Ata, nos termos da legislação municipal e do Edital do Pregão Presencial nº. 060/2016, de Registro de Preços que tem como objeto a seleção de fornecedores e propostas para aquisição de sêmen bovino e material de inseminação artificial de bovinos, para fornecimento do objeto, conforme anexo a presente ata:

.. Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importa em R\$ 294.300,00 (duzentos e noventa e quatro mil e trezentos reais), são válidos por 12 (doze) meses, passando a vigorar dia 24/10/2016, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 23/10/2017.

.. As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do Pregão Presencial nº. 060/2016, cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

.. Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito.

Seara, SC., 24/10/2016.

Laci Grigolo
Prefeita Municipal
Município de Seara

Alberto Frischmann
Alfa Inseminação Artificial LTDA
Contratada

DECRETO Nº 1135

DECRETO Nº 1135, de 24 de outubro de 2016

Abre crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação no valor de R\$ 4.410,00.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, e no uso de suas atribuições e nos termos inciso II do art. 31 da Lei 1844, de 18 de novembro de 2015 que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2016 – LDO e dá outras providências, e combinado com alínea “a”, do inciso IV, do art. 4º da Lei 1798 de 22 de dezembro de 2015, que Estima a Receita e Fixa a Despesa para o exercício de 2016 e com o inciso II § 1º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64, de 17 de março de 1964,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar:

Órgão: 15 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade: 01 – Fundo Municipal de Saúde
Projeto Atividade: 2.058 Gestão da Assistência de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar e Laboratorial
Modalidade: 63 – 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0795 Aplicação Direta
..... R\$ 4.410,00
TOTAL
R\$ 4.410,00

Art. 2º O crédito adicional suplementar constante no artigo anterior será aberto por conta da seguinte fonte de recursos:

Fonte Financiadora:
0.1.0795 – Próteses Dentárias – SUS EstadoR\$ 4.410,00
TOTAL GERALR\$ 4.410,00

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara-SC, 24 de outubro de 2016.
LACI GRIGOLO
Prefeita de Seara

Registra-se e Publica-se
Em 24 de outubro de 2016

Ademir Verza
Secretário de Administração

DECRETO Nº 1136

DECRETO Nº 1136, de 24 de outubro de 2016

Nomeia leiloeiro oficial para alienação de bens móveis constantes no Patrimônio Público Municipal, declarados inservíveis através do Decreto nº 1132, de 19 de outubro de 2016.

A Prefeita Municipal de Seara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 108 combinado com o inciso II do artigo 12 da Lei Orgânica Municipal, da lei federal nº 8.666/93, artigo 25 e suas alterações e § 2º do artigo 10 da Instrução Normativa nº 113/2010, do Departamento Nacional do Registro do Comércio - DNRC que dispõe sobre o processo de concessão de matrícula, seu cancelamento e a fiscalização da atividade de leiloeiro público oficial e dá outras providências,

DECRETA

Art. 1º Fica nomeado o Senhor JÚLIO RAMOS LUZ, com escritório na rua Ac. Nilo Marchi, 447, centro, Rio do Sul, SC, matriculado na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina – JUCESC sob o nº AARC 162, como Leiloeiro Público Oficial, devido a notória experiência, para proceder ao Leilão Administrativo de Bens do Patrimônio Público Municipal de forma Presencial e on-line, declarados inservíveis pelo Decreto nº 1132, de 19 de outubro de 2016, cuja alienação é autorizada pelo artigo 11, combinado inciso II do artigo 12 da Lei Orgânica Municipal e Ata de Avaliação realizada pela Comissão Especial de Avaliação nomeada pelo decreto nº 1133, de 19 de outubro de 2016.

Art 2º O Leiloeiro está rigorosamente em dia com suas obrigações e não receberá nenhuma remuneração por parte desta Prefeitura Municipal de Seara pelos serviços prestados.

Art 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Seara-SC, 24 de outubro de 2016.

LACI GRIGOLO
Prefeita Municipal

Registra-se e Publica-se
Em 24 de outubro de 2016

Ademir Verza
Secretário de Administração

PORTARIAS 534/2016 E 535/2016

Portaria nº. 534/2016. A Prefeita Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do inciso IX, do artigo 2º da Lei Complementar nº 30/2008, que dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário e dá outras Providências, combinado com as disposições do Edital de Processo Seletivo nº. 46/2015, para a contratação temporária de pessoal no magistério público municipal para o ano letivo de 2016, resolve,

Contratar, Katia Karina Weirich, em caráter temporário, para exercer a função de Professor, categoria Pós Lato Sensu, nível inicial, anexo IV, do Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, Lei Complementar nº. 21/2003, na Educação Infantil e nas séries iniciais do Ensino Fundamental, na disciplina de Educação Física e Xadrez, na Escola Núcleo Deolindo Zílio, com carga horária de 20 horas semanais e vencimentos conforme o estabelecido em lei, para substituir professora titular, Deyze Boarim Goncalves Paludo, legalmente afastada, no período de 24 de outubro a 01 de novembro de 2016.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara – SC., 24 de outubro de 2016.

Laci Grigolo
Prefeita Municipal
Registra-se e Publica-se
Em 24 de outubro de 2016.
Ademir Verza
Secretário da Administração

Portaria nº. 535/2016. A Prefeita Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do inciso IX, do artigo 2º da Lei Complementar nº 30/2008, que dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário e dá outras Providências, combinado com as disposições do Edital de Processo Seletivo nº. 46/2015, para a contratação temporária de pessoal no magistério público municipal para o ano letivo de 2016, resolve,

Contratar, Marcia Alves dos Santos, em caráter temporário, para exercer a função de Professor, categoria Pós Lato Sensu, nível inicial, anexo IV, do Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, Lei Complementar nº. 21/2003, na Educação Infantil, na disciplina de Educação Física e Xadrez, no Centro de Educação Infantil Dona Ilse, com carga horária de 20 horas semanais e vencimentos conforme o estabelecido em lei, para substituir professora titular, Deyze Boarim Goncalves Paludo, legalmente afastada, no período de 24 de outubro a 01 de novembro de 2016. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara – SC., 24 de outubro de 2016.

Laci Grigolo
Prefeita Municipal

Registra-se e Publica-se
Em 24 de outubro de 2016.

Ademir Verza
Secretário da Administração

PROCESSO LICITATORIO Nº 095/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 095/2016.

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO Nº 001/2016

O município de SEARA, SC, com sede na Avenida Anita Garibaldi, nº 371, Centro, Seara, SC, CEP 89.770/000, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.024.505/0001-13, Telefone (49) 3452 8300, torna público aos interessados que fará realizar LEILÃO PÚBLICO PRESENCIAL E ON LINE às 09:00 horas do dia 10 de NOVEMBRO de 2016, tendo como local o AUDITÓRIO MUNICIPAL JOÃO FURNALETTO, sito a Rua Beira Rio, nº 05, Centro, Seara, SC. O leilão será conduzido pelo Leiloeiro PÚBLICO Oficial SR. JÚLIO RAMOS LUZ, matrícula AARC/162 JUCESC, para venda à vista de bens móveis e imóveis inservíveis. Edital completo com as descrições poderá ser obtido na Prefeitura ou através dos sites WWW.JULIORAMOS.COM.BR ou WWW.SEARA.SC.GOV.BR, ou ainda pelos telefones (49) 3452 8300, na Prefeitura ou (47) 3521 7730 com o Leiloeiro. Aplica-se à presente licitação, as disposições da Lei nº 8.666/93, incluindo as alterações posteriores.

Seara (SC), em 24 de outubro de 2016.
LACI GRIGOLO
PREFEITA MUNICIPAL

Sombrio

PREFEITURA

DEC. 370/2016

DECRETO Nº 370, DE 03 DE OUTUBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SOMBRIO – SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio - SC, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da Lei nº 2250 de 22 de Dezembro de 2015, (Lei Orçamentária)

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto ao orçamento fiscal do Fundo Municipal de Saúde, crédito suplementar, no valor de R\$ 169.500,00 (cento e sessenta e nove mil e quinhentos reais). na seguinte dotação orçamentária:

07.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.020 - Atendimento de Saúde Básica

3.3.90.00.00.00.00.0030(14) -Aplicações Diretas R\$ 64.000,00

3.3.90.00.00.00.00.0044(17) -Aplicações Diretas R\$ 5.500,00

3.3.90.00.00.00.00.0070(21) -Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Art. 2º A abertura de crédito de que trata o art. 1º, correrá a conta do provável excesso de arrecadação das fontes, 30 (PAB-Fixo), 44 (PSF) e 70 (Recursos Próprios em Saúde).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Município de Sombrio – SC, 03 de outubro de 2016.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

PORT. 210/2016

PORTARIA Nº 210 DE 03 DE OUTUBRO DE 2016.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES QUE EXPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990, e em conformidade com a Lei nº 1414, de 20 de maio de 2003.

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias aos servidores públicos Municipais, conforme quadro de escala que segue:

CÓD.	NOME	PERIODO AQUISITIVO		PERIODO DE GOZO			
4213	Andréia Braga de Castro	14/01/2015	à 13/01/2016	03/10/2016	à 02/11/2016		
4567	Carlos Tadeu Colares	01/12/2015	à 30/11/2016	03/10/2016	à 02/11/2016		
2562	Erival Luiz Nichele	01/03/2015	à 29/02/2016	03/10/2016	à 02/11/2016		
1300	Gean Natal Pereira da Silva	03/04/2012	à 02/04/2013	10/10/2016	à 09/11/2016		
4808	José Alencar Macedo	23/03/2014	à 22/03/2015	10/10/2016	à 09/11/2016		
2850	João Batista da Silveira	07/02/2012	à 06/02/2013	01/10/2016	à 20/10/2016		
3827	Marino da Silva	01/01/2015	à 31/12/2015	03/10/2016	à 02/11/2016		
863	Marli da Silva	01/04/2013	à 31/03/2014	03/10/2016	à 02/11/2016		
735	Maria Regina de Matos	05/01/2015	à 04/01/2016	01/10/2016	à 20/10/2016		

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 03 de outubro de 2016.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

Tigrinhos

PREFEITURA

DECRETO 083/2016

DECRETO Nº. 083/2016, DE 25 DE OUTUBRO DE 2016.

DECRETA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS DE TIGRINHOS/SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, digníssimo Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o Inciso VI do Artigo 68 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica Decretado PONTO FACULTATIVO, em todas as repartições Públicas Municipais do Município de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no dia 01 de Novembro de 2016 (terça-feira), em virtude da Comemoração do Dia do Servidor Público a transcorrer em 28 de Outubro do presente ano. Informamos ainda que dia 31 de Outubro – Dia da Reforma é feriado Municipal (Lei Municipal nº 025/1997) e 02 de Novembro – Finados feriado Nacional.

Art. 2º - Fica assegurado a população os serviços considerados essenciais, especialmente na área de Saúde, em casos de urgência, com encaminhamento de enfermos a centros especializados para tratamento de saúde, o que fica sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS
ESTADO DE SANTA CATARINA EM, 25 DE OUTUBRO DE 2016.
RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito Municipal

Timbó

PREFEITURA

CERTIDÃO DE APROVAÇÃO Nº 104 DE 19 DE OUTUBRO DE 2016.

CERTIDÃO DE APROVAÇÃO Nº 104 DE 19 DE OUTUBRO DE 2016.

O Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12 da Lei Complementar nº. 196, de 29 de dezembro de 2000 e Decreto nº. 3329, de 22 de novembro de 2013, com fundamento na Lei Complementar nº. 465, de 24 de julho de 2015, certificam que:

Está APROVADO o desmembramento denominado "NORMA KAHL", situado no lado ímpar da Rua Aristiliano Ramos, distando pelo lado direito do imóvel, 15,00 metros com o lado par da Rua São Luis, com a área de 6.627,80m² (Seis mil, seiscentos e vinte e sete metros e oitenta décimos quadrados), processo D-017/2016 tudo conforme documentação apresentada pelo requerente NORMA KAHL, acompanhando o requerimento protocolado sob nº 5.902, datado de 14 de setembro de 2016 e da documentação elaborada e devidamente assinada pelo profissional Rafael Constante, Técnico em Agrimensura, CREA/SC 056589-2, onde constam projetos, memoriais, anotações de responsabilidade técnica e laudos, cabendo a este responsável técnico a responsabilidade civil pelos serviços de projetos, cálculos, topografia, memoriais e especificações.

O desmembramento foi realizado no imóvel urbano matriculado no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó, sob o nº 26.695, livro 2, cadastrado neste órgão fazendário sob nº 01.02.043.0335.001, constituído de 01 (um) lote e mais uma área remanescente.

Apesar da aprovação o proprietário/requerente e seus herdeiros e/ou sucessores e/ou demais responsáveis estão obrigados a atender e sujeitos a todas às exigências da Lei Complementar n.º 335/2007 e do Decreto n.º 3329, de 22 de novembro de 2013, dentro do prazo estabelecido no respectivo processo de desmembramento, além de os demais dispositivos legais atinentes a espécie, em especial a Lei nº. 12.651/12 - Novo Código Florestal e Lei nº. 6766/79 - Parcelamento do Solo Urbano. Qualquer modificação no projeto e no memorial descritivo deverá ser submetida à aprovação do Município, a pedido do interessado.

A presente aprovação entra em vigor na data da publicação da Certidão e tem validade de 180 (cento e oitenta) dias, nos moldes do art. 2º do Decreto 3329/2013.

Município de Timbó, 19 de outubro de 2016.

FABIANO MARTINS ADRIANO

Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente.

Município de Timbó

VIVIAN LUCIANE MAAS BARBOSA

Arquiteta e Urbanista

CAU/SC A41829-3

NOTIFICAÇÃO PARA COMPARECIMENTO PROCESSOS 25_2015, 22_2014 E 128_2014 - ASSINATURA DE CONTRATOS E TERMOS ADITIVOS

NOTIFICAÇÃO DE COMPARECIMENTO PARA A ASSINATURA DE TERMOS ADITIVOS

O Município de Timbó faz saber às empresas abaixo relacionadas, que a Central de Licitações, com base no artigo 64 da Lei nº 8.666/93, relacionou-as devido às pendências no cumprimento de formalidades legais necessárias à celebração de contratos, atas de registro de preços e termos de aditamentos de contratos com esta municipalidade.

Desta forma, ficam notificadas as pessoas jurídicas relacionadas, através de seus respectivos representantes legais, a comparecer à Central de Licitações (localizada na Av. Getúlio Vargas, nº 700, Centro, Timbó/SC) no prazo de até 05 (cinco) dias consecutivos, para a regularização da situação, sob pena de decair do seu direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no artigo 81 da Lei Federal nº. 8.666/93.

NOME DA EMPRESA	CNPJ	DOCUMENTO PENDENTE
CLAÚDIO ESTEVÃO JUNIOR EIRELI EPP	21.491.455/0001-27	Primeiro termo aditivo a ata de registro de preços nº 25/2015
COMERCIAL STORINNY LTDA EPP	73.977.480/0001-19	Primeiro termo de apostilamento a ata de registro de preços nº 22/2014
CORREA MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA	02.559.947/0001-62	Segundo termo de apostilamento a ata de registro de preços nº 128/2014

PORTARIA Nº 2107, DE 21 DE OUTUBRO DE 2016

PORTARIA Nº 2107, DE 21 DE OUTUBRO DE 2016

Instaura Sindicância Administrativa nº 06/2016, para apurar fatos relacionados acerca da não inserção dos Autos de Infração de Trânsito no Sistema DETRANNET.

O Secretário Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 3.614, de 30 de setembro de 2014, e com fundamento nos artigos 134 e 135 da Lei Complementar nº 01/1993, alterada pela Lei Complementar nº 139/1998,

RESOLVE:

Art.1º Determinar a instauração de Sindicância Administrativa nº 06/2016, para apurar fatos relacionados acerca da não inserção dos Autos de Infração de Trânsito no Sistema DETRANNET, conforme Processo nº 5630/2016, cód.verif: 4F5N, comprovante de abertura emitido pela Prefeitura Municipal de Timbó em 02/09/2016, e demais documentos.

Art.2º Designar, a Comissão Permanente de Sindicância, constituída pela Portaria nº 1893, de 01 de março de 2016, para apresentarem com independência e imparcialidade, a conclusão da Sindicância, no prazo de 30 (trinta) dias.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 21 de outubro de 2016; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

FABIANO MARTINS ADRIANO

Secretário Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente

PORTARIA Nº 2108, DE 21 DE OUTUBRO DE 2016

PORTARIA Nº 2108, DE 21 DE OUTUBRO DE 2016

Instaura Sindicância Administrativa nº 07/2016, para apurar fatos relacionados ao Memorando Demutran nº 275/2016, emitido em 29 de setembro do corrente.

O Secretário Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 3.614, de 30 de setembro de 2014, e com fundamento nos artigos 134 e 135 da Lei Complementar nº 01/1993, alterada pela Lei Complementar nº 139/1998,

RESOLVE:

Art.1º Determinar a instauração de Sindicância Administrativa nº 07/2016, para apurar fatos relacionados ao Memorando Demutran nº 275/2016, emitido em 29 de setembro do corrente e demais documentos, pelo Servidor Marcio do Prado Lima.

Art.2º Designar, a Comissão Permanente de Sindicância, constituída pela Portaria nº 1893, de 01 de março de 2016, para apresentarem com independência e imparcialidade, a conclusão da Sindicância, no prazo de 30 (trinta) dias.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 21 de outubro de 2016; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

FABIANO MARTINS ADRIANO

Secretário Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente

PORTARIA Nº 2109, DE 21 DE OUTUBRO DE 2016

PORTARIA Nº 2109, DE 21 DE OUTUBRO DE 2016

Instaura Sindicância Administrativa nº 08/2016, para apurar fatos relacionados ao Memorando Demutran nº 217/2016, emitido em 08 de agosto do corrente.

O Secretário Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 3.614, de 30 de setembro de 2014, e com fundamento nos artigos 134 e 135 da Lei Complementar nº 01/1993, alterada pela Lei Complementar nº 139/1998,

RESOLVE:

Art.1º Determinar a instauração de Sindicância Administrativa nº 08/2016, para apurar fatos relacionados ao Memorando Demutran nº 217/2016, emitido em 08 de agosto do corrente e demais documentos, pelo Servidor Marcio do Prado Lima.

Art.2º Designar, a Comissão Permanente de Sindicância, constituída pela Portaria nº 1893, de 01 de março de 2016, para apresentarem com independência e imparcialidade, a conclusão da Sindicância, no prazo de 30 (trinta) dias.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 21 de outubro de 2016; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

FABIANO MARTINS ADRIANO
Secretário Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente

PORTARIA Nº 2110, DE 21 DE OUTUBRO DE 2016

PORTARIA Nº 2110, DE 21 DE OUTUBRO DE 2016

Instaura Sindicância Administrativa nº 09/2016, para apurar fatos relacionados ao Memorando DEMUTRAN nº 276/2016, emitido em 13 de outubro do corrente.

O Secretário Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 3.614, de 30 de setembro de 2014, e com fundamento nos artigos 134 e 135 da Lei Complementar nº 01/1993, alterada pela Lei Complementar nº 139/1998,

RESOLVE:

Art.1º Determinar a instauração de Sindicância Administrativa nº 09/2016, para apurar fatos relacionados ao Memorando DEMUTRAN nº 276/2016, emitido em 13 de outubro do corrente e demais documentos.

Art.2º Designar, a Comissão Permanente de Sindicância, constituída pela Portaria nº 1893, de 01 de março de 2016, para apresentarem com independência e imparcialidade, a conclusão da Sindicância, no prazo de 30 (trinta) dias.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 21 de outubro de 2016; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

FABIANO MARTINS ADRIANO
Secretário Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente

SEGUNDA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 18.2016 PMT

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 18/2016

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó através da Secretaria de Educação.

OBJETO: Registro de preço para aquisição de hortaliças (repolho, cenoura, e beterraba), destinados aos Núcleos de Educação Infantil (NEIS) e Escolas da Rede Pública Municipal de Ensino Fundamental.

EMPRESA FORNECEDORA: JK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA EPP

TOTAL ESTIMADO: R\$ 49.115,20 (quarenta e nove mil cento e quinze reais e vinte centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 25/04/2017.

Timbó, 18/04/2016
SERGI FREDERICO MENGARDA
Secretário Municipal de Educação

TRIGÉSIMA ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

Trigésima Ata de Audiência Pública do Município de Timbó

Ata da trigésima audiência pública realizada para apresentar, discutir, definir e materializar, do ponto de vista orçamentário, os objetivos e metas dos programas e ações consignados no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual, as metas e prioridades da Administração Direta e Indireta do Município de Timbó, com a elaboração do orçamento de 2017 (dois mil e dezessete), em atendimento ao parágrafo único do art. 48 (quarenta e oito) da Lei Complementar nº 101 (cento e um) de 04 (quatro) de maio de 2000 (dois mil), Lei de Responsabilidade Fiscal. Aos vinte dias do mês de outubro de dois mil e dezesseis, às dezenove horas, no Auditório do Paço Municipal, situado à Avenida Getúlio Vargas, 700 (setecentos), em Timbó, atendendo a convocação do Prefeito em Exercício e Chefe

do Poder Executivo, Sr. Darcízio Bona, em comunicado publicado aos treze dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezesseis, no Jornal Café Impresso, ano 5ª edição nº 163 (cento e sessenta e três). Reuniram-se em audiência pública a população do Município de Timbó, representada pelos diversos segmentos da sociedade, membros do Poder Executivo, conforme lista de presença registrada em livro específico nº 01 (um). Abrindo a audiência pública a Secretária Municipal da Fazenda e Administração, Sra. Maria Angélica Faggiani, representando o Prefeito Municipal, saudou os presentes e agradeceu a presença de todos e, coordenando os trabalhos, fez uma breve explanação sobre o tema da audiência, explicando os objetivos da trigésima audiência pública, destacando sua importância. Após a abertura, a contadora Carla Moser explanou sobre o planejamento financeiro do Município de Timbó para o ano de 2017, apresentando todos os demonstrativos exigidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias número 2.846 de 14/10/2016, como segue:

1. Receita Total

RECEITA TOTAL	R\$ 165.847.000,00
DEDUÇÃO FUNDEB	R\$ 12.847.000,00
RECEITA LÍQUIDA	R\$ 153.000.000,00

2. Composição das Receitas

ORÇ. FISCAL	R\$ 125.310.000,00
ORÇ. DA SEGURIDADE SOCIAL	R\$ 27.690.000,00
ORÇ. DE INVESTIMENTOS	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 153.000.000,00

3. Receita Própria por Órgão

RECEITAS CORRENTES	R\$ 144.098.500,00
Receitas Tributárias	R\$ 25.900.000,00
Receitas de Contribuições	R\$ 6.853.000,00
Receitas Patrimoniais	R\$ 9.758.000,00
Receitas Industriais	R\$ 250.000,00
Receitas de Serviços	R\$ 5.970.000,00
Transferências Correntes	R\$ 90.961.500,00
Outras Receitas Correntes	R\$ 4.406.000,00
RECEITA INTRA ORÇAMENTARIAS	R\$ 6.015.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	R\$ 15.533.500,00
Alienação de Bens	R\$ 30.000,00
Operações de Crédito	R\$ 10.000.000,00

Transferências de Capital	R\$ 5.503.500,00
DEDUÇÕES DA RECEITA	(R\$ 12.847.000,00)
TOTAL	R\$ 153.000.000,00

4. Vínculo das Receitas

Vínculo Valor

01000000 - RECURSOS ORDINÁRIOS 46.271.000,00
01010000 - RECEITAS DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO 11.653.000,00
01020000 - RECEITAS DE IMPOSTOS - SAÚDE 20.609.000,00
01030000 - CONTRIBUIÇÃO FUNDO PREVIDENCIÁRIO-RPPS 19.838.000,00
01180000 - TRANSF.FUNDEB/FUNDEF(REMU.MAGISTÉRIO) 17.000.000,00
01340000 - TRANSF.CONVÊNIOS-UNIÃO/OUTROS 3.053.500,00
01830000 - OPER. CRÉD. INTERNA -OUTROS PROGRAMAS 10.000.000,00
02000000 - RECURSOS ORDINÁRIOS SAMAE 9.000.000,00
00000000 - OUTROS VINCULADOS 15.575.500,00

5. Metodologia de Cálculo

TOTAL	R\$ 153.000.000,00
RECEITAS PRÓPRIAS ÚLTIMOS TRÊS ANOS	R\$ 48.731.000,00
TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS ÍNDICES OFICIAIS	R\$ 78.114.500,00
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS PERCENTUAL DOS INVESTIMENTOS	R\$ 5.503.500,00
OUTRAS EXPECTATIVA	R\$ 20.651.000,00

6. Renúncia da Receita

AMF –Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V).						R\$ 1,00
TRIBUTOS	MODALIDADE	SETORES/ PRO-GRAMAS/ BENEFÍ-CIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2017	2018	2019	
IPTU	Isenção		293.227,41	302.024,23	320.296,70	
IPTU e taxas	Descontos		0,00	0,00	0,00	
ISS e taxas	Descontos		0,00	0,00	0,00	
ISS	Isenção		101.683,03	81.346,43	76.424,97	
Dívida Ativa	Remissão de Débitos		121.931,05	125.588,99	133.187,12	
TOTAL			530.170,26	516.841,49	529.908,79	
FONTE: Divisão de Tributação - Agosto 2015						

7. Despesa Total

DESPESA TOTAL	R\$ 153.000.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 4.693.500,00
DESPESA APLICADA	R\$ 148.306.500,00

8. Despesa Orçamentos 2017

ORÇ. FISCAL	R\$ 102.649.000,00
ORÇ. DA SEGURIDADE SOCIAL	R\$ 50.351.000,00

ORÇ. DE INVESTIMENTOS	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 153.000.000,00

9. Despesa Correntes e de Capital

DESPESA	%	VALOR
CORRENTES	79,76	122.026.820,00
PESSOAL E ENCARGOS	52,30	80.021.000,00
JUROS DA DÍVIDA	0,33	500.000,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	34,01	41.505.820,00
CAPITAL	20,24	26.279.680,00
INVESTIMENTOS	16,33	24.979.680,00
INVERSÕES FINANCEIRAS		0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	3,91	1.300.000,00
TOTAL	100	153.000.000,00

10. Despesa por Órgão

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL	
02 – Secretaria da Articulação Política e Institucional	2.530.000,00
03 – Secretaria da Fazenda e Administração Municipal	10.206.000,00
04 – Secretaria de Educação	32.075.000,00
06 – Secretaria de Desenvolvimento Econômico	3.811.000,00
07 – Secretaria de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente	2.137.000,00
08 – Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	27.367.000,00
09 – Procuradoria Geral do Município	720.000,00
10 - Fundo de Habitação de Timbó	10.000,00
99 – Reserva de Contingência	200.000,00
TOTAL DA DESPESA DO MUNICÍPIO	79.056.000,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	32.944.000,00

TOTAL GERAL (PMT)	112.000.000,00
01- Câmara de Vereadores	3.359.000,00
12- Fundo Municipal de Emergência de Defesa Civil de Timbó	440.000,00
13- Fundo Municipal do Meio Ambiente de Timbó – FMMA	550.000,00
14- Fundo Municipal de Defesa dos Direitos Difusos de Timbó – FMDDD	240.000,00
15 - Fundo Municipal de Saúde - FMS	27.450.000,00
16 - Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS	2.813.000,00
17 – TimbóPrev	18.388.000,00
18 - Fundo Municipal de Assistência à Saúde – FASS	1.700.000,00
19 - Fundação Municipal de Esportes - FME	2.320.000,00
20 - Fundo Municipal de Atendimento da Criança e do Adolescente – FIA	67.500,00
21 - Fundo Municipal de Turismo - FUMTUR	338.000,00
22 - Fundação Cultural de Timbó - FCT	4.313.500,00
23 - Fundo Municipal de Reequipamento e de Melhoria da Polícia Militar - FUNREPOM	315.000,00
24 - Fundo Municipal de Trânsito - FUMTRAN	2.650.000,00
25 - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE	9.000.000,00
TOTAL DA DESPESA (CONSOLIDADO)	73.944.000,00
TOTAL DA DESPESA (EXECUTIVO)	149.641.000,00
TOTAL DA DESPESA (LEGISLATIVO)	3.359.000,00

11. Índices de Educação e Saúde

RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	R\$ 87.500.000,00
IMPOSTOS PRÓPRIOS	R\$ 21.500.000,00
IMPOSTOS TRANSFERIDOS	R\$ 64.235.000,00
PERCENTUAIS OBRIGATÓRIOS	
EDUCAÇÃO 25%	R\$ 21.875.000,00
SAÚDE 15%	R\$ 13.125.000,00

INVESTIMENTOS EM EDUCAÇÃO	R\$ 29.847.000,00
RECURSOS PRÓPRIOS	R\$ 28.653.000,00
RECURSOS DESTINADOS	R\$ 1.194.000,00
GANHO COM O FUNDEB	R\$ 4.153.000,00
PERCENTUAL APLICADO PELO MUNICÍPIO	
APENAS OS RECURSOS PRÓPRIOS MENOS GANHOS DO FUNDEB R\$ 24.500.000,00	28,00

GASTOS EM SAÚDE	R\$ 27.325.000,00
RECURSOS PRÓPRIOS	R\$ 20.794.000,00
RECURSOS DESTINADOS	R\$ 6.531.000,00
PERCENTUAL APLICADO PELO MUNICÍPIO	
APENAS OS RECURSOS PRÓPRIOS R\$ 20.794.000,00	23,76

12. Despesas de Pessoal

DESPESA COM PESSOAL	Valor
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	80.021.000,00
Pessoal Ativo	67.671.000,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	12.350.000,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF))	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II))	0,00

Indenização por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	12.350.000,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	67.671.000,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a - III b)	67.671.000,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	Valor
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	131.251.500,00
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV / V) * 100	51,56
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II, III, art. 20 da LRF) - (60%)	78.750.900,00
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - (57%)	74.813.355,00

Dando continuidade, a Secretária de Administração e Finanças elencou as prioridades de investimentos governamentais para o exercício de 2017 e, em seguida, demonstrou as prioridades dos programas e valores contemplados. Conforme material apresentado:

INVESTIMENTOS 2017

- Construção da Ponte Interligando os Bairros Araponguinhas e Dona Clara R\$ 4.000.000,00 recursos próprios;
- Pavimentações diversas sistema de mutirão R\$ 300.000,00 recursos próprios;
- Pavimentações diversas R\$ 4.500.000,00 convênio;
- Equipamentos para espaços públicos R\$ 50.000,00 recursos próprios;
- Equipamentos para Núcleos de Educação Infantil R\$ 300.000,00 recursos livres e R\$ 100.000,00 Sal. Educação;
- Reformas e ampliação dos núcleos de educação infantil R\$ 200.000,00 recursos livres R\$ 400.000,00 sal. Educação;
- Equipamentos para UPES R\$ 70.000,00 recursos livres R\$ 10.000,00 Sal. Educação;
- Ampliação e reforma de UPES R\$ 150.000,00 recursos livres R\$ 150.000,00 Sal. Educação;
- Equipamentos para ensino fundamental R\$ 150.000,00 recursos livres R\$ 250.000,00 Sal. Educação;
- Ampliação Escolas São Roque, Nestor Margarida, Mauricio Germer, Padre Martinho Stein R\$ 910.000,00 recursos livres R\$ 800.000,00 Sal. Educação;
- Aquisição de uma ambulância R\$ 150.000,00 recursos livres;
- Aquisição de um veículo para transporte de pacientes R\$ 100.000,00 recursos próprios;
- Construção do CIC R\$ 50.000,00 recursos livres R\$ 500.000,00 convênio;
- Substituição de redes de distribuição de água, construção de reservatório de água, implantação de novas redes de água junto ao Anel Viário R\$ 471.500,00.

Encerrada a apresentação da Lei Orçamentária Anual, abriu-se espaço para questionamentos, sugestões e manifestações da comunidade a respeito do objeto da audiência pública. As sugestões, manifestações e questionamentos foram: Rafael Marque questiona se a Reserva de Contingência é cumulativa, onde a Secretária explicou que sim, é cumulativa na forma de Superávit Financeiro; Viviane Ewald residente em Timbó, pergunta referente aos atrasos do Governo Federal e Estadual e de que forma isto impacta no Município, onde a Secretária explicou que devido aos atrasos nos repasses temos que custear com recursos próprios as despesas com saúde, impactando assim um menor investimento no Município; Aline Gordoviu residente em Timbó, pergunta se estes atrasos são repassados no decorrer dos anos, sendo que a resposta é sim, se não mandaremos recursos neste ano, este valor é registrado como recurso a receber registrado no balanço; Mateus Bonatti residente em Timbó, pergunta se as Escolas Estaduais não receberem seus recursos, qual a obrigatoriedade do Município em custear estes atrasos, onde esta obrigação é totalmente do Estado, como explicou a Secretaria; Douglas Seifert Ovitko residente em Indaial, pergunta referente aos repasses em atraso, qual a justificativa do Governo, onde a Secretaria explicou que estes poderes alegam que os atrasos são por queda na arrecadação; Genoir Loch, residente em Timbó, pergunta se nas projeções de transferências governamentais foram consideradas as quedas de arrecadação federal e estadual, em resposta afirmamos que foram utilizados índices apresentados pelo estado e união e projetados 7 %; Andressa Barcelos Ramos, residente em Indaial, pergunta sobre qual a política de concessão das renúncias de receita, em resposta explicamos que existe um Conselho que analisa quais os beneficiários se enquadram neste direito de renúncia; Rafael Marque, residente em Timbó, questiona se a despesa para realização do concurso público já estava contemplada no orçamento e qual o impacto nas despesas de pessoal, onde a Secretária explicou que a despesa com o concurso estava prevista no orçamento e que

o impacto com despesa de pessoal não será significativo, pois estas vagas irão substituir principalmente os contratados; Carolina Santos Wegner, residente em Indaial, sugere o detalhamento dos orçamentos das empresas participantes nas licitações, a fim de conseguirmos maior competitividade e melhor preço. Após as respostas e registro das manifestações decidiu-se pela aprovação unânime das propostas da Administração Municipal. Não havendo mais nada a tratar, a audiência pública foi encerrada às 21:00 h (vinte e uma horas), e eu, Aline Langa Benecke, Contadora, lavro a presente ata.

Timbó, vinte de outubro de dois mil e dezesseis.

Maria Angélica Faggiani Secretária Municipal da Fazenda e Administração	Carla Moser Contadora
Aline Langa Benecke Contadora	

TIMBOPREV - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE TIMBÓ

PORTARIA TIMBOPREV Nº 194, DE 19 DE OUTUBRO DE 2016

PORTARIA TIMBOPREV Nº 194, DE 19 DE OUTUBRO DE 2016
Concede Aposentadoria Voluntária Por Idade e Tempo de Contribuição à Servidora Pública Municipal Izelde Anesi.

A DIRETORA ADMINISTRATIVA-FINANCEIRA DO TIMBOPREV, no uso das atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, alterado pela Lei Complementar nº 473, de 22 de dezembro de 2015, e art.17 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art.1º Conceder Aposentadoria Voluntária Por Idade e Tempo de Contribuição, à Servidora Pública Municipal IZELDE ANESI, brasileira, união estável, nascida em 16 de setembro de 1966, portadora do CPF sob nº 576.234.499-15, RG nº 1.848.543, residente na Rua Bahia nº 163, Bairro Padre Martinho Stein, em Timbó - SC, ocupante do cargo de Professor D, Referência Salarial D-31, matrícula nº 11649-00, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com proventos integrais, que corresponderão à totalidade da remuneração de seu cargo efetivo, bem como paridade remuneratória, de conformidade com o art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, no valor de R\$ 5.991,61 (cinco mil, novecentos e noventa e um reais e sessenta e um centavos), tudo conforme provas constantes dos autos do processo TIMBOPREV nº 59/2016, a contar desta data.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 19 de outubro de 2016; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

CARMELINDE BRANDT

Diretora Administrativa-Financeira do TIMBOPREV

PORTARIA TIMBOPREV Nº 195, DE 19 DE OUTUBRO DE 2016

PORTARIA TIMBOPREV Nº 195, DE 19 DE OUTUBRO DE 2016
Autoriza a Contagem Recíproca do Tempo de Contribuição à Servidora Pública Municipal Aracy Penz Kopsel.

A DIRETORA ADMINISTRATIVA-FINANCEIRA DO TIMBOPREV, no uso das atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, alterado pela Lei Complementar nº 473, de 22 de dezembro de 2015,

RESOLVE:

Art.1º AUTORIZAR ARACY PENZ KOPSEL, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, Referência Salarial SP-34, matrícula nº 12122-00, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a Contagem Recíproca do Tempo de Contribuição para fins de Aposentadoria, junto ao Regime Próprio de Previdência Social, com base nos arts. 40, § 9º e 201, § 9º, da Constituição Federal, e artigo 50 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, do tempo de contribuição ao RGPS, certificado pelo INSS através da Certidão nº 20021070.1.00043/16-1, expedida em 10/08/2016, computando-se 4512 (quatro mil, quinhentos e doze) dias, ou seja, 12 (doze) anos, 4 (quatro) meses e 12 (doze) dias, conforme processo TIMBOPREV 61/2016.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 19 de outubro de 2016; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

CARMELINDE BRANDT

Diretora Administrativa-Financeira do TIMBOPREV

Treze Tílias

PREFEITURA

DECRETO Nº 2216/2016

DECRETO Nº 2.216/2016 de 25 de outubro de 2016

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NA PREFEITURA MUNICIPAL NO VALOR DE R\$25.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO DRESCH, Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) a fim de reforçar a seguinte dotação orçamentária:

03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

01 –Manutenção a Secretaria de Administração

2003 – Manutenção da Secretaria

(8) - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 R\$ 25.000,00

Art. 2º - Para fazer frente ao crédito constante no artigo anterior ficam anulados os recursos da seguinte dotação orçamentária:

03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

01 –Manutenção a Secretaria de Administração

2003 – Manutenção da secretaria

(5) - 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000 R\$ 25.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Município de Treze Tílias/SC, 25 de outubro de 2016.

MAURO DRESCH

Prefeito

Registrado e publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios – D.O.M.

WERYDIANA FALCHETTI

Secretária de Administração e Finanças

Trombudo Central

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL 31/2016 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL
PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 31/2016

O Município de Trombudo Central, por intermédio do Prefeito Municipal Sr Silvio Venturi, com a autoridade que lhe é atribuída, torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei 8.666/1993, fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 31/2016, tipo de licitação MENOR PREÇO, regime de execução POR ITEM, visando o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL (GASOLINA AMARELA COMUM MISTURADA COM ÁLCOOL) DE ACORDO COM AS NORMAS, PARA MANUTENÇÃO DA FROTA MECANIZADA DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DIRETAMENTE DA BOMBA DO FORNECEDOR . A documentação e propostas relativas à licitação serão recebidas, até as 11:00h do dia 09 de novembro de 2016, na Prefeitura Municipal de Trombudo Central, Secretaria de Administração – Setor de Licitações, Praça Arthur Siewerdt, 01, Bairro Centro, Trombudo Central - SC. A íntegra do presente edital poderá ser solicitada, no horário das 08:00 às 17:30 horas, pelo telefone (0XX47) 3544-0271 ou através da Home Page: www.trombudocentral.sc.gov.br. Trombudo Central, 24 de outubro de 2016.

Silvio Venturi
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL 60/2016 PMTC

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL
PREGÃO PRESENCIAL PMTC Nº 60/2016

O Município de Trombudo Central, por intermédio do Prefeito Municipal Sr Silvio Venturi, com a autoridade que lhe é atribuída, torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei 8.666/1993, fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL PMTC Nº 60/2016, tipo de licitação MENOR PREÇO, regime de execução POR ITEM, visando a AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS PARA FORNECIMENTO À POPULAÇÃO ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL . A documentação e propostas relativas à licitação serão recebidas, até as 09:00h do dia 08 de novembro de 2016, na Prefeitura Municipal de Trombudo Central, Secretaria de Administração – Setor de Licitações, Praça Arthur Siewerdt, 01, Bairro Centro, Trombudo Central - SC. A íntegra do presente edital poderá ser solicitada, no horário das 08:00 às 17:30 horas, pelo telefone (0XX47) 3544-0271 ou através da Home Page: www.trombudocentral.sc.gov.br. Trombudo Central, 24 de outubro de 2016.

Silvio Venturi
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL 61/2016 PMTC

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL
PREGÃO PRESENCIAL PMTC Nº 61/2016

O Município de Trombudo Central, por intermédio do Prefeito Municipal Sr Silvio Venturi, com a autoridade que lhe é atribuída, torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei 8.666/1993, fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL PMTC Nº 61/2016, tipo de licitação MENOR PREÇO, regime de execução POR LOTE, visando a AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO PARA O AUDITORIO LOCALIZADO NO PRÉDIO DA PREFEITURA. A documentação e propostas relativas à licitação serão recebidas, até as 09:00h do dia 10 de novembro de 2016, na Prefeitura Municipal de Trombudo Central, Secretaria de Administração – Setor de Licitações, Praça Arthur Siewerdt, 01, Bairro Centro, Trombudo Central - SC. A íntegra do presente edital poderá ser solicitada, no horário das 08:00 às 17:30 horas, pelo telefone (0XX47) 3544-0271 ou através da Home Page: www.trombudocentral.sc.gov.br.

Trombudo Central, 24 de outubro de 2016.

Silvio Venturi
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL PMTC 59/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL
PREGÃO PRESENCIAL PMTC Nº 59/2016

O Município de Trombudo Central, por intermédio do Prefeito Municipal Sr Silvio Venturi, com a autoridade que lhe é atribuída, torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei 8.666/1993, fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL PMTC Nº 59/2016, tipo de licitação MENOR PREÇO, regime de execução POR ITEM, visando o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL (GASOLINA AMARELA COMUM MISTURADA COM ÁLCOOL) DE ACORDO COM AS NORMAS, PARA MANUTENÇÃO DA FROTA MECANIZADA DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DIRETAMENTE DA BOMBA DO FORNECEDOR . A documentação e propostas relativas à licitação serão recebidas, até as 09:00h do dia 09 de novembro de 2016, na Prefeitura Municipal de Trombudo Central, Secretaria de Administração – Setor de Licitações, Praça Arthur Siewerdt, 01, Bairro Centro, Trombudo Central - SC. A íntegra do presente edital poderá ser solicitada, no horário das 08:00 às 17:30 horas, pelo telefone (0XX47) 3544-0271 ou através da Home Page: www.trombudocentral.sc.gov.br. Trombudo Central, 24 de outubro de 2016.

Silvio Venturi
Prefeito Municipal

Tunápolis

PREFEITURA

DECRETO 1824/2016

Decreto nº 1824/2016 de 25 de outubro de 2016.

Determina a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 190.528,73 (Cento e noventa mil quinhentos e vinte oito reais e setenta e três centavos), alterando a Lei Orçamentária nº 1.244/2015, e contém outras providências.

ENOÍ SCHERER, Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente as disposições da Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária nº 1244/2015 e especialmente a Lei nº 1277/2016;

DECRETA:

Art. 1º O Chefe do Poder Executivo Municipal, determina a proceder a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor R\$ 190.528,73 (Cento e noventa mil quinhentos e vinte oito reais e setenta e três centavos), alterando a LOA – Lei Orçamentária Anual nº 1.244 de 09 de dezembro de 2015 para reforçar as dotações abaixo indicada para o atendimento das despesas concernentes à manutenção, coordenação e desenvolvimento das atividades, em conformidade com as prescritas em Lei conforme segue:

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL		
Órgão:	03.00	SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO, PLANEJ.E FINANÇAS
Unidade:	03.02	ENCARGOS E SENTENÇAS JUDICIAIS
Proj./Ativ	04.122.0000.2.005	Contribuição para Formação do PASEP
3.3.90.00.00.00.00.00.1104		Aplicações Diretas (17) 25.000,00
Proj./Ativ	04.122.0002.2.017	Aposentados e Pensionistas
3.1.90.00.00.00.00.00.1104		Aplicações Diretas (22) 8.000,00
Órgão:	04.00	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Unidade:	04.02	ENSINO FUNDAMENTAL
Proj./Ativ	12.306.0005.2.014	Manutenção da Merenda Escolar Ensino Fundamental
3.3.90.00.00.00.00.00.1132		Aplicações Diretas (36) 321,81
3.3.90.00.00.00.00.00.1104		Aplicações Diretas (37) 6.000,00
Proj./Ativ	12.361.0005.2.011	Manutenção do Ensino Fundamental
3.1.90.00.00.00.00.00.1105		Aplicações Diretas (42) 52.200,00
Proj./Ativ	12.361.0005.2.013	Manutenção do Transporte Escolar Ensino Fundamental
3.3.90.00.00.00.00.00.1124		Aplicações Diretas (50) 23.506,92
Unidade:	04.03	EDUCAÇÃO INFANTIL – PRÉ-ESCOLA
Proj./Ativ	12.365.0005.2.061	Manutenção da Merenda Escolar Educação Infantil
3.3.90.00.00.00.00.00.1104		Aplicações Diretas (63) 5.000,00
Órgão:	05.00	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Unidade:	05.01	AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Proj./Ativ	20.608.0013.2.025	Programa de Melhoramento Genético
3.3.90.00.00.00.00.00.1104		Aplicações Diretas (95) 35.000,00
Órgão:	06.00	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO
Unidade:	06.02	URBANISMO, INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS GERAIS
Proj./Ativ	25.752.0009.2.029	Manutenção dos Serviços de Iluminação Pública
3.3.90.00.00.00.00.00.1127		Aplicações Diretas (119) 25.000,00
Unidade:	06.02	URBANISMO, INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS GERAIS
Proj./Ativ	25.752.0009.1.019	Pavimentação de Vias Públicas, Passeios, Abrigos de Passageiros, Pontes e Pontilhões
4.4.90.00.00.00.00.00.1104		Aplicações Diretas (111) 5.500,00
Unidade:	08.00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Proj./Ativ	08.244.0003.2.036	Manutenção do Programa Bolsa Família (PBF)

3.3.90.00.00.00.00.00.1230	Aplicações Diretas (140)	3.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.3230	Aplicações Diretas (188)	2.000,00

TOTAL R\$ 190.528,73

Art. 2º Para o atendimento do Crédito determinado no artigo anterior deste ato, o Chefe do Poder Executivo Municipal, determina a proceder à redução das dotações orçamentárias abaixo discriminadas e constantes do mesmo orçamento, a saber:

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL		
Unidade:	04.04	ENSINO MÉDIO
Proj./Ativ	12.362.0004.2.058	Manutenção do Transporte Escolar Ensino Médio
3.3.90.00.00.00.00.00.1121	Aplicações Diretas (68)	23.506,92
Unidade:	04.07	EDUCAÇÃO INFANTIL – CRECHE
Proj./Ativ	12.365.0005.1.005	Construção, Ampliação e Conservação de Creche Municipal
4.4.90.00.00.00.00.00.1105	Aplicações Diretas (72)	52.200,00
Proj./Ativ	12.365.0005.2.062	Manutenção da Merenda Escolar da Creche Municipal
3.3.90.00.00.00.00.00.1133	Aplicações Diretas (75)	321,81
Unidade:	05.00	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Proj./Ativ	20.606.0013.2.050	Programa de Subsídios Agrícolas
3.3.90.00.00.00.00.00.1104	Aplicações Diretas (94)	84.500,00
Unidade:	06.02	URBANISMO, INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS GERAIS
Proj./Ativ	25.752.0009.2.029	Manutenção dos Serviços de Iluminação Pública
4.4.90.00.00.00.00.00.1127	Aplicações Diretas (120)	25.000,00
Unidade:	08.00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Proj./Ativ	08.244.0003.1.022	Aquisição de Veículo, Equipamentos, Materiais Permanentes
4.4.90.00.00.00.00.00.1230	Aplicações Diretas (131)	3.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.3230	Aplicações Diretas (187)	2.000,00

TOTAL R\$ 190.528,73

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis, SC,
em 25 de outubro de 2016.

ENOÍ SCHERER
Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado
em data supra.

Cleverson Inácio Kerkhoff
Técnico em Controladoria Interna

LEI 1277/2016

Lei nº 1277/2016 de 25 de outubro de 2016.

Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 190.528,73 (Cento e noventa mil quinhentos e vinte oito reais e setenta e três centavos), alterando a Lei Orçamentária nº 1.244/2015, e contém outras providências.

O Prefeito Municipal do Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor R\$190.528,73 (Cento e noventa mil quinhentos e vinte oito reais e setenta e três centavos), alterando a LOA – Lei Orçamentária Anual nº 1.244 de 09 de dezembro de 2015 para reforçar as dotações abaixo indicada para o atendimento das despesas concernentes à manutenção, coordenação e desenvolvimento das atividades, em conformidade com as prescritas em Lei conforme segue:

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL		
Órgão:	03.00	SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO, PLANEJ.E FINANÇAS
Unidade:	03.02	ENCARGOS E SENTENÇAS JUDICIAIS
Proj./Ativ	04.122.0000.2.005	Contribuição para Formação do PASEP
3.3.90.00.00.00.00.00.1104	Aplicações Diretas (17)	25.000,00
Proj./Ativ	04.122.0002.2.017	Aposentados e Pensionistas

3.1.90.00.00.00.00.00.1104	Aplicações Diretas (22)	8.000,00
Órgão:	04.00	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Unidade:	04.02	ENSINO FUNDAMENTAL
Proj./Ativ	12.306.0005.2.014	Manutenção da Merenda Escolar Ensino Fundamental
3.3.90.00.00.00.00.00.1132	Aplicações Diretas (36)	321,81
3.3.90.00.00.00.00.00.1104	Aplicações Diretas (37)	6.000,00
Proj./Ativ	12.361.0005.2.011	Manutenção do Ensino Fundamental
3.1.90.00.00.00.00.00.1105	Aplicações Diretas (42)	52.200,00
Proj./Ativ	12.361.0005.2.013	Manutenção do Transporte Escolar Ensino Fundamental
3.3.90.00.00.00.00.00.1124	Aplicações Diretas (50)	23.506,92
Unidade:	04.03	EDUCAÇÃO INFANTIL – PRÉ-ESCOLA
Proj./Ativ	12.365.0005.2.061	Manutenção da Merenda Escolar Educação Infantil
3.3.90.00.00.00.00.00.1104	Aplicações Diretas (63)	5.000,00
Órgão:	05.00	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Unidade:	05.01	AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Proj./Ativ	20.608.0013.2.025	Programa de Melhoramento Genético
3.3.90.00.00.00.00.00.1104	Aplicações Diretas (95)	35.000,00
Órgão:	06.00	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO
Unidade:	06.02	URBANISMO, INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS GERAIS
Proj./Ativ	25.752.0009.2.029	Manutenção dos Serviços de Iluminação Pública
3.3.90.00.00.00.00.00.1127	Aplicações Diretas (119)	25.000,00
Unidade:	06.02	URBANISMO, INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS GERAIS
Proj./Ativ	25.752.0009.1.019	Pavimentação de Vias Públicas, Passeios, Abrigos de Passageiros, Pontes e Pontilhões
4.4.90.00.00.00.00.00.1104	Aplicações Diretas (111)	5.500,00
Unidade:	08.00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Proj./Ativ	08.244.0003.2.036	Manutenção do Programa Bolsa Família (PBF)
3.3.90.00.00.00.00.00.1230	Aplicações Diretas (140)	3.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.3230	Aplicações Diretas (188)	2.000,00

TOTAL R\$ 190.528,73

Art. 2º Para o atendimento do Crédito autorizado no artigo anterior deste ato fica igualmente o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder à redução das dotações orçamentárias abaixo discriminadas e constantes do mesmo orçamento, a saber:

Entidade:	PREFEITURA MUNICIPAL	
Unidade:	04.04	ENSINO MÉDIO
Proj./Ativ	12.362.0004.2.058	Manutenção do Transporte Escolar Ensino Médio
3.3.90.00.00.00.00.00.1121	Aplicações Diretas (68)	23.506,92
Unidade:	04.07	EDUCAÇÃO INFANTIL – CRECHE
Proj./Ativ	12.365.0005.1.005	Construção, Ampliação e Conservação de Creche Municipal
4.4.90.00.00.00.00.00.1105	Aplicações Diretas (72)	52.200,00
Proj./Ativ	12.365.0005.2.062	Manutenção da Merenda Escolar da Creche Municipal
3.3.90.00.00.00.00.00.1133	Aplicações Diretas (75)	321,81
Unidade:	05.00	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Proj./Ativ	20.606.0013.2.050	Programa de Subsídios Agrícolas
3.3.90.00.00.00.00.00.1104	Aplicações Diretas (94)	84.500,00
Unidade:	06.02	URBANISMO, INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS GERAIS
Proj./Ativ	25.752.0009.2.029	Manutenção dos Serviços de Iluminação Pública
4.4.90.00.00.00.00.00.1127	Aplicações Diretas (120)	25.000,00

Unidade:	08.00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Proj./Ativ	08.244.0003.1.022	Aquisição de Veículo, Equipamentos, Materiais Permanentes	
4.4.90.00.00.00.00.00.1230		Aplicações Diretas (131)	3.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.3230		Aplicações Diretas (187)	2.000,00

TOTAL R\$ 190.528,73

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis, SC,
em 25 de outubro de 2016.

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada
em data supra.

Cleverson Inácio Kerkhoff
Técnico em Controladoria Interna

Turvo

PREFEITURA

LEI 2288/2016

LEI Nº 2.288/16, de 20 de Outubro de 2016.

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Turvo, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. O orçamento do Município de Turvo, para o exercício financeiro de 2017, será elaborado e executado de acordo com as diretrizes estabelecidas nesta lei, compreendendo:

I – as metas fiscais;

II – as prioridades e metas da administração municipal extraídas do Plano Plurianual 2014/2017;

III – a estrutura dos orçamentos;

IV – as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

V – as disposições sobre dívida pública municipal;

VI – as disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;

VII – as disposições sobre alterações na legislação tributária; e

VIII – as disposições gerais.

I – DAS METAS FISCAIS

Art. 2º. As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2017, 2018 e 2019, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, são as identificadas no Anexo I desta Lei.

II – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 3º. As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2017 são aquelas definidas nos anexos II-A desta Lei.

Parágrafo Único. Os recursos estimados na lei orçamentária para 2017 definidos no anexo III-A serão destinados, preferencialmente, para as prioridades estabelecidas no anexo II-A desta Lei, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

Art. 4º. Na elaboração da proposta orçamentária para 2017, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei e

identificadas no Anexo I, a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

III – DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º. O orçamento para o exercício financeiro de 2017 abrangerá o Poder Legislativo, o Poder Executivo e seus Fundos e será elaborado levando-se em conta a Estrutura Organizacional da Prefeitura.

Art. 6º. A Lei de Orçamento evidenciará as Receitas e Despesas de cada Unidade Gestora, identificadas por código da destinação de recursos, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza e modalidade de aplicação.

Art. 7º. A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária conterá quadro demonstrativo da evolução da Receita (anexo III-B) dos exercícios de 2013, 2014 e 2015, previsão para 2016 e 2017 e projeção para 2018 e 2019, com justificativa da estimativa para 2017, acompanhado de metodologia e memória de cálculo.

IV – DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 8º. O orçamento e a sua execução obedecerão, entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo os Poderes Legislativo, Executivo e seus fundos.

Art. 9º. Os estudos para definição do Orçamento da Receita, excluídas as previsões de convênios e operações de crédito, deverá observar as alterações da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a valorização imobiliária e a evolução da receita nos últimos três exercícios.

Parágrafo único. Se a receita estimada, comprovadamente não atender ao disposto neste artigo, o Legislativo, quando da análise da Proposta Orçamentária, poderá reestimá-la, ou solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 10. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira no montante necessário, observado a destinação de recursos, ressalvadas as decorrentes de obrigações constitucionais e legais, inclusive aquelas destinadas ao pagamento da dívida.

Art. 11. O orçamento de cada uma das unidades gestoras contemplará recursos para a Reserva de Contingência, limitados entre 0,001% (um milésimo) e 3% (três por cento) da Receita Corrente Líquida prevista, destinada a atender os passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, conforme Anexo VII (LRF).

§ 1º. Constitui outros riscos e eventos fiscais imprevistos, capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do município, aqueles que não estão apurados até a elaboração da lei orçamentária, aqueles oriundos de desapropriações de relevante interesse público, aqueles oriundos de situações de emergência e calamidade pública, e aqueles oriundos de despesas não orçadas ou orçadas a menor (abertura de créditos adicionais – art. 8º da Portaria Interministerial nº. 163, de 04/05/2001).

§ 2º. O valor orçado na Reserva de Contingência, se até o dia 10 de dezembro, não ocorrer passivos contingentes, poderá ser remanejado por ato do poder executivo para reforço de dotações insuficientes, desde que não comprometa o equilíbrio orçamentário do exercício em curso, exceto os valores destinados a atender despesas não orçadas ou orçadas a menor, que poderão ser remanejados a qualquer momento, nos termos deste parágrafo.

Art. 12. Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual.

Art. 13. Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária Anual com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º. A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/64 será realizado por fonte de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais, por ato do poder executivo conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal, LC nº 101/2000.

§ 2º. Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada cada uma das destinações e fontes de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo.

Art. 14. As renúncias de receita estimadas para o exercício financeiro de 2017 (anexo VII-A) serão consideradas para efeito de cálculo do orçamento da receita.

Art. 15. A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, esportivo, cultural, saúde, de cooperação técnicas e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal.

Art. 16. Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante num exercício, em cada evento, não exceda o valor para dispensa de licitação fixado no item I do Art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado.

Art. 17. Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito.

Art. 18. O Município poderá contribuir para o custeio de despesas de competência de outros entes da Federação, mediante celebração de convênio, acordo, ajuste ou congêneres e previsto os recursos na lei orçamentária anual.

Art. 19. A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2017 a preços correntes.

Art. 20. A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001.

Art. 21. Durante a execução orçamentária, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício e constantes desta lei, conforme art. 167, I da CF.

Art. 22. Para fins do disposto no artigo 165, § 8º da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar a criação de Grupo de Natureza de Despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.

V – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 23. Obedecidos aos limites estabelecidos em Lei Complementar Federal, o Município poderá realizar operações de crédito ao longo do exercício, para atendimento a Despesas de Capital, respeitado o limite de endividamento, na conformidade com a Lei Complementar nº 101/2000.

VI – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 24. O Município, mediante lei autorizativa, observada a iniciativa privativa de cada Poder, poderá criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens e, por ato administrativo, admitir pessoal a qualquer título, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos no orçamento ou em créditos adicionais.

Art. 25. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de

horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 26. Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Art. 27. A verificação dos limites das despesas com pessoal serão feitas ao final de cada semestre na forma estabelecida na Lei de Responsabilidade Fiscal.

VII – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 28. O Poder Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefícios fiscais aos contribuintes, devendo, nestes casos, serem considerados nos cálculos do orçamento da receita, apresentando estudos do seu impacto e atender ao disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 29. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em Dívida Ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 30. O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente.

VIII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 31. Se o Projeto de Lei Orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2017, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva Lei Orçamentária Anual.

Parágrafo único. Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência do disposto no caput deste artigo serão ajustados após a sanção da Lei Orçamentária Anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o Superávit Financeiro do Exercício anterior, o Excesso ou provável excesso de arrecadação, a anulação de saldos de dotações não comprometidas e a Reserva de Contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos.

Art. 32. Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos decorrentes de insuficiência de disponibilidade de caixa, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 33. A Administração Municipal, tanto quanto possível, até a criação de estrutura adequada, deverá apropriar as despesas de forma a demonstrar o custo de cada ação.

Art. 34. Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 35. O Poder executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não.

Art. 36. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2017.

Turvo (SC), 20 de Outubro de 2016.
RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Lei nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 282/2016

PORTARIA Nº 282/16, de 18 de Outubro de 2016.

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO DE SINDICÂNCIA INSTAURADA ATRAVÉS DA PORTARIA Nº 222/16.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

RESOLVE

Art. 1º. Fica prorrogado em mais 60 (sessenta) dias, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão de Sindicância instaurada por meio da Portaria nº 222/16.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 18 de outubro de 2016.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 283/2016

PORTARIA Nº 283/16, de 19 de Outubro de 2016.
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o artigo 138, XII, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias de 30 (trinta) dias ao servidor abaixo especificado, no período de 20.10.2016 a 18.11.2016, com gratificação especial de 1/3 a mais do que o vencimento normal.

MATR. SERVIDOR (A) PERÍODO DE AQUISIÇÃO
0272 João da Silva Tomé 04.01.2014 a 03.01.2015

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 19 de outubro de 2016.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 284/2016

PORTARIA Nº 284/16, de 19 de Outubro de 2016.

EXONERA A PEDIDO SERVIDOR DE CARGO EM COMISSÃO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o estabelecido na Lei Complementar nº 009/11, de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Exonerar a pedido a Servidora Claudia Lodetti, CPF nº 918.760.799-91, matrícula nº 3664, ocupante do cargo em comissão de Chefe de Divisão da Unidade Central de Saúde, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tornando seus efeitos legais a partir do dia 21 de Outubro de 2016. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 19 de outubro de 2016.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 285/2016

PORTARIA Nº 285/16, de 24 de Outubro de 2016.

FAZ NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear a Sra. ADRIANA SEVERINO DE MELO, CPF nº 991.146.319-20, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão da Unidade Central de Saúde, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 24 de outubro de 2016.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 286/2016

PORTARIA Nº 286/16, de 24 de Outubro de 2016.

DESIGNA SERVIDORA PARA RESPONDER PELA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º - Designar a Servidora ADRIANA SEVERINO DE MELO, CPF nº 991.146.319-20, matrícula nº 3727, para responder pela Secretaria de Assistência Social.

Parágrafo Único. A Servidora designada no caput deste artigo, não receberá subsídios para exercer as funções do cargo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria de nº 129/16, de 11 de abril de 2015.

Turvo (SC), 24 de outubro de 2016.

RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

LEI 2288/2016 LDO ANEXOS

Página: 1/1
Data: 20/10/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE TURVO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
ANEXO DE METAS FISCAIS
Demonstrativo I - Metas Anuais
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Especificação	2017			2018			2019		
	Valor	Valor	% PIB	Valor	Valor	% PIB	Valor	Valor	% PIB
	Corrente	Constante	(a / PIB) x 100	Corrente	Constante	(b / PIB) x 100	Corrente	Constante	(c / PIB) x 100
Receita Total	53.313.062,35	50.295.341,84	----	56.511.848,98	50.295.344,41	----	59.902.559,76	50.295.175,36	----
Receitas Primárias (I)	48.172.023,27	45.445.304,97	----	51.062.347,68	45.445.307,65	----	54.126.088,48	45.445.154,98	----
Despesa Total	53.313.062,35	50.295.341,84	----	56.511.848,98	50.295.344,41	----	59.902.559,76	50.295.175,36	----
Despesas Primárias (II)	42.189.748,01	39.801.649,07	----	44.721.135,91	39.801.651,75	----	47.404.404,02	39.801.518,04	----
Resultado Primário III = (I-II)	5.982.275,26	5.643.655,91	----	6.341.211,77	5.643.655,90	----	6.721.684,46	5.643.636,93	----
Resultado Nominal	(200.000,00)	(188.679,25)	----	(300.000,00)	(266.998,93)	----	(200.000,00)	(167.923,29)	----
Dívida Pública Consolidada	1.400.000,00	1.320.754,72	----	1.200.000,00	1.067.995,73	----	1.100.000,00	923.578,11	----
Dívida Consolidada Líquida	(2.000.000,00)	(1.886.792,45)	----	(2.300.000,00)	(2.046.991,81)	----	(2.500.000,00)	(2.099.041,16)	----

LRF, art 4º, § 1º R\$ 1,00

O cálculo das metas acima descritas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:

VARIÁVEIS	2017		2018		2019	
Inflação média (% anual)	6,000		6,000		6,000	

Página: 1/49
Data: 20/10/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
ANEXO II-A PRIORIDADES DESPESAS

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	Camara Municipal de Turvo	01.00
Unidade:	Camara Municipal de Turvo	01.01
Função:	Legislativa	1
Subfunção:	Ação Legislativa	31
Programa:	MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA CAMARA	0024

Objetivo do programa:

Manutenção e Funcionamento da Câmara

Justificativa do programa:

Manutenção e Funcionamento da Câmara

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.001	3	A	Manutencao e funcionamento da Camara	SESSOES LEGISLATIVAS (UND)	45,000	1.786.524,00

II - Descrição das Ações

Manutencao e funcionamento da Camara

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	1.429.219,20	0,00	1.429.219,20
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	2.382,03	0,00	2.382,03
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	250.113,36	0,00	250.113,36
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	104.809,41	0,00	104.809,41
Total:			1.786.524,00	0,00	1.786.524,00

I - Classificação

Órgão:	GABINETE DO PREFEITO	02.00
Unidade:	GABINETE DO PREFEITO	02.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	MANUTENCAO DO GABINETE DO PREFEITO	0025

Objetivo do programa:
Manutenção do Gabinete do Prefeito

Justificativa do programa:
Manutenção do Gabinete do Prefeito

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.002	4	A	Manutenção do Gabinete do Prefeito	PUBLICO ATENDIDO (PUB)	2000,000	486.445,24

II - Descrição das Ações
Manutenção do Gabinete do Prefeito

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	208.094,32	0,00	208.094,32
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	211.439,64	0,00	211.439,64
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	66.911,28	0,00	66.911,28
Total:			486.445,24	0,00	486.445,24

I - Classificação

Órgão:	GABINETE DO PREFEITO	02.00
Unidade:	GABINETE DO PREFEITO	02.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	CONTRIBUIÇÃO FECAM E IBAM E AMESC	0045

Objetivo do programa:
Contribuição Fecam e Ibam e Amesc

Justificativa do programa:
Contribuição Fecam e Ibam e Amesc

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.003	4	A	Contribuição Fecam e Ibam e Amesc	CONTRIBUICOES FINANCEIRAS (MES)	12,000	202.472,72

II - Descrição das Ações
Contribuição Fecam e Ibam e Amesc

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	202.472,72	0,00	202.472,72
Total:			202.472,72	0,00	202.472,72

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
 ANEXO II-A PRIORIDADES DESPESAS

Página: 4/49
 Data: 20/10/2016

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	GABINETE DO VICE-PREFEITO	03.00
Unidade:	GABINETE DO VICE-PREFEITO	03.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	MANUT E FUNCIONAMENTO DO GABINETE DO VICE-PREFEITO	0027

Objetivo do programa:

Manutencao e Funcionamento do Gabinete do Vice-Prefeito

Justificativa do programa:

Manutencao e Funcionamento do Gabinete do Vice-Prefeito

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.004	5	A	Manutencao e Funcionamento do Gabinete do Vice-Prefeito	MANUTENCAO (MES)	12,000	94.880,15

II - Descrição das Ações

Manutencao e Funcionamento do Gabinete do Vice-Prefeito

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	82.969,99	0,00	82.969,99
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	11.910,16	0,00	11.910,16
Total:			94.880,15	0,00	94.880,15

Página: 5/49
Data: 20/10/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
ANEXO II-A PRIORIDADES DESPESAS

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	04.00
Unidade:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	04.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	MANUTENCAO DA SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS	0028

Objetivo do programa:

Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças

Justificativa do programa:

Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.005	6	A	Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças	SERVIDORES ATENDENDO (PUB)	40,000	1.819.813,37

II - Descrição das Ações

Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	2.382,03	0,00	2.382,03
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	838.398,56	0,00	838.398,56
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	83.371,12	0,00	83.371,12
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	2.024,73	0,00	2.024,73
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	833.711,20	0,00	833.711,20
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	2.382,03	0,00	2.382,03
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	57.543,70	0,00	57.543,70
Total:			1.819.813,37	0,00	1.819.813,37

Página: 6/49
Data: 20/10/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
ANEXO II-A PRIORIDADES DESPESAS
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			04.00
Unidade:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			04.01
Função:	Segurança Pública			6
Subfunção:	Policciamento			181
Programa:	MANUTENCAO DO CONVENIO RADIO PATRULHA e SSP TRANSITO			0026

Objetivo do programa:
Manutenção do Convenio Rádio Patrulha e SSP Transito

Justificativa do programa:

Manutenção do Convenio Rádio Patrulha

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.007	6	A	Manutenção do Convenio Rádio Patrulha e SSP Transito	DIAS PATRULHADOS (DIA)	365,000	98.225,47

II - Descrição das Ações

Manutenção do Convenio Rádio Patrulha e SSP Transito

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0054 - Convenio SSP Transito Militar	23.224,81	0,00	23.224,81
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0055 - Convenio Transito Civil	23.224,81	0,00	23.224,81
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0056 - Convenio Transito Prefeitura	25.011,34	0,00	25.011,34
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	26.764,51	0,00	26.764,51
Total:			98.225,47	0,00	98.225,47

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
 ANEXO II-A PRIORIDADES DESPESAS

Página: 7/49
 Data: 20/10/2016

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	04.00
Unidade:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	04.01
Função:	Segurança Pública	6
Subfunção:	Defesa Civil	182
Programa:	Manutenção e Funcionamento do Funrebom	0056

Objetivo do programa:

Manutenção e funcionamento do Funrebom

Justificativa do programa:

Manutenção e funcionamento do Funrebom

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.030	6	A	Manutenção e Funcionamento do Funrebom	DIAS PATRULHADOS (DIA)	365,000	136.966,84

II - Descrição das Ações

Manutenção e Funcionamento do Funrebom

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	119.101,60	0,00	119.101,60
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	17.865,24	0,00	17.865,24
Total:			136.966,84	0,00	136.966,84

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
 ANEXO II-A PRIORIDADES DESPESAS

Página: 8/49
 Data: 20/10/2016

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	04.00
Unidade:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	04.01
Função:	Encargos Especiais	28
Subfunção:	Serviço da Dívida Interna	843
Programa:	OPERACOES ESPECIAIS	0000

Objetivo do programa:
Contribuicao ao pasep

Justificativa do programa:
Contribuicao ao pasep

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
0.001	6	O	Resgate da Dívida Interna	DÍVIDA FUNDADA E PARCELAMENTOS (DIV)	12,000	1.131.465,20

II - Descrição das Ações

Resgate da Dívida Interna

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.2.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	59.550,80	0,00	59.550,80
4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	1.071.914,40	0,00	1.071.914,40
Total:			1.131.465,20	0,00	1.131.465,20

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

ANEXO II-A PRIORIDADES DESPESAS

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Página: 9/49

Data: 20/10/2016

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	04.00
Unidade:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	04.01
Função:	Encargos Especiais	28
Subfunção:	Outros Encargos Especiais	846
Programa:	OPERACOES ESPECIAIS	0000

Objetivo do programa:
Contribuicao ao pasep

Justificativa do programa:
Contribuicao ao pasep

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
0.004	6	O	Contribuicao ao pasep	PASEP (MES)	12,000	357.304,80

II - Descrição das Ações
Contribuicao ao pasep

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	357.304,80	0,00	357.304,80
Total:			357.304,80	0,00	357.304,80

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

ANEXO II-A PRIORIDADES DESPESAS

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Página: 10/49

Data: 20/10/2016

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	04.00
Unidade:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	04.01
Função:	Encargos Especiais	28
Subfunção:	Outros Encargos Especiais	846
Programa:	OPERACOES ESPECIAIS	0000

Objetivo do programa:
Contribuicao ao pasep

Justificativa do programa:
Contribuicao ao pasep

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
0.002	6	O	Proventos a Inativos	APOSENTADOS E PENSIONISTAS (APO)	22,000	309.664,16

II - Descrição das Ações

Proventos a Inativos

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	309.664,16	0,00	309.664,16
Total:			309.664,16	0,00	309.664,16

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
 ANEXO II-A PRIORIDADES DESPESAS

Página: 11/49
 Data: 20/10/2016

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	04.00
Unidade:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	04.01
Função:	Encargos Especiais	28
Subfunção:	Outros Encargos Especiais	846
Programa:	OPERACOES ESPECIAIS	0000

Objetivo do programa:
Contribuicao ao pasep

Justificativa do programa:
Contribuicao ao pasep

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
0.003	6	O	Precatórios Judiciais	PRECATORIOS (PRE)	12,000	93.675,79

II - Descrição das Ações
 Precatórios Judiciais

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	26.764,51	0,00	26.764,51
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	66.911,28	0,00	66.911,28
Total:			93.675,79	0,00	93.675,79

Página: 12/49
Data: 20/10/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
ANEXO II-A PRIORIDADES DESPESAS

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	SEC.DA IND.AGROIND.COM.TRAB. E DES.COMUNITARIO	05.00
Unidade:	SEC.DA IND.AGROIND.COM.TRAB. E DES.COMUNITARIO	05.01
Função:	Indústria	22
Subfunção:	Promoção Industrial	661
Programa:	MATADOURO PUBLICO	0021

Objetivo do programa:
Saude Publica

Justificativa do programa:
Saude Publica

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.030	7	P	Construção de Abatedouro Municipal e/ou aquisição de terreno	OBRAS PUBLICAS EM GERAL (UND)	1.000	200.000,00

II - Descrição das Ações

Construção de Abatedouro Municipal e/ou aquisição de terreno

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	200.000,00	0,00	200.000,00
Total:			200.000,00	0,00	200.000,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
 ANEXO II-A PRIORIDADES DESPESAS

Página: 13/49
 Data: 20/10/2016

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	SEC.DA IND.AGROIND.COM.TRAB. E DES.COMUNITARIO	05.00
Unidade:	SEC.DA IND.AGROIND.COM.TRAB. E DES.COMUNITARIO	05.01
Função:	Indústria	22
Subfunção:	Promoção Industrial	661
Programa:	MANUT E FUNC SEC DE IND AGROIND COM TRAB DES COM-SIACO	0029

Objetivo do programa:

Manutencao e Funcionamento da Secretaria de Industria Agroindunstria Comercio Trabalho e Desenvolvimento Comunitario

Justificativa do programa:

Manutencao e Funcionamento da Secretaria de Industria Agroindunstria Comercio Trabalho e Desenvolvimento Comunitario

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.006	7 A	Manut e Func Séc de Ind Agroind Com Trab e Des Com	ATENDIMENTO A EMPRESAS EM GERAL (EMP)	450,000	393.554,57

II - Descrição das Ações

Manut e Func Séc de Ind Agroind Com Trab e Des Com

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	53.595,72	0,00	53.595,72
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	88.373,39	0,00	88.373,39
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	238.203,20	0,00	238.203,20
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	13.382,26	0,00	13.382,26
Total:			393.554,57	0,00	393.554,57

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

ANEXO II-A PRIORIDADES DESPESAS

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Página: 14/49
 Data: 20/10/2016

I - Classificação

Órgão:	SEC.DA IND.AGROIND.COM.TRAB. E DES.COMUNITARIO	05.00
Unidade:	SEC.DA IND.AGROIND.COM.TRAB. E DES.COMUNITARIO	05.01
Função:	Indústria	22
Subfunção:	Produção Industrial	662
Programa:	INDUSTRIA COMERCIO E PRESTADOR DE SERVIÇO NO MUNICIPIO	0012

Objetivo do programa:

Construcao de Incubadora Industrial e/ou aquisição de terrenos

Justificativa do programa:

Construcao de Incubadora Industrial e/ou aquisição de terrenos

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.031	7 P	Construção de Incubadora Industrial e/ou aquisição de terreno	OBRAS PUBLICAS EM GERAL (UND)	1.000	350.000,00

II - Descrição das Ações

Construção de Incubadora Industrial e/ou aquisição de terreno

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0024 - Transferencias de Convenios O	0,00	300.000,00	300.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	50.000,00	0,00	50.000,00
Total:			50.000,00	300.000,00	350.000,00

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

ANEXO II-A PRIORIDADES DESPESAS

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Página: 15/49

Data: 20/10/2016

I - Classificação									
Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES								06.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES								06.01
Função:	Educação								12
Subfunção:	Alimentação e Nutrição								306
Programa:	AQUISICAO DE MERENDA ESCOLAR								0038
Objetivo do programa: Aquisição de Merenda Escolar									
Justificativa do programa: Aquisição de Merenda Escolar									
Ação	Local	Tipo	Título		Produto (Unidade)		Física	Financeira	
2.014	8	A	Aquisição de Merenda Escolar.		MERENDA ESCOLAR (ALU)		1030,000	1.189.064,10	
II - Descrição das Ações									
Aquisição de Merenda Escolar.									
III - Detalhamento das Ações									
Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa				Recurso		Ordinários	Vinculados	Total
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu				00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O		5.352,90	0,00	5.352,90
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas				00.01.0060 - Programa Nacional de Alimenta		0,00	350.000,00	350.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas				00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O		833.711,20	0,00	833.711,20
Total:							839.064,10	350.000,00	1.189.064,10

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

ANEXO II-A PRIORIDADES DESPESAS

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Página: 16/49
 Data: 20/10/2016

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	06.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	06.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	ALUNO NA ESCOLA	0010

Objetivo do programa:

Construção e ou Ampliação de sala de aula

Justificativa do programa:

Construção e ou Ampliação de sala de aula

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.016	8	P	Construção e ou Ampliação de sala de aula ensino fundamental	OBRAS PUBLICAS EM GERAL (UND)	4.000	690.600,73

II - Descrição das Ações

Construção e ou Ampliação de sala de aula ensino fundamental

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0001 - Rec de Impostos e de Transf de	543.317,63	0,00	543.317,63
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0022 - Trasnferencias Convenios Edu	0,00	147.283,10	147.283,10
Total:			543.317,63	147.283,10	690.600,73

Página: 17/49
Data: 20/10/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
ANEXO II-A PRIORIDADES DESPESAS

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	06.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	06.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL	0034

Objetivo do programa:

Manutenção e Funcionamento do Ensino Fundamental

Justificativa do programa:

Manutenção e Funcionamento do Ensino Fundamental

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.010	8	A	Manutenção e Funcionamento do Ensino Fundamental	ALUNOS ATENDIDOS (ALU)	577,000	7.800.485,45

II - Descrição das Ações

Manutenção e Funcionamento do Ensino Fundamental

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0001 - Rec de Impostos e de Transf de	952.812,80	0,00	952.812,80
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0018 - Transferencias do FUNDEF 60%	0,00	2.917.319,85	2.917.319,85
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0019 - Transferencias do FUNDEF 40%	0,00	774.160,40	774.160,40
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0001 - Rec de Impostos e de Transf de	2.382.032,00	0,00	2.382.032,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0001 - Rec de Impostos e de Transf de	774.160,40	0,00	774.160,40
Total:			4.109.005,20	3.691.480,25	7.800.485,45

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
 ANEXO II-A PRIORIDADES DESPESAS

Página: 18/49
 Data: 20/10/2016

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	06.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	06.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DO TRANSPORTE ESCOLAR	0035

Objetivo do programa:

Manutenção e Funcionamento do Transporte Escolar

Justificativa do programa:

Manutenção e Funcionamento do Transporte Escolar

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.011	8	A	Manutenção e Funcionamento do Transporte Escolar	ALUNOS ATENDIDOS (ALU)	1048,000	2.173.604,20

II - Descrição das Ações

Manutenção e Funcionamento do Transporte Escolar

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0001 - Rec de Impostos e de Transf de	952.812,80	0,00	952.812,80
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0010 - RECURSOS DO TESOURO - T	0,00	416.855,60	416.855,60
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0058 - Salario Educação	0,00	357.304,80	357.304,80
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0061 - Programa Nac de Apoio Transp	446.631,00	0,00	446.631,00
Total:			1.399.443,80	774.160,40	2.173.604,20

Página: 19/49
Data: 20/10/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
ANEXO II-A PRIORIDADES DESPESAS

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	06.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	06.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Superior	364
Programa:	ENSINO SUPERIOR	0054

Objetivo do programa:
Manutencao do Ensino Superior e Convênios com Universidades

Justificativa do programa:
Manutencao do Ensino Superior e Convênios com Universidades

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.025	8	A	Manutencao Ensino Superior e Convênios com Universidades	ALUNOS ATENDIDOS (ALU)	400.000	387.080,20

II - Descrição das Ações

Manutencao Ensino Superior e Convênios com Universidades

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	65.505,88	0,00	65.505,88
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	238.203,20	0,00	238.203,20
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	83.371,12	0,00	83.371,12
Total:			387.080,20	0,00	387.080,20



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
 ANEXO II-A PRIORIDADES DESPESAS

Página: 20/49
 Data: 20/10/2016

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	06.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	06.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Educação Infantil	365
Programa:	ALUNO NA ESCOLA	0010

Objetivo do programa:

Construção e ou Ampliação de sala de aula

Justificativa do programa:

Construção e ou Ampliação de sala de aula

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.018	8	P	Construção e ou Ampliação de sala de aula creches	OBRAS PUBLICAS EM GERAL (UND)	4,000	537.951,46

II - Descrição das Ações

Construção e ou Ampliação de sala de aula creches

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0001 - Rec de Impostos e de Transf de	305.114,48	0,00	305.114,48
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0022 - Transferecias Convenios Edu	0,00	232.836,98	232.836,98
Total:			305.114,48	232.836,98	537.951,46

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
 ANEXO II-A PRIORIDADES DESPESAS

Página: 21/49
 Data: 20/10/2016

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	06.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	06.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Educação Infantil	365
Programa:	ALUNO NA ESCOLA	0010

Objetivo do programa:

Construção e ou Ampliação de sala de aula

Justificativa do programa:

Construção e ou Ampliação de sala de aula

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.017	8	P	Construção e ou Ampliação de sala de aula pre escolar	OBRAS PUBLICAS EM GERAL (UND)	1,000	505.114,48

II - Descrição das Ações

Construção e ou Ampliação de sala de aula pre escolar

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0001 - Rec de Impostos e de Transf de	305.114,48	0,00	305.114,48
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0022 - Transnsferencias Convenios Edu	0,00	200.000,00	200.000,00
Total:			305.114,48	200.000,00	505.114,48

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
 ANEXO II-A PRIORIDADES DESPESAS

Página: 22/49
 Data: 20/10/2016

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	06.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	06.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Educação Infantil	365
Programa:	MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DE CRECHES	0032

Objetivo do programa:

Manutenção e Funcionamento de Creches

Justificativa do programa:

Manutenção e Funcionamento de Creches

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.008	8	A	Manutenção e Funcionamento de Creches	ALUNOS ATENDIDOS (ALU)	293,000	2.620.235,20

II - Descrição das Ações

Manutenção e Funcionamento de Creches

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0001 - Rec de Impostos e de Transf de	655.058,80	0,00	655.058,80
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0018 - Transfencias do FUNDEF 60%	0,00	833.711,20	833.711,20
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0001 - Rec de Impostos e de Transf de	714.609,60	0,00	714.609,60
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0001 - Rec de Impostos e de Transf de	416.855,60	0,00	416.855,60
Total:			1.786.524,00	833.711,20	2.620.235,20

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
 ANEXO II-A PRIORIDADES DESPESAS

Página: 23/49
 Data: 20/10/2016

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	06.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	06.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Educação Infantil	365
Programa:	MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DE PRE-ESCOLARES	0033

Objetivo do programa:

Manutenção e Funcionamento de Pré-Escolares

Justificativa do programa:

Manutenção e Funcionamento de Pré-Escolares

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.009	8	A	Manutenção e Funcionamento de Pré-Escolares	ALUNOS ATENDIDOS (ALU)	160,000	1.232.296,62

II - Descrição das Ações

Manutenção e Funcionamento de Pré-Escolares

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0001 - Rec de Impostos e de Transf de	440.274,79	0,00	440.274,79
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0018 - Transfencias do FUNDEF 60%	0,00	357.304,80	357.304,80
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0001 - Rec de Impostos e de Transf de	295.542,05	0,00	295.542,05
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0001 - Rec de Impostos e de Transf de	139.174,98	0,00	139.174,98
Total:			874.991,82	357.304,80	1.232.296,62

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
 ANEXO II-A PRIORIDADES DESPESAS

Página: 24/49
 Data: 20/10/2016

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	06.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	06.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Educação de Jovens e Adultos	366
Programa:	MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DO ENSINO SUPLETIVO	0036

Objetivo do programa:

Manutenção e Funcionamento do Ensino Supletivo

Justificativa do programa:

Manutenção e Funcionamento do Ensino Supletivo

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.012	8	A	Manutenção e Funcionamento do Ensino Supletivo	ALUNOS ATENDIDOS (ALU)	580,000	250.782,71

II - Descrição das Ações

Manutenção e Funcionamento do Ensino Supletivo

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0018 - Transfencias do FUNDEF 60%	0,00	60.220,15	60.220,15
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0001 - Rec de Impostos e de Transf de	190.562,56	0,00	190.562,56
Total:			190.562,56	60.220,15	250.782,71

Página: 25/49
Data: 20/10/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
ANEXO II-A PRIORIDADES DESPESAS

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	06.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	06.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Educação Especial	367
Programa:	MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DO ENSINO ESPECIAL	0041

Objetivo do programa:

Manutenção e Funcionamento do Ensino Especial

Justificativa do programa:

Manutenção e Funcionamento do Ensino Especial

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.017	8	A	Manutenção e Funcionamento do Ensino Especial	ALUNOS ATENDIDOS (ALU)	240,000	137.839,37

II - Descrição das Ações

Manutenção e Funcionamento do Ensino Especial

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0001 - Rec de Impostos e de Transf de	113.079,82	0,00	113.079,82
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0001 - Rec de Impostos e de Transf de	17.399,31	0,00	17.399,31
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0001 - Rec de Impostos e de Transf de	7.360,24	0,00	7.360,24
Total:			137.839,37	0,00	137.839,37

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
 ANEXO II-A PRIORIDADES DESPESAS

Página: 26/49
 Data: 20/10/2016

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	06.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	06.01
Função:	Cultura	13
Subfunção:	Difusão Cultural	392
Programa:	MANUTENCAO E DIVULGACAO DA CULTURA	0039

Objetivo do programa:

Manutenção e Divulgação da Cultura

Justificativa do programa:

Manutenção e Divulgação da Cultura

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.027	8	P	Reforma e/ou construção do Museu	OBRAS PUBLICAS EM GERAL (UND)	1,000	220.000,00

II - Descrição das Ações

Reforma e/ou construção do Museu

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0024 - Transferencias de Convenios O	0,00	200.000,00	200.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	20.000,00	0,00	20.000,00
Total:			20.000,00	200.000,00	220.000,00

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

ANEXO II-A PRIORIDADES DESPESAS

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	06.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	06.01
Função:	Cultura	13
Subfunção:	Difusão Cultural	392
Programa:	MANUTENCAO E DIVULGACAO DA CULTURA	0039

Objetivo do programa:
Manutenção e Divulgação da Cultura

Justificativa do programa:
Manutenção e Divulgação da Cultura

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.015	8	A	Manutenção e Divulgação da Cultura	EVENTOS A REALIZAR (UND)	12,000	250.113,36

II - Descrição das Ações
Manutenção e Divulgação da Cultura

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	83.371,12	0,00	83.371,12
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	119.101,60	0,00	119.101,60
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0024 - Transferencias de Convenios O	0,00	23.820,32	23.820,32
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	23.820,32	0,00	23.820,32
Total:			226.293,04	23.820,32	250.113,36

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
 ANEXO II-A PRIORIDADES DESPESAS

Página: 28/49
 Data: 20/10/2016

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	06.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	06.01
Função:	Cultura	13
Subfunção:	Difusão Cultural	392
Programa:	REALIZAÇÃO RODEIO CRIOULO NACIONAL	0040

Objetivo do programa:

Realização do Rodeio Crioulo Nacional

Justificativa do programa:

Realização do Rodeio Crioulo Nacional

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.016	8	A	Realização do Rodeio Crioulo Nacional	EVENTOS A REALIZAR (UND)	4,000	7.146,10

II - Descrição das Ações

Realização do Rodeio Crioulo Nacional

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	7.146,10	0,00	7.146,10
Total:			7.146,10	0,00	7.146,10

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

ANEXO II-A PRIORIDADES DESPESAS

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Página: 29/49

Data: 20/10/2016

I - Classificação						
Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES					06.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES					06.01
Função:	Desporto e Lazer					27
Subfunção:	Desporto Comunitário					812
Programa:	LAZER COMUNITARIO					0015
Objetivo do programa:						
Construção de praça para Esportes						
Justificativa do programa:						
Construção de praça para Esportes						
Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.022	8	P	Construção de praça para Esportes	OBRAS PUBLICAS EM GERAL (UND)	4,000	297.754,00
II - Descrição das Ações						
Construção de praça para Esportes						
III - Detalhamento das Ações						
Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa		Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		00.01.0024 - Transferencias de Convenios O	0,00	238.203,20	238.203,20
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	59.550,80	0,00	59.550,80
Total:				59.550,80	238.203,20	297.754,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
 ANEXO II-A PRIORIDADES DESPESAS

Página: 30/49
 Data: 20/10/2016

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	06.00
Unidade:	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	06.01
Função:	Desporto e Lazer	27
Subfunção:	Desporto Comunitário	812
Programa:	MANUTENCAO DO DESPORTO AMADOR	0037

Objetivo do programa:
 Manutenção do Desporto Amador

Justificativa do programa:
 Manutenção do Desporto Amador

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.013	8	A	Manutenção do Desporto Amador	EVENTOS A REALIZAR (UND)	20,000	357.304,80

II - Descrição das Ações

Manutenção do Desporto Amador

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	119.101,60	0,00	119.101,60
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	238.203,20	0,00	238.203,20
Total:			357.304,80	0,00	357.304,80

I - Classificação

Órgão:	SECRETARI DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVICOS PUBLICOS	07.00
Unidade:	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVICOS PUBLIC	07.01
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Serviços Urbanos	452
Programa:	VIAS URBANAS PAVIMENTACAO DE PASSEIOS PÚBL E PRAÇAS PUBL	0007

Objetivo do programa:

Vias Urbanas Pavimentacao de Passeios Públicos e Praças Públicas

Justificativa do programa:

Vias Urbanas Pavimentacao de Passeios Públicos e Praças Públicas

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.004	9	P	Vias Urbanas Pavim Passeio Público e Praça Pública	OBRAS PUBLICAS EM GERAL (M2)	12500,000	2.736.024,07

II - Descrição das Ações

Vias Urbanas Pavim Passeio Público e Praça Pública

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0024 - Transferencias de Convenios O	0,00	669.112,79	669.112,79
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	66.911,28	0,00	66.911,28
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0083 - Operação de Credito Interna Oi	0,00	2.000.000,00	2.000.000,00
Total:			66.911,28	2.669.112,79	2.736.024,07

Página: 32/49
Data: 20/10/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
ANEXO II-A PRIORIDADES DESPESAS

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARI DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVICOS PUBLICOS	07.00
Unidade:	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVICOS PUBLIC	07.01
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Serviços Urbanos	452
Programa:	PASSEIO PROTEGIDO - ABRIGOS	0019

Objetivo do programa:

Construção de Abrigos de Passageiros

Justificativa do programa:

Construção de Abrigos de Passageiros

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.005	9	P	Construção de Abrigos de Passageiros	OBRAS PUBLICAS EM GERAL (UND)	12,000	80.293,53

II - Descrição das Ações

Construção de Abrigos de Passageiros

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	80.293,53	0,00	80.293,53
Total:			80.293,53	0,00	80.293,53

Página: 33/49
Data: 20/10/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
ANEXO II-A PRIORIDADES DESPESAS

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARI DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVICOS PUBLICOS	07.00
Unidade:	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVICOS PUBLIC	07.01
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Serviços Urbanos	452
Programa:	MANUTENCAO E AMPLIACAO DA ILUMINACAO PUBLICA	0043

Objetivo do programa:

Manutenção e Ampliação da Iluminação Pública

Justificativa do programa:

Manutenção e Ampliação da Iluminação Pública

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.018	9	A	Manutenção e Ampliação da Iluminação Pública	PONTOS DE ILUMINACAO PUBLICA (UND)	4500,000	756.095,07

II - Descrição das Ações

Manutenção e Ampliação da Iluminação Pública

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0017 - COSIP Contr para Custeio Ilum	0,00	160.587,07	160.587,07
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	595.508,00	0,00	595.508,00
Total:			595.508,00	160.587,07	756.095,07

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
 ANEXO II-A PRIORIDADES DESPESAS

Página: 34/49
 Data: 20/10/2016

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARI DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVICOS PUBLICOS	07.00
Unidade:	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVICOS PUBLIC	07.01
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Serviços Urbanos	452
Programa:	VIAS RURAIS PAVIMENTACAO, PASSEIOS E PRAÇAS PÚBLICAS	0055

Objetivo do programa:

Vias Rurais Pavimentação, Passeios e Praças Públicas

Justificativa do programa:

Vias Rurais Pavimentação, Passeios e Praças Públicas

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.021	9	P	Vias Rurais Pavimentação, Passeio e Praças Públicas	OBRAS PUBLICAS EM GERAL (M2)	50000,000	1.169.112,79

II - Descrição das Ações

Vias Rurais Pavimentação, Passeio e Praças Públicas

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0024 - Transferencias de Convenios O	0,00	669.112,79	669.112,79
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	500.000,00	0,00	500.000,00
Total:			500.000,00	669.112,79	1.169.112,79

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
 ANEXO II-A PRIORIDADES DESPESAS

Página: 35/49
 Data: 20/10/2016

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARI DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVICOS PUBLICOS	07.00
Unidade:	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVICOS PUBLIC	07.01
Função:	Saneamento	17
Subfunção:	Saneamento Básico Urbano	512
Programa:	Sistema de Esgotamento Sanitário	0057

Objetivo do programa:

Manutenção e Implantação do sistema de esgotamento sanitário no Município

Justificativa do programa:

Manutenção e Implantação do sistema de esgotamento sanitário no Município

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.032	9	P	Sistema de Esgotamento Sanitário	OBRAS PUBLICAS EM GERAL (UND)	1,000	2.477.313,28

II - Descrição das Ações

Sistema de Esgotamento Sanitário

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0024 - Transferencias de Convenios O	0,00	2.382.032,00	2.382.032,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	95.281,28	0,00	95.281,28
Total:			95.281,28	2.382.032,00	2.477.313,28

Página: 36/49
Data: 20/10/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
ANEXO II-A PRIORIDADES DESPESAS
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARI DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVICOS PUBLICOS	07.00
Unidade:	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVICOS PUBLIC	07.01
Função:	Transporte	26
Subfunção:	Transporte Rodoviário	782
Programa:	MANUT DA SECR TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	0044

Objetivo do programa:

Manutenção da Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Públicos

Justificativa do programa:

Manutenção da Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Públicos

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.019	9	A	Manutencao da Secretaria de Transportes Obras e Servicos Públicos	ESTRADAS MUNICIPAIS (KM)	1200.000	5.517.191,05

II - Descrição das Ações

Manutencao da Secretaria de Transportes Obras e Servicos Públicos

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	1.965.176,40	0,00	1.965.176,40
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0016 - Contrib de Interv do Dominio Ec	0,00	96.435,21	96.435,21
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0044 - Fundo Especial do Petroleo	0,00	140.941,92	140.941,92
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0045 - Outras Transf dec Comp fin Rex	0,00	14.637,52	14.637,52
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	3.000.000,00	0,00	3.000.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	300.000,00	0,00	300.000,00
Total:			5.265.176,40	252.014,65	5.517.191,05

Página: 37/49
Data: 20/10/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
ANEXO II-A PRIORIDADES DESPESAS

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	08.00
Unidade:	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	08.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência à Criança e ao Adolescente	243
Programa:	MANUTENCAO DO FIA MUNICIPAL E CONSELHO TUTELAR	0048

Objetivo do programa:

Manutencao do Fundo Municipal da Criança e Adolescente e Conselho Tutelar

Justificativa do programa:

Manutencao do Fundo Municipal da Criança e Adolescente e Conselho Tutelar

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.026	10	A	Manutencao Fia e Conselho Tutelar	ATENDIMENTO A CRIANCAS E ADOLESCENTES (PES)	200,000	26.764,51

II - Descrição das Ações

Manutencao Fia e Conselho Tutelar

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	26.764,51	0,00	26.764,51
Total:			26.764,51	0,00	26.764,51

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

ANEXO II-A PRIORIDADES DESPESAS

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Página: 38/49

Data: 20/10/2016

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	08.00
Unidade:	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	08.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	COMUNIDADE PARTICIPATIVA	0004

Objetivo do programa:
Comunidade Participativa Associações

Justificativa do programa:
Comunidade Participativa Associações

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.028	10	A	Comunidade Participativa Associações	CONTRIBUICOES FINANCEIRAS (UND)	80,000	73.602,41

II - Descrição das Ações
Comunidade Participativa Associações

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	73.602,41	0,00	73.602,41
Total:			73.602,41	0,00	73.602,41

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

ANEXO II-A PRIORIDADES DESPESAS

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Página: 39/49

Data: 20/10/2016

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	08.00
Unidade:	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	08.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	AQUISIÇÃO DE TERRENOS PARA MORADIAS POPULARES	0017

Objetivo do programa:
Aquisição de Terrenos e moradias populares

Justificativa do programa:
Aquisição de Terrenos e moradias populares

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.026	10	P	Aquisição de Terrenos populares	TERRENOS (UND)	4,000	119.101,60

II - Descrição das Ações

Aquisição de Terrenos populares

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	119.101,60	0,00	119.101,60
Total:			119.101,60	0,00	119.101,60

Página: 40/49
Data: 20/10/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
ANEXO II-A PRIORIDADES DESPESAS

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	08.00
Unidade:	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	08.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	MANUTENCAO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	0047

Objetivo do programa:

Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

Justificativa do programa:

Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.027	10	A	Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social	ATENDIMENTO A PESSOAS CARENTES (PES)	1000,000	760.979,18

II - Descrição das Ações

Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0052 - Outras Transf Rec do FNAS	0,00	40.000,00	40.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	100.000,00	0,00	100.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0049 - Programa Pessoa Port Def PPl	0,00	17.865,24	17.865,24
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	114.382,88	0,00	114.382,88
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0047 - Apoio a Pessoa Idosa API	0,00	8.029,35	8.029,35
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0048 - Programa de Atencao a Crianca	0,00	33.455,64	33.455,64
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0050 - Programa de Erradicacao Trab	0,00	35.730,48	35.730,48
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0052 - Outras Transf Rec do FNAS	0,00	31.460,96	31.460,96
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	357.304,80	0,00	357.304,80
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0050 - Programa de Erradicacao Trab	0,00	14.720,48	14.720,48
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	8.029,35	0,00	8.029,35
Total:			579.717,03	181.262,15	760.979,18

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	08.00
Unidade:	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	08.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	MANUTENCAO REMAD - FUNDO MUNICIPAL REC ANTIDROGAS	0051

Objetivo do programa:
Manutenção Remad - Fundo Municipal Rec Antidrogas

Justificativa do programa:
Manutenção Remad - Fundo Municipal Rec Antidrogas

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.024	10	A	Manutenção Remad - Fundo Mun Rec Antidrogas	HABITANTES (PES)	200,000	40.146,77

II - Descrição das Ações

Manutenção Remad - Fundo Mun Rec Antidrogas

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	40.146,77	0,00	40.146,77
Total:			40.146,77	0,00	40.146,77

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
 ANEXO II-A PRIORIDADES DESPESAS

Página: 42/49
 Data: 20/10/2016

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	08.00
Unidade:	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	08.01
Função:	Habitação	16
Subfunção:	Habitação Urbana	482
Programa:	FMHIS - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	0052

Objetivo do programa:

Manutenção do Fundo Municipal de Habitação de interesse social

Justificativa do programa:

Construção de Unidades Habitacionais

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.020	10 P	Manutenção do Fundo Municipal de habitação de interesse social	CASAS POPULARES (UND)	40.000	264.967,71

II - Descrição das Ações

Construção de Unidades Habitacionais

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0024 - Transferencias de Convenios O	0,00	238.203,20	238.203,20
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	26.764,51	0,00	26.764,51
Total:			26.764,51	238.203,20	264.967,71

Página: 43/49
Data: 20/10/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
ANEXO II-A PRIORIDADES DESPESAS
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	09.00
Unidade:	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	09.01
Função:	Agricultura	20
Subfunção:	Extensão Rural	606
Programa:	MANUT E FUNCION DA SECRET AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	0053

Objetivo do programa:

Manutenção e Funcionamento da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

Justificativa do programa:

Manutenção e Funcionamento da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.029	11	A	Manutenção e Funcionamento da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	ATENDIMENTO AOS AGRICULTORES (AGR)	880.000	4.713.517,29

II - Descrição das Ações

Manutenção e Funcionamento da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	524.953,92	0,00	524.953,92
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	87.492,32	0,00	87.492,32
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	1.143.411,78	0,00	1.143.411,78
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0024 - Transferencias de Convenios O	0,00	2.457.659,27	2.457.659,27
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	500.000,00	0,00	500.000,00
Total:			2.255.858,02	2.457.659,27	4.713.517,29

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

ANEXO II-A PRIORIDADES DESPESAS

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Página: 44/49
 Data: 20/10/2016

I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	09.00
Unidade:	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	09.01
Função:	Agricultura	20
Subfunção:	Promoção da Produção Agropecuária	608
Programa:	MANUTENCAO DO PARQUE EXPOSIÇÕES IRIS OLIVO	0030

Objetivo do programa:

Manutenção do Parque ExposicoesIris Olivo/Realização Festa Colono

Justificativa do programa:

Manutenção do Parque ExposicoesIris Olivo/Realização Festa Colono

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.020	11 A	Manutenção do Parque Exp. Iris Olivo/Realização Festa Colono	PARQUE DE EXPOSIÇÕES (UND)	4.000	227.498,35

II - Descrição das Ações

Manutenção do Parque Exp.Iris Olivo/Realização Festa Colono

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	133.822,56	0,00	133.822,56
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	93.675,79	0,00	93.675,79
Total:			227.498,35	0,00	227.498,35

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
 ANEXO II-A PRIORIDADES DESPESAS

Página: 45/49
 Data: 20/10/2016

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	CONSTRUÇÃO E OU MANUTENCAO DE UNIDADE DE SAÚDE	0003

Objetivo do programa:

Construção e ou Manutenção de Unidade de Saúde

Justificativa do programa:

Construção e ou Manutenção de Unidade de Saúde

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.052	12	P	Construcao e ou Manutenção de Unidade de Saúde	OBRAS PUBLICAS EM GERAL (M2)	350,000	468.378,44

II - Descrição das Ações

Construcao e ou Manutenção de Unidade de Saúde

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0002 - Receitas de Imp e de Transfer	133.822,05	0,00	133.822,05
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0023 - Transferencias de Convênio Re	0,00	334.556,39	334.556,39
Total:			133.822,05	334.556,39	468.378,44

I - Classificação									
Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE						11.00		
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE						11.01		
Função:	Saúde						10		
Subfunção:	Atenção Básica						301		
Programa:	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE						0046		
Objetivo do programa: Manutenção do Fundo Municipal de Saúde e Saude da Familia, Agente comunitario de saude e Samu									
Justificativa do programa: Manutenção do Fundo Municipal de Saúde e Saude da Familia, Agente comunitario de saude e Samu									
Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)		Física	Financeira			
2.055	12 A	Manutenção do SAMU	HABITANTES (POP)		11000,000	498.554,39			
II - Descrição das Ações Manutenção do SAMU									
III - Detalhamento das Ações									
Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa		Recurso		Ordinários	Vinculados	Total		
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		00.01.0064 - Atencao Basica		0,00	416.112,40	416.112,40		
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		00.01.0064 - Atencao Basica		0,00	69.438,48	69.438,48		
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		00.01.0064 - Atencao Basica		0,00	13.003,51	13.003,51		
Total:					0,00	498.554,39	498.554,39		

Página: 47/49
Data: 20/10/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
ANEXO II-A PRIORIDADES DESPESAS

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0046

Objetivo do programa:

Manutenção do Fundo Municipal de Saúde e Saúde da Família, Agente comunitário de saúde e Samu

Justificativa do programa:

Manutenção do Fundo Municipal de Saúde e Saúde da Família, Agente comunitário de saúde e Samu

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.051	12 A	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde e SF e ACS	HABITANTES (POP)	11000,000	6.919.802,96

II - Descrição das Ações

Manutenção do Fundo Municipal de Saúde e SF e ACS

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos	00.01.0002 - Receitas de Imp e de Transfer	29.775,40	0,00	29.775,40
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0002 - Receitas de Imp e de Transfer	2.382.032,00	0,00	2.382.032,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0064 - Atencao Basica	0,00	893.262,00	893.262,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0002 - Receitas de Imp e de Transfer	238.203,20	0,00	238.203,20
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	00.01.0064 - Atencao Basica	0,00	23.820,32	23.820,32
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	00.01.0002 - Receitas de Imp e de Transfer	833.711,20	0,00	833.711,20
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0002 - Receitas de Imp e de Transfer	1.786.524,00	0,00	1.786.524,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0064 - Atencao Basica	0,00	595.508,00	595.508,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0002 - Receitas de Imp e de Transfer	119.101,60	0,00	119.101,60
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0064 - Atencao Basica	0,00	17.865,24	17.865,24
Total:			5.389.347,40	1.530.455,56	6.919.802,96

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
 ANEXO II-A PRIORIDADES DESPESAS

Página: 48/49
 Data: 20/10/2016

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA-PLAMAS	12.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA-PLAMAS	12.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	302
Programa:	MANUTENÇÃO DO PLAMAS	0049

Objetivo do programa:
 Manutenção do Plamas

Justificativa do programa:
 Manutenção do Plamas

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.052	13	A	Manutenção do Plamas	SERVIDORES VINCULADOS AO PLAMAS (SER)	150,000	318.589,35

II - Descrição das Ações
 Manutenção do Plamas

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	312.634,27	0,00	312.634,27
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	5.955,08	0,00	5.955,08
Total:			318.589,35	0,00	318.589,35

I - Classificação					
Órgão:	RESERVA DE CONTINGENCIA				99.00
Unidade:	RESERVA DE CONTINGENCIA				99.99
Função:	Reserva de Contingência				99
Subfunção:	Reserva de Contingência				999
Programa:	RESERVA DE CONTINGENCIA				9999
Objetivo do programa: Reserva de Contingência					
Justificativa do programa: Reserva de Contingência					
Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)		Física
2.099	14 A	Reserva de Contingência	RESERVA DE CONTINGENCIA (UND)		4.000
					26.764,51
II - Descrição das Ações					
Reserva de Contingência					
III - Detalhamento das Ações					
Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa		Recurso	Ordinários	Vinculados
9.999.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA		00.01.0080 - RECURSOS ORDINARIOS - O	26.764,51	26.764,51
Total:				26.764,51	26.764,51

Página: 1/4
Data: 20/10/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
ANEXO III-A RECEITAS

Seleção: Emitir somente as contas com valor - Alteração em 01/01/2017 (C)

Conta	Descrição	LDO 2017	Projeção 2018	Projeção 2019
1.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	48.674.153,11	51.594.605,21	54.690.281,37
1.1.0.0.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA	3.292.414,22	3.489.962,20	3.699.359,91
1.1.1.0.00.00.00.00	IMPOSTOS	1.773.034,10	1.879.416,12	1.992.181,06
1.1.1.2.00.00.00.00	Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	1.460.559,62	1.548.193,18	1.641.084,75
1.1.1.2.02.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	1.012.363,60	1.073.105,41	1.137.491,73
1.1.1.2.04.00.00.00	Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	209.992,82	222.592,38	235.947,91
1.1.1.2.04.31.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	209.992,82	222.592,38	235.947,91
1.1.1.2.08.00.00.00	ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis	238.203,20	252.495,39	267.645,11
1.1.1.3.00.00.00.00	Impostos sobre a Produção e a Circulação	312.474,48	331.222,94	351.096,31
1.1.1.3.05.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	312.474,48	331.222,94	351.096,31
1.1.2.0.00.00.00.00	TAXAS	1.080.443,08	1.145.272,82	1.213.989,19
1.1.2.1.00.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	204.317,60	216.576,65	229.571,25
1.1.2.1.17.00.00.00	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	26.442,00	28.028,52	29.710,23
1.1.2.1.25.00.00.00	Tx de Funcionamento Estab Comer/Indús/P.Serviços	177.875,60	188.548,13	199.861,02
1.1.2.2.00.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	876.125,48	928.696,17	984.417,94
1.1.2.2.30.00.00.00	Taxa de Coleta de Lixo	476.406,40	504.990,78	535.290,23
1.1.2.2.98.00.00.00	Taxa Funreboim - Bombeiros	50.022,67	53.024,03	56.205,47
1.1.2.2.99.00.00.00	Outras Taxas pela Prestação de Serviços	349.696,41	370.681,36	392.922,24
1.1.3.0.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	438.937,04	465.273,26	493.189,66
1.1.3.0.04.00.00.00	Contrib p/ Pavimentação e Obras Complementares	438.937,04	465.273,26	493.189,66
1.2.0.0.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	347.938,65	368.814,96	390.943,86
1.2.1.0.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	187.351,58	198.592,67	210.508,23
1.2.1.0.99.00.00.00	Outras Contribuições Sociais	187.351,58	198.592,67	210.508,23
1.2.2.0.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	160.587,07	170.222,29	180.435,63
1.2.2.0.29.00.00.00	Contrib p/ Custeio do Serviço de Iluminação Pública	160.587,07	170.222,29	180.435,63
1.3.0.0.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	87.890,45	93.163,87	98.753,70
1.3.2.0.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	87.890,45	93.163,87	98.753,70
1.3.2.5.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	87.890,45	93.163,87	98.753,70
1.5.0.0.00.00.00.00	RECEITA INDUSTRIAL	53.529,02	56.740,76	60.145,20
1.5.2.0.00.00.00.00	RECEITA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	53.529,02	56.740,76	60.145,20
1.5.2.0.28.00.00.00	Receita da Usina de Tratamento de Lixo	53.529,02	56.740,76	60.145,20
1.6.0.0.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	35.463,56	37.591,37	39.846,85
1.6.0.0.03.00.00.00	Serviços de Transporte	34.475,36	36.543,88	38.736,51
1.6.0.0.03.01.00.00	Serviços de Transporte Rodoviário	34.475,36	36.543,88	38.736,51
1.6.0.0.99.00.00.00	Outros Serviços	988,20	1.047,49	1.110,34
1.7.0.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	44.014.409,95	46.655.274,41	49.454.590,79
1.7.2.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	44.014.409,95	46.655.274,41	49.454.590,79
1.7.2.1.00.00.00.00	Transferências da União	18.238.485,21	19.332.794,21	20.492.761,80
1.7.2.1.01.00.00.00	Participação na Receita da União	14.409.954,51	15.274.551,77	16.191.024,87

Página: 2/4
Data: 20/10/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
ANEXO III-A RECEITAS

Seleção: Emitir somente as contas com valor - Alteração em 01/01/2017 (C)

Conta	Descrição	LDO 2017	Projeção 2018	Projeção 2019
1.7.2.1.01.02.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	14.292.192,00	15.149.723,52	16.058.706,93
1.7.2.1.01.05.00.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Prop. Territorial Rural	21.327,30	22.606,93	23.963,34
1.7.2.1.01.13.00.00.00	Cota-Parte da Contrib. de Intervenção no Dom. Econ	96.435,21	102.221,32	108.364,60
1.7.2.1.22.00.00.00.00	Transf. da Compem. Finan. pela Exploração Rec.Nat	317.825,90	336.895,44	357.109,17
1.7.2.1.22.20.00.00.00	Cota-Parte da Compem. Finan. de Recursos Minerais	14.637,52	15.515,77	16.446,72
1.7.2.1.22.70.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	140.941,92	149.398,43	158.362,34
1.7.2.1.22.90.00.00.00	Outras Transf. Decorrentes de Compens. Finan.	162.246,46	171.981,24	182.300,11
1.7.2.1.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	2.029.009,95	2.150.750,50	2.279.795,47
1.7.2.1.34.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	181.262,15	192.137,85	203.666,13
1.7.2.1.34.01.00.00.00	FNAS Apoio a Pessoa Idosa - API	8.029,35	8.511,11	9.021,78
1.7.2.1.34.02.00.00.00	FNAS Programa de Assistência Comunitária - PAC	33.455,64	35.462,97	37.590,75
1.7.2.1.34.03.00.00.00	FNAS Progr. Pessoa Port de Deficiência Física - PPD	17.865,24	18.937,15	20.073,38
1.7.2.1.34.04.00.00.00	FNAS Progr de Erradic do Trabalho Infantil - PETI	50.450,96	53.478,01	56.686,69
1.7.2.1.34.05.00.00.00	FNAS Outros recursos relativos à Assist Social	71.460,96	75.748,61	80.293,53
1.7.2.1.35.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação - FDNE	1.153.935,80	1.223.171,94	1.296.562,25
1.7.2.1.35.01.00.00.00	Transferências do Salário-Educação	357.304,80	378.743,08	401.467,66
1.7.2.1.35.03.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNAE	350.000,00	371.000,00	393.260,00
1.7.2.1.35.04.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNATE	446.631,00	473.428,86	501.834,59
1.7.2.1.36.00.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	146.496,90	155.286,71	164.603,91
1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	20.833.208,34	22.083.200,82	23.408.192,85
1.7.2.2.01.00.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	20.416.352,74	21.641.333,89	22.939.813,91
1.7.2.2.01.01.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	18.937.855,28	20.074.126,59	21.278.574,18
1.7.2.2.01.02.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	1.219.237,67	1.292.391,93	1.369.935,44
1.7.2.2.01.04.00.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	259.259,79	274.815,37	291.304,29
1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	416.855,60	441.866,93	468.378,94
1.7.2.2.99.01.00.00.00	Outras Transf. dos Estados - Transporte Escolar	416.855,60	441.866,93	468.378,94
1.7.2.4.00.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	4.942.716,40	5.239.279,38	5.553.636,14
1.7.2.4.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.942.716,40	5.239.279,38	5.553.636,14
1.7.2.4.01.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	4.168.556,00	4.418.669,36	4.683.789,52
1.7.2.4.01.02.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB 40%	774.160,40	820.610,02	869.846,62
1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	842.507,26	893.057,64	946.641,06
1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora	94.287,07	99.944,28	105.940,93
1.9.1.4.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora da Div. Ativ. das Contrib.	22.826,11	24.195,67	25.647,41
1.9.1.4.99.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. de Outras Contrib	22.826,11	24.195,67	25.647,41
1.9.1.4.99.01.00.00.00	M/J Mora Dívida Ativ de Outras Contrib - Principal	22.826,11	24.195,67	25.647,41
1.9.1.9.00.00.00.00.00	Multas de Outras Origens	71.460,96	75.748,61	80.293,52
1.9.1.9.15.00.00.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito	71.460,96	75.748,61	80.293,52
1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	98.136,09	104.024,24	110.265,68
1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	98.136,09	104.024,24	110.265,68

Página: 3/4
Data: 20/10/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
ANEXO III-A RECEITAS

Seleção: Emitir somente as contas com valor : Alteração em 01/01/2017 (C)

Conta	Descrição	LDO 2017	Projeção 2018	Projeção 2019
1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições	98.136,09	104.024,24	110.265,68
1.9.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DA DIVÍDUA ATIVA	225.255,48	238.770,80	253.097,04
1.9.3.1.00.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa Tributária	171.726,46	182.030,04	192.951,84
1.9.3.1.11.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	171.726,46	182.030,04	192.951,84
1.9.3.2.00.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa não tributária	53.529,02	56.740,76	60.145,20
1.9.3.2.99.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.	53.529,02	56.740,76	60.145,20
1.9.3.2.99.01.00.00.00	Rec Div Ativ Não-Tribut de Outras Receit - Princ	53.529,02	56.740,76	60.145,20
1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	424.828,62	450.318,32	477.337,41
1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	424.828,62	450.318,32	477.337,41
2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	10.327.745,55	10.947.410,23	11.604.254,83
2.1.0.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.000.000,00	2.120.000,00	2.247.200,00
2.1.1.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	2.000.000,00	2.120.000,00	2.247.200,00
2.1.1.9.00.00.00.00.00	Outras Operações de Crédito Internas	2.000.000,00	2.120.000,00	2.247.200,00
2.2.0.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS	234.925,51	249.021,02	263.962,28
2.2.1.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	194.778,74	206.465,45	218.853,38
2.2.1.9.00.00.00.00.00	Alienação de Outros Bens Móveis	194.778,74	206.465,45	218.853,38
2.2.2.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	40.146,77	42.555,57	45.108,90
2.2.2.9.00.00.00.00.00	Alienação de Outros Bens Imóveis	40.146,77	42.555,57	45.108,90
2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	8.092.820,04	8.578.389,21	9.093.092,55
2.4.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	8.092.820,04	8.578.389,21	9.093.092,55
2.4.7.1.00.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades	4.199.531,65	4.451.503,53	4.718.593,73
2.4.7.1.01.00.00.00.00	Transf. de Convênio p/ SUS	334.556,39	354.629,77	375.907,55
2.4.7.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União	3.864.975,26	4.096.873,76	4.342.686,18
2.4.7.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. dos Estados, Distr. Fed. e suas Entid.	3.893.288,39	4.126.885,68	4.374.498,82
2.4.7.2.02.00.00.00.00	Transf. de Convênio Destinado Programa de Educação	580.120,08	614.927,28	651.822,92
2.4.7.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados	3.313.168,31	3.511.958,40	3.722.675,90
9.0.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA	-5.688.836,31	-6.030.166,46	-6.391.976,44
9.1.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-5.688.836,31	-6.030.166,46	-6.391.976,44
9.1.7.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA	-5.688.836,31	-6.030.166,46	-6.391.976,44
9.1.7.2.0.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências	-5.688.836,31	-6.030.166,46	-6.391.976,44
9.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-2.296.495,23	-2.434.284,93	-2.580.342,02
9.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-2.267.195,86	-2.403.227,60	-2.547.421,25
9.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB	-2.262.930,40	-2.398.706,22	-2.542.628,59
9.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	-4.265,46	-4.521,38	-4.792,66
9.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96	-29.299,37	-31.057,33	-32.920,77
9.1.7.2.1.36.01.00.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96	-29.299,37	-31.057,33	-32.920,77
9.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	-3.392.341,08	-3.595.881,53	-3.811.634,42
9.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	-3.392.341,08	-3.595.881,53	-3.811.634,42
9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	-3.096.641,60	-3.282.440,09	-3.479.386,50

Página: 4/4
Data: 20/10/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
ANEXO III-A RECEITAS

Seleção: Emitir somente as contas com valor : Alteração em 01/01/2017 (C)

Conta	Descrição	LDO 2017	Projeção 2018	Projeção 2019
9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	-243.847,53	-258.478,38	-273.987,08
9.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Ded Cota Parte IPI-Exp p/ Formação FUNDEB	-51.851,95	-54.963,06	-58.260,84
Total geral:		53.313.062,35	56.511.848,98	59.902.559,76

Página: 1/4
Data: 20/10/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
ANEXO III-B EVOLUCAO DA RECEITA
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LDO	Projeção	
		2013	2014	2015			2018	2019
Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TURVO								
1.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES							
1.1.0.0.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA							
1.1.1.0.00.00.00.00	IMPOSTOS							
1.1.1.1.0.00.00.00.00	Impostos sobre o Patrimônio e a Renda							
1.1.1.2.00.00.00.00	Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza							
1.1.1.2.04.00.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho							
1.1.1.1.1.2.04.31.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho 25							
1.1.1.1.1.2.04.31.01.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho 15							
1.1.1.1.1.2.04.31.02.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho 60							
1.1.1.1.2.04.31.03.00.00	Impostos sobre a Produção e a Circulação							
1.1.1.1.3.00.00.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza							
1.1.1.1.3.05.00.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza 25							
1.1.1.1.3.05.01.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza 15							
1.1.1.1.3.05.02.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza 60							
1.1.1.1.3.05.03.00.00.00	TAXAS							
1.1.2.0.00.00.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia							
1.1.2.1.00.00.00.00.00	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária							
1.1.2.1.17.00.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços							
1.1.2.2.00.00.00.00.00	Outras Taxas pela Prestação de Serviços							
1.1.2.2.99.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL							
1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS							
1.3.2.0.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários							
1.3.2.5.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES							
1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS							
1.7.2.0.00.00.00.00.00	Transferências da União							
1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS							
1.7.2.1.33.10.00.00.00	Samu							
1.7.2.1.33.11.10.00.00	Piso de Atenção Básica Fixo (PAB Fixo)							
1.7.2.1.33.11.30.01.00	Saúde da Família							
1.7.2.1.33.11.30.02.00	Agentes Comunitários de Saúde							
1.7.2.1.33.11.30.03.00	Saúde Bucal							
1.7.2.1.33.11.30.05.00	Vigilância Sanitária							
1.7.2.1.33.11.30.06.00	Vigilância Epidemiologica							
1.7.2.1.33.11.30.07.00	Farmacia Basica							
1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES							
1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES							
1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES							
1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições							
1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS							
1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas							
2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL							
2.2.0.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS							
2.2.1.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MOVEIS							
2.2.1.9.00.00.00.00.00	Alienação de Outros Bens Moveis							
2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL							
2.4.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS							
2.4.7.1.00.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades							
2.4.7.1.01.00.00.00.00	Transf. de Convênio p/ SUS							
	Total por entidade:	0,00	0,00	0,00	2.525.226,67	2.676.740,18	2.837.344,50	
Entidade: 4 - PLAMAS-PLANO MUNIC. PREV. E ASSIST. DE TURVO								
1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES							
1.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA							
1.1.1.0.00.00.00.00.00	IMPOSTOS							
1.1.1.1.0.00.00.00.00.00	Impostos sobre o Patrimônio e a Renda							
1.1.1.2.00.00.00.00.00	Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza							
1.1.1.2.04.00.00.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho							
1.1.1.1.2.04.31.01.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho 25							
1.1.1.1.2.04.31.02.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho 15							
1.1.1.1.2.04.31.03.01.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho 60							
	Total por entidade:	0,00	0,00	0,00	315,62	0,00	0,00	0,00

Página: 2/4
Data: 20/10/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
ANEXO III-B EVOLUCAO DA RECEITA

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Código	Especificação	Arrecadado				Estimado	LDO	Projeção	
		2013	2014	2015	2016			2017	2018
Entidade: 4 - PLAMAS-PLANO MUNIC. PREV. E ASSIST. DE TURVO									
1.1.1.1.2.04.31.02.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho 15	0,00	0,00	0,00	189,37	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.1.1.2.04.31.03.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho 60	0,00	0,00	0,00	757,49	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.1.1.3.00.00.00.00.00	Impostos sobre a Produção e a Circulação	0,00	0,00	0,00	1.262,48	1.338,22	1.418,51	1.503,62	1.503,62
1.1.1.1.3.05.00.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	0,00	0,00	0,00	1.262,48	1.338,22	1.418,51	1.503,62	1.503,62
1.1.1.1.3.05.01.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza 25	0,00	0,00	0,00	315,62	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.1.1.3.05.02.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza 15	0,00	0,00	0,00	189,37	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.1.1.3.05.03.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza 60	0,00	0,00	0,00	757,49	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	176.746,77	187.351,58	198.592,67	210.508,23	210.508,23
1.2.1.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	176.746,77	187.351,58	198.592,67	210.508,23	210.508,23
1.2.1.0.99.00.00.00.00	Outras Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	176.746,77	187.351,58	198.592,67	210.508,23	210.508,23
1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	11.266,98	11.943,00	12.659,58	13.419,15	13.419,15
1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	0,00	0,00	0,00	11.266,98	11.943,00	12.659,58	13.419,15	13.419,15
1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	0,00	0,00	0,00	11.266,98	11.943,00	12.659,58	13.419,15	13.419,15
1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	111.027,28	117.688,91	124.750,24	132.235,25	132.235,25
1.9.3.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	0,00	0,00	0,00	111.027,28	117.688,91	124.750,24	132.235,25	132.235,25
1.9.3.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	0,00	0,00	0,00	111.027,28	117.688,91	124.750,24	132.235,25	132.235,25
	Total por entidade:	0,00	0,00	0,00	301.565,99	319.659,93	338.839,51	359.169,87	359.169,87
Entidade: 5 - PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO									
1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	44.654.460,94	46.177.205,16	48.947.840,48	51.884.710,85	51.884.710,85
1.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00	0,00	2.981.902,95	3.160.817,14	3.350.469,32	3.551.497,47	3.551.497,47
1.1.1.0.00.00.00.00.00	IMPOSTOS	0,00	0,00	0,00	1.579.783,16	1.674.570,15	1.775.044,35	1.881.546,99	1.881.546,99
1.1.1.1.1.2.00.00.00.00.00	Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	0,00	0,00	0,00	1.298.883,16	1.376.816,15	1.459.425,11	1.546.990,60	1.546.990,60
1.1.1.1.1.2.02.00.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	0,00	0,00	0,00	955.060,00	1.012.363,60	1.073.105,41	1.137.491,73	1.137.491,73
1.1.1.1.1.2.02.01.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana 25	0,00	0,00	0,00	238.765,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.1.1.1.2.02.02.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana 15	0,00	0,00	0,00	143.259,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.1.1.1.2.02.03.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana 60	0,00	0,00	0,00	573.036,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.1.1.1.2.04.00.00.00.00	Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	0,00	0,00	0,00	119.103,16	126.249,35	133.824,31	141.853,76	141.853,76
1.1.1.1.1.2.04.31.00.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	0,00	0,00	0,00	119.103,16	126.249,35	133.824,31	141.853,76	141.853,76
1.1.1.1.1.2.04.31.01.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho 25	0,00	0,00	0,00	29.775,79	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.1.1.1.2.04.31.02.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho 15	0,00	0,00	0,00	17.865,47	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.1.1.1.2.04.31.03.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho 60	0,00	0,00	0,00	71.461,90	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.1.1.2.08.00.00.00.00	ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis	0,00	0,00	0,00	224.720,00	238.203,20	252.495,39	267.645,11	267.645,11
1.1.1.1.2.08.01.00.00.00	ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis 25	0,00	0,00	0,00	56.180,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.1.1.2.08.02.00.00.00	ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis 15	0,00	0,00	0,00	33.708,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.1.1.2.08.03.00.00.00	ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis 60	0,00	0,00	0,00	134.832,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.1.1.3.00.00.00.00.00	Impostos sobre a Produção e a Circulação	0,00	0,00	0,00	280.900,00	297.754,00	315.619,24	334.556,39	334.556,39
1.1.1.1.3.05.00.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	0,00	0,00	0,00	280.900,00	297.754,00	315.619,24	334.556,39	334.556,39
1.1.1.1.3.05.01.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza 25	0,00	0,00	0,00	70.225,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.1.1.3.05.02.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza 15	0,00	0,00	0,00	42.135,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.1.1.3.05.03.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza 60	0,00	0,00	0,00	168.540,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.2.0.00.00.00.00.00	TAXAS	0,00	0,00	0,00	988.028,25	1.047.309,95	1.110.151,71	1.176.760,82	1.176.760,82
1.1.2.1.00.00.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	0,00	0,00	0,00	167.807,16	177.875,60	188.548,13	199.861,02	199.861,02
1.1.2.1.25.00.00.00.00	Tx de Funcionamento Estab Comer/Indus/P-Serviços	0,00	0,00	0,00	167.807,16	177.875,60	188.548,13	199.861,02	199.861,02
1.1.2.2.00.00.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	0,00	0,00	0,00	820.221,09	869.434,35	921.603,58	976.899,80	976.899,80
1.1.2.2.30.00.00.00.00	Taxa de Coleta de Lixo	0,00	0,00	0,00	449.440,00	476.406,40	504.990,78	535.290,23	535.290,23
1.1.2.2.98.00.00.00.00	Taxa Funerom - Bombeiros	0,00	0,00	0,00	47.191,20	50.022,67	53.024,03	56.205,47	56.205,47
1.1.2.2.99.00.00.00.00	Outras Taxas pela Prestação de Serviços	0,00	0,00	0,00	323.589,89	343.005,28	363.588,77	385.404,10	385.404,10
1.1.3.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	414.091,54	438.937,04	465.273,26	493.189,66	493.189,66
1.1.3.0.04.00.00.00.00	Contrib p/ Pavimentação e Obras Complementares	0,00	0,00	0,00	414.091,54	438.937,04	465.273,26	493.189,66	493.189,66
1.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	151.497,24	160.587,07	170.222,29	180.435,63	180.435,63
1.2.2.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMIC	0,00	0,00	0,00	151.497,24	160.587,07	170.222,29	180.435,63	180.435,63
1.2.2.0.29.00.00.00.00	Contrib p/ Custeio do Serviço de Iluminação Públic	0,00	0,00	0,00	151.497,24	160.587,07	170.222,29	180.435,63	180.435,63
1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	70.386,07	74.609,23	79.085,78	83.830,93	83.830,93
1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	0,00	0,00	0,00	70.386,07	74.609,23	79.085,78	83.830,93	83.830,93
1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	0,00	0,00	0,00	70.386,07	74.609,23	79.085,78	83.830,93	83.830,93
1.5.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	50.499,08	53.529,02	56.740,76	60.145,20	60.145,20
1.5.2.0.00.00.00.00.00	RECEITA DA INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO	0,00	0,00	0,00	50.499,08	53.529,02	56.740,76	60.145,20	60.145,20

Página: 3/4
Data: 20/10/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
ANEXO III-B EVOLUÇÃO DA RECEITA

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LDO	Projeção	
		2013	2014	2015			2018	2019
Entidade: 5 - PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO								
1.5.2.0.28.00.00.00.00	Receita da Usina de Tratamento de Lixo	0,00	0,00	0,00	50.499,08	53.529,02	56.740,76	60.145,20
1.6.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	33.456,19	35.463,56	37.591,37	39.846,85
1.6.0.0.03.00.00.00.00	Serviços de Transporte	0,00	0,00	0,00	32.523,93	34.475,36	36.543,88	38.736,51
1.6.0.0.03.01.00.00.00	Serviços de Transporte Rodoviário	0,00	0,00	0,00	32.523,93	34.475,36	36.543,88	38.736,51
1.6.0.0.99.00.00.00.00	Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	932,26	988,20	1.047,49	1.110,34
1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	40.699,927,77	41.985,400,00	44.504,523,91	47.174,795,32
1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	0,00	40.699,927,77	41.985,400,00	44.504,523,91	47.174,795,32
1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	0,00	0,00	0,00	15.311,769,10	16.209,475,26	17.182,043,71	18.212,966,33
1.7.2.1.01.00.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	0,00	0,00	0,00	13.594,296,70	14.409,954,51	15.274,551,77	16.191,024,87
1.7.2.1.01.02.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios 25	0,00	0,00	0,00	13.483,200,00	14.292,192,00	15.149,723,52	16.058,706,93
1.7.2.1.01.02.01.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios 15	0,00	0,00	0,00	3.370,800,00	0,00	0,00	0,00
1.7.2.1.01.02.02.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios 60	0,00	0,00	0,00	2.022,480,00	0,00	0,00	0,00
1.7.2.1.01.05.00.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propri. Territorial Rural	0,00	0,00	0,00	8.089,920,00	0,00	0,00	0,00
1.7.2.1.01.05.01.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propri. Territorial Rural 25	0,00	0,00	0,00	20.120,09	21.327,30	22.606,93	23.963,34
1.7.2.1.01.05.02.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propri. Territorial Rural 15	0,00	0,00	0,00	5.030,02	0,00	0,00	0,00
1.7.2.1.01.05.03.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propri. Territorial Rural 60	0,00	0,00	0,00	3.018,02	0,00	0,00	0,00
1.7.2.1.01.13.00.00.00	Cota-Parte da Contrib. de Intervenção no Dom. Econ	0,00	0,00	0,00	12.072,05	0,00	0,00	0,00
1.7.2.1.21.00.00.00.00	Transf. da Compem. Finan. pela Exploração Rec.Nat	0,00	0,00	0,00	90.976,61	96.435,21	102.221,32	108.354,60
1.7.2.1.22.00.00.00.00	Cota-Parte da Compem. Finan. de Recursos Minerais	0,00	0,00	0,00	299.835,75	317.825,90	336.895,44	357.109,17
1.7.2.1.22.20.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	0,00	0,00	0,00	13.808,98	14.637,52	15.515,77	16.446,72
1.7.2.1.22.70.00.00.00	Outras Transf. Decorrentes de Compem. Finan.	0,00	0,00	0,00	132.964,07	140.941,92	149.398,43	158.362,34
1.7.2.1.22.90.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	0,00	0,00	0,00	153.062,70	162.246,46	171.981,24	182.300,11
1.7.2.1.34.00.00.00.00	FNAS Apoio a Pessoa Idosa - API	0,00	0,00	0,00	171.002,03	181.262,15	192.137,85	203.666,13
1.7.2.1.34.01.00.00.00	FNAS Programa de Assistência Comunitária - PAC	0,00	0,00	0,00	7.574,86	8.029,35	8.511,11	9.021,78
1.7.2.1.34.02.00.00.00	FNAS Progr. Pessoa Port de Deficiência Física - PPD	0,00	0,00	0,00	31.561,92	33.455,64	35.462,97	37.590,75
1.7.2.1.34.03.00.00.00	FNAS Progr de Erradico do Trabalho Infantil - PETI	0,00	0,00	0,00	16.854,00	17.865,24	18.937,15	20.073,38
1.7.2.1.34.04.00.00.00	FNAS Outros recursos relativos a Assist Social	0,00	0,00	0,00	47.595,25	50.450,96	53.478,01	56.686,69
1.7.2.1.34.05.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	0,00	0,00	0,00	67.416,00	71.460,96	75.748,61	80.293,53
1.7.2.1.35.00.00.00.00	Transferências do Salário-Educação	0,00	0,00	0,00	1.108.430,00	1.153.935,80	1.223.171,94	1.296.562,25
1.7.2.1.35.01.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNAE	0,00	0,00	0,00	337.080,00	357.304,80	378.743,08	401.467,66
1.7.2.1.35.03.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNATE	0,00	0,00	0,00	350.000,00	350.000,00	371.000,00	393.260,00
1.7.2.1.35.04.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	0,00	0,00	0,00	421.350,00	446.631,00	473.428,86	501.834,59
1.7.2.1.36.00.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96 25	0,00	0,00	0,00	138.204,62	146.496,90	155.286,71	164.603,91
1.7.2.1.36.01.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96 15	0,00	0,00	0,00	34.551,16	0,00	0,00	0,00
1.7.2.1.36.02.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96 60	0,00	0,00	0,00	20.730,69	0,00	0,00	0,00
1.7.2.1.36.03.00.00.00	Transferências dos Estados	0,00	0,00	0,00	82.922,77	0,00	0,00	0,00
1.7.2.2.00.00.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	0,00	0,00	0,00	19.653.970,13	20.833.208,34	22.083.200,82	23.408.192,85
1.7.2.2.01.00.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	0,00	0,00	0,00	19.260.710,13	20.416.352,74	21.641.333,89	22.939.813,91
1.7.2.2.01.01.00.00.00	Cota-Parte do ICMS 25	0,00	0,00	0,00	17.865.901,20	18.937.855,28	20.074.126,59	21.278.574,18
1.7.2.2.01.01.01.00.00	Cota-Parte do ICMS 15	0,00	0,00	0,00	4.466.475,30	0,00	0,00	0,00
1.7.2.2.01.01.02.00.00	Cota-Parte do ICMS 60	0,00	0,00	0,00	2.679.885,18	0,00	0,00	0,00
1.7.2.2.01.01.03.00.00	Cota-Parte do IPVA	0,00	0,00	0,00	10.719.540,72	0,00	0,00	0,00
1.7.2.2.01.02.00.00.00	Cota-Parte do IPVA 25	0,00	0,00	0,00	1.150.224,22	1.219.237,67	1.292.391,93	1.369.935,44
1.7.2.2.01.02.01.00.00	Cota-Parte do IPVA 15	0,00	0,00	0,00	287.556,06	0,00	0,00	0,00
1.7.2.2.01.02.02.00.00	Cota-Parte do IPVA 60	0,00	0,00	0,00	172.533,63	0,00	0,00	0,00
1.7.2.2.01.02.03.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	0,00	0,00	0,00	690.134,53	0,00	0,00	0,00
1.7.2.2.01.04.00.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação 25	0,00	0,00	0,00	244.584,71	259.259,79	274.815,37	291.304,29
1.7.2.2.01.04.01.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação 15	0,00	0,00	0,00	61.146,18	0,00	0,00	0,00
1.7.2.2.01.04.02.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação 60	0,00	0,00	0,00	36.687,70	0,00	0,00	0,00
1.7.2.2.01.04.03.00.00	Outras Transferências dos Estados	0,00	0,00	0,00	146.750,83	0,00	0,00	0,00
1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transf. dos Estados - Transporte Escolar	0,00	0,00	0,00	393.260,00	416.855,60	441.866,93	468.378,94
1.7.2.2.99.01.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	0,00	393.260,00	416.855,60	441.866,93	468.378,94
1.7.2.4.00.00.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	5.734.188,54	4.942.716,40	5.239.279,38	5.553.636,14
1.7.2.4.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	0,00	0,00	0,00	5.734.188,54	4.942.716,40	5.239.279,38	5.553.636,14
1.7.2.4.01.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB 40%	0,00	0,00	0,00	4.734.188,54	4.168.556,00	4.418.669,36	4.683.789,52
1.7.2.4.01.02.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00	774.160,40	820.610,02	869.846,62
1.9.0.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora	0,00	0,00	0,00	666.791,64	706.799,14	749.207,05	794.159,45
1.9.1.0.00.00.00.00.00		0,00	0,00	0,00	88.950,06	94.287,07	99.944,28	105.940,93

Página: 4/4
Data: 20/10/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
 ANEXO III-B EVOLUÇÃO DA RECEITA

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LDO	Projeção	
		2013	2014	2015			2018	2019
Entidade: 5 - PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO								
1.9.1.4.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora da Div. Ativ. das Contrib.	0,00	0,00	0,00	21.534,06	22.826,11	24.195,67	25.647,41
1.9.1.4.99.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. de Outras Contrib	0,00	0,00	0,00	21.534,06	22.826,11	24.195,67	25.647,41
1.9.1.4.99.01.00.00.00	M.J. Mora Dívida Ativ de Outras Contrib - Principal	0,00	0,00	0,00	21.534,06	22.826,11	24.195,67	25.647,41
Multas de Outras Origens								
1.9.1.9.00.00.00.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito	0,00	0,00	0,00	67.416,00	71.460,96	75.748,61	80.293,52
1.9.1.9.19.1.9.15.00.00.00	Multas Previstas na Leg. de Trânsito pol militar	0,00	0,00	0,00	67.416,00	71.460,96	75.748,61	80.293,52
1.9.1.9.1.9.15.54.00.00.00	Multas Previstas na Leg. de Trânsito pol civil	0,00	0,00	0,00	21.910,20	0,00	0,00	0,00
1.9.1.9.1.9.15.55.00.00.00	Multas Previstas na Leg. de Trânsito pol civil	0,00	0,00	0,00	21.910,20	0,00	0,00	0,00
1.9.1.9.1.9.15.56.00.00.00	Multas Previstas na Leg. de Trânsito prefeitura	0,00	0,00	0,00	23.595,60	0,00	0,00	0,00
1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	88.206,73	93.499,14	99.109,08	105.055,62
1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	88.206,73	93.499,14	99.109,08	105.055,62
1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições	0,00	0,00	0,00	88.206,73	93.499,14	99.109,08	105.055,62
1.9.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	0,00	0,00	0,00	212.505,18	225.255,48	238.770,80	253.097,04
1.9.3.1.00.00.00.00.00	Reculta da Dívida Ativa Tributária	0,00	0,00	0,00	162.006,10	171.726,46	182.030,04	192.951,84
1.9.3.1.11.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	0,00	0,00	0,00	162.006,10	171.726,46	182.030,04	192.951,84
1.9.3.1.11.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU 25	0,00	0,00	0,00	40.501,53	0,00	0,00	0,00
1.9.3.1.11.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU 15	0,00	0,00	0,00	24.300,91	0,00	0,00	0,00
1.9.3.1.11.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU 60	0,00	0,00	0,00	97.203,66	0,00	0,00	0,00
1.9.3.2.00.00.00.00.00	Reculta da Dívida Ativa não tributária	0,00	0,00	0,00	50.499,08	53.529,02	56.740,76	60.145,20
1.9.3.2.99.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.	0,00	0,00	0,00	50.499,08	53.529,02	56.740,76	60.145,20
1.9.3.2.99.01.00.00.00	Rec Div Ativ Não-Tribut de Outras Recelt - Princ	0,00	0,00	0,00	50.499,08	53.529,02	56.740,76	60.145,20
1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	0,00	0,00	0,00	277.129,67	293.757,45	311.382,89	330.065,86
1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	0,00	0,00	0,00	277.129,67	293.757,45	311.382,89	330.065,86
2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	7.737.875,12	9.979.806,90	10.578.595,27	11.213.310,98
2.1.0.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	2.000.000,00	2.000.000,00	2.120.000,00	2.247.200,00
2.1.1.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00	2.000.000,00	2.000.000,00	2.120.000,00	2.247.200,00
2.1.1.9.00.00.00.00.00	Outras Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	2.000.000,00	2.000.000,00	2.120.000,00	2.247.200,00
2.2.0.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	209.003,06	221.543,25	234.835,83	248.925,98
2.2.1.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00	171.128,75	181.396,48	192.280,26	203.817,08
2.2.1.9.00.00.00.00.00	Alienação de Outros Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	171.128,75	181.396,48	192.280,26	203.817,08
2.2.2.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00	37.874,31	40.146,77	42.555,57	45.108,90
2.2.2.9.00.00.00.00.00	Alienação de Outros Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	37.874,31	40.146,77	42.555,57	45.108,90
2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	5.528.872,06	7.758.263,65	8.223.759,44	8.717.185,00
2.4.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO	0,00	0,00	0,00	5.528.872,06	7.758.263,65	8.223.759,44	8.717.185,00
2.4.7.1.00.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	3.813.617,75	3.864.975,26	4.096.873,76	4.342.686,18
2.4.7.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União	0,00	0,00	0,00	3.813.617,75	3.864.975,26	4.096.873,76	4.342.686,18
2.4.7.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. dos Estados, Distr.Fed e suas Entid.	0,00	0,00	0,00	1.715.254,31	3.893.288,39	4.126.885,68	4.374.498,82
2.4.7.2.02.00.00.00.00	Transf. de Convênio Destinado Programa de Educação	0,00	0,00	0,00	547.283,10	580.120,08	614.927,28	651.822,92
2.4.7.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados	0,00	0,00	0,00	1.167.971,21	3.313.168,31	3.511.958,40	3.722.675,90
9.0.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	-6.579.806,96	-5.688.836,31	-6.030.166,46	-6.391.976,44
9.1.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	-6.579.806,96	-5.688.836,31	-6.030.166,46	-6.391.976,44
9.1.7.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	0,00	0,00	0,00	-6.579.806,96	-5.688.836,31	-6.030.166,46	-6.391.976,44
9.1.7.2.00.00.00.00.00	Dedução das Receltas de Transferências	0,00	0,00	0,00	-6.579.806,96	-5.688.836,31	-6.030.166,46	-6.391.976,44
9.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Dedução das Receltas de Transferências da União	0,00	0,00	0,00	-2.267.664,94	-2.266.495,23	-2.434.284,93	-2.580.342,02
9.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Dedução das Receltas de Transferências da União	0,00	0,00	0,00	-2.700.024,02	-2.267.195,86	-2.403.227,60	-2.547.421,25
9.1.7.2.1.02.00.00.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	0,00	0,00	0,00	-2.696.000,00	-2.262.930,40	-2.398.706,22	-2.542.628,59
9.1.7.2.1.05.00.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	0,00	0,00	0,00	-4.024,02	-4.265,46	-4.521,38	-4.792,66
9.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96	0,00	0,00	0,00	-27.640,92	-29.299,37	-31.057,33	-32.920,77
9.1.7.2.1.36.01.00.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96	0,00	0,00	0,00	-27.640,92	-29.299,37	-31.057,33	-32.920,77
9.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Dedução das Receltas de Transferência dos Estados	0,00	0,00	0,00	-3.852.142,02	-3.392.341,08	-3.595.881,53	-3.811.634,42
9.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Dedução das Receltas de Transferência dos Estados	0,00	0,00	0,00	-3.852.142,02	-3.392.341,08	-3.595.881,53	-3.811.634,42
9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	-3.573.180,24	-3.096.641,60	-3.282.440,09	-3.479.386,50
9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	0,00	0,00	0,00	-230.044,84	-243.847,53	-258.478,38	-273.987,08
9.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Ded Cota Parte IPI-Exp p/ Formação FUNDEB	0,00	0,00	0,00	-48.916,94	-51.851,95	-54.963,06	-58.260,84
Total por entidade:		0,00	0,00	0,00	45.812.529,10	50.468.175,75	53.496.269,29	56.706.045,39
Total geral:		0,00	0,00	0,00	48.268.066,76	53.313.062,35	56.511.848,98	59.902.559,76

Página: 1/1
Data: 20/10/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE TURVO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo IV - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Nominal

Especificação	2014 (b)	2015 (c)	2016 (d)	2017 (e)	2018 (f)	2019 (g)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.700.000,00	1.600.000,00	1.500.000,00	1.400.000,00	1.200.000,00	1.100.000,00
Outras dívidas	1.700.000,00	1.600.000,00	1.500.000,00	1.400.000,00	1.200.000,00	1.100.000,00
DEDUÇÕES (II)	3.100.000,00	3.200.000,00	3.300.000,00	3.400.000,00	3.500.000,00	3.600.000,00
Ativo disponível	3.100.000,00	3.200.000,00	3.300.000,00	3.400.000,00	3.500.000,00	3.600.000,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I-II)	(1.400.000,00)	(1.600.000,00)	(1.800.000,00)	(2.000.000,00)	(2.300.000,00)	(2.500.000,00)
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III+IV-V)	(1.400.000,00)	(1.600.000,00)	(1.800.000,00)	(2.000.000,00)	(2.300.000,00)	(2.500.000,00)
Resultado Nominal	(b - a*) (400.000,00)	(c - b) (200.000,00)	(d - c) (200.000,00)	(e - d) (200.000,00)	(f - e) (300.000,00)	(g - f) (200.000,00)

* : Refere-se ao resultados_nominais_valor previsto da Dívida Consolidada Líquida do exercício orçamentário anterior ao previsto no exercício 2014 no resultados_nominais_valor de R\$ (1.000.000,00).

Página: 1/1
Data: 20/10/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE TURVO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo V - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida

Especificação	2014	2015	2016	2017	2018	2019
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.700.000,00	1.600.000,00	1.500.000,00	1.400.000,00	1.200.000,00	1.100.000,00
Outras dívidas	1.700.000,00	1.600.000,00	1.500.000,00	1.400.000,00	1.200.000,00	1.100.000,00
DEDUÇÕES(II)	3.100.000,00	3.200.000,00	3.300.000,00	3.400.000,00	3.500.000,00	3.600.000,00
Ativo disponível	3.100.000,00	3.200.000,00	3.300.000,00	3.400.000,00	3.500.000,00	3.600.000,00
DCL (III) = (I - II)	(1.400.000,00)	(1.600.000,00)	(1.800.000,00)	(2.000.000,00)	(2.300.000,00)	(2.500.000,00)

Estado de Santa Catarina**MUNICÍPIO DE TURVO****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017****ANEXO DE METAS FISCAIS****Anexo VI - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida**

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Página: 1/1

Data: 20/10/2016

LRF Art. 12, § 3º da Lei Complementar nº 101/2000

Especificação	2017	2018	2019
RECEITAS CORRENTES (I)	46.177.205,16	48.947.840,48	51.884.710,85
Receita Tributária	3.160.817,14	3.350.469,32	3.551.497,47
Receita de Contribuição	160.587,07	170.222,29	180.435,63
Receita Patrimonial	74.609,23	79.085,78	83.830,93
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	53.529,02	56.740,76	60.145,20
Receita Serviços	35.463,56	37.591,37	39.846,85
Transferências Correntes	41.985.400,00	44.504.523,91	47.174.795,32
Outras Receitas Correntes	706.799,14	749.207,05	794.159,45
DEDUÇÕES (II)	5.711.662,42	6.054.362,13	6.417.623,85
Dedução de Receita para a Formação do FUNDEB	5.688.836,31	6.030.166,46	6.391.976,44
M/J Mora Dívida Ativ de Outras Contrib - Principal	22.826,11	24.195,67	25.647,41
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	40.465.542,74	42.893.478,35	45.467.087,00

Página: 1/1

Data: 20/10/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE TURVO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

ANEXO DE RISCOS FISCAIS

Anexo VII - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências

LRF, art 4º, § 3º			R\$ 1,00	
PASSIVOS CONTINGENTES			PROVIDÊNCIAS	
	Descrição	Valor	Descrição	Valor
	Processos de execução judicial - Impostos	63.123,85	Cobrança Judicial	63.123,85
	SUBTOTAL	63.123,85	SUBTOTAL	63.123,85
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS			PROVIDÊNCIAS	
	Descrição	Valor	Descrição	Valor
	Despesas não Orçadas ou orçadas a menor (abertura de créditos adicionais - art 8º da Portaria Interministerial 163 de 04/05/2001	25.249,53	ajustes no orçamento	25.249,53
	intemperies	6.312,38	ajustes no orçamento	6.312,38
	SUBTOTAL	31.561,91	SUBTOTAL	31.561,91
	TOTAL	94.685,76	TOTAL	94.685,76

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE TURVO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo VII-A Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita

Página: 1/1

Data: 20/10/2016

R\$ 1,00

AMF - Tabela 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)					
Tributo	Modalidade	Setores/ Programas/ Beneficiário	Renúncia de Receita Prevista		
			2017	2018	2019
Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	Subsídio		34.086,87	36.132,08	38.300,00
			O Município tem registrado aproximadamente 3100 unidades cadastrais objeto de lançamento de IPTU. Do valor estimado a ser lançado para o exercício de 2.016 indicam que 20% do valor lançado não é arrecadado, se constituindo em dívida ativa e, 5% do valor lançado refere-se a isenção concedida a contribuintes aposentados, pensionistas e templos. Do total arrecadado nos últimos dois exercícios, cerca de 55% tem origem no pagamento em cota única com benefício do desconto de 10%. O Município tem registrado aproximadamente 3100 unidades cadastrais objeto de lançamento		
Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	Anistia		27.774,49	29.440,95	31.207,40
Total			61.861,36	65.573,03	69.507,40

Estado de Santa Catarina**MUNICÍPIO DE TURVO****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017****ANEXO DE METAS FISCAIS****Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado**

Página: 1/1
Data: 20/10/2016

LRF, art 4º, § 2º, inciso V

R\$ 1,00

EVENTO	Valor Previsto 2017
Aumento Permanente da Receita	5.262.294,33
(-) Transferências Constitucionais	----
(-) Transferências ao FUNDEB	----
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	5.262.294,33
Redução Permanente de Despesa (II)	----
Margem Bruta (III) = (I+II)	5.262.294,33
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	1.122.968,53
Novas DOCC	1.122.968,53
Margem Líquida de Expansão de DOCC (III-IV)	4.139.325,80

Vargeão

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 28/2016

Extrato de EDITAL

Edital de Pregão Presencial n° 28/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Município de Vargeão torna público que, de acordo com a Lei Federal n.º 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal n.º 75/2012, de 31 de dezembro de 2012, Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Municipal 1.430/2009 de 07 de dezembro de 2009 e Decreto Municipal n.º 047/2012 de 28 de setembro de 2012, que realizará no dia 08 de novembro de 2016 às 09 horas, processo licitatório na modalidade Pregão Presencial, exclusivo para ME/EPP, do tipo menor preço por item, visando a aquisição de cestas de doces para festividade natalina destinadas às crianças público alvo do CRAS – Centro de Referência de Assistência Social, PAIF – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família e ao SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos ao Idoso, a Criança e ao Adolescente do Município de Vargeão, SC, de acordo com as especificações constantes do Edital de Pregão n° 28/2016. Informações complementares serão prestadas através do e-mail licitacao@vargeao.sc.gov.br, fone fax (49) 3434-0148, informando o número da licitação, podendo ser retirado o Edital em sua íntegra no site www.vargeao.sc.gov.br.

Vargeão, SC, 24 de outubro de 2016.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO N° 151/2016

EXTRATO DE CONTRATO n° 151/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: SETEP CONSTRUÇÕES S.A.

OBJETO: Contratação de empresa para a execução de obra referente à pavimentação asfáltica com concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ) e sinalização viária de parte das ruas Ângelo Tiecher e Eperidião Amin e das ruas Francisco Berté, João Batista Palla, João Sponchiado, Ortenilo Cousseau, Pedro Gubert, Romildo Isotton (trecho 01 e trecho 02), Vilamir Westerich e Vitório Demarco, juntamente com o pátio do Centro de Múltiplo Uso, pertencentes ao sistema viário da sede do município de Vargeão, estado de Santa Catarina, totalizando 19.166,00m², com fornecimento de materiais e mão de obra especializada.

VALOR: R\$ 665.412,21 (seiscentos e sessenta e cinco mil, quatrocentos e doze reais e vinte e um centavos).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Processo Licitatório 39/2016, Tomada de Preços n° 05/2016 e Contrato n° 151/2016.

Vargeão, SC, 24 de outubro de 2016.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

Vargem Bonita

PREFEITURA

DECRETO N.063/2016

DECRETO Nº 063/2016, DE 24 DE OUTUBRO DE 2016.

“ESTABELECE PONTO FACULTATIVO”

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita (SC), no uso da atribuição que lhe confere o artigo 103, inciso VIII da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica estabelecido “PONTO FACULTATIVO” do Dia do Funcionário Público, no serviço público municipal de Vargem Bonita no dia 28 de outubro de 2016.

Art. 2º- Os serviços na área da saúde funcionarão em regime de plantão.

Art. 3º- O retorno aos trabalhos normais no serviço público se dará no dia 31 de outubro de 2016.

Art. 4º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita, 24 de outubro de 2016.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI

Prefeita Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto no Site Oficial dos Municípios – DOM em 25/10/2016, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

SUELEN FAVRETTO

Secretária Municipal de Administração e Finanças

Videira

PREFEITURA

DECRETO Nº 13.461/16

DECRETO Nº 13.461/16, DE 17 DE OUTUBRO DE 2016.

Exonera Assessor Administrativo da Rodoviária

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a partir de 30 de novembro de 2016, FÁBIO MORESCO, do cargo comissionado de Assessor Administrativo da Rodoviária, símbolo DAS-6, com exercício na Secretaria Municipal de Infraestrutura, nomeado pelo Decreto nº 13.410/16.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 30 de novembro de 2016.

Videira, 17 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

DECRETO Nº 13.462/16

DECRETO Nº 13.462/16, DE 17 DE OUTUBRO DE 2016.

Exonera Assessor de Infraestrutura

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a partir de 31 de outubro de 2016, LUIZ ANTONIO DOS SANTOS, do cargo comissionado de Assessor de Infraestrutura, símbolo DAS-6, com exercício na Secretaria Municipal de Infraestrutura, nomeado pelo Decreto nº 11.052/14.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de outubro de 2016.

Videira, 17 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

DECRETO Nº 13.463/16

DECRETO Nº 13.463/16, DE 17 DE OUTUBRO DE 2016.

Exonera Assessor de Equipe de Britagem

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a partir de 31 de outubro de 2016, AFONSO BALDISSERA, do cargo comissionado de Assessor de Equipe de Britagem, símbolo DAS-8, com exercício na Secretaria Municipal de Infraestrutura, nomeado pelo Decreto nº 11.126/14.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de outubro de 2016.

Videira, 17 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

DECRETO Nº 13.468/16

DECRETO Nº 13.468/16, DE 20 DE OUTUBRO DE 2016.

Torna sem efeito o Decreto nº 13.157/16.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no Processo Administrativo nº 18.693/2016,

RESOLVE

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 13.157/16, que nomeou NELCI DOS SANTOS DA SILVA, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 20 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 20 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

DECRETO Nº 13.469/16

DECRETO Nº 13.469/16, DE 20 DE OUTUBRO DE 2016.

Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, ROSILDA OLIVEIRA DA SILVA, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 20 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 20 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

DECRETO Nº 13.470/16

DECRETO Nº 13.470/16, DE 20 DE OUTUBRO DE 2016.

Torna sem efeito o Decreto nº 13.138/16.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no Processo Administrativo nº 18.692/2016,

RESOLVE

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 13.138/16, que nomeou LUCINEIA CHIARINI, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 20 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 20 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

DECRETO Nº 13.471/16

DECRETO Nº 13.471/16, DE 20 DE OUTUBRO DE 2016.

Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, JUSSARA MACIEL MARTINS, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 20 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 20 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 0094/2016

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 094/16

PROCESSO SELETIVO Nº 001/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocada a candidata abaixo relacionada para comparecer no Departamento de Pessoal, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumirem as funções do cargo para o qual foram classificadas no Processo Seletivo nº 001/2015:

CONVOCADAS	CARGO
1. QUÉREN SARAIVA GOMES	AGENTE ADMINISTRATIVO II

A convocada deverá apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- Realização de Exame Médico Admissional;
- Carteira de Trabalho – Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- 1 (uma) foto 3x4;
- Cópia de Comprovante de Residência e Número de telefone;
- Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- Comprovante do tipo sanguíneo;
- Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- Cópia de Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item

XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
m) Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
n) Declaração de bens;
o) Certidão negativa de antecedentes criminais;
p) Convocação para contratação de acordo com o processo seletivo para o cargo.

Videira, 21 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI
PrefeitoMunicipal

PORTARIA Nº 0741/16

PORTARIA nº 0841/16

Revoga a Portaria nº 0412/16

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Revogar, a partir de 30 de novembro de 2016, a Portaria nº 0412/16, que designou JÉSSICA PRIGOL, para exercer a Função Gratificada de Assessor da Comissão de Licitações, símbolo FG-4, subordinada a Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 30 de novembro de 2016.

Videira, 17 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0833/16

PORTARIA nº 0833/16

Autoriza o Uso do Largo da Estação Ferroviária

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 18731/16;

RESOLVE

Art. 1º Autorizar o uso do espaço do Largo da Estação Ferroviária, pelo Centro de Formação de Condutores RENOVAR LTDA, no dia 22 de outubro, das 08h00min às 12h00min para estacionamento dos veículos com o lançamento do projeto "Mulher ao Volante Direção Elegante", no local também será montado uma tenda onde uma profissional da área esclarecerá dúvidas sobre o "Outubro Rosa".

§1º Os responsáveis pela utilização do espaço se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- Serviço de segurança no local do evento;
- Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou

- similares que possam danificar a o local;
- Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- Ao pagamento da taxa referente ao ECAD – Escritório Central de Arrecadação de Direitos Autorais, no prazo de 72 (setenta e duas) horas antes da realização do evento, nos casos de utilização de músicas de artistas que estão em atividade ou, que faleceram há menos de 70 (setenta) anos;
- Será de responsabilidade exclusiva da entidade, o pagamento de quaisquer despesas, tributos, tarifas, emolumentos, ou contribuições, federais, estaduais ou municipais, que decorram da presente autorização, bem como da atividade para a qual a presente autorização lhe é concedida, cabendo-lhe providenciar, especialmente os alvarás e seguros obrigatórios legalmente exigíveis e quaisquer outras exigências legais;
- Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§2º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casualidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 21 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0837/16

PORTARIA nº 0837/16

Revoga a Portaria nº 0523/14

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Revogar, a partir de 31 de outubro de 2016, a Portaria nº 0523/14, que designou MIGUEL ALBERTO VIECELI, para exercer a Função Gratificada de Assessor Nível II, símbolo FG-3, subordinada a Secretaria Municipal de Planejamento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de outubro de 2016.

Videira, 17 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0838/16
PORTARIA nº 0838/16

Revoga a Portaria nº 0610/16

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Revogar, a partir de 30 de novembro de 2016, a Portaria nº 0610/16, que designou MÁRIO PEDRO FONTANELLA, para exercer a Função Gratificada de Chefe da Comissão de Sindicância e/ou Processo Administrativo Disciplinar, símbolo FG-3, subordinada a Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 30 de novembro de 2016.

Videira, 17 de outubro de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0839/16
PORTARIA nº 0839/16

Revoga a Portaria nº 0284/15

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Revogar, a partir de 30 de novembro de 2016, a Portaria nº 0284/15, que designou CRISTIANE MIOZZO, para exercer a Função Gratificada de Assessor da Comissão de Licitações, símbolo FG-4, subordinada a Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 30 de novembro de 2016.

Videira, 17 de outubro de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0840/16
PORTARIA nº 0840/16

Revoga a Portaria nº 0834/15

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Revogar, a partir de 30 de novembro de 2016, a Portaria nº 0834/15, que designou ALVAIR LIRIO BARZOTTO, para exercer a Função Gratificada de Assessor da Comissão de Licitações, símbolo FG-4, subordinada a Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 30 de novembro de 2016.

Videira, 17 de outubro de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0842/16
PORTARIA nº 0842/16

Revoga a Portaria nº 0528/14

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Revogar, a partir de 31 de outubro de 2016, a Portaria nº 0528/14, que designou IZABEL APARECIDA BALBINOTT, para exercer a Função Gratificada de Chefe de Administração de Pessoal, símbolo FG-4, subordinada a Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de outubro de 2016.

Videira, 17 de outubro de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0843/16

PORTARIA nº 0843/16

Revoga a Portaria nº 1326/14

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Revogar, a partir de 30 de novembro de 2016, a Portaria nº 1326/14, que designou ADRIANO ZUFFO, para exercer a Função Gratificada de Chefe do Departamento de Informática, símbolo FG-6, subordinada a Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 30 de novembro de 2016.

Videira, 17 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0844/16

PORTARIA nº 0844/16

Revoga a Portaria nº 0531/14

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Revogar, a partir de 31 de outubro de 2016, a Portaria nº 0531/14, que designou LUCÉLIA GRUTZMACHER, para exercer a Função Gratificada de Chefe de Tributação, símbolo FG-3, subordinada a Secretaria Municipal de Finanças.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de outubro de 2016.

Videira, 17 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0845/16

PORTARIA nº 0845/16

Revoga a Portaria nº 0532/14

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Revogar, a partir de 31 de outubro de 2016, a Portaria nº 0532/14, que designou ILVA FARINA, para exercer a Função Gratificada de Assessor Nível III, símbolo FG-4, subordinada a Secretaria Municipal de Finanças.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de outubro de 2016.

Videira, 17 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0846/16

PORTARIA nº 0846/16

Revoga a Portaria nº 0533/14

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Revogar, a partir de 31 de outubro de 2016, a Portaria nº 0533/14, que designou WOLMAR ERDMANN, para exercer a Função Gratificada de Assessor Nível III, símbolo FG-4, subordinada a Secretaria Municipal de Finanças.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de outubro de 2016.

Videira, 17 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0847/16

PORTARIA nº 0847/16

Revoga a Portaria nº 0534/14

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Revogar, a partir de 30 de novembro de 2016, a Portaria nº 0534/14, que designou CLEMIR BERTOTTO ERDMANN, para exercer a Função Gratificada de Assessor Nível III, símbolo FG-4, subordinada a Secretaria Municipal de Finanças.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 30 de novembro de 2016.

Videira, 17 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0848/16

PORTARIA nº 0848/16

Revoga a Portaria nº 0476/14

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Revogar, a partir de 31 de outubro de 2016, a Portaria nº 0476/14, que designou LUCIMAR SALETE VINCENZI, para exercer a Função Gratificada de Assessor Nível II, símbolo FG-3, subordinada a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de outubro de 2016.

Videira, 17 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0849/16

PORTARIA nº 0849/16

Revoga a Portaria nº 0473/14

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Revogar, a partir de 31 de outubro de 2016, a Portaria nº 0473/14, que designou VILMAR ANTONIO BATISTELLA, para exercer a Função Gratificada de Assessor Nível II, símbolo FG-3, subordinada a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de outubro de 2016.

Videira, 17 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0850/16

PORTARIA nº 0850/16

Revoga a Portaria nº 0814/16

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Revogar, a partir de 30 de novembro de 2016, a Portaria nº 0814/16, que designou SANDRO DE SOUZA FERNANDES, para exercer a Função Gratificada de Assessor do Transporte Escolar, símbolo FG-3, subordinada a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 30 de novembro de 2016.

Videira, 17 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0851/16

PORTARIA nº 0851/16

Revoga a Portaria nº 0503/14

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Revogar, a partir de 31 de outubro de 2016, a Portaria nº 0503/14, que designou SANDRA APARECIDA MENEGAZZO, para exercer a Função Gratificada de Diretor de Escola Adjunto, símbolo FG-4, subordinada a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de outubro de 2016.

Videira, 17 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0852/16

PORTARIA nº 0852/16

Revoga a Portaria nº 0502/14

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Revogar, a partir de 31 de outubro de 2016, a Portaria nº 0502/14, que designou MARIA CLARA KNEBEL DE SIQUEIRA LYRA, para exercer a Função Gratificada de Diretor de Escola Adjunto, símbolo FG-4, subordinada a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de outubro de 2016.

Videira, 17 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0853/16

PORTARIA nº 0853/16

Revoga a Portaria nº 0246/15

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Revogar, a partir de 31 de outubro de 2016, a Portaria nº 0246/15, que designou ELIANE RIBEIRO, para exercer a Função Gratificada de Diretor de Escola Adjunto, símbolo FG-4, subordinada a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de outubro de 2016.

Videira, 17 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0854/16

PORTARIA nº 0854/16

Revoga a Portaria nº 0504/14

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Revogar, a partir de 31 de outubro de 2016, a Portaria nº 0504/14, que designou ROSANGELA COMERLATO, para exercer a Função Gratificada de Diretor de Escola Adjunto, símbolo FG-4, subordinada a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de outubro de 2016.

Videira, 17 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0855/16

PORTARIA nº 0855/16

Revoga a Portaria nº 0513/14

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Revogar, a partir de 31 de outubro de 2016, a Portaria nº 0513/14, que designou SARINE PARAVISI, para exercer a Função Gratificada de Assessor de Eventos Escolares, símbolo FG-5, subordinada a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de outubro de 2016.

Videira, 17 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0857/16

PORTARIA nº 0857/16

Revoga a Portaria nº 0815/16

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Revogar, a partir de 30 de novembro de 2016, a Portaria nº 0815/16, que designou EDUARDO SOCHA FRANCIO, para exercer a Função Gratificada de Chefe da Merenda Escolar, símbolo FG-5, subordinada a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 30 de novembro de 2016.

Videira, 17 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0858/16

PORTARIA nº 0858/16

Revoga a Portaria nº 0296/15

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Revogar, a partir de 21 de dezembro de 2016, a Portaria nº 0296/15, que designou IVONETE APARECIDA LUZZI ZENERE, para exercer a Função Gratificada de Diretor de Escola I, símbolo FG-2, subordinada a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 21 de dezembro de 2016.

Videira, 17 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0859/16

PORTARIA nº 0859/16

Revoga a Portaria nº 0471/14

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Revogar, a partir de 21 de dezembro de 2016, a Portaria nº 0471/14, que designou ELIZETE BARBOSA DE BRITO DIESEL, para exercer a Função Gratificada de Diretor de Escola I, símbolo FG-2, subordinada a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 21 de dezembro de 2016.

Videira, 17 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0860/16

PORTARIA nº 0860/16

Revoga a Portaria nº 0470/14

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Revogar, a partir de 21 de dezembro de 2016, a Portaria nº 0470/14, que designou MARIA LUCIA DELUQUE ALTENHOFEN, para exercer a Função Gratificada de Diretor de Escola I, símbolo FG-2, subordinada a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 21 de dezembro de 2016.

Videira, 17 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0861/16

PORTARIA nº 0861/16

Revoga a Portaria nº 0744/14

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Revogar, a partir de 21 de dezembro de 2016, a Portaria nº 0744/14, que designou ARLETE MARIA SONEGO, para exercer a Função Gratificada de Diretor de Escola I, símbolo FG-2, subordinada a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 21 de dezembro de 2016.

Videira, 17 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0862/16

PORTARIA nº 0862/16

Revoga a Portaria nº 0509/16

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Revogar, a partir de 21 de dezembro de 2016, a Portaria nº 0509/16, que designou FRANCIELI MARTINI, para exercer a Função Gratificada de Diretor de Escola I, símbolo FG-2, subordinada a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 21 de dezembro de 2016.

Videira, 17 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0863/16

PORTARIA nº 0863/16

Revoga a Portaria nº 0482/14

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Revogar, a partir de 21 de dezembro de 2016, a Portaria nº 0482/14, que designou EDNA MARIA TEIXEIRA, para exercer a Função Gratificada de Diretor de Escola II, símbolo FG-3, subordinada a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 21 de dezembro de 2016.

Videira, 17 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0864/16

PORTARIA nº 0864/16

Revoga a Portaria nº 0607/14

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Revogar, a partir de 21 de dezembro de 2016, a Portaria nº 0607/14, que designou LEONICE TERESINHA CHERNOSKI, para exercer a Função Gratificada de Diretor de Escola II, símbolo FG-3, subordinada a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 21 de dezembro de 2016.

Videira, 17 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0865/16

PORTARIA nº 0865/16

Revoga a Portaria nº 0508/14

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Revogar, a partir de 21 de dezembro de 2016, a Portaria nº 0508/14, que designou FRANCELIA FORTES, para exercer a Função Gratificada de Assessor de Secretaria Escolar I, símbolo FG-4, subordinada a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 21 de dezembro de 2016.

Videira, 17 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0866/16

PORTARIA nº 0866/16

Revoga a Portaria nº 0507/14

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Revogar, a partir de 21 de dezembro de 2016, a Portaria nº 0507/14, que designou PAULA FERNANDA TURMINA, para exercer a Função Gratificada de Assessor de Secretaria Escolar I, símbolo FG-4, subordinada a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 21 de dezembro de 2016.

Videira, 17 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0867/16

PORTARIA nº 0767/16

Prorroga Prazo da Comissão de Sindicância para Apurar os Fatos Referidos no Processo Administrativo nº 15081/2016, nomeada pela Portaria nº 0680/2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município, bem como no parágrafo único do art. 278, da Lei Complementar nº 129/12, e do despacho do presidente da Comissão de Sindicância;

RESOLVE

Art. 1º Prorrogar, por 30 (trinta) dias, a partir de 05 de outubro de 2016, o prazo de conclusão do Processo Administrativo nº 15081/16.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 05 de outubro de 2016.

Videira, 23 de setembro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 23 dias do mês de setembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0868/16

PORTARIA nº 0868/16

Revoga a Portaria nº 0506/14

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Revogar, a partir de 21 de dezembro de 2016, a Portaria nº 0506/14, que designou ANA MARIA PEREIRA DIAS, para exercer a Função Gratificada de Assessor de Secretaria Escolar I, símbolo FG-4, subordinada a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 21 de dezembro de 2016.

Videira, 17 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0869/16

PORTARIA nº 0869/16

Revoga a Portaria nº 0043/16

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Revogar, a partir de 21 de dezembro de 2016, a Portaria nº 0043/16, que designou REJANE LUCIA GHEDINI, para exercer a Função Gratificada de Assessor de Secretaria Escolar II, símbolo FG-5, subordinada a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 21 de dezembro de 2016.

Videira, 17 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0870/16

PORTARIA nº 0870/16

Revoga a Portaria nº 0511/14

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Revogar, a partir de 21 de dezembro de 2016, a Portaria nº 0511/14, que designou ELIS REGINA BRUSCHI, para exercer a Função Gratificada de Assessor de Secretaria Escolar II, símbolo FG-5, subordinada a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 21 de dezembro de 2016.

Videira, 17 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0871/16

PORTARIA nº 0871/16

Revoga a Portaria nº 0595/16

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Revogar, a partir de 21 de dezembro de 2016, a Portaria nº 0595/16, que designou DAISY NICE UGOLINI RIGO, para exercer a Função Gratificada de Assessor de Secretaria Escolar II, símbolo FG-5, subordinada a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 21 de dezembro de 2016.

Videira, 17 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0872/16

PORTARIA nº 0872/16

Revoga a Portaria nº 0468/14

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Revogar, a partir de 31 de dezembro de 2016, a Portaria nº 0468/14, que designou FLADENICE ZULEICA BRUCH, para exercer a Função Gratificada de Assessor Nível I, símbolo FG-2, subordinada a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016.

Videira, 17 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0873/16

PORTARIA nº 0873/16

Revoga a Portaria nº 0467/14

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Revogar, a partir de 31 de dezembro de 2016, a Portaria nº 0467/14, que designou DIRCEU DUTRA, para exercer a Função Gratificada de Assessor Nível I, símbolo FG-2, subordinada a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016.

Videira, 17 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0874/16

PORTARIA nº 0875/16

Revoga a Portaria nº 0477/14

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Revogar, a partir de 31 de dezembro de 2016, a Portaria nº 0477/14, que designou LISNÉIA APARECIDA DA SILVA, para exercer a Função Gratificada de Assessor Nível II, símbolo FG-3, subordinada a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016.

Videira, 17 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0875/16

PORTARIA nº 0875/16

Revoga a Portaria nº 0477/14

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Revogar, a partir de 31 de dezembro de 2016, a Portaria nº 0477/14, que designou LISNÉIA APARECIDA DA SILVA, para exercer a Função Gratificada de Assessor Nível II, símbolo FG-3, subordinada a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016.

Videira, 17 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0876/16

PORTARIA nº 0876/16

Revoga a Portaria nº 0572/15

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Revogar, a partir de 31 de dezembro de 2016, a Portaria nº 0572/15, que designou LUCIMERE TONELLO, para exercer a Função Gratificada de Assessor Nível II, símbolo FG-3, subordinada a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016.

Videira, 17 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0877/16

PORTARIA nº 0877/16

Revoga a Portaria nº 0478/14

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Revogar, a partir de 31 de dezembro de 2016, a Portaria nº 0478/14, que designou VILMAIR SALETE RIBOLI, para exercer a Função Gratificada de Assessor Nível II, símbolo FG-3, subordinada a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016.

Videira, 17 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0878/16

PORTARIA nº 0878/16

Revoga a Portaria nº 0481/14

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Revogar, a partir de 31 de dezembro de 2016, a Portaria nº 0481/14, que designou MARISA ROSANE DELANI, para exercer a Função Gratificada de Diretor de Escola II, símbolo FG-3, subordinada a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016.

Videira, 17 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0879/16

PORTARIA nº 0879/16

Revoga a Portaria nº 0496/14

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Revogar, a partir de 31 de dezembro de 2016, a Portaria nº 0496/14, que designou CRISTINA COELHO DE FREITAS CASA-GRANDE, para exercer a Função Gratificada de Diretor de CEMEI, símbolo FG-4, subordinada a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016.

Videira, 17 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0881/16

PORTARIA nº 0881/16

Revoga a Portaria nº 0817/16

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Revogar, a partir de 31 de dezembro de 2016, a Portaria nº 0817/16, que designou DANIELA GEMELLI PIACENTINI, para exercer a Função Gratificada de Diretor de CEMEI, símbolo FG-4, subordinada a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016.

Videira, 17 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0882/16

PORTARIA nº 0882/16

Revoga a Portaria nº 0489/14

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Revogar, a partir de 31 de dezembro de 2016, a Portaria nº 0489/14, que designou GEOVANA GEMELLI EGER, para exercer a Função Gratificada de Diretor de CEMEI, símbolo FG-4, subordinada a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016.

Videira, 17 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0883/16

PORTARIA nº 0883/16

Revoga a Portaria nº 0018/15

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Revogar, a partir de 31 de dezembro de 2016, a Portaria nº 0018/15, que designou MIRIAM DE MIRANDA GIRARDI, para exercer a Função Gratificada de Diretor de CEMEI, símbolo FG-4, subordinada a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016.

Videira, 17 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0884/16

PORTARIA nº 0884/16

Revoga a Portaria nº 0487/14

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Revogar, a partir de 31 de dezembro de 2016, a Portaria nº 0487/14, que designou ELIANE BALDO FANTINEL, para exercer a Função Gratificada de Diretor de CEMEI, símbolo FG-4, subordinada a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016.

Videira, 17 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0885/16

PORTARIA nº 0885/16

Revoga a Portaria nº 0493/14

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Revogar, a partir de 31 de dezembro de 2016, a Portaria nº 0493/14, que designou VANIR APARECIDA NOVAES, para exercer a Função Gratificada de Diretor de CEMEI, símbolo FG-4, subordinada a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016.

Videira, 17 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0886/16

PORTARIA nº 0880/16

Revoga a Portaria nº 0495/14

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Revogar, a partir de 31 de dezembro de 2016, a Portaria nº 0495/14, que designou GERUSA COELHO DE FREITAS TEO, para exercer a Função Gratificada de Diretor de CEMEI, símbolo FG-4, subordinada a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016.

Videira, 17 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0887/16

PORTARIA nº 0887/16

Revoga a Portaria nº 0327/16

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Revogar, a partir de 31 de dezembro de 2016, a Portaria nº 0327/16, que designou SILMARA REGINA CAMARGO PIASSON, para exercer a Função Gratificada de Diretor de CEMEI, símbolo FG-4, subordinada a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016.

Videira, 17 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0888/16

PORTARIA nº 0888/16

Revoga a Portaria nº 0742/14

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Revogar, a partir de 31 de dezembro de 2016, a Portaria nº 0742/14, que designou SILVANA MADALENA ANGREWISKI DA CONCEIÇÃO, para exercer a Função Gratificada de Diretor de CEMEI, símbolo FG-4, subordinada a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016.

Videira, 17 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0889/16

PORTARIA nº 0889/16

Revoga a Portaria nº 0484/14

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Revogar, a partir de 31 de dezembro de 2016, a Portaria nº 0484/14, que designou LORENI DE OLIVEIRA DIAS DA SILVA, para exercer a Função Gratificada de Diretor de CEMEI, símbolo FG-4, subordinada a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016.

Videira, 17 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0890/16

PORTARIA nº 0890/16

Revoga a Portaria nº 0004/15

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Revogar, a partir de 31 de dezembro de 2016, a Portaria nº 0004/15, que designou VLADENICE PAZIN UNGARATTO, para exercer a Função Gratificada de Diretor de CEMEI, símbolo FG-4, subordinada a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016.

Videira, 17 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0891/16

PORTARIA nº 0891/16

Revoga a Portaria nº 0816/16

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Revogar, a partir de 31 de dezembro de 2016, a Portaria nº 0816/16, que designou ADELE LUCIA BALDISSERA, para exercer a Função Gratificada de Diretor de CEMEI, símbolo FG-4, subordinada a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016.

Videira, 17 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0892/16

PORTARIA nº 0892/16

Revoga a Portaria nº 0003/15

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Revogar, a partir de 31 de dezembro de 2016, a Portaria nº 0003/15, que designou MARILDES SALETE BIAVA, para exercer a Função Gratificada de Diretor de CEMEI, símbolo FG-4, subordinada a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016.

Videira, 17 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0893/16

PORTARIA nº 0893/16

Revoga a Portaria nº 0050/16

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Revogar, a partir de 31 de dezembro de 2016, a Portaria nº 0050/16, que designou MIRIA APARECIDA GUZI, para exercer a Função Gratificada de Diretor de CEMEI, símbolo FG-4, subordinada a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016.

Videira, 17 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0894/16

PORTARIA nº 0894/16

Revoga a Portaria nº 0249/15

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Revogar, a partir de 31 de dezembro de 2016, a Portaria nº 0249/15, que designou SANDRA ROSELENE STOEKLE TRANCOZO, para exercer a Função Gratificada de Diretor de CEMEI, símbolo FG-4, subordinada a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016.

Videira, 17 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0895/16

PORTARIA nº 0895/16

Revoga a Portaria nº 0498/14

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Revogar, a partir de 31 de dezembro de 2016, a Portaria nº 0498/14, que designou EDINÉIA LUDKE MANNES, para exercer a Função Gratificada de Diretor de CEMEI, símbolo FG-4, subordinada a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016.

Videira, 17 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0896/16

PORTARIA nº 0896/16

Revoga a Portaria nº 0497/14

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Revogar, a partir de 31 de dezembro de 2016, a Portaria nº 0497/14, que designou KÁTIA DENARDI GHELLER, para exercer a Função Gratificada de Diretor de CEMEI, símbolo FG-4, subordinada a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016.

Videira, 17 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0897/16

PORTARIA nº 0897/16

Revoga a Portaria nº 0537/14

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Revogar, a partir de 31 de outubro de 2016, a Portaria nº 0537/14, que designou JOÃO BATISTA FERNANDES DA ROCHA, para exercer a Função Gratificada de Assessor de Oficinas de Músicas nas Escolas, símbolo FG-3, subordinada a Secretaria Municipal de Turismo e Cultura.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de outubro de 2016.

Videira, 17 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0898/16

PORTARIA nº 0898/16

Revoga a Portaria nº 0797/15

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Revogar, a partir de 31 de outubro de 2016, a Portaria nº 0797/15, que designou JOSYANE SCHÜLER, para exercer a Função Gratificada de Chefe de Serviços Administrativos, símbolo FG-4, subordinada a Secretaria Municipal de Turismo e Cultura.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de outubro de 2016.

Videira, 17 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0899/16

PORTARIA nº 0899/16

Revoga a Portaria nº 0539/14

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Revogar, a partir de 31 de outubro de 2016, a Portaria nº 0539/14, que designou EFREM NAOR DOS SANTOS MOURA, para exercer a Função Gratificada de Assessor de Oficinas de Músicas, símbolo FG-6, subordinada a Secretaria Municipal de Turismo e Cultura.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de outubro de 2016.

Videira, 17 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0900/16

PORTARIA nº 0900/16

Revoga a Portaria nº 0545/14

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Revogar, a partir de 31 de outubro de 2016, a Portaria nº 0545/14, que designou DIRCEU ANTONIO RIBEIRO, para exercer a Função Gratificada de Assessor Nível II, símbolo FG-3, subordinada a Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de outubro de 2016.

Videira, 17 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0901/16

PORTARIA nº 0901/16

Revoga a Portaria nº 0049/16

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Revogar, a partir de 20 de outubro de 2016, a Portaria nº 0049/16, que designou ROSANA DE FÁTIMA SOMENSI LOCATELLI, para exercer a Função Gratificada de Chefe do Serviço de Convivência, símbolo FG-3, subordinada a Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 20 de outubro de 2016.

Videira, 17 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0902/16

PORTARIA nº 0902/16

Revoga a Portaria nº 0457/14

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Revogar, a partir de 31 de outubro de 2016, a Portaria nº 0457/14, que designou JOÃO GONÇALVES CORREA, para exercer a Função Gratificada de Chefe de Equipe de Manutenção de Parques e Áreas Verdes, símbolo FG-4, subordinada a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de outubro de 2016.

Videira, 17 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0903/16

PORTARIA nº 0903/16

Revoga a Portaria nº 0458/14

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Revogar, a partir de 31 de outubro de 2016, a Portaria nº 0458/14, que designou NOELI APARECIDA SAVIAN, para exercer a Função Gratificada de Assessor de Recursos Humanos e Controle Interno, símbolo FG-3, subordinada a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de outubro de 2016.

Videira, 17 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0904/16

PORTARIA nº 0904/16

Revoga a Portaria nº 0094/15

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Revogar, a partir de 31 de outubro de 2016, a Portaria nº 0094/15, que designou BENJAMIN AMAURI XAVIER DE OLIVEIRA, para exercer a Função Gratificada de Chefe do Departamento de Máquinas e Equipamentos, símbolo FG-3, subordinada a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de outubro de 2016.

Videira, 17 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0905/16

PORTARIA nº 0905/16

Revoga a Portaria nº 0454/14

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Revogar, a partir de 31 de outubro de 2016, a Portaria nº 0454/14, que designou EMERSON RUFINO, para exercer a Função Gratificada de Chefe de Equipe de Manutenção de Jardinagem, símbolo FG-6, subordinada a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de outubro de 2016.

Videira, 17 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0906/16

PORTARIA nº 0906/16

Revoga a Portaria nº 0453/14

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Revogar, a partir de 31 de outubro de 2016, a Portaria nº 0453/14, que designou NILSON BISOL, para exercer a Função Gratificada de Chefe de Equipe de Manutenção de Jardinagem, símbolo FG-6, subordinada a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de outubro de 2016.

Videira, 17 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0907/16

PORTARIA nº 0907/16

Revoga a Portaria nº 0452/14

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Revogar, a partir de 31 de outubro de 2016, a Portaria nº 0452/14, que designou RICARDO DE MELLO MORO, para exercer a Função Gratificada de Chefe de Equipe de Manutenção de Jardinagem, símbolo FG-6, subordinada a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de outubro de 2016.

Videira, 17 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0908/16

PORTARIA nº 0908/16

Revoga a Portaria nº 0455/14

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Revogar, a partir de 31 de outubro de 2016, a Portaria nº 0455/14, que designou ADMIR RIBEIRO DE LIMA, para exercer a Função Gratificada de Chefe de Equipe de Manutenção de Jardinagem, símbolo FG-6, subordinada a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de outubro de 2016.

Videira, 17 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0909/16

PORTARIA nº 0909/16

Revoga a Portaria nº 0432/15

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Revogar, a partir de 31 de outubro de 2016, a Portaria nº 0432/15, que designou LUIZ BRESOLIN, para exercer a Função Gratificada de Assessor do Departamento de Máquinas e Equipamentos, símbolo FG-6, subordinada a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de outubro de 2016.

Videira, 17 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0910/16

PORTARIA nº 0910/16

Revoga a Portaria nº 0176/15

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Revogar, a partir de 31 de outubro de 2016, a Portaria nº 0176/15, que designou MILTO ZANCANELLI, para exercer a Função Gratificada de Chefe de Equipe de manutenção do Parque da Uva, símbolo FG-6, subordinada a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de outubro de 2016.

Videira, 17 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0911/16

PORTARIA nº 0911/16

Revoga a Portaria nº 1498/14

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Revogar, a partir de 31 de outubro de 2016, a Portaria nº 1498/14, que designou ROQUE TREVIZZAN, para exercer a Função Gratificada de Chefe de Equipe de Limpeza de Passeios, símbolo FG-6, subordinada a Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de outubro de 2016.

Videira, 17 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0912/16

PORTARIA nº 0912/16

Revoga a Portaria nº 0557/14

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Revogar, a partir de 30 de novembro de 2016, a Portaria nº 0557/14, que designou NILSON DA MOTTA, para exercer a Função Gratificada de Assessor Nível I, símbolo FG-2, subordinada a Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 30 de novembro de 2016.

Videira, 17 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0913/16

PORTARIA nº 0913/16

Revoga a Portaria nº 0466/14

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Revogar, a partir de 30 de novembro de 2016, a Portaria nº 0466/14, que designou ANDRÉ MARTINS DE LIMA, para exercer a Função Gratificada de Assessor de Equipe de Trabalho de Limpeza de Vias Públicas, símbolo FG-5, subordinada a Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 30 de novembro de 2016.

Videira, 17 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0914/16

PORTARIA nº 0914/16

Revoga a Portaria nº 0339/15

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Revogar, a partir de 30 de novembro de 2016, a Portaria nº 0339/15, que designou FABIO LUIZ PERAZZOLI, para exercer a Função Gratificada de Assessor de Manutenção e Preservação do Patrimônio, símbolo FG-5, subordinada a Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 30 de novembro de 2016.

Videira, 17 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0915/16

PORTARIA nº 0915/16

Revoga a Portaria nº 0536/14

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Revogar, a partir de 30 de novembro de 2016, a Portaria nº 0536/14, que designou JORGE ADILSON DOS SANTOS, para exercer a Função Gratificada de Chefe de Equipe de Trabalho de Pinturas de Placas, símbolo FG-6, subordinada a Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 30 de novembro de 2016.

Videira, 17 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0916/16

PORTARIA nº 0916/16

Revoga a Portaria nº 0619/15

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Revogar, a partir de 31 de outubro de 2016, a Portaria nº 0619/15, que designou EDSON DA SILVA FURTADO, para exercer a Função Gratificada de Chefe de Equipe de Trabalho de Pinturas de Placas, símbolo FG-6, subordinada a Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de outubro de 2016.

Videira, 17 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0917/16

PORTARIA nº 0917/16

Revoga a Portaria nº 0938/15

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Revogar, a partir de 30 de novembro de 2016, a Portaria nº 0938/15, que designou JURANDI COSTA, para exercer a Função Gratificada de Chefe de Equipe de Trabalho e Pavimentação Pública, símbolo FG-6, subordinada a Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 30 de novembro de 2016.

Videira, 17 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0918/16

PORTARIA nº 0918/16

Revoga a Portaria nº 0559/14

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Revogar, a partir de 30 de novembro de 2016, a Portaria nº 0559/14, que designou DANIEL VERZA, para exercer a Função Gratificada de Chefe de Equipe de Trabalho e Varrição de Vias Públicas, símbolo FG-6, subordinada a Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 30 de novembro de 2016.

Videira, 17 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0919/16

PORTARIA nº 0919/16

Revoga a Portaria nº 0560/14

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Revogar, a partir de 30 de novembro de 2016, a Portaria nº 0560/14, que designou NEIVA IZABEL PINCOLINI, para exercer a Função Gratificada de Assessor do Departamento de Serviços Urbanos, símbolo FG-6, subordinada a Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 30 de novembro de 2016.

Videira, 17 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0920/16

PORTARIA nº 0920/16

Revoga a Portaria nº 0518/14

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Revogar, a partir de 31 de outubro de 2016, a Portaria nº 0518/14, que designou MARCELO PERIN, para exercer a Função Gratificada de Assessor Nível III, símbolo FG-4, subordinada a Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de outubro de 2016.

Videira, 17 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0921/16

PORTARIA nº 0921/16

Revoga a Portaria nº 0516/14

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Revogar, a partir de 31 de outubro de 2016, a Portaria nº 0516/14, que designou GUSTVO SCHENATTO, para exercer a Função Gratificada de Assessor Nível III, símbolo FG-4, subordinada a Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de outubro de 2016.

Videira, 17 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0922/16

PORTARIA nº 0922/16

Revoga a Portaria nº 1500/14

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Revogar, a partir de 31 de outubro de 2016, a Portaria nº 1500/14, que designou VALDOMIRO DA SILVA, para exercer a Função Gratificada de Assessor Nível IV, símbolo FG-6, subordinada a Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de outubro de 2016.

Videira, 17 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0923/16

PORTARIA nº 0923/16

Revoga a Portaria nº 1499/14

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Revogar, a partir de 31 de outubro de 2016, a Portaria nº 1499/14, que designou CLAUDIO DAVID POLLEZO, para exercer a Função Gratificada de Assessor de Equipe de Trabalho de Manutenção de Obras, símbolo FG-6, subordinada a Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de outubro de 2016.

Videira, 17 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0924/16

PORTARIA nº 0924/16

Revoga a Portaria nº 0005/16

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Revogar, a partir de 31 de outubro de 2016, a Portaria nº 0005/16, que designou EDENILSO SERAFINI, para exercer a Função Gratificada de Chefe de Equipe de Manutenção de Estradas do Interior, símbolo FG-6, subordinada a Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de outubro de 2016.

Videira, 17 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0930/16

PORTARIA nº 0930/16

Prorroga Prazo da Comissão de Sindicância para Apurar os Fatos Referidos no Processo Administrativo nº 11153/2016, nomeada pela Portaria nº 0492/2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município, bem como no parágrafo único do art. 278, da Lei Complementar nº 129/12, e do despacho do presidente da Comissão de Sindicância;

RESOLVE

Art. 1º Prorrogar, por 30 (trinta) dias, a partir de 29 de outubro de 2016, o prazo de conclusão do Processo Administrativo nº 11153/16.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 29 de outubro de 2016.

Videira, 20 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 20 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0931/16

PORTARIA nº 0931/16

Autoriza o Uso de Praça Municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 18.424/16,

RESOLVE

Art. 1º Autorizar o uso do espaço da Praça Nereu Ramos, localizada na Avenida Dom Pedro II, por Ana Cláudia de Moraes Kuhl, no dia 19 de novembro de 2016, das 09h00min às 16h00min para realização de "bazar" pela comissão de formatura do curso de Direito, a fim de arrecadar fundos para a formatura da turma de direito da UNOESC – Campus de Videira.

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- Serviço de segurança no local do evento;
- Proibição de venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;
- Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
- Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- Ao pagamento da taxa referente ao ECAD – Escritório Central de Arrecadação de Direitos Autorais, no prazo de 72 (setenta e duas) horas antes da realização do evento, nos casos de utilização de músicas de artistas que estão em atividade ou, que faleceram há menos de 70 (setenta) anos;
- Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;

- g. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- h. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- i. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§2º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casualidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 774/16.

Videira, 20 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 20 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2016 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2016 - PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Eletrônico nº 02/2016 - PMV. 1. OBJETO: AQUISIÇÃO DE UM COFRE ARMÁRIO COM FECHADURA DIGITAL, MAIS CHAVE TETRA, CONSTRUÍDO EM CHAPA DE AÇO, PARA USO DA POLÍCIA CIVIL. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. Recebimento das propostas: do dia 26/10/2016 a partir das 08h00min até o dia 16/11/2016 às 14h59min. Abertura das propostas: dia 16/11/2016, às 15h00min. Início da sessão de disputa de lances: dia 16/11/2016, às 15h15min. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br e/ou www.bllcompras.org.br. 5. INFORMAÇÕES: Através do telefone (49) 3566-9026.

Videira/SC, 24 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL N° 35/2016 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PREGÃO PRESENCIAL N° 35/2016 – FMS

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 35/2016 - FMS. 1. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS ESPECIALIZADOS PARA ATENDIMENTO NO CEO (CENTRO DE ESPECIALIDADE ODONTOLÓGICA), DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA, PELA SECRETARIA DE SAÚDE. 2. TIPO: MENOR PREÇO - UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 14:00:00h do dia 10/11/2016. Abertura da sessão no mesmo dia às 14:00:00h. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026/3566-9034.

Videira/SC, 24 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Vitor Meireles

PREFEITURA

Decreto n.º 052/2016

DECRETO 052/2016

Anula e Suplementa Dotações Orçamentárias e dá Outras Providências.

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e fundamentos legais estabelecidos pela Lei Municipal nº 0947, de 04/12/2015.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam anuladas as seguintes dotações orçamentárias:

0801 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.007.2011 – Manutenção do Depto de Saúde e Assistência Médica

33000000.00 – Outras Despesas Correntes

33900000.00 – Aplicações Diretas

0.1.3800 – Transf. SUS/ União

R\$ 25.000,00

0801 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.007.2011 – Manutenção do Depto de Saúde e Assistência Médica

33000000.00 – Outras Despesas Correntes

33930000.00 – Transferência a Consórcios Públicos

0.1.0200 – Saúde 15%

R\$ 16.994,27

Art. 2º - Ficam suplementadas as seguintes dotações orçamentárias:

0801 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.007.2011 – Manutenção do Depto de Saúde e Assistência Médica

31000000.00 – Pessoal e Encargos Sociais

31900000.00 – Aplicações Diretas

0.1.3800 – Transf. SUS/ União

R\$ 25.000,00

0801 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.007.2011 – Manutenção do Depto de Saúde e Assistência Médica

33000000.00 – Outras Despesas Correntes

33900000.00 – Aplicações Diretas

0.1.0200 – Saúde 15%

R\$ 16.994,27

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles (SC), 17 de Outubro de 2016.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ____/____/____.

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

DECRETO Nº 052/2016

DECRETO 052/2016

Anula e Suplementa Dotações Orçamentárias e dá Outras Providências.

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e fundamentos legais estabelecidos pela Lei Municipal nº 0947, de 04/12/2015.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam anuladas as seguintes dotações orçamentárias:

0801 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.007.2011 – Manutenção do Depto de Saúde e Assistência Médica

33000000.00 – Outras Despesas Correntes

33900000.00 – Aplicações Diretas

0.1.3800 – Transf. SUS/ União

R\$ 25.000,00

0801 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.007.2011 – Manutenção do Depto de Saúde e Assistência Médica

33000000.00 – Outras Despesas Correntes

33930000.00 – Transferência a Consórcios Públicos

0.1.0200 – Saúde 15%

R\$ 16.994,27

Art. 2º - Ficam suplementadas as seguintes dotações orçamentárias:

0801 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.007.2011 – Manutenção do Depto de Saúde e Assistência Médica

31000000.00 – Pessoal e Encargos Sociais

31900000.00 – Aplicações Diretas

0.1.3800 – Transf. SUS/ União

R\$ 25.000,00

0801 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.007.2011 – Manutenção do Depto de Saúde e Assistência Médica

33000000.00 – Outras Despesas Correntes

33900000.00 – Aplicações Diretas

0.1.0200 – Saúde 15%

R\$ 16.994,27

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles (SC), 24 de Outubro de 2016.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ____/____/____.

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

DECRETO Nº 053/2016

DECRETO N.º 053/2016

Suplementa Dotações Orçamentárias por provável excesso de arrecadação e Estabelece Outras Providências.

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e fundamentos legais estabelecidos pela Lei Municipal nº 0947, de 04/12/2015.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementadas as seguintes dotações orçamentárias, pelo provável excesso de arrecadação:

0301 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

28.843.004.0001 – Amortização do Principal e Encargos da Dívida

46000000.00 – Amortização da Dívida
46900000.00 – Aplicações Diretas

0.1.8900 – Alienação de Bens Dest. a Outros Programas R\$ 45.206,28

0801 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.007.2011 – Manutenção do Depto de Saúde e Assistência Médica

31000000.00 – Pessoal e Encargos Sociais

31900000.00 – Aplicações Diretas

0.1.3810 – Academia de Saúde R\$ 7.000,00

0801 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.007.2011 – Manutenção do Depto de Saúde e Assistência Médica

33000000.00 – Outras Despesas Correntes

33900000.00 – Aplicações Diretas

0.1.6701 – Atenção Básica – Cofinanciamento Estado R\$ 15.000,00

0801 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.304.007.2014 – Ações de Vigilância em Saúde

33000000.00 – Outras Despesas Correntes

33900000.00 – Aplicações Diretas

0.1.3816 – Vigilância em Saúde - Epidemiologia R\$ 5.200,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles (SC), 24 de outubro de 2016.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ____/____/____.

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

PORTARIA Nº 199/2016

PORTARIANº 199/2016

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

EXONERAR:

de acordo com o Artigo 30, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: MIRLEI DE SENA BOING

Cargo: PROFESSOR NÍVEL I – ACT

Do Quadro de Pessoal admitido em caráter temporário, por término de contrato, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Educação, contratada pela Portaria nº 160/2016, de 01 de julho de 2016, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, exonerada a partir de 07 de outubro de 2016.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 07 de outubro de 2016, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 24 DE OUTUBRO DE 2016.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ____/____/____.

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Xanxerê

PREFEITURA

DECRETO Nº AJG 198/2016

DECRETO Nº AJG 198/2016

NOMEIA SERVIDORA PÚBLICA PARA O CARGO DE COORDENADORA DE DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VII, da Lei Orgânica Municipal, e na Lei Complementar nº AM 2907, de 12 de julho de 2006,

DECRETA

Art. 1º. Fica nomeada a senhora Juliana Andreia Duarte Araújo, brasileira, solteira, servidora pública municipal, inscrita no cpf/mf sob nº 055.652.819-03, portador da Cédula de Identidade nº 28/R 4.552.682, expedida pela SSP/SC, Coren-SC nº 275.197, para exercer o cargo de provimento em comissão de Coordenadora de Departamento de Assistência Médica, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, com o vencimento mensal fixado no Anexo II, da Lei Complementar nº BLB 3376/11, de 23/11/2011.

Art. 2º. Os recursos para atendimento às despesas correrão à conta da dotação orçamentária própria.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 24 de outubro de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO RP Nº 0085/2016

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0109/2016

Órgão Gerenciador: Município de Xanxerê.

Detentor da Ata: A.G. Caldas Comércio e Serviços Ltda.

Objeto: Registro de Preços para Aquisições de Materiais Elétricos e Materiais diversos, destinados a decoração Natalina.

Valor total: R\$ 6.000,00

Vigência: Até 31 de janeiro de 2017.

Xanxerê-SC, 18 de outubro de 2016. Ademir José Gasparini - Pref. Municipal.

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0110/2016

Órgão Gerenciador: Município de Xanxerê.

Detentor da Ata: Elétrica Radiante Materiais Elétricos Ltda Epp.

Objeto: Registro de Preços para aquisições Aquisições de Materiais Elétricos e Materiais diversos (Abraçadeiras, Fitas, Buchas, Lâmpadas, Mangueiras, Cabos, Refletores, Reatores, Silicone, Emendas, Fios, Pregos, Tubos cilíndricos), destinados a decoração Natalina.

Valor total: R\$ 19.637,00

Vigência: Até 31 de janeiro de 2017.

Xanxerê-SC, 18 de outubro de 2016. Ademir José Gasparini - Pref. Municipal.

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0111/2016

Órgão Gerenciador: Município de Xanxerê.

Detentor da Ata: Florestal Oeste Ltda

Objeto: Registro de Preços para Aquisição de Mudanças de Flores, Plantas e Insumos diversos destinados a Decoração Natalina.

Valor total: R\$ 4.275,00

Vigência: Até 31 de janeiro de 2017.

Xanxerê-SC, 18 de outubro de 2016. Ademir José Gasparini - Pref. Municipal

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0112/2016

Órgão Gerenciador: Município de Xanxerê.

Detentor da Ata: Luz e Forma Comércio e Decorações Ltda

Objeto: Registro de Preços para Locação de Conjuntos de Peças Natalinas (Família Sagrada, Casinha do Papai Noel e Anjos) destinados à decoração Natalina.

Valor total: R\$ 23.662,50

Vigência: Até 31 de janeiro de 2017.

Xanxerê-SC, 18 de outubro de 2016. Ademir José Gasparini - Pref. Municipal

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0113/2016

Órgão Gerenciador: Município de Xanxerê.

Detentor da Ata: MGM Construções Elétricas Ltda.

Objeto: Registro de Preços para Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de 120 (cento e vinte) horas com um Caminhão Munck, equipado com cesta aérea e com lança de 19 metros, incluindo 02 (dois) eletricitas e 01 (um) operador de guindaste munck, para colocação da decoração natalina no Município de Xanxerê.

Valor total: R\$ 13.920,00

Vigência: Até 31 de janeiro de 2017.

Xanxerê-SC, 18 de outubro de 2016. Ademir José Gasparini - Pref. Municipal

PORTARIA Nº RH - AJG 379/2016

PORTARIA Nº RH-AJG 379/2016

DESIGNAR SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê/SC,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.776/91, Lei Complementar nº AM 2907/06,

CONSIDERANDO, Ofício n.º 0155/SMAS/RH/16, que solicita um servidor público da área da educação para compor a equipe multidisciplinar do Programa Municipal de Atendimento Socioeducativo.

CONSIDERANDO, o Termo de Ajustamento de Conduta nº 09.2014.00007703-3 firmado entre a 1ª Promotoria de Justiça de Xanxerê e o Município de Xanxerê, no qual impõe a indicação de um profissional da área de educação para atuar na equipe do Programa Municipal de Atendimento Socioeducativo.

RESOLVE

DESIGNAR a Servidora Pública Municipal Sra. ADRIANA DE SOUZA, brasileira, solteira, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê/SC portador do RG n.º 3.895.981 e CPF n.º 053.253.719-08, nomeada conforme Decreto Municipal n.º BLB 080/2010 no cargo de PROFESSOR MAGISTERIO, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com ampliação de carga horária para 40 (quarenta) horas semanais, conforme Portaria RH AJG 002/2016 de 04 de janeiro

de 2016, a fim de desempenhar suas atribuições no Programa Municipal de Atendimento Socioeducativo, vinculado a Secretaria Municipal de Assistência Social.

O deferimento atende ao Ofício nº SME/313/2016 datado de 21.10.2016. Determinar que esta Designação vigore no período de 24.10.2016 a 31.12.2016.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 24 de Outubro de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO EDITAL Nº 0087/2016

AVISO DE REABERTURA DE PRAZO

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC, através do Fundo Municipal de Saúde, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações, torna público que está Reabrindo o prazo de Abertura do Pregão Presencial nº 0087/2016, tendo como objeto o Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de Bilhetes de Passagens Rodoviárias em linha regular destinados a pacientes do Município de Xanxerê. O recebimento das propostas passa a ser até as 09:45h, do dia 08/11/2016 no setor de protocolo e a abertura será realizada às 10:00h do mesmo dia. Retirada do Edital e Alteração no site www.xanxere.sc.gov.br. Xanxerê-SC, 25 de outubro de 2016.
Ademir José Gasparini – Prefeito Municipal.

Xaxim

PREFEITURA

AVISO DE PREGÃO 078/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

MUNICIPIO DE XAXIM – SC

PROCESSO LICITATÓRIO N. 154/2016

PREGÃO PRESENCIAL N. 078/2016

O Município de Xaxim – SC comunica que encontra-se aberto o processo licitatório acima especificado objetivando a aquisição de material de construção para restauração e recomposição da galeria pluvial, conserto do pavimento do local onde houve a ruína da tubulação, através da secretaria de Infraestrutura e Departamento de Serviços Urbanos do município de Xaxim - SC. Os envelopes da documentação e da proposta deverão ser entregues até às 08h: 00min do dia 09 de novembro de 2016, procedendo à abertura às 08h: 30min do mesmo dia. O Edital e seus anexos poderão ser retirados pelo site www.xaxim.sc.gov.br maiores informações poderão ser obtidos junto à sede do Município de Xaxim - SC, sito à Rua Rui Barbosa nº 347, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira.

Xaxim - SC, 24 de outubro de 2016.

Idacir Antônio Orso

Prefeito

Associações

AMOSC

ORÇAMENTO 2017 - PLANO DE METAS - ANEXO 4

PLANO DE DIRETRIZES E METAS DA AMOSC 2017

Anexo 4

DIRETORIA EXECUTIVA/SECRETARIA EXECUTIVA

EIXOS DE ATUAÇÃO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS
Representação Política	<ol style="list-style-type: none"> 1. Desenvolver mobilização para melhorar a distribuição tributária em favor dos municípios. 2. Mediar para reduzir a interferência do Ministério Público na gestão pública municipal. 3. Alinhar as ações institucionais entre CNM, FECAM e AMOSC.
Desenvolvimento Regional	<ol style="list-style-type: none"> 1. Desenvolver ações para atrair empresas para os pequenos municípios da região. 2. Fortalecer ações de cooperação regional. 3. Debater a região metropolitana de Chapecó. 4. Reativar o Fórum de Desenvolvimento Regional Integrado.
Assessoria Técnica	<ol style="list-style-type: none"> 1. Ampliar a capacidade de atender projetos. 2. Implantar processos de comprar conjuntas. 3. Apoiar no acesso aos portais de projetos dos governos federal e estadual. 4. Gerenciar o desenvolvimento tecnológico dos municípios. 5. Desenvolver projetos de gestão conjunta para: lixo, água, esgoto, drenagem e mobilidade urbana. 6. Organizar conjunto de informações regionais.
Capacitação	<ol style="list-style-type: none"> 1. Qualificar a equipe técnica da AMOSC. 2. Qualificar a equipe técnica das prefeituras. 3. Qualificar a equipe de prefeitos e secretários municipais.
Processos Internos	<ol style="list-style-type: none"> 1. Melhorar a comunicação entre municípios e AMOSC. 2. Implantar plano de carreira, cargos e salários. 3. Desenvolver projeto para nova sede da AMOSC. 4. Padronizar processos internos.

DEPARTAMENTO TÉCNICO

SETOR	AÇÃO
Agrimensura	<ol style="list-style-type: none"> 1. Realizar ciclo de reuniões nas Prefeituras envolvendo os profissionais dos setores de Engenharia, Arquitetura, Agrimensura, Cartografia, Tributos e Fiscalização de Obras, sobre legislações pertinentes a estes setores e procedimentos gerais do Setor de Agrimensura da AMOSC. 2. Elaborar o plano de implantação de uma Rede de Controle Geodésico. 3. Capacitar a equipe de forma contínua, com cursos e seminários voltados para as mais variadas áreas da Agrimensura. 4. Adquirir Módulo BIM (Building Information Model) para o Sistema BricsCAD e iniciar estudos para desenvolvimento de projetos na nova tecnologia. 5. Padronizar os procedimentos do setor quanto a armazenagem de projetos executados para os municípios. 6. Avançar no processo de criação do Sistema de Informações Geográficas – SIG, com a confecção de mapas temáticos.
Arquitetura e Engenharia Civil	<ol style="list-style-type: none"> 1. Realizar ciclo de reuniões nas Prefeituras envolvendo os profissionais dos setores de Engenharia, Arquitetura, Agrimensura, Cartografia, Tributos e Fiscalização de Obras, sobre legislações pertinentes a estes setores e procedimentos gerais do Setor de Agrimensura da AMOSC. 2. Elaborar o plano de implantação de uma Rede de Controle Geodésico. 3. Capacitar a equipe de forma contínua, com cursos e seminários voltados para as mais variadas áreas da Agrimensura. 4. Adquirir Módulo BIM (Building Information Model) para o Sistema BricsCAD e iniciar estudos para desenvolvimento de projetos na nova tecnologia. 5. Padronizar os procedimentos do setor quanto a armazenagem de projetos executados para os municípios. 6. Avançar no processo de criação do Sistema de Informações Geográficas – SIG, com a confecção de mapas temáticos.

Cartografia	<ol style="list-style-type: none"> 1. Realizar ciclo de reuniões nas Prefeituras envolvendo os profissionais dos setores de Engenharia, Arquitetura, Agrimensura, Cartografia, Tributos e Fiscalização de Obras, sobre legislações pertinentes a estes setores e procedimentos gerais do Setor de Cartografia da AMOSC. 2. Melhorar a comunicação entre o setor e os municípios para assim agilizar os processos de atualização de mapas. 3. Elaborar mapas de zoneamento dos Municípios que ainda não possuem e revisar os já existentes. 4. Elaborar as plantas de quadras de todos Municípios no sistema de layout para efetivar a atualização automática em casos de alteração de algum dado. 5. Realizar cursos de atualização e aprimoramento nas áreas de Cartografia e elaboração de Sistemas de Informações Geográficas.
Informática	<ol style="list-style-type: none"> 1. Implementar o novo Sistema SigaWeb em conjunto com a FECAM, para atingir novas funcionalidades e adaptado a plataforma móvel. 2. Atualizar o Sistema EscolaWeb, incluindo perfil de usuário para Secretários de Educação, módulo de Transporte Escolar e módulo de integração do Sistema ao Censo Escolar. 3. Reestruturar o Sistema de Inscrições de Eventos (SIE) para uma nova plataforma.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

SETOR	AÇÃO
Administrativo	<ol style="list-style-type: none"> 1. Dar continuidade a capacitação voltada aos servidores públicos, esta ação será permanente. 2. Oferecer ao Departamento de Recursos Humanos uma formação específica e estruturação no Setor. 3. Buscar uma melhoria e padronização nos eventos realizados pela AMOSC. 4. Continuar com treinamentos em parceria com Receita Federal e Receita Previdenciária. Esta ação será permanente. 5. Proporcionar treinamento aos municípios referente ao e-social. 6. Propor a Secretaria da AMOSC, um planejamento estratégico para convivência dos colaboradores, para que desta forma possamos atingir com mais precisão os resultados que esperam de nós. E por outro lado amenizar os possíveis conflitos nas relações de trabalho. 7. Propor um plano de carreira para os colaboradores da AMOSC.
Assistência Social	<ol style="list-style-type: none"> 1. Orientar quanto a execução dos serviços socioassistenciais da Proteção Social Básica e Especial de Média e Alta Complexidade, conforme diretrizes do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. 2. Assessorar a gestão da política de Assistência Social na adequação das leis municipais, em consonância com as diretrizes do SUAS e Assessorar na implementação das Equipes Referência nos Municípios. 3. Dar continuidade nas ações Inter setoriais voltadas às políticas públicas de atenção a criança, ao adolescente e suas famílias. 4. Propor, acompanhar e organizar o plano de capacitação regional, em caráter continuado destinada aos Conselheiros Tutelares eleitos em processo de escolha unificado. 5. Propor, acompanhar e orientar a construção dos Planos Municipais de Assistência Social 2017-2021 em consonância com as normativas publicadas pelo Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS. 6. Viabilizar capacitação regional destinada aos Conselheiros Municipais de Assistência Social em cumprimento à legislação de repasse do IGD SUAS. 7. Dar continuidade aos trabalhos e às ações realizadas pelas Comissões e Grupo de Estudos formadas pelos Colegiados de Conselheiros de Direitos e Tutelares (Grupo de Estudos sobre Infrequência Escolar; Comissão de Avaliação e Atualização do Protocolo de Atendimento às Vítimas de Violência Sexual Aguda da Região da AMOSC, Comissão de avaliação e atualização do Fluxograma de Atendimento às Vítimas de Violência Crônica). 8. Dar continuidade aos trabalhos e às ações realizadas pelas Comissões e Grupo de Estudos formadas pelos Colegiados de Gestores e Técnicos do SUAS da Região da AMOSC (Grupo de Estudos dos Psicólogos, Grupo de Estudos de Experiências de CRAS e Comissão de Gestão de Risco e Eventos Naturais). 9. Orientar os Gestores Municipais de Assistência Social quanto a gestão financeira e orçamentária do SUAS, assegurando a correta utilização dos repasses financeiros referente ao cofinanciamento Federal e Estadual da Assistência Social. 10. Representar a AMOSC nas convocações das atividades da Comissão Intergestores Bipartite - CIB conjuntamente com os Gestores que participam deste segmento. 11. Assessorar a realização das Conferências Municipais as quais serão convocadas no ano de 2017. 12. Organizar e assessorar e dar encaminhamentos dos assuntos abordados nas reuniões do Colegiado de Conselheiros de Direitos e Tutelares e do Colegiado de Gestores e Técnicos do SUAS.
Contábil	<ol style="list-style-type: none"> 1. Organizar cursos, palestras, seminários, treinamentos para capacitação e atualização dos contadores municipais. 2. Realizar a escrituração contábil da AMOSC. 3. Realizar a escrituração contábil do CIDEMA. 4. Encaminhamento do E-sfinge ao TCE/SC. 5. Elaboração e envio dos demonstrativos contábeis junto a Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

Controle Interno	<ol style="list-style-type: none"> Operacionalizar o sistema de controle interno na AMOSC. Organização e envio da prestação de contas anual junto ao TCE/SC, conforme IN nº TC – 20/2015. Realizar oficinas práticas de controle interno. Organizar cursos, palestras, seminários, treinamentos para capacitação e atualização dos controladores internos. Auxiliar os municípios na elaboração dos relatórios solicitados pela IN nº TC – 20/2015.
Educação	<ol style="list-style-type: none"> Auxiliar na organização das Conferências Municipais ou Intermunicipais de Educação no primeiro semestre de 2017 conforme decreto nº 9/2016. Acompanhar e auxiliar o monitoramento e avaliação dos Planos Municipais de Educação, definindo estratégias conjuntas de acordo com Arranjos de Desenvolvimento da Educação conforme Lei 13.005/14- PNE. Assessorar os municípios acerca no financiamento da educação: FUNDEB, principais programas de transferência direta e informar sobre o papel dos conselhos de controle social nos pareceres de prestação de contas. Assessorar e organizar as reuniões do Colegiado de Educação e de Cultura, mantendo-os atualizados sobre a legislação, programas e projetos educacionais e culturais. Dar continuidade às formações continuadas de professores, visando otimização de recursos e o cumprimento da obrigatoriedade. Mobilizar e organizar o Fórum Regional de Educação Infantil. Reativar o Grupo de Trabalho para avaliar e acompanhar a implementação da Diretriz Curricular Regional da Educação Infantil. Dar continuidade em ações intersetoriais voltadas às políticas públicas de atenção à criança e adolescentes. Propor o trabalho intersetorial para a criação dos Conselhos Municipais de Políticas Públicas sobre Drogas. Mobilizar e organizar a participação dos dirigentes culturais no VII Fórum Catarinense de Cultura em Treze Tílias. Acompanhar, propor e auxiliar a execução do eixo capacitação do planejamento estratégico da AMOSC.
Jurídico	<ol style="list-style-type: none"> Orientar os municípios sobre início do mandato e a aplicação da Lei 13.019/14 que estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias. Acompanhar o Programa de Regularização Fundiária e Lei de Acesso a Informação nos Municípios da AMOSC. Assessorar os Municípios no que se refere aos Termos de Ajuste de Conduta do Ministério Público. Participar das reuniões realizadas na AMOSC com técnicos dos Municípios objetivando orientar sobre legislação federal, estadual e assuntos jurídicos. Atender o Setor de Compras e Licitações nos Municípios. Elaborar e analisar os Projetos de Lei, Decretos, Contratos, Editais e Convênios dos Municípios e da AMOSC. Elaborar comunicados e pareceres jurídicos. Representar juridicamente a AMOSC.
Projetos e Convênios	<ol style="list-style-type: none"> Auxiliar os municípios na identificação das demandas por obras e serviços que necessitam de aporte financeiro dos Governos Estadual e Federal para a sua execução. Acompanhar as oportunidades de captação através de editais, programas estaduais e federais, com disponibilidade de recursos para investimentos em obras e serviços. Redistribuir aos municípios associados as informações sobre abertura de programas encaminhados pelo Escritório de Projetos da FECAM. Auxiliar os municípios associados quanto ao Sistema de Acompanhamento de Programas e Editais - SAPE, disponibilizado pela FECAM. Mapear as demandas por projetos dos Municípios associados. Capacitar em projetos e convênios para melhor suporte aos municípios.
Saúde	<ol style="list-style-type: none"> Acompanhar as reuniões dos Conselhos de Saúde, CIR, CIB, COSEMS. Promover junto as Secretarias de Saúde em parceria com a Gerência de Saúde, CIES e Universidades cursos de capacitação para gestores, técnicos, conselheiros entre outros. Participar da Comissão Permanente de Integração Ensino-Serviço/CIES. Gestionar a ampliação e implementação de serviços do Hospital Regional do Oeste. Participar das atividades do Centro Regional de Atendimento a Saúde do Trabalhador – CEREST. Promover a prevenção e tratamento do uso abusivo de drogas.
Tributário	<ol style="list-style-type: none"> Elaborar um estudo para atualização dos valores venais dos imóveis no município (para demonstrar ao prefeito quanto a receita própria do município pode aumentar). Elaboração de um projeto para viabilizar a realização do programa "Pró-Notas – Nota Premiada". Dar sequência ao trabalho do projeto de fiscalização do movimento econômico do programa "com nota fiscal vai legal". Fazer a contabilidade do CIS-AMOSC e enviar o e-Sfinge ao TCE/SC. Elaborar comunicados e pareceres Técnicos. Organizar e assessorar as reuniões do Colegiado de Fiscais de Tributos, Auditores-Fiscais e Técnicos da Tributação dos Municípios da AMOSC – COFATT/AMOSC. Organizar cursos, palestras, seminários, treinamentos para capacitação e atualização dos Fiscais de Tributos, Auditores-Fiscais e Técnicos da Tributação. Assessorar os Municípios no trabalho do dia-a-dia dos setores de Tributação, Fiscalização, Movimento Econômico e Bloco de Notas de Produtor.

Chapecó, SC, 21 de outubro de 2016.
Jorge Antônio Comunello Paulo Utzig
Presidente CRC/SC 11.615/1-O

RESOLUÇÃO ORÇAMENTO - AMOSC 2017

RESOLUÇÃO Nº 07/2016

JORGE ANTÔNIO COMUNELLO, Prefeito de Formosa do Sul e Presidente da Associação de Municípios do Oeste de Santa Catarina - AMOSC, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 15, inciso VIII e art. 26, inciso XV do Estatuto Social:

RESOLVE

I – DO ORÇAMENTO ANUAL

Art. 1º A Receita para o exercício de 2017, estimada em R\$ 2.800.000,00 (dois milhões e oitocentos mil reais), será arrecadada na forma do Anexo 1 integrante desta Resolução, com o seguinte desdobramento:

RECEITA

ESPECIFICAÇÃO	R\$
Receitas Correntes	2.800.000,00
Receita Patrimonial	10.000,00
Transferências Correntes	2.750.000,00
Outras Receitas Correntes	40.000,00
TOTAL	2.800.000,00

Art. 2º A Despesa para o exercício de 2017, fixada em R\$ 2.800.000,00 (dois milhões e oitocentos mil reais), será realizada em conformidade com os Anexos 2 e 3, integrante desta Resolução, definidas no Plano de Diretrizes e Metas, com o seguinte desdobramento:

DESPESA POR ÓRGÃO

ESPECIFICAÇÃO	R\$
Secretaria Executiva	1.290.000,00
Departamento Técnico	930.000,00
Departamento Administrativo	580.000,00
TOTAL	2.800.000,00

DESPESA OPERACIONAIS

ESPECIFICAÇÃO	R\$
Despesas Operacionais	2.800.000,00
Pessoal e Encargos Sociais	1.850.000,00
Despesas Administrativas	950.000,00
TOTAL	2.800.000,00

II – DO PLANO DE DIRETRIZES E METAS

Art. 3º O Plano de Diretrizes e Metas para o exercício de 2017 será executado tomando por base as ações prioritárias definidas pela Secretaria Executiva, Departamento Técnico, Departamento Administrativo e seus respectivos Setores, conforme Anexo 4, integrante desta Resolução.

Art. 4º Fica o Presidente da AMOSC autorizado a remanejar o presente orçamento em até 20% (vinte por centos), visando adequar a receita a despesa.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2017.

Chapecó, SC, 21 de outubro de 2016.
JORGE ANTÔNIO COMUNELLO
Prefeito de Formosa do Sul
Presidente da AMOSC

ORÇAMENTO 2017 - ANEXO 1**Estado de Santa Catarina****ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DE SANTA CATARINA****Exercício: 2017****Anexo 1****RECEITAS OPERACIONAIS**

Especificação	Arrecadada			Orçada 2016	Estimada 2017
	2013	2014	2015		
RECEITAS OPERACIONAIS	2.051.161,13	2.178.271,86	2.439.422,87	2.700.000,00	2.800.000,00
RECEITA CONTRIBUIÇÃO MUNICÍPIOS	2.016.600,00	2.029.800,00	2.413.500,00	2.640.000,00	2.750.000,00
Águas de Chapecó	79.200,00	79.200,00	90.000,00	100.000,00	110.000,00
Águas Frias	79.200,00	79.200,00	90.000,00	100.000,00	110.000,00
Arvoredo	-	-	67.500,00	100.000,00	110.000,00
Caxambu do Sul	79.200,00	79.200,00	90.000,00	100.000,00	110.000,00
Chapecó	321.600,00	321.600,00	372.000,00	400.000,00	350.000,00
Cordilheira Alta	79.200,00	79.200,00	90.000,00	100.000,00	110.000,00
Coronel Freitas	124.300,00	128.400,00	156.000,00	160.000,00	160.000,00
Formosa do Sul	83.300,00	79.200,00	90.000,00	100.000,00	110.000,00
Guatambu	79.200,00	79.200,00	90.000,00	100.000,00	110.000,00
Irati	72.600,00	85.800,00	97.500,00	100.000,00	110.000,00
Jardinópolis	79.200,00	79.200,00	90.000,00	100.000,00	110.000,00
Nova Erechim	79.200,00	79.200,00	82.500,00	100.000,00	110.000,00
Nova Itaberaba	79.200,00	79.200,00	90.000,00	100.000,00	110.000,00
Pinhalzinho	128.400,00	128.400,00	156.000,00	160.000,00	160.000,00
Planalto Alegre	79.200,00	79.200,00	90.000,00	100.000,00	110.000,00
Quilombo	128.400,00	128.400,00	156.000,00	160.000,00	160.000,00
Santiago do Sul	79.200,00	79.200,00	90.000,00	100.000,00	110.000,00
São Carlos	128.400,00	128.400,00	156.000,00	160.000,00	160.000,00
Serra Alta	79.200,00	79.200,00	90.000,00	100.000,00	110.000,00
Sul Brasil	79.200,00	79.200,00	90.000,00	100.000,00	110.000,00
União do Oeste	79.200,00	79.200,00	90.000,00	100.000,00	110.000,00
RECEITAS FINANCEIRAS	14.200,27	10.975,01	16.271,19	10.000,00	10.000,00
Remuneração Depósitos Bancários	14.200,27	10.975,01	16.271,19	10.000,00	10.000,00
OUTRAS RECEITAS	20.360,86	137.496,85	9.651,68	50.000,00	40.000,00
Receitas Diversas	20.360,86	137.496,85	9.651,68	50.000,00	40.000,00
TOTAL	2.051.161,13	2.178.271,86	2.439.422,87	2.700.000,00	2.800.000,00

Chapecó, SC, 21 de outubro de 2016

Jorge Antônio Comunello
Presidente

Paulo Utzig
CRC/SC 11.615/1-0

ORÇAMENTO 2017 - ANEXO 2**Estado de Santa Catarina
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DE SANTA CATARINA****Exercício: 2017
Anexo 2****DESPESAS OPERACIONAIS**

Especificação	R e a l i z a d a			Fixada 2016	Prevista 2017	%
	2013	2014	2015			
DESPESAS OPERACIONAIS	2.134.932,34	2.242.470,80	2.472.346,91	2.700.000,00	2.800.000,00	100,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.579.304,65	1.681.964,73	2.098.620,34	1.755.000,00	1.850.000,00	66,07
Pessoal	1.579.304,65	1.245.550,00	1.662.112,44	1.305.000,00	1.400.000,00	50,00
Obrigações Patronais	-	436.414,73	436.507,90	450.000,00	450.000,00	16,07
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	555.627,69	560.506,07	373.726,57	945.000,00	950.000,00	33,93
Despesas Administrativas	511.496,73	472.646,89	366.983,56	845.000,00	800.000,00	28,57
Outras Despesas	44.130,96	87.859,18	6.743,01	100.000,00	150.000,00	5,36
TOTAL	2.134.932,34	2.242.470,80	2.472.346,91	2.700.000,00	2.800.000,00	100,00

Chapecó, SC, 21 de outubro de 2016

Jorge Antônio Comunello
PresidentePaulo Utzig
CRC/SC 11.615/1-0

ORÇAMENTO 2017 - ANEXO 3

Estado de Santa Catarina

Exercício 2017

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DE SANTA CATARINA

Anexo 3

DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS OPERACIONAIS**SECRETARIA EXECUTIVA**

Especificação	Prevista 2017
DESPESAS OPERACIONAIS	1.290.000,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	700.000,00
Pessoal	250.000,00
Obrigações Patronais	450.000,00
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	590.000,00
Despesas Administrativas	440.000,00
Outras Despesas	150.000,00
TOTAL	1.290.000,00

DEPARTAMENTO TÉCNICO

Especificação	Prevista 2017
DESPESAS OPERACIONAIS	930.000,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	750.000,00
Pessoal	750.000,00
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	180.000,00
Despesas Administrativas	180.000,00
TOTAL	930.000,00

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

Especificação	Prevista 2017
DESPESAS OPERACIONAIS	580.000,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	400.000,00
Pessoal	400.000,00
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	180.000,00
Despesas Administrativas	180.000,00
TOTAL	580.000,00

TOTAL GERAL	2.800.000,00
--------------------	---------------------

Chapecó, SC, 21 de outubro de 2016

Jorge Antônio Comunello
PresidentePaulo Utzig
CRC/SC 11.615/1-0

AMUREL**EDITAL DE CONVOCAÇÃO -AGO - 27-10-2016****EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

O Presidente da ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE LAGUNA – AMUREL, no uso de suas atribuições estatutárias, CONVOCA todos os Municípios associados para ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, a realizar-se no dia 27 de outubro de 2016, às 9:30 horas, com a presença de no mínimo 50% (cinquenta por cento) mais um dos Prefeitos ou representantes credenciados dos Municípios, em primeira convocação, e às 10 horas, em segunda convocação, com a presença de no mínimo 1/3 (um terço) dos Prefeitos ou representantes credenciados dos Municípios associados, em sua sede, localizada na Rua Rio Branco, n.º 67, bairro Vila Moema, Tubarão/SC.

Na pauta do dia, em discussão as seguintes matérias:

- I. Aprovação da Ata Anterior;
- II. Prestação do quarto bimestre, do exercício de 2016;
- III. Assuntos diversos.

Tubarão, 24 de outubro de 2016.

Antônio Felipe Sobrinho

Presidente da AMUREL

Prefeito de Pedras Grandes

Consórcios

CIDEMA

ANEXO 4 - ORÇAMENTO 2017 CIDEMA - PLANO DE METAS

PLANO DE DIRETRIZES E METAS DO CIDEMA 2017

Anexo 4

PROGRAMA GERENCIAMENTO DAS ÁGUAS - PROAGUA

AÇÃO	DETALHAMENTO
Realizar controle de qualidade da água nos municípios atendidos pelo PROAGUA	<p>ÁREA URBANA</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Programar e realizar visitas de supervisão aos municípios atendidos que possuem tratamento de água municipal, realizando o devido controle de qualidade. 2. Repassar, durante as visitas de supervisão, orientações aos operadores dos sistemas de tratamento de água municipais visando a melhoria no funcionamento. 3. Repassar aos municípios os resultados das análises. 4. Fornecer informações mensais e relatório anual de qualidade da água dos sistemas municipais de abastecimento. 5. Incentivar a estruturação dos sistemas municipais de abastecimento para compra dos equipamentos para realização dos controles mínimos - pH, Turbidez, Fluoretos (onde aplicável), Cloro residual livre e Cor – nas saídas das unidades de tratamento, em conformidade com a legislação vigente. 6. Aprovar os planos de amostragem para controle de qualidade da água dos sistemas municipais para o ano de 2017 no setor de saúde/vigilância sanitária de cada município, auxiliando e orientando sua execução. 7. Incentivar melhorias organizacionais no(s) setor(es) responsável(is) pelo abastecimento de água em cada município (definição de secretaria para acompanhamento dos trabalhos, implantação de sistema de macromedicação da água produzida, iniciar processo de controle de perdas). 8. Georeferenciar os principais pontos dos sistemas municipais de abastecimento de água (captação, tratamento e reservatórios de distribuição) dos municípios vinculados e auxiliar na elaboração do mapeamento das redes de água, em conjunto com o setor de engenharia e arquitetura da AMOSC. <p>ÁREA RURAL:</p> <ol style="list-style-type: none"> 9. Orientar na implementação e operação dos sistemas de desinfecção da área rural nos municípios de Irati, Cordilheira Alta, Planalto Alegre, Sul Brasil, Caxambu do sul e Guatambu. 10. Aprovar os planos de amostragem para controle de qualidade da água dos sistemas municipais da área rural para o ano de 2017 dos municípios de Irati, Cordilheira Alta, Planalto Alegre, Sul Brasil, Caxambu do sul, Guatambu auxiliando e orientando a execução dos mesmos. 11. Promover ações de conscientização da população local sobre a importância da desinfecção da água, bem como do controle de qualidade da água da rede de abastecimento.
Dar sequência ao projeto de cadastramento de poços tubulares para cada município da AMOSC, em conjunto com a EPAGRI	<ol style="list-style-type: none"> 1. Disponibilizar às prefeituras os dados relativos aos cadastros finalizados, para que sirvam como ferramenta de gestão e planejamento, e ainda para que cada município possa mantê-los atualizados. 2. Expandir o projeto para os demais municípios.
Dar sequência às ações na área de meio ambiente e fortalecer o vínculo com instituições parceiras	<ol style="list-style-type: none"> 1. Manter a participação no Comitê de Bacia Hidrográfica dos Rios Chapecó, Irani e Rios Contíguos; 2. Dar andamento aos trabalhos no grupo GTEA RH 02. 3. Promover capacitação para servidores municipais responsáveis pela operação dos sistemas municipais de abastecimento e vigilância sanitária, relativa a aspectos de legislação de potabilidade e boas práticas, em parceria com os municípios e outras instituições (ARIS, CASAN e EPAGRI).

PROGRAMA MERCADO PÚBLICO REGIONAL – PROMERCADO

AÇÃO	DETALHAMENTO
Oferecer um espaço de comercialização, no varejo de Chapecó, e servir como entreposto para negociação de produtos agrícolas e agroindustriais dos agricultores familiares da região oeste, visando agregação de valor aos produtos	<ol style="list-style-type: none"> 1. Incentivar a adesão ao SUASA, visando garantir a circulação dos produtos de origem animal. 2. Organizar uma central de negócios virtual (bolsa de mercadorias), com portfólio, para comercialização de produtos. Oportunizar operações de venda para outros mercados consumidores do estado e do Brasil. 3. Contribuir para a comercialização de pescados oriundos da agricultura familiar e comunitária reduzindo a intermediação entre produtores e consumidores.
Apoiar a formação de uma rede de economia solidária	<ol style="list-style-type: none"> 1. Promover momentos de articulação entre o rural e o urbano. 2. Elaborar o cadastro de produção e consumo e montar rotas comercialização.
Criar e manter um espaço de convivência cultural e gastronômica	<ol style="list-style-type: none"> 1. Ser um espaço de resgate das festas populares e culturais da região. 2. Fomentar novas iniciativas gastronômicas. 3. Fomentar um espaço de lazer na área externa do MPR (academia ao ar livre, mateada, pista de caminhada).
Incentivar a produção alternativa e agroecológica na região oeste	<ol style="list-style-type: none"> 1. Disponibilizar um espaço físico exclusivo para os produtos com certificação orgânica e para a comercialização de sementes crioulas visando resgate da biodiversidade.

Fazer a gestão compartilhada entre o poder público (50%) e entidades organizadas da sociedade civil (50%)	1. Conselho Gestor do MPR formado por Prefeitos, Secretários de Agricultura e entidades de representação regional (Cooperativas/associações da agricultura familiar e economia solidária, representação dos agricultores e entidades de apoio; 2. Diretoria Executiva do MPR, de 5 (cinco) pessoas, composto por: poder público, cooperativas, sindicatos e técnicos indicados pelo Conselho Gestor.
Fomentar a organização dos serviços de inspeção nos municípios do oeste Combate à clandestinidade	1. Incentivar a adesão ao SUASA, visando garantir a circulação dos produtos de origem animal. 2. Promover o incentivo do comércio dos produtos de origem animal com registro e carimbo da inspeção, valorizando sua qualidade e agregando valores aos seus produtos.
Promover a divulgação do Mercado Público Regional	1. Tornar o box do município um referencial de divulgação dos eventos e potencialidades. 2. Inserir o MPR no calendário turístico de eventos municipais e regionais. 3. Planejar um calendário de eventos culturais e gastronômicos no espaço do MPR.
Promover melhorias na infraestrutura e logística do MPR	1. Avaliar o projeto inicial do MPR e propor melhorias na infraestrutura e logística. 2. Elaborar projetos para captação de recursos.

PROGRAMA SISTEMA UNIFICADO DE ATENÇÃO A SANIDADE AGROPECUÁRIA – PROSUASA

AÇÃO	DETALHAMENTO
Implantar o Sistema Unificado de Atenção a Sanidade Agropecuária - SUASA	1. Orientar as agroindústrias diagnosticadas e com potencial para adesão ao SUASA, sendo elas de origem animal ou vegetal. 2. Trabalhar com objetivo de fortalecer o serviço de inspeção de produtos de origem animal e vegetal (S.I.M.) nos municípios. 3. Inspeccionar/supervisionar e auditar os serviços de inspeção e as agroindústrias que farão parte do SISIBI-SUASA nos municípios consorciados. 4. Realizar inspeção sanitárias permanentes ou periódicas das bebidas e alimentos de consumo humano de origem animal e vegetal que refere-se ao processo sistemático de acompanhamento, avaliação e controle sanitário, compreendido da matéria-prima até a elaboração do produto final, visando oferecer produtos da agricultura familiar com maior garantia de qualidade ao consumidor final. 5. Fornecer os programas de auto-controle, como os manuais de boas práticas de fabricação e prática padrão de higiene operacional, para implantação e execução de todos os procedimentos industrial sanitário. 6. Fornecer modelos de solicitação de análises e indicar as agroindústrias os laboratórios que realizam análise físico-química e microbiológicos, credenciados pelo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. 7. Trabalhar sistematicamente em conjunto com o serviço de inspeção municipal nas agroindústrias que já tiverem aderido ao Sistema Brasileiro de Inspeção - SISBI, para que não perca o SUASA.
Implantar programa de combate a clandestinidade e educação sanitária	1. Realizar campanhas de combate a clandestinidade, por meios de palestra educativas nas comunidades e escolas ou outros centros de apoio, fornecer folder ilustrativos e didáticos sobre a importância de consumir produtos de origem animal com registro, carimbo e rotulagem. 2. Realizar em conjunto com os serviços de inspeção municipais consorciados visitas periódicas de educação sanitária nas propriedades que fornecem matéria-prima para as agroindústrias aderidas ao SISBI/SUASA.
Realizar exames de laboratório	1. Estudar projeto de criação de um laboratório para brucelose e tuberculose bovina, com preço reduzido para os municípios consorciados.

PROGRAMA PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS, CAPTAÇÃO, ARMAZENAMENTO DE USO DA ÁGUA NA AGRICULTURA – PROPOÇOS

Perfurar poços tubulares profundos nos municípios	1. Perfurar poços tubulares profundos objetivando sistemas de captação de água em localidades de domínio público municipal, priorizando os municípios que tenham histórico recente de situações de emergência e/ou calamidade pública em decorrência de estiagem e/ou secas. 2. Perfurar poços tubulares profundos para captação de água, visando ao bem-estar social de comunidades rurais e amenizar, prevenir ou cessar os efeitos da estiagem e das secas. 3. Articular com as políticas de desenvolvimento regional de proteção e preservação ambiental, de promoção da saúde e outras de relevante interesse social voltadas para a melhoria da qualidade de vida dos agricultores. 4. Possibilitar o acompanhamento e controle social do Programa. 5. Atender o disposto no Termo de Cooperação Técnica firmado com a Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca.
---------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Chapecó, SC, 21 de outubro de 2016.
 Fabiano da Luz Paulo Utzig
 Presidente CRC/SC 11.615-1/0

RESOLUÇÃO ORÇAMENTO - CIDEMA 2017

RESOLUÇÃO Nº 08/2016

FABIANO DA LUZ, Prefeito de Pinhalzinho e Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico Social e Meio Ambiente - CIDEMA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 15, inciso VII do Estatuto Social:

RESOLVE

I – DO ORÇAMENTO ANUAL

Art. 1º A Receita para o exercício de 2017, estimada em R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais), será arrecadada na forma do Anexo 1, integrante desta Resolução, com o seguinte desdobramento:

RECEITA

ESPECIFICAÇÃO	R\$
Receitas Correntes	850.000,00
Receita Patrimonial	30.000,00
Transferências Correntes	786.000,00
Outras Receitas Correntes	34.000,00
Receitas de Capital	350.000,00
Transferências de Capital	350.000,00
TOTAL	1.200.000,00

Art. 2º A Despesa para o exercício de 2017, fixada em R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais), será realizada em conformidade com os Anexos 2 e 3, integrante desta Resolução, por órgão, atividade e ação, definidas no Plano de Diretrizes e Metas, com o seguinte desdobramento:

DESPESA POR ÓRGÃO

ESPECIFICAÇÃO	R\$
Programa Gerenciamento das Águas - PROAGUA	220.000,00
Programa Mercado Público Regional - PROMERCADO	470.000,00
Programa Sistema Unificado de Atenção a Sanidade Agropecuária - PROSUASA	230.000,00
Programa Perfuração de Poços Artesianos - PROPOÇOS	280.000,00
TOTAL	1.200.000,00

DESPESA POR CATEGORIA ECONÔMICA

ESPECIFICAÇÃO	R\$
Despesas Correntes	800.000,00
Pessoal e Encargos Sociais	370.000,00
Outras Despesas Correntes	430.000,00
Despesas de Capital	400.000,00
Investimentos	400.000,00
TOTAL	1.200.000,00

II – DO PLANO DE DIRETRIZES E METAS

Art. 3º O Plano de Diretrizes e Metas para o exercício de 2017 será executado tomando por base as ações prioritárias definidas pela Diretoria Executiva, conforme Anexo 4, integrante desta Resolução.

Art. 4º Fica o Presidente do CIDEMA autorizado a abrir créditos adicionais suplementares em até 20% (vinte por centos), para remanejar dotações insuficientes, por conta da anulação de dotações orçamentárias, do excesso de arrecadação do exercício e do superavit financeiro do exercício anterior.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2017.

Chapecó, SC, 21 de outubro de 2016.

FABIANO DA LUZ

Prefeito de Pinhalzinho

Presidente do CIDEMA

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE COMODATO Nº 01/2011

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE COMODATO Nº 01/2011

O Consorcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social do Meio Ambiente - CIDEMA, com sede na Av. Getúlio Vargas 571-S, Centro, Chapecó – SC, inscrito no CNPJ/MF sob nº 03.455.536/0001-90, neste ato representado pelo seu Presidente, Sr. Fabiano da Luz, brasileiro, casado, RG nº 2.039.675 SSP/SC e CPF 899.316.299-91, residente e domiciliado na cidade de Pinhalzinho – SC, à rua Paraná, nº 325, doravante denominado COMODANTE e a Associação dos Produtores de Aquicultura de União do Oeste SC - APAUO, inscrito no CNPJ/MF sob nº 02.601.587/0001-10, com ponto de comercialização localizada no Mercado Público Regional sito a rua Nereu Ramos, 1750-E, Bairro Passo dos Fortes, Chapecó - SC e sede na Rua São Luiz, município de União do Oeste, neste ato representada pelo seu Presidente Sr. Roberto Carlos Cassaro, brasileiro, casado, RG nº 12C-2.165.200-SSP/SC, CPF nº 947.137.369-68, residente na Linha Santo Antônio do Meio no Município de União do Oeste, doravante denominado COMODATÁRIO, firmam o presente Termo Aditivo ao CONTRATO DE COMODATO, nº 01/2011, na forma das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A Cláusula Segunda passa a vigorar com a seguinte redação:

“CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

Vigência deste Termo será de 5 (cinco) anos, mediante acordo entre as partes, ser prorrogado por Termo Aditivo competente, conforme legislação vigente. Faculta-se a quaisquer das partes a rescisão do ajuste antes do fim do prazo contratual, mediante pré-aviso dessa intenção com prazo de 30 (trinta dias). O prazo de vigência do presente contrato é o necessário para o uso concedido, ou seja, para incrementar a produtividade do grupo de agricultores.”

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do Contrato de Comodato nº 01/2011 permanecem inalteradas.

Chapecó, 29 de abril de 2016.
Fabiano da Luz
Presidente do CIDEMA

Roberto Carlos Cassaro
Presidente da Associação dos Produtores de Aquicultura de União do Oeste SC

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE COMODATO Nº 02/2011

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE COMODATO Nº 02/2011

O Consorcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social do Meio Ambiente - CIDEMA, com sede na Av. Getúlio Vargas 571-S, Centro, Chapecó – SC, inscrito no CNPJ/MF sob nº 03.455.536/0001-90, neste ato representado pelo seu Presidente, Sr. Fabiano da Luz, brasileiro, casado, RG nº 2.039.675 SSP/SC e CPF 899.316.299-91, residente e domiciliado na cidade de Pinhalzinho – SC, à rua Paraná, nº 325, doravante denominado COMODANTE e a Associação Catarinense de Citricultura - ACACITROS, CNPJ/MF sob nº 80.634.983/0001-57, com endereço, na Rua João Martins, 219-D, Bairro São Cristóvão, Chapecó - SC, neste ato representada pelo seu Presidente Sr. Lazaro José da Cunha, brasileiro, casado, RG nº 763.033-6 SSP/SC, CPF nº 220.147.219-04, residente na Linha Cachoeira no Município de Chapecó, doravante denominado COMODATÁRIO, firmam o presente Termo Aditivo ao CONTRATO DE COMODATO nº 02/2011, na forma das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A Cláusula Segunda passa a vigorar com a seguinte redação:

“CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

Vigência deste Termo será de 5 (cinco) anos, mediante acordo entre as partes, ser prorrogado por Termo Aditivo competente, conforme legislação vigente. Faculta-se a quaisquer das partes a rescisão do ajuste antes do fim do prazo contratual, mediante pré-aviso dessa intenção com prazo de 30 (trinta dias). O prazo de vigência do presente contrato é o necessário para o uso concedido, ou seja, para incrementar a produtividade do grupo de agricultores.”

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do Contrato de Comodato nº 02/2011 permanecem inalteradas.

Chapecó, 27 de maio de 2016.
Fabiano da Luz
Presidente do CIDEMA

Lazaro José da Cunha
Presidente da Associação Catarinense de Citricultura - ACACITROS

ANEXO 1 - ORÇAMENTO 2017 CIDEMA - EVOLUÇÃO DA RECEITA

Estado de Santa Catarina

Exercício: 2017

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E MEIO AMBI

Anexo 1

DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DA RECEITA

Especificação	Arrecadada			Orçada 2016	Estimada 2017
	2013	2014	2015		
RECEITAS CORRENTES	413.475,36	401.440,38	407.489,40	765.000,00	850.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	7.062,83	3.771,94	5.342,38	30.000,00	30.000,00
RECEITA DE VALORES MOBILIÁRIOS	7.062,83	3.771,94	5.342,38	30.000,00	30.000,00
Remuneração Outros Depósitos	7.062,83	3.771,94	5.342,38	30.000,00	30.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	336.400,00	381.450,00	382.850,00	657.600,00	786.000,00
TRANSF. INTERGOVERNAMENTAIS	336.400,00	381.450,00	382.850,00	657.600,00	786.000,00
TRANSF. DOS MUNICÍPIOS	315.400,00	328.950,00	330.350,00	657.600,00	786.000,00
OUTRAS TRANSF. DOS MUNICÍPIOS	315.400,00	328.950,00	330.350,00	657.600,00	786.000,00
CIDEMA PROAGUA	65.450,00	66.000,00	77.350,00	84.000,00	210.000,00
Águas de Chapecó	-	-	-	-	8.400,00
Águas Frias	-	-	-	-	8.400,00
Arvoredo	-	-	-	-	8.400,00
Caxambu do Sul	6.600,00	6.600,00	7.800,00	8.400,00	8.400,00
Cordilheira Alta	6.600,00	6.600,00	7.800,00	8.400,00	16.800,00
Coronel Freitas	550,00	-	-	-	8.400,00
Formosa do Sul	-	-	-	-	8.400,00
Guatambu	6.600,00	6.600,00	7.800,00	8.400,00	8.400,00
Irati	5.500,00	6.600,00	7.800,00	8.400,00	16.800,00
Jardinópolis	-	-	-	-	8.400,00
Nova Erechim	-	-	-	-	8.400,00
Nova Itaberaba	6.600,00	6.600,00	7.800,00	8.400,00	8.400,00
Pinhalzinho	-	-	-	-	8.400,00
Planalto Alegre	6.600,00	6.600,00	7.800,00	8.400,00	16.800,00
Quilombo	6.600,00	6.600,00	7.800,00	8.400,00	8.400,00
Santiago do Sul	6.600,00	6.600,00	7.150,00	8.400,00	8.400,00
Pinhalzinho	-	-	-	-	8.400,00
Serra Alta	6.600,00	6.600,00	7.800,00	8.400,00	16.800,00
Sul Brasil	6.600,00	6.600,00	7.800,00	8.400,00	16.800,00
União do Oeste	-	-	-	-	8.400,00
CIDEMA PROMERCADO	62.950,00	48.750,00	54.000,00	76.800,00	108.000,00
Caxambu do Sul	7.800,00	-	-	-	12.000,00
Chapecó	-	-	-	9.600,00	12.000,00
Cordilheira Alta	7.800,00	7.800,00	9.000,00	9.600,00	12.000,00
Guatambu	7.700,00	7.800,00	9.000,00	9.600,00	12.000,00
Nova Itaberaba	7.800,00	7.800,00	9.000,00	9.600,00	12.000,00
Quilombo	7.800,00	7.800,00	9.000,00	9.600,00	12.000,00
Santiago do Sul	7.800,00	1.950,00	-	9.600,00	12.000,00
São Carlos	8.450,00	7.800,00	9.000,00	9.600,00	12.000,00
União do Oeste	7.800,00	7.800,00	9.000,00	9.600,00	12.000,00
CIDEMA PROSUASA	187.000,00	214.200,00	199.000,00	244.800,00	216.000,00
Águas de Chapecó	12.000,00	12.000,00	12.000,00	14.400,00	12.000,00
Águas Frias	12.000,00	12.000,00	12.000,00	14.400,00	12.000,00
Caxambu do Sul	10.000,00	14.000,00	12.000,00	14.400,00	12.000,00
Cordilheira Alta	12.000,00	12.000,00	12.000,00	14.400,00	12.000,00
Coronel Freitas	12.000,00	13.600,00	8.000,00	14.400,00	12.000,00
Formosa do Sul	12.000,00	12.000,00	12.000,00	14.400,00	12.000,00
Guatambu	9.000,00	15.000,00	12.000,00	14.400,00	12.000,00
Irati	-	12.000,00	12.000,00	14.400,00	12.000,00
Jardinópolis	12.000,00	12.000,00	12.000,00	14.400,00	12.000,00
Nova Erechim	12.000,00	12.000,00	12.000,00	14.400,00	12.000,00
Nova Itaberaba	12.000,00	12.000,00	12.000,00	14.400,00	12.000,00
Nova Itaberaba	-	-	-	-	12.000,00
Quilombo	12.000,00	12.000,00	12.000,00	14.400,00	12.000,00
Santiago do Sul	12.000,00	12.000,00	11.000,00	14.400,00	12.000,00
São Carlos	12.000,00	12.000,00	12.000,00	14.400,00	12.000,00
Serra Alta	12.000,00	15.600,00	12.000,00	14.400,00	12.000,00
Sul Brasil	12.000,00	12.000,00	12.000,00	14.400,00	12.000,00
União do Oeste	12.000,00	12.000,00	12.000,00	14.400,00	12.000,00

CIDEMA PROPOÇOS	-	-	-	252.000,00	252.000,00
Águas de Chapecó	-	-	-	12.000,00	12.000,00
Águas Frias	-	-	-	12.000,00	12.000,00
Arvoredo	-	-	-	12.000,00	12.000,00
Caxambu do Sul	-	-	-	12.000,00	12.000,00
Chapecó	-	-	-	12.000,00	12.000,00
Cordilheira Alta	-	-	-	12.000,00	12.000,00
Coronel Freitas	-	-	-	12.000,00	12.000,00
Formosa do Sul	-	-	-	12.000,00	12.000,00
Guatambu	-	-	-	12.000,00	12.000,00
Irati	-	-	-	12.000,00	12.000,00
Jardinópolis	-	-	-	12.000,00	12.000,00
Nova Erechim	-	-	-	12.000,00	12.000,00
Nova Itaberaba	-	-	-	12.000,00	12.000,00
Pinhalzinho	-	-	-	12.000,00	12.000,00
Planalto Alegre	-	-	-	12.000,00	12.000,00
Quilombo	-	-	-	12.000,00	12.000,00
Santiago do Sul	-	-	-	12.000,00	12.000,00
São Carlos	-	-	-	12.000,00	12.000,00
Serra Alta	-	-	-	12.000,00	12.000,00
Sul Brasil	-	-	-	12.000,00	12.000,00
União do Oeste	-	-	-	12.000,00	12.000,00
TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIO	21.000,00	52.500,00	52.500,00	-	-
OUTRAS TRANSF. DE CONVÊNIO	21.000,00	52.500,00	52.500,00	-	-
Convênio CIS-AMOSC	21.000,00	52.500,00	52.500,00	-	-
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	70.012,53	16.218,44	19.297,02	77.400,00	34.000,00
RECEITAS DIVERSAS	70.012,53	16.218,44	19.297,02	77.400,00	34.000,00
Outras Receitas	70.012,53	16.218,44	19.297,02	77.400,00	34.000,00
RECEITA DE CAPITAL	429.961,00	-	-	350.000,00	350.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	429.961,00	-	-	350.000,00	350.000,00
TRANSF. CONVÊNIO UNIÃO	429.961,00	-	-	350.000,00	350.000,00
Ministério do Desenvolvimento Agrário	429.961,00	-	-	350.000,00	350.000,00
TOTAL	843.436,36	401.440,38	407.489,40	1.115.000,00	1.200.000,00

Chapecó, SC, 21 de outubro de 2016

Fabiano da Luz
PresidentePaulo Utzig
CRC/SC 11.615-1/0

ANEXO 2 - ORÇAMENTO 2017 CIDEMA - EVOLUÇÃO DA DESPESA

Estado de Santa Catarina
 CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENV ECON SOCIAL E MEIO AMB

Exercício 2017
 Anexo 2

DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DA DESPESA

Especificação	R e a l i z a d a			Fixada 2016	Prevista 2017	%
	2013	2014	2015			
DESPESAS CORRENTES	380.477,95	375.543,67	415.920,53	722.000,00	800.000,00	66,67
Pessoal e Encargos Sociais	252.921,40	253.623,31	261.955,27	328.800,00	370.000,00	30,83
Vencimentos e Vantagens Fixas	196.613,09	185.321,56	204.673,39	244.000,00	290.000,00	24,17
Obrigações Patronais	56.308,31	68.301,75	57.281,88	84.800,00	80.000,00	6,67
Outras Despesas Correntes	127.556,55	121.920,36	153.965,26	393.200,00	430.000,00	35,83
Material de Consumo	13.221,93	11.231,42	30.033,25	108.000,00	120.000,00	10,00
Outros Serv Terc - Pessoa Física	13.994,50	8.607,13	5.284,11	-	-	-
Outros Serv Terc - Pessoa Jurídica	100.340,12	98.759,36	115.242,23	285.200,00	310.000,00	25,83
Contribuição para PASEP	-	3.322,45	3.405,67	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	380.883,32	91.450,05	-	393.000,00	400.000,00	33,33
Investimentos	380.883,32	91.450,05	-	393.000,00	400.000,00	33,33
Equipamento e Material Permanente	380.883,32	91.450,05	-	393.000,00	400.000,00	33,33
Outros Serv Terc - Pessoa Jurídica	-	-	-	-	-	-
TOTAL	761.361,27	466.993,72	415.920,53	1.115.000,00	1.200.000,00	100,00

Chapecó, SC, 21 de outubro de 2016

Fabiano da Luz
 Presidente

Paulo Utzig
 CRC/SC 11.615-1/0

ANEXO 3 - ORÇAMENTO 2017 CIDEMA - ATIVIDADES

Estado de Santa Catarina

Exercício 2017

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENV ECON SOCIAL E MEIO AMB

Anexo 3

DEMONSTRATIVO DA DESPESA**2001 - PROGRAMA GERENCIAMENTO DAS ÁGUAS - PROAGUA**

Especificação	Prevista 2017
DESPESAS CORRENTES	210.000,00
Pessoal e Encargos Sociais	190.000,00
Vencimentos e Vantagens Fixas	150.000,00
Obrigações Patronais	40.000,00
Outras Despesas Correntes	20.000,00
Material de Consumo	10.000,00
Outros Serv Terc - Pessoa Jurídica	10.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	10.000,00
Investimentos	10.000,00
Equipamento e Material Permanente	10.000,00
TOTAL	220.000,00

2002 - PROGRAMA MERCADO PÚBLICO REGIONAL - PROMERCADO

Especificação	Prevista 2017
DESPESAS CORRENTES	120.000,00
Outras Despesas Correntes	120.000,00
Material de Consumo	30.000,00
Outros Serv Terc - Pessoa Jurídica	90.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	350.000,00
Investimentos	350.000,00
Equipamento e Material Permanente	350.000,00
TOTAL	470.000,00

2003 - PROGRAMA SISTEMA UNIFICADO DE ATENÇÃO A SANIDADE AGROPECUÁRIA - PROSUASA

Especificação	Prevista 2017
DESPESAS CORRENTES	220.000,00
Pessoal e Encargos Sociais	180.000,00
Vencimentos e Vantagens Fixas	140.000,00
Obrigações Patronais	40.000,00
Outras Despesas Correntes	40.000,00
Material de Consumo	20.000,00
Outros Serv Terc - Pessoa Jurídica	20.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	10.000,00
Investimentos	10.000,00
Equipamento e Material Permanente	10.000,00
TOTAL	230.000,00

2004 - PROGRAMA PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS - PROPOÇOS

Especificação	Prevista 2017
DESPESAS CORRENTES	280.000,00
Outras Despesas Correntes	250.000,00
Material de Consumo	60.000,00
Outros Serv Terc - Pessoa Jurídica	190.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	30.000,00
Investimentos	30.000,00
Equipamento e Material Permanente	30.000,00
TOTAL	280.000,00

TOTAL GERAL	1.200.000,00
--------------------	---------------------

Chapecó, SC, 21 de outubro de 2016

Fabiano da Luz
PresidentePaulo Utzig
CRC/SC 11.615/1-0

CIMVI**EDITAL DE CONVOCAÇÃO 35ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

Timbó, 24 de outubro de 2016.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI, no uso de suas atribuições, CONVOCA os consorciados para a 35ª Assembleia Geral Extraordinária a acontecer no dia 27.10.2016 (vinte e sete de outubro – quinta-feira), às 15h00min, tendo por local o Auditório da AMMVI, sito à Rua Alberto Stein, nº 466 – Bairro Velha, cidade de Blumenau - SC.

ORDEM DO DIA

1. Instituir Comissão Especial para alteração no Protocolo de Intenções e no Estatuto do CIMVI; eleger o Presidente e Secretário da Comissão Especial.
2. Analisar o texto básico do projeto das alterações no Protocolo de Intenções e no Estatuto do CIMVI

Hartwig Persuhn
Presidente

CIS/AMARP**ADITIVO LAB CIENTÍFICO 66/2016**

1º TERMO ADITIVO 2016 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO 66/2016 - Laboratório Científico Ltda

Pelo presente instrumento de Aditivo, de um lado o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe – CISAMARP, Consórcio Público com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.023.771/0001-10, com sede à Rua Manoel Roque, 99, Alvorada, Videira S/C, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Luciano Paganini, CPF 868.603.139-00 e de outro lado Laboratório Científico Ltda, CNPJ 95.860.193/0001-67, com endereço a Rua Oswaldo Cruz, 43, Videira - SC, neste ato representada pelo seu representante legal Letícia Teresinha R. T. Mozzaquatro, RG 1/R 1051217, CPF 769.381.239-34 considerando a concordância e o interesse das partes, resolvem, de comum acordo, alterar o Contrato de Prestação de Serviço 66/2016 - Laboratório Científico Ltda, conforme as Cláusulas a seguir especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A lista de procedimentos da CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO – do Contrato de Prestação de Serviço passa a conter em sua relação o seguinte procedimento:

PROCEDIMENTO	CODIGO SUS	VALOR CIS
DETERMINACAO DE CAPACIDADE DE FIXACAO DO FERRO	0.20.20.10.02-3	2,01
DETERMINACAO DE CURVA GLICEMICA (2 DOSAGENS)	0.20.20.10.04-0	3,63
DETERMINACAO DE CURVA GLICEMICA CLASSICA (5 dosagens)	0.20.20.10.07-4	10,00
DOSAGEM DE ALFA-1-GLICOPROTEINA ACIDA	0.20.20.10.16-3	3,68
DOSAGEM DE BILIRRUBINA TOTAL E FRACOES	0.20.20.10.20-1	2,01
DOSAGEM DE HEMOGLOBINA GLICOSILADA	0.20.20.10.50-3	7,86
DOSAGEM DE TRANSFERRINA	0.20.20.10.66-0	4,12
ELETROFORESE DE PROTEINAS	0.20.20.10.72-4	4,42
CONTAGEM DE RETICULOCITOS	0.20.20.20.03-7	2,73
DOSAGEM DE ANTITROMBINA III	0.20.20.20.17-7	6,48
ELETROFORESE DE HEMOGLOBINA	0.20.20.20.35-5	5,41
DETERMINACAO DE FATOR REUMATOIDE	0.20.20.30.07-5	2,83
DETERMINACAO QUANTITATIVA DE PROTEINA C REATIVA	0.20.20.30.08-3	9,25
PESQUISA DE ANTICORPO IGG ANTICARDIOLIPINA	0.20.20.30.25-3	10,00
PESQUISA DE ANTICORPO IGM ANTICARDIOLIPINA	0.20.20.30.26-1	10,00
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-DNA	0.20.20.30.27-0	8,67
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HTLV-1 + HTLV-2	0.20.20.30.31-8	18,55

PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIESTREPTOLISINA O (ASLO)	0.20.20.30.47-4	2,83
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIMICROSSOMAS	0.20.20.30.55-5	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTITOXOPLASMA	0.20.20.30.76-8	16,97
PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS HERPES SIMPLES	0.20.20.30.84-9	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS EPSTEIN-BARR	0.20.20.30.94-6	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS HERPES SIMPLES	0.20.20.30.95-4	17,16
TESTE DE VDRL P/ DIAGNOSTICO DA SIFILIS	0.20.20.31.11-0	2,88
TESTE FTA-ABS IGG P/ DIAGNOSTICO DA SIFILIS	0.20.20.31.12-8	10,00
TESTE FTA-ABS IGM P/ DIAGNOSTICO DA SIFILIS	0.20.20.31.13-6	10,00
VDRL P/ DETECCAO DE SIFILIS EM GESTANTE	0.20.20.31.17-9	2,83
PESQUISA DE LEUCOCITOS NAS FEZES	0.20.20.40.09-7	1,65
PESQUISA DE ROTAVIRUS NAS FEZES	0.20.20.40.13-5	10,25
PESQUISA DE SANGUE OCULTO NAS FEZES	0.20.20.40.14-3	1,65
CLEARANCE DE CREATININA	0.20.20.50.02-5	3,51
DOSAGEM DE MICROALBUMINA NA URINA	0.20.20.50.09-2	8,12
DOSAGEM DE PROTEINAS (URINA DE 24 HORAS)	0.20.20.50.11-4	2,04
DETERMINACAO DE RETENCAO DE T3	0.20.20.60.02-0	12,54
DOSAGEM DE ESTRIOL	0.20.20.60.17-9	11,55
DOSAGEM DE ESTRONA	0.20.20.60.18-7	11,12
DOSAGEM DE GONADOTROFINA CORIONICA HUMANA (HCG, BETA HCG)	0.20.20.60.21-7	7,85
DOSAGEM DE HORMONIO FOLICULO-ESTIMULANTE (FSH)	0.20.20.60.23-3	7,89
DOSAGEM DE HORMONIO LUTEINIZANTE (LH)	0.20.20.60.24-1	8,97
DOSAGEM DE SOMATOMEDINA C (IGF1)	0.20.20.60.32-2	15,35
DOSAGEM DE TESTOSTERONA LIVRE	0.20.20.60.35-7	13,11
DOSAGEM DE ANFETAMINAS	0.20.20.70.10-7	10,00
DOSAGEM DE LITIO	0.20.20.70.25-5	2,25
DOSAGEM DE METABOLITOS DA COCAINA	0.20.20.70.28-0	10,00
ANTIBIOGRAMA	0.20.20.80.01-3	4,98
BACILOSCOPIA DIRETA P/ BAAR	0.20.20.80.04-8	4,20
BACILOSCOPIA DIRETA P/ BAAR (TUBERCULOSE)	0.20.20.80.06-4	4,20
BACTEROSCOPIA (GRAM)	0.20.20.80.07-2	2,80
CULTURA DE BACTERIAS P/ IDENTIFICACAO	0.20.20.80.08-0	5,62
CULTURA PARA BAAR	0.20.20.80.11-0	5,63
CULTURA PARA BACTERIAS ANAEROBICAS	0.20.20.80.12-9	10,25
CULTURA PARA IDENTIFICACAO DE FUNGOS	0.20.20.80.13-7	4,19
EXAME MICROBIOLOGICO A FRESCO (DIRETO)	0.20.20.80.14-5	2,80
PESQUISA DE ESPERMATOZOIDES (APOS VASECTOMIA)	0.20.20.90.26-4	4,80
ANTIGENO ASSOCIADO AO CANCER DE OVARIO (CA 125)	90158*	20,00

Parágrafo único - (...)

(...):

CLÁUSULA SEGUNDA

O presente aditivo terá vigência a partir de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

CLÁUSULA TERCEIRA

Para todos os fins de direito, excetuada a modificação constante da condição acima aditada, ficam ratificadas todas as demais disposições do Contrato de prestação de serviços, firmado entre as partes.

E, por estarem justos e acertados, assinam o presente em duas (02) vias de igual teor.

Videira, 04 de outubro de 2016.

Luciano Paganini

Letícia Teresinha R. T. Mozzaquatro

TESTEMUNHAS:

Marcélio José Borsatti
425.790.239-68

Vera Matheus de Castro
033.681.689-83

VISTO:

Humberto Dalpizzol
OAB/SC 15588

CIS/AMOSC

ANEXO 4 - ORÇAMENTO 2017 CIS-AMOSC - PLANO DE METAS

PLANO DE DIRETRIZES E METAS DO CIS-AMOSC 2017

Anexo 4

SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS

AÇÃO	DETALHAMENTO
Manter constante cooperação com os órgãos afins para uma melhor resolutividade e assessoria nas questões que envolvam os municípios do CIS-AMOSC	Atender as necessidades tanto dos municípios como dos prestadores visando o máximo de resolutividade para a população beneficiada.
Melhor a nível regional os serviços disponibilizados pelo Sistema Único de Saúde	Auxiliar no fortalecimento das ações básicas nos municípios para melhorar o atendimento a nível local.
Credenciar profissionais nas áreas que houver necessidade de acordo com a disponibilidade do CIS-AMOSC	Realizar visitas de apresentação do Consórcio para novos profissionais.
Manter encontros bimestrais com a Comissão CIS-AMOSC	Fortalecer a Comissão com representantes do Consórcio, das Associações de Municípios que fazem parte do mesmo e com a Secretaria Municipal de Saúde de Chapecó para trabalhar questões comuns dos demais Consórcios de Saúde.
Manter fortalecida a descentralização dos credenciamentos nos micro polos da região do estado e dos estados vizinhos	Credenciar clínicas e prestadores nos micro polos da região do estado e dos estados vizinhos.
Assessorar no repasse financeiro as Secretarias de Saúde na organização e distribuição de serviços pactuados	Auxiliar os municípios com relação à Programação Pactuado Integrada - PPI ambulatorial.
Facilitar os encaminhamentos de pacientes em procedimentos não credenciados pelo CIS-AMOSC por serem de alta complexidade	Manter contato com consultórios, clínicas e hospitais do Estado e fora dele com este objetivo.
Manter com os colegiados de saúde e com a Comissão Intergestores Regional – CIR constante avaliação dos serviços prestados pelos profissionais credenciados pelo CIS-AMOSC	Reuniões com Secretarias Municipais de Saúde integrantes do CIS-AMOSC e estabelecer parcerias com os profissionais credenciados para que os mesmos estejam presentes nas reuniões da CIR.
Participar da Comissão Permanente de Integração Ensino/Serviço/ CIES	Participar de reuniões previamente agendadas e/ ou extraordinárias para posterior repasse de informações aos municípios bem como da Comissão Executiva.
Gestionar junto a Secretaria de Estado da Saúde pagamento dos serviços informados em Boletim de Produção Ambulatorial - BPA pelo CIS-AMOSC	Regularizar a situação aos municípios com relação ao pagamento do BPA.
AÇÃO	DETALHAMENTO
Criar uma lista de medicamentos padrão pelos municípios e trabalho com os especialistas credenciados no Consórcio para padronização de prescrição em nível de CIS-AMOSC	Trabalho para a Câmara Técnica de Assistência Farmacêutica de todos os municípios consorciados para levantamento de dados.
Realizar licitação para registro de preço na compra de medicamentos	Realizar a de aquisição de medicamentos para os municípios consorciados visando à redução de custos bem como a padronização dos medicamentos para a região. Iniciar estudos com vistas a implantação de uma central de compras no CIS-AMOSC.
Comprar serviços de cirurgias eletivas	Negociação coletiva de cirurgias eletivas com as várias especialidades médicas (ortopedia, otorrinolaringologia, urologia e vascular).
Visitar os Municípios	Realizar visitas as Secretarias Municipais de Saúde em apoio aos novos gestores
Visitar as clínicas credenciadas	Realizar visitas para esclarecimento de dúvidas e acertos de questões pontuais.

Criar um manual de fluxos, rotinas e protocolos de atendimento.	Criar um manual de fluxos, rotinas e protocolos de atendimento e repassar aos médicos encaminhadores e médicos especialistas credenciados.
Implantar a regulação, controle, avaliação e auditoria no CIS-AMOSC com a contratação de um médico auditor	Planejar um manual de auditoria e realizar visitas nas Secretarias Municipais de Saúde e visita aos usuários para verificar problema com prestadores.
Participar do Colegiado de Consórcios Públicos da FECAM	Participar das reuniões do colegiado de consórcios de saúde do Estado, visando padronização de procedimentos.
Apoiar o Centro Regional de Referência para Formação de Políticas sobre Drogas da UFFS	Acompanhar os cursos nos municípios envolvendo as diversas áreas que trabalham com a problemática das drogas.

Chapecó, SC, 21 de outubro de 2016.

Neuri Burnetto Paulo Utzig

Presidente CRC/SC 11.615-1/0

RESOLUÇÃO ORÇAMENTO - CIS-AMOSC 2017

RESOLUÇÃO Nº 06/2016

NEURI BRUNETTO, Prefeito de Quilombo e Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina – CIS-AMOSC, no uso das atribuições que lhe confere o art. 15, inciso VII do Estatuto Social,

RESOLVE

I – DO ORÇAMENTO ANUAL

Art. 1º A Receita para o exercício de 2017, estimada em R\$ 14.000.000,00 (quatorze milhões de reais), será arrecadada na forma do Anexo 1, integrante desta Resolução, com o seguinte desdobramento:

RECEITA

ESPECIFICAÇÃO	R\$
Receitas Correntes	14.000.000,00
Receita Patrimonial	50.000,00
Transferências Correntes	13.950.000,00
TOTAL	14.000.000,00

Art. 2º A Despesa para o exercício de 2017, fixada em R\$ 14.000.000,00 (quatorze milhões de reais), será realizada em conformidade com os Anexos 2 e 3, integrante desta Resolução, por órgão, atividade e ação, definidas no Plano de Diretrizes e Metas, com o seguinte desdobramento:

DESPESA POR ÓRGÃO

ESPECIFICAÇÃO	R\$
Secretaria Administrativa	620.000,00
Serviços Médicos Especializados	13.380.000,00
TOTAL	14.000.000,00

DESPESA POR CATEGORIA ECONÔMICA

ESPECIFICAÇÃO	R\$
Despesas Correntes	13.870.000,00
Pessoal e Encargos Sociais	200.000,00
Outras Despesas Correntes	13.670.000,00
Despesas de Capital	130.000,00
Investimentos	130.000,00
TOTAL	14.000.000,00

II – DO PLANO DE DIRETRIZES E METAS

Art. 3º O Plano de Diretrizes e Metas para o exercício de 2017 será executado tomando por base as ações prioritárias definidas pela Diretoria Executiva, conforme Anexo 4, integrante desta Resolução.

Art. 4º Fica o Presidente do CIS-AMOSC autorizado a abrir créditos adicionais suplementares em até 20% (vinte por centos), para remanejar dotações insuficientes, por conta da anulação de dotações orçamentárias, do excesso de arrecadação do exercício e do superavit financeiro

do exercício anterior.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2017.

Chapecó, SC, 21 de outubro de 2016.

NEURI BRUNETTO

Prefeito de Quilombo

Presidente do CIS-AMOSC

ANEXO 1 - ORÇAMENTO 2017 CIS-AMOSC - EVOLUÇÃO DA RECEITA

Estado de Santa Catarina
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SC

Exercício: 2017
Anexo 1

DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DA RECEITA

Especificação	Arrecadada			Orçada 2016	Estimada 2016
	2013	2014	2015		
RECEITAS CORRENTES	10.895.563,17	12.381.553,05	11.035.914,14	13.000.000,00	14.000.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	24.026,37	76.410,46	84.673,21	46.000,00	50.000,00
RECEITA DE VALORES MOBILIÁRIOS	24.026,37	76.410,46	84.673,21	46.000,00	50.000,00
Remuneração de Depósitos Bancários	24.026,37	76.410,46	84.673,21	46.000,00	50.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	10.871.536,80	12.305.142,59	10.951.240,93	12.954.000,00	13.950.000,00
TRANSF. INTERGOVERNAMENTAIS	10.871.536,80	12.305.142,59	10.951.240,93	11.854.000,00	12.750.000,00
TRANSF. DOS MUNICÍPIOS	10.871.536,80	12.305.142,59	10.951.240,93	11.854.000,00	12.750.000,00
Águas de Chapecó	120.000,00	116.260,00	148.936,68	113.000,00	122.000,00
Águas Frias	153.778,80	180.000,00	180.265,97	185.000,00	199.000,00
Arvoredo	133.098,62	124.365,05	157.808,13	143.000,00	154.000,00
Caxambu do Sul	285.297,62	292.816,27	312.464,89	313.000,00	337.000,00
Chapecó	2.855.653,91	3.742.085,24	2.192.107,17	2.230.000,00	2.448.000,00
Cordilheira Alta	310.421,06	327.201,99	293.788,98	356.000,00	383.000,00
Coronel Freitas	178.437,79	186.564,29	236.916,92	285.000,00	307.000,00
Formosa do Sul	237.572,33	253.000,00	303.672,18	285.000,00	307.000,00
Guatambu	375.000,00	377.849,82	500.846,56	428.000,00	461.000,00
Iraí	88.186,03	72.000,00	85.096,74	85.000,00	91.000,00
Jardinópolis	90.611,26	129.607,78	152.270,04	143.000,00	154.000,00
Nova Erechim	171.429,29	165.000,00	140.125,73	214.000,00	230.000,00
Nova Itaberaba	259.561,80	271.570,35	281.264,75	285.000,00	307.000,00
Pinhazinho	352.044,52	311.028,06	279.097,41	428.000,00	461.000,00
Planalto Alegre	185.973,14	180.106,17	212.686,01	171.000,00	184.000,00
Quilombo	274.684,21	300.000,00	271.659,13	356.000,00	383.000,00
Santiago do Sul	196.000,00	213.000,00	194.938,76	214.000,00	230.000,00
São Carlos	206.157,84	220.000,00	208.811,60	285.000,00	307.000,00
Serra Alta	119.429,24	144.000,00	154.748,13	171.000,00	184.000,00
Sul Brasil	146.787,00	143.000,00	169.501,12	186.000,00	200.000,00
União do Oeste	117.464,09	135.732,63	84.806,50	143.000,00	154.000,00
Campo Erê	28.162,95	41.610,75	35.000,00	28.000,00	30.000,00
Coronel Martins	159.931,49	166.020,62	177.558,99	228.000,00	245.000,00
Galvão	75.928,59	82.313,45	80.507,25	85.000,00	91.000,00
Jupiaí	36.000,00	32.041,17	44.916,65	43.000,00	46.000,00
Novo Horizonte	99.000,00	109.117,87	113.435,00	129.000,00	139.000,00
São Bernardino	55.000,00	60.000,00	36.463,68	71.000,00	76.000,00
São Lourenço do Oeste	135.000,00	127.872,98	136.345,08	143.000,00	154.000,00
Abelardo Luz	96.000,00	231.160,48	211.340,94	171.000,00	184.000,00
Bom Jesus	113.173,66	180.000,00	161.630,03	113.000,00	122.000,00
Entre Rios	53.951,25	64.000,00	73.821,78	57.000,00	61.000,00
Faxinal dos Guedes	243.666,30	240.000,00	255.588,45	285.000,00	307.000,00
Ipuacú	190.580,92	186.000,00	175.766,15	285.000,00	307.000,00
Lajeado Grande	116.032,29	147.036,41	152.078,63	143.000,00	154.000,00
Marema	62.154,24	72.106,70	67.835,73	72.000,00	77.000,00
Ouro Verde	134.211,50	151.000,00	164.904,33	171.000,00	184.000,00
Passos Maia	126.434,75	132.000,00	119.835,28	157.000,00	169.000,00
Ponte Serrada	288.614,96	315.576,40	239.680,23	285.000,00	307.000,00
São Domingos	172.796,42	237.753,35	299.529,49	214.000,00	230.000,00
Vargem	94.280,96	161.233,22	139.646,62	113.000,00	122.000,00
Xanxerê	786.535,58	780.000,00	708.773,59	927.000,00	997.000,00
Xaxim	401.898,23	339.500,00	424.084,09	428.000,00	460.000,00
Alto Bela Vista	29.245,70	41.250,00	42.749,99	28.000,00	30.000,00
Araribá	-	14.218,50	26.249,94	50.000,00	30.000,00
Ipirá	14.891,22	2.800,00	-	28.000,00	-
Ipumirim	75.044,45	72.472,35	88.000,08	85.000,00	91.000,00
Irani	92.960,70	80.000,00	97.060,85	113.000,00	122.000,00
Itá	115.963,72	126.870,69	95.905,15	143.000,00	154.000,00
Paial	108.488,37	120.000,00	120.000,00	113.000,00	122.000,00
Peritiba	24.000,00	22.000,00	8.780,91	28.000,00	30.000,00
Seara	60.000,00	60.000,00	58.448,55	71.000,00	76.000,00
Xavantina	24.000,00	24.000,00	33.490,07	28.000,00	30.000,00
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS	-	-	-	1.100.000,00	1.200.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	-	-	-	1.100.000,00	1.200.000,00
Outras Transf. dos Estados	-	-	-	1.100.000,00	1.200.000,00
TOTAL	10.895.563,17	12.381.553,05	11.035.914,14	13.000.000,00	14.000.000,00

Chapecó, SC, 21 de outubro de 2016

Neuri Brunetto
Presidente

Paulo Utzig
CRC/SC 11.615-1/0

ANEXO 2 - ORÇAMENTO 2017 CIS-AMOSC - EVOLUÇÃO DA DESPESA

Estado de Santa Catarina
 CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SC

Exercício: 2017
 Anexo 2

DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DA DESPESA

Especificação	Realizada			Fixada 2016	Prevista 2017	%
	2013	2014	2015			
DESPESAS CORRENTES	10.849.730,31	12.098.164,84	11.283.746,62	12.880.000,00	13.870.000,00	99,07
Pessoal e Encargos Sociais	110.000,00	131.319,15	155.156,61	180.000,00	200.000,00	1,43
Vencimentos e Vantagens Fixas	89.494,87	100.800,00	122.693,88	120.000,00	135.000,00	0,96
Obrigações Patronais	20.505,13	30.519,15	32.462,73	60.000,00	65.000,00	0,46
Outras Despesas Correntes	10.739.730,31	11.966.845,69	11.128.590,01	12.700.000,00	13.670.000,00	97,64
Material de Consumo	8.376,57	2.819,50	2.754,81	180.000,00	200.000,00	1,43
Outros Serv Terc - Pessoa Física	620.555,81	663.117,17	713.102,36	620.000,00	770.000,00	5,50
Outros Serv Terc - Pessoa Jurídica	10.001.255,91	11.177.557,61	10.296.823,69	11.770.000,00	12.560.000,00	89,71
PASEP	109.542,02	123.351,41	115.909,15	130.000,00	140.000,00	1,00
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	3.550,00	120.000,00	130.000,00	0,93
Investimentos	-	-	3.550,00	120.000,00	130.000,00	0,93
Equipamento e Material Permanente	-	-	3.550,00	120.000,00	130.000,00	0,93
TOTAL	10.849.730,31	12.098.164,84	11.287.296,62	13.000.000,00	14.000.000,00	100,00

Chapecó, SC, 21 de outubro de 2016

Neuri Brunetto
 Presidente

Paulo Utzig
 CRC/SC 11.615/1-0

ANEXO 3 - ORÇAMENTO 20017 CIS-AMOSC - ATIVIDADES**Estado de Santa Catarina****Exercício 2017****CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SC****Anexo 3****DEMONSTRATIVO DA DESPESA****2001 - SECRETARIA ADMINISTRATIVA**

Especificação	Prevista 2016
DESPESAS CORRENTES	620.000,00
Pessoal e Encargos Sociais	200.000,00
Vencimentos e Vantagens Fixas	135.000,00
Obrigações Patronais	65.000,00
Outras Despesas Correntes	420.000,00
Material de Consumo	50.000,00
Outros Serv Terc - Pessoa Jurídica	230.000,00
PASEP	140.000,00
TOTAL	620.000,00

2002 - SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS

Especificação	Prevista 2016
DESPESAS CORRENTES	13.250.000,00
Outras Despesas Correntes	13.250.000,00
Material de Consumo	150.000,00
Outros Serv Terc - Pessoa Física	770.000,00
Outros Serv Terc - Pessoa Jurídica	12.330.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	130.000,00
Investimentos	130.000,00
Equipamento e Material Permanente	130.000,00
TOTAL	13.380.000,00

TOTAL GERAL	14.000.000,00
--------------------	----------------------

Chapecó, SC, 21 de outubro de 2016.

Neuri Brunetto
PresidentePaulo Utzig
CRC/SC 11.615/1-0

CISAM**RESOLUÇÃO CISAM MEIO OESTE Nº 23/2016**

RESOLUÇÃO Nº 023/2016

“Fixa os preços públicos da Prestação de Serviços de Responsabilidade Técnica em Química e estabelece outras providências”.

O Presidente do CISAM-Meio Oeste, no uso de suas atribuições legais, em observância ao que dispõe a alínea e, inciso VI, art. 16 do Estatuto Social e conforme deliberação da Assembleia Geral Ordinária de 05 de setembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º. Os preços para a prestação de Serviços de Responsabilidade Técnica em Química, realizados por servidor do consórcio, devidamente habilitado, aos municípios consorciados que necessitarem contratar, deverão ser praticados de acordo com a Tabela de Preços para a Prestação de Serviços de Responsabilidade Técnica em Química– Anexo I, desta Resolução.

§ 1º – Os preços serão atualizados monetariamente, no mês de outubro de cada ano, pela variação do INPC/IBGE acumulado dos últimos 12 meses, através de resolução a ser expedida pelo Diretor Administrativo e Financeiro do CISAM Meio Oeste.

§ 2º Os preços atualizado em outubro do ano, deverão vigorar no período de janeiro a dezembro do ano subsequente.

Art. 2º. Os serviços deverão ser realizados, mediante assinatura de Contrato Administrativo/Contrato de Programa, nas condições estabelecidas na minuta constante do Anexo II desta resolução.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal/SC, 24 de outubro de 2016.

Andevir Isganzella

Presidente CISAM-MO

ANEXO I - RESOLUÇÃO Nº 023/2016**TABELA DE SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA EM QUÍMICA – PARA O CONTROLE DE QUALIDADE DA ÁGUA****VALOR MENSAL:**

POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO	VALOR R\$
Até 4000 habitantes	825,00
Cada 1000 ou fração de 1000 habitantes, acima de 4000.	100,00

Capinzal/SC 24 de outubro de 2016

Andevir Isganzella

Presidente do CISAM Meio Oeste

Anexo II da Resolução nº 023/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO CISAM-MO Nº ____/____

(CONTRATO DE PROGRAMA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA EM QUÍMICA)

DAS PARTES

1) CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE . . . , pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº . . . , com sede à Rua . . . , nº ... – Cidade de ... -SC, neste ato representado por seu Prefeito

Municipal, Sr. . . . , CPF nº . . . , residente e domiciliado em . . . -SC, ao final assinado;

2) CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL (CISAM MEIO OESTE), Consórcio público de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 08.484.353/0001-16, com sede à Rua Lourenço Côas Netto, 140 – Bairro Universitário – CAPINZAL (SC), neste ato representado por seu Presidente, Sr. _____, CPF nº _____._____._____, residente e domiciliado em _____ (SC), ao final assinado.

CONTRATANTE e CONTRATADO decidem, por esta e na melhor forma de direito, celebrar o presente CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA, que reger-se-á pelas cláusulas e condições a seguir estipuladas:

DO OBJETO

Cláusula Primeira: O presente contrato tem por objeto a contratação de Responsável Técnico em Química, para prestação de serviços de controle de qualidade e segurança da água distribuída à população, pelo sistema público, no Município Contratante, bem como pelas informações pertinentes, às partes interessadas.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Cláusula Segunda: Para possibilitar o cumprimento do objeto, o CONTRATANTE deverá:

- Designar Servidor, pertencente ao quadro efetivo do Município, para a realização das coletas de amostras de água, para a operação dos equipamentos analíticos e para o registro e divulgação dos resultados das análises;
- Realizar, por meio do referido Servidor, as análises de água para os parâmetros: cloro residual livre, cor aparente, flúor, pH e turbidez;
- Realizar, por meio do mesmo Servidor, todas as coletas de água necessárias ao cumprimento do Plano de Amostragem;
- Disponibilizar ao CONTRATADO uma sala em condições apropriadas de segurança e higiene e dotada dos recursos necessários a realização adequada do objeto contratado;
- Manter os equipamentos analíticos em perfeitas condições de funcionamento e devidamente calibrados;
- Manter estoques de insumos e reagentes químicos e materiais de expediente, suficientes às necessidades da finalidade contratada;
- Providenciar licenças de softwares, que se fizerem necessários à viabilização da prestação dos serviços ora contratados.
- Contratar com terceiros, as análises laboratoriais exigidas pela legislação vigente, e que não possam ser realizadas através dos equipamentos analíticos de propriedade do município.
- Receber, protocolar e cumprir as orientações e determinações do Responsável técnico em Química e, em caso de não cumprimento, responsabilizar-se pelas consequências danosas que possam acarretar.

Cláusula Terceira: O CONTRATANTE deverá efetuar mensalmente o pagamento da fatura de prestação do serviço, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas nona e décima.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Cláusula Quarta: O CONTRATADO prestará os serviços ora contratados mediante a disponibilização de um funcionário de seus quadros, devidamente habilitado para o exercício da profissão e para o atendimento do objeto contratado, a quem competirá:

- Elaborar ou verificar se o Plano de Amostragem encontra-se em conformidade com as diretrizes da Portaria nº 2914/2011 do Ministério da Saúde, e aprovado pela Vigilância Sanitária do Município;
- Responsabilizar-se por cumprir e fazer cumprir o estabelecido no Plano de Amostragem, ou seja, que as amostras planejadas sejam coletadas e analisadas e que os resultados das análises sejam devidamente registrados;
- Verificar a conformidade da qualidade da água em relação aos padrões de potabilidade estabelecidos na Portaria nº 2914/2011 e caso ocorra inconformidade no resultado de amostras, adotar e

- exigir o cumprimento das providências necessárias à adequação;
- d) Verificar que sejam atendidas pelo Município as demais exigências da Portaria nº 2914/2011, que digam respeito a garantia da qualidade da água;
- e) Orientar e treinar servidor designado pelo Município, pertencente ao seu quadro efetivo, para a realização das coletas de amostras de água; operação dos equipamentos analíticos e para o registro e a divulgação dos resultados das análises;
- f) Verificar que sejam atendidas pelo município, as exigências do Decreto nº 5440/2005, o qual estabelece definições e procedimentos sobre o controle de qualidade da água de sistemas de abastecimento e institui mecanismos e instrumentos para divulgação de informação ao consumidor sobre a qualidade da água para consumo humano;
- g) Assinar Anotações de Função Técnica – AFT's; resultados das análises do controle da qualidade de água; relatórios anuais de controle da qualidade da água disponibilizados à população do Município Contratante, assim como demais documentos afetos ao controle da qualidade da água e a assunção de responsabilidade técnica.
- h) Cumprir atividades presenciais no município CONTRATANTE, por 04 (quatro) horas semanais, preferencialmente às ____feiras.
- i) Atender de forma remota, todas as demais necessidades do município CONTRATANTE, que não tenham sido cumpridas no período presencial, no que diz respeito ao objeto contratado.
- j) Orientar e determinar, de forma escrita e protocolada, as ações e procedimentos necessários à garantia e segurança da qualidade da água e ao atendimento à legislação pertinente.
- l) Disponibilizar os meios de locomoção e alimentação

Cláusula Quinta: Será de responsabilidade do CONTRATADO, os meios de locomoção e alimentação, bem como todo o ônus trabalhista e de encargos sociais referente ao funcionário disponibilizado para a prestação do serviço objeto deste instrumento, ficando o CONTRATANTE isento de qualquer obrigação em relação ao mesmo.

Cláusula Sexta: Compete também ao CONTRATADO fornecer as faturas mensais para cobrança dos serviços contratados, até o último dia útil de cada mês, por meio de correio eletrônico.

DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

Cláusula Sétima: Esta contratação dispensa licitação, em conformidade com o contido no art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Cláusula Oitava: As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta do CONTRATANTE e estão previstas em seu Orçamento do corrente ano, na fonte de recursos com a seguinte classificação:

Função:

Subfunção:

Programa:

Projeto Atividade:

Modalidade de Aplicação:

Fonte de Recursos: Próprios.

DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Cláusula Nona: Pela a prestação de Serviços de Responsabilidade Técnica e Assessoramento em Química, objeto deste contrato, o contratante pagará mensalmente ao Contratado, a importância de R\$ 825,00 (oitocentos e vinte e cinco reais).

Sub-cláusula Única: O CONTRATADO emitirá fatura mensal, em conformidade com o contido na Cláusula sexta, cujo vencimento dar-se-á no dia 5 (cinco) do mês subsequente.

Cláusula Décima: As faturas vencidas e não pagas pelo CONTRATANTE sofrerão acréscimo de multa de 2% (dois por cento), bem como da variação do INPC/IBGE desde o dia do vencimento até a data do efetivo pagamento.

DO DESCUMPRIMENTO E DA RESCISÃO

Cláusula Décima Primeira: O descumprimento de qualquer das cláusulas deste contrato por uma das partes implicará na sua imediata rescisão. Nesse caso caberá ao CONTRATADO ultimar os serviços e assinar os respectivos relatórios, laudos e demais documentos inerentes a sua responsabilidade, até a data da rescisão. Por sua vez, caso o CONTRATANTE não tenha efetuado o pagamento do valor integral, referente aos serviços executados, compromete-se a efetuar-lo até a data da rescisão.

Cláusula Décima Segunda: O presente contrato poderá também ser rescindido por qualquer das partes, a qualquer momento, mesmo sem que haja motivo relevante, respeitando-se um período mínimo de 30 (trinta) dias (denominado período de encerramento do contrato), devendo então somente ser finalizados e pagos os serviços que já estiverem em andamento.

DO PRAZO DE VIGÊNCIA

Cláusula Décima Terceira: Este contrato tem vigência pelo prazo de 1 (um) ano, iniciando-se em data de10.2016 e encerrando-se em10.2017, podendo ser renovado por períodos subsequentes, desde que contemplado o reajuste dos preços públicos (cláusula oitava) em conformidade com a tabela anexa à Resolução nº 023/2016, atualizada.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula Décima Quarta: A tolerância, por alguma das partes, em relação ao descumprimento de qualquer termo ou condição aqui ajustado, não será considerada como desistência em exigir o cumprimento de disposição nele contida, nem representará novação com relação à obrigação passada, presente ou futura, no tocante ao termo ou condição cujo descumprimento foi tolerado.

DO FORO

Cláusula Décima Quinta: Para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente contrato, as partes elegem o foro da Comarca de Capinzal, Estado de Santa Catarina.

E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente instrumento, em 2 (duas) vias de igual teor, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

CAPINZAL (SC), de de

O Município de ... -SC – Contratante

..... – Prefeito Municipal

Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental

(CISAM Meio Oeste) – Contratado

..... - Presidente

Testemunhas:

Nome:

Nome:

CPF nº

CPF nº

RESOLUÇÃO NORMATIVA CISAM-REG Nº001/2016

RESOLUÇÃO NORMATIVA CISAM-REG Nº 01/2016

"Estabelece os meios a serem utilizados na comunicação entabulada entre o CISAM-REG e o Prestador no desenvolvimento das atividades de OUVIDORIA."

O Presidente da Câmara de Regulação e Fiscalização do Saneamento Básico – CREFISBA, integrante do CISAM-REG, juntamente com os demais membros da Câmara, no uso de suas atribuições legais, promulga a seguinte resolução:

Art. 1º Para o intercâmbio de comunicação entre o CISAM-REG e os prestadores de serviços públicos de fornecimento de água e de esgotamento sanitário que o integram, com vistas ao efetivo funcionamento da OUVIDORIA de que trata a Resolução Normativa CISAM-REG nº 01/2015 faz-se necessário estabelecer os meios a serem utilizados no mister.

Art. 2º Na operacionalização dos serviços de OUVIDORIA para a troca de informações entre o CISAM-REG e os prestadores serão aceitas: (a) mensagens por correio eletrônico (e-mail) e (b)

correspondências, por ofício ou por carta, mediante a utilização dos serviços da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (carta registrada ou com aviso de recebimento).

Art. 3º A utilização de meios diversos dos ora estabelecidos implicará na devolução à origem da mensagem enviada em desacordo, com a recomendação de que seja reenviada de forma correta.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Capinzal/SC, 24 de outubro de 2016.

Nasser Ibrahim – Presidente da CREFISBA	Andevir Isganzella – Presidente do CISAM
Aluir Flemming Diretor Técnico Operacional do CISAM	Sidnei Penzo Diretor Admin. e Financeiro do CISAM
Bruno Cesar Schmitt Engenheiro Sanitarista do CISAM	Leomar Eggers Contador do CISAM

CIAPS

CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO - CIAPS - (CONSOLIDADO).

CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL – CIAPS

(Consolidado com alterações até 2016)

CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO

Os Municípios de APIÚNA, ASCURRA e RODEIO, de comum acordo, firmam o presente CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO, visando integrar e constituir o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL – CIAPS, na forma da Lei nº 11.107/05, de seu regulamento (Decreto nº 6.017/07) e das demais disciplinas legais aplicáveis à matéria, tendo como justas e acordadas as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA DENOMINAÇÃO E NATUREZA JURÍDICA

1.1 - O consórcio público será denominado CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CIAPS, e constitui-se sob a forma de associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, integrando, nos termos da lei, a administração indireta dos Entes consorciados.

1.1.1 - O Consórcio adquire personalidade jurídica de direito público com a vigência das leis de ratificação do Protocolo de Intenções, publicadas por todos os Entes consorciados neste exercício, na forma da Lei nº 11.107/05 e do seu regulamento.

1.1.1.1 – A publicação do Protocolo de Intenções ocorreu em 26 de Setembro de 2014, no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC – edição nº 1580, páginas 11 a 29.

1.1.2 – O Consórcio Público gozará da imunidade tributária de que trata o art. 150, VI, “a”, e § 2º, da Constituição Federal, bem como da isenção dos demais tributos instituídos pelos Municípios consorciados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS FINALIDADES

2.1 – Constitui finalidade do Consórcio Público a organização da rede de atenção à saúde mental nos Municípios consorciados, integrando-se com a rede básica e tendo como uma das atribuições supervisionar e qualificar a rede básica para a atenção em saúde mental.

2.1.1 – O Consórcio Público promoverá a implantação e gestão de um Centro Regional de Atenção Psicossocial (CAPS), modalidade I, para atendimento dos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS nas redes municipais de saúde de Apiúna, Ascurra e Rodeio, possibilitando:

I – oferta de suporte hospitalar para as situações de urgência/emergência em saúde mental;

II - minimizar o sofrimento mental grave principalmente no momento de crise aguda com o cuidado hospitalar até a remissão do quadro;

III - proporcionar retaguarda hospitalar a Rede de Atenção Psicossocial;

IV - fortalecer a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) da região;

V - oferecer projeto terapêutico individualizado, atendendo as necessidades de cada usuário;

VI - reduzir a iatrogenia e a cronicidade dos quadros de intenso sofrimento psíquico.

2.1.2 - O CAPS deverá constituir-se em serviço ambulatorial de atenção diária que funcione segundo a lógica do território de atuação do Consórcio Público, disponibilizando serviço de atenção psicossocial com as seguintes características:

I - responsabilizar-se, sob coordenação do gestor local, pela organização da demanda e da rede de cuidados em saúde mental no âmbito do seu território;

II - possuir capacidade técnica para desempenhar o papel de regulador da porta de entrada da rede assistencial no âmbito do seu território e/ou do módulo assistencial, definido na Norma Operacional de Assistência à Saúde (NOAS), de acordo com a determinação do gestor local;

III - coordenar, por delegação do gestor local, as atividades de supervisão de unidades hospitalares psiquiátricas no âmbito do seu território;

IV - supervisionar e capacitar as equipes de atenção básica, serviços e programas de saúde mental no âmbito do seu território e/ou do módulo assistencial;

V - realizar, e manter atualizado, o cadastramento dos pacientes que utilizam medicamentos essenciais para a área de saúde mental regulamentados pela Portaria/GM/MS nº 1077 de 24 de agosto de 1999 e medicamentos excepcionais, regulamentados pela Portaria/SAS/MS nº 341 de 22 de agosto de 2001, dentro de sua área assistencial;

VI - funcionar no período de 08 às 18 horas, em 02 (dois) turnos, durante os cinco dias úteis da semana.

2.1.2.1 - A assistência prestada ao paciente no CAPS I inclui as seguintes atividades:

I - atendimento individual (medicamentoso, psicoterápico, de orientação, entre outros);

II - atendimento em grupos (psicoterapia, grupo operativo, atividades de suporte social, entre outras);

III - atendimento em oficinas terapêuticas executadas por profissional de nível superior ou nível médio;

IV - visitas domiciliares;

V - atendimento à família;

VI - atividades comunitárias enfocando a integração do paciente na comunidade e sua inserção familiar e social;

VII - os pacientes assistidos em um turno (04 horas) receberão uma refeição diária, os assistidos em dois turnos (08 horas) receberão duas refeições diárias.

2.2 – Para cumprimento de suas finalidades, o Consórcio poderá:

I - firmar convênios, contratos, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções sociais ou econômicas de outras entidades e órgãos governamentais ou não-governamentais;

II - ser contratado pela administração direta ou indireta dos Municípios consorciados, dispensada a licitação;

III – realizar licitações compartilhadas e promover desapropriações ou instituir servidões nos termos de declaração de utilidade ou necessidade pública, ou de interesse social;

IV - adquirir e ou receber em doação ou cessão de uso, os bens que entender necessários, os quais integrarão seu patrimônio.

2.3 – O desenvolvimento de ações e de serviços de saúde pelo Consórcio Público, deve obedecer aos princípios, diretrizes e normas que regulam o Sistema Único de Saúde – SUS.

2.4 - Os Municípios só poderão se consorciar em relação a todas as finalidades objeto da instituição do Consórcio.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE DURAÇÃO E DA SEDE

3.1 - O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CIAPS, vigorará por prazo indeterminado.

3.1.1 - A alteração ou a extinção do contrato de consórcio público dependerá de instrumento aprovado pela assembléia geral, previamente autorizado, ou sendo ratificado, através de lei por todos os Entes consorciados.

3.2 - O Consórcio terá sede na Rua Quintino Bocaiúva, nº 204, Centro, na cidade de Apiúna - SC.

3.2.1 – Os serviços administrativos, contábeis e jurídicos do Consórcio Público poderão ser realizados, a título de cooperação, pela Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí – AMMVI, sita à Rua Alberto Stein, nº 466, Bairro Velha, no Município de Blumenau, Estado de Santa Catarina, por seus próprios meios.

3.2.2 - A Assembléia Geral do Consórcio, mediante decisão de 2/3 (dois terços) dos consorciados, poderá alterar a sede, dispensando-se, para este fim, a ratificação mediante lei por todos os Entes consorciados.

CLÁUSULA QUARTA – DA SUBSCRIÇÃO

4.1 - São subscritores do presente Contrato de Consórcio Público:

I - MUNICÍPIO DE APIÚNA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 79.373.767/0001-16, com sede na Rua Quintino Bocaiúva, nº 204, na cidade de Apiúna, neste Estado, representado por seu Prefeito, conforme Lei Complementar Municipal nº 142, de 19/08/2014;

I - MUNICÍPIO DE APIÚNA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 79.373.767/0001-16, com sede na Rua Quintino Bocaiúva, nº 204, na cidade de Apiúna, neste Estado, representado por seu Prefeito, conforme Leis Complementares Municipais nº 142, de 19/08/2014, e nº 159/2016, de 13/06/2016;

II - MUNICÍPIO DE ASCURRA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.102.772/0001-61, com sede à Rua Benjamin Constant, nº 221, na cidade de Ascurra, neste Estado, representado por seu Prefeito, conforme Lei Complementar Municipal nº 152, de 01/09/2014;

II - MUNICÍPIO DE ASCURRA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.102.772/0001-61, com sede à Rua Benjamin Constant, nº 221, na cidade de Ascurra, neste Estado, representado por seu Prefeito, conforme Leis Complementares Municipais nº 152, de 01/09/2014, e nº 170, de 01/07/2016;

III - MUNICÍPIO DE RODEIO, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.102.814/0001-64, com sede na Rua Barão do Rio Branco, nº 1.069, na cidade de Rodeio, neste Estado, representado por seu Prefeito, conforme Lei Complementar Municipal nº 50, de 19/08/2014.

III - MUNICÍPIO DE RODEIO, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.102.814/0001-64, com sede na Rua Barão do Rio Branco, nº 1.069, na cidade de Rodeio, neste Estado, representado por seu Prefeito, conforme Leis Complementares Municipais nº 50, de 19/08/2014, e nº 58, de 13/07/2016.

4.2 - Consideram-se subscritores todos os Municípios criados por desmembramento ou fusão de quaisquer dos Municípios mencionados nos incisos do item 4.1 desta cláusula, observada, no que couber, a regra do item 4.3 desta.

4.3 – É facultado o ingresso de novos municípios participantes no Consórcio Público a qualquer momento, o que se fará com o pedido formal à Diretoria, a qual, uma vez aprovada na Assembléia Geral e atendidos os requisitos legais e do estatuto do consórcio, informará da aceitação ou não do novo consorciado.

4.3.1 - Aprovado o consorciado, este providenciará a Lei Municipal de Ratificação do Protocolo de Intenções consolidado e de autorização para adesão ao Contrato de Consórcio Público, celebração do Contrato de Rateio e subscrição de Contrato de Programa, inclusão da dotação orçamentária na Lei Orçamentária Anual, para destinação de recursos financeiros ao Consórcio Público, efetiva participação nas atividades do Consórcio Público e nas Assembléias Gerais, com colaboração para ações de fortalecimento e defesa da Entidade e de suas prerrogativas.

4.4 – Na hipótese da lei de ratificação prever reservas para afastar ou condicionar a vigência de cláusulas, parágrafos, incisos ou alíneas do Protocolo de Intenções, o consorciamento do Município dependerá de que as reservas sejam aceitas pelos demais Entes da Federação subscritores.

CLÁUSULA QUINTA – DA ÁREA DE ATUAÇÃO DO CONSÓRCIO PÚBLICO

5.1 - A área de atuação do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CIAPS será a área correspondente à soma dos territórios dos Municípios consorciados.

5.2 - Em caso de interesse dos Municípios Consorciados, condicionado a aprovação da Assembléia Geral, o Consórcio poderá exercer atividades fora de sua área de atuação.

CLÁUSULA SEXTA – DOS DIREITOS E DEVERES DOS CONSORCIADOS

6.1 - Constituem direitos dos consorciados:

I – participar das Assembléias Gerais e discutir os assuntos submetidos à apreciação dos consorciados;

II – votar e ser votado para os cargos de Presidente, de Vice-Presidente ou do Conselho Fiscal;

III – propor medidas que visem atender aos objetivos e interesses dos Municípios e ao aprimoramento do Consórcio Público;

IV – compor a Diretoria ou Conselho Fiscal do Consórcio Público, nas condições estabelecidas pelo Estatuto.

6.1.1 - Quando adimplente com suas obrigações, qualquer Ente consorciado é parte legítima para exigir o pleno cumprimento das cláusulas previstas neste Contrato do Consórcio Público.

6.2 - Constituem deveres sociais:

I – cumprir e fazer cumprir o presente Contrato, em especial, quanto ao pagamento das contribuições previstas no “Contrato de Rateio”;

II – acatar as determinações da Assembléia Geral, cumprindo com as deliberações e obrigações do Consórcio Público, em especial ao que determina o “Contrato de Programa” e o “Contrato de Rateio”;

III – cooperar para o desenvolvimento das atividades do Consórcio Público, bem como, contribuir com a ordem e a harmonia entre os consorciados e colaboradores;

IV – participar ativamente das reuniões e assembleias gerais do Consórcio Público.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ORGANIZAÇÃO DO CONSÓRCIO PÚBLICO

7.1 - O Consórcio será organizado pelo Estatuto, cujas disposições, sob pena de nulidade, deverá atender a todas as cláusulas deste Contrato de Consórcio Público.

7.2 - O Consórcio Público é composto dos seguintes órgãos:

I - Assembleia Geral;

II – Diretoria;

III – Conselho Fiscal.

CLÁUSULA OITAVA – Da Assembleia Geral

8.1 - A Assembleia Geral, instância máxima do Consórcio Público, é órgão colegiado composto pelos Chefes dos Poderes Executivos de todos os Entes consorciados.

8.1.1 - No caso de impedimento ou ausência do Chefe do Poder Executivo, este poderá delegar competência ao Vice-Prefeito para representá-lo na Assembleia Geral, praticando todos os atos.

8.1.2 - Ninguém poderá representar dois consorciados na Assembleia Geral.

8.2 – A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, três vezes por ano, em datas a serem definidas no Estatuto, e, extraordinariamente, sempre que convocada, inclusive, neste último caso, para deliberar sobre a destituição de membros da Diretoria ou sobre alteração estatutária.

8.2.1 - A forma de convocação das assembleias gerais ordinárias e extraordinárias será definida no Estatuto.

8.2.2 – Até a aprovação do Estatuto do Consórcio Público todas as Assembleias convocadas serão consideradas extraordinárias.

8.3 - Cada consorciado terá direito a um voto na Assembleia Geral.

8.3.1 - O voto será público e nominal, inclusive nos casos de julgamento em que se suscite a aplicação de penalidade a servidores do Consórcio Público ou a Ente consorciado.

8.4 - O estatuto disporá sobre o número de presenças necessárias para a instalação da Assembleia e para que sejam válidas suas deliberações e, ainda, o número de votos necessários à apreciação de determinadas matérias.

8.5 - Compete à Assembleia Geral:

I – homologar o ingresso no Consórcio Público de Ente federativo que não tenha sido subscritor inicial do Protocolo de Intenções;

II – aplicar a pena de exclusão do Consórcio Público;

III - elaborar o Estatuto do Consórcio Público e aprovar as suas alterações;

IV – eleger ou destituir o Presidente e o Vice-Presidente do Consórcio Público, cujos mandatos serão de 1 (um) ano, permitida a reeleição para um único período subsequente;

V – ratificar ou recusar a nomeação ou destituir os demais membros da Diretoria;

VI – aprovar:

a) orçamento plurianual de investimentos;

b) programa anual de trabalho;

c) o orçamento anual do Consórcio Público, bem como respectivos créditos adicionais, inclusive a previsão de aportes a serem cobertos por recursos advindos do Contrato de Rateio;

d) a realização de operações de crédito;

e) a fixação, a revisão e o reajuste de tarifas e outros preços públicos, bem como de outros valores devidos ao Consórcio pelos consorciados, por particulares ou pelos usuários;

f) a alienação e a oneração de bens do Consórcio Público ou daqueles que, nos termos de Contrato de Programa, lhe tenham sido outorgados os direitos de exploração;

VII – homologar as decisões do Conselho Fiscal;

VIII – aceitar a cessão de servidores por Ente federativo consorciado ou conveniado ao Consórcio Público;

IX – aprovar planos e regulamentos dos serviços do Consórcio Público;

X – aprovar a celebração de convênios e Contratos de Programa;

XI – apreciar e sugerir medidas sobre:

a) a melhoria dos serviços prestados pelo Consórcio Público;

b) o aperfeiçoamento das relações do Consórcio Público com órgãos públicos, entidades e empresas privadas.

8.5.1 - Somente será aceita a cessão de servidores com ônus para o Consórcio Público mediante decisão unânime da Assembléia Geral, presentes pelo menos 2/3 (dois terços) dos membros consorciados. No caso de o ônus da cessão ficar com o consorciado, exigir-se-á, para a aprovação, 2/3 (dois terços) dos votos dos membros presentes.

8.5.2 - As competências arroladas nesta cláusula não prejudicam que outras sejam reconhecidas pelo Estatuto.

8.5.3 - O mandato do Presidente e/ou do Vice-Presidente cessará automaticamente no caso de o eleito não mais ocupar a Chefia do Poder Executivo do Ente consorciado que representa na Assembleia Geral, hipótese em que será sucedido, automaticamente, por quem preencha essa condição.

8.6 - O Presidente e o Vice-Presidente serão eleitos em Assembléia especialmente convocada, podendo ser apresentadas candidaturas nos primeiros trinta minutos. Somente será aceita a candidatura de Chefe de Poder Executivo de Ente consorciado.

8.6.1 - O Presidente e o Vice-Presidente serão eleitos mediante voto público e nominal.

8.6.2 - Será considerado eleito o candidato que obtiver ao menos 2/3 (dois terços) dos votos, não podendo ocorrer à eleição sem a presença de pelo menos 2/3 (dois terços) dos consorciados.

8.6.3 - Caso nenhum dos candidatos tenha alcançado 2/3 dos votos, realizar-se-á segundo turno de eleição, cujos candidatos serão os dois candidatos mais votados para cada função. No segundo turno será considerado eleito o candidato que obtiver metade mais um dos votos, excetuados os votos brancos.

8.6.4 - Não obtido o número de votos mínimo mesmo em segundo turno, será convocada nova Assembléia Geral, a se realizar em até 30 (trinta) dias, caso necessário prorrogando-se pro tempore o mandato do Presidente ou do Vice-Presidente em exercício.

8.7 - Proclamado eleito o candidato a Presidente, a ele será dada à palavra para que indique o Coordenador Executivo ou o confirme na função.

8.7.1 - Uma vez indicado, o Presidente da Assembléia indagará, caso presente, se o indicado aceita a função. Caso ausente, o Presidente eleito deverá comprovar o aceite por qualquer meio idôneo.

8.7.2 - Caso haja recusa da indicação, será concedida a palavra para que o Presidente eleito apresente nova indicação.

8.7.3 – Estabelecida indicação válida, esta somente produzirá efeito caso aprovada por 2/3 (dois terços) dos votos, exigida a presença da maioria absoluta dos consorciados.

8.8 - Os membros da Diretoria poderão ser destituídos mediante aprovação de moção de censura apresentada com apoio de pelo menos dois terços dos Consorciados, em Assembleia Geral especificamente convocada.

8.8.1 - Em qualquer Assembleia Geral donde conste na pauta o item “assuntos gerais”, poderá ser apresentado eventuais moções de censura ao final da reunião, observando-se a subscrição qualificada de que trata o item anterior.

8.8.2 - Recebida moção de censura, sua discussão e apreciação será objeto da primeira Assembleia Geral Extraordinária que se seguir, vedada a deliberação de qualquer outro item de pauta.

8.8.3 - A votação da moção de censura será efetuada depois de facultada a palavra, por quinze minutos, ao seu primeiro subscritor e, caso presente, ao membro da Diretoria que se pretenda destituir.

8.8.4 - Será considerada aprovada a moção de censura se obter voto favorável de 2/3 (dois terços) dos representantes presentes à Assembleia Geral, em votação pública e nominal.

8.8.5 - Caso aprovada moção de censura do Presidente do Consórcio Público, ele estará automaticamente destituído, procedendo-se, na mesma Assembleia, à eleição do Presidente para completar o período remanescente de mandato.

8.8.6 - Na hipótese de não se viabilizar a eleição de novo Presidente, o Vice-Presidente assumirá esta função até a próxima Assembleia Geral, a se realizar em até 30 (trinta) dias.

8.8.7 - Aprovada moção de censura apresentada em face do Coordenador Executivo, ele será automaticamente exonerado, aguardando-se indicação do Presidente do Consórcio, para nomeação de seu substituto, após homologação da Assembleia Geral.

8.8.8 - Rejeitada moção de censura, nenhuma outra, de igual teor, poderá ser apresentada nas Assembleias que se realizarem nos 60 (sessenta) dias seguintes.

8.9 - Será convocada Assembléia Geral específica para a elaboração e/ou alteração do Estatuto do Consórcio Público, por meio de publicação e correspondência dirigida a todos os subscritores do presente Contrato, acaso não tenha ocorrido à convocação específica durante a realização da Assembleia anterior.

8.9.1 - Confirmado o quorum de instalação, a Assembleia Geral, por maioria simples, elegerá o Presidente e o Secretário da Comissão Especial que dirigirá a Assembleia e, ato contínuo, aprovará resolução que estabeleça:

I – o texto básico do projeto de Estatuto e/ou de alteração que norteará os trabalhos;

II – o prazo para apresentação de emendas e de destaques para votação em separado;

III – o número de votos necessários para aprovação de emendas ao projeto de Estatuto.

8.9.2 - Sempre que recomendar o adiantado da hora, os trabalhos serão suspensos para recomeçarem em dia, horário e local, anunciados antes do término da sessão.

8.9.3 - Da nova sessão poderão comparecer os Entes que tenham faltado à sessão anterior, bem como os que, no interregno entre uma e outra sessão, tenham sido admitidos no Consórcio Público, após o cumprimento de todas as formalidades estabelecidas.

8.9.4 - O Estatuto preverá as formalidades e quorum para a alteração de seus dispositivos.

8.9.5 - O Estatuto do Consórcio Público e/ou suas alterações entrarão em vigor após publicação na imprensa oficial, na forma legal.

8.10 - Nas atas da Assembleia Geral serão registradas:

I – por meio de lista de presença, todos os Entes federativos representados na Assembleia Geral;

II – de forma resumida, todas as intervenções orais e, como anexo, todos os documentos que tenham sido entregues ou apresentados na reunião da Assembleia Geral;

III – a íntegra de cada uma das propostas votadas na Assembleia Geral e a indicação expressa e nominal de como cada representante nela votou, bem como a proclamação de resultados.

8.10.1 - No caso de votação secreta, será registrada em ata a expressa motivação do segredo e o resultado final da votação.

8.10.2 - Somente se reconhecerá sigilo de documentos e declarações efetuadas na Assembleia Geral mediante decisão na qual se indiquem expressamente os motivos do sigilo. A decisão será tomada por 2/3 (dois terços) dos votos dos presentes e a ata deverá indicar expressa e nominalmente os representantes que votaram a favor e contra o sigilo.

8.10.3 - A ata será rubricada em todas as suas folhas, inclusive de anexos, por aquele que a lavrou e por quem presidiu o término dos trabalhos da Assembleia Geral.

8.11 - Sob pena de ineficácia das decisões nela tomadas, a íntegra da ata da Assembleia Geral será, em até dez dias após a aprovação, publicada no sítio que o Consórcio Público deve manter na rede mundial de computadores – internet.

8.11.1 - Mediante requerimento e pagamento das despesas de reprodução, cópia autenticada da ata será fornecida para qualquer interessado.

CLÁUSULA NONA – DA DIRETORIA (PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE)

9.1 - Sem prejuízo do que prever o Estatuto do Consórcio Público, incumbe ao Presidente:

I – representar o Consórcio Público judicial e extrajudicialmente;

II – ordenar as despesas do Consórcio Público e responsabilizar-se pela sua prestação de contas;

III – convocar as Assembleias Gerais;

IV – zelar pelos interesses do Consórcio Público, exercendo todas as competências que não tenham sido outorgadas por este Contrato ou pelo Estatuto a outro órgão do CIAPS;

V – promover todos os atos administrativos e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do Consórcio Público.

9.1.1 - Com exceção da competência prevista no inciso I do item anterior, todas as demais poderão ser delegadas ao Coordenador Executivo.

9.1.2 - Por razões de urgência ou para permitir a celeridade na condução administrativa do Consórcio Público, o Coordenador Executivo

poderá ser autorizado a praticar atos ad referendum do Presidente.

9.2 – Na ausência eventual ou impedimento temporário do Presidente, assumirá o Vice-Presidente.

9.3 - O substituto ou sucessor do Prefeito o substituirá na Presidência.

CLÁUSULA DÉCIMA – Da DIRETORIA E DO COORDENADOR EXECUTIVO

10.1 - A Diretoria é órgão executivo e de gestão das atividades do Consórcio Público, composta por dois membros que exercerão funções próprias, sendo um o Presidente do Consórcio Público e outro o Coordenador Executivo.

10.1.1 - Não haverá percepção de remuneração ou quaisquer espécies de verba indenizatória por parte do Presidente, sem prejuízo do pagamento das despesas de locomoção, transporte, hospedagem e/ou alimentação quando em deslocamento no interesse exclusivo do Consórcio Público. O Coordenador Executivo perceberá a remuneração estabelecida para a função, acaso não perceba qualquer outro tipo de vencimento, salário ou subsídio de qualquer outro órgão de Ente federado ou de Município consorciado.

10.1.2 – A disciplina da posse do Presidente e a forma de nomeação e posse do Coordenador Executivo serão fixadas no Estatuto.

10.2 - Mediante proposta do Presidente do Consórcio Público, aprovada pela Assembleia Geral, poderá haver redesignação interna de funções na Diretoria e/ou delegação de competência.

10.3 - A Diretoria deliberará sobre atos de gestão do Consórcio Público e executará todas as deliberações da Assembleia Geral.

10.3.1 - As deliberações da Diretoria serão externadas na forma de Resolução.

10.4 - Além do previsto nos Estatutos, compete à Diretoria:

I – julgar recursos relativos à:

- a) homologação de inscrição e de resultados de concursos públicos;
- b) impugnação de edital de licitação, bem como os relativos à inabilitação, desclassificação e homologação e adjudicação de seu objeto;
- c) aplicação de penalidades a servidores do Consórcio Público;

II – autorizar que o Consórcio Público ingresse em juízo, reservado ao Presidente a incumbência de, ad referendum, tomar as medidas que reputar urgentes;

III – autorizar a contratação, dispensa ou exoneração de empregados e de servidores temporários;

IV – promover todos os atos administrativos e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do Consórcio Público.

10.5 – Para exercício da função de Coordenador Executivo ou de qualquer outro emprego de confiança no Consórcio Público será exigida experiência e formação profissional em nível superior, com especialização em áreas afins com a Administração Pública e com as finalidades do CIAPS.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CONSELHO FISCAL

11.1 - O Conselho Fiscal é composto por três Conselheiros, sendo dois secretários municipais de saúde indicados por seus pares e um Prefeito eleito pela Assembleia Geral realizada no mês de dezembro de cada ano, para mandato de um ano, o qual coincidirá com o ano civil. Os membros do Conselho Fiscal não serão remunerados, sob pretexto ou forma alguma, sendo, entretanto, o exercício do mandato considerado serviço público relevante.

11.1.1 - Os membros do Conselho Fiscal somente poderão ser afastados de seus cargos mediante moção de censura aprovada por 2/3 (dois terços) de votos da Assembleia Geral, exigida a presença de 3/5 dos Entes consorciados.

11.2 - A Assembleia Geral reunir-se-á mediante convocação para eleição do Conselho Fiscal.

11.2.1 - Nos primeiros trinta minutos de reunião serão apresentadas as indicações dos dois secretários municipais de saúde que integrarão o Conselho Fiscal, bem como as candidaturas dos prefeitos interessados para a vaga em disputa.

11.2.2 - As candidaturas serão sempre pessoais, vedada à inscrição ou apresentação de chapas.

11.2.3 - Poderá se candidatar ao Conselho Fiscal qualquer representante de Ente consorciado.

11.2.4 - A eleição do Conselho Fiscal realizar-se-á por meio de voto aberto sendo que cada eleitor somente poderá votar em um candidato.

11.2.5 - Considera-se eleito membro efetivo o candidato com maior número de votos e, como membro suplente, os candidatos que se seguirem em número de votos, se for o caso. Em caso de empate, será considerado eleito o candidato de maior idade.

11.3 - Além do previsto no Estatuto, compete ao Conselho Fiscal exercer o controle da legalidade, legitimidade e economicidade da atividade patrimonial e financeira do Consórcio Público, com o auxílio, no que couber, do Tribunal de Contas.

11.3.1 - O disposto no item 11.3 não prejudica o controle externo a cargo do Poder Legislativo de cada Ente consorciado e nem a fiscalização dos respectivos Conselhos Municipais de Saúde, no que se refere aos recursos que cada um deles efetivamente entregou ou compromissou ao Consórcio Público.

11.4 - O Estatuto deliberara sobre o funcionamento do Conselho Fiscal.

11.4.1 - As decisões do Conselho Fiscal serão submetidas à homologação da Assembléia Geral.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS RECURSOS HUMANOS

12.1 - Somente poderão prestar serviços remunerados ao CIAPS os contratados para ocupar os empregos públicos previstos nos Anexos 1 ou 2 do Protocolo de Intenções ou deste Contrato de Consórcio Público, bem como, em havendo necessidade e interesse, pessoas físicas ou jurídicas contratadas conforme dispuser a lei.

12.1.1 - A participação do Conselho Fiscal ou de outros órgãos diretivos que sejam criados pelo Estatuto ou por deliberação da Assembleia Geral, bem como a participação dos representantes dos Entes consorciados na Assembléia Geral e em outras atividades do Consórcio Público não será remunerada, sendo considerado trabalho público relevante.

12.1.2 - O Presidente não será remunerado e não poderá receber qualquer quantia do Consórcio Público, em razão do exercício dessa função, ressalvado o disposto na primeira parte do item 10.1.1 do Protocolo de Intenções e deste Contrato de Consórcio Público.

12.1.3 - O Coordenador Executivo perceberá o salário estabelecido para o emprego, observando-se o disposto na segunda parte do item 10.1.1 do Protocolo de Intenções e deste Contrato de Consórcio Público, bem como as demais vantagens estabelecidas em Lei ou no Protocolo de Intenções ratificado.

12.2 - Os empregados públicos efetivos, comissionados ou contratados temporariamente pelo Consórcio são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e estarão submetidos ao Regime Geral de Previdência Social.

12.2.1 – O regulamento do quadro de pessoal do CIAPS, a ser definido por resolução aprovada pela Assembléia Geral, obedecido ao disposto no Protocolo de Intenções, neste Contrato de Consórcio Público e no Estatuto, tratará especialmente da descrição das funções, dos requisitos para ocupação dos empregos públicos, da forma de recrutamento, dos benefícios funcionais, da jornada de trabalho, dos direitos e deveres e do regime disciplinar.

12.2.2 - A exoneração ou demissão de empregados públicos dependerá de ato administrativo da Diretoria, motivado no caso de dispensa por iniciativa do Consórcio Público, observada as demais formalidades legais.

12.2.3 - Os empregados do CIAPS não poderão ser cedidos, inclusive para os próprios Entes consorciados, sem prejuízo da possibilidade de prestação de serviços na sua área de atuação, através do Consórcio Público.

12.2.4 - Os Entes da Federação consorciados, ou os com eles conveniados, poderão ceder-lhe servidores, na forma e condições da legislação de cada um.

12.2.4.1 - Os servidores efetivos recebidos em cessão permanecerão no seu regime jurídico e previdenciário originário, com remuneração paga pelo órgão cedente, podendo, a critério da Assembleia Geral, ser-lhes concedida gratificação complementar em razão da remuneração de mercado para função que venham a desempenhar no CIAPS, no percentual de até 100% (cem por cento) de sua remuneração mensal do órgão de origem.

12.2.4.2 - O pagamento de gratificação complementar na forma prevista no item anterior, não configura vínculo novo do servidor cedido, para fins trabalhistas, contudo o CIAPS efetuará a retenção e recolherá os encargos tributários correspondentes.

12.2.4.3 - Na hipótese do item 12.2.4 do Protocolo de Intenções e deste Contrato de Consórcio Público, o Ente da Federação consorciado cedente deverá assumir a manutenção dos pagamentos da remuneração regular do servidor e dos encargos, donde tais pagamentos serão contabilizados como créditos hábeis para operar compensação com obrigações previstas no contrato de rateio e/ou ressarcidos mensalmente pelo CIAPS.

12.3 - O quadro de pessoal do CIAPS é composto pelos empregos públicos constantes nos anexos 1 e 2 do Protocolo de Intenções e deste Contrato de Consórcio Público.

12.3.1 - Os empregos do Consórcio serão providos mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, exceto o de Coordenador Executivo, que será de livre nomeação e exoneração. O emprego público de livre nomeação e exoneração é regido pelo critério de confiança e seu ocupante obrigado ao regime de dedicação integral ao serviço, donde poderá ser convocado a trabalhos excepcionais além da carga horária regulamentar, sem remuneração adicional.

12.3.2 - A remuneração dos empregos públicos é a definida nos anexos 1 e 2 do Protocolo de Intenções e deste Contrato de Consórcio Público.

12.3.2.1 - Após deliberação da Assembleia Geral, a Diretoria poderá conceder revisão geral anual de remuneração aos empregados do Consórcio Público no mês de janeiro de cada ano, utilizando o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC (IBGE) acumulado no ano

anterior.

12.3.2.2 – Após autorização legislativa de cada Ente Consorciado e deliberação da Assembleia Geral, a Diretoria poderá conceder reclassificação do salário inicial de empregos do quadro geral e/ou reajuste geral de salários aos empregados do Consórcio Público.

12.3.3 – A contratação de profissionais para os empregos de confiança, bem como a declaração de abertura de vagas e a autorização para início do processo de recrutamento para os empregos de provimento efetivo ou para as contratações temporárias, depende de prévia justificação da necessidade, da demonstração da viabilidade financeira e da aprovação em Assembleia Geral.

12.3.4 – São requisitos básicos para ingresso no Quadro Funcional do Consórcio Público:

I - a nacionalidade brasileira.

II - o gozo dos direitos políticos.

III - a quitação com as obrigações militares e eleitorais.

IV - o nível de escolaridade exigido para o exercício do emprego, e/ou os requisitos especiais para o seu desempenho.

V - idade mínima de 18 (dezoito) anos.

VI - aptidão física e mental.

VII – possuir Carteira Nacional de Habilitação (CNH), inclusive para eventual condução de veículos do CIAPS em deslocamentos a serviço, exceto se contratado na condição de portador de necessidades especiais.

12.3.5 – As atribuições do emprego podem justificar a exigência de outros requisitos, estabelecidos na forma do item 12.2.1 do Protocolo de Intenções e deste Contrato de Consórcio Público.

12.3.6 – Sem prejuízo das atribuições do quadro funcional, fica instituído o Programa de Concessão de Estágio Não-Obrigatório aplicado ao estágio de estudantes, na forma da legislação federal específica, com disponibilidade de vagas em igual número de Entes Federados que integre o Consórcio Público.

12.3.6.1 – O recrutamento de candidatos para as vagas de estágio, dentre o contingente de alunos das instituições de ensino conveniadas, será feito:

I - diretamente pelo CIAPS através de processo seletivo simplificado, de provas ou de provas e títulos, após prévia convocação por edital divulgado no site do Consórcio Público, no Diário Oficial dos Municípios e junto as Instituições de Ensino conveniadas;

II – em caso de urgência ou necessidade imediata, diretamente pela Instituição de Ensino ou pelos Agentes de Integração, através de processo seletivo ou cadastro.

12.3.6.2 – A carga horária de estágio ficará estabelecida em 04 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais ou em 06 (seis) horas diárias e 30 (trinta) semanais, remuneradas através de bolsa-estágio nos seguintes valores:

I – R\$ 433,80 (quatrocentos e trinta e três reais e oitenta centavos) mensais, no caso de estudantes do ensino superior, para jornada de 04 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais.

I – R\$ 512,81 (quinhentos e doze reais e oitenta e um centavos) mensais, no caso de estudantes do ensino superior, para jornada de 04 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais.

II – R\$ 648,09 (seiscentos e quarenta e oito reais e nove centavos) mensais, no caso de estudantes do ensino superior, para jornada de 06 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais.

II – R\$ 766,12 (setecentos e sessenta e seis reais e doze centavos) mensais, no caso de estudantes do ensino superior, para jornada de 06 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais.

12.3.6.3 – Sem prejuízo da contratação em favor do estagiário de seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, e do pagamento da remuneração de que trata o item anterior, lhe será concedido:

I - auxílio-transporte mensal, consistente no fornecimento de vale-transporte, conforme estabelece a legislação federal específica e de acordo com as normas municipais, no caso de utilização de transporte coletivo público, ou na indenização correspondente ao valor líquido que seria desembolsado para aquisição do vale-transporte, no caso de utilização de outro meio de transporte (próprio ou particular).

II – auxílio-alimentação, na forma concedida aos empregados em geral, proporcionalmente a jornada diária de estágio.

III – período de recesso remunerado de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante suas férias escolares e antes do encerramento do contrato, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, ou proporcional nos demais casos, vedado sua indenização.

12.3.6.4 – O Consórcio Público poderá, também, celebrar convênio de concessão de estágio obrigatório com Instituições de Ensino,

assumindo responsabilidade pela contratação do seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, e mediante remuneração equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor estabelecido para contraprestação do estágio não obrigatório.

12.4 - Os editais de concurso público do CIAPS deverão atender ao contido no regulamento do quadro de pessoal, e serem subscritos pelo Presidente e/ou pelo Coordenador Executivo.

12.4.1 - Cópia do edital será entregue a todos os Entes consorciados, para fins de conhecimento e divulgação.

12.4.2 - O edital, em sua íntegra, será publicado em sítio que o Consórcio Público mantiver na rede mundial de computadores – internet – bem como, na forma de extrato, será publicado na imprensa oficial.

12.4.3 - Nos quinze primeiros dias que decorrerem da publicação do extrato mencionado no item anterior, poderá ser apresentadas impugnações ao edital, as quais deverão ser decididas em sete dias. A íntegra da impugnação e de sua decisão serão publicadas no sítio que o Consórcio Público manter na rede mundial de computadores – internet.

12.5 - Somente admitir-se-á contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público consistente na substituição de empregado público afastado temporariamente de suas funções por motivo de doença ou outro afastamento legal, e desde que imprescindível para continuidade dos serviços do Consórcio Público.

12.5 - Admitir-se-á contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público consistente: I - na substituição de empregado público afastado temporariamente de suas funções por motivo de doença ou outro afastamento legal, e desde que imprescindível para continuidade dos serviços do Consórcio Público;

II – na contratação necessária à instalação ou ao funcionamento inadiável de serviços públicos essenciais, com prévia e expressa autorização da Assembleia Geral.

12.5.1 - Os contratados temporariamente exercerão as funções do emprego público do titular afastado, percebendo a remuneração para ele prevista.

12.5.1 - Os contratados temporariamente exercerão todas as funções do emprego público, percebendo a remuneração para ele prevista.

12.6 - As contratações temporárias observarão as disposições estabelecidas no art. 37, IX, da Constituição Federal, artigos 443, 445, 451 e 452 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e demais disposições previstas no Estatuto do Consórcio Público.

12.6.1 - As contratações por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público terão prazo de até um ano, podendo ser prorrogado justificadamente uma única vez até atingir o prazo máximo total de dois anos.

12.6.2 - O retorno do servidor titular ao exercício de suas funções ou o alcance do prazo máximo de que trata o item anterior faz cessar automaticamente a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, sem qualquer indenização.

12.6.2 - O retorno do servidor titular ao exercício de suas funções, a efetivação de servidores por Concurso Público para o emprego público ou o alcance do prazo máximo de que trata o item anterior faz cessar automaticamente a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, sem qualquer indenização.

12.6.3 - O regulamento do quadro de pessoal do Consórcio Público disciplinará inclusive a contratação temporária.

12.7 - O valor dos salários mensais guarda correlação com o cumprimento integral da carga de trabalho regular estabelecida para o emprego, sendo que esta, no interesse do serviço e de comum acordo com o empregado, poderá ser aumentada até o limite de 40 (quarenta) horas semanais ou reduzida em até 50% (cinquenta por cento), com o respectivo aumento ou redução proporcional da remuneração.

12.7.1 – Além do salário, poderá ser pago ao empregado as seguintes vantagens:

I – indenizações;

II - auxílios pecuniários;

III – gratificações;

IV – adicionais.

12.7.1.1 - As indenizações e os auxílios pecuniários não se incorporam ao salário para qualquer efeito.

12.7.1.2 - As gratificações e os adicionais integram a remuneração do empregado, nos casos e condições indicados em Lei, no Estatuto ou no regulamento do quadro de pessoal, devendo ser nominalmente identificado e destacado.

12.7.1.3 - As vantagens pecuniárias não serão acumuladas, para efeito de concessão de quaisquer outros acréscimos pecuniários, sob o mesmo título ou idêntico fundamento.

12.7.1.4 - Os adicionais e gratificações devidos aos empregados em razão do exercício do emprego serão calculadas na forma da lei ou do regulamento do quadro de pessoal, atendendo as situações específicas de sua aplicabilidade e incidirão sempre tão somente sobre o salário atribuído ao empregado.

12.7.2 - Conceder-se-á:

I - Indenização de transporte ao empregado que realizar despesas com a utilização de meio próprio de locomoção para a execução de serviços externos, por força das atribuições próprias do emprego, conforme dispuser o regulamento do quadro de pessoal, observado o limite de $\frac{1}{4}$ do valor do litro do combustível gasolina, por quilometro.

II – Adiantamento de viagem ao empregado que se deslocar, em caráter eventual ou transitório, em objeto de serviço, para custeio das despesas de pousada, alimentação e locomoção urbana.

12.7.2.1 - Na hipótese do empregado receber adiantamento de viagem e não realizar o deslocamento, por qualquer motivo, fica obrigado a restituí-lo integralmente, no prazo de cinco (5) dias, e na hipótese de o empregado retornar em prazo menor que o previsto, restituirá os valores recebidos em excesso, no mesmo prazo.

12.7.2.2 – Os adiantamentos de viagem serão requeridos em formulário próprio, onde será qualificado o beneficiário e identificado à data de afastamento, trajeto e motivo da viagem. O processamento contábil para pagamento do adiantamento observará ao disposto na Lei nº 4.320/64.

12.7.2.3 - Aplica-se o disposto nos itens 12.7.2 e 12.7.3 aos servidores públicos colocados à disposição do Consórcio Público por qualquer outra entidade estatal, fundacional, autárquica ou paraestatal, e aos contratados temporariamente.

12.7.3 - Será concedido vale transporte na forma da legislação federal específica ao empregado ou estagiário que o requerer, para deslocamento residência/local de trabalho e vice-versa.

12.7.4 - Sem prejuízo das demais vantagens estabelecidas no estatuto, a Diretoria poderá conceder aos empregados efetivos, comissionados ou temporários e aos estagiários, o auxílio alimentação, proporcional a carga horária mensal, na forma e condições estabelecidas no regulamento do quadro de pessoal, limitado ao valor máximo diário de R\$ 20,00 (vinte reais).

12.7.4 - Sem prejuízo das demais vantagens estabelecidas no estatuto, a Diretoria poderá conceder aos empregados efetivos, comissionados ou temporários e aos estagiários, o auxílio alimentação, proporcional a carga horária mensal, na forma e condições estabelecidas no regulamento do quadro de pessoal, limitado ao valor máximo diário de R\$ 21,25 (vinte e um reais e vinte e cinco centavos).

12.7.5 - Além do salário e das demais vantagens previstas em lei ou no estatuto, poderá ser deferido aos empregados as seguintes gratificações e adicionais:

I - gratificação natalina, na forma estabelecida em Lei;

II – gratificação complementar, na forma estabelecida no item 12.2.4.1 do Protocolo de Intenções e deste Contrato de Consórcio Público;

III – adicional por serviço extraordinário, na forma da Lei;

IV - adicional de férias, na forma da Lei;

V - adicional pelo trabalho insalubre ou perigoso, na forma da Lei;

VI - adicional noturno, na forma da Lei;

VII – adicional por qualificação.

12.7.5.1 – O valor da gratificação complementar de que trata o inciso II do item anterior poderá ser reduzido nos casos em que sua aplicação integral acarrete o pagamento de remuneração superior ao valor do salário estabelecido para o emprego de Coordenador Executivo.

12.7.6 - O adicional por qualificação corresponderá a um acréscimo de 5% (cinco por cento) sobre o salário do empregado efetivo, limitado ao máximo de 30% (trinta por cento), por força da qualificação profissional obtida além daquela prevista para ocupação do emprego e que guarde correlação direta com as atribuições deste, observado interstício de cinco anos de exercício no emprego para cada período aquisitivo.

12.7.6.1 - Para habilitar-se ao adicional por qualificação o empregado deverá atender, cumulativamente, as seguintes condições:

I - ter concluído curso de pós-graduação, especialização, mestrado ou doutorado ou ter completado 150 (cento e cinquenta) horas de cursos/seminários/palestras, dentre outros, sempre em temas correlatos com o emprego ocupado.

II – ter completado 05 (cinco) anos de serviço no Consórcio Público, ininterruptos ou não, para o primeiro período aquisitivo, e interstício de igual tempo para os períodos aquisitivos subsequentes.

12.7.6.2 – Fica prejudicada a contagem regular do período aquisitivo para o adicional de que trata este artigo, se o empregado apresentar qualquer uma das seguintes ocorrências em sua vida funcional:

I - tiver sido condenado em processo criminal, por decisão definitiva, ou sofrer penalidade disciplinar de suspensão;

II - tiver mais de 05 (cinco) faltas injustificadas no período aquisitivo;

III - tiver se afastado de suas funções por período contínuo superior a trinta dias, independentemente de percepção ou não de remuneração, exceto para os casos de exercício de emprego de confiança no próprio Consórcio Público ou em Ente consorciado.

12.7.6.3 - O empregado que no decorrer do período aquisitivo incidir nas hipóteses do item anterior, perderá o tempo decorrido, iniciando-se novo período aquisitivo quinquenal após a cessação do impedimento.

12.8 – Os empregos públicos de que trata o item 12.3 do Protocolo de Intenções e deste Contrato de Consórcio Público terão suas atribuições e descrições disciplinadas pelo regulamento do quadro de pessoal, observadas as seguintes diretrizes mínimas:

I – Para o emprego de COORDENADOR EXECUTIVO:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Desempenhar as atribuições de gestão e controle das atividades, recursos financeiros e pessoal do Consórcio Público, zelando pelo cumprimento das normas estatutárias e regimentais e dos contratos celebrados; Representar o Consórcio Público conforme poderes outorgados pelo Presidente; Prestar todas as informações necessárias aos consorciados e aos órgãos públicos; Promover todos os atos administrativos e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do Consórcio; Desenvolver outras atribuições correlatas a função, além das demais previstas no Protocolo de Intenções e no Estatuto; Executar tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela Diretoria do CIAPS.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Experiência e formação profissional em nível superior, com especialização em áreas afins com a Administração Pública e com as finalidades do CIAPS.

II – Para o emprego de MÉDICO:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Realizar atividade de natureza especializada, envolvendo supervisão, planejamento, coordenação, programação e execução de atividades pertinentes a defesa e proteção da saúde individual e coletiva; Examinar o paciente, auscultando, palpando ou utilizando instrumentos especiais, para determinar diagnóstico ou, se necessário, requisitar exames complementares e encaminhá-lo ao especialista; Analisar e interpretar resultados de exames de raios X, bioquímico, hematológico e outros, comparando-os com padrões normais, para confirmar ou informar o diagnóstico; Prescrever medicamentos, indicando dosagem e respectiva via de administração, assim como cuidados a serem observados para conservar ou restabelecer a saúde do paciente; Manter registro dos pacientes examinados, anotando a conclusão diagnóstica, tratamento, evolução da doença, para efetuar orientação terapêutica adequada; Emitir atestados de saúde, sanidade e aptidão física e mental e de óbito, para atender a determinações legais; Atender a urgências clínicas, cirúrgicas ou traumatológicas; Executar outras tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIAPS.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior na área; Inscrição e registro junto ao Conselho Regional.

III – Para o emprego de ENFERMEIRO(A):

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Realizar ações educativas, preventivas e curativas, na área da saúde pública; Selecionar e executar ações de enfermagem de acordo com as prioridades, necessidades e características de cada caso, particularmente para: gestantes e crianças de alto risco, bem como, outros clientes que apresentam risco para si próprio ou para a comunidade; Coordenar e supervisionar a organização e execução das atividades de enfermagem, desenvolvidas nas Unidades de atendimento sob sua responsabilidade, levando em conta os demais elementos da equipe de saúde do Centro de Saúde; Supervisionar e avaliar sistematicamente os registros e anotações das atividades realizadas pelo pessoal de enfermagem; Assegurar condições adequadas de limpeza, preparo, esterilização e manuseio do material em uso; Verificar sistematicamente o funcionamento de aparelhos utilizados na área de enfermagem, providenciando reparação ou substituição quando for o caso; Participar na supervisão das atividades de matrícula e fichário central; Verificar periodicamente as condições de conservação e prazo de validade de soros e vacinas; Promover o inter-relacionamento das atividades internas e externas do CAPS desenvolvidas pelo pessoal de enfermagem; Executar outras tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIAPS.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior na área; Inscrição e registro junto ao Conselho Regional.

IV – Para o emprego de ASSISTENTE SOCIAL:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Planejar e executar atividades que visam a assegurar o processo de melhoria da qualidade de vida, bem como busca garantir o atendimento das necessidades básicas das classes populares e dos Segmentos sociais mais vulneráveis às crises sócio-econômicas; Aconselhar e orientar indivíduos afetados em seu equilíbrio emocional, baseando-se no conhecimento sobre a dinâmica psicossocial do comportamento das pessoas; Promover a participação consciente dos indivíduos em grupos, desenvolvendo suas potencialidades; Programar a ação básica de uma comunidade no campo social e outros, valendo-se da análise dos recursos e das carências sócio-econômicas dos indivíduos e da comunidade; Assistir as famílias nas suas necessidades básicas, orientando-as e fornecendo-lhes suporte material, educacional e outros; Desenvolver outras atividades de caráter comunitário que possam ser utilizadas como elemento catalisador da potencialidade dos indivíduos na solução de seus próprios problemas; Executar outras tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIAPS.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior na área; Inscrição e registro junto ao Conselho Regional.

V – Para o emprego de PSICÓLOGO(A):

a) **DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE:** Participar da elaboração de programas educativos, junto à população, para orientar nos processos intra e interpessoais e nos mecanismos de comportamento humano; Elaborar e ampliar técnicas psicológicas, como teste para determinação de características afetivas, intelectuais, sensoriais ou motoras; Técnicas psicoterápicas e outros métodos de verificação, para possibilitar a orientação, seleção e treinamento de campo profissional, no diagnóstico e na identificação e interferência nos fatores determinantes na ação do indivíduo, em sua história pessoal, familiar, educacional e social; Atendimento familiar, e individual, visitas domiciliares; Assessoria e orientação aos casos encaminhados pelo Conselho Tutelar; Executar outras tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIAPS.

b) **REQUISITO/FORMAÇÃO:** Curso de Nível Superior na área; Inscrição e registro junto ao Conselho Regional.

VI – Para o emprego de TÉCNICO EM ENFERMAGEM:

a) **DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE:** Auxiliar no atendimento à pacientes nas unidades hospitalares e de saúde pública sob supervisão; Orientar e revisar o auto cuidado do cliente a alimentação e higiene pessoal; Executar a higienização ou preparação dos clientes para exames ou atos cirúrgicos; Zelar pela limpeza, conservação e assepsia do material e do instrumental; Executar e providenciar a esterilização de salas e do instrumento adequado às intervenções programadas; Manter atualizado o prontuário dos pacientes; Verificar a temperatura, pulso e respiração e registrar os resultados nos prontuários; Ministras medicamentos, aplicar imunizantes e fazer curativos; Fazer a orientação sanitária de indivíduos em unidade de saúde; Atividade auxiliar, na área de enfermagem, desenvolvidas junto ao indivíduo, família a comunidade visando a prevenção de doenças, promoção e recuperação da saúde; Executar outras tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIAPS.

b) **REQUISITO/FORMAÇÃO:** Curso Técnico na área; Inscrição e registro junto ao Conselho Regional.

VII – Para o emprego de Auxiliar Administrativo

a) **DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE:** - Exercer atividades de ordem auxiliar em executar atividades de caráter administrativo, financeiro, tributário e fiscal, sob supervisão da chefia imediata; fazer encaminhamentos, procedimentos e trabalhos que lhe forem atribuídos pela chefia imediata; digitar e ou datilografar processos de rotinas internas ou externas; prestar atendimento ao público em todas as áreas que lhe forem fixadas; transcrever atos oficiais; preencher formulários, fichas e outros; codificar e arquivar documentos; providenciar e preparar material de expediente; executar outras atividades correlatas.

b) **REQUISITO/FORMAÇÃO:** Escolaridade Nível Médio

VIII – Para o emprego de MOTORISTA:

a) **DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE:** Dirigir veículos de passageiros e transporte de pacientes; Manter o veículo em condições de conservação e funcionamento, providenciando conserto, abastecimento, lubrificação, limpeza e troca de peças; Atender às normas de segurança e higiene no trabalho; Executar outras tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIAPS.

b) **REQUISITO/FORMAÇÃO:** Escolaridade de Nível Médio; CNH categoria "C".

IX – Para o emprego de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS:

a) **DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE:** Operar eletrodomésticos e outros equipamentos e utensílios; Lavar manualmente ou por meios mecânicos louças, talheres e utensílios; Fazer e servir café, água e outros alimentos solicitados nas dependências dos órgãos; Preparar e servir refeições e proceder a aquecimento de alimentos; Receber e examinar o material destinado à preparação de alimentos e bebidas e acondicioná-los em recipientes adequados; Informar previamente à Chefia imediata sobre a necessidade de material para o desenvolvimento normal dos serviços; Manter e zelar pela conservação dos equipamentos e utensílios utilizados; Efetuar o controle do material existente no setor, discriminando-o por peças e respectivas quantidades, para manter o estoque e evitar extravios; Executar serviços de limpeza e conservação, zelando pela ordem e segurança no ambiente de trabalho, observando as normas e instruções, para prevenir acidentes; Notificar toda e qualquer ocorrência que dificulte o bom andamento dos trabalhos, visando o conserto ou reparo de aparelhos ou substituição de materiais; Manter o ambiente de trabalho limpo e com boa aparência; Proceder a coleta e remoção de resíduos, aplicação de ceras industriais, conservantes, lustradores e limpadores em móveis e pisos, retirada do pó ou varrição de pisos, carpetes e tapetes nos escritórios e áreas externas; Coleta e remoção de papéis usados, colocação de desodorizantes, aplicação de detergentes, lavagem e higienização em sanitários; Retirada de resíduos e limpeza dos vidros das portas e janelas; Reposição de materiais de higiene pessoal, tudo visando ao asseio e conservação dos prédios públicos e das áreas limítrofes; Efetuar corte de grama, bem como a poda de árvores e arbustos; Capinagem de áreas verdes com a retirada de todo material para depósito de lixo; Executar outras tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIAPS.

b) **REQUISITO/FORMAÇÃO:** Escolaridade de Ensino Fundamental Completo.

12.9 – São deveres do empregado, além de outras obrigações expressas que lhe sejam impostas por lei ou pelo regulamento do quadro de pessoal:

I - Respeitar o regime de horário de trabalho que lhe for estabelecido bem como o registro de entradas e saídas, horas extras e autorização

para tal e ainda proceder a anotação do registro do ponto.

II - Acatar com presteza e boa vontade as ordens que lhe forem dadas pelo Presidente, Coordenador Executivo e demais Chefes.

III - Desempenhar suas atribuições com honestidade, atenção e critério, visando sempre o atendimento dos objetivos do Consórcio Público e cooperando para o perfeito andamento dos serviços.

IV - Comportar-se com ordem, disciplina e urbanidade no trato com os colegas de trabalho e com os Prefeitos, Vice-Prefeitos, Vereadores e servidores dos Municípios Consorciados, para que seja mantido o espírito de cordialidade e cooperação indispensável ao desempenho das tarefas.

V - Apresentar-se ao trabalho adequadamente trajado.

VI - Guardar segredo, quando necessário, sobre fatos que lhe chegam ao conhecimento em virtude do seu constante relacionamento com os representantes dos Municípios Consorciados.

VII - Comunicar ao Chefe imediato quaisquer fatos ou informações que possam interessar ao Consórcio Público e ao serviço.

VIII - Oferecer, quando pedidas ou espontaneamente, quaisquer sugestões que possam representar melhoria dos serviços.

IX - Atender, na forma das disposições legais, a prorrogação do horário de trabalho quando exigir o serviço e a juízo do Coordenador Executivo.

X - Devotar-se, inteiramente, aos encargos que lhe forem delegados, não aceitando atribuições estranhas que possam influir na sua produtividade e que provoquem incompatibilidade de horário, sobrepondo os interesses do Consórcio a quaisquer outros de ordem pessoal.

12.10 – Ao empregado é especialmente proibido:

I - Referir-se de modo depreciativo aos superiores ou a seus atos, bem como aos colegas e representantes dos Municípios.

II - Promover, nas dependências do Consórcio, manifestação de apreço ou desapreço a pessoas ou a entidades, propaganda política ou aliciamento partidário.

III - Receber propinas, comissões ou vantagens indevidas de qualquer espécie, em razão do emprego.

IV - Fornecer informações que possam comprometer o Consórcio ou os Municípios consorciados.

V - Executar, durante o expediente, serviços estranhos ao Consórcio, sendo, também, proibido o uso de material do Consórcio para fins particulares.

VI - Retirar-se do trabalho durante as horas de expediente, sem permissão, ou perturbar os colegas de trabalho com conversas estranhas ao serviço.

VII – Utilizar-se de aparelhos, equipamentos e veículos do Consórcio no interesse particular próprio ou de terceiros.

VIII – Ocupar concomitantemente ao emprego do Consórcio qualquer cargo ou emprego remunerado no serviço público, exceto nos casos de acumulação permitida pela Constituição Federal e mediante comprovada compatibilidade de horários.

IX – Prestar serviços particulares aos Municípios consorciados, diretamente ou através de interposta pessoa, mediante o recebimento de remuneração ou vantagem, ou exercer atividades incompatíveis com as atividades do Consórcio Público.

12.10.1 – Pelo exercício irregular de suas atribuições, o empregado está sujeito às sanções disciplinares e outras de caráter trabalhista, bem como à responsabilização civil e criminal.

12.11 - A reparação de eventual prejuízo causado pelo empregado ao Consórcio Público, direta ou indiretamente, é feita, parceladamente, mediante desconto na folha de pagamento, limitado ao percentual de 30% (trinta por cento) da remuneração mensal, abstraidos os descontos legais.

12.11.1 - Quando necessário, o Consórcio Público deve promover ação regressiva contra o empregado.

12.11.2 - As multas de trânsito são de responsabilidade do empregado que estiver utilizando o veículo, podendo ser pagas pelo Consórcio Público e descontadas da remuneração do empregado em até 03 (três) parcelas, mediante requerimento do interessado.

12.12 - Sem prejuízo das sanções disciplinares, o empregado pode ser responsabilizado por:

I - Sonetagem de valores, objetos, aparelhos e equipamentos confiados a sua guarda e responsabilidade;

II - Faltas, danos, avarias e quaisquer prejuízos que venham a sofrer os bens e os materiais sob sua guarda ou sujeitos a sua fiscalização, exame ou conferência;

III - Qualquer prejuízo que causar ao patrimônio ou a quaisquer bens e direitos do Consórcio Público, dos Municípios consorciados ou de terceiros, por culpa, dolo, ignorância, indolência, negligência ou omissão.

12.13 – São penalidades disciplinares:

I – advertência.

II – repreensão.

III – suspensão.

IV – demissão.

12.13.1 – A pena de advertência será aplicada verbalmente pelo Coordenador Executivo, quando o empregado deixar de cumprir os deveres funcionais.

12.13.2 - A pena de repreensão será aplicada pelo Coordenador Executivo quando o empregado for reincidente na falta de cumprimento de seus deveres, devendo ser escrita e anotada em sua ficha funcional e garantido ao empregado o pleno direito de defesa.

12.13.3 - A pena de suspensão ocorre quando houver dolo, ou culpa na falta de cumprimento dos deveres pelo empregado ou por reincidência na falta de cumprimento de seus deveres pela qual já tenha sido repreendido.

12.13.4 - A pena de suspensão, aplicada pelo Presidente ou pelo Coordenador Executivo, deve ser graduada em períodos de 03 (três), 07 (sete) ou 15 (quinze) dias, conforme a gravidade da infração cometida e dos danos acarretados aos serviços do Consórcio Público.

12.13.5 - A demissão deve ser aplicada nos casos definidos como falta grave.

12.13.6 - Na aplicação das penalidades deve ser considerada a vida funcional do empregado, a natureza e gravidade da falta e os danos que dela decorrerem para o Consórcio Público ou para terceiros.

12.13.7 - As penalidades de advertência e de repreensão terão seus registros cancelados, após o decurso de três e cinco anos de efetivo exercício, respectivamente, se o empregado não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.

12.13.8 - Quando houver conveniência para o serviço, a penalidade de suspensão poderá ser convertida em multa, na base de 50% (cinquenta por cento) por dia de salário ou remuneração, ficando o empregado obrigado a permanecer em serviço.

12.14 - A autoridade ou chefia que tiver ciência de irregularidade praticada por qualquer empregado do Consórcio Público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurada ao acusado ampla defesa.

12.14.1 - As denúncias sobre irregularidades serão objeto de apuração, desde que contenham a identificação e o endereço do denunciante e sejam formuladas por escrito, confirmada a autenticidade.

12.14.2 - Quando o fato narrado não configurar evidente infração disciplinar ou ilícito penal, a denúncia será arquivada por falta de objeto.

12.15 - Da sindicância poderá resultar:

I - arquivamento do processo.

II - aplicação de penalidade de advertência ou suspensão.

III - instauração de processo disciplinar.

12.15.1 - O prazo para conclusão da sindicância não excederá 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da autoridade competente.

12.15.2 - Sempre que o ilícito praticado pelo empregado ensejar a imposição de penalidade de suspensão por mais de 07 (sete) dias, de demissão do emprego efetivo ou destituição do emprego em comissão, será obrigatória a instauração de processo disciplinar.

12.16 - Como medida cautelar e a fim de que o empregado não venha a influir na apuração da irregularidade, a autoridade instauradora do processo disciplinar poderá determinar o seu afastamento do exercício do emprego, pelo prazo de até 30 (trinta) dias, sem prejuízo da remuneração.

12.16.1 - O afastamento poderá ser prorrogado por igual prazo, findo o qual cessarão os seus efeitos, ainda que não concluído o processo.

12.17 - O processo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidades de empregado por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do emprego em que se encontre investido.

12.17.1 - O processo disciplinar será conduzido por comissão processante especial composta de três empregados, designados pela autoridade

competente que indicará, dentre eles, o seu presidente.

12.17.2 - A comissão terá como secretário, empregado designado pelo seu presidente, podendo a designação recair em um dos seus membros.

12.17.3 - Não poderá participar de comissão de sindicância ou de inquérito, cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.

12.17.4 - A Comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse do Consórcio Público.

12.17.5 - O prazo para conclusão do processo disciplinar não excederá 60 (sessenta) dias, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão, admitida a sua prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.

12.17.6 - Sempre que necessário, a comissão dedicará tempo integral aos seus trabalhos, ficando seus membros dispensados do ponto, até a entrega do relatório final.

12.17.7 - Será assegurado transporte aos membros da comissão e ao secretário, quando obrigados a se deslocarem da sede dos trabalhos para a realização de missão essencial ao esclarecimento dos fatos.

12.17.8 - As reuniões e as audiências das comissões terão caráter reservado, e serão registradas em atas que deverão detalhar as deliberações adotadas.

12.18 - O processo disciplinar se desenvolve nas seguintes fases:

I - instauração, com a publicação do ato que constituir a comissão.

II - inquérito administrativo, que compreende instrução, defesa e relatório.

III - julgamento.

12.19 - O inquérito administrativo obedecerá ao princípio do contraditório, assegurada ao acusado a ampla defesa, com a utilização dos meios e recursos admitidos em direito.

12.19.1 - Os autos da sindicância integrarão o processo disciplinar como peça informativa da instrução.

12.19.2 - Na hipótese de o relatório da sindicância concluir que a infração está capitulada como ilícito penal, a autoridade competente encaminhará cópia dos autos ao Ministério Público, independentemente da imediata instauração do processo disciplinar.

12.19.3 - Na fase do inquérito, a comissão promoverá a tomada de depoimentos, acareações, investigações e diligências cabíveis, objetivando a coleta de prova, recorrendo, quando necessário, a técnicos e peritos, de modo a permitir a completa elucidação dos fatos.

12.19.4 - É assegurado ao empregado o direito de acompanhar o processo pessoalmente ou por intermédio de procurador, arrolar e reinquirir testemunhas, produzir provas e contraprovas e formular quesitos, quando se tratar de prova pericial.

12.19.5 - O presidente da comissão poderá denegar pedidos considerados impertinentes, meramente protelatórios, ou de nenhum interesse para o esclarecimento dos fatos.

12.19.6 - Será indeferido o pedido de prova pericial, quando a comprovação do fato depender de conhecimento especial de perito.

12.19.7 - As testemunhas serão intimadas a depor mediante mandado expedido pelo presidente da comissão, devendo a segunda via, com o ciente do interessado, ser anexado aos autos.

12.19.8 - Se a testemunha for servidor público, a expedição do mandado será imediatamente comunicada ao chefe da repartição onde serve, com a indicação do dia e hora marcados para inquirição.

12.19.9 - O depoimento será prestado oralmente e reduzido a termo, não sendo lícito à testemunha trazê-lo por escrito.

12.19.10 - As testemunhas serão inquiridas separadamente.

12.19.11 - Na hipótese de depoimentos contraditórios ou que se infirmem, proceder-se-á à acareação entre os depoentes.

12.19.12 - Concluída a inquirição das testemunhas, a comissão promoverá o interrogatório do acusado.

12.19.13 - No caso de mais de um acusado, cada um deles será ouvido separadamente, e sempre que divergirem em suas declarações sobre fatos ou circunstâncias, será promovida a acareação entre eles.

12.19.14 - O procurador do acusado poderá assistir ao interrogatório, bem como à inquirição das testemunhas, sendo-lhe vedado interferir nas perguntas e respostas, facultando-se-lhe, porém, reinquiri-las, por intermédio do presidente da comissão.

12.19.15 - Quando houver dúvida sobre a sanidade mental do acusado, a comissão proporá à autoridade competente que ele seja submetido a exame por junta médica oficial, da qual participe pelo menos 01 (um) médico psiquiatra.

12.19.16 - O incidente de sanidade mental será processado em auto apartado e apenso ao processo principal, após a expedição de laudo pericial.

12.20 - Tipificada a infração disciplinar, será formulada a indicição do empregado, com a especificação dos fatos a ele imputados e das respectivas provas.

12.20.1 - O indiciado será citado por mandado expedido pelo presidente da comissão para apresentar defesa escrita, no prazo de 10 (dez) dias, assegurando-se-lhe vista do processo na secretaria do Consórcio.

12.20.2 - Havendo dois ou mais indiciados, o prazo será comum e de 20 (vinte dias).

12.20.3 - No caso de recusa do indiciado em exarar o ciente na cópia do mandado, a recusa não lhe aproveitará, e o prazo para defesa contar-se-á da data declarada, em termo próprio, pelo membro da comissão que procedeu ao ato de citação.

12.20.4 - O indiciado que mudar de residência fica obrigado a comunicar à comissão o lugar onde poderá ser encontrado.

12.20.5 - Achando-se o indiciado em lugar incerto e não sabido, será citado por edital, publicado em jornal de grande circulação na localidade do último domicílio conhecido, para apresentar defesa.

12.20.6 - Na hipótese do item anterior, o prazo para defesa será de dez dias, contados do dia útil seguinte a publicação do edital.

12.20.7 - Considerar-se-á revel o indiciado que, regularmente citado, não apresentar defesa no prazo legal.

12.20.8 - A revelia será declarada, por termo, nos autos do processo.

12.21 - Apreciada a defesa, a comissão elaborará relatório minucioso, onde resumirá as peças principais dos autos e mencionará as provas em que se baseou para formar a sua convicção.

12.21.1 - O relatório será sempre conclusivo quanto à inocência ou à responsabilidade do empregado.

12.21.2 - Reconhecida a responsabilidade do empregado, a comissão indicará o dispositivo legal ou regulamentar transgredido, bem como as circunstâncias agravantes ou atenuantes.

12.21.3 - O processo disciplinar, com o relatório da comissão, será remetido à autoridade que determinou a sua instauração, para julgamento.

12.22 - No prazo de 20 (vinte) dias contados do recebimento do processo, a autoridade julgadora proferirá a sua decisão.

12.22.1 - Se a penalidade a ser aplicada exceder a alçada da autoridade instauradora do processo, este será encaminhado à autoridade competente, que decidirá em igual prazo.

12.22.2 - Havendo mais de um indiciado e diversidade de sanções, o julgamento caberá à autoridade competente para a imposição da pena mais grave.

12.22.3 - Reconhecida pela comissão a inocência do empregado, a autoridade instauradora do processo determinará o seu arquivamento, salvo se flagrantemente contrária à prova dos autos.

12.22.4 - Quando a infração estiver capitulada como crime, o processo disciplinar será remetido ao Ministério Público para instauração da ação penal, ficando transladado na repartição.

12.23 - O julgamento acatará o relatório da comissão, salvo quando contrário às provas dos autos.

12.23.1 - Quando o relatório da comissão contrariar as provas dos autos, a autoridade julgadora poderá, motivadamente, agravar a penalidade proposta, abrandá-la, ou isentar o empregado de responsabilidade.

12.23.2 - Verificada a ocorrência de vício insanável, a autoridade que determinou a instauração do processo ou outra de hierarquia superior declarará a sua nulidade, total ou parcial, e ordenará, no mesmo ato, o saneamento do processo, com o refazimento dos atos anulados, suprimindo as irregularidades.

12.23.3 - O julgamento fora do prazo legal não implica nulidade do processo.

12.23.4 - A autoridade julgadora que der causa à prescrição, na forma do Protocolo de Intenções, deste Contrato de Consórcio Público e do Estatuto do CIAPS, sem prejuízo das sanções legais.

12.23.5 - Extinta a punibilidade pela prescrição, a autoridade julgadora determinará o registro do fato nos assentamentos individuais do

empregado.

12.24 - O empregado que responder a processo disciplinar só poderá ser exonerado a pedido, após a conclusão do processo e o cumprimento da penalidade, acaso aplicada.

12.25 - O processo disciplinar poderá ser revisto, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando se aduzirem fatos novos ou circunstâncias suscetíveis de justificar a inocência do punido ou a inadequação da penalidade aplicada.

12.25.1 - Em caso de falecimento, ausência ou desaparecimento do empregado, qualquer pessoa da família poderá requerer a revisão do processo.

12.25.2 - No caso de incapacidade mental do empregado, a revisão será requerida pelo respectivo curador.

12.25.3 - No processo revisional, o ônus da prova cabe ao requerente.

12.25.4 - A simples alegação de injustiça da penalidade não constitui fundamento para a revisão, que requer elementos novos, ainda não apreciados no processo originário.

12.25.5 - O requerimento de revisão do processo será dirigido ao Presidente do Consórcio Público que, se autorizar a revisão, encaminhará o pedido a autoridade competente para providenciar a constituição de nova comissão processante, na forma deste regulamento.

12.25.6 - A revisão correrá em apenso ao processo originário.

12.25.7 - Na petição inicial, o requerente pedirá dia e hora para a produção de provas e inquirição das testemunhas que arrolar.

12.25.8 - A comissão revisora terá 60 (sessenta) dias para a conclusão dos trabalhos.

12.25.9 - Aplicam-se aos trabalhos da comissão revisora, no que couber, as normas e procedimentos próprios da comissão do processo disciplinar.

12.26 - O julgamento caberá à autoridade que aplicou a penalidade.

12.26.1 - O prazo para julgamento será de 20 (vinte) dias contados do recebimento do processo, no curso do qual a autoridade julgadora poderá determinar diligências.

12.26.2 - Julgada procedente a revisão, será declarada sem efeito a penalidade aplicada, restabelecendo-se todos os direitos do empregado, exceto em relação à destituição do emprego em comissão, que será convertida em exoneração.

12.26.3 - Da revisão do processo não poderá resultar agravamento de penalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS LICITAÇÕES E CONTRATOS

13.1 - Sob pena de nulidade do contrato e responsabilidade de quem lhe deu causa, todas as contratações do Consórcio Público observarão ao disposto na legislação de licitações e contratos administrativos.

13.1.1 - O Consórcio Público poderá realizar licitação cujo edital preveja contratos a serem celebrados pela Administração direta ou indireta dos Entes da Federação consorciados, nos termos do § 1º do art. 112 da Lei nº 8.666, de 21/06/1993.

13.1.2 - O Consórcio Público poderá manter sistema de registro de preços, observado o disposto no item anterior.

13.2 - Todas as licitações terão publicidade nos casos e formas previstos na legislação federal respectiva.

13.3 - Acaso o Consórcio Público não possua empregados públicos permanentes para integrarem a Comissão de Licitações, esta poderá funcionar com a designação de servidores efetivos de qualquer um dos Entes consorciados.

13.4 - Todos os contratos serão publicados conforme dispuser a legislação federal respectiva.

13.5 - Qualquer cidadão, independentemente de demonstração de interesse, tem o direito de ter acesso aos documentos sobre a execução e pagamento de contratos celebrados pelo Consórcio Público.

13.6 - O Conselho Fiscal poderá, em qualquer fase do procedimento, solicitar esclarecimentos e, por maioria de dois terços de seus membros, determinar que a execução do contrato seja suspensa, até que os esclarecimentos sejam considerados satisfatórios.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO PATRIMÔNIO

14.1 - O patrimônio do Consórcio Público será constituído:

I - pelos bens e direitos que vier a adquirir a qualquer título;

II - pelos bens e direitos que lhe forem transferidas por entidades públicas ou privadas.

14.2 - A Alienação dos Bens Imóveis que integram o patrimônio do Consórcio Público será submetida à apreciação da Assembléia Geral, que a aprovará pelo voto de 2/3 (dois terços) dos prefeitos dos municípios consorciados presentes na Assembléia Geral convocada para este fim.

14.2.1 - A Alienação de Bens Móveis dependerá unicamente de aprovação do Coordenador Executivo, quando inservíveis para os fins do Consórcio Público.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA GESTÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

15.1 - A execução das receitas e das despesas do Consórcio Público obedecerá às normas de direito financeiro aplicáveis às entidades públicas.

15.2 – Constituem recursos financeiros do Consórcio Público:

I - as contribuições mensais dos municípios consorciados aprovadas pela Assembléia Geral, expressas em “Contrato de Rateio”, de acordo com a Lei;

II - a remuneração de outros serviços prestados pelo Consórcio Público aos consorciados ou para terceiros;

III - os auxílios, contribuições e subvenções concedidas por entidades públicas ou privadas;

IV - os saldos do exercício, quando vinculados a investimentos previstos no Plano Plurianual de Trabalho;

V - as doações e legados;

VI - o produto de alienação de seus bens livres;

VII - o produto de operações de crédito;

VIII - as rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósito e de aplicação financeira;

IX - os créditos e ações;

X – as transferências voluntárias decorrentes de convênios, ajustes, termos de cooperação ou programas.

15.2.1 - O produto da arrecadação do imposto de renda retido na fonte sobre rendimentos pagos, a qualquer título, pelo Consórcio Público, será repassado aos Entes consorciados na proporção de sua participação para manutenção do CIAPS, podendo haver compensação contábil com as obrigações estabelecidas no contrato de rateio.

15.3 - Os Entes consorciados somente entregarão recursos ao Consórcio Público:

I – para o cumprimento dos objetivos estabelecidos neste Contrato, devidamente especificados;

II – quando tenham contratado o Consórcio Público para a prestação de serviços na forma deste Contrato ou de Contrato de Programa;

III – na forma do respectivo Contrato de Rateio.

15.3.1 - Os Entes consorciados respondem subsidiariamente pelas obrigações do Consórcio Público.

15.4 - O Consórcio Público estará sujeito à fiscalização contábil, operacional e patrimonial pelo Tribunal de Contas competente para apreciar as contas do Chefe do Poder Executivo representante legal do consórcio, inclusive quanto à legalidade, legitimidade e economicidade das despesas, atos, contratos e renúncia de receitas, sem prejuízo do controle externo a ser exercido em razão de cada um dos contratos que os Entes da Federação consorciados vierem a celebrar com o Consórcio.

15.5 - No que se refere à gestão associada, a contabilidade do Consórcio Público deverá permitir que se reconheça a gestão econômica e financeira de cada serviço em relação a cada um de seus titulares.

15.5.1 - Anualmente deverá ser apresentado demonstrativo que indique:

I - o investido e arrecadado em cada serviço, inclusive os valores de eventuais subsídios cruzados;

II - a situação patrimonial, especialmente quais bens que cada Município adquiriu isoladamente ou em condomínio para a prestação dos serviços de sua titularidade e a parcela de valor destes bens que foi amortizada pelas receitas emergentes da prestação de serviços.

15.5.2 - Todas as demonstrações financeiras serão publicadas no sítio que o Consórcio Público mantiver na rede mundial de computadores – internet.

15.6 - Com o objetivo de receber transferência de recursos ou realizar atividades e serviços de interesse público, o Consórcio Público fica

autorizado a celebrar convênios com entidades governamentais ou privadas, nacionais ou estrangeiras.

15.7 - Fica o Consórcio Público autorizado a comparecer como interveniente em convênios celebrados por Entes consorciados e terceiros, a fim de receber ou aplicar recursos, executar obras ou programas e/ou prestar serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA REPRESENTAÇÃO DOS ENTES CONSORCIADOS

16.1 – Em assuntos de interesse comum dos Municípios ou de maior repercussão para as atividades do Consórcio Público, a Diretoria fica autorizada a representar os Entes da Federação consorciados perante outras esferas de governo, inclusive com o objetivo de celebrar convênios com entidades governamentais ou privadas, nacionais ou estrangeiras, receber transferências e/ou aplicar recursos, efetuar Prestação de Contas, e defender as causas municipalistas e/ou regionais.

16.2 - A Diretoria deverá relatar em Assembléia Geral todas as ações e providências adotadas com base na autorização de que trata o item anterior, evitando interferência injustificada ou prejudicial aos interesses de Municípios consorciados.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA SAÍDA DO CONSÓRCIO PÚBLICO

17.1 - A retirada de membro do Consórcio Público dependerá de ato formal de seu representante na Assembléia Geral, e somente se concretizará após a apresentação de lei local específica que autorize ou ratifique o ato de saída.

17.2 - A saída não prejudicará as obrigações já constituídas entre o consorciado que se retira e o Consórcio Público.

17.2.1 - Os bens destinados ao Consórcio Público pelo consorciado que se retira não serão revertidos ou retrocedidos, excetuadas as hipóteses de:

I - decisão de 2/3 (dois terços) dos Entes federativos consorciados do Consórcio Público, manifestada em Assembléia Geral;

II - expressa previsão no instrumento de transferência ou de alienação;

III – reserva da lei de ratificação que tenha sido regularmente aprovada pelos demais subscritores do Contrato de Consórcio Público ou pela Assembleia Geral do CIAPS.

17.2.2 - A saída do Ente Federado detentor de condição essencial ou em cujo território o Consórcio Público tenha instalações e/ou serviços implantados não poderá impedir ou inviabilizar a continuidade de atuação do CIAPS, nem prejudicar os demais Municípios consorciados.

17.3 - São hipóteses de exclusão de Ente consorciado, observada, necessariamente, a legislação respectiva:

I - a não inclusão, pelo Ente consorciado, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, de dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de Contrato de Rateio ou deliberação da Assembléia Geral;

II – a subscrição de Protocolo de Intenções para constituição de outro Consórcio Público com finalidades iguais ou, a juízo da maioria da Assembléia Geral, assemelhadas ou incompatíveis;

III - a existência de motivos graves, reconhecidos, em deliberação fundamentada, pela maioria absoluta dos presentes à Assembléia Geral especialmente convocada para esse fim.

17.3.1 - A exclusão prevista no inciso I do item 17.3 somente ocorrerá após prévia suspensão, período em que o Ente consorciado poderá se reabilitar.

17.3.2 - O Estatuto poderá prever outras hipóteses de exclusão.

17.4 - O Estatuto estabelecerá o procedimento administrativo para a aplicação da pena de exclusão, respeitado o direito à ampla defesa e ao contraditório.

17.4.1 - A aplicação da pena de exclusão dar-se-á por meio de decisão da Assembléia Geral, exigido o mínimo de metade mais um dos votos.

17.4.2 - Nos casos omissos, e subsidiariamente, será aplicado o procedimento previsto na legislação própria.

17.4.3 - Da decisão que decretar a exclusão caberá recurso de reconsideração dirigido à Assembléia Geral, o qual não terá efeito suspensivo, e será interposto no prazo de 10 (dez) dias contados da ciência da decisão.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA GESTÃO ASSOCIADA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

18.1 - Os Municípios consorciados autorizam a gestão associada dos serviços públicos de saúde na forma deste Contrato de Consórcio Público, os quais serão prestados em conformidade com os respectivos Contratos de Programa.

18.2 - Para a consecução da gestão associada, os Municípios consorciados podem transferir ao Consórcio Público o exercício das competências de planejamento, de gestão e/ou de execução dos serviços públicos.

18.2.1 - As competências cujo exercício poderá se transferir, incluem, dentre outras atividades:

I - a elaboração, a avaliação, a auditoria e o monitoramento de planos de trabalho, bem como de programas e seus respectivos orçamentos e especificações;

II - a elaboração de planos de investimentos para a expansão, a manutenção e a modernização dos sistemas e serviços em saúde;

III - a elaboração de planos de redução dos custos dos serviços em saúde;

IV - o acompanhamento e a avaliação das condições de prestação dos serviços em saúde;

V - o apoio à prestação dos serviços em saúde, destacando-se:

a) a aquisição, a guarda e a distribuição de materiais e medicamentos para a manutenção, a reposição, a expansão e a operação dos sistemas;

b) a manutenção de média e alta complexidade;

c) o controle de qualidade e monitoramento;

d) demais serviços de cunho administrativo e financeiro que se fizerem necessários.

18.3 - Fica o Consórcio Público autorizado a receber a transferência do exercício de outras competências referentes ao planejamento, a gestão e a execução de serviços públicos.

18.4 - O Consórcio Público poderá conceder, permitir ou autorizar a particular a prestação dos serviços públicos objeto da gestão associada, seja em nome próprio, seja em nome de Entes consorciados, ficando também permitido estabelecer termo de parceria ou contrato de gestão que tenha por objeto quaisquer dos serviços sob regime de gestão associada.

18.5 - O Estatuto preverá normas complementares para o procedimento administrativo do Consórcio Público que tenha por objeto a elaboração de planos ou regulamentos de serviços públicos, bem como a atividade de fiscalização e exercício do poder disciplinar, hierárquico e de polícia.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO CONTRATO DE PROGRAMA

19.1 - Ao Consórcio Público somente é permitido firmar Contrato de Programa para prestar serviços públicos por meios próprios ou sob sua gestão administrativa ou contratual, sendo-lhe vedado sub-rogar ou transferir direitos ou obrigações.

19.1.1 - O Consórcio Público também poderá celebrar Contrato de Programa com as Autarquias, Fundações e demais órgãos da administração indireta dos Entes consorciados.

19.1.2 - O disposto no item 19.1 desta cláusula não prejudica que, nos Contratos de Programa celebrados pelo Consórcio Público, se estabeleça a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal ou de bens necessários à continuidade dos serviços transferidos.

19.2 - São cláusulas necessárias do Contrato de Programa celebrado pelo Consórcio Público, observando-se necessariamente a legislação correspondente, as que estabeleçam:

I - o objeto, a área e o prazo da gestão associada de serviços públicos, inclusive a operada com transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços;

II - o modo, forma e condições de prestação dos serviços;

III - os critérios, indicadores, fórmulas e parâmetros definidores da qualidade dos serviços;

IV - procedimentos que garantam transparência da gestão econômica e financeira de cada serviço em relação a cada um de seus titulares, especialmente no que se refere aos subsídios cruzados;

V - os direitos, garantias e obrigações do titular e do Consórcio Público, inclusive os relacionados às previsíveis necessidades de futura alteração e expansão dos serviços e conseqüente modernização, aperfeiçoamento e ampliação dos equipamentos e instalações;

VI - os direitos e deveres dos usuários para obtenção e utilização dos serviços;

VII - a forma de fiscalização das instalações, dos equipamentos, dos métodos e das práticas de execução dos serviços, bem como a indicação dos órgãos competentes para exercê-las;

VIII - as penalidades e sua forma de aplicação;

IX - os casos de extinção;

X - os bens reversíveis;

XI - os critérios para o cálculo e a forma de pagamento das indenizações devidas ao Consórcio Público relativas aos investimentos que não foram amortizados por receitas emergentes da prestação dos serviços;

XII – a obrigatoriedade, forma e periodicidade da prestação de contas do Consórcio Público ao titular dos serviços;

XIII – a periodicidade em que o Consórcio Público deverá publicar demonstrações financeiras sobre a execução do contrato;

XIV – o foro e o modo amigável de solução das controvérsias contratuais.

19.2.1 - No caso de a prestação de serviços ser operada por transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos, também são necessárias as cláusulas que estabeleçam:

I - os encargos transferidos e a responsabilidade subsidiária da entidade que os transferiu;

II - as penalidades no caso de inadimplência em relação aos encargos transferidos;

III - o momento de transferência dos serviços e os deveres relativos à sua continuidade;

IV - a indicação de quem arcará com o ônus e os passivos do pessoal transferido;

V - a identificação dos bens que terão apenas a sua gestão e administração transferidas e o preço dos que sejam efetivamente alienados ao contratado;

VI - o procedimento para o levantamento, cadastro e avaliação dos bens reversíveis que vierem a ser amortizados mediante receitas emergentes da prestação dos serviços.

19.2.2 - Os bens vinculados aos serviços públicos serão de propriedade do Município contratante, sendo onerados por direitos de exploração que serão exercidos pelo Consórcio Público pelo período em que vigor o Contrato de Programa.

19.2.3 - Nas operações de crédito contratadas pelo Consórcio Público para investimentos nos serviços públicos deverá se indicar o quanto corresponde aos serviços de cada titular, para fins de contabilização e controle.

19.2.4 - Receitas futuras da prestação de serviços poderão ser entregue como pagamento ou como garantia de operações de crédito ou financeiras para a execução dos investimentos previstos no contrato.

19.2.5 - A extinção do Contrato de Programa dependerá do prévio pagamento das indenizações eventualmente devidas, especialmente das referentes à economicidade e viabilidade da prestação dos serviços pelo Consórcio Público, por razões de economia de escala ou de escopo.

19.2.6 - O Contrato de Programa continuará vigente nos casos de:

I – o titular se retirar do Consórcio Público ou da gestão associada;

II – extinção do Consórcio Público.

19.2.7 - Os Contratos de Programa serão celebrados mediante dispensa de licitação, incumbindo ao Município contratante obedecer fielmente às condições e procedimento previstos na legislação.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA ALTERAÇÃO E DA EXTINÇÃO DO CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO

20.1 - A extinção de Contrato de Consórcio Público dependerá de instrumento aprovado pela Assembléia Geral, autorizado ou ratificado mediante lei por todos os Entes consorciados.

20.1.1 - Os bens, direitos, encargos e obrigações decorrentes da gestão associada de serviços públicos serão atribuídos aos titulares dos respectivos serviços, sendo que os demais bens, mediante deliberação da Assembléia Geral, serão alienados, se possível, e seus produtos rateados em cotas partes iguais aos consorciados.

20.1.2 - Até que haja decisão que indique os responsáveis para cada obrigação, os Entes consorciados responderão solidariamente pelas obrigações remanescentes, garantidos o direito de regresso em face dos Entes beneficiados ou dos que deram causa à obrigação.

20.1.3 - Com a extinção, o pessoal cedido ao Consórcio Público retornará aos seus órgãos de origem.

20.2 - A alteração do Contrato de Consórcio Público observará o procedimento estabelecido no Protocolo de Intenções, no Estatuto e na legislação aplicável.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1 - O Consórcio Público será regido pelo disposto na Lei nº 11.107, de 06 de abril de 2005, por seu regulamento, por este Contrato e pelas leis de ratificação do Protocolo de Intenções que o precedeu, as quais se aplicam somente aos Entes federativos que as emanaram.

21.1.1 - Fica instituído o Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC como órgão oficial de publicação legal e divulgação dos atos do CIAPS, observando-se que:

I – O Diário Oficial dos Municípios substitui a publicação impressa e será veiculado gratuitamente no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br;

II – A publicação atenderá os requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP Brasil;

III – Os prazos, para todos os efeitos, serão contados a partir da publicação no Diário Oficial dos Municípios;

IV – Serão publicados no Diário Oficial dos Municípios todos os atos legais e administrativos de constituição do Consórcio Público e aqueles editados durante seu funcionamento;

V – A Diretoria observará a necessidade de publicação também por outros meios, quando necessário para atendimento de disposição específica de lei.

21.2 - A interpretação do disposto neste Contrato de Consórcio Público deverá ser compatível com o exposto no preâmbulo do Protocolo de Intenções, bem como, com os seguintes princípios:

I – respeito à autonomia dos Entes Federativos consorciados, pelo que o ingresso ou retirada do Consórcio Público depende apenas da vontade de cada Ente federativo, sendo vedado que se lhe ofereça incentivos para o ingresso;

II – solidariedade, em razão da qual os Entes consorciados se comprometem a não praticar qualquer ato, comissivo ou omissivo, que venha a prejudicar a boa implementação de qualquer dos objetivos do Consórcio Público;

III – eletividade de todos os órgãos dirigentes do Consórcio Público;

IV – transparência, pelo que não se poderá negar que o Poder Executivo ou Legislativo de Ente federativo consorciado tenha o acesso a qualquer reunião ou documento do Consórcio Público;

V – eficiência, o que exigirá que todas as decisões do Consórcio Público tenham explícita e prévia fundamentação técnica que demonstrem sua viabilidade e economicidade.

21.3 - O exercício fiscal coincidirá com o ano civil para efeitos de atendimento às normas de contabilização do Consórcio Público.

21.3.1 – O Consórcio Público adotará a contabilidade pública, bem como executará a Prestação de Contas legalmente exigível.

21.4 – Este Contrato de Consórcio Público deverá ser publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC e ficar disponível no sítio do CIAPS na rede mundial de computadores – internet, pelo seu texto integral.

21.4.1 - A publicação dos atos do CIAPS poderá dar-se de forma resumida, desde que a publicação indique o local e o sítio da rede mundial de computadores – internet, em que se poderá obter seu texto integral.

21.5 - A Diretoria, mediante aplicação de índices oficiais, poderá corrigir monetariamente os valores previstos no Protocolo de Intenções e neste Contrato de Consórcio Público.

21.6 - Os casos omissos serão resolvidos pela Assembléia Geral, observando-se os princípios da legislação aplicável aos Consórcios Públicos e a Administração Pública em geral.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DO FORO

22.1 - Para dirimir eventuais controvérsias deste Contrato de Consórcio Público, fica eleito o foro da Comarca de Ascurra, Estado de Santa Catarina, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Ascurra, aos 14 de Outubro de 2014.

Nicanor Morro	Moacir Polidoro
Município de Apiúna	Município de Ascurra
Paulo Roberto Weis	Luiz Cláudio Kades
Município de Rodeio	OAB/SC 17.692
	Assessor Jurídico da AMMVI

ANEXO 1 – dos empregos públicoS DE CONFIANÇA

Nº de Empregos	Denominação do Emprego	Carga Horária Semanal	Salário/mês
1	Coordenador Executivo	40 hs	R\$ 4.000,00 R\$ 4.728,51

ANEXO 2 – dos empregos públicos PERMANENTES

Nº de Empregos	Denominação do Emprego	Carga Horária Semanal	Salário/mês
01	Médico	10 horas	R\$ 4.000,00 R\$ 4.728,51
01	Enfermeiro	40 horas	R\$ 3.017,71 R\$ 3.567,32
01	Assistente Social	30 horas	R\$ 2.753,81 R\$ 3.255,35
01 02	Psicólogo	40 horas	R\$ 2.753,81 R\$ 3.255,35
01 02	Técnico em Enfermagem	40 horas	R\$ 1.406,20 R\$ 1.662,31
01 02	Auxiliar Administrativo	40 horas	R\$ 1.523,38 R\$ 1.800,83
01	Motorista	40 horas	R\$ 1.113,00 R\$ 1.315,71
01	Auxiliar de Serviços Gerais	40 horas	R\$ 820,29 R\$ 969,69

ESTATUTO CIAPS (CONSOLIDADO).**ESTATUTO DO CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CIAPS**

(Consolidado com as alterações da Lei Complementar de Apiuna nº 159/2016, de 13/06/2016, da Lei Complementar de Ascurra nº 170, de 01/07/2016, e da Lei Complementar de Rodeio nº 58, de 13/07/2016, e com as revisões gerais anuais dos salários dos empregados do CIAPS, concedidas pelas Resoluções nº 07, de 20/01/2015, e nº 16, de 15/01/2016, na forma do inciso X do art. 37 da Constituição Federal)

CAPÍTULO I**DA DENOMINAÇÃO E NATUREZA JURÍDICA**

Art. 1º - O consórcio público será denominado **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CIAPS**, e constitui-se sob a forma de associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, integrando, nos termos da lei, a administração indireta dos Entes consorciados.

§ 1º - O Consórcio adquire personalidade jurídica de direito público, na forma da Lei nº 11.107/05 e do seu regulamento, com a publicação e vigência das leis editadas pelos Entes consorciados para ratificação do Protocolo de Intenções, identificadas nos incisos do art. 8º deste Estatuto.

§ 2º - A publicação do Protocolo de Intenções e das Leis Municipais que o ratificaram ocorreu nas edições nº 1571 (págs. 15-33) e nº 1580 (págs. 11-62) do Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC, dos dias 19 e 26 de Setembro de 2014, resultando no Contrato de Consórcio Público firmado em 14 de Outubro de 2014, e publicado em 15 de Outubro de 2014, no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC – edição nº 1593, páginas 05 a 22.

§ 3º - O Consórcio Público gozará da imunidade tributária de que trata o art. 150, VI, “a”, e § 2º, da Constituição Federal, bem como da isenção dos demais tributos instituídos pelos Municípios consorciados.

CAPÍTULO II**DAS FINALIDADES**

Art. 2º - Constitui finalidade deste Consórcio Público a organização da rede de atenção à saúde mental dos Municípios consorciados, integrando-se com a rede básica e tendo como uma das atribuições supervisionar e qualificar a rede básica para a atenção em saúde mental.

§ 1º - O Consórcio Público promoverá a implantação e gestão de um Centro Regional de Atenção Psicossocial (CAPS), modalidade I, para atendimento dos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS nas redes municipais de saúde de Apiúna, Ascurra e Rodeio, possibilitando:

I – Oferta de suporte hospitalar para as situações de urgência/emergência em saúde mental;

II - Minimizar o sofrimento mental grave, principalmente no momento de crise aguda, com o cuidado hospitalar até a remissão do quadro;

III - Proporcionar retaguarda hospitalar a Rede de Atenção Psicossocial;

IV - Fortalecer a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) da região;

V - Oferecer projeto terapêutico individualizado, atendendo as necessidades de cada usuário;

VI - Reduzir a iatrogenia e a cronicidade dos quadros de intenso sofrimento psíquico.

§ 2º – O CAPS deverá constituir-se em serviço ambulatorial de atenção diária que funcione segundo a lógica do território de atuação do Consórcio Público, disponibilizando serviço de atenção psicossocial com as seguintes características:

I - Responsabilizar-se, sob coordenação do gestor local, pela organização da demanda e da rede de cuidados em saúde mental no âmbito do seu território;

II - Possuir capacidade técnica para desempenhar o papel de regulador da porta de entrada da rede assistencial no âmbito do seu território e/ou do módulo assistencial, definido na Norma Operacional de Assistência à Saúde (NOAS), de acordo com a determinação do gestor local;

III - Coordenar, por delegação do gestor local, as atividades de supervisão de unidades hospitalares psiquiátricas no âmbito do seu território;

IV - Supervisionar e capacitar às equipes de atenção básica, serviços e programas de saúde mental no âmbito do seu território e/ou do módulo assistencial;

V - Realizar, e manter atualizado, o cadastramento dos pacientes que utilizam medicamentos essenciais para a área de saúde mental, regulamentados pela Portaria/GM/MS nº 1077 de 24 de agosto de 1999, e medicamentos excepcionais, regulamentados pela Portaria/SAS/MS nº 341 de 22 de agosto de 2001, dentro de sua área assistencial;

VI - Funcionar no período de 08 as 18 horas, em 02 (dois) turnos, durante os cinco dias úteis da semana.

§ 3º - A assistência prestada ao paciente no CAPS I inclui as seguintes atividades:

I - Atendimento individual (medicamentoso, psicoterápico, de orientação, entre outros);

II - Atendimento em grupos (psicoterapia, grupo operativo, atividades de suporte social, entre outras);

III - Atendimento em oficinas terapêuticas executadas por profissional de nível superior ou nível médio;

IV - Visitas domiciliares;

V - Atendimento à família;

VI - Atividades comunitárias enfocando a integração do paciente na comunidade e sua inserção familiar e social;

VII - Os pacientes assistidos em um turno (04 horas) receberão uma refeição diária, os assistidos em dois turnos (08 horas) receberão duas refeições diárias.

Art. 3º – Para cumprimento de suas finalidades, o Consórcio Público poderá:

I - Firmar convênios, contratos, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções sociais ou econômicas de outras entidades e órgãos governamentais ou não governamentais;

II - Ser contratado pela administração direta ou indireta dos Municípios consorciados, dispensada a licitação;

III – Realizar licitações compartilhadas e promover desapropriações ou instituir servidões nos termos de declaração de utilidade ou necessidade pública, ou de interesse social;

IV - Adquirir e ou receber em doação ou cessão de uso, os bens que entender necessários, os quais integrarão seu patrimônio.

Art. 4º - O desenvolvimento de ações e de serviços de saúde pelo Consórcio Público, deve obedecer aos princípios, diretrizes e normas que regulam o Sistema Único de Saúde – SUS.

Art. 5º - Os Municípios só poderão se consorciar em relação a todas as finalidades objeto da instituição do CIAPS.

CAPÍTULO III

DO PRAZO DE DURAÇÃO E DA SEDE

Art. 6º - O Consórcio Intermunicipal de Atenção Psicossocial - CIAPS, vigorará por prazo indeterminado.

Parágrafo Único - A alteração ou a extinção do Consórcio Público dependerá de instrumento aprovado pela assembléia geral, estando autorizado, ou sendo ratificado, através de lei por todos os Entes consorciados.

Art. 7º - O Consórcio Público terá sede na Rua Quintino Bocaiúva, nº 204, Centro, CEP. 89.135-000, na cidade de Apiuna, Estado de Santa Catarina.

§ 1º – Os serviços administrativos, contábeis e jurídicos do Consórcio Público poderão ser realizados, a título de cooperação, pela Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí – AMMVI, sita à Rua Alberto Stein, nº 466, Bairro Velha, no Município de Blumenau, Estado de Santa Catarina, por seus próprios meios.

§ 2º - A Assembléia Geral do Consórcio, mediante decisão de 2/3 (dois terços) dos consorciados, poderá alterar a sede, dispensando-se, para este fim, a ratificação mediante lei por todos os Entes consorciados.

CAPÍTULO IV DOS ENTES SUBSCRITORES E INTEGRANTES DO CONSÓRCIO PÚBLICO

Art. 8º - São subscritores do Protocolo de Intenções, ratificado por Lei, e do Contrato de Consórcio Público, e integrante do CIAPS, os seguintes Entes Federados:

I - MUNICÍPIO DE APIÚNA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 79.373.767/0001-16, com sede na Rua Quintino Bocaiúva, nº 204, na cidade de Apiúna, neste Estado, representado por seu Prefeito, conforme Lei Complementar Municipal nº 142, de 19/08/2014;

II - MUNICÍPIO DE ASCURRA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.102.772/0001-61, com sede à Rua Benjamin Constant, nº 221, na cidade de Ascurra, neste Estado, representado por seu Prefeito, conforme Lei Complementar Municipal nº 152, de 01/09/2014;

XIII - MUNICÍPIO DE RODEIO, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.102.814/0001-64, com sede na Rua Barão do Rio Branco, nº 1.069, na cidade de Rodeio, neste Estado, representado por seu Prefeito, conforme Lei Complementar Municipal nº 50, de 19/08/2014.

Parágrafo único – Os Entes consorciados serão representados nos atos do Consórcio Público pela autoridade que estiver no exercício das funções de Prefeito, ressalvado o disposto no § 1º do art. 17 deste Estatuto.

Art. 9º - Considerar-se-ão subscritores do Protocolo de Intenções e admitidos no Consórcio Público todos os Municípios criados por desmembramento ou fusão de quaisquer dos Municípios mencionados nos incisos do artigo anterior, observada, no que couber, a regra do artigo subsequente.

Art. 10 - É facultado o ingresso de novos municípios participantes no Consórcio Público a qualquer momento, o que se fará com o pedido formal à Diretoria, a qual, uma vez aprovado na Assembléia Geral e atendidos os requisitos legais e os deste Estatuto de Consórcio Público, informará da aceitação ou não do novo consorciado.

§ 1º - Aprovado o ingresso do Ente no Consórcio Público, este providenciará a:

I - Lei Municipal de Ratificação do Protocolo de Intenções e de autorização para adesão ao Contrato de Consórcio Público;

II – Celebração do Contrato de Rateio e subscrição de Contrato de Programa;

III - Inclusão da dotação orçamentária na Lei Orçamentária Anual, para destinação de recursos financeiros ao Consórcio Público;

IV – Efetiva participação nas atividades do Consórcio Público e nas Assembléias Gerais, com colaboração para ações de fortalecimento e defesa da Entidade e de suas prerrogativas.

§ 2º - O Ente admitido passará a integrar o Contrato de Rateio, assumindo compromisso de repasse de recursos financeiros ao Consórcio Público, a partir do início do exercício seguinte ao cumprimento do estabelecido no inciso I do parágrafo anterior, ou seja, a partir de 1º de janeiro do ano posterior à promulgação da Lei Municipal de ratificação do Protocolo de Intenções.

§ 3º - A efetivação do ingresso do Ente no Consórcio Público se dará com assinatura de:

I – Adendo ao protocolo de intenções para adesão a este pelo Ente ingressante, e anuência expressa dos demais consorciados, antes da ratificação legislativa;

II – Aditivo ao Contrato de Consórcio, após o cumprimento da etapa estabelecida no inciso I do § 1º deste artigo;

III – Adendo ao artigo 8º do Estatuto do Consórcio Público, com inclusão dos incisos correspondentes a identificação do Ente admitido.

§ 4º - Na hipótese da lei de ratificação prever reservas para afastar ou condicionar a vigência de cláusulas, capítulos, artigos, parágrafos, incisos ou alíneas do Protocolo de Intenções, do Contrato de Consórcio Público ou deste Estatuto, o consorciamento do Município interessado dependerá da aceitação das reservas previstas pelos Entes Federados que já compõe o CIAPS.

§ 5º - Não será admitida nenhuma reserva ou limitação posterior ao ingresso do Município a qualquer uma das finalidades objeto da instituição do Consórcio Público.

CAPÍTULO V DA ÁREA DE ATUAÇÃO DO CONSÓRCIO PÚBLICO

Art. 11 - A área de atuação do Consórcio Intermunicipal de Atenção Psicossocial – CIAPS, será a área correspondente à soma dos territórios dos Municípios consorciados.

Art. 12 - Em caso de interesse dos Municípios Consorciados, condicionado a aprovação da Assembléia Geral, o Consórcio Público poderá exercer atividades fora de sua área territorial de atuação.

Parágrafo Único – Quando a atuação do Consórcio Público importar em atos e ações afetos a própria autonomia dos demais Entes, ela será precedida da formalização de convênio para delegação de competência.

CAPÍTULO VI DOS DIREITOS E DEVERES DOS CONSORCIADOS

Art. 13 - Constituem direitos dos consorciados:

- I – Participar das Assembleias Gerais e discutir os assuntos submetidos à apreciação dos consorciados;
- II – Votar e ser votado para os cargos de Presidente, de Vice-Presidente ou do Conselho Fiscal;
- III – Propor medidas que visem atender aos objetivos e interesses dos Municípios e ao aprimoramento do Consórcio Público;
- IV – Compor a Diretoria ou o Conselho Fiscal do Consórcio Público nas condições estabelecidas neste Estatuto.

Parágrafo Único - Quando adimplente com suas obrigações, qualquer Ente consorciado é parte legítima para exigir o pleno cumprimento das disposições estabelecidas no Contrato do Consórcio Público e neste Estatuto.

Art. 14 - Constituem deveres sociais dos Entes consorciados:

- I – Cumprir e fazer cumprir o Contrato de Consórcio Público, em especial, quanto ao pagamento das contribuições previstas no “Contrato de Rateio”;
- II – Acatar as determinações da Assembléia Geral, cumprindo com as deliberações e obrigações do Consórcio Público, em especial ao que determinam o “Contrato de Programa” e o “Contrato de Rateio”;
- III – Cooperar para o desenvolvimento das atividades e a efetividade dos atos, ações e metas do Consórcio Público;
- IV – Atuar pelo fortalecimento do Consórcio Público, bem como, contribuir com a ordem e a harmonia entre os consorciados, conveniados e/ou colaboradores;
- V – Participar ativamente das reuniões e Assembleias Gerais do Consórcio Público.

CAPÍTULO VII DA ORGANIZAÇÃO DO CONSÓRCIO PÚBLICO

Art. 15 - O Consórcio será organizado por este Estatuto e pelas Resoluções que o regulamentam, cujas disposições, sob pena de nulidade, deverão atender a todas as cláusulas do Contrato de Consórcio Público.

Art. 16 - O Consórcio Público é composto dos seguintes órgãos:

- I - Assembléia Geral;
- II – Diretoria;
- III - Conselho Fiscal.

Parágrafo Único – A Assembléia Geral poderá autorizar a formação de grupos ou comissões especiais para propósitos específicos, delimitando sua atuação e competência.

CAPÍTULO VIII Da Assembléia Geral

Art. 17 - A Assembléia Geral, instância máxima do Consórcio Público, é órgão colegiado composto pelos Chefes dos Poderes Executivos de todos os Entes consorciados.

§ 1º - No caso de impedimento ou ausência do Chefe do Poder Executivo, este poderá delegar expressamente competência ao Vice-Prefeito para representá-lo na Assembléia Geral, praticando todos os atos.

§ 2º - Ninguém poderá representar dois consorciados na Assembléia Geral, ou seja, para preservação da autonomia dos Entes consorciados não será admitida à representação de um Município por servidor, agente, dirigente ou Chefe de Poder de outro Município.

§ 3º - Acaso o Chefe do Poder Executivo se faça representar por outro servidor municipal ou dirigente de algum Órgão ou Unidade Administrativa do Município, este não terá direito a voto nas deliberações da Assembléia Geral.

Art. 18 - A Assembléia Geral reunir-se-á ordinariamente três vezes por ano, em datas a serem definidas pela Diretoria, e, extraordinariamente, sempre que convocada, inclusive, neste último caso, para deliberar sobre a destituição de membros da Diretoria ou sobre alterações estatutárias.

§ 1º - As assembleias gerais ordinárias e extraordinárias serão convocadas pelo Presidente do CIAPS, aquelas com antecedência mínima de cinco (05) dias e estas com antecedência mínima de vinte e quatro (24) horas, mediante comunicação direta ao Chefe do Poder Executivo de cada Município consorciado e publicação de Edital no site mantido na internet.

§ 2º - Em casos excepcionais, devidamente justificados no ato de convocação, as Assembleias Gerais extraordinárias poderão ser convocadas sem a antecedência mínima estabelecida no § 1º, observadas as demais condições.

Art. 19 - Cada consorciado, devidamente representado na forma deste Estatuto, terá direito a um voto na Assembleia Geral.

§ 1º - O voto será público e nominal, inclusive nos casos de julgamento em que se suscite a aplicação de penalidade à servidores do Consórcio Público ou à Ente consorciado.

§ 2º - O Presidente do Consórcio Público, salvo nas eleições, destituições e nas decisões que exijam quorum qualificado, votará apenas para desempatar.

Art. 20 - Para instalação da Assembleia e validade de suas deliberações será necessária a presença de mais de cinquenta por cento da representação dos consorciados.

§ 1º - Acaso a Assembleia se inicie sem o quorum mínimo estabelecido, ela não terá validade e as eventuais deliberações adotadas não terão nenhuma eficácia.

§ 2º - Verificado a inexistência de quorum legal, o Presidente do Consórcio poderá retardar o início da Assembleia por até uma hora.

§ 3º - Instalado validamente a Assembleia somente se admitirão deliberações se mantido o quorum mínimo necessário.

§ 4º - A aprovação das matérias postas à deliberação da Assembleia Geral depende do voto favorável da maioria simples dos representantes dos Municípios consorciados, presentes e em condições de votar, exceto para as decisões que exijam quorum qualificado.

§ 5º - O quorum qualificado corresponderá ao voto favorável de dois terços (2/3) dos representantes dos Entes Consorciados, sendo que, neste caso, o Presidente votará pela representação do Ente que lhe corresponda, em igualdade de condições aos representantes dos demais.

§ 6º - Se exigirá quorum qualificado para deliberação a respeito das matérias de que trata os incisos I, II, III e VI e § 1º do artigo 21 deste Estatuto, podendo, por deliberação da maioria dos representantes dos Municípios reunidos em Assembleia Geral, ser estendido tal exigência para outras matérias de interesse do Consórcio Público.

Art. 21 - Compete à Assembleia Geral:

I – Homologar o ingresso no Consórcio Público de Ente federativo que não tenha sido subscritor inicial do Protocolo de Intenções;

II – Aplicar a pena de exclusão do Consórcio Público;

III – Elaborar o Estatuto do Consórcio Público e aprovar as suas alterações;

IV – Eleger ou destituir o Presidente e o Vice-Presidente do Consórcio Público, cujos mandatos serão de 1 (um) ano, permitida a reeleição para um único período subsequente;

V – Ratificar ou recusar a nomeação ou destituir os demais membros da Diretoria;

VI – Aprovar:

a) orçamento plurianual de investimentos;

b) programa anual de trabalho;

c) o orçamento anual do Consórcio Público, bem como respectivos créditos adicionais, inclusive a previsão de aportes a serem cobertos por recursos advindos do Contrato de Rateio;

d) a realização de operações de crédito;

e) a fixação, a revisão e o reajuste de tarifas e outros preços públicos, bem como de outros valores devidos ao Consórcio Público pelos consorciados, por particulares ou pelos usuários;

f) a alienação e a oneração de bens do Consórcio Público ou daqueles que, nos termos de Contrato de Programa, lhe tenham sido outorgados os direitos de exploração;

VII – Homologar as decisões do Conselho Fiscal;

VIII – Aceitar a cessão de servidores por Ente federativo consorciado ou conveniado ao Consórcio Público;

IX – Aprovar planos e regulamentos dos serviços do Consórcio Público;

X – Aprovar a celebração de convênios e Contratos de Programa;

XI – Apreciar e sugerir medidas sobre:

- a) a melhoria dos serviços prestados pelo Consórcio Público;
- b) o aperfeiçoamento das relações do CIAPS com órgãos públicos, entidades e empresas privadas.

§ 1º - Somente será aceita a cessão de servidores com ônus para o Consórcio Público mediante decisão unânime da Assembléia Geral, presente pelo menos dois terços (2/3) dos membros consorciados.

§ 2º - As competências arroladas neste artigo não prejudicam que outras sejam reconhecidas por deliberação da Assembléia Geral.

§ 3º - O mandato do Presidente e/ou do Vice-Presidente cessará automaticamente no caso de o eleito não mais ocupar a Chefia do Poder Executivo do Ente consorciado que representa na Assembléia Geral, hipótese em que será sucedido por quem preencha essa condição.

Art. 22 - Os membros da Diretoria poderão ser destituídos mediante aprovação de moção de censura apresentado com apoio de pelo menos dois terços dos Consorciados, em Assembléia Geral especificamente convocada.

§ 1º - Em qualquer Assembléia Geral donde conste na pauta o item “assuntos gerais”, poderá ser apresentado eventuais moções de censura ao final da reunião, observando-se a subscrição qualificada de que trata o “caput” deste artigo.

§ 2º - Recebida moção de censura, sua discussão e apreciação será objeto da primeira Assembléia Geral Extraordinária que se seguir, vedada a deliberação de qualquer outro item de pauta.

§ 3º - A votação da moção de censura será efetuada depois de facultada a palavra, por quinze minutos, ao seu primeiro subscritor e, caso presente, ao membro da Diretoria que se pretenda destituir.

§ 4º - Será considerada aprovada a moção de censura se obter voto favorável de 2/3 (dois terços) dos representantes presentes à Assembléia Geral, em votação pública e nominal.

§ 5º - Caso aprovada moção de censura do Presidente do Consórcio Público, ele estará automaticamente destituído, procedendo-se, na mesma Assembléia, à eleição do Presidente para completar o período remanescente de mandato, observados as disposições do artigo 26 deste Estatuto, no que couber.

§ 6º - Na hipótese de não se viabilizar a eleição de novo Presidente, o Vice-Presidente assumirá esta função até a próxima Assembléia Geral, a se realizar em até 30 (trinta) dias.

§ 7º - Aprovada moção de censura apresentada em face do Coordenador Executivo, ele será automaticamente exonerado, aguardando-se indicação do Presidente do Consórcio Público para nomeação de seu substituto, após homologação da Assembléia Geral.

§ 8º - Rejeitada moção de censura, nenhuma outra, de igual teor, poderá ser apresentada nas Assembléias que se realizarem nos sessenta (60) dias seguintes.

Art. 23 – A alteração deste Estatuto, mediante proposição justificada de iniciativa da Diretoria, depende de deliberação favorável, aprovada pela maioria dos representantes dos Municípios consorciados, reunidos em Assembléia Geral.

§ 1º - Para alteração deste Estatuto será convocada Assembléia Geral Extraordinária, por meio de publicação e correspondência dirigida a todos os subscritores do Protocolo de Intenções e do Contrato de Consórcio Público, acaso não tenha ocorrido à convocação específica durante a realização da Assembléia anterior.

§ 2º - Confirmado o quorum de instalação, a Assembléia Geral, por maioria simples, elegerá o Presidente e o Secretário da Comissão Especial que dirigirá a Assembléia e, ato contínuo, aprovará resolução que estabeleça:

I – O texto básico do projeto de Alteração do Estatuto, proposto pela Assessoria Jurídica do Consórcio Público, que norteará os trabalhos da Comissão Especial;

II – O prazo para apresentação de emendas e de destaques para votação em separado;

III – O número de votos necessários para aprovação de emendas ao Projeto de Alteração do Estatuto.

§ 3º - A Comissão Especial de que trata o § 2º deste artigo, proporá alterações ao texto básico e/ou receberá propostas de emendas, apresentadas pelos representantes dos Municípios Consorciados, até o prazo estabelecido.

§ 4º - Findo o prazo de que trata o inciso II do § 2º deste artigo, a Comissão Especial deverá consolidar as propostas, elaborando o projeto final de alteração do Estatuto a ser apresentado na Assembléia Geral.

§ 5º - As emendas apresentadas somente serão recebidas para integrar o texto do projeto final de alteração do Estatuto, se obtiverem a aprovação em voto favorável da maioria (2/3) dos membros da Comissão Especial.

§ 6º - Apresentado o projeto de alteração do Estatuto pela Comissão Especial, o Presidente do CIAPS convocará Assembléia Geral Extraordinária para sua apreciação.

§ 7º - Na reunião da Assembléia será apresentado o projeto de alteração do Estatuto pelos membros da Comissão Especial ou pela Assessoria designada, passando-se a deliberação prévia de admissibilidade.

§ 8º - Havendo consenso sobre a admissibilidade do Projeto de alteração do Estatuto, este será posto em votação, necessitando do voto favorável por quorum qualificado de dois terços (2/3) dos representantes dos Municípios Consorciados para sua aprovação.

§ 9º - Ocorrendo votos contrários a admissibilidade do Projeto de alteração do Estatuto ou este não recebendo a votação necessária para sua aprovação, será aberto prazo de 30 (trinta) dias para apresentação de novas Emendas pelos representantes dos Municípios consorciados.

§ 10 - Findo o prazo para Emendas, a Comissão Especial será convocada para apresentar parecer sobre as mesmas, no prazo de quinze dias.

§ 11 - Apresentado o parecer de que trata o § 10 deste artigo, o Presidente do CIAPS convocará Assembléia Geral Extraordinária para deliberação, a qual funcionará da seguinte forma:

I - As Emendas individuais apresentadas pelos representantes dos Municípios serão lidas pela Comissão Especial, seguidas da leitura do parecer exarado, passando-se a deliberação sobre sua admissibilidade pela Assembléia Geral, e, após, pela sua aprovação ou rejeição, observados o quorum qualificado de que trata o § 8º deste artigo;

II - As Emendas subscritas por representantes de dois ou mais Municípios consorciados serão lidas pela Comissão Especial, seguidas da leitura do parecer exarado, sendo automaticamente admitidas como destaque para votação em separado, após a deliberação sobre as Emendas individuais;

III - As Emendas admitidas como destaques serão postas à deliberação após a concessão da palavra a um dos subscritores para sua defesa, necessitando do voto favorável, por quorum qualificado de dois terços (2/3) dos representantes dos Municípios Consorciados, para sua aprovação.

§ 12 - Aprovado o Projeto de alteração do Estatuto com Emendas, a Comissão Especial ficará encarregada de apresentar a redação final para assinatura e publicação.

§ 13 - Sempre que recomendar o adiamento da hora, os trabalhos serão suspensos para recomeçarem em dia, horário e local, anunciados antes do término da sessão.

§ 14 - Da nova sessão poderão comparecer os Entes que tenham faltado à sessão anterior, bem como os que, no interregno entre uma e outra sessão, tenham sido admitidos no Consórcio Público, após o cumprimento de todas as formalidades estabelecidas.

§ 15 - As alterações ao Estatuto do Consórcio Público entrarão em vigor após publicação na imprensa oficial, na forma legal.

Art. 24 - Nas atas da Assembléia Geral serão registradas:

I - Por meio de lista de presença, todos os Entes Federativos representados na Assembléia Geral;

II - De forma resumida, todas as intervenções orais e, como anexo, todos os documentos que tenham sido entregues ou apresentados na reunião da Assembléia Geral;

III - A íntegra de cada uma das propostas votadas na Assembléia Geral e a indicação expressa e nominal de como cada representante nela votou, bem como a proclamação de resultados.

§ 1º - No caso de votação secreta, será registrada em ata a expressa motivação do segredo e o resultado final da votação.

§ 2º - Somente se reconhecerá sigilo de documentos e declarações efetuadas na Assembléia Geral mediante decisão na qual se indiquem expressamente os motivos do sigilo. A decisão será tomada por 2/3 (dois terços) dos votos dos presentes e a ata deverá indicar expressa e nominalmente os representantes que votaram a favor e contra o sigilo.

§ 3º - A ata será rubricada em todas as suas folhas, inclusive de anexos, por aquele que a lavrou e por quem presidiu o término dos trabalhos da Assembléia Geral.

Art. 25 - Sob pena de ineficácia das decisões nela tomadas, a íntegra da ata da Assembléia Geral será, em até dez dias, publicada no sítio que o Consórcio Público deve manter na rede mundial de computadores - internet.

Parágrafo Único - Mediante requerimento e pagamento das despesas de reprodução, cópia autenticada da ata será fornecida para qualquer interessado.

CAPÍTULO IX DA DIRETORIA (PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE)

Art. 26 - O Presidente e o Vice-Presidente serão eleitos em Assembléia especialmente convocada, no mês de dezembro de cada ano, podendo ser apresentadas candidaturas nos primeiros trinta minutos. Somente será aceita a candidatura de Chefe de Poder Executivo de Ente consorciado, ou seja, de Prefeito titular.

§ 1º - O Presidente e o Vice-Presidente serão eleitos mediante voto público e nominal. Havendo apenas um candidato para cada função, a eleição poderá se dar por aclamação, mediante deliberação da Assembléia Geral.

§ 2º - Será considerado eleito o candidato que obtiver ao menos 2/3 (dois terços) dos votos, não podendo ocorrer à eleição sem a presença de pelo menos 2/3 (dois terços) dos consorciados.

§ 3º - Caso nenhum dos candidatos tenha alcançado 2/3 dos votos, realizar-se-á segundo turno de eleição na mesma Assembléia Geral, cujos candidatos serão os dois candidatos mais votados para cada função. No segundo turno será considerado eleito o candidato que obtiver metade mais um dos votos, excetuados os votos brancos.

§ 4º - Não obtido o número de votos mínimo mesmo em segundo turno, será convocada nova Assembléia Geral, a se realizar em até 30 (trinta) dias, caso necessário, prorrogando-se pro tempore o mandato do Presidente ou do Vice-Presidente em exercício.

§ 5º - Na ocorrência de prorrogação pro tempore do mandato do Presidente ou do Vice-Presidente em exercício, o mandato do novo Presidente e Vice-Presidente se iniciará um dia após a eleição, se estendendo até o final do exercício.

§ 6º - Os novos Presidente e Vice-Presidente eleitos terão livre acesso aos documentos e informações do Consórcio Público para fins de transição administrativa e continuidade dos serviços públicos, a partir da eleição até o início de seu mandato, cabendo ao Coordenador Executivo zelar pelo atendimento desta disposição.

Art. 27 - Proclamado eleito candidato a Presidente, a ele será dada à palavra para que indique o Coordenador Executivo ou o confirme na função.

§ 1º - Uma vez indicado, o Presidente da Assembléia indagará, caso presente, se o mesmo aceita a função. Caso ausente, o Presidente eleito deverá comprovar o aceite por qualquer meio idôneo.

§ 2º - Caso haja recusa da indicação, será concedida a palavra para que o Presidente eleito apresente nova indicação.

§ 3º - Estabelecida indicação válida, esta somente produzirá efeito caso aprovada por 2/3 (dois terços) dos votos, exigida a presença da maioria absoluta dos consorciados. Após a aprovação, o indicado será nomeado e deverá tomar posse e entrar em exercício na forma disciplinada neste Estatuto e no regulamento do quadro de pessoal do Consórcio Público, a ser definido por resolução aprovada pela Assembléia Geral.

§ 4º - Caso ocorra apenas à confirmação na função, ou seja, a manutenção do então ocupante do emprego de Coordenador Executivo, sua contratação não sofrerá solução de continuidade.

Art. 28 - Sem prejuízo de outras competências estabelecidas neste Estatuto ou por deliberação da Assembléia Geral, incumbe ao Presidente:

I – Representar o Consórcio Público judicial e extrajudicialmente;

II – Ordenar as despesas do Consórcio Público e responsabilizar-se pela sua prestação de contas;

III – Convocar as Assembleias Gerais;

IV – Zelar pelos interesses do Consórcio Público, exercendo todas as competências que não tenham sido outorgadas pelo Contrato de Consórcio Público ou por este Estatuto a outro órgão do CIAPS;

V – Promover todos os atos administrativos e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do Consórcio Público.

§ 1º - Com exceção da competência prevista no inciso I, todas as demais poderão ser delegadas ao Coordenador Executivo.

§ 2º - Por razões de urgência ou para permitir a celeridade na condução administrativa do Consórcio Público, o Coordenador Executivo poderá ser autorizado a praticar atos ad referendum do Presidente.

Art. 29 - Na ausência eventual ou impedimento temporário do Presidente, assumirá o Vice-Presidente, exercendo todas as competências daquele, mediante ratificação da Assembléia Geral, sem prejuízo do disposto no § 1º do artigo 30 deste Estatuto.

§ 1º - O substituto ou sucessor do Prefeito na direção do Município consorciado o substituirá automaticamente na Presidência ou Vice-Presidência do Consórcio Público, sem prejuízo do disposto no § 1º do artigo 30 deste Estatuto.

§ 2º - O término de mandato político junto ao Ente consorciado não será impedimento para candidatura e eleição de representante de Ente Consorciado, caso em que se aplicará o disposto no § 1º deste artigo.

§ 3º - O mandato do Presidente e/ou do Vice-Presidente cessará automaticamente no caso de o eleito não mais ocupar a Chefia do Poder Executivo do Ente consorciado que representa na Assembléia Geral, hipótese em que será sucedido automaticamente por quem preencha essa condição, sem prejuízo do disposto no § 1º do artigo 30 deste Estatuto.

§ 4º - No caso de renúncia conjunta do mandato de Presidente e de Vice-Presidente, o exercício interino da função de Presidente caberá ao

Chefe do Poder Executivo de maior idade, dentre todos os demais representantes dos Entes consorciados, ao qual compete convocar novas eleições, para término do mandato objeto de renúncia, observados as disposições do artigo 26 deste Estatuto, no que couber.

Art. 30 – O mandato do Presidente e do Vice-Presidente do Consórcio Público será de um ano, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro do mesmo exercício, excetuadas as demais situações excepcionais previstas neste Estatuto, permitido a reeleição para um único mandato subsequente.

§ 1º - O Presidente eleito assinará termo de posse na data de início de seu mandato, apresentando os demais documentos necessários para o fiel desempenho de seus encargos, dentre estes a cópia de seus documentos pessoais e o termo de posse nas funções de Prefeito titular do Ente consorciado representado. O Vice-Presidente adotará igual procedimento, na hipótese de assunção das funções de Presidente.

§ 2º - O Vice-Presidente eleito será empossado na mesma data e local da posse do Presidente.

§ 3º - O Vice-Presidente poderá se candidatar para a função de Presidente sem a desincompatibilização da função ocupada, desde que não tenha substituído o titular nos últimos seis meses.

CAPÍTULO X

Da DIRETORIA E DO COORDENADOR EXECUTIVO

Art. 31 - A Diretoria é órgão executivo e de gestão das atividades do Consórcio Público, composta por dois membros que exercerão funções próprias, sendo um o Presidente do Consórcio Público e outro o Coordenador Executivo.

§ 1º - Não haverá percepção de remuneração ou quaisquer espécies de verba indenizatória por parte do Presidente, sem prejuízo do pagamento das despesas de locomoção, transporte, hospedagem e/ou alimentação quando em deslocamento no interesse exclusivo do Consórcio Público.

§ 2º - O Coordenador Executivo perceberá a remuneração estabelecida para a função, acaso não perceba qualquer outro tipo de vencimento, salário ou subsídio de qualquer outro órgão de Ente Federado ou de Município consorciado.

§ 3º - O ocupante do emprego de Coordenador Executivo será nomeado por resolução do Presidente do Consórcio Público, observadas as disposições deste Estatuto, devendo tomar posse e entrar em exercício na forma do regulamento do quadro de pessoal do CIAPS.

Art. 32 - Mediante proposta do Presidente do Consórcio Público, aprovada pela Assembléia Geral, poderá haver redesignação interna de funções na Diretoria e/ou delegação de competência.

Art. 33 - A Diretoria deliberará sobre atos de gestão do Consórcio Público e executará todas as deliberações da Assembléia Geral.

Parágrafo Único - As deliberações da Diretoria serão externadas na forma de Resolução, numeradas sequencialmente.

Art. 34 – Sem prejuízo de outras atribuições contempladas neste Estatuto ou por deliberação da Assembléia Geral, compete à Diretoria:

I – Julgar recursos relativos à:

- a) homologação de inscrição e de resultados de concursos públicos;
- b) impugnação de edital de licitação, bem como os relativos à inabilitação, desclassificação e homologação e adjudicação de seu objeto;
- c) aplicação de penalidades a servidores do Consórcio Público;

II – Autorizar que o Consórcio Público ingresse em juízo, reservado ao Presidente a incumbência de, ad referendum, tomar as medidas que reputar urgentes;

III – Autorizar a contratação e a dispensa ou a exoneração de empregados e de servidores temporários;

IV – Promover todos os atos administrativos e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do Consórcio Público.

Art. 35 - Para exercício da função de Coordenador Executivo ou de qualquer outro emprego de confiança no Consórcio Público será exigida experiência e formação profissional em nível superior, com especialização em áreas afins com a Administração Pública e com as finalidades do CIAPS.

CAPÍTULO XI

DO CONSELHO FISCAL

Art. 36 - O Conselho Fiscal é composto por três Conselheiros, sendo dois secretários municipais de saúde indicados por seus pares e um Prefeito eleito pela Assembléia Geral realizada no mês de dezembro de cada ano, para mandato de um ano, o qual coincidirá com o ano civil.

§ 1º - Os membros do Conselho Fiscal não serão remunerados, sob pretexto ou forma alguma, sendo, entretanto, o exercício do mandato considerado serviço público relevante.

§ 2º - Os membros do Conselho Fiscal somente poderão ser afastados de seus cargos mediante moção de censura aprovada por 2/3 (dois terços) de votos da Assembléia Geral, exigida a presença de 2/3 dos representantes dos Entes consorciados.

Art. 37 - A Assembléia Geral reunir-se-á mediante convocação para eleição do Conselho Fiscal.

§ 1º - Nos primeiros trinta minutos de reunião serão apresentadas as indicações dos dois secretários municipais de saúde que integrarão o Conselho Fiscal, bem como as candidaturas dos prefeitos interessados para a vaga em disputa.

§ 2º - As candidaturas serão sempre pessoais, vedada à inscrição ou apresentação de chapas.

§ 3º - Poderá se candidatar ao Conselho Fiscal qualquer representante de Ente consorciado.

§ 4º - A eleição do Conselho Fiscal realizar-se-á por meio de voto aberto sendo que cada eleitor somente poderá votar em um candidato para cada vaga efetiva.

§ 5º - Considera-se eleito membro efetivo o candidato com maior número de votos e, como membro suplente, os candidatos que se seguirem em número de votos.

§ 6º - Em caso de empate, será considerado eleito o candidato de maior idade.

§ 7º - Na inexistência de candidatos, serão indicados tantos nomes quanto necessários, dentre os representantes dos Entes consorciados não atingidos pelo impedimento de que trata o § 8º deste artigo, passando-se a eleição por aclamação na mesma Assembléia Geral.

§ 8º - Não poderá participar do Conselho Fiscal o representante de Ente consorciado que for eleito para Presidente ou Vice-Presidente do Consórcio Público.

Art. 38 - Sem prejuízo de outras atribuições contempladas neste Estatuto ou por deliberação da Assembléia Geral, compete ao Conselho Fiscal exercer o controle da legalidade, legitimidade e economicidade da atividade patrimonial e financeira do Consórcio Público, com o auxílio, no que couber, do Tribunal de Contas.

Parágrafo Único - O disposto no "caput" deste artigo, não prejudica o controle externo a cargo do Poder Legislativo de cada Ente consorciado e nem a fiscalização dos respectivos Conselhos Municipais de Saúde, no que se refere aos recursos que cada um deles efetivamente entregou ou compromissou ao Consórcio Público.

Art. 39 - O Conselho Fiscal será presidido pelo membro mais idoso, ao qual compete convocar as reuniões, com antecedência mínima de vinte e quatro (24) horas, mediante comunicação direta aos demais Conselheiros.

§ 1º - Os trabalhos do Conselho Fiscal do Consórcio Público serão secretariados por empregado ou servidor designado pela Diretoria, registrando-se em ata as deliberações adotadas.

§ 2º - O Conselho Fiscal poderá convocar membro da Diretoria para esclarecer a motivação dos atos administrativos ou justificar os procedimentos seguidos na administração dos interesses do Consórcio Público.

§ 3º - As decisões do Conselho Fiscal serão submetidas à homologação da Assembléia Geral.

CAPÍTULO XII DOS RECURSOS HUMANOS

SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 40 - Somente poderão prestar serviços remunerados ao Consórcio Público os contratados para ocupar os empregos públicos previstos nos artigos 46 e 47 deste Estatuto e os servidores cedidos pelos Entes consorciados, bem como, em caso de necessidade motivada, pessoas físicas ou jurídicas contratadas por meio de licitação, na forma da lei.

§ 1º - A participação do Conselho Fiscal ou de outros órgãos diretivos que sejam criados pelo Estatuto ou por deliberação da Assembléia Geral, bem como a participação dos representantes dos Entes consorciados na Assembléia Geral e em outras atividades do Consórcio Público não será remunerada, sendo considerado trabalho público relevante.

§ 2º - O Presidente não será remunerado e não poderá receber qualquer quantia do Consórcio Público, em razão do exercício dessa função, observando-se o disposto no § 1º do artigo 31 deste Estatuto.

§ 3º - O Coordenador Executivo perceberá o salário estabelecido para o emprego, observando-se o disposto no § 2º do artigo 31 deste Estatuto, bem como as demais vantagens estabelecidas em Lei ou no Protocolo de Intenções ratificado.

Art. 41 - Os empregados públicos efetivos, comissionados ou contratados temporariamente pelo Consórcio Público são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e estarão submetidos ao Regime Geral de Previdência Social.

§ 1º - O regulamento do quadro de pessoal do Consórcio Público, a ser definido por resolução aprovada pela Assembléia Geral, obedecido ao disposto no Protocolo de Intenções, no Contrato de consórcio e neste Estatuto, tratará especialmente da descrição das funções, dos requisitos para ocupação dos empregos públicos, da forma de recrutamento, dos benefícios funcionais, da jornada de trabalho, dos direitos e deveres e do regime disciplinar.

§ 2º - A exoneração ou demissão de empregados públicos dependerá de ato administrativo da Diretoria, motivado no caso de dispensa por iniciativa do Consórcio Público, observada as demais formalidades legais.

§ 3º - Os empregados não poderão ser cedidos para nenhuma entidade ou organização, inclusive para os próprios Entes consorciados, sem prejuízo da possibilidade de prestação de serviços na sua área de atuação, através do Consórcio Público.

§ 4º - Os Entes da Federação consorciados, ou os com eles conveniados, poderão ceder-lhe servidores efetivos, na forma e condições da legislação de cada um, observado o disposto no § 1º do artigo 21 deste Estatuto.

§ 5º - Os servidores efetivos recebidos em cessão, na forma do § 4º deste artigo, permanecerão no seu regime jurídico e previdenciário originário, com remuneração paga pelo órgão cedente, podendo, a critério da Assembleia Geral, ser-lhes concedida gratificação complementar em razão da remuneração de mercado para função que venham a desempenhar no CIAPS, no percentual de até 100% (cem por cento) de sua remuneração mensal do órgão de origem.

§ 6º - O pagamento de gratificação complementar na forma prevista no § 5º deste artigo, não configura vínculo novo do servidor cedido, para fins trabalhistas, contudo o CIAPS efetuará a retenção e recolherá os encargos tributários correspondentes.

§ 7º - Na hipótese do § 4º deste artigo, o Ente da Federação consorciada cedente deverá assumir a manutenção da remuneração regular do servidor e dos encargos, donde tais pagamentos serão contabilizadas como créditos hábeis para operar compensação com obrigações previstas no Contrato de Rateio e/ou ressarcidos mensalmente pelo CIAPS.

Art. 42 - O quadro de pessoal do CIAPS é composto pelos empregos públicos constantes dos artigos 46 e 47 deste Estatuto, remunerados em conformidade com o Protocolo de Intenções, com o Contrato de Consórcio Público e com este Estatuto.

§ 1º - Os empregos permanentes do Consórcio Público serão providos mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, na forma do regulamento do quadro de pessoal do CIAPS.

§ 2º - O(s) emprego(s) previsto(s) no artigo 46 deste Estatuto será(ão) de livre nomeação e exoneração.

§ 3º - A remuneração dos empregos públicos é a definida nos artigos 46 e 47 deste Estatuto, observadas as condições de desenvolvimento funcional estabelecidas no artigo 53 para os empregos permanentes.

§ 4º - Após deliberação da Assembleia Geral, a Diretoria poderá conceder revisão geral anual de remuneração aos empregados do Consórcio Público no mês de janeiro de cada ano, utilizando o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC (IBGE) acumulado no ano anterior.

§ 5º - O aumento do número de vagas, o reenquadramento salarial ou a criação de novos empregos públicos depende de prévia deliberação da Assembleia Geral, da alteração do Protocolo de Intenções e do presente Estatuto, de autorização legislativa própria editada por todos os Entes consorciados e do aditamento ao Contrato de Consórcio Público.

§ 6º - A contratação de profissionais para o(s) emprego(s) de que trata o artigo 46, bem como a declaração de abertura de vagas e a autorização para início do processo de recrutamento para os empregos de provimento efetivo ou para as contratações temporárias, depende de prévia justificação da necessidade, da demonstração da viabilidade financeira e da aprovação em Assembleia Geral.

§ 7º - São requisitos básicos para ingresso no Quadro Funcional do Consórcio Público:

I - A nacionalidade brasileira.

II - O gozo dos direitos políticos.

III - A quitação com as obrigações militares e eleitorais.

IV - O nível de escolaridade exigido para o exercício do emprego, e/ou os requisitos especiais para o seu desempenho.

V - Idade mínima de 18 (dezoito) anos.

VI - Aptidão física e mental.

VII – Possuir Carteira Nacional de Habilitação (CNH), inclusive para eventual condução de veículos do CIAPS em deslocamentos a serviço, exceto se contratado na forma estabelecida no § 5º do art. 47 deste Estatuto.

§ 8º - As atribuições do emprego podem justificar a exigência de outros requisitos, estabelecidos na forma do § 1º do artigo anterior.

§ 9º – Sem prejuízo das atribuições do quadro funcional, fica instituído o Programa de Concessão de Estágio Não-Obrigatório aplicado ao estágio de estudantes, na forma da legislação federal específica, com disponibilidade de vagas em igual número de Entes Federados que integre o Consórcio Público.

§ 10 – O recrutamento de candidatos para as vagas de estágio, dentre o contingente de alunos das instituições de ensino conveniadas, será feito:

I - Diretamente pelo CIAPS através de processo seletivo simplificado, de provas ou de provas e títulos, após prévia convocação por edital divulgado no site do Consórcio Público, no Diário Oficial dos Municípios e junto as Instituições de Ensino conveniadas;

II – Em caso de urgência ou necessidade imediata, diretamente pela Instituição de Ensino ou pelos Agentes de Integração, através de processo seletivo ou cadastro.

§ 11 – A carga horária de estágio ficará estabelecida em 04 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais ou em 06 (seis) horas diárias e 30 (trinta) semanais, remuneradas através de bolsa-estágio nos seguintes valores:

I – R\$ 433,80 (quatrocentos e trinta e três reais e oitenta centavos) mensais, no caso de estudantes do ensino superior, para jornada de 04 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais.

I – R\$ 512,81 (quinhentos e doze reais e um centavo) mensais, no caso de estudantes do ensino superior, para jornada de 04 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais.

II – R\$ 648,09 (seiscentos e quarenta e oito reais e nove centavos) mensais, no caso de estudantes do ensino superior, para jornada de 06 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais.

II – R\$ 766,12 (setecentos e sessenta e seis reais e doze centavos) mensais, no caso de estudantes do ensino superior, para jornada de 06 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais.

§ 12 - Sem prejuízo da contratação em favor do estagiário de seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, e do pagamento da remuneração de que trata o parágrafo anterior, lhe será concedido:

I - Auxílio-transporte mensal, consistente no fornecimento de vale-transporte, conforme estabelece a legislação federal específica e de acordo com as normas municipais, no caso de utilização de transporte coletivo público, ou na indenização correspondente ao valor líquido que seria desembolsado para aquisição do vale-transporte, no caso de utilização de outro meio de transporte (próprio ou particular);

II – Auxílio-alimentação, na forma concedida aos empregados em geral, proporcionalmente a jornada diária de estágio.

III – Período de recesso remunerado de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante suas férias escolares e antes do encerramento do contrato, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, ou proporcional nos demais casos, vedado sua indenização.

§ 13 – O Consórcio Público poderá, também, celebrar convênio de concessão de estágio obrigatório com Instituições de Ensino, assumindo responsabilidade pela contratação do seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, e mediante remuneração equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor estabelecido para contraprestação do estágio não obrigatório.

Art. 43 - Os editais de concurso público do CIAPS deverão atender ao contido no regulamento do quadro de pessoal, e serão subscritos pelo Presidente e/ou pelo Coordenador Executivo.

§ 1º - Será encaminhada cópia do edital de concurso público para conhecimento em todos os Entes consorciados, mediante divulgação pelos meios regulamentares.

§ 2º - O edital, em sua íntegra, será publicado em sítio que o Consórcio Público mantiver na rede mundial de computadores – internet - bem como, na forma de extrato, será publicado na imprensa oficial e em jornal de circulação regional.

§ 3º - Nos quinze primeiros dias que decorrerem da publicação do extrato mencionado no parágrafo anterior, poderá ser apresentadas impugnações ao edital, as quais deverão ser decididas em sete dias. A íntegra da impugnação e de sua decisão será publicada no sítio que o Consórcio Público manter na rede mundial de computadores – internet.

Art. 44 - Somente admitir-se-á contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público consistente na substituição de empregado público afastado temporariamente de suas funções por motivo de doença ou outro afastamento legal, e desde que imprescindível para continuidade dos serviços do Consórcio Público.

Art. 44 - Admitir-se-á contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público consistente:

I - na substituição de empregado público afastado temporariamente de suas funções por motivo de doença ou outro afastamento legal, e desde que imprescindível para continuidade dos serviços do Consórcio Público;

II – na contratação necessária à instalação ou ao funcionamento inadiável de serviços públicos essenciais, com prévia e expressa autorização da Assembleia Geral.

§ 1º - Os contratados temporariamente exercerão as funções do emprego público do titular afastado, percebendo a remuneração para ele prevista.

§ 1º - Os contratados temporariamente exercerão todas as funções do emprego público, percebendo a remuneração para ele prevista.

§ 2º - A contratação de que trata este artigo, será precedida de processo seletivo de provas ou de provas e títulos.

§ 2º - A contratação de que trata este artigo, será precedida de processo seletivo de provas ou de provas e títulos, inclusive com possibilidade de aproveitamento de seleção realizada pelo Município sede do Consórcio Público, respeitada a ordem de classificação dos candidatos remanescentes.

Art. 45 - As contratações temporárias observarão as disposições estabelecidas no art. 37, IX, da Constituição Federal, artigos 443, 445, 451 e 452 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e demais disposições deste Estatuto.

§ 1º - As contratações por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público terão prazo de até um ano, podendo ser prorrogado justificadamente uma única vez até atingir o prazo máximo total de dois anos.

§ 2º - O retorno do servidor titular ao exercício de suas funções ou o alcance do prazo máximo de que trata o parágrafo anterior faz cessar automaticamente a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, sem qualquer indenização.

§ 2º - O retorno do servidor titular ao exercício de suas funções, a efetivação de servidores por Concurso Público para o emprego público ou o alcance do prazo máximo de que trata o parágrafo anterior faz cessar automaticamente a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, sem qualquer indenização.

§ 3º - O regulamento do quadro de pessoal do Consórcio Público disciplinará a contratação temporária de que trata este Estatuto.

SEÇÃO II

DO(S) EMPREGO(S) PÚBLICO(S) DE CONFIANÇA

Art. 46 – O Consórcio Intermunicipal de Atenção Psicossocial – CIAPS terá o(s) seguinte(s) emprego(s) público(s) de confiança em sua estrutura funcional:

Nº de Emprego(s)	Denominação do(s) Emprego(s)	Carga Horária Semanal	Salário/mês
1	Coordenador Executivo	40 hs	R\$ 4.000,00 R\$ 4.728,51

§ 1º - O(s) emprego(s) público(s) de que trata o “caput” deste artigo é(são) de livre nomeação e exoneração, regido(s) pelo critério de confiança e obrigado(s) ao regime de dedicação integral ao serviço, donde poderá(ao) ser convocado(s) a trabalhos excepcionais além da carga horária regulamentar, sem remuneração adicional.

§ 2º - A nomeação será feita pelo Presidente do CIAPS, após regular aprovação da escolha pela Assembléia Geral do Consórcio Público, ao qual compete dar posse e fiscalizar o exercício funcional, observadas as disposições deste Estatuto e do regulamento do quadro de pessoal.

SEÇÃO III

dos empregos públicos PERMANENTES

Art. 47 - O Consórcio Intermunicipal de Atenção Psicossocial – CIAPS, terá os seguintes empregos públicos permanentes em sua estrutura funcional:

Nº de Empregos	Denominação do Emprego	Carga Horária Semanal	Salário/mês
01	Médico	10 horas	R\$ 4.000,00 R\$ 4.728,51
01	Enfermeiro	40 horas	R\$ 3.017,71 R\$ 3.567,32
01	Assistente Social	30 horas	R\$ 2.753,81 R\$ 3.255,35
01 02	Psicólogo	40 horas	R\$ 2.753,81 R\$ 3.255,35
01 02	Técnico em Enfermagem	40 horas	R\$ 1.406,20 R\$ 1.662,31
01 02	Auxiliar Administrativo	40 horas	R\$ 1.523,38 R\$ 1.800,83
01	Motorista	40 horas	R\$ 1.113,00 R\$ 1.315,71
01	Auxiliar de Serviços Gerais	40 horas	R\$ 820,29 R\$ 969,69

§ 1º - Os empregos públicos de que trata o “caput” deste artigo serão acessados, na forma do regulamento do quadro de pessoal, por meio de:

I - Concurso público, no caso de provimento efetivo;

II - Processo seletivo, no caso de contratação temporária.

§ 2º - Os atos de nomeação e posse, e os de contratação serão expedidos pela Diretoria, observados os procedimentos legais.

§ 3º - Além do pessoal referido neste artigo e no antecedente, o Consórcio Público poderá receber servidores efetivos que lhe forem colocados à disposição, nos termos deste Estatuto.

§ 4º - Compete a Diretoria dar posse ao empregado efetivo, bem como proporcionar treinamento e fiscalizar o exercício funcional dos integrantes do quadro de pessoal, zelando pela pontualidade, assiduidade e eficiência dos empregados e colaboradores do Consórcio Público.

§ 5º - Às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscreverem em concurso público para provimento de emprego cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras, na forma estabelecida no regulamento do quadro de pessoal, para as quais serão reservadas até 10% (dez por cento) das vagas oferecidas no concurso.

§ 6º - O concurso público será de provas ou de provas e títulos, podendo ser realizado em 02 (duas) etapas, condicionada a inscrição do candidato ao pagamento de "preço público" fixado em Resolução, quando indispensável ao seu custeio, e ressalvadas as hipóteses de isenção nele expressamente previstas.

§ 7º - O concurso público terá validade de até 02 (dois) anos, a contar da sua homologação, prorrogável uma vez, por igual período, a critério da Diretoria.

§ 8º - Para coordenar todas as etapas do concurso público, inclusive proceder ao julgamento de quaisquer recursos, a autoridade competente designará Comissão Especial composta de 03 (três) servidores do CIAPS, facultada, em caso de necessidade, a designação de servidores efetivos de qualquer um dos Entes Consorciados.

§ 9º - O Coordenador Executivo ou a Comissão Especial de que trata o parágrafo anterior, mediante autorização do Presidente do Consórcio Público, poderá contratar instituição especializada ou confiar a uma instituição de ensino, a elaboração, aplicação e correção das provas.

§ 10 - Observar-se-ão, na realização dos concursos as seguintes normas:

I - A abertura de concurso público se dará por edital, cujo extrato será publicado na imprensa local por 02 (duas) vezes, disponibilizado em site da internet e afixado em mural público de fácil acesso, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias entre a última divulgação e a primeira etapa/prova a ser realizada, de que constem:

- a) o número de vagas oferecidas, denominação dos empregos e respectivos salários;
- b) o tipo de concurso, se de provas ou de provas e títulos, e, se for o caso, os títulos exigidos;
- c) as condições para inscrição e provimento do emprego;
- d) tipo, natureza e programa das provas;
- e) a forma de julgamento das provas e dos títulos;
- f) os limites de pontos atribuíveis a cada prova e aos títulos;
- g) os critérios e os níveis de habilitação, classificação e desempate;
- h) o prazo das inscrições;
- i) a forma de comprovação dos requisitos para a inscrição;
- j) a época da:
 - 1 - realização das provas constando o dia, horário e local;
 - 2 - publicação nominal das inscrições homologadas com o número da inscrição;
 - 3 - publicação dos aprovados por ordem de classificação, constando o número da inscrição e o nome do candidato;
 - 4 - o prazo de validade do concurso, que não excederá de dois anos, prorrogável por igual período.

II - O limite mínimo de idade para inscrição em concurso será de 18 (dezoito) anos, completados até a data limite para inscrição.

III - Aos candidatos serão assegurados amplos meios de recursos, nas fases de homologação das inscrições, publicações de resultados parciais ou globais, homologação do concurso e contratação de candidatos.

IV - Interposto recurso, o candidato poderá participar condicionalmente das provas que se realizarem, e no caso do não provimento do recurso, as provas serão anuladas e desconsideradas.

V - Terá preferência para a contratação, em caso de empate na classificação, sucessivamente, o candidato:

- a) que tiver obtido melhor grau na matéria de peso mais elevado, estabelecida no edital.
- b) que tiver maior idade, considerando-se a data de nascimento.
- c) que tiver maior número de dependentes, observada a legislação previdenciária.

VI - Os critérios e demais condições mencionadas neste parágrafo serão estabelecidas no regulamento do quadro de pessoal do CIAPS.

SEÇÃO IV DOS SALÁRIOS E DA REMUNERAÇÃO

Art. 48 – Salário é a retribuição pecuniária pelo exercício do emprego público, com valor fixado na forma do “caput” dos artigos 46 e 47 deste Estatuto.

§ 1º - O valor dos salários será alterado uniformemente, através de Resolução da Diretoria do CIAPS em face da Revisão Geral Anual.

§ 2º – Remuneração é o salário do emprego público, acrescido das vantagens pecuniárias, permanentes ou temporárias, estabelecidas neste Estatuto ou em lei.

§ 3º – O valor dos salários mensais guarda correlação com o cumprimento integral da carga de trabalho regular estabelecida para o emprego, sendo que esta poderá ser aumentada até o limite de 40 (quarenta) horas semanais ou reduzida em até 50% (cinquenta por cento), com o respectivo aumento ou redução proporcional da remuneração.

§ 4º – Além do salário, poderá ser pago ao empregado as seguintes vantagens:

I – Indenizações;

II - Auxílios pecuniários;

III – Gratificações;

IV – Adicionais.

§ 5º - As indenizações e os auxílios pecuniários não se incorporam ao salário para qualquer efeito.

§ 6º - As gratificações e os adicionais integram a remuneração do empregado, nos casos e condições indicados em Lei, neste Estatuto ou no regulamento do quadro de pessoal, devendo ser nominalmente identificado e destacado.

§ 7º - As vantagens pecuniárias não serão acumuladas, para efeito de concessão de quaisquer outros acréscimos pecuniários, sob o mesmo título ou idêntico fundamento.

§ 8º - Os adicionais e gratificações devidos aos empregados em razão do exercício do emprego serão calculadas na forma da lei ou do regulamento do quadro de pessoal, atendendo as situações específicas de sua aplicabilidade e incidirão sempre tão somente sobre o salário atribuído ao empregado.

SUBSEÇÃO I DAS INDENIZAÇÕES

Art. 49 - Conceder-se-á:

I - Indenização de transporte ao empregado que realizar despesas com a utilização de meio próprio de locomoção para a execução de serviços externos, por força das atribuições próprias do emprego, conforme dispuser o regulamento do quadro de pessoal, observado o limite de ¼ do valor do litro do combustível gasolina, por quilometro.

II – Adiantamento de viagem ao empregado que se deslocar, em caráter eventual ou transitório, em objeto de serviço, para custeio das despesas de pousada, alimentação e locomoção urbana.

§ 1º - Na hipótese do empregado receber adiantamento de viagem e não realizar o deslocamento, por qualquer motivo, fica obrigado a restituí-las integralmente, no prazo de cinco (5) dias, e na hipótese de o empregado retornar em prazo menor que o previsto, restituirá os valores recebidos em excesso, no mesmo prazo.

§ 2º - Os adiantamentos de viagens serão requeridos em formulário próprio, onde será qualificado o beneficiário e identificado à data de afastamento, trajeto e motivo da viagem. O processamento contábil para pagamento do adiantamento observará ao disposto na Lei nº 4.320/64.

§ 3º - Aplica-se o disposto nesta subseção, e seus regulamentos, aos servidores públicos colocados à disposição do Consórcio Público por qualquer outra entidade estatal, fundacional, autárquica ou paraestatal, e aos contratados temporariamente.

Art. 50 - Será concedido vale transporte na forma da legislação federal específica ao empregado que o requerer, bem como o auxílio transporte para o(s) estagiário(s), para deslocamento residência/local de trabalho e vice-versa.

SUBSEÇÃO II DOS AUXÍLIOS PECUNIÁRIOS

Art. 51 - Sem prejuízo das demais vantagens estabelecidas neste Estatuto, a Diretoria poderá conceder aos empregados efetivos, comissionados ou temporários e aos estagiários, o auxílio alimentação proporcional a carga horária mensal, na forma e condições estabelecidas no regulamento do quadro de pessoal, limitado ao valor máximo diário de R\$ 20,00 (vinte reais).

Art. 51 - Sem prejuízo das demais vantagens estabelecidas neste Estatuto, a Diretoria poderá conceder aos empregados efetivos, comissionados ou temporários e aos estagiários, o auxílio alimentação proporcional a carga horária mensal, na forma e condições estabelecidas no regulamento do quadro de pessoal, limitado ao valor máximo diário de R\$ 21,25 (vinte e um reais e vinte e cinco centavos).

SUBSEÇÃO III DAS GRATIFICAÇÕES E ADICIONAIS

Art. 52 - Além do salário e das demais vantagens previstas em lei ou neste Estatuto, poderá ser deferido aos empregados as seguintes gratificações e adicionais:

I - Gratificação natalina, na forma estabelecida em Lei;

II – Gratificação complementar, na forma estabelecida no § 5º do artigo 41 deste Estatuto;

III – Adicional por serviço extraordinário, na forma da Lei;

IV - Adicional de férias, na forma da Lei;

V - Adicional pelo trabalho insalubre ou perigoso, na forma da Lei;

VI - Adicional noturno, na forma da Lei;

VII – Adicional por qualificação.

Parágrafo único – O valor da gratificação complementar de que trata o inciso II deste artigo poderá ser reduzido nos casos em que sua aplicação integral acarrete o pagamento de remuneração superior ao valor do salário estabelecido para o emprego de Coordenador Executivo.

Art. 53 - O adicional por qualificação corresponderá a um acréscimo de 5% (cinco por cento) sobre o salário do empregado efetivo, limitado ao máximo de 30% (trinta por cento), por força da qualificação profissional obtida além daquela prevista para ocupação do emprego e que guarde correlação direta com as atribuições deste, observado interstício de cinco anos de exercício no emprego para cada período aquisitivo.

§ 1º - Para habilitar-se ao adicional por qualificação o empregado deverá atender, cumulativamente, as seguintes condições:

I - Ter concluído curso de pós-graduação, especialização, mestrado ou doutorado ou ter completado 150 (cento e cinquenta) horas de cursos/seminários/palestras, dentre outros, sempre em temas correlatos com o emprego ocupado;

II – Ter completado 05 (cinco) anos de serviço no Consórcio Público, ininterruptos ou não, para o primeiro período aquisitivo, e interstício de igual tempo para os períodos aquisitivos subsequentes.

§ 2º – Fica prejudicada a contagem regular do período aquisitivo para o adicional de que trata este artigo, se o empregado apresentar qualquer uma das seguintes ocorrências em sua vida funcional:

I - Tiver sido condenado em processo criminal, por decisão definitiva, ou sofrer penalidade disciplinar de suspensão;

II - Tiver mais de 05 (cinco) faltas injustificadas no período aquisitivo;

III - Tiver se afastado de suas funções por período contínuo superior a trinta dias, independentemente de percepção ou não de remuneração, exceto para os casos de exercício de emprego de confiança no próprio Consórcio Público ou em Ente consorciado.

§ 3º - O empregado que no decorrer do período aquisitivo incidir nas hipóteses do parágrafo anterior, perderá o tempo decorrido, iniciando-se novo período aquisitivo quinquenal após a cessação do impedimento.

SEÇÃO V DAS ATRIBUIÇÕES E DESCRIÇÕES DOS EMPREGOS

Art. 54 – Os empregos públicos de que tratam os artigos 46 e 47 deste Estatuto terão suas atribuições e descrições disciplinadas pelo regulamento do quadro de pessoal, observadas as seguintes diretrizes mínimas:

I – Para o emprego de COORDENADOR EXECUTIVO:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Desempenhar as atribuições de gestão e controle das atividades, recursos financeiros e pessoal do Consórcio Público, zelando pelo cumprimento das normas estatutárias e regimentais e dos contratos celebrados; Representar o Consórcio Público conforme poderes outorgados pelo Presidente; Prestar todas as informações necessárias aos consorciados e aos órgãos públicos; Promover todos os atos administrativos e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do Consórcio; Desenvolver outras atribuições correlatas a função, além das demais previstas no Protocolo de Intenções e no Estatuto; Executar tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela Diretoria do CIAPS.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Experiência e formação profissional em nível superior, com especialização em áreas afins com a Administração

Pública e com as finalidades do CIAPS.

II – Para o emprego de MÉDICO:

a) **DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE:** Realizar atividade de natureza especializada, envolvendo supervisão, planejamento, coordenação, programação e execução de atividades pertinentes a defesa e proteção da saúde individual e coletiva; Examinar o paciente, auscultando, palpando ou utilizando instrumentos especiais, para determinar diagnóstico ou, se necessário, requisitar exames complementares e encaminhá-lo ao especialista; Analisar e interpretar resultados de exames de raios X, bioquímico, hematológico e outros, comparando-os com padrões normais, para confirmar ou informar o diagnóstico; Prescrever medicamentos, indicando dosagem e respectiva via de administração, assim como cuidados a serem observados para conservar ou restabelecer a saúde do paciente; Manter registro dos pacientes examinados, anotando a conclusão diagnóstica, tratamento, evolução da doença, para efetuar orientação terapêutica adequada; Emitir atestados de saúde, sanidade e aptidão física e mental e de óbito, para atender a determinações legais; Atender a urgências clínicas, cirúrgicas ou traumatológicas; Executar outras tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIAPS.

b) **REQUISITO/FORMAÇÃO:** Curso de Nível Superior na área; Inscrição e registro junto ao Conselho Regional.

III – Para o emprego de ENFERMEIRO(A):

a) **DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE:** Realizar ações educativas, preventivas e curativas, na área da saúde pública; Selecionar e executar ações de enfermagem de acordo com as prioridades, necessidades e características de cada caso, particularmente para: gestantes e crianças de alto risco, bem como, outros clientes que apresentam risco para si próprio ou para a comunidade; Coordenar e supervisionar a organização e execução das atividades de enfermagem, desenvolvidas nas Unidades de atendimento sob sua responsabilidade, levando em conta os demais elementos da equipe de saúde do Centro de Saúde; Supervisionar e avaliar sistematicamente os registros e anotações das atividades realizadas pelo pessoal de enfermagem; Assegurar condições adequadas de limpeza, preparo, esterilização e manuseio do material em uso; Verificar sistematicamente o funcionamento de aparelhos utilizados na área de enfermagem, providenciando reparação ou substituição quando for o caso; Participar na supervisão das atividades de matrícula e fichário central; Verificar periodicamente as condições de conservação e prazo de validade de soros e vacinas; Promover o inter-relacionamento das atividades internas e externas do CAPS desenvolvidas pelo pessoal de enfermagem; Executar outras tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIAPS.

b) **REQUISITO/FORMAÇÃO:** Curso de Nível Superior na área; Inscrição e registro junto ao Conselho Regional.

IV – Para o emprego de ASSISTENTE SOCIAL:

a) **DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE:** Planejar e executar atividades que visam a assegurar o processo de melhoria da qualidade de vida, bem como busca garantir o atendimento das necessidades básicas das classes populares e dos Segmentos sociais mais vulneráveis às crises sócio-econômicas; Aconselhar e orientar indivíduos afetados em seu equilíbrio emocional, baseando-se no conhecimento sobre a dinâmica psicossocial do comportamento das pessoas; Promover a participação consciente dos indivíduos em grupos, desenvolvendo suas potencialidades; Programar a ação básica de uma comunidade no campo social e outros, valendo-se da análise dos recursos e das carências sócio-econômicas dos indivíduos e da comunidade; Assistir as famílias nas suas necessidades básicas, orientando-as e fornecendo-lhes suporte material, educacional e outros; Desenvolver outras atividades de caráter comunitário que possam ser utilizadas como elemento catalisador da potencialidade dos indivíduos na solução de seus próprios problemas; Executar outras tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIAPS.

b) **REQUISITO/FORMAÇÃO:** Curso de Nível Superior na área; Inscrição e registro junto ao Conselho Regional.

V – Para o emprego de PSICÓLOGO(A):

a) **DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE:** Participar da elaboração de programas educativos, junto à população, para orientar nos processos intra e interpessoais e nos mecanismos de comportamento humano; Elaborar e ampliar técnicas psicológicas, como teste para determinação de características afetivas, intelectuais, sensoriais ou motoras; Técnicas psicoterápicas e outros métodos de verificação, para possibilitar a orientação, seleção e treinamento de campo profissional, no diagnóstico e na identificação e interferência nos fatores determinantes na ação do indivíduo, em sua história pessoal, familiar, educacional e social; Atendimento familiar, e individual, visitas domiciliares; Assessoria e orientação aos casos encaminhados pelo Conselho Tutelar; Executar outras tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIAPS.

b) **REQUISITO/FORMAÇÃO:** Curso de Nível Superior na área; Inscrição e registro junto ao Conselho Regional.

VI – Para o emprego de TÉCNICO EM ENFERMAGEM:

a) **DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE:** Auxiliar no atendimento à pacientes nas unidades hospitalares e de saúde pública sob supervisão; Orientar e revisar o auto cuidado do cliente a alimentação e higiene pessoal; Executar a higienização ou preparação dos clientes para exames ou atos cirúrgicos; Zelar pela limpeza, conservação e assepsia do material e do instrumental; Executar e providenciar a esterilização de salas e do instrumento adequado às intervenções programadas; Manter atualizado o prontuário dos pacientes; Verificar a temperatura, pulso e respiração e registrar os resultados nos prontuários; Ministrar medicamentos, aplicar imunizantes e fazer curativos; Fazer a orientação sanitária de indivíduos em unidade de saúde; Atividade auxiliar, na área de enfermagem, desenvolvidas junto ao indivíduo, família

a comunidade visando a prevenção de doenças, promoção e recuperação da saúde; Executar outras tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIAPS.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso Técnico na área; Inscrição e registro junto ao Conselho Regional.

VII – Para o emprego de AUXILIAR ADMINISTRATIVO:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Exercer atividades de ordem auxiliar em executar atividades de caráter administrativo, financeiro, tributário e fiscal, sob supervisão da chefia imediata; fazer encaminhamentos, procedimentos e trabalhos que lhe forem atribuídos pela chefia imediata; digitar e ou datilografar processos de rotinas internas ou externas; prestar atendimento ao público em todas as áreas que lhe forem fixadas; transcrever atos oficiais; preencher formulários, fichas e outros; codificar e arquivar documentos; providenciar e preparar material de expediente; executar outras atividades correlatas.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Escolaridade Nível Médio

VIII – Para o emprego de MOTORISTA:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Dirigir veículos de passageiros e transporte de pacientes; Manter o veículo em condições de conservação e funcionamento, providenciando conserto, abastecimento, lubrificação, limpeza e troca de peças; Atender às normas de segurança e higiene no trabalho; Executar outras tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIAPS.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Escolaridade de Nível Médio; CNH categoria "C".

IX – Para o emprego de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Operar eletrodomésticos e outros equipamentos e utensílios; Lavar manualmente ou por meios mecânicos louças, talheres e utensílios; Fazer e servir café, água e outros alimentos solicitados nas dependências dos órgãos; Preparar e servir refeições e proceder a aquecimento de alimentos; Receber e examinar o material destinado à preparação de alimentos e bebidas e acondicioná-los em recipientes adequados; Informar previamente à Chefia imediata sobre a necessidade de material para o desenvolvimento normal dos serviços; Manter e zelar pela conservação dos equipamentos e utensílios utilizados; Efetuar o controle do material existente no setor, discriminando-o por peças e respectivas quantidades, para manter o estoque e evitar extravios; Executar serviços de limpeza e conservação, zelando pela ordem e segurança no ambiente de trabalho, observando as normas e instruções, para prevenir acidentes; Notificar toda e qualquer ocorrência que dificulte o bom andamento dos trabalhos, visando o conserto ou reparo de aparelhos ou substituição de materiais; Manter o ambiente de trabalho limpo e com boa aparência; Proceder a coleta e remoção de resíduos, aplicação de ceras industriais, conservantes, lustradores e limpadores em móveis e pisos, retirada do pó ou varrição de pisos, carpetes e tapetes nos escritórios e áreas externas; Coleta e remoção de papéis usados, colocação de desodorizantes, aplicação de detergentes, lavagem e higienização em sanitários; Retirada de resíduos e limpeza dos vidros das portas e janelas; Reposição de materiais de higiene pessoal, tudo visando ao asseio e conservação dos prédios públicos e das áreas limítrofes; Efetuar corte de grama, bem como a poda de árvores e arbustos; Capinagem de áreas verdes com a retirada de todo material para depósito de lixo; Executar outras tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIAPS.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Escolaridade de Ensino Fundamental Completo.

SEÇÃO VI

DOS DEVERES E DO REGIME DISCIPLINAR

SUBSEÇÃO I

DOS DEVERES

Art. 55 - São deveres do empregado, além de outras obrigações expressas que lhe sejam impostas por lei ou pelo regulamento do quadro de pessoal:

I - Respeitar o regime de horário de trabalho que lhe for estabelecido bem como o registro de entradas e saídas, horas extras e autorização para tal e ainda proceder à anotação do registro do ponto;

II - Acatar com presteza e boa vontade as ordens que lhe forem dadas pelo Presidente, Coordenador Executivo e demais Chefes;

III - Desempenhar suas atribuições com honestidade, atenção e critério, visando sempre o atendimento dos objetivos do Consórcio Público e cooperando para o perfeito andamento dos serviços;

IV - Comportar-se com ordem, disciplina e urbanidade no trato com os colegas de trabalho e com os Prefeitos, Vice-Prefeitos, Vereadores e servidores dos Municípios Consorciados, para que seja mantido o espírito de cordialidade e cooperação indispensável ao desempenho das tarefas;

V - Apresentar-se ao trabalho adequadamente trajado;

VI - Guardar segredo, quando necessário, sobre fatos que lhe chegam ao conhecimento em virtude do seu constante relacionamento com

os representantes dos Municípios Consorciados;

VII - Comunicar ao Chefe imediato quaisquer fatos ou informações que possam interessar ao Consórcio Público e ao serviço;

VIII - Oferecer, quando pedidas ou espontaneamente, quaisquer sugestões que possam representar melhoria dos serviços;

IX - Atender, na forma das disposições legais, a prorrogação do horário de trabalho quando exigir o serviço e a juízo do Coordenador Executivo;

X - Devotar-se, inteiramente, aos encargos que lhe forem delegados, não aceitando atribuições estranhas que possam influir na sua produtividade e que provoquem incompatibilidade de horário, sobrepondo os interesses do Consórcio a quaisquer outros de ordem pessoal;

XI - Atender com presteza:

a) ao público em geral, prestando as informações requeridas, ressalvadas as protegidas por sigilo;

b) à expedição de certidões requeridas para defesa de direito ou esclarecimento de situações de interesse pessoal;

c) às requisições para a defesa da Fazenda Pública;

XII - Zelar pela economia do material e a conservação do patrimônio público;

XIII - Representar contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder;

XIV - Manter atualizado seus dados cadastrais junto ao Consórcio Público.

Parágrafo Único - A representação de que trata o inciso XIII será encaminhada pela via hierárquica e apreciada pela autoridade superior àquela contra a qual é formulada, assegurando-se ao representado a ampla defesa.

SUBSEÇÃO II DAS PROIBIÇÕES

Art. 56 - Ao empregado é especialmente proibido:

I - Referir-se de modo depreciativo aos superiores ou a seus atos, bem como aos colegas e representantes dos Municípios;

II - Promover, nas dependências do Consórcio Público, manifestação de apreço ou desapeço a pessoas ou a entidades, propaganda política ou aliciamento partidário;

III - Receber propinas, comissões ou vantagens indevidas de qualquer espécie, em razão do emprego;

IV - Fornecer informações que possam comprometer o Consórcio Público ou os Municípios consorciados;

V - Executar, durante o expediente, serviços estranhos ao CIAPS, sendo, também, proibido o uso de material do Consórcio Público para fins particulares;

VI - Retirar-se do trabalho durante as horas de expediente, sem permissão, ou perturbar os colegas de trabalho com conversas estranhas ao serviço;

VII - Utilizar-se de aparelhos, equipamentos e veículos do Consórcio no interesse particular próprio ou de terceiros;

VIII - Ocupar concomitantemente ao emprego do Consórcio qualquer cargo ou emprego remunerado no serviço público, exceto nos casos de acumulação permitida pela Constituição Federal e mediante comprovada compatibilidade de horários;

IX - Prestar serviços particulares aos Municípios consorciados, diretamente ou através de interposta pessoa, mediante o recebimento de remuneração ou vantagem, ou exercer atividades incompatíveis com as atividades do Consórcio Público;

X - Retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição;

XI - Recusar fé a documentos públicos e/ou opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço;

XII - Cometer a pessoa estranha ao Consórcio Público, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de encargo que seja de sua competência ou de seu subordinado;

XIII - Manter sob sua chefia imediata, cônjuge, companheiro ou parente até segundo grau civil;

XIV - Participar de gerência ou administração de empresa privada, de sociedade civil, ou exercer comércio, e, nessa qualidade, transacionar com o Consórcio Público;

XV - Cometer qualquer das condutas tipificadas no art. 482 da CLT;

XVI - Comparecer no trabalho em estado de embriaguez ou sob efeito de qualquer outra droga capaz de afetar a consciência;

XVII - Praticar usura sob qualquer de suas formas;

XVIII - Recusar-se a atualizar seus dados cadastrais quando solicitado.

SUBSEÇÃO III DAS RESPONSABILIDADES

Art. 57 – Pelo exercício irregular de suas atribuições, o empregado está sujeito às sanções disciplinares e outras de caráter trabalhista, bem como à responsabilização civil e criminal.

§ 1º - A reparação de eventual prejuízo causado pelo empregado ao Consórcio Público, direta ou indiretamente, é feita, parceladamente, mediante desconto na folha de pagamento, limitado ao percentual de 30% (trinta por cento) da remuneração mensal, abstraídos os descontos legais.

§ 2º - Quando necessário, o Consórcio deve promover ação regressiva contra o empregado.

§ 3º - As multas de trânsito são de responsabilidade do empregado que estiver utilizando o veículo, podendo ser pagas pelo Consórcio e descontadas da remuneração do empregado em até 03 (três) parcelas, mediante requerimento do interessado.

§ 4º - Sem prejuízo das sanções disciplinares, o empregado pode ser responsabilizado por:

I - Sonegação de valores, objetos, aparelhos e equipamentos confiados a sua guarda e responsabilidade;

II - Faltas, danos, avarias e quaisquer prejuízos que venham a sofrer os bens e os materiais sob sua guarda ou sujeitos a sua fiscalização, exame ou conferência;

III - Qualquer prejuízo que causar ao patrimônio ou a quaisquer bens e direitos do Consórcio Público, dos Municípios consorciados ou de terceiros, por culpa, dolo, ignorância, indolência, negligência ou omissão.

SUBSEÇÃO IV DAS PENALIDADES

Art. 58 – São penalidades disciplinares:

I – Advertência;

II – Repreensão;

III – Suspensão;

IV – Demissão.

§ 1º - A pena de advertência será aplicada verbalmente pelo Coordenador Executivo, quando o empregado deixar de cumprir os deveres funcionais.

§ 2º - A pena de repreensão será aplicada pelo Coordenador Executivo quando o empregado for reincidente na falta de cumprimento de seus deveres, devendo ser escrita e anotada em sua ficha funcional e garantido ao empregado o pleno direito de defesa.

§ 3º - A pena de suspensão ocorre quando houver dolo, ou culpa na falta de cumprimento dos deveres pelo empregado ou por reincidência na falta de cumprimento de seus deveres pela qual já tenha sido repreendido.

§ 4º - A pena de suspensão, aplicada pelo Presidente ou pelo Coordenador Executivo, deve ser graduada em períodos de 03 (três), 07 (sete) ou 15 (quinze) dias, conforme a gravidade da infração cometida e dos danos acarretados aos serviços do Consórcio Público.

§ 5º - A demissão deve ser aplicada nos casos definidos como falta grave.

§ 6º - Na aplicação das penalidades deve ser considerada a vida funcional do empregado, a natureza e gravidade da falta e os danos que dela decorrerem para o Consórcio Público ou para terceiros.

§ 7º - As penalidades de advertência e de repreensão terão seus registros cancelados, após o decurso de três e cinco anos de efetivo exercício, respectivamente, se o empregado não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.

§ 8º - Quando houver conveniência para o serviço, a penalidade de suspensão poderá ser convertida em multa, na base de 50% (cinquenta por cento) por dia de salário ou remuneração, ficando o empregado obrigado a permanecer em serviço.

SEÇÃO VII DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

Art. 59 – A autoridade ou chefia que tiver ciência de irregularidade praticada por qualquer empregado do Consórcio Público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurada ao acusado ampla defesa.

§ 1º - As denúncias sobre irregularidades serão objeto de apuração, desde que contenham a identificação e o endereço do denunciante e sejam formuladas por escrito, confirmada a autenticidade.

§ 2º - Quando o fato narrado não configurar evidente infração disciplinar ou ilícito penal, a denúncia será arquivada por falta de objeto.

Art. 60 - Da sindicância poderá resultar:

I - Arquivamento do processo;

II - Aplicação de penalidade de advertência ou suspensão;

III - Instauração de processo disciplinar.

§ 1º - O prazo para conclusão da sindicância não excederá 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da autoridade competente.

§ 2º - Sempre que o ilícito praticado pelo empregado ensejar a imposição de penalidade de suspensão por mais de 07 (sete) dias, de demissão do emprego efetivo ou destituição do emprego em comissão, será obrigatória a instauração de processo disciplinar.

SUBSEÇÃO I

DO AFASTAMENTO PREVENTIVO

Art. 61 - Como medida cautelar e a fim de que o empregado não venha a influir na apuração da irregularidade, a autoridade instauradora do processo disciplinar poderá determinar o seu afastamento do exercício do emprego, pelo prazo de até 30 (trinta) dias, sem prejuízo da remuneração.

Parágrafo Único - O afastamento poderá ser prorrogado por igual prazo, findo o qual cessarão os seus efeitos, ainda que não concluído o processo.

SUBSEÇÃO II

DO PROCESSO DISCIPLINAR

Art. 62 - O processo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidades de empregado por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do emprego em que se encontre investido.

§ 1º - O processo disciplinar será conduzido por comissão processante especial composta de três empregados, designados pela autoridade competente que indicará, dentre eles, o seu presidente.

§ 2º - A comissão terá como secretário, empregado designado pelo seu presidente, podendo a designação recair em um dos seus membros.

§ 3º - Não poderá participar de comissão de sindicância ou de inquérito, cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.

§ 4º - A Comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse do Consórcio Público.

§ 5º - O prazo para conclusão do processo disciplinar não excederá 60 (sessenta) dias, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão, admitida a sua prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.

§ 6º - Sempre que necessário, a comissão dedicará tempo integral aos seus trabalhos, ficando seus membros dispensados do ponto, até a entrega do relatório final.

§ 7º - Será assegurado transporte aos membros da comissão e ao secretário, quando obrigados a se deslocarem da sede dos trabalhos para a realização de missão essencial ao esclarecimento dos fatos.

§ 8º - As reuniões e as audiências das comissões terão caráter reservado, e serão registradas em atas que deverão detalhar as deliberações adotadas.

Art. 63 - O processo disciplinar se desenvolve nas seguintes fases:

I - Instauração, com a publicação do ato que constituir a comissão;

II - Inquérito administrativo, que compreende instrução, defesa e relatório;

III - Julgamento.

**SUBSEÇÃO III
DO INQUÉRITO**

Art. 64 - O inquérito administrativo obedecerá ao princípio do contraditório, assegurada ao acusado a ampla defesa, com a utilização dos meios e recursos admitidos em direito.

§ 1º - Os autos da sindicância integrarão o processo disciplinar como peça informativa da instrução.

§ 2º - Na hipótese de o relatório da sindicância concluir que a infração está capitulada como ilícito penal, a autoridade competente encaminhará cópia dos autos ao Ministério Público, independentemente da imediata instauração do processo disciplinar.

§ 3º - Na fase do inquérito, a comissão promoverá a tomada de depoimentos, acareações, investigações e diligências cabíveis, objetivando a coleta de prova, recorrendo, quando necessário, a técnicos e peritos, de modo a permitir a completa elucidação dos fatos.

§ 4º - É assegurado ao empregado o direito de acompanhar o processo pessoalmente ou por intermédio de procurador, arrolar e reinquirir testemunhas, produzir provas e contraprovas e formular quesitos, quando se tratar de prova pericial.

§ 5º - O presidente da comissão poderá denegar pedidos considerados impertinentes, meramente protelatórios, ou de nenhum interesse para o esclarecimento dos fatos.

§ 6º - Será indeferido o pedido de prova pericial, quando a comprovação do fato depender de conhecimento especial de perito.

§ 7º - As testemunhas serão intimadas a depor mediante mandado expedido pelo presidente da comissão, devendo a segunda via, com o ciente do interessado, ser anexado aos autos.

§ 8º - Se a testemunha for servidor público, a expedição do mandado será imediatamente comunicada ao chefe da repartição onde serve, com a indicação do dia e hora marcados para inquirição.

§ 9º - O depoimento será prestado oralmente e reduzido a termo, não sendo lícito à testemunha trazê-lo por escrito.

§ 10 - As testemunhas serão inquiridas separadamente.

§ 11 - Na hipótese de depoimentos contraditórios ou que se infirmem, proceder-se-á à acareação entre os depoentes.

§ 12 - Concluída a inquirição das testemunhas, a comissão promoverá o interrogatório do acusado.

§ 13 - No caso de mais de um acusado, cada um deles será ouvido separadamente, e sempre que divergirem em suas declarações sobre fatos ou circunstâncias, será promovida a acareação entre eles.

§ 14 - O procurador do acusado poderá assistir ao interrogatório, bem como à inquirição das testemunhas, sendo-lhe vedado interferir nas perguntas e respostas, facultando-se-lhe, porém, reinquiri-las, por intermédio do presidente da comissão.

§ 15 - Quando houver dúvida sobre a sanidade mental do acusado, a comissão proporá à autoridade competente que ele seja submetido a exame por junta médica oficial, da qual participe pelo menos 01 (um) médico psiquiatra.

§ 14 - O incidente de sanidade mental será processado em auto apartado e apenso ao processo principal, após a expedição de laudo pericial.

Art. 65 - Tipificada a infração disciplinar, será formulada a indicição do empregado, com a especificação dos fatos a ele imputados e das respectivas provas.

§ 1º - O indiciado será citado por mandado expedido pelo presidente da comissão para apresentar defesa escrita, no prazo de 10 (dez) dias, assegurando-se-lhe vista do processo na secretaria do Consórcio Público.

§ 2º - Havendo dois ou mais indiciados, o prazo será comum e de 20 (vinte) dias).

§ 3º - No caso de recusa do indiciado em exarar o ciente na cópia do mandado, a recusa não lhe aproveitará, e o prazo para defesa contar-se-á da data declarada, em termo próprio, pelo membro da comissão que procedeu ao ato de citação.

§ 4º - O indiciado que mudar de residência fica obrigado a comunicar à comissão o lugar onde poderá ser encontrado.

§ 5º - Achando-se o indiciado em lugar incerto e não sabido, será citado por edital, publicado em jornal de grande circulação na localidade do último domicílio conhecido, para apresentar defesa.

§ 6º - Na hipótese do parágrafo anterior, o prazo para defesa será de dez dias, contados do dia útil seguinte a publicação do edital.

§ 7º - Considerar-se-á revel o indiciado que, regularmente citado, não apresentar defesa no prazo legal.

§ 8º - A revelia será declarada, por termo, nos autos do processo.

Art. 66 - Apiciada a defesa, a comissão elaborará relatório minucioso, onde resumirá as peças principais dos autos e mencionará as provas em que se baseou para formar a sua convicção.

§ 1º - O relatório será sempre conclusivo quanto à inocência ou à responsabilidade do empregado.

§ 2º - Reconhecida a responsabilidade do empregado, a comissão indicará o dispositivo legal ou regulamentar transgredido, bem como as circunstâncias agravantes ou atenuantes.

§ 3º - O processo disciplinar, com o relatório da comissão, será remetido à autoridade que determinou a sua instauração, para julgamento.

SUBSEÇÃO IV DO JULGAMENTO

Art. 67 - No prazo de 20 (vinte) dias contados do recebimento do processo, a autoridade julgadora proferirá a sua decisão.

§ 1º - Se a penalidade a ser aplicada exceder a alçada da autoridade instauradora do processo, este será encaminhado à autoridade competente, que decidirá em igual prazo.

§ 2º - Havendo mais de um indiciado e diversidade de sanções, o julgamento caberá à autoridade competente para a imposição da pena mais grave.

§ 3º - Reconhecida pela comissão a inocência do empregado, a autoridade instauradora do processo determinará o seu arquivamento, salvo se flagrantemente contrária à prova dos autos.

§ 4º - Quando a infração estiver capitulada como crime, o processo disciplinar será remetido ao Ministério Público para instauração da ação penal, ficando transladado na repartição.

Art. 68 - O julgamento acatará o relatório da comissão, salvo quando contrário às provas dos autos.

§ 1º - Quando o relatório da comissão contrariar as provas dos autos, a autoridade julgadora poderá, motivadamente, agravar a penalidade proposta, abrandá-la, ou isentar o empregado de responsabilidade.

§ 2º - Verificada a ocorrência de vício insanável, a autoridade que determinou a instauração do processo ou outra de hierarquia superior declarará a sua nulidade, total ou parcial, e ordenará, no mesmo ato, o saneamento do processo, com o refazimento dos atos anulados, suprimindo as irregularidades.

§ 3º - O julgamento fora do prazo legal não implica nulidade do processo.

§ 4º - A autoridade julgadora que der causa à prescrição, será responsabilizada na forma da Lei.

§ 5º - Extinta a punibilidade pela prescrição, a autoridade julgadora determinará o registro do fato nos assentamentos individuais do empregado.

Art. 69 - O empregado que responder a processo disciplinar só poderá ser exonerado a pedido, após a conclusão do processo e o cumprimento da penalidade, acaso aplicada.

SUBSEÇÃO V DA REVISÃO DO PROCESSO

Art. 70 - O processo disciplinar poderá ser revisto, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando se aduzirem fatos novos ou circunstâncias suscetíveis de justificar a inocência do punido ou a inadequação da penalidade aplicada.

§ 1º - Em caso de falecimento, ausência ou desaparecimento do empregado, qualquer pessoa da família poderá requerer a revisão do processo.

§ 2º - No caso de incapacidade mental do empregado, a revisão será requerida pelo respectivo curador.

§ 3º - No processo revisional, o ônus da prova cabe ao requerente.

§ 4º - A simples alegação de injustiça da penalidade não constitui fundamento para a revisão, que requer elementos novos, ainda não apreciados no processo originário.

§ 5º - O requerimento de revisão do processo será dirigido ao Presidente do Consórcio Público que, se autorizar a revisão, encaminhará o pedido a autoridade competente para providenciar a constituição de nova comissão processante, na forma deste Estatuto e do regulamento do quadro de pessoal.

§ 6º - A revisão correrá em apenso ao processo originário.

§ 7º - Na petição inicial, o requerente pedirá dia e hora para a produção de provas e inquirição das testemunhas que arrolar.

§ 8º - A comissão revisora terá 60 (sessenta) dias para a conclusão dos trabalhos.

§ 9º - Aplicam-se aos trabalhos da comissão revisora, no que couber, as normas e procedimentos próprios da comissão do processo disciplinar.

Art. 71 - O julgamento caberá à autoridade que aplicou a penalidade.

§ 1º - O prazo para julgamento será de 20 (vinte) dias contados do recebimento do processo, no curso do qual a autoridade julgadora poderá determinar diligências.

§ 2º - Julgada procedente a revisão, será declarada sem efeito a penalidade aplicada, restabelecendo-se todos os direitos do empregado, exceto em relação à destituição do emprego em comissão, que será convertida em exoneração.

§ 3º - Da revisão do processo não poderá resultar agravamento de penalidade.

CAPÍTULO XIII DAS LICITAÇÕES E CONTRATOS

Art. 72 – Sob pena de nulidade do contrato e responsabilidade de quem lhe deu causa, todas as contratações do Consórcio Público observarão ao disposto na legislação de licitações e contratos administrativos.

§ 1º - O Consórcio Público poderá realizar licitação cujo instrumento convocatório preveja contratos a serem celebrados pela Administração direta ou indireta dos Entes da Federação consorciados, nos termos do § 1º do art. 112 da Lei no 8.666, de 21/06/1993.

§ 2º - O Consórcio Público poderá manter sistema de registro de preços, observado o disposto no parágrafo anterior.

§ 3º - Todas as licitações terão publicidade nos casos e formas previstos na legislação federal respectiva.

Art. 73 – Acaso o Consórcio Público não possua empregados públicos permanentes para integrarem a Comissão de Licitações, esta poderá funcionar com a designação de servidores efetivos de qualquer um dos Entes consorciados.

Parágrafo Único – Aplica-se também o disposto no caput deste artigo para os casos de designação de pregoeiro(s) e membros da respectiva equipe de apoio, para o caso de licitações realizadas sob a modalidade de pregão eletrônico e/ou presencial.

Art. 74 - Todos os contratos serão publicados conforme dispuser a legislação federal respectiva.

Art. 75 - Qualquer cidadão, independentemente de demonstração de interesse, tem o direito de ter acesso aos documentos sobre a execução e pagamento de contratos celebrados pelo Consórcio Público.

Art. 76 - O Conselho Fiscal poderá, em qualquer fase do procedimento, solicitar esclarecimentos e, por maioria de dois terços de seus membros, poderá determinar que a execução do contrato seja suspensa, até que os esclarecimentos sejam considerados satisfatórios.

CAPÍTULO XIV DO PATRIMÔNIO

Art. 77 - O patrimônio do Consórcio Público será constituído pelos:

I - Bens e direitos que vier a adquirir a qualquer título;

II - Bens e direitos que lhe forem transferidas por entidades públicas ou privadas.

§ 1º - A alienação dos bens imóveis que integram o patrimônio do Consórcio Público será submetida à apreciação da Assembleia Geral convocada para este fim, que a aprovará pelo voto de 2/3 (dois terços) dos prefeitos dos municípios consorciados presentes.

§ 2º - A alienação de bens móveis dependerá unicamente da aprovação da Diretoria, quando inservíveis para os fins do Consórcio Público.

CAPÍTULO XV DA GESTÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

Art. 78 - A execução das receitas e das despesas do Consórcio Público obedecerá às normas de direito financeiro aplicáveis às entidades públicas.

Art. 79 - Constituem recursos financeiros do Consórcio Público:

I - As contribuições mensais dos municípios consorciados aprovadas pela Assembléia Geral, expressas em "Contrato de Rateio", de acordo com a Lei;

II - A remuneração de outros serviços prestados pelo Consórcio Público aos consorciados ou para terceiros;

III - Os auxílios, contribuições e subvenções concedidas por entidades públicas ou privadas;

IV - Os saldos do exercício, quando vinculados a investimentos previstos no Plano Plurianual de Trabalho;

V - As doações e legados;

VI - O produto de alienação de seus bens livres;

VII - O produto de operações de crédito;

VIII - As rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósito e de aplicação financeira;

IX - Os créditos e ações;

X - As transferências voluntárias decorrentes de convênios, ajustes, termos de cooperação ou programas.

Parágrafo Único - O produto da arrecadação do imposto de renda retido na fonte sobre rendimentos pagos, a qualquer título, pelo Consórcio Público, será repassado aos Entes consorciados na proporção de sua participação para manutenção do CIAPS, podendo haver compensação contábil com as obrigações estabelecidas no contrato de rateio.

Art. 80 - Os Entes consorciados somente entregarão recursos ao Consórcio Público:

I - Para o cumprimento dos objetivos estabelecidos no Contrato de Consórcio Público e neste Estatuto, devidamente especificados;

II - Quando tenham contratado o Consórcio Público para a prestação, direta ou indireta, de serviços na forma de Contrato de Prestação de Serviço ou por meio de Contrato de Programa;

III - Na forma do respectivo Contrato de Rateio.

Parágrafo Único - Os Entes consorciados respondem subsidiariamente pelas obrigações do Consórcio Público.

Art. 81 - O Consórcio Público estará sujeito à fiscalização contábil, operacional e patrimonial pelo Tribunal de Contas competente para apreciar as contas do Chefe do Poder Executivo representante legal do CIAPS, inclusive quanto à legalidade, legitimidade e economicidade das despesas, atos, contratos e renúncia de receitas, sem prejuízo do controle externo a ser exercido em razão de cada um dos contratos que os Entes da Federação consorciados vierem a celebrar com o Consórcio.

Art. 82 - No que se refere à gestão associada, a contabilidade do Consórcio Público deverá permitir que se reconheça a gestão econômica e financeira de cada serviço em relação a cada um de seus titulares.

§ 1º - Anualmente deverá ser apresentado demonstrativo que indique:

I - O investido e arrecadado em cada serviço, inclusive os valores de eventuais subsídios cruzados;

II - A situação patrimonial, especialmente quais bens que cada Município adquiriu isoladamente ou em condomínio para a prestação dos serviços de sua titularidade e a parcela de valor destes bens que foi amortizada pelas receitas emergentes da prestação de serviços.

§ 2º - Todas as demonstrações financeiras serão publicadas no sítio que o Consórcio Público mantiver na rede mundial de computadores - internet.

Art. 83 - Com o objetivo de receber transferência de recursos ou realizar atividades e serviços de interesse público, o Consórcio Público fica autorizado a celebrar convênios com entidades governamentais ou privadas, nacionais ou estrangeiras.

Art. 84 - Fica o Consórcio Público autorizado a comparecer como interveniente em convênios celebrados por Entes consorciados e terceiros, a fim de receber ou aplicar recursos, executar obras ou programas e/ou prestar serviços.

CAPÍTULO XVI DA REPRESENTAÇÃO DOS ENTES CONSORCIADOS

Art. 85 - Em assuntos de interesse comum dos Municípios ou de maior repercussão para as atividades do Consórcio Público, a Diretoria fica autorizada a representar os Entes da Federação consorciados perante outras esferas de governo, inclusive com o objetivo de celebrar convênios com entidades governamentais ou privadas, nacionais ou estrangeiras, receber transferências e/ou aplicar recursos, efetuar Prestação de Contas, e defender as causas municipalistas e/ou regionais.

Parágrafo Único - A Diretoria deverá relatar em Assembléia Geral todas as ações e providências adotadas com base na autorização de que trata este artigo, evitando interferência injustificada ou prejudicial aos interesses dos Municípios consorciados.

CAPÍTULO XVII DA SAÍDA DO CONSÓRCIO PÚBLICO

Art. 86 – A retirada de Ente Federado do Consórcio Público dependerá de ato formal de seu representante na Assembleia Geral, e somente se concretizará após a apresentação de lei local específica que autorize ou ratifique o ato de saída.

Art. 87 – A saída não prejudicará as obrigações já constituídas entre o consorciado que se retira e o Consórcio Público.

§ 1º - Os bens destinados ao Consórcio Público pelo consorciado que se retira não serão revertidos ou retrocedidos, excetuadas as hipóteses de:

I - Decisão de 2/3 (dois terços) dos Entes federativos consorciados do Consórcio Público, manifestada em Assembleia Geral;

II - Expressa previsão no instrumento de transferência ou de alienação;

III – Reserva da lei de ratificação do Protocolo de Intenções que tenha sido regularmente aprovada pelos demais subscritores do Contrato de Consórcio Público ou pela Assembleia Geral do CIAPS.

§ 2º - A saída do Ente Federado detentor de condição essencial ou em cujo território o Consórcio Público tenha instalações e/ou serviços implantados não poderá impedir ou inviabilizar a continuidade de atuação do CIAPS, nem prejudicar os demais Municípios consorciados.

Art. 88 - São hipóteses de exclusão de Ente consorciado, observada, necessariamente, a legislação respectiva:

I - A não inclusão, pelo Ente consorciado, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, de dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de Contrato de Rateio ou deliberação da Assembleia Geral;

II – A subscrição de Protocolo de Intenções para constituição de outro Consórcio Público com finalidades iguais ou, a juízo da maioria da Assembleia Geral, assemelhadas ou incompatíveis;

III - A existência de motivos graves, reconhecidos, em deliberação fundamentada, pela maioria absoluta dos presentes à Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim.

§ 1º - A exclusão prevista no inciso I do caput deste artigo, somente ocorrerá após prévia suspensão, período em que o Ente consorciado poderá se reabilitar.

§ 2º - As hipóteses de exclusão de que trata este artigo, não excluem outras disciplinadas em lei ou neste Estatuto.

Art. 89 – O procedimento administrativo para a aplicação da pena de exclusão observará o seguinte trâmite:

I - Apresentação e leitura da denúncia em Assembleia Geral, a qual poderá ser apresentada oralmente ou por escrito por qualquer outro representante de Ente consorciado ou por membro da Diretoria, contendo a descrição da falta cometida pelo Ente consorciado;

II – Concessão de direito à defesa prévia oral pelo representante do Ente consorciado denunciado, na mesma Assembleia Geral em que ocorrer a leitura da denúncia ou na Assembleia Geral seguinte, mediante citação pessoal;

III – Deliberação da Assembleia Geral, por maioria simples de votos, pela admissibilidade ou não da denúncia;

IV – Intimação do representante do Ente consorciado denunciado para apresentação de defesa escrita no prazo de quinze (15) dias corridos, contados da intimação, no caso de admissibilidade da denúncia, assegurando-se o exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa;

V – Emissão de parecer jurídico conclusivo sobre os fatos da denúncia e os elementos da defesa;

VI – Deliberação da Assembleia Geral, por maioria de votos, pela aplicação ou não da pena de exclusão, ou pela suspensão de que trata o § 1º do artigo anterior.

§ 1º - A aplicação da pena de exclusão dar-se-á por meio de decisão da Assembleia Geral, exigido o mínimo de metade mais um dos votos, sem prejuízo da exigibilidade das obrigações já constituídas entre o consorciado apenado e o Consórcio Público.

§ 2º - Nos casos omissos, e subsidiariamente, será aplicado o procedimento previsto na legislação própria.

§ 3º - Da decisão que decretar a exclusão caberá recurso de reconsideração dirigido à Assembleia Geral, o qual não terá efeito suspensivo, e será interposto no prazo de 10 (dez) dias contados da ciência da decisão.

CAPÍTULO XVIII DA GESTÃO ASSOCIADA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

Art. 90 - Os Municípios consorciados autorizam a gestão associada dos serviços públicos de saúde mental na forma do Protocolo de Intenções, do Contrato de Consórcio Público e deste Estatuto, os quais serão prestados conforme estes instrumentos ou conforme o contrato de programa.

Art. 91 - Para a consecução da gestão associada, os Municípios consorciados podem transferir ao Consórcio Público o exercício das

competências de planejamento, de gestão e/ou de execução dos serviços públicos.

Parágrafo Único - As competências cujo exercício poderá se transferir, incluem, dentre outras atividades:

I - A elaboração, a avaliação, a auditoria e o monitoramento de planos de trabalho, bem como de programas e seus respectivos orçamentos e especificações;

II - A elaboração de planos de investimentos para a expansão, a manutenção e a modernização dos sistemas e serviços em saúde;

III - A elaboração de planos de redução dos custos dos serviços em saúde;

IV - O acompanhamento e a avaliação das condições de prestação dos serviços em saúde;

V - O apoio à prestação dos serviços em saúde, destacando-se:

a) a aquisição, a guarda e a distribuição de materiais e medicamentos para a manutenção, a reposição, a expansão e a operação dos sistemas;

b) a manutenção de média e alta complexidade;

c) o controle de qualidade e monitoramento;

d) demais serviços de cunho administrativo e financeiro que se fizerem necessários.

Art. 92 - Fica o Consórcio Público autorizado a receber a transferência do exercício de outras competências referentes ao planejamento, a gestão e a execução de serviços públicos na área de saúde mental.

§ 1º - O Consórcio Público poderá conceder, permitir ou autorizar a particular a prestação dos serviços públicos objeto da gestão associada, seja em nome próprio, seja em nome de Entes consorciados, ficando também permitido estabelecer termo de parceria ou contrato de gestão que tenha por objeto quaisquer dos serviços sob regime de gestão associada.

§ 2º - Não será proibida a prestação de serviços públicos, objeto da gestão associada, pelo Consórcio Público através de administração indireta, desde que observado a aplicação da legislação de licitações e contratos administrativos.

Art. 93 - Será editada resolução específica para estabelecer normas complementares para o procedimento administrativo do Consórcio Público que tenha por objeto a elaboração de planos ou regulamentos de serviços públicos, bem como a atividade de fiscalização e exercício do poder disciplinar, hierárquico e de polícia.

CAPÍTULO XIX

DO CONTRATO DE PROGRAMA

Art. 94 - Ao Consórcio Público somente é permitido comparecer a Contrato de Programa para prestar serviços públicos por meios próprios ou sob sua gestão administrativa ou contratual, sendo-lhe vedado sub-rogar ou transferir direitos ou obrigações.

§ 1º - O Consórcio Público também poderá celebrar Contrato de Programa com as Autarquias, Fundações e demais órgãos da administração indireta dos Entes consorciados.

§ 2º - O disposto no "caput" deste artigo não prejudica que, nos Contratos de Programa celebrados pelo Consórcio Público, se estabeleça a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal ou de bens necessários à continuidade dos serviços transferidos.

Art. 95 - São cláusulas necessárias do Contrato de Programa celebrado pelo Consórcio Público, observando-se necessariamente a legislação correspondente, as que estabeleçam:

I - O objeto, a área e o prazo da gestão associada de serviços públicos, inclusive a operada com transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços;

II - O modo, forma e condições de prestação dos serviços;

III - Os critérios, indicadores, fórmulas e parâmetros definidores da qualidade dos serviços;

IV - Procedimentos que garantam transparência da gestão econômica e financeira de cada serviço em relação a cada um de seus titulares, especialmente no que se refere aos subsídios cruzados;

V - Os direitos, garantias e obrigações do titular e do Consórcio Público, inclusive os relacionados às previsíveis necessidades de futura alteração e expansão dos serviços e conseqüente modernização, aperfeiçoamento e ampliação dos equipamentos e instalações;

VI - Os direitos e deveres dos usuários para obtenção e utilização dos serviços;

VII - A forma de fiscalização das instalações, dos equipamentos, dos métodos e das práticas de execução dos serviços, bem como a indicação dos órgãos competentes para exercê-las;

VIII - As penalidades e sua forma de aplicação;

IX – Os casos de extinção;

X – Os bens reversíveis;

XI – Os critérios para o cálculo e a forma de pagamento das indenizações devidas ao Consórcio Público relativas aos investimentos que não foram amortizados por receitas emergentes da prestação dos serviços;

XII – A obrigatoriedade, forma e periodicidade da prestação de contas do Consórcio Público ao titular dos serviços;

XIII – A periodicidade em que o Consórcio Público deverá publicar demonstrações financeiras sobre a execução do contrato;

XIV – O foro e o modo amigável de solução das controvérsias contratuais.

§ 1º - No caso de a prestação de serviços ser operada por transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos, também são necessárias as cláusulas que estabeleçam:

I - Os encargos transferidos e a responsabilidade subsidiária da entidade que os transferiu;

II - As penalidades no caso de inadimplência em relação aos encargos transferidos;

III - O momento de transferência dos serviços e os deveres relativos à sua continuidade;

IV - A indicação de quem arcará com o ônus e os passivos do pessoal transferido;

V - A identificação dos bens que terão apenas a sua gestão e administração transferidas e o preço dos que sejam efetivamente alienados ao contratado;

VI - O procedimento para o levantamento, cadastro e avaliação dos bens reversíveis que vierem a ser amortizados mediante receitas emergentes da prestação dos serviços.

§ 2º - Os bens vinculados aos serviços públicos serão de propriedade do Município contratante, sendo onerados por direitos de exploração que serão exercidos pelo Consórcio Público pelo período em que vigor o Contrato de Programa.

§ 3º - Nas operações de crédito contratadas pelo Consórcio Público para investimentos nos serviços públicos deverá se indicar o quanto corresponde aos serviços de cada titular, para fins de contabilização e controle.

§ 4º - Receitas futuras da prestação de serviços poderão ser entregue como pagamento ou como garantia de operações de crédito ou financeiras para a execução dos investimentos previstos no contrato.

§ 5º - A extinção do Contrato de Programa dependerá do prévio pagamento das indenizações eventualmente devidas, especialmente das referentes à economicidade e viabilidade da prestação dos serviços pelo Consórcio Público, por razões de economia de escala ou de escopo.

§ 6º - O Contrato de Programa continuará vigente nos casos de:

I – O titular se retirar do Consórcio Público ou da gestão associada;

II – Extinção do Consórcio Público.

§ 7º - Os Contratos de Programa serão celebrados mediante dispensa de licitação, incumbindo ao Município contratante obedecer fielmente às condições e procedimento previstos na legislação.

CAPÍTULO XX

DA ALTERAÇÃO E DA EXTINÇÃO DO CONSÓRCIO PÚBLICO

Art. 96 - A extinção do Consórcio Público dependerá de instrumento aprovado pela Assembléia Geral, autorizado ou ratificado mediante lei por todos os Entes consorciados.

§ 1º - Os bens, direitos, encargos e obrigações decorrentes da gestão associada de serviços públicos serão atribuídos aos titulares dos respectivos serviços, sendo que os demais bens, mediante deliberação da Assembléia Geral, serão alienados, se possível, e seus produtos rateados em cotas partes iguais aos consorciados.

§ 2º - Até que haja decisão que indique os responsáveis para cada obrigação, os Entes consorciados responderão solidariamente pelas obrigações remanescentes, garantidos o direito de regresso em face dos Entes beneficiados ou dos que deram causa à obrigação.

§ 3º - Com a extinção, o pessoal cedido ao Consórcio Público retornará aos seus órgãos de origem.

Art. 97 - A alteração do Consórcio Público ou de seus instrumentos observará o procedimento estabelecido no Protocolo de Intenções, no Contrato de Consórcio, neste Estatuto e na legislação aplicável.

CAPÍTULO XXI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 98 - O CIAPS será regido pelo disposto na Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, por seu regulamento, pelo Contrato de Consórcio Público, por este Estatuto e pelas leis de ratificação do Protocolo de Intenções que o precedeu, as quais se aplicam somente aos Entes federativos que as emanaram.

Parágrafo Único – Fica instituído o Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC como órgão oficial de publicação legal e divulgação dos atos do CIAPS, observando-se que:

I – O Diário Oficial dos Municípios substitui a publicação impressa e será veiculado gratuitamente no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br;

II – A publicação atenderá os requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP Brasil;

III – Os prazos, para todos os efeitos, serão contados a partir da publicação no Diário Oficial dos Municípios;

IV – Serão publicados no Diário Oficial dos Municípios todos os atos administrativos editados pelo Consórcio Público;

V – A Diretoria observará a necessidade de publicação também por outros meios, quando necessário para atendimento de disposição específica de lei.

Art. 99 - A interpretação do disposto neste Estatuto e no Contrato de Consórcio Público deverá ser compatível com o exposto no preâmbulo do Protocolo de Intenções, bem como, com os seguintes princípios:

I – Respeito à autonomia dos Entes Federativos consorciados, pelo que o ingresso ou retirada do Consórcio Público depende apenas da vontade de cada Ente federativo, sendo vedado que se lhe ofereça incentivos para o ingresso;

II – Solidariedade, em razão da qual os Entes consorciados se comprometem a não praticar qualquer ato, comissivo ou omissivo, que venha a prejudicar a boa implementação de qualquer dos objetivos do Consórcio Público;

III – Eletividade de todos os órgãos dirigentes do Consórcio Público;

IV – Transparência, pelo que não se poderá negar que o Poder Executivo ou Legislativo de Ente federativo consorciado tenha o acesso a qualquer reunião ou documento do Consórcio Público;

V – Eficiência, o que exigirá que todas as decisões do Consórcio Público tenham explícita e prévia fundamentação técnica que demonstrem sua viabilidade e economicidade.

Art. 100 - O exercício fiscal coincidirá com o ano civil para efeitos de atendimento às normas de contabilização do Consórcio Público.

§ 1º - O Consórcio Público adotará a contabilidade pública, bem como executará a Prestação de Contas legalmente exigível.

§ 2º - Além do estabelecido em Lei e nos regulamentos, o Consórcio Público observará as regras editadas pela Secretaria do tesouro Nacional – STN e pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC para recebimento, contabilização e aplicação de receitas, assunção, liquidação e pagamento de despesas, e Prestação de Contas.

Art. 101 – Este Estatuto e/ou suas alterações entrarão em vigor a partir da publicação na imprensa oficial, na forma legal.

Parágrafo Único - Este Estatuto será publicado no sítio da rede mundial de computadores – internet mantido pelo CIAPS e/ou pela AMMVI, donde se poderá obter texto integral de todos os dispositivos que regem sua atuação.

Art. 102 - A Diretoria, mediante aplicação de índices oficiais, poderá corrigir monetariamente os valores previstos neste Estatuto de Consórcio Público.

Art. 103 - Os casos omissos serão resolvidos pela Assembleia Geral, observando-se os princípios da legislação aplicável aos Consórcios Públicos e a Administração Pública em geral.

CAPÍTULO XXII DO FORO

Art. 104 – Para dirimir eventuais controvérsias do Protocolo de Intenções, do Contrato de Consórcio Público ou deste Estatuto e dos demais atos que destes originar, fica eleito o foro da Comarca de Assurua, Estado de Santa Catarina, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Blumenau, SC, 21 de Outubro de 2014.

Nicanor Morro	Moacir Polidoro
Município de Apúna	Município de Ascurra
Paulo Roberto Weis	Luiz Cláudio Kades
Município de Rodeio	OAB/SC 17.692
	Assessor Jurídico - AMMVI/CIAPS

PROTOCOLO DE INTENÇÕES - CIAPS (CONSOLIDADO).

PROTOCOLO DE INTENÇÕES QUE ENTRE SI FIRMAM OS MUNICÍPIOS DE APIÚNA, ASCURRA E RODEIO VISANDO CONSTITUIR O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CIAPS.

(Consolidado com as alterações da Lei Complementar de Apiuna nº 159/2016, de 13/06/2016, da Lei Complementar de Ascurra nº 170, de 01/07/2016, e da Lei Complementar de Rodeio nº 58, de 13/07/2016, e com as revisões gerais anuais dos salários dos empregados do CIAPS, concedidas pelas Resoluções nº 07, de 20/01/2015, e nº 16, de 15/01/2016, na forma do inciso X do art. 37 da Constituição Federal)

PREÂMBULO

A possibilidade de incremento das atividades de cooperação através de consórcio intermunicipal passou a se tornar realidade a partir da Lei nº 8.080/90 – Lei Orgânica da Saúde, sendo que, depois, a Lei nº 9.433/97 e outros instrumentos jurídicos contemplaram expressamente também esta forma de organização para atendimento das necessidades e serviços comuns dos Entes Federados.

Contudo, foi somente a partir da alteração dada ao artigo 241 da Constituição Federal pela Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/1998, que tal situação ganhou status constitucional, sendo posteriormente regulamentada pela Lei nº 11.107, de 06/04/2005, e pelo Decreto nº 6.017, de 17/01/2007.

Esta nova disciplina legal (Lei nº 11.107/05 e Decreto nº 6.017/07) oportuniza a criação de Consórcios Públicos regulados pelo direito privado ou sob o abrigo do direito público, sendo que, se constituídos neste último formato, ficam em condições de receber recursos voluntários decorrentes de convênios com as demais esferas de Governo (Estado e União), usufruir da imunidade tributária constitucional (art. 150, VI, "a", e § 2º, da CF) e dos privilégios processuais (artigos 188, 475 e 730 do CPC) próprios dos Entes Federados, além da aplicação do tratamento diferenciado para seus procedimentos licitatórios.

Por outro lado, deste novo ordenamento jurídico desponta a necessidade de realização de Concurso Público para contratação de pessoal, de Prestação de Contas ao TCE/SC, de uso da contabilidade pública para registro de receitas e despesas e da consolidação destas com a contabilidade dos Entes Federados integrantes, para apuração dos limites legais, além de outros instrumentos de gestão e de transparência.

Assim, na esteira desta evolução, a cooperação interfederativa tem demonstrado sua importância, com relevantes ganhos para a população, pois, a conjugação de esforços dos diferentes Municípios (Entes federados), possibilita a implementação de políticas públicas, que individualmente, nenhum deles teria condições plenas de realizar com eficácia.

Pelo exposto, e:

- Considerando que serão observados, para os fins deste protocolo e de todos os atos emanados ou subscritos pelo Consórcio Público ou pelos Entes consorciados, os seguintes conceitos:

I - área de atuação: área correspondente à soma dos territórios dos Municípios que tenham ratificado por lei o protocolo de intenções e/ou firmado convênio com o Consórcio Público;

II - contrato de programa: instrumento pelo qual devem ser constituídas e reguladas as obrigações que um Ente da Federação, inclusive sua administração indireta, tenha para com outro Ente da Federação, ou para com o Consórcio Público, no âmbito da prestação de serviços públicos por meio de gestão associada ou cooperação institucional;

III - contrato de rateio: contrato por meio do qual os Entes consorciados comprometem-se a fornecer recursos financeiros para a realização das despesas do consórcio público;

IV - convênio de cooperação: pacto firmado por Entes da Federação ou seus órgãos e o Consórcio Público, com o objetivo de promover atividades, ações e serviços de interesse público e/ou autorizar a gestão associada de serviços públicos;

V - gestão associada de serviços públicos: exercício das atividades de planejamento, administração e execução de serviços públicos por meio do Consórcio Público, conforme contrato de programa ou convênio de cooperação, acompanhadas ou não da prestação direta de serviços públicos ou da transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos;

VI - planejamento: as atividades atinentes à identificação, qualificação, quantificação, organização e orientação de todas as ações, públicas e privadas, por meio das quais um serviço público deve ser prestado ou colocado à disposição de forma adequada;

VII - prestação de serviço público em regime de gestão associada: execução, por meio de cooperação federativa, de toda e qualquer atividade ou obra com o objetivo de permitir aos usuários o acesso a um serviço público com características e padrões de qualidade determinados pela regulação ou pelo contrato de programa, inclusive quando operada por transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e

bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos;

VIII - protocolo de intenções: contrato preliminar que, ratificado pelos Entes da Federação interessados, converte-se em contrato de consórcio público;

IX - ratificação: aprovação pelo Ente da Federação, mediante lei, do protocolo de intenções ou do ato de retirada do consórcio público;

X - reserva: ato pelo qual Ente da Federação não ratifica, ou condiciona a ratificação, de determinado dispositivo de protocolo de intenções;

XI - retirada: saída de Ente da Federação de consórcio público, por ato formal de sua vontade;

XII - serviços administrativos: serviços que o Poder Público executa para atender a suas necessidades internas ou preparar outros serviços que serão prestados ao público;

XIII - serviço público na área de saúde: atividade ou comodidade material fruível diretamente pelo usuário, em atenção aos princípios, diretrizes e normas que regulam o Sistema Único de Saúde – SUS;

XIV - termo de parceria: instrumento passível de ser firmado entre consórcio público e entidades qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, destinado à formação de vínculo de cooperação entre as partes para o fomento e a execução de atividades de interesse público, previstas no art. 3º da Lei nº 9.790, de 23/03/1999; e

XV - titular de serviço público: Ente da Federação a quem compete prover o serviço público, especialmente por meio de planejamento, regulação, fiscalização e prestação direta ou indireta;

Os Municípios de APIÚNA, ASCURRA e RODEIO, de comum acordo, firmam o presente PROTOCOLO DE INTENÇÕES, visando integrar e constituir o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CIAPS, na forma da Lei nº 11.107/05, de seu regulamento (Decreto nº 6.017/07) e das demais disciplinas legais aplicáveis à matéria, tendo como justas e acordadas as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA DENOMINAÇÃO E NATUREZA JURÍDICA

1.1 - O consórcio público será denominado CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CIAPS, e constitui-se sob a forma de associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, integrando, nos termos da lei, a administração indireta dos Entes consorciados.

1.1.1 - O Consórcio adquire personalidade jurídica de direito público mediante a vigência das leis de ratificação dos Entes consorciados, na forma deste Protocolo de Intenções, da Lei nº 11.107/05 e do seu regulamento.

1.1.2 – O Consórcio Público gozará da imunidade tributária de que trata o art. 150, VI, “a”, e § 2º, da Constituição Federal, bem como da isenção dos demais tributos instituídos pelos Municípios consorciados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FINALIDADE

2.1 – Constitui finalidade do Consórcio Público a organização da rede de atenção à saúde mental dos Municípios consorciados, integrando-se com a rede básica e tendo como uma das atribuições supervisionar e qualificar a rede básica para a atenção em saúde mental.

2.1.1 – O Consórcio Público promoverá a implantação e gestão de um Centro Regional de Atenção Psicossocial (CAPS), modalidade I, para atendimento dos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS nas redes municipais de saúde de Apiúna, Ascurra e Rodeio, possibilitando:

I – Oferta de suporte hospitalar para as situações de urgência/emergência em saúde mental;

II - Minimizar o sofrimento mental grave principalmente no momento de crise aguda com o cuidado hospitalar até a remissão do quadro;

III - Proporcionar retaguarda hospitalar a Rede de Atenção Psicossocial;

IV - Fortalecer a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) da região;

V - Oferecer projeto terapêutico individualizado, atendendo as necessidades de cada usuário;

VI - Reduzir a iatrogenia e a cronicidade dos quadros de intenso sofrimento psíquico.

2.1.2 - O CAPS deverá constituir-se em serviço ambulatorial de atenção diária que funcione segundo a lógica do território de atuação do Consórcio Público, disponibilizando serviço de atenção psicossocial com as seguintes características:

a - responsabilizar-se, sob coordenação do gestor local, pela organização da demanda e da rede de cuidados em saúde mental no âmbito do seu território;

b - possuir capacidade técnica para desempenhar o papel de regulador da porta de entrada da rede assistencial no âmbito do seu território e/ou do módulo assistencial, definido na Norma Operacional de Assistência à Saúde (NOAS), de acordo com a determinação do gestor local;

- c - coordenar, por delegação do gestor local, as atividades de supervisão de unidades hospitalares psiquiátricas no âmbito do seu território;
- d - supervisionar e capacitar as equipes de atenção básica, serviços e programas de saúde mental no âmbito do seu território e/ou do módulo assistencial;
- e - realizar, e manter atualizado, o cadastramento dos pacientes que utilizam medicamentos essenciais para a área de saúde mental regulamentados pela Portaria/GM/MS nº 1077 de 24 de agosto de 1999 e medicamentos excepcionais, regulamentados pela Portaria/SAS/MS nº 341 de 22 de agosto de 2001, dentro de sua área assistencial;
- f - funcionar no período de 08 às 18 horas, em 02 (dois) turnos, durante os cinco dias úteis da semana.

2.1.2.1 - A assistência prestada ao paciente no CAPS I inclui as seguintes atividades:

- a - atendimento individual (medicamentoso, psicoterápico, de orientação, entre outros);
- b - atendimento em grupos (psicoterapia, grupo operativo, atividades de suporte social, entre outras);
- c - atendimento em oficinas terapêuticas executadas por profissional de nível superior ou nível médio;
- d - visitas domiciliares;
- e - atendimento à família;
- f - atividades comunitárias enfocando a integração do paciente na comunidade e sua inserção familiar e social;
- g - os pacientes assistidos em um turno (04 horas) receberão uma refeição diária, os assistidos em dois turnos (08 horas) receberão duas refeições diárias.

2.2 – Para cumprimento de suas finalidades, o Consórcio poderá:

- I - firmar convênios, contratos, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções sociais ou econômicas de outras entidades e órgãos governamentais ou não-governamentais;
- II - ser contratado pela administração direta ou indireta dos Municípios consorciados, dispensada a licitação;
- III – realizar licitações compartilhadas e promover desapropriações ou instituir servidões nos termos de declaração de utilidade ou necessidade pública, ou de interesse social;
- IV - adquirir e ou receber em doação ou cessão de uso, os bens que entender necessários, os quais integrarão seu patrimônio.

2.3 – O desenvolvimento de ações e de serviços de saúde pelo Consórcio Público, deve obedecer aos princípios, diretrizes e normas que regulam o Sistema Único de Saúde – SUS.

2.4 - Os Municípios só poderão se consorciar em relação a todas as finalidades objeto da instituição do Consórcio.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE DURAÇÃO E DA SEDE

3.1 - O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CIAPS, vigorará por prazo indeterminado.

3.1.1 - A alteração ou a extinção do contrato de consórcio público dependerá de instrumento aprovado pela assembléia geral, previamente autorizado, ou sendo ratificado, através de lei por todos os Entes consorciados.

3.2 - O Consórcio terá sede na Rua Quintino Bocaiúva, nº 204, Centro, na cidade de Apiúna - SC.

3.2.1 – Os serviços administrativos, contábeis e jurídicos do Consórcio Público poderão ser realizados, a título de cooperação, pela Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí – AMMVI, sita à Rua Alberto Stein, nº 466, Bairro Velha, no Município de Blumenau, Estado de Santa Catarina, por seus próprios meios.

3.2.2 - A Assembléia Geral do Consórcio, mediante decisão de 2/3 (dois terços) dos consorciados, poderá alterar a sede, dispensando-se, para este fim, a ratificação mediante lei por todos os Entes consorciados.

CLÁUSULA QUARTA – DA SUBSCRIÇÃO

4.1 - São subscritores do presente protocolo de intenções:

I - MUNICÍPIO DE APIÚNA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 79.373.767/0001-16, com sede na Rua Quintino Bocaiúva, nº 204, na cidade de Apiúna, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, NICANOR MORRO, CPF nº 004.461.659-72

II - MUNICÍPIO DE ASCURRA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.102.772/0001-61, com sede à Rua Benjamin Constant, nº 221,

na cidade de Ascurra, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, MOACIR POLIDORO, CPF nº 293.339.209-78

III - MUNICÍPIO DE RODEIO, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.102.814/0001-64, com sede na Rua Barão do Rio Branco, nº 1.069, na cidade de Rodeio, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, PAULO ROBERTO WEISS, CPF nº 765.097.459-68

4.1.1 - O Protocolo de Intenções, após sua ratificação pelos Municípios que o subscrevem, converter-se-á no Contrato de Consórcio Público.

4.1.2 - Somente será considerado consorciado o Ente da federação subscritor do protocolo de intenções que o ratificar por lei.

4.1.3 - Será automaticamente admitido no consórcio o Ente da Federação que efetuar a ratificação em até 2 (dois) anos da sua assinatura.

4.1.4 - A ratificação realizada após 2 (dois) anos da subscrição do protocolo de intenções dependerá de homologação da Assembléia Geral do Consórcio Público.

4.2 - Consideram-se subscritores todos os Municípios criados por desmembramento ou fusão de quaisquer dos Municípios mencionados nos incisos do item 4.1 desta cláusula, desde que o seu representante legal tenha firmado o presente protocolo de intenções.

4.3 - É facultado o ingresso de novos municípios participantes no Consórcio Público a qualquer momento, o que se fará com o pedido formal à Diretoria, a qual, uma vez aprovada na Assembléia Geral e atendidos os requisitos legais e do estatuto do consórcio, informará da aceitação ou não do novo consorciado.

4.3.1 - Aprovado o consorciado, este providenciará a Lei Municipal de Ratificação do Protocolo de Intenções consolidado e de autorização para adesão ao Contrato de Consórcio Público, celebração do Contrato de Rateio e subscrição de Contrato de Programa, inclusão da dotação orçamentária na Lei Orçamentária Anual, para destinação de recursos financeiros ao Consórcio Público, efetiva participação nas atividades do Consórcio Público e nas Assembléias Gerais, com colaboração para ações de fortalecimento e defesa da Entidade e de suas prerrogativas.

4.4 - Na hipótese da lei de ratificação prever reservas para afastar ou condicionar a vigência de cláusulas, parágrafos, incisos ou alíneas do Protocolo de Intenções, o consorciamento do Município dependerá de que as reservas sejam aceitas pelos demais Entes da Federação subscritores.

CLÁUSULA QUINTA – DA ÁREA DE ATUAÇÃO DO CONSÓRCIO

5.1 - A área de atuação do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CIAPS será a área correspondente à soma dos territórios dos Municípios consorciados.

5.2 - Em caso de interesse dos Municípios Consorciados, condicionado a aprovação da Assembléia Geral, o Consórcio poderá exercer atividades fora de sua área de atuação.

CLÁUSULA SEXTA – DOS DIREITOS E DEVERES DOS CONSORCIADOS

6.1 - Constituem direitos dos consorciados:

I – participar das Assembléias Gerais e discutir os assuntos submetidos à apreciação dos consorciados;

II – votar e ser votado para os cargos de Presidente, de Vice-Presidente ou do Conselho Fiscal;

III – propor medidas que visem atender aos objetivos e interesses dos Municípios e ao aprimoramento do Consórcio;

IV – compor a Diretoria ou Conselho Fiscal do Consórcio nas condições estabelecidas pelo Estatuto.

6.1.1 - Quando adimplente com suas obrigações, qualquer Ente consorciado é parte legítima para exigir o pleno cumprimento das cláusulas previstas neste Protocolo de Intenções ou no Contrato do Consórcio Público.

6.2 - Constituem deveres sociais:

I – cumprir e fazer cumprir o presente Protocolo, em especial, quanto ao pagamento das contribuições previstas no “Contrato de Rateio”;

II – acatar as determinações da Assembléia Geral, cumprindo com as deliberações e obrigações do Consórcio, em especial ao que determina o “Contrato de Programa” e o “Contrato de Rateio”;

III – cooperar para o desenvolvimento das atividades do Consórcio, bem como, contribuir com a ordem e a harmonia entre os consorciados e colaboradores;

IV – participar ativamente das reuniões e assembléias gerais do Consórcio.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ORGANIZAÇÃO DO CONSÓRCIO

7.1 - O Consórcio será organizado por estatutos cujas disposições, sob pena de nulidade, deverão atender a todas as cláusulas deste Protocolo de Intenções e do respectivo Contrato de Consórcio.

7.2 - O Consórcio é composto dos seguintes órgãos:

I - Assembleia Geral;

II – Diretoria;

III - Conselho Fiscal.

CLÁUSULA OITAVA – Da Assembléia Geral

8.1 - A Assembléia Geral, instância máxima do Consórcio, é órgão colegiado composto pelos Chefes dos Poderes Executivos de todos os Entes consorciados.

8.1.1 - No caso de impedimento ou ausência do Chefe do Poder Executivo, este poderá delegar competência ao Vice-Prefeito para representá-lo na Assembléia Geral, praticando todos os atos.

8.1.2 - Ninguém poderá representar dois consorciados na Assembléia Geral.

8.2 – A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente três vezes por ano, em datas a serem definidas, e, extraordinariamente, sempre que convocada, inclusive, neste último caso, para deliberar sobre a destituição de membros da Diretoria ou sobre alteração estatutária.

8.2.1 - A forma de convocação das assembleias gerais ordinárias e extraordinárias será definida nos estatutos.

8.3 - Cada consorciado terá direito a um voto na Assembléia Geral.

8.3.1 - O voto será público e nominal, inclusive nos casos de julgamento em que se suscite a aplicação de penalidade a servidores do Consórcio ou a Ente consorciado.

8.4 - Os estatutos deliberarão sobre o número de presenças necessárias para a instalação da Assembléia e para que sejam válidas suas deliberações e, ainda, o número de votos necessários à apreciação de determinadas matérias.

8.5 - Compete à Assembléia Geral:

I – homologar o ingresso no Consórcio de Ente federativo que não tenha sido subscritor inicial do Protocolo de Intenções;

II – aplicar a pena de exclusão do Consórcio;

III - elaborar os estatutos do Consórcio e aprovar as suas alterações;

IV – eleger ou destituir o Presidente e o Vice-Presidente do Consórcio, cujos mandatos serão de 1 (um) ano, permitida a reeleição para um único período subsequente;

V – ratificar ou recusar a nomeação ou destituir os demais membros da Diretoria;

VI – aprovar:

a) orçamento plurianual de investimentos;

b) programa anual de trabalho;

c) o orçamento anual do Consórcio, bem como respectivos créditos adicionais, inclusive a previsão de aportes a serem cobertos por recursos advindos de contrato de rateio;

d) a realização de operações de crédito;

e) a fixação, a revisão e o reajuste de tarifas e outros preços públicos, bem como de outros valores devidos ao Consórcio pelos consorciados, por particulares ou pelos usuários;

f) a alienação e a oneração de bens do Consórcio ou daqueles que, nos termos de contrato de programa, lhe tenham sido outorgados os direitos de exploração;

VII – homologar as decisões do Conselho Fiscal;

VIII – aceitar a cessão de servidores de Ente federativo consorciado ou conveniado ao Consórcio;

IX – aprovar planos e regulamentos dos serviços do Consórcio;

X – aprovar a celebração de convênios e contratos de programa;

XI – apreciar e sugerir medidas sobre:

a) a melhoria dos serviços prestados pelo Consórcio;

b) o aperfeiçoamento das relações do Consórcio com órgãos públicos, entidades e empresas privadas.

8.5.1 - Somente será aceita a cessão de servidores com ônus para o Consórcio mediante decisão unânime da Assembléia Geral, presentes

pelo menos 2/3 (dois terços) dos membros consorciados. No caso de o ônus da cessão ficar com o consorciado, exigir-se-á, para a aprovação, 2/3 (dois terços) dos votos dos membros presentes.

8.5.2 - As competências arroladas nesta cláusula não prejudicam que outras sejam reconhecidas pelos estatutos.

8.5.3 - O mandato do Presidente e/ou do Vice-Presidente cessará automaticamente no caso de o eleito não mais ocupar a Chefia do Poder Executivo do Ente consorciado que representa na Assembléia Geral, hipótese em que será sucedido por quem preencha essa condição.

8.6 - O Presidente e o Vice-Presidente serão eleitos em Assembléia especialmente convocada, podendo ser apresentadas candidaturas nos primeiros trinta minutos. Somente será aceita a candidatura de Chefe de Poder Executivo de Ente consorciado.

8.6.1 - O Presidente e o Vice-Presidente serão eleitos mediante voto público e nominal.

8.6.2 - Será considerado eleito o candidato que obtiver ao menos 2/3 (dois terços) dos votos, não podendo ocorrer à eleição sem a presença de pelo menos 2/3 (dois terços) dos consorciados.

8.6.3 - Caso nenhum dos candidatos tenha alcançado 2/3 dos votos, realizar-se-á segundo turno de eleição, cujos candidatos serão os dois candidatos mais votados para cada função. No segundo turno será considerado eleito o candidato que obtiver metade mais um dos votos, excetuados os votos brancos.

8.6.4 - Não obtido o número de votos mínimo mesmo em segundo turno, será convocada nova Assembléia Geral, a se realizar em até 30 (trinta) dias, caso necessário prorrogando-se pro tempore o mandato do Presidente ou do Vice-Presidente em exercício.

8.7 - Proclamado eleito candidato a Presidente, a ele será dada a palavra para que indique o Coordenador Executivo ou o confirme na função.

8.7.1 - Uma vez indicado, o Presidente da Assembléia indagará, caso presente, se o mesmo aceita a função. Caso ausente, o Presidente eleito deverá comprovar o aceite por qualquer meio idôneo.

8.7.2 - Caso haja recusa da indicação, será concedida a palavra para que o Presidente eleito apresente nova indicação.

8.7.3 - Estabelecida indicação válida, esta somente produzirá efeito caso aprovada por 2/3 (dois terços) dos votos, exigida a presença da maioria absoluta dos consorciados.

8.8 - Os membros da Diretoria poderão ser destituídos mediante aprovação de moção de censura apresentado com apoio de pelo menos dois terços dos Consorciados, em Assembléia Geral especificamente convocada.

8.8.1 - Em qualquer Assembléia Geral donde conste na pauta o item "assuntos gerais", poderá ser apresentado eventuais moções de censura ao final da reunião, observando-se a subscrição qualificada de que trata o item anterior.

8.8.2 - Recebida moção de censura, sua discussão e apreciação será objeto da primeira Assembléia Geral Extraordinária que se seguir, vedada a deliberação de qualquer outro item de pauta.

8.8.3 - A votação da moção de censura será efetuada depois de facultada a palavra, por quinze minutos, ao seu primeiro subscritor e, caso presente, ao membro da Diretoria que se pretenda destituir.

8.8.4 - Será considerada aprovada a moção de censura se obter voto favorável de 2/3 (dois terços) dos representantes presentes à Assembléia Geral, em votação pública e nominal.

8.8.5 - Caso aprovada moção de censura do Presidente do Consórcio, ele estará automaticamente destituído, procedendo-se, na mesma Assembléia, à eleição do Presidente para completar o período remanescente de mandato.

8.8.6 - Na hipótese de não se viabilizar a eleição de novo Presidente, o Vice-Presidente assumirá esta função até a próxima Assembléia Geral, a se realizar em até 30 (trinta) dias.

8.8.7 - Aprovada moção de censura apresentada em face do Coordenador Executivo, ele será automaticamente exonerado, aguardando-se indicação do Presidente do Consórcio, para nomeação de seu substituto, após homologação da Assembléia Geral.

8.8.8 - Rejeitada moção de censura, nenhuma outra, de igual teor, poderá ser apresentada nas Assembléias que se realizarem nos sessenta (60) dias seguintes.

8.9 - Será convocada Assembléia Geral específica para a elaboração e/ou alteração dos estatutos do Consórcio, por meio de publicação e correspondência dirigida a todos os subscritores do presente Protocolo de Intenções, acaso não tenha ocorrido à convocação específica durante a realização da Assembléia anterior.

8.9.1 - Confirmado o quorum de instalação, a Assembléia Geral, por maioria simples, elegerá o Presidente e o Secretário da Comissão Especial que dirigirá a Assembléia e, ato contínuo, aprovará resolução que estabeleça:

I – o texto básico do projeto de estatutos e/ou de alteração que norteará os trabalhos;

II – o prazo para apresentação de emendas e de destaques para votação em separado;

III – o número de votos necessários para aprovação de emendas ao projeto de estatutos.

8.9.2 - Sempre que recomendar o adiantado da hora, os trabalhos serão suspensos para recomeçarem em dia, horário e local, anunciados antes do término da sessão.

8.9.3 - Da nova sessão poderão comparecer os Entes que tenham faltado à sessão anterior, bem como os que, no interregno entre uma e outra sessão, tenham também ratificado o Protocolo de Intenções.

8.9.4 - Os estatutos preverão as formalidades e quorum para a alteração de seus dispositivos.

8.9.5 - Os estatutos do Consórcio e suas alterações entrarão em vigor após publicação na imprensa oficial, na forma legal.

8.10 - Nas atas da Assembléia Geral serão registradas:

I – por meio de lista de presença, todos os Entes federativos representados na Assembléia Geral;

II – de forma resumida, todas as intervenções orais e, como anexo, todos os documentos que tenham sido entregues ou apresentados na reunião da Assembléia Geral;

III – a íntegra de cada uma das propostas votadas na Assembléia Geral e a indicação expressa e nominal de como cada representante nela votou, bem como a proclamação de resultados.

8.10.1 - No caso de votação secreta, será registrada em ata a expressa motivação do segredo e o resultado final da votação.

8.10.2 - Somente se reconhecerá sigilo de documentos e declarações efetuadas na Assembléia Geral mediante decisão na qual se indiquem expressamente os motivos do sigilo. A decisão será tomada por 2/3 (dois terços) dos votos dos presentes e a ata deverá indicar expressa e nominalmente os representantes que votaram a favor e contra o sigilo.

8.10.3 - A ata será rubricada em todas as suas folhas, inclusive de anexos, por aquele que a lavrou e por quem presidiu o término dos trabalhos da Assembléia Geral.

8.11 - Sob pena de ineficácia das decisões nela tomadas, a íntegra da ata da Assembléia Geral será, em até dez dias após a aprovação, publicada no sítio que o Consórcio manter na rede mundial de computadores – internet.

8.11.1 - Mediante requerimento e pagamento das despesas de reprodução, cópia autenticada da ata será fornecida para qualquer interessado.

CLÁUSULA NONA – DA DIRETORIA (PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE)

9.1 - Sem prejuízo do que previrem os estatutos do Consórcio, incumbe ao Presidente:

I – representar o consórcio judicial e extrajudicialmente;

II – ordenar as despesas do consórcio e responsabilizar-se pela sua prestação de contas;

III – convocar as Assembléias Gerais;

IV – zelar pelos interesses do Consórcio, exercendo todas as competências que não tenham sido outorgadas por este Protocolo ou pelos estatutos a outro órgão do Consórcio;

V – promover todos os atos administrativos e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do Consórcio.

9.1.1 - Com exceção da competência prevista no inciso I, todas as demais poderão ser delegadas ao Coordenador Executivo.

9.1.2 - Por razões de urgência ou para permitir a celeridade na condução administrativa do Consórcio, o Coordenador Executivo poderá ser autorizado a praticar atos ad referendum do Presidente.

9.2 – Na ausência eventual ou impedimento temporário do Presidente, assumirá o Vice-Presidente.

9.3 - O substituto ou sucessor do Prefeito o substituirá na Presidência.

CLÁUSULA DÉCIMA – Da DIRETORIA E DO COORDENADOR EXECUTIVO

10.1 - A Diretoria é órgão executivo e de gestão das atividades do Consórcio Público, composta por dois membros que exercerão funções próprias, sendo um o Presidente do Consórcio Público e outro o Coordenador Executivo.

10.1.1 - Não haverá percepção de remuneração ou quaisquer espécies de verba indenizatória por parte do Presidente, sem prejuízo do pagamento das despesas de locomoção, transporte, hospedagem e/ou alimentação quando em deslocamento no interesse exclusivo do Consórcio Público. O Coordenador Executivo perceberá a remuneração estabelecida para a função, acaso não perceba qualquer outro tipo de vencimento, salário ou subsídio de qualquer outro órgão de Ente federado ou de Município consorciado.

10.1.2 – A disciplina da posse do Presidente e a forma de nomeação e posse do Coordenador Executivo serão fixadas nos estatutos.

10.2 - Mediante proposta do Presidente do Consórcio, aprovada pela Assembleia Geral, poderá haver redesignação interna de funções na Diretoria e/ou delegação de competência.

10.3 - A Diretoria deliberará sobre atos de gestão do Consórcio Público e executará todas as deliberações da Assembleia Geral.

10.3.2 – As deliberações da Diretoria serão externadas na forma de Resolução.

10.4 - Além do previsto nos estatutos, compete à Diretoria:

I – julgar recursos relativos à:

- a) homologação de inscrição e de resultados de concursos públicos;
- b) impugnação de edital de licitação, bem como os relativos à inabilitação, desclassificação e homologação e adjudicação de seu objeto;
- c) aplicação de penalidades a servidores do consórcio;

II – autorizar que o Consórcio ingresse em juízo, reservado ao Presidente a incumbência de, ad referendum, tomar as medidas que reputar urgentes;

III – autorizar a contratação, dispensa ou exoneração de empregados e de servidores temporários;

IV – promover todos os atos administrativos e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do Consórcio.

10.5 – Para exercício da função de Coordenador Executivo ou de qualquer outro emprego de confiança no Consórcio Público será exigida experiência e formação profissional em nível superior, com especialização em áreas afins com a Administração Pública e com as finalidades do CIAPS.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CONSELHO FISCAL

11.1 - O Conselho Fiscal é composto por três Conselheiros, sendo dois secretários municipais de saúde indicados por seus pares e um Prefeito eleito pela Assembleia Geral realizada no mês de dezembro de cada ano, para mandato de um ano, o qual coincidirá com o ano civil. Os membros do Conselho Fiscal não serão remunerados, sob pretexto ou forma alguma, sendo, entretanto, o exercício do mandato considerado serviço público relevante.

11.1.1 - Os membros do Conselho Fiscal somente poderão ser afastados de seus cargos mediante moção de censura aprovada por 2/3 (dois terços) de votos da Assembleia Geral, exigida a presença de 3/5 dos Entes consorciados.

11.2 - A Assembleia Geral reunir-se-á mediante convocação para eleição do Conselho Fiscal.

11.2.1 - Nos primeiros trinta minutos de reunião serão apresentadas as indicações dos dois secretários municipais de saúde que integrarão o Conselho Fiscal, bem como as candidaturas dos prefeitos interessados para a vaga em disputa.

11.2.2 - As candidaturas serão sempre pessoais, vedada à inscrição ou apresentação de chapas.

11.2.3 - Poderá se candidatar ao Conselho Fiscal qualquer representante de Ente consorciado.

11.2.4 - A eleição do Conselho Fiscal realizar-se-á por meio de voto aberto sendo que cada eleitor somente poderá votar em um candidato.

11.2.5 - Considera-se eleito membro efetivo o candidato com maior número de votos e, como membro suplente, os candidatos que se seguirem em número de votos. Em caso de empate, será considerado eleito o candidato de maior idade.

11.3 - Além do previsto nos estatutos, compete ao Conselho Fiscal exercer o controle da legalidade, legitimidade e economicidade da atividade patrimonial e financeira do Consórcio, com o auxílio, no que couber, do Tribunal de Contas.

11.3.1 - O disposto no item 11.3 não prejudica o controle externo a cargo do Poder Legislativo de cada Ente consorciado e nem a fiscalização dos respectivos Conselhos Municipais de Saúde, no que se refere aos recursos que cada um deles efetivamente entregou ou compromissou ao Consórcio.

11.4 - Os estatutos deliberarão sobre o funcionamento do Conselho Fiscal.

11.4.1 - As decisões do Conselho Fiscal serão submetidas à homologação da Assembleia Geral.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS RECURSOS HUMANOS

12.1 - Somente poderão prestar serviços remunerados ao Consórcio os contratados para ocupar os empregos públicos previstos nos Anexos 1 ou 2 deste Protocolo de Intenções, bem como, em havendo necessidade e interesse, pessoas físicas ou jurídicas contratadas conforme dispuser a lei.

12.1.1 - A participação do Conselho Fiscal ou de outros órgãos diretivos que sejam criados pelos estatutos ou por deliberação da Assembleia Geral, bem como a participação dos representantes dos entes consorciados na Assembleia Geral e em outras atividades do Consórcio não será remunerada, sendo considerado trabalho público relevante.

12.1.2 - O Presidente não será remunerado e não poderá receber qualquer quantia do Consórcio, em razão do exercício dessa função, ressalvado o disposto na primeira parte do item 10.1.1 deste Protocolo de Intenções.

12.1.3 - O Coordenador Executivo perceberá o salário estabelecido para o emprego, observando-se o disposto na segunda parte do item 10.1.1 deste Protocolo de Intenções, bem como as demais vantagens estabelecidas em Lei ou no Protocolo de Intenções ratificado.

12.2 - Os empregados públicos efetivos, comissionados ou contratados temporariamente pelo Consórcio são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e estarão submetidos ao Regime Geral de Previdência Social.

12.2.1 - O regulamento do quadro de pessoal do Consórcio Público, a ser definido por resolução aprovada pela Assembleia Geral, obedecendo ao disposto neste Protocolo de Intenções, no Contrato de consórcio e no Estatuto, tratará especialmente da descrição das funções, dos requisitos para ocupação dos empregos públicos, da forma de recrutamento, dos benefícios funcionais, da jornada de trabalho, dos direitos e deveres e do regime disciplinar.

12.2.2 - A exoneração ou demissão de empregados públicos dependerá de ato administrativo da Diretoria, motivado no caso de dispensa por iniciativa do Consórcio Público, observada as demais formalidades legais.

12.2.3 - Os empregados do Consórcio não poderão ser cedidos, inclusive para os próprios Entes consorciados, sem prejuízo da possibilidade de prestação de serviços na sua área de atuação, através do Consórcio Público.

12.2.4 - Os Entes da Federação consorciados, ou os com eles conveniados, poderão ceder-lhe servidores, na forma e condições da legislação de cada um.

12.2.4.1 - Os servidores efetivos recebidos em cessão permanecerão no seu regime jurídico e previdenciário originário, com remuneração paga pelo órgão cedente, podendo, a critério da Assembleia Geral, ser-lhes concedida gratificação complementar em razão da remuneração de mercado para função que venham a desempenhar no CIAPS, no percentual de até 100% (cem por cento) de sua remuneração mensal do órgão de origem.

12.2.4.2 - O pagamento de gratificação complementar na forma prevista no item anterior, não configura vínculo novo do servidor cedido, para fins trabalhistas, contudo o CIAPS efetuará a retenção e recolherá os encargos tributários correspondentes.

12.2.4.3 - Na hipótese do item 12.2.4 deste Protocolo de Intenções, o Ente da Federação consorciado cedente deverá assumir a manutenção dos pagamentos da remuneração regular do servidor e dos encargos, donde tais pagamentos serão contabilizados como créditos hábeis para operar compensação com obrigações previstas no contrato de rateio e/ou ressarcidos mensalmente pelo CIAPS.

12.3 - O quadro de pessoal do Consórcio é composto pelos empregados públicos constantes nos anexos próprios deste Protocolo de Intenções.

12.3.1 - Os empregos do Consórcio serão providos mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, exceto o de Coordenador Executivo, que será de livre nomeação e exoneração. O emprego público de livre nomeação e exoneração é regido pelo critério de confiança e seu ocupante obrigado ao regime de dedicação integral ao serviço, donde poderá ser convocado a trabalhos excepcionais além da carga horária regulamentar, sem remuneração adicional.

12.3.2 - A remuneração dos empregos públicos é a definida nos anexos próprios deste Protocolo de Intenções.

12.3.2.1 - Após deliberação da Assembleia Geral, a Diretoria poderá conceder revisão geral anual de remuneração aos empregados do Consórcio Público no mês de janeiro de cada ano, utilizando o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC (IBGE) acumulado no ano anterior.

12.3.2.2 – Após autorização legislativa de cada Ente Consorciado e deliberação da Assembleia Geral, a Diretoria poderá conceder reclassificação do salário inicial de empregos do quadro geral e/ou reajuste geral de salários aos empregados do Consórcio Público.

12.3.3 – A contratação de profissionais para os empregos de confiança, bem como a declaração de abertura de vagas e a autorização para início do processo de recrutamento para os empregos de provimento efetivo ou para as contratações temporárias, depende de prévia justificativa da necessidade, da demonstração da viabilidade financeira e da aprovação em Assembleia Geral.

12.3.4 – São requisitos básicos para ingresso no Quadro Funcional do Consórcio Público:

I - a nacionalidade brasileira.

II - o gozo dos direitos políticos.

III - a quitação com as obrigações militares e eleitorais.

IV - o nível de escolaridade exigido para o exercício do emprego, e/ou os requisitos especiais para o seu desempenho.

V - idade mínima de 18 (dezoito) anos.

VI - aptidão física e mental.

VII – possuir Carteira Nacional de Habilitação (CNH), inclusive para eventual condução de veículos do CIAPS em deslocamentos a serviço, exceto se contratado na condição de portador de necessidades especiais.

12.3.5 – As atribuições do emprego podem justificar a exigência de outros requisitos, estabelecidos na forma do item 12.2.1 deste Protocolo de Intenções.

12.3.6 – Sem prejuízo das atribuições do quadro funcional, fica instituído o Programa de Concessão de Estágio Não-Obrigatório aplicado ao estágio de estudantes, na forma da legislação federal específica, com disponibilidade de vagas em igual número de Entes Federados que integre o Consórcio Público.

12.3.6.1 – O recrutamento de candidatos para as vagas de estágio, dentre o contingente de alunos das instituições de ensino conveniadas, será feito:

I - diretamente pelo CIAPS através de processo seletivo simplificado, de provas ou de provas e títulos, após prévia convocação por edital divulgado no site do Consórcio Público, no Diário Oficial dos Municípios e junto as Instituições de Ensino conveniadas;

II – em caso de urgência ou necessidade imediata, diretamente pela Instituição de Ensino ou pelos Agentes de Integração, através de processo seletivo ou cadastro.

12.3.6.2 – A carga horária de estágio ficará estabelecida em 04 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais ou em 06 (seis) horas diárias e 30 (trinta) semanais, remuneradas através de bolsa-estágio nos seguintes valores:

I – R\$ 433,80 (quatrocentos e trinta e três reais e oitenta centavos) mensais, no caso de estudantes do ensino superior, para jornada de 04 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais.

I – R\$ 512,81 (quinhentos e doze reais e oitenta e um centavos) mensais, no caso de estudantes do ensino superior, para jornada de 04 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais.

II – R\$ 648,09 (seiscentos e quarenta e oito reais e nove centavos) mensais, no caso de estudantes do ensino superior, para jornada de 06 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais.

II – R\$ 648,09 (seiscentos e quarenta e oito reais e nove centavos) mensais, no caso de estudantes do ensino superior, para jornada de 06 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais.

12.3.6.3 – Sem prejuízo da contratação em favor do estagiário de seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, e do pagamento da remuneração de que trata o item anterior, lhe será concedido:

I - auxílio-transporte mensal, consistente no fornecimento de vale-transporte, conforme estabelece a legislação federal específica e de acordo com as normas municipais, no caso de utilização de transporte coletivo público, ou na indenização correspondente ao valor líquido que seria desembolsado para aquisição do vale-transporte, no caso de utilização de outro meio de transporte (próprio ou particular).

II – auxílio-alimentação, na forma concedida aos empregados em geral, proporcionalmente a jornada diária de estágio.

III – período de recesso remunerado de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante suas férias escolares e antes do encerramento do contrato, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, ou proporcional nos demais casos, vedado sua indenização.

12.3.6.4 – O Consórcio Público poderá, também, celebrar convênio de concessão de estágio obrigatório com Instituições de Ensino, assumindo responsabilidade pela contratação do seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, e mediante remuneração equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor estabelecido para contraprestação do estágio não-obrigatório.

12.4 - Os editais de concurso público do Consórcio Público deverão atender ao contido no regulamento do quadro de pessoal, e serem subscritos pelo Presidente e/ou pelo Coordenador Executivo.

12.4.1 - Cópia do edital será entregue a todos os Entes consorciados, para fins de conhecimento e divulgação.

12.4.2 - O edital, em sua íntegra, será publicado em sítio que o Consórcio mantiver na rede mundial de computadores – internet - bem como, na forma de extrato, será publicado na imprensa oficial.

12.4.3 - Nos quinze primeiros dias que decorrerem da publicação do extrato mencionado no item anterior, poderá ser apresentadas impugnações ao edital, as quais deverão ser decididas em sete dias. A íntegra da impugnação e de sua decisão serão publicadas no sítio que o Consórcio manter na rede mundial de computadores – internet.

12.5 - Somente admitir-se-á contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público consistente na substituição de empregado público afastado temporariamente de suas funções por motivo de doença ou outro afastamento legal, e desde que imprescindível para continuidade dos serviços do Consórcio Público.

12.5 - Admitir-se-á contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público consistente: I - na substituição de empregado público afastado temporariamente de suas funções por motivo de doença ou outro afastamento legal, e desde que imprescindível para continuidade dos serviços do Consórcio Público;

II – na contratação necessária à instalação ou ao funcionamento inadiável de serviços públicos essenciais, com prévia e expressa autorização da Assembleia Geral.

12.5.1 - Os contratados temporariamente exercerão as funções do emprego público do titular afastado, percebendo a remuneração para ele prevista.

12.5.1 - Os contratados temporariamente exercerão todas as funções do emprego público, percebendo a remuneração para ele prevista.

12.6 - As contratações temporárias observarão as disposições estabelecidas no art. 37, IX, da Constituição Federal, artigos 443, 445, 451 e 452 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e demais disposições previstas no Estatuto do Consórcio Público.

12.6.1 - As contratações por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público terão prazo de até um ano, podendo ser prorrogado justificadamente uma única vez até atingir o prazo máximo total de dois anos.

12.6.2 - O retorno do servidor titular ao exercício de suas funções ou o alcance do prazo máximo de que trata o item anterior faz cessar automaticamente a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, sem qualquer indenização.

12.6.2 - O retorno do servidor titular ao exercício de suas funções, a efetivação de servidores por Concurso Público para o emprego público ou o alcance do prazo máximo de que trata o item anterior faz cessar automaticamente a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, sem qualquer indenização.

12.6.3 - O regulamento do quadro de pessoal do Consórcio Público disciplinará inclusive a contratação temporária.

12.7 - O valor dos salários mensais guarda correlação com o cumprimento integral da carga de trabalho regular estabelecida para o emprego, sendo que esta, no interesse do serviço e de comum acordo com o empregado, poderá ser aumentada até o limite de 40 (quarenta) horas semanais ou reduzida em até 50% (cinquenta por cento), com o respectivo aumento ou redução proporcional da remuneração.

12.7.1 – Além do salário, poderá ser pago ao empregado as seguintes vantagens:

I – indenizações;

II - auxílios pecuniários;

III – gratificações;

IV – adicionais.

V - auxílio alimentação.

12.7.1.1 - As indenizações e os auxílios pecuniários não se incorporam ao salário para qualquer efeito.

12.7.1.2 - As gratificações e os adicionais integram a remuneração do empregado, nos casos e condições indicados em Lei, no Estatuto ou no regulamento do quadro de pessoal, devendo ser nominalmente identificado e destacado.

12.7.1.3 - As vantagens pecuniárias não serão acumuladas, para efeito de concessão de quaisquer outros acréscimos pecuniários, sob o mesmo título ou idêntico fundamento.

12.7.1.4 - Os adicionais e gratificações devidos aos empregados em razão do exercício do emprego serão calculadas na forma da lei ou do regulamento do quadro de pessoal, atendendo as situações específicas de sua aplicabilidade e incidirão sempre tão somente sobre o salário atribuído ao empregado.

12.7.2 - Conceder-se-á:

I - Indenização de transporte ao empregado que realizar despesas com a utilização de meio próprio de locomoção para a execução de serviços externos, por força das atribuições próprias do emprego, conforme dispuser o regulamento do quadro de pessoal, observado o limite de ¼ do valor do litro do combustível gasolina, por quilometro.

II – Adiantamento de viagem ao empregado que se deslocar, em caráter eventual ou transitório, em objeto de serviço, para custeio das despesas de pousada, alimentação e locomoção urbana.

12.7.2.1 - Na hipótese do empregado receber adiantamento de viagem e não realizar o deslocamento, por qualquer motivo, fica obrigado a restituí-lo integralmente, no prazo de cinco (5) dias, e na hipótese de o empregado retornar em prazo menor que o previsto, restituirá os valores recebidos em excesso, no mesmo prazo.

13.7.2.2 – Os adiantamentos de viagem serão requeridos em formulário próprio, onde será qualificado o beneficiário e identificado à data de afastamento, trajeto e motivo da viagem. O processamento contábil para pagamento do adiantamento observará ao disposto na Lei nº 4.320/64.

12.7.2.3 - Aplica-se o disposto nos itens 12.7.2 e 12.7.3 aos servidores públicos colocados à disposição do Consórcio Público por qualquer outra entidade estatal, fundacional, autárquica ou paraestatal, e aos contratados temporariamente.

12.7.3 - Será concedido vale transporte na forma da legislação federal específica ao empregado ou estagiário que o requerer, para deslocamento residência/local de trabalho e vice-versa.

12.7.4 - Sem prejuízo das demais vantagens estabelecidas no estatuto, a Diretoria poderá conceder aos empregados efetivos, comissionados ou temporários e aos estagiários, o auxílio alimentação, proporcional a carga horária mensal, na forma e condições estabelecidas no regulamento do quadro de pessoal, limitado ao valor máximo diário de R\$ 20,00 (vinte reais).

12.7.4 - Sem prejuízo das demais vantagens estabelecidas no estatuto, a Diretoria poderá conceder aos empregados efetivos, comissionados ou temporários e aos estagiários, o auxílio alimentação, proporcional a carga horária mensal, na forma e condições estabelecidas no regulamento do quadro de pessoal, limitado ao valor máximo diário de R\$ 21,25 (vinte e um reais e vinte e cinco centavos).

12.7.5 - Além do salário e das demais vantagens previstas em lei ou no estatuto, poderá ser deferido aos empregados as seguintes gratificações e adicionais:

I - gratificação natalina, na forma estabelecida em Lei;

II – gratificação complementar, na forma estabelecida no item 12.2.4.1 deste Protocolo de Intenções;

III – adicional por serviço extraordinário, na forma da Lei;

IV - adicional de férias, na forma da Lei;

V - adicional pelo trabalho insalubre ou perigoso, na forma da Lei;

VI - adicional noturno, na forma da Lei;

VII – adicional por qualificação.

12.7.5.1 – O valor da gratificação complementar de que trata o inciso II do item anterior poderá ser reduzido nos casos em que sua aplicação integral acarrete o pagamento de remuneração superior ao valor do salário estabelecido para o emprego de Coordenador Executivo.

12.7.6 - O adicional por qualificação corresponderá a um acréscimo de 5% (cinco por cento) sobre o salário do empregado efetivo, limitado ao máximo de 30% (trinta por cento), por força da qualificação profissional obtida além daquela prevista para ocupação do emprego e que guarde correlação direta com as atribuições deste, observado interstício de cinco anos de exercício no emprego para cada período aquisitivo.

12.7.6.1 - Para habilitar-se ao adicional por qualificação o empregado deverá atender, cumulativamente, as seguintes condições:

I - ter concluído curso de pós-graduação, especialização, mestrado ou doutorado ou ter completado 150 (cento e cinquenta) horas de cursos/seminários/palestras, dentre outros, sempre em temas correlatos com o emprego ocupado.

II – ter completado 05 (cinco) anos de serviço no Consórcio, ininterruptos ou não, para o primeiro período aquisitivo, e interstício de igual tempo para os períodos aquisitivos subsequentes.

12.7.6.2 – Fica prejudicada a contagem regular do período aquisitivo para o adicional de que trata este artigo, se o empregado apresentar qualquer uma das seguintes ocorrências em sua vida funcional:

I - tiver sido condenado em processo criminal, por decisão definitiva, ou sofrer penalidade disciplinar de suspensão;

II - tiver mais de 05 (cinco) faltas injustificadas no período aquisitivo;

III - tiver se afastado de suas funções por período contínuo superior a trinta dias, independentemente de percepção ou não de remuneração, exceto para os casos de exercício de emprego de confiança no próprio Consórcio Público ou em Ente consorciado.

12.7.6.3 - O empregado que no decorrer do período aquisitivo incidir nas hipóteses do item anterior, perderá o tempo decorrido, iniciando-se novo período aquisitivo quinquenal após a cessação do impedimento.

12.8 – Os empregos públicos de que trata o item 12.3 deste Protocolo de Intenções terão suas atribuições e descrições disciplinadas pelo regulamento do quadro de pessoal, observadas as seguintes diretrizes mínimas:

I – Para o emprego de COORDENADOR EXECUTIVO:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Desempenhar as atribuições de gestão e controle das atividades, recursos financeiros e pessoal

do Consórcio Público, zelando pelo cumprimento das normas estatutárias e regimentais e dos contratos celebrados; Representar o Consórcio Público conforme poderes outorgados pelo Presidente; Prestar todas as informações necessárias aos consorciados e aos órgãos públicos; Promover todos os atos administrativos e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do Consórcio; Desenvolver outras atribuições correlatas a função, além das demais previstas no Protocolo de Intenções e no Estatuto; Executar tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela Diretoria do CIAPS.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Experiência e formação profissional em nível superior, com especialização em áreas afins com a Administração Pública e com as finalidades do CIAPS.

II – Para o emprego de MÉDICO:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Realizar atividade de natureza especializada, envolvendo supervisão, planejamento, coordenação, programação e execução de atividades pertinentes a defesa e proteção da saúde individual e coletiva; Examinar o paciente, auscultando, palpando ou utilizando instrumentos especiais, para determinar diagnóstico ou, se necessário, requisitar exames complementares e encaminhá-lo ao especialista; Analisar e interpretar resultados de exames de raios X, bioquímico, hematológico e outros, comparando-os com padrões normais, para confirmar ou informar o diagnóstico; Prescrever medicamentos, indicando dosagem e respectiva via de administração, assim como cuidados a serem observados para conservar ou restabelecer a saúde do paciente; Manter registro dos pacientes examinados, anotando a conclusão diagnóstica, tratamento, evolução da doença, para efetuar orientação terapêutica adequada; Emitir atestados de saúde, sanidade e aptidão física e mental e de óbito, para atender a determinações legais; Atender a urgências clínicas, cirúrgicas ou traumatológicas; Executar outras tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIAPS.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior na área; Inscrição e registro junto ao Conselho Regional.

III – Para o emprego de ENFERMEIRO(A):

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Realizar ações educativas, preventivas e curativas, na área da saúde pública; Selecionar e executar ações de enfermagem de acordo com as prioridades, necessidades e características de cada caso, particularmente para: gestantes e crianças de alto risco, bem como, outros clientes que apresentam risco para si próprio ou para a comunidade; Coordenar e supervisionar a organização e execução das atividades de enfermagem, desenvolvidas nas Unidades de atendimento sob sua responsabilidade, levando em conta os demais elementos da equipe de saúde do Centro de Saúde; Supervisionar e avaliar sistematicamente os registros e anotações das atividades realizadas pelo pessoal de enfermagem; Assegurar condições adequadas de limpeza, preparo, esterilização e manuseio do material em uso; Verificar sistematicamente o funcionamento de aparelhos utilizados na área de enfermagem, providenciando reparação ou substituição quando for o caso; Participar na supervisão das atividades de matrícula e fichário central; Verificar periodicamente as condições de conservação e prazo de validade de soros e vacinas; Promover o inter-relacionamento das atividades internas e externas do CAPS desenvolvidas pelo pessoal de enfermagem; Executar outras tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIAPS.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior na área; Inscrição e registro junto ao Conselho Regional.

IV – Para o emprego de ASSISTENTE SOCIAL:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Planejar e executar atividades que visam a assegurar o processo de melhoria da qualidade de vida, bem como busca garantir o atendimento das necessidades básicas das classes populares e dos Segmentos sociais mais vulneráveis às crises sócio-econômicas; Aconselhar e orientar indivíduos afetados em seu equilíbrio emocional, baseando-se no conhecimento sobre a dinâmica psicossocial do comportamento das pessoas; Promover a participação consciente dos indivíduos em grupos, desenvolvendo suas potencialidades; Programar a ação básica de uma comunidade no campo social e outros, valendo-se da análise dos recursos e das carências sócio-econômicas dos indivíduos e da comunidade; Assistir as famílias nas suas necessidades básicas, orientando-as e fornecendo-lhes suporte material, educacional e outros; Desenvolver outras atividades de caráter comunitário que possam ser utilizadas como elemento catalisador da potencialidade dos indivíduos na solução de seus próprios problemas; Executar outras tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIAPS.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior na área; Inscrição e registro junto ao Conselho Regional.

V – Para o emprego de PSICÓLOGO(A):

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Participar da elaboração de programas educativos, junto à população, para orientar nos processos intra e interpessoais e nos mecanismos de comportamento humano; Elaborar e ampliar técnicas psicológicas, como teste para determinação de características afetivas, intelectuais, sensoriais ou motoras; Técnicas psicoterápicas e outros métodos de verificação, para possibilitar a orientação, seleção e treinamento de campo profissional, no diagnóstico e na identificação e interferência nos fatores determinantes na ação do indivíduo, em sua história pessoal, familiar, educacional e social; Atendimento familiar, e individual, visitas domiciliares; Assessoria e orientação aos casos encaminhados pelo Conselho Tutelar; Executar outras tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIAPS.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior na área; Inscrição e registro junto ao Conselho Regional.

VI – Para o emprego de TÉCNICO EM ENFERMAGEM:

a) **DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE:** Auxiliar no atendimento à pacientes nas unidades hospitalares e de saúde pública sob supervisão; Orientar e revisar o auto cuidado do cliente a alimentação e higiene pessoal; Executar a higienização ou preparação dos clientes para exames ou atos cirúrgicos; Zelar pela limpeza, conservação e assepsia do material e do instrumental; Executar e providenciar a esterilização de salas e do instrumento adequado às intervenções programadas; Manter atualizado o prontuário dos pacientes; Verificar a temperatura, pulso e respiração e registrar os resultados nos prontuários; Ministras medicamentos, aplicar imunizantes e fazer curativos; Fazer a orientação sanitária de indivíduos em unidade de saúde; Atividade auxiliar, na área de enfermagem, desenvolvidas junto ao indivíduo, família a comunidade visando a prevenção de doenças, promoção e recuperação da saúde; Executar outras tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIAPS.

b) **REQUISITO/FORMAÇÃO:** Curso Técnico na área; Inscrição e registro junto ao Conselho Regional.

VII – Para o emprego de Auxiliar Administrativo

a) **DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE:** - Exercer atividades de ordem auxiliar em executar atividades de caráter administrativo, financeiro, tributário e fiscal, sob supervisão da chefia imediata; fazer encaminhamentos, procedimentos e trabalhos que lhe forem atribuídos pela chefia imediata; digitar e ou datilografar processos de rotinas internas ou externas; prestar atendimento ao público em todas as áreas que lhe forem fixadas; transcrever atos oficiais; preencher formulários, fichas e outros; codificar e arquivar documentos; providenciar e preparar material de expediente; executar outras atividades correlatas.

b) **REQUISITO/FORMAÇÃO:** Escolaridade Nível Médio

VIII – Para o emprego de MOTORISTA:

a) **DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE:** Dirigir veículos de passageiros e transporte de pacientes; Manter o veículo em condições de conservação e funcionamento, providenciando conserto, abastecimento, lubrificação, limpeza e troca de peças; Atender às normas de segurança e higiene no trabalho; Executar outras tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIAPS.

b) **REQUISITO/FORMAÇÃO:** Escolaridade de Nível Médio; CNH categoria "C".

IX – Para o emprego de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS:

a) **DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE:** Operar eletrodomésticos e outros equipamentos e utensílios; Lavar manualmente ou por meios mecânicos louças, talheres e utensílios; Fazer e servir café, água e outros alimentos solicitados nas dependências dos órgãos; Preparar e servir refeições e proceder a aquecimento de alimentos; Receber e examinar o material destinado à preparação de alimentos e bebidas e acondicioná-los em recipientes adequados; Informar previamente à Chefia imediata sobre a necessidade de material para o desenvolvimento normal dos serviços; Manter e zelar pela conservação dos equipamentos e utensílios utilizados; Efetuar o controle do material existente no setor, discriminando-o por peças e respectivas quantidades, para manter o estoque e evitar extravios; Executar serviços de limpeza e conservação, zelando pela ordem e segurança no ambiente de trabalho, observando as normas e instruções, para prevenir acidentes; Notificar toda e qualquer ocorrência que dificulte o bom andamento dos trabalhos, visando o conserto ou reparo de aparelhos ou substituição de materiais; Manter o ambiente de trabalho limpo e com boa aparência; Proceder a coleta e remoção de resíduos, aplicação de ceras industriais, conservantes, lustradores e limpadores em móveis e pisos, retirada do pó ou varrição de pisos, carpetes e tapetes nos escritórios e áreas externas; Coleta e remoção de papéis usados, colocação de desodorizantes, aplicação de detergentes, lavagem e higienização em sanitários; Retirada de resíduos e limpeza dos vidros das portas e janelas; Reposição de materiais de higiene pessoal, tudo visando ao asseio e conservação dos prédios públicos e das áreas limítrofes; Efetuar corte de grama, bem como a poda de árvores e arbustos; Capinagem de áreas verdes com a retirada de todo material para depósito de lixo; Executar outras tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIAPS.

b) **REQUISITO/FORMAÇÃO:** Escolaridade de Ensino Fundamental Completo.

12.9 – São deveres do empregado, além de outras obrigações expressas que lhe sejam impostas por lei ou pelo regulamento do quadro de pessoal:

I - Respeitar o regime de horário de trabalho que lhe for estabelecido bem como o registro de entradas e saídas, horas extras e autorização para tal e ainda proceder a anotação do registro do ponto.

II - Acatar com presteza e boa vontade as ordens que lhe forem dadas pelo Presidente, Coordenador Executivo e demais Chefes.

III - Desempenhar suas atribuições com honestidade, atenção e critério, visando sempre o atendimento dos objetivos do Consórcio Público e cooperando para o perfeito andamento dos serviços.

IV - Comportar-se com ordem, disciplina e urbanidade no trato com os colegas de trabalho e com os Prefeitos, Vice-Prefeitos, Vereadores e servidores dos Municípios Consorciados, para que seja mantido o espírito de cordialidade e cooperação indispensável ao desempenho das tarefas.

V - Apresentar-se ao trabalho adequadamente trajado.

VI - Guardar segredo, quando necessário, sobre fatos que lhe chegam ao conhecimento em virtude do seu constante relacionamento com os representantes dos Municípios Consorciados.

VII - Comunicar ao Chefe imediato quaisquer fatos ou informações que possam interessar ao Consórcio Público e ao serviço.

VIII - Oferecer, quando pedidas ou espontaneamente, quaisquer sugestões que possam representar melhoria dos serviços.

IX - Atender, na forma das disposições legais, a prorrogação do horário de trabalho quando exigir o serviço e a juízo do Coordenador Executivo.

X - Devotar-se, inteiramente, aos encargos que lhe forem delegados, não aceitando atribuições estranhas que possam influir na sua produtividade e que provoquem incompatibilidade de horário, sobrepondo os interesses do Consórcio a quaisquer outros de ordem pessoal.

12.10 – Ao empregado é especialmente proibido:

I - Referir-se de modo depreciativo aos superiores ou a seus atos, bem como aos colegas e representantes dos Municípios.

II - Promover, nas dependências do Consórcio, manifestação de apreço ou desapeço a pessoas ou a entidades, propaganda política ou aliciamento partidário.

III - Receber propinas, comissões ou vantagens indevidas de qualquer espécie, em razão do emprego.

IV - Fornecer informações que possam comprometer o Consórcio ou os Municípios consorciados.

V - Executar, durante o expediente, serviços estranhos ao Consórcio, sendo, também, proibido o uso de material do Consórcio para fins particulares.

VI - Retirar-se do trabalho durante as horas de expediente, sem permissão, ou perturbar os colegas de trabalho com conversas estranhas ao serviço.

VII – Utilizar-se de aparelhos, equipamentos e veículos do Consórcio no interesse particular próprio ou de terceiros.

VIII – Ocupar concomitantemente ao emprego do Consórcio qualquer cargo ou emprego remunerado no serviço público, exceto nos casos de acumulação permitida pela Constituição Federal e mediante comprovada compatibilidade de horários.

IX – Prestar serviços particulares aos Municípios consorciados, diretamente ou através de interposta pessoa, mediante o recebimento de remuneração ou vantagem, ou exercer atividades incompatíveis com as atividades do Consórcio Público.

12.10.1 – Pelo exercício irregular de suas atribuições, o empregado está sujeito às sanções disciplinares e outras de caráter trabalhista, bem como à responsabilização civil e criminal.

12.11 - A reparação de eventual prejuízo causado pelo empregado ao Consórcio Público, direta ou indiretamente, é feita, parceladamente, mediante desconto na folha de pagamento, limitado ao percentual de 30% (trinta por cento) da remuneração mensal, abstraidos os descontos legais.

12.11.1 - Quando necessário, o Consórcio deve promover ação regressiva contra o empregado.

12.11.2 - As multas de trânsito são de responsabilidade do empregado que estiver utilizando o veículo, podendo ser pagas pelo Consórcio e descontadas da remuneração do empregado em até 03 (três) parcelas, mediante requerimento do interessado.

12.12 - Sem prejuízo das sanções disciplinares, o empregado pode ser responsabilizado por:

I - Sonegação de valores, objetos, aparelhos e equipamentos confiados a sua guarda e responsabilidade;

II - Faltas, danos, avarias e quaisquer prejuízos que venham a sofrer os bens e os materiais sob sua guarda ou sujeitos a sua fiscalização, exame ou conferência;

III - Qualquer prejuízo que causar ao patrimônio ou a quaisquer bens e direitos do Consórcio Público, dos Municípios consorciados ou de terceiros, por culpa, dolo, ignorância, indolência, negligência ou omissão.

12.13 – São penalidades disciplinares:

I – advertência.

II – repreensão.

III – suspensão.

IV – demissão.

12.13.1 – A pena de advertência será aplicada verbalmente pelo Coordenador Executivo, quando o empregado deixar de cumprir os deveres funcionais.

12.13.2 - A pena de repreensão será aplicada pelo Coordenador Executivo quando o empregado for reincidente na falta de cumprimento de seus deveres, devendo ser escrita e anotada em sua ficha funcional e garantido ao empregado o pleno direito de defesa.

12.13.3 - A pena de suspensão ocorre quando houver dolo, ou culpa na falta de cumprimento dos deveres pelo empregado ou por reincidência na falta de cumprimento de seus deveres pela qual já tenha sido repreendido.

12.13.4 - A pena de suspensão, aplicada pelo Presidente ou pelo Coordenador Executivo, deve ser graduada em períodos de 03 (três), 07 (sete) ou 15 (quinze) dias, conforme a gravidade da infração cometida e dos danos acarretados aos serviços do Consórcio Público.

12.13.5 - A demissão deve ser aplicada nos casos definidos como falta grave.

12.13.6 - Na aplicação das penalidades deve ser considerada a vida funcional do empregado, a natureza e gravidade da falta e os danos que dela decorrerem para o Consórcio ou para terceiros.

12.13.7 - As penalidades de advertência e de repreensão terão seus registros cancelados, após o decurso de três e cinco anos de efetivo exercício, respectivamente, se o empregado não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.

12.13.8 - Quando houver conveniência para o serviço, a penalidade de suspensão poderá ser convertida em multa, na base de 50% (cinquenta por cento) por dia de salário ou remuneração, ficando o empregado obrigado a permanecer em serviço.

12.14 - A autoridade ou chefia que tiver ciência de irregularidade praticada por qualquer empregado do Consórcio é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurada ao acusado ampla defesa.

12.14.1 - As denúncias sobre irregularidades serão objeto de apuração, desde que contenham a identificação e o endereço do denunciante e sejam formuladas por escrito, confirmada a autenticidade.

12.14.2 - Quando o fato narrado não configurar evidente infração disciplinar ou ilícito penal, a denúncia será arquivada por falta de objeto.

12.15 - Da sindicância poderá resultar:

I - arquivamento do processo.

II - aplicação de penalidade de advertência ou suspensão.

III - instauração de processo disciplinar.

12.15.1 - O prazo para conclusão da sindicância não excederá 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da autoridade competente.

12.15.2 - Sempre que o ilícito praticado pelo empregado ensejar a imposição de penalidade de suspensão por mais de 07 (sete) dias, de demissão do emprego efetivo ou destituição do emprego em comissão, será obrigatória a instauração de processo disciplinar.

12.16 - Como medida cautelar e a fim de que o empregado não venha a influir na apuração da irregularidade, a autoridade instauradora do processo disciplinar poderá determinar o seu afastamento do exercício do emprego, pelo prazo de até 30 (trinta) dias, sem prejuízo da remuneração.

12.16.1 - O afastamento poderá ser prorrogado por igual prazo, findo o qual cessarão os seus efeitos, ainda que não concluído o processo.

12.17 - O processo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidades de empregado por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do emprego em que se encontre investido.

12.17.1 - O processo disciplinar será conduzido por comissão processante especial composta de três empregados, designados pela autoridade competente que indicará, dentre eles, o seu presidente.

12.17.2 - A comissão terá como secretário, empregado designado pelo seu presidente, podendo a designação recair em um dos seus membros.

12.17.3 - Não poderá participar de comissão de sindicância ou de inquérito, cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.

12.17.4 - A Comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse do Consórcio.

12.17.5 - O prazo para conclusão do processo disciplinar não excederá 60 (sessenta) dias, contados da data de publicação do ato que

constituir a comissão, admitida a sua prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.

12.17.6 - Sempre que necessário, a comissão dedicará tempo integral aos seus trabalhos, ficando seus membros dispensados do ponto, até a entrega do relatório final.

12.17.7 - Será assegurado transporte aos membros da comissão e ao secretário, quando obrigados a se deslocarem da sede dos trabalhos para a realização de missão essencial ao esclarecimento dos fatos.

12.17.8 - As reuniões e as audiências das comissões terão caráter reservado, e serão registradas em atas que deverão detalhar as deliberações adotadas.

12.18 - O processo disciplinar se desenvolve nas seguintes fases:

I - instauração, com a publicação do ato que constituir a comissão.

II - inquérito administrativo, que compreende instrução, defesa e relatório.

III - julgamento.

12.19 - O inquérito administrativo obedecerá ao princípio do contraditório, assegurada ao acusado a ampla defesa, com a utilização dos meios e recursos admitidos em direito.

12.19.1 - Os autos da sindicância integrarão o processo disciplinar como peça informativa da instrução.

12.19.2 - Na hipótese de o relatório da sindicância concluir que a infração está capitulada como ilícito penal, a autoridade competente encaminhará cópia dos autos ao Ministério Público, independentemente da imediata instauração do processo disciplinar.

12.19.3 - Na fase do inquérito, a comissão promoverá a tomada de depoimentos, acareações, investigações e diligências cabíveis, objetivando a coleta de prova, recorrendo, quando necessário, a técnicos e peritos, de modo a permitir a completa elucidação dos fatos.

12.19.4 - É assegurado ao empregado o direito de acompanhar o processo pessoalmente ou por intermédio de procurador, arrolar e reinquirir testemunhas, produzir provas e contraprovas e formular quesitos, quando se tratar de prova pericial.

12.19.5 - O presidente da comissão poderá denegar pedidos considerados impertinentes, meramente protelatórios, ou de nenhum interesse para o esclarecimento dos fatos.

12.19.6 - Será indeferido o pedido de prova pericial, quando a comprovação do fato depender de conhecimento especial de perito.

12.19.7 - As testemunhas serão intimadas a depor mediante mandado expedido pelo presidente da comissão, devendo a segunda via, com o ciente do interessado, ser anexado aos autos.

12.19.8 - Se a testemunha for servidor público, a expedição do mandado será imediatamente comunicada ao chefe da repartição onde serve, com a indicação do dia e hora marcados para inquirição.

12.19.9 - O depoimento será prestado oralmente e reduzido a termo, não sendo lícito à testemunha trazê-lo por escrito.

12.19.10 - As testemunhas serão inquiridas separadamente.

12.19.11 - Na hipótese de depoimentos contraditórios ou que se infirmem, proceder-se-á à acareação entre os depoentes.

12.19.12 - Concluída a inquirição das testemunhas, a comissão promoverá o interrogatório do acusado.

12.19.13 - No caso de mais de um acusado, cada um deles será ouvido separadamente, e sempre que divergirem em suas declarações sobre fatos ou circunstâncias, será promovida a acareação entre eles.

12.19.14 - O procurador do acusado poderá assistir ao interrogatório, bem como à inquirição das testemunhas, sendo-lhe vedado interferir nas perguntas e respostas, facultando-se-lhe, porém, reinquiri-las, por intermédio do presidente da comissão.

12.19.15 - Quando houver dúvida sobre a sanidade mental do acusado, a comissão proporá à autoridade competente que ele seja submetido a exame por junta médica oficial, da qual participe pelo menos 01 (um) médico psiquiatra.

12.19.16 - O incidente de sanidade mental será processado em auto apartado e apenso ao processo principal, após a expedição de laudo pericial.

12.20 - Tipificada a infração disciplinar, será formulada a indicição do empregado, com a especificação dos fatos a ele imputados e das respectivas provas.

12.20.1 - O indiciado será citado por mandado expedido pelo presidente da comissão para apresentar defesa escrita, no prazo de 10 (dez) dias, assegurando-se-lhe vista do processo na secretaria do Consórcio.

12.20.2 - Havendo dois ou mais indiciados, o prazo será comum e de 20 (vinte dias).

12.20.3 - No caso de recusa do indiciado em exarar o ciente na cópia do mandado, a recusa não lhe aproveitará, e o prazo para defesa contar-se-á da data declarada, em termo próprio, pelo membro da comissão que procedeu ao ato de citação.

12.20.4 - O indiciado que mudar de residência fica obrigado a comunicar à comissão o lugar onde poderá ser encontrado.

12.20.5 - Achando-se o indiciado em lugar incerto e não sabido, será citado por edital, publicado em jornal de grande circulação na localidade do último domicílio conhecido, para apresentar defesa.

12.20.6 - Na hipótese do item anterior, o prazo para defesa será de dez dias, contados do dia útil seguinte a publicação do edital.

12.20.7 - Considerar-se-á revel o indiciado que, regularmente citado, não apresentar defesa no prazo legal.

12.20.8 - A revelia será declarada, por termo, nos autos do processo.

12.21 - Apreciada a defesa, a comissão elaborará relatório minucioso, onde resumirá as peças principais dos autos e mencionará as provas em que se baseou para formar a sua convicção.

12.21.1 - O relatório será sempre conclusivo quanto à inocência ou à responsabilidade do empregado.

12.21.2 - Reconhecida a responsabilidade do empregado, a comissão indicará o dispositivo legal ou regulamentar transgredido, bem como as circunstâncias agravantes ou atenuantes.

12.21.3 - O processo disciplinar, com o relatório da comissão, será remetido à autoridade que determinou a sua instauração, para julgamento.

12.22 - No prazo de 20 (vinte) dias contados do recebimento do processo, a autoridade julgadora proferirá a sua decisão.

12.22.1 - Se a penalidade a ser aplicada exceder a alçada da autoridade instauradora do processo, este será encaminhado à autoridade competente, que decidirá em igual prazo.

12.22.2 - Havendo mais de um indiciado e diversidade de sanções, o julgamento caberá à autoridade competente para a imposição da pena mais grave.

12.22.3 - Reconhecida pela comissão a inocência do empregado, a autoridade instauradora do processo determinará o seu arquivamento, salvo se flagrantemente contrária à prova dos autos.

12.22.4 - Quando a infração estiver capitulada como crime, o processo disciplinar será remetido ao Ministério Público para instauração da ação penal, ficando transladado na repartição.

12.23 - O julgamento acatará o relatório da comissão, salvo quando contrário às provas dos autos.

12.23.1 - Quando o relatório da comissão contrariar as provas dos autos, a autoridade julgadora poderá, motivadamente, agravar a penalidade proposta, abrandá-la, ou isentar o empregado de responsabilidade.

12.23.2 - Verificada a ocorrência de vício insanável, a autoridade que determinou a instauração do processo ou outra de hierarquia superior declarará a sua nulidade, total ou parcial, e ordenará, no mesmo ato, o saneamento do processo, com o refazimento dos atos anulados, suprimindo as irregularidades.

12.23.3 - O julgamento fora do prazo legal não implica nulidade do processo.

12.23.4 - A autoridade julgadora que der causa à prescrição, será responsabilizada na forma deste regulamento.

12.23.5 - Extinta a punibilidade pela prescrição, a autoridade julgadora determinará o registro do fato nos assentamentos individuais do empregado.

12.24 - O empregado que responder a processo disciplinar só poderá ser exonerado a pedido, após a conclusão do processo e o cumprimento da penalidade, acaso aplicada.

12.25 - O processo disciplinar poderá ser revisto, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando se aduzirem fatos novos ou circunstâncias suscetíveis de justificar a inocência do punido ou a inadequação da penalidade aplicada.

12.25.1 - Em caso de falecimento, ausência ou desaparecimento do empregado, qualquer pessoa da família poderá requerer a revisão do processo.

12.25.2 - No caso de incapacidade mental do empregado, a revisão será requerida pelo respectivo curador.

12.25.3 - No processo revisional, o ônus da prova cabe ao requerente.

12.25.4 - A simples alegação de injustiça da penalidade não constitui fundamento para a revisão, que requer elementos novos, ainda não apreciados no processo originário.

12.25.5 - O requerimento de revisão do processo será dirigido ao Presidente do Consórcio que, se autorizar a revisão, encaminhará o pedido a autoridade competente para providenciar a constituição de nova comissão processante, na forma deste regulamento.

12.25.6 - A revisão correrá em apenso ao processo originário.

12.25.7 - Na petição inicial, o requerente pedirá dia e hora para a produção de provas e inquirição das testemunhas que arrolar.

12.25.8 - A comissão revisora terá 60 (sessenta) dias para a conclusão dos trabalhos.

12.25.9 - Aplicam-se aos trabalhos da comissão revisora, no que couber, as normas e procedimentos próprios da comissão do processo disciplinar.

12.26 - O julgamento caberá à autoridade que aplicou a penalidade.

12.26.1 - O prazo para julgamento será de 20 (vinte) dias contados do recebimento do processo, no curso do qual a autoridade julgadora poderá determinar diligências.

12.26.2 - Julgada procedente a revisão, será declarada sem efeito a penalidade aplicada, restabelecendo-se todos os direitos do empregado, exceto em relação à destituição do emprego em comissão, que será convertida em exoneração.

12.26.3 - Da revisão do processo não poderá resultar agravamento de penalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS LICITAÇÕES E CONTRATOS

13.1 - Sob pena de nulidade do contrato e responsabilidade de quem lhe deu causa, todas as contratações do Consórcio Público observarão ao disposto na legislação de licitações e contratos administrativos.

13.1.1 - O Consórcio Público poderá realizar licitação cujo edital preveja contratos a serem celebrados pela Administração direta ou indireta dos Entes da Federação consorciados, nos termos do § 1º do art. 112 da Lei nº 8.666, de 21/06/1993.

13.1.2 - O Consórcio Público poderá manter sistema de registro de preços, observado o disposto no item anterior.

13.2 - Todas as licitações terão publicidade nos casos e formas previstos na legislação federal respectiva.

13.3 - Acaso o Consórcio Público não possua empregados públicos permanentes para integrarem a Comissão de Licitações, esta poderá funcionar com a designação de servidores efetivos de qualquer um dos Entes consorciados.

13.4 - Todos os contratos serão publicados conforme dispuser a legislação federal respectiva.

13.5 - Qualquer cidadão, independentemente de demonstração de interesse, tem o direito de ter acesso aos documentos sobre a execução e pagamento de contratos celebrados pelo Consórcio.

13.6 - O Conselho Fiscal poderá, em qualquer fase do procedimento, solicitar esclarecimentos e, por maioria de dois terços de seus membros, poderá determinar que a execução do contrato seja suspensão, até que os esclarecimentos sejam considerados satisfatórios.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO PATRIMÔNIO

14.1 - O patrimônio do Consórcio será constituído:

I - pelos bens e direitos que vier a adquirir a qualquer título;

II - pelos bens e direitos que lhe forem transferidas por entidades públicas ou privadas.

14.2 - A Alienação dos Bens Imóveis que integram o patrimônio do Consórcio será submetida à apreciação da Assembleia Geral, que a aprovará pelo voto de 2/3 (dois terços) dos prefeitos dos municípios consorciados presentes na Assembleia Geral convocada para este fim.

14.2.1 - A Alienação de Bens Móveis dependerão unicamente de aprovação do Coordenador Executivo, quando inservíveis para os fins do Consórcio público.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA GESTÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

15.1 - A execução das receitas e das despesas do Consórcio obedecerá às normas de direito financeiro aplicáveis às entidades públicas.

15.2 – Constituem recursos financeiros do Consórcio:

I - as contribuições mensais dos municípios consorciados aprovadas pela Assembléia Geral, expressas em "Contrato de Rateio", de acordo com a Lei;

II - a remuneração de outros serviços prestados pelo Consórcio aos consorciados ou para terceiros;

III - os auxílios, contribuições e subvenções concedidas por entidades públicas ou privadas;

IV - os saldos do exercício, quando vinculados a investimentos previstos no Plano Plurianual de Trabalho;

V - as doações e legados;

VI - o produto de alienação de seus bens livres;

VII - o produto de operações de crédito;

VIII - as rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósito e de aplicação financeira;

IX - os créditos e ações;

X - as transferências voluntárias decorrentes de convênios, ajustes, termos de cooperação ou programas.

15.2.1 - O produto da arrecadação do imposto de renda retido na fonte sobre rendimentos pagos, a qualquer título, pelo Consórcio Público, será repassado aos Entes consorciados na proporção de sua participação para manutenção do CIAPS, podendo haver compensação contábil com as obrigações estabelecidas no contrato de rateio.

15.3 - Os Entes consorciados somente entregarão recursos ao Consórcio:

I - para o cumprimento dos objetivos estabelecidos neste Contrato, devidamente especificados;

II - quando tenham contratado o Consórcio para a prestação de serviços na forma deste Contrato;

III - na forma do respectivo contrato de rateio.

15.3.1 - Os Entes consorciados respondem subsidiariamente pelas obrigações do Consórcio.

15.4 - O Consórcio estará sujeito à fiscalização contábil, operacional e patrimonial pelo Tribunal de Contas competente para apreciar as contas do Chefe do Poder Executivo representante legal do consórcio, inclusive quanto à legalidade, legitimidade e economicidade das despesas, atos, contratos e renúncia de receitas, sem prejuízo do controle externo a ser exercido em razão de cada um dos contratos que os Entes da Federação consorciados vierem a celebrar com o Consórcio.

15.5 - No que se refere à gestão associada, a contabilidade do Consórcio deverá permitir que se reconheça a gestão econômica e financeira de cada serviço em relação a cada um de seus titulares.

15.5.1 - Anualmente deverá ser apresentado demonstrativo que indique:

I - o investido e arrecadado em cada serviço, inclusive os valores de eventuais subsídios cruzados;

II - a situação patrimonial, especialmente quais bens que cada Município adquiriu isoladamente ou em condomínio para a prestação dos serviços de sua titularidade e a parcela de valor destes bens que foi amortizada pelas receitas emergentes da prestação de serviços.

15.5.2 - Todas as demonstrações financeiras serão publicadas no sítio que o Consórcio mantiver na rede mundial de computadores - internet.

15.6 - Com o objetivo de receber transferência de recursos ou realizar atividades e serviços de interesse público, o Consórcio fica autorizado a celebrar convênios com entidades governamentais ou privadas, nacionais ou estrangeiras.

15.7 - Fica o Consórcio autorizado a comparecer como interveniente em convênios celebrados por Entes consorciados e terceiros, a fim de receber ou aplicar recursos, executar obras ou programas e/ou prestar serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA REPRESENTAÇÃO DOS ENTES CONSORCIADOS

16.1 - Em assuntos de interesse comum dos Municípios ou de maior repercussão para as atividades do Consórcio Público, a Diretoria fica autorizada a representar os Entes da Federação consorciados perante outras esferas de governo, inclusive com o objetivo de celebrar convênios com entidades governamentais ou privadas, nacionais ou estrangeiras, receber transferências e/ou aplicar recursos, efetuar Prestação de Contas, e defender as causas municipalistas e/ou regionais.

16.2 - A Diretoria deverá relatar em Assembléia Geral todas as ações e providências adotadas com base na autorização de que trata o item anterior, evitando interferência injustificada ou prejudicial aos interesses de Municípios consorciados.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA SAÍDA DO CONSÓRCIO

17.1 - A retirada de membro do Consórcio dependerá de ato formal de seu representante na Assembléia Geral, e somente se concretizará após a apresentação de lei local específica que autorize ou ratifique o ato de saída.

17.2 – A saída não prejudicará as obrigações já constituídas entre o consorciado que se retira e o Consórcio.

17.2.1 - Os bens destinados ao Consórcio pelo consorciado que se retira não serão revertidos ou retrocedidos, excetuadas as hipóteses de:

I - decisão de 2/3 (dois terços) dos Entes federativos consorciados do Consórcio, manifestada em Assembléia Geral;

II - expressa previsão no instrumento de transferência ou de alienação;

II – reserva da lei de ratificação que tenha sido regularmente aprovada pelos demais subscritores do Contrato de Consórcio Público ou pela Assembléia Geral do Consórcio.

17.2.2 - A saída do Ente Federado detentor de condição essencial ou em cujo território o Consórcio Público tenha instalações e/ou serviços implantados não poderá impedir ou inviabilizar a continuidade de atuação do CIAPS, nem prejudicar os demais Municípios consorciados.

17.3 - São hipóteses de exclusão de Ente consorciado, observada, necessariamente, a legislação respectiva:

I - a não inclusão, pelo Ente consorciado, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, de dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio ou deliberação da Assembléia Geral;

II – a subscrição de protocolo de intenções para constituição de outro consórcio com finalidades iguais ou, a juízo da maioria da Assembléia Geral, assemelhadas ou incompatíveis;

III - a existência de motivos graves, reconhecidos, em deliberação fundamentada, pela maioria absoluta dos presentes à Assembléia Geral especialmente convocada para esse fim.

17.3.1 - A exclusão prevista no inciso I do item 17.3 somente ocorrerá após prévia suspensão, período em que o Ente consorciado poderá se reabilitar.

17.3.2 - Os estatutos poderão prever outras hipóteses de exclusão.

17.4 - Os estatutos estabelecerão o procedimento administrativo para a aplicação da pena de exclusão, respeitado o direito à ampla defesa e ao contraditório.

17.4.1 - A aplicação da pena de exclusão dar-se-á por meio de decisão da Assembléia Geral, exigido o mínimo de metade mais um dos votos.

17.4.2 - Nos casos omissos, e subsidiariamente, será aplicado o procedimento previsto na legislação própria.

17.4.3 - Da decisão que decretar a exclusão caberá recurso de reconsideração dirigido à Assembléia Geral, o qual não terá efeito suspensivo, e será interposto no prazo de 10 (dez) dias contados da ciência da decisão.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA GESTÃO ASSOCIADA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

18.1 - Os Municípios consorciados autorizam a gestão associada dos serviços públicos de saúde na forma deste protocolo de intenções, os quais serão prestados conforme o contrato de programa.

18.2 - Para a consecução da gestão associada, os Municípios consorciados podem transferir ao Consórcio o exercício das competências de planejamento, de gestão e/ou de execução dos serviços públicos.

18.2.1 - As competências cujo exercício poderá se transferir, incluem, dentre outras atividades:

I - a elaboração, a avaliação, a auditoria e o monitoramento de planos de trabalho, bem como de programas e seus respectivos orçamentos e especificações;

II - a elaboração de planos de investimentos para a expansão, a manutenção e a modernização dos sistemas e serviços em saúde;

III – a elaboração de planos de redução dos custos dos serviços em saúde;

IV – o acompanhamento e a avaliação das condições de prestação dos serviços em saúde;

V – o apoio à prestação dos serviços em saúde, destacando-se:

a) a aquisição, a guarda e a distribuição de materiais e medicamentos para a manutenção, a reposição, a expansão e a operação dos sistemas;

b) a manutenção de média e alta complexidade;

- c) o controle de qualidade e monitoramento;
- d) demais serviços de cunho administrativo e financeiro que se fizerem necessários.

18.3 - Fica o Consórcio autorizado a receber a transferência do exercício de outras competências referentes ao planejamento, a gestão e a execução de serviços públicos.

18.4 - O Consórcio Público poderá conceder, permitir ou autorizar a particular a prestação dos serviços públicos objeto da gestão associada, seja em nome próprio, seja em nome de Entes consorciados, ficando também permitido estabelecer termo de parceria ou contrato de gestão que tenha por objeto quaisquer dos serviços sob regime de gestão associada.

18.5 - Os estatutos preverão normas complementares para o procedimento administrativo do Consórcio que tenha por objeto a elaboração de planos ou regulamentos de serviços públicos, bem como a atividade de fiscalização e exercício do poder disciplinar, hierárquico e de polícia.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO CONTRATO DE PROGRAMA

19.1 - Ao Consórcio somente é permitido firmar contrato de programa para prestar serviços públicos por meios próprios ou sob sua gestão administrativa ou contratual, sendo-lhe vedado sub-rogar ou transferir direitos ou obrigações.

19.1.1 - O Consórcio também poderá celebrar contrato de programa com as Autarquias, Fundações e demais órgãos da administração indireta dos Entes consorciados.

19.1.2 - O disposto no item 19.1 desta cláusula não prejudica que, nos contratos de programa celebrados pelo Consórcio, se estabeleça a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal ou de bens necessários à continuidade dos serviços transferidos.

19.2 - São cláusulas necessárias do contrato de programa celebrado pelo Consórcio Público, observando-se necessariamente a legislação correspondente, as que estabeleçam:

I – o objeto, a área e o prazo da gestão associada de serviços públicos, inclusive a operada com transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços;

II – o modo, forma e condições de prestação dos serviços;

III – os critérios, indicadores, fórmulas e parâmetros definidores da qualidade dos serviços;

IV - procedimentos que garantam transparência da gestão econômica e financeira de cada serviço em relação a cada um de seus titulares, especialmente no que se refere aos subsídios cruzados;

V – os direitos, garantias e obrigações do titular e do Consórcio, inclusive os relacionados às previsíveis necessidades de futura alteração e expansão dos serviços e conseqüente modernização, aperfeiçoamento e ampliação dos equipamentos e instalações;

VI – os direitos e deveres dos usuários para obtenção e utilização dos serviços;

VII – a forma de fiscalização das instalações, dos equipamentos, dos métodos e das práticas de execução dos serviços, bem como a indicação dos órgãos competentes para exercê-las;

VIII – as penalidades e sua forma de aplicação;

IX – os casos de extinção;

X – os bens reversíveis;

XI – os critérios para o cálculo e a forma de pagamento das indenizações devidas ao Consórcio relativas aos investimentos que não foram amortizados por receitas emergentes da prestação dos serviços;

XII – a obrigatoriedade, forma e periodicidade da prestação de contas do Consórcio ao titular dos serviços;

XIII – a periodicidade em que o Consórcio deverá publicar demonstrações financeiras sobre a execução do contrato;

XIV – o foro e o modo amigável de solução das controvérsias contratuais.

19.2.1 - No caso de a prestação de serviços ser operada por transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos, também são necessárias as cláusulas que estabeleçam:

I - os encargos transferidos e a responsabilidade subsidiária da entidade que os transferiu;

II - as penalidades no caso de inadimplência em relação aos encargos transferidos;

III - o momento de transferência dos serviços e os deveres relativos à sua continuidade;

IV - a indicação de quem arcará com o ônus e os passivos do pessoal transferido;

V - a identificação dos bens que terão apenas a sua gestão e administração transferidas e o preço dos que sejam efetivamente alienados ao contratado;

VI - o procedimento para o levantamento, cadastro e avaliação dos bens reversíveis que vierem a ser amortizados mediante receitas emergentes da prestação dos serviços.

19.2.2 - Os bens vinculados aos serviços públicos serão de propriedade do Município contratante, sendo onerados por direitos de exploração que serão exercidos pelo Consórcio pelo período em que vigor o contrato de programa.

19.2.3 - Nas operações de crédito contratadas pelo Consórcio para investimentos nos serviços públicos deverá se indicar o quanto corresponde aos serviços de cada titular, para fins de contabilização e controle.

19.2.4 - Receitas futuras da prestação de serviços poderão ser entregues como pagamento ou como garantia de operações de crédito ou financeiras para a execução dos investimentos previstos no contrato.

19.2.5 - A extinção do contrato de programa dependerá do prévio pagamento das indenizações eventualmente devidas, especialmente das referentes à economicidade e viabilidade da prestação dos serviços pelo Consórcio, por razões de economia de escala ou de escopo.

19.2.6 - O contrato de programa continuará vigente nos casos de:

I – o titular se retirar do Consórcio ou da gestão associada;

II – extinção do consórcio.

19.2.7 - Os contratos de programa serão celebrados mediante dispensa de licitação, incumbindo ao Município contratante obedecer fielmente às condições e procedimento previstos na legislação.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA ALTERAÇÃO E DA EXTINÇÃO DO CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO

20.1 - A extinção de contrato de consórcio público dependerá de instrumento aprovado pela Assembléia Geral, autorizado ou ratificado mediante lei por todos os Entes consorciados.

20.1.1 - Os bens, direitos, encargos e obrigações decorrentes da gestão associada de serviços públicos serão atribuídos aos titulares dos respectivos serviços, sendo que os demais bens, mediante deliberação da Assembléia Geral, serão alienados, se possível, e seus produtos rateados em cotas partes iguais aos consorciados.

20.1.2 - Até que haja decisão que indique os responsáveis para cada obrigação, os Entes consorciados responderão solidariamente pelas obrigações remanescentes, garantido o direito de regresso em face dos Entes beneficiados ou dos que deram causa à obrigação.

20.1.3 - Com a extinção, o pessoal cedido ao consórcio público retornará aos seus órgãos de origem.

20.2 - A alteração do contrato de consórcio público observará o procedimento estabelecido neste Protocolo de Intenções, no estatuto e na legislação aplicável.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1 - O Consórcio será regido pelo disposto na Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, por seu regulamento, por este Protocolo de Intenções e pelas leis de ratificações, as quais se aplicam somente aos Entes federativos que as emanaram.

21.1.1 - Fica instituído o Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC como órgão oficial de publicação legal e divulgação dos atos do CIAPS, observando-se que:

I – O Diário Oficial dos Municípios substitui a publicação impressa e será veiculado gratuitamente no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br;

II – A publicação atenderá os requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP Brasil;

III – Os prazos, para todos os efeitos, serão contados a partir da publicação no Diário Oficial dos Municípios.

IV – Serão publicados no Diário Oficial dos Municípios todos os atos administrativos editados a partir da adaptação do Consórcio aos ditames da Lei nº 11.197/05;

V – A Diretoria observará a necessidade de publicação também por outros meios, quando necessário para atendimento de disposição específica de lei.

21.2 - A interpretação do disposto neste Protocolo de Intenções deverá ser compatível com o exposto em seu Preâmbulo e, bem como, com os seguintes princípios:

I – respeito à autonomia dos Entes federativos consorciados, pelo que o ingresso ou retirada do consórcio depende apenas da vontade de cada Ente federativo, sendo vedado que se lhe ofereça incentivos para o ingresso;

II – solidariedade, em razão da qual os Entes consorciados se comprometem a não praticar qualquer ato, comissivo ou omissivo, que venha a prejudicar a boa implementação de qualquer dos objetivos do consórcio;

III – eletividade de todos os órgãos dirigentes do consórcio;

IV – transparência, pelo que não se poderá negar que o Poder Executivo ou Legislativo de Ente federativo consorciado tenha o acesso a qualquer reunião ou documento do consórcio;

V – eficiência, o que exigirá que todas as decisões do consórcio tenham explícita e prévia fundamentação técnica que demonstrem sua viabilidade e economicidade.

21.3 - O exercício fiscal coincidirá com o ano civil para efeitos de atendimento às normas de contabilização do Consórcio.

21.3.1 – O Consórcio Público adotará a contabilidade pública, bem como executará a Prestação de Contas legalmente exigível.

21.4 - O protocolo de intenções deverá ser publicado na imprensa oficial.

21.4.1 - A publicação do protocolo de intenções poderá dar-se de forma resumida, desde que a publicação indique o local e o sítio da rede mundial de computadores – internet, em que se poderá obter seu texto integral.

21.5 - A Diretoria, mediante aplicação de índices oficiais, poderá corrigir monetariamente os valores previstos neste Protocolo de Intenções.

21.6 - Os casos omissos serão resolvidos pela Assembléia Geral, observando-se os princípios da legislação aplicável aos consórcios públicos e a Administração Pública em geral.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DO FORO

22.1 - Para dirimir eventuais controvérsias deste Protocolo de Intenções e do Contrato de Consórcio Público que originar, fica eleito o foro da Comarca de Ascurra, Estado de Santa Catarina, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Ascurra, aos 09 de julho de 2014.

Nicanor Morro	Moacir Polidoro
Município de Apiúna	Município de Ascurra
Paulo Roberto Weiss	Luiz Cláudio Kades
Município de Rodeio	OAB/SC 17.692
	Assessor Jurídico da AMMVI

ANEXO 1 – dos empregoS públicoS DE CONFIANÇA

Nº de Empregos	Denominação do Emprego	Carga Horária Semanal	Salário/mês
1	Coordenador Executivo	40 hs	R\$ 4.000,00 R\$ 4.728,51

ANEXO 2 – dos empregos públicos PERMANENTES

Nº de Empregos	Denominação do Emprego	Carga Horária Semanal	Salário/mês
01	Médico	10 horas	R\$ 4.000,00 R\$ 4.728,51
01	Enfermeiro	40 horas	R\$ 3.017,71 R\$ 3.567,32
01	Assistente Social	30 horas	R\$ 2.753,81 R\$ 3.255,35
01 02	Psicólogo	40 horas	R\$ 2.753,81 R\$ 3.255,35
01 02	Técnico em Enfermagem	40 horas	R\$ 1.406,20 R\$ 1.662,31

01	Auxiliar Administrativo	40 horas	R\$ 1.523,38
02			R\$ 1.800,83
01	Motorista	40 horas	R\$ 1.113,00
			R\$ 1.315,71
01	Auxiliar de Serviços Gerais	40 horas	R\$ 820,29
			R\$ 969,69